ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLIX Nº 164 Brasília - DF, segunda-feira, 30 de agosto de 2021 SEÇÃO 1

Sumário

Atos do Poder Judiciário 1
Presidência da República 3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 39
Ministério das Comunicações 41
Ministério da Defesa 42
Ministério do Desenvolvimento Regional 81
Ministério da Economia 82
Ministério da Educação 135
Ministério da Infraestrutura 141
Ministério da Justiça e Segurança Pública 143
Ministério do Meio Ambiente 147
Ministério de Minas e Energia 147
Ministério da Saúde 157
Ministério do Trabalho e Previdência 199
Ministério do Turismo 202
Ministério Público da União 207
Defensoria Pública da União 214
Poder Legislativo 215
Poder Judiciário 219
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 219

..... Esta edição completa do DOU é composta de 225 páginas .....

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.110 **(1)**

ORIGEM : ADI - 92613 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. NUNES MARQUES
REQTE.(S) : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B
ADV.(A/S) : PAULO MACHADO GUIMARAES (05358/DF)
REQTE.(S) : PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT
ADV.(A/S) : LUIZ ALBERTO DOS SANTOS (49777/DF, 26485/RS)
REQTE.(S) : PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT
ADV.(A/S) : CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO (3801/AC, 7566A/AL, A671/AM, 2215-A/AP, 17769/BA, 20015/DF, 12289/ES, 30476/GO, 8882-A/MA, 93271/MG, 15384-A/MS, 15103/A/MT, 15410-A/PA, 20283-A/PB, 808-A/PE, 5725/PI, 55288/PR, 020283/RJ, 517-A/RN, 5015/RO, 415-A/RR, 56888A/RS, 30029/SC, 392A/SE, 169709/SP, 5425/TO)
REQTE.(S) : PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO - PSB
ADV.(A/S) : LUIZ ARNOBIO DE BENVIDES COVELLO (11149/DF)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após o voto do Ministro Nunes Marques (Relator), que não conhecia a) da alegação de inconstitucionalidade dos arts. 25 e 26 da Lei 8.213/91, na redação dada pela Lei 9.876/99; b) da alegação de inconstitucionalidade do fator previdenciário em relação à aposentadoria por tempo de contribuição; e c) da alegação de inconstitucionalidade do art. 67 da Lei 8.213/91, na sua redação original; e julgava improcedente toda a ação, acaso ultrapassadas as preliminares, ou a parte conhecida, caso sejam admitidas as preliminares, declarando a constitucionalidade dos arts. 3º, 5º, 6º, 7º e 9º (no ponto em que revoga a LC 84/96) da Lei 9.876/99, bem como dos arts. 25, 26, 29, *caput*, I e II e §§ 7º, 8º e 9º da Lei 8.213/91, na redação dada pela Lei 9.876/99, e art. 67 da Lei 8.213/91, na redação dada pela Lei 9.876/99, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Falou, pelo interessado Presidente da República, o Ministro Bruno Bianco Leal, Advogado-Geral da União. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 19.08.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.111 **(2)**

ORIGEM : ADI - 92614 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. NUNES MARQUES
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS - CNTM
ADV.(A/S) : CRISTIANO BRITO ALVES MEIRA (16764/DF)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FAAPERJ
ADV.(A/S) : CARLOS HENRIQUE DE SOUZA JUND (87458/RJ) E OUTRO(A/S)

Decisão: Após o voto do Ministro Nunes Marques (Relator), que não conhecia a) da alegação de inconstitucionalidade formal da Lei 9.876/99; b) da alegação de inconstitucionalidade do § 6º do art. 29 da Lei 8.213/91; e c) da alegação de inconstitucionalidade do fator previdenciário em relação à aposentadoria por tempo de contribuição; e, caso ultrapassada a questão da admissibilidade, julgava totalmente improcedente a ação, declarando a constitucionalidade formal da Lei 9.876/99, bem como a constitucionalidade formal e material do art. 29, *caput*, I e II e §§ 7º, 8º e 9º da Lei 8.213/91, na redação dada pela Lei 9.876/99, bem como do art. 3º da Lei 9.876/99, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Falou, pelo interessado Presidente da República, o Ministro Bruno Bianco Leal, Advogado-Geral da União. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 19.08.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.135 **(3)**

ORIGEM : ADI - 6093 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA
REQTE.(S) : PARTIDO DOS TRABALHADORES - PT
ADV.(A/S) : EUGÊNIO JOSÉ GUILHERME DE ARAGÃO (0004935/DF)
ADV.(A/S) : ANGELO LONGO FERRARO (37922/DF, 261268/SP)
REQTE.(S) : PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT
ADV.(A/S) : HUGO LEAL MELO DA SILVA (59485/RJ)
REQTE.(S) : PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PC DO B
ADV.(A/S) : PAULO MACHADO GUIMARÃES (DF005358/)
REQTE.(S) : PARTIDO SOCIALISTA DO BRASIL - PSB
ADV.(A/S) : LUIZ ARNÓBIO BENEVIDES COVÊLLO (0011149/DF)
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS TRABALHADORES DE COMBATE AS ENDEMIAS E SAÚDE PREVENTIVA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - SINTSAÚDE-RJ
ADV.(A/S) : JOSELICE ALELUIA CERQUEIRA DE JESUS (21257D/RJ) E OUTRO(A/S)
ADV.(A/S) : RAIMUNDO CEZAR BRITTO ARAGAO (32147/DF, 140251/MG, 1190/SE)
AM. CURIAE. : CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DO RIO DE JANEIRO - CRECI-RJ
ADV.(A/S) : LEONARDO MACHADO SOBRINHO (0066594/RJ)
AM. CURIAE. : FEDERACAO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO JUDICIARIO FEDERAL E MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO
ADV.(A/S) : PEDRO MAURICIO PITA DA SILVA MACHADO (29543/DF, 24372/RS, 12391/SC)

Decisão: Após o voto da Ministra Cármen Lúcia (Relatora), que julgava prejudicada a ação quanto ao art. 26 da Emenda Constitucional nº 19/1998 e, na parte remanescente, julgava parcialmente procedente a ação direta para declarar a inconstitucionalidade formal do *caput* do art. 39 da Constituição da República, alterado pela Emenda Constitucional nº 19/1998, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente Partido dos Trabalhadores - PT, o Dr. Eugênio José Guilherme de Aragão; pelo requerente Partido Comunista do Brasil - PCdoB, o Dr. Pedro Mauricio Pita Machado; pelo *amicus curiae* Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União- FENAJUFE, o Dr. Raimundo Cezar Britto Aragão; pelo *amicus curiae* Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Rio de Janeiro - CRECI-RJ,o Dr. Leonardo Machado Sobrinho; pelo *amicus curiae* Sindicato dos Trabalhadores de Combate as Endemias e Saúde Preventiva no Estado do Rio de Janeiro - SINTSAÚDE-RJ, o Dr. Paulo Francisco Soares Freire; pelo interessado, o Ministro José Levi Mello do Amaral Júnior, Advogado-Geral da União; e, pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Humberto Jacques de Medeiros, Vice-Procurador-Geral da República. Ausente, por motivo de licença médica, o Ministro Celso de Mello. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 03.09.2020 (Sessão realizada inteiramente por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Decisão: Após o voto antecipado do Ministro Gilmar Mendes, julgando improcedente o pedido formulado na ação direta, pediu vista dos autos o Ministro Nunes Marques. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 18.08.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.530 **(4)**

ORIGEM : ADI - 114622 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. NUNES MARQUES
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação direta e julgou procedente o pedido formulado para declarar a inconstitucionalidade do § 1º do art. 8º da Lei nº 9.504/97, com modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade, de modo tal que o dispositivo seja considerado inconstitucional apenas a partir de 24 de abril de 2002 (data da suspensão de sua eficácia pelo Supremo Tribunal Federal, na medida cautelar deferida nestes autos), nos termos do voto do Relator. Não participou, justificadamente, deste julgamento o Ministro Gilmar Mendes. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 18.08.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.601 **(5)**

ORIGEM : ADI - 8826 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (2525/PI)
ADV.(A/S) : RAFAEL BARBOSA DE CASTILHO (19979/DF)
ADV.(A/S) : MAURICIO GENTIL MONTEIRO (2435/SE)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM

AVISO

Foi publicada em 27/8/2021 a edição extra nº 163-A do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique aqui.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização das sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo interessado, o Dr. Adriano Martins De Paiva, Advogado da União; e, pelo *amicus curiae*, o Dr. Ávio Kalatzis de Britto, Procurador-Geral Federal. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 18.08.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.601 **(6)**

ORIGEM : ADI - 8826 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REQTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (2525/PI)
ADV.(A/S) : RAFAEL BARBOSA DE CASTILHO (19979/DF)
ADV.(A/S) : MAURICIO GENTIL MONTEIRO (2435/SE)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL FEDERAL (00000/DF)

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização das sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo interessado, o Dr. Adriano Martins De Paiva, Advogado da União; e, pelo *amicus curiae*, o Dr. Ávio Kalatzis de Britto, Procurador-Geral Federal. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 18.08.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta, nos termos do voto do Relator, vencido o Ministro Edson Fachin, que julgava parcialmente procedente o pedido. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 19.08.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.696 **(7)**

ORIGEM : 6696 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S) : PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE (P-SOL)
ADV.(A/S) : ANDRE BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (29498/DF, 7040/O/MT)
ADV.(A/S) : ALBERTO BRANDAO HENRIQUES MAIMONI (21144/DF, 7234/O/MT)
ADV.(A/S) : AFONSO HENRIQUES MAIMONI (26821/DF, 2772/A/MT, 67793/SP)
REQTE.(S) : PARTIDO DOS TRABALHADORES
ADV.(A/S) : FABIANA LAZZARINI AFONSO (61897/DF, 185219/SP)
ADV.(A/S) : ALBERTO MOREIRA RODRIGUES (12652/DF)
ADV.(A/S) : CLARA LIS COELHO DE ANDRADE (185778/RJ)
ADV.(A/S) : DESIREE GONCALVES DE SOUSA (51483/DF)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : CONFEDERACAO NACIONAL DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS-CNF
ADV.(A/S) : MAYARA LUIZA MATOS LOSCHA (43928/DF)
ADV.(A/S) : SOLANGE RODRIGUES LEAL (58789/DF)

Decisão: Após o voto do Ministro Ricardo Lewandowski (Relator), que conhecia parcialmente da ação direta e, na parte conhecida, julgava procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade formal da Lei Complementar n. 179/2021, pediu vista dos autos o Ministro Roberto Barroso. Falaram: pelo requerente Partido dos Trabalhadores, a Dra. Fabiana Lazzarini Afonso; pelo interessado Congresso Nacional, o Dr. Hugo Souto Kalil, Advogado do Senado Federal; e, pelo interessado Presidente da República, a Dra. Izabel Vinchon Nogueira de Andrade, Secretária-Geral de Contencioso da Advocacia-Geral da União. Plenário, Sessão Virtual de 18.6.2021 a 25.6.2021.

(Processo destacado do Plenário Virtual) **Decisão**: Após o voto do Ministro Ricardo Lewandowski (Relator), que conhecia parcialmente da ação direta e, na parte conhecida, julgava procedente o pedido para declarar a inconstitucionalidade formal da Lei Complementar n. 179/2021; e do voto antecipado do Ministro Roberto Barroso, que julgava improcedente o pedido e propunha a fixação da seguinte tese: "É constitucional a Lei Complementar nº 179/2021, que define os objetivos do Banco Central e dispõe sobre sua autonomia e sobre a nomeação e a exoneração de seu presidente e de seus diretores", o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo requerente Partido Socialismo e Liberdade - PSOL, o Dr. André Maimoni; pelo requerente Partido dos Trabalhadores, a Dra. Fabiana Lazzarini Afonso; pelo interessado Presidente da República, o Ministro Bruno Bianco Leal, Advogado-Geral da União; pelo interessado Congresso Nacional, o Dr. Fernando Cesar Cunha; e, pela Procuradoria-Geral da República, o Dr. Antônio Augusto Brandão de Aras, Procurador-Geral da República. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 25.08.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

DECISÕES
Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela Lei nº 9.882, de 03.12.1999)

Julgamentos

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 323 **(8)**

ORIGEM : ADPF - 323 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. GILMAR MENDES
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - CONFENEN
ADV.(A/S) : RICARDO ADOLPHO BORGES DE ALBUQUERQUE (0011110/DF)
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : CEBRASSE - CENTRAL BRASILEIRA DO SETOR DE SERVICOS
ADV.(A/S) : PERCIVAL MENON MARICATO (42143/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : EDGARD DO AMARAL SOUZA (100369/RJ) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONFEDERACAO NACIONAL DAS PROFISSOES LIBERAIS - CNPL
ADV.(A/S) : AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA (40152/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS AUTARQUIAS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL E NAS ENTIDADES COLIGADAS E AFINS - FENASERA
ADV.(A/S) : JOSE JULIO MACEDO DE QUEIROZ (0095297/RJ)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE CRÉDITO - CONTEC
ADV.(A/S) : BIANCA AIRES DE SOUZA (0033336/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM COMUNICAÇÕES E PUBLICIDADE - CONTCOP
ADV.(A/S) : AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA (40152/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS EMPRESAS DE REFEIÇÕES COLETIVAS E AFINS
ADV.(A/S) : AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA (40152/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : UNIAO GERAL DOS TRABALHADORES - UGT
ADV.(A/S) : AMADEU ROBERTO GARRIDO DE PAULA (40152/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CENTRAL DOS SINDICATOS BRASILEIROS - CSB
ADV.(A/S) : ZILMARA DAVID DE ALENCAR (38142/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO - FEITTNF
ADV.(A/S) : ZILMARA DAVID DE ALENCAR (38142/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS EMPREGADOS DESENHISTAS TÉCNICOS, ARTÍSTICOS, INDUSTRIAIS, PROJETISTAS TÉCNICOS E AUXILIARES - FENAEDES
ADV.(A/S) : ZILMARA DAVID DE ALENCAR (38142/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM PROCESSAMENTO DE DADOS E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SINDPD)
ADV.(A/S) : ZILMARA DAVID DE ALENCAR (38142/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA SAÚDE - CNTS
ADV.(A/S) : ZILMARA DAVID DE ALENCAR (38142/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA GRÁFICA, DA COMUNICAÇÃO GRÁFICA E DOS SERVIÇOS GRÁFICOS - CONATIG
ADV.(A/S) : ZILMARA DAVID DE ALENCAR (38142/DF)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDIFÍCIOS E CONDOMÍNIOS - CONATEC
ADV.(A/S) : ZILMARA DAVID DE ALENCAR (38142/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDIFÍCIOS E CONDOMÍNIOS - FENATEC
ADV.(A/S) : ZILMARA DAVID DE ALENCAR (38142/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EDIFÍCIOS DE SÃO PAULO - SINDIFÍCIOS
ADV.(A/S) : ZILMARA DAVID DE ALENCAR (38142/DF)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO E AFINS - CNTA
ADV.(A/S) : SID HARTA RIEDEL DE FIGUEIREDO (1509-A/DF, 11497/SP)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS - CNTM
ADV.(A/S) : ANTONIO ROSELLA (0033792/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FORCA SINDICAL
ADV.(A/S) : ANTONIO ROSELLA (33792/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - CONTEE
ADV.(A/S) : ADAILTON DA ROCHA TEIXEIRA (0019283/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES E EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE BENS E SERVIÇOS DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E ESPÍRITO SANTO - FECERJ
ADV.(A/S) : ZILMARA DAVID DE ALENCAR (38142/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FETRHOTEL SP/MS - FEDERAÇÃO INTERESTADUAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO PREPARADA E BEBIDA A VAREJO NOS ESTADOS DE SÃO PAULO E MATO GROSSO DO SUL
ADV.(A/S) : ZILMARA DAVID DE ALENCAR (38142/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS E AFINS - FNTTAA
ADV.(A/S) : ZILMARA DAVID DE ALENCAR (38142/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CENTRAL SINDICAL E POPULAR CONLUTAS
ADV.(A/S) : ARISTEU CESAR PINTO NETO (110059/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CNTEEC
ADV.(A/S) : CRISTIANO BRITO ALVES MEIRA (0016764/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO PAULISTA DOS AUXILIARES DE ADM ESCOLAR - FEPAAE
ADV.(A/S) : CRISTIANO BRITO ALVES MEIRA (0016764/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE SÃO PAULO - FEPESP
ADV.(A/S) : ZILMARA DAVID DE ALENCAR (38142/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : SINDECOF-DF - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL E ENTIDADES COLIGADAS E AFINS DO DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : FABIO FONTES ESTILLAC GOMEZ (34163/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRAB NA INDÚSTRIA QUÍMICA - CNTQ

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

SAVIO LUCIANO DE ANDRADE FILHO
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Publicação de Jornais Oficiais

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

ADV.(A/S) : CESAR AUGUSTO DE MELLO (92187/SP) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA DO ESTADO DO PARANÁ - FAEP
ADV.(A/S) : KLAUS DIAS KUHNEN (0022220/PR) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE - CONTRATUH
ADV.(A/S) : AGILBERTO SERÓDIO (DF010675/) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES TERRESTRES - CNTTT
ADV.(A/S) : AGILBERTO SERÓDIO (DF010675/)
AM. CURIAE. : NOVA CENTRAL SINDICAL DE TRABALHADORES - NCST
ADV.(A/S) : AGILBERTO SERÓDIO (DF010675/)

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização das sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pelo *amicus curiae* Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria Química - CNTQ, o Dr. José Eymard Loguercio; e, pelos *amici curiae* Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB; Federação Interestadual dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Serviços de Informática e Tecnologia de Informação - FEITTNF; Federação Nacional dos Empregados Desenhistas Técnicos, Artísticos, Industriais, Projetistas Técnicos e Auxiliares - FENAEDES; Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Tecnologia da Informação do Estado de São Paulo - SINDPD; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde - CNTS; Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria Gráfica, da Comunicação Gráfica e dos Serviços Gráficos - CONATIG; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Edifícios e Condomínios - CONATEC; Federação Nacional dos Trabalhadores em Edifícios e Condomínios - FENATEC; Sindicato dos Empregados em Edifícios de São Paulo - SINDIFÍCIOS; Federação dos Trabalhadores e Empregados no Comércio de Bens e Serviços dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo - FECERJ; Federação Interestadual dos Trabalhadores no Comércio e Serviços de Hospedagem, Alimentação Preparada e Bebida a Varejo nos Estados de São Paulo e Mato Grosso do Sul - FETRHOTEL SP/MS; Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins - FNTTAA; e Federação dos Professores do Estado de São Paulo - FEPESP, a Dra. Zilmara David de Alencar. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 17.06.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Decisão: Após o voto do Ministro Gilmar Mendes (Relator), que julgava procedente a presente arguição de descumprimento de preceito fundamental, de modo a declarar a inconstitucionalidade da Súmula 277 do Tribunal Superior do Trabalho, na versão atribuída pela Resolução 185, de 27 de setembro de 2012, assim como a inconstitucionalidade de interpretações e de decisões judiciais que entendem que o art. 114, parágrafo segundo, da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 45/2004, autoriza a aplicação do princípio da ultratividade de normas de acordos e de convenções coletivas, o julgamento foi suspenso. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 02.08.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Decisão: Após os votos dos Ministros Nunes Marques, Alexandre de Moraes e Roberto Barroso, que acompanhavam o Ministro Gilmar Mendes (Relator), julgando procedente a arguição; do voto do Ministro Edson Fachin, que julgava improcedente o pedido formulado; e do voto da Ministra Rosa Weber, que, preliminarmente, julgava prejudicada a arguição em razão da perda superveniente de objeto, e, no mérito, julgava improcedente o pedido, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Presidência do Ministro Luiz Fux. Plenário, 04.08.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Presidência da República

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

DESPACHO DE 27 DE AGOSTO DE 2021

CONSULTA PÚBLICA

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (ANPD), nos termos do disposto no art. 55-J, § 2º, da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2019, no art. 6º, § 1º, no art. 51, inc. V e parágrafo único e no art. 60 do Regimento Interno da ANPD, e considerando a deliberação do Conselho Diretor nos autos do processo nº 00261.000054/2021-37, submete à consulta pública a minuta de resolução que regulamenta a aplicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, para agentes de tratamento de pequeno porte, e torna públicos os procedimentos referentes à audiência pública para debate e manifestação da sociedade sobre a minuta de resolução.

A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da ANPD (www.anpd.gov.br) e na plataforma Participa Mais Brasil.

As sugestões deverão ser enviadas eletronicamente até o dia 29 de setembro de 2021 exclusivamente por meio da plataforma Participa Mais Brasil, disponível no seguinte sítio eletrônico: https://www.gov.br/participamaisbrasil/minuta-de-resolucao-para-aplicacao-da-lgpd-para-microempresas-e-empresas-de-pequeno-porte-

A audiência pública será realizada nos dias 14 e 15 de setembro de 2021, de forma virtual por meio do canal da ANPD no Youtube. Informações adicionais, incluindo os horários de realização, serão disponibilizados em momento oportuno.

WALDEMAR GONÇALVES ORTUNHO JÚNIOR

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DA MINISTRA

PORTARIA MAPA Nº 271, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Declara a revogação de atos normativos que disciplinam atividades de competência da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI/MAPA, da Secretaria de Política Agrícola - SPA/MAPA, do Serviço Florestal Brasileiro - SFB/MAPA e dos Órgãos extintos cujas competências foram transferidas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

A MINISTRA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso I, no art. 8º, incisos I, II e III, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e no art. 6º, inciso I, alínea "d", da Portaria MAPA nº 199, de 23 de junho de 2020, com a redação dada pela Portaria MAPA nº 242, de 28 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Fica declarada a revogação, nos termos do art. 8º, incisos I, II e III, do Decreto nº 10.139, de 2019, dos atos normativos inferiores a decreto que disciplinam atividades de competência da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais - SCRI/MAPA, da Secretaria de Política Agrícola - SPA/MAPA, do Serviço Florestal Brasileiro - SFB/MAPA e dos Órgãos extintos cujas atribuições foram transferidas para o MAPA, na forma a seguir:

I - Anexo I: já revogados tacitamente;

II - Anexo II: cujos efeitos tenham se exaurido no tempo; e

III - Anexo III: vigentes, cuja necessidade ou cujo significado não pôde ser identificado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TEREZA CRISTINA CORREA DA COSTA DIAS

ANEXO I

ANEXO I
ATOS NORMATIVOS JÁ REVOGADOS TACITAMENTE
(Art. 8º, inciso I, do Decreto nº 10.139, de 2019)

ÓRGÃO/MINISTÉRIO	ESPÉCIE	Nº	DATA
SCRI	PORTARIA	113	04 de junho de 2019
SCRI	PORTARIA INTERMINISTERIAL	3	30 de julho de 2019
SFB	RESOLUÇÃO	1	07 de maio de 2009
SFB	PORTARIA	68	09 de setembro de 2009
SFB	RESOLUÇÃO	7	16 de novembro de 2010
SFB	PORTARIA	40	16 de março de 2012
SFB	RESOLUÇÃO	15	1 de agosto de 2012
SFB	RESOLUÇÃO	42	13 de dezembro de 2017
SFB	RESOLUÇÃO	3	27 de agosto de 2018
SFB	RESOLUÇÃO	12	19 de fevereiro de 2020
SPA	PORTARIA	41	27 de abril de 2004
SPA	PORTARIA	1	15 de junho de 2005
SPA	RESOLUÇÃO	1	28 de novembro de 2002
SPA	RESOLUÇÃO	2	28 de novembro de 2002
SPA	PORTARIA	17	22 de janeiro de 2003
SPA	RESOLUÇÃO	5	22 de outubro de 2003
SPA	PORTARIA	74	09 de junho de 2006
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	29 de agosto de 2006
SPA	RESOLUÇÃO	5	25 de agosto de 2008
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	09 de outubro de 2008
SPA	RESOLUÇÃO	5	04 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	141	17 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	144	17 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	142	17 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	143	17 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	145	17 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	150	17 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	151	17 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	152	17 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	281	25 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	320	21 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	390	22 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	29	27 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	35	10 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	38	10 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	39	10 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	40	10 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	41	10 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	36	10 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	37	10 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	47	14 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	45	14 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	46	14 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	48	14 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	52	17 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	53	17 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	54	17 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	55	17 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	65	17 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	66	17 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	67	17 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	68	17 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	70	21 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	346	18 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	61	17 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	254	18 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	256	21 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	257	21 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	258	21 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	259	21 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	260	21 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	261	21 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	262	21 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	263	21 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	264	21 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	281	03 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	342	29 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	343	29 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	345	29 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	346	29 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	347	29 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	348	29 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	55	17 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	433	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	458	30 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	459	30 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	460	30 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	461	30 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	8	04 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	178	27 de agosto de 2012
SPA	PORTARIA	200	03 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	201	03 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	202	03 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	203	03 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	204	03 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	205	03 de setembro de 2012

SPA	PORTARIA	206	03 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	207	03 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	208	03 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	209	03 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	210	03 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	211	03 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	212	03 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	213	03 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	214	03 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	267	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	268	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	269	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	270	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	271	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	272	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	324	06 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	325	06 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	323	06 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	325	06 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	140	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	141	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	163	11 de agosto de 2014
SPA	PORTARIA	164	11 de agosto de 2014
SPA	PORTARIA	165	14 de agosto de 2014
SPA	PORTARIA	166	18 de agosto de 2014
SPA	PORTARIA	172	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	204	05 de outubro de 2016
SPA	PORTARIA	1	01 de fevereiro de 2019
SPA	PORTARIA	5	13 de fevereiro de 2019
SPA	PORTARIA	6	13 de fevereiro de 2019
SPA	PORTARIA	7	13 de fevereiro de 2019
SPA	PORTARIA	8	13 de fevereiro de 2019
SPA	PORTARIA	9	13 de fevereiro de 2019
SPA	PORTARIA	10	13 de fevereiro de 2019
SPA	PORTARIA	11	13 de fevereiro de 2019
SPA	PORTARIA	12	13 de fevereiro de 2019
SPA	PORTARIA	13	13 de fevereiro de 2019
SPA	PORTARIA	14	13 de fevereiro de 2019
SPA	PORTARIA	15	13 de fevereiro de 2019
SPA	PORTARIA	37	05 de abril de 2019
SPA	PORTARIA	84	23 de julho de 2019
SPA	PORTARIA	78	24 de julho de 2019
SPA	PORTARIA	88	24 de julho de 2019
SPA	PORTARIA	89	24 de julho de 2019
SPA	PORTARIA	90	24 de julho de 2019
SPA	PORTARIA	91	24 de julho de 2019
SPA	PORTARIA	92	24 de julho de 2019
SPA	PORTARIA	93	24 de julho de 2019
SPA	PORTARIA	94	24 de julho de 2019
SPA	PORTARIA	95	24 de julho de 2019
SPA	PORTARIA	97	24 de julho de 2019
MIRAD/SEASC	INSTRUÇÃO	7	26 de outubro de 1988
MEAF	PORTARIA	4	29 de janeiro de 1985
MIRAD	PORTARIA	116	27 de dezembro de 1985
MDA/INCRA	PORTARIA	9	27 de outubro de 2004
MPOG/MDA	PORTARIA	596	22 de dezembro de 2011
MDA	PORTARIA	6	31 de janeiro de 2013
MMA/MDA	PORTARIA	369	4 de setembro de 2013
SEAD	PORTARIA	205	29 de março de 2018

ANEXO II

ATOS NORMATIVOS CUJOS EFEITOS TENHAM SE EXAURIDO NO TEMPO

(Art. 8º, inciso II, do Decreto nº 10.139, de 2019)

ÓRGÃO/MINISTÉRIO	ESPÉCIE	Nº	DATA
SFB	RESOLUÇÃO	1	12 de maio de 2007
SFB	RESOLUÇÃO	3	05 de junho de 2008
SFB	PORTARIA	25	04 de agosto de 2008
SFB	RESOLUÇÃO	2	12 de maio de 2009
SFB	PORTARIA	61	31 de julho de 2009
SFB	RESOLUÇÃO	2	04 de agosto de 2010
SFB	RESOLUÇÃO	3	05 de agosto de 2010
SFB	PORTARIA	67	05 de agosto de 2010
SFB	RESOLUÇÃO	1	19 de maio de 2011
SFB	PORTARIA	75	05 de agosto de 2011
SFB	RESOLUÇÃO	7	21 de dezembro de 2011
SFB	RESOLUÇÃO	8	22 de dezembro de 2011
SFB	PORTARIA	88	26 de julho de 2012
SFB	RESOLUÇÃO	18	28 de dezembro de 2012
SFB	PORTARIA	100	30 de julho de 2013
SFB	PORTARIA	104	02 de agosto de 2013
SFB	RESOLUÇÃO	22	30 de dezembro de 2013
SFB	PORTARIA	73	04 de junho de 2014
SFB	PORTARIA	92	29 de julho de 2014
SFB	RESOLUÇÃO	26	23 de dezembro de 2014
SFB	PORTARIA	83	29 de julho de 2015
SFB	PORTARIA	113	17 de setembro de 2015
SFB	RESOLUÇÃO	28	13 de outubro de 2015
SFB	RESOLUÇÃO	30	23 de dezembro de 2015
SFB	RESOLUÇÃO	32	18 de abril de 2016
SFB	RESOLUÇÃO	33	18 de abril de 2016
SFB	PORTARIA	89	25 de julho de 2016
SFB	PORTARIA	108	02 de setembro de 2016
SFB	RESOLUÇÃO	35	19 de dezembro de 2016
SFB	RESOLUÇÃO	36	21 de dezembro de 2016
SFB	PORTARIA	77	06 de julho de 2017
SFB	PORTARIA	86	26 de julho de 2017
SFB	RESOLUÇÃO	41	13 de dezembro de 2017
SFB	PORTARIA	66	27 de julho de 2018
SFB	RESOLUÇÃO	6	14 de dezembro de 2018
SFB	PORTARIA	106	27 de setembro de 2019
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	29	21 de junho de 2018
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	55	9 de outubro de 2018
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	21 de agosto de 2019
SPA	PORTARIA	3	1 de setembro de 2000
SPA	PORTARIA	42	6 de março de 2004
SPA	PORTARIA	21	8 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	205	20 de agosto de 2020
SPA	PORTARIA	321	15 de maio de 1945
SPA	RESOLUÇÃO	2	25 de julho de 1974
SPA	PORTARIA	116	1 de dezembro de 1978
SPA	RESOLUÇÃO	1	21 de março de 1979
SPA	PORTARIA	9	28 de junho de 1979
SPA	PORTARIA	234	26 de novembro de 1981
SPA	PORTARIA	470	26 de novembro de 1981
SPA	PORTARIA	22	18 de julho de 1989
SPA	PORTARIA INTERMINISTERIAL	130	7 de outubro de 1991
SPA	PORTARIA INTERMINISTERIAL	131	7 de outubro de 1991
SPA	PORTARIA INTERMINISTERIAL	251	5 de outubro de 1992
SPA	PORTARIA	182	26 de agosto de 1994
SPA	PORTARIA INTERMINISTERIAL	224	4 de novembro de 1994
SPA	PORTARIA INTERMINISTERIAL	225	19 de abril de 1995
SPA	PORTARIA INTERMINISTERIAL	488-B	4 de agosto de 1995
SPA	PORTARIA	616	28 de setembro de 1995
SPA	PORTARIA INTERMINISTERIAL	473	8 de agosto de 1996
SPA	PORTARIA	667	6 de novembro de 1996
SPA	PORTARIA INTERMINISTERIAL	454	4 de novembro de 1997
SPA	PORTARIA	16	12 de dezembro de 1997
SPA	PORTARIA	1	7 de janeiro de 1998
SPA	PORTARIA	19	3 de setembro de 1998
SPA	PORTARIA	48	10 de abril de 2008
SPA	PORTARIA	18	14 de maio de 2001
SPA	PORTARIA	19	24 de maio de 2001
SPA	PORTARIA	22	5 de junho de 2001
SPA	PORTARIA	20	19 de junho de 2001
SPA	PORTARIA	21	22 de junho de 2001
SPA	PORTARIA	23	17 de julho de 2001
SPA	PORTARIA	24	19 de julho de 2001
SPA	PORTARIA	25	23 de julho de 2001
SPA	PORTARIA	26	27 de julho de 2001
SPA	PORTARIA	27	30 de julho de 2001
SPA	PORTARIA	29	15 de agosto de 2001
SPA	PORTARIA	32	15 de agosto de 2001
SPA	PORTARIA	37	4 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	38	5 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	39	5 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	42	10 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	46	10 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	47	11 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	49	11 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	50	11 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	52	11 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	53	11 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	54	11 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	56	12 de setembro de 2001

SPA	PORTARIA	57	12 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	58	13 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	59	14 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	61	14 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	64	17 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	65	18 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	66	18 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	75	21 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	76	21 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	77	21 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	78	21 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	515	28 de setembro de 2001
SPA	PORTARIA	83	1 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	84	1 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	85	1 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	86	1 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	87	1 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	88	4 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	89	4 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	90	5 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	91	5 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	92	10 de outubro de 2001
SPA	RESOLUÇÃO	1	11 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	93	11 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	94	18 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	95	19 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	96	22 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	97	22 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	98	22 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	99	22 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	100	24 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	101	24 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	102	24 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	103	24 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	104	24 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	106	26 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	107	30 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	108	30 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	110	30 de outubro de 2001
SPA	PORTARIA	111	1 de novembro de 2001
SPA	PORTARIA	112	6 de novembro de 2001
SPA	PORTARIA	589	10 de dezembro de 2001
SPA	PORTARIA	1	2 de janeiro de 2002
SPA	PORTARIA	2	15 de janeiro de 2002
SPA	PORTARIA	3	22 de janeiro de 2002
SPA	PORTARIA	4	28 de janeiro de 2002
SPA	PORTARIA	5	28 de janeiro de 2002
SPA	PORTARIA	6	28 de janeiro de 2002
SPA	PORTARIA	1	29 de janeiro de 2002
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 1/2002	S/N	1 de fevereiro de 2002
SPA	PORTARIA	7	4 de fevereiro de 2002
SPA	PORTARIA	8	13 de fevereiro de 2002
SPA	PORTARIA	9	14 de fevereiro de 2002
SPA	PORTARIA	10	14 de fevereiro de 2002
SPA	PORTARIA	11	26 de fevereiro de 2002
SPA	PORTARIA	13	27 de fevereiro de 2002
SPA	PORTARIA	12	28 de fevereiro de 2002
SPA	PORTARIA	14	1 de março de 2002
SPA	PORTARIA	16	5 de março de 2002
SPA	PORTARIA	18	5 de março de 2002
SPA	PORTARIA	19	6 de março de 2002
SPA	PORTARIA	20	11 de março de 2002
SPA	PORTARIA	283	13 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	21	2 de abril de 2002
SPA	PORTARIA	4-12	3 de abril de 2002
SPA	PORTARIA	22	8 de abril de 2002
SPA	PORTARIA	23	9 de abril de 2002
SPA	PORTARIA	24	12 de abril de 2002
SPA	PORTARIA	13	28 de abril de 2002
SPA	PORTARIA	25	7 de maio de 2002
SPA	PORTARIA	26	13 de maio de 2002
SPA	PORTARIA	27	14 de maio de 2002
SPA	PORTARIA	16	28 de maio de 2002
SPA	PORTARIA	28	31 de maio de 2002
SPA	PORTARIA	29	31 de maio de 2002
SPA	PORTARIA	266	21 de junho de 2002
SPA	PORTARIA	30	24 de junho de 2002
SPA	PORTARIA	19	26 de junho de 2002
SPA	PORTARIA	31	1 de julho de 2002
SPA	PORTARIA	32	1 de julho de 2002
SPA	PORTARIA	33	9 de julho de 2002
SPA	PORTARIA	34	10 de julho de 2002
SPA	PORTARIA	35	11 de julho de 2002
SPA	PORTARIA	36	15 de julho de 2002
SPA	PORTARIA	37	17 de julho de 2002
SPA	PORTARIA	38	18 de julho de 2002
SPA	PORTARIA	39	22 de julho de 2002
SPA	PORTARIA	40	24 de julho de 2002
SPA	PORTARIA	42	24 de julho de 2002
SPA	PORTARIA	43	24 de julho de 2002
SPA	PORTARIA	46	24 de julho de 2002
SPA	PORTARIA	47	24 de julho de 2002
SPA	PORTARIA	44	24 de julho de 2002
SPA	PORTARIA	45	24 de julho de 2002
SPA	PORTARIA	48	29 de julho de 2002
SPA	PORTARIA	49	29 de julho de 2002
SPA	PORTARIA	40	30 de julho de 2002
SPA	PORTARIA	50	31 de julho de 2002
SPA	PORTARIA	51	31 de julho de 2002
SPA	PORTARIA	52	1 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	53	1 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	54	1 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	55	2 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	56	2 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	57	2 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	58	6 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	59	6 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	60	6 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	61	6 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	63	6 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	62	6 de agosto de 2002
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	48	16 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	67	16 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	39	19 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	68	21 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	69	21 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	1.022	26 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	70	26 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	71	26 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	72	26 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	73	26 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	74	30 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	75	30 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	76	30 de agosto de 2002
SPA	PORTARIA	77	2 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	78	2 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	79	2 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	80	2 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	81	2 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	83	2 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	84	2 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	85	2 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	86	2 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	87	2 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	88	3 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	89	3 de setembro de 2002
SPA	RESOLUÇÃO	1	10 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	90	11 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	91	11 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	93	11 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	94	11 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	95	11 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	96	11 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	97	13 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	98	13 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	99	13 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	100	13 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	101	18 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	102	18 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	103	18 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	104	18 de setembro de 2002

SPA	PORTARIA	105	18 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	106	19 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	107	20 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	92	22 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	108	23 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	109	24 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	24	30 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	110	30 de setembro de 2002
SPA	PORTARIA	111	3 de outubro de 2002
SPA	PORTARIA	459	9 de outubro de 2002
SPA	PORTARIA	112	10 de outubro de 2002
SPA	PORTARIA	113	11 de outubro de 2002
SPA	PORTARIA	114	21 de outubro de 2002
SPA	PORTARIA	115	23 de outubro de 2002
SPA	PORTARIA	116	29 de outubro de 2002
SPA	PORTARIA	1-026	30 de outubro de 2002
SPA	PORTARIA	25	30 de outubro de 2002
SPA	PORTARIA	117	1 de novembro de 2002
SPA	PORTARIA	118	1 de novembro de 2002
SPA	PORTARIA	119	1 de novembro de 2002
SPA	PORTARIA	120	1 de novembro de 2002
SPA	PORTARIA	120	1 de novembro de 2002
SPA	PORTARIA	121	1 de novembro de 2002
SPA	PORTARIA	122	1 de novembro de 2002
SPA	PORTARIA	123	1 de novembro de 2002
SPA	PORTARIA	126	8 de novembro de 2002
SPA	PORTARIA	124	11 de novembro de 2002
SPA	PORTARIA	127	11 de novembro de 2002
SPA	PORTARIA	128	12 de novembro de 2002
SPA	PORTARIA	125	14 de novembro de 2002
SPA	PORTARIA	32	12 de dezembro de 2002
SPA	PORTARIA	129	20 de dezembro de 2002
SPA	PORTARIA	130	20 de dezembro de 2002
SPA	PORTARIA	131	20 de dezembro de 2002
SPA	PORTARIA	132	20 de dezembro de 2002
SPA	PORTARIA	133	20 de dezembro de 2002
SPA	PORTARIA	134	20 de dezembro de 2002
SPA	PORTARIA	135	20 de dezembro de 2002
SPA	PORTARIA	1	19 de janeiro de 2003
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	31 de janeiro de 2003
SPA	PORTARIA	1	19 de fevereiro de 2003
SPA	PORTARIA	2	19 de fevereiro de 2003
SPA	PORTARIA	3	20 de fevereiro de 2003
SPA	PORTARIA	4	20 de fevereiro de 2003
SPA	PORTARIA	5	20 de fevereiro de 2003
SPA	PORTARIA	8	21 de fevereiro de 2003
SPA	PORTARIA	9	21 de fevereiro de 2003
SPA	PORTARIA	10	21 de fevereiro de 2003
SPA	PORTARIA	11	24 de fevereiro de 2003
SPA	PORTARIA	12	24 de fevereiro de 2003
SPA	PORTARIA	1	25 de fevereiro de 2003
SPA	PORTARIA	13	27 de fevereiro de 2003
SPA	PORTARIA	14	27 de fevereiro de 2003
SPA	PORTARIA	15	7 de março de 2003
SPA	PORTARIA	16	10 de março de 2003
SPA	PORTARIA	17	19 de março de 2003
SPA	PORTARIA	18	19 de março de 2003
SPA	PORTARIA	19	19 de março de 2003
SPA	PORTARIA	20	19 de março de 2003
SPA	PORTARIA	21	19 de março de 2003
SPA	PORTARIA	22	19 de março de 2003
SPA	PORTARIA	23	20 de março de 2003
SPA	PORTARIA	24	24 de abril de 2003
SPA	PORTARIA	26	25 de abril de 2003
SPA	PORTARIA	27	5 de maio de 2003
SPA	PORTARIA	28	5 de maio de 2003
SPA	RESOLUÇÃO	30	15 de maio de 2003
SPA	PORTARIA	32	16 de maio de 2003
SPA	PORTARIA	33	20 de maio de 2003
SPA	PORTARIA	554	27 de maio de 2003
SPA	PORTARIA	36	9 de junho de 2003
SPA	RESOLUÇÃO	4	30 de julho de 2003
SPA	PORTARIA	37	5 de agosto de 2003
SPA	PORTARIA	38	7 de agosto de 2003
SPA	PORTARIA	39	11 de agosto de 2003
SPA	PORTARIA	41	22 de agosto de 2003
SPA	PORTARIA	44	22 de agosto de 2003
SPA	PORTARIA	49	25 de agosto de 2003
SPA	PORTARIA	50	26 de agosto de 2003
SPA	PORTARIA	51	26 de agosto de 2003
SPA	PORTARIA	52	26 de agosto de 2003
SPA	PORTARIA	53	29 de agosto de 2003
SPA	RESOLUÇÃO	3	22 de outubro de 2003
SPA	RESOLUÇÃO	4	22 de outubro de 2003
SPA	RESOLUÇÃO	6	22 de outubro de 2003
SPA	RESOLUÇÃO	7	22 de outubro de 2003
SPA	PORTARIA	37	28 de outubro de 2003
SPA	PORTARIA	114	18 de novembro de 2003
SPA	PORTARIA	115	18 de novembro de 2003
SPA	PORTARIA	107	19 de novembro de 2003
SPA	PORTARIA	108	19 de novembro de 2003
SPA	PORTARIA	116	19 de novembro de 2003
SPA	PORTARIA	109	20 de novembro de 2003
SPA	PORTARIA	110	20 de novembro de 2003
SPA	PORTARIA	113	20 de novembro de 2003
SPA	PORTARIA	117	21 de novembro de 2003
SPA	PORTARIA	118	21 de novembro de 2003
SPA	PORTARIA	119	21 de novembro de 2003
SPA	PORTARIA	124	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	120	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	121	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	122	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	123	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	124	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	126	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	127	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	128	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	130	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	131	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	132	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	133	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	134	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	135	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	136	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	137	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	138	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	139	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	140	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	141	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	142	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	143	8 de dezembro de 2003
SPA	PORTARIA	125	12 de dezembro de 2003
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 129/2003	S/N	20 de janeiro de 2004
SPA	PORTARIA	1	29 de janeiro de 2004
SPA	PORTARIA	1	11 de fevereiro de 2004
SPA	PORTARIA	2	25 de fevereiro de 2004
SPA	PORTARIA	3	25 de fevereiro de 2004
SPA	PORTARIA	4	25 de fevereiro de 2004
SPA	PORTARIA	5	25 de fevereiro de 2004
SPA	PORTARIA	6	25 de fevereiro de 2004
SPA	PORTARIA	7	25 de fevereiro de 2004
SPA	PORTARIA	8	25 de fevereiro de 2004
SPA	PORTARIA	9	25 de fevereiro de 2004
SPA	PORTARIA	10	25 de fevereiro de 2004
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 130/2003	S/N	25 de fevereiro de 2004
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 1/2004	S/N	15 de março de 2004
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 124/2003	S/N	16 de março de 2004
SPA	PORTARIA	11	1 de abril de 2004
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 22/2003	S/N	1 de abril de 2004
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 7 E 10/2004	S/N	8 de abril de 2004
SPA	PORTARIA	12	4 de maio de 2004
SPA	PORTARIA	14	10 de maio de 2004
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 96/2003	S/N	21 de maio de 2004
SPA	PORTARIA	15	29 de junho de 2004
SPA	PORTARIA	16	2 de julho de 2004

SPA	PORTARIA	17	2 de julho de 2004
SPA	PORTARIA	32	3 de julho de 2004
SPA	PORTARIA	18	7 de julho de 2004
SPA	PORTARIA	19	7 de julho de 2004
SPA	PORTARIA	23	9 de julho de 2004
SPA	PORTARIA	24	9 de julho de 2004
SPA	PORTARIA	25	9 de julho de 2004
SPA	PORTARIA	27	30 de julho de 2004
SPA	PORTARIA	28	30 de julho de 2004
SPA	PORTARIA	29	30 de julho de 2004
SPA	PORTARIA	26	3 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	31	3 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	33	3 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	36	3 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	37	3 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	30	5 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	39	9 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	40	9 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	42	9 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	43	9 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	44	9 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	45	12 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	46	12 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	47	12 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	48	16 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	49	16 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	50	16 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	51	16 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	52	16 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	53	16 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	54	17 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	55	17 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	56	17 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	57	17 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	60	23 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	61	23 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	62	23 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	63	23 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	64	23 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	65	23 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	66	23 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	34	26 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	35	27 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	38	27 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	41	27 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	59	27 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	68	27 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	69	27 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	70	27 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	71	27 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	72	27 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	73	27 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	74	27 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	75	27 de agosto de 2004
SPA	PORTARIA	76	1 de setembro de 2004
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 58/2004	S/N	9 de setembro de 2004
SPA	PORTARIA	28	14 de setembro de 2004
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 34/2004	S/N	16 de setembro de 2004
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 35/2004	S/N	28 de setembro de 2004
SPA	PORTARIA	77	14 de outubro de 2004
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	15 de outubro de 2004
SPA	PORTARIA	78	20 de outubro de 2004
SPA	PORTARIA	79	20 de outubro de 2004
SPA	PORTARIA	80	20 de outubro de 2004
SPA	PORTARIA	81	20 de outubro de 2004
SPA	PORTARIA	82	20 de outubro de 2004
SPA	PORTARIA	83	20 de outubro de 2004
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 26/2004	S/N	28 de outubro de 2004
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 34/2004	S/N	28 de outubro de 2004
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 45/2004	S/N	28 de outubro de 2004
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 47/2004	S/N	28 de outubro de 2004
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 48/2004	S/N	28 de outubro de 2004
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 50/2004	S/N	28 de outubro de 2004
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 51/2004	S/N	28 de outubro de 2004
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 66/2004	S/N	28 de outubro de 2004
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 69/2004	S/N	28 de outubro de 2004
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	4 de novembro de 2004
SPA	PORTARIA	84	8 de novembro de 2004
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 79/2004	S/N	10 de novembro de 2004
SPA	PORTARIA	86	17 de novembro de 2004
SPA	PORTARIA	87	17 de novembro de 2004
SPA	PORTARIA	88	17 de novembro de 2004
SPA	PORTARIA	89	17 de novembro de 2004
SPA	PORTARIA	90	17 de novembro de 2004
SPA	PORTARIA	91	17 de novembro de 2004
SPA	PORTARIA	93	23 de novembro de 2004
SPA	PORTARIA	94	29 de novembro de 2004
SPA	PORTARIA	95	29 de novembro de 2004
SPA	PORTARIA	97	29 de novembro de 2004
SPA	PORTARIA	92	2 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	98	8 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	99	15 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	100	16 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	102	22 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	103	22 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	104	22 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	105	22 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	106	23 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	107	23 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	108	23 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	109	27 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	111	27 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	112	27 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	113	27 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	114	28 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	115	28 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	116	28 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	117	28 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	118	28 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	119	28 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	120	28 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	121	28 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	122	28 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	38	29 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	123	29 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	124	29 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	125	29 de dezembro de 2004
SPA	PORTARIA	1	3 de janeiro de 2005
SPA	PORTARIA	2	5 de janeiro de 2005
SPA	PORTARIA	3	5 de janeiro de 2005
SPA	PORTARIA	4	6 de janeiro de 2005
SPA	PORTARIA	5	6 de janeiro de 2005
SPA	PORTARIA	6	6 de janeiro de 2005
SPA	PORTARIA	8	10 de janeiro de 2005
SPA	PORTARIA	9	10 de janeiro de 2005
SPA	PORTARIA	10	10 de janeiro de 2005
SPA	PORTARIA	11	13 de janeiro de 2005
SPA	PORTARIA	12	13 de janeiro de 2005
SPA	PORTARIA	13	19 de janeiro de 2005
SPA	PORTARIA	14	19 de janeiro de 2005
SPA	PORTARIA	17	21 de janeiro de 2005
SPA	PORTARIA	18	25 de janeiro de 2005
SPA	PORTARIA	19	25 de janeiro de 2005

SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 101/2004	S/N	27 de janeiro de 2005
SPA	PORTARIA	1	31 de janeiro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 75/2004	S/N	21 de março de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 77/2004	S/N	28 de março de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 29/2005	S/N	28 de março de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 75/2005	S/N	7 de abril de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 19/2005	S/N	8 de abril de 2005
SPA	PORTARIA	35	25 de abril de 2005
SPA	PORTARIA	36	25 de abril de 2005
SPA	PORTARIA	37	25 de abril de 2005
SPA	PORTARIA	38	25 de abril de 2005
SPA	PORTARIA	39	25 de abril de 2005
SPA	PORTARIA	40	25 de abril de 2005
SPA	PORTARIA	41	25 de abril de 2005
SPA	PORTARIA	42	25 de abril de 2005
SPA	PORTARIA	43	25 de abril de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 24/2005	S/N	16 de maio de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 13/2005	S/N	16 de maio de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 25/2005	S/N	16 de maio de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 7/2005	S/N	16 de maio de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 11/2005	S/N	16 de maio de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 92/2004, 42 E 19/2005	S/N	25 de maio de 2005
SPA	PORTARIA	44	30 de maio de 2005
SPA	PORTARIA	45	30 de maio de 2005
SPA	PORTARIA	46	30 de maio de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 35/2005	S/N	3 de junho de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 38/2005	S/N	3 de junho de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 39/2005	S/N	3 de junho de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 40/2005	S/N	3 de junho de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 41/2005	S/N	3 de junho de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 43/2005	S/N	3 de junho de 2005
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	10	14 de junho de 2005
SPA	PORTARIA	47	17 de junho de 2005
SPA	PORTARIA	48	17 de junho de 2005
SPA	PORTARIA	49	17 de junho de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 10/2005	S/N	17 de junho de 2005
SPA	PORTARIA	50	18 de julho de 2005
SPA	PORTARIA	51	18 de julho de 2005
SPA	PORTARIA	52	18 de julho de 2005
SPA	PORTARIA	53	18 de julho de 2005
SPA	PORTARIA	54	18 de julho de 2005
SPA	PORTARIA	55	18 de julho de 2005
SPA	PORTARIA	56	18 de julho de 2005
SPA	PORTARIA	57	18 de julho de 2005
SPA	PORTARIA	62	18 de julho de 2005
SPA	PORTARIA	65	18 de julho de 2005
SPA	PORTARIA	58	21 de julho de 2005
SPA	PORTARIA	59	21 de julho de 2005
SPA	PORTARIA	60	21 de julho de 2005
SPA	PORTARIA	61	21 de julho de 2005
SPA	PORTARIA	63	21 de julho de 2005
SPA	PORTARIA	64	21 de julho de 2005
SPA	PORTARIA	66	21 de julho de 2005
SPA	PORTARIA	67	21 de julho de 2005
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	27 de julho de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 25/2004	S/N	2 de agosto de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 55/2005	S/N	4 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	68	15 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	70	15 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	72	15 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	73	15 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	74	15 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	75	15 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	76	15 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	77	15 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	78	15 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	79	15 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	80	15 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	82	15 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	83	15 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	84	15 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	87	15 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	85	18 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	86	22 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	88	22 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	89	22 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	90	22 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	91	22 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	92	22 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	93	22 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	94	22 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	95	22 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	96	22 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	97	22 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	98	22 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	99	22 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	366	31 de agosto de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 47/2005	S/N	31 de agosto de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 75/2005	S/N	31 de agosto de 2005
SPA	PORTARIA	113	1 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 98/2005	S/N	5 de setembro de 2005
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	17	8 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	101	8 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	102	8 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	103	8 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	104	8 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	109	8 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	112	8 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	114	8 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	115	8 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	116	8 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	117	8 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	119	8 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	120	8 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	121	15 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	122	15 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 55/2005	S/N	19 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	124	21 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	125	21 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	126	21 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	128	22 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	129	22 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 101/2005	S/N	22 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 102/2005	S/N	22 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 116/2005	S/N	22 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 118/2005	S/N	22 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 120/2005	S/N	22 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 29/2005	S/N	22 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 30/2005	S/N	22 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 47/2005	S/N	22 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 48/2005	S/N	22 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 49/2005	S/N	22 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 54/2005	S/N	22 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 56/2005	S/N	22 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 76/2005	S/N	22 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 77/2005	S/N	22 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 78/2005	S/N	22 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 79/2005	S/N	22 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 80/2005	S/N	22 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 82/2005	S/N	22 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 85/2005	S/N	22 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	130	26 de setembro de 2005

SPA	PORTARIA	131	26 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	132	26 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	133	26 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	134	26 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	135	26 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	136	26 de setembro de 2005
SPA	PORTARIA	137	29 de setembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 117/2005	S/N	4 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 59/2005	S/N	4 de outubro de 2005
SPA	PORTARIA	138	5 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 101/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 102/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 103/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 114/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 115/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 116/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 117/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 118/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 130/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 131/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 131/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 47/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 48/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 49/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 54/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 56/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 76/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 77/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 78/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 79/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 80/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 85/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 92/2005	S/N	14 de outubro de 2005
SPA	PORTARIA	154	17 de outubro de 2005
SPA	PORTARIA	153	17 de outubro de 2005
SPA	PORTARIA	440	24 de outubro de 2005
SPA	PORTARIA	450	27 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 47/2005	S/N	28 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 74/2005	S/N	28 de outubro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 54/2005	S/N	1 de novembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 59/2005	S/N	1 de novembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 62/2005	S/N	1 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	140	3 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	141	3 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	142	3 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	118	8 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	147	11 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	150	11 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	151	11 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	144	11 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	145	11 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	146	11 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	148	11 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	149	11 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	152	11 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	160	17 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	156	17 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	159	17 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	163	17 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	155	17 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	157	17 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	158	17 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	161	17 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	162	17 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	167	18 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	164	18 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	165	18 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	166	18 de novembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 45/2005	S/N	21 de novembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 106/2005	S/N	21 de novembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 84/2005	S/N	24 de novembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 62/2005	S/N	25 de novembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 118/2005	S/N	25 de novembro de 2005
SPA	PORTARIA	168	2 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	169	2 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	170	2 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	171	2 de dezembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 59/2005	S/N	2 de dezembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 135/2005	S/N	5 de dezembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 116/2005	S/N	5 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	131	7 de outubro de 2005
SPA	PORTARIA	172	7 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	173	8 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	174	12 de dezembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 58/2005	S/N	12 de dezembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 128/2005	S/N	12 de dezembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 129/2005	S/N	12 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	178	16 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	179	16 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	180	16 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	182	16 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	183	16 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	184	16 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	185	16 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	186	16 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	187	16 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	188	16 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	175	16 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	176	16 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	177	16 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	181	16 de dezembro de 2005

SPA	PORTARIA	189	19 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	190	19 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	191	19 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	192	19 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	193	19 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	194	19 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	195	19 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	196	19 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	197	20 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	198	21 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	199	21 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	200	21 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	201	21 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	202	21 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	203	21 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	202	21 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	204	22 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	205	22 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	206	22 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	209	22 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	210	22 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	207	22 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	208	22 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	204	22 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	205	22 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	206	22 de dezembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 59/2005	S/N	22 de dezembro de 2005
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 116/2005	S/N	22 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	211	29 de dezembro de 2005
SPA	PORTARIA	1	2 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	2	3 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	3	3 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	4	3 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	6	3 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	5	5 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	11	12 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	28	13 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	16	12 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	18	13 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	19	13 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	20	13 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	24	13 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	25	13 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	26	13 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	27	13 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	21	13 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	22	13 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	23	13 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	17	13 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	29	16 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	30	17 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	31	17 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	32	20 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	34	20 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	33	20 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	35	20 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	36	20 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	1	25 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	35	31 de janeiro de 2006
SPA	PORTARIA	37	3 de fevereiro de 2006
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 170/2005	S/N	17 de fevereiro de 2006
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 168, 170 E 172/2005	S/N	17 de fevereiro de 2006
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 168/2005	S/N	17 de fevereiro de 2006
SPA	PORTARIA	51	22 de fevereiro de 2006
SPA	PORTARIA	40	22 de fevereiro de 2006
SPA	PORTARIA	41	22 de fevereiro de 2006
SPA	PORTARIA	42	22 de fevereiro de 2006
SPA	PORTARIA	38	22 de fevereiro de 2006
SPA	PORTARIA	39	22 de fevereiro de 2006
SPA	PORTARIA	44	22 de fevereiro de 2006
SPA	PORTARIA	45	23 de fevereiro de 2006
SPA	PORTARIA	46	23 de fevereiro de 2006
SPA	PORTARIA	47	24 de fevereiro de 2006
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 15/2006	S/N	6 de março de 2006
SPA	PORTARIA	48	8 de março de 2006
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 195/2005	S/N	8 de março de 2006
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 197/2005	S/N	15 de março de 2006
SPA	PORTARIA	50	17 de março de 2006
SPA	PORTARIA	51	17 de março de 2006
SPA	PORTARIA	49	17 de março de 2006
SPA	PORTARIA	82	4 de abril de 2006
SPA	PORTARIA	52	5 de abril de 2006
SPA	PORTARIA	53	5 de abril de 2006
SPA	PORTARIA	54	11 de abril de 2006
SPA	PORTARIA	55	11 de abril de 2006
SPA	PORTARIA	56	11 de abril de 2006
SPA	PORTARIA	57	11 de abril de 2006
SPA	PORTARIA	58	11 de abril de 2006
SPA	PORTARIA	59	11 de abril de 2006
SPA	PORTARIA	139	14 de abril de 2006
SPA	PORTARIA	60	5 de maio de 2006
SPA	PORTARIA	61	15 de maio de 2006
SPA	PORTARIA	63	16 de maio de 2006
SPA	PORTARIA	62	16 de maio de 2006
SPA	PORTARIA	64	18 de maio de 2006
SPA	PORTARIA	65	18 de maio de 2006
SPA	PORTARIA	67	18 de maio de 2006
SPA	PORTARIA	66	19 de maio de 2006
SPA	PORTARIA	43	22 de maio de 2006
SPA	PORTARIA	68	24 de maio de 2006
SPA	PORTARIA	69	24 de maio de 2006
SPA	PORTARIA	70	24 de maio de 2006
SPA	PORTARIA	71	24 de maio de 2006
SPA	PORTARIA	72	24 de maio de 2006
SPA	PORTARIA	73	24 de maio de 2006
SPA	PORTARIA	76	9 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	77	9 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	78	9 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	79	9 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	80	9 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	81	9 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	82	9 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	83	9 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	84	9 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	85	14 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	86	21 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	87	21 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	88	21 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	89	21 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	90	21 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	91	21 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	92	21 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	93	21 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	94	23 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	95	23 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	96	23 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	97	23 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	98	26 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	99	27 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	100	29 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	101	29 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	102	29 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	103	29 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	107	29 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	104	29 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	105	29 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	106	29 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	108	30 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	109	30 de junho de 2006
SPA	PORTARIA	111	4 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	112	4 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	114	4 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	115	4 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	116	4 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	117	4 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	110	4 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	113	4 de julho de 2006

SPA	PORTARIA	118	4 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	119	5 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	120	5 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	124	11 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	125	11 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	131	11 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	122	11 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	123	11 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	126	11 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	127	11 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	128	11 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	129	11 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	134	11 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	133	12 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	135	13 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	137	14 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	140	14 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	141	14 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	143	18 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	145	18 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	142	18 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	144	18 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	146	18 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	147	18 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	144	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	148	21 de julho de 2006
SPA	PORTARIA	149	2 de agosto de 2006
SPA	PORTARIA	150	2 de agosto de 2006
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 78/2006	S/N	14 de agosto de 2006
SPA	PORTARIA	152	16 de agosto de 2006
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 137/2015	S/N	14 de agosto de 2015
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 104/2006	S/N	23 de agosto de 2006
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 137/2006	S/N	23 de agosto de 2006
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 138/2006	S/N	23 de agosto de 2006
SPA	PORTARIA	153	25 de agosto de 2006
SPA	PORTARIA	154	31 de agosto de 2006
SPA	PORTARIA	155	31 de agosto de 2006
SPA	PORTARIA	156	11 de setembro de 2006
SPA	PORTARIA	157	18 de setembro de 2006
SPA	PORTARIA	158	18 de setembro de 2006
SPA	PORTARIA	159	18 de setembro de 2006
SPA	PORTARIA	160	18 de setembro de 2006
SPA	PORTARIA	161	18 de setembro de 2006
SPA	PORTARIA	162	18 de setembro de 2006
SPA	PORTARIA	163	21 de setembro de 2006
SPA	PORTARIA	165	21 de setembro de 2006
SPA	PORTARIA	166	21 de setembro de 2006
SPA	PORTARIA	164	21 de setembro de 2006
SPA	PORTARIA	167	21 de setembro de 2006
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 151/2006	S/N	22 de setembro de 2006
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 104/2006	S/N	22 de setembro de 2006
SPA	PORTARIA	168	6 de outubro de 2006
SPA	PORTARIA	169	11 de outubro de 2006
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 76/2006	S/N	19 de outubro de 2006
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 81/2006	S/N	19 de outubro de 2006
SPA	PORTARIA	170	20 de outubro de 2006
SPA	PORTARIA	178	23 de outubro de 2006
SPA	PORTARIA	179	23 de outubro de 2006
SPA	PORTARIA	171	23 de outubro de 2006
SPA	PORTARIA	172	23 de outubro de 2006
SPA	PORTARIA	173	23 de outubro de 2006
SPA	PORTARIA	174	23 de outubro de 2006
SPA	PORTARIA	175	23 de outubro de 2006
SPA	PORTARIA	176	23 de outubro de 2006
SPA	PORTARIA	177	23 de outubro de 2006
SPA	PORTARIA	182	6 de novembro de 2006
SPA	PORTARIA	180	6 de novembro de 2006
SPA	PORTARIA	181	6 de novembro de 2006
SPA	PORTARIA	183	6 de novembro de 2006
SPA	PORTARIA	184	6 de novembro de 2006
SPA	PORTARIA	185	6 de novembro de 2006
SPA	PORTARIA	278	10 de novembro de 2006
SPA	PORTARIA	186	17 de novembro de 2006
SPA	PORTARIA	187	17 de novembro de 2006
SPA	PORTARIA	188	17 de novembro de 2006
SPA	PORTARIA	189	17 de novembro de 2006
SPA	PORTARIA	190	17 de novembro de 2006
SPA	PORTARIA	191	17 de novembro de 2006
SPA	PORTARIA	192	17 de novembro de 2006
SPA	PORTARIA	193	17 de novembro de 2006
SPA	PORTARIA	194	17 de novembro de 2006
SPA	PORTARIA	195	17 de novembro de 2006
SPA	PORTARIA	196	17 de novembro de 2006
SPA	PORTARIA	197	17 de novembro de 2006
SPA	PORTARIA	198	17 de novembro de 2006
SPA	PORTARIA	199	30 de novembro de 2006
SPA	PORTARIA	200	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	201	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	202	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	203	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	205	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	207	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	208	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	209	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	210	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	215	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	217	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	206	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	211	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	212	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	213	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	214	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	216	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	218	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	219	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	220	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	221	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	222	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	223	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	224	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	225	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	226	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	227	4 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	228	5 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	230	8 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	229	8 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	234	11 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	235	11 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	236	11 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	238	11 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	239	11 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	240	11 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	241	11 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	232	11 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	233	11 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	237	10 de setembro de 2018
SPA	PORTARIA	237	11 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	242	14 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	243	14 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	244	14 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	245	14 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	246	14 de dezembro de 2006

SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 103/2006	S/N	15 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	247	20 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	248	21 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	249	22 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	250	22 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	251	22 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	252	28 de dezembro de 2006
SPA	PORTARIA	1	9 de janeiro de 2007
SPA	PORTARIA	2	16 de janeiro de 2007
SPA	PORTARIA	3	16 de janeiro de 2007
SPA	PORTARIA	4	16 de janeiro de 2007
SPA	PORTARIA	6	16 de janeiro de 2007
SPA	PORTARIA	7	16 de janeiro de 2007
SPA	PORTARIA	8	16 de janeiro de 2007
SPA	PORTARIA	9	18 de janeiro de 2007
SPA	PORTARIA	10	18 de janeiro de 2007
SPA	PORTARIA	2	23 de janeiro de 2007
SPA	PORTARIA	11	24 de janeiro de 2007
SPA	PORTARIA	12	24 de janeiro de 2007
SPA	PORTARIA	13	24 de janeiro de 2007
SPA	PORTARIA	14	24 de janeiro de 2007
SPA	PORTARIA	15	24 de janeiro de 2007
SPA	PORTARIA	16	24 de janeiro de 2007
SPA	PORTARIA	18	26 de janeiro de 2007
SPA	PORTARIA	19	26 de janeiro de 2007
SPA	PORTARIA	17	26 de janeiro de 2007
SPA	PORTARIA	38	5 de fevereiro de 2007
SPA	PORTARIA	20	9 de fevereiro de 2007
SPA	PORTARIA	21	9 de fevereiro de 2007
SPA	PORTARIA	22	9 de fevereiro de 2007
SPA	PORTARIA	23	9 de fevereiro de 2007
SPA	PORTARIA	24	12 de fevereiro de 2007
SPA	PORTARIA	25	13 de fevereiro de 2007
SPA	PORTARIA	26	15 de fevereiro de 2007
SPA	PORTARIA	27	16 de fevereiro de 2007
SPA	PORTARIA	28	16 de fevereiro de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 4/2007	S/N	21 de fevereiro de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 233, 234 E 235/2006	S/N	21 de fevereiro de 2007
SPA	PORTARIA	30	26 de fevereiro de 2007
SPA	PORTARIA	32	26 de fevereiro de 2007
SPA	PORTARIA	33	26 de fevereiro de 2007
SPA	PORTARIA	29	26 de fevereiro de 2007
SPA	PORTARIA	31	26 de fevereiro de 2007
SPA	PORTARIA	34	1 de março de 2007
SPA	PORTARIA	35	2 de março de 2007
SPA	PORTARIA	36	2 de março de 2007
SPA	PORTARIA	37	2 de março de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 28/2007	S/N	5 de março de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 210/2006	S/N	14 de março de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 35/2007	S/N	19 de março de 2007
SPA	PORTARIA INTERMINISTERIAL	47	28 de março de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 26/2007	S/N	2 de abril de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 27/2007	S/N	2 de abril de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 6/2007	S/N	2 de abril de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 8/2007	S/N	2 de abril de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 121/2006	S/N	12 de abril de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 27/2007	S/N	23 de abril de 2007
SPA	PORTARIA	39	30 de abril de 2007
SPA	PORTARIA	40	30 de abril de 2007
SPA	PORTARIA	41	30 de abril de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 38/2007	S/N	3 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	65	6 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	66	6 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	67	6 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	44	15 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	42	15 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	43	15 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	44	15 de maio de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 4/2007	S/N	16 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	45	21 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	50	22 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	51	22 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	52	22 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	53	22 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	54	22 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	55	22 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	46	22 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	47	22 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	48	22 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	49	22 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	56	25 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	57	25 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	58	25 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	59	25 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	60	25 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	61	25 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	62	25 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	63	25 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	64	25 de maio de 2007
SPA	PORTARIA	68	19 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	69	19 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	70	19 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	71	19 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	72	19 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	73	19 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	74	19 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	75	19 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	76	19 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	77	22 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	78	22 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	79	22 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	80	22 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	82	22 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	83	22 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	84	22 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	85	22 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	86	22 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	87	22 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	88	22 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	143	27 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	90	28 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	91	28 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	95	28 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	102	28 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	109	28 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	89	29 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	92	29 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	93	29 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	94	29 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	96	29 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	97	29 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	98	29 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	99	29 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	100	29 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	103	29 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	104	29 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	105	29 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	106	29 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	107	29 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	108	29 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	101	29 de junho de 2007
SPA	PORTARIA	112	2 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	113	2 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	114	2 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	115	2 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	116	2 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	117	2 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	118	2 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	119	2 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	120	2 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	122	2 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	123	2 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	110	2 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	111	2 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	121	2 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	124	10 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	125	10 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	126	10 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	132	12 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	134	12 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	135	12 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	138	12 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	127	12 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	128	12 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	129	12 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	130	12 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	131	12 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	133	12 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	136	12 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	137	12 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	144	13 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	141	13 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	139	13 de julho de 2007

SPA	PORTARIA	140	13 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	142	13 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	143	13 de julho de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 53/2007	S/N	16 de julho de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 54, 77, 79, 81, 85 E 104/2007	S/N	20 de julho de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 54/2007	S/N	20 de julho de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORARIA 77/2007	S/N	20 de julho de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 79/2007	S/N	20 de julho de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 81/2007	S/N	20 de julho de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 104/2007	S/N	20 de julho de 2007
SPA	PORTARIA	270	28 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	147	2 de agosto de 2007
SPA	PORTARIA	145	2 de agosto de 2007
SPA	PORTARIA	146	2 de agosto de 2007
SPA	PORTARIA	148	2 de agosto de 2007
SPA	PORTARIA	152	7 de agosto de 2007
SPA	PORTARIA	149	7 de agosto de 2007
SPA	PORTARIA	150	7 de agosto de 2007
SPA	PORTARIA	151	7 de agosto de 2007
SPA	PORTARIA	153	13 de agosto de 2007
SPA	PORTARIA	154	21 de agosto de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 54/2007	S/N	29 de agosto de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 154/2007	S/N	31 de agosto de 2007
SPA	PORTARIA	155	4 de setembro de 2007
SPA	PORTARIA	158	5 de setembro de 2007
SPA	PORTARIA	156	5 de setembro de 2007
SPA	PORTARIA	157	5 de setembro de 2007
SPA	PORTARIA	159	5 de setembro de 2007
SPA	PORTARIA	160	5 de setembro de 2007
SPA	PORTARIA	161	5 de setembro de 2007
SPA	PORTARIA	162	5 de setembro de 2007
SPA	PORTARIA	163	5 de setembro de 2007
SPA	PORTARIA	164	14 de setembro de 2007
SPA	PORTARIA	165	17 de setembro de 2007
SPA	PORTARIA	166	17 de setembro de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 84, 128, 131 E 135/2007	S/N	17 de setembro de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 128, 131 E 135/2007	S/N	17 de setembro de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 131/2007	S/N	17 de setembro de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 154/2007	S/N	20 de setembro de 2007
SPA	PORTARIA	172	2 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	167	2 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	168	2 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	169	2 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	170	2 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	171	2 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	173	2 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	174	5 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	176	5 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	175	5 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	178	8 de outubro de 2007
SPA	RESOLUÇÃO	1	9 de outubro de 2007
SPA	RESOLUÇÃO	2	9 de outubro de 2007
SPA	RESOLUÇÃO	3	9 de outubro de 2007
SPA	RESOLUÇÃO	4	9 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	245	11 de outubro de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 77, 79, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 109, 155 E 163/2007	S/N	23 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	179	18 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	180	19 de outubro de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 211/2006 E 92/2007	S/N	19 de outubro de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 211/2006	S/N	19 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	181	22 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	182	22 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	183	22 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	184	23 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	186	24 de outubro de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 79/2007	S/N	24 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	185	25 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	187	29 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	188	31 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	189	31 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	190	6 de novembro de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 73/2007	S/N	7 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	191	9 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	192	9 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	193	12 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	194	12 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	195	12 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	196	12 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	197	12 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	198	12 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	199	19 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	200	19 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	201	19 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	203	19 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	204	19 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	205	19 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	206	19 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	215	20 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	207	21 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	208	21 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	209	21 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	210	21 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	211	21 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	212	21 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	213	21 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	214	21 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	216	23 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	217	23 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	218	23 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	219	23 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	220	26 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	221	26 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	222	26 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	223	26 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	224	26 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	227	27 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	229	27 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	225	27 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	226	27 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	228	27 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	230	30 de novembro de 2007
SPA	PORTARIA	234	4 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	231	4 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	232	4 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	233	4 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	235	7 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	236	7 de dezembro de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 137 E 138/2007	S/N	7 de dezembro de 2007
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 70 E 72/2007	S/N	7 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	238	11 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	239	11 de dezembro de 2007

SPA	PORTARIA	240	11 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	241	11 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	242	11 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	243	11 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	244	11 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	237	11 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	246	13 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	247	13 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	248	13 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	177	17 de outubro de 2007
SPA	PORTARIA	249	18 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	250	18 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	251	18 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	252	18 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	254	18 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	255	18 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	256	18 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	253	20 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	257	20 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	258	20 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	259	20 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	260	20 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	261	20 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	262	20 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	266	20 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	263	21 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	263	21 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	264	27 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	265	27 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	267	27 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	268	27 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	269	27 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	270	27 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	271	27 de dezembro de 2007
SPA	PORTARIA	223	4 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	1	8 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	4	8 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	7	8 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	5	8 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	8	9 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	9	9 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	10	9 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	11	11 de janeiro de 2008
SPA	DESPACHO	S/N	17 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	18	17 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	19	17 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	20	17 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	24	17 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	16	17 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	17	17 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	21	17 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	22	17 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	14	17 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	15	17 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	23	17 de janeiro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 3 E 23/2008	S/N	22 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	34	25 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	35	25 de janeiro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 256/2007	S/N	29 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	36	18 de fevereiro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 15/2008	S/N	20 de fevereiro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 14/2008	S/N	20 de fevereiro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 21/2008	S/N	20 de fevereiro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 256/2007	S/N	20 de fevereiro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 14/2008	S/N	22 de fevereiro de 2008
SPA	PORTARIA	38	25 de fevereiro de 2008
SPA	PORTARIA	39	25 de fevereiro de 2008
SPA	PORTARIA	40	25 de fevereiro de 2008
SPA	PORTARIA	37	25 de fevereiro de 2008
SPA	PORTARIA	41	25 de fevereiro de 2008
SPA	PORTARIA	43	3 de março de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 235/2007	S/N	6 de março de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 256/2007	S/N	6 de março de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 238, 240 E 242/2007	S/N	6 de março de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 254/2007	S/N	13 de março de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 254/2007	S/N	14 de março de 2008
SPA	PORTARIA	113	18 de junho de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 15/2008	S/N	25 de março de 2008
SPA	PORTARIA	50	10 de abril de 2008
SPA	PORTARIA	51	10 de abril de 2008
SPA	PORTARIA	52	10 de abril de 2008
SPA	PORTARIA	53	10 de abril de 2008
SPA	PORTARIA	54	10 de abril de 2008
SPA	PORTARIA	55	10 de abril de 2008
SPA	PORTARIA	56	10 de abril de 2008
SPA	PORTARIA	57	10 de abril de 2008
SPA	PORTARIA	58	10 de abril de 2008
SPA	PORTARIA	59	10 de abril de 2008
SPA	PORTARIA	45	10 de abril de 2008
SPA	PORTARIA	46	10 de abril de 2008
SPA	PORTARIA	47	10 de abril de 2008
SPA	PORTARIA	49	10 de abril de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 152/2007	S/N	18 de abril de 2008
SPA	PORTARIA	60	28 de abril de 2008
SPA	PORTARIA	61	16 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	66	16 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	67	16 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	68	16 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	69	16 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	70	16 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	71	16 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	72	16 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	73	16 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	74	16 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	75	16 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	76	16 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	77	16 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	78	16 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	79	16 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	80	16 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	81	16 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	82	29 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	83	29 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	84	29 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	85	29 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	86	29 de maio de 2008
SPA	PORTARIA	87	3 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	88	4 de junho de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 43/2008	S/N	5 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	89	9 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	90	9 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	91	9 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	92	9 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	93	9 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	94	9 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	95	9 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	96	9 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	97	10 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	98	12 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	99	12 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	100	12 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	101	12 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	102	12 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	105	12 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	106	12 de junho de 2008

SPA	PORTARIA	107	12 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	103	12 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	104	12 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	108	13 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	109	13 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	112	13 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	110	16 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	111	16 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	114	17 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	115	17 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	116	20 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	117	20 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	118	20 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	119	20 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	120	20 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	121	20 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	122	23 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	123	23 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	125	27 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	127	27 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	129	27 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	124	27 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	126	27 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	128	27 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	134	30 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	130	30 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	131	30 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	132	30 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	133	30 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	135	30 de junho de 2008
SPA	PORTARIA	162	1 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	136	8 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	137	8 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	138	8 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	139	8 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	140	9 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	141	11 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	143	11 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	142	11 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	144	11 de julho de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 82/2008	S/N	15 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	145	16 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	146	17 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	148	21 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	150	21 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	147	21 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	149	21 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	151	21 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	152	22 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	153	22 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	156	22 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	158	22 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	159	22 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	160	22 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	161	22 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	154	24 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	157	24 de julho de 2008
SPA	PORTARIA	163	1 de agosto de 2008
SPA	PORTARIA	165	1 de agosto de 2008
SPA	PORTARIA	166	1 de agosto de 2008
SPA	PORTARIA	167	1 de agosto de 2008
SPA	PORTARIA	168	1 de agosto de 2008
SPA	PORTARIA	169	1 de agosto de 2008
SPA	PORTARIA	170	1 de agosto de 2008
SPA	PORTARIA	171	13 de agosto de 2008
SPA	PORTARIA	172	13 de agosto de 2008
SPA	PORTARIA	173	18 de agosto de 2008
SPA	PORTARIA	175	18 de agosto de 2008
SPA	PORTARIA	184	24 de agosto de 2008
SPA	RESOLUÇÃO	1	25 de agosto de 2008
SPA	RESOLUÇÃO	2	25 de agosto de 2008
SPA	RESOLUÇÃO	3	25 de agosto de 2008
SPA	RESOLUÇÃO	4	25 de agosto de 2008
SPA	PORTARIA	177	28 de agosto de 2008
SPA	PORTARIA	178	28 de agosto de 2008
SPA	PORTARIA	179	28 de agosto de 2008
SPA	PORTARIA	180	28 de agosto de 2008
SPA	PORTARIA	181	28 de agosto de 2008
SPA	PORTARIA	182	28 de agosto de 2008
SPA	PORTARIA	183	28 de agosto de 2008
SPA	PORTARIA	176	28 de agosto de 2008
SPA	PORTARIA	185	1 de setembro de 2008
SPA	PORTARIA	186	2 de setembro de 2008
SPA	PORTARIA	187	2 de setembro de 2008
SPA	PORTARIA	188	2 de setembro de 2008
SPA	PORTARIA	189	2 de setembro de 2008
SPA	PORTARIA	190	9 de setembro de 2008
SPA	PORTARIA	191	9 de setembro de 2008
SPA	PORTARIA	192	9 de setembro de 2008
SPA	PORTARIA	193	9 de setembro de 2008
SPA	PORTARIA	194	9 de setembro de 2008
SPA	PORTARIA	195	10 de setembro de 2008
SPA	PORTARIA	196	12 de setembro de 2008
SPA	PORTARIA	197	16 de setembro de 2008
SPA	PORTARIA	198	16 de setembro de 2008
SPA	PORTARIA	199	18 de setembro de 2008
SPA	PORTARIA	200	26 de setembro de 2008
SPA	PORTARIA	201	16 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	202	16 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	203	16 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	204	16 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	205	17 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	206	20 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	207	20 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	208	20 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	209	20 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	210	21 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	211	21 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	212	21 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	213	23 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	1.039	28 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	214	28 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	216	29 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	215	29 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	217	29 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	218	29 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	219	30 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	220	30 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	221	31 de outubro de 2008
SPA	PORTARIA	226	4 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	222	4 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	224	4 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	238	10 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	239	10 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	240	10 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	241	10 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	242	10 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	243	10 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	244	10 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	245	10 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	246	10 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	247	10 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	228	10 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	229	10 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	230	10 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	231	10 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	232	10 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	233	10 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	234	10 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	235	10 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	236	10 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	237	10 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	248	11 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	249	11 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	250	11 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	251	11 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	253	11 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	298	11 de novembro de 2008

SPA	PORTARIA	254	12 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	255	12 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	256	12 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	257	14 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	258	14 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	260	14 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	261	14 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	263	14 de novembro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 199/2008	S/N	18 de novembro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 216/2008	S/N	18 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	265	19 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	266	19 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	267	19 de novembro de 2008
SPA	PORTARIA	276	1 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	277	1 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	278	1 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	280	3 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	281	3 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	282	3 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	283	3 de dezembro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 257 A 264/2008	S/N	3 de dezembro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 117/2008	S/N	3 de dezembro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 257/2008	S/N	3 de dezembro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 258/2008	S/N	3 de dezembro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 259/2008	S/N	3 de dezembro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 261/2008	S/N	3 de dezembro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 262/2008	S/N	3 de dezembro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 263/2008	S/N	3 de dezembro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 264/2008	S/N	3 de dezembro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 260/2008	S/N	3 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	284	4 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	285	8 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	286	8 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	287	8 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	288	8 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	295	8 de dezembro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 191/2008	S/N	10 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	289	11 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	290	11 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	291	11 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	292	11 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	293	11 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	294	11 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	296	11 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	297	11 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	299	11 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	300	16 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	301	16 de dezembro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 264/2008	S/N	16 de dezembro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 287/2008	S/N	16 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	302	19 de dezembro de 2008
SPA	PORTARIA	303	19 de dezembro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 264/2008	S/N	22 de dezembro de 2008
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	72	31 de dezembro de 2008
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 258/2008	S/N	7 de janeiro de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 259/2008	S/N	7 de janeiro de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 260/2008	S/N	7 de janeiro de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 262/2008	S/N	7 de janeiro de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 264/2008	S/N	7 de janeiro de 2009
SPA	PORTARIA	204	3 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	31	11 de janeiro de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 263/2007	S/N	12 de janeiro de 2009
SPA	PORTARIA	2	14 de janeiro de 2009
SPA	PORTARIA	3	14 de janeiro de 2009
SPA	PORTARIA	5	14 de janeiro de 2009
SPA	PORTARIA	7	14 de janeiro de 2009
SPA	PORTARIA INTERMINISTERIAL	37	16 de janeiro de 2009
SPA	PORTARIA	9	19 de janeiro de 2009
SPA	PORTARIA	10	19 de janeiro de 2009
SPA	PORTARIA	12	20 de janeiro de 2009
SPA	PORTARIA	13	23 de janeiro de 2009
SPA	DESPACHO	S/N	26 de janeiro de 2009
SPA	PORTARIA	53	26 de janeiro de 2009
SPA	PORTARIA	15	27 de janeiro de 2009
SPA	PORTARIA	16	27 de janeiro de 2009
SPA	PORTARIA	17	27 de janeiro de 2009
SPA	PORTARIA	22	29 de janeiro de 2009
SPA	PORTARIA	23	30 de janeiro de 2009
SPA	PORTARIA	24	30 de janeiro de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 10/2009	S/N	5 de fevereiro de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 279/2008	S/N	5 de fevereiro de 2009
SPA	PORTARIA	25	6 de fevereiro de 2009
SPA	PORTARIA	28	6 de fevereiro de 2009
SPA	PORTARIA	29	6 de fevereiro de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 351/2009	S/N	8 de fevereiro de 2009
SPA	PORTARIA	30	9 de fevereiro de 2009
SPA	PORTARIA	101	16 de fevereiro de 2009
SPA	PORTARIA	103	16 de fevereiro de 2009
SPA	PORTARIA	32	2 de março de 2009
SPA	PORTARIA	36	2 de março de 2009
SPA	PORTARIA	37	2 de março de 2009
SPA	PORTARIA	43	20 de março de 2009
SPA	PORTARIA	46	27 de março de 2009
SPA	PORTARIA	47	27 de março de 2009
SPA	PORTARIA	48	27 de março de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 10 E 19/2009	S/N	3 de abril de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 6 E 7/2009	S/N	3 de abril de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 294/2008	S/N	17 de abril de 2009
SPA	PORTARIA	55	22 de abril de 2009
SPA	PORTARIA	56	23 de abril de 2009
SPA	PORTARIA	57	23 de abril de 2009
SPA	PORTARIA	58	23 de abril de 2009
SPA	PORTARIA	59	24 de abril de 2009
SPA	PORTARIA	60	24 de abril de 2009
SPA	PORTARIA	61	24 de abril de 2009
SPA	PORTARIA	62	27 de abril de 2009
SPA	PORTARIA	63	30 de abril de 2009
SPA	PORTARIA	64	30 de abril de 2009
SPA	PORTARIA	65	30 de abril de 2009
SPA	PORTARIA	66	30 de abril de 2009
SPA	PORTARIA	67	30 de abril de 2009
SPA	PORTARIA	324	8 de maio de 2009
SPA	PORTARIA	68	12 de maio de 2009
SPA	PORTARIA	339	14 de maio de 2009
SPA	PORTARIA	69	15 de maio de 2009
SPA	PORTARIA	70	26 de maio de 2009
SPA	PORTARIA	71	26 de maio de 2009
SPA	PORTARIA	72	26 de maio de 2009
SPA	PORTARIA	73	17 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	460	19 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	75	22 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	76	22 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	78	22 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	79	22 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	80	22 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	82	22 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	83	23 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	84	24 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	85	24 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	86	24 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	87	24 de junho de 2009

SPA	PORTARIA	88	24 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	94	24 de junho de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 74/2009	S/N	24 de junho de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 70 E 72/2009	S/N	24 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	90	25 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	91	25 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	92	25 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	93	25 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	95	25 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	96	25 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	97	25 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	98	25 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	104	25 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	99	26 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	100	26 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	101	26 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	103	26 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	105	26 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	106	26 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	107	26 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	108	26 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	111	26 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	113	26 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	114	26 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	115	26 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	116	26 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	119	26 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	102	26 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	109	26 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	110	26 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	112	26 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	117	29 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	120	30 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	121	30 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	122	30 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	123	30 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	125	30 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	118	30 de junho de 2009
SPA	PORTARIA	124	29 de junho de 2009
SPA	PORTARIA INTERMINISTERIAL	482	3 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	12	7 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	507	10 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	20	13 de julho de 2004
SPA	PORTARIA	526	16 de julho de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 74, 75 E 76/2009	S/N	16 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	127	20 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	126	20 de julho de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 73/2009	S/N	20 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	130	22 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	138	22 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	129	22 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	131	22 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	132	22 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	133	22 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	134	22 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	135	22 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	139	21 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	148	27 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	150	27 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	151	27 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	152	27 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	153	27 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	154	27 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	155	27 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	543	27 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	194	27 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	158	28 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	147	30 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	156	28 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	157	28 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	159	28 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	160	28 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	161	29 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	162	30 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	164	30 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	163	30 de julho de 2009
SPA	PORTARIA	165	30 de julho de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 126/2009	S/N	29 de julho de 2009
SPA	RESOLUÇÃO	1	4 de agosto de 2009
SPA	RESOLUÇÃO	4	4 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	169	4 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	170	5 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	172	5 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	173	5 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	176	11 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	180	11 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	181	11 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	183	11 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	178	11 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	184	14 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	185	14 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	189	17 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	190	17 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	186	17 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	191	17 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	192	18 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	193	18 de agosto de 2009
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	27 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	195	28 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	196	28 de agosto de 2009
SPA	PORTARIA	197	1 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	198	1 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	200	1 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	201	1 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	202	1 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	203	1 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	205	3 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	206	3 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	207	3 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	274	9 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	208	14 de setembro de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 185/2009	S/N	15 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	214	21 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	209	21 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	210	21 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	211	21 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	213	21 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	215	18 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	216	18 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	311	23 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	228	25 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	234	25 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	218	25 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	219	25 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	220	25 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	222	25 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	223	25 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	224	25 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	225	25 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	226	25 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	229	25 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	230	25 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	231	25 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	232	25 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	233	25 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	235	25 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	236	28 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	238	29 de setembro de 2009
SPA	PORTARIA	239	2 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	240	2 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	241	2 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	242	2 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	243	2 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	244	2 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	245	2 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	246	2 de outubro de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 239/2009	S/N	21 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	247	23 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	248	23 de outubro de 2009

SPA	PORTARIA	249	23 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	250	23 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	251	23 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	252	23 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	253	23 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	254	23 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	255	23 de outubro de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 41/2009	S/N	23 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	256	29 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	257	29 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	258	29 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	259	29 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	260	29 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	261	29 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	262	29 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	263	30 de outubro de 2009
SPA	PORTARIA	309	24 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	266	3 de novembro de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 120, 121, 123, 78, 79, 77 E 55/2009	S/N	3 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	315	5 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	267	6 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	268	6 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	269	6 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	270	6 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	271	6 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	272	6 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	273	6 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	275	10 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	276	10 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	277	10 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	278	11 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	279	11 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	280	11 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	281	11 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	282	13 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	283	13 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	285	13 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	286	13 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	287	13 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	288	13 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	289	16 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	290	16 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	292	16 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	293	16 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	294	16 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	295	16 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	298	16 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	299	16 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	300	16 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	301	16 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	291	16 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	297	16 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	302	23 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	303	23 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	304	23 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	305	23 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	306	23 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	308	23 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	310	23 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	312	23 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	313	23 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	314	23 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	315	23 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	316	23 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	317	23 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	318	23 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	309	23 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	319	24 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	328	24 de novembro de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 276/2009	S/N	24 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	321	26 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	322	25 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	323	25 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	324	25 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	325	25 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	326	25 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	329	25 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	330	25 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	327	25 de novembro de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 227/2009	S/N	27 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	331	30 de novembro de 2009
SPA	PORTARIA	333	1 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	334	1 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	335	1 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	336	1 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	337	1 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	338	1 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	339	1 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	340	1 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	341	1 de dezembro de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 116/2009	S/N	1 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	345	2 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	342	2 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	343	2 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	344	2 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	346	3 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	347	3 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	349	3 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	350	3 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	348	3 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	351	3 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	352	3 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	353	3 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	354	3 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	356	3 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	357	3 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	358	3 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	359	3 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	360	3 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	361	3 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	362	3 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	363	3 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	368	4 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	364	4 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	365	4 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	366	4 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	367	4 de dezembro de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 87/2009	S/N	7 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	369	8 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	370	8 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	371	8 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	372	8 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	373	9 de dezembro de 2009

SPA	PORTARIA	374	9 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	375	9 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	376	9 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	377	9 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	378	9 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	379	9 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	381	10 de dezembro de 2009
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	61	11 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	383	11 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	386	11 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	388	11 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	380	11 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	381	11 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	382	11 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	384	11 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	385	11 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	387	11 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	389	14 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	390	14 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	391	15 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	394	15 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	396	15 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	397	15 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	398	15 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	399	15 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	393	15 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	395	15 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	400	16 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	401	16 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	402	16 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	403	16 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	406	16 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	407	16 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	408	16 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	409	16 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	411	17 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	416	17 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	410	17 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	412	17 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	413	17 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	417	17 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	418	17 de dezembro de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 303/2009	S/N	22 de dezembro de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 321/2009	S/N	22 de dezembro de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 322/2009	S/N	22 de dezembro de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 324/2009	S/N	22 de dezembro de 2009
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 327/2009	S/N	22 de dezembro de 2009
SPA	PORTARIA	1	5 de janeiro de 2010
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	8 de janeiro de 2010
SPA	PORTARIA	6	12 de janeiro de 2010
SPA	PORTARIA	8	12 de janeiro de 2010
SPA	PORTARIA	9	12 de janeiro de 2010
SPA	PORTARIA	10	12 de janeiro de 2010
SPA	PORTARIA	11	12 de janeiro de 2010
SPA	PORTARIA	12	12 de janeiro de 2010
SPA	PORTARIA	14	12 de janeiro de 2010
SPA	PORTARIA	13	12 de janeiro de 2010
SPA	PORTARIA	19	15 de janeiro de 2010
SPA	PORTARIA	20	15 de janeiro de 2010
SPA	PORTARIA	16	15 de janeiro de 2010
SPA	PORTARIA	21	15 de janeiro de 2010
SPA	PORTARIA	22	15 de janeiro de 2010
SPA	PORTARIA	23	15 de janeiro de 2010
SPA	PORTARIA	17	15 de janeiro de 2010
SPA	PORTARIA	11	20 de janeiro de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 254/2009	S/N	20 de janeiro de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 398/2009	S/N	20 de janeiro de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 399/2009	S/N	20 de janeiro de 2010
SPA	PORTARIA	24	25 de janeiro de 2010
SPA	PORTARIA	25	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	26	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	27	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	28	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	29	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	30	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	33	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	34	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	38	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	39	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	40	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	31	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	32	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	35	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	36	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	41	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	42	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	43	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	44	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	45	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	46	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	47	2 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	48	2 de fevereiro de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 200/2009	S/N	8 de fevereiro de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 24/2010	S/N	8 de fevereiro de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 316/2009	S/N	8 de fevereiro de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 350/2009	S/N	8 de fevereiro de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 368/2009	S/N	8 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	34	10 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	43	10 de fevereiro de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 99/2009	S/N	22 de fevereiro de 2010
SPA	PORTARIA	58	1 de março de 2010
SPA	PORTARIA	50	2 de março de 2010
SPA	PORTARIA	51	2 de março de 2010
SPA	PORTARIA	52	2 de março de 2010
SPA	PORTARIA	53	2 de março de 2010
SPA	PORTARIA	54	2 de março de 2010
SPA	PORTARIA	56	2 de março de 2010
SPA	PORTARIA	57	2 de março de 2010
SPA	PORTARIA	37	2 de março de 2010
SPA	PORTARIA	49	2 de março de 2010
SPA	PORTARIA	59	3 de março de 2010
SPA	PORTARIA	60	3 de março de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 380/2009	S/N	4 de março de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 381/2009	S/N	4 de março de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 382/2009	S/N	4 de março de 2010
SPA	PORTARIA	61	9 de março de 2010
SPA	PORTARIA	62	9 de março de 2010
SPA	PORTARIA	63	9 de março de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 321/2009	S/N	10 de março de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 325/2009	S/N	10 de março de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 328/2009	S/N	10 de março de 2010
SPA	PORTARIA	64	24 de março de 2010
SPA	PORTARIA	65	24 de março de 2010
SPA	PORTARIA	66	24 de março de 2010
SPA	PORTARIA	67	24 de março de 2010
SPA	PORTARIA	68	24 de março de 2010
SPA	PORTARIA	69	24 de março de 2010
SPA	PORTARIA	70	24 de março de 2010

SPA	PORTARIA	71	24 de março de 2010
SPA	PORTARIA	72	24 de março de 2010
SPA	PORTARIA	73	24 de março de 2010
SPA	PORTARIA	74	24 de março de 2010
SPA	PORTARIA	75	24 de março de 2010
SPA	PORTARIA	76	24 de março de 2010
SPA	PORTARIA	77	24 de março de 2010
SPA	PORTARIA	78	24 de março de 2010
SPA	PORTARIA	288	30 de março de 2010
SPA	PORTARIA	79	30 de março de 2010
SPA	PORTARIA	81	1 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	82	1 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	83	5 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	84	5 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	85	5 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	86	5 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	87	5 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	88	5 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	89	5 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	90	5 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	91	5 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	92	5 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	93	19 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	94	19 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	95	19 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	96	19 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	97	19 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	98	19 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	99	19 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	100	19 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	105	19 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	103	19 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	104	19 de abril de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 227/2009	S/N	19 de abril de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 396/2010	S/N	22 de abril de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 381/2009	S/N	22 de abril de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 382/2009	S/N	22 de abril de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 396/2010	S/N	22 de abril de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 79/2010	S/N	22 de abril de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 381/2009	S/N	29 de abril de 2010
SPA	PORTARIA	106	6 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	107	6 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	109	6 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	110	6 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	111	14 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	392	18 de maio de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 103/2010	S/N	19 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	114	24 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	115	24 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	117	24 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	120	24 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	121	24 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	124	24 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	112	24 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	113	24 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	116	24 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	118	24 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	119	24 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	122	24 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	123	24 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	125	25 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	127	25 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	128	25 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	126	25 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	138	31 de maio de 2010
SPA	PORTARIA	137	31 de maio de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 64/2010	S/N	2 de junho de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 65/2010	S/N	2 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	139	8 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	146	17 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	147	17 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	148	17 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	149	17 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	154	17 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	155	18 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	159	24 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	161	24 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	167	24 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	156	24 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	157	24 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	158	24 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	160	24 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	162	24 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	163	24 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	164	24 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	165	24 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	166	24 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	168	24 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	169	24 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	170	24 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	171	24 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	172	24 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	478	30 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	177	30 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	178	30 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	179	30 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	180	30 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	175	30 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	173	30 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	174	30 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	176	30 de junho de 2010
SPA	PORTARIA	181	5 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	182	5 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	183	5 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	184	5 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	185	5 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	186	5 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	187	5 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	188	5 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	189	5 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	190	5 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	191	6 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	192	6 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	193	6 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	194	6 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	195	6 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	196	6 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	197	6 de julho de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 139/2010	S/N	8 de julho de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 156/2010	S/N	8 de julho de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 164/2010	S/N	8 de julho de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 157/2010	S/N	8 de julho de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 158/2010	S/N	8 de julho de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 172/2010	S/N	8 de julho de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 161/2010	S/N	8 de julho de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 157, 158, 161, 162, 164 E 172/2010	S/N	8 de julho de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 162/2010	S/N	8 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	211	9 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	207	9 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	208	9 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	209	9 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	210	9 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	212	9 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	213	9 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	214	9 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	215	9 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	216	9 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	217	9 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	218	9 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	219	14 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	220	14 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	222	14 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	223	14 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	234	14 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	221	14 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	224	14 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	225	14 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	226	14 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	227	14 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	228	14 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	229	14 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	230	14 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	231	14 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	232	14 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	233	14 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	235	16 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	274	19 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	522	21 de julho de 2010
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	22	21 de julho de 2010
SPA	PORTARIA	140	2 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	246	3 de agosto de 2010

SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 140/2010	S/N	4 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	241	9 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	242	9 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	243	9 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	244	9 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	245	9 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	247	9 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	248	9 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	249	9 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	250	9 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	251	9 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA INTERMINISTERIAL	591	12 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	252	12 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	253	12 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	254	12 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	255	12 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	256	12 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	257	12 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	258	12 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	259	12 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	260	12 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	261	12 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	262	12 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	263	12 de agosto de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 389/2009	S/N	12 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	264	16 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	265	16 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	266	18 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	268	18 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	269	18 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	271	18 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	272	19 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	273	19 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	275	19 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	276	19 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	277	19 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	278	19 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	279	20 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	280	20 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	267	28 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	290	30 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	292	30 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	291	30 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	293	31 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	294	31 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	295	31 de agosto de 2010
SPA	PORTARIA	296	2 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	297	2 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	298	2 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	299	2 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	300	2 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	301	2 de setembro de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 187/2010	S/N	3 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	302	8 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	304	8 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	305	8 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	303	8 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	760	14 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	306	14 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	307	14 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	309	14 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	310	14 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	308	14 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	311	20 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	312	20 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	313	20 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	314	20 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	315	20 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	317	20 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	318	20 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	316	20 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	319	21 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	321	21 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	322	21 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	323	21 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	324	21 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	325	21 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	326	21 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	327	29 de setembro de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 92/2010	S/N	29 de setembro de 2010
SPA	PORTARIA	336	4 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	337	4 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	338	4 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	339	4 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	340	4 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	341	4 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	342	4 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	343	4 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	344	7 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	345	7 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	346	7 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	347	7 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	348	7 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	359	8 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	364	8 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	355	8 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	356	8 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	358	8 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	360	8 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	361	8 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	362	8 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	363	8 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	365	8 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	366	8 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	367	8 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	368	14 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	369	18 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	370	18 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	371	18 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	373	18 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	374	18 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	376	19 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	375	19 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	377	19 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	378	19 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	379	19 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	380	20 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	382	20 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	383	20 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	384	20 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	385	20 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	386	20 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	381	20 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	392	22 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	393	22 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	394	22 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	395	22 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	396	22 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	397	22 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	398	22 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	399	26 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	403	26 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	404	26 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	405	26 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	406	26 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	407	26 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	408	26 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	409	26 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	410	26 de outubro de 2010
SPA	PORTARIA	411	4 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	412	4 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	413	4 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	414	4 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA INTERMINISTERIAL	1.072	8 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	420	18 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	424	18 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	419	18 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	421	18 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	422	18 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	423	18 de novembro de 2010

SPA	PORTARIA	425	18 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	426	18 de novembro de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 258/2010	S/N	18 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	436	25 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	427	25 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	428	25 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	429	25 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	430	25 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	431	25 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	432	25 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	433	25 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	434	25 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	435	25 de novembro de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 400/2010	S/N	26 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	437	29 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	1.120	30 de novembro de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 410/2010	S/N	30 de novembro de 2010
SPA	PORTARIA	438	14 de dezembro de 2010
SPA	PORTARIA	439	14 de dezembro de 2010
SPA	PORTARIA	448	15 de dezembro de 2010
SPA	PORTARIA	440	15 de dezembro de 2010
SPA	PORTARIA	441	15 de dezembro de 2010
SPA	PORTARIA	442	15 de dezembro de 2010
SPA	PORTARIA	443	15 de dezembro de 2010
SPA	PORTARIA	444	15 de dezembro de 2010
SPA	PORTARIA	446	15 de dezembro de 2010
SPA	PORTARIA	447	15 de dezembro de 2010
SPA	PORTARIA	449	15 de dezembro de 2010
SPA	PORTARIA	450	15 de dezembro de 2010
SPA	PORTARIA	451	15 de dezembro de 2010
SPA	PORTARIA	452	15 de dezembro de 2010
SPA	PORTARIA	453	15 de dezembro de 2010
SPA	PORTARIA	454	15 de dezembro de 2010
SPA	PORTARIA	457	15 de dezembro de 2010
SPA	PORTARIA	458	15 de dezembro de 2010
SPA	PORTARIA	459	15 de dezembro de 2010
SPA	PORTARIA	460	15 de dezembro de 2010
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 425/2010	S/N	14 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	1	18 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	2	19 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	3	19 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	4	19 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	5	19 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	6	19 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	7	19 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	8	20 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	9	20 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	10	20 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	12	21 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	18	25 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	19	25 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	20	25 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	25	25 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	17	25 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	13	25 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	14	25 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	15	25 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	16	25 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	26	27 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	27	27 de janeiro de 2011
SPA	PORTARIA	28	27 de janeiro de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 446/2010	S/N	11 de fevereiro de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 34/2011	S/N	16 de fevereiro de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 43/2011	S/N	16 de fevereiro de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 424/2010	S/N	16 de fevereiro de 2011
SPA	PORTARIA	69	21 de fevereiro de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 422/2010	S/N	23 de fevereiro de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 408/2010	S/N	3 de março de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 434/2010	S/N	3 de março de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 422/2010	S/N	4 de março de 2011
SPA	PORTARIA	87	17 de março de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 425/2010	S/N	21 de março de 2011
SPA	PORTARIA	88	23 de março de 2011
SPA	PORTARIA	90	24 de março de 2011
SPA	PORTARIA	91	24 de março de 2011
SPA	PORTARIA	92	24 de março de 2011
SPA	PORTARIA	93	24 de março de 2011
SPA	RESOLUÇÃO	1	30 de março de 2011
SPA	PORTARIA	94	31 de março de 2011
SPA	PORTARIA	95	7 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	97	7 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	99	7 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	100	7 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	102	7 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	105	7 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	110	12 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	106	13 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	107	13 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	113	13 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	114	13 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	115	13 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	116	13 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	117	13 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	119	13 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	108	13 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	109	13 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	111	13 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	112	13 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	118	13 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	127	25 de abril de 2011
SPA	PORTARIA	154	12 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	155	12 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	157	12 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	159	12 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	151	12 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	152	12 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	153	12 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	156	12 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	158	12 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	160	12 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	161	12 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	178	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	179	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	180	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	181	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	182	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	183	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	184	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	185	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	186	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	163	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	164	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	170	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	173	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	174	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	175	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	176	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	177	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	166	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	167	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	168	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	171	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	172	24 de maio de 2011
SPA	PORTARIA	187	8 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	188	8 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	191	8 de junho de 2011

SPA	PORTARIA	192	8 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	193	8 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	194	8 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	195	8 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	196	8 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	197	8 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	198	8 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	199	8 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	200	8 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	202	8 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	203	8 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	204	8 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	205	8 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	206	8 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	212	14 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	215	14 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	207	14 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	210	14 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	211	14 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	213	14 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	214	14 de junho de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 118/2011	S/N	14 de junho de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 144 E 148/2011	S/N	14 de junho de 2011
SPA	PORTARIA	533	29 de junho de 2011
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	4 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	221	5 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	230	5 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	232	5 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	217	5 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	219	5 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	220	5 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	222	5 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	223	5 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	231	5 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	233	5 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	234	7 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	236	7 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	237	7 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	235	7 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	242	14 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	238	18 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	239	18 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	240	18 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	241	18 de julho de 2011
SPA	RESOLUÇÃO	3	22 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	265	28 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	266	28 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	267	28 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	268	28 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	269	28 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	271	28 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	272	28 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	273	28 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	274	28 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	275	28 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	276	28 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	277	28 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	278	28 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	279	28 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	280	28 de julho de 2011
SPA	PORTARIA	282	3 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	283	3 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	284	3 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	285	3 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	286	3 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	287	3 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	288	3 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	289	3 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	290	3 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	291	3 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	293	3 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	294	3 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	295	3 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	302	3 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	289	3 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	303	5 de agosto de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 277/2011	S/N	5 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	321	15 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	322	15 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	323	15 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	308	15 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	309	15 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	311	15 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	329	16 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	330	16 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	331	16 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	334	16 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	335	16 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	336	16 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	337	16 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	338	16 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	339	16 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	332	16 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	333	16 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	340	16 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	329	16 de agosto de 2011
SPA	PORTARIA	678	31 de agosto de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 124/2010	S/N	2 de setembro de 2011
SPA	PORTARIA	364	16 de setembro de 2011
SPA	PORTARIA	365	16 de setembro de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 129/2010	S/N	21 de setembro de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 249/2010	S/N	22 de setembro de 2011
SPA	PORTARIA	370	23 de setembro de 2011
SPA	PORTARIA	371	23 de setembro de 2011
SPA	PORTARIA	368	23 de setembro de 2011
SPA	PORTARIA	369	23 de setembro de 2011
SPA	PORTARIA	372	23 de setembro de 2011
SPA	PORTARIA	373	23 de setembro de 2011
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	43	27 de setembro de 2011
SPA	PORTARIA	376	13 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	374	13 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	375	13 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	377	13 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	378	13 de outubro de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 21/2011	S/N	14 de outubro de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 216/2011	S/N	14 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	385	17 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	386	17 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	387	17 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	389	17 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	390	17 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	388	17 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	382	18 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	383	18 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	384	18 de outubro de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 236/2011	S/N	20 de outubro de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 333/2011	S/N	21 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	391	27 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	392	27 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	393	27 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	394	27 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	395	27 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	396	27 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	397	27 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	398	27 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	399	27 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	400	27 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	401	27 de outubro de 2011
SPA	PORTARIA	402	27 de outubro de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 162, 304 A 323, 334, 339, 341, 375, 377, 378, 382 A 390/2011	S/N	8 de novembro de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 66/2011	S/N	10 de novembro de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 309/2011	S/N	10 de novembro de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 268/2010	S/N	11 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	516	16 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	933	17 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	403	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	404	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	405	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	406	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	407	18 de novembro de 2011

SPA	PORTARIA	408	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	409	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	410	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	412	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	413	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	414	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	415	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	416	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	417	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	418	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	419	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	420	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	421	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	429	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	430	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	431	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	432	18 de novembro de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 95/2011	S/N	18 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	445	22 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	446	22 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	447	22 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	448	22 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	449	22 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	450	22 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	451	22 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	452	22 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	453	22 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	468	30 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	470	30 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	476	30 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	454	30 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	455	30 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	456	30 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	457	30 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	467	30 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	471	30 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	472	30 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	473	30 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	474	30 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	475	30 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	477	30 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	478	30 de novembro de 2011
SPA	PORTARIA	492	13 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	494	13 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	495	13 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	496	13 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	497	13 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	501	13 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	505	13 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	506	13 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	487	13 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	488	13 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	489	13 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	490	13 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	491	13 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	493	13 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	498	13 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	502	13 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	503	13 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	504	13 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	507	16 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	508	16 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	509	16 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	510	16 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	512	16 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	514	16 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	515	16 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	513	16 de dezembro de 2011
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 424/2011	S/N	19 de dezembro de 2011
SPA	PORTARIA	1	4 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	2	4 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	3	4 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	4	4 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	5	4 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	6	4 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	7	4 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	9	4 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	10	4 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	11	4 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	12	4 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	18	4 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	19	4 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	20	4 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	21	4 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	13	4 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	14	4 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	15	4 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	16	4 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	17	4 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	22	4 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	23	4 de janeiro de 2012
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 453/2011	S/N	18 de janeiro de 2012
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 445, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452 E 453/2011	S/N	18 de janeiro de 2012
SPA	PORTARIA	16	26 de janeiro de 2012
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 453/2011	S/N	27 de janeiro de 2012
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 6/2012	S/N	27 de janeiro de 2012
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 6, 7 E 8/2012	S/N	27 de janeiro de 2012
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 8/2012	S/N	27 de janeiro de 2012
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 16/2012	S/N	30 de janeiro de 2012
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	2 de fevereiro de 2012
SPA	PORTARIA	1	7 de fevereiro de 2012
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 492/2011	S/N	17 de fevereiro de 2012
SPA	PORTARIA	116	28 de fevereiro de 2012
SPA	PORTARIA	25	2 de março de 2012
SPA	PORTARIA	26	2 de março de 2012

SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 268/2010	S/N	5 de março de 2012
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 8/2012	S/N	9 de março de 2012
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 7/2012	S/N	13 de março de 2012
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 7/2012	S/N	20 de março de 2012
SPA	PORTARIA	29	28 de março de 2012
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 491 E 492/2011	S/N	28 de março de 2012
SPA	PORTARIA	35	9 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	39	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	40	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	43	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	50	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	52	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	53	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	54	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	55	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	56	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	57	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	58	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	59	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	60	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	61	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	62	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	63	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	64	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	65	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	66	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	67	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	68	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	69	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	37	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	38	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	42	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	44	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	45	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	46	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	47	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	48	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	49	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	51	10 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	425	17 de maio de 2012
SPA	PORTARIA	74	14 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	75	14 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	76	14 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	77	14 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	78	14 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	79	14 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	80	14 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	81	14 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	82	14 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	83	14 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	84	14 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	85	14 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	86	14 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	87	14 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	88	14 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	89	14 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	90	14 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	91	14 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	92	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	93	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	94	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	95	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	96	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	97	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	98	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	99	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	101	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	104	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	105	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	106	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	107	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	110	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	111	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	112	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	113	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	114	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	115	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	119	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	100	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	102	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	103	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	108	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	109	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	116	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	117	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	118	26 de junho de 2012
SPA	PORTARIA	121	3 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	120	3 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	123	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	124	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	125	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	131	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	137	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	122	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	126	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	127	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	128	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	129	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	130	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	132	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	133	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	134	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	135	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	136	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	138	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	139	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	140	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	141	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	142	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	143	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	144	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	145	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	146	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	147	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	148	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	149	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	150	9 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	155	11 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	159	11 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	151	11 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	152	11 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	153	11 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	154	11 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	156	11 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	157	11 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	158	11 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	160	11 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	161	11 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	162	11 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	163	11 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	164	11 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	165	11 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	166	11 de julho de 2012
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 91/2012	S/N	17 de julho de 2012
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 135/2012	S/N	18 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	168	25 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	170	25 de julho de 2012
SPA	RETIFICAÇÃO PORTARIA 66/2011	S/N	27 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	701	30 de julho de 2012
SPA	PORTARIA	172	7 de agosto de 2012
SPA	PORTARIA	741	10 de agosto de 2012
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 135/2012	S/N	15 de agosto de 2012
SPA	PORTARIA	175	21 de agosto de 2012
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 136/2012	S/N	22 de agosto de 2012
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 84, 88 E 90/2012	S/N	24 de agosto de 2012
SPA	PORTARIA	177	27 de agosto de 2012
SPA	PORTARIA	179	3 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	180	3 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	181	3 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	182	3 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	183	3 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	184	3 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	185	3 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	186	3 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	187	3 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	188	3 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	189	3 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	190	3 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	191	3 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	192	3 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	193	3 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	194	3 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	195	3 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	196	3 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	197	3 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	198	3 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	199	3 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	215	10 de setembro de 2012
SPA	PORTARIA	218	12 de setembro de 2012

SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 135/2012	S/N	14 de setembro de 2012
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 46/2012	S/N	19 de setembro de 2012
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 343/2011	S/N	26 de setembro de 2012
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	31	9 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	250	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	251	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	252	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	253	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	254	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	255	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	256	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	257	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	258	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	259	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	260	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	261	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	262	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	263	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	264	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	265	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	266	23 de outubro de 2012
SPA	PORTARIA	299	2 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	276	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	277	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	278	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	279	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	280	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	282	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	283	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	284	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	285	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	286	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	287	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	288	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	289	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	290	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	291	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	292	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	294	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	297	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	298	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	300	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	303	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	304	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	306	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	307	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	308	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	310	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	311	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	312	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	313	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	316	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	295	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	296	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	301	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	302	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	305	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	309	20 de novembro de 2012
SPA	PORTARIA	371	13 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	317	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	318	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	319	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	333	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	334	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	335	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	336	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	337	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	338	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	339	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	340	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	341	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	343	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	344	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	345	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	346	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	347	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	356	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	357	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	368	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	369	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	348	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	320	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	321	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	322	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	332	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	342	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	349	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	350	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	351	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	352	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	353	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	355	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	358	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	359	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	360	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	361	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	362	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	363	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	364	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	365	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	366	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	367	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	370	6 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	372	6 de dezembro de 2012
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 268/2010	S/N	17 de dezembro de 2012
SPA	PORTARIA	32	16 de janeiro de 2013
SPA	PORTARIA	105	28 de fevereiro de 2013
SPA	PORTARIA INTERMINISTERIAL	115	1 de março de 2013
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 352, 353, 345, 355, 356 E 357/2012	S/N	27 de março de 2013
SPA	PORTARIA	308	17 de maio de 2013
SPA	PORTARIA	309	17 de maio de 2013
SPA	PORTARIA	53	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	7	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	8	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	9	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	10	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	18	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	19	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	20	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	24	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	25	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	26	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	27	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	28	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	29	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	30	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	32	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	33	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	34	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	35	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	39	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	40	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	43	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	45	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	50	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	51	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	52	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	54	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	55	8 de julho de 2013

SPA	PORTARIA	56	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	57	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	58	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	59	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	60	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	61	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	62	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	63	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	64	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	65	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	66	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	67	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	68	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	69	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	70	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	71	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	72	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	73	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	74	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	75	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	11	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	12	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	13	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	14	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	15	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	16	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	17	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	21	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	23	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	31	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	36	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	37	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	38	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	41	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	42	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	44	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	46	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	47	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	48	8 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	49	8 de julho de 2013
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	24	9 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	76	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	77	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	78	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	79	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	80	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	81	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	82	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	83	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	84	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	85	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	86	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	87	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	88	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	90	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	104	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	105	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	106	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	107	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	109	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	110	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	112	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	89	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	111	11 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	113	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	115	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	117	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	118	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	119	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	121	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	124	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	129	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	137	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	138	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	143	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	144	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	146	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	150	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	114	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	116	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	120	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	122	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	123	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	125	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	126	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	127	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	128	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	130	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	131	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	132	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	133	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	134	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	135	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	136	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	139	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	142	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	145	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	147	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	148	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	149	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	151	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	152	12 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	153	12 de julho de 2013
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 369/2012	S/N	24 de julho de 2013
SPA	PORTARIA	700	14 de agosto de 2013
SPA	PORTARIA	154	5 de setembro de 2013
SPA	PORTARIA	155	5 de setembro de 2013
SPA	PORTARIA	156	5 de setembro de 2013
SPA	PORTARIA	157	5 de setembro de 2013
SPA	PORTARIA	158	2 de outubro de 2013
SPA	PORTARIA	161	2 de outubro de 2013
SPA	PORTARIA	166	2 de outubro de 2013
SPA	PORTARIA	159	2 de outubro de 2013
SPA	PORTARIA	160	2 de outubro de 2013
SPA	PORTARIA	162	2 de outubro de 2013
SPA	PORTARIA	163	2 de outubro de 2013
SPA	PORTARIA	164	2 de outubro de 2013
SPA	PORTARIA	165	2 de outubro de 2013
SPA	PORTARIA	167	2 de outubro de 2013
SPA	PORTARIA	168	2 de outubro de 2013
SPA	PORTARIA	169	2 de outubro de 2013
SPA	PORTARIA	170	2 de outubro de 2013
SPA	PORTARIA	171	2 de outubro de 2013
SPA	PORTARIA	172	2 de outubro de 2013
SPA	PORTARIA	1.128	12 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	176	12 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	178	12 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	179	12 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	180	12 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	181	12 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	182	12 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	183	12 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	177	12 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	207	29 de novembro de 2013
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 99/2011, 164 E 165/2013	S/N	19 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	1.146	22 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	190	28 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	185	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	186	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	187	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	188	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	189	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	191	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	192	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	193	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	194	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	195	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	196	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	197	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	198	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	199	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	200	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	201	29 de novembro de 2013

SPA	PORTARIA	202	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	203	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	204	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	205	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	208	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	209	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	219	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	220	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	223	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	231	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	237	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	238	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	239	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	240	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	241	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	242	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	243	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	244	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	245	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	246	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	247	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	248	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	249	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	250	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	251	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	252	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	253	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	254	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	255	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	256	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	257	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	258	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	259	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	260	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	206	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	210	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	211	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	212	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	213	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	214	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	215	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	216	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	217	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	218	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	221	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	222	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	224	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	225	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	226	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	227	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	228	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	229	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	230	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	232	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	233	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	234	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	235	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	236	29 de novembro de 2013
SPA	PORTARIA	262	5 de dezembro de 2013
SPA	PORTARIA	265	5 de dezembro de 2013
SPA	PORTARIA	266	5 de dezembro de 2013
SPA	PORTARIA	267	5 de dezembro de 2013
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 182/2013	S/N	13 de dezembro de 2013
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 166/2016	S/N	13 de dezembro de 2013
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 177/2013	S/N	13 de dezembro de 2013
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 179/2013	S/N	13 de dezembro de 2013
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 178/2013	S/N	13 de dezembro de 2013
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 180/2013	S/N	13 de dezembro de 2013
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 181/2013	S/N	13 de dezembro de 2013
SPA	PORTARIA	270	26 de dezembro de 2013
SPA	PORTARIA	271	26 de dezembro de 2013
SPA	PORTARIA INTERMINISTERIAL	1.297	27 de dezembro de 2013
SPA	PORTARIA	1	17 de janeiro de 2014
SPA	PORTARIA	241	21 de março de 2014
SPA	PORTARIA	378	29 de abril de 2014
SPA	PORTARIA	429	15 de maio de 2014
SPA	PORTARIA	478	20 de maio de 2014
SPA	PORTARIA	520	20 de maio de 2014
SPA	PORTARIA	8	10 de junho de 2014
SPA	PORTARIA	11	15 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	12	15 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	18	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	19	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	23	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	24	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	25	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	26	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	27	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	28	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	30	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	31	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	33	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	34	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	39	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	40	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	48	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	50	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	51	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	52	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	53	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	54	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	55	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	56	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	57	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	58	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	59	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	60	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	61	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	62	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	63	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	64	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	65	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	66	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	67	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	68	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	69	22 de julho de 2014

SPA	PORTARIA	70	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	71	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	72	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	73	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	74	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	75	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	76	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	77	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	78	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	79	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	80	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	81	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	82	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	83	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	84	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	85	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	86	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	87	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	88	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	89	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	90	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	91	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	92	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	93	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	94	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	95	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	96	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	97	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	98	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	99	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	13	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	14	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	101	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	102	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	103	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	105	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	106	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	107	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	109	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	111	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	115	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	116	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	119	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	121	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	122	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	123	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	125	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	127	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	131	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	142	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	149	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	152	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	154	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	21	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	22	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	29	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	32	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	35	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	36	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	37	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	38	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	41	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	42	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	43	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	44	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	45	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	46	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	47	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	49	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	15	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	16	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	17	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	100	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	104	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	108	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	110	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	112	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	113	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	114	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	117	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	118	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	120	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	124	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	125	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	126	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	128	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	129	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	130	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	132	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	133	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	134	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	135	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	136	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	137	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	138	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	140	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	141	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	143	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	144	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	145	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	146	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	147	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	148	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	150	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	151	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	153	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	155	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	156	22 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	158	23 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	159	24 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	758	29 de julho de 2014
SPA	PORTARIA	162	11 de agosto de 2014
SPA	PORTARIA	854	20 de agosto de 2014
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 17/2014	S/N	30 de setembro de 2014
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	38	4 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	178	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	179	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	180	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	181	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	182	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	183	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	184	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	185	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	186	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	188	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	189	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	190	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	191	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	192	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	193	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	194	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	195	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	196	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	197	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	198	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	199	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	200	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	201	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	202	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	203	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	204	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	205	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	206	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	210	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	216	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	220	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	221	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	223	20 de novembro de 2014

SPA	PORTARIA	232	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	237	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	239	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	240	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	241	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	242	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	243	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	244	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	245	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	246	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	247	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	248	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	249	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	250	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	251	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	252	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	207	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	208	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	209	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	211	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	212	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	213	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	214	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	215	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	217	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	218	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	219	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	222	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	224	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	225	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	228	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	229	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	230	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	231	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	233	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	234	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	235	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	236	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	171	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	173	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	174	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	175	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	176	20 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	177	20 de novembro de 2014
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 105, 107, 109, 110, 112, 114, 118 E 119/2014	S/N	24 de novembro de 2014
SPA	PORTARIA	187	20 de dezembro de 2014
SPA	PORTARIA	1.178	22 de dezembro de 2014
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 219 E 221/2014	S/N	11 de março de 2015
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 225, 226, 227, 228, 229 E 230/2014	S/N	11 de março de 2015
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 122, 124, 125, 126, 128 E 123/2014	S/N	7 de abril de 2015
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 245 E 251/2014	S/N	13 de abril de 2015
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 242 E 243/2014	S/N	23 de abril de 2015
SPA	PORTARIA	94	6 de maio de 2015
SPA	PORTARIA	131	2 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	162	4 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	200	7 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	142	8 de julho de 2015
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 244/2014	S/N	8 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	29	28 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	30	28 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	6	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	7	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	8	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	9	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	18	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	19	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	20	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	24	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	25	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	26	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	27	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	28	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	31	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	32	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	33	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	34	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	35	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	38	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	40	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	73	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	74	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	75	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	76	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	10	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	11	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	12	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	16	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	21	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	22	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	23	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	36	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	37	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	39	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	41	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	42	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	43	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	44	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	177	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	13	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	14	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	15	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	17	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	151	30 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	48	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	49	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	50	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	51	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	52	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	53	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	54	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	55	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	56	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	57	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	58	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	59	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	60	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	61	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	62	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	63	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	64	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	65	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	66	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	67	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	68	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	69	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	70	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	71	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	72	31 de julho de 2015

SPA	PORTARIA	77	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	78	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	79	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	80	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	81	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	82	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	83	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	84	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	85	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	86	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	87	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	88	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	89	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	90	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	91	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	92	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	93	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	94	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	95	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	96	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	97	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	98	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	99	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	130	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	100	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	101	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	102	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	107	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	112	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	113	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	114	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	116	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	118	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	119	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	120	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	121	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	125	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	128	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	137	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	45	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	46	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	47	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	126	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	103	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	104	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	105	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	108	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	109	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	110	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	111	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	115	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	117	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	122	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	123	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	124	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	127	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	129	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	131	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	133	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	134	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	135	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	136	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	137	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	138	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	140	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	141	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	142	31 de julho de 2015
SPA	PORTARIA	146	3 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	157	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	159	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	161	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	165	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	170	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	171	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	173	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	174	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	176	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	178	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	179	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	180	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	181	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	182	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	183	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	184	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	185	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	186	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	187	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	188	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	189	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	190	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	191	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	192	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	193	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	194	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	195	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	196	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	197	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	198	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	199	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	143	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	144	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	145	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	147	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	148	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	149	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	150	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	152	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	153	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	154	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	155	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	156	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	158	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	160	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	163	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	164	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	166	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	167	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	168	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	169	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	172	4 de agosto de 2015
SPA	PORTARIA	175	4 de agosto de 2015
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 189 E 192/2015	S/N	11 de agosto de 2015
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165 E 166/2015	S/N	14 de agosto de 2015
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 137/2015	S/N	14 de agosto de 2015
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 189 E 192/2015	S/N	14 de agosto de 2015
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 244/2014	S/N	14 de agosto de 2015
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 150/2015	S/N	25 de agosto de 2015
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 160/2015	S/N	1 de setembro de 2015
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 102/2015	S/N	1 de setembro de 2015
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 104/2015	S/N	1 de setembro de 2015
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 251/2014	S/N	10 de setembro de 2015
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	9 de dezembro de 2015
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 163/2015	S/N	18 de setembro de 2015
SPA	PORTARIA	206	23 de setembro de 2015
SPA	PORTARIA	209	23 de setembro de 2015
SPA	PORTARIA	211	23 de setembro de 2015
SPA	PORTARIA	212	23 de setembro de 2015
SPA	PORTARIA	213	23 de setembro de 2015
SPA	PORTARIA	216	23 de setembro de 2015
SPA	PORTARIA	217	23 de setembro de 2015
SPA	PORTARIA	218	23 de setembro de 2015
SPA	PORTARIA	219	23 de setembro de 2015
SPA	PORTARIA	207	23 de setembro de 2015
SPA	PORTARIA	208	23 de setembro de 2015
SPA	PORTARIA	210	23 de setembro de 2015
SPA	PORTARIA	214	23 de setembro de 2015
SPA	PORTARIA	215	23 de setembro de 2015
SPA	PORTARIA	220	23 de setembro de 2015
SPA	PORTARIA	221	23 de setembro de 2015
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 67, 68, 69, 70, 72, 75, 76, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 89, 90 E 92/2015	S/N	24 de setembro de 2015

SPA	PORTARIA	224	29 de setembro de 2015
SPA	PORTARIA	223	29 de setembro de 2015
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	15 de outubro de 2015
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 92/2015	S/N	28 de outubro de 2015
SPA	PORTARIA	229	6 de novembro de 2015
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	25 de novembro de 2015
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	30 de novembro de 2015
SPA	PORTARIA	132	31 de novembro de 2015
SPA	PORTARIA	239	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	233	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	237	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	238	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	240	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	241	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	242	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	243	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	244	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	245	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	246	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	247	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	248	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	249	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	250	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	251	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	252	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	253	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	254	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	255	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	234	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	235	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	236	21 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	256	22 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	257	22 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	258	22 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	259	22 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	260	22 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	261	22 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	262	22 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	263	22 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	264	22 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	265	22 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	267	22 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	268	22 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	269	22 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	270	22 de dezembro de 2015
SPA	PORTARIA	271	23 de dezembro de 2015
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	4	1 de abril de 2016
SPA	PORTARIA	1	5 de janeiro de 2016
SPA	PORTARIA	215	25 de fevereiro de 2016
SPA	PORTARIA	216	25 de fevereiro de 2016
SPA	PORTARIA	359	24 de março de 2016
SPA	PORTARIA	364	28 de março de 2016
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	3	31 de março de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 168/2015	S/N	4 de abril de 2016
SPA	PORTARIA	54	16 de abril de 2009
SPA	PORTARIA	1	1 de maio de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 249/2015	S/N	6 de maio de 2016
SPA	PORTARIA	92	10 de maio de 2016
SPA	DESPACHO	S/N	12 de maio de 2016
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	18	12 de maio de 2016
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	5	30 de junho de 2016
SPA	PORTARIA	123	5 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	5	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	7	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	8	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	9	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	20	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	25	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	30	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	34	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	44	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	58	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	59	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	60	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	61	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	62	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	63	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	64	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	65	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	66	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	67	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	68	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	69	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	70	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	71	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	72	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	73	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	74	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	75	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	76	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	77	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	78	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	79	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	80	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	81	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	82	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	83	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	84	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	85	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	86	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	87	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	88	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	89	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	90	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	91	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	92	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	93	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	94	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	95	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	96	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	97	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	98	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	99	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	178	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	179	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	180	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	181	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	182	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	183	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	185	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	186	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	187	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	188	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	189	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	190	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	191	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	192	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	193	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	194	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	195	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	196	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	197	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	198	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	199	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	200	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	100	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	101	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	102	20 de julho de 2016

SPA	PORTARIA	103	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	104	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	105	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	107	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	108	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	112	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	114	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	115	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	116	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	117	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	118	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	119	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	121	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	122	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	124	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	131	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	135	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	151	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	152	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	155	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	162	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	165	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	167	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	168	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	172	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	31	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	45	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	49	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	164	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	10	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	106	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	109	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	110	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	111	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	113	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	120	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	123	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	125	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	126	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	127	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	128	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	129	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	130	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	132	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	133	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	134	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	136	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	137	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	138	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	139	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	140	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	141	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	142	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	143	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	145	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	146	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	147	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	148	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	149	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	150	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	154	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	156	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	158	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	159	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	160	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	161	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	163	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	166	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	169	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	170	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	171	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	173	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	174	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	175	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	176	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	177	20 de julho de 2016
SPA	PORTARIA	153	23 de julho de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 197/2016	S/N	26 de julho de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 178/2016	S/N	15 de agosto de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 167/2016	S/N	15 de agosto de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 171/2016	S/N	15 de agosto de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181 E 182/2016	S/N	15 de agosto de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 170/2016	S/N	15 de agosto de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 172/2016	S/N	15 de agosto de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 174/2016	S/N	15 de agosto de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 175/2016	S/N	15 de agosto de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 176/2016	S/N	15 de agosto de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 177/2016	S/N	15 de agosto de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 179/2016	S/N	15 de agosto de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 180/2016	S/N	15 de agosto de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 181/2016	S/N	15 de agosto de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 182/2016	S/N	15 de agosto de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 117, 118 E 120/2016	S/N	19 de agosto de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 191/2016	S/N	19 de agosto de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 186, 187, 189, 190, 191, 196, 198 E 199/2016	S/N	19 de agosto de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 59/2016	S/N	19 de agosto de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 115, 117, 118 E 120/2016	S/N	19 de agosto de 2016
SPA	PORTARIA	202	20 de agosto de 2016
SPA	PORTARIA	203	20 de agosto de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 181/2016	S/N	23 de agosto de 2016
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	6	14 de setembro de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165 E 166/2016	S/N	20 de setembro de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 170, 172, 173, 174, 177, 179, 180 E 181/2016	S/N	29 de setembro de 2016
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	7	30 de setembro de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 168, 170, 172, 173, 174, 177, 179, 180 E 181/2016	S/N	6 de outubro de 2016
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	8	10 de outubro de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 22/2016	S/N	26 de outubro de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 12/2016	S/N	7 de novembro de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 187/2016	S/N	17 de novembro de 2016
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	9	29 de novembro de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 149/2016	S/N	30 de novembro de 2016
SPA	PORTARIA	207	6 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	211	6 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	214	6 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	220	6 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	208	6 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	209	6 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	210	6 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	212	6 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	213	6 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	215	6 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	216	6 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	217	6 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	218	6 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	219	6 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	264	8 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	232	8 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	221	8 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	224	8 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	225	8 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	228	8 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	229	8 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	233	8 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	234	8 de dezembro de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 222, 223 E 227/2016	S/N	15 de dezembro de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIA 222/2016	S/N	15 de dezembro de 2016

SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 223/2016	S/N	15 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	237	26 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	238	26 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	239	26 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	240	26 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	241	26 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	242	26 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	243	26 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	244	26 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	245	26 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	246	26 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	247	26 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	248	26 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	249	26 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	250	26 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	251	26 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	252	26 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	253	26 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	254	26 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	255	26 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	235	26 de dezembro de 2016
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231 E 232/2016	S/N	28 de dezembro de 2016
SPA	PORTARIA	1	27 de janeiro de 2017
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 230/2016	S/N	9 de fevereiro de 2017
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247 E 248/2016	S/N	22 de fevereiro de 2017
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 245/2016	S/N	2 de março de 2017
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 222, 223, 225, 226, 227, 230 E 231/2016	S/N	14 de março de 2017
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 152/2016	S/N	24 de março de 2017
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 344/2011	S/N	18 de abril de 2017
SPA	PORTARIA	2	25 de abril de 2017
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 2/2017	S/N	3 de maio de 2017
SPA	PORTARIA	4	12 de maio de 2017
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 348/2011	S/N	31 de maio de 2017
SPA	PORTARIA	5	20 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	6	20 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	7	20 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	8	20 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	9	20 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	19	20 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	20	20 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	10	20 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	11	20 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	14	20 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	17	20 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	13	20 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	13	17 de janeiro de 2008
SPA	PORTARIA	15	20 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	16	20 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	21	21 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	24	21 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	25	21 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	26	21 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	27	21 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	28	21 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	30	21 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	32	21 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	33	21 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	34	21 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	36	21 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	22	21 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	23	21 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	29	21 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	31	21 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	35	21 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	37	21 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	38	21 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	39	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	40	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	51	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	52	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	53	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	54	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	55	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	56	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	57	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	58	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	59	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	60	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	61	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	64	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	65	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	66	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	68	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	69	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	70	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	71	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	72	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	73	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	74	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	76	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	77	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	78	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	79	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	80	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	81	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	82	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	83	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	84	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	85	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	86	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	88	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	89	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	90	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	91	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	92	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	93	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	41	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	42	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	43	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	44	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	45	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	46	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	47	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	48	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	49	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	50	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	63	27 de julho de 2017
SPA	PORTARIA	94	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	95	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	96	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	98	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	99	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	100	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	102	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	104	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	105	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	107	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	108	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	110	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	111	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	112	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	114	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	115	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	117	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	123	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	101	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	106	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	109	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	113	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	116	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	118	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	119	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	120	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	121	2 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	122	2 de agosto de 2017
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	1	7 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	124	7 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	125	7 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	126	7 de agosto de 2017

SPA	PORTARIA	128	7 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	129	7 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	131	7 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	132	7 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	137	13 de agosto de 2019
SPA	PORTARIA	178	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	179	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	180	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	181	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	182	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	183	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	184	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	185	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	186	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	187	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	188	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	189	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	190	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	191	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	192	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	137	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	142	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	146	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	159	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	162	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	164	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	172	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	175	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	149	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	157	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	130	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	133	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	135	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	136	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	138	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	140	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	141	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	143	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	144	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	145	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	147	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	148	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	150	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	151	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	152	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	153	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	154	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	155	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	156	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	158	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	160	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	161	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	163	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	165	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	166	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	167	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	168	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	169	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	170	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	171	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	173	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	174	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	177	14 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	195	15 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	196	23 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	197	31 de agosto de 2017
SPA	PORTARIA	198	13 de setembro de 2017
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	2	18 de setembro de 2017
SPA	RETIFICAÇÃO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 2/2017	S/N	21 de setembro de 2017
SPA	PORTARIA	199	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	200	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	201	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	202	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	203	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	204	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	205	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	206	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	211	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	212	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	212	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	213	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	207	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	208	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	209	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	210	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	213	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	214	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	215	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	216	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	217	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	218	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	219	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	220	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	221	20 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	224	31 de outubro de 2017
SPA	PORTARIA	225	3 de novembro de 2017
SPA	PORTARIA	227	3 de novembro de 2017
SPA	PORTARIA	226	3 de novembro de 2017
SPA	PORTARIA	228	3 de novembro de 2017
SPA	PORTARIA	2.346	22 de novembro de 2017
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 37/2017	S/N	1 de dezembro de 2017
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 6, 7, 9, 10, 13, 14, 15 E 17/2017	S/N	6 de dezembro de 2017
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 208, 209, 210, 211, 212, 214, 217 E 216/2017	S/N	7 de dezembro de 2017
SPA	PORTARIA	230	13 de dezembro de 2017
SPA	PORTARIA	231	14 de dezembro de 2017
SPA	PORTARIA	236	14 de dezembro de 2017
SPA	PORTARIA	238	14 de dezembro de 2017
SPA	PORTARIA	239	14 de dezembro de 2017
SPA	PORTARIA	240	14 de dezembro de 2017
SPA	PORTARIA	241	14 de dezembro de 2017
SPA	PORTARIA	242	14 de dezembro de 2017
SPA	PORTARIA	243	14 de dezembro de 2017
SPA	PORTARIA	244	14 de dezembro de 2017
SPA	PORTARIA	245	14 de dezembro de 2017
SPA	PORTARIA	232	14 de dezembro de 2017
SPA	PORTARIA	233	14 de dezembro de 2017
SPA	PORTARIA	234	14 de dezembro de 2017
SPA	PORTARIA	235	14 de dezembro de 2017
SPA	PORTARIA	237	14 de dezembro de 2017
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 209, 210, 211, 212, 214 E 217/2017	S/N	29 de dezembro de 2017
SPA	PORTARIA	3	23 de janeiro de 2018
SPA	PORTARIA	4	23 de janeiro de 2018
SPA	PORTARIA	5	23 de janeiro de 2018
SPA	PORTARIA	6	23 de janeiro de 2018
SPA	PORTARIA	7	23 de janeiro de 2018
SPA	PORTARIA	8	23 de janeiro de 2018
SPA	PORTARIA	9	23 de janeiro de 2018
SPA	PORTARIA	18	23 de janeiro de 2018
SPA	PORTARIA	19	23 de janeiro de 2018
SPA	PORTARIA	10	23 de janeiro de 2018
SPA	PORTARIA	11	23 de janeiro de 2018
SPA	PORTARIA	12	23 de janeiro de 2018
SPA	PORTARIA	13	23 de janeiro de 2018
SPA	PORTARIA	14	23 de janeiro de 2018
SPA	PORTARIA	15	23 de janeiro de 2018
SPA	PORTARIA	17	23 de janeiro de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 116/2017	S/N	6 de fevereiro de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 231/2017	S/N	7 de fevereiro de 2018
SPA	PORTARIA	20	23 de fevereiro de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 214/2017	S/N	1 de março de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 211 E 212/2017	S/N	7 de março de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 209/2017	S/N	13 de março de 2018
SPA	PORTARIA	438	28 de março de 2018
SPA	PORTARIA	53	7 de maio de 2018
SPA	PORTARIA	51	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	52	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	54	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	55	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	56	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	57	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	58	7 de junho de 2018

SPA	PORTARIA	59	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	60	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	61	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	62	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	63	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	64	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	65	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	66	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	67	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	68	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	69	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	70	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	71	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	72	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	74	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	75	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	76	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	77	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	78	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	79	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	80	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	81	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	82	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	83	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	84	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	85	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	86	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	87	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	89	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	50	7 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	935	19 de junho de 2018
SPA	PORTARIA	91	9 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	92	9 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	97	9 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	98	9 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	99	9 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	100	9 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	101	9 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	102	9 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	103	9 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	105	9 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	106	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	110	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	111	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	112	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	113	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	115	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	116	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	117	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	120	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	121	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	122	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	124	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	130	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	109	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	114	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	118	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	119	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	123	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	125	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	126	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	128	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	129	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	131	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	132	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	133	11 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	134	12 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	135	12 de julho de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 32/2011	S/N	13 de julho de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 209/2017	S/N	18 de julho de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 18/2018	S/N	18 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	136	19 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	144	20 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	147	20 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	150	20 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	137	20 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	138	20 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	140	20 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	141	20 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	142	20 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	143	20 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	145	20 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	146	20 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	148	20 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	149	20 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	151	20 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	152	20 de julho de 2018
SPA	PORTARIA	153	20 de julho de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 109/2018	S/N	6 de agosto de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 218/2017	S/N	6 de agosto de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 108/2018	S/N	6 de agosto de 2018
SPA	PORTARIA	186	22 de agosto de 2018
SPA	PORTARIA	190	22 de agosto de 2018
SPA	PORTARIA	202	22 de agosto de 2018
SPA	PORTARIA	203	22 de agosto de 2018
SPA	PORTARIA	205	22 de agosto de 2018
SPA	PORTARIA	206	22 de agosto de 2018
SPA	PORTARIA	219	22 de agosto de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 213/2017	S/N	27 de agosto de 2018
SPA	PORTARIA	207	28 de agosto de 2018
SPA	PORTARIA	220	28 de agosto de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 155/2018	S/N	29 de agosto de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 218/2017	S/N	3 de setembro de 2018
SPA	PORTARIA	3.086	4 de setembro de 2018
SPA	PORTARIA	222	4 de setembro de 2018
SPA	PORTARIA	231	10 de setembro de 2018
SPA	PORTARIA	233	10 de setembro de 2018
SPA	PORTARIA	239	10 de setembro de 2018
SPA	PORTARIA	240	10 de setembro de 2018
SPA	PORTARIA	241	10 de setembro de 2018
SPA	PORTARIA	242	10 de setembro de 2018
SPA	PORTARIA	243	10 de setembro de 2018
SPA	PORTARIA	223	10 de setembro de 2018
SPA	PORTARIA	224	10 de setembro de 2018
SPA	PORTARIA	227	10 de setembro de 2018
SPA	PORTARIA	228	10 de setembro de 2018
SPA	PORTARIA	229	10 de setembro de 2018
SPA	PORTARIA	230	10 de setembro de 2018
SPA	PORTARIA	232	10 de setembro de 2018
SPA	PORTARIA	234	10 de setembro de 2018
SPA	PORTARIA	235	10 de setembro de 2018
SPA	PORTARIA	236	10 de setembro de 2018
SPA	PORTARIA	3.403	3 de outubro de 2018
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	55	9 de outubro de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 141 E 145/2018	S/N	18 de outubro de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 199/2018	S/N	24 de outubro de 2018
SPA	PORTARIA	244	6 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	245	6 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	246	6 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	247	6 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	248	6 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	249	6 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	250	6 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	251	6 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	252	6 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	253	6 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	257	8 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	258	9 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	226	10 de novembro de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 254, 255 E 257/2018	S/N	13 de novembro de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 119 E 120/2018	S/N	14 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	259	16 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	260	16 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	261	16 de novembro de 2018

SPA	PORTARIA	262	16 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	263	16 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	264	16 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	265	16 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	267	16 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	268	16 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	269	16 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	270	16 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	271	16 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	272	16 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	273	16 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	274	19 de novembro de 2018
SPA	PORTARIA	275	22 de novembro de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 149/2018	S/N	6 de dezembro de 2018
SPA	RETIFICAÇÃODA PORTARIA 214/2017	S/N	6 de fevereiro de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 244/2018	S/N	18 de dezembro de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 247/2018	S/N	18 de dezembro de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 252/2018	S/N	18 de dezembro de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 275/2018	S/N	18 de dezembro de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 118, 119 E 120/2018	S/N	18 de dezembro de 2018
SPA	RETIFICAÇÃO DAS PORTARIAS 246, 254 E 255/2018	S/N	18 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	276	19 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	277	19 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	278	19 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	279	19 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	280	19 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	281	19 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	282	19 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	283	19 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	284	19 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	285	19 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	286	19 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	287	19 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	288	19 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	289	19 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	290	19 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	291	19 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	292	20 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	293	20 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	294	20 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	295	20 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	297	20 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	298	20 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	296	20 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	299	27 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	300	27 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	301	27 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	302	27 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	303	27 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	305	27 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	306	27 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	304	27 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	307	27 de dezembro de 2018
SPA	PORTARIA	141	8 de janeiro de 2019
SPA	PORTARIA	158	15 de janeiro de 2019
SPA	PORTARIA	568	6 de fevereiro de 2019
SPA	PORTARIA	1.067	8 de março de 2019
SPA	PORTARIA	31	11 de março de 2019
SPA	PORTARIA	1.527	4 de abril de 2019
SPA	PORTARIA	2.079	6 de maio de 2019
SPA	PORTARIA	2.578	5 de junho de 2019
SPA	PORTARIA	2.931	4 de julho de 2019
SPA	PORTARIA	3.524	5 de agosto de 2019
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	33	21 de agosto de 2019
SPA	INSTRUÇÃO NORMATIVA	34	4 de setembro de 2019
SPA	PORTARIA	4.205	6 de setembro de 2019
SPA	PORTARIA	4.725	4 de outubro de 2019
SPA	PORTARIA	313	30 de dezembro de 2019
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 313/2019	S/N	7 de janeiro de 2020
SPA	PORTARIA	3	7 de janeiro de 2020
SPA	PORTARIA	6	6 de fevereiro de 2020
SPA	RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 313/2019	S/N	5 de março de 2020
SPA	PORTARIA	8	5 de março de 2020
SPA	PORTARIA	12	6 de abril de 2020
SPA	PORTARIA	17	7 de maio de 2020
SPA	PORTARIA	20	5 de junho de 2020
SPA	PORTARIA	23	6 de julho de 2020
SPA	PORTARIA	27	6 de agosto de 2020
SPA	PORTARIA	29	4 de setembro de 2020
MIRAD/SEASC	INSTRUÇÃO	2	26 de outubro de 1988
MIRAD/SEASC	INSTRUÇÃO	3	26 de outubro de 1988
MIRAD/SEASC	INSTRUÇÃO	6	26 de outubro de 1988
MDA-SAF/INCRA	PORTARIA	3	11 de julho de 2000
MDA	PORTARIA	196	28 de agosto de 2001
MDA-SAF-SRA/INCRA	PORTARIA	16	4 de agosto de 2003
MDA/INCRA	PORTARIA	13	22 de agosto de 2005

ANEXO III

ATOS NORMATIVOS VIGENTES, CUJA NECESSIDADE OU CUJO SIGNIFICADO NÃO PÔDE SER IDENTIFICADO

(Art. 8º, inciso III, do Decreto nº 10.139, de 2019)

ÓRGÃO/MINISTÉRIO	ESPÉCIE	Nº	DATA
SFB	RESOLUÇÃO	4	23 de junho de 2008
SFB	PORTARIA	84	10 de setembro de 2010
SFB	PORTARIA	94	22 de setembro de 2011
SFB	RESOLUÇÃO	8	1º de agosto de 2019
SPA	PORTARIA	266	30 de março de 1948
SPA	PORTARIA	56	14 de fevereiro de 1995

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 106, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Superintendente Federal da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.676, de 11 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2016 e art. 262, da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, e o que consta no Processo SEI nº 21036.001428/2021-75, resolve:

Art. 1º - Credenciar a empresa AGRODAN AGROPECUÁRIA RORIZ DANTAS LTDA., CNPJ 12.786.836/0001-42, sob o nº BR PE 0816, localizada na Rod. Km 28 Estrada Vicinal Belém Ibó, s/n, Zona Rural, Belém de São Francisco/PE, CEP 56.440- 000, para realizar Tratamentos Fitossanitários com Fins Quarentenários no Trânsito internacional de vegetais e suas partes, na modalidade Tratamento Hidrotérmico (THT).

Art. 2° O credenciamento de que trata esta Portaria terá validade provisória por 01 (um) ano, conforme § 4º do Art. 1º - Anexo I - da Instrução Normativa SDA nº 66/2006, podendo ser renovado, mantido o mesmo número de credenciamento inicial, devendo a Empresa requerer a renovação por meio da apresentação de requerimento encaminhado ao Serviço de Sanidade Vegetal de Pernambuco em até 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do mesmo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANTÔNIO RIBEIRO RAMALHO JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 191, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

A SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, tendo em vista o disposto na Instrução normativa SDA nº 66, de 27 de novembro de 2006, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto 4.074, de 4 janeiro de 2002, e o que consta do Processo nº 21042.008878/2021-18 resolve:

Art. 1º Credenciar, sob número BR RS 815, da Empresa Todesmade Ind. de Madeiras e Artefatos Ltda, CNPJ: 20.676.022/0001-83 , localizada na localidade de Canapé, s/n°, Município de Cachoeira do Sul -RS, para, na qualidade de empresa prestadora de serviço de tratamentos quarentenários e fitossanitários no trânsito internacional de vegetais e suas partes, executar os seguintes tratamentos : a) Tratamento Térmico (HT) , b) Secagem em Estufa (KD);

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta Portaria terá validade por 12 (doze) meses, CONFORME Parágrafo Único do Art.1º - Anexo I da Instrução Normativa SDA nº 66/2006, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HELENA PAN RUGERI

PORTARIA Nº 196, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, usando das atribuições que lhe conferem os artigos 262 e 292, do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicada no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria nº 1.393/18, de 21/08/2018, publicada no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2º da Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, e o constante dos autos do processo 21042.011712/2021-71, resolve:

Habilitar, o(a) Médico(a) Veterinário(a) RODRIGO FOREST, CRMV-RS 10556, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado, desde que haja parecer favorável da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul (SEAPDR).

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SÃO PAULO

DIVISÃO DE DEFESA AGROPECUÁRIA

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 12, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

A CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL, da DDA/SFA-SP, no uso de suas atribuições, que lhe confere o inciso XVI do artigo 267 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Lei n° 6894, de 16 de dezembro de 1980, no Decreto 4954, de 14 de janeiro de 2004, alterado pelo Decreto n° 8384, de 2014 e na Instrução Normativa MAPA n° 53, de 24 de outubro de 2013 e o que consta do Processo 21052.011641/2021-97, resolve:

Art. 1° Credenciar a Instituição de Pesquisa da empresa Dinagrowski Assessoria em Agronegócios Ltda, CNPJ n° 71.750.848/0001-86, com sede na Rodovia dos Agricultores (Mogi Mirim/Artur Nogueira), s/nº, Km 5, Bairro dos Borges, Zona Rural - CEP 13.800-970, no Município de Mogi Mirim/SP, e campo experimental localizado em mesmo endereço, para, na qualidade de Instituição Privada de Pesquisa, realizar ensaios de eficiência e viabilidade agronômica visando o registro de produtos novos abrangidos pelo art. 15 do regulamento da Lei n° 6894 de 1980.

Art 2° O credenciamento de que trata esta portaria terá validade de cinco anos, conforme art. 30 da Instrução Normativa nº 53 de 23/10/2013.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CAROLINA DE ARAÚJO REIS

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS

COORDENAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

DECISÃO Nº 89, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Serviço Nacional de Proteção de Cultivares, em cumprimento ao art. 46, da Lei nº 9456, de 25 de abril de 1997, resolve tornar público(a) o CANCELAMENTO da proteção da cultivar de arroz (Oryza sativa L.), denominada APR 60, protocolo nº 21806.000161/2012-40, Certificado de Proteção nº 20130112, de titularidade da Arroz Preto Ruzene Ltda., do Brasil, com base no disposto no inciso II, art. 42, da Lei nº 9.456, de 1997.

Fica aberto o prazo de 60 (sessenta) dias para recurso, contados da publicação desta decisão.

RICARDO ZANATTA MACHADO
Coordenador

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ACRE

PORTARIA Nº 806, DE 7 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO ESTADO DO ACRE, no uso das incumbências que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 118 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela PORTARIA Nº 531, de 23 de março de 2020, e

CONSIDERANDO a demanda apresentada pela comunidade local, por meio do Ofício nº 01/2019 (6670981) da Associação dos Produtores Rurais dos PDS Geraldo Fernandes e Lídia Craveiro, solicitando a mudança de modalidade do assentamento PDS Geraldo Fernandes;

CONSIDERANDO que o Estudo de Viabilidade da Alteração da Modalidade do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Geraldo Fernandes "PDS Geraldo Fernandes" (8509941) concluiu pela possibilidade de alteração da modalidade para Projeto de Assentamento - PA Geraldo Fernandes;

CONSIDERANDO que o Comitê de Decisão Regional deliberou sobre a alteração da modalidade do assentamento, conforme Ata do Comitê de Decisão Regional - CDR (8978709), decidindo pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria;

CONSIDERANDO finalmente, a atualização da planta do imóvel e a alteração do quantitativo de parcelas no assentamento, conforme SEI nº 8978752; resolve:

Art. 1º. Aprovar a alteração da modalidade do Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS para Projeto de Assentamento - PA, do PDS Geraldo Fernandes, código SIPRA AC0131000, criado pela Portaria INCRA/SR(14)AC/nº 13, de 07/06/2006, publicado no Diário Oficial da União nº 141, de 25/07/2006, Seção I, fls. 47, bem como a alteração da área para 1.941,4026 ha (um mil, novecentos e quarenta e um hectares, quarenta ares e vinte e seis centiares), localizado no município de Sena Madureira, e capacidade de 55 (cinquenta e cinco) unidades agrícolas familiares.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO ANTÔNIO PEREIRA BAYUM

PORTARIA Nº 807, DE 7 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO ESTADO DO ACRE, no uso das incumbências que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 118 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela PORTARIA Nº 531, de 23 de março de 2020, e

CONSIDERANDO a demanda apresentada pela comunidade local, por meio do Ofício nº 01/2019 (6670923) da Associação Agroextrativista União dos Produtores Rurais do Cordeiro, Associação de Produtores Rurais Vitória e Associação de Produtores Rurais Nova Semente, solicitando a mudança de modalidade do assentamento PDS Wilson Lopes;

CONSIDERANDO que o Estudo de Viabilidade da Alteração da Modalidade do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Wilson Lopes "PDS Wilson Lopes" (8512443) concluiu pela possibilidade de alteração da modalidade para Projeto de Assentamento - PA Wilson Lopes;

CONSIDERANDO que o Comitê de Decisão Regional deliberou sobre a alteração da modalidade do assentamento, conforme Ata do Comitê de Decisão Regional - CDR (8978804), decidindo pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria;

CONSIDERANDO finalmente, a atualização da planta do imóvel e a alteração do quantitativo de parcelas no assentamento, conforme SEI nº 8978804; resolve:

Art. 1º. Aprovar a alteração da modalidade do Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS para Projeto de Assentamento - PA, do PDS Wilson Lopes, código SIPRA AC0128000, criado pela Portaria INCRA/SR(14)AC/nº 06, de 28/04/2006, publicado no Diário Oficial da União nº 88, de 10/05/2006, Seção I, fls. 99, bem como a alteração da área para 16.272,8225 ha (dezesseis mil, duzentos e setenta e dois hectares, oitenta e dois ares e vinte e cinco centiares), localizado no município de Sena Madureira, e capacidade de 303 (trezentas e três) unidades agrícolas familiares.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO ANTÔNIO PEREIRA BAYUM

PORTARIA Nº 808, DE 7 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO ESTADO DO ACRE, no uso das incumbências que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 118 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela PORTARIA Nº 531, de 23 de março de 2020, e

CONSIDERANDO a demanda apresentada pela comunidade local, por meio do Ofício nº 001/2020 (6527172) da Associação dos Produtores Rurais do Projeto Porto Luiz I, solicitando a mudança de modalidade do assentamento PDS Porto Luiz I;

CONSIDERANDO que o Estudo de Viabilidade da Alteração da Modalidade do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Porto Luiz I "PDS Porto Luiz I" (8512479) concluiu pela possibilidade de alteração da modalidade para Projeto de Assentamento - PA Porto Luiz I;

CONSIDERANDO que o Comitê de Decisão Regional deliberou sobre a alteração da modalidade do assentamento, conforme Ata do Comitê de Decisão Regional - CDR (8979128), decidindo pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria; resolve:

Art. 1º. Aprovar a alteração da modalidade do Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS para Projeto de Assentamento - PA, do PDS Porto Luiz I, código SIPRA AC0105000, criado pela Portaria INCRA/SR(14)AC/nº 12, de 23/08/2004, publicado no Diário Oficial da União nº 168, de 31/08/2004, Seção I, fl. 72.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO ANTÔNIO PEREIRA BAYUM

PORTARIA Nº 809, DE 7 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO ESTADO DO ACRE, no uso das incumbências que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 118 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela PORTARIA Nº 531, de 23 de março de 2020, e

CONSIDERANDO a demanda apresentada pela comunidade local, por meio do Ofício nº 01/2019 (6670960) da Associação dos Produtores Rurais dos PDS Geraldo Fernandes e Lídia Craveiro, solicitando a mudança de modalidade do assentamento PDS Lídia Craveiro;

CONSIDERANDO que o Estudo de Viabilidade da Alteração da Modalidade do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Geraldo Fernandes "PDS Lídia Craveiro" (8512385) concluiu pela possibilidade de alteração da modalidade para Projeto de Assentamento - PA Lídia Craveiro;

CONSIDERANDO que o Comitê de Decisão Regional deliberou sobre a alteração da modalidade do assentamento, conforme Ata do Comitê de Decisão Regional - CDR (8979037), decidindo pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria;

CONSIDERANDO finalmente, a atualização da planta do imóvel e a alteração do quantitativo de parcelas no assentamento, conforme SEI nº 8979062; resolve:

Art. 1º. Aprovar a alteração da modalidade do Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS para Projeto de Assentamento - PA, do PDS Lídia Craveiro, código SIPRA AC0136000, criado pela Portaria INCRA/SR(14)AC/nº 35, de 19/09/2006, publicado no Diário Oficial da União nº 186, de 27/09/2006, Seção I, fl. 60, bem como a alteração da área para 804,8976 ha (oitocentos e quatro hectares, oitenta e nove ares e setenta e seis centiares), localizado no município de Sena Madureira, e capacidade de 24 (vinte e quatro) unidades agrícolas familiares.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO ANTÔNIO PEREIRA BAYUM

PORTARIA Nº 810, DE 7 DE JUNHO DE 2021

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO ESTADO DO ACRE, no uso das incumbências que lhe são conferidas no inciso VI do artigo 118 do Regimento Interno do INCRA, aprovado pela PORTARIA Nº 531, de 23 de março de 2020, e

CONSIDERANDO a demanda apresentada pela comunidade local, por meio do Ofício nº 01/2019 (8577166) da Associação de Produtores e Produtoras Rurais Conquista, localizada no PDS Ivo Neves, solicitando a mudança de modalidade do assentamento PDS Ivo Neves;

CONSIDERANDO que o Estudo de Viabilidade da Alteração da Modalidade do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Ivo Neves "PDS Ivo Neves" (8577230) concluiu pela possibilidade de alteração da modalidade para Projeto de Assentamento - PA Ivo Neves;

CONSIDERANDO que o Comitê de Decisão Regional deliberou sobre a alteração da modalidade do assentamento, conforme Ata do Comitê de Decisão Regional - CDR (8978896), decidindo pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria;

CONSIDERANDO finalmente, a atualização da planta do imóvel e a alteração do quantitativo de parcelas no assentamento, conforme SEI nº 8979002;, resolve:

Art. 1º. Aprovar a alteração da modalidade do Projeto de Desenvolvimento Sustentável - PDS para Projeto de Assentamento - PA, do PDS Ivo Neves, código SIPRA AC0127000, criado pela Portaria INCRA/SR(14)AC/nº 05, de 07/06/2006, publicado no Diário Oficial da União nº 92, de 16/05/2006, Seção I, fl. 61, bem como a alteração da área para 4.060,4735 ha (quatro mil e sessenta hectares, quarenta e sete ares e trinta e cinco centiares), localizado no município de Sena Madureira, e capacidade de 99 (noventa e nove) unidades agrícolas familiares.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO ANTÔNIO PEREIRA BAYUM

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SÃO PAULO

RETIFICAÇÃO

Na portaria MIRAD/N° 311, de 03 de dezembro de 1987, publicado no B.P de 14 de dezembro de 1987, página 13, que criou o P.A ESMERALDA, código SIPRA SP0008000, onde se lê: "... 2.079,3544 ha (dois mil e setenta e nove hectares, trinta e cinco ares e quarenta e quatro centiares), " leia-se: "... 2.080,4461 ha (dois mil e oitenta hectares, quarenta e quatro ares e sessenta e um centiares)."

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS

PORTARIA CBPF/MCTI Nº 8, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Define a data de Retorno gradual e seguro ao trabalho em modo presencial dos servidores e funcionários no âmbito do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas - CBPF.

O DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISAS FÍSICAS, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº40, inciso IV, da Portaria nº3.424, publicada no D.O.U. de 11/09/2020, seção 1, pág. 1, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações - MCTI; tendo como base o Artigo 3º, parágrafo 2º. da Portaria do MCTI nº 4.709, de 3 de maio de 2021, que estabelece orientações quanto ao retorno gradual e seguro ao trabalho em modo presencial, resolve:

Art. 1º Estabelecer a data de retorno as atividades presenciais de forma gradual e segura a partir de 03 de janeiro de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga a Portaria Nº 5/2021 publicada no DOU Nº 113, de 18 de junho de 2021.

RONALD CINTRA SHELLARD

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 7.579/2021

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 243a. Reunião Ordinária ocorrida em 05/08/2021 a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01245.006564/2020-06
Requerente: Corteva Agriscience do Brasil Ltda.
CQB: 013/97
Assunto: Alteração de Liberação Planejada.
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise de pedido de alteração de plantios da Unidade Operativa de Passo Fundo/RS para a Unidade Operativa de Guarapuava/PR, concluiu pelo DEFERIMENTO.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC ou FALABR, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

PAULO AUGUSTO VIANNA BARROSO

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.142, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.013091/2020-95, de 9 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica OIW Indústria Eletrônica S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 07.212.549/0002-70, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 07.212.549/0002-70, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Caixa de Terminação Óptica (CTO).

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.013091/2020-95, de 9 de dezembro de 2020.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.143, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.013091/2020-95, de 9 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica OIW Indústria Eletrônica S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 07.212.549/0004-31, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 07.212.549/0004-31, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Caixa de Terminação Óptica (CTO).

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.013091/2020-95, de 9 de dezembro de 2020.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.144, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.013091/2020-95, de 9 de dezembro de 2020, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica OIW Indústria Eletrônica S.A., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 07.212.549/0006-01, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 07.212.549/0006-01, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Caixa de Terminação Óptica (CTO).

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.013091/2020-95, de 9 de dezembro de 2020.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.147, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.066147/2019-00, de 19 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Philozon - Indústria e Comércio de Geradores de Ozônio Eireli, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 07.138.875/0001-01, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 07.138.875/0001-01, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Aparelho eletromédico de terapia por ozônio, baseado em técnica digital.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01250.066147/2019-00, de 19 de dezembro de 2019.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.149, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01250.056377/2019-52, de 4 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica WSMED-Tecnologias Medicas Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 30.767.266/0001-25, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 30.767.266/0001-25, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Bisturi Eletrônico Microprocessado.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01250.056377/2019-52, de 4 de novembro de 2019.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.152, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Reconhecimento de bem desenvolvido no País, de acordo com o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e tendo em vista o disposto na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.001316/2021-41 de 19 de janeiro de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer que os bens e respectivos modelos abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa DPR Telecomunicações Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 00.422.413/0004-07, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006:

I - Caixa de emenda para Fibra Óptica, modelos: CEO-DPR-24; CEO-DPR-48; CEO-DPR-72; CEO-DPR-96; CEO-DPR-144; CEO-II-DPR-36; CEO-II-DPR-72; CEO-II-DPR-108; CEO-II-DPR-144; CEO-FM-DPR-12; CEO-FM-DPR-24; CEO-FM-DPR-36; CEO-FM-DPR-48; CEO-FMDPR-72; CEO-FM-DPR-96; CEO-II-FM-DPR-36; CEO-II-FM-DPR-72; CEO-II-FM-DPR-108; CEO-II-FM-DPR-144;

II - Caixa de terminação de redes de comunicação de fibras ópticas, externa, modelo: CTO-DPR-C16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 5.153, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Reconhecimento de que os investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) são decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020 e a Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO, DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020 e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.001316/2021-41 de 19 de janeiro de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer que os produtos e respectivos modelos abaixo descritos são resultado de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, realizados previamente à habilitação pela empresa DPR Telecomunicações Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 00.422.413/0004-07:

I - Caixa de emenda para Fibra Óptica, modelos: CEO-DPR-24; CEO-DPR-48; CEO-DPR-72; CEO-DPR-96; CEO-DPR-144; CEO-II-DPR-36; CEO-II-DPR-72; CEO-II-DPR-108; CEO-II-DPR-144; CEO-FM-DPR-12; CEO-FM-DPR-24; CEO-FM-DPR-36; CEO-FM-DPR-48; CEO-FMDPR-72; CEO-FM-DPR-96; CEO-II-FM-DPR-36; CEO-II-FM-DPR-72; CEO-II-FM-DPR-108; CEO-II-FM-DPR-144;

II - Caixa de terminação de redes de comunicação de fibras ópticas, externa, modelo: CTO-DPR-C16.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM



Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 3.466, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Altera a Portaria nº 1.510, de 26 de novembro de 2020, que institui Grupo de Trabalho com a finalidade de revisar, consolidar e padronizar os atos normativos no âmbito do Ministério das Comunicações.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017 e no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 1.510/SEI-MCOM, de 26 de novembro de 2020, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º.....

I - gabinete do ministro - GM;

II - assessoria especial de controle interno;

III - secretaria-executiva;

IV - subsecretaria de orçamento e administração;

V - subsecretaria de planejamento e tecnologia da informação;

VI - consultoria jurídica;

VII - secretaria de radiodifusão;

VIII - secretaria de telecomunicações; e

IX - secretaria especial de comunicação social." (NR)

"Art. 7º .....

I - até 31 de maio de 2021:

a) conselhos;

b) telecomunicações; e

c) políticas digitais.

II - até 31 de agosto de 2021:

a) área meio.

III - até 30 de novembro de 2021:

a) comunicação social;

b) FUNTTEL;

c) radiodifusão; e

d) residuais." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Nas Portarias de 02 de agosto de 2021, do Departamento De Inovação, Regulamentação E Fiscalização, publicadas no D.O.U de 27 de agosto de 2021, seção 1, página 37, tabela anexa, onde se lê: Portaria DEIRF n° 2797 de 02/08/2021, Leia-se: Portaria DEIRF n° 2997 de 02/08/2021.

DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS OUTORGA

PORTARIA MCOM Nº 3.445, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º, do artigo 27, da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de julho de 2020, e tendo em vista o que consta do Processo nº 01250.032601/2019-11, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 10246/2021/SEI-MCOM, resolve:

Art. 1º Homologar a operação efetuada pela Central de Eventos, Promoções e Marketing Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, no município de Capão do Leão, estado do Rio Grande do Sul, utilizando o canal 46 (quarenta e seis), digital, consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Televisão Cachoeira do Sul Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cachoeira do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

PORTARIA MCOM Nº 3.449, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º, do artigo 27, da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 24 de julho de 2020, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53115.014623/2021-71, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 10289/2021/SEI-MCOM, resolve:

Art. 1º Homologar a operação efetuada pela Prefeitura Municipal de São Pedro, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de São Pedro, estado de São Paulo, utilizando o canal 42 (quarenta e dois), digital, consistente na alteração da geradora cedente de sua programação, que passará a ser a Empresa Paulista de Televisão S.A., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Campinas, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 6.074, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53504.001832/2021-71.

Outorgar autorização para uso de Radiofrequências à REDE AUTONOMISTA DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA , executante do serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, CNPJ nº 46.869.475/0001-10, visando execução do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 6.075, DE 12 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53504.004390/2021-15.

Expede autorização ao Jonpeter Germano Glaeser, CPF nº ***.893.838-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 6.139, DE 13 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53504.004374/2021-22.

Expede autorização ao Andre Fiuza Ferreira, CPF nº ***.006.028-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 6.237, DE 17 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53504.004569/2021-72.

Expede autorização à Ebc Administradora de Bens Ltda, CNPJ nº 06.173.840/0002-13, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 6.414, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53504.004384/2021-68.

Expede autorização ao Luiz Carlos Rogatto, CPF nº ***.728.508-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 6.809, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53504.002983/2021-47.

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s) à VOGEL SOLUÇÕES EM TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA S.A., CNPJ nº 05.872.814/0001-30, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE

ATO Nº 6.358, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Expede autorização à Cristian Sanchez Nunes, CPF nº ***.878.868-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

ATO Nº 6.462, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Expede autorização à OESTE TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 20.214.537/0001-61, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

ATOS DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Nº 6.812 - Expede autorização à L P R CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ nº 12.381.060/0001-80, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 6.813 - Expede autorização à JUAREZ ANTONIO DE SOUZA, CPF nº ***.420.469-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 6.593, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

Expedir autorização à Carlos Ramon Teles Cabral, CPF nº ***.930.993-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto

ATO Nº 6.594, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

Expedir autorização à Rafael Rodrigo Lopes, CPF nº ***.997.004-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 31 DE JULHO DE 2021

Nº 5.748 - Processo nº 53500.051789/2021-25.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA TIMON DE RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ 10.305.548/0001-01, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Beneditinos/PI.

Nº 5.753 - Processo nº 53500.051819/2021-01.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à LS COMUNICACOES E EVENTOS LTDA, CNPJ 04.503.472/0001-18, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Jequié/BA.

Nº 5.754 - Processo nº 53500.051820/2021-28.

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Fundesul, CNPJ 04.188.244/0001-09, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Porto Seguro/BA.

Nº 5.755 - Processo nº 53500.052335/2021-71.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO EMBOABAS DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ 17.753.344/0001-74, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de São João del Rei/MG.

Nº 5.757 - Processo nº 53500.052547/2021-59.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE COMUNICACAO E PUBLICIDADE BURITI LTDA, CNPJ 08.072.272/0001-09, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Buritirama/BA.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 5.818, DE 4 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53500.044836/2021-84.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Televisao Cultura S/a, CNPJ 83.900.050/0001-52, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Florianópolis/SC.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 5.965, DE 10 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53500.054697/2021-05.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TV TAUBATE LTDA, CNPJ 01.921.699/0001-95, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Natividade da Serra/SP.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 11 DE AGOSTO DE 2021

Nº 6.001 - Processo nº 53500.048011/2021-39.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à Fundacao Joao Paulo Ii, CNPJ 50.016.039/0001-75, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Tupã/SP.

Nº 6.002 - Processo nº 53500.051749/2021-83.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA CANAA DE COMUNICACAO LTDA, CNPJ 32.426.660/0001-25, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Onda Média, na localidade de Cariacica/ES.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 17 DE AGOSTO DE 2021

Nº 6.201 - Processo nº 53500.048210/2021-47.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO TUIUTI SA, CNPJ 92.236.314/0001-06, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Santa Vitória do Palmar/RS.

Nº 6.202 - Processo nº 53500.056211/2021-65.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO DIFUSORA 26 DE ABRIL DE IMARUI LTDA, CNPJ 84.203.371/0001-60, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Imaruí/SC.

Nº 6.203 - Processo nº 53500.056241/2021-71.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISFRAN SISTEMA DE COMUNICACAO A SAO FRANCISCO LTDA, CNPJ 25.474.198/0001-76, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Pompéu/MG.

Nº 6.211 - Processo nº 53500.057116/2021-89.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO INTEGRACAO CIDADE DE MEDIANEIRA FM LTDA, CNPJ 79.534.533/0001-03, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Medianeira/PR.

Nº 6.212 - Processo nº 53500.057117/2021-23.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CAMPOS DOURADOS FM LTDA, CNPJ 81.064.487/0001-78, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Medianeira/PR.

Nº 6.241 - Processo nº 53500.054317/2021-24.
Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO DE ENSINO E TECNOLOGIA DE ALFENAS, CNPJ 17.878.554/0001-99, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Alfenas/MG.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 6.545, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53504.003057/2017-11.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 08/09/2020, a autorização outorgada a J.MUNARO & CIA LTDA, CNPJ/MF nº 26.924.822/0001-52, por intermédio do Ato nº 4337, de 13/08/2020 (5864542), para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 6.792, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 53500.018946/2018-95.
Declara extinta, por renúncia, a partir de 24/12/2020, a autorização outorgada a RV3 SERVICOS DE TECNOLOGIA EIRELI, CNPJ/MF nº 10.476.834/0001-21, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Nº 6.811 - Processo nº 53500.018772/2021-66.
Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à HMA BRASIL LTDA, CNPJ/CPF: 29.764.227/0001-95, associada à autorização para execução de Serviço Especial Para Fins Científicos ou Experimentais.

Nº 6.824 - Processo nº 53500.050459/2021-12.
Expede autorização à Nova Net RN Telecom Eireli, CNPJ/MF nº 39.343.684/0001-60, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.826 - Processo nº 53500.057403/2021-99.
Expede autorização à B W de S Ferreira Telecomunicacao, CNPJ/MF nº 27.883.535/0001-04, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.827 - Processo nº 53500.060758/2021-65.
Expede autorização à Auge Telecom Ltda, CNPJ/MF nº 17.530.512/0001-62, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 6.828 - Processo nº 53500.059597/2021-67.
Expede autorização à Ana Aldenira Sousa Araujo Lima, CNPJ/MF nº 19.796.841/0001-85, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Nº 6.966 - Autoriza J. DE OLIVEIRA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO, CNPJ nº 35.922.508/0001-21, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Selvíria/MS, no período de 13/09/2021 a 13/10/2021.

Nº 6.967 - Autoriza NOKIA SOLUTIONS AND NETWORKS DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ nº 01.108.177/0034-37, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 13/09/2021 a 27/09/2021.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

COMANDO DO EXÉRCITO

INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO DO BRASIL

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA Nº 2, REALIZADA EM 4 DE AGOSTO DE 2021

Aos quatro dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e um, às nove horas e trinta minutos, por meio de videoconferência online, em virtude do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pela pandemia de 2019 (COVID-19), declarada pela Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e considerando, ainda, a Portaria nº 7.957, de 19 de março de 2020, do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, a Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020, a Lei nº 14.030, de 28 de julho de 2020, e outros normativos pertinentes, reuniram-se, via web por videoconferência, em conformidade com o disposto no inciso I, do art. 1º da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14 de abril de 2020 e, ainda, com o parágrafo único, do art. 131 da Lei nº 6.404/76, em primeira e única convocação, para a realização da ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA IMBEL, a União, única acionista, convocada por intermédio do Edital de Convocação, datado de 26 de julho de 2021, publicado no sítio da Empresa, para deliberação sobre a seguinte Ordem do Dia: Eleição de membros para os Conselhos de Administração e Fiscal da IMBEL. Nos termos das Leis nº 6.404/76 e nº 13.303/16 e do Decreto nº 8.945/16, o Senhor GUIDO AMIN NAVES, Presidente do Conselho de Administração da IMBEL nesta Assembleia Geral Extraordinária (AGE), doravante denominado "Presidente", informou estar participando da reunião a Senhora Dra. MARIA TERESA PEREIRA LIMA, Procuradora da Fazenda Nacional, representante da União, conforme Portaria nº 17, de 26 de junho de 2019, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; o Senhor AIRES DE MELO JUREMA, representante do Conselho Fiscal da IMBEL; e o Senhor WILSON RODRIGUES DE SOUZA, designado para exercer a função de Secretário da Assembleia. Participaram como convidados os Senhores ADERICO VISCONTE PARDI MATTIOLI, Diretor-Presidente da IMBEL; EXPEDITO ALVES DE LIMA, Vice-Presidente Executivo; e CARLOS BARBOSA, Secretário Executivo do CA/IMBEL. O Presidente declarou aberta a sessão, informando que foram encaminhados, previamente, à Coordenação Geral de Assuntos Societários da União/Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (CAS/PGFN), os documentos pertinentes ao tema descrito no Edital de Convocação, para análise e encaminhamento do voto da União. Na sequência solicitou ao Secretário que fizesse a leitura do Edital de Convocação. Concluída a leitura do edital, o Presidente concedeu a palavra à representante da União, Dra. MARIA TERESA PEREIRA LIMA, que de acordo com a Ordem do Dia, votou da seguinte forma: 1 - pela eleição do Senhor GUIDO AMIN NAVES, CPF nº **3.325.257-** e Idt nº **6.805.61*-* MD/EB, brasileiro, casado, oficial general do Exército Brasileiro, como membro do Conselho de Administração da IMBEL, nomeado pelo referido Colegiado em sua 340ª Reunião Ordinária, como representante do Ministério da Defesa indicado pelo Comando do Exército, para substituir e completar a gestão unificada de DÉCIO LUÍS SCHONS, a contar de 27 de maio de 2021; 2 - pela eleição, como membros do Conselho Fiscal da IMBEL, dos seguintes nomes, com prazo de atuação de 2 (dois) anos, a contar desta data: 2.1 - Senhor GUILHERME LOURO BRAGA, CPF nº **2.601.898-** e Idt nº **5.453.58*-* MD/EB, brasileiro, casado, oficial general do Exército Brasileiro, como membro titular representante do Ministério da Defesa indicado pelo Comando do Exército, em substituição ao Senhor AIRES DE MELO JUREMA; e 2.2 - Senhor JOSÉ LUIS SERAFINI BOLL, CPF nº **3.288.970-** e Idt nº **292660** SSP/RS, brasileiro, casado, servidor público federal, como membro titular representante do Tesouro Nacional indicado pelo Ministério da Economia, em substituição ao Senhor DANIEL CARDOSO LEAL. Ato contínuo, o Presidente ratificou o voto da União, tendo determinado o registro em ata das deliberações acima discriminadas. Foi facultada a lavratura da ata sob a forma de sumário e a sua publicação com a omissão das assinaturas, conforme previsto no art. 130 e seus parágrafos, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. E como nada mais houve, o Presidente agradeceu a participação de todos e declarou encerrada a Assembleia Geral Extraordinária da IMBEL, determinando ao Secretário da AGE, Senhor WILSON RODRIGUES DE SOUZA, lavrar a ata de registro da reunião, que depois de lida, se achada conforme, será por todos assinada.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-.-. A ata da reunião encontra-se registrada na Junta Comercial do Distrito Federal sob o protocolo nº 1724529 em 26/08/2021.

GUIDO AMIN NAVES
Presidente da AGE

MARIA TERESA PEREIRA LIMA
Representante da União

AIRES DE MELO JUREMA
Representante do Conselho Fiscal

WILSON RODRIGUES DE SOUZA
Secretário da AGE

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA DPC/DGN/MB Nº 26, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Implantação e Operação de Sistemas para determinação de Folga Dinâmica Abaixo da Quilha - NORMAM-33/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), resolve:

Art. 1º Aprovar as Normas da Autoridade Marítima para Implantação e Operação de Sistemas para determinação de Folga Dinâmica Abaixo da Quilha - NORMAM-33/DPC, que a esta acompanham.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 430/DPC, de 10 dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 11 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

ANEXO

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DE SISTEMAS PARA DETERMINAÇÃO DE FOLGA DINÂMICA ABAIXO DA QUILHA

NORMAM-33/DPC

- 2021 -

CAPÍTULO 1
PRESSUPOSTOS BÁSICOS
0101 - PROPÓSITO

Estabelecer os procedimentos e requisitos técnicos, necessários ao estabelecimento de sistemas para determinação da folga dinâmica abaixo da quilha em portos nacionais.

0102 - LEGISLAÇÃO E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PERTINENTES

Decreto-Lei nº 243, de 28 de fevereiro de 1967 - Fixa as diretrizes e bases da Cartografia Brasileira e dá outras atribuições;

Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 - Dispõe sobre a segurança do tráfego aquaviário em águas sob jurisdição nacional e dá outras providências;

Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013 (Lei dos Portos) - Dispõe sobre a exploração direta e indireta pela União de portos e instalações portuárias e sobre as atividades desempenhadas pelos operadores portuários;

Portaria nº 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004 - Estabelece a Estrutura da Autoridade Marítima e delega competências aos Titulares dos Órgãos de Direção Geral, de Direção Setorial e de outras Organizações Militares da Marinha, para o exercício das atividades especificadas;

Normas da Autoridade Marítima para Auxílios à Navegação (NORMAM-17/DHN);

Normas da Autoridade Marítima para Levantamentos Hidrográficos (NORMAM-25 Rev.2/DHN);

Normas da Autoridade Marítima para Navegação e Cartas Náuticas (NORMAM-28/DHN);

Report nº 121 - Harbour Approach Channels Design Guidelines, 2014. The World Association for Waterborne Transport Infrastructure (PIANC); e

NAVIGUIDE- Marine Aids to Navigation Manual 2018 - 8ª edition. International Association of Marine Aids to Navigation and Lighthouse Authorities.

0103 - DEFINIÇÕES IMPORTANTES PARA EFEITO DESTA NORMA

a) Folga abaixo da quilha (FAQ): distância entre o ponto mais baixo da quilha e o fundo marinho. Representa a margem de segurança para evitar o encalhe ou a colisão com o relevo submarino ou com objetos submersos. Também conhecida como FAQ bruta. Já a FAQ líquida é a margem de segurança devida ao tipo de fundo. A expressão acima é conhecida, em inglês, por under keel clearance (UKC). Normalmente, a FAQ é determinada de forma estática a partir de requisitos baseados nas condições meteoceanográficas prevalecentes (padrões) nos canais de acesso e bacias de manobra, bem como nos fatores relacionados ao nível da água, ao navio e ao fundo, conforme apresentados na Figura 1 a seguir:

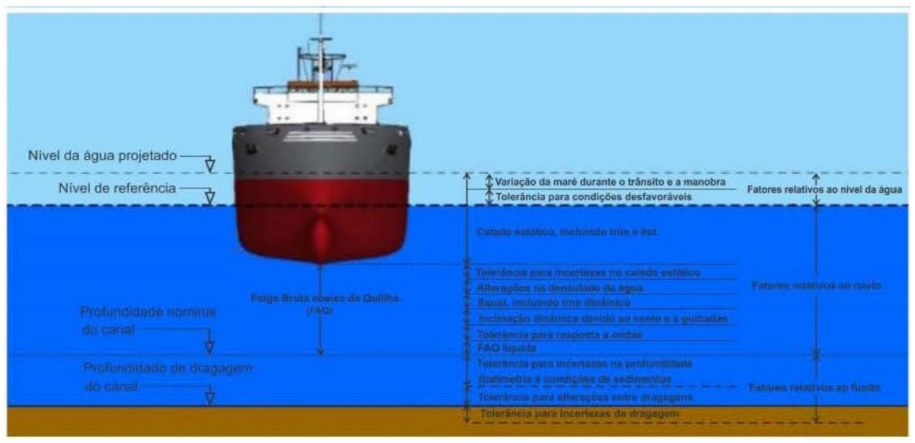


Figura 1 - Fatores para cálculo do calado máximo recomendado (adaptado do Relatório nº 121/2014 do PIANC, 2014).

b) Folga dinâmica abaixo da quilha (FDAQ): determinação da FAQ a partir de sistemas que consideram e atualizam constantemente os fatores relativos ao nível da água, ao navio e ao relativos ao fundo (Figura 1), com base em modelos de previsão e monitoramento;

c) Calado Máximo Operacional (CMO): também conhecido como Calado Máximo Recomendado (CMR), é o calado máximo para o qual uma embarcação pode ser carregada em um dado conjunto de condições, mantendo a suficiente FAQ para garantir a passagem segura através de um canal de acesso, canais internos ou de aproximação, bacias de evolução e dos berços, e cujo valor é determinado pela Autoridade Portuária (AP) sob coordenação da Autoridade Marítima (AM), consoante a Lei dos Portos;

d) Margem de Manobrabilidade (MM): distância mínima entre o fundo da via navegável e o ponto mais baixo da estrutura do navio de projeto, abaixo da qual a sua habilidade de manobra será degradada em determinada velocidade, podendo tornar-se insuficiente para manter o fluxo de água abaixo e em seu entorno, comprometendo a sua segurança. Para todos os efeitos a FAQ bruta não pode ser menor que a MM. Recomenda-se utilizar como MM mínima 5% do calado ou 0,6m, o que for maior;

e) Habilitação: titulação recebida após um processo de capacitação que confere as prerrogativas e responsabilidades inerentes ao exercício de uma profissão e ao provimento de um cargo, função ou incumbência;

f) Infração: toda ação ou omissão que viole os preceitos insertos no ordenamento jurídico vigente e, em especial, ao estabelecido nestas Normas, nas normas complementares emitidas pela Autoridade Marítima e nos atos ou resoluções internacionais pertinentes, ratificados pelo Brasil, sendo o infrator sujeito às penalidades indicadas nestas Normas; e

g) Efeito Squat (agachamento): redução da folga abaixo da quilha, causada pelo movimento relativo do casco do navio através do corpo de água ao redor, ao navegar em águas rasas.

0104 - ATRIBUIÇÕES

No que concerne à determinação da FDAQ, são definidas as seguintes atribuições:

a) à Autoridade Portuária (AP) ou Administração Portuária, conforme o caso, compete:

I. estabelecer o sistema a ser utilizado para determinação da FDAQ;

II. operar e manter tal sistema com pessoal habilitado bem como suas partes componentes ou contratar empresas qualificadas para tal;

III. responsabilizar-se legalmente pela validade da informação advinda desse sistema na determinação e alteração dos calados operacionais em sua área portuária;

IV. manter a AM informada de quaisquer resultados, limitações e alterações no referido sistema; e

V. encaminhar a documentação técnica contendo a descrição do sistema em questão, garantindo que a mesma seja mantida atualizada.

b) à Autoridade Marítima (AM) compete:

I. analisar os estudos e relatórios para o estabelecimento de sistemas de FDAQ; e

II. emitir, por meio das Capitanias dos Portos e suas Delegacias e Agências (CP/DL/AG) subordinadas, o Parecer da Autoridade Marítima quanto à implementação do sistema de FDAQ.

CAPÍTULO 2
CONCEPÇÃO E REQUISITOS MÍNIMOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE FOLGA DINÂMICA ABAIXO DA QUILHA

O conceito de Folga Dinâmica Abaixo da Quilha (FDAQ), também conhecida como "Dynamic Under keel Clearance", vem sendo adotado em alguns portos internacionais, aumentando os benefícios e viabilidade econômica de operação, na medida em que os navios maximizam a sua capacidade de carga para determinadas condições ambientais, sem o comprometimento de sua segurança, a partir de um sistema que aplica modelos de previsão e monitoramento meteorológico, da observação da altura das ondas e de emprego de janelas de marés antes do início do trânsito em determinada área marítima. Dessa forma é possível estabelecer um CMR dinâmico, ao invés de um valor fixo, para cada navio, considerando as condicionantes elencadas. Outra vantagem identificada é a de fornecer, antecipadamente, aviso de segurança quando a FDAQ calculada for muito pequena, como nos casos de ocorrência de mau tempo, ventos fortes e ondulações de grande amplitude e período.

Os sistemas para determinação da FDAQ utilizam "softwares" que consideram e atualizam os fatores relacionados ao nível de água e aos relativos ao fundo descritos na Figura 1, compondo a FAQ bruta, considerando ainda a FAQ líquida. Cada um dos fatores mencionados é determinado com base na previsão das condições ambientais, decorrente de um acompanhamento constante dos elementos dos ventos, ondas, correntes e marés e do conhecimento da geometria, batimetria e da configuração dos canais e bacias de manobra; e nas dimensões do navio, condições de carregamento e velocidade. Assim, a partir do cálculo da FDAQ, avalia-se o risco de contato do navio com o fundo e preveem-se as janelas de maré adequada para o trânsito nas áreas de navegação restrita.

O sistema para determinação da FDAQ deve ser composto por equipamentos, sensores e recursos computacionais ("hardware" e "software") capazes de monitorar as condições ambientais em tempo real e prever as condições meteorológicas para, no mínimo, as próximas vinte e quatro horas, ampliando o período de operação desses navios nos portos que possuam esses recursos, permitindo uma condição de carregamento dos navios que irão transitar por seus canais e bacias de manobra.

A fim de implementar o sistema de cálculo e previsão de FDAQ na área de interesse da AP, a mesma deverá atender, mas não se limitar, aos aspectos técnicos relacionados nos próximos itens, no tocante tanto ao sistema de aquisição e monitoramento de dados ambientais, quanto ao "software" propriamente utilizado para determinação da FDAQ.

0201 - MONITORAMENTO DE DADOS BATIMÉTRICOS

Os seguintes dados hidroceanográficos deverão ser fornecidos:

- dados batimétricos provenientes de Levantamentos Hidrográficos (LH) realizados com o devido fim, cuja verificação seja certificada pela Empresa que realizou o LH, ou por qualquer outra que possa atestar a confiabilidade dos dados coletados;

- verificação da existência de obstruções submarinas, do tipo de fundo, balizamento empregado, cartas náuticas e atualizações disponíveis, dentre outras julgadas pertinentes ao estudo; e

- verificação de estudos maregráficos e sedimentológicos já existentes ou produzidos por entidade técnica competente.

Os aspectos acima mencionados deverão ser consolidados em relatório técnico, elaborado e assinado por profissional com habilitação nas áreas de conhecimento descritas, o qual garanta que os dados existentes são suficientes para implementação do sistema e estabeleça a frequência de atualização batimétrica e dos demais dados para

permitir a continuidade da operação do sistema de FDAQ com o grau de incerteza previsto no mesmo. Esse relatório deverá ser entregue pela AP à CP/DL/AG da área de jurisdição (AJ) do porto ou terminal onde se deseja operar com o sistema de FDAQ.

0202 - MONITORAMENTO E ARMAZENAGEM DE DADOS AMBIENTAIS

Na área de interesse para a implantação do sistema de cálculo e previsão de FDAQ, os seguintes dados ambientais deverão ser adquiridos e armazenados pelo período de um ano:

- altura do nível do mar;
- campo vetorial de correntes (rumo e velocidade);
- campo vetorial de ventos (direção e intensidade); e
- direção, período e altura significativa de ondas.

O monitoramento de dados ambientais deverá ser realizado a partir de um projeto onde sejam justificados:

a) o número, o tipo, marca, modelo e número de série dos sensores (correntômetros, anemômetros, barômetros, termômetros e ondógrafos) e a distribuição espacial dos sensores utilizados para coleta de dados ambientais; e

b) tipo, marca, modelo e número de série das estações maregráficas e a distribuição espacial das estações maregráficas necessárias, considerando os diversos trechos do canal ou canais (abrigado e externo).

O projeto em questão, contendo as informações técnicas acima citadas, mas não se limitando a elas, deverá ser elaborado e assinado por profissional com habilitação nas áreas de conhecimento descritas (responsável técnico do projeto), o qual deverá ser entregue pela AP à CP/DL/AG da área de jurisdição do porto ou terminal onde se deseja operar com o sistema de FDAQ.

Após implementado o plano, os equipamentos e sensores de monitoramento ambiental deverão obedecer à periodicidade de calibração e/ou substituição estabelecida pelo fabricante. Os certificados de calibração e os demais documentos necessários para sua verificação permanecerão arquivados na AP, sendo uma cópia remetida à CP/DL/AG.

0203 - SOFTWARE EMPREGADO NO CÁLCULO/PREVISÃO DA FDAQ

O sistema empregado no cálculo/previsão da FDAQ deve ser capaz de integrar os fatores ambientais atuantes no(s) navio(s)-tipo considerado(s) com outros fatores relevantes, tais como o efeito squat, o trim do navio, a resposta às ondas e as folgas devido ao tipo de fundo (ver demais fatores relativos ao navio na Figura 1). Deverá, ainda, estabelecer com base nas incertezas dos sensores de monitoramento ambiental utilizados e das medições e frequências das informações batimétricas disponíveis qual o grau de incerteza para a informação fornecida, de modo que permita a correta avaliação do risco por parte de seu operador.

Deverá ser apresentada uma documentação técnica do "software" utilizado, na qual devem estar descritos: os componentes de entrada e saída do sistema; a metodologia de cálculo e de computação empregados; e uma avaliação comparativa com o cálculo e previsão utilizando método estático de cálculo e previsão de FAQ, considerando o ambiente de seu emprego entre os quais análise da geometria dos canais de acesso, canais internos ou de aproximação, bacias de evolução e dos berços, curvas, incluindo a verificação da existência de cascos soçobrados, obstruções submarinas, profundidades mínimas, tipo de fundo, etc.

Entre os principais dados de saída do sistema devem constar, no mínimo, as informações abaixo listadas, mas não se limitando a elas:

- margem de resposta aos efeitos das ondas (altura significativa, período e direção das ondas);
- velocidade e rumo da corrente de maré;
- intensidade e direção do vento;
- altura da maré;
- inclinação dinâmica e afundamento devido ao vento e guinadas;
- janelas de maré e horários de entrada e saída dos navios; e
- previsão das FDAQ e calado do navio para proa, meio-navio e popa, em cada ponto de controle nos canais de acesso/interno/aproximação, nas bacias de evolução e do berço, para cada navio-tipo.

0204 - REALIZAÇÃO DE CORRIDAS DE AVALIAÇÃO E TESTES

Os resultados apresentados pelo "software" devem ser calibrados pela realização de corridas de verificação com os navios-tipo equipados com sensores especiais, de modo a efetuar a necessária comparação entre os fatores calculados e os de fato observados pelos sensores embarcados.

O número de corridas necessárias e o seu período de realização serão programados de acordo com a disponibilidade dos navios-tipo no porto para embarque dos sensores e ainda considerando, entre outros, os seguintes aspectos:

-realização de percurso de entrada e saída nos canais de acesso/aproximação/interno com passagem pelos pontos de controle nas velocidades requeridas pelo sistema;

-períodos de observação das corridas nas baixa-mares, prea-mares, entre seus intervalos e nos estofos de maré;

-realização dos percursos nas condições ambientais prevalecentes e/ou extremas (respeitados os limites operacionais de segurança); e

-realização dos percursos nas diversas condições de carregamento dos navios-tipo.

Deverá ser apresentado à CP/DL/AG relatório específico descrevendo os testes realizados bem como os resultados obtidos.

CAPÍTULO 3

PROCEDIMENTOS PARA OPERAÇÃO DOS SISTEMAS

0301 - PARECER DA AUTORIDADE MARÍTIMA

Depois de recebidos os relatórios elencados nos itens 0201 a 0203 enviados pela AP, a DL/AG encaminhará o seu juízo de valor com as suas conclusões à CP, quando se tratar de sistema de FDAQ a ser implantado em portos e terminais de suas áreas de jurisdição. Quando se tratar de área afeta às CP, a análise será exclusiva dessa Organização Militar.

Caso necessário, a CP solicitará apoio à DPC para realizar as suas avaliações, por meio do Grupo Especial de Avaliação de Parâmetros Operacionais Portuários (GEAP), encaminhando análise preliminar sobre o assunto.

A CP informará sua anuência com esses documentos ou elencará as inconsistências e não conformidades observadas nos relatórios estabelecendo prazo para correção.

Após a análise satisfatória dos relatórios ou quando sanadas as deficiências apontadas, será agendada com a CP uma visita técnica ao parque de sensores e ao local de operação do sistema de FDAQ, bem como programado o período das corridas de avaliação e testes e as suas condições de realização.

As despesas decorrentes com deslocamento da equipe que realizará a Visita Técnica serão custeadas pela AP ou interessado.

Após a análise de todo o processo descrito acima, o Capitão dos Portos encaminhará ofício ao seu respectivo Comando de Distrito Naval para conhecimento, informando suas conclusões. Ao final, emitirá um parecer à AP quanto à implantação do sistema, cabendo a essa autoridade cumprir, em caso de parecer favorável, as exigências abaixo relacionadas, além de outras porventura estabelecidas:

a) apresentação de Norma ou Regulamento próprio da AP sobre o sistema FDAQ onde sejam estabelecidas:

1) as suas regras de funcionamento;

2)as atribuições e responsabilidades dos envolvidos na sua operação e manutenção;

3) as informações que devem ser fornecidas ou colhidas junto aos navios antes de suas chegadas ou antes de suas partidas;

4)as informações a serem fornecidas aos Comandantes dos Navios e ao Serviço de Praticagem para aproveitamento das janelas de maré calculadas e disponíveis para o trânsito de entrada e saída dos navios; a folga abaixo da quilha e o CMR calculados para cada navio, para cada período de operação, em cada canal de acesso e de aproximação e nas bacias de evolução e do berço;

5) os limites de vento, corrente, visibilidade e alturas das ondas máximos permitidos para operação de cada navio-tipo;

6) o método e autorização para entrada e saída dos navios;

7) plano contingente em caso de avaria do sistema;

8) definir a MM;

9) definir a velocidade máxima dos navios nos canais de acesso e aproximação;

10) definir o método de emprego dos rebocadores em apoio a entrada/atracação e desatracação/saída dos navios; e

11) outras informações relevantes.

b) quando solicitado pela AM, deverão ser fornecidos os dados acima descritos. Se possível, deverá ser instalada uma estação repetidora das informações do sistema de FDAQ para monitoramento eventual das CP/DL/AG;

c) quando solicitado pela AM para o fim de reconstituição de eventos, ou apuração de infrações ou fornecimento de subsídios para oitivas de Inquéritos Administrativos sobre Acidentes e Fatos da Navegação (IAFN), devem ser fornecidos os dados armazenados no sistema; e

d) auxiliar o Serviço de Praticagem e as CP/DL/AG nos casos em que seja necessário estabelecer a impraticabilidade da barra ou impedir o tráfego dos navios em condições severas do estado do mar.

0302 - DISPOSIÇÕES GERAIS

A operação, manutenção e atualização do sistema são de total responsabilidade da AP, ou das Administrações Portuárias, conforme o caso, e da empresa contratada e seus operadores, não cabendo à AM qualquer participação.

A ocorrência de erros, falhas e acidentes serão objeto de enquadramento de infrações no Decreto nº 2.596/98 ou de instauração de IAFN.

O emprego de sistemas de FDAQ utilizados em auxílio às manobras e navegações de praticagem ou ao Comandante do navio, que não impliquem em redução das FAQ mínimas ou dos CMR máximos estabelecidos formalmente pela AP nas diferentes regiões do porto/terminal ou para cada navio-tipo, em coordenação com a AM, não serão objeto de avaliação desta norma.

Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor de Portos e Costas, ouvidos os demais Representantes da Autoridade Marítima.Considerando o pioneirismo na utilização da FDAQ, a presente norma e os pareceres emitidos poderão ser revistos, estabelecendo novas condições para utilização dos sistemas, de forma a garantir a segurança da navegação, salvaguarda da vida humana no mar e prevenção da poluição hídrica.

PORTARIA DPC/DGN/MB Nº 27, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Aprova as Normas da Autoridade Marítima para Pesquisa, Exploração, Remoção e Demolição de Coisas e Bens Afundados, Submersos, Encalhados e Perdidos - NORMAM-10/DPC (1ª Revisão).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (LESTA), resolve:

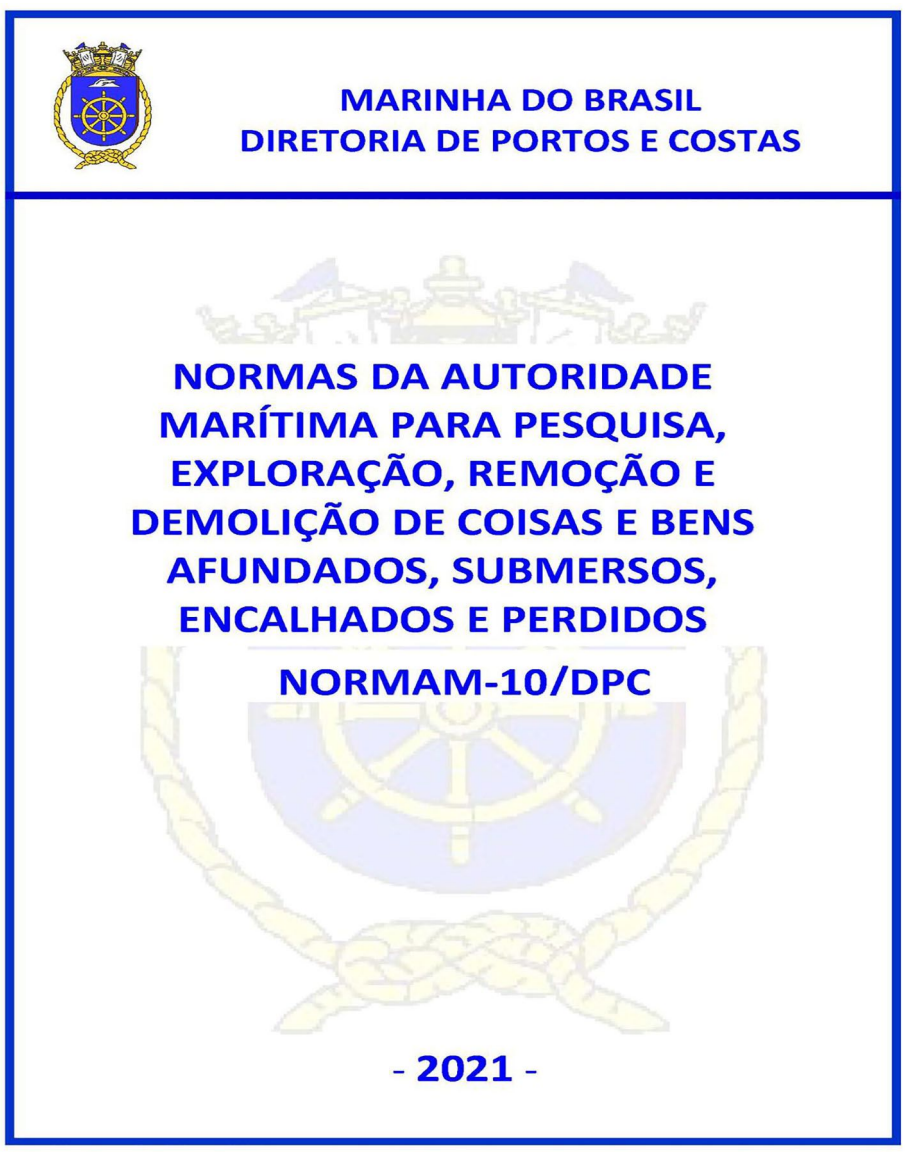
Art. 1º Aprovar as "Normas da Autoridade Marítima para Pesquisa, Exploração, Remoção e Demolição de Coisas e Bens Afundados, Submersos, Encalhados e Perdidos - NORMAM-10/DPC (1ª Revisão), que a esta acompanham.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 3/DPC, de 14 janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 16 de janeiro de 2014.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

ANEXO



NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA PESQUISA, EXPLORAÇÃO, REMOÇÃO E DEMOLIÇÃO DE COISAS E BENS AFUNDADOS, SUBMERSOS, ENCALHADOS E PERDIDOS

FOLHA DE REGISTRO DE MODIFICAÇÕES

NÚMERO DA MODIFICAÇÃO	EXPEDIENTE QUE A DETERMINOU E RESPECTIVA DATA	PÁGINAS AFETADAS	DATA DA ALTERAÇÃO	RUBRICA
Mod 1	Portaria nº 38/DPC, de 28 de abril de 2005.	1- 1, 1-2, 2-1, 2-2, CAP 3 ECAP 5	28/04/2005	
Mod 2	Portaria nº 63/DPC, de 16 de junho de 2006.	3-6	16/06/2006	
Mod 3	Portaria nº 92/DPC, de 29 de abril de 2013	1- 1; 1-2; 2-1; 2-2; 3- 1; 3-2; 3-3; 3-4; 3- 5; 3-6; e 3-7	06/05/2013	
Mod 4	Portaria nº 3/DPC, de 14 de janeiro de 2014.	2-2 e 2-3	16/01/2014	

CAPÍTULO 1

CONSIDERAÇÕES GERAIS

0101- PROPÓSITO

Estabelecer normas e procedimentos para autorização de pesquisa, remoção, demolição ou exploração de bens soçobrados pertencentes a terceiros ou a União e, do turismo subaquático em sítios arqueológicos incorporados ao domínio da União.

0102- DEFINIÇÕES

Para efeito destas normas, considera-se:

a)Pesquisa

As atividades desenvolvidas em águas jurisdicionais brasileiras (AJB) para localização de bens afundados ou soçobrados e, avaliação do achado quanto à viabilidade de sua exploração econômica.

b) Remoção

Retirada de bens soçobrados do local onde se encontram para outro, a fim de evitar riscos para a navegação ou danos ao meio ambiente.

c) Demolição

Fracionamento de um casco ou bem soçobrado em partes menores, de modo a se evitar riscos para a navegação.

d) Exploração

Ações desenvolvidas para resgate de cascos soçobrados, sua carga ou pertences.

e) Reflutuação

Recuperação de bem encalhado, afundado ou submerso, a fim de restaurar suas condições e atividades originais, mediante operação de assistência e salvamento.

f) Assistência e Salvamento

Significa todo ato ou atividade efetuado para assistir e salvar uma embarcação, coisa ou bem em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores.

g) Unidade de Conservação

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais brasileiras com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

h) Águas jurisdicionais brasileiras

Compreendem as águas interiores e os espaços marítimos, nos quais o Brasil exerce jurisdição, em algum grau, sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações e recursos naturais vivos e não-vivos, encontrados na massa líquida, no leito ou no subsolo marinho, para os fins de controle e fiscalização, dentro dos limites da legislação internacional e nacional. Esses espaços marítimos compreendem a faixa de 200 milhas marítimas contadas a partir das linhas de base, acrescida das águas sobrejacentes à extensão da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas, onde ela ocorrer.

0103 - LEGISLAÇÃO INTERRELACIONADA

a) Lei nº 7.542 de 26 de setembro de 1986 - Dispõe sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, e dá outras providências, alterada pela Lei nº 10.166 de 27 de dezembro de 2000.

b) Lei nº 7.203, de 03 de julho de 1984 - Dispõe sobre a assistência e salvamento de embarcação, coisa ou bem em perigo no mar, nos portos e nas vias navegáveis interiores.

c) Decreto nº 96.000, de 02 de maio de 1988 - Dispõe sobre a realização de pesquisa e investigação científica na plataforma continental e em águas sob jurisdição nacional e sobre navios e aeronaves de pesquisa estrangeiras em visita aos portos ou aeroportos nacionais, em trânsito nas águas jurisdicionais brasileiras ou no espaço aéreo sobrejacente.

Embora este Decreto nada mencione acerca de cascos soçobrados, tem-se observado que os meios utilizados para pesquisa de bens submersos dispõem, comumente, de instrumentos que podem detectar recursos outros, tais como minerais, o que requer autorização prévia das autoridades competentes.

d) Portaria Interministerial nº 69, de 23 de janeiro de 1989, que aprova normas comuns sobre a pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico ou arqueológico, afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

e) Portaria do Comandante da Marinha nº 156, de 03 de junho de 2004, que estabelece a Estrutura da Autoridade Marítima e delega competências aos Titulares dos Órgãos de Direção Geral, de Direção Setorial e de outras Organizações Militares da Marinha, para o exercício das atividades especificadas.

0104- PROPRIEDADE DOS BENS

Caracterizado o sinistro, ocorrem as seguintes situações no tocante à propriedade dos bens afundados, submersos, encalhados ou perdidos em águas sob jurisdição nacional:

a) permanecem na propriedade de seus donos originais até que:
- eles declarem seu perdimento;
- transcorra o prazo de cinco anos.

b) passam para a propriedade da União, nas seguintes situações:
- após declaração de seus donos considerando perdido o bem; e
- após decorridos cinco anos do afundamento ou encalhe.

0105 -COMPETÊNCIA DOS REPRESENTANTES DA AUTORIDADE MARÍTIMA

a)Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA):

1) autorizar a exploração, remoção ou demolição, no todo ou em parte, de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar, que tenham passado ao domínio da União; e

2) designar a Comissão de Peritos para avaliação das coisas ou bens resgatados quanto ao valor artístico, ao interesse histórico, cultural ou arqueológico e atribuição dos seus valores.

b)Diretor de Portos e Costas (DPC):

1)autorizar a pesquisa de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas jurisdicionais brasileiras, em terreno de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

c)Comandantes dos Distritos Navais (DN):

1) autorizar a exploração, remoção ou demolição, no todo ou em parte, de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar que não tenham passado ao domínio da União; e

2) coordenar, controlar e fiscalizar as operações e atividades de pesquisa, exploração, remoção e demolição de coisas ou bens afundados, submersos, encalhados e perdidos em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais, em decorrência de sinistro, alijamento ou fortuna do mar.

CAPÍTULO 2

DA PESQUISA, REMOÇÃO, DEMOLIÇÃO OU EXPLORAÇÃO DE BENS SOÇOBRADOS NÃO PERTENCENTES À UNIÃO

0201 - SOLICITADA PELO PROPRIETÁRIO OU RESPONSÁVEL

O proprietário de coisa ou bem afundado, submerso, encalhado ou perdido em águas sob jurisdição nacional poderá requerer, dando entrada na CP/DL/AG em cuja área de jurisdição estiver o bem, licença para pesquisá-lo, removê-lo, demoli-lo ou explorá-lo. A exploração poderá envolver a reflutuação do bem.

a) Da Pesquisa

1) Da Autorização

Para obtenção da autorização o proprietário deverá apresentar as CP, DL ou AG os seguintes documentos:

I) Requerimento ao DPC (Diretor de Portos e Costas), com a informação da área de operação, solicitando a licença para pesquisa do bem, fundamentado no artigo 4º da Lei no 7.542/86.

II) Cópia autenticada da carteira de identidade e CPF se pessoa física ou do contrato social e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) se pessoa jurídica.

III) Relações dos meios (embarcações) disponíveis para execução dos serviços, descrevendo suas características principais. Para cada meio, deve ser informado o nº de vagas disponíveis para embarque de observadores.

IV) Relação de todos os equipamentos/instrumentos a serem empregados na pesquisa, incluindo aqueles especializados para pesquisa, tais como veículos de operação remota, sonares, gravímetros e detetores magnéticos, bem como os destinados a execução da faina propriamente dita, tais como "beach-gear", máquina de reboque, reflutuadores e similares.

V) Memorial descritivo da faina, incluindo o método a ser empregado, a data de início e término e o cronograma previsto dos principais eventos. Caso a faina envolva atividades de mergulho, tal memorial descritivo deverá ser assinado por mergulhador profissional devidamente habilitado.

VI) Parecer do órgão ambiental competente, quando o bem estiver situado em área de Unidade de Conservação, como os Parques Marinhos, as Reservas Ecológicas e Biológicas.

2) Encaminhamento

Os documentos serão encaminhados à DPC, para análise e despacho do requerimento, retornando posteriormente ao interessado, por intermédio de ofício da CP/DL/AG de onde deram entrada.

3) Fiscalização

A realização de pesquisa está sujeita à fiscalização do DN, podendo ser designado um observador para acompanhamento das atividades desenvolvidas. Para tanto, as embarcações que executam a pesquisa deverão dispor de acomodações para, pelo menos, um observador, com condições compatíveis com o seu nível.

NOTA:Sempre que o (a) permissionário (a) pretender utilizar equipamentos/instrumentos diferentes daqueles relacionados por ocasião da autorização da pesquisa, tal fato deverá ser submetido à DPC, via CP,DL ou AG por onde deu entrada o processo inicial.

b) Da Remoção, Demolição ou Exploração

Para obter autorização o interessado deverá apresentar as CP, DL ou AG a seguinte documentação:

1) Da Autorização

I) Requerimento ao ComDN (Comandante do Distrito Naval) , com a informação da área de operação, solicitando a licença para remoção, demolição ou exploração do bem, fundamentado no artigo 4º da Lei no 7.542/86.

II) Cópia autenticada da carteira de identidade e CPF se pessoa física ou do contrato social e Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) se pessoa jurídica.

III) Cópia do documento que autorizou a pesquisa na área.

IV) Relação dos meios (embarcações) disponíveis para execução dos serviços, descrevendo no caso de navios, todos os equipamentos existentes a bordo, tais como veículos de operação remota, sonares, gravímetros e detetores magnéticos, bem como os destinados a execução da faina propriamente dita, tais como "beach-gear", máquina de reboque, reflutuadores e similares.

V) Memorial descritivo da faina, incluindo o método a ser empregado, a data de início e término e o cronograma previsto dos principais eventos.

VI) Parecer do órgão responsável pelo controle do meio ambiente, quando o bem estiver situado em área de Unidade de Conservação, como os Parques Marinhos, as Reservas Ecológicas e Biológicas.

VII) Relação do pessoal técnico que participará das operações.

2) Encaminhamento

Os documentos serão encaminhados ao DN, para análise e despacho do requerimento, retornando posteriormente ao interessado, por intermédio de ofício da CP/DL/AG de onde deram entrada.

0202 - CESSÃO A TERCEIROS

O proprietário poderá ceder a terceiros seu direito de dispor sobre os bens submersos ou encalhados. Nesse caso, a licença para pesquisa, exploração, remoção ou demolição será obtida acrescentando-se à documentação exigida no item 0201, o documento em que o proprietário consigna a cessão de direitos ao requerente.

0203 - CONSTITUINDO PERIGO À NAVEGAÇÃO, AMEAÇA DE DANOS A TERCEIROS OU AO MEIO AMBIENTE

Quando as coisas ou bens constituírem ou vierem a constituir perigo, obstáculo à navegação ou ameaça de danos a terceiros ou ao meio ambiente, o DN poderá adotar as seguintes linhas de ação:

a) determinar ao responsável pelas coisas ou bens submersos ou encalhados em águas sob jurisdição nacional a sua remoção ou demolição, no todo ou em parte.

A determinação para remoção ou demolição será feita:

1) por intimação pessoal, quando o responsável tiver paradeiro conhecido no País; e

2) por edital, como Autoridade Naval, quando o responsável tiver paradeiro ignorado, incerto ou desconhecido, quando não estiver no País, quando se furtar à intimação pessoal ou quando for desconhecido.

A intimação de responsável estrangeiro deverá ser feita através de edital, enviando-se cópia à Embaixada ou ao Consulado de seu país de origem, ou, caso seu paradeiro seja conhecido, à Embaixada ou Consulado do país em que residir.

Em ambos os casos serão fixados prazos para início e término da faina, que poderão ser alterados a critério da Autoridade determinante.

b) assumir as operações de remoção, demolição ou exploração da coisa ou bem submerso ou encalhado, por conta e risco de seu proprietário ou responsável, desde que a situação vigente não esteja na competência da Administração do Porto Organizado, conforme previsto no Art. 17, § 1º, inciso VII, da Lei nº 12815/2013 a quem caberá efetuar a respectiva operação.

O DN poderá também autorizar terceiros a realizar os serviços de remoção, demolição ou exploração de coisa ou bem. Na autorização dada ou no contrato com terceiros, poderá constar cláusula determinando o pagamento no todo ou em parte, com as coisas ou bens recuperados ou removidos, ressalvado o direito do responsável de reaver a posse até 30 (trinta) dias após a recuperação mediante indenização ao executor dos serviços, conforme a legislação em vigor.

CAPÍTULO 3

DA PESQUISA, REMOÇÃO, DEMOLIÇÃO OU EXPLORAÇÃO DE BENS SOÇOBRADOS PERTENCENTES A UNIÃO

0301 - DA PESQUISA

A pesquisa de coisas ou bens, pertencentes à União, encalhados ou submersos em águas sob jurisdição nacional corre por conta e risco do interessado. A pesquisa não dá direito ao interessado de alterar o local em que for encontrada a coisa ou bem, suas condições ou de remover qualquer parte.

A pesquisa precede a exploração e garante ao pesquisador autorizado, que encontrou a coisa ou bem, a preferência para explorá-lo.

Poderá ser concedida autorização para realizar operações e atividades de pesquisa de coisas e bens pertencentes à União, à pessoa física ou jurídica nacional ou estrangeira com comprovada experiência em atividade de pesquisa, localização ou exploração de coisas e bens submersos, a quem caberá responsabilizar-se por seus atos perante o DN.

A DPC poderá autorizar, a seu critério, que mais de um interessado efetue pesquisa e/ou tente a localização de coisas ou bens soçobrados pertencentes à União.

a) Documentos para obtenção de autorização para pesquisa

O interessado na obtenção de autorização para pesquisa deverá apresentar à CP, DL ou AG, em cuja área de jurisdição estiver o bem, os seguintes documentos:

1) Requerimento ao DPC (Diretor de Portos e costas), solicitando autorização para realização de pesquisa numa determinada área (especificar a área em longitude e latitude), identificando a coisa ou bem a ser pesquisado, bem como apresentando seus dados históricos e suas respectivas referências bibliográficas, além da última posição conhecida de tal coisa ou bem.

2) Cópia autenticada da carteira de identidade e CPF, se pessoa física, ou do contrato social e CNPJ, se pessoa jurídica. No caso de estrangeiro, deverá ser comprovada a regularidade de sua situação em território nacional, de acordo com a legislação em vigor, emitida pelo órgão federal competente.

3) Relação dos meios (embarcações) disponíveis para execução da pesquisa, descrevendo suas características principais. Para cada meio, deve ser informado o nº de vagas reservadas para embarque de observadores.

4) Relação de todos os equipamentos/instrumentos a serem empregados na pesquisa, tais como veículos de operação remota, sonares, gravímetros, detetores magnéticos e similares, independente do meio a ser empregado.

5) Relação dos técnicos que embarcarão, com seus currículos e cursos, que os qualifiquem para a atividade.

6) Memorial descritivo da faina, incluindo o método a ser empregado, a data de início e término e o cronograma dos principais eventos, a ser assinado por perito arqueólogo e mergulhador devidamente habilitado.

7) Planilha de custos, onde serão descritos os custos previstos para as diversas etapas, bem como o custo total.

8) Parecer do órgão ambiental competente, quando o bem estiver situado em área de unidades de conservação federal, estadual ou municipal, respectivamente.

9) Documentos que demonstrem experiência em atividade de pesquisa, localização ou exploração de coisas e bens submersos, tais como currículos, outras pesquisas realizadas e etc.

b) Encaminhamento

Os documentos serão encaminhados à DPC, para análise e despacho do requerimento, retornando posteriormente ao interessado, por intermédio de ofício da OM onde foram protocolados os referidos documentos.

c) Execução da Pesquisa

A pesquisa deverá ser executada no prazo fixado pelo DPC, conforme despacho exarado no requerimento, devendo ser elaborado, mensalmente, e entregue, até o 5º dia útil do mês subsequente, à CP, DL ou AG com jurisdição sobre a área pesquisada, um relatório sobre as atividades desenvolvidas. O relatório mensal deverá conter, necessariamente, um cronograma dos eventos realizados no mês referência; resultados parciais alcançados, incluindo cópias dos documentos e dados obtidos por intermédio da utilização dos equipamentos/instrumentos de pesquisa, com a análise efetuada pelo técnico, e fotos do objeto localizado em seu leito, caso existam; um cronograma-tentativo das atividades a serem realizadas no mês seguinte, bem como os nomes e as características dos meios a serem empregados. Para as pesquisas em "mar aberto", deverão ser informados, mês a mês, os pontos, em coordenadas geográficas, da derrota a ser percorrida pelo meio, bem como identificar a(s) carta(s) náutica(s) a ser(em) utilizada(s). Quando não ocorrerem atividades de efetiva pesquisa durante o mês a que se referir o relatório, tal situação deve ser justificada.

NOTAS:

- Dependendo dos equipamentos/instrumentos a serem empregados na pesquisa, os dados coletados/processados deverão ser apresentados conforme critérios estabelecidos pelo Centro de Hidrografia da Marinha (CHM).

- Sempre que o (a) permissionário (a) pretender utilizar equipamentos/instrumentos diferentes daqueles relacionados por ocasião da autorização da pesquisa, tal fato deverá ser submetido à DPC, via CP,DL ou AG por onde deu entrada o processo inicial.Após o término da pesquisa, em um prazo máximo de 90 (noventa) dias, deverá ser entregue à CP, DL ou AG com jurisdição sobre a área pesquisada, o relatório final dos trabalhos executados, contendo o resultado de todas as pesquisas realizadas, a conclusão final a que se chegou e o custo efetivo da empreitada.

d) Fiscalização

A realização de pesquisa está sujeita à fiscalização do DN, podendo ser designado um observador para acompanhamento das atividades desenvolvidas. Para tanto, as embarcações que executam a pesquisa deverão dispor de acomodações para, pelo menos, um observador, com condições compatíveis com o seu nível.

0302 - DA REMOÇÃO OU DEMOLIÇÃO

A remoção ou demolição, quando não realizadas pela União, correrá por conta e risco do interessado.

Poderá ser concedida autorização para realizar operações e atividades de remoção ou demolição de coisas e bens pertencentes à União à pessoa física ou jurídica, nacional ou estrangeira (observadas as exigências legais para estrangeiro), com comprovada experiência em atividade de remoção ou demolição de coisas e bens submersos, a quem caberá responsabilizar-se por seus atos perante o DN .

a) Documentos para Obtenção de Autorização para Remoção ou Demolição

O interessado na obtenção de autorização para remoção ou demolição deverá apresentar à CP, DL ou AG, em cuja área de jurisdição estiver o bem, os seguintes documentos:

1) Requerimento ao CEMA (Chefe do Estado-Maior da Armada), solicitando autorização para remoção ou demolição do bem soçobrado ou encalhado (citar o nome) e sua localização (especificar coordenadas em longitude e latitude). No caso de remoção, especificar o novo posicionamento.

2) Cópia autenticada da carteira de identidade e CPF, se pessoa física, ou do contrato social e CNPJ, se pessoa jurídica. No caso de estrangeiro, deverá ser comprovada a regularidade de sua situação em território nacional, de acordo com a legislação em vigor, emitida pelo órgão federal competente.

3) Relação dos meios disponíveis para os serviços, descrevendo todos os equipamentos com suas principais características.

4) Memorial descritivo da faina, incluindo o método a ser empregado, a data de início e término e o cronograma dos principais eventos. No caso de demolição, descrever se a demolição será parcial ou total.

5) Parecer do órgão ambiental competente, quando o bem estiver situado em área de unidades de conservação federal, estadual ou municipal, respectivamente .

6) Cópia do documento que autorizou a pesquisa na área.

7) Cópia do relatório final de pesquisa de que trata o item 0301, com a comprovação do efetivo achamento do objeto pesquisado.

8) Documentos que demonstrem experiência em atividade de remoção ou demolição de coisas e bens submersos, tais como currículos, outras remoções ou demolições realizadas e etc.

b) Encaminhamento

Os documentos serão encaminhados ao EMA, para análise e despacho do requerimento, retornando posteriormente ao interessado, por intermédio de ofício da OM onde foram protocolados os referidos documentos

c) Relatório dos Serviços Executados

1) Quando o prazo fixado para execução dos serviços for menor do que 60 (sessenta) dias, o DN poderá, a seu critério, solicitar ao responsável pela execução dos serviços a emissão de relatórios parciais referentes a seu andamento;

2) Quando o prazo for superior a 60 (sessenta) dias, tais relatórios deverão ser emitidos mensalmente pelo responsável e encaminhados à CP, DL ou AG com jurisdição sobre a área.

3) Ao término dos serviços, em um prazo máximo de 90 (noventa) dias, deverá ser encaminhado à CP, DL ou AG um relatório dos trabalhos executados, com as coordenadas da posição definitiva da coisa ou bem removido ou da situação e espalhamento dos destroços, em caso de demolição. Deverão, preferencialmente, ser anexadas fotografias que permitam acompanhar a evolução e as diversas fases dos serviços.

d) Remoção ou demolição por interesse público

1) Publicação de Edital

Recebida a documentação, o EMA solicitará à OM de origem a publicação de edital de intimação, às expensas do requerente.

Destina-se o edital a oferecer oportunidade ao antigo responsável pelo bem ou coisa, de manifestar seu interesse na remoção ou demolição, em concorrência com o interessado autorizado a pesquisar, e que tenha localizado a coisa ou bem. Estabelecerá o prazo de quinze (15) dias, a partir da data de sua publicação, para manifestação dos interessados de que trata o art. 16 da Lei 7.542/86.

2) Licitação

Havendo interesse público na remoção ou demolição de embarcações ou quaisquer outras coisas ou bens, já incorporados ao domínio da União, e não sendo realizada pela MB ou pelo pesquisador autorizado que localizou o bem, o EMA determinará a abertura de processo licitatório ou hasta pública, a ser conduzido pelo DN atinente.

Deverão constar no Edital de Licitação, além das determinações da legislação específica da matéria, os seguintes condicionantes:

- o vencedor deverá apresentar documentos que demonstrem experiência em atividade de remoção ou demolição de coisas e bens submersos, tais como currículos, outras remoções ou demolições realizadas e etc;

- o vencedor deverá demolir ou remover o bem ou a embarcação no prazo determinado pelo EMA;

- terá preferência na ordem de classificação, desde que ofereça iguais condições para a União, aquele que, autorizado a pesquisar, localizou o bem; em segundo lugar, o antigo proprietário; e

- do valor líquido apurado em favor do licitante vencedor será deduzida a importância correspondente aos gastos efetuados pelo pesquisador para localização do bem (o valor será estabelecido em função da planilha de custos apresentada para autorização da pesquisa e do relatório final contendo o custo real da pesquisa realizada).

e) Fiscalização

A remoção ou demolição de bem pertencente à União está sujeita à fiscalização do DN, que acompanhará todo o processo por meio de ações de inspeção naval.

0303 - DA EXPLORAÇÃO

A exploração de bens soçobrados ou encalhados pertencentes à União poderá ser concedida a particulares, desde que o bem a ser explorado tenha sido localizado por meio de pesquisa, devidamente autorizada.

As coisas ou bens localizados de valor artístico, de interesse histórico, cultural ou arqueológico, cujo resgate tenha sido autorizado, são inalienáveis, não sendo objeto de apropriação, doação ou adjudicação, permanecendo no domínio da União, o que deverá constar do contrato ou de ato de autorização elaborado previamente à remoção.

Poderá ser concedida autorização para realizar operações e atividades de exploração à pessoa física ou jurídica nacional ou estrangeira com comprovada experiência em atividade de exploração de coisas ou bens submersos, a quem caberá responsabilizar-se por seus atos perante ao DN.

a) Documentação para obtenção de autorização para exploração

O interessado na obtenção de autorização para exploração deverá apresentar à CP, DL ou AG, em cuja área de jurisdição estiver o bem, os seguintes documentos:

1) Requerimento ao CEMA (Chefe do Estado-Maior da Armada), com a informação da área de operação, solicitando autorização para exploração do casco (de madeira ou de aço), nome (se conhecido) ou dos bens localizados no ponto de coordenadas (latitude e longitude).

2) Cópia do documento que autorizou a pesquisa na área.

3) Cópia autenticada da carteira de identidade e CPF, se pessoa física, ou do contrato social e CNPJ, se pessoa jurídica. No caso de estrangeiro, deverá ser comprovada a regularidade de sua situação em território nacional, de acordo com a legislação em vigor, emitida pelo órgão federal competente.

4) Relação dos técnicos que embarcarão (museólogos, arqueólogos, mergulhadores e similares) com seus currículos e cursos que os qualifiquem para a atividade.

5) Relação dos equipamentos existentes a bordo para a execução da atividade.

6) Memorial descritivo da faina, incluindo uma introdução contendo histórico da coisa ou bem, o método a ser empregado na execução do trabalho, a data de início e término e o cronograma de trabalho com os principais eventos.

7) Planilha de custos, onde serão descritos os custos previstos para as diversas etapas, bem como o custo total .

8) Parecer do órgão ambiental competente, quando o bem estiver situado em área de unidades de conservação federal, estadual ou municipal, respectivamente.

9) Documentos que demonstrem experiência em atividade de exploração de coisas e bens submersos, tais como currículos, outras explorações realizadas e etc.

10) Cópia do relatório final de pesquisa de que trata o item 0301, com a comprovação do efetivo achamento do objeto pesquisado.

b) Encaminhamento

Os documentos serão encaminhados ao EMA para análise e despacho do requerimento, retornando posteriormente ao interessado, por intermédio de ofício da OM onde foram protocolados os referidos documentos.

c) Ações do EMA

Recebidos os documentos pelo EMA, será procedida sua análise e classificação dentro dos seguintes parâmetros:

- coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico, cultural ou arqueológico; e

- demais coisas ou bens.

1) coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico, cultural ou arqueológico

Os processos relativos a esses bens serão submetidos à análise técnica da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM), visando à emissão de parecer sobre a exploração pretendida.

2) Demais coisas ou bens

I) Publicação de Edital

Recebida a documentação, o EMA solicitará à OM de origem a publicação de edital de intimação, às expensas do requerente.

Destina-se o edital a oferecer oportunidade ao antigo responsável pelo bem ou coisa, de manifestar seu interesse na exploração, em concorrência com o interessado autorizado a pesquisar, e que tenha localizado a coisa ou bem. Estabelecerá o prazo de quinze (15) dias, a partir da data de sua publicação, para manifestação dos interessados de que trata o art. 16 da Lei 7.542/86.

II) Licitação

Havendo interesse público na exploração de embarcações ou quaisquer outras coisas ou bens, já incorporados ao domínio da União, e não sendo realizada pela MB, ou pelo pesquisador autorizado que localizou o bem, o EMA determinará a abertura de processo licitatório ou hasta pública, a ser conduzido pelo DN atinente.

Deverão constar no Edital de Licitação, além das determinações da legislação específica da matéria, os seguintes condicionantes:

- o vencedor deverá explorar o bem ou a embarcação no prazo determinado pelo EMA ;

- terá preferência na ordem de classificação, desde que ofereça iguais condições para a União, aquele que, autorizado a pesquisar, localizou o bem; em segundo lugar, o antigo proprietário; e

- do valor líquido apurado em favor do licitante vencedor será deduzida a importância correspondente aos gastos efetuados pelo pesquisador para localização do bem (o valor será estabelecido em função da planilha de custos apresentada para autorização da pesquisa e do relatório final contendo o custo real da pesquisa realizada).

d) Dos Bens Resgatados e da Partilha

1) Das coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico, cultural ou arqueológico

Os bens resgatados permanecerão sob a guarda e responsabilidade de seu explorador, designado fiel depositário de bens da União. Findos os trabalhos, as peças serão submetidas a uma Comissão de Peritos, que selecionará e designará as coisas ou bens quanto ao valor artístico, de interesse histórico, cultural ou arqueológico e para atribuição dos seus valores, para efeito de incorporação ao Patrimônio da União.

Esta Comissão de Peritos será designada por Portaria do CEMA e será composta por três representantes da MB indicados pela DPHDM e três membros indicados pelo Ministério da Cultura, com conhecimento nas áreas de arqueologia, história da arte, museologia ou similares. A Presidência da Comissão caberá a um dos representantes da MB. Na hipótese de não haver consenso entre os membros da Comissão, a decisão será tomada por votação. Em caso de empate na votação, caberá ao Presidente da Comissão a decisão final sobre o assunto.

A partilha ou a recompensa pela remoção dos bens serão feitas na forma do contrato ou ato de autorização.

2) Das demais coisas ou bens

A partilha desses bens ou a recompensa pela remoção desses bens serão feitas na forma do contrato ou ato de autorização.]

e) Acompanhamento

O acompanhamento dos trabalhos realizados se fará de duas formas:

- por meio de relatório mensal a ser entregue até o 5º dia útil do mês subseqüente à CP, DL ou AG com jurisdição sobre a área. Nesse relatório, o explorador autorizado descreverá os serviços realizados no mês anterior, relacionará as peças e quantitativos resgatados, as dificuldades encontradas e as soluções para não danificar o ambiente e as peças retiradas; e

- por meio da fiscalização a ser exercida por determinação do DN.

A CP/DL/AG deverá encaminhar uma cópia do relatório mensal de exploração para o DN, DPC e EMA.

Os relatórios mensais deverão ficar arquivados na CP/DL/AG, juntamente com todo o processo.

0304 - PRORROGAÇÃO

Os prazos concedidos para pesquisa, exploração, remoção e demolição de bens soçobrados poderão ser prorrogados, mediante apresentação de requerimento do interessado à Autoridade competente, desde que devidamente justificados e com antecedência de 60 (sessenta) dias da data de validade da autorização.

Quando se tratar de solicitação de prorrogação de pesquisa, o requerimento deverá vir acompanhado de informações que demonstrem evolução da pesquisa em desenvolvimento, obtidas com os equipamentos/instrumentos relacionados, além dos documentos numerados de 3) a 7), inclusive, relacionados em 0301. Tais informações deverão constar de uma síntese dos resultados alcançados desde a autorização inicial até a penúltima prorrogação, associadas às datas a que se refere tal período; e do relato dos resultados alcançados, mês a mês, durante a última prorrogação.

0305 - CANCELAMENTO DE AUTORIZAÇÃO

As autorizações ou contratos para pesquisa, remoção, demolição ou exploração de coisas ou bens soçobrados ou encalhados estarão automaticamente cancelados sempre que:

a) o autorizado não der início às atividades dentro do prazo estabelecido no ato de autorização ou, no curso das operações, não apresentar condições para lhe dar continuidade;

b) no decorrer das operações venham a surgir riscos inaceitáveis para a segurança da navegação, para terceiros (inclusive para os que estiverem trabalhando nas operações) e para o meio ambiente;

c) tenham sido retiradas peças ou alterado o local durante as pesquisas;

d) for detectado que o processo utilizado para o resgate das peças está causando ou possa vir a causar prejuízo ou danos às coisas ou bens de valor artístico, de interesse histórico, cultural ou arqueológico ou danificar local que deva ser preservado pelos mesmos motivos;

e) houver desvio de material pertencente à União; ou

f)não seja entregue, pelo segundo mês consecutivo, o relatório mensal das atividades.

Nenhum pagamento será devido ao autorizado pelo cancelamento da autorização ou contrato, salvo quando já tenham sido recuperados coisas ou bens desprovidos de valor artístico e de interesse histórico, cultural ou arqueológico, situação em que tais coisas ou bens poderão ser adjudicados ou entregue o produto de sua venda para pagamento e compensação de, pelo menos, parte das despesas do autorizado.

0306 - DESPESAS DE FISCALIZAÇÃO E CONSTITUIÇÃO DE SEGURO

a) Despesas de Fiscalização

As despesas decorrentes de deslocamento, alimentação e pousada do(s) fiscal(is) designado(s) pela MB serão da responsabilidade da pessoa física ou jurídica autorizada a realizar pesquisa, remoção, demolição ou exploração de coisas ou bens soçobrados ou encalhados pertencentes à União.

b) Constituição de Seguro

Será também da responsabilidade da pessoa física ou jurídica autorizada a pesquisar, remover, demolir ou explorar coisas ou bens soçobrados pertencentes à União, a constituição obrigatória de um SEGURO, em favor do(s) fiscal(is) designado(s) para acompanhamento do(s) serviço(s), durante todo o período das atividades. Tal seguro deverá compreender as coberturas e as importâncias descritas no Anexo 3-A.

CAPÍTULO 4

EXCURSÃO DE TURISMO SUBAQUÁTICO EM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS JÁ INCORPORADOS AO DOMÍNIO DA UNIÃO

a) COMUNICAÇÃO

A promoção de excursão de turismo subaquático em sítios arqueológicos já incorporados ao domínio da União é livre, devendo a empresa que promove a excursão comunicar a CP/DL/AG, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis, o período e o local onde ocorrerá a excursão.

b) FISCALIZAÇÃO

É vedada a alteração ou a remoção de qualquer parte do sítio arqueológico submarino, ficando a empresa promotora da excursão, com base no artigo 70, §2º, da Lei nº 9.605/98, responsável pela fiscalização desse procedimento. O infrator será passível de multa, a ser aplicada pelo órgão ambiental competente, de acordo com o Art. 50 do Decreto nº 3.179/99.

CAPÍTULO 5

DISPOSIÇÕES FINAIS

1) CADASTRAMENTO

As pessoas físicas ou jurídicas interessadas na pesquisa, remoção, demolição ou exploração de bens submersos ou encalhados ou em excursão de turismo subaquático em sítios arqueológicos já incorporados ao domínio da União deverão ser previamente cadastradas na CP, DL ou AG com jurisdição na área onde executarão a atividade.

O cadastramento será obtido mediante o preenchimento da ficha-cadastro, conforme modelo constante do Anexo 5-A.

2) MEIOS EMPREGADOS

Somente poderá ser empregada na pesquisa, remoção, demolição ou exploração de bens submersos ou encalhados, bem como nas atividades do turismo subaquático, embarcação devidamente regularizada quanto às normas em vigor e tripulada por pessoal devidamente habilitado, em consonância com o respectivo Cartão de Tripulação de Segurança.

As empresas de mergulho empregadas nas atividades previstas nestas Normas deverão estar devidamente cadastradas nas CP/DL/AG, de acordo com o previsto na NORMAM-15/DPC.

3) INÍCIO E TÉRMINO DAS ATIVIDADES E DIVULGAÇÃO EM AVISOS AOS NAVEGANTES

O interessado deverá participar à CP, DL ou AG o início e o término de qualquer das operações a serem realizadas nas áreas autorizadas em decorrência do contido nestas normas, a fim de possibilitar sua divulgação em Aviso aos Navegantes.

4) DAS COISAS OU BENS ACHADOS EM ÁGUAS SOB JURISDIÇÃO NACIONAL, EM TERRENOS DE MARINHA E SEUS ACRESCIDOS E EM TERRENOS MARGINAIS

Aquele que achar coisas ou bens em águas sob jurisdição nacional, em terrenos de marinha e seus acrescidos e em terrenos marginais deverá cumprir os seguintes procedimentos:

1não alterar a situação das referidas coisas ou bens, salvo se for necessário para colocá-los em segurança;

2comunicar imediatamente o achado à CP, DL ou AG da jurisdição, fazendo a entrega das coisas e dos bens que tiver colocado em segurança e dos quais tiver a guarda ou posse; e

3as coisas ou bens achados ficarão sob custódia da CP, DL ou AG.

455) DOS RECURSOS

Das decisões proferidas pelos Representantes da Autoridade Marítima, a seguir discriminados, caberão os seguintes recursos em última instância administrativa:

a) Do Chefe do Estado-Maior da Armada

- ao Comandante da Marinha;

b) Do Diretor de Portos e Costas

- ao Diretor-Geral de Navegação; e

c) Dos Comandantes dos Distritos Navais

- ao Comandante de Operações Navais.

ANEXO 3-A

TABELA DE COBERTURA DE SEGURO DO(S) FISCAL(IS) DESIGNADO(S) PELA MB

COBERTURAS	MORTE NATURAL (1)	MORTE ACIDENTAL		ACIDENTES PESSOAIS, INVALIDEZ PERMANENTE, RISCOS PROFISSIONAIS E EXTRA PROFISSIONAIS	
IMPORTÂNCIAS SEGURADAS EM REAIS	120.000,00(*)	DECORRENTE DE ATIVIDADE DE MERGULHO (2)	POR QUALQUER MOTIVO (3)	DECORRENTE DE ATIVIDADE DE MERGULHO (4)	POR QUALQUER MOTIVO
		240.000,00(*)	120.000,00(*)	240.000,00(*)	120.000,00(*)

(*) Valores em Real (R$).

OBSERVAÇÕES:

Deverá constar na apólice:

a) que as coberturas são totais e que os segurados exercem atividades a bordo de navios e outras embarcações; e

b) que são acumuláveis as coberturas abaixo:

I - (1) + (2); ou

II - (1) + (3).

As coberturas (2) e (4) deverão ser aplicadas somente para os segurados que exercerão atividade de mergulho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021083000047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 5-A

FICHA CADASTRO

PESQUISA, REMOÇÃO E EXPLORAÇÃO DE COISA OU BEM SOÇOBRADO OU TURISMO SUBAQUÁTICO

1 - NOME DA PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA .....

2 - CPF OU CGC Nº ..... 3 - IDENTIDADE (PESSOA FÍSICA) Nº .....

4 - ÓRGÃO EMISSOR ..... 5 - NACIONALIDADE (PESSOA FÍSICA) .....

6 - REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO (PESSOA JURÍDICA) .....

7 - NÚMERO DO REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL (PESSOA JURÍDICA) .....

8 - ENDEREÇO (RESIDENCIAL/COMERCIAL) .....
(rua, avenida, bairro, cidade, Estado)

9 - REGISTRO NA EMBRATUR (PESSOA JURÍDICA): .....
(quando aplicável)

10 - AUTORIZAÇÕES PARA PESQUISA, REMOÇÃO, DEMOLIÇÃO OU EXPLORAÇÃO DE COISAS OU BENS SOÇOBRADOS:

PORTARIAS DE AUTORIZAÇÃO NÚMERO	PERÍODO DE VALIDADE	SÍTIO ARQUEOLÓGICO COISA OU BEM	RELATÓRIOS ENCAMINHADOS À DPC DATAS	OBSERVAÇÕES

11 - EXCURSÃO DE TURISMO SUBAQUÁTICO EM SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS

ANEXO 5-A

DATA DA COMUNICAÇÃO	LOCAL DA EXCURSÃO	SÍTIO ARQUEOLÓGICO (DENOMINAÇÃO SE HOUVER)	COORDENADAS (LAT/LONG.)	PERÍODO DA EXCURSÃO

ASSINATURA DA PESSOA FÍSICA/REPRESENTANTE LEGAL DA PESSOA JURÍDICA

ASSINATURA E CARIMBO DO OFICIAL DA OM

PORTARIA DPC/DGN/MB Nº 28/DPC, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

Aprovar as Normas da Autoridade Marítima para Aquaviários - NORMAM-13/DPC (1ª Revisão).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, em cumprimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 44, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - Lesta), resolve:

Art. 1º Aprovar as Normas da Autoridade Marítima para a Carreira de Aquaviários - NORMAM-13/DPC (1ª Revisão), que a esta acompanham.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 9/DPC, de 31 de março de 2021, ficando convalidados todos os atos praticados no período de vigência dessa Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA A CARREIRA DE AQUAVIÁRIOS

NORMAM-13/DPC

- 2021 -

FOLHA DE REGISTRO DE MODIFICAÇÕES

NÚMERO DA MODIFICAÇÃO	EXPEDIENTE QUE A DETERMINOU E RESPECTIVA DATA	PÁGINAS AFETADAS	DATA DA ALTERAÇÃO	RUBRICA
Aprovação	Portaria nº 111/DPC, de 16 de dezembro de 2003			
Mod 1	Portaria nº 60/DPC, de 04 de agosto de 2004	Capítulo 2	04/08/2004	
Mod 2	Portaria nº 21/DPC, de 18 de fevereiro de 2005	Capítulos 1, 2, 3, 4 e 7	18/02/2005	
Mod 3	Portaria nº 90/DPC, de 31 de outubro de 2005	Capítulos 1, 2, 3, 7 e Anexo 2-A.		
Mod 4	Portaria nº 07/DPC, de 13 de janeiro de 2006	Capítulo 1		
XXX	Portaria nº 16/DPC, de 14 de fevereiro de 2006	Art. 3º da Port. nº 07/DPC 13JAN2006		
Mod 5	Portaria nº 22/DPC, de 06 de março de 2006	Capítulo 1 e Anexo 2-A		
Mod 6	Portaria nº 32/DPC, de 24 de março de 2006	Capítulo 1		
Mod 7	Portaria nº 90/DPC, de 11 de setembro de 2006	Capítulo 1 e Anexo 2-A		
Mod 8	Portaria nº 45/DPC, de 28 de março de 2007	Capítulo 1 e Anexo 2-A	02ABR2007	
Mod 9	Portaria nº 78/DPC, de 06 de agosto de 2007	Capítulo 1	10AGO2007	
Mod 10	Portaria nº 105/DPC, de 23 de outubro de 2007	Anexo 2-A	26OUT2007	
Mod 11	Portaria nº 121/DPC, de21 de dezembro de 2007	Capítulos 1, 2, 3, 5, 6, 7 Anexos 1-D, 2-A, 2-B, 2-C, Propósito e Índice	08JAN2008	
Mod 12	Portaria nº 16/DPC, de 29 de fevereiro de 2008	Capítulo 1 Anexos 2-A-8, 2-A-14 e 2-B2 e 2-B-3	08MAR2008	
Mod 13	Portaria nº 109/DPC,de13 de outubro de 2008	Propósito, Índice, Capítulos 1, 2 , 5 e 6 Anexo 2-A	16OUT2008	
Mod 14	Portaria nº 68/DPC, de 02 de julho de 2009	Capítulos 1, 2 e 6; Anexos 1-I-1, 1-I-2 e Anexo 2-A	14JUL2009	
Mod 15	Portaria nº 73/DPC, de 09 de julho de 2009	Anexo 2-A	14JUL2009	
Mod 16	Portaria nº 116/DPC, de 16 de setembro de 2009	Item 0203 e Anexo 2-D-3	29SET2009	
Mod 17	Portaria nº 278/DPC, de 22 de dezembro de 2010	Anexo 2-A-11	10JAN2011	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021083000048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NÚMERO DA MODIFICAÇÃO	EXPEDIENTE QUE A DETERMINOU E RESPECTIVA	PÁGINAS AFETADAS	DATA DA ALTERAÇÃO	RUBRICA
Mod 18	Portaria nº 69/DPC,de 13 de abril de 2011	Itens 0203, 0604 e 0610 e Anexo 6-B		
Mod 19	Portaria nº 112/DPC, de 13 de junho de 2011	Anexo 2-A-10	27JUN2011	
Mod 20	Portaria nº 185/DPC, de 26 de agosto de 2011	Itens 0125 e 0126 e Anexo 2-A-10		
Mod 21	Portaria nº264/DPC, de30 de dezembro de 2011	Itens 0117 e 0118, e incluído item 0123		
Mod 22	Portaria nº 38/DPC, de16 de março de 2012	Item 0303	04ABR2012	
Mod 23	Portaria nº 65/DPC, de24 de abril de 2012	Item 0123		
Mod 24	Portaria nº 242/DPC, de10 de dezembro de 2012	Item 0302	12DEZ2012	
Mod 25	Portaria nº 257/DPC, de20 de dezembro de 2012	Item 0306	10JAN2013	
Mod 26	Portaria nº 114/DPC, de11 de maio de 2015	Itens 0105, 0106, 0107, 0110, 0111, 0112, 0116, 0121, 0127, 0129, 0130, 0203, 0204, 0604, Anexo 1-K-1	11MAI2015	
Mod 27	Portaria nº 248 /DPC, de13 de agosto de 2015	Itens 0107, 0123, 0604, 0608, do 0609 ao 0620 Anexo 1-K Anexo1-LAnexo 6-D	13AGO2015	
Mod 28	Portaria nº236/DPC, de29 de julho de 2016	Itens 0206, 0207	29JUL2016	
Mod 29	Portaria nº400/DPC, de 19 de dezembro de 2017	Anexo 1-L	19DEZ2017	
Mod 30	Portaria nº421DPC, de 20 de dezembro de 2017	Itens 0208Anexo 2-E7	20DEZ2017	
Mod 31	Portaria nº134DPC, de16 de abril de 2018	Itens 0101, 0103, 0104, 0105, 0127, Capítulo 3 e Anexos 1-J, 1-M, 1-N, 2-A, 2-B e 2-C,	16ABR2018	
Mod 32	Portaria nº299DPC, de24 de setembro de 2018	Anexos 2-E	24ABR2018	
Mod 33	Portaria nº342DPC, de16 de outubro de 2018	Itens 0123 eAnexos 1-O	16OUT2018	
Mod 34	Portaria nº373DPC, de18 de outubro de 2019	Itens 0123 e Anexos 1-P e 1-Q	18OUT2019	
Rev. 1	Portaria nº 28/DPC, de 25 de agosto de 2021	Revisão de todos os capítulos	1SET2021	

--

PROPÓSITO

Estabelecer normas de procedimentos relativos: ao ingresso, cadastro, inscrição, certificação e à carreira dos aquaviários pertencentes aos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º Grupos; à concessão e emissão de Certidões de Serviços de Guerra de Aquaviários e de tempo de serviço de ex-Alunos das Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante - EFOMM; e à concessão da Medalha do Mérito Marítimo.

ESCLARECIMENTO AO USUÁRIO DESTA PUBLICAÇÃO

Esta NORMAM está pautada na Convenção Internacional sobre Padrões de Instrução, Certificação e Serviço de Quarto para Marítimos, 1978, como emendada, (Convenção STCW-1978), instrumento esse o qual o Brasil é signatário, considerando as especificidades da atividade da Marinha Mercante nas áreas marítimas de jurisdição do Brasil, bem como, nas prerrogativas da Autoridade Marítima Brasileira de decidir, quando assim for julgado necessário, sobre os casos omissos.

CAPÍTULO 1

INGRESSO, INSCRIÇÃO E CÔMPUTO DE TEMPO DE EMBARQUE DE AQUAVIÁRIOS

SEÇÃO I

INGRESSO

0101 - DE AQUAVIÁRIOS NAS CATEGORIA DE OFICIAIS DO 1º GRUPO- MARÍTIMOS

a) As categorias de Oficiais existentes no 1º Grupo-Marítimos são:

1. Seção de Convés:

I. Capitão de Longo Curso - CLC;

II. Capitão de Cabotagem - CCB;

III. Primeiro Oficial de Náutica - 1ON; e

IV. Segundo Oficial de Náutica - 2ON.

2 Seção de Máquinas:

I. Oficial Superior de Máquinas - OSM;

II. Primeiro Oficial de Máquinas -1OM; e

III. Segundo Oficial de Máquinas - 2OM.

b) ngresso pelas Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante

Anualmente, a Diretoria de Portos e Costas (DPC) aprova as instruções para o concurso de admissão às Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM) situadas no Rio de Janeiro-RJ (Centro de Instrução Almirante Graça Aranha - CIAGA) e em Belém-PA (Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar - CIABA).

O ingresso do candidato como Oficial de Náutica ou de Máquinas no 1º Grupo-Marítimos se dará após a conclusão, com aproveitamento, do Curso de Formação de Oficiais da Marinha Mercante e do Programa de Estágio (PREST), com aproveitamento.

c) Ingresso pelos Cursos de Adaptação para 2º Oficial de Náutica (ASON) e de Máquinas ASOM)

Os candidatos com nível superior, que possuírem graduação plena em áreas de interesse para o desempenho da atividade de Marinha Mercante, as quais serão fixadas anualmente em Edital específico, poderão ingressar na Marinha Mercante como 2º Oficial de Náutica ou 2º Oficial de Máquinas, após aprovação, respectivamente, nos Cursos de Adaptação para 2º Oficial de Náutica (ASON) e de Adaptação para 2º Oficial de Máquinas (ASOM), realizados nos Centros de Instrução (CIAGA e CIABA).

d) Ingresso pelos Cursos de Acesso a 2º Oficial de Náutica (ACON) e de Máquinas (ACOM)

O ingresso pelo Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Náutica Básico (ACON-B) ou pelo Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas Básico (ACOM-B) poderá ser feito pelos Mestres de Cabotagem (MCB), Contramestres (CTR), Condutores de Máquinas (CDM) e Eletricistas (ELT) de acordo com as condições de inscrição contidas na Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo de Aquaviários - NORMAM-30/DPC, além do previsto no Anexo 2-A desta NORMAM.

e) Ingresso, nas diversas categorias, de militares veteranos da Marinha do Brasil

A forma de ingresso na Marinha Mercante de militares veteranos procedentes daMarinha do Brasil consta do Capítulo 3 desta NORMAM.

0102 - DE AQUAVIÁRIOS NAS CATEGORIAS DE OFICIAIS DO 2º GRUPO-FLUVIÁRIOS

a) As categorias de Oficiais existentes no 2º Grupo-Fluviários são:

1) Seção de Convés:

- Capitão Fluvial (CFL).

2) Seção de Máquinas:

- Supervisor Maquinista Motorista Fluvial (SUF).

b) Ingresso pelos Cursos Especial de Acesso à Capitão Fluvial (EACF) e de Acesso à Supervisor Maquinista Motorista Fluvial (ASMF).

O Piloto Fluvial (PLF) e o Condutor Maquinista Motorista Fluvial (CTF), após cumprir o requisito do tempo de embarque exigido, de acordo com o contido no Anexo 2-A, poderão ingressar nas categorias de CFL e de SUF, por aprovação nos Cursos Especial de Acesso à Capitão Fluvial (EACF) e de Acesso à Supervisor Maquinista Motorista Fluvial (ASMF), respectivamente.

0103 - DE AQUAVIÁRIOS NAS CATEGORIAS DE PRÁTICOS DO 5º GRUPO E AGENTES DE MANOBRA E DOCAGEM DO 6º GRUPO

a) Práticos

O ingresso como Aquaviário no Grupo de Práticos será como Praticante de Prático (PRP). Após o cumprimento de Estágio de Qualificação, e aprovado por uma Banca Examinadora, ascende à categoria de Prático (PRT), ocasião em que passa a obedecer aos requisitos estabelecidos pela Autoridade Marítima.

A inscrição como Prático será concedida, especificamente, para uma zona de praticagem. As instruções detalhadas para o exame de habilitação e para o serviço de praticagem encontram-se na NORMAM-12/DPC.

b) Agentes de Manobra e Docagem (AMD)

Os Agentes de Manobra e Docagem constituem um grupo de Aquaviários não tripulantes, que executam manobras de navios nas fainas em dique, estaleiros e carreiras. Para o desempenho desta atividade, receberão Certificado de Habilitação modelo DPC-2310, restrito e específico para o local e tipo de embarcação (comprimento e calado) que estiverem qualificados, delimitado no verso do certificado. A bordo, no exercício de suas atividades, terão as prerrogativas inerentes a categoria de 2º Oficial de Náutica (2ON) ou Capitão Fluvial (CFL), conforme for a situação.

O ingresso nesse grupo será facultado aos Oficiais de Náutica da Marinha Mercante, Bacharéis em Ciências Náuticas ou Ciências Navais (aprovados no ATNO), com seus Certificados de Competência modelo DPC-1031 e CIR válidos, no momento da solicitação, ou ainda, aos fluviários com nível de categoria 7 (CFL), com seus Certificados de Proficiência modelo DPC-1034 e CIR válidos, quando o estaleiro encontrar-se adjacente a rios, lagos e lagoas.

O Oficial de Náutica ou o CFL que desejar ingressar no 6º Grupo deverá elaborar um requerimento à DPC, via CP/DL/AG da jurisdição onde pretende exercer esta atividade, uma declaração do estabelecimento empregador/contratante que comprove a qualificação do Aquaviário para exercer a função pretendida, acordo modelo disponível no Anexo 1-M, desta Norma.

A comprovação deverá ser realizada por meio de apresentação dos seguintes documentos:

- Certificado de Competência válido, folha de rosto e de registro de embarques da CIR;

- Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil.; e

- Histórico de Manobras, de acordo com o Programa de Qualificação para Agente de Manobra e as correspondentes papeletas de avaliação do Agente de Manobras e Docagem, conforme o modelo contido no anexo 1-N, desta Norma.

O Programa de Qualificação para Agente de Manobra deverá ser elaborado pelo estaleiro, com prévia anuência da CP/DL/AG da sua jurisdição, a fim de permitir o acompanhamento das manobras pelo representante da Autoridade Marítima. Nesse programa de qualificação deverão constar ainda, os seguintes documentos a serem apresentados pelo estabelecimento empregador:

- tipos de embarcações a serem manobradas, com as suas respectivas características, as quais devem ser compatíveis com a capacidade contida no Certificado de Competência do requerente;

- declaração de responsabilidade do empregador, onde esteja registrado que o mesmo assume a responsabilidade por todas as manobras a serem realizadas pelo requerente;

- carta náutica com as coordenadas geográficas da área de manobra do estaleiro; e

- Planta de Situação onde conste a(s) bacia(s) de evolução do estaleiro.

O Certificado de Habilitação do Agente de Manobra e Docagem terá sua validade estipulada em 5 anos, conforme modelo constante do Anexo 1-O.

As condições para revalidação do Certificado de Habilitação do Agente de Manobra e Docagem são a seguintes:

- fazer um requerimento à DPC, via CP/DL/AG da jurisdição onde exerce esta atividade, contendo, em anexo, uma declaração do estabelecimento empregador/contratante que comprove a manutenção do Aquaviário para exercer a função pretendida, discriminando as manobras realizadas, os tipos de embarcações e suas características;

- apresentar o Certificado de Habilitação, modelo DPC-2310 válido;

- apresentar uma declaração de responsabilidade do empregador onde esteja registrado que o mesmo assume a responsabilidade por todas as manobras a serem realizadas pelo requerente; e

- Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil.

Observação: Para a manutenção da qualificação profissional do AMD será exigida a comprovação da realização de todas as manobras especificadas na "Tabela de Manobras" do Anexo 1-N, sem a necessidade de acompanhamento.

Poderão ainda ter acesso a este Grupo, especificamente para Instalações da Marinha do Brasil, como as Bases e Estações Navais, Arsenal da Marinha, e outras instalações militares, os Oficiais da MB do Quadro de Oficiais da Armada, oriundos da Escola Naval, da Reserva de 1ª Classe, que realizaram o curso da Escola Naval e comprovem experiência em manobras naquela Instalação, cumprindo o programa de qualificação contido no anexo 1-N. Nestes casos, a Organização Militar deverá cumprir as mesmas especificações atribuídas ao "estaleiro", conforme descrito anteriormente.

0104 - DE AQUAVIÁRIOS, COMO SUBALTERNOS, NOS 1º GRUPO-MARÍTIMOS, 2º GRUPO-FLUVIÁRIOS, 3º GRUPO-PESCADORES E SEÇÕES DE SAÚDE E CÂMARA

O ingresso de Aquaviários subalternos nos Grupos de Marítimos, Fluviários ou Pescadores, na Seção de Convés e/ou na de Máquinas, ou ainda nas Seções de Saúde e Câmara, ocorre mediante aprovação no Curso de Formação de Aquaviários, ou nos Cursos de Adaptação de Aquaviários exclusivos para cada Grupo/Seção.

As informações para a condução e execução de cada curso de formação/adaptação/atualização/aperfeiçoamento de aquaviários, assim como seus propósitos, locais de realização, condições para inscrição, exames de seleção, matrículas, disciplinas, cargas horárias e tipos de certificação, estão especificadas nas Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo de Aquaviários (NORMAM-30/DPC), informadas anualmente no Programa de Ensino Profissional para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários) e disponibilizadas no sítio da DPC."

As atividades técnicas relativas à pesca são de competência do Órgão Federal controlador da atividade, cabendo à Marinha do Brasil, tão somente, a formação dos tripulantes de barcos de pesca, nas diversas categorias.

A forma de ingresso na Marinha Mercante de militares veteranos procedentes da Marinha do Brasil (MB) como subalterno dos 1º, 2º e 3º Grupos está descrita no Capítulo 3 desta NORMAM.

0105 - DE AQUAVIÁRIOS, COMO SUBALTERNOS, NOS 4º GRUPO-MERGULHADORES

O ingresso como aquaviário subalterno no Grupo Mergulhadores será facultado a maiores de 18 (dezoito) anos, nos seguintes casos:

1) na categoria de "Mergulhador que opera com Ar Comprimido" (MGE), após aprovação no:

- Curso Básico de Mergulho Raso Profissional, realizado em escola de mergulho profissional credenciada pela DPC; ou

- Curso Expedito de Mergulho a Ar com Equipamento Dependente (C-Exp-MarDep), ministrado pelo Centro de Instrução e Adestramento Almirante Áttila Monteiro Aché (CIAMA), da Marinha do Brasil (MB); ou

- Curso Especial de Escafandria para Oficiais (C-ESP-EK-OF), ministrado pelo CIAMA-MB; ou

- Curso de Especialização de Mergulho para Praças (C-ESPC-MG-PR), ministrado pelo CIAMA-MB.

2) na categoria de "Mergulhador que opera com Mistura Respiratória Artificial" (MGP):

- possuir experiência mínima de dois anos, com pelo menos 150 horas de mergulho, na categoria MGE; e

- possuir o certificado de conclusão do:

- Curso Básico de Mergulho Profundo Profissional, realizado em escola de mergulho profissional credenciada pela DPC; ou

- Curso Especial de Mergulho Saturado (C-ESP-MGSAT).

3) nas categorias MGE ou MGP, para os profissionais que não possuem certificado de conclusão de Curso de Mergulho Profissional realizado na Marinha do Brasil ou em Escolas Credenciadas pela DPC. Nesse caso, deverão comprovar que exerceram atividades de mergulho profissional em data anterior a 11 de fevereiro de 2000, no mínimo, 150 horas de mergulho saturado/profundo profissional para inscrição como Mergulhador que opera com mistura respiratória artificial (MGP) e 20 horas de mergulho raso profissional para inscrição como Mergulhador que opera com Ar Comprimido (MGE) mediante requerimento encaminhado à DPC, via CP/DL/AG, anexando cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), cópia do Livro de Registro do Mergulhador (LRM) e cópia do Atestado de Avaliação Técnico-Profissional (AATP). Outros documentos poderão ser solicitados pela DPC para fins de comprovação dos dados lançados na CTPS apresentada, como também para atestar a habilitação técnico-profissional do requerente.

O Atestado de Avaliação Técnico-Profissional (AATP) será emitido por Escola de Mergulho Profissional credenciada pela DPC, comprovando que o seu portador possui qualificação técnico-profissional para o exercício da profissão de mergulhador. Terá validade máxima de 1 (um) ano, deverá conter a identificação do requerente (fotografia no tamanho 3x4), nome completo, identidade, CPF, endereço, filiação, etc, os testes a que foi submetido, a categoria na qual se enquadra (MGE ou MGP) e possíveis restrições verificadas por ocasião da avaliação.

A Escola responsável pela emissão do AATP deverá ser credenciada pela DPC para ministrar o curso de formação para a categoria pretendida pelo requerente.

Caso a Escola constate que o requerente não possui as condições mínimas exigidas para executar trabalhos subaquáticos como mergulhador, deverá lançar essa restrição no AATP. Nesse caso, o requerente também poderá ingressar no 4º Grupo, porém estarárestrito a exercer as funções de instrutoria em escolas credenciadas ou de responsável técnico em empresas cadastradas, sendo obrigatório o lançamento dessa restrição na CIR a ser emitida. Instruções detalhadas a respeito das atividades subaquáticas encontram-se descritas na NORMAM-15/DPC.

Observações:

1) A relação das escolas de mergulho credenciadas pela DPC está divulgada no sítio desta Diretoria (www.dpc.mar.mil.br).

2) Instruções detalhadas a respeito das atividades subaquáticas encontram-se descritas na NORMAM-15/DPC.

3) A validade do Atestado de Saúde para mergulhadores é de 6 meses.

SEÇÃO II

INSCRIÇÃO

0106 - PROCEDIMENTOS

A inscrição de aquaviário será, sempre, respaldada por Ordem de Serviço e deverá ser feita em uma CP/DL/AG ou Centro de Instrução (CIAGA ou CIABA), responsável por ministrar o curso de formação/adaptação que possibilite o ingresso do aquaviário na Marinha Mercante.

A inscrição é obrigatória para o exercício de atividade em embarcação nacional e será comprovada pela apresentação da Caderneta de Inscrição e Registro (CIR). A CP/DL/AG onde for efetuada a inscrição será denominada OM de Jurisdição do aquaviário.

O aquaviário que passar a residir e/ou exercer sua atividade em localidade que não esteja sob a responsabilidade da sua OM de jurisdição inicial, poderá solicitar a "Transferência de Jurisdição" para a OM com responsabilidade sobre a área em que estiver atuando. A OM de Jurisdição é responsável pelos principais lançamentos dos registros de carreira na CIR e no Sistema Informatizado de Cadastramento de Aquaviários, conforme estabelecido nesta Norma.

a) A inscrição inicial como aquaviário ocorrerá após aprovação em curso do Ensino Profissional Marítimo (EPM) ou com a apresentação de título ou certificado de habilitação conferido por entidade ou governo, endossado ou reconhecido pela Autoridade Marítima. Essa inscrição implicará na expedição, pela CP/DL/AG, da Caderneta de Inscrição e Registro (CIR), modelo DPC-2301, com validade de 5 (cinco) anos.

b) A inscrição só ocorrerá após cumpridas as seguintes exigências pelo candidato:

1) apresentar certificado de habilitação profissional ou certificado de conclusão de curso, reconhecido pela DPC;

2) ter mais de 18 anos (exceto Aprendiz de Pesca e Aprendiz de Motorista);

3) apresentar carteira de identidade;

4) apresentar Atestado de Saúde e Certificado Médico em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM) com validade de até 1 (um) ano, a contar da data de sua emissão que comprove o bom estado de saúde física e mental, inclusive as boas condições auditivas e visuais; nesse atestado deverão constar a altura e a cor dos olhos do interessado;

5) ter mais de 16 (dezesseis) anos de idade e apresentar autorização do pai, tutor ou juiz competente, em se tratando de Aprendiz de Pesca ou Aprendiz de Motorista;

6) apresentar Cadastro de Pessoa Física (CPF), para os maiores de 16 (dezesseis) anos de idade; e

7) apresentar um comprovante de residência atualizado.

0107 - INSCRIÇÃO DE ESTRANGEIROS

Por ocasião da inscrição de aquaviários estrangeiros, caberá à DPC estabelecer, à vista da certificação apresentada pelo candidato, a categoria em que o mesmo poderá ser inscrito, desde que comprovada sua qualificação profissional e cumpridas as exigências da legislação pertinente, conforme o item 0116.

0108 - EMISSÃO DA CADERNETA DE INSCRIÇÃO E REGISTRO (CIR)

Para o exercício da atividade profissional em embarcações nacionais o aquaviário deverá estar portando a Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) com a etiqueta de Dados Pessoais atualizada.

a) A emissão da 1ª via da CIR será gratuita.;

b) com exceção do caso acima, a emissão de outras vias da CIR estará sujeita ao pagamento de emolumento estabelecido pela DPC;

c) após aceita a documentação, enquanto estiver em andamento o processo de emissão da CIR ou de atualização de habilitação, a CP/DL/AG poderá conceder ao aquaviário uma licença provisória para o exercício da profissão;

d) na CIR serão feitos, obrigatoriamente, os seguintes registros:

1) dados de identificação do aquaviário;

2) averbação de cursos, títulos e outras certificações;

3) categoria profissional;

4) registro de certificados e averbação de títulos de habilitação;

5) datas e locais de embarques e desembarques e função a bordo;

6) dados da embarcação; e

7) histórico (anotações de carreira, elogios e ato de bravura, informações de saúde e outros dados julgados necessários).

as anotações correspondentes aos itens 1, 2, 3 e 4 serão lançadas pela CP/DL/AG ou pelos Centros de Instrução (CIAGA e CIABA);

as anotações correspondentes aos itens 5, 6 e 7 serão lançadas pela Empresa, proprietário, armador ou seu preposto (representante legal), ou ainda, pelo Comandante da embarcação;

as anotações na caderneta do Comandante, referidas nos itens 5, 6 e 7, serão lançadas pelo proprietário, armador ou seu preposto (representante legal);

a identificação do aquaviário na CIR será conforme estabelece a Convenção 108, da Organização Internacional de Trabalho (OIT);

a concessão de CIR não substitui a identificação pessoal do aquaviário, prevista na legislação em vigor;

a CIR (Modelo DPC-2301) na cor azul é destinada ao aquaviário de nível 7 ou superior e a de cor verde é destinada ao aquaviário de nível 6 ou inferior; e

no caso de integrante do 4º Grupo-Mergulhadores, após a emissão da CIR, o aquaviário deverá requerer o Livro de Registro do Mergulhador (LRM), modelo DPC- 2212, assunto esse detalhado no item 0111.

Documentação e pré-requisitos necessários para emissão de Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) para brasileiros, no caso de Inscrição Inicial:

a) Requerimento do interessado - somente para o 4º grupo (mergulhadores) e o 5º grupo (práticos);

b) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

c) Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de 01 ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico, explicitamente as condições visuais e auditivas. Nesse atestado deverão constar a altura e a cor dos olhos;

d) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

e) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

f) Uma foto de frente com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada no local de atendimentos nas Capitanias, Delegacias ou Agências); e

g) Certificado de habilitação no curso de mergulho profissional raso, emitido por escola de mergulho profissional credenciada pela DPC (somente para 4º grupo - mergulhadores) (original e cópia simples).

Documentação e pré-requisitos necessários para emissão de Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) para brasileiros, no caso de 2ª Via - Extravio, Dano, Roubo ou Furto:

a) Requerimento do interessado;

b) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais, no caso de dano). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;;

c) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

d) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

e) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

f) Registro de Ocorrência (RO) ou declaração firmada pelo requerente, conforme anexo 1-K da NORMAM-13/DPC, onde conste o fato gerador do pedido, no caso de extravio, roubo ou furto;

g) Uma (1) foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada no local de atendimentos nas Capitanias, Delegacias ou Agências); e

h) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

No caso de a CIR ter sido emitida há mais de 2 anos, deverá ser apresentado o Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de 1 ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas.

Documentação e pré-requisitos necessários para emissão de Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) para brasileiros, no caso de revalidação:

a) Requerimento do interessado;

b) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;;

c) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

d) Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de 1 ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

e) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

f) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).

OBSERVAÇÃO:

1 - As CP/DL/AG poderão exigir, ainda, documentos que comprovem a habilitação do aquaviário, sempre que houver divergências entre os dados constantes da CIR e os registros existentes no Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviários (SISAQUA). As cópias dos documentos apresentados serão devolvidas ao interessado após a conclusão do processo de revalidação; e

2 - No caso de revalidação por término de espaço para anotações tirar uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada no local de atendimentos nas Capitanias, Delegacias ou Agências).

Documentação e pré-requisitos necessários para emissão de Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) para estrangeiros, no caso de Inscrição Inicial:

A CIR será emitida automaticamente pela CP/DL/AG após o reconhecimento (pela DPC) da certificação apresentada pelo aquaviário, observando-se a apresentação da documentação exigida, conforme o contido no item 0116, alíneas c e/ou e (II).

Documentação e pré-requisitos necessários para emissão de Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) para estrangeiros, no caso de 2ª Via - Extravio, Dano, Roubo ou Furto:

a) Requerimento do interessado;

b) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais no caso de dano). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;;

c) Carteira de identidade de estrangeiro ou Visto de Permanência expedido pela Polícia Federal dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

d) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

e) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

f) Registro de Ocorrência (RO) ou declaração firmada pelo requerente, onde conste o fato gerador do pedido, no caso de extravio, roubo ou furto;

g) Uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada no local de atendimentos nas Capitanias, Delegacias ou Agências); e

h) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

OBSERVAÇÃO:

No caso de a CIR ter sido emitida há mais de 2 anos, deverá ser apresentado o Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um (1) ano, que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas.

Documentação e pré-requisitos necessários para emissão de Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) para estrangeiros, no caso de revalidação:

a) Requerimento do interessado;

b) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

c) Carteira de identidade de estrangeiro ou Visto de Permanência expedido pela Polícia Federal dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

d) "Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil", emitido há menos de um (1) ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

e) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

f) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).

OBSERVAÇÃO:

1 - As CP/DL/AG poderão exigir, ainda, documentos que comprovem a habilitação do aquaviário, sempre que houver divergências entre os dados constantes da CIR e os registros existentes no Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviários (SISAQUA). As cópias dos documentos apresentados serão devolvidas ao interessado após a conclusão do processo de revalidação; e

2 - No caso de revalidação por término de espaço para anotações tirar uma (1) foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada no local de atendimentos nas Capitanias, Delegacias ou Agências).

0109 - SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO

Constitui infração às regras do tráfego aquaviário a inobservância de qualquer preceito das normas emitidas pela Autoridade Marítima (NORMAM) ou de resolução internacional ratificada pelo Brasil, ficando o infrator sujeito a aplicação de penalidade.

As Infrações serão passíveis das seguintes penalidades:

I - multa;

II - suspensão da Inscrição (CIR); e

III - cancelamento da Inscrição (CIR).

As penalidades serão aplicadas mediante Procedimento Administrativo, que se inicia com o auto de infração, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nos moldes do disposto no item 0306, da Seção 1, do Capitulo 3, da NORMAM-07.

a) A inscrição será suspensa nos seguintes casos:

1. determinação de lei vigente, decisão do Tribunal Marítimo ou em cumprimento à decisão judicial;

2. como penalidade imposta pela Autoridade Marítima ou seu representante;

3. quando o inscrito deixar de exercer sua profissão de aquaviário por mais de dez (10) anos consecutivos[1];

4. quando o aquaviário estiver inscrito em mais de uma CP/DL/AG;

5. quando o aquaviário fizer uso de documento adulterado ou falsificado, ou prestar informação não verdadeira para fim de anotações na CIR, sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas na legislação vigente; e

6. por solicitação do interessado.

b) A inscrição será cancelada nos seguintes casos:

1. falecimento do aquaviário;

2. quando for verificado, em Procedimento Administrativo, que inscrição foi fundamentada na apresentação de qualquer documento falso ou inverídico, sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas na legislação vigente;

3. quando o tripulante for responsabilizado, em sentença passada em julgado, por praticar roubo ou furto de qualquer coisa pertencente à embarcação, à carga, ao Comandante, aos passageiros e aos tripulantes, sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas na legislação vigente;

4) quando for verificada a existência de inscrição anterior para o mesmo aquaviário (duplicidade de inscrição); e

5). quando o aquaviário for aposentado por invalidez impeditiva de exercer a profissão.

A suspensão e o cancelamento da inscrição do aquaviário nos casos previstos na alínea a, subalínea 6 e na alínea b da subalínea 2, serão precedidos de Sindicância e assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, por meio do competente Procedimento Administrativo previsto no item 0306 da NORMAM-07/DPC.

A CP/DL/AG que efetuar cancelamento ou suspensão de inscrição previstos neste item deverá comunicar tal fato à OM de inscrição do Aquaviário, para lançamento no Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviário (SISAQUA).

0110 - PROCEDIMENTOS EM CASO DE SUSPEITA DE FALSIDADE DOCUMENTAL

a) Falsificação de CIR

A atuação da MB diante da falsificação da CIR se desdobra em duas linhas de ação, as quais são:

Regra: Quando a falsificação ou uso de CIR falsa chegar ao conhecimento formal da MB, deverá ser instaurado competente IPM para averiguação quanto à participação ou não do militar no caso em tela, nos termos do artigo 9°, inciso II do Código Penal Militar (CPM).

Exceção: Quando a CIR, supostamente falsa, for apresentada por um civil, mesmo que se tratando de marítimo ou servidor civil, à guarnição da MB que esteja realizando atividade de patrulha ou inspeção naval, ou ainda for usada em qualquer OM da MB. Nestes casos, o civil deverá receber voz de prisão e ser conduzido por militares da MB à Polícia Federal, para a lavratura do competente Auto de Prisão em Flagrante (APF), que servirá de base para a instauração de IPM, no objetivo de investigar a participação ou não de militar da MB na falsificação. É recomendável, portanto, que os militares da MB obtenham cópias do APF e/ou de outros documentos pertinentes, produzidos pela Polícia Federal, a fim de subsidiar o IPM.

É importante destacar que a decisão quanto à competência jurisdicional para apuração desses ilícitos é atribuição exclusiva do Poder Judiciário e não da Administração Naval, integrante do Poder Executivo Federal.

b) Falsificação de outros documentos

A utilização de quaisquer outros documentos, público ou particular, falsificados ou com indícios de falsificação, que sejam utilizados para obter alguma vantagem em uma CP/DL/AG ou outro órgão da MB configurará indícios de crime militar. Neste caso, deverá ser instaurado IPM, para instruir futura Ação Penal.

Caso surjam dúvidas sobre o tema, quando da ocorrência de casos concretos envolvendo matéria criminal, as OM deverão providenciar consulta técnica à DPMM, Diretoria Especializada em Justiça e Disciplina na MB.

Observações:

a) No caso em que o IPM confirme a adulteração ou falsidade de documento, a sua solução deverá consignar expressamente que será instaurado o Procedimento Administrativo para aplicação das penalidades e/ou medidas administrativas previstas.

b) Encerrado o IPM e o competente Procedimento Administrativo e cumprida a sanção de suspensão da inscrição na Marinha Mercante, se for o caso, o aquaviário poderá requerer sua regularização para o exercício profissional das atividades para as quais esteja comprovadamente habilitado/qualificado; e

c) Os eventuais questionamentos sobre os motivos de apreensão de documentos deverão ser realizados por meio de requerimento do interessado e serão respondidos justificadamente pelo Agente da Autoridade Marítima que realizar a apreensão, mencionando que o documento está sendo objeto de investigação, por haver suspeita de falsidade, nos termos do art. 12, alínea b, do Código de Processo Penal Militar;

0111 - REVALIDAÇÃO DA CIR

Para revalidação da CIR será necessário o comparecimento do aquaviário à Organização Militar (OM) de sua jurisdição, para emissão de "Etiqueta de Dados Pessoais", devendo ser apresentados os seguintes documentos:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;;

3) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original para brasileiros). Para estrangeiros, Carteira de Identidade de Estrangeiro ou Visto de Permanência expedido pela Polícia Federal dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

4) Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um (1) ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

5) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

6) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

As CP/DL/AG poderão exigir, ainda, documentos que comprovem a habilitação do aquaviário, sempre que houver divergências entre os dados constantes da CIR e os registros existentes no Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviários. As cópias dos documentos apresentados serão devolvidas ao interessado após a conclusão do processo de revalidação.

No caso de revalidação por término de espaço para anotações, tirar uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada no local de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências).

Se a inscrição tiver sido suspensa pelo motivo descrito na alínea 3) subitem a do item 0108, e o interessado pretender retornar à atividade de aquaviário, deverá requerer à CP/DL/AG onde foi inscrito, anexando a sua CIR.

Decorridos 2 (dois) anos da imposição da pena de cancelamento ou de suspensão de inscrição do aquaviário, o infrator poderá requerer a sua reabilitação à DPC, via CP/DL/AG na qual a pena foi imposta, submetendo-se a todos os requisitos que forem estabelecidos para a certificação de sua habilitação.

0112 - LIVRO DE REGISTRO DO MERGULHADOR (LRM)

O LRM deverá ser adquirido na Empresa Gerencial de Projetos Navias (EMGEPRON) após a inscrição do mergulhador no SISAQUA, como aquaviário integrante do 4º Grupo-Mergulhadores.

De posse da CIR, o mergulhador solicitará a homologação do LRM (modelo DPC-2212) à CP/DL/AG da sua jurisdição.A escrituração do LRM deverá ser feita pelo próprio aquaviário ou pelo seu empregador, com exceção do registro da sua habilitação como mergulhador e a aposição do número da CIR, que deverão ser efetuados pela CP/DL/AG.

As CP/DL/AG ao homologarem o LRM para registro de habilitação deverão apor, além do número da CIR do mergulhador no local destinado, o respectivo sinete na folha de "Registro de Habilitação", a qual será assinada por Oficial responsável ou funcionário civil credenciado. A numeração desses LRM obedecerá o modelo de formação "xxx LRM yyy", onde xxx será o código da OM da Segurança do Tráfego Aquaviário (STA) e yyy será o número sequencial do livro, naquela Organização Militar. A responsabilidade das CP/DL/AG, no que se refere aos registros constantes do LRM, será restrita aos dados constantes da folha "Registro de Habilitação" e à "Numeração da CIR".

É obrigatória a realização dos exames médicos periódicos, previstos em Norma específica do órgão federal controlador da atividade, sendo responsabilidade do mergulhador a verificação do correto registro desses exames médicos em seu LRM.

Caso o mergulhador tenha sido cadastrado como "Mergulhador que Opera com AR Comprimido" (MGE) e, posteriormente, se habilite para operar com "Mistura Gasosa Artificial" (MGP), deverá comparecer à CP/DL/AG e requerer a alteração do cadastro e inclusão da qualificação "MGP" no LRM".

Documentação e pré-requisitos necessários para a homologação do LRM:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;;

3) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

4) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

5) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

6) Uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada no local de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências).

0113 - ASCENSÃO DE CATEGORIA

A ascensão de categoria dar-se-á por conclusão de estágio, curso e/ou tempo de embarque. Exigirá registro na CIR e emissão de outra certificação, se for o caso, além de atualização no Sistema de Controle de Aquaviário (SISAQUA).

A ascensão de categoria deverá ser respaldada por Ordem de Serviço. Os requisitos a serem cumpridos para acesso às diversas categorias do pessoal da Marinha Mercante, limitações e observações pertinentes encontram-se no QUADRO GERAL DE CERTIFICAÇÕES (Anexo 2-A) destas Normas. Cabe ao aquaviário a iniciativa de requerer, à sua OM de jurisdição, a ascensão de categoria para a qual possua os requisitos.

Os registros da CIR, para o cômputo do tempo de embarque exigido para ascensão às diversas categorias, serão analisados qualitativamente, observando-se a compatibilidade dos registros de embarques lançados na CIR com o CTS das embarcações, visando comprovar se o embarque ocorreu na categoria e função necessária para a ascensão pretendida, a fim de evitar que seja computado o tempo de embarque do aquaviário exercendo cargo ou função inferior à sua categoria ou qualificação; e

Para aquaviários do 4º Grupo - Mergulhadores: Comprovação do tempo de exercício na categoria de MGE por um período mínimo de 2 (dois) anos, com pelo menos 150 horas de mergulho na categoriamediante análise do LRM (Livro de Registro de Mergulho), complementada pelos lançamentos efetuados na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional e ter sido aprovado no Curso Expedito de Mergulho Saturado (C-Exp-MGSAT) realizado pelo CIAMA ou em Curso de Mergulho Profissional equivalente, realizado em entidade credenciada pela DPC.

Documentação e pré-requisitos necessários:

1) Requerimento do interessado;

2)

3) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

4) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

5) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais e das folhas de registros de embarque da CIR). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;;

6) Documento que comprove tempo de embarque em navios de bandeira estrangeira (anexo 1-G da NORMAM-13) (quando aplicável);

7) Documento que comprove o tempo de exercício na categoria de Mergulhador que opera com Ar Comprimido - MGE por um período mínimo de 2 (dois) anos (somente para aquaviários do 4º Grupo - Mergulhadores);

8) Documentos que comprovem o cumprimento de requisito para a ascensão (conclusão de curso e/ou cômputo do tempo de embarque, conforme previsto no item 0125 e no Quadro Geral de Certificações - Anexo 2-A da NORMAM-13/DPC);

9) Certificado de conclusão do Curso Expedito de Mergulho Saturado (C-Exp-MGSAT) realizado no CIAMA ou de curso de mergulho profissional equivalente, realizado em entidade credenciada pela DPC; (somente para aquaviários do 4º grupo - Mergulhadores);

10) Certificado de Competência, quando houver alteração de Regras ou retirada de limitações;

11) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

12) Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de seis meses para Mergulhadores ou um (1) ano para os demais Aquaviários, por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico, explicitamente as condições visuais e auditivas.

SEÇÃO III
CERTIFICAÇÃO
0114 - DEFINIÇÕES

a) Certificação - é o conjunto de procedimentos regulamentados e padronizados que resultam na expedição de Certificado em conformidade com as Normas da Autoridade Marítima e as disposições (Regras) da Convenção STCW-78, emendada, que autoriza o seu portador legal a desempenhar, a bordo, as funções associadas no nível de responsabilidade nele especificado.

b) Regras da Convenção STCW - são as disposições constantes no anexo da Convenção STCW-78, emendada, e que estabelecem os requisitos mínimos obrigatórios para a emissão dos certificados. As principais Regras da Convenção STCW-78, emendada, empregadas na certificação constam no Anexo 1-J.

c) Certificado - é o documento válido, qualquer que seja o nome com que possa ser conhecido pela ou sob a autoridade da Administração, ou pela mesma reconhecido, habilitando o portador a exercer as funções indicadas no referido documento ou conforme autorizado pela legislação nacional.

São adotados os seguintes modelos de Certificados:

1) Certificado DPC-1031 (Certificado de Competência) - emitido, principalmente, para Oficiais, pela DPC e pelos Centros de Instrução, para atender à Convenção STCW-78, emendada, qualificando o aquaviário para desempenhar, a bordo, as funções especificadas dentro dos níveis de responsabilidade, constando, também, as limitações pertinentes. Poderá ser emitido para subalternos nacionais em casos excepcionais ou quando esses necessitarem comprovar suas habilitações no exterior, se exigido, formalmente, por Autoridade Marítima estrangeira. Modelo deste Certificado consta do Anexo 1-A;

2) Certificado DPC-1032 (Endosso que Atesta a Emissão de Certificado de Competência) - emitido para aquaviários, pela DPC e pelos Centros de Instrução, endossando um Certificado expedido por uma entidade nacional, extra Marinha, contendo as mesmas especificações do modelo DPC-1031. Modelo deste Certificado consta do Anexo 1-B;

3) Certificado DPC-1033 (Endosso que Atesta o Reconhecimento de Certificado de Competência) emitido pela DPC, para atestar o endosso de reconhecimento de um Certificado expedido por Autoridade Marítima estrangeira de um Governo signatário da Convenção STCW-78, emendada. Modelo deste Certificado consta do Anexo 1-C; e

4) Certificado DPC-1034 (Certificado de Proficiência) - emitido pela DPC e pelos Órgãos de Execução (OE) do Ensino Profissional Marítimo (EPM) e destinado a certificar os aquaviários que concluíram os Cursos, Exames e Estágios previstos no Sistema do EPM, inclusive aqueles em conformidade com a Convenção STCW-78, emendada, qualificando os aprovados para o desempenho de atividades profissionais. Modelo deste Certificado consta do Anexo 1-D;

0115 - ENDOSSOS

a) Os certificados para Comandantes e Oficiais emitidos conforme especificado no item anterior deverão ser endossados pela Autoridade Marítima (chancela ou assinatura) ou por quem for delegada competência para tal; e

b) O certificado DPC-1034 poderá, também, ser utilizado para endossar certificações expedidas por entidades nacionais extra Marinha.

0116 - EXPEDIÇÃO

Os certificados serão expedidos atendendo a requerimento do interessado, conforme modelo próprio, constante do Anexo 1-E, e retirados pelo requerente ou representante legal no GAP das CP/DL/AG onde foi iniciado o processo.

0117 - EMISSÃO E MANUTENÇÃO DE CERTIFICAÇÃO

Os certificados para comandantes, oficiais e pessoal subalterno serão emitidos automaticamente, mediante aprovação em curso ou exame previsto na NORMAM-30/DPC-Vol I e/ou por substituição dos modelos antigos, mediante requerimento e apresentação da documentação e pré-requisitos necessários abaixo relacionados, conforme o caso.

a) Documentação e pré-requisitos necessários para obtenção do Certificado modelo DPC-1031:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;;

3) Atestado de Saúde e Certificado Médico em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um (1) ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

4) Certificados de competência que comprovem habilitações específicas a serem registradas (original e cópia simples);

5) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

6) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

8) Uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada no local de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências).

Nos casos de aprovação em cursos ministrados nos Centros de Instrução, a emissão do certificado pelo respectivo Centro será automática;

b) Documentação e pré-requisitos necessários para obtenção de 2ª Via do Certificado modelo DPC-1031, no Caso de Dano, Extravio, Roubo ou Furto:

1) Requerimento do interessado;

2) Certificado DPC-1031 (original), no caso de dano;

3) Registro de Ocorrência (RO) ou Declaração firmada pelo requerente, conforme anexo 1-K, onde conste o fato gerador do pedido, no caso de extravio, roubo ou furto;

4) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;;

5) Atestado de Saúde e Certificado Médico em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um (1) ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

6) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

8) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

9) Certificados de competência que comprovem habilitações específicas a serem registradas (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

10) Uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada no local de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências); e

11) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

c) Documentação e pré-requisitos necessários para obtenção do Certificado modelo DPC-1033:

1) Requerimento do interessado solicitando o reconhecimento e a inscrição inicial;

2) Certificado de Competência do país de origem (original e cópia simples);

3) Caderneta de Inscrição e Registro (Seaman's Record Book) do país de origem (original e cópia simples);

4) Carteira de Identidade de Estrangeiro expedida pela Polícia Federal dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

5) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (original e cópia simples da folha de rosto);

6) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) Atestado de Saúde e Certificado Médico em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um (1) ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

8) Uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada no local de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências);

9) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

10) Comprovante de escolaridade (original e cópia simples);

11) Histórico escolar (relação das disciplinas cursadas e respectiva carga horária) do curso referente à habilitação declarada (original e cópia simples);

12) Comprovante de realização do correspondente Estágio Embarcado (original e cópia simples) previsto na Convenção STCW-78, como emendada, para as Regras II/1, II/4, III/1, III/4, III/6 e III/7; e

13) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

Observação: A AMB não realiza a revalidação do certificado DPC-1033. Neste caso, caberá ao Aquaviário obter a revalidação do seu Certificado de Competência no país que o emitiu, o qual possibilitará realizar um novo processo de reconhecimento junto à AMB.

d) Documentação e pré-requisitos necessários para obtenção de 2ª Via do Certificado modelo DPC-1033, no Caso de Dano, Extravio, Roubo ou Furto:

1) Requerimento do interessado;

2) Certificado DPC-1033 (original), no caso de dano;

3) Registro de Ocorrência (RO) ou Declaração firmada pelo requerente, conforme anexo 1-K, onde conste o fato gerador do pedido, no caso de extravio, roubo ou furto;

4) Certificado de Competência do país de origem (original e cópia simples);

5) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;;

6) Carteira de Identidade de Estrangeiro expedida pela Polícia Federal dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

8) Atestado de Saúde e Certificado Médico em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um 1 ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

9) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura(cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

10) Uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada no local de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências); e

11) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

e) Certificado modelo DPC-1034:

Para cursos realizados no Sistema do Ensino Profissional Marítimo (SEPM), o Certificado será emitido automaticamente pelos Órgãos de Execução (OE), após aprovação no curso correspondente. Para os demais casos, observar os seguintes procedimentos:

1) Emissão de um único certificado relativo aos extintos cursos EBPS, ECIN, ESPE e ESRS, de acordo com a Portaria nº 347/2013/DPC;

2) Emissão de um certificado relativo à familiarização em navio-tanque, de acordo com a Portaria nº 347/2013/DPC;

3) Emissão de um certificado de equivalência de cursos previstos na NORMAM-24/DPC aos do SEPM, conforme tabela de correspondência constante do item 1.13.2 da NORMAM-30/DPC, Volume I; e

4) Emissão de um certificado referente ao ingresso no grupo marítimo, em consequência de uma transferência de grupo (recebimento de Regra).

I. Documentação e pré-requisitos necessários para obtenção do Certificado modelo DPC-1034:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;;

3) Nos casos de familiarização em navio-tanque e de transferência de grupos - apresentar a CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais e das folhas de registros de embarque da CIR). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal);

4) Documento, emitido pelo comandante do navio, atestando a conclusão de estágio supervisionado de familiarização de navio-tanque (quando for o caso);

5) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

6) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um (1) ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

8) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

9) Documentos que comprovem a conclusão dos cursos específicos e/ou habilitações necessárias para o recebimento do certificado desejado (original e cópia simples); e

10) Uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada no local de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências); e

II. Documentação e pré-requisitos necessários para obtenção de Certificado modelo DPC-1034, emitido por reconhecimento de certificados de Governos estrangeiros, decorrente de inscrição inicial:

1) Requerimento do interessado, solicitando reconhecimento e inscrição inicial;

2) Certificado de Proficiência do país de origem (original e cópia simples);

3) Caderneta de Inscrição e Registro (Seaman's Record Book) do país de origem (original e cópia simples);

4) Carteira de Identidade de Estrangeiro expedida pela Polícia Federal dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

5) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), somente para estrangeiro;

6) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) Uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada no local de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências);

8) Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um (1) ano, por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

9) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

10) Comprovante de escolaridade (original e cópia simples);

11) Histórico escolar (relação das disciplinas cursadas e respectiva carga horária) do curso referente à habilitação declarada (original e cópia simples); e

12) Comprovante de realização do correspondente Estágio Embarcado (original e cópia simples) previsto na Convenção STCW-78, como emendada, para as Regras II/1, II/4, III/1, III/4, III/6 e III/7.

f) Documentação e pré-requisitos necessários para obtenção de 2ª Via do Certificado modelo DPC-1034, no Caso de Dano, Extravio, Roubo ou Furto:

1) Requerimento do interessado;

2) Certificado DPC-1034 (original), no caso de dano;

3) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

4) Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de 1 ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

5) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original) ou, no caso de estrangeiro, Carteira de Identidade de Estrangeiro expedida pela Polícia Federal dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

6) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

8) Registro de Ocorrência (RO) ou declaração firmada pelo requerente, conforme anexo 1-K, onde conste o fato gerador do pedido, no caso de extravio, roubo ou furto;

9) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia); e

10) Uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada no local de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências); e

No caso de empresa de navegação comunicar incompetência de aquaviário no desempenho das suas funções, deverá ser instaurado, um procedimento administrativo, assegurando o contraditório e a ampla defesa, para verificar a pertinência de se manter ou não a certificação do aquaviário.

0118 - COMPETÊNCIA PARA EMISSÃO DOS CERTIFICADOS

Os certificados Modelo DPC-1033 serão emitidos apenas pela DPC, para atender às solicitações de reconhecimento de certificados emitidos por Governos estrangeiros, possibilitando a inscrição do aquaviário na Marinha Mercante Brasileira, conforme previsto nestas NORMAM.

Fica delegada competência aos titulares dos Centros de Instrução (CIAGA e CIABA) para assinatura dos Certificados DPC-1031, DPC-1032 e DPC-1034 referentes aos exames, estágios e cursos ministrados sob suas responsabilidades. A cada curso assim aplicado, deverá corresponder uma Ordem de Serviço, expedida com cópia a todas as OM de inscrição/jurisdição dos aprovados, para atualização do SISAQUA.

Os certificados DPC-1034 deverão ser assinados pelos titulares dos OE que ministraram os cursos, exames ou estágios. Essa delegação de competência se aplica, também, à emissão da 2ª Via ou à substituição de certificados. Esses certificados poderão ser assinados pelo OE que emitiu a 1ª Via ou pelo OE onde deu entrada à solicitação, desde que confirmada a veracidade da emissão da 1ª Via. A OM de inscrição/jurisdição do aquaviário deverá ser informada para que o SISAQUA seja atualizado, registrando qualquer certificado emitido ou alterado.

Para assinatura dos certificados assim emitidos, os titulares poderão subdelegar competência a outros Oficiais ou funcionários civis assemelhados que, a seu critério, possam exercê-la.

0119 - RECONHECIMENTO DE CERTIFICADOS

Um certificado emitido por Autoridade Marítima estrangeira de Governo signatário da Convenção STCW-78, como emendada, poderá ser endossado pela DPC para atestar o seu reconhecimento, mediante acordo de reconhecimento celebrado entre as partes envolvidas (Estados membros da Convenção STCW-1978), em conformidade com as orientações contidas na Circular 1.450 da MSC/IMO, combinadas com a Regra I/10 da referida Convenção. O aquaviário que possua certificação anteriormente reconhecida pela DPC e já esteja inscrito no SISAQUA, poderá requerer novos reconhecimentos de sua certificação, mesmo que a parte a qual realizou o curso, não tenha atualmente acordo firmado com a AMB.

A AMB considera válidos os cursos realizados no exterior que possuam correlação em carga horária, conteúdo e forma aos cursos praticados no SEPM. Para tanto, reserva-se ao direito de requisitar dos requerentes todos e quaisquer documentos que sejam necessários para realizar a comparação curricular dos cursos feitos no exterior com os do SEPM, incluindo o período de realização, detalhamento de atividades desempenhadas a bordo, por ocasião de estágio, a ser praticado em navio da mesma bandeira responsável pela condução do curso.

A AMB solicitará informações à Autoridade Marítima Estrangeira acerca da autenticidade e validade dos certificados emitidos em nome do país de origem, em cumprimento à exigência contida no parágrafo 7, da Regra I/2 da Convenção STCW-1978, como emendada, bem como as demais exigências.

O modelo exigido para este tipo de certificação é o DPC-1033. A validade do certificado modelo DPC-1033 acompanhará a validade do certificado original (emitido por Autoridade Marítima Estrangeira). Ao término da validade do certificado DPC-1033, este poderá ser novamente emitido mediante novo procedimento de reconhecimento, ou seja, mediante a apresentação de novo certificado daquela Autoridade Marítima Estrangeira que emitiu o certificado inicial.

Não será aceito para reconhecimento Certificado de Endosso de Autoridade Marítima reconhecendo certificado de outra Autoridade Marítima. Ao emitir Certificado de Reconhecimento, a Autoridade Marítima Brasileira fornecerá ao estrangeiro uma relação da legislação marítima brasileira que deverá conhecer para desempenhar as funções autorizadas a exercer.

O modelo de certificado DPC-1034 poderá, também, ser utilizado pela DPC para emitir endosso que ateste reconhecimento de um certificado emitido por Autoridade Marítima estrangeira, em caso de pessoal subalterno. Para efetuar tal reconhecimento, o interessado deverá requerer à CP/DL/AG, juntando esse certificado, devendo ser observadas a sua validade e o enquadramento na legislação vigente.

Os Certificados de aquaviários que concluíram cursos previstos na NORMAM-24 considerados equivalentes a outros cursos ministrados no Sistema do Ensino Profissional Marítimo (SEPM) poderão ser reconhecidos no SISAQUA.

Para reconhecimento por equivalência aos cursos previstos na NORMAM-24/DPC, o aquaviário deverá requerer, à OM de sua jurisdição, o certificado DPC-1034 correspondente, apresentando para tal o certificado emitido pela Empresa credenciada.

0120 - SUSPENSÃO DE CERTIFICADOS

Constitui infração às regras do tráfego aquaviário a inobservância de qualquer preceito da LESTA e RLESTA, de normas complementares emitidas pela Autoridade Marítima (NORMAM) ou de resolução internacional ratificada pelo Brasil, ficando o infrator sujeito a aplicação de penalidade.

As Infrações serão passíveis das seguintes penalidades:

I - multa;

II - suspensão do certificado de habilitação; e

III - cancelamento do certificado de habilitação.

As penalidades serão aplicadas mediante Procedimento Administrativo, que se inicia com o auto de infração, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nos moldes do disposto no item 0306 da Seção 1 do Capítulo 3 da NORMAM-07.

Os Certificados de Habilitação serão suspensos, mediante Procedimento Administrativo, por período não superior a cento e vinte dias, nos seguintes casos:

1) durante o cumprimento de pena de suspensão da inscrição;

2) por incorrer nas infrações previstas no Decreto nº 2.596, de 18 de maio de 1998 (RLESTA);

Eliminada a causa que motivou a suspensão do certificado e se o interessado pretender retornar à atividade de aquaviário, esse deverá requerer sua revalidação à CP/DL/AG onde foi inscrito, anexando a sua CIR.

A CP/DL/AG que efetuar a suspensão do Certificado prevista neste item deverá comunicar à OM de inscrição/jurisdição do aquaviário, para lançamento no SISAQUA.

0121 - CANCELAMENTO DE CERTIFICADOS

qualquer Certificado de Habilitação será cancelado, mediante Procedimento Administrativo, nos seguintes casos:

1) falecimento;

2) quando for emitido com fundamento em documentação falsa apresentada;

3) quando for verificada a alteração ou adulteração dos dados registrado sem documento verdadeiro, sem prejuízo das penalidades estabelecidas na legislação vigente;

4) quando for confirmada a incompetência profissional;

5) quando o aquaviário fizer uso do certificado ou exercer a habilitação nele conferida durante o cumprimento de pena de sua suspensão;

6) reincidência por conduzir embarcação em estado de embriaguez ou após uso de substância entorpecente ou tóxica, quando não constituir crime previsto em lei; e

7) quando o tripulante for responsabilizado, em sentença transitada em julgado, por praticar roubo ou furto de qualquer objeto pertencente à embarcação, à carga, ao Comandante, aos passageiros ou ao tripulantes. Esse cancelamento ocorrerá sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas na legislação vigente.

b) A CP/DL/AG que efetuar o cancelamento do Certificado de Habilitação deverá comunicar à OM de inscrição do aquaviário para lançamento no SISAQUA.

c) Decorridos dois anos da imposição da pena de cancelamento do Certificado de Habilitação, o infrator poderá requerer a sua reabilitação à DPC, via CP/DL/AG na qual a pena foi imposta, submetendo-se a todas as exigências estabelecidas para o restabelecimento da certificação de sua habilitação.

d) Observar o contido no item 0109 - Procedimentos em caso de suspeita de falsidade documental.

0122 - REVALIDAÇÃO DE CERTIFICADOS

Todos os Comandantes, Oficiais e Operadores de Radiocomunicação, portadores de certificados apropriados Modelos DPC-1031, DPC-1032 e DPC-1033 e Modelos DPC-1034 que tenham data de validade, emitidos ou reconhecidos em conformidade com a legislação vigente deverão, periodicamente, revalidar suas certificações, observando as respectivas datas limites. O período de validade registrado em qualquer certificado, quando aplicável, não deverá ser superior a 5 (cinco) anos.

A revalidação desses certificados é competência da DPC, exceto quando a revalidação se der em decorrência de aprovação em Curso de Atualização ou outro qualquer curso destinado a revalidar/atualizar certificados. Nestes casos específicos, a competência para emitir ficará a cargo do Centro de Instrução que ministrar os cursos.

Quando a competência for da DPC, a documentação necessária à revalidação deverá ser encaminhada à DPC 3 (três) meses antes do término da validade dos certificados".

Para revalidar as certificações, o aquaviário embarcado ou aquele que tenciona retornar ao serviço ativo, deverá:

a) atender aos padrões de saúde física e mental, especialmente os de visão e audição (Atestado de Saúde e Certificado Médico em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil com validade de até 1(um) ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), a contar da data de sua emissão, passado por profissional credenciado por órgão competente); e

b) manter uma competência profissional conforme estabelecido na Seção A-I/11 da Convenção STCW-78, descrita a seguir:

1) Comprovação de que serviu em navio operando na navegação em mar aberto, no desempenho de funções compatíveis com o certificado possuído e por um período total de no mínimo 1 (um) ano, nos 5 (cinco) anos, anteriores ao término da validade do certificado; ou

2) Comprovação de que serviu em navio operando na navegação em mar aberto, no desempenho de funções compatíveis com o certificado possuído e por um período total de no mínimo 3 (três) meses, nos 6(seis) meses, anteriores ao término da validade do certificado; ou

3) Aprovação em Curso de Atualização realizado nos últimos 5 (cinco) anos; ou

4) Aprovação em exame elaborado e aplicado pelos Centros de Instrução (CIAGA e CIABA) constante do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários - PREPOM - Aquaviário. As instruções e condições para realização dos exames constam no Anexo 1-T; ou

5) Comprovação, mediante atestado (Anexo 1-I), expedido pelo Comandante do navio à época, de que completou, satisfatoriamente, um Estágio Supervisionado por período mínimo de três (3) meses em navio operando na navegação em mar aberto, no desempenho de funções compatíveis com o certificado possuído, na qualidade de tripulante extralotação ou em funções de oficial de capacidade imediatamente abaixo daquela que consta do certificado possuído, pouco antes do acesso à nova capacidade nele expedida. O Estágio Supervisionado deverá ser previamente autorizado pela DPC, que emitirá uma certificação provisória para a sua realização, mediante envio de solicitação formal de empresa de navegação, assinada por preposto (representante devidamente autorizado para tratar de aspectos envolvendo registros de embarques, desembarques e certificação de Aquaviários), contendo, ainda, cópia da procuração, com reconhecimento por semelhança, que a ele confere competência legal para agir em nome da empresa, junto à Marinha do Brasil. O preposto também deverá ratificar todas as informações constantes no Atestado de Conclusão de Estágio Supervisionado, corroborando que o Oficial Estagiário cumpriu, adequadamente, todas as exigências contidas na Convenção STCW/1978, como emendada, para a revalidação do certificado.

Observações:

A revalidação das certificações referentes aos treinamentos e qualificações especiais em navios-tanque, direcionados para o Comandante, Imediato, Chefe de Máquinas, Subchefe de Máquinas e Oficiais de Quarto, ocorrerá mediante prévia verificação da manutenção de competência profissional para navios-tanque, de acordo com o parágrafo 3, da seção A-1/11, do Código STCW/1978, como emendado, descrita a seguir:

- Comprovação de que serviu em navio operando na navegação em mar aberto marítima, desempenhando atribuições apropriadas ao certificado para navio-tanque que possui, por um período total de pelo menos 3 (três) meses, durante os 5 (cinco) anos anteriores; ou

- Aprovação em curso pertinente.

c) Documentação e pré-requisitos necessários para revalidação do Certificado modelo DPC-1031:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais e das folhas de registros de embarque da CIR). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

3) Certificado DPC-1031 original a ser revalidado;

4) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

5) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

6) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) Atestado de Saúde e Certificado Médico em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um (1) ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

8) Documento que comprove tempo de embarque (conforme previsto no item 0125 da NORMAM-13/DPC);

9) Documento que comprove tempo de embarque em navios de bandeira estrangeira (anexo 1-G da NORMAM-13/DPC) (quando aplicável);

10) Certificado de competência e outros que comprovem habilitações específicas a serem registradas no novo certificado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

11) Uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada no local de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências);

12) Documento, emitido pela empresa/navio, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos específicos em instalações apropriadas a bordo, compreendendo técnicas de sobrevivência pessoal, além de prevenção e combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC);

13) Documento, emitido pela empresa ou instituição de ensino acreditada/credenciada pela DPC, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos práticos, compreendendo técnicas de sobrevivência pessoal, além de prevenção e combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC);

14) Documento, emitido pela empresa/navio, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos específicos em instalações apropriadas a bordo, exigidos para manutenção da proficiência, respectivamente, em embarcação de sobrevivência ou de salvamento e embarcação rápida de salvamento e o padrão de competência exigido para controle de operações de combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC);

15) Documento, emitido pela empresa ou instituição de ensino acreditada/credenciada pela DPC, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos práticos, exigidos para manutenção da proficiência, respectivamente, em embarcação de sobrevivência ou de salvamento e embarcação rápida de salvamento e o padrão de competência exigido para controle de operações de combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC); e

16) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

d) Documentação e pré-requisitos necessários para revalidação do Certificado modelo DPC-1034:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais e das folhas de registros de embarque da CIR). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

3) Comprovação de embarque em navios de bandeira estrangeira (anexo 1-G da NORMAM-13(quando aplicável);

4) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original) ou, no caso de estrangeiro, Carteira de Identidade de Estrangeiro expedida pela Polícia Federal dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

5) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

6) Certificado(s) de Competência e outros que comprovem habilitações específicas a serem registradas no novo certificado (original e cópia simples);

7) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

8) Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um (1) ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas; e

9) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

Adicionalmente, todos os marítimos que estiverem trabalhando em qualquer capacidade a bordo de navios, como parte da tripulação, com atribuições relativas à segurança ou à prevenção da poluição na operação do navio, deverão apresentar os seguintes documentos:

1) Documento, emitido pela empresa/navio, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos específicos em instalações apropriadas a bordo, compreendendo técnicas de sobrevivência pessoal, além de prevenção e combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC);

2) Documento, emitido pela empresa ou instituição de ensino acreditada/credenciada pela DPC, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos práticos, compreendendo técnicas de sobrevivência pessoal, além de prevenção e combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC);

3) Documento, emitido pela empresa/navio, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos específicos em instalações apropriadas a bordo, exigidos para manutenção da proficiência, respectivamente, em embarcação de sobrevivência ou de salvamento e embarcação rápida de salvamento e o padrão de competência exigido para controle de operações de combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC); e

4) Documento, emitido pela empresa ou instituição de ensino acreditada/credenciada pela DPC, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos práticos, exigidos para manutenção da proficiência, respectivamente, em embarcação de sobrevivência ou de salvamento e embarcação rápida de salvamento e o padrão de competência exigido para controle de operações de combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC).

0123 - SEGURANÇA NA EMISSÃO OU REVALIDAÇÃO DE CERTIFICADOS

Existe risco de fraude na documentação apresentada nos requerimentos. Com vistas a coibir as falsificações, os documentos necessários à instrução dos processos de emissão ou revalidação de certificados, quando encaminhados sob a forma de cópias, deverão estar autenticados em Cartório ou por pessoa devidamente credenciada da CP/DL/AG onde essa documentação der entrada.

Quando autenticadas na CP/DL/AG, deverá constar um carimbo identificando a OM, com assinatura e nome legível do responsável credenciado para a autenticação. Entretanto, nada impede que a OM exija os documentos originais e outros que considere necessários, para dar prosseguimento aos processos.

0124 - QUALIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE OPERADORES DE SISTEMAS DE POSICIONAMENTO DINÂMICO (DPO)

a) Orientações Gerais:

A Organização Marítima Internacional (IMO) adota, como referência para suas diretrizes sobre treinamento dos Operadores de Sistema de Posicionamento Dinâmico (DPO), o documento elaborado pela International Marine Contractors Association (IMCA), chamado de "Diretrizes para Treinamento e Prática do Pessoal Chave ao DP" (Guidelines for Training and Experience of Key DP Personnel) - IMCA M 117, que reflete um padrão reconhecido pela indústria marítima no que diz respeito a treinamentos, competências e boas práticas do grupo de marítimos diretamente envolvidos com o sistema DP.

A Autoridade Marítima Brasileira adota a publicação supracitada como referência para certificação e treinamento de DPO e para reconhecimento de Instituições que serão responsáveis por certificar os cursos de treinamento de Posicionamento Dinâmico (DP).

Entende-se por Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico um aquaviário pertencente ao 1º Grupo - Marítimos com formação na Seção de Convés, nível de categoria maior ou igual a 7, com especialização adquirida através de um curso de Posicionamento Dinâmico que é, atualmente, fornecido por empresas certificadas pelas Instituições Certificadoras reconhecidas pela Autoridade Marítima Brasileira por meio de portaria da Diretoria de Portos e Costas (disponíveis em http://www.dpc.mar.mil.br/pt-br/portarias).

Excepcionalmente, em embarcações com AB maior do que 300 e menor que 500, o operador de Posicionamento Dinâmico poderá ser um Aquaviário pertencente ao 1º Grupo - Marítimos com formação na Seção de Convés, nível de categoria maior ou igual 6, para aqueles que possuem regra II/3. Em embarcações com AB menor que 300, o operador de Posicionamento Dinâmico poderá ser um Aquaviário pertencente ao 1º Grupo - Marítimos com formação na Seção de Convés, nível de categoria maior ou igual 5.

Os esquemas de treinamento oferecidos pelas empresas certificadas para o curso de DPO disponíveis no mercado são estruturados e reconhecidos pela comunidade marítima internacional. Esses esquemas de treinamento podem usar diferentes critérios para atingir o padrão de qualidade de certificação exigida internacionalmente, entretanto, a metodologia do referido esquema deve seguir estritamente os princípios apontados na publicação IMCA M 117.

Os esquemas de treinamento para o curso de DPO requerem que o aluno comece pelo curso básico, realizando, posteriormente, o curso avançado. A estruturação da carreira do DPO consta no Anexo 1-O, enquanto que o detalhamento da formação completa do DPO será encontrado no anexo da portaria de reconhecimento das Instituições Certificadoras de DPO.

A validade do certificado de DPO deverá ser de no máximo de 5 anos, cabendo a cada Instituição Certificadora estabelecer seus critérios para revalidação do referido certificado. Relevante destacar que, para o embarque em navio DP, além do Oficial de Náutica possuir o certificado DPO dentro da validade, deverá também portar um Certificado de Competência, modelo DPC-1031, válido.

b) Pessoal envolvido com a operação do Sistema de Posicionamento Dinâmico:

Além dos Operadores de Sistema de Posicionamento Dinâmico, as funções de Comandante de navio ou Gerente de Instalação Offshore, Chefe de Máquinas, Subchefe de Máquinas, Oficial de Quarto de Máquinas e Eletricista, dependendo do tamanho, da complexidade da embarcação, da criticidade de operações e quando constantes no CTS do navio (conforme definido na NORMAM-01/DPC), são consideradas necessárias para operar um navio DP com segurança e eficiência, sem prejuízo das demais atribuições previstas nesta Norma. Em caso de ausência de eletricista no CTS das embarcações, as tarefas pertinentes ao eletricista poderão ser desempenhadas por Oficiais da seção de máquinas, devidamente qualificados com os equipamentos do sistema DP de bordo.

c) Orientações para as empresas de navegação e para as instalações offshore:

Todo pessoal envolvido com operação do sistema de posicionamento dinâmico deverá estar familiarizado com as suas atribuições específicas e com todo o arranjo, instalações, equipamentos, procedimentos e características da embarcação e das rotinas e situações de emergência, conforme contido na publicação IMCA M 117 e no item 1.5 da regra I/14 da Convenção STCW/1978, como emendada.

Entende-se como familiarização os treinamentos realizados a bordo, sob a supervisão de um instrutor qualificado os quais devem abranger a parte operacional e de funcionamento do sistema DP específico do navio, incluindo a rotina da embarcação.

Define-se como instrutor qualificado um experiente operador com curso no equipamento da embarcação e designado pelo armador para treinar o pessoal envolvido com a operação do sistema de posicionamento dinâmico. Este instrutor deverá ser específico para a seção de convés e outro instrutor específico para a seção máquinas.

Na Seção de convés, o instrutor qualificado deverá ser um DPO sênior, devidamente certificado no sistema DP do navio com experiência mínima de 2 anos registrados em DP logbook e na Seção de máquinas, o instrutor qualificado deverá ter nível de categoria maior ou igual 8, com experiência mínima de 1 ano em embarcação de posicionamento dinâmico e que possua curso do sistema de controle do DP/gerenciamento de energia no fabricante do sistema de DP específico do navio, antes de prover o treinamento ao pessoal envolvido com a operação do sistema de DP da seção de máquinas.

Os assuntos que necessitam ser abordados no programa de familiarização podem ser encontrados no anexo 1-Q (Apêndice 5 do IMCA M 117 Rev.2) como conteúdo mínimo a ser cumprido. Ademais, o documento que comprova o treinamento de familiarização deverá conter a identificação e assinatura do instrutor qualificado designado pelo Armador, data de início e conclusão do treinamento, nome do navio em que ocorreu a familiarização e assinatura do Comandante.

O Comandante ou Gerente de Plataforma é responsável por garantir que o procedimento de familiarização seja cumprido corretamente. Contudo, é responsabilidade do Armador verificar se o referido procedimento é seguido em suas embarcações. O Armador pode nomear formalmente uma pessoa da empresa que será responsável pela implementação e pelo desenvolvimento de treinamentos e da competência do pessoal envolvido com o sistema DP (Company DP Authority).

Além de atenderem o programa de familiarização citado, o pessoal técnico envolvido com a operação de sistema de DP, ou seja, oficiais de máquinas e os eletricistas deverão atender a um curso estruturado do sistema de DP (DP técnico) que poderá ser realizado a bordo por um instrutor qualificado, em terra no fabricante do sistema de DP específico do navio, ou ainda, em instituições autorizadas por este fabricante.

Em caso de não existir curso específico do fabricante do sistema DP usado na embarcação, considera-se a opção de realizar o treinamento em fabricante que possua sistema de DP similar. O conteúdo mínimo do treinamento pode ser encontrado no anexo 1- Q (Apêndice 3 do IMCA M 117 Rev.2).

Define-se sistema DP como sendo o conjunto de sistemas e subsistemas que afetam diretamente ou indiretamente o posicionamento dinâmico de uma embarcação, o qual abrange - mas não se limita - ao sistema de controle DP (DP control system), ao sistema de geração e gerenciamento de energia (power system) e ao sistema de propulsão (thruster system).

d) Orientações para o reconhecimento das Instituições Certificadoras de DPO pela Autoridade Marítima Brasileira:

A estrutura de formação do DPO requer diferentes níveis de experiências a serem adquiridas em terra e no mar (a bordo de embarcações DP). Em se tratando de treinamento/cursos, é importante mencionar que todos devem estar de acordo com a seção B-V/f da parte B do código STCW. O Armador torna-se responsável pela escolha do centro de treinamento (CT) que deverá estar devidamente credenciado pela Instituição certificadora de DPO. O CT fornecerá o curso de DP para o pessoal indicado pelo Armador. Contudo, nada impede que o interessado complemente a sua formação, escolhendo o CT que lhe for mais conveniente.

Ficará a cargo da Autoridade Marítima Brasileira (AMB) reconhecer as Instituições Certificadoras de DPO (Certification Body). Caberá a essas instituições, por sua vez, certificar os centros de treinamentos e centro de testes, verificando, ainda, se estão seguindo todos os padrões previstos pela IMCA M 117 e pela própria IMO (MSC.Circ 738 e Código STCW).

As Instituições Certificadoras reconhecidas deverão se responsabilizar pela emissão de certificados, por auditar os centros de treinamento e centros de testes, bem como disponibilizar à AMB o livre acesso às informações para conferência da autenticidade e validade dos certificados emitidos.

Para o processo de reconhecimento, as Instituições Certificadoras de DPO deverão encaminhar ofício à DPC contendo, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- esquema de certificação contendo todas as fases do curso e respectivas durações e conteúdos programáticos;
- processo de revalidação de certificados;
- modelos dos certificados, log book e notações de qualificação (se aplicável);
- endereços dos centros de treinamento e centros de teste certificados;
- razão social e CNPJ; e
- documento emitido pela IMCA atestando o reconhecimento da Instituição
- certificadora de DPO.

Após a verificação da documentação apresentada à DPC, será confeccionada uma Portaria de Reconhecimento da Instituição Certificadora de DPO (Certification Body).

Obs: Qualquer alteração nas informações prestadas deverão ser informadas previamente à DPC, a fim de se realizar novo reconhecimento, ficando, portanto, cancelado o reconhecimento em vigor.

0125 - REGISTRO DE CERTIFICADOS

everão ser mantidos cadastrados no SISAQUA os certificados que forem emitidos, os que tenham expirado ou que tenham sido revalidados, os que forem suspensos, cancelados ou considerados extraviados, bem como as licenças de exercício de categoria superior expedidas.

A cada 5 (cinco) anos os aquaviários deverão atualizar seus dados cadastrais junto à CP/DL/AG. Essas informações de cadastro serão colocadas à disposição das empresas e de Autoridades Marítimas estrangeiras de outros Governos para verificação da autenticidade, validade e reconhecimento dos certificados desses aquaviários

SEÇÃO IV

CÔMPUTO DE TEMPO DE EMBARQUE

0126- PROCEDIMENTOS

O tempo de embarque do tripulante no desempenho de funções compatíveis com o certificado possuídodeverá ser comprovado por documento hábil (atestado) expedido pelo Presidente da Empresa, proprietário, armador ou seu preposto com firma reconhecida (por semelhança) em cartório, mediante requerimento ou solicitação do aquaviário interessado, com base nas anotações da CIR e/ou do Rol da Embarcação, conforme modelo 1-S.

No documento expedido pela empresa, armador ou seu preposto deverá constar o nome do aquaviário, seu número de inscrição, sua categoria e os seguintes dados:

a) nome da empresa;

b) nome da embarcação;

c) função exercida a bordo;

d) datas e locais de embarques e desembarques; e

e) somatório dos dias de embarque.

O cômputo de tempo de embarque é necessário para matrícula em curso, ascensão de categoria e revalidação do certificado de competência modelo DPC-1031 e do certificado de proficiência modelo DPC-1034 (quando aplicável).

No caso específico de documentos comprobatórios de tempo de embarque, expedidos para.fim de comprovação.deinterstício.na.categoria, deverão constar o número de dias de embarque e tipo de navegação em que as embarcações foram empregadas.

Instruções especiais:

- As Empresas de Navegação deverão enviar à Diretoria de Portos e Costas, às Capitanias, Delegacias e Agências onde atuam, um Ofício informando o nome e cargo/função de quem possui a atribuição formal dentro da mesma (proprietário, armador, presidente/diretor ou preposto) em assinar o mapa de cômputo de embarque (modelo do Anexo 1-S), anexando os documentos comprobatórios dessa atribuição, como por exemplo a ata de constituição da empresa, mantendo essas informações sempre atualizadas.

0127 - CONTAGEM DO TEMPO DE EMBARQUE

O tripulante conta o tempo de embarque em qualquer embarcação que esteja normalmente em serviço, desde que nela exerça o cargo ou função para a qual está habilitado, incluindo os serviços a bordo de plataformas (exceto as fixas) FPSO, FSU e navios-sonda, quando o oficial exercer as funções de Gerente de Instalação Offshore, Supervisor de Embarcação, Operador de Controle de Lastro, Supervisor de Manutenção e Operador de Posicionamento Dinâmico.

Poderá contar ainda, o tempo de embarque em provas de mar nas embarcações em fase de construção, após a emissão do Documento Provisório de Propriedade (DPP).

O embarque na navegação interior também será considerado na contagem de tempo. Contudo, por ocasião da revalidação de Certificados de Competência, constará a limitação de somente operar em navegação interior.

O cômputo do tempo de embarque será realizado conforme previsto no item 0125, sendo computado em dias e o somatório transcrito no final do documento de comprovação do tempo de embarque, considerando as condições contidas no item 0127.

São também consideradas para o cômputo do tempo de embarque as manobras de aproximação, atracação/ amarração, fundear/ ancoragem, e suspender/ desancoragem e acompanhamento de operações de carga e descarga de navios petroleiros em terminais, quando realizadas em mar aberto.

Para Oficiais de Náutica que realizam essas manobras, a contagem de tempo de embarque será de 1 (um) dia de embarque quando o Oficial realizar uma ou mais manobras, no mesmo dia devidamente registradas no modelo "Comprovante de Manobra". Serão também contados como tempo de embarque os dias em que ficar embarcado, à disposição da unidade marítima (navio ou plataforma), desde que comprovado por registro e devida comprovação será utilizado modelo do Anexo1-F.

No caso de Oficiais de Náutica ou de Máquinas brasileiros prestando serviço como inspetores navais, instrutores de simuladores de navegação ou instrutores de simuladores de praça de máquinas, para efeito de manutenção do Certificado de Competência que esteja, ainda, dentro da validade, poderá ser observado o tempo de exercício nas atividades de Inspeção Naval ou de Instrutoria em Simuladores de Navegação ou de Praça de Máquinas. Será computado na razão de 2 (dois) por 1 (um), ou seja, cada 2 (dois) dias de atividades laborais será considerado como 1 (um) dia de embarque, com uma atividade mínima de quatro horas.

Observação: a comprovação do tempo de efetivo serviço nas atividades acima descritas deverá ser apresentada por meio de declaração emitida pelo órgão empregador do aquaviário, contendo o detalhamento da atividade exercida, o tempo de efetiva dedicação e o vínculo empregatício com a empresa. Adicionalmente, os Marítimos que desempenham suas atividades profissionais em simuladores deverão apresentar a sua qualificação como instrutores. Entende-se como "efetiva dedicação" os dias em que o aquaviário esteja realizando efetivamente as atividades de Inspeção Naval a bordo dos navios ou quando o Instrutor esteja realizando aulas no simulador, não contabilizando as demais tarefas realizadas.

0128 - TEMPO DE EMBARQUE PARA ASCENSÃO DE CATEGORIA E REALIZAÇÃO DE CURSOS

Para efeito de ascensão de categoria ou requisito para cursos, deverá ser considerado 1 (um) ano igual a 365 dias. Não será computado o tempo de embarque do aquaviário realizado exercendo cargo ou função inferior à sua categoria ou qualificação.

Conforme previsto no item 0112, os registros da CIR, para o cômputo do tempo de embarque exigido para ascensão às diversas categorias serão analisados quantitativamente e qualitativamente, observando-se a compatibilidade dos registros de embarques lançados na CIR com o CTS das embarcações, visando comprovar se o embarque ocorreu na categoria e funçãonecessária para a ascensão pretentida.

O tempo de embarque exercendo função sob Licença de Categoria Superior (LCS), prevista no Capítulo 2 desta Norma, não será computado como tempo de embarque na categoria exercida sob licença, mas sim na categoria real do aquaviário. Não será computado o tempo de embarque do aquaviário realizado exercendo cargo ou função de categoria de grupo diferente ao que pertença.

Os aquaviários pertencentes aos Grupos Marítimos, Fluviários, Pescadores e das Seções de Saúde e Câmara oriundos da Marinha do Brasil, poderão contabilizar os seus dias de mar realizados a bordo dos navios daquela Instituição, como comprovação do tempo de embarque para o fim específico de realização de cursos do Ensino Profissional Marítimo - EPM. A comprovação desses dias de mar deverá ser feita por meio da apresentação do correspondente atestado emitido pela Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

0129 - HOMOLOGAÇÃO DE EMBARQUE DE AQUAVIÁRIOS BRASILEIROS EM NAVIOS DE OUTRAS BANDEIRAS

Para a validação da contagem de tempo de embarque, manutenção de validade da CIR, interstício na carreira e matrícula em cursos profissionais será computado o período em que o aquaviário brasileiro encontrar-se, efetivamente, embarcado em navios de outras bandeiras cujos países sejam, em princípio, signatários da Convenção STCW-78, como emendada.

Documentação e pré-requisitos necessários:

1) Requerimento do interessado;

2) Caderneta de Inscrição e Registro estrangeira (Seaman's Record Book), devidamente escriturada que comprove os períodos de embarque a serem homologados (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG). O documento não deverá ser retido na OM, salvo fundamentação legal;

3) Documento, devidamente atualizado e expedido pela empresa estrangeira proprietária da embarcação, que comprove a participação do aquaviário em cada período considerado e o exercício da função especificada, conforme o modelo constante do Anexo 1-H da NORMAM-13/DPC;

4) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

5) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

6) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original para ser autenticada na CP/DL/AG) ou declaração de residência assinado pelo Aquaviário, conforme constante do anexo 1-L (com reconhecimento por autenticidade, caso o declarante não esteja presente).

Caso a empresa estrangeira, proprietária da embarcação, disponha de reconhecida representação no Brasil, ou seja, controlada por firma brasileira ou vinculada a esta, o registro de datas de embarque/desembarque, referenciado no item 3, poderá ser emitido pelo representante legal da empresa.

Observação: Não há necessidade de homologação de embarques realizados por marítimo brasileiro, em navios de bandeira estrangeira autorizados a operar em AJB, desde que esses embarques já tenham sido devidamente registrados na CIR nacional, modelo DPC-2301. Desta forma, torna-se dispensável, nesta situação, que as CP/DL/AG continuem a emitir a certidão de tempo de embarque, conforme preconizado no Anexo 1-G, desta Norma. Entretanto os registros de embarques, desembarques lançados na Caderneta de Inscrição e Registro - CIR deverão ser acompanhados de uma declaração da empresa ratificando esses registros (modelo constante do Anexo 1-H), por representante legal da empresa, devidamente autorizado para tratar de aspectos envolvendo registros de embarques, desembarques e certificação de Aquaviários.

Instruções especiais:

- As Empresas de Navegação deverão enviar à Diretoria de Portos e Costas, às Capitanias, Delegacias e Agências onde atuam, um Ofício informando o nome e cargo/função de quem possui a atribuição formal dentro da mesma (proprietário, armador, presidente/diretor ou preposto) em assinar o mapa de cômputo de embarque (modelo dos Anexos 1-G, 1-H e 1-S, conforme o caso), anexando os documentos comprobatórios dessa atribuição, como por exemplo a ata de constituição da empresa, mantendo essas informações sempre atualizadas.

0130 - TRANSFERÊNCIA DE JURISDIÇÃO DE AQUAVIÁRIO

O aquaviário que desejar mudar sua jurisdição, poderá requisitá-la na CP de sua escolha.

Documentação e pré-requisitos necessários:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

3) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

4) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

5) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).

CAPÍTULO 2

CARREIRA, GRUPOS, CATEGORIAS E NÍVEIS DE EQUIVALÊNCIA DE AQUAVIÁRIOS, ROL DE EQUIPAGEM, ROL PORTUÁRIO E MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO

SEÇÃO I

CARREIRA, GRUPOS, CATEGORIAS E NÍVEIS DE EQUIVALÊNCIA

0201 - DA CARREIRA

Será considerada como carreira o conjunto de promoções (ascensão de categoria) que o aquaviário poderá se habilitar ao longo de sua vida profissional, desde o seu ingresso em determinada Seção de um grupo até atingir a categoria de mais alto nível dentro da mesma Seção desse grupo.

A ascensão de categoria será caracterizada pela transferência do aquaviário, dentro de uma mesma Seção de determinado Grupo, para uma categoria de nível superior ao que ele se enquadrava anteriormente. Ocorrerá quando o aquaviário apresentar requisitos profissionais específicos, normalmente mensurados pelo tempo de embarque e/ou pela aprovação em cursos profissionais que lhe propiciam a certificação (habilitação) e/ou registro em Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) necessários para o exercício dos cargos e funções a bordo de embarcações.

A ascensão de categoria será processada mediante requerimento do aquaviário à OM de sua Jurisdição. A OM de jurisdição do aquaviário, após confirmar que o requerente preenche os requisitos estabelecidos na presente norma, efetivará a ascensão de categoria com o registro em Ordem de Serviço e a substituição, na CIR, da etiqueta de dados pessoais anterior pela nova etiqueta emitida pelo Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviário (SISAQUA).

Além dos cursos previstos no PREPOM, estabelecidos pela DPC, os Capitães de Longo Curso (CLC) poderão realizar, mediante indicação do Diretor de Portos e Costas, Curso de Altos Estudos Militares na Escola de Guerra Naval (EGN) da Marinha do Brasil.

As tabelas que compõem o Anexo 2-A estabelecem, por categoria profissional dos aquaviários, as condições para ingresso no grupo, a inscrição na categoria, os níveis de equivalência, os certificados nacionais e aqueles de reconhecimento internacional a que seus integrantes fazem jus, bem como as funções básicas (capacidades) que podem exercer a bordo das embarcações.

Os Anexos 2-B e 2-C apresentam, de forma sucinta, o fluxo de carreira para os aquaviários dos Grupos Marítimos (1º Grupo), Fluviários (2º Grupo) e Pescadores (3º Grupo), até o nível 7.

0202 - GRUPOS, CATEGORIAS E NÍVEIS DE EQUIVALÊNCIA

Os aquaviários são distribuídos como Oficiais e Subalternos, em Grupos, Seções e Categorias. A comparação dos aquaviários por Níveis de Equivalência é válida, somente, para efeito de hierarquização entre categorias num mesmo grupo e para correspondência entre aquaviários de grupos distintos, a bordo. O nível de equivalência não deverá ser considerado como fator determinante nas eventuais transferências de categoria entre grupos de aquaviários, cujas instruções constam de item específico neste capítulo.

As Categorias dos Grupos de Marítimos, Fluviários, Pescadores, Mergulhadores, Práticos e Agentes de Manobra e Docagem, distribuídas pelas Seções de Convés, Máquinas, Câmara e Saúde e os correspondentes níveis de equivalência, constam dos quadros que se seguem:

a) Categorias - 1º Grupo-Marítimos, 2º Grupo-Fluviários e 3º Grupo-Pescadores

GRUPO	SEÇÃO	CATEGORIA	SIGLA
1º GRUPO MARÍTIMOS	CONVÉS	CAPITÃO DE LONGO CURSO (**)	CLC
		CAPITÃO DE CABOTAGEM (**)	CCB
		PRIMEIRO OFICIAL DE NÁUTICA (**)	1ON
		SEGUNDO OFICIAL DE NÁUTICA (**)	2ON
		MESTRE DE CABOTAGEM (***)	MCB
		CONTRAMESTRE (***)	CTR
		MARINHEIRO DE CONVÉS (***)	MNC
		MOÇO DE CONVÉS (***)	MOC
		MARINHEIRO AUXILIAR DE CONVÉS (***)	MAC
	MÁQUINAS		
		OFICIAL SUPERIOR DE MÁQUINAS (**)	OSM
		PRIMEIRO OFICIAL DE MÁQUINAS (**)	1OM
		SEGUNDO OFICIAL DE MÁQUINAS (**)	2OM
		CONDUTOR DE MÁQUINAS (***)	CDM
		ELETRICISTA (***)	ELT
		MARINHEIRO DE MÁQUINAS (***)	MNM
		MOÇO DE MÁQUINAS (***)	MOM
		MARINHEIRO AUXILIAR DE MÁQUINAS (***)	MAM
2º GRUPO FLUVIÁRIOS	CONVÉS	CAPITÃO FLUVIAL (**)	CFL
		PILOTO FLUVIAL (***)	PLF
		MESTRE FLUVIAL (***)	MFL
		CONTRAMESTRE FLUVIAL (***)	CMF
		MARINHEIRO FLUVIAL DE CONVÉS (***)	MFC
		MARINHEIRO FLUVIAL AUXILIAR DE CONVÉS (***)	MAF
	MÁQUINAS		
		SUPERVISOR MAQUINISTA-MOTORISTA FLUVIAL (**)	SUF
		CONDUTOR MAQUINISTA MOTORISTA FLUVIAL (***)	CTF
		MARINHEIRO FLUVIAL DE MÁQUINAS (***)	MFM
		MARINHEIRO FLUVIAL AUXILIAR DE MÁQUINAS (***)	MMA
3º GRUPO PESCADORES	CONVÉS	PATRÃO DE PESCA DE ALTO MAR (***)	PAP
		PATRÃO DE PESCA NA NAVEGAÇÃO INTERIOR (***)	PPI
		CONTRAMESTRE DE PESCA NA NAVEGAÇÃO INTERIOR (***)	CPI
		PESCADOR PROFISSIONAL ESPECIALIZADO (***)	PEP
		PESCADOR PROFISSIONAL	POP
		APRENDIZ DE PESCA (***)	APP
	MÁQUINAS		
		CONDUTOR MOTORISTA DE PESCA (***)	CMP
		MOTORISTA DE PESCA (***)	MOP
		APRENDIZ DE MOTORISTA (***)	APM
	SAÚDE	ENFERMEIRO (***)	ENF
		AUXILIAR DE SAÚDE (***)	ASA
	CÂMARA	TAIFEIRO (***)	TAA
		COZINHEIRO (***)	CZA

(*) Os aquaviários da Seção de Saúde e Câmara são comuns ao 1º Grupo-Marítimos, 2º Grupo-Fluviários e 3º Grupo-Pescadores, quando necessários.
(**) Categorias de Oficiais
(***) Categorias de Subalternos

b) Níveis de Equivalência

1) Seção de Convés

Nível de Equivalência	1º Grupo Marítimos	2º Grupo Fluviários	3º Grupo Pescadores
10	CLC	-	-
9	CCB	-	-
8	1ON	-	-
7	2ON	CFL	-
6	MCB	PLF	PAP
5	CTR	MFL	PPI
4	MNC	CMF	CPI
3	MOC	MFC	PEP
2	MAC	MAF	POP
1	-	-	APP

2) Seção de Máquinas

Nível de Equivalência	1º Grupo Marítimos	2º Grupo Fluviários	3º Grupo Pescadores
9	OSM	-	-
8	10M	-	-
7	20M	SUF	-
5	CDM/ELT	CTF	-
4	MNM	-	-
3	MOM	MFM	CMP
2	MAM	MMA	MOP
1	-	-	APM

OBSERVAÇÕES:

- Os Oficiais de Radiocomunicações (2OR e 1OR), pertencentes às categorias em extinção, para os efeitos da elaboração do Cartão de Tripulação de Segurança (CTS) estão enquadrados respectivamente nos níveis 7 e 8 da Seção de Convés;

- Os Praticantes de Náutica (PON) e de Máquinas (POM) são considerados como categorias especiais e situam-se, hierarquicamente, quando embarcados para estágio de adestramento e instrução, entre os Oficiais e os subalternos; e

- O Eletricista (ELT) da seção de máquinas, equivale, hierarquicamente, ao nível 5.

3) Seção de Câmara

NÍVEL DE EQUIVALÊNCIA	1º, 2º E 3º GRUPOS	
2	CZA	TAA

4) Seção de Saúde

Nível de Equivalência	1º, 2º e 3º Grupos
5	ENF
3	ASA

c) 4º Grupo - Mergulhadores

CATEGORIA	SIGLA	NÍVEL DE EQUIVALÊNCIA
Mergulhador que opera com Mistura Gasosa Artificial	MGP	4
Mergulhador que opera com Ar Comprimido	MGE	3

d) 5º Grupo - Práticos

Restrita ao desempenho de suas atividades profissionais a bordo, os integrantes do Grupo de Práticos receberão Certificados e CIR nas seguintes categorias:

CATEGORIA	SIGLA	NÍVEL DE EQUIVALÊNCIA
Prático	PRT	8
Praticante de Prático	PRP	7

e) 6º Grupo - Agentes de Manobra e Docagem (AMD)

Restrita ao desempenho de suas atividades profissionais a bordo, os Agentes de Manobra e Docagem receberão Certificado de Habilitação (modelo DPC-2310) e CIR.

CATEGORIA	SIGLA	NÍVEL DE EQUIVALÊNCIA
Agente de Manobra e Docagem	AMD	7

0203 - CONCESSÃO DE LICENÇA DE CATEGORIA/CAPACIDADE SUPERIOR

A Licença de Categoria/Capacidade Superior é autorização para o aquaviário exercer funções pertinentes a uma Categoria, Capacidade e Regra da Convenção STCW emendada, superior à de seu enquadramento, em uma embarcação específica, por um período determinado, que não poderá exceder seis meses. O modelo do Anexo 2-D é o documento a ser preenchido para a concessão da Licença de Categoria/Capacidade Superior, do qual constam arqueação bruta e nome da embarcação.

A Licença de Categoria/Capacidade Superior só deverá ser concedida pelo Capitão dos Portos o Delegado em circunstâncias excepcionais e depois de esgotados todos os recursos para substituição o tripulante.

A Licença de Categoria/Capacidade Superior deverá ser solicitada pela empresa de navegação, por intermédio de seu representante legal, devidamente autorizado para tratar de aspectos envolvendo registros de embarques, desembarques e certificação de Aquaviários, acompanhada de cópia da procuração, registrada em cartório, por semelhança, que a ele confere competência legal para agir em nome da empresa, junto à Marinha do Brasil, por meio de correspondência oficial dirigida à Capitania dos Portos ou Delegacia da Capitania dos Portos, apresentando declaração de aquiescência do aquaviário para servir na categoria/capacidade superior.

A Empresa, ainda, deverá apresentar:

1) A necessidade da licença, na qual venha a constar a excepcionalidade do caso;

2) Cópia do CTS;

3) Justificativa da indicação do aquaviário proposto assegurando, ainda, que o pretendente possui a qualificação adequada para exercer a função pretendida;

4) Declaração de aquiescência do aquaviário para servir na categoria/capacidade superior;

5) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais e das folhas de registros de embarque da CIR). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

6) Documento que comprove tempo de embarque em navios de bandeira estrangeira (anexo 1-G da NORMAM-13) (quando aplicável);

7) Certificados que comprovem a sua habilitação (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

8) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

9) Cadastro de Pessoa Física - CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original para ser autenticada na CP/DL/AG). Não será necessária a cobrança do CPF caso o número deste documento esteja inserido no documento de identificação apresentado pelo Aquaviário

10) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original para ser autenticada na CP/DL/AG) ou declaração de residência assinada pelo Aquaviário, conforme constante do anexo 1-L (com reconhecimento por autenticidade, caso o declarante não esteja presente); e

11) Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um (1) ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico, explicitamente as condições visuais e auditivas.

Para a concessão da Licença de categoria/Capacidade Superior o Capitão dos Portos ou Delegado devem considerar:

I. Quanto à carreira do Aquaviário: se há possibilidade dele vir a ascender à categoria para qual está sendo solicitada a licença, dentro do enquadramento do fluxo normal de carreira específico de Subalternos e de Oficiais, respeitando-se, desta forma, a distinção entre Oficiais e Subalternos.

II. Quanto ao tempo de embarque do aquaviário: se possui pelo menos a metade do tempo de embarque previsto para a ascensão à categoria para qual está sendo solicitada a licença;

II. Quanto à qualificação do Aquaviário: se possui curso para exercer a função superior pretendida e as competências constantes da regra correspondente e/ou específica. Para as funções de Comandante e Chefe de Máquinas, observar a condição de conceder LCS para os seus eventuais substitutos (Imediato e Subchefe de Máquinas, respectivamente), somente por motivo de força maior e pelo menor período de tempo possível;

IV. Não deverá ser concedida uma LCS de uma capacidade de subalterno para ocupar uma função na capacidade de Oficial; e

V. Quanto a licença anteriores: se já exerceu funções sob licença e quantas no período de doze meses.

Por período de doze meses só deverão ser concedidas para um aquaviário em uma mesma categoria, até duas licenças. Esgotado esse número de licenças, deverá ser respeitado período de carência de seis meses para concessão de nova licença na mesma categoria.

Não há restrições de número de licenças para o aquaviário ao longo das categorias de sua carreira.

Para um mesmo navio só deverá ser concedida, simultaneamente, por CTS, uma Licença de Categoria/Capacidade Superior para cada seção: convés e máquinas. Os substitutos do Comandante e do Chefe de Máquinas, por motivo de força maior, serão, respectivamente, o Imediato e o Subchefe de Máquinas, devendo a sua substituição ser limitada ao menor período de tempo possível.

Em conformidade com a Convenção STCW 1978 emendada, a partir de 1º de janeiro de cada ano a DPC deve enviar à Organização Marítima Internacional (IMO) relatório sobre Licenças de Categoria/Capacidade Superior concedidas para embarque em navios que operam na navegação em mar aberto, informando a arqueação bruta da embarcação.

0204 - TRANSFERÊNCIAS DE CATEGORIAS ENTRE SEÇÕES E/OU GRUPOS DIFERENTES

A transferência de categorias de aquaviários de Grupos e/ou Seções exige criteriosa avaliação de competência.

A transferência poderá ser concedida, em caráter excepcional, pelo Capitão dos Portos, mediante requerimento do interessado, observando a seguinte documentação e pré-requisitos necessários:

1) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

2) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

3) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

4) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais e das folhas de registros de embarque da CIR). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;;

5) Certificados de conclusão de cursos realizados pelo requerente no âmbito do Ensino Profissional Marítimo (EPM) correspondentes à categoria em que está enquadrado;

6) Certificado de conclusão de cursos que são pré-requisitos para a categoria pretendida; e

7) Comprovante de escolaridade emitido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação compatível com a categoria pleiteada.

Deve ser analisado o conteúdo programático dos cursos realizados pelo interessado, à época, na formação anterior e, se for o caso, complementar essa formação com os conhecimentos necessários, por intermédio de aulas, treinamentos, embarques e/ou provas escritas ou práticas, de forma a nivelar essa formação profissional anterior com os requisitos mínimos estabelecidos para o acesso à nova categoria pretendida, mediante comparação com o conteúdo contido no currículo previsto do curso atual de formação/adaptação/aperfeiçoamento, referente à categoria em questão.

O nível de equivalência atribuído às determinadas categorias não pode ser considerado para estabelecer comparação de competência entre Aquaviários de grupos diferentes, pois, para certas categorias, as diferenças de qualificação/habilitação para um mesmo nível podem ser significativas quando comparando-se Aquaviários de grupos diferentes. Outro fator que pode aumentar, significativamente, essas diferenças é a experiência profissional do Aquaviário em questão.

0205 - TRANSFERÊNCIAS DEVIDAS À EXTINÇÃO DE GRUPO E DE CATEGORIAS

a) Extinção do Grupo Regional

A extinção do Grupo Regional resultou na distribuição de seus integrantes pelo 1º Grupo-Marítimos e 5º Grupo-Práticos, com a seguinte equivalência de categorias:

CATEGORIAS ANTERIORES	CATEGORIAS NOVAS	NÍVEL DE EQUIVALÊNCIA
ARR - Arrais	MNC - Marinheiro de Convés CMF - Contramestre Fluvial	4
MTR - Mestre Regional	MOC - Moço de convés MFC - Marinheiro Fluvial de Convés	3
MRC - Marinheiro Regional de Convés	MAC - Marinheiro Auxiliar de Convés MAF - Marinheiro Fluvial Auxiliar de Convés	2
MRM - Marinheiro Regional de Máquinas	MAM - Marinheiro Auxiliar de Máquinas MMA - Marinheiro Fluvial Auxiliar de Máquinas	2
PRT - Prático	Integram o 5º Grupo	8
PRP - Praticante de Prático	-	7

b) no 1º Grupo - Marítimos

1) O Primeiro e Segundo Condutor de Máquinas (1CD e 2CD) passam a ser Condutor de Máquinas (CDM), nível de equivalência 5;

2) O Primeiro e Segundo Eletricista (1EL e 2EL), seção de máquinas, passam a ser Eletricista (ELT), nível de equivalência 5;

3) O Primeiro e Segundo Cozinheiro (1CZ e 2 CZ), seção de câmara, passam a ser Cozinheiro (CZA), nível de equivalência 2;

4) O Primeiro e Segundo Taifeiro (1TA e 2TA), seção de câmara, passam a ser Taifeiro (TAA), nível de equivalência 2; e

5) O Auxiliar de Saúde (ASD), seção de saúde, passa a ser Auxiliar de Saúde (ASA), nível de equivalência 3.

c) no 2º Grupo - Fluviários

1) O Condutor-Motorista Fluvial (CTF) e o Condutor-Maquinista Fluvial (CQF), seção de máquinas, passam a ser Condutor Maquinista Motorista Fluvial (CTF), nível de equivalência 5;

2) O Cozinheiro Fluvial (CZF), seção de câmara, passa a ser Cozinheiro (CZA), nível de equivalência 2;

3) O Primeiro e Segundo Taifeiro Fluvial (1TA e 2TA), seção de câmara, passam a ser Taifeiro (TAA), nível de equivalência 2; e

4) O Auxiliar de Saúde (ASF), seção de saúde, passa a ser Auxiliar de Saúde (ASA), nível de equivalência 3.

d) no 3º Grupo - Pescadores

O Patrão de Pesca Costeira (PCP), seção de convés, passa a ser Patrão de Pesca na Navegação Interior (PPI), nível de equivalência 5; e

O Patrão de Pesca Regional (PRP), seção de convés, passa a ser Contramestre de Pesca na Navegação Interior (CPI), nível de equivalência 4

SEÇÃO II

ROL DE EQUIPAGEM E ROL PORTUÁRIO

0206 - ROL DE EQUIPAGEM

a) Conceituação

O Rol de Equipagem (modelo DPC-2303) é o documento hábil, obrigatório, para embarcações empregadas na navegação em mar aberto e interior. Serve para garantir os direitos decorrentes dos embarques e desembarques de tripulantes verificados em uma única embarcação.

Deve conter as seguintes anotações:

1) dados da embarcação, do(s) proprietário(s) e do armador;

2) assinatura e nome legível do Comandante do navio, proprietário, armador ou seu preposto (representante legal);

3) dados dos tripulantes; e

4) dados dos embarques e desembarques dos tripulantes;

b) Emissão

O Rol de Equipagem deverá ser adquirido na Empresa Gerencial de Projetos Navias (EMGEPRON) e será homologado pela CP/DL/AG em duas vias, mediante requerimento do Comandante, Proprietário, Empresa, Armador ou seu preposto ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente. A 1ª via deverá permanecer a bordo da embarcação e a 2ª via na empresa. Seus campos deverão ser preenchidos de forma clara e em letra de forma.

É de responsabilidade do Comandante o correto preenchimento do Rol de Equipagem. Por ocasião da escrituração do Rol de Equipagem, o nome do Comandante constará somente na folha de abertura e todos os embarques e desembarques deverão ter a sua rubrica e carimbo.

Qualquer CP/DL/AG poderá homologar o Rol de Equipagem, desde que tal fato sejacomunicado à OM de inscrição da embarcação. Constitui infração sujeita a penalidade, a não permanência a bordo da embarcação de seu respectivo Rol de Equipagem ou Portuário.

Documentação necessária para homologação do Rol de Equipagem:

- Requerimento do Comandante, proprietário, empresa, armador ou seu preposto ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente; e.

- Guia de Recolhimento da União (GRU), com o devido comprovante de pagamento (original e cópia simples), exceto para órgãos públicos.

c) Renovação

O Rol de Equipagem será renovado:

1) quando esgotado, inutilizado, viciado ou extraviado; e

2) quando da mudança do proprietário da Empresa ou Armador.

Nos casos de Rol de Equipagem esgotado, inutilizado ou viciado, é necessário requerimento ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente solicitando emissão de um novo Rol. Quando extraviado, deverá o Comandante, Proprietário, Empresa, Armador ou seu preposto representante legal anexar ao requerimento u m a declaração circunstancial do ocorrido.

Quando o Comandante da embarcação for substituído, será dispensada a renovação do Rol de Equipagem, desde que o novo Comandante declare que o aceita nos termos já existentes. Caso tal declaração não seja feita, um novo Rol de Equipagem deverá ser requerido ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente.

Sempre que ocorrer renovação de Rol de Equipagem, toda a tripulação, inclusive o Comandante, deverá ser desembarcada e embarcada no novo Rol.

Documentação necessária para renovação do Rol de Equipagem:

- Requerimento do Comandante, proprietário, empresa, armador ou seu preposto ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente; e.

- Guia de Recolhimento da União (GRU), com o devido comprovante de pagamento (original e cópia simples), exceto para órgãos públicos.

d) Arquivamento

O Rol de Equipagem encerrado ou substituído deverá ter sua cópia arquivada na embarcação e o original arquivado na empresa proprietária da embarcação ou na colônia de pesca.

0207 - ROL PORTUÁRIO

O Rol Portuário (modelo DPC-2304) se aplica em caráter opcional às empresas, armadores, proprietários e colônias de pesca que possuem diversas embarcações operando na navegação interior. Deverá ser expedido com um número de cópias igual ao número de embarcações.

a) Conceituação

O Rol Portuário substitui o Rol de Equipagem, com idênticos efeitos legais, contendo os embarques e desembarques dos tripulantes de embarcações de uma mesma Empresa, empregadas na navegação Interior.

Esta modalidade do Rol visa flexibilizar e desburocratizar o embarque e o desembarque do aquaviário, possibilitando à e mpresa, proprietário, armador ou seupreposto representante legal ou ao Presidente da Colônia de Pesca movimentarem os tripulantes nas suas embarcações de acordo com a conveniência do serviço.

Impõe-se, contudo, que se mantenha no Rol exclusivamente os tripulantes exercendo funções a bordo das embarcações da empresa ou armador, proprietário ou colônia de pesca, excluindo sistematicamente todo aquele que seja desviado para o exercício de funções em terra.

Para assegurar o efetivo controle sobre as embarcações que adotarem o Rol Portuário com abrangência adicional e, considerando que sua adoção se dá em caráter facultativo, aplicam-se a esta modalidade as seguintes condicionantes:

1) Os embarques e desembarques dos tripulantes serão registrados pelo Proprietário, Empresa, Armador ou seu preposto representante legal ou pelo Presidente da Colônia de Pesca mediante lançamento igual e simultâneo na CIR do tripulante e nas duas vias do Rol Portuário;

2) O Rol Portuário na modalidade opcional por Empresa, uma vez adotado, deve abranger todas as embarcações de uma mesma Empresa, armador, proprietário ou colônia de pesca e as embarcações, por sua vez, somente poderão ter a bordo os tripulantes ali relacionados;

3) Comandante da embarcação deverá registrar no Diário de Navegação ou no Livro da embarcação, os nomes dos tripulantes efetivamente a bordo por ocasião da partida para cada viagem, ou simplesmente registrar que não houve alterações em relação à tripulação embarcada na viagem anterior;

4) O Rol Portuário deverá conter a transcrição dos Cartões de Tripulação de Segurança (CTS) de todas as embarcações da Empresa, armador, proprietário ou colônia de pesca de maneira a demonstrar claramente que são atendidas as necessidades mínimas de tripulantes definidas naqueles documentos;

5) O Rol Portuário deverá conter as seguintes anotações:

5.a dado(s) da(s) embarcação (ões), do(s) proprietário(s), do Armador ou da Colônia de Pesca;

5.b lotação da(s) embarcação (ões), contendo o número de tripulantes e o número de passageiros;

5.c local para assinatura e dados dos tripulantes;

5.d dados dos embarques e desembarques dos tripulantes; e.

5.e rubrica e nome do Comandante, diretor da Empresa, Armador ou seu preposto, representante legal ou proprietário ou do Presidente da Colônia de Pesca.

b) Emissão

O Rol Portuário deverá ser adquirido na Empresa Gerencial de Projetos Navias (EMGEPRON) e será homologado pela CP, Dl ou Ag, permanecendo o original na empresa, e as cópias a bordo das embarcações. Seus campos deverão ser preenchidos de forma clara e em letra de forma.

O Rol Portuário poderá ser homologado por qualquer CP, DL ou AG desde que tal fato seja comunicado à OM de Inscrição da embarcação.

Documentação necessária para homologação do Rol Portuário:

- Requerimento do proprietário, empresa, armador ou seu preposto ou presidente dacolônia de pesca ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente; e.

- Guia de Recolhimento da União (GRU), com o devido comprovante de pagamento (original e cópia simples), exceto para órgãos públicos.

c) Renovação

O Rol Portuário será renovado:

1) quando esgotado, inutilizado, viciado ou extraviado; e

2) quando da mudança do proprietário da Empresa ou Armador ou Presidente da Colônia de Pesca.

Nos Casos de Rol Portuário esgotado, inutilizado ou viciado, é necessário requerimento ao Capitão dos Portos, delegado ou Agente solicitando a emissão de um novo Rol. Quando, extraviado, deverá a empresa, armador ou seu preposto representante legal, proprietário ou o Presidente da Colônia de Pesca anexar ao requerimento uma declaração circunstancial do ocorrido.

Sempre que ocorrer renovação de Rol Portuário, toda a tripulação, inclusive o Comandante, deverá ser desembarcada e embarcada no novo Rol.

Documentação necessária para renovação do Rol Portuário:

- Requerimento do proprietário, empresa, armador ou seu preposto ou presidente da colônia de pesca ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente; e.

- Guia de Recolhimento da União (GRU), com o devido n de pagamento (original e cópia simples), exceto para órgãos públicos.

d) Arquivamento

O Rol Portuário encerrado ou substituído deverá ter uma cópia arquivada na embarcação e a 1ª via na empresa ou na colônia de pesca

SEÇÃO III

MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO

0208 - MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO

Criada pelo Decreto nº 9.090, de 07JUL2017 a Medalha Mérito Marítimo é destinada a agraciar, de forma meritória, os aquaviários da Marinha Mercante Brasileira, Oficiais e Subalternos, que se distinguirem pela exemplar dedicação à profissão e invulgar interesse no aprimoramento de seus misteres a bordo, de acordo com critérios e normas definidos pela Marinha do Brasil/ Autoridade Marítima Brasileira. A condecoração consiste de uma medalha, barreta, roseta e o respectivo diploma. Sua descrição e uso estão previstos nas Normas da Autoridade Marítima para o uso de Uniformes da Marinha Mercante Nacional - NORMAM-21/DPC.

Caberá ao Diretor Geral de Navegação a concessão da Medalha Mérito Marítimo, mediante proposta do Diretor de Portos e Costas.

Os procedimentos para a concessão da Medalha Mérito Marítimo constam do 2-E

CAPÍTULO 3

INSCRIÇÃO DE MILITAR VETERANO DA MARINHA DO BRASIL

0301 - DA INSCRIÇÃO

A inscrição de militar veterano da MB nos Grupos de Marítimos, Fluviários ou Pescadores, na Seção de Convés e/ou de Máquinas, ou ainda nas Seções de Saúde e Câmara ocorre mediante aprovação no Curso de Formação, Curso de Aperfeiçoamento ou nos Cursos de Adaptação de Aquaviários exclusivos para cada Grupo/Seção. A inscrição também será facultada ao militar veterano da MB no Grupo de Mergulhadores, conforme descrito no item 0104, capítulo 1 desta Norma.

As informações para a condução e execução de cada curso de formação/adaptação/aperfeiçoamento de Aquaviários, assim como seus propósitos, locais de realização, condições para inscrição, exames de seleção, matrículas, disciplinas, cargas horárias e tipos de certificação estão especificadas nas Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo de Aquaviários (NORMAM-30/DPC), informadas anualmente no Programa de Ensino Profissional para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários) e disponibilizadas no sítio da DPC.

O militar Veterano da MB, conforme seu posto/graduação e corpo/especialidade poderá ser inscritos em um dos Grupos e Seções descritos a seguir, conforme contido no Anexo 2-A, mediante aprovação nos Cursos anteriormente citados:

1º Grupo / Seção de Convés

a) à Capitão de Longo Curso (CLC):

Oficial Superior Veterano da MB do Quadro de Oficiais da Armada da Marinha do Brasil, com aperfeiçoamento de Superfície, de Hidrografia e Oceanografia, de Submarinos ou de Aviação, na MB e que tenha concluído, com aproveitamento, o Curso de Atualização e Adaptação de Náutica para Oficiais (ATNO).

Observação: Consideram-se válidos, também, para o fim de inscrição no ATNO, os antigos cursos de aperfeiçoamento em Armamento, Comunicações, Eletrônica e Máquinas.

b) à Contramestre (CTR):

Veterano da MB - Suboficiais e Sargentos do Quadro de Praças da Armada, nas especialidades previstas nas condições de inscrição do PREPOM em vigor e aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Contramestre- (APAQ-CTR).

1º Grupo / Seção de Máquinas

a) à Oficial Superior de Máquinas (OSM):

Oficial Superior Veterano da MB do Quadro de Oficiais da Armada, oriundo da Escola Naval, aperfeiçoado em Máquinas, desde que tenha concluído, com aproveitamento, o Curso de Atualização de Oficiais de Máquinas (ATOM), além dos Cursos Especiais Avançado de Combate a Incêndio (ECIA) e de Oficial de Proteção do Navio. (EOPN), Curso Especial de Embarcação de Sobrevivência e Salvamento (EESS) e o Curso Especial de Cuidados Médicos (ECSM).

Oficial Superior do Quadro Complementar do Corpo da Armada ou do Quadro Técnico (QC- CA/RM1-T) Veterano da MB, aperfeiçoado em Máquinas, desde que comprove, pelo menos, 3 (três) anos de embarque em função de máquinas, e tenha concluído, com aproveitamento, o Curso de Atualização de Oficiais de Máquinas (ATOM), além dos Cursos Especiais Avançado de Combate a Incêndio (ECIA) e de Oficial de Proteção do Navio. (EOPN), Curso Especial de Embarcação de Sobrevivência e Salvamento (EESS) e o Curso Especial de Cuidados Médicos (ECSM).

b) à Condutor (CDM):

Veterano da Marinha do Brasil (Suboficiais e Sargentos), do Quadro de Praças da Armada, nas especialidades previstas nas condições de inscrição do curso disponível no PREPOM em vigor e aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - Máquinas (CAAQ-I MM) ou no Curso de Aperfeiçoamento de Aquaviários - Máquinas (APAQ-CDM).

c) à Eletricista (ELT):

Veterano da Marinha do Brasil (Suboficiais e Sargentos), do Quadro de Praças da Armada, nas especialidades previstas nas condições de inscrição do curso disponível no PREPOM em vigor e aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - Máquinas, com concentração em Eletricidade (CAAQ-I ME).

2º Grupo / Seção de Convés

a) à Mestre Fluvial (MFL):

Veterano da MB (SO, SG ou CB), do Quadro de Praças da Armada com um (1) ano de embarque na MB, das especialidades previstas nas condições de inscrição do curso, disponível no PREPOM em vigor e aprovados no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários Módulo Específico para Fluviários - Seção de Convés. (APAQ-MFL).

2º Grupo / Seção de Máquinas

a) à Condutor Maquinista Motorista Fluvial (CTF):

Veterano da MB (SO, SG ou CB), do Quadro de Praças da Armada, das especialidades de Máquinas, Caldeiras e Motores, e do Corpo Auxiliar de Praças, com mais de 1 (um) um ano de embarque na Marinha do Brasil(MB), aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários - Máquinas (APAQ-CTF).

3º Grupo / Seção de Convés

a) à Patrão de Pesca na Navegação Interior (PPI):

Veterano da MB (SO ou SG) do Quadro de Praças da Armada e do Corpo Auxiliar de Praças, com 1 (um) ano de embarque na Marinha do Brasil (MB), das especialidades previstas nas condições de inscrição do curso disponíveis no PREPOM em vigor e aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários Módulo Específico para Pescadores (APAQ-PPI).

Seções de Saúde ou Câmara (Enfermeiro, Auxiliar de Saúde, Cozinheiro e Taifeiro)

Ser Veterano da MB, das seguintes especialidades: Cozinheiro (CO), Arrumador (AR) ou Enfermeiro (EF).

O documento comprobatório do tempo de embarque para estes militares será a Caderneta Registro (CR), que deverá ser apresentada no ato da inscrição no curso.

0302 - SITUAÇÕES ESPECIAIS

Em função da situação e da análise dos assentamentos de carreira do veterano da MB, o Diretor de Portos e Costas poderá dispensar o interessado de cumprir alguns módulos de curso previstos neste capítulo.

CAPÍTULO 4

ATRIBUIÇÕES DO COMANDANTE E TRIPULANTES A BORDO DE EMBARCAÇÕES MERCANTES NACIONAIS E PENALIDADES

SEÇÃO I

NAVEGAÇÃO MARÍTIMA EM MAR ABERTO (LONGO CURSO, CABOTAGEM E APOIO MARÍTIMO)

0401 - DAS ATRIBUIÇÕES DO COMANDANTE

Ao Comandante, compete:

1) cumprir e fazer cumprir, por todos os subordinados, as leis e regulamentos em vigor, mantendo a disciplina na sua embarcação, zelando pela execução dos deveres dos tripulantes, de todas as categorias e funções, sob as suas ordens;

2) inspecionar ou fazer inspecionar a embarcação, diariamente, para verificar as condições de asseio, higiene e segurança;

3) cumprir as disposições previstas nas instruções sobre os meios de salvamento a bordo; assegurar a ordem e serventia das embarcações auxiliares de salvamento; tomar todas as precauções para completa segurança da embarcação, quer em viagem, quer no porto;

4) implantar e manter um programa continuado e periódico de treinamento para familiarização de novos tripulantes e para manutenção do nível operacional da tripulação;

5) fazer com que todos conheçam seu lugar e deveres em caso de incêndio, de abalroamento ou de abandono, executando, pelo menos, quinzenalmente, os exercícios para uso necessários, sempre que 1/3 da tripulação tiver sido substituída;

6) assumir pessoalmente a direção da embarcação sempre que necessário como: por ocasião de travessias perigosas, entrada e saída de portos, atracação e desatracação, fundear ou suspender, entrada e saída de diques, em temporais, cerração ou outra qualquer manobra da embarcação em casos de emergência;

7) supervisionar o carregamento, a descarga, o lastro e deslastro da embarcação, de forma eficiente, de acordo com as normas de segurança;

8) dar ciência às autoridades competentes, inclusive ao Armador, sempre que, justificadamente, tiver que alterar os portos de escala da embarcação;

9) convocar, quando necessário, os oficiais da tripulação para, em Conselho decidir quanto as situações de extrema gravidade para a embarcação e para a carga;

10) ter voto de qualidade em tudo quanto interessar a embarcação e à carga, e mesmo proceder, sob sua responsabilidade, contrariamente ao que for deliberado;

11) exercer fiscalização e repressão ao contrabando, transporte de armas, munições e cargas não manifestadas;

12) responder por quaisquer penalidades impostas à embarcação, por infração da Legislação em vigor, resultantes de sua imperícia, omissão ou culpa, ou de pessoas que lhe sejam subordinadas apontando, neste caso, o responsável;

13) superintender nas embarcações, cujo único oficial de navegação seja o Comandante, os serviços que lhe estão afetos, acrescidos das incumbências inerentes aos demais oficiais podendo, entretanto, designar outros membros da tripulação para sua execução, exceto em relação àqueles serviços que, pela sua natureza, lhe caiba executar pessoalmente;

14) cumprir e fazer cumprir o regulamento para evitar abalroamento no mar;

15) socorrer outra embarcação, em todos os casos de sinistro, prestando o máxim o auxílio, sem risco sério para sua embarcação, equipagem e passageiros;

16) em caso de violência intentada contra a embarcação, seus pertences e carga, se for obrigado a fazer entrega de tudo ou de parte, munir-se com os competentes protestos no porto onde ocorrer o fato, ou no primeiro onde chegar;

17) empregar a maior diligência para salvar os passageiros e tripulantes, os efeitos da embarcação e carga, papéis e livros de bordo, dinheiro etc., devendo ser o último a deixá-lo, quando julgar indispensável o seu abandono em virtude de naufrágio;

18) lavrar, quando em viagem, termos de nascimento e de óbito ocorridos: arrecadar e inventariar os bens de pessoa que falecer, fazendo entrega de tudo à autoridade competente;

19) efetuar casamentos, escrever e aprovar testamentos in extremis, reconhecer firmas em documentos, nos casos de força maior;

20) ratificar, dentro de 24 horas úteis, depois da entrada da embarcação no porto, perante as autoridades competentes, e tendo presente o "Diário de Navegação", todos os processos testemunháveis e protestos formados a bordo, tendentes a provar sinistros, avarias, perdas ou arribadas;

21) dar conhecimento à Capitania do primeiro porto que demande e a outras embarcações, pelo rádio, ou qualquer outro meio, de todas as ocorrências concernentes à navegação, como sejam: cascos soçobrados ou em abandono, baixios, recifes, funcionamento dos faróis e bóias, balizas, derelitos etc;

22) impor penas disciplinares aos que 0perturbarem a ordem da embarcação, cometerem faltas disciplinares ou deixarem de fazer o serviço que lhes compete, comunicando às autoridades competentes, na forma da legislação em vigor;

23) fazer alijar carga por motivo de força maior, e no interesse geral, ou quando se tratar de volume contendo materiais explosivos e perigosos, embarcados em contravenção à lei e que esteja pondo em risco a embarcação, tripulantes, etc;

24) determinar o uniforme do dia, cumprindo e fazendo cumprir o que determina o Regulamento para uso de uniformes a bordo de embarcações nacionais quando houver;

25) autorizar serviços extraordinários que se fizerem necessários a bordo, de acordo com as leis que regem a matéria;

26) ter sempre prontos os documentos para despacho da embarcação nas repartições competentes;

27) ter sob sua guarda valores de passageiros, dos tripulantes ou da embarcação, como medicamentos entorpecentes para uso em casos de emergências, assinando e exigindo os competentes recibos;

28) instaurar inquérito e demais atos de direito, para o que ocorrer a bordo;

29) superintender os serviços de abastecimento e reparos, manutenção, docagem e reclassificação da embarcação. Visar as respectivas faturas, relatórios de serviço e pedidos, assim como todos e quaisquer outros documentos;

30) certificar-se se estão a bordo todos os tripulantes, prontos a seguir viagem, na hora marcada para a saída da embarcação;

31) delegar poderes aos Subordinados para distribuição de serviços, visando ao bom andamento dos trabalhos de bordo;

32) fazer-se acompanhar dos oficiais da embarcação, todas as vezes que inspetores, peritos e vistoriadores comparecerem a bordo, prestando todas as informações que forem solicitadas;

33) proceder inspeção geral da embarcação, por ocasião da passagem de comando, em companhia do seu substituto, informando-o de tudo minuciosamente, apresentando-lhe os Oficiais e tripulação e mandando lavrar em seguida, o respectivo termo, no "Diário de Navegação";

34) exigir dos tripulantes, por ocasião de seu embarque, toda a documentação necessária, bem como a apresentação de sua andaina de uniformes;

35) responder pelo fiel cumprimento das leis, convenções, acordos nacionais e internacionais, e de todas as demais normas que regem o Transporte Marítimo, devendo zelar pelo bom nome da Empresa, resguardando os interesses da mesma e a boa apresentação da Marinha Mercante do Brasil, nos portos nacionais e estrangeiros;

36) determinar, sempre que necessário, o trabalho conjunto dos tripulantes da embarcação, de modo a agilizar a superação de um problema técnico, ou a prontificação de uma faina marinheira;

37) organizar os serviços de quarto, de forma a manter o serviço de vigilância e segurança da navegação adequadamente, considerando, inclusive, a necessidade dos oficiais encarregados dos serviços de quarto de navegação estarem o tempo todo fisicamente presentes no passadiço ou locais diretamente ligados ao passadiço;

38) designar, entre os Tripulantes, o Gestor;

39) implantar e fazer cumprir a bordo um plano de prevenção e combate a poluição;

40) implantar e fazer cumprir uma política contra o uso de álcool e drogas a bordo. Devendo normatizar os procedimentos a serem adotados e divulgá-los a todos os tripulantes.

0402 - AO COMANDANTE É VEDADO:

1) alterar os portos e escala da embarcação, sem causa justificada;

2) abandonar a embarcação, por maior perigo que se ofereça, a não ser em virtude de naufrágio e após certificar-se de que é o último a fazê-lo.

SEÇÃO DE CONVÉS

0403 - DAS ATRIBUIÇÕES DO IMEDIATO

Ao Imediato compete:

1) substituir, legalmente, o Comandante em todas as suas faltas e impedimentos. É a segunda autoridade de bordo, podendo, nessa qualidade, intervir em qualquer parte da embarcação no sentido de manter a ordem, disciplina, limpeza e conservação, sem que esta intervenção importe na diminuição da autoridade e responsabilidade de quaisquer outros integrantes da tripulação;

2) ser o encarregado das Seções de Convés e Câmara. É figura importante na Administração da embarcação, sua presença se faz sentir quer no porto, quer em viagem, com respeito à manutenção da carga (carga e descarga);

3) manter limpa e conservada a embarcação, com eficiência os aparelhos de manobra, salvatagem, incêndio, poleames e massames;

4) controlar os serviços extraordinários realizados e autorizados pelo Comandante, nas seções sob sua responsabilidade, observando rigorosamente o que determina a respeito as leis e regulamentos em vigor;

5) confeccionar as folhas extraordinárias das seções sob sua responsabilidade e submetê-las à apreciação do Comandante, para o devido visto;

6) conduzir e coordenar um programa continuado e periódico de treinamento para familiarização de novos tripulantes e para manutenção do nível operacional da tripulação;

7) dirigir as fainas de convés, por ocasião de acidentes e exercícios, e auxiliar o Comandante em todas e quaisquer manobras que se fizerem necessárias;

8) verificar pessoal e diariamente, sempre que as condições o permitirem, o estado geral dos porões, ralos e pocetos, principalmente no inicio de carregamento;

9) inspecionar, diariamente, os locais designados para o estivamento das cargas inflamáveis, explosivas ou corrosivas, controlando as temperaturas dos contentores estivados no convés e verificando, constantemente, as pressões e a manutenção adequada e inertização dos compartimentos de carga;

10) preparar o convés, para o recebimento de carga, de maneira que sua estivagem não prejudique o aparelhamento da embarcação nele situado;

11) controlar, com a cooperação do Chefe de Máquinas, o serviço de abastecimento e distribuição de combustíveis e água, visando à segurança da embarcação;

12) fiscalizar a escrituração dos livros e documentos da Seção de Convés, executando a parte que lhe competir;

13) dirigir o serviço geral de distribuição das cargas dos porões, conveses, frigoríficas e tanques, levando em consideração o calado da embarcação, sua estabilidade, esforços máximos permissíveis e a estiva e desestiva da carga, fornecendo ao Comandante, com a antecedência necessária, todos os planos de carregamento, de movimentação de carga, de descarga, de lastro e de deslastro;

14) manter, devidamente inventariado, todo o material da seção de convés, podendo descarregar parte de sua responsabilidade pelos seus auxiliares, mediante o endosso da respectiva cautela;

15) dar andamento às sindicâncias que se fizerem necessárias a bordo para esclarecimento de quaisquer ocorrências;

16) inspecionar ou mandar inspecionar, por ocasião de embarque ou desembarque dos tripulantes, suas bagagens, recusando todo aquele que tentar introduzir a bordo armas proibidas, bebidas alcoólicas, substâncias tóxicas (drogas) ou qualquer outro material que possa prejudicar a disciplina da embarcação;

17) inspecionar, diariamente, as Seções de Convés e Câmara;

18) emitir os competentes pedidos de suprimento, reparo e revisões da Seção de Convés;

19) receber de seu antecessor o material sob sua responsabilidade, mediante conferência e inventário;

20) verificar e aprovar todas as alterações, revisões, reparos e quaisquer outros serviços feitos na Seção de Convés;

21) prestar a devida cooperação em tudo quanto se relacionar com o serviço de bordo;

22) em viagem, arejar corretamente os porões e manter a carga líquida ou seca nas condições específicas para seu transporte, usando os recursos existentes a bordo;

23) fiscalizar, auxiliado pelo oficial de divisão de convés, as operações de carga e descarga, lastro e deslastro da embarcação;

24) determinar o preparo dos documentos necessários e exigidos pelas autoridades dos portos de escala;

25) receber ou fazer receber, por oficial, as autoridades portuárias que vierem proceder a visita ou a inspeção da embarcação, dando os esclarecimentos necessários, e facilitar e abreviar as formalidades;

26) fazer, quando necessário, em face da composição da lotação, os quartos das 04:00 às 08:00 e das 16:00 às 20:00 horas, salvo determinação contrária do Comandante;

27) ter a seu cargo todos os serviços de carregamento, descarga, lastro e deslastro, bem como a distribuição das cargas líquidas pelos tanques, evitando a contaminação dos produtos carregados e mantendo sempre a embarcação dentro das condições adequadas de esforços, estabilidade e compasso;

28) programar, dirigir e fiscalizar a limpeza, a conservação e a desgaseificação dos tanques, redes e válvulas dos sistemas de carga da embarcação, tomando todas as providências que evitem a poluição do meio ambiente;

29) manter o navio dentro dos padrões corretos de inertização durante os carregamentos, travessias, estadias, descargas e nas fainas de limpeza dos tanques e movimentação de lastros;

30) apresentar, previamente, ao Comandante o plano de carregamento e, concluída a carga, entregar o plano final da distribuição por tanques dos produtos e quantidades embarcadas;

31) proceder a leitura dos calados no costado, na chegada e saída das embarcações, mesmo naquelas de equipamentos de leitura à distância;

32) determinar, antes da saída dos portos, inspeção da embarcação a fim de localizar clandestinos porventura existentes ou o transporte ilegal de mercadorias;

33) não permitir a permanência, na embarcação, de pessoas estranhas ao serviço de bordo;

34) comunicar ao Comandante, antes da saída da embarcação, das ausências porventura existentes de tripulantes das seções a si subordinados; e

35) conduzir a política contra o uso de álcool e drogas adotada a bordo.

0404 - DAS ATRIBUIÇÕES DOS OFICIAIS DE NÁUTICA, EM GERAL

a) Genericamente:

1) integrar o Quarto de Navegação de bordo;

2) substituir o Oficial de Náutica do Quarto de Navegação e o Imediato (se for o mais antigo que a ele se segue) em todos os seus impedimentos legais;

3) auxiliar em todas as manobras da embarcação, no local determinado pelo Comandante;

4) ter sob sua responsabilidade os instrumentos náuticos em geral, de meteorologia, publicações, sistemas de comunicações, o regimento de sinais e bandeiras, devidamente inventariado, artefatos pirotécnicos, lâmpadas, lanternas e outros sinais de emergência;

5) ter sob sua responsabilidade as embarcações auxiliares e de salvamento e suas palamentas, bem como seus aparelhos de lançamento;

6) receber e fazer entrega de malas postais, fiscalizar a sua estivagem em lugar seguro e providenciar os documentos necessários ao recebimento e entrega;

7) ter sob sua responsabilidade todo o material de controle de avarias e de controle a incêndio, em qualquer parte da embarcação;

8) assessorar o comandante de unidade marítima (navio ou plataforma) nas manobras de aproximação, amarração, ancoragem e desancoragem, acompanhamento de operações de carga e descarga de navios petroleiros em terminais oceânicos; e

9) ter sob sua responsabilidade a documentação individual dos tripulantes e registros de embarque/desembarque.

b) Quando Oficial Encarregado de Quarto de Navegação, em viagem:

1) preparar o Passadiço e a casa de Navegação para a viagem;

2) executar a navegação, de acordo com as ordens do Comandante, avisando-o, imediatamente, de qualquer ocorrência que afete a segurança da navegação, assim como qualquer anormalidade que, a qualquer tempo, se verifique;

3) fazer os cálculos de posição da embarcação e azimute; dar corda nos cronômetros; manter atualizada a hora a bordo, registrando os estados absolutos e as marchas dos cronômetros, bem como preparar os boletins meteorológicos;

4) fornecer, ao Comandante, diariamente, a posição da embarcação às 12:00 horas, enviando cópia às seções da embarcação;

5) verificar, constantemente, a posição da embarcação, principalmente com terra à vista;

6) determinar, periodicamente, a posição da embarcação, plotando-a em carta náutica e utilizando os equipamentos disponíveis para esse fim;

7) binóculos e todo o equipamento de navegação;

8) fiscalizar, frequentemente, o rumo e o governo da embarcação, tomar conhecimento das ordens do Comandante quando entrar de quarto e comunicar ao substituto as instruções recebidas;

9) observar os registros de todos os instrumentos auxiliares da navegação;

10) auxiliar no passadiço, na proa ou na popa, nas manobras de fundear, suspender, atracar, desatracar, entrada e saída de dique, e outras fainas;

11) escriturar o Diário de Navegação, livros de azimute, diário de cronômetros e outros livros, de acordo com as normas em vigor; efetuar correções oficiais nas publicações usadas na navegação, mantendo atualizadas as cartas náuticas a serem utilizadas;

12) verificar, constantemente, à noite, se as luzes de navegação estão acesas, sobretudo quando houver embarcações à vista;

13) providenciar as sondagens da área, quando determinado;

14) providenciar escada de quebra peito para prático e manobras de bandeira, observando o Cerimonial Marítimo; e

15) auxiliar nas distribuições de cargas, verificações de avarias na carga, protestos, declarações, mapas, pedidos e outros documentos legais;

16) tomar as necessárias providências com relação à segurança da carga de convés, material e equipamentos da embarcação, em caso de mau tempo iminente;

17) preparar os documentos necessários ao despacho da embarcação nas repartições competentes, responsabilizando-se pelo Rol de Equipagem, Cadernetas de Inscrição e Registro (CIR) e demais documentos exigidos, verificando, à saída dos portos, se os documentos foram entregues em ordem pelas Agências; e

18) adestrar os praticantes e estagiários de náutica quando embarcados.

c) Quando nos portos:

1) manter vigilância adequada e eficaz, para fins de segurança, todo o tempo em que o navio permanecer fundeado ou em bóia de amarração. Se o navio estiver transportando carga perigosa, o serviço de vigilância deverá levar em conta a natureza, quantidade, embalagem e estivagem dessa carga e de quaisquer condições especiais predominantes a bordo;

2) agir, criteriosamente, com a urgência que se tornar necessária, em relação a todas as providências a serem tomadas, em caso de ocorrências anormais;

3) manter a ordem e a disciplina a bordo, fiscalizando e tornando efetiva a vigilância geral da embarcação;

4) cumprir o Cerimonial Marítimo;

5) informar o Comandante ou o Imediato, logo que cheguem a bordo, de tudo quanto tiver ocorrido de anormal na sua ausência;

6) não deixar a embarcação, quando em regime de quarto, sem ter transmitido o serviço e ordens ao seu substituto ou àquele que o Comandante determinar; e

7) executar os serviços de quarto ou divisão e manobras de acordo com a determinação do Comandante.

Observação:

Consideram-se, ainda inseridos no item 0404, os subalternos responsáveis pelo quarto de navegação (denominados Sup-QN) para efeito das atribuições especificadas nas alíneas a), b) e c) do presente item.

0405 - ATRIBUIÇÕES DO OFICIAL DE NÁUTICA PARA O SERVIÇO DE RADIOCOMUNICAÇÕES

a) Genericamente

1) cumprir e fazer cumprir rigorosamente as normas constantes das Convenções Internacionais e dos regulamentos e instruções baixadas por autoridades brasileiras, sobre o Serviço de Radiocomunicações;

2) fornecer diariamente, ao Comandante, as previsões de tempo, Aviso aos Navegantes, comunicações de outras embarcações referentes a acidentes de navegação, sinais horários ou qualquer outra comunicação que possa interessar ao Comando da embarcação;

3) fazer a devida comunicação ao Imediato, de qualquer defeito que impossibilite o funcionamento dos equipamentos da Estação Radiotelegráfica da embarcação;

4) submeter, previamente, ao Comandante todo serviço de expedição e recepção da rádio, exceto o de natureza particular;

5) fazer entrega, sob recibo, ao Comandante das receitas arrecadadas com o serviço de expedição de rádios;

6) conservar em ordem e asseio o camarim da Estação Radiotelegráfica, zelando pela conservação e eficiência dos seus equipamentos sobressalentes, ferramentas, aparelhos de medição, publicações, manuais, formulários e material burocrático utilizados na execução dos serviços:

7) manter devidamente inventariado todo o material fixo e de consumo da Estação Radiotelegráfica por cuja guarda é responsável, inclusive livros de registros;

8) impedir a entrada de pessoas não autorizadas na cabine dos aparelhos de radiocomunicações;

9) assistir às inspeções e vistorias que forem feitas nos aparelhos da Estação Radiotelegráfica, prestando as informações que lhe forem solicitadas;

10) manter o Diário de Serviço Radioelétrico devidamente escriturado e assinado no inicio e encerramento dos quartos de serviços, sem borrões, rasuras ou emendas, com o registro de todas as ocorrências verificadas no decurso de cada quarto, submetendo-o diariamente, ao visto do Comandante;

11) organizar os mapas demonstrativos referentes ao tráfego de radiocomunicações de cada viagem, com os respectivos comprovantes;

12) fazer pedidos de suprimento do material necessário ao serviço da estação de bordo entregando-o ao Imediato, para os devidos fins;

13) manter arquivadas em pastas especiais, as mensagens, radiotelegramas, comprovantes das conferências radiotelefônicas, Boletins Meteorológicos, Aviso aos 'Navegantes, Boletins de Observação Meteorológica (OSB), Boletins de Posição da embarcação e outras informações de interesse da embarcação;

14)testar diária e semanalmente os aparelhos de reserva e salvatagem, bem como o estado da carga e conservação das baterias, organizando as respectivas tabelas de carga e descarga para as mesmas;

15)escoar o tráfego radiotelefônico e radiotelegráfico, oficial e particular, dando seguimento às conferências radiotelefônicas, originárias ou destinadas a embarcações, transmitindo e recebendo radiotelegramas e operando o Telex;

16)receber os Boletins Meteorológicos (NX), em viagem e nos portos, especialmente nos dias que antecedem a saída da embarcação;

17)transmitir os Boletins de Observações Meteorológicas (OBS) de bordo, aos vários centros de coleta da região onde navegar;

18)transmitir mensagens ou recebê-las, conforme o caso, de organizações nacionais ou internacionais de proteção à navegação;

19)fazer a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de radiocomunicações e radionavegação e seus acessórios, tais como antenas, baterias, conversores Tc., na escala exigida pela Carta de Habilitação de que seja possuidor;

20)orientar e fiscalizar a execução dos reparos dos aparelhos mencionados no item anterior, quando executados por oficinas terrestres, nos casos especiais;

21)fazer marcações radiogoniométricas nos casos de socorro e/ou quando o Comandante julgar necessário;

22)adestrar os Oficiais de Náutica de bordo no uso e manutenção do transceptor de baleeira ou assemelhado, transmissor de reserva e manipulador automático, para eventual utilização em emergências;

23)manter atualizadas as publicações de radiocomunicações, fazendo as respectivas correções, conforme os suplementos expedidos para esse fim;

24)manter o completo sigilo das radiocomunicações como preceituam os regulamentos;

25)efetuar, a operação, manutenção e pequenos reparos da aparelhagem da Estação Radiotelegráfica da embarcação, tais como: conversores, baterias, receptores e transmissores radiotelegráficos e radiotelefônicos, bem como dos radiogoniômetros, consoante os níveis de conhecimentos técnicos exigidos pelas Convenções Internacionais de Telecomunicações e demais dispositivos jurídicos internacionais, ratificados pelo Brasil; e

26)manter um serviço de radiocomunicações contínuo nas frequências apropriadas, durante seus períodos de serviço.

b) Nos Navios com GMDSS

Nos navios equipados com equipamentos do Sistema Marítimo Global de Socorro e Segurança (GMDSS), os Oficiais de Náutica com certificado de Radioperador Geral (EROG), previstos no Cartão de Tripulação de Segurança (CTS) cumprirão, conforme determinação do Comandante, as tarefas do serviço de Radiocomunicações.

0406 - DAS ATRIBUIÇÕES DO CONTRAMESTRE

O Contramestre é o encarregado da guarnição de convés da embarcação e como tal, responsável perante o Imediato pela disciplina, limpeza e eficiência no serviço de seus subordinados;

Ao Contramestre, compete:

1)as manobras da embarcação à proa, sob a ordem do oficial que as dirigir, e pela utilização do molinete nas operações que se fizerem necessárias, nas entradas e saídas dos portos, além da limpeza e conservação do mesmo;

2)cumprir serviço de quarto no passadiço, quando em viagem, e de divisões nas estadias, nos casos de imperiosa necessidade de substituição e por determinação do Comandante;

3)prumar, sempre que necessário, de acordo com as ordens do Comandante ou de Oficial que o substitua;

4)efetuar a distribuição da guarnição de convés, providenciando substituições, quando necessário, para os serviços de conservação, limpeza, pintura e demais trabalhos inerentes às respectivas funções, de acordo com as determinações do Imediato;

5)fazer cumprir todos os detalhes de serviço, sobretudo os que se relacionem com limpeza, arrumação e higiene dos alojamentos e paióis de convés, sanitários e banheiros dos marinheiros e moços;

6)controlar o licenciamento dos tripulantes da seção de convés, de acordo com as instruções do Imediato ou do Oficial que o substitua e comunicar ao Imediato ou ao Oficial de serviço, qualquer ocorrência verificada;

7)comunicar ao Imediato os reparos, substituições e suprimentos que se fizerem necessários, nos setores da embarcação de sua responsabilidade;

8)manter sob sua guarda e responsabilidade todo o material que lhe for entregue;

9)entregar ao Imediato a relação de saída de todo o material de convés de consumo diário, esclarecendo qual a sua aplicação, e fiscalizar a sua distribuição e arrecadação;

10)preparar todos os aparelhos de carga, com a devida antecedência, a fim de iniciar as operações ao atracar; na saída, preparar os mesmos aparelhos para a viagem;

11)auxiliar o Imediato nas verificações de estado das dalas, ralos e pocetos, bem como na abertura e fechamento dos porões;

12)auxiliar o Oficial de Náutica na conservação e manutenção do equipamento de salvatagem e combate a incêndio, existente na embarcação;

13)auxiliar o Imediato na faina de arrumação da carga no convés e na peação, proteção e reparo dos volumes de carga avariada, quando necessário, exceto aqueles que pela sua natureza, competirem à estiva: recolher aos locais determinados todo o material de peação por ocasião de descarga;

14)fechar as vigias que fiquem próximas à linha d'água e os rebordos de carga; zelar pelo vedamento de portas estanques, procedendo ao escoramento, tamponamento, percintagem e preparo de caixões de concretos; rebater as cunhas nas escotilhas e apertar as guardas dos porões;

15)encarregar-se da conservação das marcas de seguros e calados, abrir letras nos quadros ou em todos os lugares necessários, solicitando auxílio ao Imediato, sempre que preciso;

16)verificar o calado, terminadas as operações de estiva e antes da saída de cada porto, registrando seus valores nos quadros competentes e notificando ao Imediato;

17)manter a limpeza, arrumação e condições de higiene dos conveses, paióis, corredores, camarotes, alojamentos, banheiros e sanitários da seção de convés;

18)dirigir as tarefas de limpeza, lavagem e remoções de resíduos dos porões e tanques, bem como as tarefas de baldeação de conveses, anteparas, superestruturas gigantes, mastros etc.;

19)auxiliar o Imediato nas fainas de convés por ocasião de acidentes;

20)observar o tratamento dos guinchos, cabrestantes, amarras, âncoras, paus de carga, rodetes, tamancas, aparelhos de laborar, embornais, portas estanques, portas de madeira, corrimãos, escadas, vigias, dobradiças, balaústres, fechaduras, atracadores e maçanetas, zelando para que estejam, sempre, em bom estado de conservação para pronto uso;

21)dirigir os serviços de recebimento a bordo do material de rancho, de materiais diversos e demais peças da embarcação; e

22)entregar ao Imediato, no fim de cada viagem, a relação do material a ser recolhido ao local indicado pelo Armador.

0407 - DAS ATRIBUIÇÕES DOS INTEGRANTES DO SERVIÇO GERAL DE CONVÉS

a) Aos integrantes do Serviço Geral de Convés, compete:

1)atender às manobras da embarcação, ocupando os postos para os quais tenha sido escalado;

2)ajudar na execução das manobras de fundeio, suspender, atracar, desatracar, entrada e saída de diques e quaisquer outras fainas.

3)receber, no convés da embarcação, e transportar para os paióis respectivos o material de custeio pertencente à seção de convés;

4)operar os aparelhos de manobra e peso, nas fainas da embarcação (acionar guinchos, suspender e arriar paus de carga, guindastes, preparar cábreas, acunhar e desacunhar escotilhas, colocar dalas, rateiras, defensas e balões no costado, luz de bulbo, cabo de segurança de proa e popa) ou onde se fizer necessário;

5)executar os serviços necessários a conservação, tratamento, limpeza e pintura da embarcação, dos paióis (paiol da amarra, conveses, costado, escotilhas, amuradas, escadas, varandas, passarelas, superestruturas, mastros, guindastes, cábreas, gigantes, turcos, tetos, anteparas, balsas, berços, baleeiras, extratores de ar, ventiladores de gola) e dos demais compartimentos de sua responsabilidade;

6)executar todas as tarefas determinadas pelo Contramestre da embarcação, tais como limpeza, tratamento, pintura, lubrificação e quaisquer outras rotinas de manutenção do material de convés.

7)baldear e adoçar a embarcação;

8)executar os serviços necessários a conservação e pintura das embarcações auxiliares, mangueiras de incêndio, bombas, bóias, salva-vidas, balsas, bancos e todo material volante;

9)executar os serviços necessários a conservação dos estais, brandais, ovéns e amantes, pelos consertos em estropos e fundas, costura em lona e demais cabos de bordo;

10)auxiliar o Contramestre em todas as fainas do convés, inclusive nas sondagens;

11)executar os serviços necessários a conservação dos próprios camarotes;

12)auxiliar o Contramestre em todas as fainas do convés, efetuando pessoalmente a distribuição e o recolhimento do material necessário a faina diária, quando nas funções de Faroleiro; e

13)colocar na proa e popa, junto às tomadas de carga e combustível, e nos locais de embarque de cargas perigosas, o material móvel de combate a incêndio, quando determinado pelo Oficial responsável.

0408 - DAS ATRIBUIÇÕES DO TIMONEIRO, VIGIA E VIGIA DE PORTALÓ

a) Ao Subalterno integrante do Quarto de Navegação - Timoneiro e Vigia, compete:

1)fazer o serviço de leme procurando manter a embarcação no rumo indicado, fazendo, normalmente, quarto de quatro (4) horas, com revezamento de hora em hora no serviço de vigia, notificando imediatamente ao Oficial de quarto, qualquer ocorrência que se verifique na agulha ou no governo da embarcação;

2)colocar ou retirar a escada para embarque ou desembarque do prático, içar e arriar as bandeiras e sinais designados pelo Oficial de quarto, lançar e colher o odômetro e informar a sua leitura;

3)atender, em caso de mau tempo iminente, às manobras dos ventiladores do convés e efetuar o fechamento das portas e vigias;

4)estar atento às ordens de manobras recebidas do Comandante ou do Prático da embarcação e avisar, com antecedência necessária, aos Oficiais e Tripulantes que vão entrar em serviço;

5)reparar, içar e arriar as bandeiras e sinais regulamentares, em todas as ocasiões que se fizerem necessárias e acionar buzinas ou tocar sino, em caso de cerração;

6)fazer o serviço de vigia no passadiço, em quarto de quatro (4) horas, com revezamento de hora em hora com o Timoneiro;

7)observar, com atenção, ao movimento da embarcação, bem como pontos de terra, derelitos ou qualquer outra incidência, comunicando ao Oficial de quarto;

8)executar a limpeza diária do convés do passadiço, casa do leme, camarim de cartas, vidro das vigias fixas e rotativas e outros compartimentos nesse convés.

b) Ao subalterno integrante do Serviço Geral de Convés - Vigia de Portaló, compete:

1)permanecer em seu posto e só se afastar em cumprimento de obrigação inerente ao seu cargo, solicitando, sempre que possível, substituto;

2)apresentar-se sempre uniformizado; manter-se em atitude respeitosa, tratando a todos que lhe pedirem informações com a máxima urbanidade e respeito;

3)impedir a entrada de pessoas estranhas a bordo, conforme as ordens que receber, dando ciência ao Oficial de serviço de qualquer anormalidade nesse sentido;

4)zelar pelas escadas de portaló e pranchas de desembarque, arriar, içar as escadas e pranchas de portaló, preparando as balaustradas e armando as redes de proteção;

5)comunicar aos seus superiores qualquer ocorrência que observar ou que tiver conhecimento, relativa à segurança da embarcação;

6)despertar a guarnição de convés e transmitir-lhe as instruções recebidas;

7)ter sob sua responsabilidade a guarda das chaves dos paióis de convés que lhe forem entregues;

8)inspecionar, periodicamente, quando a embarcação estiver atracada ou fundeada, a situação das amarras, cabos de amarração, rateiras, embarcações que porventura estejam a contrabordo, defensas, sinais e luzes regulamentares;

9)içar e arriar, no horário regulamentar, a Bandeira Nacional e os sinais de praxe;

10)observar e corrigir a posição dos ventiladores dos porões em ocasiões de chuvas e aguaceiros;

11)acender e apagar as luzes da embarcação;

12)fiscalizar as entradas e as saídas de volumes; e

13)manter o quadro de saída da embarcação do porto devidamente escrito, assinalando data e hora da partida. O serviço de Vigia de Portaló será executado por Quarto ou Divisão, observando a legislação em vigor.

0409 - DAS ATRIBUIÇÕES DO FIEL DE PORÃO

Ao Subalterno integrante do Serviço Geral de Convés - Fiel do Porão, compete:

1)fiscalizar a correta preparação dos pisos, anteparas, pés de carneiro, terminais de ventilação, tubos de detetor de fumaça, sistema de combate a incêndio, ralos dos pocetos, cobrindo-os com serrapilheiras, e dos porões e cobertas, antes do embarque das cargas;

2)preparar, no início ou término das operações de carga e descarga e, quando necessário, a cobertura e fechamento dos porões e cobertas;

3)fiscalizar para que as praças previamente designadas pelo Imediato ou seu substituto sejam ocupadas corretamente;

4)fiscalizar para que não se fume nos porões ou cobertas; quando tiver necessidade de ausentar-se, temporariamente, pedir substituto;

5)providenciar para que os volumes de cargas avariados sejam reparados, assim como no caso de existirem volumes com indício de violação comunicar tal fato a seus superiores, para as devidas providências;

6)opor-se a que sejam violados, danificados ou desviados os volumes de carga e, sempre que observar tal ocorrência ou da mesma for avisado, comunicar imediatamente aos seus superiores;

7)acompanhar o horário de refeições da estiva;

8)responder pela varredura dos porões, tendo em vista que a carga é da responsabilidade do armador;

9)providenciar a iluminação dos porões, quando for necessário;

10)auxiliar na limpeza e inspeção dos porões, de acordo com as instruções do Mestre, tendo especial atenção aos pocetos e ralos, bocas de ventilação e sistema CO2; e

11)providenciar, antes do início dos carregamentos, o material que se fizer necessário à operação; e

12)Os fiéis cumprirão horário de serviço de acordo com as operações de carga e descarga, observando-se a legislação em vigor.

SEÇÃO DE MÁQUINAS

0410 - DAS ATRIBUIÇÕES DO CHEFE DE MÁQUINAS

a)Ao Chefe de Máquinas, compete:

1)responder pela direção técnica, econômica, disciplinar e administrativa do setor a seu cargo, na qualidade de encarregado da Seção de Máquinas;

2)ser responsável pela conservação, manutenção e limpeza de todos os aparelhos, acessórios e equipamentos da seção de máquinas, mantendo atualizado o sistema de gerenciamento e planejamento da manutenção;

3)receber e cumprir as ordens do Comandante, bem como observar as orientações do órgão técnico do armador, relativas ao serviço de sua seção;

4)controlar o serviço de extraordinários realizados e autorizados pelo Comandante; nos casos de imperiosa e inadiável execução de serviços extraordinários, sem autorização, informar, logo que possível, essa decisão ao Comandante;

5)organizar os detalhes de serviço e as incumbências individuais de todo o pessoal de sua seção, visando ao máximo aproveitamento do pessoal, quer no serviço de quarto, quer no de divisão;

6)gerenciar, pessoalmente, na praça de máquinas toda e qualquer manobra da embarcação;

7)formular e apresentar ao Comandante, para o competente "Visto", todos os pedidos de reparo e de suprimento necessários ao serviço da seção a seu cargo;

8)coordenar o recebimento, controlar o consumo e zelar pela economia de combustíveis, lubrificantes e de todo o material requisitado para sua seção, por cuja aplicação é responsável;

9)ter sob sua responsabilidade o serviço de aguada, cuja distribuição será feita em conjunto com o Imediato;

10)planejar e controlar os reparos da seção de máquinas que puderem ser executados pelo pessoal de bordo e supervisionar os que forem feitos por oficinas de terra, mesmo que os aparelhos ou máquinas estejam nas demais seções da embarcação;

11)comunicar, imediatamente, por escrito, ao Comandante, quando julgar necessário, todas as ocorrências e anormalidades que se derem nos serviços da seção a seu cargo;

12)manter devidamente inventariado todo o material volante ou fixo e sobressalentes da Seção de Máquinas, podendo cautelar itens aos seus utilizadores diretos;

13)verificar e informar a cubagem dos tanques de lastro, de combustível, de aguada e de lubrificantes, assim como o estado das máquinas, caldeiras e demais aparelhos auxiliares, e tudo mais que interessar ao bom andamento dos serviços da embarcação, inclusive todo material inventariado, quando passar o cargo ao seu substituto;

14)elaborar e apresentar ao Comandante, quando necessário, toda documentação exigida pelo armador;

15)fornecer diariamente ao Comandante, ao meio-dia, em viagem, o "Boletim de Máquinas";

16)fiscalizar a escrituração do "Diário de Máquinas", para que nele sejam registradas todas as ocorrências verificadas no decorrer dos quartos ou divisões, bem como qualquer trabalho executado na respectiva seção;

17)proibir a entrada de pessoas estranhas à embarcação na praça de máquinas e de caldeiras, bem como que se guardem naqueles compartimentos, objetos alheios ao serviço da seção, comunicando, obrigatoriamente, ao Comandante, tais ocorrências;

18)proibir que o pessoal da sua seção execute trabalho que não se relacione com o serviço da embarcação;

19)providenciar para que os guinchos, molinetes, guindastes e redes de encanamentos não sofram congelamentos nas zonas frias;

20)atentar para que o consumo e a distribuição de água e combustível não prejudiquem as condições normais de navegabilidade da embarcação;

21)confeccionar as listas de sobressalentes da Seção de Máquinas, de acordo com as exigências regulamentares da Alfândega dos portos de escala;

22)permanecer a bordo nos portos, durante o expediente, ou além dele, quando o trabalho assim o exigir, afastando-se somente com autorização do Comandante, passando o serviço ao seu substituto legal;

23)comunicar ao Comandante, antes da saída da embarcação, as ausências porventura existentes de tripulantes da seção de máquinas;

24)nas embarcações que possuírem porões e/ou porta contentores frigoríficos, os Chefes de Máquinas ficarão ainda com as seguintes atribuições:

24.a coordenar com o Imediato a abertura e fechamento das escotilhas e escotilhões ou tampões, onde houver movimento de carga;

24.b certificar-se da quantidade e da qualidade da carga a embarcar, bem como do seu destino, assim como fiscalizar, em colaboração com o Imediato, a arrumação das cargas, a fim de que sua conservação não sofra alteração;

24.c providenciar para que as temperaturas sejam convenientemente mantidas no interior dos contentores, de acordo com as determinações específicas, efetuando a manutenção de todo o equipamento referente a esse setor; manter contato com o Imediato, quando necessário;

25)implementar as ações e procedimentos para atender ao plano de prevenção e combate à poluição adotado a bordo; e

26)contribuir na execução de um programa continuado e periódico de treinamento para familiarização de novos tripulantes e para manutenção do nível operacional da tripulação.

b) Ao Subchefe de Máquinas, compete:

1)substituir o Chefe de Máquinas na sua falta ou impedimento;

2)fazer a distribuição dos serviços da Seção de Máquinas, de acordo com os detalhes organizados pelo Chefe de Máquinas, fiscalizando-os convenientemente, e executando os que lhe competir;

3)distribuir e fiscalizar as quantidades do material retirado dos paióis para o serviço diário, bem como o seu recolhimento;

4)responsabilizar-se pelo material que ficar sob sua guarda, assinando a respectiva cautela, e responder pelas faltas do mesmo, quando assim ocorrer;

5)comunicar ao Chefe de Máquinas qualquer ocorrência e anormalidade que se verificar na Seção de Máquinas, não só quanto ao pessoal, como quanto aos equipamentos em geral e materiais, fazendo o registro no "Diário de Máquinas";

6)registrar todos os serviços de manutenção, prevenção, correção e classificação contínua, ocorridas durante o seu serviço;

7)fiscalizar, diariamente, as sondagens dos tanques de água, óleo e lastro;

8)fazer o serviço de quarto ou divisão quando a lotação da embarcação assim o exigir;

9)fiscalizar o recebimento de aguada, óleo combustível, óleo lubrificante, material permanente e de consumo, sempre que o Chefe de Máquinas assim determinar;

10)adestrar os praticantes e estagiários, quando embarcados, conforme o programa de treinamento e familiarização de bordo;

11)encarregar-se do adestramento dos tripulantes de máquinas, pondo-os a par das Normas e Instruções Técnicas da embarcação e da Empresa; e

12)Observar as orientações do órgão técnico do armador relativas ao serviço de sua seção.

c)Ao Oficial de Máquinas, compete:

1)substituir o Subchefe (se for o mais antigo que se segue) na sua falta ou impedimento;

2)fazer os quartos (encarregado do serviço de quarto de máquinas) e divisões para os quais foi designado, dando imediato conhecimento ao Chefe ou Subchefe das ocorrências verificadas, fazendo o devido registro no "Diário de Máquinas";

3)dar cumprimento às ordens de serviço recebidas para a boa condução, conservação e limpeza de todos os motores e equipamentos, zelando pelo seu bom funcionamento;

4)executar os serviços para os quais for designado pelo Chefe de Máquinas, tais como de encarregado dos motores, caldeiras, sistema elétrico, frigoríficas, bombas, aparelhos de governo, aparelhos de suspender e de movimentação de carga, sistema de óleo combustível e água de alimentação;

5)incumbir-se dos serviços de reparo que possam ser feitos com recursos de bordo, além da conservação e ajustagem dos diversos equipamentos; e

6)responder pela guarda e conservação das ferramentas que lhe forem entregues, assinando a respectiva cautela e responsabilizando-se pelas faltas que ocorrerem.

0411- DAS ATRIBUIÇÕES DOS AQUAVIÁRIOS SUBALTERNOS DA SEÇÃO DE MÁQUINAS

a) Ao Condutor de Máquinas, compete:

1)executar todos os serviços afetos a sua especialidade, de acordo com as determinações do Chefe de Máquinas, de modo a manter, sob a supervisão do Oficial de Máquinas de Serviço, todos os aparelhos, instalações mecânicas, hidráulicas e pneumáticas funcionando corretamente;

2)estar presente na Praça de Máquinas, ou em outro local previamente determinado, durante as manobras da embarcação ou em situações de emergências;

3)inspecionar, com antecedência, sob a orientação do Oficial de Máquinas de Serviço, os sistemas necessários à manobra da embarcação, mantendo-os sempre em boas condições de funcionamento;

4)ter sob sua guarda o material que lhe for entregue, responsabilizando-se pelas faltas que ocorrerem e assinando as devidas cautelas; e

5)fazer os quartos e divisões de serviço para os quais for designado, dando imediato conhecimento ao Oficial de Máquinas de Serviço de todas as ocorrências verificadas.

b)Ao Condutor de Máquinas, na função de Mecânico compete:

1)executar, com a máxima presteza e economia, os serviços de sua profissão, quer na recuperação, quer na confecção de peças destinadas aos reparos das máquinas de bordo, dentro do regime normal de trabalho, ou fora dele, a critério do Chefe de Máquinas; e

2)zelar pela boa conservação e bom funcionamento das máquinas, aparelhos e ferramentas da Oficina de bordo, mantendo-as sempre limpas e arrumadas; assinar cautela responsabilizando-se pelas faltas de material que venham a ocorrer.

c)Ao Condutor de Máquinas, na função de Bombeador compete

1)conservar, manter e operar as bombas de carga e suas instalações;

2)zelar pela limpeza, conservação e manutenção do material, ferramentas e utensílios da Casa de Bombas e paióis a seu cargo, pelo equipamento de gás inerte, assinando as cautelas e responsabilizando-se pelas faltas que ocorrerem;

3)zelar pela conservação das redes de carga e de descarga e suas válvulas, redes de vapor no convés, serpentinas de aquecimento dos tanques de carga e redes de expansão dos gases, executando os reparos que se fizerem necessários, dentro de suas atribuições;

4)manter limpas e em condições de operação as redes e tanques de carga;

5)interromper, antes de qualquer providência ou ordem, o recebimento ou descarga, quando verificar qualquer defeito ou anormalidade que possa trazer riscos, perigos, avarias ou poluição do meio ambiente;

6)trabalhar sob as ordens do Imediato, nas operações de carga, descarga, lastro e deslastro, baldeação e preparação de porões e tanques; e

7)conectar e desconectar os mangotes de carga e de descarga, por ocasião das operações de carga e descarga, colocando e retirando reduções quando for necessário.

d) Ao Eletricista, compete:

1)executar todos os serviços de sua especialidade de acordo com as determinações do Chefe de Máquinas, de modo a manter todos os aparelhos, instalações elétricas e de iluminação funcionando corretamente;

2)estar presente na praça de máquinas durante as manobras da embarcação e em qualquer situação de emergência;

3)inspecionar, com a antecedência necessária, o sistema de comunicações interiores, luzes de navegação, luzes interiores, guindastes, molinetes, grupos conservadores, máquinas do leme, bem como todos os motores e equipamentos elétricos e eletrônicos de automação e controle de bordo, mantendo-os sempre em boas condições de funcionamento; e

4)ter sob sua guarda e responsabilidade todo o material, ferramentas e aparelhos afetos à sua especialidade, zelando pela respectiva conservação e assinando as devidas cautelas.

e)Aos integrantes do Serviço Geral de Máquinas

1)Ao Marinheiro de Máquinas compete:

a)executar, no serviço de quarto (integrante do quarto de serviço de máquinas) ou de divisão, os trabalhos de lubrificação geral dos motores principais e auxiliares; as manobras de vapor, óleo, água e sondagem; manter esgotados os porões e alimentação das caldeiras; executar a manutenção e limpeza de maçaricos e filtros; e participar nas fainas de tratamento, conservação e pintura, nas embarcações com praça de máquinas desguarnecida (fechada);

b) comunicar ao Oficial de Máquinas do Quartode serviço qualquer anormalidade que ocorra na praça de máquinas e na frente de caldeiras, não sendo permitido o seu afastamento para atender a qualquer outro setor, a não ser por necessidade imperiosa, que deverá ser comunicado previamente ao Oficial de Serviço;

c) dar imediato conhecimento ao Oficial de Máquinas de serviço de qualquer variação na leitura dos instrumentos de medidas de pressão e temperatura, bem como das indicações dos aparelhos de alarme que possam influir no bom funcionamento das máquinas e aparelhos a seu cargo; e

d) verificar as condições de operação, pelo menos uma vez por quarto ou divisão, dos sistemas fora da praça de máquinas (ar condicionado, frigoríficas, engaxetamento de bucha, máquina do leme etc.) quando o Oficial de Serviço assim determinar.

2) Ao Moço de Máquinas e ao Marinheiro Auxiliar de Máquinas compete:

a) auxiliar, quando em serviço de quarto ou divisão, os Marinheiro de Máquinas;

b) limpar, pintar e conservar as praças de máquinas, motores, caldeiras e chaminé; efetuar o transporte de materiais de sua seção; e

c) efetuar a limpeza dos próprios camarotes.

Observação:

- o Cartão de Tripulação de Segurança (CTS) e a TABELA MESTRA deverão designar os tripulantes para o exercício das diversas funções a bordo; e

- o Anexo 2-A contém as certificações e as principais funções (e restrições/limitações) a serem exercidas na embarcação.

SEÇÃO DE CÂMARA

0412 - DAS ATRIBUIÇÕES DO COZINHEIRO E TAIFEIRO

a) Ao Cozinheiro compete:

1)cumprir e fazer cumprir todas as ordens ou determinações que receber dos seus superiores, relativas aos serviços de sua especialidade;

2)responder pelo rancho despachado para o serviço diário da cozinha, esmerando-se para que o seu preparo seja feito o mais higiênico e escrupulosamente possível;

3)executar os serviços de confeiteiro nas embarcações que não tiverem tripulantes dessa especialidade;

4)fiscalizar os gêneros entregues na cozinha, providenciando transporte, guarda e conservação dos mesmos;

5)dirigir pessoalmente a distribuição dos alimentos durante as refeições;

6)zelar pela conservação, limpeza e asseio de todas as dependências da cozinha, bem como dos utensílios;

7)usar e exigir que os demais usem, igualmente, a indumentária apropriada aos serviços culinários, mantendo-a sempre limpa e asseada;

8)comunicar ao Gestor toda e qualquer suspeita acerca do estado de saúde de seus auxiliares, como também toda e qualquer falta disciplinar acorrida;

9)assinar cautelas de responsabilidade do material entregue para os serviços de suas atribuições, responsabilizando-se pelas faltas ocorridas;

10) executar as fainas gerais de limpeza da cozinha e dos demais utensílios;

11)executar o transporte de gêneros do paiol e câmaras frigoríficas para a cozinha;

12)apresentar-se ao Gestor após o término diário dos serviços, a fim de receber ordens para o dia seguinte; e

13)comunicar ao Gestor, ou a quem suas vezes fizer, toda e qualquer anormalidade verificada nos serviços que lhe estão afetos.

b) Ao Cozinheiro é vedado:

1)distribuir comida a pessoas não autorizadas pelo Gestor;

2)fumar ou permitir que fumem nas dependências da cozinha; e

3)permitir a presença na cozinha de pessoas estranhas ao serviço.

c)Ao Taifeiro compete:

1)atender, com a maior solicitude e presteza, tratando com respeito e cortesia aos passageiros, oficiais e subalternos;

2)apresentar-se uniformizado;

3)servir, nas salas de refeiçõesde acordo com as determinações do Imediato;

4)efetuar todos os serviços inerentes à conservação, limpeza dos materiais e das dependências habitáveis (camarotes, escadas internas, corredores, aparelhos sanitários, banheiros, salões), inclusive de seu próprio alojamento ou camarote;

5)permanecer no posto para o qual foi destacado, durante o embarque de passageiros, a fim de atender aos serviços determinados pelos seus superiores;

6)prestar todas as informações pedidas pelos passageiros, com a máxima urbanidade e respeito;

7)servir as refeições nos camarotes, aos passageiros, somente quando autorizado pelos seus superiores;

8)fazer plantões e vigias de acordo com a tabela de serviço;

9)levar ao conhecimento dos superiores qualquer irregularidade notada;

10)efetuar a limpeza diária dos camarotes de passageiros, oficiais e subalternos, para os quais for destacado, bem como das copas, salões, farmácia, enfermarias e demais dependências afetas à Seção de Câmara;

11)ter sob sua guarda e responsabilidade, assinando a respectiva cautela, os materiais que lhe forem entregues respondendo pelas faltas ou extravios dos mesmos;

12)efetuar o transporte da bagagem dos passageiros e Oficiais;

13)receber e transportar, para os respectivos paióis, o rancho, o material de custeio geral, assim como a roupa de cama e mesa;

14)manter as copas rigorosamente limpas e asseadas, evitando reuniões, palestras ou algazarras, bem como fumar;

15)manter sob sua guarda as chaves das gavetas, armários e portas dos salões, bem como os copos, cristais, vidros, talheres e louças, respondendo pelas faltas ou extravio dos mesmos; e

16)atender, dentro das instruções superiores, aos oficiais de quarto que necessitem dos seus serviços.

d) Ao Taifeiro, como Paioleiro e sem prejuízo de suas atribuições gerais, compete:

1)manter devidamente conservados, limpos e em ótimas condições, de higiene os paióis de mantimentos, câmaras frigoríficas e suas dependências e geladeiras;

2)receber, controlar e guardar todos os gêneros destinados ao abastecimento da embarcação, fazendo a sua arrumação nos paióis e câmaras frigoríficas ou geladeiras, de modo a evitar qualquer deterioração dos mesmos;

3)fazer a entrega, diariamente, de acordo com o cardápio, dos gêneros secos e frescos, destinados ao preparo da alimentação, verificando o estado de conservação dos mesmos, pesando-os e conferindo-os;

4)não permitir, terminantemente, que se fume nos paióis, câmaras ou antecâmaras frigoríficas;

5)providenciar para que a carne arrumada nas câmaras frigoríficas ou geladeiras não fique em contato com peixes, nem estivada englobadamente, devendo ficar separada uma parte da outra, de modo a permitir a livre circulação entre elas;

6)receber e entregar ao Gestor, após conferidas as notas de entrega de gêneros para os paióis e frigoríficas, assim como as de saída para o consumo, discriminando qualidade, número, peso e espécie;

7)proceder ao balanço dos paióis e câmaras frigoríficas, sempre que lhe for determinado;

8)auxiliar os demais Taifeiros, sem prejuízo de suas funções no paiol;

9)apresentar-se, diariamente, ao Gestor, após o término dos serviços, a fim de receber ordens para o dia seguinte;

10)comunicar aos seus superiores quaisquer irregularidades ou ocorrências que se verificar nos serviços a seu cargo, bem como mantê-los sempre a par do movimento e funcionamento dos paióis e câmaras frigoríficas;

11)ter sob sua guarda e responsabilidade todas as andainas de roupas da embarcação, bem como a sua distribuição, lavagem e recolhimento;

12)não permitir a permanência de pessoas estranhas nas dependências a seu cargo; e

13)não fornecer qualquer material ou gênero sem ordem específica.

SEÇÃO DE SAÚDE

0413 - DAS ATRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO E/OU AUXILIAR DE SAÚDE

a) Ao Enfermeiro e/ou Auxiliar de Saúde, compete:

1)manter a farmácia, enfermaria e isolamento em perfeito estado de conservação, ordem, limpeza e higiene;

2)comunicar, por escrito, ao Comandante, via Imediato, sempre que internar qualquer pessoa na enfermaria de bordo, bem como a existência de qualquer pessoa atacada de moléstia infecto-contagiosa ou sujeita à notificação compulsória, providenciando, nesses casos, as medidas necessárias para evitar o contágio da moléstia;

3)cumprir, rigorosamente, as instruções do Departamento Nacional de Saúde ou de outro órgão governamental competente;

4)examinar, diariamente, os gêneros que saírem dos paióis e câmaras frigoríficas de bordo, para a preparação dos alimentos;

5)assistir, obrigatoriamente, a entrada do material de rancho a bordo, a fim de examinar a sua qualidade, comunicando ao Comandante, via Imediato, qualquer irregularidade, inclusive sobre o estado dos locais onde são guardados os mantimentos;

5)fiscalizar o embarque de passageiros por ocasião de sua entrada a bordo, recusando todos aqueles que forem portadores de moléstia infecto-contagiosa ou de outras, que por sua natureza não possam ser tratadas durante a viagem;

7)acompanhar o Comandante por ocasião das inspeções às diferentes dependências de bordo;

8)manter-se a par do estado de saúde dos tripulantes e dos que não estiverem em condições de permanecer a bordo, informando ao Imediato;

9)atender, independente de horário, a qualquer acidente pessoal ocorrido a bordo, prestando à vitima os socorros de urgência necessários e, como técnico, classificando as lesões;

10)atender à visita das autoridades sanitárias nos portos nacionais e estrangeiros;

11)prestar informações ao Comandante, via Imediato, sobre o estado sanitário de bordo;

12)acompanhar a bordo os serviços de desratização, dedetização, desbaratização, fumigação, descontaminação e desinfecção;

13)permanecer no posto médico de bordo durante o horário previamente determinado pelo Comandante;

14)manter, devidamente inventariado, todo o material de saúde (material cirúrgico, medicamentos e utensílios de farmácia) e material de primeiros socorros, zelando pela sua conservação e respondendo por qualquer falta a encontrada;

15)formular os pedidos de medicamentos e materiais necessários, encaminhando-os ao Comandante, via Imediato; e

16)apresentar relação do material de saúde existente a bordo que tiver que ser entregue às autoridades de cada porto.

SEÇÃO II

NAVEGAÇÃO INTERIOR, HIDROVIAS INTERIORES, ÁREAS MARÍTIMAS ABRIGADAS E APOIO PORTUÁRIO

0414 - DAS ATRIBUIÇÕES DO COMANDANTE

Ao Comandante (Patrão), compete:

1)(exercer as atribuições conferidas ao Comandante, previstas na Seção I - Navegação Marítima em Mar Aberto de Longo Curso, Cabotagem e Apoio Marítimo - no que lhes for aplicável, observadas as seguintes particularidades:

2)cumprir e fazer cumprir por todos de bordo as leis e regulamentos em vigor, mantendo a disciplina de sua embarcação, zelando pela execução dos deveres - dos tripulantes de todas as categorias e funções sob as suas ordens;

3)inspecionar a embarcação, diariamente, para verificar as condições de segurança, asseio e higiene, notificando a Administração sobre as necessidades da embarcação;

4)cumprir as disposições previstas nas instruções sobre os meios de salvamento e tomar as providências necessárias à segurança da embarcação, em tráfego ou parada;

5)instruir todos os tripulantes no sentido de que conheçam seus deveres;

6)examinar e providenciar a substituição do material de poleame, massame e sinalização, quando necessário;

7)fiscalizar o carregamento da embarcação para evitar carga e passageiros além da capacidade autorizada pela Capitania dos Portos;

8)cumprir e fazer cumprir o regulamento para evitar abalroamento;

9)socorrer outras embarcações em todos os casos de sinistro, prestando o máximo auxílio, sem risco para a sua embarcação e passageiros;

10)resistir, por todos os meios e modos, às violências que forem intentadas contra a embarcação e sua carga, garantindo-se, documentadamente, por protestos;

11)dar conhecimento à Administração da Empresa e à Capitania dos Portos de todas as irregularidades havidas a bordo;

12)impor penas disciplinares aos seus subordinados que deixarem de cumprir o dever ou perturbarem a ordem da embarcação;

13)fazer alijar a carga, quando necessário, e por motivo de força maior, que ponha em perigo a embarcação, a tripulação ou passageiros, registrando, de forma detalhada, a ocorrência no "Diário de Navegação";

14)fazer com que os passageiros cumpram as determinações em vigor a bordo da embarcação de forma que não acarretem risco para a embarcação, tripulantes e demais passageiros; entregar às autoridades competentes aqueles que se negarem a cumprir tais exigências e registrar a ocorrência no "Diário de Navegação";

15)fazer cumprir o uniforme do dia, conforme determina o Regulamento de Uniformes para a Marinha Mercante do Brasil;

16)autorizar os serviços extraordinários a bordo que se fizerem necessários, de acordo com as leis que regem a matéria;

17)ter sempre prontos os documentos exigidos pela Capitania dos Portos;

18)fiscalizar o serviço e o abastecimento de combustível e aguada, para assegurar a normalidade da viagem; e

19)certificar-se de que os tripulantes estão a bordo, antes da saída da embarcação;

20)proceder, por ocasião da passagem de Comando de sua embarcação, à inspeção geral da mesma. em companhia de seu substituto.

O Patrão jamais poderá abandonar a embarcação, por maior perigo que se ofereça, a não ser em virtude de naufrágio, oportunidade em que deve orientar o abandono, por parte de passageiros e tripulantes, procurando proteger consigo o "Diário de Navegação".

SEÇÃO DE CONVÉS

0415 - DAS ATRIBUIÇÕES DO IMEDIATO

Ao Imediato compete:

a) exercer as atribuições conferidas ao Imediato, previstas na Seção I - Navegação Marítima em Mar Aberto de Longo Curso, Cabotagem e Apoio Marítimo - no que lhes for aplicável; e

b) nos portos onde não houver conferentes, assistir e conferir as cargas não lhe cabendo, entretanto, nenhuma responsabilidade por volumes de fato não embarcados, embora constando dos manifestos de carga.

0416 - DAS ATRIBUIÇÕES DOS OFICIAIS FLUVIÁRIOS DE CONVÉS (Capitão Fluvial):

Ao Capitão Fluvial, compete:

Exercer as atribuições conferidas aos Oficiais previstas na Seção I - Navegação Marítima em Mar Aberto de Longo Curso, Cabotagem e Apoio Marítimo - no que lhes for aplicável.

0417 - DAS ATRIBUIÇÕES DOS FLUVIÁRIOS INTEGRANTES DO SERVIÇO GERAL DE CONVÉS (SGC) OU DO SERVIÇO DE QUARTO DE NAVEGAÇÃO (SQN)

1) Aos integrantes do Serviço Geral de Convés, compete:

a)quando exercendo funções nas embarcações do Apoio Portuário, rebocadores e embarcações que conduzam passageiros:

fazer o serviço de leme, quando for determinado pelo Comandante;

b) executar serviços de marinharia, como sejam, atracação e desatracação, dar cabo de reboque, substituir o material de massame e poleame fazendo ainda costura nos cabos, de acordo com as ordens recebidas do Comandante da embarcação;

c)picar ferrugem e proceder à pintura nas partes do convés tais como: bordasfalsas, anteparas, varandas, mastros, turcos e ventiladores, baleeiras, quando houver;

d)fazer a baldeação nas partes de convés da embarcação, lavar branco, fazer a limpeza do metal do convés e varrer as partes que conduzem os passageiros;

2) quando exercendo funções de Vigia de Chata:

a) responsabilizar-se pelos materiais pertencentes à Chata e exercer a vigilância das embarcações sob sua guarda, impedindo por todos os meios compatíveis que pessoas estranhas penetrem na embarcação; caso se sinta impotente para o fazer, pedir o auxílio que for possível;

b) zelar pela limpeza e conservação da embarcação, fiscalizando a estanqueidade, movimentando a bomba manual quando se fizer necessário;

c) atender às manobras de atracação, desatracação e reboque;

d) cumprir as ordens emanadas do Mestre da lancha ou rebocador, quando a Chata estiver sendo rebocada; e

e) solicitar à Administração todo material para embarcação e providências relativas ao serviço. Aos Moços de Convés, exercendo funções de Vigia de Chata, é vedado fumar ou fazer fogo quando a Chata estiver operando com inflamáveis ou explosivos.

3) quando integrando o SQN, receber rações ou o capim a bordo da embarcação e aplicá-lo na alimentação do gado:

SEÇÃO DE MÁQUINAS

0418 - DAS ATRIBUIÇÕES DO CHEFE DE MÁQUINAS, DO SUBCHEFE DE MÁQUINAS DOS OFICIAIS DE MÁQUINAS E DOS SUBALTERNOS INTEGRANTES DOS SERVIÇOS DE QUARTOS DE MÁQUINAS E DO SERVIÇO GERAL DE MÁQUINAS:

a) exercer as atribuições conferidas aos aquaviários da Seção de Máquinas do 1º Grupo-Marítimos previstas na Seção I - Navegação Marítima em Mar Aberto de Longo Curso, Cabotagem e Apoio Marítimo - no que lhes for aplicável; e

b) adotar medidas que garantam o cumprimento das seguintes atribuições:

1) lubrificação das máquinas ou dos motores principais e auxiliares, manobra de vapor, óleo e água quando houver tanque na praça de máquinas, esgoto de porões e alimentação de caldeiras e fornecer água para baldeação;

2) manter na praça de caldeiras a pressão necessária ao bom funcionamento de todas as máquinas principais e auxiliares e ter toda atenção nas bombas e auxiliares na frente da caldeira.

SEÇÃO III

ATRIBUIÇÕES COMUNS A TODOS OS TRIPULANTES

0419 - PRECEITOS PARA OS TRIPULANTES NA NAVEGAÇÃO EM MAR ABERTO E INTERIOR

A todos os tripulantes, compete:

1)executar com zelo e eficiência os serviços que lhe são afetos;

2)cumprir as leis em vigor e as presentes Normas;

3)obedecer ao Comandante e demais autoridades de bordo;

4)cumprir a organização de bordo e as instruções expedidas pelo Armador, ou por seu preposto, representante legal ou Proprietário;

5)abster-se de rixas e desordens a bordo;

6)manter decência no tratamento com os demais tripulantes;

7)não se ausentar de bordo sem prévio consentimento do Comandante;

8)apresentar-se a bordo pronto para seguir viagem no tempo contratado;

9)não se recusar a seguir viagem;

10)auxiliar o Comandante em caso de ataque à embarcação ou sobrevindo qualquer sinistro à embarcação ou à carga;

11)auxiliar nas manobras de fundeio, atracação e desatracação da embarcação;

12)prestar os depoimentos necessários nos processos testemunháveis e nos casos de protestos;

13)não retirar de bordo sua bagagem, sem que tenha sido revistada pelo Imediato;

14)utilizar os equipamentos de proteção individual (EPI) e de salvatagem, sempre que necessário;

15)participar dos adestramentos e treinamentos periódicos, sempre que for convocado;

16)manter a sua documentação atualizada e válida para o período de embarque; e

17)zelar pela sua segurança pessoal e dos demais membros da tripulação e contribuir para a elevação do padrão geral de segurança, prevenção de danos ao meio ambiente e à saúde.

SEÇÃO IV

DAS PENALIDADES

0420 - PENALIDADES DA COMPETÊNCIA DO COMANDANTE

a) Tipos de penalidades:

1) Repreensão verbal;

2) Repreensão por escrito;

3) Suspensão do exercício das funções; e

4) Desembarque.

b) Procedimentos para aplicação de penalidades:

1) nenhuma penalidade pode ser aplicada sem ser ouvido o acusado;

2) não pode ser aplicada mais de uma penalidade pela mesma falta;

3) essas penalidades são extensivas aos profissionais não-tripulantes que estejam embarcados ou trabalhando a bordo, visto ficarem sujeitos à autoridade do Comandante;

4) o Comandante deve mencionar no Diário de Navegação as penalidades que tiver imposto e especificar os motivos, exceto a constante da alínea a) 1;

5) As penalidades, exceto as das alíneas a) 1 e a) 2 devem ser comunicadas, por ofício à CP/DL/AG, do primeiro porto de escala e à do porto de inscrição do tripulante;

6) a penalidade de desembarque só será aplicada mediante inquérito procedido a bordo;

7) o comandante pode aplicar aos passageiros as seguintes penalidades: admoestação, exclusão da mesa de refeição e reclusão em camarote ou alojamento;

8) a penalidade de reclusão de passageiro em camarote ou alojamento só será aplicada quando imprescindível para a segurança da embarcação, da tripulação e dos passageiros; e

9) das penalidades aplicadas pelo Comandante cabe recurso, em última instância, ao Representante Regional da Autoridade Marítima do primeiro porto de escala.

0421 - FALTAS DISCIPLINARES DE TRIPULANTES PASSÍVEIS DE PENALIDADES

1) Desrespeitar seus superiores hierárquicos, não cumprindo suas ordens, altercando com eles ou respondendo-lhes em termos impróprios;

2) Recusar fazer o serviço determinado por seus superiores;

3) Apresentar-se embriagado para o serviço ou embriagar-se a bordo;

4) Faltar ao serviço nas horas determinadas;

5) Abandonar o posto quando em serviço de quarto, faina, vigilância ou trabalho para o qual tenha sido designado;

6) Sair de bordo sem licença, ou exceder à mesma;

7) Ser negligente na execução do serviço que lhe compete;

8) Altercar, brigar ou entrar em conflitos;

9) Atentar contra as regras de moralidade, honestidade, disciplina e limpeza a bordo ou do local em que trabalha; e

10) Deixar de cumprir as disposições da Lei e das Normas em vigor.

SEÇÃO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Os tripulantes pertencentes à Seção de Máquinas das embarcações mercantes nacionais são responsáveis pelos reparos de emergência que tenham que ser feitos fora dos portos, com os recursos de bordo, de modo a propiciar à embarcação chegar ao primeiro porto de recurso.

b) O Armador poderá expedir instruções, sob a forma de Regulamento Interno, estipulando normas e diretrizes para as atividades a bordo das embarcações de sua frota, desde que as mesmas não colidam com as determinadas nas presentes normas.

c) Nos portos onde não houver estiva disponível, ou nas situações em que ela é legalmente dispensada, a movimentação da carga será da responsabilidade da tripulação.

d) Nenhum superior deve maltratar o subalterno ou a quem tenha de punir; o ofendido pode recorrer ao Capitão dos Portos.

e) Os crimes, contravenções ou delitos cometidos a bordo serão submetidos à autoridade policial, no porto onde ocorreram ou no primeiro porto de escala.

f) Ao Comandante, Patrão e Mestre das Embarcações, as penalidades são aplicadas pelo Capitão dos Portos.

g) O Capitão dos Portos, Delegado ou Agente poderá instaurar inquérito na Capitania dos Portos ou órgão subordinado ou determinar ao Comandante sua abertura a bordo, para apuração de faltas ou fatos ocorridos a bordo.

h) O registro em cadastro de uma falta será cancelado pelo Diretor de Portos e Costas, Capitão dos Portos, Delegado ou Agente após um ano de boa conduta e mediante requerimento do interessado. No caso de nova falta sujeita a registro no Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviário (SISAQUA), não será concedido novo cancelamento.

j) A penalidade do Aquaviário será lançada pela CP/DL/AG no Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviário (SISAQUA).

CAPÍTULO 5

CADASTRO DE AQUAVIÁRIOS

SEÇÃO I

SISTEMA INFORMATIZADO DE CADASTRO DE AQUAVIÁRIO (SISAQUA)

0501 - INSTRUÇÕES GERAIS

O Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviários (SISAQUA) foi concebido para cadastrar o aquaviário e apoiar o Ensino Profissional Marítimo (EPM) na previsão de vagas para seus cursos, agilizar a emissão de documentos, controlar e fiscalizar a inscrição e habilitação do aquaviário.

O sistema serve, também, para o acompanhamento da carreira do aquaviário em atividade e registro histórico do pessoal inativo, servindo como uma ferramenta útil para o planejamento de uma política para o pessoal aquaviário e sua eventual mobilização.

0502 - COMPETÊNCIA PARA CADASTRAMENTO

Caberá às Capitanias, Delegacias e Agências gerenciar o cadastramento no SISAQUA, mediante o recebimento e atualização dos dados que dizem respeito à vida profissional do aquaviário, ou seja:

1) dados pessoais;
2) informação de carreira;
3) licença de categoria superior;
4) emissão de certificados;
5) transferência de jurisdição;
6) transferência de categoria;
7) aplicação de penalidades;
8) histórico de categorias;
9) histórico de cursos; e
10) histórico de certificados.

b) Caberá à DPC supervisionar, através de um banco de dados central, o cadastramento efetuado pelas Capitanias, Delegacias e Agências.

0503 - INCLUSÃO DE AQUAVIÁRIO NO SISAQUA

a) Deverá ser incluído no cadastro do SISAQUA todo aquaviário habilitado;

b) O cadastramento de menores de 16 (dezesseis) anos não será aceito pelo sistema, bem como serão transferidos para o arquivo secundário os profissionais inativos que atingirem 80 (oitenta) anos de idade; e

c) O aquaviário inscrito em outra jurisdição poderá ter sua situação regularizada através de qualquer CP/DL/AG ou na sua OM de inscrição.

0504 - EXCLUSÃO DE AQUAVIÁRIO DO SISAQUA

A exclusão de um aquaviário do SISAQUA só poderá ser feita pela OM de jurisdição do Aquaviário.

0505 - SITUAÇÕES DO AQUAVIÁRIO CADASTRADO

O sistema prevê as seguintes condições quanto à situação do aquaviário:

a) Ativo (embarcado ou desembarcado) - todos com CIR valida por até 5 (cinco) anos;

b) Inativo primário - todos com validade da CIR vencida ou suspensa, permanecendo nessa situação por até 05 (cinco) anos, contados a partir do término da validade da última etiqueta de dados pessoais emitida;

c) Inativo secundário - todos que estão com a validade da CIR vencida por mais de 5 (cinco) anos, com a CIR cancelada e os que estiverem com mais de 80 anos de idade.

A reativação dos aquaviários que se encontrem na situação de inativos por motivo de cancelamento de CIR somente poderá ser feita pela OM que efetuou o cancelamento. As demais reativações poderão ser feitas por qualquer OM, desde que seja realizada juntamente com a transferência de jurisdição para a OM onde o aquaviário deu entrada no requerimento.

0506 - EMISSÃO DE ETIQUETA DE DADOS PESSOAIS, DE ETIQUETA DE CURSO PARA CADERNETA DE INSCRIÇÃO E REGISTRO (CIR) E DE CERTIFICADOS

A OM de jurisdição emitirá a Etiqueta de Dados Pessoais, a Etiqueta de Cursos e os Certificados de cursos que forem realizados sob sua responsabilidade, respaldado por Ordem de Serviço (OS), contendo relação dos aprovados.

Os Certificados de cursos que forem realizados em outro OE, que não seja a OM de Jurisdição do aquaviário, deverão ser emitidos pelo respectivo OE que realizou o referido curso, devendo a OM de jurisdição do aquaviário ser informada para que o SISAQUA seja atualizado. As 2ª Vias dos Certificados poderão ser emitidas por qualquer CP/DL/AG, desde que seja confirmada a veracidade da emissão da 1ª Via."

A CP/DL/AG onde é requerida a ascensão de categoria deverá emitir a OS, com cópia para OM de inscrição/jurisdição dos aquaviários aprovados, para atualização no SISAQUA.

Após conclusão de curso ou estágio, ou ainda, por transferência de categoria por tempo de embarque, os aquaviários deverão ter suas etiquetas de Dados Pessoais e de Cursos anexadas na CIR, para comprovar suas qualificações.

As OM deverão manter controle do estoque das Cadernetas de Inscrição e Registro (DPC-2301), a fim de ser evitado mau uso ou extravio. As CIR, etiquetas e Certificados inutilizados são da responsabilidade da OM, a qual deverá emitir o respectivo Termo de Destruição e Incineração. Para impressão dos Certificados DPC- 1034, o material deverá ser adquirido no comércio, observando-se a configuração estabelecida nas "Instruções para Preenchimento do Certificado DPC-1034", constante do Anexo 1-D desta Norma.

Nos modelos de Etiqueta de Dados Pessoais, Etiqueta de Cursos e Certificados existe um código de barra que é emitido pelo sistema.

0507 - PROCEDIMENTOS PARA UTILIZAÇÃO DO SISAQUA

Os procedimentos para a configuração e a correta operação do SISAQUA constam no item "ajuda" do menu existente na tela inicial do próprio sistema.

CAPÍTULO 6

CERTIDÃO DE SERVIÇOS DE GUERRA E CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PARA EX-ALUNOS

SEÇÃO I

CERTIDÃO DE SERVIÇOS DE GUERRA

0601 - COMPETÊNCIA

Compete à DPC expedir Certidões de Serviços de Guerra em conformidade com as Leis nº 5.315, de 12 de setembro de 1967 modelo DPC-1020 e 5.698 de 31 de agosto de 1971 modelo DPC-1021.

0602 - DEFINIÇÃO DE EX-COMBATENTE

a) Define-se como ex-combatente, todo aquele que tenha participado efetivamente de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial, como tripulante de embarcação da Marinha Mercante Nacional, de acordo com a Lei n°5.315/1967, ou como aquele que, entre 22 de março de 1941 e 8 de maio de 1945, tenha participado de pelo menos duas viagens em zona de ataques submarinos, conforme contido na Lei n°5.698/1971.

b) A Portaria Ministerial nº 0052, de 28 de janeiro de 1993, considera como ex-combatente, nas mesmas condições dos enquadrados pelo art. 1º da Lei nº 5.315/67, os aquaviários da Marinha Mercante possuidores do Diploma da Medalha de Serviços de Guerra com estrelas, acompanhado da citação assinada pelo Secretário do Conselho do Mérito de Guerra ou Certificado de Concessão de Medalha de Serviços de Guerra, contendo a descrição dos motivosda concessão da aludida medalha, determinada pelo art. 7º, parágrafo único, do Decreto nº 16.368, de 16 de agosto de 1944.

c) A apresentação do Diploma da Medalha de Serviço de Guerra, sem a citação do Secretário do Conselho do Mérito de Guerra ou do correspondente Certificado de Concessão de Medalha de Serviços de Guerra, não estende ao ex-combatente o enquadramento previsto no art. 1º da Portaria Ministerial nº 0052/93.

0603 - REQUERIMENTO DE CERTIDÃO

O requerimento pleiteando Certidão de Serviços de Guerra (Anexo 6-A), do qual conste que o aquaviário é ex-combatente, poderá ser solicitado pelo próprio, por seu dependente, quando ele for falecido, ou por procurador, devidamente habilitado. Deverá ser dirigido ao DPC, por meio da CP/DL/AG, que encaminhará cada processo por Ofício individual.

Não terá direito à Certidão de Serviços de Guerra o aquaviário integrante de equipagem de embarcação que tenha navegado exclusivamente em águas interiores ou restritas (baías, enseadas, rios, lagos e lagoas), arrolado em Rol Portuário, excetuada a tripulação de embarcação de pesca costeira. Documentos a serem anexados

Ao requerimento deverão ser anexados os documentos que facilitem a análise do processo e comprovem a participação do marítimo na Segunda Guerra Mundial, conforme estabelecido no item 0604 desta Norma.

A insuficiência dos documentos exigidos no item 0604, desta Norma, bem como a falta de informações no preenchimento dos campos do requerimento, não impedirão a tramitação do mesmo, porém, poderão comprometer as pesquisas nos bancos de dados acarretendo o seu indeferimento.

a) Esclarecimentos complementares

1) Práticos

Os Práticos que durante o período estabelecido no artigo 0602 prestaram serviços de praticagem fora de barra e que foram beneficiados pela extinta Lei nº 1.756/52 terão direito à Certidão de Serviços de Guerra, a que se refere a Lei nº 5.698/71, independente da comprovação prevista no Anexo 6-B, desde que juntem ao requerimento (Anexo 6-A) a Certidão de Serviços de Guerra concedida pela DPC ou pelo EMA, com amparo nos termos da Lei nº 1.756/52.

2) Segunda Via do Diploma da Medalha de Serviços de Guerra

Quando for solicitada a segunda via do Diploma de Medalha de Serviços de Guerra e da Citação do Conselho de Mérito de Guerra, de acordo com estabelecido no Memorando nº 29, de 18 de junho de 2003, do Comandante da Marinha, será emitido um único documento, denominado Certificado de Concessão de Medalha de Serviços de Guerra.

A obtenção desse Certificado de Concessão de Medalha de Serviços de Guerra poderá ser feita por meio de requerimento encaminhado ao Gabinete do Comandante da Marinha (GCM).

3) Expiração de prazo

Requerimentos solicitando o Diploma da Medalha de Serviços de Guerra não deverão ser encaminhados à DPC ou ao Gabinete do Comandante da Marinha (GCM) em face de já haver expirado, em caráter improrrogável, o prazo de recurso estabelecido pelo Decreto nº 53.467/64.

4- Requerimento da Certidão de Serviço de Guerra sem o requerente possuir o Diploma e Medalha de Serviço de Guerra

O Ex-combatente (Marítimo) ou o seu dependente que, comprovadamente, estiver enquadrado no art. 5 da Lei nº 8.059, de 4 de julho de 1990, que não possua Diploma da Medalha de Serviço de Guerra, com a citação do Secretário do Conselho do Mérito de Guerra ou do correspondente Certificado de Concessão de Medalha de Serviços de Guerra, poderá requerer a 2ª via do diploma supramencionado, ao Chefe do Gabinete do Comandante da Marinha, conforme previsto no Memorando nº 29 de 18 de julho de 2003, do Comandante da Marinha.

0604 - PROCESSAMENTO

O processo será iniciado com a entrada do requerimento, da parte interessada (Anexo 6-A), acompanhado dos seguintes documentos:

a) Emissão ou 2ª Via no caso do próprio aquaviário:

1) Requerimento do interessado, conforme o modelo constante do Anexo 6-A da NORMAM-13/DPC;

2) Caderneta Matrícula ou Caderneta de Inscrição Pessoal (CIP) referente ao período da 2ª Guerra Mundial;

3) Diploma da Medalha de Serviços de Guerra com a Citação do Conselho de Mérito de Guerra ou Certificado de Concessão de Medalha de serviços de Guerra, para quem o possuir;

4) Certidão de Tempo de Embarque expedida pelo DPHDM ou CP/DL/AG, para quem a possuir;

5) Certidão expedida pelo Ministério dos Transportes, caso não possua os documentos mencionados nos itens 2 e 4;Certidão de Casamento ou Nascimento do requerente; e

6) Carteira de identidade do requerente dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).

b) Emissão ou 2ª Via no caso de viúva ou companheira:

1) Requerimento do interessado, conforme o modelo constante do Anexo 6-A da NORMAM-13/DPC;

2) Caderneta Matrícula ou Caderneta de Inscrição Pessoal (CIP) referente ao período da 2º Guerra Mundial;

3) Diploma da Medalha de Serviços de Guerra com a Citação do Conselho de Mérito de Guerra ou Certificado de Concessão de Medalha de serviços de Guerra, para quem o possuir;

4) Certidão de Tempo de Embarque expedida pelo DPHDM ou CP/DL/AG, para quem a possuir;

5) Certidão expedida pelo Ministério dos Transportes, caso não possua os documentos mencionados nos itens 2 e 4;

6) Atestado de óbito do ex-aquaviário ou Certidão expedida pelo TM, quando tenha sido dado como morto ou desaparecido;

7) Certidão de Casamento (no caso de viúva) ou Justificação Judicial (no caso de companheira), comprovando que viveu maritalmente com o "de cujus", de acordo com a legislação pertinente em vigor; e

8) Carteira de identidade do requerente dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).

c) Emissão ou 2ª Via no caso de pai, mãe, irmã (o) ou descendentes:

1) Requerimento do interessado, conforme o modelo constante do Anexo 6-A da NORMAM-13/DPC;

2) Caderneta Matrícula ou Caderneta de Inscrição Pessoal (CIP) referente ao período da 2ª Guerra Mundial;

3) Diploma da Medalha de Serviços de Guerra com a Citação do Conselho de Mérito de Guerra ou Certificado de Concessão de Medalha de serviços de Guerra, para quem o possuir;

4) Certidão de Tempo de Embarque expedida pelo DPHDM ou CP/DL/AG, para quem a possuir;

5) Certidão expedida pelo Ministério dos Transportes, caso não possua os documentos mencionados nos itens 2 e 4;

6) Certidão de Nascimento ou Casamento do ex-aquaviário;

7) Atestado de óbito do ex-aquaviário ou Certidão expedida pelo TM, quando tenha sido dado como morto ou desaparecido; e

8) Certidões de Nascimento e/ou Casamento que comprovem a relação do requerente com o aquaviário; e

9) Carteira de identidade do requerente dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original.

d) Emissão ou 2ª Via no caso de procurador:

1) Requerimento do interessado, conforme o modelo constante do Anexo 6-A da NORMAM-13/DPC;

2) Os documentos relativos a cada caso (dos subitens de a ao c); e

3) Procuração passada pelo interessado, autenticada em Cartório, credenciando o respectivo Procurador junto à Marinha do Brasil, sendo obrigatório o reconhecimento da firma do mandante.

OBS: Todas as cópias de documentos anexadas deverão estar devidamente autenticadas.

4) Carteira de identidade do procurador dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).

0605 - ASSINATURA A ROGO

Se o interessado for analfabeto, o requerimento poderá ser assinado a rogo, com duas testemunhas idôneas, cujas firmas devem ser devidamente reconhecidas, ou seja, colocando-se a impressão digital do analfabeto no documento e uma outra pessoa assina, colocando o nome, o número da identidade e o CPF. Duas pessoas maiores, capazes e idôneas que presenciaram o fato, assinam o documento como testemunhas (fornecendo o nome, o número da identidade e o CPF)

0606 - COMPROVAÇÃO DE EMBARQUE

No caso do requerente não possuir nenhum dos documentos citados no artigo 0605, tendo, porém, declarado em seu requerimento o(s) nome(s) do(s) navio(s) em que esteve embarcado durante a guerra e o(s) respectivo(s) período(s) deverá a OM dar tramitação normal ao expediente.

0607 - DISCREPÂNCIA DE NOMES E GRAFIAS DE DOCUMENTOS

Nenhum processo deverá ser encaminhado quando houver discrepâncias de nomes ou de grafias entre os documentos apresentados.

0608- TRAMITAÇÃO DO PROCESSO

a) A OM de inscrição encaminhará o processo de Certidão de Ex-Combatente à DPC, via DPHDM, por Ofício. A DPHDM fornecerá as informações necessárias para a análise, tendo por base as perguntas contidas no Anexo 6-G;

b) Instruído o processo com as informações solicitadas pela CP/DL/AG, a DPHDM deverá encaminhá-lo à DPC, por despacho, para a decisão final; e

c) Após a análise pela DPC, o processo será restituído à CP/DL/AG de origem para que seja emitido o parecer final, que a poderá resultar em exigência à parte interessada, com prazo de 90 (noventa) dias para atendimento, findo o qual, se não cumprida a exigência, o processo será arquivado (modelo da Notificação constante do Anexo 6-C).

0609 - EXPEDIÇÃO DA CERTIDÃO PELA DPC

a) Recebido o processo, havendo amparo legal, a DPC expedirá a Certidão de Serviços de Guerra, calcada nos termos da Lei em que o requerente se enquadrar;

b) Caso as informações sejam insuficientes para a expedição da certidão, a DPC devolverá o processo à DPHDM ou à CP/DL/AG, para diligências;

c) Cumpridas as diligências determinadas, o processo será restituído à DPC, para decisão final.

d) Havendo amparo legal, a DPC expedirá a Certidão de Serviços de Guerra, declarando ser o aquaviário ex-combatente, e a devida fundamentação.

e) Deferido ou indeferido o requerimento, o processo será arquivado na DPC.

0610 - REMESSA DA CERTIDÃO PELA DPC

a) Expedida a Certidão de Serviços de Guerra, esta será encaminhada, por ofício, à OM de origem para entrega ao interessado; e

b) No caso de indeferimento, este fato será comunicado, por meio de ofício, à OM de origem, restituindo, em anexo, toda a documentação referente ao processo.

0611- ENTREGA DA CERTIDÃO AO INTERESSADO

A CP/DL/AG deverá entregar a Certidão de Serviços de Guerra ao interessado, mediante recibo no verso do ofício de encaminhamento, bem como, todos os documentos originais que pertençam ao requerente.

SEÇÃO II

CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PARA EX-ALUNOS

0612 - COMPETÊNCIA

Compete ao Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA) e ao Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA) expedir Certidão de Tempo de Serviço (modelo DPC-1019) para ex-alunos das ex-Escolas de Marinha Mercante e das Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM).

Essa Certidão será emitida com base nos dados registrados nos respectivos Centros de Instrução ou fornecidos pelos Distritos Navais (DN) em cuja jurisdição estiverem ou estiveram as mesmas sediadas, bem como pela Diretoria do Pessoal Militar da Marinha (DPMM), nos processos anteriores a 1969.

0613 - TEMPO DE SERVIÇO PARA EX-ALUNOS DE ÓRGÃO DE FORMAÇÃO DA RESERVA E EX-ESCOLAS DE MARINHA MERCANTE

A Lei do Serviço Militar, regulamentada pelo Decreto 57.654/66, estabelece que os brasileiros contarão, de acordo com a Legislação Militar, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço ativo prestado nas Forças Armadas, quando a elas incorporados em Organização Militar da Ativa ou de órgão de Formação da Reserva.

Será computado ainda, para efeito de aposentadoria, o serviço prestado pelos que estiverem ou vierem a ser matriculados em órgão de Formação da Reserva, na base de um dia para cada período de oito horas de instrução, desde que concluam com aproveitamento a sua formação, de acordo com o que preceitua o parágrafo único do art. 198 do Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM).

É estendido aos ex-alunos das ex-Escolas de Marinha Mercante os benefícios estabelecidos pelo Aviso do Ministro da Marinha nº 1.315/66, que define e uniformiza a contagem de tempo de serviço prestado nos órgãos de Formação para a Reserva da Marinha e determina que esse tempo seja computado, para todos os efeitos, entre a data de matrícula e a do desligamento da seguinte maneira:

a) integralmente (dia a dia) para os que concluíram sua formação para a Reserva antes da vigência da Lei nº 4.375/64; e

b) na forma da Lei nº 4.375/64, para os que vieram a matricular-se em órgão de Formação da Reserva a partir da data de vigência da supracitada Lei.

0614 - CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO PARA APOSENTADORIA

a) Considerando que a Lei nº 4.375/64 passou a vigorar em 20/01/66, data em que foi regulamentada pelo Decreto nº 57.654/66, o Tempo de Serviço de ex-alunos da ex-Escolas de Marinha Mercante e das Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM) será computado, para fins de aposentadoria, entre a data da matricula e a do desligamento, da seguinte maneira:

1) integralmente (dia a dia), para os desligados antes de 20/01/66, data de vigência do Decreto nº 57.654/66;

2) na base de um dia para cada período de oito horas de instrução, para os que vieram a se matricular a partir de 20/01/66; e

3) para os matriculados anteriormente à data de vigência do Decreto nº 57654/66 e desligados posteriormente a essa data, a contagem será feita na forma da subalínea 1 do presente Artigo, para o período anterior àquela data e na forma da subalínea 2 acima citada, para o período posterior à mesma.

b) Ainda serão computados como tempo de efetivo serviço as férias.

c) Não serão computados:

1) o tempo que o aluno cursou com idade inferior a 17 anos;

2) o tempo relativo ao ano letivo posterior à data em que o aluno foi expulso ou desligado a bem da disciplina;

3) o período decorrido sem aproveitamento; e

4) o período inferior a um ano de curso.

0615 - REQUERIMENTO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO

O processo de solicitação de Certidão de Tempo de Serviço deverá ser composto pelos seguintes documentos:

a) Requerimento do interessado ao CIAGA ou CIABA (Anexo 6-D da NORMAM-13);

b) Documento que comprove que está em dia com suas obrigações militares - Certificados de Alistamento Militar, de Reservista, de Dispensa de Incorporação ou de Isenção (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).

c) Certidão de nascimento ou certidão de casamento (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

d) Carta Patente do Oficial - somente para os formandos oriundos do CIAGA e CIABA após 1980 (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

e) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original). Observação: O requerimento poderá ser remetido pelo correio para um dos Centros de Instrução (CI), de acordo com o local onde o curso foi realizado. Neste caso, as cópias enviadas dos documentos necessários deverão estar autenticadas.

Para emissão da 2ª via da Certidão de Tempo de Serviço deverá ser apresentada a seguinte documentação:

a)Requerimento do interessado ao CIAGA ou CIABA (Anexo 6-D da NORMAM-13);

b)Documento que comprove que está em dia com suas obrigações militares - Certificados de Alistamento Militar, de Reservista, de Dispensa de Incorporação ou de Isenção (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).

c)Certidão de nascimento ou certidão de casamento (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

d)Carta Patente do Oficial - somente para os formandos oriundos do CIAGA e CIABA após 1980 (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

e) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original; e.

f) Declaração do requerente, expondo o(s) motivo(s) da solicitação da 2ª via.

OBSERVAÇÃO:

O requerimento poderá ser remetido pelo correio para um dos Centros de Instrução (CI), de acordo com o local onde o curso foi realizado. Neste caso, as cópias enviadas dos documentos necessários deverão estar autenticadas.

0616 - INFORMAÇÕES DAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA MARINHA MERCANTE (EFOMM)

A EFOMM levantará as informações que incluam, sempre que possível:

a) nome do aluno;

b) filiação;

c) naturalidade e data de nascimento;

d) curso frequentado e data de matrícula;

e) ato da concessão da matrícula (Ordem do Dia, Ordem de Serviço ou documento similar);

f) número do Livro e das folhas onde foi registrada a matrícula;

g) data e motivo do desligamento;

h) remuneração mensal recebida pelo ex-aluno durante o curso;

i) ato do desligamento (Ordem do Dia, Ordem de Serviço ou documento similar);

j) número do Livro e da folha onde foi registrado o desligamento; e

k) tempo total de serviço em dias.

0617 - DESLIGAMENTO DO ALUNO

No ato do desligamento do aluno, (Ordem do Dia, Ordem de Serviço ou documento similar) deverá constar, ao lado do nome do ex-aluno, o tempo total de serviço, desde a data de sua matrícula inicial até a data de seu desligamento da Escola.

0618- DÚVIDA OU OMISSÃO

Em caso de dúvida ou omissão, deverá ser consultado o Distrito Naval (DN) em cuja jurisdição estava sediada a ex-Escola de Marinha Mercante, uma vez que esse DN, através da Seção de Serviço Militar (SSM), tem cadastrados todos os Reservistas Navais de sua área.

0619 - EXPEDIÇÃO DA CERTIDÃO PELOS CENTROS DE INSTRUÇÃO (CIAGA/CIABA)

a) Cumpridas as formalidades de enquadramento na legislação vigente, o Centro de Instrução expedirá a competente Certidão de Tempo de Serviço, de acordo com o modelo DPC-2309, e a entregará ao interessado.

b) Deferido ou Indeferido o requerimento, o processo será arquivado no Centro de Instrução.

c) Em caso de indeferimento, tal fato será comunicado ao Interessado.

CAPÍTULO 7

DISPOSIÇÕES FINAIS

a) Em determinadas circunstâncias poderá haver necessidade, por força das peculiaridades do serviço de bordo, de habilitações operacionais específicas.

b) Os servidores oriundos de órgãos públicos Municipais, Estaduais e Federais, podem exercer atividades funcionais tripulando embarcações de seus respectivos órgãos. Para tanto, devem participar de cursos específicos, estabelecidos pela DPC, cujas sinopses discriminarão as habilitações respectivas a serem conferidas àqueles que os realizarem com aproveitamento. Tais servidores somente poderão exercer atividades profissionais como aquaviários quando não mais pertencerem aos quadros ativos do Serviço Público. Para tanto, deverão requerer a inscrição na categoria pretendida ao Agente da Autoridade Marítima adequado, o qual avaliaria o pedido e poderá conceder a inscrição considerando a equivalência do curso realizado.

c) Esta edição da NORMAM-13 foi atualizada com base na nova "Sistemática de Carreira para o pessoal subalterno da Marinha Mercante" já em vigor. O sistema anteriormente em vigor foi aplicado, até a data limite de 31 de dezembro de 2004, aos aquaviários que ingressaram na Marinha Mercante até 31 de dezembro de 2002. A partir de 31 dezembro de 2004, passou a ser exigido de todos os aquaviários em atividade, o total cumprimento das regras estabelecidas na nova Sistemática.

d) Caso o interessado não disponha do comprovante de residência, poderá apresentar, em substituição, uma declaração assinada, conforme previsto na legislação em vigor (Anexo 1-L).

e) Os casos omissos nestas Normas serão resolvidos pelo Diretor de Portos e Costas.

ANEXO 1-A

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Federative Republic of Brazil

103115488
(Certificado Nº / Certificate Nº.)

CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA
Certificate Of Competency

(Emitido em / Issued on)

CERTIFICADO EMITIDO DE ACORDO COM A CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE PADRÕES DE INSTRUÇÃO, CERTIFICAÇÃO E SERVIÇO DE QUARTO PARA MARÍTIMOS,1978, COMO EMENDADA.
Certificate issued under the provisions of the International Convention on Standards of Training, Certification and Watchkeeping for Seafarers, 1978, as amended.

O Governo da República Federativa do Brasil certifica que
The Government of Federative Republic of Brazil certifies that (.....)

foi considerado devidamente qualificado de acordo com as diposições da(s) regra(s)
Has been found duly qualified in accordance with the provisions of regulation or regulations

da Convenção acima, emendada, e foi considerado competente para desempenhar as seguites funções nos níveis
of the above Convention, as amended, and has been found competent to perform the following functions, at the levels specified, subject to any limitations indicated until (dd/mm/yyyy)

ou até que expire qualquer extensão do prazo de validade deste certificado, conforme pode estar indicado no verso:
or until the date of expiry of any extension of the validity of this certificate as may be shown overleaf:

FUNÇÃO (Function)	NÍVEL (Level)	LIMITAÇÕES APLICÁVEIS (SE ALGUMA) (Limitations applying (if any))

O portador legal deste certificado pode servir na(s) capacidade (s) abaixo, conforme os requisitos estabelecidos
The lawful holder of this certificate may serve in the following capacity or capacities specified in the applicable
pela Diretoria de Portos e Costas para o cartão de tripulação de segurança:
safe manning requirements of the Administration:

CAPACIDADE (Capacity)	LIMITAÇÕES APLICÁVEIS (SE ALGUMA) (Limitations applying (if any))

ASSINATURA / NOME DO OF. OU FUNC. AUTORIZADO *(Signature/Name of duly authorized official)*

ASSINATURA / NOME DO ENC. DO REGISTRO *(Signature/Name of the official in charge of register)*

Assinatura do portador do certificado *(Signature of the holder of the certificate)*

Data de nascimento: __/__/__ *(Date of birth)* Nº. INSCR. *(Registration Nº.)*

O original deste certificado deve ser mantido disponível de acordo com a regra I/2, enquanto estiver servindo a bordo de um navio.
The original of this certificate must be kept available in accordance with regulation I/2, of the Convention while serving on a ship.

DPC - 1031

ANEXO 1-B

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Federative Republic of Brazil

2000000052
(Endosso Nº / *Endorsement No.*)

ENDOSSO DE CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA
Endorsement of Certificate of Competence

(Emitido em / *Issued on*)

ENDOSSO QUE ATESTA A EMISSÃO DE UM CERTIFICADO DE ACORDO COM A CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE NORMAS DE TREINAMENTO, EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADOS E SERVIÇO DE QUARTO PARA MARÍTIMOS, 1978, EMENDADA EM 1995.
Endorsement attesting the issue of a certificate under the provisions of the International Convention on Standards of Training, Certification and Watchkeeping for Seafarers, 1978, as amended in 1995

ASSINATURA/ NOME DO OF. OU FUNC. AUTORIZADO *(Signature/ Name of duly authorized official)*

ASSINATURA/NOME DO ENC. DO REGISTRO *(Register in charge Attle)*

Assinatura do portador do certificado *(Signature of the holder of the certificate)*

Data de nascimento : ...../...../..... *(Date of birth)* CIR nº. *(Seaman's Record Book)*

O original deste endosso deve ser mantido disponível de acordo com a regra I/2, parágrafo 9, enquanto estiver servindo a bordo de um navio.
The original of this endorsement must be kept available in accordance with regulation I/2 paragraph 9 of the Convention while serving on a ship.

DPC - 1032

ANEXO 1-C

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Federative Republic of Brazil

(Endosso Nº / Endorsement Nº.)

RECONHECIMENTO DE CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA
Recognition of Certificate of Competency

(Emitido em / *Issued on*)

ENDOSSO QUE ATESTA O RECONHECIMENTO DE CERTIFICADO DE ACORDO COM A CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE PADRÕES DE INSTRUÇÃO, CERTIFICAÇÃO E SERVIÇO DE QUARTO PARA MARÍTIMOS, 1978, COMO EMENDADA.
Endorsement attesting the recognition of a certificate under the provisions of the International Convention on Standards of Training, Certification and Watchkeeping for Seafarers, 1978, as amended.

O Governo da República Federativa do Brasil certifica que o certificado Nº (.....)
The Government of Federative Republic of Brazil certifies that

conforme as diposições da(s) regra(s) in accordance with the provisions of regulation (.....) **foi emitido para** has been issued to (.....)

por ou em nome do Governo de by or behalf of the Government of (.....) **de acordo com** is duly recognized in accordance

as disposições da regra I/10 da Convenção acima, emendada, e foi considerado competente para desempenhar with the provisions of regulation I/10 of the above Convention, as amended, and has been found competent to perform

as seguintes funções nos níveis especificados, sujeito a quaisquer das limitações indicadas até the following functions, at the levels specified, subject to any limitations indicated until (dd/mm/yyyy)

FUNÇÃO (Function)	NÍVEL (Level)	LIMITAÇÕES APLICÁVEIS (SE ALGUMA) (Limitations applying (if any)

O portador legal deste certificado pode servir na(s) capacidade (s) abaixo, conforme os requisitos estabelecidos The lawful holder of this certificate may serve in the following capacity or capacities specified in the applicable
pela Diretoria de Portos e Costas para o cartão de tripulação de segurança: safe manning requirements of the Administration:

CAPACIDADE (Capacity)	LIMITAÇÕES APLICÁVEIS (SE ALGUMA) (Limitations applying (if any))

ASSINATURA / NOME DO OF. OU FUNC. AUTORIZADO *(Signature/Name of duly authorized official)*

ASSINATURA / NOME DO ENC. DO REGISTRO *(Signature/Name of the official in charge of register)*

Assinatura do portador do certificado *(Signature of the holder of the certificate)*

Data de nascimento : __/__/__ *(Date of birth)* Nº. INSCR. *(Registration Nº.)*

O original deste certificado deve ser mantido disponível de acordo com a regra I/2, enquanto estiver servindo a bordo de um navio.
The original of this certificate must be kept available in accordance with regulation I/2, of the Convention while serving on a ship.

DPC - 1033

ANEXO 1-D

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA
CERTIFICATE OF PROFICIENCY

Nº DO CERTIFICADO: _____
Certificate No:

CERTIFICADO EMITIDO NOS TERMOS DAS DISPOSIÇÕES DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE PADRÕES DE INSTRUÇÃO, CERTIFICAÇÃO E SERVIÇO DE QUARTO PARA MARÍTIMOS,1978, COMO EMENDADA.
CERTIFICATE ISSUED UNDER THE PROVISIONS OF THE INTERNATIONAL CONVENTION ON STANDARDS OF TRAINING, CERTIFICATION AND WATCHKEEPING FOR SEAFARERS, 1978, AS AMENDED.

A Autoridade Marítima certifica/reconhece que .....
Está qualificado(a) em conformidade com a(s) regra(s) .....
da Convenção acima, como emendada e, considerado(a) competente para desempenhar as funções específicas até a data de validade, deste certificado.
The Maritme Authority Brazilian certifies/recognizes that.....is qualified, in accordance with the regulations..... of the Convertion above, as amended, and considered competent to perform the specific function until the expiration data of this certificate.

Curso / IMO Modelo Curso *Course / IMO Model Course*	
Órgão de Execução *Executive Office*	
Período de Realização *Period of Completion*	
Ordem de Serviço de Conclusão *Period of Completion*	
Órgão de Emissão *Emission Office*	
Para reconhecimento / for recognition **País de Origem do Certificado** *Executive Office*	
Limitações *Limitations*	

Este Certificado não poderá ser revalidado de acordo com o item 0116, da NORMAM-13/DPC.
This Certificate cam not be revalidated according to the item 0116 from NORMAM-13/DPC.

Assinatura/Nome do OF. ou funcionário autorizado *(Signature /name of authorized oficial)*

sem foto

Assinatura do titular do certificado *(Signature of the holder of the certificate)*

Nº Inscrição: _____ *Registration Nº* **Data de Nascimento:** _____ *Birth Date*

Local e data de Emissão: _____ *Registration Nº*

Validade: _____ *Validity*

O original deste certificao deve ser mantido disponível de acordo com a Regra I/2, parágrafo 11 da Convenção, enquanto o seu portador estiver servindo em um navio.
The original of this certificate must be kept avaible in accordance with regulation 1/2, paragraph 9 the Convention while serving on a ship.

DPC - 1034

MODELO

ANEXO 1-D

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO CERTIFICADO DPC-1034

Os Certificados modelo DPC-1034 deverão ser impressos em papel especial multiuso padrão GRANITTO, cor GREEN (Verde) e gramatura 180 G/M², de acordo com as seguintes instruções:

1) Certificado nº: atribuir um número seqüencial composto do OE, seguido do ano corrente e em seguida um número acrescido na casa de dezena de milhar, Ex.: 381-99-00001 (significa o primeiro Certificado emitido na CPRJ em 1999).

2) Nome: preencher com o nome completo do aquaviário (sem abreviatura).

3) CIR: preencher com o nº da CIR, conforme SISAQUA.

Legislação: preencher com a legislação pertinente, de acordo com o enquadramento do curso ou exame.

Exemplos.:

a) REGRA II/4 - STCW - 78;
b) RESOLUÇÃO A-482 da IMO;
c) Portaria nº 025/21 da DPC;
d) NORMAM 13, item X ; ou
e) Ordem de Serviço nº 001/21.

5) Curso: lançar o nome do curso ou exame.

6) Realizado no: lançar o nome do OE onde foi realizado o curso ou exame.

7) Data do Curso: preencher com a data do início e término do curso, exame ou estágio.

8) Órgão de Emissão: preencher com o nome do OE emissor.

9) Local/data: lançar o local e a data da emissão do Certificado.

10) Assinatura/Nome do oficial/funcionário autorizado: campo designado para assinatura.

11) Assinatura do portador do certificado: se possível deverá ser assinado no ato da entrega

ANEXO 1-E

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

(despacho)

REQUERIMENTO DE CERTIFICAÇÃO

Parte I. Dados Pessoais (Digite ou escreva com letra de forma)			
1. NOME			
2. DATA DE NASCIMENTO _____/ _____/ _____ DIA MÊS ANO	3 NACIONALIDADE	4.NATURALIDADE	5. SEXO: MASC FE M.
6. CIR nº	7 CATEGORIA	8. TELEFONE, FAX, E-MAIL	
9. ENDEREÇO PERMANENTE (Avenida, Rua, Número, Complemento, Bairro, Estado e CEP)			
10. OBSERVAÇÕES:			

Parte II Motivo da Solicitação (Assinale com um X no espaço reservado)						
Emissão/Substituição/Reconhecimento		Revalidação		2ª via		
Documento(s) Solicitado(s):						
Certificado DPC-1031		Certificado DPC-1032		Certificado DPC-1033		Certificado DPC-1034

Parte III Documentos Anexos (Assinale com um X no espaço reservado aos documentos anexados)		
A	Certificado (cópia autenticada)	
B	Atestado de Saúde/ Certificado Médico em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil EMITIDO nos últimos 12 meses por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM).	
C	Comprovação de Estágio de Serviço no Mar (cópia autenticada)	
D	Certificação estrangeira (cópia autenticada de folhas da CIR que comprovem 1 (um) ano de embarque nos últimos 5 (cinco) anos)	
E	Folha de Rosto da CIR (cópia autenticada)	
F	Duas (2) fotografias com data atual, conforme item 3.A) das instruções (para Oficiais)	
G	Outros documentos (especificar):	
Local e Data do Requerimento	Assinatura do Requerente	

ANEXO 1-E

INSTRUÇÕES GERAIS

1 LEIA AS INSTRUÇÕES COM CUID ADO

Preencha todas as informações requeridas, usando máquina de escrever ou letra de forma. O preenchimento incorreto deste requerimento ou a não apresentação dos documentos e provas exigidas, poderá obstar a sua tramitação.

2 ONDE REQUERER

Os requerimentos deverão ser encaminhados diretamente às Capitanias dos Portos, Delegacias e Agências da jurisdição do requerente.

3 DOCUMENTOS A SEREM ANEXADOS AO REQUERIMENTO

Dependendo do documento solicitado, deverão estar anexados ao requerimento:

3.A Para Certificado de Oficiais modelo DPC-1031- 2 (duas) fotografias de frente, recente com menos de 1 (um) ano, com data, tamanho passaporte (5x7). As fotos poderão ser em preto e branco ou em cores e deverão estar com o nome do requerente no verso.

3.B Atestado de Saúde - todo requerente deverá apresentar o Atestado de Saúde/ Certificado Médico em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil. Os requisitos físicos estão determinados na Regra I/9 da Convenção STCW 78, como emendada. Não serão aceitos resultados de exames.

3.C Comprovação de Serviço no Mar - o requerente de certificação ou revalidação de Certificado de Oficial deve comprovar no mínimo 1 (um) ano de serviços no mar, nos últimos 5 (cinco) anos ou 3 (três) meses nos últimos 6 (seis) meses..

3.D Reconhecimento de Certificado Estrangeiro - os certificados emitidos por países signatários da Convenção STCW 78como emendada poderão ser reconhecidos desde que em conformidade com a citada Convenção (mediante acordo de reconhecimento de certificção entre as Partes

3.E Folha de Rosto da CIR - visa dirimir duvidas quanto aos dados pessoais.

3.F Fotografia - Fundo branco, sem chapéu, de frente e com data atual.

3.G Outros Documentos: especificar quais documentos foram anexados (exemplo: comprovantes de conclusão de cursos de Atualização, Especiais).

4 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- As cópias dos documentos anexadas ao requerimento deverão estar autenticadas, como prova de que conferem com o original. Este procedimento deverá ser executado pelas CP, Del, Ag ou em Cartórios.

- Os certificados serão expedidos, conforme a solicitação do requerente, de acordo com o enquadramento nas Regras da Convenção STCW 78, como emendada.

ANEXO 1-F

AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA
(BRAZILIAN MARITIME AUTHORITY)

OM _____
(Emission Office)

COMPROVANTE DE MANOBRA
(CONFIRMATION OF PILOTING MANOEUVER)

Declaro, para fins de comprovação junto à Autoridade Marítima Brasileira que o navio _____
(I declare, to be used as a proff to the Brasilian Maritime Authority that the ship)

_____ **IRIN** _____ foi atendido pelo Oficial de Náutica
(IRIN) *(was attended by the Deck Officer)*

_____ que se identificou, nas manobras de (ATRACAÇÃO, DESATRACAÇÃO, SINGRADURA (discriminar trecho), no (PORTO OU TERMINAL), em_____/_____/
(which identified himself, in manoeuvers of) *(BERTHING, LEAVING THE WHARE, GETTING UNDERWAY ORLEAVING THE HARBOUR) int he (HARBOURPIER)* *(in)*

_____ no período de (DATA/HORA) a _____
(In the period of Date/time to)

Participaram como assistentes:
(Participanting in the manoeuvers as assistants)

Ocorrências e Observações: _____
(Comments and additional remarks):

A declaração acima é expressão da verdade. _____
(I affirm the above are all true) (Local e Data) *(Place and Date)*

_____
(Comandante)*(Mas ter)*

ANEXO 1-G

MARINHA DO BRASIL

_____
OM

CERTIDÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE TEMPO DE EMBARQUE DE AQUAVIÁRIO BRASILEIRO EM EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS

Em cumprimento ao despacho exarado pelo Sr._____ no requerimento datado de ____/____/____protocolado nesta OM, sob o nº _____ em que _____ (DIA MÊS ANO), inscrito na _____, na categoria de _____, solicita seja passado por certidão o seu tempo de embarque efetuado a bordo de embarcação de bandeira estrangeira com vista ao acesso na carreira e a cursos profissionais, certifico os embarques/desembarques abaixo mencionados:

EMBARCAÇÃO	EMBARQUE/DESEMBARQUE	FUNÇÃO	ANO(S)	MÊS(ES)	DIA(S)
	__/__/__ a __/__/__ (DIA MÊS ANO a DIA MÊS ANO)				
	__/__/__ a __/__/__				
	__/__/__ a __/__/__				
	__/__/__ a __/__/__				
	__/__/__ a __/__/__				
	__/__/__ a __/__/__				
PERFAZENDO O TEMPO DE EMBARQUE:					

Nada mais constando relativamente ao solicitado pelo requerente, eu _____, datilografei a presente que vai datada e assinada pelo _____

_____ LOCAL

_____ DATA (DIA MÊS ANO)

_____
Assinatura/nome do Oficial devidamente autorizado

ANEXO 1-H

REGISTRO DE DATAS DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
(Record of Embarkment and Disembarkment Dates)

VISTO
NOME/FUNÇÃO
(VISA / Name and function)

LOCAL:_____DATA:_____/_____/_____. *(City/Country)(Date) dd mm yyyy*

EMPRESA/NAVIO: _____
(Ship Company/Vessel Name)

NOME DO AQUAVIÁRIO:_____
(Seafarer's Name)

EMBARCAÇÃO *(Vessel)*	DATA EMBARQUE PORTO *(Embarkment Date/Port)*	DATA DESEMBARQUE PORTO *(Disembarkment Date/Port)*	FUNÇÃO *(Function)*	PERÍODO DE EMBARQUE ANO(S) *(Year(s))* MÊS(ES) *month(ties)* DIA(S) *day(s)*

ASSINATURA
NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA OU COMANDANTE DO NAVIO
(Signature)
(Shipping Company Representative or Ship Master Full Name)

ANEXO 1-I

Papel Timbrado

ATESTADO DE CONCLUSÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Atesto que o Sr. _____,
(NOME do AQUAVIÁRIO)

_____portador do Certificado de Competência
(CATEGORIA)

Nº _____, com enquadramento na(s) Regra(s) _____, da Convenção STCW/1978, como emendada,

cumpriu satisfatoriamente um estágio supervisionado de _____
(FUNÇÃO)

a bordo do navio _____,
(Nº de INSCRIÇÃO) *(NOME)*

no período compreendido entre _____/_____/_____e _____/_____/_____.

(LOCAL e DATA)

_____
Nº de Inscrição - Chefe de Máquinas (*) ou de Inscrição - Imediato (**)

_____
Nº de Inscrição - Comandante

OBS: Para orientação do Estágio Supervisionado, observar a orientação constante da página 1-I-2.
(*) No caso de estágio supervisionado para Oficial de Máquinas
(**) No caso de estágio supervisionado para Oficial de Náutica

ANEXO 1-I

ORIENTAÇÃO PARA O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

1) Princípios Fundamentais

a) Deverá ser realizado no desempenho de funções compatíveis com o certificado possuído, na qualidade de extralotação, ou em função imediatamente inferior àquela especificada no certificado;

b) A comprovação da realização do estágio deverá ser mediante atestado expedido pelo Comandante do navio responsável pela avaliação, de que oficial completou, satisfatoriamente o estágio. Especificamente para máquinas, o atestado de comprovação expedido deverá ser submetido a avaliação do Chefe de Máquinas e a ratificação do Comandante; e

c) Duração: período mínimo de 3 (três) meses.

d) A Embarcação onde for realizado o estágio deverá estar em regime de navegação em sua operação regular.

2) Atividades a serem observadas

a) Na área de Náutica:

- aplicar as técnicas de prevenção da poluição do meio Aquaviários;

- aplicar dispositivos de leis, decretos, normas e convenções internacionais inerentes à legislação marítima;

- expressar-se no idioma inglês, usando o vocabulário padrão de navegação marítima;

- determinar a posição do navio com emprego d modernos equipamentos de navegação
eletrônica;e

- supervisionar as operações de manuseio, estivagem e transporte de carga, com operação dos aparelhos indicadores de distribuição de carga, inclusive as cargas perigosas, conforme o Código IMDG.

b) Na área de Máquinas:

- cumprir as técnicas de prevenção da poluição do meio marinho;

- aplicar dispositivos de leis, decretos, normas e convenções internacionais inerentes à legislação
marítima;

- aplicar conhecimentos de computação na operação dos equipamentos de bordo;

- interpretar termos e expressões da língua inglesa relativos às instalações de máquinas;

- aplicar princípios de automação a bordo dos navios modernos;

- identificar os princípios de circuitos eletrônicos empregados em um gerador de eixo;

- interpretar diagramas do motor, analisando as falhas calculando a potência desenvolvida e o consumo de óleo combustível e óleo lubrificante;

- operar sistemas de hélices de passo variável; e

- usar máquinas operatrizes.

3) Conclusão do Estágio

Ao término do estágio, o Oficial deverá estar apto a exercer funções a bordo de embarcações mercantes, de acordo com o certificado possuído.

ANEXO 1-J

PRINCIPAIS REGRAS DA CONVENÇÃO STCW-78, EMENDADA, EMPREGADAS NA CERTIFICAÇÃO.

CONVÉS

REGRA II/1 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a emissão de certificado de oficial encarregado de quarto de navegação, em navio com arqueação bruta igual ou superior a 500.

REGRA II/2 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a expedição de certificados de comandante e imediato, em navios com arqueação bruta igual ou superior a 500.

REGRA II/3 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a expedição de certificados de oficiais encarregados de quarto de navegação e comandantes de navios com arqueação bruta abaixo de 500.

REGRA II/4 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a expedição de certificados de marítimos subalternos, membros do quarto de serviço de navegação.

REGRA II/5 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a expedição de certificados de marítimos subalternos aptos de convés que estiver servindo em um navio que opere na navegaçãoem mar aberto com arqueação bruta igual ou superior a 500 deverá estar devidamente habilitado.

GMDSS

REGRA IV/2- Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a certificação de Radioperadores de GMDSS.

MÁQUINAS

REGRA III/1 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para expedição de certificados de oficiais encarregados de quarto de máquinas em praça de máquinas guarnecida ou oficial de serviço de máquinas escalado em praça de máquinas desguarnecida.

REGRA III/2 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para expedição de certificados de oficiais chefes de máquinas e de subchefes de máquinas em navios cujas máquinas de propulsão principal tenham uma potência igual ou superior a 3.000 kW.

REGRA III/3 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a expedição de certificados de oficiais chefes de máquinas e subchefes de máquinas em navios cujas máquinas de propulsão principal tenham uma potência entre 750 kW e 3.000 kW.

REGRA III/4 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a expedição de certificados de marítimos subalternos ou graduados membros do quarto de serviço de máquinas em uma praça de máquinas guarnecida ou maquinista escalado para serviço em praça de máquinas periodicamente desguarnecida.

REGRA III/5 -Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a certificação de subalternos como marítimos aptos demáquinas numa praça de máquinas guarnecida, ou designados para desempenhar atribuiçõesnuma praça de máquinas periodicamente desguarnecida.

REGRA III/7 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a certificação de subalternos eletrotécnicos.

NAVIOS ESPECIAIS

REGRA V/1

4 Navios tanque (nível básico)

Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a instrução e as qualificações básicas de comandantes, oficiais e subalternos para operações em petroleiros e em navios-tanque para produtos químicos.

V/1-1 § 1 (Petroleiros e navios-tanque para produtos químicos)

V/1-2 § 1 (Navios-tanque para gás liquefeito)

5 Navios tanque (nível avançado - gerencial)

Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a instrução e as qualificações avançadas para Comandantes, chefes de máquinas, imediatos, subchefes de máquinas e qualquer pessoa com responsabilidade direta pelo carregamento, descarga, cuidados em trânsito, manuseio da carga, limpeza de tanques ou outras operações relacionadas com a carga em navios-tanque.

V/1-1 § 3 (Operações de carga em petroleiros);

V/1-1 § 5 (Operações de carga em navios-tanque para produtos químicos);

V/1-2 § 3 (Operações de carga em navios-tanque para gás liquefeito)

REGRA V/2 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a instrução e as qualificações de comandantes, oficiais, subalternos e outras pessoas em navios de passageiros.

FUNÇÕES DE EMERGÊNCIA, SEGURANÇA DO TRABALHO, PROTEÇÃO, ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOBREVIVÊNCIA

REGRA VI/1 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para familiarização, treinamento e instrução básica em segurança para todos os marítimos:

VI/1-1 Técnicas de sobrevivência pessoal;

VI/1-2 Prevenção de incêndios e combate a incêndio;

VI/1-3 Primeiros socorros elementares;

VI/1-4 Segurança pessoal e responsabilidades sociais.

6 CURSOS ESPECIAIS

REGRA VI/2 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a emissão de certificado de proficiência em embarcação de sobrevivência, embarcações de salvamento e embarcações rápidas de resgate.

VI/2 § 1 - Proficiência em embarcações de sobrevivência e salvamento, exceto embarcações rápidas de resgate;

VI/2 § 2 - Proficiência embarcações rápidas de resgate.

REGRA VI/3 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para instrução em combate a incêndio avançado;

REGRA VI/4 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios relativos a primeiros socorros e cuidados médicos.

VI/4 § 1 - Proficiência em primeiros socorros;

VI/4 § 2 - Proficiência em cuidados médicos.

REGRA VI/5 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a emissão de certificados de proficiência para oficiais de proteção do navio.

REGRA VI/6 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para o treinamento e a instrução relativa à proteção para todos os marítimos.

ANEXO 1-K

DECLARAÇÃO EXTRAVIO, ROUBO OU FURTO

Eu,_____, portador da Carteira de
(nome completo)
Identidade nº_____, _____, expedida em ____/____/____, CPF n°___
(Órgão Expedidor)
_____, residente à _____, _____
(rua/avenida) (n°/complemento)
_____,_____, _____, telefones (__)_____. Declaro que:
(bairro) (CEP) (cidade/UF)

1 - O meu certificado modelo
( ) DPC-1031 de nº_____
( ) DPC-1033 de nº_____
( ) DPC-1034 de nº_____
( ) CIR de nº_____

Emitido (a) em ____/____/____, (descrever breve relato do fato):_____

_____
_____

2 - Estou ciente de que, caso comprovada a falsidade da declaração apresentada, estarei sujeito às penas da lei em vigor.

Assino esta Declaração, perante essa _____, em ____ de _____de _____ .
(CP/DL/AG)

_____ _____
Assinatura do Declarante Nome do Militar/Servidor Civil que recebeu a Declaração

Obs.: 1) Anexar: - cópia da identidade; e
- cópia do comprovante de residência.

2) Dispensado o reconhecimento de firma em cartório, se a assinatura for aposta na presença do representante da CP, DL ou AG que atestar esse fato.

3) Se a firma for reconhecida em cartório, o representante da CP, DL ou AG não assina a presente declaração.

4) A presente Declaração não eximi o portador dos documentos extraviados em realizar os devidos registros juntos aos órgãos policiais competentes.

ANEXO 1-L

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Sr. Capitão dos Portos/ Delegado / Agente .....

Eu,_____

CPF_____nacionalidade_____naturalidade_____

Telefone(DDD e n°)_____celular_____

e-mail _____

Na falta de documentos para a comprovação de residência, em conformidade com o disposto na Lei n° 7.115, de 29 de agosto de 1983, **DECLARO** para fins, sob as penas da Lei, ser residente e domiciliadono endereço _____

_____

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sansão penal prevista no Art.299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art.299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir Declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.
Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".

(Cidade),_____/_____/_____

_____
Assinatura do Requerente

Documentos necessários:
- Original e cópia do documento de identidade do requerente.

ANEXO 1-M

Logo da Empresa

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para os devidos fins, que o(a) _____ (categoria, nome do aquaviário ou fluviário) concluiu o programa de qualificação para Agente de Manobra e Docagem satisfatoriamente, após executar_____(quantidade de manobras) manobras e ser avaliado pelo Representante da Autoridade Marítima, o (a) _____ (Posto, Nome, cargo, função).

Atestamos que o(a) Oficial / o(a) Fluviário(a) citado(a) acima reúne todos os requisitos necessários para exercer a função de Agente de Manobra e Docagem de embarcações com _____ (comprimento máximo, boca, calado) e por fim, assumimos a responsabilidade por todas as manobras a serem realizadas por ele(ela), quando a serviço do (a) nome da empresa , junto a esta Diretoria de Portos e Costas.

Cordialmente,

_____
Superintendente da Empresa (*Declarante*)
(nome completo, CPF)

(anexar a esta Declaração a cópia autenticada do "Documento legal" registrado em cartório que comprove a legitimidade outorgada ao Declarante)

ANEXO 1-N

PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PARA AGENTE DE MANOBRAS E DOCAGEM
(a ser preenchido pela empresa/estaleiro)
NOME DO CANDIDATO À AGENTE DE MANOBRAS E DOCAGEM:
_____
CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA: nº_____, validade até____/____/____
PERÍODO DA QUALIFICAÇÃO:____/___/___a_____/___/___

TABELA DE MANOBRAS		
	REQUISITOS	**DATA DE CONCLUSÃO, RUBRICA E CARIMBO DE QUE ATESTA A EXECUÇÃO**
a)	- Acompanhar 2 (duas) manobras completas de entrada e saída do dique.	Data:____/___/___ Nome: Rubrica: (do Comandante da Embarcação/ Representante doEstaleiro - Gerente de Operações Marítimas)
	- Acompanhar 2 (duas) manobras completas de atracação e desatracação no terminal/cais	Data:____/___/___ Nome: Rubrica: (do Comandante da Embarcação/ Representante doEstaleiro - Gerente de Operações Marítimas)
	- Acompanhar 2 (duas) manobras completas a bordo de rebocadores, sendo uma manobra quando trabalhando pela proa e a outra manobra pela popa.	Data:____/___/___ Nome: Rubrica: (do Comandante da Embarcação/ Representante doEstaleiro - Gerente de Operações Marítimas)
	- Acompanhar 2 (duas) manobras completas de fundeio/ suspender na bacia de manobra do estaleiro.	Data:____/___/___ Nome: Rubrica: (do Comandante da Embarcação/ Representante doEstaleiro - Gerente de Operações Marítimas)

ANEXO 1-N

	- Durante as manobras deverá conhecer a operação,as limitações e as precauções de segurança duranteas manobras e sistemas usualmente utilizados para comunicações em VHF, sonoro e visual.	
b)	- Realizar com acompanhamento 1 (uma) manobra completa de entrada e saída do dique.	Data:____/___/___ Nome: Rubrica: (do Comandante da Embarcação/ Representante doEstaleiro - Gerente de Operações Marítimas)
	- Realizar com acompanhamento 1 (uma) manobra completa de atracação e desatracação no terminal/cais	Data:____/___/___ Nome: Rubrica: (do Comandante da Embarcação/ Representante doEstaleiro - Gerente de Operações Marítimas)
	- Realizar com acompanhamento 1 (uma) manobra completa a bordo de rebocadores, sendo uma manobra quando trabalhando pela proa e a outra manobra pela popa.	Data:____/___/___ Nome: Rubrica: (do Comandante da Embarcação/ Representante doEstaleiro - Gerente de Operações Marítimas)
	- Realizar com acompanhamento 1 (uma) manobra completa de fundeio/ suspender na bacia de manobrado estaleiro.	Data:____/___/___ Nome: Rubrica: (do Comandante da Embarcação/ Representante doEstaleiro - Gerente de Operações Marítimas)

Observações:
1 O programa não necessita ser observado obrigatoriamente na forma sequencial que é apresentado e pode ser realizado simultaneamente, quando for o caso.
2 Nas manobras realizadas deverão ser considerados os seguintes aspectos: análise preliminar de riscos; uso dos rebocadores (suas especificações e limitações); avaliação da cena de ação; análise das condições climáticas e elaboração dos planos de atracação e amarração, junto ao setor de operações marítimas do estaleiro.
3 Todas as manobras deverão ser registradas nas "Papeletas de Avaliação do Agente de Manobra"
4 No caso de Instalações Militares, o responsável em atestar a execução das manobras será o Comandante do Navio e/ou o Agente de Manobra daquela Instalação. No presente modelo fica dispensável ao Oficial da MB o preenchimento do Certificado de Competência e sua validade.

ANEXO 1-N

PAPELETA DE AVALIAÇÃO DO AGENTE DE MANOBRAS E DOCAGEM

NAVIO:_____ BANDEIRA:_____
Realizado em:_____(local) Data:_____/_____/ _____

ITENS A SEREM AVALIADOS	AVALIAÇÃO
- Manobra do navio e serviços correlatos às fainas de fundear, suspender, atracar edesatracar.	
- Manobra e emprego de rebocadores.	
- Conhecimento de ordens de manobra.	
- Serviço de amarração e desamarração.	
- Análise preliminar de riscos.	
- Uso dos rebocadores (suas especificações e limitações).	
- Avaliação da cena de ação.	
- Análise das condições climáticas .	
- Elaboração dos planos de atracação e amarração, junto ao setor de operações marítimas do estaleiro.	

REPRESENTANTE DA AUTORIDADE MARITIMA

Avaliação: SATISFATÓRIO (S) ou INSATISFATÓRIO (I) (se necessário, efetuar comentários nesta folha)

ANEXO 1-O

MODELO DO CERTIFICADO DE HABILITAÇÃO DO AGENTE DE MANOBRA E DOCAGEM



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Autoridade Marítima Brasileira
Diretoria de Portos e Costas

CERTIFICADO DE HABILITAÇÃO DE AGENTE DE MANOBRA E DOCAGEM

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das suas atribuições, resolve conceder o presente Certificado ao _____(nome)_____, nº de inscrição _____, por ter sido considerado devidamente habilitado, de acordo com o item 0103 da NORMAM-13/DPC, para o desempenho de atividades relativas à manobra de navios, nas fainas em diques, estaleiros e carreiras, restritas e específicas para a área marítima de acostagem e de evolução do _____ _____, válido até ___ / ___ / ____ .

Rio de Janeiro , RJ, em ___ de _____ de ____.

Assinatura do Habilitado

Vice-Almirante
Diretor

* **Área de manobra delimitada no verso.**

ANEXO 1-P

ESTRUTURA DE CARREIRA DE UM OPERADOR DE SISTEMA DE POSICIONAMENTO DINÂMICO

Os esquemas de treinamento atuais requerem que o aluno comece pelo DP Induction Course. Esse curso é responsável por fazer a introdução das funções do sistema DP e seu uso propriamente dito. Após sua conclusão, o aluno, que então já pode ser chamado de DPO Júnior, passa por um período de treinamento a bordo, em que se adquire mais experiência no uso do sistema DP e cumpre uma série de tarefas sob supervisão de um Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico Certificado. O Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico certificado atesta a conclusão satisfatória das tarefas executadas pelo DPO Júnior. O Comandante da embarcação endossa a execução dessas tarefas, assinando-as, a fim de que o aluno possa comprovar a veracidade das informações sobre seu treinamento a bordo. Trata-se de um item essencial para que o aluno possa prosseguir para o curso Avançado de DP.

O curso Avançado de DP abrange o uso de outros Sistemas de Controle de DP incluindo simulações de operações de emergência. Nesta fase de treinamento, o DPO Júnior tem a chance de aprender os detalhes e funções específicas do sistema para cada tipo de operação. Após o curso Avançado de DP, o DPO Júnior completará o seu último estágio de formação a bordo de uma embarcação DP para obter a certificação final de DPO.

A certificação será definida pelo esquema de formação escolhido inicialmente, dependendo da Classe ou tipo de embarcações nas quais o DPO Júnior embarcou durante o período de treinamento. Uma vez que o todos os critérios do esquema de treinamento (avaliações teóricas, práticas e provas) são concluídos com aproveitamento, o DPO Júnior é qualificado e certificado como DPO. O esquema de treinamento específico de cada Instituição Certificadora de DPO e os interstícios entres os cursos podem ser encontrados no anexo da portaria de reconhecimento.

A publicação IMCA M 117 define que o Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico seja classificado de acordo com a certificação e experiência adquiridas ao longo de sua formação bem como ao longo de sua carreira, a saber:

a) DPO Júnior (JDPO) - Trata-se de um aquaviário pertencente ao 1º Grupo - Marítimos com formação na Seção de Convés, nível de categoria maior ou igual a 7, que está inserido num esquema de treinamento de um curso de posicionamento dinâmico certificado por uma Instituição Certificadora de DPO (certification body) credenciado pela Autoridade Marítima e que não possui ainda certificado de Operador de DP válido. Após a conclusão do curso de indução de DP, o aluno passa a ser chamado DPO Júnior e será supervisionado por um Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico certificado durante o quarto de serviço. É importante ressaltar que o termo DPO Júnior deve ser usado até que o Operador finalize seu treinamento no curso avançado e receba sua certificação de DPO.

b) DPO - Trata-se de um Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico que completou satisfatoriamente o esquema de treinamento reconhecido pela Autoridade Marítima. Isto inclui a conclusão do curso avançado com suas avaliações teóricas e práticas (incluindo tempo de embarque), obedecendo ao esquema de treinamento escolhido. Neste ponto, embora tenha competência para fazer parte de um quarto de serviço de DP, o DPO ainda não pode assumir o comando do quarto de serviço sozinho.

c) DPO Sênior (SDPO) - É um Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico que está capacitado a assumir o comando do quarto de serviço de DP. O SDPO deve ser capaz de supervisionar os outros DPO em qualquer operação que a embarcação possa estar engajada. Além disso, deverá satisfazer os requisitos estabelecidos pelo empregador para assumir tal posição.

Observação: o Comandante da embarcação deverá avaliar se os Operadores de Sistema de Posicionamento Dinâmico (DPO e SDPO) têm a experiência, conhecimento e capacidade para fazê-lo e emitir um documento próprio atestando essas informações.

ANEXO 1-Q

MODELO DE LISTA DE VERIFICAÇÃO DE FAMILIARIZAÇÃO DE POSICIONAMENTO DINÂMICO
(Example DP vessel Familiarisation Checklists)

Na chegada a bordo da embarcação, uma rotina de visita guiada e familiarização geral deve ser realizada por todo o pessoal. Orientações podem ser encontradas na IMCA S & L 003.
(Upon arrival onboard the vessel, a guided tour and general familiarisation routine should be completed by all personnel. Guidance can be found in IMCA S&L 003).

Referência (*Reference*)	Instrutor (Instructed by)	Assinatura do Instrutor (Instructor's Signature)
Todo o pessoal (*All Personnel*)		
Descrição do trabalho (*Job descriptions*)		
Práticas Restritas (*Restricted practices*)		
Instruções sobre documentos controlados (*Instruction on controlled documents*)		
Modelos de Relatórios (*Reporting forms*)		
Sistema de gestão de pessoas (*Personnel management system*)		
Familiarização com os procedimentos do cliente (*Familiarization of client procedures*)		
Entender a importância de comunicações boas, claras e antecipadas com o passadiço/sala de controle, em caso de alterações no modo normal das capacidades operacionais da embarcação (*Being aware of the importance of good, clear and early communications with bridge/control room in the event of any changes to normal mode of vessel's operating capabilities*)		
Operadores de DP (DP Operators)		
Controle dos movimentos da embarcação em relação a um ponto específico utilizando controles manuais (*Control of vessel's movements about a set point using manual controls*)		
Controle dos movimentos da embarcação em relação a um pontoespecífico usando controle do DP e controle manual independente (*Control of vessel's movements about a set point using DP andindependent joystick controls*)		
Alternar e trocar os sistemas (*Switching and changing between systems*)		
Compreensão geral do sistema de DP instalado na embarcação (*General understanding of the DP system installed on the vessel*)		
Colocar a embarcação em DP, compreender os procedimentos (*Setting up the vessel on DP, understanding reasons for procedures*)		
Capacidade de usar o painel do DP quando estiver em modo DP (Ability to use DP panel whilst on DP)		
Uso das funções do console do DP. (*Use of desk facilities*)		
Uso dos sistemas de referência e limitações específicas da embarcação (*Use of reference input systems and the vessel specific limitations*)		
Fontes de alimentação para computadores DP e unidades de controle de propulsão (*Power supplies for DP computers and thruster control units*)		
Fontes de alimentação de emergência (*Emergency power supplies*)		

ANEXO 1-Q

Saber a localização e maneiras de operar com oléo combustível, com óleo lubrificante, com sistema de água de resfriamento, com sistema de ar comprimido e outros serviços essenciais. Saber isolar e alternar válvulas e proceder com as ações necessárias em caso de perda de serviços essenciais. (*Location and means of operating fuel, lubricant, cooling water compressed air and other essential services isolation and changeover valves and actions required on loss of essential services.*)		
Entender a configuração correta dos equipamentos, a fim de saber alternar a operação para unidades auxiliares, em caso de qualquer falha. (*Correct configuration of equipment to allow operation to auxiliary units on any single failure*)		
Entender a configuração do quadro elétrico, incluindo o funcionamento do quadro de dijuntores e relés dos barramentos. Saber como reconfigurar os dispositivos de fornecimento elétrico em caso de falhas nos equipamentos. (*Switchboard configuration, including operation of bus section switches and bus ties and reconfiguring electrical supply arrangements it the event of equipment failures*)		
Entender as possíveis consequências de falhas elétricas, como curto-circuito e corrente de fuga. (*Understand the potential consequences of electrical faults such as short circuits and earth leakage*)		
Compreender os alarmes dos equipamentos e as consequências cada alarme. (*Alarm equipment and the consequences of such alarms*)		
Administrar uma situação de queda de energia e de parada de emergência. (*Handling of black-out situation e Handling of ESD*)		
Identificar o FMEA da embarcação e sua importância para as operações. (*Recognize the vessel's FMEA and its importance to operations*)		

Nome do tripulante (*Name of person instructed*):-
_____
Função do tripulante (*Position of person instructed*):_____
Assinatura do instrutor (*Instructor's signature*):_____
Assinatura do Comandante (*Master's signature*):_____
Data: (*Date*):_____/_____/_____ Embarcação:(*Vessel*):_____

ANEXO 1-Q

Sequência de alarmes e sinais (por exemplo, controles do BOP, luzes de status do DP, etc. (*Alarm sequence and signals (e.g. BOP controls, DP status lights etc.*)		
Carregamento/processamento de informações e uso geral dos computadores de controle do DP. (*Loading and general use of DP control computers*)		
Saber as configurações do sistema de propulsão / motorprincipal / sensores em condições normais e em condições de emergência, e saber, ainda, se todas as trocas de condição normal para emergência são manuais ou automáticas. (*System configurations thruster/main engine/ sensors expected in normal and emergency situations, and if all changeovers are manual or automatic*)		
Uso, compreensão e localização dos sensores de referência de posição. (*Use, understanding and location of position reference sensors*)		
Uso, compreensão e localização de: - giroscópicas - VRU / MRUs - anemômetros - outros sistemas de entrada de dados (*Use, understanding and location of:* - gyros - VRU/ MRUs - *anemometers* - *other data input systems)*		
Geração de energia, distribuição e propulsão do navio em conjunto com as seções à prova de fogo e estanques. (*Vessel's power generation, distribution and propulsion together with fire and watertight subdivision*)		
Compreender os objetivos das operações, FMEAs e limitações da embarcação, incluindo os diagramas de capacidade da embarcação. (*Understanding of functions operation, FMEAs and limitations of the vessel, including vessel's capability plots*)		
Utilizar e compreender a análise de conseqüências, tanto para a operação atual quanto para planejamento de operação. (*Use and understanding of the consequence analysis, both for present operation and for planning purposes*)		
Características do sistema de controle de DP exclusivo da embarcação. (*Features of DP control system unique to the vessel*)		
Limites operacionais para todos os equipamentos de DP (condições climáticas, energia, rotação, etc.). (*Operational limits for all DP equipment (weather, power, rotation, etc.)*).		
Efeitos das forças externas ambientais e do tipo de operação nos limites de operação considerando a configuração de máquinas. (*Effects of environment and operations on operating limits in conjunction with machinery set-up*)		
Pessoal Técnico (Technical Personnel)		
Estar familiarizado com todas as instruções permanentes da praça de máquinas do navio tanto para as operações normais quanto para as operações de emergência. (*Being conversant with all vessel's engine room standing instructions concerning normal and emergency operations*)		
Configuração correta do equipamento no modo normal de operação. (*Correct configuration of equipment in the normal mode of operations*)		

ANEXO 1-R

DIRETRIZES PARA CURSO DE FAMILIARIZAÇÃO DE POSICIONAMENTO DINÂMICO PARA O PESSOAL TÉCNICOENVOLVIDO COM O SISTEMA DP
DP FAMILIARISATION COURSE GUIDELINES FOR KEY TECHNICAL DP PERSONNEL

Um curso genérico de familiarização de DP é primordial para o pessoal que requer um entendimento e conscientização sobre operações DP, mas que, por outro lado, não opera o sistema de controle do DP.
A Generic DP Familiarisation course is primarily for personnel requiring understanding and awareness of DP operations but who otherwise would not be expected to operate the DP control system.

O curso deve fornecer ao aluno:
The training course should provide the trainee with:

Compreender como o sistema de controle do DP, sensores do navio e sensores de referência de posição operam;
(an understanding of how the DP control system, vessel sensors and position references operate)

Compreender o que é redundância e a importância dos componentes do sistema de DP;
(an understanding of redundancy and the importance of the DP system´s component parts)

Compreender como o sistema de DP é testado e como é comparado ao FMEA.
(an understanding of how the DP system is tested and verified against the FMEA)

Saber sobre os tipos de eventos relacionados a capacidade de manter posição da embarcação, quando em DP, que já ocorreram;
(a knowledge of the types of DP station keeping events that have occured)

Compreender redundância aplicada ao sistema DP;
(an understanding of redundancy as applied to the DP system)

Conhecer as regras, normas e diretrizes relevantes ao sistema DP e onde eles podem ser obtidos.
(a knowledge of the rules, regulations and guidelines relevant to DP and where these can be obtained)

O Curso deve detalhar o seguinte:
The training course should detail the following:

Definição de DP, os seis graus de liberdade e a função do controle do DP;
(A definition of DP, the six degrees of freedom and the DP control function)

Elementos de um sistema DP; geração de energia, distribuição de energia, gerenciamento de energia, propulsores, sistema de controle do DP, sensores, comunicações e os operadores;
(Elementos of a DP system; power generation, power distribution, power management, thrusters, DP control system, sensors, communications and the operators)

Detalhes dos elementos do sistema de controle do DP inclundo processadores, consoles de controle, posição, aproamento do navio e sensores de forças externas ambientais;
(Details of elements of the DP control system including processors, control consoles, and position, heading vessel and enviromental sensors)

Uso dos sensores de referência de posição;
(Use of position reference sensors)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021083000070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 1-R

O conceito de limites de energia e de propulsão segundo o sistema de controle de DP, sistema de gerenciamento de energia e propulsores;

(The concept of power and thrust limiting by the DP control system, the PMS and the thrusters)

Tipo de sistema de propulsão e de manobra;
(Type of thrusters and manoeuvring systems)

A exigência e provisão de redundância nos sistemas das embarcações e definição da classe dos equipamentos DP ;
(The requirement and provision of redundancy in vessel´s systems and defining DP equipment classes)

Confecção de análise de risco e colocar limites de segurança para o trabalho nas várias operações;
(Applying risk analysis and safe working limits to various operations)

Avaliação da capacidade da embarcação no que diz respeito às condições ambientais, águas rasas e profundas etc.Uso da análise de consequência *ao planejar a operação e durante a mesma.*
(Assessment of vessel capabilities with respect to enviromental conditions, shallow and deep water etc. Use of the consequence analysis, when planning and during operations).

FMEA, prova de mar, testes anuais e teste de mobilização;
(FMEA, proving trials, annual trials and mobilisation trials)

Histórico de casos baseados em incidentes com DP que ocorreram incluindo drift off, drive off, e outras perdas de posição causadas por fatores humanos, processuais, de procedimento, falha de equipamento ou design ruim.
(Case histories, based on DP incidents that have occured including; drift off, drive off, other losses of position caused by human factors, process, procedural, equipment failure or poor design)

Novidades no sistema DP incluindo sensores de referência e sistemas de controle.
(New developments in DP systems including position reference sensors and control systems)

ANEXO 1-S

NOME DA EMPRESA

ATESTADO DE EMBARQUE DE AQUAVIÁRIOS

Atesto para fins de registro do tempo de embarque junto à Autoridade Marítima Brasileira, representada pelos seus Agentes (Capitanias, Delegacias e Agências) que o Aquaviário _____ (Nome Completo), _____ (Categoria), _____ (CPF) e número inscrição no SISAQUA _____, realizou os embarques descriminados abaixo (com base nas anotações da CIR e do Rol da Embarcação), em funções compatíveis com o certificado possuído.

Nome da Embarcação		Local e data de embarque	Local e data de desembarque	Função	Tipo de Navegação
AB	Potência				
Somatório dos dias de Embarque					

Inserir quantas linhas forem necessárias

Declaro ainda, estar ciente de que informações inverídicas no presente Atestado podem implicar em sansão penal prevista no Art.299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art.299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir Declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".

_____

Nome Completo e Assinatura do Presidente da Empresa,
Proprietário, Armador ou seu Preposto*

**** As Empresas de Navegação deverão enviar à Diretoria de Portos e Costas, um Ofício assinado pelo Presidente da Empresa (ou cargo equivalente) informando o nome e cargo/função de quem possui a atribuição formal dentro da Empresa (proprietário, armador, presidente/diretor ou preposto) em assinar o presente, mantendo essas informações sempre atualizadas junto à DPC.***

Obs.: O cômputo de tempo de embarque é necessário para matrícula em curso, ascensão de categoria e de revalidação de certificação (quando aplicável)
Somente deverá ser contabilizado o tem de embarque a bordo de embarcações em operação (Não deverá ser contabilizados embarques em Navios "fora de operação").

ANEXO 1-T

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS
EXAME PARA REVALIDAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS REFERENTES AS REGRAS II/1, II/2, III/1 E III/2 DA CONVENÇÃO STCW-78, COMO EMENDADA
CONDIÇÕES GERAL DO EXAME

1 - PROPÓSITO GERAL DO EXAME

Revalidar o certificado de competência (CoC) modelo DPC-1031 do Oficial de Náutica e de Máquinas, com base em exames teórico (prova escrita) e prático (avaliação em simulador), desenvolvidos a partir das seguintes funções:

Oficiais de Náutica - Navegação; Manuseio e estivagem da carga; Controle das operações do navio e cuidados com as pessoas a bordo; e Radiocomunicações, em seus níveis de responsabilidades gerenciais (Regra II/2) e operacionais (Regra II/1) definidas, respectivamente, nas seções A-II/2 e A-II/1 do código STCW-78, como emendado.

Oficiais de Máquinas - Máquinas Marítimas; Sistemas elétricos, eletrônicos e de controle; Manutenção e reparos; e Controle das operações do navio e cuidados com as pessoas a bordo, em seus níveis de responsabilidades gerenciais (Regra III/2) e operacionais (Regra III/1) definidas, respectivamente, nas seções A-III/2 e A-III/1 do código STCW-78, como emendado.

2 - DIRETRIZES GERAIS DO EXAME

A) QUANTO À ESTRUTURAÇÃO DOS EXAMES (TEÓRICO E PRÁTICO)

a) O exame será composto por uma avaliação em simulador (exame prático) e uma prova escrita (exame teórico), onde serão abordados os conhecimentos, entendimentos e proficiências constantes das seções A-II/1, A-II/2, A-III/1 e A-III/2 do código STCW-78, como emendado;

b) O exame teórico será aplicado pelos Centros de Instrução (CIAGA/CIABA) e o exame prático será aplicado por Instituições de Ensino credenciadas pela DPC.

c) O exame teórico terá uma duração de 4 horas sendo vedada qualquer tipo de consulta, exceto ao material fornecido para prova, como tábua de marés, publicações da DHN, etc.

d) O exame prático terá como base o curso de gerenciamento de recursos do passadiço e o curso de gerenciamento dos recursos de praça de máquinas. O exame prático seguirá os padrões que regem a utilização de simuladores constantes na Seção A-I/12 do Código STCW-78, como emendado. O exame prático deverá ser gravado para fins de avaliação e registro, assim como o exame teórico também deverá ser arquivado;

e) Após aprovação nos exames, os Centros de Instrução e Instituições de Ensino credenciadas encaminharão um documento à DPC, com cópia ao interessado, atestando que o portador foi aprovado nos exames teórico e prático. Estes documentos deverão ser apresentados na Capitania/ Delegacia ou Agência de jurisdição do Marítimo acompanhado dos demais documentos contidos na alínea c do item 0121 da NORMAM-13/DPC. Será ainda exigido para a revalidação do CoC a apresentação dos Certificados dos cursos referentes as Regras VI/1, VI/2 e VI/3 STCW-1978, como emendada, dentro da validade, ou ainda dos cursos equivalentes ao Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN), CESS, CACI.

B) QUANTO À AFERIÇÃO DO APROVEITAMENTO E À HABILITAÇÃO NO EXAME

O marítimo será considerado apto nos exames, se atingir a nota 80 (de um total de 100 pontos) no exame teórico e o conceito "satisfatório" no exame prático.

Observações:

1. O PREPOM-Aquaviários publicará a data, locais e condições de inscrição do exame teórico e, também a relação das Instituições credenciadas autorizadas a aplicarem o exame prático.

2. O exame prático para os Oficiais de Máquinas poderá sofrer ajustes em função da disponibilidade de Instituições Credenciadas que ofereçam o curso de gerenciamento de recursos de praça de máquinas. Caso não haja disponibilidade, o exame para revalidação dos oficiais da seção de máquinas será composto somente da parte teórica.

3. O conteúdo dos exames mencionados na alínea b constam da parte A do código STCW-78, como emendado - coluna 2 das tabelas A-II/1, A-II/2, A-III/1 e A-III/2 do referido código, disponível em http://www.ccaimo.mar.mil.br/convencoes-e-codigos.

4. A emissão do certificado DPC-1031, terá por base a data do exame teórico ou prático (o que for realizado primeiro). Desta forma, se o Oficial da Marinha Mercante brasileira, por exemplo, optar por revalidar seu CoC por meio dos exames, realizando o exame prático em agosto de 2022 e o exame teórico em novembro de 2022, o seu certificado de competência terá a validade de 5 anos a partir de agosto de 2022.

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CLC	10	CCB com mais de 2 anos de embarque em função de nível 9, aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais de Náutica - APNT. Oficial Superior Veterano do Quadro de Oficiais da Armada da Marinha do Brasil, com aperfeiçoamento de Superfície; de Hidrografia e Oceanografia; de Submarinos; de Aviação Naval e que tenham concluído com aproveitamento o Curso de Atualização e Adaptação de Náutica para Oficiais (ATNO).	II/2 IV/2	CMT IMT OQN	Sem limitação.	
CCB	9	1ON com mais de 2 (dois) anos de embarque em função de nível 8, aprovado em Curso de Aperfeiçoamento para Oficial de Náutica.	II/2 IV/2	CMT	Comandante de embarcações de qualquer AB na Navegação de Cabotagem e de Longo Curso limitada aos portos da costa atlântica da América do Sul, das Antilhas e da costa leste da América Central, excluídos os portos de Porto Rico e Ilhas Virgens (Regra II/2).	
				IMT	Sem limitação.	
				OQN	Sem limitação.	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
1ON	8	2ON oriundo do Curso de Formação de Oficiais de Náutica (FONT) ou do Curso de Adaptação para 2º Oficial de Náutica (ASON), com mais de 2 (dois) anos de embarque nos últimos 5 (cinco) anos ou com mais de 3 anos de embarque, ao longo de toda a carreira, ambos exercendo função de nível 7, em navios operando na navegação em mar aberto. 2ON que concluíram o Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Náutica Complementar (ACON-C), oriundos dos cursos ACON ou ACON-B, com mais de 2 (dois) anos de embarque, nos últimos 5 (cinco) anos, ou com mais de 3 anos de embarque, ao longo de toda a carreira, ambos exercendo função de nível 7, em navios operando na navegação em mar aberto.	II/1 II/2 II/3 IV/2	CMT	Comandante de embarcações de qualquer AB na navegação interior, incluindo a fluvial (*). Comandante de embarcações com AB inferior a 500, em área de navegação costeira e de apoio marítimo (Regra II/3). Comandante de embarcações com AB inferior a 3.000, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) (Regra II/2) (**).	(*) Para exercer a capacidade de Comandante na navegação interior, o Oficial de Náutica, a partir de JUL/2022, deverá possuir o Estágio de Capacitação Fluvial para Comandante – ECFC (**) Mantido para os 1ON que realizaram o curso de ACON (anterior a 2012) e, posteriormente, o curso de ACON-C (Regra II/2).
				IMT	Imediato de embarcações com AB superior a 3.000, na navegação de cabotagem e de apoio marítimo, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), se exerceu serviço no mar como OQN em navios com AB superior a 3.000, por período mínimo de 1 (um) ano, nos últimos 5 (cinco) anos, desde que possuam os cursos de EGPO e ESCM (Regra II/2) Imediato de embarcações com AB inferior a 3.000, na navegação de cabotagem e de apoio marítimo, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), se exerceu serviço no mar como OQN em navios com AB inferior a 3.000, desde que possuam os cursos de EGPO e ESCM (Regra II/2). Imediato de embarcações de qualquer AB na navegação interior, incluindo a fluvial.	
				OQN	Sem limitação (Regra II/1).	
2ON	7	PON oriundo de Curso de Formação de Oficial de Náutica (FONT-EFOMM), após concluir, com aproveitamento, o Programa de Estágio Embarcado (PREST) como pPraticante de Oficial de Náutica PON oriundo de curso de Adaptação para Oficial de Náutica (ASON), após concluir com aproveitamento o Programa de Estágio Embarcado (PREST) como pPraticante de Oficial de Náutica.	II/1 II/3 IV/2	CMT ou IMT	Comandante ou Imediato de embarcações com AB inferior a 500, com a Regra II/3 (*), em área de navegação costeira, de apoio marítimo e interior (**).	(*) Os 2ON recebem a Regra II/3, após comprovação de 1 ano de embarque no nível 7. (**) Para exercer a capacidade de Comandante na navegação interior, o Oficial de Náutica, a partir de JUL/2022, deverá possuir o Estágio de Capacitação Fluvial para Comandante – ECFC.
				OQN	Sem limitação II/1).	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
2ON	7	MCB com mais de 2 (dois) anos de embarque em função de nível 6, aprovado em Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Náutica Básico (ACON-B), após concluir com aproveitamento o Programa de Estágio Embarcado (PREST) como Praticante de Oficial de Náutica. CTR com mais de 5 (cinco) anos de embarque em função de nível 5, aprovado em Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Náutica-Básico (ACON-B), após concluir com aproveitamento o estágio embarcado como Praticante de Oficial de Náutica.	II/1 IV/2 II/3	CMT/IMT	Comandante/Imediato de embarcações com AB inferior a 500, com a Regra II/3*, em área de navegação costeira, de apoio marítimo e interior (**).	* A certificação na Regra II/3 poderá ser mantida no Certificado de Competência para os marítimos (MCB/CTR) que já a possuíam anteriormente, caso comprovem a manutenção da referida Competência nessa Regra. Adicionalmente, também deve ser registrado no verso desse Certificado de Competência as limitações tipificadas para as Capacidades de Comandante e Imediato. O Curso ACON-C é exigido para que o Oficial retire as limitações como OQN em AJB e possa ter condições de ascender de Categoria. (**) Para exercer a capacidade de Comandante na navegação interior, o Oficial de Náutica, a partir de DEZ/2022, deverá possuir o Estágio de Capacitação Fluvial para Comandante – ECFC.
				OQN	Oficial Encarregado de Quarto de Navegação na navegação de cabotagem, na navegação de apoio marítimo, na navegação interior e na navegação de apoio portuário, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) (Regra II/1).	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MCB	6	CTR com mais de 2 (dois) anos de embarque em função de nível 5.	II/3 ou II/5	CMT IMT ou SupQN	Comandante, Imediato ou Supervisor do Quarto de Navegação (**) de embarcações com AB até 500 na Navegação Costeira e Apoio Marítimo, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (Regra II/3) (*).	* (*) MCB que possua Regra II/5 deverá ser aprovado nos cursos especiais: ENET, EROG, EARP, ECIA, EPSM, EOPN, EPOE e EGPO, a fim de receber a Regra II/3. (**) SupQN é equivalente a Capacidade de OQN, nas embarcações e no tipo de navegação aqui descritas.
					Comandante/Imediato de embarcações até 3.000 AB (Regra II/5), desde que: a) no interior das áreas classificadas como de Navegação Interior (conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos - NPCP/NPCF) e Apoio Marítimo, dentro dos limites de visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas); e b) exceto na navegação fluvial.	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF) (Regra II/5).	
				SGC	Encarregado do Serviço Geral de Convés em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF) (Regra II/5).	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CTR	5	CTR aprovado em Curso de Aperfeiçoamento para Contramestre (APAQ-CTR contínuo ou modular) ou Cursos de Aperfeiçoamentos equivalentes realizados anteriormente, com mais de 1 (um) ano de embarque em função de nível 5, possuidor dos cursos especiais ENET, EROG (CROG), EARP, ECIA (CACI), EPSM (CPSO), EOPN (CPMM), EPOE e EGPO.	II/3 e II/5	CMT ou IMT ou SupQN	Comandante, Imediato ou Supervisor do Quarto de Navegação (*) de embarcações até 300 AB na Navegação costeira e Apoio Marítimo, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) (Regra II/3).	(*) SupQN é equivalente a Capacidade de OQN, nas embarcações e no tipo de navegação aqui descritas.
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF) (Regra II/5).	
				SGC	Encarregado do Serviço Geral de Convés em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF) (Regra II/5).	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MNC	4	MNC com mais de 2 (dois) anos de embarque, aprovado no no Curso de Aperfeiçoamento para Contramestre - (APAQ-CTR contínuo ou modular) ou Cursos de Aperfeiçoamentos equivalentes, realizados anteriormente. Veterano da Marinha do Brasil (Suboficiais e Sargentos) do Quadro de Praças da Armada, nas especialidades previstas nas condições de inscrição do PREPOM em vigor e aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Contramestre - Básico (APAQ-CTR contínuo ou modular). Aluno aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - Módulo Específico para Marítimos - Seção de Convés (CAAQ-CTR).	II/4	CMT ou IMT	Comandante ou Imediato de embarcações até 300 AB, na Navegação Interior nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), bem como nos limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos ~~pela~~ (NPCP/NPCF). Comandante/Imediato de embarcações até 100 AB, inclusive as que transportam passageiros, somente após 1 (um) ano de embarque no nível 4, desde que no interior das áreas classificadas como de navegação costeira, de acordo com as Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF).	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF).	
				SGC	Serviço Geral de Convés em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF).	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MOC	3	Aluno aprovado em Curso de Formação de Aquaviários - Moço de Convés (CFAQ-MOC), após a conclusão do Período de Instrução no Mar (PIM).	II/4	CMT ou IMT	Comandante ou Imediato de embarcações até 50 AB, desde que: a) no interior das áreas classificadas como de Navegação Interior ou Costeira (conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos - NPCP/NPCF); e b) não transportem passageiros. Comandante/Imediato de embarcações até 50 AB, inclusive as que transportam passageiros, somente após seis (6) meses de embarque no nível 3, desde que no interior das áreas classificadas como de Navegação Interior (conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos - NPCP/NPCF) e Apoio Marítimo, dentro dos limites de visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas.	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação em embarcações de qualquer AB, após 3 meses de efetivo embarque, num período contínuo de 1 ano, nesse tipo de embarcação na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF).	
				SGC	Serviço Geral de Convés em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF).	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO			CERTIFICAÇÃO – CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MAC	2	MAC-1 após ter cumprido 1 (um) ano de efetivo embarque e aprovado no Curso Especial de Segurança de Embarcações de Passageiros (ESEP).	*Sem Regras*	CMT	Comandante/Imediato de embarcações até 50 AB e potência propulsora menor do que 250 Kw, inclusive as que transportam passageiros~~, inclusive,~~ e como profissional, em embarcações de esporte e recreio, desde que no interior das áreas classificadas como de Navegação Interior (conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos - NPCP/NPCF) e de Apoio Portuário.	1 - Não cabe ao MAC ascensão à MOC. O acesso à MOC deverá ser feito por meio de Curso de Formação em conformidade com o edital do curso. 2 Os MAC inscritos anteriormente a 15/04/2018 poderão comandar embarcações de até 10 AB, que transportam passageiros na navegação interior, até 31 de dezembro de 2026, data limite para estes Aquaviários realizarem o ESEP (Portaria 220/DPC, de 18 de junho de 2021).
				SQN	Nas embarcações de qualquer AB na Navegação Interior e de apoio portuário, conforme estabelecido nas Normas e Procedimentos para as Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF), dentro das AJB.	
				SGC	Nas embarcações de qualquer AB na Navegação Interior e de apoio portuário, conforme estabelecido nas Normas e Procedimentos para as Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF), dentro das AJB, inclusive, como profissional, em embarcações de esporte e recreio.	
MAC	1	Aluno aprovado em Curso de Formação de Aquaviários - Marinheiro Auxiliar de Convés e de Máquinas (CFAQ- MAC/MAM)	*Sem Regras*	CMT	Somente após 1 ano de embarque, Comandante de embarcações de até 10 AB e potência propulsora menor do que 250 kW, exceto naquelas que transportam passageiros, quando empregadas nas áreas de navegação interior e de apoio portuário estabelecidas nas NPCP/NPCF.	
				SQN	Serviços Gerais de Convés e Subalterno de Quarto de Navegação em embarcações com até 300 AB e potência propulsora menor do que 250 kW empregadas na navegação interior e de apoio portuário, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF), inclusive, como profissional, em embarcações de esporte e recreio.	
				SGC		

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CTR	5	MNC com mais de 2 (dois) anos de embarque, aprovado no no Curso de Aperfeiçoamento para Contramestre - (APAQ-CTR contínuo ou modular) ou Cursos de Aperfeiçoamentos equivalentes, realizados anteriormente. Veterano da Marinha do Brasil (Suboficiais e Sargentos) do Quadro de Praças da Armada, nas especialidades previstas nas condições de inscrição do PREPOM em vigor e aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Contramestre - Básico (APAQ-CTR contínuo ou modular). Aluno aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - Módulo Específico para Marítimos - Seção de Convés (CAAQ-CTR).	II/5	CMT ou IMT ou SupQN	Comandante, Imediato ou Supervisor do Quarto de Navegação (*) de embarcações com AB até 750, empregadas na Navegação Interior, exceto navegação fluvial nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), bem como nos limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP) (Regra II/5).	(*) SupQN é equivalente a Capacidade de OQN, nas embarcações e no tipo de navegação aqui descritas.
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF) (Regra II/5).	
				SGC	Encarregado do Serviço Geral de Convés em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das ,Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF) (Regra II/5).	

ANEXO 2-A

OBSERVAÇÕES GERAIS REFERENTES AOS AQUAVIÁRIOS DO 1º GRUPO (MARÍTIMOS)- SEÇÃO DE CONVÉS:

1 . As limitações referentes às capacidades das cCategorias de MAC, MOC, MNC, CTR e MCB serão impressas no verso do Certificado de Proficiência (Modelo DPC-1034).

2 . Quanto às Regras:

a) As Regras da Convenção STCW/1978, como emendada, registradas nos Certificados de Proficiência (modelo DPC-1034) poderão ser inseridas no Certificado de Competência (modelo DPC-1031), desde que o Marítimo anexe tais certificados em requerimento protocolado na Organização Militar de sua jurisdição. A partir do momento em que essas Regras constem, efetivamente, nos Certificados de Competência, serão revalidadas juntamente com o próprio Certificado de Competência (modelo DPC-1031), respeitadas as condições elencadas na Regra I/11 daquela Convenção. Assim, estas Regras ficam consolidadas em um único documento.

b) As Regras VI/2 §1º, VI/3, VI/4 §1º são obrigatórias para os Aquaviários que possuam o nível operacional, ou seja, Regras II/1 e II/3. A Regra II/2 incorpora, amplia e aprofunda o conhecimento, entendimento e a proficiência exigidos na Regra II/1 de maneira a capacitar o Oficial de Náutica para executar tarefas, atribuições e responsabilidades no nível gerencial.

c) A Regra VI/2 §1º, referente ao curso EESS, é obrigatória para os Aquaviários que possuam a Regra II/5.

d) As Regras V/1-1 e V/1-2 deverão ser adquiridas obrigatoriamente, quando houver intenção do Aquaviário realizar embarques em navios-tanque (petroleiros, químicos e gaseiros), devendo, para tanto, ser observado o tipo de navio-tanque e o devido nível (apoio, operacional ou gerencial) em que irá exercer a atividade pretendida. O Registro desta regra no Certificado de Competência (modelo DPC-1031) dar-se-á no campo "limitações aplicáveis" ou no seu verso.

A retirada das limitações acima, no Certificado de Competência (modelo DPC-1031), ocorrerá das seguintes formas:

- do nível gerencial (para as capacidades de Comandante/Imediato), mediante a apresentação da certificação avançada em operações de navios-tanque, no Sistema de Ensino Profissional Marítimo, para a respectiva classe de navio-tanque (cursos ESOP, ESOQ e ESOG).
- do nível operacional (para as capacidades de Oficial/Supervisor de Quarto de Navegação), mediante a apresentação da certificação básica em operações de navios-tanque, no Sistema de Ensino Profissional Marítimo, para a respectiva classe de navio-tanque (cursos EBPQ, EBGL, ou a eles considerados equivalentes, no passado).
- do nível de apoio (para as capacidades de Subalterno de Quarto de Navegação/Subalterno Apto de Convés Navegação), mediante a apresentação da certificação básica em operações de navios-tanque, no Sistema de Ensino Profissional Marítimo, para a respectiva classe de navio-tanque (cursos EBPQ, EBGL, ou a eles considerados equivalentes, no passado).

e) As Regras VI/I e VI/6 são obrigatórias para todos os Marítimos com nível de habilitação igual ou acima de 3. Os Oficiais que possuem a Regra VI/5 ficarão dispensados da possuírem a Regra VI/6.

f) Na coluna "REGRAS", estão especificadas somente as principais Regras correspondentes para cada categoria. No entanto, podem permanecer válidas as regras que foram atribuídas ao Aquaviário, ao longo de sua carreira. Desta forma, por exemplo, um CLC que na coluna "REGRAS" possui somente as Regras II/2 e IV/2, na realidade, também terá as Regras II/1 e II/3, além de outras que obteve ao longo de sua carreira, pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC.

3 . O curso de Acesso ao Oficialato (ACON) foi extinto em 2012 e substituído pelo curso de Acesso à 2ª Oficial de Náutica - Básico (ACON-B) e pelo curso de Acesso à 2ª Oficial de Náutica - Complementar (ACON-C). Os certificados emitidos para os marítimos que concluíram o curso ACON serão revalidados com as mesmas regras contidas no certificado anterior.

4. A Navegação Costeira é definida de acordo com o item 0103 da NORMAM-28/DHN.

SIGLAS:

CMT	Comandante	IMT	Imediato
OQN	Oficial de Quarto de Navegação	SupQN	Supervisor do Quarto de Navegação
SQN	Subalterno de Quarto de Navegação	S/L	Sem Limitações
SGC	Serviços Gerais de Convés		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021083000072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
2º GRUPO - FLUVIÁRIOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE	LIMITAÇÕES NAS EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CFL	7	PLF com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível 6, aprovado no Curso Especial de Acesso a Capitão Fluvial (EACF).	Sem regras	CMT IMT OQN	Comandante, Imediato ou Oficial de Quarto de Navegação de embarcações de qualquer AB na Navegação Interior.	
PLF	6	MFL com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível 5. CMF com mais de 4 (quatro) anos de embarque no nível 4 e aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários Módulo específico para Fluviários - Seção de Convés (APAQ-MFL) ou curso de aperfeiçoamento equivalente, realizado anteriormente.	Sem regras	CMT IMT SupQN	Comandante de embarcações até 3.000 AB, na Navegação Interior. Imediato de embarcações de qualquer AB, na Navegação Interior. Supervisor de Quarto de Navegação (*) de qualquer AB na Navegação Interior.	(*) SupQN é equivalente a Capacidade de OQN, nas embarcações e no tipo de navegação aqui descritas.
MFL	5	CMF com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível 4 e aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários Módulo Específico para Fluviários - Seção de Convés (APAQ-MFL) ou curso de aperfeiçoamento equivalente, realizado anteriormente. Veterano da Marinha do Brasil (SO, SG ou CB) do Quadro de Praças da Armada com um ano de embarque na MB, das especialidades previstas nas condições de inscrição do curso disponíveis no PREPOM em vigor e aprovados no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários Módulo Específico para Fluviários - Seção de Convés. (APAQ-MFL) ou curso de aperfeiçoamento equivalente, realizado anteriormente. Aluno aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - Módulo Específico para Fluviários - Seção de Convés (CAAQ-MFL) ou curso de acesso equivalente, realizado anteriormente.	Sem regras	CMT IMT SupQN	Comandante de embarcações até 750 AB, na Navegação Interior. Imediato de embarcações de até 3.000AB, na Navegação Interior. Supervisor de Quarto de Navegação (*) de qualquer AB, na Navegação Interior.	(*) SupQN é equivalente a Capacidade de OQN, nas embarcações e no tipo de navegação aqui descritas.

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
2º GRUPO - FLUVIÁRIOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADES	LIMITAÇÕES NAS EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CMF	4	MFC com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível 3.	Sem regras	CMT IMT SupQN SQN	Comandante de embarcações até 300 AB na Navegação Interior. Imediato ou Supervisor de Quarto de Navegação (*) de embarcações até 750 AB na Navegação Interior. Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de qualquer AB na Navegação Interior	(*) SupQN é equivalente a Capacidade de OQN, nas embarcações e no tipo de navegação aqui descritas.
MFC	3	Alunos aprovados no Curso de Formação de Aquaviários - Marinheiro Fluvial de Convés - Nível 3 CFAQ-MFC ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente.	Sem regras	CMT IMT SGC	Comandante de embarcações até 50 AB, na Navegação Interior, exceto aquelaes que transportam passageiros. Comandante de embarcações até 50 AB, na Navegação Interior que transportam passageiros, somente após 1 (um) ano de embarque no nível 3 e com ESEP. Imediato de embarcações até 300 AB, na Navegação Interior. Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de qualquer AB na Navegação Interior. Serviço Geral de Convés nas embarcações de qualquer AB, na Navegação Interior.	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
2º GRUPO - FLUVIÁRIOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE	LIMITAÇÕES NAS EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MAF	2	Após 1 (um) ano de efetivo embarque e uma vez aprovado no Curso Especial de Segurança de Embarcações de Passageiros (ESEP).	Sem regras	CMT SQN SGC	Comandante de embarcações até 10 AB, que transportam passageiros. Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de qualquer AB na Navegação Interior. Serviços Gerais de Convés nas embarcações até 100 AB na Navegação Interior.	1 - A Ascensão ao nível 2 se destina a qualificar o MAF ao transporte de passageiros até10AB. 2 - Não cabe ao MAF ascensão à MFC. O acesso à MFC deverá ser feito por meio de Curso de Formação, em conformidade com o edital do curso. 3 - Os MAF inscritos anteriormente a 15/04/2018, poderão comandar embarcações de até 10 AB, que transportam passageiros na navegação interior, até 31 de dezembro de 2026, data limite para esses Aquaviários realizarem o ESEP (Portaria 220/DPC, de 18 de junho de 2021).
MAF	1	Aluno aprovado no Curso de Formação de Aquaviários Marinheiro Fluvial Auxiliar de Convés - Nível 1 CFAQ-MAF/MMA ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente.	Sem regras	CMT SQN SGC	Comandante de embarcações até 10 AB, na Navegação Interior, exceto aquelas que transportam passageiros. Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de qualquer AB na Navegação Interior. Serviços Gerais de Convés nas embarcações até 100 AB na Navegação Interior.	

OBSERVAÇÕES
2. As limitações contidas nas categorias acima serão impressas no verso dos certificados emitidos.
SIGLAS
CMT Comandante IMT Imediato OQN Oficial de Quarto de Navegação
SAC Subalterno Apto de Convés SQN Subalterno de Quarto de Navegação SGC Serviços Gerais de Convés SupQN Supervisor do Quarto de Navegação
S/L Sem Limitações

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
3º GRUPO - PESCADORES - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES NAS EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
PAP	6	PPI com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível 5. CPI com mais de 4 (quatro) anos de embarque, aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Aquaviários – APAQ-PPI ou curso de aperfeiçoamento equivalente, realizado anteriormente.	VI/1 VI/6	CMT SQN	Comandante de embarcações de pesca de até 3.000 AB na(s) área(s) classificadas como de navegação interior. Comandante de embarcações até 500 AB na(s) área(s) classificadas como de navegação de mar aberto, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB). Subalterno de Quarto de Navegação de embarcações de pesca de qualquer AB.	O curso ESEP deverá ser realizado pelo pescador que tripula embarcação com dupla classificação (Pesca/ transporte de passageiros).
PPI	5	CPI com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível de equivalência 4, aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Aquaviários – APAQ-PPI ou curso de aperfeiçoamento equivalente, realizado anteriormente. Veterano da Marinha do Brasil (SO ou SG) do Quadro de Praças da Armada e do Corpo Auxiliar de Praças, com 1 (um) ano de embarque na Marinha do Brasil (MB), das especialidades previstas nas condições de inscrição dos cursos disponíveis no PREPOM e tenham concluído o APAQ-PPI ou curso de aperfeiçoamento equivalente, realizado anteriormente. Técnico com especialidade que preencha requisitos estabelecidos pelo Programa do Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários) vigente e aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - módulo específico para Pescadores - CAAQ-PPI ou curso de acesso equivalente, realizado anteriormente.	VI/1 VI/6	CMT SQN	Comandante de embarcações de pesca de até 750 AB, na(s) área(s) classificadas como de navegação interior. Comandante de embarcações de pesca de até 300 AB na(s) área(s) classificadas como de navegação de mar aberto, dentro dos limites da visibilidade da costa brasileira (20 milhas). Subalterno de Quarto de Navegação de embarcações de pesca de qualquer AB.	O curso ESEP deverá ser realizado pelo pescador que tripula embarcação com dupla classificação (Pesca/ transporte de passageiros)..

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
3º GRUPO - PESCADORES - SEÇÃO DE CONVÉS

ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES GERAIS
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES NAS EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CPI	4	PEP com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível	VI/1 VI/6	CMT	Comandante de embarcações de pesca de até 300 AB na(s) área(s) classificadas como de navegação Interior. Comandante de embarcações de pesca de até 100 AB, na(s) área(s) classificadas como de navegação de mar aberto, dentro dos limites da visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas).	O curso ESEP deverá ser realizado pelo pescador que tripula embarcação com dupla classificação (Pesca/ transporte de passageiros).
				IMT	Imediato de embarcações de pesca de até 750 AB, na(s) área(s) classificadas como de navegação Interior.	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de pesca de qualquer AB.	
PEP	3	POP ou candidato aprovado no. Curso de Formação de Aquaviários - Pescador Especializado - CFAQ-PEP ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente.	VI/1 VI/6	CMT	Comandante de embarcações de pesca de até 50 AB, empregadas na(s) área(s) classificadas como de navegação interior e costeira, dentro dos limites da visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas), em conformidade com as Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF) de sua jurisdição.	O curso ESEP deverá ser realizado pelo pescador que tripula embarcação com dupla classificação (Pesca/ transporte de passageiros).
				IMT	Imediato de embarcações de pesca de até 300 AB, na(s) área(s) classificadas como de navegação interior.	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de pesca de qualquer AB.	
				SGC	Serviço Geral de Convés nas embarcações de qualquer AB.	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES GERAIS
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES	
POP	2	APP com idade igual ou superior a 18 anos ou candidato com mais de 18 anos de idade, aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - Pescador Profissional - Nível 2 CFAQ-POP2 ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente.	VI/1	CMT	Comandante de embarcações de pesca menores que 12m (aproximadamente 20 AB), empregadas na(s) área(s) classificadas como de navegação interior, em conformidade com as Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF de sua jurisdição.	O curso ESEP deverá ser realizado pelo pescador que tripula embarcação com dupla classificação (Pesca/ transporte de passageiros).
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de pesca de qualquer AB, na Navegação Interior.	
				SGC	Serviços Gerais de Convés nas embarcações de pesca até 100 AB, em qualquer tipo de navegação.	
POP	1	APP com idade igual ou superior a 18 anos ou candidato com mais de 18 anos de idade, aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - Pescador Profissional - Nível 1 CFAQ-POP1 ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente	VI/1-1 VI/1-2 VI/1-3	CMT	Comandante de embarcações de pesca com AB menor ou igual a 10, empregadas na(s) área(s) classificadas como de navegação interior, em conformidade com as Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF) de sua jurisdição.	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de pesca de qualquer AB, na Navegação Interior, em conformidade com as Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	
				SGC	Serviços Gerais de Convés nas embarcações de pesca até 100 AB, na navegação interior em conformidade com as Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	
APP	1	Concedido pelas Capitanias, suas Delegacias ou Agências, a título provisório, ao candidato com mais de 16 e menos de 18 anos de idade, desde que autorizado pelo pai, tutor ou juiz competente, após ser aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - CFAQ-POP1 ou CFAQ-POP2. O APP deverá acompanhar o trabalho de bordo, não podendo assumir função como tripulante (Não faz parte do CTS da embarcação).				

ANEXO 2-A

3º GRUPO - PESCADORES - SEÇÃO DE CONVÉS

OBSERVAÇÕES GERAIS REFERENTES AOS PESCADORES DO 3º GRUPO - SEÇÃO DE CONVÉS:
1 - As limitações contidas nas categorias acima serão impressas no verso dos certificados emitidos.
2 - O curso ESEP deverá ser realizado pelo pescador que tripula embarcação com dupla classificação (Pesca/ transporte de passageiros).
3 - A Navegação Costeira é definida de acordo com o item 0103 da NORMAM-28/DHN.

SIGLAS
CMT- Comandante IMT - Imediato SQN - Subalterno de Quarto de Navegação SGC - Serviços Gerais de Convés S/L - Sem Limitações

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
OSM	9	1OM com mais de 3 (três) anos de embarque no nível 8, aprovado no curso de Aperfeiçoamento para Oficial de Máquinas (APMA). Oficial Superior Veterano da Marinha do Brasil do Quadro de Oficiais da Armada, oriundo da Escola Naval, aperfeiçoado em Máquinas, desde que tenha concluído, com aproveitamento, o Curso de Atualização de Oficiais de Máquinas (ATOM), além dos Cursos Especiais Avançado de Combate a Incêndio (ECIA) e de Oficial de Proteção do Navio. (EOPN), Curso Especial de Embarcação de Sobrevivência e Salvamento (EESS) e o Curso Especial de Cuidados Médicos (ECSM). Oficial Superior do Quadro Complementar do Corpo da Armada ou do Quadro Técnico (QC CA/RM1-T) Veteranos da Marinha do Brasil, aperfeiçoado em Máquinas, desde que comprovem, pelo menos, 3 (três) anos de embarque em função de máquinas, que tenha concluído, com aproveitamento, o Curso de Atualização de Oficiais de Máquinas (ATOM), além dos Cursos Especiais Avançado de Combate a Incêndio (ECIA) e de Oficial de Proteção do Navio. (EOPN), Curso Especial de Embarcação de Sobrevivência e	III/2	CHM SCM OQM	Sem Limitação	

ANEXO 2-A

		Salvamento (EESS) e o Curso Especial de Cuidados Médicos (ECSM).				
1OM	8	2OM oriundo da Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM) ou do Curso de Adaptação para 2º Oficial de Máquinas (ASOM) ou do Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas (ACOM até 2001) ou do Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas - Complementar ACOM C, com mais de 3 (três) anos de embarque no nível 7_T e aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Oficial de Máquinas (APMA).	III/2	CHM	Chefe de Máquinas de embarcações até 6.000 kW, na Navegação de Longo Curso. Chefe de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação de Cabotagem, Apoio Marítimo e Interior.	
				SCM	Subchefe de Máquinas de embarcações de qualquer kW.	
				OQM	Sem Limitação	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021083000073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO – CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
2OM	7	POM que concluir, com aproveitamento, o Estágio de Praticante do Curso de Formação de Oficial de Máquinas da Marinha Mercante (PREST). Candidato com nível superior, formado em especialidades selecionadas pela DPC e aprovado no curso de Adaptação para Oficial de Máquinas (ASOM), após concluir com aproveitamento o estágio embarcado como praticante de Oficial de Máquinas. CDM e ELT com mais de 3 (três) anos de embarque na categoria, aprovados em Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas (ACOM) até 2001, após concluir com aproveitamento o estágio embarcado como praticante de Oficial de Máquinas.	III/1 III/3(*)	CHM/ SCM	Chefe de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior (Regra III/1). Chefe e Subchefe de Máquinas nas embarcações de até 3.000 kW, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) (Regra III/3) (*).	(*) Receberá a Regra III/3, na Capacidade de Subchefe de Máquinas, nas embarcações até 3.000 kW, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) , após 1 ano de embarque no nível 7, como Oficial de Quarto de Máquinas e a conclusão da fase a distância do APMA. Para exercer a capacidade de Chefe de Máquinas nessa Regra III/3, nas embarcações de até 3.000 kW, deverá posteriormente comprovar um ano de embarque como Subchefe de Máquinas, em tais embarcações. A certificação na Regra III/3 poderá ser mantida no Certificado de Competência para os Oficiais de Máquinas que já a possuíam anteriormente, caso comprovem a manutenção da referida Competência nessa Regra.
				OQM	Sem Limitação	
2OM	7	CDM e ELT com mais de 2 (dois) anos de embarque na categoria, aprovados em Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas (ACOM) de 2002 à 2012 (*).	III/1 III/2 III/3	CHM	Chefe de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior (Regra III/1). Chefe de Máquinas até 3.000 kW, dentro dos limites de AJB (Regra III/3).	(*) O Curso ACOM-C será pré-requisito para que o Oficial realize o APMA e possa ascender de Categoria.
				SCM	Subchefe de Máquinas nas embarcações de qualquer kW, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) (Regra III/2).	
				OQM	Sem Limitação	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO – CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
2OM	7	CDM e ELT com mais de 2 (dois) anos de embarque na categoria, aprovados em Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas - Básico (ACOM-B) a partir de 2013.	III/1	OQM	Oficial de Quarto dentro dos limites de AJB.	Após a conclusão do curso, ACOM-C os 2OM oriundos do curso ACOM-B a partir de 2013 não mais terão limitação em AJB como OQM e ainda receberão a Regra III/3 para exercer as capacidades de Chefe e Subchefe em embarcações até 3.000 kW, dentro dos limites de AJB. O Curso ACOM-C será pré-requisito para que o Oficial realize o APMA e possa ascender de Categoria.

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CDM	5	MNM com mais de 2 (dois) anos de embarque aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Aquaviários - Máquinas APAQ-CDM ou curso de aperfeiçoamento equivalente, realizado anteriormente Candidato Técnico aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - Máquinas CAAQ-CDM ou curso de acesso equivalente realizado anteriormente. Veterano da Marinha do Brasil (Suboficiais e Sargentos), do Quadro de Praças da Armada, nas especialidades previstas nas condições de inscrição do PREPOM em vigor e aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Aquaviários - Máquinas APAQ-CDM ou curso de aperfeiçoamento equivalente, realizado anteriormente. .	II/5	CHM SCM	Navegação de Cabotagem: Chefe e Subchefe em embarcações de qualquer AB até 1.000kW Apoio Marítimo: Chefe e Subchefe: - até 1000kW, em embarcações de qualquer AB - até 3.000kW, em embarcações menores que 500 AB. Navegação Interior: Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações até 6.000 kW.	
				SQM	Sem Limitação (Regra III/5 – Regra III/4)	
ELT	5	Candidato Técnico aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários, com concentração em Eletricidade CAAQ-ELT ou curso de acesso equivalente, realizado anteriormente. Veterano da Marinha do Brasil (Suboficiais e Sargentos), do Quadro de Praças da Armada, nas especialidades previstas nas condições de inscrição do PREPOM em vigor e aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - Máquinas, com concentração em Eletricidade CAAQ-ELT	III/7	x x x	Sem Limitação	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MNM	4	MOM com mais de 1 (um) ano de embarque.	III/4	CHM	Chefe de Máquinas de embarcações até 500 kW na Navegação de Cabotagem e Apoio Marítimo, ambas dentro dos limites de visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas). Chefe de Máquinas de embarcações até 750 kW na Navegação Interior.	
				SCM	Subchefe de Máquinas de embarcações até 1.500 kW na Navegação Interior.	
				SQM	Sem Limitação	
				SGM	Sem Limitação	
MOM	3	Aluno aprovado no Curso de Formação de Aquaviários para Moço de Máquinas – CFAQ-MOM ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente, após a conclusão do Período de Instrução no Mar (PIM).	III/4	CHM SCM	Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações até 250 kW na Navegação de Cabotagem e Apoio Marítimo, ambas dentro dos limites de visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas). Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações com até 500 kW na Navegação Interior.	
				SQM-S/L	Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações de qualquer kW.	
				SGM-S/L	Serviço Geral de Máquinas de embarcações de qualquer kW.	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO/ CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MAM	2	MAM nível 1 após um ano de efetivo embarque e uma vez aprovado no Curso Especial de Segurança de Embarcações de Passageiros (ESEP).	Sem Regras	CHM	Chefe de Máquinas de embarcações até 150 kW na *navegação interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF)* Chefe de Máquinas de embarcações de turismo de 10 a 50 AB, com até 250 kW, desde que: a) no interior das áreas classificadas como de Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF); e c) possuam ESEP	*Obs.: Não cabe ao MAM ascensão a MOM. O acesso a MOM deverá ser feito por meio de Curso de Formação em conformidade com o edital do curso.*
				SQM	Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações até 500 kW na navegação interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF)	
				SGM	Serviço Geral de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior.	
MAM	1	Aluno aprovado em Curso de Formação de Aquaviários - Marinheiro auxiliar de Convés e Marinheiro auxiliar de Máquinas CFAQ-MAC/MAM ou curso de formação equivalente realizado anteriormente.	Sem Regras		Serviço de apoio em embarcações com AB menor do que 300 e potência propulsora menor do que 250 kW empregadas na navegação interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF), inclusive, como profissional, em embarcações de esporte e recreio.	

OBSERVAÇÕES GERAIS REFERENTES AOS MARÍTIMOS DO 1º GRUPO - SEÇÃO DE MÁQUINAS:

1 - As limitações referentes às capacidades das categorias de MAM, MOM, MNM e CDM serão impressas no verso do Certificado de Proficiência (modelo DPC-1034).

2 - Quanto às Regras:
a) As Regras da Convenção STCW/1978, como emendada, registradas nos Certificados de Proficiência (modelo DPC-1034) poderão ser inseridas no Certificado de Competência (modelo DPC-1031), desde que o Marítimo anexe tais certificados em requerimento protocolado na Organização Militar de sua jurisdição. A partir do momento em que essas Regras constem, efetivamente, nos Certificados de Competência, serão revalidadas juntamente com o próprio Certificado de Competência (DPC-1031), respeitadas as condições elencadas na Regra I/11 daquela Convenção. Assim, estas Regras ficam consolidadas em um único documento.
b) As Regras VI/2 §1º, VI/3, VI/4 §1º são obrigatórias para os Aquaviários que possuem o nível operacional, ou seja, Regra II I/1. A Regra III/2 incorpora, amplia e aprofunda o conhecimento, o entendimento e a proficiência exigidos na Regra III/1 de maneira a capacitar o Oficial de Máquinas para executar tarefas, atribuições e responsabilidades no nível gerencial.
c) As Regras V/1-1 e V/1-2 deverão ser adquiridas obrigatoriamente se há intenção de o Aquaviário realizar embarques em navios-tanque (petroleiros, químicos e gaseiros), devendo observar o nível (apoio, operacional ou gerencial) que irá exercer a atividade pretendida e o tipo de navio que há a intenção de embarcar. A Regra será inserida junto com suas limitações no verso do Certificado de Proficiência (modelo DPC-1034) ou no campo "limitações aplicáveis" do Certificado de Competência (modelo DPC-1031).

ANEXO 2-A

A retirada das limitações acima, no Certificado de Competência (modelo DPC-1031), ocorrerá das seguintes formas:
- do nível gerencial (para as capacidades de Comandante/Imediato), mediante a apresentação da certificação avançada em operações de navios-tanque, no Sistema de Ensino Profissional Marítimo, para a respectiva classe de navio-tanque (cursos ESOP, ESOQ e ESOG).
- do nível operacional (para as capacidades de Oficial/Supervisor de Quarto de Navegação), mediante a apresentação da certificação básica em operações de navios-tanque, no Sistema de Ensino Profissional Marítimo, para a respectiva classe de navio-tanque (cursos EBPQ, EBGL, ou a eles considerados equivalentes, no passado).
- do nível de apoio (para as capacidades de Subalterno de Quarto de Navegação/Subalterno Apto de Convés Navegação), mediante a apresentação da certificação básica em operações de navios-tanque, no Sistema de Ensino Profissional Marítimo, para a respectiva classe de navio-tanque (cursos EBPQ, EBGL, ou a eles considerados equivalentes, no passado).
d) As Regras VI/1 e VI/6 são obrigatórias para todos os Marítimos com nível de habilitação igual ou acima de 3. Os Oficiais que possuem a Regra VI/5 ficarão dispensados da possuírem a Regra VI/6.
e) Na coluna "REGRAS", estão especificadas somente as principais Regras correspondentes para cada categoria. No entanto, podem permanecer válidas as regras que foram atribuídas ao Aquaviário, ao longo de sua carreira. Desta forma, por exemplo, um OSM que na coluna "REGRAS" possui somente a Regra III/2, na realidade, também terá as Regras III/1 e III/3, além de outras que obteve ao longo de sua carreira, pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC.

3 - O curso de Acesso ao Oficialato (ACOM) foi extinto em 2012 e substituído pelos curso de Acesso à 2º Oficial de Máquinas - Básico (ACOM-B) e curso de Acesso à 2º Oficial de Máquinas - Complementar (ACOM-C).
4. A Navegação Costeira é definida de acordo com o item 0103 da NORMAM-28/DHN.

SIGLAS:
CHM Chefe de Máquinas
SCM Subchefe de Máquinas
OQM Oficial Encarregado de Quarto de Máquinas
SQM Subalterno de Quarto de Máquinas
S/L Sem Limitações

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
2º GRUPO - FLUVIÁRIOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA - MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
SUF	7	CTF com mais de 3 (três) anos de embarque no nível 5, aprovado no Curso de Acesso a Supervisor Maquinista Motorista Fluvial (ASMF).	Sem regras	CHM SCM	Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	

ANEXO 2-A

CTF	5	MFM com mais de 4 (quatro) anos de embarque no nível 3, aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários - Máquinas APAQ-CTF ou curso de aperfeiçoamento equivalente, realizado anteriormente. Técnico com especialidade que preencha requisitos estabelecidos pelo Programa do Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM) vigente e aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários CAAQ-CTF ou curso de acesso equivalente, realizado anteriormente. Veterano da Marinha do Brasil (SO, SG ou CB) do Quadro de Praças da Armada das especialidades de Máquinas, Caldeiras e Motores, com mais de 1 (um) um ano de embarque na Marinha do Brasil (MB), aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários - Máquinas APAQ-CTF ou curso de aperfeiçoamento equivalente, realizado anteriormente.	Sem regras	CHM SCM SQM	Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações até 3.000 kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF). Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações de qualquer kW, na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
2º GRUPO - FLUVIÁRIOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA - MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MFM	3	Candidato aprovado no Curso de Formação de Aquaviários CFAQ-II M N3 CFAQ-MFM ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente.	Sem regras	CHM SCM SQM SGM	Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações com até 500 kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF). Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	

ANEXO 2-A

					Serviços Gerais de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	
MMA	2	MMA com 1 (um) ano de efetivo embarque e uma vez aprovado no Curso Especial de Segurança de Embarcações de Passageiros (ESEP) *Obs.: Não cabe ao MMA ascensão a MFM. O acesso a MFM deverá ser feito por meio de Curso de Formação em conformidade com o edital do curso.*	Sem regras	CHM SCM SQM SGM	Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações até 170 kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF). Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações até 500 kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF). Serviços Gerais de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	A Ascensão ao nível 2 se destina a qualificar o MMA ao transporte de passageiros até 10AB
MMA	1	Candidato aprovado no Curso de Formação de Aquaviários CFAQ-MAF/MMA ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente.	Sem regras	CHM SCM SQM SGM	Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações até 170 kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF), após 1 (um) ano de embarque, exceto as embarcações de passageiros. Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações até 500 kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF). Serviços Gerais de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	

OBSERVAÇÕES
As limitações contidas nas categorias acima serão impressas no verso dos certificados emitidos.
SIGLAS:
CHM Chefe de Máquinas SCM Subchefe de Máquinas
SQM Subalterno de Quarto de Máquinas SGM Serviço Geral de Máquinas

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021083000074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
3º GRUPO PESCADORES - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES NAS EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CMP	3	MOP ou candidato aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - Motorista de Pesca - Nível 3 CFAQ-CMP ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente.	VI/1	CHM	Chefe de Máquinas de embarcações de pesca até 250 kW, na Navegação de Mar Aberto. Chefe de Máquinas de embarcações de pesca até 750 kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF). Chefe de Máquinas de embarcações de pesca até 500 kW, na Navegação de Mar Aberto, após 2 (dois) anos de embarque no exercício da função. Chefe de Máquinas de embarcações de pesca até 1.000 kW, na navegação de Mar Aberto, após 3 (três) anos de embarque no exercício da função.	
				SQM	Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações de pesca de qualquer kW.	
				SGM	Serviços Gerais de Máquinas de embarcações de pesca de qualquer kW.	
MOP	2	APM com idade igual ou superior a 18 anos ou candidato com mais de 18 anos de idade ou candidato aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - Motorista de Pesca - Nível 2 CFAQ-POP2/MOP2 ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente.	VI/1	CHM	Chefe de Máquinas de embarcações de pesca de potência propulsora de até 300 kW, empregadas na Navegação em Mar Aberto, dentro dos limites de visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas) e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	
				SQM	Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações de pesca até 500 kW na Navegação na costa brasileira e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	
				SGM	Serviços Gerais de Máquinas de embarcações de pesca de qualquer kW na Navegação Interior	

ANEXO 2-A

					conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	
MOP	1	APM com idade igual ou superior a 18 anos ou candidato com mais de 18 anos de idade ou candidato aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - Motorista de Pesca - Nível 1 CFAQ-POP1/MOP1 ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente.	VI/1	CHM	Chefe de Máquinas de embarcações de pesca de potência propulsora até 170 kW, empregadas na Navegação Costeira e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	
				SQM	Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações de pesca até 500 kW na Navegação na costa brasileira e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	
				SGM	Serviços Gerais de Máquinas de embarcações de pesca de qualquer kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	
APM	1	Concedido pelas Capitanias, suas Delegacias ou Agências, a título provisório, ao candidato com mais de 16 anos de idade, desde que autorizado pelo pai, tutor ou juiz competente, após ser aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - CFAQ-POP1/MOP1 ou CFAQ-POP2/MOP2 ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente. O APM deverá acompanhar o trabalho de bordo, não podendo assumir função como tripulante (não faz parte do CTS da embarcação).				

OBSERVAÇÕES GERAIS REFERENTES AOS PESCADORES DO 3º GRUPO - SEÇÃO DE MÁQUINAS:
1. As limitações contidas nas categorias acima serão impressas no verso dos certificados emitidos.
2. O curso ESEP deverá ser realizado pelo pescador que tripula embarcação com dupla classificação (Pesca/ transporte de passageiros).

SIGLAS:
CHM Chefe de Máquinas
SCM Subchefe de Máquinas
OQM Oficial Encarregado de Quarto de Máquinas
SQM Subalterno de Quarto de Máquinas
S/L Sem Limitações

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
SEÇÃO DE SAÚDE

INSCRIÇÃO NA CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
ENF	5	Profissional de saúde (Enfermeiro ou Técnico em Enfermagem) com diploma ou certificado expedido de acordo com a legislação vigente e registrado pelo órgão competente, aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários (CAAQ-CT/S). Veterano da Marinha do Brasil, na especialidade militar de Enfermagem, aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários (CAAQ-CT/S).	VI/1 VI/6	x x x	Sem Limitações	
ASA	3	Auxiliar de Enfermagem, com certificado conferido por instituição de ensino, nos termos da legislação vigente e registrado pelo órgão competente, para a categoria Auxiliar de Saúde; e aprovação no Curso de Adaptação para Aquaviários (CAAQ-CT/S).	VI/1 VI/6	x x x	Sem Limitações	

OBSERVAÇÕES GERAIS REFERENTES AOS AQUAVIÁRIOS DA SEÇÃO DE SAÚDE

1. Serão dispensados de realizar o curso CAAQ-CT/S todos os Aquaviários que ingressaram na Marinha Mercante por meio de Cursos de Formação/Adaptação, a partir do nível de equivalência 3, desde que possuam curso de graduação do nível superior em enfermagem ou curso técnico de nível médio em enfermagem, com diploma/certificado reconhecido pelo MEC e pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), para ingresso na categoria Enfermeiro (ENF) ou possuam o Ensino Médio completo e certificado de Auxiliar de Enfermagem, reconhecido pelo COFEN, para ingresso na categoria Auxiliar de Saúde (ASA);
2. As Regras VI/1 e VI/6 são obrigatórias para todos Aquaviários que pertençam a este grupo, quando forem desempenhar atividades profissionais em mar aberto.

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
SEÇÃO DE CÂMARA

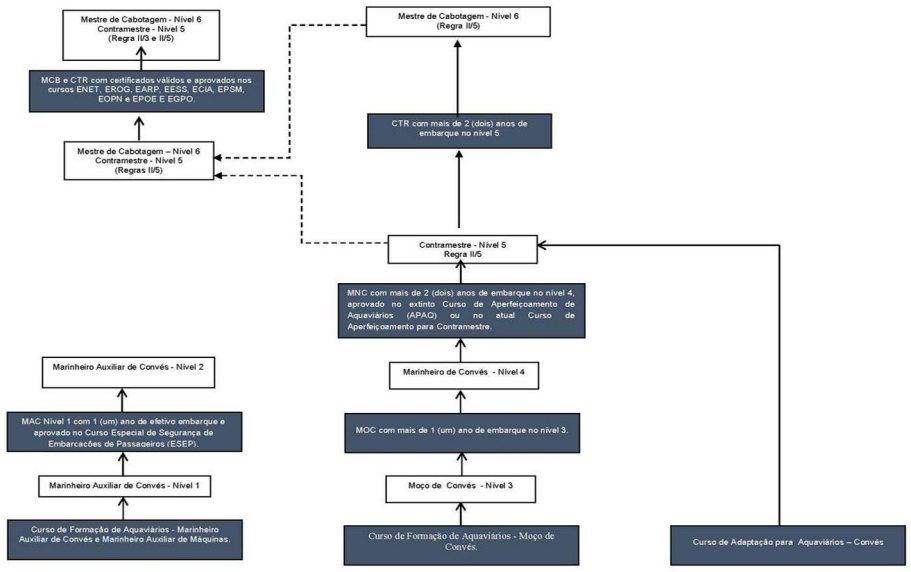
INSCRIÇÃO NA CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CZA	2	Cozinheiro com curso de capacitação de cozinheiro, com carga horária mínima de 160 horas, aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários (CAAQ-CT/S); Veterano da Marinha do Brasil , na especialidade de Cozinheiro (CO), Aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários (CAAQ-CT/S).	VI/1 VI/6	x x x	Sem Limitações	
TAA	2	Taifeiro com curso de capacitação de taifeiro/garçom, com carga horária mínima de 160 horas, aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários (CAAQ-CT/S). Veterano da Marinha do Brasil , na especialidade de Taifeiro (AR), Aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários (CAAQ-CT/S).	VI/1 VI/6	x x x	Sem Limitações	

OBSERVAÇÕES GERAIS REFERENTES AOS AQUAVIÁRIOS DA SEÇÃO DE CÂMARA

1. Serão dispensados de realizar o curso CAAQ-CT/S todos os Aquaviários que ingressaram na Marinha Mercante por meio de Cursos de Formação/Adaptação, a partir do nível de equivalência 3, desde que possuam o ensino fundamental completo e o curso técnico correspondente com carga horária mínima de 160 horas.
2. As Regras VI/1 e VI/6 são obrigatórias para todos Aquaviários que pertençam a este grupo, quando forem desempenhar atividades profissionais em mar aberto.

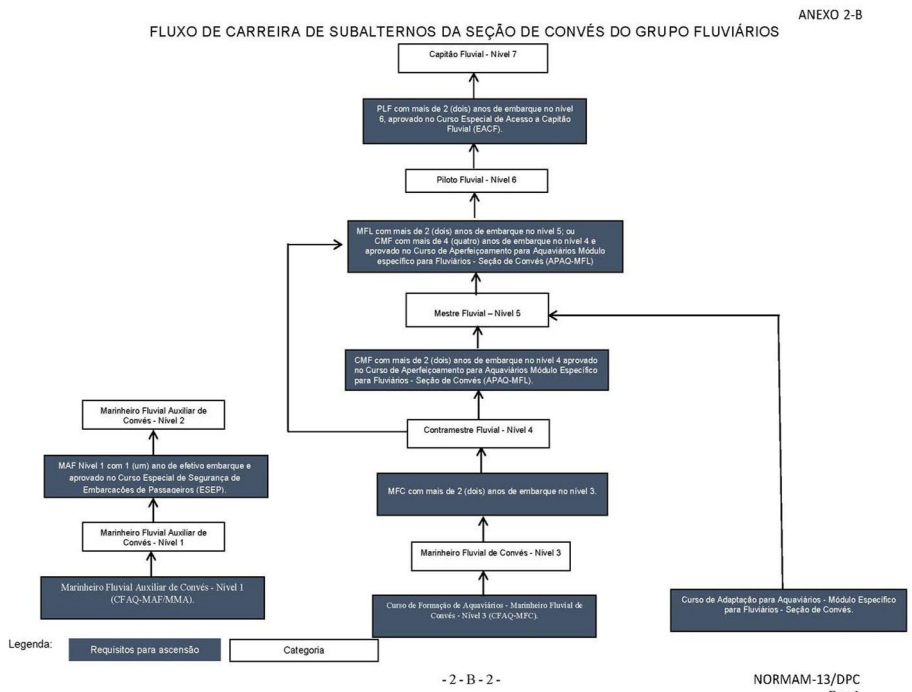
ANEXO 2-B

FLUXO DE CARREIRA DE SUBALTERNOS DA SEÇÃO DE CONVÉS DO GRUPO MARÍTIMOS



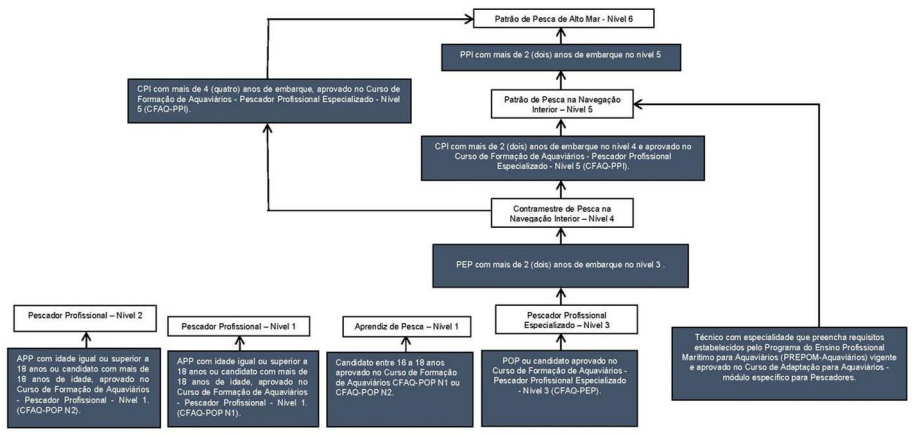
ANEXO 2-B

FLUXO DE CARREIRA DE SUBALTERNOS DA SEÇÃO DE CONVÉS DO GRUPO FLUVIÁRIOS



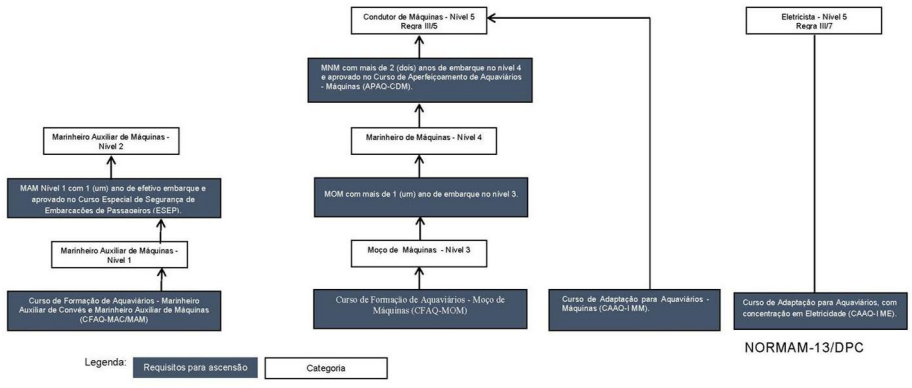
ANEXO 2-B

FLUXO DE CARREIRA DE SUBALTERNOS DA SEÇÃO DE CONVÉS DO GRUPO PESCADORES



ANEXO 2-C

FLUXO DE CARREIRA DE SUBALTERNOS DA SEÇÃO DE MÁQUINAS DO GRUPO MARÍTIMOS



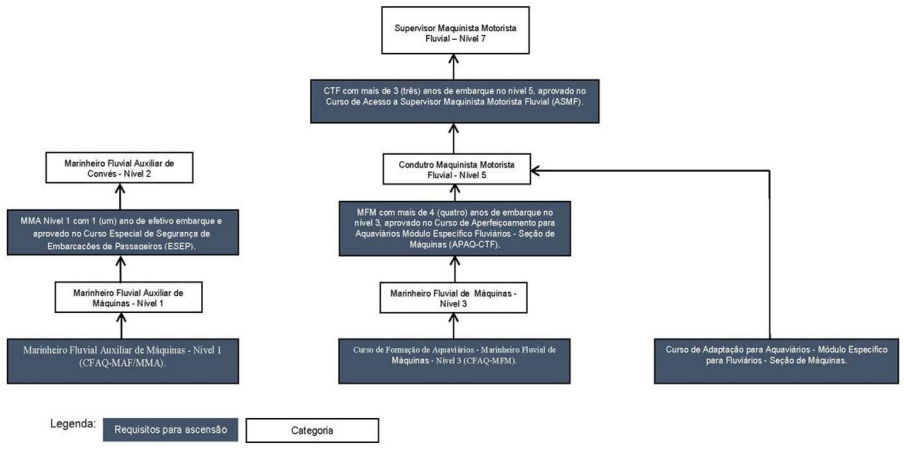
NORMAM-13/DPC

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021083000075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

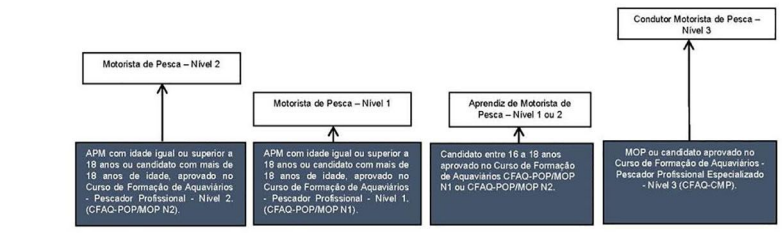
ANEXO 2-C

FLUXO DE CARREIRA DE SUBALTERNOS DA SEÇÃO DE MÁQUINAS DO GRUPO FLUVIÁRIOS



ANEXO 2-C

FLUXO DE CARREIRA DE SUBALTERNOS DA SEÇÃO DE MÁQUINAS DO GRUPO PESCADORES



ANEXO 2-D

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
(Federative Repuplic of Brazil)
AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA
(Brazilian Maritime Authority)
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS
(Directore of Ports and Coasts)

A Autoridade Marítima Brasileira concede ao Marítimo abaixo descrito, Licença para exercer as funções inerentes à Categoria e/ou Capacidade Superior, em conformidade com o Artigo VIII da Convenção STCW 78, emendada.
(The Brazilian Maritime Authority according to Article VIII of the Convention STCW 78, as amended, grants to the below mentioned seafarer, the license to exercise functions inherent in Superior Category and/or Capacity.)

Nº INSCRIÇÃO:
(Registration Nº)

NOME
:
(Nam e)

CATEGORIA ATUAL:
(Rank)

CAPACIDADE ATUAL:
(Capacity)

REGRA ATUAL
(Regulation)

LICENÇA SUPERIOR
(Dispensation)

CATEGORIA:
(Rank)

CAPACIDADE:
(Capacity)

REGRA:
(Regulation)

DATA DE EMISSÃO:
(Issued on) (dd/mm/yyyy)

DATA DE VALIDADE;
(Validity)
(dd/mm/yyyy)

EMBARCAÇÃO:
(Ship Name)

ARQUEAÇÃO BRUTA:
(Gross Tonnge)

ÓRGÃO EMISSÃO:
(Emission Office)

(Place and Date)

CAPITÃO DOS PORTOS/DELEGADO
*(Signature Ofg duly authorized official)*ANEXO 2-D

ANEXO 2-D

LISTA DE CAPACIDADE
(LIST OF CAPACITY)

CÓDIGO	CAPACIDADE	CAPACITY
SEÇÃO DE CONVÉS		
CMT	Comandante	Master
IMT	Imediato	Chief Mate
OQN	Oficial de Quarto de Navegação	Officer in charge of a navigational watch
GMR	Operador – Radiocomunicações GMDSSS	Radio Operator – GMDSS
SQN	Subalterno de Quarto de Navegação	Rating forming part of a navigational watch
SEÇÃO DE MÁQUINAS		
CHM	Chefe de Máquinas	Chief engineer officer
SCM	Subchefe de Máquinas	Second Engineer Officer
OQM	Oficial de Quarto de Máquinas	Officer in Charge of na engineering watch
SQM	Subalterno de Quarto de Máquinas	Rating forming part of a watch in a manned engine-room

ANEXO 2-E
MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS
PROCEDIMENTO PARA A CONCESSÃO DA MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO

1 GENERALIDADES

1.1 - A Medalha Mérito Marítimo, criada pelo Decreto nº 9.090, de 07JUL2017, destina-se a reconhecer o mérito dos aquaviários da Marinha Mercante brasileira, que tenham se distinguido pela exemplar dedicação à sua profissão, conduta ilibada, invulgar interesse no aprimoramento de seus misteres a bordo e quantidade de dias de embarque.

1.2 - A Medalha Mérito Marítimo, será com uma, duas, três ou quatro âncoras, com passador e barreta em bronze; com quatro âncoras com passador e barreta de prata; e com quatro âncoras com passador e barreta de ouro, distinguindo, desta forma, respectivamente, faixas crescentes de tempo de embarque completados pelo agraciado.

1.3 - Cabe à DPC promover a confecção das medalhas e diplomas, assim como a sua guarda e distribuição.

1.4 - Os modelos de medalha/passador/roseta e diploma constam dos Apêndice I e Apêndice II, respectivamente.

1.5 - Um fluxograma contendo as etapas para concessão da Medalha Mérito Marítimo consta do Apêndice IV

2 DO DIREITO À MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO

2.1 Tem direito à Medalha Mérito Marítimo os aquaviários da Marinha Mercante brasileira que satisfizerem os seguintes requisitos:

2.1.1 - ter se distinguido pela exemplar dedicação à profissão e invulgar interesse no aprimoramento de seus misteres a bordo, quando operando no mar aberto ou em águas interiores;

2.1.2 - ter sido indicado pelo titular de uma empresa de navegação brasileira ou armador brasileiro à DPC, ou ter sido indicado pelo titular de uma OM à DPC (se o aquaviário for militar da MB);

2.1.3- ter sido considerado pelo Diretor-Geral de Navegação merecedor da Medalha Mérito Marítimo, por proposta do DPC;

2.1.4 - não ter sido condenado em processo criminal transitado em julgado, ainda que beneficiado por indulto ou "sursis";

2.1.5- não ter sido responsabilizado por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo em processo administrativo disciplinar, do qual não caiba mais recurso;

2.1.6- não ter sido condenado em processo no Tribunal Marítimo, nos últimos 5 anos; e

2.1.7 - possuir o seguinte tempo mínimo de embarque efetivo como aquaviário:

a- Para medalha com passador e barreta de uma âncora em bronze: 1.500 dias de embarque;

b- Para medalha com passador e barreta de duas âncoras em bronze: 2.500 dias de embarque;

c- Para medalha com passador e barreta de três âncoras em bronze: 3.500 dias de embarque;

d- Para medalha com passador e barreta de quatro âncoras em bronze: 5.000 dias de embarque;

e- Para medalha com passador e barreta de quatro âncoras em prata: 7.000 dias de embarque;

f- Para medalha com passador e barreta de quatro âncoras em ouro: 8.000 dias de embarque. Observações:

1- As verificações definidas nos subitens 2.1.4 e 2.1.5 serão realizadas pelas empresas de navegação ou Armador responsáveis pela indicação.

2- Os Aquaviários inativos ou não vinculados a empresas de navegação poderão, desde que observando as regras anteriormente citadas, ser propostos por Associações de classe, tais como: Centro de Capitães e Sindicatos.

2.2 Para o cômputo do tempo de embarque efetivo do aquaviário:

2.2.1 O tripulante conta o tempo de embarque em qualquer embarcação que esteja normalmente em serviço, desde que nela exerça o cargo ou função para a qual está habilitado. Também contam tempo de embarque os marítimos que exercem as funções de Gerente de Instalação Offshore, Supervisor de Embarcação, Operador de Controle de Lastro, Supervisor de Manutenção e Operador de Posicionamento Dinâmico.

2.2.2 Não deverão ser contabilizados os embarques em navios em LAY UP e em navios docados com período superior a 60 dias;

2.2.3 Para a contagem de tempo de embarque também será computado o período em que o aquaviário brasileiro encontrar-se, efetivamente, embarcado em navios de outras bandeiras cujos países sejam, em princípio, signatários da Convenção STCW-78, como emendada, sendo a sua homologação de acordo com a NORMAM-13/DPC;

2.3 As empresas de navegação, proprietários, armadores ou seus prepostos deverão expedir um documento contendo o cálculo do somatório dos dias transcorridos entre as diversas datas de embarque e desembarque registradas em sua Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) e/ou RoI da Embarcação, preenchendo o modelo do Apêndice III à este anexo, especificando os tipos de navegação em que a embarcação foi empregada. Deverão ser incluídas no processo cópias das folhas de registro de embarque e as respectivas folhas de dados pessoais da CIR, devidamente autenticadas pela empresa de navegação ou pelo armador brasileiro solicitante, que comprovem todos os dias de embarque citado no documento supramencionado.

2.4 - O tempo de embarque será computado em dias e o somatório transcrito no final do documento de comprovação do tempo de embarque e, para todos os efeitos, deverá ser considerado 1 (um) ano igual a 365 dias.

2.5 - Os aquaviários oriundos da Marinha do Brasil não poderão ter seus dias de mar na carreira computados como dias de embarque para efeito de indicação a esta medalha. Entretanto poderão fazer uso de sua Medalha Mérito Marinheiro quando utilizando o uniforme da Marinha Mercante.

2.6 - O tempo de embarque como praticante e em estágio de curso poderá ser computado como tempo para concessão da Medalha.

3 ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DA MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO

3.1 - A organização do processo da Medalha Mérito Marítimo será realizada pela DPC, com base nas indicações recebidas das empresas de navegação ou de armadores.

3.2 - Caberá às empresas de navegação ou aos armadores a iniciativa para a indicação de aquaviário que preencha os requisitos para o recebimento da medalha, por intermédio de proposta à DPC, anualmente, até o dia 30ABR, enviando o documento constante do Apêndice III preenchido para cada proponente e os respectivos documentos comprobatórios. Todas as propostas de uma mesma empresa de navegação ou armadores deverão ser consolidadas em um ofício ao Diretor de Portos e Costas, devendo constar a relação, por ordem de prioridade, das propostas dos agraciados, bem como os todos os documentos supracitados.

3.3- O aquaviário que preencher os requisitos de uma determinada gradação de medalha não concorrerá à medalha inferior.

4 DA CONCESSÃO DA MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO

4.1 - A Medalha Mérito Marítimo e o passador respectivo serão concedidos por Portaria do Diretor-Geral de Navegação, mediante proposta do DPC, devendo conter o número de dias de embarque alcançados pelo aquaviário.

4.1.1 - Após a publicação da Portaria de concessão, o DGN providenciará a lavratura do diploma respectivo, que por ele será assinado e encaminhado à DPC.

4.1.2 - Serão encaminhados pela DPC a Medalha Mérito Marítimo, o diploma e os respectivos pertences às empresas de navegação ou aos armadores responsáveis pelos aquaviários agraciados.

4.2 - A entrega do diploma, da Medalha Mérito Marítimo e pertences deverá ser feita em solenidade presidida pelos Comandantes de Navios e/ou Presidentes/Diretores de empresas de navegação, em datas de significação especial, como o Dia Marítimo Mundial e o Dia da Marinha Mercante.

4.2.1 - No caso de o agraciado ser o próprio Comandante de Navio, a entrega deverá ser feita, pelo Presidente/Diretor da empresa de navegação.

4.3 - Em caso de falecimento do agraciado, a entrega do diploma, da Medalha Mérito Marítimo e os respectivos pertences, a que tiver feito jus, será feita à viúva, ou, na sua falta, aos herdeiros consanguíneos, respeitada a linha de sucessão.- Os aquaviários agraciados com as medalhas de quatro âncoras em prata e ouro serão convidados a recebê-las na solenidade comemorativa ao Dia Marítimo Mundial.

4.4 - Anualmente, em função do orçamento disponibilizado para aquisição das medalhas e seus pertences, será estipulada uma quota deste material a ser concedida e, em função do quantitativo de pedidos de medalhas, será estabelecido pela DPC um percentual para atendimento das empresas de navegação/ armadores.

4.5 - Cabe à DPC comunicar as quotas específicas para cada Empresa ou Armador. Nesta situação as Empresas ou Armador proponentes, poderão a seu cargo, acrescer a essa quota, a quantidade desejável das medalhas e seus pertences, desde que façam a aquisição das mesmas.

4.6 - Os casos omissos ao presente procedimento serão resolvidos pelo Diretor de Portos e Costas

Apêndice I ao Anexo 2-E

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

MODELO DE MEDALHA MÉRITO MARITÍMO E SEUS PERTENCES



Apêndice II ao Anexo 2-E

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

MODELO DO DIPLOMA DA MEDALHA MÉRITO MARITÍMO



Apêndice III ao Anexo 2-E

MODELO DE SOLICITAÇÃO DA MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO A SER PREENCHIDO PELA EMPRESA EM PAPEL TIMBRADO

APOSIÇÃO DO CARIMBO DA EMPRESA

_____

(NOME DA EMPRESA)

PROPOSTA DE CONCESSÃO DA MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO

Eu [Nome], [Nacionalidade], natural de [Cidade/Estado], [Estado Civil], [CPF], na qualidade de [Função] da Empresa [Razão Social], estabelecida na [Rua], [Nº] [complemento], [CEP], [Cidade/UF], inscrita no CNPJ sob o nº ....., proponho a concessão da Medalha Mérito Marítimo ao [Categoria] [Nome], brasileiro, nº de inscrição....., por ter se distinguido pela exemplar dedicação à profissão e invulgar interesse no aprimoramento de seus misteres a bordo, quando operando no mar aberto ou em águas interiores. Atesto ainda que o referido aquaviário não foi condenado em processo criminal transitado em julgado, ainda que beneficiado por indulto ou "sursis" e, também, não foi responsabilizado por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo em processo administrativo disciplinar, do qual não caiba mais recurso, de acordo com as Normas da Autoridade Marítima para Aquaviário – NORMAM-13/DPC. Apresento, na tabela abaixo, o seguinte tempo de embarque do referido aquaviário:

Tipo e Nome do Navio	Arqueação Bruta/ Potência	Função	Tipo de Navegação	Data de embarque	Data de desembarque	Tempo total
Total de dias de embarque até a data indicada =						

Por ser verdade, firmo o presente para que surte seus efeitos legais.
[Cidade], [dia] de [mês] de [ano].

_____

(assinatura)
Nome completo/ Função e CPF
(Presidente/ Diretor da Empresa de Navegação,
Armador ou Associação de Classe)

Observações:

1 *Preencher os dados (destacados) acima.*
2 *Anexar os documentos comprobatórios: certidões de "nada consta" da Justiça, antecedentes criminais da Polícia Federal e Polícia Civil e cópia da folha que contém a etiqueta de dados cadastrais e das folhas de registro de embarque da CIR.*
3 *Sugere-se aumentar as linhas da tabela que contém o tempo de embarque para a quantidade necessária aos lançamentos constantes das Cadernetas de Inscrição e Registro*

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152021083000077

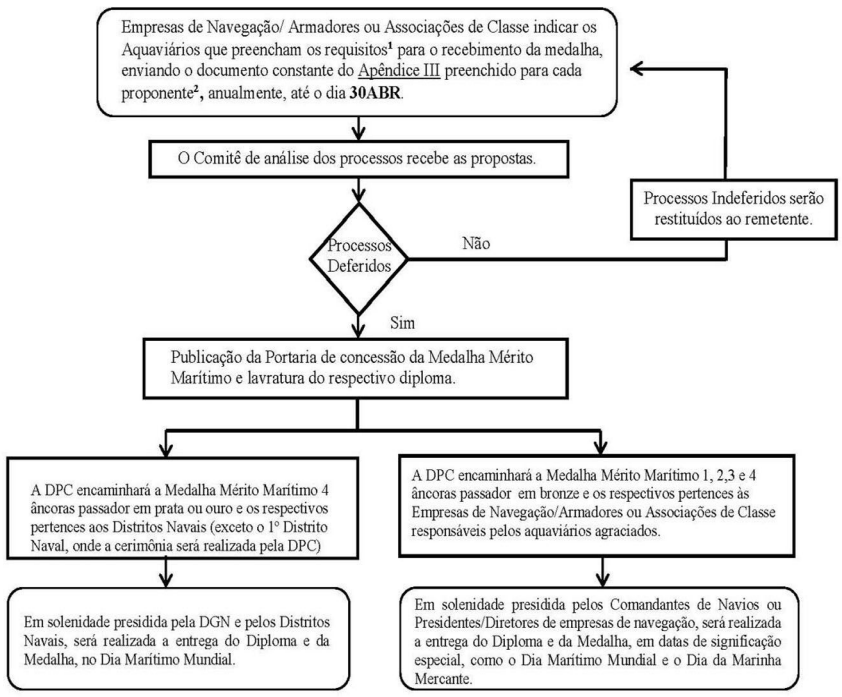
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Apêndice III ao Anexo 2-E

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PROCESSO PARA A CONCESSÃO DA MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO



1. Tem direito à Medalha Mérito Marítimo os aquaviários da Marinha Mercante brasileira que satisfizerem os seguintes requisitos:
- ter se distinguido pela exemplar dedicação à profissão e invulgar interesse no aprimoramento de seus misteres a bordo, quando operando no mar aberto ou em águas interiores;
- ter sido indicado pelo titular de uma empresa de navegação brasileira ou armador brasileiro à DPC, ou ter sido indicado pelo titular de uma OM à DPC (se o aquaviário for militar da MB);
- ter sido considerado pelo Diretor-Geral de Navegação merecedor da Medalha Mérito Marítimo, por proposta do DPC;
- não ter sido condenado em processo criminal transitado em julgado, ainda que beneficiado por indulto ou "sursis"(A ser realizada pelas empresas de navegação/Armador/Associações de Classe responsáveis pela indicação);
- não ter sido responsabilizado por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo em processo administrativo disciplinar, do qual não caiba mais recurso(A ser realizada pelas empresas de navegação/Armador/Associações de Classe responsáveis pela indicação);
- não ter sido condenado em processo no Tribunal Marítimo, nos últimos 10 anos; e
- possuir o seguinte tempo mínimo de embarque efetivo como aquaviário:
a) Para medalha com passador e barreta de uma âncora em bronze: 1.500 dias de embarque;
b) Para medalha com passador e barreta de duas âncoras em bronze: 2.500 dias de embarque;
c) Para medalha com passador e barreta de três âncoras em bronze: 3.500 dias de embarque;
d) Para medalha com passador e barreta de quatro âncoras em bronze: 5.000 dias de embarque;
e) Para medalha com passador e barreta de quatro âncoras em prata: 7.000 dias de embarque;
f) Para medalha com passador e barreta de quatro âncoras em ouro: 8.000 dias de embarque.
2. As propostas de uma mesma empresa de navegação ou armadores deverão ser consolidadas em um **ofício ao Diretor de Portos e Costas**, devendo constar a relação, por ordem de prioridade, das propostas dos agraciados, bem como os todos os documentos supracitados.

ANEXO 6-A

Exm° Sr. Diretor de Portos e Costas

Procurador	Nome:			
	Endereço:			
	Bairro:		Cidade:	
	UF	CEP	DDD	Tel:
Dependente	Nome:			
	Endereço:			
	Bairro:		Cidade:	
	UF	CEP	DDD	Tel
	Grau de parentesco:			
Ex-aquaviário	Nome:			
	Endereço:			
	Bairro:		Cidade:	
	UF	CEP	DDD	Tel
	Órgão de Inscrição			
	N° de Inscrição		Categoria	
	Filiação: Pai:			
	Mãe:			
	Data Nascimento: / /		Naturalidade:	
Requer	☐ Certidão de Serviços de Guerra na Lei nº (5)			
	☐ 2ª Via da Certidão de Serviços de Guerra nº/			

Navios/Períodos como tripulante (ex-combatente):	
Navio (s)	Período (s) (embarque/desembarque)

Obs.:1) as informações de nomes, endereços e navios não deverão ser abreviados
2)anexar uma relação de embarques e desembarques (Anexo 6-B)

Anexos (documentos de comprovação):

Observação(ões):

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____, de _____ de _____.
(local) (data)

Assinatura do requerente (procurador, dependente ou próprio)

ANEXO 6-B

MARINHA DO BRASIL

_____
OM

CERTIFICADO DE EMBARQUE E DE MOVIMENTAÇÃO DE EMBARCAÇÕES MERCANTES

Em atenção ao requerimento de ____/____/_____do Sr._____ _____ Port. N°_____, CERTIFICO para efeito do estabelecido na(o)_____do Exm°Sr. Comandante da Marinha (Boletim_____) para fim de gozo dos benefícios daLei que se enquadrar, que o Sr._____ _____, inscrito na_____, sob o n°_____, na categoria de , foi tripulante da(s) embarcação(ões) de Marinha Mercante Brasileira abaixo citada(s) no(s) período(s) ao lado mencionado(s) com a respectiva movimentação:

EMBARCAÇÃO	CLASSE	PERÍODO (EMBARQUE / DESEMBARQUE)	MOVIMENTAÇÃO DA EMBARCAÇÃO			OBSERVAÇÕES
			DATA DESPACHO	PORTO DE SAÍDA	PORTO DE DESTINO	
		__/__/__a__/__/__ DIA MÊS ANO DIA MÊS ANO	__/__/__ DIA MÊS ANO			
		__/__/__a__/__/__ DIA MÊS ANO ANO DIA MÊS	__/__/__ DIA MÊS ANO			
		__/__/__a__/__/__ DIA MÊS ANO ANO DIA MÊS	__/__/__ DIA MÊS ANO			
		__/__/__a__/__/__ DIA MÊS ANO ANO DIA MÊS	__/__/__ DIA MÊS ANO			
		__/__/__a__/__/__ DIA MÊS ANO ANO DIA MÊS	__/__/__ DIA MÊS ANO			
		__/__/__a__/__/__ DIA MÊS ANO ANO DIA MÊS	__/__/__ DIA MÊS ANO			

CERTIFICO ainda que os presentes dados foram extraídos dos lançamentos feitosnos seguintes documentos:

( ) LIVRO DE ENTRADA E SAÍDA DE NAVIOS (antigo CP-12)(
) LISTA DE TRIPULANTES (antigo CP-25); e
( ) ROL DE EQUIPAGEM (antigo CP-26).

da(s) embarcação(ões) acima mencionada(s).

_____, em_____de_____de_____.
(local) (data)

Assinatura e carimbo do responsável pela expedição do Certificado

ANEXO 6-C

MARINHA DO BRASIL

_____
OM

NOTIFICAÇÃO N.º_____de____/__/_____.

Ilmº Sr. _____
Endereço: _____

_____ (bairro) _____ (cidade) _____ (estado) _____ (CEP)

Comunico que no Processo F._____/_____de seu interesse foi aberta exigência pelaqual deverá V. Sª apresentar a documentação ou dar o esclarecimento que se faz necessário, conforme assinalado na relação abaixo:

1 - Apresentar novo requerimento dirigido ao Exmº Sr. Diretor de Portos e Costas;2 - Citar a finalidade da certidão requerida;
3 - Declarar navios em que esteve embarcado e períodos;4 - Declarar no requerimento a filiação;
5 - Apresentar Certidão de Casamento; 6 - Apresentar Certidão de Nascimento;7 - Apresentar Certidão de Óbito;
8 - Apresentar Justificação Judicial;
9 - Apresentar documento que deu origem a aposentadoria;10 - Apresentar documentação passada pelo interessado;
- Apresentar Caderneta Matrícula CIP ou CIR do ex-aquaviário;
- Apresentar Caderneta Matrícula anterior a CIP ou CIR;
- Apresentar Diploma de Medalha de Serviços de Guerra e o Certificado do Conselho de Mérito deGuerra ou Certificado de Concessão de Medalha de Serviços de Guerra;
- Pagar taxa de expediente;15 - Assinar requerimento;
- Assinar requerimento a rogo com duas testemunhas idôneas;
- Assinar por procuração;
- Confirmar número de inscrição;
- Confirmar categoria e Capitania de Inscrição;20 - Dirimir discrepâncias de grafia;
- Esclarecer divergência de nome;
- Esclarecer divergência de categoria;
- Esclarecer divergência em número de inscrição; 24 - Esclarecer divergência de Capitania de inscrição;
- Comparecer para receber documentação requerida;
- Tomar conhecimento da informação/decisão do SDGM/DPC;27 - Prestar esclarecimentos;
28 - _____
29 - _____

Informo a V. Sª que a(s) exigência(s) supracitada(s) deverá(ão) ser atendida(s) no prazo improrrogável de sessenta (90) dias, a contar da expedição desta Notificação, sob pena de ser arquivado o processo, o qual só poderá ser desarquivado mediante nova petição da parte interessada.

_____, em_____de_____de_____.
(local) (data)

_____
CP, Del. Ou Ag.

Obs. Horário de atendimento: das_____às_____h e das_____às_____h.

ANEXO 6-D

Exmo./Ilmo. Sr. Comandante do Centro de Instrução
☐ Almirante Graça Aranha (CIAGA)
☐ Almirante Braz de Aguiar (CIABA)

(carimbo da Cp/Dl/Ag)

_____, filho de
(nome completo)
_____e de _____
(pai)
_____, nascido a_____/____/_____, natural
(mãe) (dia mês ano)
do Estado_____, residente a _____
(Estado)
_____.
(rua, nº, complemento, bairro, município, estado, CEP)
para fins de prova junto a (ao) _____
(órgão onde deseja comprovar o Tempo de Serviço Militar)
vem respeitosamente solicitar a V. Sª, de acordo com o Aviso nº N-1315, de 12/07/1966 do Ministro da Marinha, se digne mandar passar por Certidão o seu Tempo de Serviço Militar correspondente ao período de____/____/____ a____/____/____ em que foi aluno da ex- Escola de Marinha Mercante ou Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante do_____.
(nome completo do Centro de Instrução)

Nestes termos, pede deferimento.

_____
(local e data)

_____
(assinatura do requerente)

ANEXOS:

2.a Documento que comprove que está em dia com suas obrigações militares - Certificados de Alistamento Militar, de Reservista, de Dispensa de Incorporação ou de Isenção (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).
2.b Certidão de nascimento ou Certidão de casamento (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);
2.cCarta Patente do Oficial - somente para os formandos oriundos do CIAGA e CIABA após 1980 (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);
2.dComprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e
2.eDeclaração do requerente, expondo o(s) motivo(s) da solicitação, no caso de 2ª via.

ENDEREÇOS:

- CIAGA - Avenida Brasil, nº 9020, Penha, Rio de Janeiro, RJ - CEP. 21031-831.
- CIABA - Rodovia Arthur Bernardes, nº 245, Pratinha, Belém, PA - CEP. 66816-900.

Anexo 6-E
DPC-1020

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

CERTIDÃO nº ...../.....

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento datado de.....(1).....do(a)Senhor(a).....(2).....,.....(3).....do Senhor .....(4)....., protocolado nesta Diretoria sob o nº.....(5)....., inscrito na .....(6) ....., sob o nº .....(7) ....., na categoria de .....(8)....., nascido em .....(9)....., filho de .....(10)..... e de .....(11)....., CERTIFICO que é ex-combatente para os efeitos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, ... (12) ou (13)..... .

.....(14) ou (15)..... .

.....(16)..... .

.....(17)..... .....(17).....

NOME NOME
Posto Posto
Cargo Cargo

Instruções:

(1) Data do requerimento protocolado na CDA [dia/mês/ano]
(2) Nome do requerente ou procurador (a)
(3) Vinculo familiar [viúva, irmãos, ascendentes ou descendentes, etc.]
(4) Nome do aquaviário
(5) Nº do Protocolo de entrada na Diretoria (DPC)
(6) Nome da CDA
(7) Nº de inscrição do aquaviário
(8) Categoria do aquaviário
(9) Data de nascimento do aquaviário [dia/mês/ano]
(10) Nome do Pai do aquaviário
(11) Nome da mãe do aquaviário
(12) Por ter sido agraciado com o mérito de Guerra, "pelos serviços prestados durante a Segunda Guerra Mundial ao lado das Nações Unidas, contra os países do Eixo, a bordo de navios mercantes nacionais ou estrangeiros, empregados em assegurar o abastecimento e o transporte de materiais necessários à obtenção da Vitória, tornando-se merecedor da Medalha Naval de Serviços de Guerra, com [1, 2 ou 3 estrelas]
(13) Por ter sido tripulante da embarcação brasileira, [nome da embarcação] no [período de embarque], quando participou dos Comboios de Transporte de Tropas ou abastecimento, [prefixos] durante a Segunda Guerra Mundial.
(14) [texto a ser incluído somente na emissão da 2ª via] Certifico mais, que o senhor [nome do ex-combatente] consta no livro de registro dos ex-combatentes agraciados com o Diploma da Medalha de Serviços de Guerra, 2º Despacho expedido pela DPHDM, [pesquisa nos arquivos, embarque e desembarque em Rol de equipagem ou Portuários do ex-combatente] Certidão de embarque e desembarque pela CP/DL/AG, Certidão do Ministério dos Transportes, Registro na CIP ou CIR de embarque e desembarque no período da Segunda Guerra Mundial.
(15) [texto a ser incluído somente na emissão da 2ª via] Certifico mais, que o senhor [nome do ex-combatente] foi citado no 2º Despacho expedido pela DPHDM, [pesquisa nos arquivos, embarque e desembarque em Rol de equipagem ou Portuários do ex-combatente] Certidão de embarque e desembarque pela CP/DL/AG, Certidão do Ministério dos Transportes, Registro na CIP ou CIR de embarque e desembarque no período da Segunda Guerra Mundial.
(16) Localidade e data [dia/ mês/ ano, todos por extensos]
(17) Assinatura das autoridades [Nome completo do Chefe do Departamento], [Nome completo do Encarregado de Divisão]

ANEXO 6-F
DPC-1021

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

CERTIDÃO nº...../.....

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento datado de.....(1).....do(a) Senhor(a).....(2).....,.....(3).....do Senhor.....(4).....protocolado nesta Diretoria sob o nº.....(5)....., inscrito na .....(6)....., sob o nº .....(7)....., na categoria de .....(8).....; nascido em.....(9)....., filho de .....(10).....e de .....(11)....., CERTIFICO que é ex-combatente conforme definido pelo art. nº 2 da Lei nº 5.698 de 31 de agosto de 1971, e apenas para os efeitos exclusivos desta Lei, por haver embarcado como tripulante da embarcação brasileira .....(12)....., no(s) período(s) de .....(13)....., quando fez duas ou mais viagens em zonas de ataques submarinos, no período considerado pela referida Lei. Certifico mais, que a presente certidão foi baseada no (a) ..... (14).....e em acordo ao despacho nº.....(15)....., emitido pela Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM)

.....(16).....

.....(17)..... .....(17).....

NOME NOME
Posto Posto
Cargo Cargo

i.Instruções

1 - Data do requerimento realizado na CDA [dia/mês/ano]
2 - Nome do requerente ou procurador (a)
3 - Vinculo familiar [viúva, irmãos ascendentes ou descendentes etc.]
4 - Nome do aquaviário
5 - Nº do Protocolo de entrada na Diretoria (DPC)
6 - Nome da Capitania
7 - Nº de inscrição do aquaviário
8 - Categoria do aquaviário
9 - Data de nascimento do aquaviário [dia/mês/ano]
10 - Nome do pai do aquaviário
11 - Nome da mãe do aquaviário
12 - Nome da(s) embarcação(ões)
13 - Dia/ mês/ ano
14 - Certidão de tempo de embarque expedida pela CP/DL/AG, para quem a possuir, ou Certidão expedida pelo Ministério dos Transportes, ou Caderneta de Matricula de Inscrição Pessoal (CIP), referente ao período da Segunda Guerra Mundial
15 - Nº do despacho emitido pela DPHDM
16 - Localidade e data [dia/ mês/ ano, todos por extensos]
17 - Assinatura das autoridades [Nome completo do Chefe do Departamento], [Nome completo do Encarregado de Divisão]

Anexo 6-G
DPC-1020

MARINHA DO BRASIL
OM

NOME DO EX-AQUAVIÁRIO:

INFORMAÇÕES SOBRE O EX-AQUAVIÁRIO (PREENCHIDO PELA DPHDM)

1) Navios em que esteve embarcado;

2) Se o navio trafegou em zona de conflito;

3) Locais e períodos de embarques/Desembarques;

Local_____ período _____/_____/___ a _____/_____/_____
Dia/Mês/Ano Dia/Mês/Ano

local_____ período _____/_____/___ a _____/_____/_____ ;
Dia/Mês/Ano Dia/Mês/Ano

4) Se participou como integrante de tropa transportada em navios escoltados por navios de guerra:

5) Quantas viagens realizou;

6) Se navio de guerra ou mercante, foram atacados por inimigos ou destruídos por acidente;

7) Se o navio participou de comboio de transporte de tropas, informando os seus prefixos;

8) Se o navio participou de missões de patrulha;

09) Se o navio participou de missões de vigilância e segurança como integrante da guarnição de ilhas oceânicas;

10) Outras informações julgadas relevantes; e

11) Esclarecer as informações não atendidas para que as CP/DL/AG possam notificar o requerente.

_____, em_____de_____de_____
(Local) (data)

_____
Assinatura e carimbo do Responsável

PORTARIA Nº 303/DPC, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

Prorroga o prazo de credenciamento estabelecido no art. 5º da Portaria nº 244/DPC, de 27 de junho de 2019.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 8º, da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, resolve:

Art. 1º Prorrogar, em caráter excepcional, até 31 de dezembro de 2021, em face do contexto da emergência de saúde da COVID-19, o prazo do credenciamento da FACULDADE DE TECNOLOGIA DE JAHU, CNPJ 62.823.257/0020-63, estabelecido no art. 5º da Portaria nº 244/DPC, de 27 de junho de 2019, para continuar ministrando os cursos a seguir, nas localidades do Município de Jaú-SP, sob a jurisdição da Capitania Fluvial do Tiête-Paraná (CFTP), fundamentado na NORMAM-30/DPC (1ª Revisão):

I - Curso de Formação de Aquaviários - Marinheiro Fluvial de Convés - Nível 3 (CFAQ-MFC);

II - Curso de Formação de Aquaviários - Marinheiro Fluvial de Máquinas - Nível 3 (CFAQ-MFM);

III - Curso de Adaptação para Aquaviários - Módulo Específico para Fluviários - Seção de Convés (CAAQ-MFL);

IV - Curso de Adaptação para Aquaviários - Módulo Específico para Fluviários - Seção Máquinas (CAAQ-CTF);

V - Curso de Adaptação para Aquaviários - Cozinheiro, Taifeiro, Enfermeiro e Auxiliar de Saúde (CAAQ-CTS);

VI - Curso Especial de Acesso a Capitão Fluvial (EACF);

VII - Curso Especial de Combate a Incêndio Avançado (ECIA);

VIII - Curso Especial de Familiarização em Balsas Transportadoras de Petróleo, seus Derivados e Etanol (EFBP); e

IX - Especial de Segurança de Embarcações de Passageiros (ESEP).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021, com efeitos retroativos a 1º de julho de 2021.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 304/DPC, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

Prorroga o prazo de credenciamento estabelecido no art. 5º da Portaria nº 317/DPC, de 28 de agosto de 2019.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 8º, da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, resolve:

Art. 1º Prorrogar, em caráter excepcional, até 31 de dezembro de 2021, em face do contexto da emergência de saúde da COVID-19, o prazo do credenciamento da MC Martins LTDA ME, CNPJ 12.088.721/0001-84, estabelecido no art. 5º da Portaria nº 317/DPC, de 28 de agosto de 2019, para continuar ministrando os cursos a seguir, no município de Angra dos Reis-RJ, sob a jurisdição da Delegacia da Capitania dos Portos em Angra dos Reis (DelReis), fundamentado na NORMAM-30/DPC (1ª Revisão):

I - Curso de Formação de Aquaviários - Moço de Convés (CFAQ-MOC);

II - Curso de Formação de Aquaviários - Moço de Máquinas (CFAQ-MOM);

III - Curso de Formação de Aquaviários - Marinheiro Auxiliar de Convés e Marinheiro Auxiliar de Máquinas (CFAQ-MAC/MAM);

IV - Curso de Formação de Aquaviários - Pescador Profissional Nível 1 (CFAQ-POP 1/MOP 1);

V - Curso de Adaptação de Aquaviários - Cozinheiro, Taifeiro, Enfermeiro e Auxiliar de Saúde (CAAQ-CTS);

VI - Curso Especial de Segurança de Embarcações de Passageiros (ESEP); e

VII - Curso Especial de Conscientização sobre Proteção do Navio (EBCP).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor 1º de setembro de 2021, tendo seus efeitos retroagidos a 24 de agosto de 2021.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 305/DPC, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

Renova o credenciamento da Fundação Homem do Mar (FHM), para ministrar curso do Ensino Profissional Marítimo (EPM).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 8º, da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da Fundação Homem do Mar (FHM), CNPJ 07.743.411/0001-16, para ministrar o Curso Especial para Operador ECDIS (EPOE), qualquer que seja a natureza do curso, se do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários), se curso extra-PREPOM, ou se curso não custeado pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (extra-FDEPM).

Parágrafo único - A execução desse curso dar-se-á sob a supervisão do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), na qualidade de Órgão de Execução (OE) vinculado.

Art. 2º Deverão ser observadas pela Fundação Homem do Mar (FHM) as recomendações e as prescrições da NORMAM-30/DPC (1ª Revisão). Para aplicação do curso, há necessidade de celebração de um dos acordos previstos no inciso 1.14.7 da referida Norma com o OE vinculado, a saber: Acordo de Credenciamento, no caso de não haver transferência de recursos públicos; ou Contrato Administrativo, no caso de haver transferência de recursos públicos. Ressalta-se que, em nenhuma hipótese, o curso oferecido poderá ensejar indenização por parte de alunos, independentemente da condição em que forem realizados: PREPOM, extra-PREPOM ou extra-FDPEM.

Art. 3º A realização do curso dependerá de expressa autorização da Diretoria de Portos e Costas (DPC), por solicitação do OE vinculado.

Parágrafo único - Ao término de cada curso autorizado, a Fundação Homem do Mar (FHM) deverá enviar ao OE vinculado a relação dos alunos aprovados, com o respectivo aproveitamento, a fim de possibilitar a emissão da Ordem de Serviço e dos Certificados correspondentes.

Art. 4º Obriga-se a Fundação Homem do Mar (FHM) a cumprir todas as disposições afetas ao EPM, independentemente de suas normas internas, sendo-lhe vedada negar cumprimento às mesmas ao fundamento de conflito com estas últimas, incorrendo, no caso da inobservância deste artigo, nas penalidades previstas nas normas do EPM. De igual modo, é vedado opor cláusula de confidencialidade à DPC no que concerne aos cursos do EPM, quaisquer que sejam os fundamentos.

Parágrafo único - O descumprimento de quaisquer normas ou determinações da DPC sujeitará a Fundação Homem do Mar (FHM) à pena de advertência, observado o devido processo legal. Salienta-se que três advertências, durante a vigência do período de credenciamento, resultarão no descredenciamento da Fundação.

Art. 5º O presente credenciamento é válido pelo período de dois anos, a partir da data de publicação desta Portaria em Diário Oficial da União (DOU), podendo ser renovado por igual período.

Art. 6º Revoga-se a Portaria nº 63/DPC, de 23 de fevereiro de 2021.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 306/DPC, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

Renova o credenciamento da Empresa ENGENHARIA MARÍTIMA OFFSHORE, para ministrar cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no art. 8º, da Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, resolve:

Art. 1º Renovar o credenciamento da empresa ENGENHARIA MARÍTIMA OFFSHORE, CNPJ 17.261.537/0001-08, para ministrar os cursos:

- Curso Especial de Operações com Cargas Perigosas no Trabalho Aquaviário (EOCA);

- Curso Especial Básico de Navios-Tanque para Gás Liquefeito (EBGL); e

- Cursos Especial Básico de Navio-Tanque Petroleiro e para Produtos Químicos (EBPQ). Qualquer que seja a natureza do curso, se do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários), se curso extra-PREPOM, ou se curso não custeado pelo Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo (extra-FDEPM).

Parágrafo único - A execução desses cursos dar-se-á sob a supervisão do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA), na qualidade de Órgão de Execução (OE) vinculado.

Art. 2º Deverão ser observadas pela ENGENHARIA MARÍTIMA OFFSHORE as recomendações e as prescrições da NORMAM-30/DPC (1ª Revisão). Para aplicação de cursos, há necessidade de celebração de um dos acordos previstos no inciso 1.14.7 da referida Norma com o OE vinculado, a saber: Acordo de Credenciamento, no caso de não haver transferência de recursos públicos; e/ou Contrato Administrativo, no caso de haver transferência de recursos públicos. Ressalta-se que, em nenhuma hipótese, os cursos oferecidos poderão ensejar indenização por parte de alunos, independentemente da condição em que forem realizados: PREPOM, extra-PREPOM ou extra-FDPEM.

Art. 3º A realização dos cursos dependerá de expressa autorização da Diretoria de Portos e Costas (DPC), por solicitação do OE vinculado.

Parágrafo único - Ao término de cada curso autorizado, a ENGENHARIA MARÍTIMA OFFSHORE deverá enviar ao OE vinculado a relação dos alunos aprovados, com o respectivo aproveitamento, a fim de possibilitar a emissão da Ordem de Serviço e dos Certificados correspondentes.

Art. 4º Obriga-se a ENGENHARIA MARÍTIMA OFFSHORE a cumprir todas as disposições afetas ao EPM, independentemente de suas normas internas, sendo-lhe vedada negar cumprimento às mesmas ao fundamento de conflito com estas últimas, incorrendo, no caso da inobservância deste artigo, nas penalidades previstas nas normas do EPM. De igual modo, é vedado opor cláusula de confidencialidade à DPC no que concerne aos cursos do EPM, quaisquer que sejam os fundamentos.

Parágrafo único - O descumprimento de quaisquer normas ou determinações da DPC sujeitará a ENGENHARIA MARÍTIMA OFFSHORE à pena de advertência, observado o devido processo legal. Salienta-se que três advertências, durante a vigência do período de credenciamento, resultarão no descredenciamento da ENGENHARIA MARÍTIMA OFFSHORE.

Art. 5º O presente credenciamento é válido pelo período de dois anos, a partir da data de publicação desta Portaria em Diário Oficial da União (DOU), podendo ser renovado por igual período.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

Vice-Almirante ALEXANDRE CURSINO DE OLIVEIRA

ESTADO-MAIOR DA ARMADA

PORTARIA Nº 167, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DA ARMADA, no uso da delegação de competência que lhe confere o inciso III do art. 1º do anexo C da Portaria nº 156/MB/2004 e de acordo com o disposto no art. 2º do Decreto nº 96.000/1988, resolve:

Art. 1º Conceder autorização à embarcação de pesquisa oceanográfica "TARA", de bandeira francesa, para realizar atividades de pesquisa científica em AJB, conforme previstas no Projeto Científico específico "TARA Microbiomes", obedecendo à derrota previamente apresentada à Marinha do Brasil (MB).

§ 1º A embarcação fica obrigada a aderir ao Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo, conforme descrito nas Normas da Autoridade Marítima para o Tráfego e Permanência de Embarcações em AJB - NORMAM-08/DPC. Qualquer alteração na derrota a ser cumprida em AJB deverá ser submetida à apreciação da MB.

§ 2º Caberá à Universidade Federal de Santa Catarina, instituição responsável pela campanha oceanográfica, buscar junto aos órgãos competentes as autorizações legais e exigíveis para boa execução do projeto, que deverão ser emitidas pelos órgãos de fiscalização e controle competentes, de acordo com a natureza da pesquisa, quando assim for exigido.

Art. 2º O propósito científico da campanha oceanográfica é de determinar a estrutura e a função da microbiota do Atlântico no que se refere à circulação oceânica e à presença de poluentes, para avaliar o papel que ambas têm na dinâmica dos ecossistemas atlânticos, em dois níveis: bacia hidrográfica e regional.

Art. 3º A autorização a que se refere esta Portaria terá validade para o período de 1º de setembro a 23 de novembro de 2021.

Art. 4º A embarcação de pesquisa mencionada no art. 1º terá a bordo um Oficial da MB, no período supracitado, ao qual deverão ser concedidas todas as facilidades, inclusive o amplo e irrestrito acesso a todos os espaços, equipamentos, instrumentos e registros de bordo, com o propósito de permitir a fiscalização necessária dos serviços que serão executados.

§ 1º O Oficial da MB tem autoridade para impedir a pesquisa ou a investigação científica, a coleta de dados, de informações ou de amostras, em AJB, realizadas fora do período estabelecido no art. 3º desta portaria, bem como para não permitir a execução de trabalhos científicos e adoção de derrotas não previstas nos documentos previamente apresentados por ocasião do pedido da autorização. Assim, todas as determinações emanadas pelo referido Oficial a esse respeito deverão ser prontamente acatadas.

Art. 5º A instituição responsável pela pesquisa deverá fornecer à Diretoria de Hidrografia e Navegação todos os dados, informações e resultados obtidos pela pesquisa realizada, dentro dos prazos previstos no Decreto nº 96.000/1988, encaminhando-os para a rua Barão de Jaceguai, s/nº, Ponta da Armação, Ponta D'Areia, Niterói, RJ, CEP 24048-900.

Art. 6º Deverão ser observados os aspectos técnicos e de documentação, detalhados nas "ORIENTAÇÕES PARA A REMESSA DOS DADOS COLETADOS", anexo a esta portaria.

Art. 7º O não cumprimento do estabelecido nesta portaria provocará o cancelamento automático da presente autorização, respondendo a entidade e os responsáveis pelos prejuízos causados e ficando sujeitos, a critério do Governo Brasileiro, a terem recusadas futuras solicitações de pesquisas em AJB.

Art. 8º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

Almirante de Esquadra MARCOS SILVA RODRIGUES

ANEXO

MARINHA DO BRASIL
ESTADO-MAIOR DA ARMADA
ORIENTAÇÕES PARA A REMESSA DOS DADOS COLETADOS

1 - Nome, endereço, telefone e FAX da Instituição responsável pelos dados enviados.

2 - Nome, endereço, telefone, FAX e e-mail do pesquisador responsável pelos dados enviados.

3 - Programa, projeto e nome da pesquisa ou investigação científica.

4 - Agência financiadora, número do contrato e data.

5 - Número do cruzeiro, da pernada e da estação.
6 - Nome da plataforma de coleta e indicativo visual.
7 - Data e hora (GMT) da coleta do dado (início e fim).
8 - Latitude, longitude e profundidade local das estações de coleta.
9 - Objetivo da coleta de dados.
10 - Completa descrição de quais foram os parâmetros coletados durante a Comissão.
11 - Metodologia de coleta dos dados.
12 - Parâmetros do dado: tipo, unidade, precisão, metodologia de observação, identificação do equipamento (tipo, modelo, software de leitura do dado cru - conversão do dado cru para o dado bruto), fase e metodologia de processamento, metodologia de análise (para os casos onde foi aplicada análise ao dado bruto), explicação dos flags de qualidade dos dados. Escolher a extensão do dado enviado associada à fase de processamento do mesmo.
13 - Quando se tratar de dados de CTDO, deverão ser enviados os dados de profundidade, temperatura, condutividade, salinidade, sigma-t, densidade e oxigênio, para todas as profundidades coletadas (não selecionar profundidades). Deverá ser enviada a condutividade padrão (padrão de calibração da condutividade do CTDO), bem como todos os arquivos brutos e informações acessórias necessárias ao processamento dos dados.
14 - Quando se tratar de dados de ADCP, deverão ser enviados dados de posição, hora, profundidade, velocidade horizontal e vertical, intensidade (do eco), correlação, erro, valores processados e arquivos brutos.
15 - Quando houver aquisição de amostras de fundo e testemunhos, devem ser informadas a data e posição (Lat/Long ou N/E) da coleta, o datum utilizado, o equipamento de amostragem, a embarcação, a profundidade e o tipo de fundo; no caso de amostras de fundo com análise laboratorial, devem ser enviados a planilha com os parâmetros analisados e os resultados da análise. No caso de testemunhos, deve ser enviada a descrição dos mesmos. Em ambos os casos deve ser enviado o mapa com a localização dos pontos amostrados, preferencialmente em meio digital na extensão DXF.
16 - Quanto a dados de varredura sonar ("side scan"), os arquivos processados e/ou brutos devem ser preferencialmente compatíveis com o programa de processamento sonarwiz.map, na extensão XTF e/ou JSF. No caso de dados brutos, citar no relatório os valores de "cable out" e "layback" caso não tenham sido inseridos durante a aquisição; plantas de varredura interpretadas e mosaicos, quando houverem, devem ser enviados preferencialmente em meio digital na extensão DXF.
17 - Quanto a dados de sísmica multicanal, sísmica rasa ou perfilador de subfundo, os arquivos processados e/ou brutos devem ser enviados em extensão SGY e/ou SGD, respectivamente; e os perfis e plantas interpretadas do embasamento acústico e/ou perfis sísmicos, quando houverem, devem ser enviados preferencialmente em meio digital na extensão DXF.
18 - Quanto a dados de sondagem, informar as especificações técnicas seguidas e ordem do levantamento, de acordo com a publicação S44 da OHI; informar a metodologia adotada nas pesquisas de perigos ou canais; informar os métodos de determinação de posições utilizadas; aferições ou calibragens; medir os offsets da embarcação, apresentando um croqui no relatório; informar a medição diária da linha d´água nos dias de sondagem; informar os valores de calibragem (latência de posição, pitch, roll e yaw); informar onde foram inseridos os offsets (próprio sensor, sistema de aquisição ou processamento) e que valores foram utilizados; informar a taxa de aquisição dos equipamentos (sensores de atitude, ecobatímetro, etc); informar o espaçamento entre linhas de sondagem (monofeixe) ou superposição (multifeixe) e taxa de aquisição de dados do sistema de sondagem; informar a abertura angular e modo de operação no caso de sondagem multifeixe; efetuar verificações de segurança para confirmar que todos os offsets estão inseridos corretamente; informar os perfis de velocidade do som utilizados e como foram planejados, fazer um comentário sucinto resumindo as características oceanográficas da área (ex. presença de termoclinas ou haloclinas causando aumento de refração dos feixes externos); informar períodos de ondas observados durante a sondagem e valor de filtro de heave configurado no sensor de atitude, além de outras considerações e/ou informações pertinentes.
19 - Citar quando ocorrer alguma avaria no equipamento durante a Comissão, indicando a partir de qual estação ocorreu e quais as medidas tomadas para sanar o problema.
20 - Enviar referência de literatura pertinente ao dado coletado (no caso de já existir o mesmo tipo de pesquisa para a área e período da comissão).
21 - Formatação para a remessa dos dados:
a) Mídias para a remessa dos dados:
Mídias permitidas e compatíveis com os leitores do CHM/BNDO:
I. DVD: -R/+R, -RW/+RW do tipo camada única e face única ou face dupla (Single Layer and Single or Double Face);
II. CD: -R/-RW;
III. DVD Blu Ray; e
IV. No caso de dados sísmicos, fitas LTO4.
b) Sistemas Operacionais recomendados para realização das gravações:
I. MICROSOFT WINDOWS nas versões: WINXP ou WIN7; ou
II. LINUX SUSE.
OBS:
No caso de dados sísmicos não existe esta obrigatoriedade.
c) Compactação de arquivos:
Os arquivos poderão ser compactados, desde que nos formatos: ZIP, TAR, Z, CAB, ARJ ou LZH.

Brasília-DF, 25 de agosto de 2021.
Capitão de Mar e Guerra (RM1) FABIANO FERRO VILELA
Ajudante da Divisão de Assuntos Marítimos e Ambientais

Ministério do Desenvolvimento Regional

CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 228, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Estabelece condições especiais para o resgate de cotas do Fundo de Desenvolvimento Social oriundas da extinção dos Fundos de Aplicação Financeira.

O CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL (CCFDS), com base no inciso XVII do art. 6º e no art. 12 da Lei n. 8.677, de 13 de julho de 1993, e nos arts. 5º, 7º, inciso XVII, e 14 do Decreto n. 10.333, de 29 de abril de 2020, tendo em vista a deliberação de sua Reunião Ordinária n. 18, de agosto de 2021, e o que consta no processo SEI n. 59000.006098/2021-94, resolve:

Art. 1º Autorizar a Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Operador do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), a efetuar o resgate da totalidade das cotas registradas na Central de Custódia e Liquidação operada pela B3 (B3/CETIP), detidas por instituições financeiras, oriundas da extinção dos Fundos de Aplicação Financeira (FAF), nos termos previstos no art. 12 da Lei n. 8.677, de 13 de julho de 1993, mediante:

I - apresentação pela instituição financeira interessada no resgate, ao Agente Operador, de declaração, no modelo estabelecido no Anexo;

II - autorização pela instituição financeira de, uma vez resgatada a totalidade de suas cotas, permitir à B3/CETIP extinguir a titularidade das cotas resgatadas, para fins de encerramento da operação;

III - apresentação pela instituição financeira, ao Agente Operador, da documentação mínima mencionada no §4º deste artigo; e

IV - cumprimento pela instituição financeira de todas as exigências porventura apresentadas pela B3/CETIP.

§1º O valor que será pago ao cotista, relativo ao resgate das cotas de sua titularidade, será calculado com base no valor da cota na data do efetivo resgate registrado na B3/CETIP, com desconto de 60,4% (sessenta vírgula quatro por cento) e com dedução de taxas e tributos incidentes na operação.

§2º O resgate previsto no caput, que se enquadra na hipótese de extinção dos FAF, prevista no art. 12 da Lei n. 8.677, de 1993, poderá ser exercido exclusivamente no período de até setenta e cinco dias após a publicação do ato normativo de que trata o §3º e o seu pagamento será realizado, em espécie, a partir da liquidação dos ativos que compõem a carteira de operações financeiras do patrimônio privado do FDS, por meio de crédito em conta corrente ou ordem de pagamento, em até trinta dias contados do exercício do resgate.

§3º Os procedimentos necessários à operacionalização do resgate previsto no caput, que serão seguidos pelo FDS e por seus cotistas, serão publicados por meio de ato normativo do Agente Operador, no prazo de trinta dias da publicação desta Resolução, observando-se os valores e prazos previstos nos parágrafos anteriores, deste artigo.

§4º Deverá ser apresentada pelos cotistas ao Agente Operador a documentação mínima abaixo relacionada, autenticada ou com comparação realizada nos termos do inciso II do art. 3º da Lei n. 13.726, de 8 de outubro de 2018:

I - cópia do estatuto social da Instituição Financeira;

II -cópia dos atos de nomeação dos representantes componentes da administração ou documento que qualifique os representantes legais da instituição financeira.

Art. 2º Por ocasião do exercício do resgate previsto no art. 1º e por opção do cotista, fica consignado que a instituição financeira formalizará, junto ao Agente Operador, declaração, no modelo estabelecido no Anexo.

Art. 3º O saldo do resgate de cotas previsto no art. 1º será direcionado ao FDS, para aplicação nas seguintes finalidades:

I - subvencionar a produção, a aquisição, a requalificação e a melhoria de moradias;

II - promover a regularização fundiária; ou

III - conceder subvenção econômica ao beneficiário pessoa física, desde que tal operação seja autorizada pelo Conselho Curador do FDS.

Parágrafo único. O Agente Operador deverá manter aplicados em títulos públicos, títulos de emissão do próprio Agente Operador ou Letras do Tesouro Nacional, os recursos gerados pela autorização de que trata o caput, enquanto não direcionados para as finalidades previstas nos incisos I a III.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO
Presidente do Conselho

ANEXO

DECLARAÇÃO

Por meio do presente instrumento, o Cotista Banco, instituição financeira inscrita no CNPJ n. 00.000.000/0001-00 e localizada na Rua, n. 00, Bairro, Município/Estado, neste ato representada por (nome, qualificação e indicação do instrumento que lhe confere poderes de representação), declara:

1. O Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) é um fundo contábil de natureza financeira, com prazo indeterminado, regido pela Lei nº 8.677, de 13 de julho de 1993, e com regulamento aprovado pelo Decreto n. 10.333, de 29 de abril de 2020, destinado ao financiamento de projetos de investimento de interesse social nas áreas de habitação popular, sendo permitido o financiamento nas áreas de saneamento e infraestrutura, desde que vinculadas aos programas de habitação, bem como equipamentos comunitários.

2. Os recursos do FDS são provenientes, na sua constituição, pela aquisição de cotas de sua emissão pelos extintos Fundos de Aplicação Financeira (FAF), por pessoas físicas ou jurídicas; e, posteriormente, por recursos advindos do Orçamento Geral União (OGU), bem como do resultado de suas próprias aplicações.

3. As cotas do FDS correspondem a frações ideais do patrimônio privado do Fundo e são resgatáveis na hipótese de extinção do FAF ou do próprio FDS, na medida em que forem realizados seus ativos, vinculando-se ao retorno dos empréstimos e financiamentos e ao resgate, no seu vencimento, das aplicações em títulos e valores mobiliários integrantes da carteira, conforme art. 12 da Lei n. 8.677, de 1993, e arts. 11, 14 e 17 do Decreto n. 10.333, de 2020.

4. O Cotista, titular de XXX cotas do FDS, no valor de R$ XXX (xxxxxxxxxxx), na posição de xxxx de xxxxx de 2021, conforme código CETIP 00000.00-0, por meio desta declaração, firmada sob as penas da Lei de modo irrevogável e irretratável:

a) solicita o resgate da totalidade das cotas registradas na CB3/CETIP em sua titularidade, nos termos e condições estabelecidos na Resolução CCFDS n. 228, de xxxx de xxxxx de 2021;

b) autoriza a B3/CETIP a extinguir a titularidade das cotas resgatadas, para fins de encerramento da operação;

c) assume, total responsabilidade pelas informações prestadas e por qualquer questionamento ou reclamação, em especial, sobre eventuais prejuízos aos cotistas originários;

d) reconhece que o saldo do resgate de suas cotas previsto no art. 1º da Resolução CCFDS n. 228, de xx de xxxxx de 2021, deduzidos os valores necessários para liquidação e pagamento da operação de resgate, serão direcionados para os programas habitacionais aprovados pelo Conselho Curador do FDS;

e) renuncia à garantia de resgate e liquidez dos valores a que se refere a alínea a), previsto na Lei n. 8.677, de 1993, e no Decreto n. 10.333, de 2020.

4.1 Considerando o previsto no art. 4º da Lei n. 8.677, de 1993, o montante ao qual faz jus o cotista do FDS, será calculado de acordo com o valor da cota na data do efetivo resgate registrado na Central de Custódia e Liquidação (CETIP), com desconto de 60,4% (sessenta vírgula quatro por cento) e com dedução de taxas e tributos incidentes.

Brasília, de 2021.
(Cotista)

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 1.963, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta previsto no art. 3° da Portaria n. 3.296, de 31 de dezembro de 2020, constante no processo administrativo n. 59052.005185/2020-38, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Humaitá - RS para ações de Defesa Civil até 30/09/2021.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 1.964, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida

pela Portaria n. 730, de 25 de março de 2020, publicada no DOU, de 26 de março de 2020, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta previsto no art. 3° da Portaria n. 2833, de 10 de novembro de 2020, constante no processo administrativo n. 59052.004561/2020-77, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Barra de Guabiraba - PE para ações de Defesa Civil até 30/11/2021.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.007, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
AM	Presidente Figueiredo	Inundações - 1.2.1.0.0	3089	14/07/2021	59051.012720/2021-06
BA	Iaçu	Estiagem - 1.4.1.1.0	100	19/07/2021	59051.012856/2021-16
BA	Jaguaquara	Estiagem - 1.4.1.1.0	260	26/05/2021	59051.012616/2021-11
BA	Lajedo do Tabocal	Estiagem - 1.4.1.1.0	159	27/07/2021	59051.012636/2021-84
CE	Cedro	Estiagem - 1.4.1.1.0	252	01/07/2021	59051.012783/2021-54
CE	Trairi	Seca - 1.4.1.2.0	030	12/08/2021	59051.012781/2021-65
PI	Caridade do Piauí	Estiagem - 1.4.1.1.0	027	12/07/2021	59051.012522/2021-34
RN	Barcelona	Seca - 1.4.1.2.0	013	02/07/2021	59051.012618/2021-01
RN	Paraú	Estiagem - 1.4.1.1.0	014	19/07/2021	59051.012517/2021-21
RS	Rodeio Bonito	Granizo - 1.3.2.1.3	4.129	02/08/2021	59051.012776/2021-52
RS	São Valério do Sul	Granizo - 1.3.2.1.3	2.296	29/07/2021	59051.012782/2021-18
SE	Gararu	Estiagem - 1.4.1.1.0	110	15/08/2021	59051.012780/2021-11

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.012, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Reconhece situação de emergência em municípios do Estado de Alagoas/AL.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, considerando o Decreto nº 75.274, de 21 de julho de 2021, do Governo do Estado de Alagoas/AL, e as demais informações constantes no processo nº 59051.012536/2021-58, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de ESTIAGEM, COBRADE: 1.4.1.1.0, a situação de emergência nos municípios relacionados abaixo.

N°	MUNICÍPIOS
1	Água Branca
2	Arapiraca
3	Batalha
4	Belém
5	Belo Monte
6	Cacimbinhas
7	Canapi
8	Carneiros
9	Coité do Nóia
10	Craíbas
11	Delmiro Gouveia
12	Dois Riachos
13	Estrela de Alagoas
14	Girau do Ponciano
15	Igaci
16	Inhapi
17	Jacaré dos Homens
18	Jaramataia
19	Major Isidoro
20	Maravilha
21	Mata Grande
22	Minador do Negrão
23	Monteirópolis
24	Olho D`Água das Flores
25	Olho D`Água do Casado
26	Olivença
27	Ouro Branco
28	Palestina
29	Palmeira dos Índios
30	Pão de Açúcar
31	Pariconha
32	Piranhas
33	Poço das Trincheiras
34	Quebrangulo
35	Santana do Ipanema
36	São José da Tapera
37	Senador Rui Palmeira
38	Traipu

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

RESOLUÇÃO ANA Nº 92, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO -ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 135, inciso XVII, do Anexo I da Resolução nº 86/2021, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 829ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 23 de agosto de 2021, considerando o disposto no art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos constantes no Processo 02501.004856/2019-57, resolveu:

Dispor sobre as séries históricas de usos consuntivos a montante de aproveitamentos hidrelétricos, para fins de reconstituição de séries de vazões e de planejamento.

Ficam revogadas as Resoluções ANA nº 209/2004, nº 210/2004, nº 211/2004, nº 212/2004, nº 213/2004, nº 214/2004, nº 215/2004, nº 216/2004 e nº 096/2007.

Esta Resolução entra em vigor em 1º de outubro de 2021.

O inteiro teor da Resolução, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

OSCAR CORDEIRO NETTO

RESOLUÇÃO ANA Nº 93, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-PRESIDENTE SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO -ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 135, inciso XVII, do Anexo I da Resolução ANA nº 86/2021, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 829ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 23 de agosto de 2021, considerando o disposto no art. 4º da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos constantes no Processo 02501.004856/2019-57, resolveu:

Dispor sobre as projeções das séries de usos consuntivos a montante de aproveitamentos hidrelétricos, para fins de planejamento e gestão de recursos hídricos.

Esta Resolução entra em vigor em 1º de outubro de 2021.

O inteiro teor da Resolução, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site www.gov.br/ana.

OSCAR CORDEIRO NETTO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS

RETIFICAÇÃO

Nos Atos de 26 de agosto de 2021, publicados no DOU de 27/08/2021, Seção 1, página 46, onde se lê: "SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS", leia-se: "SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS."

Ministério da Economia

CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO

RESOLUÇÃO GECEX Nº 235, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Altera a Resolução Gecex nº 124, de 26 de novembro de 2020.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, tendo em vista a deliberação de sua 185ª reunião, ocorrida em 18 de agosto de 2021, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, XVIII, do Anexo I à Resolução nº 1 do Comitê-Executivo de Gestão, de 10 de janeiro de 2020, alterado pela Resolução Gecex nº 18, de 19 de março de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 12 do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, e na Resolução Gecex nº 18, de 19 de março 2020, alterada pela Resolução Gecex nº 122, de 26 de novembro de 2020, resolve:

Art. 1º O art. 2º da Resolução Gecex nº 124, de 26 de novembro de 2020, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º

...

VI - membros da comunidade acadêmica:

...

e) Renata Vargas Amaral." (NR)

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO GECEX Nº 236, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Prorroga o direito compensatório definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de filmes, chapas, folhas, películas, tiras e laminas, biaxialmente orientados, de poli(tereftalato de etileno) - filmes PET, de espessura igual ou superior a 5 micrometros (µm) e igual ou inferior a 50 micrometros (µm), metalizados ou não, sem tratamento ou com tratamento tipo coextrusão, químico ou com descarga de corona, originárias da Índia.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso VI, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, e considerando as informações, razões e fundamentos presentes nos Anexos da presente resolução e no Parecer SDCOM nº 33, de 6 de agosto de 2021, e no Parecer SEI nº 11415/2021, de 6 de agosto de 2021, e o deliberado em sua 185ª Reunião, ocorrida no dia 18 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Prorrogar a aplicação do direito compensatório definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de filmes, chapas, folhas, películas, tiras e laminas, biaxialmente orientados, de poli(tereftalato de etileno) - filmes PET, de espessura igual ou superior a 5 micrometros (µm) e igual ou inferior a 50 micrometros (µm), metalizados ou não, sem tratamento ou com tratamento tipo coextrusão, químico ou com descarga de corona, comumente classificadas nos subitens 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da República da Índia, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por tonelada, nos montantes abaixo especificados:

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (em US$/t)
Índia	Jindal Poly Films Limited	138,82
	Polyplex Corporation Limited	110,29
	Ester Industries Limited	96,79
	Vacmet India Ltd.	181,45
	Polypacks Industries	181,45
	Garware Polyester	937,75
	Demais	937,75

Art. 2º O disposto no art. 1º não se aplica aos produtos:

I - filmes de PET com espessura fora da faixa especificada (5µm £ e £ 50µm);
II - película fumê automotiva;
III - filme de acetato de celulose;
IV - filme de poliéster com silicone;
V - rolos para painéis de assinatura;
VI - filtros para iluminação;
VII - telas, filmes, cabos de PVC;
VIII - filmes, chapas, placas de copoliéster PETG;
IX - filmes, películas, etiquetas e chapas de policarbonato;
X - folhas esponjadas de politereftalato de etileno;
XI - placas de polimetacrilato de metila;
XII - etiquetas de poliéster;
XIII - lâminas e folhas de tinteiro;
XIV - telas de reforço de poliéster;
XV - filmes e fios de poliéster microimpressos;
XVI - filmes de poliéster magnetizados;
XVII - fitas para unitização de carga;
XVIII - filmes de PET já processados para outros fins (produto acabado); e
XIX - filmes de PET com coating de EVA e os filmes de PET com coating de PE.

Art. 3º Encerrar a avaliação de interesse público instaurada por meio da Circular SECEX nº 21, de 26 de março de 2021.

Art. 4º Tornar públicos os fatos que justificaram as decisões contidas nesta Resolução, conforme consta dos Anexos I e II.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê
Substituto

ANEXO I

1 DOS ANTECEDENTES

1. As exportações para o Brasil de Filme PET, comumente classificadas nos itens 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, foram objeto de investigações tanto de medidas compensatórias quanto de antidumping conduzidas pelo então denominado Departamento de Defesa Comercial (DECOM).

1.1 Da primeira investigação original de subsídios acionáveis

2. Em 11 de agosto de 2006, a peticionária protocolou petição com pedido de abertura de investigação de subsídios acionáveis nas exportações para o Brasil de filme PET, quando originárias da Índia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, com vistas à aplicação de medida compensatória.

3. Dada a existência de indícios suficientes, a Circular Secex nº 13, de 6 de março de 2007, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 8 de março de 2007, iniciou investigação de subsídio acionável nas exportações para o Brasil de filme PET, quando originárias da Índia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

4. Por sua vez, a Resolução Camex nº 43, de 3 de julho de 2008, publicada no D.O.U. em 4 de julho de 2008, encerrou a investigação com aplicação de medidas compensatórias, conforme tabela abaixo:

Produtor/Exportador	Medida Compensatória Definitiva (US$/t)
Polyplex Corporation Limited	0,42
Flex Industries Limited	165,08
Ester Industries Limited	0,00
SRF Limited	0,00
Garware Polyester Limited	20,27
Demais Empresas	20,69

5. Ressalte-se que, em face do disposto no § 2° do art. 1° do Decreto n° 1.602, de 1995, e no § 2° do art. 1° do Decreto n° 1.751, de 1995, os direitos compensatórios indicados na tabela acima foram apurados mediante a aplicação da cláusula de vedação ao duplo remédio, tendo em vista a aplicação de direitos antidumping sobre as importações de filme de pet originárias Índia. Desse modo, os direitos compensatórios foram ajustados para refletir o disposto no Artigo VI do GATT/47, que estabelece que "Nenhum produto do território de uma Parte Contratante importado no de outra Parte Contratante, estará sujeito ao mesmo tempo, a direitos "anti-dumping" e a direitos de compensação, a fim de contrabalançar a mesma situação decorrente de "dumping" ou de subsídios à exportação". A seguir, estão apresentadas, separadamente por programa, as margens de subsídios informadas pela Resolução Camex nº 43, de 2008, por exportadora analisada, que correspondem à razão entre o montante de subsídios por unidade de produto:

Programa Acionável	Montante de Subsídios (US$/t) por Produtor/Exportador					
	Polyplex	Flex	Ester	SRF	Garware	Demais
Licença Prévia	24,79	-	-	8,53	24,82	8,53
DEPB	36,54	72,52	69,05	-	163,09	
EPCG	7,93	29,30	35,07	-	62,52	
ZEE	-	-	-	470,01	-	470,01
Inj. de Capital	-	-	-	-	4,69	
Impl. da Planta	0,42	-	-	-	-	
Isenção Taxa de Eletricidade	-	-	-	-	15,58	
Target Plus Scheme	-	240,14	-	-	-	
Total (US$t)	69,67	341,96	104,12	478,54	270,70	478,54

6. Em 4 de julho de 2013, decorridos cinco anos da aplicação das medidas, sem que houvesse sido apresentada manifestação de interesse na revisão, as medidas compensatórias aplicadas sobre as importações originárias da Índia, impostas pela Resolução Camex nº 43, de 2008, expiraram.

1.2 Da investigação original de subsídios acionáveis referente à presente petição

7. Em 30 de abril de 2014, a Terphane protocolou pedido de início de investigação de subsídios acionáveis nas exportações para o Brasil de filme PET originárias da Índia, de dano à indústria doméstica e de nexo causal entre estes. Nessa ocasião, tendo sido apresentados indícios suficientes, a Secex iniciou a investigação por meio da Circular Secex nº 72, de 21 de novembro de 2014, publicada no D.O.U. em 24 de novembro de 2014.

8. Em 21 de setembro de 2015, por meio da Circular Secex nº 60, de 18 de setembro de 2015, foi publicada a determinação preliminar concluindo pela existência de subsídios acionáveis nas importações de filme PET originárias da Índia e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática. Apesar da conclusão positiva, não foi recomendada a aplicação de medidas compensatórias provisórias.

9. Em 22 de abril de 2016, foi publicada no D.O.U. a Resolução Camex nº 36, de 20 de abril de 2016, que encerrou a referida investigação com aplicação de medidas compensatórias definitivas às importações brasileiras de filme PET originárias da Índia com montantes que variaram entre US$ 0,00/t e US$ 689,66/t, conforme tabela a seguir:

Produtor/Exportador	Medida Compensatória Definitiva (US$/t)
Jindal Polyester Ltd.	15,06
Polyplex Corporation Limited	4,24
Ester Industries Limited	0,00
Vacmet India Ltd.	6,68
Polypacks Industries	6,68
Garware Polyester	689,66
Demais	83,39

10. Assim como indicado no item anterior ressalte-se que os direitos compensatórios foram ajustados para refletir o disposto no Artigo VI do GATT/47, que estabelece a cláusula de vedação à adoção do duplo remédio, reproduzida no § 2° do art. 1° do Decreto n° 1.751, de 1995. A seguir, estão apresentadas, separadamente por programa, as margens de subsídios informadas pela Resolução Camex nº 36, de 20 de abril de 2016, por produtor/exportador analisado, que correspondem à razão entre o montante de subsídios por unidade de produto:

Programa Acionável	Montante de Subsídios - US$/t por Produtor/Exportador						
	Jindal	Polyplex	Ester	Vacmet	Polypacks	Garware	Demais
DEPB	-	-	-	0,43	-	0,43	0,43
ETH/SHIS	11,12	4,55	-	-	-	11,12	11,12
FPS	-	-	-	25,62	317,25	317,25	317,25
EPCG	31,67	5,74	12,06	11,56	-	31,67	31,67
Duty Drawback	80,97	95,76	84,73	35,69	243,98	243,98	243,98
CCISS	-	0,09	-	-	-	0,09	0,09
Seção 80IC	-	4,15	-	-	-	4,15	4,15
Mega Projects	15,06	-	-	-	-	15,06	15,06
IIPS	-	-	-	6,68	-	6,68	6,68
DFIA	-	-	-	-	-	243,98	243,98
SEZ	-	-	-	-	-	31,67	31,67
EOU	-	-	-	-	-	31,67	31,67
Total (US$/t)	138,82	110,29	96,79	79,98	561,23	937,75	937,75

1.3 Das outras investigações

1.3.1 Direitos Antidumping sobre exportações da Coreia do Sul, Índia e Tailândia

11. Em 11 de agosto de 2006, a empresa Terphane Ltda. protocolou, juntamente com o pedido de início de investigação de medidas compensatórias já relatado no tópico 1.1, petição de início de investigação de dumping relativa às exportações para o Brasil de filme PET, quando originárias da Coreia do Sul, da Índia e da Tailândia.

12. Na ocasião, tendo sido apresentados indícios suficientes da prática de dumping apenas nas exportações originárias da Índia e da Tailândia e do correlato dano à indústria doméstica, a Secretaria de Comércio Exterior iniciou a investigação, por meio da Circular Secex nº 12, de 6 de março de 2007, publicada no D.O.U. em 8 de março de 2007 apenas contra estas duas origens.

13. Foi ainda determinada, preliminarmente, a existência de dumping nas exportações para o Brasil de filme PET, originárias da Índia e da Tailândia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, com aplicação de medida antidumping provisória, nos termos da Resolução nº 3, de 24 de janeiro de 2008, publicada no D.O.U. em 31 de janeiro de 2008.

14. Por intermédio da Resolução Camex nº 40, de 3 de julho de 2008, publicada no D.O.U. em 4 de julho de 2008, foi encerrada a investigação com aplicação de direitos antidumping. Os direitos antidumping definitivos foram aplicados conforme tabela abaixo:

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (US$/t)
Índia	Ester Industries Limited	332,84
Índia	Flex Industries Limited	176,88
Índia	Garware Polyester Limited	575,51
Índia	Polyplex Corporation Limited	89,08
Índia	Demais	876,11
Tailândia	Polyplex Thailand Public Company Limited	278,22
Tailândia	Demais	762,56

15. Em 4 de julho de 2013, decorridos cinco anos da aplicação das medidas, sem que houvesse sido apresentada manifestação de interesse na revisão, os direitos antidumping aplicados sobre as importações de filme PET da Índia e da Tailândia expiraram.

1.3.2 Direitos Antidumping sobre exportações da China, Egito e Índia

16. Com a publicação da Circular Secex nº 40, de 27 de junho de 2014, no Diário Oficial da União (D.O.U.), a partir de petição apresentada pela empresa Terphane Ltda., foi iniciada investigação de prática de dumping nas exportações da República Popular da China, República Árabe do Egito e República da Índia para o Brasil de filme PET, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

17. Nos termos da Resolução Camex nº 105, de 21 de novembro de 2014, publicada no D.O.U. em 24 de novembro de 2014, foi determinada, preliminarmente, a existência de dumping nas exportações para o Brasil de filme PET, originárias da China, do Egito e da Índia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, com subsequente aplicação de medida antidumping provisória.

18. Por intermédio da Resolução Camex nº 46, de 21 de maio de 2015, publicada no D.O.U. de 22 de maio de 2015, foi encerrada a investigação, com aplicação, por um prazo de até 5 anos, do direito antidumping, a ser recolhido sob a forma de alíquotas específicas fixas, nos montantes especificados a seguir:

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (US$/t)
Índia	Ester Industries Limited	225,15
Índia	Polyplex Corporation Limited 2	255,50
Índia	Jindal Polyester Ltd.	248,09
Índia	Vacmet India Ltd	248,09
Índia	Garware Polyester Ltd.	248,09
Índia	Polypacks Industries	248,09
Índia	Demais Empresas	854,36
Egito	Flex P. Films (Egypt) S.A.E	419,45
Egito	Demais Empresas	483,83
China	Todas as Empresas	946,36

19. Em 22 de janeiro de 2020, a empresa Terphane Ltda., doravante denominada Terphane ou peticionária, protocolou, por meio do Sistema DECOM Digital (SDD), petição para início de revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito antidumping aplicado às importações brasileiras de filme PET, quando originárias da China, Índia e Egito, consoante o disposto no art. 106 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro.

20. Após análise do pedido e tendo sido encontrados elementos suficientes, a revisão foi iniciada a partir da publicação da Circular Secex nº 33, de 21 de maio de 2020, publicada no D.O.U. de 22 de maio de 2020.

21. Por intermédio da Resolução GECEX nº 203, de 20 de maio de 2021, foi encerrada a investigação com a prorrogação dos direitos antidumping. Os direitos antidumping definitivos foram aplicados conforme tabela abaixo:

País	Produtor/Exportador	Direito Antidumping (US$/Kg)
Egito	Flex P. Films (Egypt) S.A.E	0,26
Egito	Demais	0,48
Índia	Ester Industries Ltd.	0,00
Índia	Jindal Polyester Ltd.	0,00
Índia	Polypacks Industries	0,23
Índia	Garware Polyester	0,23
Índia	Vacmet India	0,25
Índia	Polyplex Corporation Ltd	0,26

Índia	Demais	0,85
China	Todas	0,65

22. Cumpre mencionar que a Resolução GECEX nº 203, de 2021, foi retificada pela Resolução GECEX nº 226, de 23 de julho de 2021. Não houve alteração dos direitos publicados por aquela resolução. Ressalte-se ainda que os direitos antidumping aplicados por meio da Resolução GECEX nº 203, de 20 de maio de 2021, foram objeto de pedidos de reconsideração, que possivelmente serão apreciados concomitantemente à recomendação desta determinação final de revisão do direito compensatório aplicado às importações de filme PET originárias da Índia.

1.3.3 Direitos Antidumping sobre exportações dos EAU, México e Turquia

23. Em 2010, a empresa Terphane protocolou petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de filme PET originárias dos Emirados Árabes Unidos (EAU), Estados Unidos Mexicanos e República da Turquia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática. Constatada a existência de indícios da prática de dumping nas exportações dessas origens e do correlato dano à indústria doméstica, a Secretaria de Comércio Exterior (Secex) iniciou a investigação, por meio da Circular Secex nº 53, de 19 de novembro de 2010, publicada no D.O.U. de 23 de novembro de 2010. Tendo havido comprovação de dumping, dano e nexo causal, a Resolução Camex nº 14, de 29 de fevereiro de 2012, aplicou os seguintes direitos antidumping:

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (US$/t)
EAU	Flex Middle East Fze.	436,78
EAU	Demais Empresas	576,32
Turquia	Polyplex Polyester Film	67,44
Turquia	Demais empresas	646,12
México	Todas as empresas	1.013,98

24. Em 23 de fevereiro de 2017, a Secex publicou a Circular nº 12, iniciando a revisão de antidumping para os EAU, México e Turquia, tendo os direitos sido prorrogados por meio da Resolução Camex nº 6, de 22 de fevereiro de 2018, nos seguintes montantes:

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (US$/t)
EAU	Flex Middle East Fze.	436,78
EAU	JBF RAK LLC	576,32
EAU	Demais Empresas	576,32
Turquia	Polyplex Polyester Film	67,44
Turquia	Demais empresas	646,12
México	Todas as empresas	1.013,90

1.3.4 Direitos Antidumping sobre exportações do Peru e Bareine

25. Em 29 de abril de 2015, a empresa Terphane protocolou petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de filme PET originárias do Bareine e do Peru e de ameaça de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática. Uma vez verificada a existência de indícios da prática de dumping nas exportações dessas origens e da correlata ameaça de dano à indústria doméstica, a Secretaria de Comércio Exterior iniciou a investigação, por meio da Circular Secex nº 45, de 9 de julho de 2015, publicada no D.O.U. de 10 de julho de 2015.

26. Em 1º de dezembro de 2015, por meio da Circular Secex nº 76, de 30 de novembro de 2015, foi determinada preliminarmente a existência de dumping e de ameaça de dano causado pelas importações originárias do Bareine e do Peru, porém, não houve recomendação da aplicação de direito antidumping provisório.

27. Por intermédio da Circular Secex nº 49, de 28 de julho de 2016, publicada no D.O.U. de 29 de julho de 2016, foi encerrada a investigação sem aplicação de direitos antidumping, uma vez que não houve comprovação suficiente da existência de ameaça de dano à indústria doméstica.

28. Em 27 de outubro de 2017, a empresa então solicitou novo pleito de investigação de dumping nas exportações para o Brasil originárias de Bareine e Peru, tendo sido a investigação iniciada pela Secex por meio da Circular nº 68, de 29 de dezembro de 2017.

29. Em 12 de junho de 2018, foi publicada no D.O.U a Circular Secex nº 25, de 11 de junho de 2018, que concluiu por uma determinação preliminar positiva de dumping, de dano à indústria doméstica e de nexo de causalidade entre estes. Em 3 de setembro de 2018, foi publicada no D.O.U., por meio da Resolução CAMEX nº 59, de 31 de agosto do mesmo ano, decisão de não aplicação de direitos provisórios recomendados por razões de interesse público.

30. Por sua vez, quando da determinação final, tendo havido comprovação de dumping, dano e nexo causal, a Portaria Secint nº 473, de 28 de junho de 2019, publicada no D.O.U. de 1º de julho de 2019, aplicou o direito antidumping nos seguintes montantes:

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (em US$/t)
Bareine	JBF Bahrain S.P.C.	480,15
Bareine	Demais	480,15
Peru	OPP Film S.A.	123,20
Peru	Demais empresas	123,20

1.3.5 Da avaliação de Interesse Público em relação a Peru e Bareine

31. Em 27 de setembro de 2018, a Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães e Bolos Industrializados (Abimapi), que conta com 114 empresas da indústria alimentícia associadas, protocolou petição para Avaliação de Interesse Público em Investigação Original em relação aos direitos antidumping aplicados sobre as exportações de filme PET do Peru e Bareine. Em 06 de novembro de 2018, foi iniciada a avaliação e, ao final, a Portaria Secint nº 473, de 28 de Junho de 2019, publicada no D.O.U. de 01 de julho de 2019, aplicou o direito antidumping definitivo sobre estas origens e encerrou a avaliação de interesse público, sem suspensão da aplicação dos direitos.

2 DA REVISÃO

2.1 Dos procedimentos prévios

32. A medida compensatória aplicada às importações de filme PET originárias da Índia possuiu vigência até dia 22 de abril de 2021, nos termos da Resolução Camex nº 36, de 20 de abril de 2016. Tendo em vista que a Terphane apresentou, conforme descrito no item a seguir, o pleito de início de revisão com um ano de antecedência da expiração da medida em vigor, não houve publicação de circular Secex dando conhecimento público do prazo de vigência da medida compensatória, o que geralmente ocorre com seis meses de antecedência em relação à expiração da medida.

2.2 Da petição

33. Em 31 de janeiro de 2020, a empresa Terphane Ltda., protocolou, por meio do Sistema DECOM Digital (SDD), petição para início de revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito compensatório aplicado às importações brasileiras de filme PET, quando originárias da Índia, consoante o disposto no art. 67 do Decreto nº 1.751, de 19 de dezembro de 1995, doravante também denominado Regulamento Brasileiro. Em especial, observou-se que a petição cumpriu o requisito constante do § 1º do referido artigo, uma vez que foi respeitado o prazo mínimo de cinco meses antes do encerramento da vigência do direito compensatório

34. Com base no art. 26 do Decreto nº 1.751, de 1995, a autoridade investigadora enviou, em 27 de maio de 2020, o Ofício nº 1.371/2020/CGMC/SDCOM/SECEX à Terphane, solicitando informações complementares à petição.

35. A peticionária, embora tenha solicitado extensão de prazo de resposta às informações complementares, apresentou tempestivamente, dentro do prazo originalmente estabelecido no ofício mencionado, tais informações. Esclarece-se que o pedido de extensão de prazo feito não foi analisado pela autoridade investigadora por perda de objeto, já que a Terphane apresentou, de forma tempestiva, as informações dentro do prazo inicial.

2.3 Do início da revisão

36. Tendo sido verificada a existência de indícios suficientes da probabilidade de continuação/retomada de concessão de subsídios acionáveis a seus produtores/exportadores de filme PET nas exportações para o Brasil e de retomada de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, recomendou-se o início da revisão, conforme consta no Parecer SDCOM nº 24, de 03 de setembro de 2020.

37. Com base no parecer supramencionado, por meio da Circular SECEX nº 61, de 10 de setembro de 2020, publicada no D.O.U. de 11 de setembro de 2020, foi iniciada a revisão em tela. De acordo com o contido no § 3º do art. 67 do Decreto no1.751, de 1995, enquanto perdurar a revisão, o direito compensatório de que trata a Resolução CAMEX nº 36, de 20 de abril de 2016, publicada no D.O.U. de 22 de abril de 2016, permanece em vigor.

2.4 Das notificações de início de revisão e da solicitação de informações às partes

38. De acordo com o § 3º do art. 30 do Decreto nº 1.751, de 1995, foram identificadas como partes interessadas, além da peticionária, o Governo da Índia, as produtoras/exportadoras indianas e os importadores brasileiros de filme PET.

39. A Subsecretaria identificou, por meio dos dados detalhados das importações brasileiras, fornecidos pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério da Economia, as empresas produtoras/exportadoras do produto objeto da medida compensatória durante o período de revisão de continuação/retomada de dano (P1 a P5). A partir da mesma base, identificaram-se importadores brasileiros que adquiriram o referido produto em P5, sendo estas empresas consideradas como partes interessadas na revisão. Ademais, foram consideradas partes interessadas os produtores/exportadores estrangeiros sujeitos a direito individual, discriminados na Resolução CAMEX nº 36, de 20 de abril de 2016, publicada em 22 de maio de 2016.

40. As notificações para o governo e aos produtores/exportadores e importadores que comercializaram o produto no período de continuação/retomada de subsídios acionáveis foram enviadas em 25 de setembro de 2020. Ademais, constava, das referidas notificações, o endereço eletrônico em que poderia ser obtida cópia da Circular SECEX nº 61, de 2020, que deu início à revisão.

41. Aos produtores/exportadores identificados pela Subsecretaria e ao governo da origem investigada foi encaminhado o endereço eletrônico no qual pôde ser obtido o texto completo não confidencial da petição que deu origem à revisão, bem como suas informações complementares, mediante acesso por senha específica fornecida por meio de correspondência oficial.

42. Com relação aos produtores/exportadores, cumpre mencionar, uma vez que as exportações do produto objeto da revisão para o Brasil originárias da Índia foram realizadas em quantidades não representativas durante o período de análise de continuação/retomada de subsídios acionáveis, buscou-se identificar os produtores/exportadores que exportaram o produto objeto da revisão para o Brasil durante o período de análise de continuação/retomada do dano. Por sua vez, identificou-se um número razoável de importadores brasileiros que adquiriram o referido produto em P5, sendo estas empresas consideradas como partes interessadas na revisão.

43. Em razão do número elevado de produtores/exportadores identificados, foram selecionados para receber os questionários apenas produtores/exportadores cujo volume de exportação da Índia para o Brasil representou o maior percentual razoavelmente investigável pela SDCOM. Nesse sentido, foram selecionados, a partir dos dados oficiais de importação, o(s) seguinte(s) produtor(es)/exportador(es) indianos: Ester Industries Ltd., Polyplex Corporation Ltd., e Vacmet India Ltd. Ressalte-se que a empresa Vacmet é relacionada a outra parte interessada identificada individualmente na Resolução nº 36, de 20 de abril de 2016, a empresa Polypacks Industries.

44. As partes interessadas puderam manifestar-se a respeito da referida seleção, inclusive com o objetivo de esclarecer se as empresas selecionadas são exportadoras, trading companies ou produtoras do produto objeto da revisão, no prazo de até dez dias, contado da data de ciência, em conformidade com o art. 19 da Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014.

45. [RESTRITO]

2.5 Do recebimento das informações solicitadas

2.5.1 Do produtor nacional

46. A Terphane, única produtora do similar nacional, apresentou suas informações na petição de início da presente revisão, bem como na resposta ao pedido de informações complementares.

2.5.2 Dos importadores

47. A 3M do Brasil LTDA, em 3 de novembro de 2020, apresentou o questionário do importador não preenchido, tendo em vista que o produto importado pela empresa foi o Filme PET de Poliéster com tratamento superficial de silicone, produto que faz parte das exclusões do escopo do direito compensatório. Registre-se que não foi recebida nenhuma resposta ao questionário por parte dos importadores do produto objeto da medida compensatória identificados durante o período de revisão de continuação/retomada de dano (P1 a P5).

2.5.3 Dos produtores/exportadores

48. A produtora/exportadora Vacmet India Ltd. não respondeu o questionário enviado.

49. A produtora/exportadora indiana Ester Industries Limited (Ester), após ter sua solicitação de dilação de prazo deferida, apresentou tempestivamente sua resposta ao questionário do produtor/exportador em 16 de dezembro de 2020. Diante da necessidade de esclarecimentos adicionais, emitiu-se o Ofício nº 0.211/2021/CGMC/SDCOM/SECEX de solicitação de apresentação de informações complementares, em 23 de março de 2021. A resposta foi tempestivamente recebida, em 19 de abril de 2021, após extensão de prazo concedida em decorrência de pedido da parte.

50. A produtora/exportadora indiana Polyplex Corporation Limited não apresentou resposta ao questionário do produtor/exportador. Apenas informou que não responderia ao questionário encaminhado, pois não teria exportado o produto objeto do direito compensatório ao longo do período de revisão. Maiores detalhes sobre tal justificativa podem ser encontrados no item 2.8.2.1.

2.5.4 Do Governo Indiano

51. O Governo Indiano, após ter sua solicitação de dilação de prazo deferida, apresentou tempestivamente sua resposta ao questionário do produtor/exportador em 16 de dezembro de 2020. Diante da necessidade de esclarecimentos adicionais, emitiu-se o Ofício nº 0.210/2021/CGMC/SDCOM/SECEX de solicitação de apresentação de informações complementares, em 23 de março de 2021. A resposta foi tempestivamente recebida, em 19 de abril de 2021, após extensão de prazo concedida em decorrência de pedido da parte.

52. Entretanto, foi constatado pela SDCOM o não fornecimento ou fornecimento parcial de informações do questionário do Governo Indiano. Nesse sentido, foi enviado o Ofício nº 411/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, de 19 de maio de 2021, comunicando que a determinação a ser emitida por esta Subsecretaria poderia levar em consideração os fatos disponíveis.

2.6 Dos pedidos de habilitação

53. Não houve pedidos de habilitação de novas partes interessadas.

2.7 Da verificação das informações submetidas

2.7.1 Da indústria doméstica

54. Registra-se que foi conduzida revisão concomitante de direito antidumping aplicado sobre filme de pet originário da Índia, do Egito e da China que trata do mesmo período de revisão, objeto do processo SECEX nº 52272.004280/2020-81, iniciada pela Circular SECEX nº 33, de 2020, conforme destacado no Parecer SDCOM nº 24, de 3 de setembro de 2020, que recomendou o início desta revisão.

55. Dessa maneira, para fins de instrução da presente revisão, utilizaram-se os resultados do Ofício de elementos de prova nº 1.908/2020/CGSC/SDCOM/SECEX, considerando a Instrução Normativa da Secretaria de Comércio Exterior nº 1, de 17 de agosto de 2020, em especial o disposto em seu art. 3º, enviado no âmbito da revisão de final de período do direito antidumping aplicado sobre as importações de Filmes PET originárias da Índia, fundamentados nos princípios da eficiência, previsto no art. 37 da Constituição Federal de 1988 e no caput do art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e da celeridade processual, previsto no inciso LXXVIII do art. 5º da Carta Magna.

56. Em 21 de junho de 2021 foi feito registro por meio do qual foram aportados aos autos do processo em tela os documentos relacionados à resposta ao Ofício de elementos de prova nº 1.908/2020/CGSC/SDCOM/SECEX, recebidos no âmbito do processo SECEX nº 52272.004280/2020-81.

2.7.2 Dos produtores/exportadores

57. De modo similar ao apontado no item anterior, buscou-se verificar a correção das informações apresentadas pelos produtores/exportadores com base na análise cruzada das informações protocoladas por cada parte interessada com aquelas submetidas pelas demais partes, bem como com informações constantes de outras fontes disponíveis a esta Subsecretaria, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa nº 1, de 17 de agosto de 2020, publicada no D.O.U. de 18 de agosto de 2020.

58. Nesse sentido, a fim de se verificar os dados reportados pelo produtor/exportador Ester Industries Ltd., único respondente do questionário de produtor/exportador, a Subsecretaria solicitou informações complementares adicionais às previstas no §2º do art. 37 do Decreto nº 1.751, de 1995, tais como amostras de operações constantes de respostas a questionários e comprovações de informações relacionadas aos programas de subsídios, a fim de validar informações apresentadas pelas partes interessadas.

59. Dessa maneira, foi enviado o Ofício nº 0.424/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, de 12 de maio de 2021 para a Ester. A empresa, após solicitar prorrogação do prazo por duas vezes, em razão da pandemia do Coronavírus (COVID-19) e as medidas tomadas para o seu enfrentamento, submeteu a resposta a ofício mencionado dentro do prazo prorrogado pela SDCOM por meio do Ofício nº 0.463/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, dia 14 de maio de 2021.

60. Após o recebimento das respostas, foi realizada análise cruzada das informações apresentadas pela produtora/exportadora cooperante juntamente com as demais informações disponíveis nos autos, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 2020. Após o exame crítico por parte da autoridade investigadora brasileira, consideraram-se válidas as informações apresentadas pela empresa Ester em sede de resposta ao questionário do produtor/exportador e demais documentos dela decorrentes.

2.8 Da utilização dos fatos disponíveis

2.8.1 Da utilização dos fatos disponíveis para o Governo da Índia

61. Nos termos dos arts. 36 e 37 do Decreto nº 1.751, de 1995, por ocasião da notificação de início da investigação em epígrafe, encaminharam-se às partes interessadas questionários especificando, pormenorizadamente, as informações requeridas e a forma como essas informações deveriam estar estruturadas em suas respostas.

62. Em 25 de setembro de 2020, o governo da Índia foi notificado, por meio do Ofício nº 1.746/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, de que, nos termos do art. 37 c/c art. 79 do Decreto nº 1.751, de 1995, por ocasião da notificação de início da revisão em epígrafe, a SDCOM encaminhou às partes interessadas questionário especificando pormenorizadamente as informações necessárias à instrução do processo, os prazos e a forma pela qual tais informações deveriam estar estruturadas em suas respostas. Ademais, enfatizou-se que, nos termos do §3º do art. 37 do Decreto nº 1.751, de 1995, a SDCOM poderia utilizar-se da melhor informação disponível caso o governo não fornecesse as informações solicitadas, as fornecesse parcialmente ou criasse obstáculos à revisão, sendo que, nessas situações, o resultado poderia ser menos favorável ao produtor do que seria caso tivesse cooperado.

63. Em 23 de março de 2021, o Governo da Índia foi notificado, por meio do Ofício nº 210/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, do pedido de informações complementares em relação à sua resposta ao questionário do governo. Após a análise das respostas do governo da Índia em relação ao mencionado ofício, concluiu-se que, em desconformidade com o disposto no §1º do art. 79 do Decreto nº 1.751, de 1995, o governo não havia reportado adequadamente as seguintes informações.

64. Sobre o Export Promotion Capital Goods Scheme - EPCG:

a) Não foi identificada lista, por indústria/setor e por região, das empresas na Índia que participaram deste programa durante o período de revisão de dano (pergunta 12 da seção B.1 do questionário). O Governo da Índia fez menção ao Exhibit 1 protocolado apenas na versão restrita, mas que aparentemente conteria informações confidenciais não submetidas à análise da autoridade investigadora brasileira;

b) Não foi identificada lista segregada, por indústria/setor e por região, sobre o número total de empresas e montante total da assistência aprovada no âmbito do programa (pergunta 13 da seção B.1 do questionário). O Governo da Índia fez menção ao Exhibit 2 protocolado apenas na versão restrita, mas que aparentemente conteria informações confidenciais. Ademais, a tabela apresentada na versão restrita da parte narrativa aparentemente contém informações confidenciais, não tendo sido apresentada versão confidencial dessa informação à autoridade investigadora brasileira;

c) Não foi identificado o montante dos benefícios recebidos no Exhibit_12_VC, conforme perguntado no item 3 da Seção B.1 do questionário. O Governo da Índia fez referência às respostas às perguntas (iii) e (iv) do ofício de informação complementar, sendo que tais respostas dizem respeito aos Exhibits 1 e 2, mencionados anteriormente, protocolados apenas na versão restrita embora aparentemente contenham informação confidencial, não submetida à autoridade investigadora brasileira;

d) Não foi esclarecida aparente inconsistência entre o reportado pelo Governo da Índia (GOI) e a resposta da empresa Ester Industries Limited que diz ter recebido benefícios por meio do programa EPCG (pergunta 3 da Seção B.1 e pergunta b.1 da Subseção B.2). O Governo da Índia fez menção ao Exhibit 3 protocolado apenas na versão restrita, mas que aparentemente conteria informações confidenciais;

e) Não foram enviados documentos comprobatórios solicitados a fim de esclarecer o sistema ou procedimento existente que permite, às autoridades indianas pertinentes, a confirmação de quais insumos são consumidos na fabricação do produto exportado e em quais quantidades, para o propósito do deferimento de benefícios atrelados ao programa em comento.

65. Sobre o programa Merchandise Exports Incentive Scheme - MEIS:

a) Não foi identificada lista, por indústria/setor e por região, das empresas na Índia que participaram deste programa durante o período de revisão de dano (pergunta 12 da seção B.1), tendo o governo se restringido a informar que, considerando que o programa não é específico para a indústria/setor envolvidos, não haveria lista. Ademais, a tabela apresentada na versão restrita da parte narrativa aparentemente contém informações confidenciais, não tendo sido apresentada versão confidencial dessa informação à autoridade investigadora brasileira;

b) Não foi identificado o montante da assistência aprovada para cada empresa exportadora, incluindo todas as tradings companies, que vendem o produto objeto da investigação (pergunta 13 da seção B.1). O Governo da Índia fez referência ao Exhibit 12 enviado na resposta ao questionário, mas não identificou ou apresentou o montante questionado.

c) Não foi identificada lista segregada, por indústria/setor e por região, sobre o número total de empresas e montante total da assistência aprovada no âmbito do programa (pergunta 13 da seção B.1 do questionário). O Governo da Índia apenas fez referência à resposta à pergunta anterior, que, entretanto, não apresenta a lista segregada solicitada.

d) Não foi descrito o sistema ou procedimento existente que permite às autoridades indianas pertinentes a confirmação de quais insumos são consumidos na fabricação do produto exportado e em quais quantidades para o propósito do deferimento de benefícios atrelados ao programa em comento. Tampouco foram enviados documentos comprobatórios. O Governo da Índia limitou-se a fazer referência à resposta a outra pergunta, cuja resposta, todavia, não atende à solicitação da autoridade investigadora brasileira.

66. Sobre o programa Duty Drawback Scheme - DDS:

a) Não foi explicado como são calculados os benefícios a serem concedidos no programa em comento, tendo o Governo da Índia se restringido a repetir a mesma resposta dada à pergunta 2 do item referente ao programa DDS.

b) Não foram apresentados elementos de prova de como o governo comprovaria qual o montante de tributos efetivamente incorridos nas importações de insumos efetivamente consumidos na produção de produtos exportados, considerando o entendimento do governo de que o programa somente se caracterizaria como subsídio acionável caso o reembolso/remissão/isenção fosse concedido em montante superior aos dos tributos devidos;

c) Não foi esclarecido a contento como foram calculados os benefícios concedidos a produtoras/exportadoras indianas de filmes PET reportados no arquivo Exhibit_15_VC, tendo o Governo da Índia se limitado a referenciar a resposta dada à pergunta anterior que versou sobre como seria calculado, em sentido geral, do Duty Drawback;

d) Não foi esclarecida aparente inconsistência entre o reportado pelo Governo da Índia (GOI) e a resposta da empresa Ester Industries Limited que diz ter recebido benefícios por meio do programa DDS. Na resposta, o Governo da Índia fez menção ao Exhibit 7, submetido aos autos do processo apenas na versão restrita, não tendo a autoridade investigadora brasileira acesso ao conteúdo confidencial desses dados;

e) Não foram enviados documentos comprobatórios referentes ao sistema ou procedimento existente que permite às autoridades indianas pertinentes a confirmação de quais insumos são consumidos na fabricação do produto exportado e em quais quantidades para o propósito do deferimento de benefícios atrelados ao programa em comento. O Governo da Índia apenas descreveu como funcionaria o sistema/procedimento de verificação.

67. Sobre o Programa de dedução de rendimentos tributáveis (Seção 80IC):

a) Não foi explicado como são calculados os benefícios a serem concedidos no programa em comento, tendo o Governo da Índia abordado outros tópicos referentes ao programa;

b) Não foram fornecidas cópias de formulários aceitos, anexos e contratos acordados com exportadores, bem como os documentos de aprovação da autoridade pertinente (pergunta 8 da seção B.1). O Governo da Índia solicitou que fosse pedido diretamente ao produtor/exportador indiano;

c) Não foi identificada atividade nem fornecida documentação comprobatória referente à aprovação de documentos se aplicável (pergunta 11 da seção B.1), tendo o Governo da Índia solicitado que fosse pedido diretamente ao produtor/exportador indiano;

d) Não foi identificada lista, por indústria/setor e por região, das empresas na Índia que participaram deste programa durante o período de revisão de dano (pergunta 12 da seção B.1). O Governo da Índia fez menção ao Exhibit 5 protocolado apenas na versão restrita, mas que aparentemente conteria informações confidenciais, que não foram submetidas à análise da autoridade investigadora brasileira;

e) Não foi identificado o montante da assistência aprovada para cada empresa exportadora, incluindo todas as trading companies, que vendem o produto objeto da investigação (pergunta 13 da seção B.1). O Governo da Índia fez menção ao Exhibit 5 protocolado apenas na versão restrita, mas que aparentemente conteria informações confidenciais, que não foram submetidas à análise da autoridade investigadora brasileira;

f) Não foi identificada lista segregada, por indústria e por região, sobre o número total de empresas e montante total da assistência aprovada no âmbito do programa (pergunta 13 da seção B.1). O Governo da Índia fez menção ao Exhibit 5 protocolado apenas na versão restrita, mas que aparentemente conteria informações confidenciais, que não foram submetidas à análise da autoridade investigadora brasileira;

g) Não foi informado, em detalhes, os controles que devem ser mantidos pelas empresas sob este regime para reportar ao governo indiano o montante de direitos e tributos que se beneficiam da isenção, reembolso, etc. O Governo da Índia limitou-se a citar duas leis e regulamentos: Section 80IC, Income Tax Act, 1961 e Rule 18BBB, Income Tax Rules, 1962;

h) Não foram enviados documentos comprobatórios referente ao sistema ou procedimento existente que permite às autoridades indianas pertinentes a confirmação de quais insumos são consumidos na fabricação do produto exportado e em quais quantidades para o propósito do deferimento de benefícios atrelados ao programa em comento. O Governo da Índia apenas descreveu como funcionaria o sistema/procedimento de verificação;

i) Não foi informado se as empresas usufruem de algum benefício decorrente de programas de subsídios de qualquer nível governamental na aquisição de energia elétrica. O Governo da Índia sugeriu que a autoridade investigadora brasileira perguntasse diretamente às produtoras/exportadoras indianas.

68. Assim, o Governo da Índia foi notificado, por meio do Ofício nº 411/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, de 19 de maio de 2021, sobre as conclusões acima descritas e sobre a utilização dos fatos disponíveis, tendo sido estabelecido o prazo de 3 de junho de 2021 para manifestação do governo sobre as disposições constantes do referido ofício, com base no §6º do art. 79 do Decreto nº 1.751, de 1995. Não houve manifestação por parte do Governo da Índia até a data mencionada.

2.8.2 Da utilização dos fatos disponíveis para a empresa Polyplex Corporation Limited

69. Em 16 de novembro de 2020, a produtora/exportadora indiana Polyplex Corporation Limited comunicou que não apresentou resposta ao questionário do produtor/exportador, pois considerou não ser necessário, uma vez que suas exportações para o Brasil foram em quantidades insignificantes. Entretanto, solicitou que caso seja concluído que, ao final da revisão, o direito compensatório imposto às importações de filmes PET originários da Índia deva ser renovado, que o direito compensatório aplicável à empresa seja definido conforme a alternativa mais benéfica à Polyplex dentre as indicadas abaixo:

a) Permaneça com o mesmo valor que o direito compensatório determinado na investigação original (i.e. US$ 4,24/t); ou

b) Seja calculado com base na média ponderada do direito compensatório imposto às exportações dos demais exportadores indianos identificados pela autoridade brasileira.

70. Em razão disso, a SDCOM enviou o Ofício nº 258/2021/GMC/SDCOM/SECEX de 25 de março de 2021 à Polyplex, informando que a empresa não reportou adequadamente o questionário de produtor/exportador disponibilizado, e indicando, assim, que a determinação final da presente revisão de subsídios levaria em consideração os "fatos disponíveis", nos termos do § 6º do artigo 79 do Decreto nº 1.751/1995.

2.8.2.1 Da manifestação da empresa Polyplex Corporation Limited sobre a utilização dos fatos disponíveis

71. Em 09 de abril de 2021, em resposta ao Ofício nº 258/2021/GMC/SDCOM/SECEX de 25 de março de 2021 da SDCOM, a Polyplex apresentou manifestação. Inicialmente, afirmou que [CONFIDENCIAL] . Portanto, a Polyplex respeitosamente entendeu que não possuiria informações relevantes para responder ao Questionário do Exportador na presente revisão.

72. Corroborando esse fato, a manifestante mencionou o parágrafo 387 da Nota Técnica de fatos essenciais emitida no processo de revisão antidumping SECEX nº 52272.004280/2020-81, que contém ampla ilustração do comportamento das exportações indianas enviadas ao Brasil e trata da mesma base fática desta revisão de subsídios, individualizou a representatividade das exportações indianas a apenas dois produtores.

73. A Polyplex afirmou que seria igualmente relevante destacar que o parágrafo 678 da Nota Técnica de fatos essenciais da revisão antidumping destacou que 90% do volume importado oriundo da Índia adveio de uma única empresa, a Ester, para a qual os cálculos de margens individuais indicam que não haveria subcotação para os cenários de maior comprador, top-5, top-10 e América do Sul.

74. Nesse sentido, a produtora/exportadora indiana ressaltou que esses dados traduzem que apenas cerca de 10% das importações de produtos indianos efetivamente avaliadas no período de revisão teriam encontrado algum tipo de subcotação sobre o qual possa a autoridade de defesa comercial realizar a ponderação de impacto e causalidade sobre o comportamento da indústria doméstica. E esse percentual deveria se reduzir ainda mais na avaliação de causalidade, já que essa análise deveria levar em conta o impacto produzido pelas importações de todos os três países investigados, sendo importante destacar que a Nota Técnica de fatos essenciais da revisão antidumping indicaria ausência de subcotações do produto importado da China.

75. Dessa forma, a manifestante acrescentou que caberia destacar que o artigo 1º do Decreto nº 1.751/1995 caracteriza a presença de importações para o Brasil como pressuposto basilar para a aplicação de direitos compensatórios. No contexto do corpo probatório mais avançado - da revisão antidumping - seria patente a inexistência de importações para porção majoritária dos produtores indianos, incluindo a Polyplex, uma

vez que apenas dois operadores responderam por 100% do produto destinado ao Brasil. Os fatos trazidos aos autos daquele processo teriam denotado que sua oferta de produtos não foi atrativa aos revendedores ou importadores brasileiros nos últimos anos.

76. Assim, a empresa exportadora afirmou que não haveria informações particulares sobre subsídios atribuíveis a ela em razão da evidente ausência de importações sobre as quais se pudessem exprimir qualquer valor decorrente de subsídios, bem como pela ausência de alteração dos fatores que foram avaliados na investigação original. Nesse sentido, não são cumpridos no caso da Polyplex os artigos 5º e 6º do Decreto nº 1.751/1995, que impõem como qualificação de subsídios acionáveis a destinação de subsídios a grupos específicos de empresas, nem o art. 8º, segundo o qual se faz necessária a vinculação do subsídio ao desempenho do exportador, dado que não existem exportações da Polyplex para o Brasil no período de investigação.

77. Por todo o exposto, a Polyplex ressaltou que em seu entendimento os pressupostos legais para o arbitramento de novos valores de direitos compensatórios não estariam presentes e solicitou novamente o pedido feito em 16 de novembro de 2020.

2.8.2.2 Dos comentários da SDCOM acerca da manifestação da empresa Polyplex Corporation Limited sobre a utilização dos fatos disponíveis

78. Com relação à manifestação da empresa Polyplex Corporation Limited, observou-se que a produtora exportadora não exportou o produto objeto do direito compensatório para o Brasil ao longo do período de revisão. Cabe ressaltar, entretanto, que o questionário destinado aos produtores/exportadores não trata somente de informações relacionadas às exportações para o Brasil. Existem outras informações, solicitadas nesse documento, como produção e capacidade instalada, processo de distribuição, financiamento das atividades da empresa e dos programas de subsídios objetos da revisão não exclusivamente ligadas a essas exportações para o Brasil, informações que são relevantes para análise de probabilidade de continuação/retomada da prática de concessão de subsídios acionáveis e do dano decorrente dessa prática. Ademais, apesar de não ter exportado para o Brasil, dada a continuação da existência de subsídios acionáveis na Índia, conforme indicado no Parecer de início desta revisão, as empresas indianas podem ter continuado a se beneficiar de subsídios em suas exportações, o que se trata de informação relevante no âmbito de uma revisão de final de período, que busca determinar se, na hipótese de extinção do direito compensatório, seria muito provável a continuação ou a retomada da concessão de subsídios acionáveis e a continuação ou a retomada do dano decorrente desses subsídios. Nesse sentido, ao não responder ao questionário, a Polyplex impossibilitou que a SDCOM avaliasse esses fatores com base nas informações solicitadas no questionário do produtor/exportador encaminhado, o que justifica a utilização dos fatos disponíveis.

79. Os argumentos da empresa sobre as constatações do processo de revisão do direito antidumping aplicado às importações de filme PET originárias da Índia, do Egito e da China tratam de elementos constantes de outro processo administrativo, o qual avalia a probabilidade de continuação ou retomada de outra prática reputada como comércio desleal, ou seja, a prática de dumping nas exportações dessas origens para o Brasil. A Polyplex buscou justificar que não seriam necessários outros elementos para avaliação da probabilidade de continuação ou retomada da concessão de subsídios acionáveis nas exportações da Índia para o Brasil, como se irrelevante fosse a condução deste processo de revisão. Ressalte-se que não compete à cada parte interessada em um procedimento de investigação definir quais informações são necessárias ou não para uma determinação a ser emitida pela autoridade investigadora, devendo esta autoridade se guiar pela legislação vigente e indicar as informações necessárias para alcançar suas conclusões. Nesse sentido, compete destacar a diferença entre a natureza da revisão de final de período de medidas antidumping, que versam sobre discriminações de preços internacionais praticadas por agentes privados, e a natureza da revisão de final de período de medidas compensatórias, que tratam de medidas governamentais que beneficiam a produção e a exportação de empresas. Ao subtrair da autoridade investigadora a possibilidade de avaliar a probabilidade de continuação/retomada da concessão de subsídios acionáveis nas exportações de filme PET da Índia para o Brasil no âmbito desta revisão de final de período, a Polyplex deve estar ciente das implicações, ou seja, da utilização dos fatos disponíveis.

80. Por fim, ressalte-se que a determinação sobre a probabilidade de continuação/retomada da prática de concessão de subsídios acionáveis para a Polyplex e demais empresas indianas consta do item 5.7 infra, enquanto a determinação sobre a probabilidade de retomada do dano consta do item 8.8. Já a recomendação da SDCOM sobre os montantes de direitos compensatórios a serem aplicados sobre as importações de filme de PET originárias da Índia, e mais especificamente da Polyplex, consta dos itens 9 e 10 deste Parecer. Ressalte-se que a SDCOM não adotará as alternativas sugeridas pela Polyplex, quais sejam, recomendar que o direito compensatório determinado na investigação original seja mantido (US$ 4,24/t), haja visto que tal valor comporta o ajuste de double remedies, que, consoante item 9, será feito nos montantes de direito antidumping, ou ainda a outra alternativa sugerida - que seja calculado com base na média ponderada do direito compensatório imposto às exportações dos demais exportadores indianos identificados pela autoridade brasileira.

2.9 Da divulgação dos prazos da revisão

81. Em 29 de março de 2021, foi publicada no D.O.U a Circular nº 21, de 26 de março de 2021, que tornou públicos os prazos que serviriam de parâmetro para o restante da revisão:

Prazos	Datas previstas
Encerramento do prazo para consideração de manifestações para Nota Técnica	02/07/2021
Divulgação da Nota Técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final	09/07/2021
Realização de audiência final	12/07/2021
Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e encerramento da fase de instrução do processo	27/07/2021
Expedição, pela SDCOM, do parecer de determinação final	06/08/2021

2.10 Da divulgação dos fatos essenciais sob julgamento

82. Com base no disposto no caput do art. 43 do Decreto nº 1.751, de 1995, foi disponibilizada às partes interessadas a Nota Técnica SDCOM nº 20, de 9 de julho de 2021, contendo os fatos essenciais sob julgamento que embasariam esta determinação final, conforme o art. 73 do mesmo Decreto.

2.11 Da audiência final

83. Em atenção ao que dispõe o art. 43 do Decreto nº 1.751, de 1995, todas as partes interessadas, assim como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) e a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), foram convocadas para a audiência final por meio do Ofício nº 508/2021/CGMC/SDCOM/SECEX e dos Ofícios-Circulares nº 80 e 81/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, realizada no dia 12 de julho de 2021.

84. A audiência mencionada foi realizada por meio de videoconferência pelo aplicativo Microsoft Teams na data prevista. Naquela ocasião, as partes interessadas manifestaram-se acerca dos fatos essenciais em julgamento da referida investigação, divulgados na Nota Técnica SDCOM nº 40, de 9 de julho de 2021.

85. Participaram da audiência, além dos servidores da SDCOM, funcionários do Governo da Índia e representantes da peticionária e da produtora/exportadora Ester Industries Ltd. Foi informado que as partes interessadas presentes na audiência teriam 15 dias, após esta audiência, isto é, 27 de julho, para apresentar seus argumentos finais debatidos no encontro.

2.12 Do encerramento da fase de instrução

86. De acordo com o estabelecido no art. 43 do Decreto nº 1.751, de 1995, no dia 27 de julho de 2018, encerrou-se o prazo de instrução da investigação em epígrafe. Naquela data completaram-se os 15 dias após a audiência final, previstos no art. 43 do mesmo decreto para que as partes interessadas apresentassem suas últimas manifestações.

87. No prazo regulamentar, manifestaram-se acerca da Nota Técnica SDCOM nº 40, de 2021, as partes interessadas Terphane LTDA, Ester Industries e Polyplex Corporation Limited. Os comentários dessas partes acerca dos fatos essenciais sob julgamento constam deste documento, de acordo com cada tema abordado. O Governo da Índia apresentou manifestação somente no dia 28 de julho de 2021, após o encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e encerramento da fase de instrução do processo, que foi no dia 27 de julho de 2021. Por ter sido protocolada após o encerramento da fase de instrução do processo, a manifestação do Governo da Índia não será levada em consideração nesta determinação final.

88. Cabe registrar que, atendidas as condições estabelecidas na Portaria SECEX nº 30, de 7 de junho de 2018, as partes interessadas tiveram acesso no decorrer da revisão a todas as informações não confidenciais constantes do processo, por meio do SDD, tendo sido dada oportunidade para que defendessem amplamente seus interesses.

89. Ressalte-se ainda que a autoridade investigadora realizou reuniões com diversas partes interessadas, mediante solicitação, para tratar de assuntos específicos da investigação. Para efeitos de dar transparência ao processo e conhecimento às demais partes interessadas, foram lavrados termos de reunião, anexados aos autos restritos do processo.

3 DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

3.1 Do produto objeto do direito compensatório

90. O produto objeto da revisão consiste em "Filme biaxialmente orientado de poli(tereftalato de etileno) - PET - de espessura igual ou superior a 5 micrometros, e igual ou inferior a 50 micrometros, metalizado ou não, sem tratamento ou com tratamento tipo coextrusão, químico ou com descarga de corona", doravante denominado, simplesmente, como filme PET, exportados pela Índia para o Brasil.

91. De acordo com a peticionária, o filme PET é commodity da indústria de filmes de poliéster, usado na indústria de conversão de embalagens flexíveis e em algumas aplicações industriais como desmoldagem de telhas e isolamento de cabos elétricos e telefônicos.

92. Para as embalagens flexíveis os produtos exportados ao Brasil são basicamente os filmes de 10 e 12 micrômetros de espessura tratados quimicamente em uma face para serem impressos e/ou metalizados e posteriormente laminados a outros materiais para se transformarem em embalagens flexíveis.

93. Para o mercado de aplicações industriais os produtos exportados são basicamente os filmes de 12 a 50 micrômetros de espessura, não tratados, para usos diversos em vários processos industriais como desmoldagem de telhas, isolamento de cabos, plastificação, decoração etc.

94. O processo produtivo e formas de apresentação comercial (acondicionamento) dos filmes PET dos produtores da Índia não apresentam diferenças significativas entre si.

95. Segundo informações da peticionária, a tecnologia adotada pela Terphane é basicamente a mesma tecnologia adotada mundialmente e o processo de obtenção dos filmes PET pode ser descrito de acordo com as seguintes etapas:

a) Polimerização: Os polímeros são fabricados a partir da esterificação direta do Ácido Tereftálico Purificado (PTA) e do Mono-Etileno Glicol (MEG), além do [CONFIDENCIAL] presente na formulação de alguns polímeros.

As matérias-primas PTA e [CONFIDENCIAL] chegam à fábrica em big-bags de 1000 kg ou em contêineres de 27.000kg, enquanto o MEG é recebido em carretas e estocado em tanques, de onde são bombeados para os reatores.

O PTA é transportado pneumaticamente, sob atmosfera de Nitrogênio, para os silos de estoque e silos-balança que irão abastecer os reatores. Quando for utilizado, o [CONFIDENCIAL] é adicionado por gravidade em silos intermediários menores interligados a silos-balança que também alimentam os reatores.

Dentro do reator, a mistura das matérias-primas e aditivos é mantida sob agitação constante e levada a temperaturas e pressões controladas para que ocorra a reação de esterificação. Nesta fase, forma-se o monômero do PET que surge da reação entre os ácidos e os diálcoois. Concluída a reação, a massa monomérica é então transferida para o segundo reator onde ocorre a reação de polimerização, através da poli condensação entre as moléculas de monômero, sob condições de vácuo e temperaturas controladas.

Por fim, ao atingir a viscosidade desejada, a massa de polímero PET fundida é resfriada, granulada e armazenada em silos, de onde o polímero é transportado pneumaticamente para as linhas de fabricação de filmes.

b) Fabricação dos filmes PET: o fluxo de produção de filmes poliéster compreende basicamente 5 etapas: secagem do polímero, extrusão, estiragem longitudinal, estiragem transversal e bobinagem. Após estas etapas, os rolos são enviados para o corte e/ou processos de metalização e/ou coating.

i) Secagem: a primeira etapa na fabricação de filmes é realizar uma secagem apropriada do polímero, para evitar sua degradação no momento da extrusão. A umidade do polímero deve ser reduzida para níveis abaixo de [CONFIDENCIAL] de água, através de uma corrente de ar seco e quente, que é forçada através do leito de grãos de polímero. Cada linha de fabricação de filmes tem seus próprios equipamentos para secar o polímero. De acordo com a peticionária, suas linhas têm basicamente dois tipos de secagem: contínua e por batelada. A linha de menor capacidade opera com um sistema de leito fluidizado por bateladas, enquanto as linhas de maior capacidade e mais modernas são dotadas de processo de secagem contínua. Nas linhas dotadas de coextrusão, cada extrusora é abastecida por uma linha de secagem exclusiva;

ii) Extrusão: o processo de extrusão consiste em fundir o polímero fazendo-o passar forçadamente através de um canhão.

O polímero é fundido pelo calor gerado devido ao cisalhamento entre os grãos de polímero e a rosca que transporta e comprime o polímero contra as paredes rígidas e aquecidas do canhão. A massa polimérica fundida que sai da extrusora é então bombeada e filtrada. No processo de coextrusão, o polímero fundido (no estado líquido) oriundo de 2 ou 3 extrusoras passa simultaneamente por uma caixa de coextrusão, que tem a função de organizar os diferentes fluxos em forma de camadas que irão compor o filme final. No caso de uma única extrusora, não existe a caixa de coextrusão, e o polímero vai direto para a fieira.

O polímero fundido chega à fieira sob regime laminar de escoamento e é projetado eletrostaticamente sobre um rolo refrigerado em forma de filme (ou chapa) contínuo, denominado filme amorfo. Este filme é bruscamente resfriado para evitar a cristalização do polímero e direcionado para uma bateria de rolos que têm a função de tracionar o filme e prepará-lo para a etapa de estiragem longitudinal;

iii) Estiragem longitudinal: o processo de estiragem longitudinal consiste em estirar o filme no sentido de tensionamento da máquina (MachineDirection) e tem a função de orientar as moléculas de poliéster neste sentido.

O filme amorfo passa por uma bateria de rolos com diferentes temperaturas e velocidades. O filme é inicialmente aquecido a temperaturas acima de sua "Tg" (temperatura de transição vítrea) através de rolos aquecidos que giram em velocidades "lentas". O filme previamente aquecido passa, então, por um aquecimento brusco ao sair de um rolo lento e chegar a um rolo com maior velocidade. A diferença de velocidade entre estes rolos causa a estiragem do filme. Após aquecido e estirado, o filme é novamente resfriado rapidamente e segue para a etapa de estiragem transversal. Logo após esta fase e antes de ser estirado transversalmente o filme pode ser submetido a tratamentos químicos "em linha".

Estes tratamentos consistem em recobrir uniformemente o filme em uma face com soluções de produtos químicos. Uma vez finalizado os processos, os tratamentos químicos funcionam como "primers", propiciando uma melhor ancoragem de tintas, vernizes, adesivos, alumínio, etc. sobre a face tratada;

iv) Estiragem transversal: ao deixar a estiragem longitudinal, o filme passa a ser chamado de filme mono-orientado.

A estiragem transversal é realizada em um equipamento conhecido na indústria têxtil como "Rame" ou "Tenter Frame". Este equipamento é na verdade um forno dotado de trilhos e correntes nas laterais. Nestas correntes, estão posicionadas pinças metálicas que prendem as bordas do filme. As correntes de ambos os lados correm sobre os trilhos com a mesma velocidade. Porém, em determinado ponto do forno, as correntes afastam-se simultaneamente uma da outra, provocando a estiragem do filme mono-orientado. A razão entre a largura do filme final (chamado filme bi-orientado) e do filme mono-orientado, é dado o nome de Taxa de Estiragem Transversal.

O forno de estiragem tem várias zonas independentes com temperaturas diferentes e controladas, cada uma delas com uma função específica.

Na zona de Estiragem Transversal, o filme é aquecido abruptamente e estirado para que as moléculas de poliéster sejam agora também orientadas no sentido transversal da máquina. Depois de estirado, o filme passa por uma zona de cristalização para que não

perca a orientação dada às moléculas, e por fim, em uma última zona do forno há um decréscimo de temperatura para resfriar o filme.

Ao sair do forno, o filme passa por um scanner que lê e controla automaticamente a espessura do filme. O scanner varre toda a largura do filme medindo pontualmente sua espessura e corrige qualquer desvio, enviando sinal eletrônico para que a fieira admita mais ou menos massa polimérica.

Antes de chegar à bobinadeira, o filme de poliéster bi-orientado pode ainda passar pelo tratador corona. O tratamento corona tem a função de aumentar a Tensão Superficial do filme, proporcionando uma melhor "molhabilidade" da tinta sobre o filme em operações de impressão; e

v) Bobinagem: a última etapa de cada linha de produção de filme é a bobinagem, onde são formados os rolos de filmes de poliéster. Nesta etapa, o filme é bobinado sobre mandris de aço para serem posteriormente recortados ou processados. O importante nesta operação é evitar defeitos de bobinagem aplicando-se corretamente as tensões necessárias ao filme e ao rolo de apoio que tem a função de expulsar controladamente o ar que fica entre as camadas de filme.

Após a bobinagem o filme pode estar pronto para ser cortado em bobinas ou pode ser enviado para outros processos de acabamento e/ou tratamentos como: recobrimento [CONFIDENCIAL]; e metalização a vácuo, onde uma fina camada de alumínio é depositada sobre o filme a fim de conferir maiores propriedades de barreira e aspecto visual.

c) Corte de bobinas: os rolos provenientes das linhas de produção são recortados e transformados em bobinas nas dimensões solicitadas pelos clientes. O filme de poliéster é enrolado em suporte de papelão formando uma bobina que é coberta com uma camada de plástico. Estas são transportadas, paletizadas, suspensas por laterais de madeira em conjuntos unitários ou em grupo de até 4 bobinas. O conjunto de bobinas é fixado ao estrado de madeira e amarrado por fitas de arquear e finalmente envolvido por filme encolhível para que sejam protegidas de contaminações e avarias durante o transporte e/ou estocagem.

96. Segundo o art. 2º da Resolução CAMEX nº 36, de 2016, estão excluídos do escopo do direito compensatório aplicado às importações de filme PET originárias da Índia os seguintes produtos:

I - filmes de PET com espessura fora da faixa especificada (5µm ≤ e ≤ 50µm);
II - película fumê automotiva;
III - filme de acetato de celulose;
IV - filme de poliéster com silicone;
V - rolos para painéis de assinatura;
VI - filtros para iluminação;
VII - telas, filmes, cabos de PVC;
VIII - filmes, chapas, placas de copoliéster PETG;
IX - filmes, películas, etiquetas e chapas de policarbonato;
X - folhas esponjadas de politereftalato de etileno;
XI - placas de polimetacrilato de metila;
XII - etiquetas de poliéster;
XIII - lâminas e folhas de tinteiro;
XIV - telas de reforço de poliéster;
XV - filmes e fios de poliéster microimpressos;
XVI - filmes de poliéster magnetizados;
XVII - fitas para unitização de carga; e
XVIII - filmes de PET já processados para outros fins (produto acabado).

97. Além das exclusões supramencionadas constantes da Resolução CAMEX nº 36, de 2016, ressalte-se que, no âmbito da revisão de final de período do direito antidumping aplicado às importações de filmes PET originárias da Índia, da China e do Egito, foi excluído também o seguinte produto:

- filmes de PET com coating de EVA e os filmes de PET com coating de PE.

98. Reproduz-se, a seguir, a justificativa constante da Resolução GECEX nº 203, de 20 de maio de 2021, que também será adotada no âmbito desta revisão de final de período:

Acerca dos demais pedidos de exclusão apresentados pela Flex, fundamentados em exclusões realizadas no âmbito de outros processos conduzidos pela SDCOM, cumpre esclarecer que as análises quanto à exclusão ou não de subtipos específicos de produtos demandam a avaliação dos elementos de prova fornecidos pelas partes interessadas de cada processo, estando, portanto, vinculados às características dos produtos fabricados por cada empresa. Ressalte-se que, a depender da natureza do produto, a própria nomenclatura dos produtos pode variar, de forma que somente por meio da análise de fichas técnicas e demais elementos de prova, seria possível realizar o exame de similaridade entre o produto estrangeiro e o similar nacional fabricado pela peticionária.

Nesse sentido, não foram identificados nos autos, até o final da fase probatória, elementos suficientes para que se proceda à exclusão dos produtos "tracing and drafting films" e "transfer metalized films". Não há qualquer indicação de quais filmes específicos fabricados pela Flex integrariam tais categorias, o que impede que se proceda à análise de similaridade a partis dos dados e elementos de prova da presente revisão.

Com relação aos filmes de PET com coating de EVA (Etil Vinil Acetato) e os filmes de PET com coating de PE (Polietileno), considera-se que sua própria denominação é suficiente para identificar o subtipo específico do produto. Salienta-se ter sido possível, inclusive, diferenciar os referidos filmes nos dados oficiais de importação da Secretaria Especial da Receita Federal, diferentemente dos demais subtipos anteriormente citados.

Nesse sentido, com vistas a se manter a coerência com as definições adotadas na investigação que avaliou a existência de dumping nas exportações de filme PET originárias do Peru e do Barein para o Brasil, entende-se ser adequado que os filmes de PET com coating de EVA (Etil Vinil Acetato) e os filmes de PET com coating de PE (Polietileno) sejam excluídos do escopo da presente revisão por possuírem características físicas e aplicações diferenciadas. Trata-se de filmes destinados à fabricação de embalagens de papelão ou papel, os quais, para aderirem a tais materiais, apresentam características próprias. A aderência do filme ao papel ou papelão se dá por meio de um processo térmico que funde o EVA e PE e os entrelaça com as fibras do papel, tais como nas caixas usadas para perfumes.

Além disso, conforme pontuado na Portaria Secint nº 473, de 28 de junho de 2019, não foram identificados filmes similares nacionais que concorressem no mercado a que se destina esses filmes específicos, fato este que não parece ter se alterado, considerando-se as informações constantes dos autos da presente revisão.

Em relação à manifestação final apresentada pela Terphane, que, entre outros pontos, destacou a necessidade de que o produtor/exportador que solicitou a exclusão de determinado produto do escopo da revisão demonstre evidências de que o produtor/exportador confeccione o produto ou que elenque possíveis hipóteses de linhas de negócios futuros também para motivar o pleito de exclusão, cabe destacar que a exclusão dos filmes PET com coating de EVA e PE do escopo da investigação de dumping nas exportações para o Brasil de filme de PET do Peru e Barein não se pautou pela produção ou não desse tipo de produto pela empresa pleiteante.

Com efeito, a decisão foi baseada, entre outros pontos, pela ausência de similaridade entre o produto em questão e o similar doméstico. Reconhece-se a relevância do fornecimento de informações detalhadas acerca desse determinado bem, para a realização da análise de pertencimento ao escopo, de forma que a produção de fato do produto contribui para a referida análise. No entanto, para o presente caso, de forma análoga ao escopo definido no caso de Filme PET de Peru e Barein, e pautando-se pela coerência entre as investigações, acatou-se o pedido de exclusão dos produtos com coating de EVA e PE por possuírem características físicas e aplicações diferenciadas do filme PET objeto da revisão, conforme as informações constantes dos autos da investigação correlata supramencionada.

Salienta-se não haver diferenças entre o produto objeto da medida definido em ambos os casos. Da mesma forma, não há diferença quanto à composição da indústria doméstica e, portanto, quanto ao produto similar nacional. Dessa forma, não se poderia alcançar conclusão distinta, ainda que não haja produção do subtipo de Filme PET objeto da discussão pelo produtor/exportador egípcio.

99. Por fim, ressalte-se que as exportações para o Brasil do produto objeto do direito compensatório são destinados a usuários finais e distribuidores.

3.1.1 Do produto fabricado pela Ester

100. De acordo com sua resposta ao questionário do produtor/exportador, a indiana Ester produz Filmes PET, metalizados ou não, com ampla oferta de espessuras e que atendem aos requisitos técnicos determinados por determinadas entidades reguladores (FDA, EC e REACH, por exemplo). Ademais, a empresa destacou que não haveria diferença entre o produto produzido para consumo no mercado interno e o exportado para terceiros países, incluindo o Brasil, em termos de matéria-prima, composição química, modelo, tamanho, capacidade, potência, forma de apresentação, usos e aplicações e canais de distribuição.

101. Acerca do processo produtivo, foram apresentados, para os filmes PET "simples" os seguintes passos: a resina PET de viscosidade específica seria seca em um Dryer-Hooper de alimentação contínua, que por sua vez seria sincronizado à máquina extrusora. O material seco seria então aquecido pela extrusora até atingir determinado nível de temperatura, resultando na fusão do polímero. O polímero fundido seria resfriado e na sequência reaquecido para permitir que o filme seja esticado. No primeiro estágio, o filme seria esticado em uma direção, isto é, na direção longitudinal e, posteriormente, na direção transversal. O filme seria então mantido na posição esticada enquanto se cristaliza e estica. As bordas são então cortadas e o filme seria retirado no enrolador. Além disso, o produto seria dimensionado em diversas larguras de acordo com os requisitos do mercado.

102. Para o Filme PET metalizado, primeiramente, dentro de uma câmara fechada sob alto vácuo, deposita-se sobre o filme de poliéster liso, matéria-prima básica para a produção do filme metalizado, uma camada fina de alumínio. Para formação dessa camada fina de alumínio, explicou-se que esse metal, na forma de fio, alimentaria continuamente os "barcos de cerâmica" dentro da câmara de metalização, que por serem aquecidos, fariam evaporar esse "pó" de alumínio, que seriam, então, depositados sobre o filme base em execução. Este filme metalizado passaria por um processo de resfriamento para logo em seguida ser enrolado em bobinas.

3.2 Do produto similar produzido no Brasil

103. A peticionária indicou que produz e comercializa no país películas de PET com a marca Terphane®. A linha de produtos é composta de películas identificadas por códigos numéricos ou alfanuméricos (por exemplo, 10.21/12 e MAX/12).

104. A Terphane produz filmes de poliéster de espessura igual ou superior a 5 micrômetros (microns) e igual ou inferior a 50 micrômetros (microns) que podem ser transparentes, pigmentados ou coloridos; com ou sem tratamentos em uma ou ambas as faces (corona, químico ou coextrusão); metalizados com alumínio ou não; recobertos com [CONFIDENCIAL] e que são vendidos em diversas apresentações de bobinas com diferentes larguras e comprimentos. Os filmes Terphane são usados em duas áreas distintas de aplicação: as do segmento de embalagens flexíveis e as de aplicação industrial.

105. Para o segmento de embalagens a linha de produtos compreende vários tipos de películas transparentes ou metalizadas, com ou sem tratamento nas superfícies e ainda um tipo de película revestida com [CONFIDENCIAL] em uma face. Neste segmento, a Terphane trabalha usualmente com espessuras entre 8 microns e 23 microns.

106. Os produtos de aplicação industrial compreendem vários tipos de filmes transparentes ou metalizados, com ou sem tratamento à superfície, podendo ser de 5 a 50 microns de espessura.

107. O produto, tanto o doméstico como o importado, está sujeito aos seguintes regulamentos técnicos: Resolução Brasileira RDC Nº 51 (26/Nov/2010), Nº 105 (19/May/1999), RDC Nº 56 (16/Nov/2012), RDC Nº 17 (17/Mar/2008) e RDC Nº 26 (02/Jul/2015) da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

108. Ainda de acordo com a peticionária, os processos produtivos e as formas de apresentação comercial (acondicionamento) dos filmes da Terphane e dos produtores da Índia não apresentam diferenças significativas.

109. Os canais de distribuição utilizados pela Terphane nas vendas do produto são venda direta aos consumidores finais, seja da fábrica em Pernambuco ou de seu estoque localizado em São Paulo, ou venda através de distribuidores, localizados estrategicamente próximos a regiões de maior incidência de clientes de menor consumo, como a região Sul, região Centro Oeste e eventualmente dedicados a um segmento específico de mercado.

3.3 Da classificação e do tratamento tarifário

110. Segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, o produto objeto da investigação classifica-se nos subitens 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99. Vale ressaltar, no entanto, que a SDCOM já havia identificado, em investigações anteriores, importações erroneamente classificadas nos subitens 3920.62.11, 3920.63.00 e 3920.69.00 da NCM.

111. A alíquota do Imposto de Importação manteve-se inalterada em 16% para os subitens da NCM mencionados anteriormente durante período de investigação de dano - outubro de 2014 a setembro de 2019, à exceção da alíquota do subitem 3920.62.11, que foi de 2% no período.

112. Cumpre destacar que, por meio do Decreto nº 9.229, de 6 de dezembro de 2017, foi internalizado Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Egito, com reduções tarifárias de 10% ao ano. Para as NCMs 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99, constatou-se que elas estão enquadradas na lista de concessões tarifárias do Mercosul no grupo "D". Nesse contexto, de acordo com o artigo 11.1 do Decreto n. 9.229, de 06 de dezembro de 2017, publicado no D.O.U de 07 de dezembro de 2017, as "tarifas aduaneiras e encargos com efeito equivalente aplicados por cada Parte sobre a importação dos bens originários da outra Parte listados nos Anexos I.1 e I.2 serão gradativamente eliminados, da seguinte forma categoria 'D' - em 10 (dez) etapas iguais, sendo a primeira etapa na data da entrada em vigor deste Acordo e as outras 9 (nove) etapas seguintes em intervalos de 12 (doze) meses".

113. Dessa forma, as tarifas para exportações de Filmes PET do Egito possuem as seguintes reduções:

Entrada em vigor da preferência para o Egito	% de desgravação sobre tarifa aplicada
07 de Dezembro de 2017	10%
07 de Dezembro de 2018	20%
07 de Dezembro de 2019	30%

114. Vale ainda registrar que os referidos itens são objetos das seguintes preferências tarifárias, concedidas pelo Brasil/Mercosul, que reduzem a alíquota do Imposto de Importação incidente sobre o produto objeto da revisão:

Preferências Tarifárias - NCM 3920.62.19, 3920.62.91, 3920.62.99

País/Bloco	Base Legal	Preferência Tarifária
Argentina	ACE18 - Mercosul	100%
Bolívia	ACE36-Mercosul-Bolivia	100%
Chile	ACE35-Mercosul-Chile	100%
Colômbia	ACE59 - Mercosul - Colômbia	100%
Cuba	APTR04 - Cuba - Brasil	28%
Egito	ALC-Mercosul-Egito	30%
Equador	ACE59 - Mercosul - Equador	100%
Israel	ALC-Mercosul-Israel	60%
México	APTR04 - México - Brasil	20%
Paraguai	ACE18 - Mercosul	100%
Peru	ACE58 - Mercosul - Peru	100%
Uruguai	ACE18 - Mercosul	100%
Venezuela	ACE59 - Mercosul - Venezuela	100%

3.4 Da similaridade

115. O produto objeto do direito compensatório e o produto similar produzido pela indústria doméstica possuem características semelhantes (composição química e características físicas), são destinados aos mesmos usos e aplicações (principalmente no mercado de embalagens flexíveis e no mercado industrial) e concorrem no mesmo mercado, apresentando alto grau de substitutibilidade, sendo o preço o fator primordial de concorrência.

116. Em relação ao processo produtivo, a Terphane adota a tecnologia Rhone-Poulenc, de estiramento biaxial. A produção do polímero é conduzida por esterificação direta do ácido tereftálico (PTA) com o glicol etilênico (MEG). Essa tecnologia indicada e adotada pela Terphane é basicamente a mesma tecnologia adotada mundialmente, não havendo diferenças significativa em relação ao produto objeto do direito compensatório.

117. Dessa forma, diante das informações apresentadas e da análise precedente, ratifica-se a conclusão alcançada na investigação original de que o filme PET produzido pela indústria doméstica é similar ao produto objeto do direito compensatório.

3.5 Da conclusão a respeito da similaridade

118. O parágrafo único do art. 4º do Decreto nº 1.751, de 1995, dispõe que o termo "produto similar" será entendido como produto idêntico, igual sob todos os aspectos ao produto que se está examinado, ou, na ausência de tal produto, outro que, embora não exatamente igual sob todos os aspectos, apresente características muito próximas às do produto em consideração.

119. Dessa forma, diante das informações apresentadas e da análise constante no item 3.4 deste documento, concluiu-se que o produto produzido no Brasil é similar ao produto objeto da revisão, nos termos do artigo mencionado do Regulamento Brasileiro, ratificando o entendimento expressado em procedimentos anteriores.

4 DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

120. De acordo com o art. 24 do Decreto nº 1.751, de 1995, o termo "indústria doméstica" será entendido como a totalidade dos produtores nacionais do produto similar, ou como aqueles, dentre eles, cuja produção conjunta do mencionado produto constitua parcela significativa da produção nacional total do produto.

121. Dessa forma, para fins de análise dos indícios de probabilidade de continuação ou retomada de dano, definiu-se como indústria doméstica a linha de produção de Filme PET da empresa Terphane Ltda., única fabricante nacional do produto objeto da investigação, respondendo, portanto, pela totalidade da produção nacional.

5 DOS SUBSÍDIOS ACIONÁVEIS

5.1 Introdução

122. Conforme previsão contida no §1º do art. 35 do Decreto nº 1.751, de 1995, o período de análise para fins de verificação da existência de indícios de subsídios acionáveis deve compreender os doze meses mais próximos possíveis anteriores à data de início da investigação. Na petição protocolada no dia 31 de janeiro de 2020, a Terphane considerou como período de análise, para fins de revisão da continuidade ou retomada dos alegados subsídios acionáveis concedidos pelo governo indiano, o período de outubro de 2018 a setembro de 2019. Ressalte-se que o período de revisão de continuidade ou retomada dos subsídios acionáveis corresponde ao mesmo período utilizado no processo de revisão de final de período do direito antidumping aplicado às importações originárias de Índia, Egito e China, iniciada por meio da Circular Secex nº 33, de 21 de maio de 2020 e encerrada por meio da Resolução GECEX nº 203, de 2021.

123. A peticionária alegou que programas analisados na investigação original mantiveram-se em vigor ou foram revistos durante o período de análise de continuação ou retomada de subsídios concedidos pelo governo da Índia.

124. Os elementos de prova utilizados pela peticionária que indicariam a continuação ou retomada de subsídios foram:

a) Foreign Trade Policy 2015-2020 (doravante FTP 2015-2020): sintetiza a política de comércio exterior da Índia, editada a cada 5 anos pelo governo nacional, com base no Foreign Trade Act, de 1992. O documento entrou em vigor em 01 de abril de 2015. A Terphane informou que o documento foi extraído do sítio eletrônico oficial do governo da Índia. Embora o endereço do sítio eletrônico informado pela peticionária (http://dgft.gov.in/foreigns-trade-policy-2015-20-, acessado em 20 de julho de 2020) aparentemente não esteja mais válido, foi protocolada nos autos desta revisão, em sede de informações complementares, a captura de tela do sítio em comento, bem como os capítulos que fazem referência à Erro! A referência de hiperlink não é válida., atualizados até 30 de junho de 2019 (Update FTP 2015-2020). Em busca realizada pela autoridade investigadora, notou-se que os capítulos protocolados do Erro! A referência de hiperlink não é válida. encontram-se agora no endereço https://dgft.gov.in/CP/, acessado em 20 de julho de 2020;

b) Highlights of The Foreign Trade Policy 2015-2020: elenca os principais pontos da Erro! A referência de hiperlink não é válida.. Embora o sítio eletrônico informado pela peticionária (https://dgft.gov.in/policies/foreign-trade-policy, acessado em 20 de julho de 2020), em que foi extraído este documento, aparentemente não esteja mais válido, foi protocolado nos autos desta revisão o documento na íntegra. Pesquisa feita pela autoridade investigadora encontrou documento aparentemente semelhante no sítio eletrônico https://agriexchange.apeda.gov.in/FTP/highlight2015.pdf, acessado em 20 de julho de 2020. O sítio indicado parece estar vinculado ao Agricultural & Processed Food Products Export Development Authority do Ministério do Comércio e da Indústria do Governo da Índia;

c) Mid Term Review da Erro! A referência de hiperlink não é válida.: embora o sítio eletrônico informado pela peticionária, em que foi extraído este documento (https://dgft.gov.in/policies/foreign-trade-policy, acessado em 20 de julho de 2020), aparentemente não esteja mais válido, foi protocolado nos autos desta revisão o documento na íntegra. Pesquisa feita pela autoridade investigadora tampouco obteve êxito, já que o sítio eletrônico https://dgft.gov.in/sites/default/files/ftpst17-051217.pdf, acessado em 20 de julho de 2020, indicado em sítio de busca também resultou em erro;

d) Handbook of Procedures (HOP 2015-2019): embora o sítio eletrônico informado pela peticionária, em que foi extraído este documento (https://dgft.gov.in/hi/hand-book-of-procedures-2015-20-primary-tabs, acessado em 20 de julho de 2020), aparentemente não esteja mais válido, foi protocolado nos autos desta revisão o documento na íntegra. Pesquisa feita pela autoridade investigadora encontrou documento aparentemente idêntico no sítio eletrônico https://agriexchange.apeda.gov.in/FTP/FTPproc2015-20E.pdf, acessado em 20 de julho de 2020. O sítio indicado parece estar vinculado ao Agricultural & Processed Food Products Export Development Authority do Ministério do Comércio e da Indústria do Governo da Índia;

e) Comission Implementing Regulation nº 2019/1286 da União Europeia: o documento, de 30 de julho de 2019, faz referência à implementação de medida compensatória nas importações originárias da Índia do produto "Certain Polyethylene Terephthalate (PET)". A Terphane ressaltou que, embora o produto investigado pela autoridade europeia não seja igual ao desta revisão, os programas identificados abrangeriam também o filme PET, produto objeto da revisão que se pleiteia. O regulamento de implementação protocolado pôde ser obtido no sítio eletrônico https://www.legislation.gov.uk/eur/2019/1286/introduction/data.xht.view=snippet&wrap=true, acessado em 20 de julho de 2020;

f) C-533-825: documento editado pela autoridade estadunidense, em fevereiro de 2016, relativo a resultado final de revisão administrativa de medida compensatória aplicada a importações de polythylene terephthalate Film, Sheet and Strip, originárias da Índia;

g) G/SCM/N/349/USA - Semi-annual report under Article 25.11 of the Agreement: o documento em tela diz respeito a relatório enviado pelos Estados Unidos da América para a Organização Mundial do Comércio sobre programas de subsídios objeto de determinação final de medidas compensatórias no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2019. Segundo a Terphane, neste relatório há programas implementados pelo governo da Índia. A peticionária não informou o sítio eletrônico de onde extraiu o documento. Conforme pesquisa feita por esta Subsecretaria, o documento pôde ser encontrado em https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx.filename=q:/G/SCM/N349USA.pdf, acessado em 20 de julho de 2020;

h) Parecer DECOM nº 13, de 2016: referente à determinação final da investigação original de filme PET; e

i) Resolução CAMEX nº 36, de 2016: referente à aplicação da medida compensatória na investigação original de filme PET.

125. Foram utilizados outros documentos relacionados a programas específicos. Estes documentos serão mencionados nos itens respectivos a cada programa descrito a seguir.

126. A peticionária também solicitou à SDCOM que nos casos em que programas que tenham sido eventualmente alterados ou encerrados, tendo por base a Resolução CAMEX nº 36, de 2016, sejam assim mesmos verificados pela autoridade com o intuito de avaliar se houve beneficiamento de subsídios acionáveis durante o período de revisão.

127. Convém ressaltar que a vigência da Foreign Trade Policy 2015-2020 foi estendida por um ano, de 31 de março de 2020 para 31 de março de 2021, devido à pandemia do Coronavírus, conforme informado pelo governo indiano, e divulgado no sítio eletrônico do Global Trade Alert, disponível em https://www.globaltradealert.org/intervention/58884/tax-based-export-incentive/india-new-foreign-trade-policy-announced-for-years-2015-2020-and-subsequently-extended-for-year-2020-2021-due-to-the-covid-19-pandemic, acessado em 31 de julho de 2020.

128. A seguir, será apresentada a análise, adotada para fins de início de revisão de final de período, de cada um dos programas de subsídios constantes da petição, com vistas a indicar a existência de indícios suficientes sobre a probabilidade de continuação ou retomada da concessão de subsídios acionáveis à produção e à exportação de filmes PET para o Brasil na hipótese de extinção do direito compensatório. Ressalte-se que, durante o período de revisão de concessão de subsídios (outubro de 2018 a setembro de 2019), o volume de importações brasileiras do produto objeto do direito compensatório seria considerado insignificante [RESTRITO], uma vez que foi inferior a 3% das importações totais brasileiras.

129. No âmbito da revisão de final de período do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de filme PET originárias da Índia, cujo período de revisão de dumping é o mesmo utilizado como período de revisão de concessão de subsídios deste processo, considerou-se, dado o volume não representativo das importações, que a análise seria de probabilidade de retomada da prática de dumping. Dada a natureza diversa da prática de concessão de subsídios em comparação com a prática de dumping - assim como a forma de apuração do montante de subsídio, o qual poderá estar vinculado (tied) ou não à produção ou à venda de determinados produtos ou a determinados mercados (doméstico ou de exportação) -, no parecer de início desta revisão, enfatizou-se que seria avaliada a probabilidade de continuação ou retomada da concessão de subsídios levando-se em consideração tais fatores no curso desta revisão.

5.2 Dos programas nacionais identificados para fins de início de revisão

5.2.1 Advance Authorization Scheme - AAS e Advance License Order - ALO

5.2.1.1 Das informações apresentadas pela peticionária sobre o AAS e o ALO

130. A peticionária informou que a base legal para estes regimes encontra-se na FTP-2015-2020 (capítulo 4), no Update Erro! A referência de hiperlink não é válida. (capítulo 4.04 a 4.52) e no Handbook of Procedures 2015-2019. Haveria várias modalidades de autorização prévia, todas relacionadas a isenção de tributos e/ou direitos aduaneiros para importação de insumos a serem usados na produção de produtos exportados.

131. Produtores/exportadores do produto final seriam elegíveis para o regime AAS, beneficiando-se de insumos e produtos intermediários. Segundo a Terphane, este regime contemplaria várias regras de implementação, entre outros: isenção de exportação física, exportação presumida, carta de crédito interna, ordem de liberação antecipada (Advanced Release Order - ARO).

132. O requerimento de autorização antecipada, vinculada a um grupo de produtos, é anual, havendo a possibilidade de solicitar várias ao mesmo tempo. As autorizações são feitas pelo governo indiano com base nas normas-padrão sobre insumo e produtos (SION), sendo que haveria a possibilidade de emissão de licenças com base também em declarações pessoais do beneficiário.

133. De acordo com a Terphane, o regime em comento não pode ser equiparado ao regime de drawback,

visto que permitem a importação antecipada com isenção de direitos de insumos em quantidade superior àquela necessária para produção do produto exportado, permitindo assim a dispensa de pagamento de direitos excessiva. Observa-se, em alguns casos, a não vinculação entre o insumo importado e o produto exportado.

134. A peticionária também destacou que, conforme a Resolução CAMEX nº 36, de 2016, a isenção de taxas de importação por meio de licença antecipada constituiria um subsídio, consoante inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.751, de 1995, já que representa um benefício conferido em função de contribuição financeira pelo governo da Índia. O subsídio também seria caracterizado como específico (inciso I do art. 8º do Regulamento Brasileiro), tendo em vista que está vinculado aos resultados das exportações. Desse modo, no entendimento da Terphane, o subsídio seria acionável com base no art. 5º do mesmo regulamento.

135. Muito embora a peticionária tenha mencionado disposições do Parecer DECOM nº 13/2016 e da Resolução CAMEX nº 36, de 2016, - que concluíram que as empresas que cooperaram com a investigação à época não teriam se beneficiado desses regimes -, foi solicitado que a SDCOM realizasse nova avaliação considerando os resultados do Comission Implementing Regulation nº 2019/1286, da União Europeia, que aplicou medidas compensatórias por conta dos subsídios concedidos pelo Governo da Índia pelo programa AAS às exportações de filme PET.

5.2.1.2 Da conclusão para fins de início de revisão sobre o AAS e o ALO

136. A partir da análise dos argumentos e da legislação indiana juntada à petição e às informações complementares, esta Subsecretaria concluiu, para fins de início de revisão, que há indícios suficientes indicando que a isenção fiscal amparada pelo programa AAS/ALO configura-se subsídio, já que envolve contribuição financeira pelo governo indiano, na forma de receita pública devida perdoada ou não recolhida, nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.751, de 1995, que confere um benefício às empresas alcançadas pelo programa em questão.

137. Tendo em vista que os elementos de prova apresentados também apontam a vinculação da concessão da contribuição financeira ao desempenho exportador, configura-se também como subsídio proibido, presumidamente específico e, portanto, sujeito à aplicação de medidas compensatórias, nos termos do art. 5º c/c art. 8º do Decreto nº 1.751, de 1995.

138. Há indícios de que o programa não pode ser considerado como equivalente a regime de drawback permitido nos termos do Anexo II do Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, uma vez que possibilitaria, ao ter como referência normas padrões da relação de insumo/produto ou autodeclaração dos beneficiários, isenção de direitos em montante superior aos incidentes na importação de insumos necessários para a fabricação do produto a ser exportado.

139. Ademais, vale registrar que este regime já foi considerado como subsídio sujeito à medida compensatória, consoante conclusões exaradas pela Resolução CAMEX nº 36, de 2016. Não há, até o momento, elementos indicativos de mudança substancial nas características elementares desse programa em comento que pudesse levar a eventual alteração do entendimento desta Subsecretaria. Além disso, pelas informações obtidas, conclui-se que as empresas produtores/exportadoras do produto objeto do direito compensatório seriam elegíveis ao referido programa, de modo que podem ter se beneficiado dele durante o período de revisão.

5.2.2 Duty Entitlement Passbook Scheme - DEPB

5.2.2.1 Das informações apresentadas pela peticionária sobre o DEPB

140. A base legal do regime em tela é o Erro! A referência de hiperlink não é válida. (artigo 4.3) e o HOP 2009-2014 (capítulo 4.37 do volume I). A Terphane mencionou que o regime foi descrito pela Resolução CAMEX nº 36, de 2016, que concluiu se tratar de subsídio específico, nos termos do inciso II do art. 4º e I do art. 8º do Regulamento Brasileiro, e acionável, consoante art. 5º do mesmo regulamento.

141. Por meio desse regime, no momento da exportação, pode-se solicitar pedido de crédito sob o regime DEPB para pagamentos de direitos aduaneiros sobre importações futuras de quaisquer mercadorias. O cálculo levaria em conta o conteúdo das matérias-primas importadas utilizadas na produção do produto exportado e os direitos aduaneiro incidentes sobre tais importações, não levando em conta se os direitos foram pagos ou não.

142. A peticionária, todavia, sublinhou que nem no FTP 2015-2019, nem em outros documentos, foram identificadas referências a este regime, em linha com o disposto na Resolução CAMEX nº 36, de 2016, que destacou que o DEPB teria sido extinto em 2011. Mesmo assim, a Terphane solicitou à autoridade investigadora que verifique se o regime ainda é aplicável ao produto objeto e se as empresas foram beneficiadas pelo programa.

5.2.2.2 Da conclusão para fins de início de revisão sobre o DEPB

143. Cabe destacar que o documento principal referente a este regime, a Erro! A referência de hiperlink não é válida., apresentado pela peticionária, já havia sido analisado por esta SDCOM na investigação original, cujo resultado foi publicado na Resolução CAMEX nº 36, de 2016. A resolução concluiu que o regime representava subsídio, já que conferia benefício a título de redução de tributos a recolher ou por meio da venda do referido direito, dando à empresa vantagem sobre às demais. Além disso, foi caracterizado como específico e sujeito a medidas compensatórias, nos termos do inciso I do Art. 8º do Decreto nº 1.751, de 1995, já que sua elegibilidade estava vinculada a desempenho exportador.

144. Vale registrar, por outro lado, conforme mencionado no item anterior, que o programa em tela foi descontinuado em 2011, embora, na investigação original de filme PET, identificou-se que uma produtora/exportadora indiana do produto objeto foi beneficiada pelo regime, tendo usufruído do subsídio em 2013.

145. Apesar disso, não foram apresentados documentos oficiais recentes editados pelo governo da Índia ou outros elementos de prova significativos de que o regime teria sido reeditado, seja com o mesmo nome e mesmas características ou sob outro nome ou outras formas.

146. Ademais, destaca-se também que os relatórios referentes a investigações de medidas compensatórias levadas a cabo recentemente pelas autoridades europeia e estadunidense, anexados pela peticionária aos autos desta revisão, não fazem menção a benefício concedido por meio do DEPB. É relevante dizer, inclusive, que o relatório estadunidense C-533-825, de 2016, abarca o produto similar ao objeto desta revisão, ou seja, filme PET.

147. Desse modo, para fins de início de revisão, não foram encontrados indícios suficientes de que o Duty Entitlement Passbook Scheme - DEPB ainda tenha efeitos tangíveis, não havendo razão para crer que os produtores/exportadores indianos de filme PET tenham eventualmente se beneficiado durante o período de análise de continuação ou retomada de subsídios.

148. Mesmo assim, no parecer de início ressaltou-se que o questionário de produtor/exportador enviado às partes interessadas identificadas solicitaria informações sobre todos os subsídios recebidos pela empresa, mesmo não havendo identificação expressa do regime no documento enviado. Nesse sentido, na hipótese de alguma empresa investigada ter usufruído, durante o período de revisão, do referido programa extinto em 2011, a autoridade investigadora poderia reavaliar sua decisão no curso do processo.

5.2.3 Duty Free Import Authorisation - DFIA

5.2.3.1 Das informações apresentadas pela peticionária sobre o DFIA

149. A base legal deste regime é o artigo 4º tanto da Erro! A referência de hiperlink não é válida. quanto do HOP 2015-2020. Segundo a peticionária, o DFIA isentaria as taxas de importação dos insumos utilizados na produção de produtos a serem exportados, englobando impostos aduaneiros básicos e eventuais direitos antidumping ou medidas compensatórias.

150. A peticionária também mencionou as conclusões dispostas na Resolução CAMEX nº 36 e no Parecer DECOM nº 13, ambos de 2016. De acordo com estes documentos, o DFIA, à época, foi considerado subsídio, nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.751, de 1995. Concluiu-se também que a concessão de créditos no âmbito do Duty Free Import Authorisation estaria vinculada em lei ao desempenho exportador e, dessa forma, presumiu-se específica e sujeita a medidas compensatórias, nos termos do inciso I do Art. 8º do Decreto nº 1.751, de 1995. Apesar disso, a autoridade investigadora não conseguiu identificar que os produtores/exportadores indianos teriam se beneficiado do programa.

151. De acordo com a Terphane, os documentos atuais do governo da Índia não deixariam claro se o produto objeto do direito compensatório seria elegível. A peticionária, então, pede que a SDCOM investigue se os produtores/exportadores da origem investigada teriam se beneficiado do regime durante o período de análise desta revisão.

5.2.3.2 Da conclusão para fins de início de revisão sobre o DFIA

152. A partir da análise dos argumentos e da legislação indiana juntada à petição, concluiu-se, para fins de início de revisão, que há indícios apontando que a isenção fiscal amparada pelo DFIA envolve uma contribuição financeira na forma de receita pública devida perdoada ou não recolhida, nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.751, de 1995, por um governo ou órgão público, que confere benefício às empresas elegíveis pelo programa em questão.

153. Os elementos de prova apresentados também apontam vinculação da concessão da contribuição financeira ao desempenho exportador, configurando-se subsídio proibido, presumidamente específico e, portanto, sujeito à aplicação de medida compensatória, nos termos do art. 5º c/c art. 8º do Decreto nº 1.751, de 1995.

154. Ademais, vale registrar que este regime já foi considerado como subsídio sujeito à medida compensatória, consoante conclusões exaradas pela Resolução CAMEX nº 36, de 2016. Não há, até o momento, elementos indicativos de mudança substancial nas características elementares desse programa em comento, constante na FTP 2015-2020, que pudesse levar a eventual alteração do entendimento desta Subsecretaria. Além disso, pelas informações obtidas, até o momento não se pode descartar que as empresas produtores/exportadoras do produto objeto do direito compensatório seriam elegíveis ao referido programa, de modo que podem ter se beneficiado dele durante o período de revisão.

155. Por fim, o programa não pode ser considerado como equivalente a regime de drawback permitido nos termos do Anexo II do Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, uma vez que não haveria necessariamente vinculação entre o insumo importado e o produto exportado nem aparentemente procedimento de verificação eficaz, por parte do governo indiano, que permitiria confirmar a utilização do volume de insumos consumidos na fabricação de produtos exportados.

5.2.4 Special Economic Zones Schemes - SEZ / Export Oriented Units Schemes - EOU

5.2.4.1 Das informações apresentadas pela peticionária sobre o SEZ e o EOU

156. Foi informado que disposições referentes à política geral para as zonas econômicas especiais encontram-se nos capítulos 6 e 7 do Erro! A referência de hiperlink não é válida..

157. As zonas especiais (SEZ) seriam regiões definidas como enclaves isentos de taxas aduaneiras, sendo consideradas, pelo governo indiano, território estrangeiro para fins de operações comerciais, de imposto e de taxas, segundo a Terphane. As EOUs seriam geograficamente mais flexíveis do que as SEZs, podendo estar estabelecidas em qualquer lugar da Índia. As EOUs podem ser consideradas complementares às SEZ.

158. De acordo com a Terphane, as empresas sob o regime SEZ/EOU teriam isenção de direitos de importação e de impostos incidentes sobre aquisições no mercado interno de produtos consumidos na produção e/ou transformação de produtos a serem posteriormente exportados. Além de matérias-primas e produtos de consumo, a isenção de direitos aduaneiros também abarcaria bens de capital.

159. Ademais, tais empresas também estariam isentas de pagamento de imposto de renda e teriam direito à devolução de imposto nacional sobre vendas incidente sobre mercadorias adquiridas no mercado nacional indiano.

160. A Terphane mencionou que a Resolução CAMEX nº 36, de 2016, concluiu que tanto o SEZ quanto o EOU enquadram-se no inciso II do art. 4º e no inciso I do art. 8º do Decreto nº 1.751, de 1995, embora não tenha tido elementos suficientes, à época, para afirmar que as exportações indianas de filme PET para o Brasil tenham se beneficiado do programa.

161. De todo modo, haja vista que os regimes permanecem em vigor consoante o Erro! A referência de hiperlink não é válida., a peticionária solicitou que a SDCOM investigue a probabilidade de continuação ou recorrência de subsídios acionáveis sob estes regimes, beneficiando produtores/exportadores indianos.

5.2.4.2 Da conclusão para fins de início de investigação sobre o SEZ e o EOU

162. A partir da análise dos argumentos apresentados e da legislação indiana juntada à petição e às informações complementares, concluiu-se, para fins de início de revisão, que há indícios apontando que a isenção fiscal amparada pelo SEZ/EOU envolve uma contribuição financeira na forma de receita pública devida perdoada ou não recolhida, nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.751, de 1995, por um governo ou órgão público, que confere benefício às empresas elegíveis pelo programa em questão.

163. Os elementos de prova apresentados também apontam vinculação da concessão da contribuição financeira ao desempenho exportador, configurando-se subsídio proibido, presumidamente específico e, portanto, sujeito à aplicação de medida compensatória, nos termos do art. 5º c/c art. 8º do Decreto nº 1.751, de 1995.

164. Ademais, vale registrar que este regime já foi considerado como subsídio sujeito à medida compensatória, embora não tenha se chegado à conclusão de que produtores/exportadores indianos de filme PET exportados para o Brasil tenham, à época, se beneficiado do regime, consoante conclusões exaradas pela Resolução CAMEX nº 36, de 2016.

165. Mesmo assim, não se pode descartar que eventual beneficiamento durante o período de análise desta revisão. Além disso, não há, até o momento, elementos indicativos de mudança substancial nas características elementares desse programa em comento, constante na FTP 2015-2020, que pudesse levar a eventual alteração do entendimento desta Subsecretaria sobre as conclusões acerca deste regime.

5.2.5 Export and Trading Houses - ETH/SHIS

5.2.5.1 Das informações apresentadas pela peticionária sobre o ETH/SHIS

166. Este regime foi regulamentado na Erro! A referência de hiperlink não é válida., sendo considerado, na Resolução CAMEX nº 36, de 2016, subsídio específico com base no inciso II do art. 4º e no inciso I do art. 8º do Decreto nº 1.751, de 1995, pois concedia benefícios a empresas elegíveis que atingissem metas de exportação.

167. Embora o programa tenha sido extinto em 2013, a autoridade investigadora acatou pedido para verificar o beneficiamento por meio desse regime por parte de produtores/exportadores indianos, tendo concluído que duas empresas havia se beneficiando do regime em questão.

168. Nesse sentido, conforme destacado, muito embora o regime tenha sido extinto em 2013, a Terphane solicitou que fosse investigado se ainda há eventual benefício concedido a produtores/exportadores de filme PET originários da Índia exportados para o Brasil.

5.2.5.2 Da conclusão para fins de início de investigação sobre o ETH/SHIS

169. Cabe destacar que o documento principal referente a este regime, Erro! A referência de hiperlink não é válida., apresentado pela peticionária já havia sido analisado por esta SDCOM na investigação original, cujo resultado foi publicado na Resolução CAMEX nº 36, de 2016. A resolução concluiu que o regime representa subsídio específico e sujeito a medidas compensatórias, nos termos do inciso I do Art. 8º do Decreto nº 1.751, de 1995, já que sua elegibilidade estava vinculada ao desempenho exportador.

170. Vale registrar, por outro lado, conforme mencionado no item anterior, que o programa em tela foi descontinuado em 2013, embora, na investigação original de filme PET, identificou-se que duas produtoras/exportadoras indianas do produto objeto foram beneficiadas pelo regime, tendo usufruído do subsídio em momento posterior.

171. Apesar disso, não foram apresentados documentos oficiais recentes editados pelo governo da Índia ou outros elementos de prova significativos de que o regime teria sido reeditado, seja com o mesmo nome e mesmas características ou sob outro nome ou outras formas.

172. Ademais, destaca-se também que os relatórios referentes a investigações de medidas compensatórias levadas a cabo recentemente pelas autoridades europeia e estadunidense, anexados pela peticionária aos autos desta revisão, não fazem menção a benefício concedido por meio do ETH/SHIS. É relevante dizer, inclusive, que o relatório estadunidense C-533-825, de 2016, abarca o mesmo produto objeto desta revisão.

173. Desse modo, para fins de início de revisão, não foram encontrados indícios suficientes de que o ETH/SHIS ainda tenha efeitos tangíveis, não havendo razão para crer que os produtores/exportadores indianos de filme PET exportados para o Brasil tenham eventualmente se beneficiado durante o período de análise de continuação ou retomada de subsídios.

174. Mesmo assim, no parecer de início ressaltou-se que o questionário de produtor/exportador enviado às partes interessadas identificadas solicitaria informações sobre todos os subsídios recebidos pela empresa, mesmo não havendo identificação expressa do regime no documento enviado. Nesse sentido, na hipótese de alguma empresa investigada ter usufruído, durante o período de revisão, do referido programa que vigorou até 2013, a autoridade investigadora poderia reavaliar sua decisão no curso do processo.

5.2.6 Deemed Exports (Exportações Presumidas)

5.2.6.1 Das informações apresentadas pela peticionária sobre Exportações Presumidas

175. O regime está disposto no capítulo 7 dos seguintes documentos: FTP 201 FTP 2015-2018, Updated FTP 2015-2020, Mid Term Review e Updated HOP 2015-2020. Enquadram-se neste regime as operações com status de exportação, embora os bens sejam produzidos na Índia e consumidos na produção de produtos a serem exportados.

176. Para serem consideradas exportações presumidas, as vendas devem ser efetuadas de acordo com uma das situações previstas no parágrafo 7.02 dos documentos mencionados, tais como, entre outras, vendas de mercadoria contra uma Autorização Prévia ou DFIA; fornecimento de bens para EOUs; fornecimento de bens de capital para detentores de Autorizações de EPCG; fornecimento de mercadorias a diversos projetos financiados por agências, bem como para projetos de energia e refinarias.

177. De acordo com a peticionária, diversos benefícios poderiam ser concedidos às exportações presumidas, como: autorização prévia, DFIA, drawback para Exportações Presumidas e isenção do Terminal Excise Duty (tributo interno que recai sobre a produção ou venda de bens) para insumos, fabricados por um detentor de autorização prévia, utilizados na produção de produtos cujo fabricante também detém uma autorização prévia, desde que esse fabricante comercialize seus bens para um exportador.

178. O não recolhimento de receitas públicas derivadas de impostos ou taxas representaria contribuições financeiras concedidas pelo governo da Índia em benefício dos exportadores, caracterizando a concessão de subsídios nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.751, de 1995. Para a Terphane, o regime não pode ser equiparado a regime de drawback, já que os benefícios podem ser concedidos a produtos vendidos no mercado interno.

179. A peticionária mencionou, todavia, que Parecer DECOM nº 13, de 2016, afastou o beneficiamento de subsídios sob este regime nas exportações de filmes PET para o Brasil originários da Índia, o que foi ratificado pela Resolução CAMEX nº 36, de 2016.

180. Apesar das conclusões já chegadas pela autoridade investigadora na investigação original, a Terphane acredita na possibilidade de produtores/exportadores indianos de filme PET terem se beneficiado por meio do "pass through", já que insumos, produtos intermediários ou bens de capital de etapas anteriores ao processo produtivo de filmes PET possam ter se beneficiado do regime. Tal fato geraria um efeito-preço que beneficiaria a cadeia de produção.

181. Desse modo, considerando que o regime ainda se encontra em vigor, consoante capítulo 7 do FTP 2015-2020, a Terphane solicitou a estaSubsecretaria que fosse investigado se houve beneficiamento por parte de produtores/exportadores indianos de filme PET em suas exportações para o Brasil, durante o período de análise de continuação ou retomada de benefícios.

5.2.6.2 Da conclusão para fins de início de investigação sobre Exportações Presumidas

182. A partir da análise dos argumentos apresentados e da legislação indiana juntada aos autos do processo, há indícios, para fins de início de revisão, apontando que a isenção fiscal amparada pelo programa "Exportações Presumidas" configurar-se-ia em subsídio já que envolve uma contribuição financeira, na forma de receita pública devida perdoada ou não recolhida, conferindo benefício a empresas alcançadas pelo programa em questão.

183. Tendo em vista que os elementos de prova apresentados também apontam a expressa vinculação da concessão da contribuição financeira ao desempenho exportador, configura-se também como subsídio proibido, presumidamente específico e,

portanto, sujeitos à aplicação de medidas compensatórias, nos termos do inciso I do Art. 8º do Decreto nº 1.751, de 1995.

184. Ademais, considerando os critérios de elegibilidade, não é possível descartar que bens de capital utilizados na produção de matérias-primas e de produtos intermediários, bem como as próprias matérias-primas e esses produtos intermediários consumidos no processo de produção de filme PET podem ter se beneficiado do regime Deemed Exports durante o período de análise de continuação ou retomada do subsídio desta revisão.

185. Convém ressaltar que, nos termos do Anexo II e do Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, sistemas de redução de impostos indiretos podem permitir a isenção, a remissão ou o diferimento de impostos indiretos cumulativos sobre etapas anteriores aplicados sobre insumos consumidos na fabricação do produto de exportação (com o devido desconto para os desperdícios), e o conceito de insumos consumido está delimitado pela nota de rodapé n.º 61 do referido Acordo, in verbis:

[61] Insumos consumidos no processo produtivo são insumos incorporados fisicamente, energia, combustíveis e óleos, utilizados no processo produtivo, e catalisadores, que são consumidos ao longo do processo de obtenção do produto exportado.

186. Portanto, no parecer de início, ressaltou-se que, caso se confirme que os produtores/exportadores indianos se utilizam do programa, deveria ser avaliado se os tributos isentados se qualificam como tributos indiretos cumulativos incidentes sobre insumos consumidos no processo produtivo do bem em questão, considerando a definição restritiva constante da referida nota de rodapé.

5.2.7 Merchandise Exports from India Scheme - MEIS

5.2.7.1 Das informações apresentadas pela peticionária sobre o MEIS

187. As disposições relacionadas a este regime encontram-se no Erro! A referência de hiperlink não é válida. (capítulo 3), na Update Erro! A referência de hiperlink não é válida., na Midterm Review de 2017 e na HOP 2015-2020. De acordo com a Terphane, o MEIS foi instituído em 2015 e aglutinou programas anteriormente em vigor, como Focus Product Scheme, Market Linked Focus Product Scheme, Focus Market Scheme, entre outros.

188. Qualquer exportador seria elegível a se beneficiar deste regime a depender do produto a ser exportado e do mercado de destino. A lista dos países e dos produtos cobertos pelo programa estão indicados no Appendix 3B do HOP 2015-2020. Neste documento seria possível notar que o programa engloba a América Latina. A Terphane informou também que a tabela 3 do HOP lista os produtos não abarcados pelo programa, sendo que filme PET não estaria listado no momento da última consulta feita em 13 de junho de 2020.

189. Mencionou-se também que o documento Highlights of the Foreign Trade Policy 2015-2020 faria referência a produtos/setores elegíveis ao programa, como o "Value added and packaged products" e o "Industrial Products from potential winning sectors", que poderiam incluir o segmento de filme PET.

190. Segundo destacado, por meio do MEIS, as empresas elegíveis teriam direito a créditos de importação que podem ser transferíveis e têm validade por 18 meses a partir da emissão, sendo que, de acordo com o parágrafo 3.13 do HOP 2015-2020, haveria possibilidade de extensão da validade por mais 6 meses em alguns casos. No entendimento da peticionária, tais créditos concedidos utilizados para abater ou compensar direitos ou taxas de importações de bens de capital equiparam-se a contribuições financeiras do governo indiano, sendo consideradas subsídios nos termos da alínea "a" do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.751, de 1995.

191. Além disso, tendo em conta que o programa limita o acesso ao benefício a certo setores e mercados, o subsídio seria classificado como específico e acionável, consoante art. 5º ao art. 8º do Regulamento Brasileiro.

192. A Terphane também ressaltou que o documento editado pela União Europeia, Comission Implementing Regulation nº 2019/1286 teria concluído que o MEIS é subsídio sujeito à medida compensatória.

5.2.7.2 Da conclusão para fins de início de investigação sobre o MEIS

193. A partir da análise dos argumentos apresentados e da legislação indiana juntada, esta Subsecretaria entende que, para fins de início de revisão, há indícios apontando que a utilização de créditos para abater ou compensar direitos ou taxas de importações amparada pelo programa MEIS configura-se subsídio, nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 4º do Regulamento Brasileiro, já que envolve uma contribuição financeira pelo governo indiano, conferindo benefício às empresas alcançadas pelo programa em questão.

194. Ademais, tendo em vista que os elementos de prova apresentados também apontam que a elegibilidade para se obter benefícios do regime estaria restrito a certos produtos, setores ou mercados, além de estar vinculado ao desempenho exportador, configura-se também como subsídio presumidamente específico e, portanto, sujeitos à aplicação de medidas compensatórias, consoante arts. 6º e 8º do mesmo regulamento.

5.2.8 Export Promotion Capital Goods Scheme - EPCG

5.2.8.1 Das informações apresentadas pela peticionária sobre o EPCG

195. O EPCG está regulamentado no capítulo 5 do FTP 2015-2020 e do Update FTP 2015-2020, de 30 de junho de 2019. Também foi considerado no documento Mid Term Review e no HOP 2015-2020.

196. De acordo com a Terphane, o EPCG seria regime aplicável a bens de capital para a promoção da exportação por meio de redução de direitos aduaneiros conferidos por meio de licença por parte do governo da Índia, o que caracterizaria contribuição financeira ao reduzir receitas fiscais. Desse modo, o benefício seria enquadrado na alínea "b" do inciso II do art. 4° do Decreto n° 1.751, de 1995.

197. Ademais, a fim de obter o benefício na importação do bem de capital, a empresa deverá assumir obrigação de exportar. Tendo em vista tal condicionamento, a peticionária entende que há vinculação do benefício ao desempenho exportador, caracterizando-o como subsídio específico, com base no art. 8º do Decreto nº 1.751, de 1995.

198. A Terphane também argumenta que, em consulta à legislação indiana, não encontrou nenhuma regulamentação ou norma que estabeleça um controle que vincule as importações efetuadas pelas empresas beneficiárias desse regime e suas exportações, de forma que tal regime não pode ser comparado ao regime de drawback.

199. Registra-se, também, que a Resolução CAMEX nº 36, de 2016, concluiu à época que este regime constituiria subsídio sujeito à aplicação de medida compensatória.

200. Assim, foi solicitado que a SDCOM investigue se houve benefício por parte de produtores/exportadores indianos na exportação de filme PET para o Brasil durante o período de análise desta revisão.

5.2.8.2 Da conclusão para fins de início de investigação sobre o EPCG

201. A partir da análise dos argumentos apresentados e da legislação indiana juntada à petição e às informações complementares, concluiu-se, para fins de início de revisão, que há indícios apontando que a isenção fiscal amparada pelo EPCG envolve contribuição financeira na forma de receita pública devida perdoada ou não recolhida, nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.751, de 1995, por governo ou órgão público, conferindo benefício às empresas elegíveis pelo programa em questão.

202. Os elementos de prova apresentados também apontam vinculação da concessão da contribuição financeira ao desempenho exportador, configurando-se subsídio proibido, presumidamente específico e, portanto, sujeito à aplicação de medida compensatória, nos termos do art. 5º c/c art. 8º do Decreto nº 1.751, de 1995.

203. Ademais, vale registrar que este regime já foi considerado como subsídio sujeito à medida compensatória, consoante conclusões exaradas pela Resolução CAMEX nº 36, de 2016. Não há, até o momento, elementos indicativos de mudança substancial nas características elementares desse programa em comento, constante na FTP 2015-2020, que pudesse levar a eventual alteração do entendimento desta Subsecretaria.

205. Portanto, caso se confirme que os produtores/exportadores indianos se utilizam do programa, deverá ser avaliado se os tributos isentados se qualificam como tributos indiretos cumulativos incidentes sobre insumos consumidos no processo produtivo do bem em questão, considerando a definição restritiva constante da referida nota de rodapé.

204. Convém ressaltar, também, que, nos termos do Anexo II e do Acordo Sobre Subsídios e Medidas Compensatórias, sistemas de redução de impostos indiretos podem permitir a isenção, a remissão ou o diferimento de impostos indiretos cumulativos sobre etapas anteriores aplicados sobre insumos consumidos na fabricação do produto de exportação (com o devido desconto para os desperdícios), e o conceito de insumos consumido está delimitado pela nota de rodapé n.º 61 do referido Acordo, in verbis:

[61] Insumos consumidos no processo produtivo são insumos incorporados fisicamente, energia, combustíveis e óleos, utilizados no processo produtivo, e catalisadores, que são consumidos ao longo do processo de obtenção do produto exportado.

5.2.9 Duty Drawback Scheme - DDS

5.2.9.1 Das informações apresentadas pela peticionária sobre o DDS

206. Segundo a peticionária, a base legal originária para o DDS seria o Custom & Central Excise Duties Drawback Rules 1995, publicada pelo Central Board Of Indirect Taxes and Customs, Department of Revenue, ligado ao Ministério da Economia do governo da Índia. O documento encontra-se disponível em https://www.cbic.gov.in/htdocs-cbec/customs/cs-act/formatted-htmls/cs-rulee, acessado em 22 de julho de 2020. A Terphane informou que este documento foi substituído pelo Customs & Central Excise Duties Drawback Rules, 2017, disponível em https://www.cbic.gov.in/resources//htdocs-cbec/customs/cs-act/notifications/notfns-2017/cs-nt2017/csnt88-2017.pdf, acessado em 22 de julho de 2020.

207. Foi destacado, igualmente, que as notificações do Central Board Excise and Customs também regem o DDS e que as taxas de drawback seria periodicamente publicadas pelo governo. A Terphane informou que não encontrou, em documento público, a taxa de drawback vigente durante o período de análise desta revisão, mas que, segundo a notificação No.95/2018-Cus (NT) de 06.12.2018, mais próxima a essa data, a taxa então vigente para produtos classificados no capítulo 39 era de 1,5%.

208. A Resolução CAMEX nº 36, de 2016, foi mencionada pela Terphane, já que detalhou que o DDS seria regime de reembolso, por meio de transferências bancárias ao exportador, de tributos recolhidos na importação de insumos utilizados na produção de bem exportado.

209. A peticionária destacou também que o Commission Implementing Regulation nº 2019/1286 da União Europeia informa que qualquer produtor exportador é elegível ao regime, sendo o benefício calculado como percentual de valor FOB de exportação declarada. O cálculo da taxa baseia-se em valor pagos pela indústria nas importações de matérias-primas e na taxa média de consumo da indústria, considerando a especificidades de cada produto. Foi reproduzido parte do relatório da autoridade europeia

In order to be eligible to benefit from this scheme, a company must export. At the moment when shipment details are entered in the Customs server, it is indicated that the export is taking place under the DDS and the DDS amount is fixed irrevocably. After the shipping company has filed the Export General Manifest and the customs office has satisfactorily compared that document with the shipping bill data, all conditions are fulfilled to authorise the payment of the drawback amount by either direct payment on the exporter's bank account or by draft.

[...]

The relevant legislation and administrative instructions stipulates that the Indian customs administration should require no evidence that the exporter requesting the duty drawback must have incurred or will incur a customs duty liability for imports of the raw materials needed for the manufacture of the exported product. In addition, during the verification visit the GOI confirmed that companies that would source domestically all the raw materials incorporated in the exported PET would still benefit from the full rate calculated under Rule 3(2) mentioned above.

210. Além disso, segundo a Terphane, o regime não poderia ser considerado como drawback permitido sob as regras da OMC e do Regulamento Brasileiro, já que o pagamento ao exportador não está necessariamente relacionado a pagamento efetivo de direitos e taxas de importação. Tampouco parece haver procedimento por parte do governo da Índia de verificação com o objetivo de confirmar volume e valores de insumos consumidos na produção de produto a ser exportado. A peticionária ressaltou que o benefício tem como contrapartida a necessidade de exportador, deixando-o sujeito a medidas compensatórias.

211. No entendimento da Terphane, o regime caracteriza-se como subsídio conforme alínea "b" do inciso II do art. 4° do Decreto n° 1.751, de 1995, pois representaria contribuição financeira do governo indiano ao renunciar receitas devidas. Nesse sentido, o programa beneficiaria exportadores ao aumentar a liquidez da empresa.

5.2.9.2 Da conclusão para fins de início de investigação sobre o DDS

212. A partir da análise dos argumentos apresentados e da legislação indiana juntada à petição e às informações complementares, concluiu-se, para fins de início de revisão, haver indícios indicando que o reembolso amparado pelo DDS envolve contribuição financeira, na forma de transferência direta de fundos, nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.751, de 1995, por um governo ou órgão público, conferindo benefício às empresas alcançadas pelo programa em questão.

213. Tendo em vista que os elementos de prova apresentados também apontam a vinculação da concessão da contribuição financeira ao desempenho exportador, configura-se como subsídio proibido, presumidamente específico e, portanto, sujeito à aplicação de medida compensatória, nos termos do art. 5º c/c com art. 8º do Decreto nº 1.751, de 1995.

214. O DDS, inicialmente, não poderia ser considerado como um sistema de drawback, pois, conforme já constatado anteriormente pela autoridade investigadora brasileira, o Governo da Índia não estabelece ou aplica sistema ou procedimento que permita confirmar se os insumos foram efetivamente consumidos na produção do produto exportado e em que quantidades. Além disso, em princípio, não seria necessário verificar se houve efetivamente pagamento de tributos na importação de insumos para que uma empresa seja beneficiada.

5.2.10 Central Capital Investment Subsidy Scheme - CCISS

5.2.10.1 Das informações apresentadas pela peticionária sobre o CCISS

215. A peticionária informou que não conseguiu informações referentes a este regime nos documentos do governo da Índia pesquisados. Foi ressaltado, entretanto, que tanto o Parecer DECOM nº 13, de 2016, quanto a Resolução CAMEX nº 36, de 2016, teriam indicado que este programa foi estendido até 07 de janeiro de 2017. Consoante estes documentos, o CCISS teria sido considerado subsídio com base na alínea "a" do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.751, de 1995, pois a transferência de fundos do governo para empresas constituiria contribuição financeira.

216. Ademais, tal subsídio teria sido considerado específico, nos termos do art. 7º do Regulamento Brasileiro, já que limitado a cera regiões geográficas. Considerando suas características, o subsídios seria vinculado à produção.

217. Assim, tendo em vista a possibilidade de produtores/exportadores do produto objeto originário da Índia terem se beneficiado do regime durante o período de revisão, a Terphane solicitou que o programa fosse investigado por esta Subsecretaria.

5.2.10.2 Da conclusão para fins de início de investigação sobre o CCISS

218. Conforme disposições emanadas na Resolução CAMEX nº 36, de 2016, a autoridade investigadora concluiu que

subvenção de capital constitui-se em uma contribuição financeira por parte do governo indiano, nos termos da alínea "a" do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.751, de 1995, uma vez que implicam em transferência direta de fundos do Governo da Índia para as empresas.

A referida contribuição financeira gerou benefício a seus receptores, uma vez que aumentou a liquidez da empresa, a qual passou a contar com recursos adicionais oriundos do governo indiano.

Por se tratar de um programa do Governo Nacional da Índia destinado a somente determinados estados, a subvenção no âmbito do Central Capital Investment Subsidy Scheme - 2003 é específica, limitada a determinadas regiões geográficas, e sujeita a medidas compensatórias, nos termos do Art. 7o do Decreto nº 1.751, de 1995.

219. Desse modo, muito embora a peticionária não tenha apresentado base legal para o regime CCISS e o fato do regime ter se encerrado em janeiro de 2017, excepcionalmente, a SDCOM concluiu, para fins de início de revisão, que investigaria eventual usufruto de benefícios oriundos deste regime por parte de

produtores/exportadores indianos de filme PET dentro do período de análise de continuação ou retomada de subsídio, cujos efeitos possam ter sido percebidos mesmo após o encerramento do CCISS, tendo em vista que o regime pode ser utilizado para investimentos em bens de capital que beneficiam não somente a produção corrente, mas também a produção futura.

5.2.11 Programa de dedução de rendimentos tributáveis - Seção 80IC

5.2.11.1 Das informações apresentadas pela peticionária sobre a Seção 80IC

220. No que diz respeito a este regime a peticionária destacou as conclusões exaradas no Parecer DECOM nº 13 e na Resolução CAMEX nº 36, ambos de 2016. Segundo estes documentos, o governo da Índia, por meio da Lei do Imposto de Renda de 1961 (Income Tax Act 1961), teria implementado política fiscal com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico de certas regiões industrialmente atrasadas no país.

221. O programa permite reduzir, para um período de até 5 anos, o lucro tributável em até 100% do lucro obtido em investimento realizados em regiões designadas. Após 5 anos, a redução seria de 30%. O não recolhimento do tributo ocorreria quando da entrega da declaração de imposto de renda ao final de cada exercício financeiro.

222. A peticionária transcreveu parte da Resolução CAMEX nº 36, de 2016,

a isenção fiscal amparada pelo programa de dedução de rendimentos tributáveis configura-se subsídio, já que envolve uma contribuição financeira (na forma de receita pública devida perdoada ou não recolhida), que confere um benefício às empresas alcançadas pelo programa em questão.

Pelo fato de as isenções fiscais permitidas ao abrigo deste programa só estarem disponíveis para empresas localizadas em determinadas zonas geográficas (referidas como "áreas atrasadas" pelo governo central indiano) dentro da Índia, pode-se concluir pela ocorrência de especificidade no programa, nos termos do art. 7 do Decreto nº 1.751, de 1995 e, consequentemente, acionável, conforme art. 5 do mesmo diploma legal.

5.2.11.2 Da conclusão para fins de início de investigação sobre a Seção 80IC

223. A partir da análise dos argumentos e da legislação indiana juntada à petição, concluiu-se, para fins de início de revisão, que há indícios de que a isenção fiscal amparada pelo referido programa de dedução de rendimentos tributáveis envolve contribuição financeira, na forma de receita pública devida perdoada ou não recolhida, nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.751, de 1995, por um governo ou órgão público, que confere um benefício às empresas alcançadas pelo programa em questão.

224. Tendo em vista que os elementos de prova apresentados também apontam a vinculação da concessão à localização geográfica de instalações industriais, configura-se como específico, nos termos do art. 7º do Decreto nº 1.751, de 1995, sendo, portanto, subsídio acionável, sujeito à aplicação de medida compensatória, nos termos do art. 5º do referido marco legal. Além disso, na investigação original, verificou-se que uma das produtoras/exportadoras investigadas foi beneficiada por investimentos realizado em região abrangida pelo referido programa.

5.3 Dos programas regionais identificados para fins de início de revisão

225. Inicialmente, cabe registrar que, consoante resultados divulgados por meio da Resolução CAMEX nº 36, de 2016, a autoridade investigadora concluiu que produtores/exportadores de filme PET foram beneficiados por programas regionais, em especial relacionados aos estados de Maharashtra e Uttar Pradesh.

5.3.1 Programas do Estado de Maharastra - Package Scheme of Incentives - 2019

5.3.1.1 Das informações apresentadas pela peticionária sobre o Package Scheme of Incentives - 2019

226. A Terphane indicou que os programas do Estado de Maharashtra estão detalhados no documento Package Scheme of Incentives - 2019 (PSI-2019), disponível em https://www.maharashtra.gov.in/Site/Upload/Government%20Resolutions/Marathi/201909161605062310.pdf, acessado em 22 de julho de 2020. Este documento teria substituído o Package Scheme of Incentives, de 2013, expirado em 31 de março de 2019, e serviu de base para as decisões emanadas pela Resolução CAMEX nº 36, de 2016.

227. As empresas elegíveis para os programas encontram-se listadas no First Schedule of Industries, do Development and Regulation Act, de 1951, e nas definições do Micro, Small and Medium Enterprises Development Act, de 2006.

228. Foi informado também que o sítio eletrônico do Maharastra Industrial and Economic Development Association, http://www.mieda.in/, apresenta mais informações sobre os incentivos concedidos pelo governo. Outra fonte de busca apresentada pela peticionária foi o sítio eletrônico http://www.doingbusinessinmaharashtra.org/, acessado em 22 de julho de 2020, em que se poderia obter mais informações sobre os incentivos disponíveis.

229. A Terphane também apresentou documento da empresa de consultoria KPMG, disponível em http://www.in.kpmg.com/TaxFlashNews-INT/KPMG-Flash-News-Maharashtra-Industrial-Policy-2019-2.pdf, acessado em 22 de julho de 2020, em que haveria mais dados sobre os programas do governo para o estado de Maharashtra.

230. Entre os projetos disponíveis, foi mencionado o Micro &Small Manufacturing Enterprises, Medium Manufacturing Enterprises / Large Scale Industries / Mega Projects and Ultra Mega Projects, de 2006, item 2.2 do Package Scheme of Incentives. A Terphane destacou que a Resolução CAMEX nº 36, de 2016, concluiu que o programa Mega Projects foi considerado subsídio específicos, nos termos do art. 4º c/c 6º do Regulamento Brasileiro, por constituir contribuição financeira por parte do governo da Índia.

231. A peticionária acredita que os incentivos concedidos por meio do PSI-2019 poderiam ser considerados como subsídios no art. 4º do Decreto nº 1.751, de 1995, já que podem representar tanto transferência de fundos quanto não recolhimento de receitas públicas por parte do governo estadual de Maharashtra. Ademais, como o benefício estaria limitado a determinados setores, o subsídio poderia ser considerado específico, nos termos do art. 6º do mesmo decreto. O programa também leva em conta a localização da empresa, enquadrando o subsídio como específico com base no art. 7 da mesma normativa.

232. Ressaltou-se que os critérios de elegibilidade estariam dispostos no item 2.2 do PSI-2019 e que o período para tanto, que compreenderia o período de análise desta revisão, estaria no item 2.8 do mesmo documento. Por outro lado, a Terphane informou que não foi possível identificar se produtores/exportadores indianos de filme PET exportados para o Brasil teriam se beneficiado do regime e solicitou que a autoridade investigadora conduzisse avaliação nesse sentido. O detalhamento dos critérios de elegibilidade e as características do programa Mega Projects podem igualmente ser notadas na apresentação do The Institute of Chartered Accountants of India, disponível em https://nagpuricai.org/seminar-presentations/Seminar-on-Package-Scheme-of-Incentives-2019-on-05-10-2019.pdf, acessado em 22 de julho de 2017.

233. Na apresentação citada, haveria indicação das entidades indianas aparentemente envolvidas na implementação dos programas, quais sejam: Directorate of Industries, Government of Maharashtra, The Regional Joint Directors of respective Regions, Superintending Industries Officer, Nanded Sub-Region, The Joint Director of Industries (Mumbai Metropolitan Region) e Concerned District Industries Centre.

234. A Terphane disse haver indícios de que as características do programa atual do Mega Projects são semelhantes àquelas que levaram a autoridade investigadora brasileira a concluir que o programa seria considerado subsídios específico, consoante decisão divulgada na Resolução CAMEX nº 36, de 2016.

235. Também foi destacado alguns benefícios expressamente citados no documento PSI-2019, como: Incentives of Industrial Promotion Subsidy, Interest Subsidy, Electricity Duty Exemption, Power Tariff Subsidy, Stamp Duty Exemption.

236. Ademais, a peticionária solicitou que seja investigado se as empresas teriam se beneficiado de outros programas relacionados ao pacote de incentivos deste regime, destacando que, no PSI-2019, haveria alguns subprogramas que seriam continuação de programas de subsídios anteriores, como: Micro & small manufacturing enterprises, medium manufacturing enterprises /Large scale industries / mega projects and ultra mega projects; Financial incentives for MSMEs, Incentives for large scale units / Projects & Special lDIS, Industrial promotion subsidy for large scale industries and special lSIS e Incentives for Mega Projects / Ultra-MegaProjects.

237. No entendimento da Terphane, esses subprogramas constituiriam também contribuição financeira do governo a certos grupos de empresa, enquadrando-se como subsídios específicos nos termos do Regulamento brasileiro.

5.3.1.2 Da conclusão para fins de início de investigação sobre o Package Scheme of Incentives - 2019

238. A partir da análise dos argumentos apresentados e da legislação indiana juntada à petição e às informações complementares, concluiu-se, para fins de início de revisão, haver indícios apontando que os benefícios amparados pelo programa mencionado se configuram como subsídio, já que envolve contribuição financeira, nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.751, de 1995, na forma de perdão ou não recolhimento de receitas públicas devidas por um governo ou órgão público, conferindo vantagem às empresas alcançadas pela legislação em questão.

239. Tendo em vista que os elementos de prova apresentados também apontam a vinculação da concessão da contribuição financeira limitado a algumas empresas e à localização geográfica de instalações industriais, configura-se como subsídio específico, nos termos do art. 7º do Decreto nº 1.751, de 1995, e, portanto, sujeito à aplicação de medida compensatória, nos termos do art. 5º do referido marco legal.

5.3.2 Programas do Estado de Gujarat - Electricity Exemption Scheme - GEDES

5.3.2.1 Das informações apresentadas pela peticionária sobre o GEDES

240. A base legal para o regime mencionado, segundo a peticionária, é o Gujarat Electricity Duty Act, 1958 ('ElectricityAct'), sob a Seção 3(2) (vii) e (viii), e suas emendas publicadas no Gujarat Government Gazette. Segundo informado, a última emenda teria sido em 2013 por meio do Gujarat Act N° 8.

241. A Terphane ressaltou que a isenção fiscal de imposto de eletricidade seria concedida pelo estado a empresas do setor industrial situada em certas regiões economicamente desfavorecidas.

242. Foi apresentado um sítio eletrônico de uma empresa de consultoria, a A-One Consultants, disponível em http://electricitydutyexemption.com/searchcategory.php.eid=19, acessado em 22 de julho de 2020, em que se poderia ver detalhes do programa, em especial quanto à sua elegibilidade, restrita à algumas regiões do Estado de Gujarat.

243. No entendimento da peticionária, a redução de custos de energia obtido por meio de programas oficiais e restrito a certas empresas representaria subsídio específico conforme o Regulamento brasileiro.

244. Ademais, de acordo com o Commission Implementing Regulation nº 2019/1286 da União Europeia, a autoridade investigadora teria identificado que um produtor/exportador beneficiou-se do regime. A peticionária, entretanto, informou que não foi possível identificar se produtores/exportadores de filme PET, que exportaram seus produtos para o Brasil, também teriam se beneficiado. Ressaltando que a investigação europeia engloba este produto, a peticionária solicitou que a SDCOM verificasse se houve beneficiamento por produtores/exportadores indianos que exportaram filme PET para o Brasil.

5.3.2.2 Da conclusão para fins de início de investigação sobre o GEDES

245. A partir da análise dos argumentos apresentados e da legislação indiana juntada à petição e às informações complementares, concluiu-se, para fins de início de revisão, haver indícios de que os benefícios amparados pelo programa mencionado se configuram como subsídio, já que envolve contribuição financeira, nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.751, de 1995, na forma de perdão ou não recolhimento de receitas públicas devidas por um governo ou órgão público, conferindo vantagem às empresas alcançadas pela legislação em questão.

246. Tendo em vista que os elementos de prova apresentados também apontam a vinculação da concessão da contribuição financeira limitado à localização geográfica de instalações industriais, configura-se como subsídio específico, nos termos do art. 7º do Decreto nº 1.751, de 1995, e, portanto, sujeito à aplicação de medida compensatória, nos termos do art. 5º do referido marco legal.

247. Por fim, sublinha-se que a SDCOM concluiu, no âmbito da investigação de subsídios acionáveis nas exportações para o Brasil de corpos moedores originários da Índia, que este regime foi considerado contribuição financeira, nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.751, de 1995, pois deixa de ser recolhida receita pública devida, gerando benefício a seus receptores. Ademais, também foi considerado específico, já que a exigência de um valor mínimo de investimento em capital fixo poderia aventar a possibilidade de especificidade de fato, conforme o art. 5º c/c §§ 3º e 4º do art. 6º do Decreto nº 1.751, de 1995. Como não houve colaboração do governo da Índia, o regime foi considerado específico com base nas informações disponíveis nos autos.

5.3.3 Programas do Estado de Uttar Pradesh

5.3.4 Das informações apresentadas pela peticionária sobre Programas do Estado de Uttar Pradesh

248. A Terphane destacou que o documento Política de Investimentos no Setor Industrial e de Serviços de 2004 detalha programas no Estado de Uttar Pradesh, tendo sido indicado, na petição, em nota de rodapé com o sítio eletrônico http://www.indiainbusiness.nic.in/know-india/states/uttar-pradesh1.htm, em que possivelmente se teria acesso ao documento. Tal documento foi atualizado em 2012, de acordo com o press release do New Infrastructure & Industrial Investment Policy 2012, disponível em http://udyogbandhu.com/DataFiles/CMS/file/pr_07092012_1_E.pdf, acessado em 22 de julho de 2020, que detalharia os incentivos do governo na região. Também foi apresentado o documento Industrial Investment Policy Uttar Pradesh 2017 como sendo elemento de prova para os programas do estado.

249. Foi destacado que o sítio eletrônico Business Map of India (disponível em https://business.mapsofindia.com/articles/uttar-pradesh-industry-and-infrastructure-investment-policy.html, acessado em 22 de julho de 2020) indicaria que os programas do Estado de Uttar Pradesh continuam em vigor, embora às vezes com outro nome ou sob outras formas.

250. Com base nos documentos apresentados, a peticionária destacou políticas de subsídios regionais, como, entre outros

Investment Promotions Scheme, " .... interest-free loan equivalent to VAT and Central Sales Tax paid by industrial units will be provided for a period of 10 years".

[...]

Policy will launch a new Capital interest subsidy scheme, under which new industrial units to be set up in Poorvanchal, Madhyanchal and Bundelkhand shall get reimbursement at the rate of 5 per cent on interest rate of loan taken for plant and machinery, maximum upto Rs 50 lakhs for a period of 5 years. If units take loan for developing infrastructure facilities for self-use, such as- road, sewer, water drainage, power line etc., then they will get reimbursement at the rate of 5 per cent on interest rate of loan taken for this purpose, maximum upto Rs 1 crore for a period of 5 years under Infrastructure interest subsidy scheme

[...]

Special 'EPF reimbursement scheme' has been launched to generate new employment opportunities, this scheme includes provision of reimbursement of 50 per cent of EPF contribution by new units for their labourers for a period of 3 years, if the new units gives employment to 100 or more labourers.

251. No entendimento da Terphane, os programas mencionados constituem subsídios, pois representam contribuição financeira do governo, mediante isenção ou reembolso fiscal. Além disso, considerando que estaria limitado a certas regiões, representaria subsídio específico, em linha com o que diz o art. 7º do Decreto nº 1.751, de 1995.

5.3.5 Da conclusão para fins de início de investigação Programas do Estado de Uttar Pradesh

252. Vale registrar que não foi possível obter acesso às informações por meio do endereço informado http://www.indiainbusiness.nic.in/know-india/states/uttar-pradesh1.htm.

253. A partir da análise dos argumentos apresentados e dos elementos de prova juntados à petição e às informações complementares, concluiu-se, para fins de início de revisão, haver indícios apontando que os benefícios amparados pelo programa mencionado se configuram como subsídio, já que envolve, entre outras possibilidades, contribuição financeira, nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.751, de 1995, na forma de perdão ou não recolhimento de receitas públicas devidas por um governo ou órgão público, conferindo vantagem às empresas alcançadas pela legislação em questão.

254. Outrossim, tendo em vista que os elementos de prova apresentados também apontam a vinculação da concessão da contribuição financeira limitado à localização geográfica de instalações industriais, configura-se como subsídio específico, nos termos do art. 7º do Decreto nº 1.751, de 1995, e, portanto, sujeito à aplicação de medida compensatória, nos termos do art. 5º do referido marco legal.

255. Por fim, conforme já mencionado no item 5.2, a autoridade investigadora, no âmbito da investigação original desta revisão, já concluiu que produtores/exportadores de filme PET foram beneficiados por programas regionais do Estado de Uttar Pradesh.

5.4 Da conclusão a respeito da probabilidade de continuidade/retomada de subsídios acionáveis para fins de início de revisão

256. A partir das informações apresentadas ao longo do item 5.2, concluiu-se haver, para fins de início de revisão, indícios suficientes da continuidade/retomada de subsídios acionáveis nas exportações de filmes PET para o Brasil, originárias da Índia, realizadas no período de outubro de 2018 a setembro de 2019, para os seguintes regimes:

Programa	Tipo de contribuição financeira - Decreto 1.751/1995	Autoridade outorgante	Especificidade - Decreto 1.751/1995
1. AAS e ALO	Art. 4º, II, b	GOI	Presumida - Art. 5º c/c 8º, I
2. DFIA	Art. 4º, II, b	GOI	Presumida - Art. 5º c/c 8º, I
3. SEZ e EOU	Art. 4º, II, b	GOI	Presumida - Art. 5º, c/c 8º, I
4. Deemed exports	Art. 4º, II, b	GOI	Presumida - Art. 5º, c/c 8º, I
5. MEIS	Art. 4º, II, b	GOI	Presumida - Art. 5º c/c 8º, I
6. EPCG	Art. 4º, II, b	GOI	Presumida - Art. 5º c/c 8º, I
7. DDS	Art. 4º, II, a	GOI	Presumida - Art. 5º c/c 8º, I
8. CCIS	Art. 4º, II, a	GOI	Regs. geográficas - Art. 5º c/c 7º
9. Seção 80IC	Art. 4º, II, b	GOI	Regs. geográficas - Art. 5º c/c 7º
10. Package Scheme of Incentives - 2019	Art. 4º, II, a, b	Maharashtra	Regs. geográficas - Art. 5º c/c 7º
11. GEDES	Art. 4º, II, b	Gujarat	De fato - Art. 5º c/c §§ 3º e 4º do art. 6º
12. Programas do Estado de Uttar Pradesh	Art. 4º, II, a, b	Uttar Pradesh	Regs. geográficas - Art. 5º c/c 7º De direito - Art. 5º c/c 6º

257. Para fins de início da revisão, não foram encontrados indícios suficientes da continuidade/retomada de subsídios acionáveis nas exportações de filmes PET para o Brasil, originárias da Índia, realizadas no período de outubro de 2018 a setembro de 2019, conforme respectivamente descrito nos itens 5.1.2 e 5.1.5, para os seguintes regimes:

a) Duty Entitlement Passbook Scheme - DEPB;

b) Export and Trading Houses - ETH/SHIS.

258. Na ocasião do parecer de início, destacou-se ainda a obrigatoriedade do produtor/exportador indiano de reportar, no questionário enviado pela autoridade investigadora, todo e qualquer benefício usufruído durante o período de análise, mesmo não havendo identificação expressa do regime no documento enviado, sob pena de se utilizar a melhor informação disponível, podendo o resultado ser menos favorável àquela parte, do que seria, caso a mesma tivesse cooperado nos termo do §3º do art. 37 c/c §1º do art. 79 do Decreto nº 1.751, de 1995.

5.5 Da determinação final

259. Nos termos do § 1º do art. 35 do Decreto nº 1.751, de 1995, utilizou-se o período de outubro de 2018 a setembro de 2019 a fim de se verificar a probabilidade de continuação ou retomada da concessão de subsídios acionáveis às exportações para o Brasil de filmes PET originários da Índia, nos termos do art. 67 do referido decreto.

5.5.1 Dos dados considerados para fins de determinação final

260. Conforme disposto no item 2.4 deste documento, quando do início da revisão de final de período, a SDCOM considerou como partes interessadas todas as empresas produtoras/exportadoras da Índia de filme de PET para o Brasil no período de revisão de dano (P1 a P5), bem como as produtoras/exportadoras sujeitas a direito individual discriminados na Resolução CAMEX nº 36, de 2016.

261. As empresas Ester Industries Ltd., Polyplex Corporation Ltd. e Vacmet India Ltd. foram selecionados para responder os questionários, considerando que tal volume de exportação da Índia para o Brasil representou o maior percentual razoavelmente investigável pela SDCOM durante o período de investigação de continuação/retomada de dano (P1 a P5), segundo já mencionado no item 2.4 deste documento. Conforme descrito no item 2.5.3, apenas a produtora/exportadora Ester Industries apresentou resposta ao questionário enviado, tendo seus dados sido verificados conforme destacado no item 2.7.2.

262. Com relação ao Governo da Índia, nos termos do §1º do art. 79 do Decreto nº 1.751, de 1995, diante da inadequação da resposta enviada, consoante relatado pormenorizadamente no item 2.8.1, a SDCOM irá utilizar os fatos disponíveis para fins deste documento, segundo detalhado no item 5.5.2.

263. Assim, para fins de determinação final, serão apresentados os seguintes tópicos:

a) da utilização dos fatos disponíveis para fins de determinação final (item 5.5.2);

b) da determinação sobre a probabilidade de continuação ou retomada da concessão de subsídios acionáveis para a empresa respondente ao questionário nesta revisão de final de período - Ester Industries Ltd. (item 5.5.3) e

c) da conclusão sobre a probabilidade de continuação ou retomada da concessão de subsídios acionáveis nas exportações da Índia para o Brasil na hipótese de extinção do direito compensatório (item 5.5.4).

5.5.2 Da utilização dos fatos disponíveis para fins de determinação final

264. Nos termos do § 3º do art. 37 do Decreto nº 1.751, de 1995, no caso de qualquer das partes interessadas negar acesso à informação necessária, não a fornecer dentro de prazo determinado ou criar obstáculos à investigação, as determinações poderão ser elaboradas com base nos fatos disponíveis, de acordo com o disposto no art. 79 do Decreto nº 1.751, de 1995.

265. Nos termos dos arts. 36 e 37 do Decreto nº 1.751, de 1995, por ocasião da notificação de início da investigação em epígrafe, encaminharam-se às partes interessadas questionários especificando, pormenorizadamente, as informações requeridas e a forma como essas informações deveriam estar estruturadas em suas respostas. De acordo com o art. 79 do Decreto em menção, poder-se-ia utilizar dos fatos disponíveis, incluídos aqueles contidos na petição de início da investigação, caso os dados e as informações solicitadas, devidamente acompanhados dos respectivos elementos de prova, não fossem fornecidos, fossem fornecidos parcialmente ou fossem fornecidos fora dos prazos estabelecidos, sendo que, nestas situações, o resultado poderia ser menos favorável à parte interessada do que seria caso tivesse cooperado.

266. Conforme já destacado no item 2.8.1 deste documento, considerando a notificação formalizada pelo Ofício nº 1.746/2020/CGMC/SDCOM/SECEX e a ausência de explicações sobre o não fornecimento ou o fornecimento parcial pelo Governo da Índia de informações sobre os programas de subsídios que favoreceram produtoras/exportadoras de filmes PET de seu país durante o período de revisão, serão utilizados os fatos disponíveis acerca da determinação da especificidade dos subsídios acionáveis quanto às seguintes omissões:

a) Não fornecimento ou fornecimento parcial de resposta às perguntas relativas ao programa Advance Authorization Scheme - AAS e Advance License Order - ALO;

b) Não fornecimento ou fornecimento parcial de resposta às perguntas relativas ao programa Duty Free Import Authorisation - DFIA;

c) Não fornecimento ou fornecimento parcial de resposta às perguntas relativas ao programa Special Economic Zones Schemes - SEZ / Export Oriented Units Schemes - EOU;

d) Não fornecimento ou fornecimento parcial de resposta às perguntas relativas ao programa Deemed Exports (Exportações presumidas);

e) Não fornecimento ou fornecimento parcial de resposta às perguntas relativas ao programa Merchandise Exports from India Scheme - MEIS;

f) Não fornecimento ou fornecimento parcial de resposta às perguntas relativas ao programa Export Promotion Capital Goods Scheme - EPCG;

g) Não fornecimento ou fornecimento parcial de resposta às perguntas relativas ao programa Duty Drawback Scheme - DDS;

h) Não fornecimento ou fornecimento parcial de resposta às perguntas relativas ao programa Central Capital Investment Subsidy Scheme - CCISS;

i) Não fornecimento ou fornecimento parcial de resposta às perguntas relativas ao programa de dedução de rendimentos tributáveis - Seção 80IC;

j) Não fornecimento ou fornecimento parcial de resposta às perguntas relativas a programas do Estado de Maharastra: Micro & small manufacturing enterprises, medium manufacturing enterprises/Large scale industries; Financial incentives for MSMEs; Incentives for large scale units / Projects & Special lDIS; Industrial promotion subsidy for large scale industries and special lSIS; Incentives for Mega Projects/Ultra-MegaProjects; Incentives of Industrial Promotion Subsidy; Interest Subsidy; Electricity Duty Exemption; Power Tariff Subsidy; Stamp Duty Exemption, entre outros;

k) Não fornecimento ou fornecimento parcial de resposta às perguntas relativas a programas do Estado de Gujarat - Electricity Exemption Scheme - GEDES;

l) Não fornecimento ou fornecimento parcial de resposta às perguntas relativas a programas do Estado de Uttar Pradesh: Investment Promotion Scheme, Capital Interest Subsidy Scheme, Infrastructure Interest Subsidy Scheme, Industrial Quality Development Subsidy Scheme, EPF Reimbursement Scheme, Stamp Duty Exemption, entre outros.

267. Conforme já indicado anteriormente, por conta da ausência de resposta ao questionário das demais empresas indianas, a determinação final será efetuada com base nos fatos disponíveis. Assim, a SDCOM remete ao item 5.5.4 para suas conclusões sobre a identificação dos programas de subsídios acionáveis existentes na Índia durante o período de revisão. Apenas a produtora/exportadora Polyplex manifestou-se sobre a utilização dos fatos disponíveis. Sua resposta, bem como os comentários da SDCOM a respeito encontram-se no item 2.8.2 deste documento.

5.5.3 Da determinação sobre a probabilidade de continuação ou retomada da concessão de subsídios acionáveis para a Ester Industries Ltd.

268. Conforme descrito no item 2.5.3 apenas a produtora/exportadora Ester Industries apresentou resposta ao questionário enviado, para o qual foram solicitadas informações complementares. Conforme item 2.7.2, atendendo à Instrução Normativa nº 1/2020, foi solicitado o envio de elementos de prova, os quais, após a análise, foram considerados validados.

269. A seguir, estão indicados os dados utilizados para a apuração dos subsídios concedidos à Ester no período de revisão, bem como as conclusões por programa de subsídio reportado pela empresa nos autos do processo.

5.5.3.1 Dos dados considerados na revisão para a Ester Industries Ltd. para fins de determinação final

270. As conclusões acerca dos programas investigados levaram em consideração as informações de volume de vendas, taxa de juros, taxa de depreciação, vida útil média dos bens de capital e preço de exportação FOB, dados relevantes para o cálculo do benefício efetivo auferido pela Ester.

271. Com relação ao volume de vendas totais da empresa, considerando todos os produtos, tendo como base a resposta ao questionário, foram apuradas as seguintes informações referentes ao período de outubro de 2018 a setembro de 2019:

[RESTRITO]/[CONFIDENCIAL]

Vendas	Volume (t)
Exportações para o Brasil do produto investigado	[RESTRITO]
Exportações totais da Ester de todos produtos	[CONFIDENCIAL]

272. Quanto à taxa de juros, utilizou-se nos cálculos a média simples das taxa de juros dos empréstimos de longo prazo reportados pela Ester em sua resposta ao questionário, qual seja, [CONFIDENCIAL] % ao ano.

273. Com relação à vida útil média dos bens de capital, a Ester solicitou que o cálculo fosse feito com base nos dados fornecidos pela ela própria. A partir dos elementos de prova analisados a SDCOM confirmou que os bens de capital da empresa operaram com vida útil média de 25 anos, correspondendo a uma taxa de depreciação anual de 4% ao ano.

274. Convém ressaltar que apesar de a empresa solicitar a utilização de uma vida útil média de 25 anos, os dados de importações de bens de capital foram relativos aos últimos 15 anos - opção descrita no questionário quando a empresa não solicita o cálculo da vida útil média com base nos próprios dados. Por essa razão conclui-se que, quando computaram a vida útil média, os cálculos desta nota foram realizados de forma conservadora.

275. Quando necessário, utilizou-se o preço de exportação na condição FOB ao Brasil, apontado pela Ester na resposta ao questionário do produtor/exportador desta investigação, que foi de US$ [RESTRITO]/t ([RESTRITO] por tonelada).

276. Na validação dos elementos de prova, pôde-se comprovar que a empresa usufruiu, durante o período de revisão, de programas de subsídios para a exportação de filme PET aos quais teve acesso, uma vez atendidos os requisitos legais pertinentes, conforme descrito a seguir.

5.5.3.2 Do Export Promotion Capital Goods Scheme (EPCG)

5.5.3.2.1 Introdução sobre o EPCG para fins da determinação final

277. Baseado no capítulos 5 da FTP 2015, este programa concede redução ou isenção de tarifas aduaneiras e tributos nas importações de bens de capital utilizados na produção de produtos exportáveis. O programa concede contribuições financeiras na forma de receita pública não recolhida e é específico, já que é condicionado ao desempenho exportador.

278. Na FTP 2009, o EPCG permitia a uma empresa importar bens de capital para pré-produção, produção e pós-produção com tarifa aduaneira zero ou reduzida a 3%. A empresa beneficiária passava a ter uma obrigação de exportação, que variava de acordo com a modalidade do programa. Para que a obrigação de exportação fosse cumprida, os bens de capital importados deveriam ser utilizados para fabricar, em um período específico, quantidades determinadas de bens exportados.

279. Segundo a FTP 2009, mediante a apresentação pela empresa do formulário ANF 5A, o governo da Índia emitia uma licença EPCG. Os titulares dessa licença podiam importar ou adquirir internamente bens de capital, incluindo partes e peças, vinculando-se à mencionada obrigação de exportar. No caso da aquisição interna, o produtor doméstico do bem de capital podia se beneficiar de importações isentas de direitos aduaneiros para produzir os bens de capital referidos. Ademais, esse produtor, nas vendas para titulares de licença EPCG, podia beneficiar-se da previsão de exportações presumidas.

280. O EPCG, em seu formato na FTP 2009, tinha duas modalidades, a Zero Duty - disponível somente para alguns setores - e a Concessional 3% Duty - disponível para todos os setores. Na primeira modalidade, a obrigação de exportação era equivalente a oito vezes o valor da isenção e o prazo de cumprimento da obrigação era de oito anos em relação à data da concessão. Na segunda modalidade, a empresa se submetia a uma obrigação de exportação equivalente a seis vezes o valor do tributo isentado na importação do bem de capital por meio do programa, a ser cumprida em um período de seis anos a partir da concessão da autorização. A escolha da empresa por uma ou outra modalidade de dispensa do tributo dependia de planejamento que levava em conta o seu volume de exportações. Ressalta-se que para os bens de capital adquiridos no mercado indiano, os requisitos para exportação eram inferiores (em 10%).

281. A importação de bens de capital pelo EPCG era condicionada à "actual user condition", ou seja, a empresa beneficiada deveria utilizar o maquinário, de forma a se evitar o repasse do bem importado para outras empresas. Dessa forma, exigia-se que a empresa apresentasse certificado assinado por um engenheiro ou pelo governo da Índia atestando que o maquinário importado ao abrigo do programa estava efetivamente em uso.

282. Quando a obrigação de exportação era cumprida, a empresa preenchia o formulário ANF 5A para extinguir a obrigação de exportação, obtendo, posteriormente, um documento chamado Export Obligation Discharge Certificate, que era apresentado junto à

alfândega para dispensa da garantia bancária à qual a empresa se submetera quando importou o maquinário.

283. Em 5 de junho de 2012, foi anunciada a alteração do programa pelo governo da Índia, sendo sua publicação feita em 18 de fevereiro de 2013. Após a alteração, passou a existir apenas a modalidade Zero Duty, a qual está disponível a todos os setores.

284. Na FTP 2015, foi mantida a modalidade de Zero Duty, com obrigação de exportação equivalente a seis vezes a tarifa economizada nos bens de capital, a ser cumprida em seis anos da data de autorização (item 5.01, FTP 2015). Também vigora a condição de actual user, conforme explicado acima (item 5.03, FTP 2015). No caso dos bens de capital adquiridos no mercado indiano, a obrigação de exportar foi reduzida ainda mais e atualmente é 25% menor que a obrigação geral estipulada no âmbito do EPCG (item 5.04, FTP 2015). Assim, a FTP 2015 prevê a manutenção do programa pelo menos até 2020.

285. Têm direito à participação no EPCG produtores exportadores, comerciantes exportadores associados ao fabricante, além de prestadores de serviços dos setores industriais apontados na legislação indiana. Assim, o programa abrange a produção e a exportação do produto objeto da investigação e a produtora/exportadora indiana.

5.5.3.2.2 Elementos de fato ou de direito (Base legal/documental) do EPCG para fins da determinação final

286. A legislação do EPCG está disposta no capítulo 5 da FTP 2009 e da FTP 2015; no capítulo 5 do Handbook of Procedures (Vol. I) 2009-2014 e do Handbook of Procedures 2015-2020; e no Handbook of Procedures Vol. I - Appendices and Aayat Niryat Forms 2009-2014 e no Appendices and Aayat Niryat Forms of FTP 2015-2020.

5.5.3.2.3 Elegibilidade no EPCG para fins da determinação final

287. A FTP 2015 determina que têm direito à utilização do EPCG exportadores - associados ou não a fabricantes ou a prestadores de serviços - de todos os setores. A elegibilidade ao programa está condicionada ao cumprimento da obrigação de exportação em período de tempo determinado.

5.5.3.2.4 Resultado da revisão do EPCG para fins da determinação final

288. Inicialmente, ressalte-se que, segundo as informações apresentadas pela Ester nas respostas ao questionário do produtor/exportador e ao pedido de informações complementares, dentre os tributos dispensados nas importações dos bens de capital ao amparo do EPCG há uma parcela de tributos que são cumulativos - ditos NON-CENVATABLEs - e uma parcela de tributos não cumulativos - ditos CENVATABLEs. Estes últimos, ao contrário dos primeiros, dão direito à compensação como créditos a serem abatidos nos impostos a pagar mais adiante.

289. Nesse sentido, após analisar manifestação da Ester relativa aos tributos não cumulativos (CENVATABLEs), conforme descrito no item 5.8, a SDCOM acatou o argumento de que, diferentemente do apontado no item 5.6.2.4 da nota técnica de fatos essenciais, o cálculo do benefício na investigação anterior de subsídios - corpos moedores - havia considerado como benefício (1) os valores de isenções relativas aos tributos cumulativos e (2) a antecipação do momento em que a empresa usufruiria do crédito tributário para os tributos não cumulativos. Por essa razão, a apuração do montante de subsídios foi alterada para fins de determinação final, mais especificamente por meio de outro tratamento para fins de apuração do benefícios decorrente dos tributos não cumulativos indicados no item (2).

290. Assim, reiterando o entendimento da investigação de subsídios de corpos moedores, no cálculo do benefício dos tributos cumulativos foram considerados integralmente os valores dispensados. Já quanto aos tributos não cumulativos, considerou-se que o não recolhimento destes no momento da importação beneficiou a Ester por antecipar os efeitos da utilização do crédito tributário, o que somente ocorreria em momento futuro. Assim, o efeito da antecipação do benefício tributário decorrente da dispensa dos tributos não cumulativos foi somado ao valor integral dos tributos cumulativos dispensados.

291. Dessa forma, o montante de subsídios correspondente ao EPCG foi inferior para este parecer de determinação final, em comparação ao apurado para fins da nota técnica de fatos essenciais.

292. Ressalte-se que a solicitação de uma licença EPCG é feita eletronicamente, para a qual é cobrada uma taxa de um milésimo do montante da licença, sujeita a um valor mínimo de INR 200 e um valor máximo de INR 50.000.

293. Considerando as informações constantes nos autos da investigação, os recursos recebidos no âmbito do EPCG foram considerados como não recorrentes, uma vez que os efeitos dos benefícios se prolongam ao longo do tempo que inclui o período de investigação de subsídios, de outubro de 2018 a setembro de 2019. Nos termos do art. 18 do Decreto nº 1.751, de 1995, tendo em vista que o subsídio foi concedido para a aquisição de ativos fixos, o montante acionável foi calculado por meio de rateio por período que correspondeu ao prazo de depreciação.

294. Foi utilizada taxa anual de depreciação de 4% ao ano, correspondente a uma vida útil de 25 anos, conforme item 5.6.1 deste documento.

295. De forma a refletir o benefício efetivo para a produtora/exportadora, a parcela das isenções de cada ano em que foi utilizado o EPCG foi alocada ao período de investigação de subsídios, e a média do ganho de oportunidade das parcelas não depreciadas do benefício de cada ano foi calculada usando-se a taxa de juros de [CONFIDENCIAL] % ao ano, também constante do item 5.6.1 deste documento.

296. Como dedução do benefício, foi considerado o cálculo do custo incorrido pela empresa para emissão das licenças EPCG, considerando como custo de utilização o valor de um milésimo dos bens de capital importados.

297. Os valores em dólares foram obtidos a partir das taxas de câmbio diárias utilizadas pela empresa no preenchimento de seus dados.

298. A tabela a seguir aponta o benefício efetivo do EPCG alocado ao ano de 2019:

[CONFIDENCIAL]

Produtora / exportadora	Benefício efetivo (USD)
Ester	[CONFIDENCIAL]

299. Para obtenção do montante por tonelada, o valor foi dividido pelo respectivo total de exportações da Ester de todos os produtos no período de outubro de 2018 a setembro de 2019:

Produtora/exportadora	Benefício efetivo (USD/t)
Ester	27,74

5.5.3.2.5 Conclusão sobre o EPCG para fins da determinação final

300. Com base nas informações apresentadas, concluiu-se que o EPCG constitui uma contribuição financeira por parte do governo da Índia, nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.751, de 1995, uma vez que deixa de ser recolhida receita pública devida.

301. A referida contribuição financeira gera benefício a seus receptores, uma vez que aumenta a liquidez das empresas, que podem contar com recursos decorrentes do não recolhimento de tributos ou taxas de outra forma devidos.

302. Além disso, a isenção fiscal no âmbito do Export Promotion Capital Goods Scheme está vinculada em lei ao desempenho exportador e, dessa forma, presume-se específica e sujeita a medidas compensatórias, nos termos do art. 5º c/c com o inciso I do art. 8º do Decreto nº 1.751, de 1995.

303. Por fim, conclui-se que houve continuação da concessão de subsídios nas exportações da Ester para o Brasil por meio do programa EPCG, como já havia sido identificado na investigação original.

5.5.3.3 Do Duty Drawback Scheme (DDS) para fins da determinação final

5.5.3.3.1 Introdução sobre DDS para fins da determinação final

304. Baseado na seção 75 da Lei Aduaneira (Customs Act), de 1962, na seção 37-2 da Lei de Imposto Central (Central Excise Act), de 1944, nas seções 93A e 94(2) da Lei de Finanças (Finance Act), de 1994, e nas Regras de Drawback (Customs, Central Excise and Service Tax Drawback), de 1995, este programa visa ao reembolso dos tributos recolhidos na importação de insumos utilizados na produção de um bem exportado. A restituição dos valores é feita por meio de transferência bancária ao exportador, calculados a partir de um percentual do valor FOB exportado.

305. O programa permite a devolução de tributos ou encargos sobre quaisquer materiais importados ou sujeitos a tributos especiais e serviços de entrada utilizados na fabricação de bens a serem exportados.

306. O benefício deve ser reclamado no momento da exportação e as indicações necessárias devem ser preenchidas no formato prescrito do documento de embarque/fatura de exportação sob a modalidade de drawback. Em geral, o aviso ou certificado de embarque para exportação é suficiente para reclamar a devolução de direitos.

307. O montante da devolução de direitos tem como base um percentual do valor FOB, previsto na legislação do programa, sendo o percentual variável de acordo com a mercadoria exportada. O montante de drawback também é mencionado no documento de embarque arquivado (online) no momento da exportação.

308. Destaca-se que a Notificação nº 24, de 2001, aponta que não há necessidade de verificação por parte das autoridades aduaneiras se houve o pagamento de tributos na importação de insumo. A referida normativa, no parágrafo 2, indica que o percentual é calculado tendo como base médias, que levam em consideração o consumo de materiais importados/adquiridos no mercado interno de uma seleção de exportadores, sendo que os percentuais não possuem relação com o insumo efetivamente consumido por um exportador. Nesse sentido, o parágrafo 3 destaca que não é necessária apresentação de evidências do pagamento de tributos.

309. O benefício é notificado anualmente pelo governo, após uma avaliação da incidência média dos tributos aduaneiros e centrais sobre os insumos utilizados na produção de bens voltados à exportação.

5.5.3.3.2 Elementos de fato ou de direito (Base legal/documental) sobre o DDS para fins da determinação final

310. O DDS está baseado nas Seções 75 e 76 do Customs Act, 1962; Seção 37-2 do Central Excise Act, 1944; Seções 93A e 94(2) do Finance Act, 1994; e do Customs, Central Excise and Service Tax Drawback, 1995.

311. A alíquota de 1,5% de reembolso relativa aos produtos investigados foi determinada pelas Customs Notifications 131/2016-CUSTOMS (N.T.) e 95/2018-CUSTOMS (N.T.), esteve em vigor durante todo o período de revisão de subsídios.

5.5.3.3.3 Elegibilidade do DDS para fins da determinação final

312. A elegibilidade não se limita a nenhum setor econômico e/ou região da Índia, bastando a empresa ter exportado.

5.5.3.3.4 Resultado da revisão sobre DDS para da determinação final

313. Após a exportação, uma vez que o Export General Manifest (EGM) tenha sido arquivado pelas respectivas companhias aéreas/linhas marítimas e a exportação seja confirmada, a reivindicação do DDS é processada automaticamente por meio do sistema EDI pelos oficiais do setor de drawback. Todas as reivindicações sancionadas em um determinado dia são transferidas para o banco através do sistema. O banco credita o valor relativo ao drawback nas respectivas contas dos exportadores.

314. O valor do reembolso é determinado pela multiplicação do valor FOB dos produtos exportados (como visto nas shipping bills) pela taxa de devolução do tributo aplicável conforme mostrado na tabela de drawback, que é mantida pelo usuário.

315. O DDS esteve em operação durante todo o período de revisão e não é necessário pagar taxas para participar do programa.

316. Ressalta-se que nas investigações de subsídios acionáveis nas exportações para o Brasil de (1) resina de polipropileno, comumente classificadas nos códigos 3902.10.20 e 3902.30.00 da NCM, de (2) corpos moedores, comumente classificadas no código 7325.91.00 da NCM e de (3) filmes de PET (investigação original), comumente classificadas nos códigos 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99 da NC, originárias da Índia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tais práticas, objetos respectivamente dos processos MDIC/SECEX nºs 52272.001468/2012-67, 52272.000507/2017-13 e 52272.000935/2014-01, ficou constatado que não há controle efetivo sobre os tributos pagos na importação de insumos e os tributos restituídos, em linha com o disposto na Notificação nº 24, de 2001, que indica que não há necessidade de verificação por parte das autoridades aduaneiras se houve o pagamento de tributos na importação de insumo.

317. A Ester afirmou ter recebido benefícios ao amparo do DDS. O cálculo dos benefícios recebidos pela empresa levou em consideração as informações apresentadas em sua correspondente resposta ao questionário do produtor/exportador e em sua resposta ao pedido de informações complementares.

318. O benefício concedido ao amparo do DDS é recorrente. Dessa forma, foram levados em consideração apenas os valores recebidos no período de revisão, de outubro de 2018 a setembro de 2019, referentes ao reembolso do drawback, que foi de 1,5%. O montante foi corrigido pela taxa de juros do período, apontada no item 5.6.1 deste documento, obtendo-se o efetivo benefício recebido, uma vez que a Ester passou a contar com recursos adicionais, não necessitando de fontes externas de financiamento.

319. Os valores em dólares foram obtidos a partir das taxas de câmbio diárias utilizadas pela empresa no preenchimento de seus dados.

320. A tabela a seguir aponta o montante recebido de DDS de outubro de 2018 a setembro de 2019, a taxa de juros utilizada e o benefício efetivo para a Ester:

[CONFIDENCIAL]

Produtora / exportadora	Montante recebido (USD)	Taxa de juros (% a.a)	Benefício efetivo (USD)
Ester	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]	[CONFIDENCIAL]

321. De forma a obter o valor por unidade, o benefício efetivo foi dividido pelo respectivo volume exportado ao Brasil de filme PET no período de outubro de 2018 a setembro de 2019:

Produtora / exportadora	Benefício efetivo (USD/t)
Ester	44,89

5.5.3.3.5 Conclusão sobre o DDS para fins da determinação final

322. A partir da análise dos dados e da legislação indiana, concluiu-se que há elementos de prova indicando que o reembolso amparado pelo DDS envolve uma contribuição financeira, na forma de transferência direta de fundos, nos termos da alínea "a" do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.751, de 1995, por um governo ou órgão público, que confere um benefício às empresas alcançadas pelo programa em questão. Tendo em vista que os elementos de prova apresentados também apontam a expressa vinculação da concessão da contribuição financeira ao desempenho exportador, configura-se como subsídio proibido, presumidamente específico e, portanto, sujeito à aplicação de medida compensatória, nos termos do art. 5º c/c com o inciso I do art. 8º do Decreto nº 1.751, de 1995.

323. O DDS é considerado um subsídio proibido, nos termos da alínea "h" do Anexo I do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC - ASMC, uma vez que pode resultar em concessão direta de fundos a título de reembolsos de tributos em excesso àqueles recolhidos nos insumos utilizados na produção do produto exportado. Nesse sentido, o DDS não pode ser considerado como um sistema de drawback, nos termos dos Anexos II e III do ASMC, pois, não foram apresentados elementos que comprovem que o governo da Índia estabelece ou aplica sistema ou procedimento que permita confirmar se os insumos importados foram efetivamente consumidos na produção do produto exportado e em que quantidades. Além disso, segundo consta da legislação indiana, não é necessário verificar se houve pagamento de tributos na importação de insumos para que uma empresa seja beneficiada pelo programa.

324. Por fim, conclui-se que houve continuação da concessão de subsídios nas exportações da Ester para o brasil por meio do programa DDS, como já havia sido identificado na investigação original.

5.5.3.4 Do Merchandise Exports Incentive Scheme (MEIS) para fins da determinação final

5.5.3.4.1 Introdução sobre o MEIS para fins da determinação final

325. Esse programa está previsto no capítulo 3 da FTP 2015 e sua finalidade é compensar supostas ineficiências de infraestrutura e custos associados à exportação de bens/produtos produzidos na Índia, especialmente aqueles com alta intensidade de exportação, potencial de emprego e de aumento da competitividade das exportações da Índia.

326. Para o programa MEIS, o governo da Índia emite um certificado (script) com valor de dois, três ou cinco por cento do valor FOB das exportações, tal como é dado nas shipping bills, em moeda estrangeira livre. Para receber o certificado, o destinatário deve efetuar um pedido eletrônico e submeter a documentação de embarque ao Diretor Geral de Comércio Exterior (Director General of Foreign Trade - DGFT). Após o destinatário receber e registrar o certificado de crédito, poderá usá-lo para abater tributos incidentes na importação de mercadorias e de bens de capital, ou transferi-lo para outrem.

327. Dão direito ao benefício do MEIS as exportações de produtos notificados com código ITC (SH), para os mercados listados no Apêndice 3B (o Brasil é parte do Country Group B).

5.5.3.4.2 Elementos de fato ou de direito (Base legal/documental) sobre o MEIS para fins da determinação final

328. O MEIS está baseado no capítulo 3 da Foreign Trade Policy 2015-2020, no Handbook of Procedures 2015-2020 e no Appendices and Aayat Niryat Forms of FTP 2015.

329. A alíquota de 2% de crédito do programa MEIS, relativa aos produtos investigados exportados para os países do Group B, ao qual pertence o Brasil, foi determinada pela PUBLIC NOTICE No. 2/2015-20, de 1º de abril de 2015.

5.5.3.4.3 Elegibilidade do MEIS para fins da determinação final

330. O acesso ao MEIS baseia-se na exportação de produtos notificados para países listados e na realização de processos de exportação dentro de um prazo estipulado.

5.5.3.4.4 Resultado da revisão sobre o MEIS para fins da determinação final

331. O MEIS vigora desde 1º de abril de 2015. De acordo com o parágrafo 3.03 da FTP 2015, o objetivo deste programa é compensar as ineficiências de infraestrutura e os custos associados à exportação de produtos fabricados na Índia, especialmente aqueles com alta intensidade de exportação, potencial de emprego e de aumento da competitividade das exportações da Índia.

332. O benefício é calculado com base no valor FOB das exportações em moeda de livre conversão, ou no valor FOB das exportações, conforme indicado nas shipping bills, em moeda de livre conversão, o que for menor, a menos que especificado de outra forma.

333. Para participar do programa, a empresa deve realizar pedidos de recompensa ao amparo do MEIS por suas exportações, diretamente na página eletrônica http://dgft.gov.in, conforme ANF 3A, mediante assinatura digital, desde que não ocorram por meio de correio ou agência de correio estrangeiro com uso de comércio eletrônico. As shipping bills e os e-BRC relevantes estão vinculados com o referido pedido on-line. Além disso, o requerente deve apresentar um pedido separado para cada porto de exportação.

334. Para usufruto do programa, uma taxa de INR 1000 para cada aplicação MEIS deve ser paga à DGFT no momento de solicitação online, a qual foi computada como gasto de utilização do programa e deduzida do montante do benefício efetivo.

335. No caso em tela, como os créditos foram utilizados para a aquisição de insumos pela Ester, utilizou-se (1) a metodologia para o cálculo de subsídios recorrentes, sendo computados os créditos efetivamente utilizados no período de revisão, de outubro de 2018 a setembro de 2019 e (2) considerou-se o momento do benefício na importação do insumo. Trata-se, portanto, de abordagem conservadora.

336. Dessa forma, considerando que a metodologia de cálculo utilizada foi a de subsídios recorrentes, o somatório dos créditos utilizados para a importação de insumos em P5 corrigido pela taxa de [CONFIDENCIAL] %, conforme descrito no item 5.6.1 deste documento.

337. A tabela a seguir aponta o benefício total do MEIS usufruído no período de outubro de 2018 a setembro de 2019:

[CONFIDENCIAL]

Produtora / exportadora	Benefício efetivo (INR)
Ester	[CONFIDENCIAL]

322. Para obtenção do montante por tonelada, o valor foi dividido pelo respectivo total de exportações da Ester de todos os produtos no período de outubro de 2018 a setembro de 2019. Pelo fato de os valores dos créditos utilizados terem sido fornecidos em rúpias indianas, o valor unitário nesta moeda foi posteriormente convertido para dólares estadunidenses por meio da taxa de câmbio média do período, obtida na página eletrônica do Banco Central do Brasil:

[CONFIDENCIAL]

Produtora / exportadora	Benefício efetivo (USD)	Benefício efetivo (USD/t)
Ester	[CONFIDENCIAL]	31,62

5.5.3.4.5 Conclusão sobre o MEIS para fins dos fatos essenciais

339. A partir da análise dos dados e da legislação indiana, concluiu-se que há elementos de prova indicando que as ações específicas amparadas pelo MEIS se configuram como subsídio, já que envolvem contribuição financeira, nos termos da alínea "b" do inciso II do art. 4º do Decreto nº 1.751, de 1995, uma vez que deixam de ser recolhidas receitas públicas devidas no momento da importação de insumos ou bens de capital por parte da exportadora beneficiada

340. A referida contribuição financeira gerou benefício a seus receptores, uma vez que aumentou a liquidez da empresa, que pôde contar com recursos decorrentes do não recolhimento de tributos ou taxas de outra forma devidos.

341. Além disso, a concessão de créditos no âmbito do Merchandise Exports Incentive Scheme estava vinculada em lei ao desempenho exportador e, dessa forma, presumiu-se específica e sujeita à aplicação de medidas compensatórias, nos termos do art. 5º c/c o inciso I do art. 8º do Decreto nº 1.751, de 1995.

342. Por fim, conclui-se que a Ester passou a usufruir de subsídios às suas exportações para o Brasil por meio do recebimento dos créditos do programa MEIS, o qual não estava em vigor durante a investigação original. Reitera-se que o MEIS foi instituído em 2015 e substituiu programas vigentes à época da investigação original, como Focus Product Scheme, Market Linked Focus Product Scheme e Focus Market Scheme, os quais não haviam beneficiado a Ester.

5.5.3.5 Dos outros programas reportados pela Ester Industries Ltd.

343. Em sua resposta ao questionário, a Ester reconheceu a utilização de serviços de seguros de crédito à exportação prestados pela Export Credit Guarantee Corporation of India Ltd. - ECGC, seguradora de crédito ligada ao Ministry of Commerce and Industry, Department of Commerce da Índia.

344. ECGC tem uma lista de tarifas dependendo dos países do cliente e do período de crédito. A lista de tarifas é fixada para todos os exportadores e determinados descontos são oferecidos ao exportadores dependendo do histórico, da utilização, etc. A Ester apontou que o Brasil está na categoria "A2" e o prazo de pagamento seria classificado como "DP / CAD", condições específicas que determinam o cálculo do prêmio.

345. As demais seguradoras de risco de crédito seriam do setor privado e não possuiriam listas de taxas/tarifas, o que determinaria que a negociação com tais empresas dependeria puramente da negociação, tamanho do exportador e experiência histórica de crédito.

346. A Ester reportou ainda a utilização de Export Credit Schemes, nas modalidades crédito de embalagem Pre-Shipment e Post-Shipment. Apesar de o critério de elegibilidade ser a existência de pedidos de exportação, a Ester alegou que os Export Credit Schemes, em suas duas modalidades, não deveriam ser considerados subsídios pelo fato de serem concedidos por bancos comerciais de capital aberto e não por bancos governamentais.

347. Inicialmente, ressalte-se que o fato apontado pela Ester de o programa ser operado por bancos comerciais (e não governamentais) não é por si só suficiente para afastar a possibilidade de se tratar de um subsídio, uma vez que se trata de um programa governamental. Contudo, com base nas informações trazidas aos autos do processo, não foi possível determinar se os seguros de crédito da ECGC e os Export Credit Schemes se configuram como subsídios acionáveis nos termos do Decreto nº 1.751, de 1995. Apesar de não terem sido identificados na petição de início de revisão apresentada pela peticionária, tais programas foram analisados na investigação original, mas à época não foi comprovado que a Ester teria se beneficiado de nenhum dos dois.

348. Nesse contexto, a SDCOM entende que a determinação sobre a probabilidade de continuação ou retomada da concessão de subsídios acionáveis nas exportações da Ester para o Brasil de filmes de PET na hipótese de extinção do direito compensatório não depende da determinação sobre esses dois programas especificamente, uma vez que já há evidências suficientes nos demais programas reportados pela Ester em sua resposta ao questionário que suas exportações, e mais especificamente suas exportações para o Brasil, continuaram a usufruir de subsídios no período de revisão.

5.5.3.6 Da probabilidade de continuação ou retomada da concessão de subsídios acionáveis nas exportações da Ester Industries Ltd. para o Brasil

349. Com base no exposto, conclui-se que a Ester continuou a usufruir de programas de subsídios acionáveis nas exportações de filme PET, inclusive nas suas exportações para o Brasil especificamente. Os programas EPCG, DDS e MEIS se configuram como subsídios proibidos, uma vez que são vinculados ao desempenho exportador, conforme indicado nos itens anteriores.

350. Ressalte-se, ainda, que no caso do MEIS, existe uma contribuição financeira e um benefício decorrente estabelecido especificamente para exportações destinadas ao mercado brasileiro (país identificado no Group B pela PUBLIC NOTICE No. 2/2015-20, de 1º de abril de 2015). Assim, independentemente do volume pouco representativo de tais exportações para o Brasil ([RESTRITO] t em P5), há elementos nos autos do processo que indicam que, na hipótese de extinção do direito compensatório, muito provavelmente haverá a continuação/retomada da concessão de subsídios acionáveis nas exportações da empresa de filme de pet para o Brasil.

5.5.4 Da probabilidade de retomada da concessão de subsídios acionáveis nas exportações da Índia para o Brasil referente aos demais produtores/exportadores para fins de determinação final

351. De acordo com a Resolução CAMEX nº 36, de 20 de abril de 2016, que encerrou a investigação original respectiva ao direito compensatório objeto desta revisão de final de período, chegou-se à determinação positiva e, por conseguinte, recomendação de aplicação de medida compensatória para os seguintes programas:

Programa Acionável	Montante de Subsídios - US$/t						
	Produtor/Exportador						
	Jindal	Polyplex	Ester	Vacmet	Polypacks	Garware	Demais
DEPB	-	-	-	0,43	-	0,43	0,43
ETH/SHIS	11,12	4,55	-	-	-	11,12	11,12
FPS	-	-	-	25,62	317,25	317,25	317,25
EPCG	31,67	5,74	12,06	11,56	-	31,67	31,67
Duty Drawback	80,97	95,76	84,73	35,69	243,98	243,98	243,98
CCISS	-	0,09	-	-	-	0,09	0,09
Seção 80IC	-	4,15	-	-	-	4,15	4,15
Mega Projects	15,06	-	-	-	-	15,06	15,06
IIPS	-	-	-	6,68	-	6,68	6,68
DFIA	-	-	-	-	-	243,98	243,98
SEZ	-	-	-	-	-	31,67	31,67
EOU	-	-	-	-	-	31,67	31,67
Total (US$/t)	138,82	110,29	96,79	79,98	561,23	937,75	937,75

352. De acordo com o item 5.4 deste documento, há elementos nos autos do processo que indicam que, à exceção do DEPB e ETH/SHIS, todos os demais programas indicados na tabela ainda estariam em vigor. Já com relação ao Focus Product Scheme (FPS), a peticionária apresentou elementos indicando que este, juntamente com o Market Linked Focus Product Scheme e o Focus Market Scheme, foram incorporados ao Merchandise Exports from India Scheme (MEIS), objeto de análise desta revisão, conforme disposto no item 5.2.7 deste documento. A tabela a seguir resume as conclusões sobre os programas de subsídios existentes no período desta revisão:

Programa	Tipo de contribuição financeira - Decreto 1.751/1995	Autoridade outorgante	Especificidade - Decreto 1.751/1995
1. AAS e ALO	Art. 4º, II, b	GOI	Presumida - Art. 5º c/c 8º, I
2. DFIA	Art. 4º, II, b	GOI	Presumida - Art. 5º c/c 8º, I
3. SEZ e EOU	Art. 4º, II, b	GOI	Presumida - Art. 5º, c/c 8º, I
4. Deemed exports	Art. 4º, II, b	GOI	Presumida - Art. 5º, c/c 8º, I
5. MEIS	Art. 4º, II, b	GOI	Presumida - Art. 5º c/c 8º, I
6. EPCG	Art. 4º, II, b	GOI	Presumida - Art. 5º c/c 8º, I
7. DDS	Art. 4º, II, a	GOI	Presumida - Art. 5º c/c 8º, I
8. CCIS	Art. 4º, II, a	GOI	Regs. geográficas - Art. 5º c/c 7º
9. Seção 80IC	Art. 4º, II, b	GOI	Regs. geográficas - Art. 5º c/c 7º
10. Package Scheme of Incentives - 2019	Art. 4º, II, a, b	Maharashtra	Regs. geográficas - Art. 5º c/c 7º
11. GEDES	Art. 4º, II, b	Gujarat	De fato - Art. 5ª c/c §§ 3ª e 4ª do art. 6ª
12. Programas do Estado de Uttar Pradesh	Art. 4º, II, a, b	Uttar Pradesh	Regs. geográficas - Art. 5º c/c 7º De direito - Art. 5º c/c 6º

353. Ressalte-se ainda, conforme indicado pela peticionária em sua manifestação de 2 de julho de 2021, que programas de subsídios encerrados podem ainda assim continuar a produzir efeitos após seu encerramento. No caso em tela, a peticionária ressaltou que a autoridade investigadora dos EUA computou, em recente revisão de final de período conduzida em 2020/2021, benefícios decorrentes do programa SHIS referentes a período de revisão que corresponde a parte do período de revisão adotado neste procedimento, pelo fato de o programa envolver aquisição de bens de capital. Ademais, vários dos programas contidos na FTP têm natureza e operacionalização semelhantes, sendo em grande medidas intercambiáveis. Assim, a despeito da extinção de dois dos programas identificados quando da investigação original e ante a já mencionada ausência de colaboração, conclui-se, com base nos fatos disponíveis, que os produtores/exportadores indianos podem ter continuado a usufruir de benefícios decorrentes de programas de subsídios extintos e dos outros programas de subsídios existentes identificados quando da petição de início. Como os programas mencionados continuam sendo elegíveis aos produtores/exportadores indianos, a autoridade investigadora levou em consideração todos esses elementos em sua determinação final.

354. Cabe destacar que a única produtora/exportadora que respondeu ao questionário, Ester Industries Ltd., informou ter recebido subsídios sob os programas EPCG, DDS e MEIS, o que reforça o entendimento de que estes programas estiveram vigentes no período de revisão de subsídios acionáveis e são elegíveis para os produtores/exportadores do produto objeto do direito compensatório, em linha com os elementos apresentados pela Terphane em sua petição de início. Ao se comparar o montante de subsídios recebidos pela Ester apenas em três programas reportados em sua resposta ao questionário, verifica-se que o nível de subsídios acionáveis nas exportações da empresa para o Brasil é bastante semelhante ao encontrado nos dois procedimentos de investigação anteriores: nesta revisão, foram apurados US$ 104,26/t de filme de PET exportado, enquanto na investigação original (encerrada em 2016) foram apurados US$ 96,79/t e, na primeira investigação (encerrada em 2008) foram apurados US$ 104,12/t em subsídios acionáveis nas exportações da Ester para o Brasil.

355. Além dos programas identificados na investigação original que permanecem em vigor no período de análise desta revisão, há elementos de prova referentes à concessão de subsídios acionáveis relativos aos programas nacionais Advance Authorization Scheme - AAS e Advance License Order - ALO. Há também elementos da existência de programas estaduais, como Micro & small manufacturing enterprises, medium manufacturing enterprises/Large scale industries, Financial incentives for MSMEs, Incentives for large scale units/Projects & Special lDIS, Industrial promotion subsidy for

large scale industries and special ISIS, Interest Subsidy, Electricity Duty Exemption, Power Tariff Subsidy, Stamp Duty Exemption, relacionados ao estado de Maharastra; Electricity Exemption Scheme - GEDES, programa relacionado ao Estado de Gujarat; e programas Capital Interest Subsidy Scheme, Infrastructure Interest Subsidy Scheme, Industrial Quality Development Subsidy Scheme, EPF Reimbursement Scheme, Stamp Duty Exemption relacionados ao Estado de Uttar Pradesh.

356. Cumpre ressaltar, assim, a não cooperação com a presente revisão de duas produtoras/exportadoras selecionadas, consoante descrito no item 2.8. Ademais, o Governo da Índia tampouco forneceu ou forneceu parcialmente respostas ao questionário enviado. Desse modo, nos termos dos arts. 36 e 37 c/c art. 79 do Decreto nº 1.751, de 1995, para fins de determinação final, serão utilizados os fatos disponíveis, conforme já sublinhado no item 2.8 e 5.5.2 deste documento. Nesse sentido, pelos motivos indicados, esta SDCOM entende que os montantes de subsídios apurados quando da investigação original constituem a referência mais adequada para estabelecer o montante de subsídios acionáveis nas exportações da Índia de filme PET para o Brasil na hipótese de extinção do direito compensatório.

357. Pelo exposto, considerando os elementos de prova apresentados nos autos do processo desta revisão referente aos programas de subsídios acionáveis mencionados, inclusive programas de subsídios à exportação com incentivos específicos direcionados ao mercado brasileiro (MEIS), e considerando a ausência de cooperação das demais empresas identificadas e do próprio Governo da Índia, conclui-se que, na hipótese de extinção do direito compensatório, muito provavelmente haverá retomada da concessão de subsídios acionáveis nas exportações para o Brasil de filme PET originárias da Índia.

5.6 Da imposição de medidas compensatórias e outras medidas de defesa comercial sobre as exportações de filme PET da Índia

358. Há imposição de medidas de defesa comercial por outros países que abarcam o produto objeto desta revisão, alterando as condições de mercado, como mudanças na oferta e na demanda do produto.

359. Com relação aos produtos originários da Índia, encontram-se vigentes medidas compensatórias aplicadas pelos Estados Unidos desde 2002 e pela Turquia desde 2009. Há também medidas antidumping vigentes aplicadas pela Coreia do Sul em 2008 e pelos Estados Unidos em 2002 aos filmes PET originários da Índia.

360. Ademais, há medidas antidumping aplicadas pela Coreia do Sul e pelos Estados Unidos desde 2008 sobre filmes PET originários da China.

5.7 Das manifestações enviadas antes da Nota Técnica de Fatos Essenciais acerca dos programas de subsídios acionáveis

361. A Terphane, em manifestação de 02 de julho de 2021, submeteu considerações a respeito de dados e informações constantes dos autos restritos do processo, assim como apresentou informações adicionais para fins de consideração na Nota Técnica sobre Fatos Essenciais.

362. Sobre os subsídios acionáveis, em relação as informações apresentadas pelo Governo da Índia e pela produtora exportadora Ester, inicialmente a peticionária abordou sobre as respostas ao questionário do governo, que, dentre outras informações, teria reportado na parte narrativa o nome de 11 produtores de filmes PET, na Índia, e apresentou informações sobre os diversos programas.

363. Dentre essas informações, a manifestante ressaltou que o Governo da Índia somente em relação a dois programas, "Export Promotion Capital Goods Scheme - EPCG" e "Programa de dedução de rendimentos tributáveis - Seção 80IC", teria identificado, no texto, empresas de filmes PET que teriam utilizado os programas. No caso do EPCG, as empresas Vacmet e Polyplex; e, no caso do programa referente a Seção 80IC, a empresa Polyplex. Em relação a esse último programa, o Governo mencionou que o programa em questão não constituiria subsídio acionável. Ademais, considerou também que o "Merchandise Exports from India Scheme - MEIS" não constituiria subsídio.

364. Posteriormente, em resposta à solicitação de informação complementar da SDCOM, dentre outras informações requeridas, a indústria doméstica afirmou que o Governo da Índia apresentou dados pertinentes à empresa Ester referentes aos programas EPCG e DDS conforme informado nas respostas às questões 2.a.viii e 2.c.v. Ressaltou que caberia registrar que, no que se refere ao MEIS, na questão 2.b.ii. a qual solicita esclarecimentos a respeito de aparente inconsistência entre a resposta à questão 3 e o Exhibit 12, visto que o anexo somente teria apresentado dados referentes ao EPCG, o Governo apresentou o esclarecimento reproduzido abaixo:

ii. Clarify apparent inconsistency between what was reported in question 3 and what was reported in Exhibit 12, considering that the file contains only data referring to the EPCG;

RESPONSE: Question 3 sought the details of the companies who had participated in the MEIS program during the review period. The GOI in its earlier response dated December 16, 2020, had attached Exhibit 12 which contained the details of the companies who had availed the following programs:

¸Merchandise Exports from India Scheme (MEIS)
¸Export Promotion Capital Goods (EPCG)
¸Duty Free Import Authorisation (DFIA) and,
¸Advance Authorization Scheme (AAS)

Thus, it will be wrong to state that Exhibit 12 contains data only pertaining to EPCG, wherein actually, the Exhibit 12 refers to the details relating to the above mentioned for programs. The earlier Exhibit 12 is being herein attached again as Exhibit 2.

365. A Terphane afirmou que deveria ainda ser salientado que, em resposta às questões 2.d.iv e 2.d.v sobre o "Tax Deduction Program (Section 80IC)", o Governo da Índia também fez menção à empresa Ester.

366. A manifestante mencionou também, em relação a exportadora Ester, em suas respostas ao questionário do produtor/exportador, sobre a classificação de subsídios como recorrentes e não recorrentes, teria informado que o EPCG seria não recorrente e o DDS e o MEIS seria recorrente.

367. A indústria doméstica afirmou ainda que a Ester, em sua resposta ao item D.3, teria auferido benefícios para Filmes PET pertinentes aos programas EPCG, MEIS e DDS. Em relação a "Outros Programas", teria informado o seguinte:

Within the overall short-term financing sanctioned to the Company, there are sub - limits for exports. Following are the export facilities:

1. Pre-shipment Packing Credit
2. Post shipment Packing Credit.

Pre-shipment Packing Credit facility is availed by Ester in the form of Rupee Loan and hence there are no relations between Foreign Exchange Contract and Pre-shipment Packing Credit.

The Post-shipment Credit facility is made available to the company by the banks by way of discounting of export bills. When the export bills are discounted by the bank, simultaneously the foreign currency amount of the bill is purchased by the concerned bank at the forward exchange rate.

368. A Terphane mencionou também que, a Ester, na Subseção D.4 de seu questionário, teria apresentado as informações ali solicitadas, além daquelas pertinentes às subseções D.1 e D.2. Em relação ao DDS, a Peticionária ressaltou que a Ester teria salientado que o "Duty Drawback Scheme" somente configuraria subsídio na hipótese de ocorrer "devolução" superior aos impostos devidos. Não obstante, em seus Relatórios Financeiros, a empresa fez referência a benefícios na exportação, dentre os quais incluiria o programa DDS, o que poderia ser considerado como indicativo de ocorrência de devolução em excesso.

369. A manifestante registrou também que, em relação ao programa "Tax Deduction Program (Section 80IC)", a Ester teria se limitado a informar que não recebeu benefícios em decorrência desse programa para o período sob revisão no que se refere ao produto objeto de revisão.

370. Em relação aos comentários sobre as respostas apresentadas acerca dos programas de subsídios, a peticionária inicialmente afirmou que deveria ser considerado o fato de que parcela substancial das respostas ao questionário do governo e da empresa Ester ter sido fornecida em bases confidenciais, sem o acompanhamento de resumo que permitisse sua razoável compreensão (em especial, no que se refere aos anexos), o que restringiu sobremaneira a avaliação do completo teor dos elementos fornecidos pelas partes em questão.

371. Não obstante, a Peticionária ressaltou que o confronto das respostas fornecidas pelo Governo da Índia e da Ester, considerando o que consta da versão restrita das partes narrativas de suas respostas, permitiria observar que as informações fornecidas pelo governo, ao menos na parte narrativa (versão restrita), teriam apresentado deficiências. A Ester não foi mencionada pelo governo em nenhuma de suas respostas na parte narrativa, apesar de a própria empresa ter manifestado ter se beneficiado, no que se refere ao produto objeto de análise, de 3 programas. Somente após a solicitação de informações complementares por parte da autoridade investigadora, o governo apresentou alguma informação sobre a empresa em questão. Todavia, em relação ao MEIS, seria importante destacar que, aparentemente, mesmo na informação complementar do governo, não foi apresentada informação pertinente a Ester, visto que, conforme apresentado anteriormente, em resposta à questão 2.b.ii, o governo somente reapresentou o Exhibit fornecido na resposta ao questionário do exportador.

372. Nesse sentido, a manifestante enfatizou que estas deficiências na identificação de empresas indianas beneficiadas pelos programas de subsídios sob avaliação se tornariam ainda mais problemáticas em um cenário no qual apenas a Ester, dentre os produtores estrangeiros, teria apresentado de fato informações que permitissem cálculo de montante de subsídios. A Polyplex apresentou manifestação sem, contudo, apresentar qualquer dado requerido pela autoridade investigadora.

373. Neste contexto, a Terphane mencionou que as determinações (final e preliminar) dos EUA referente à revisão administrativa de direitos compensatórios aplicados sobre importações de Filmes PET, originários da Índia, seriam bastante elucidativas. Com base nessas determinações, se observaria que, em 2018, a Jindal teria sido beneficiada por subsídios auferidos em função dos seguintes programas:

a) Export Promotion Capital Goods Scheme (EPCGS);
b) Status Holder Incentive Scrip (SHIS);
c) Advance Authorization Scheme (AAS);
d) Merchandise Export from India Scheme (MEIS);
e) Services Export from India Scheme (SEIS);
f) Section 35 R&D Deductions of the Income Tax Act, 1961, Sub-Section 35DD;
g) Industrial Promotion Subsidy (IPS), do Estado de Maharashtra; e
h) State Sales Tax Incentive Programs.

374. Não obstante, a peticionária ressaltou que a Jindal não teria sido, aparentemente, mencionada em nenhuma das respostas do Governo da Índia à SDCOM. Destaque-se que, naquela revisão administrativa, o montante total de subsídios pertinentes a Jindal teria alcançado 11,67%.

375. A Terphane registrou também que, para as demais empresas indianas, que não foram objeto de análise na revisão administrativa conduzida pelos EUA referente ao ano de 2018, mas referente ao ano de 2016, os direitos aplicados foram de 7,54%, 9,40% e 11,26%. Na revisão de 2017, os direitos aplicados foram de 7,22%, 9,30% e 10,51%.

376. A manifestante mencionou ainda que, em novembro de 2019, teria sido publicado o resultado da terceira revisão de final de período referente às medidas compensatórias aplicadas sobre Filmes PET, originários da Índia, conduzida pelos EUA, a qual teria concluído que a revogação dos direitos em questão muito provavelmente implicaria retomada/continuação dos subsídios acionáveis que beneficiariam empresas produtoras dos filmes em questão na Índia.

377. Em relação à natureza dos programas, a Terphane afirmou que deveria ser destacado que, no caso do MEIS, distintamente do manifestado pelo Governo da Índia em sua resposta ao questionário, o programa teria sido considerado pelos EUA como subsídio acionável, conforme determinação preliminar, referente à Revisão Administrativa pertinente ao ano de 2018.

378. Sobre as manifestações tanto da Ester, quanto do Governo da Índia, sobre a caracterização do DDS como subsídio acionável, a peticionária afirmou que haveria de se considerar que, na investigação original, o programa teria sido examinado e considerado como subsídio proibido. Assim, na ausência de informações detalhadas fornecidas pelas empresas objeto de revisão que permitam avaliação adequada de sua utilização do programa, a determinação final alcançada na investigação original constituiria informação relevante a ser considerada pela autoridade investigadora.

379. Por fim, a peticionária enfatizou que deveria ser observado que, em relação ao programa "Export and Trading Houses - ETH/SHIS", para o qual a autoridade investigadora considerou, no Parecer de Abertura, que não existiriam indícios de que as empresas indianas tenham se beneficiado de tal programa, os EUA em sua revisão administrativa referente ao ano 2018 teria considerado que, por se tratar de subsídio não recorrente, os benefícios deles decorrentes não teriam cessado no caso da Jindal. Ou seja, apenas com análise em dados prestados pelas empresas seria possível a determinação do montante de benefício, devendo a ausência de respostas por parte de empresas não cooperativas ser considerada como uma estratégia que lhes permitiriam obter resultado mais favorável do que o que seria obtido na hipótese de apresentação de seus dados.

380. Nesse sentido, a manifestante destacou a manifestação da Polyplex, datada de abril de 2021, por meio da qual a empresa teria buscado justificar sua postura não cooperativa por não ter realizado exportações para o Brasil em P5. O fato de não ter realizado exportações não poderia servir de justificativa para a empresa não apresentar informações relevantes que permitissem a autoridade investigadora apurar a probabilidade de continuação/retomada de subsídios acionáveis. Ademais, o fato de a empresa ter cooperado na investigação original não lhe conferiria um privilégio que lhe permitisse não apresentar dados relevantes em procedimentos subsequentes. Desta feita, a avaliação do montante de subsídios pertinentes à empresa, assim como para todas as demais empresas que não forneceram informações no presente processo, necessariamente deveria levar em conta as informações constantes no presente processo, assim como na investigação original, incluindo as informações consideradas para empresas não cooperativas naquele procedimento.

5.8 Das manifestações enviadas após a Nota Técnica de Fatos Essenciais acerca dos programas de subsídios acionáveis

381. Em 27 de julho de 2021, a Terphane LTDA apresentou manifestação a respeito dos elementos de prova sob consideração para fins de determinação final, apresentados na Nota Técnica SDCOM nº 40, de 09 de julho de 2021.

382. Inicialmente a peticionária apresentou uma breve introdução sobre as informações resumidas elencadas no item 2 deste parecer.

383. Em seguida, abordou sobre a probabilidade de continuação/retomada de subsídios acionáveis nas exportações da Índia para o Brasil. A Manifestante mencionou que na investigação original, teria sido alcançada determinação final referente a subsídios acionáveis (isto é, passíveis de aplicação de medidas compensatórias) concedidos pelo Governo indiano (nacional) e governos estaduais daquele país a empresas produtoras/exportadoras de Filmes PET, conforme constou de tabela em sua manifestação.

384. A Terphane ressaltou que, com base nas informações aportadas ao processo, conforme Nota Técnica, teriam sido identificados diversos programas de subsídios, a nível nacional ou estadual, em vigor no período objeto de análise de continuação/retomada de subsídios - outubro/2018 a setembro/2019 (P5) - passíveis de beneficiar as empresas produtoras/exportadoras indianas de filme PET em suas exportações para o Brasil. No Quadro I, foram apresentados os programas identificados, os quais constituem subsídios passíveis de aplicação de medidas compensatórias, visto referirem-se a subsídios específicos.

Quadro I

Programas de Subsídios Em Vigor (P5)
1. Subsídios à Exportação
1. Subsídios à Exportação
1.1. Advance Authorization Scheme (AAS) / Advance License Order (ALO)
1.2. Duty Free Import Authorization (DFIA)
1.3. Special Economic Zones (SEZs)
1.4. Export Oriented Units Scheme (EOU)
1.5. Deemed Exports (Exportações Presumidas)
1.6. Merchandise Export Incentives Scheme (MEIS)
1.7. Duty Drawback Scheme (DDS)
2. Subsídios à Produção
2.1. Central Capital Investment Subsidy Scheme (CCISS) - 2003
2.2. Programa de dedução de rendimentos tributáveis (Seção 80IC)
2.3. Programas do Estado de Maharashtra (Diversos)
2.4. Programa do Estado de Gujarat (Electricity Exemption Scheme - GEDES)
2.5. Programas do Estado de Uttar Pradesh (Industrial Investment Promotion Scheme - IIPS)

385. Nesse sentido, a Peticionária enfatizou que, dentre os programas acima arrolados, caberia mencionar o MEIS, programa este que não se encontrava em vigor no período objeto de análise da investigação original. Conforme mencionado na Nota Técnica, nos parágrafos 326 a 329, este programa teria sido instituído em 2015, aglutinando diversos programas anteriormente existentes.

386. Ainda de acordo com a Nota Técnica, a Manifestante ressaltou que os programas "Duty Entitlement Passbook Scheme (DEPB)" e "Export and Trading Houses (ETH) / Status Holder Incentive Scrip (SHIS)" não estariam mais em vigor em P5. Em relação ao ETH/SHIS, a SDCOM teria considerado como elemento de prova de inexistência de benefícios decorrentes do programa em P5, entre outros elementos, o fato de decisões de outras autoridades investigadoras não os terem identificado em determinações posteriores à da investigação original, conforme parágrafos 160 e 161 da Nota Técnica.

387. Não obstante, em sua manifestação de 2 de julho de 2021, a Terphane salientou que teria apresentado determinações, preliminar e final, de revisão administrativa conduzida pelos EUA, em 2020/2021, sobre medidas compensatórias referentes à empresa Jindal, as quais identificam que, dentre outros programas, a empresa teria se beneficiado do SHIS, em 2018 (período objeto de análise da revisão norte-americana). Ou seja, ainda que o programa tenha sido descontinuado, por se tratar de subsídio relacionado à aquisição de bens de capital, as empresas indianas ainda poderiam estar auferindo benefícios decorrentes do acesso a tal subsídio, como teria sido o caso da Jindal.

388. A Peticionária afirmou também que deveria ainda ser observado, à luz dos comentários do Governo da Índia na audiência realizada em 12 de julho de 2021, que o fato de os programas de subsídios estabelecidos pelo governo nacional (e por governos estaduais) estarem em conformidade com o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias (ASMC) não implicaria que os mesmos não sejam passíveis de aplicação de medidas compensatórias. Neste sentido, deveria ser observado que o fato da cláusula de Tratamento Especial e Diferenciado para países em desenvolvimento (Art 27 do ASMC) estabelecer a não proibição de subsídios à exportação para os países referidos no Anexo VII (Art. 27.2) não implicaria que os mesmos não sejam passíveis de aplicação de medidas compensatórias. A não proibição teria efeitos tão somente sobre os recursos (remedies) junto à OMC a serem utilizados por outros países que sejam afetados por subsídios à exportação concedidos por aqueles países, conforme se evidencia no Art. 27.7.

389. Assim, a Terphane enfatizou que os subsídios arrolados no Quadro I seriam passíveis de aplicação de medidas compensatórias, por se tratarem de subsídios específicos, medidas estas que, ao final do prazo de vigência, poderiam ser prorrogadas, uma vez que seja determinado que, na hipótese de revogação das medidas, haveria continuação/retomada de subsídios e de dano deles decorrente, conforme disposto no Art. 21 do ASMC.

390. No caso da empresa Ester, a peticionária afirmou que o montante de benefícios auferido pela empresa em suas exportações de filme PET para o Brasil, em P5, da presente revisão, teria apresentado incremento de cerca de 70% em relação ao montante apurado na investigação original. O aumento em questão teria decorrido não apenas de incremento do montante pertinente aos programas EPCG e DDS, em conjunto, mas também da utilização pela empresa do programa MEIS - inexistente à época do período de análise da investigação original.

391. A peticionária acrescentou ainda que o montante mencionado poderia estar subestimado visto que, embora a empresa tenha acessado (i) serviços de crédito à exportação prestados Export Credit Guarantee Corportation of India Ltd. - ECGC, seguradora de crédito ligado ao Ministry of Commerce and Industry, do Department of Commerce da Índia; e, (ii) Export Credit Schemes, nas modalidades de crédito de embalagem Pre-Shipment e Post-Shipment, não teria sido possível à autoridade investigadora determinar se esses dois programas governamentais constituiriam subsídios acionáveis.

392. Em manifestação protocolada em 27 de julho de 2021 a Ester alegou não compreender os motivos para a não aceitação dos seus argumentos no que se refere ao cálculo do benefício efetivamente recebido no âmbito do EPCG, já que em sua resposta ao pedido de informações complementares, protocolada em 19 de abril de 2021, teria informado claramente, e de forma segregada, os tributos que não seriam considerados como custo para a empresa (mesmo se pagos) e os tributos que, quando pagos, seriam considerados como custo para a empresa.

393. No entanto, prosseguiu, a despeito de declarar válidas as informações fornecidas pela Ester, a SDCOM considerou o valor total dos impostos a pagar no cálculo do montante do benefício recebido âmbito do EPCG, não obstante apenas os tributos aduaneiros e os encargos sobre os tributos aduaneiros estarem isentos no regime EPCG, sendo o restante dos tributos não cumulativos.

394. A Ester apontou que na importação de bens de capital incidiriam determinados tributos na entrada (Countervailing Duty, Special Additional Duty, Education Cess, Secondary e Higher Education Cess), que posteriormente dariam direito à compensação de créditos a serem abatidos nos impostos a pagar mais adiante. Desta forma, para se apurar o benefício recebido pelo EPCG, seria necessário comparar uma importação na qual a empresa se beneficiou de isenções tributárias via EPCG com uma importação sem tal benefício, sendo esse o benchmark adequado.

395. A empresa alegou ainda que, diferentemente do informado na Nota Técnica 40/2021, no caso de subsídios de corpos moedores, os tributos não cumulativos não foram integralmente considerados na apuração do montante do EPCG, tendo sido apurado somente o benefício equivalente à antecipação do crédito tributário, cujo efeito foi, nas palavras da SDCOM, "irrisório". Assim, a partir das alegações apresentadas pelo produtor indiano naquele caso, a SDCOM mudou o seu entendimento para a determinação final.

396. Assim, a Ester requereu que fossem excluídos os tributos não cumulativos (Cenvatables) do cálculo do montante de subsídios acionável a título de EPCG para fins de determinação final, de forma a evitar um excesso no cálculo do direito aplicável a empresa, imputando-lhe um montante a título de subsídio superior ao que efetivamente teria recebido.

397. No segundo ponto de sua manifestação a empresa indiana referiu-se ao cálculo do benefício em base unitária, alegando que o benefício do EPCG se aplicaria à produção de bens vendidos em todos os mercados. No entanto, a SDCOM considerou apenas o volume de exportação como denominador no cálculo do benefício auferido sob este programa.

398. Para este cálculo, prosseguiu em sua alegação, o montante de subsídios recebido deveria ter sido dividido pelo volume de vendas totais da empresa, incluindo as exportações e as vendas domésticas, e não apenas o volume exportado. Isso porque as máquinas que se beneficiam do programa EPCG também seriam usadas para fabricar os produtos vendidos no mercado interno. A Ester ao reportar o benefício recebido sob este programa não diferenciou as máquinas utilizadas na produção dos produtos exportados e vendidos no mercado interno.

399. A Ester alegou que uma referência sobre o tema seria encontrada no caso Canada - Renewable Energy, quando o relatório do Órgão de Apelação da OMC declarou que a autoridade encarregada de determinar um benefício deve começar sua análise definindo o mercado relevante. Afirmou ainda que a definição do mercado relevante é central e um pré-requisito para uma análise de benefícios nos termos do Artigo 1.1 (b) do Acordo SCM. O Órgão de Apelação manteve a conclusão do Painel de que o "benefício" deve ser estabelecido a partir da análise sobre se a contribuição financeira deixa o beneficiário em melhor situação, vis-à-vis o mercado, do que se não houvesse a contribuição financeira:

"We also believe that the word 'benefit', as used in Article 1.1(b), implies some kind of comparison. This must be so, for there can be no 'benefit' to the recipient unless the 'financial contribution' makes the recipient 'better off' than it would otherwise have been, absent that contribution. In our view, the marketplace provides an appropriate basis for comparison in determining whether a 'benefit' has been 'conferred', because the trade-distorting potential of a 'financial contribution' can be identified by determining whether the recipient has received a 'financial contribution' on terms more favourable than those available to the recipient in the market. Article 14, which we have said is relevant context in interpreting Article 1.1(b), supports our view that the marketplace is an appropriate basis for comparison"

400. Ainda, o Painel India - Export Related Measures concluiu que as isenções e deduções de impostos e taxas em questão, concedidas pela Índia sob vários programas, confeririam um benefício aos seus destinatários, tornando-os "melhores" do que estariam no mercado sem essas isenções e deduções. De acordo com o Painel:

"As others before us, we note that 'relief from taxation otherwise due is not generally available to market participants, nor does it exist as a general condition in the marketplace'. Beginning with the exemptions from customs duties on importation, we observe that an importer of goods under the EOU/EHTP/BTP Schemes, EPCG Scheme, SEZ Scheme, or DFIS, gets to import goods free of customs duties. The market - however defined - does not offer this 'gift'. An importer of the very same goods outside these or other exemption schemes is subject to customs duties. Thus, a recipient of the customs duty exemption under the EOU/EHTP/BTP Schemes, EPCG Scheme, SEZ Scheme, or DFIS is 'better off' than it would otherwise have been , absent that contribution"

401. No EPCG, o benefício recebido se refere à isenção dos impostos incidentes na importação bens de capital que, por sua vez, podem ser utilizados para a fabricação de produtos exportados ou vendidos no mercado interno. Portanto, o programa deixaria o destinatário "em melhor situação" tanto no mercado interno quanto no externo.

402. A Ester acrescentou, por fim, que no painel Canada - Aircraft, o Canadá argumentou que uma contribuição financeira apenas conferiria um "benefício" na medida em que resultasse em um custo líquido para o governo. O Painel rejeitou o argumento do Canadá, concluindo que o significado comum de "benefício" não inclui qualquer noção de "custo líquido para o governo". De acordo com o Painel, o significado comum de "benefício", ao contrário, "claramente engloba alguma forma de vantagem". Para estabelecer a existência dessa vantagem, o Painel concluiu que "é necessário determinar se a contribuição financeira coloca o destinatário em uma posição mais vantajosa do que se não houvesse a contribuição financeira". A conclusão do Painel de que o benefício é determinado por referência à situação daquele que recebe o benefício, e não ao custo para o governo, foi mantida pelo Órgão de Apelação:

"A 'benefit' does not exist in the abstract, but must be received and enjoyed by a beneficiary or a recipient. Logically, a 'benefit' can be said to arise only if a person, natural or legal, or a group of persons, has in fact received something. The term 'benefit', therefore, implies that there must be a recipient. This provides textual support for the view that the focus of the inquiry under Article 1.1(b) of the SCM Agreement should be on the recipient and not on the granting authority. The ordinary meaning of the word 'confer', as used in Article 1.1(b), bears this out. 'Confer' means, inter alia, 'give', 'grant' or 'bestow'. The use of the past participle 'conferred' in the passive form, in conjunction with the word 'thereby', naturally calls for an inquiry into what was conferred on the recipient. Accordingly, we believe that Canada's argument that 'cost to government' is one way of conceiving of 'benefit' is a t odds with the ordinary meaning of Article 1.1(b), which focuses on the recipient and not on the government providing the 'financial contribution'."

403. Para o cálculo do benefício, o critério relevante é o benefício recebido pela empresa e não os critérios de elegibilidade nem do custo para o Governo. O EPCG permite a importação de bens de capital para pré-produção, produção e pós-produção sem o pagamento de impostos alfandegários. Uma vez que o benefício é concedido às importações de bens de capital utilizados na fabricação de produtos exportados e vendidos no mercado interno, o denominador para o cálculo de tal benefício deveria ser o volume de vendas totais da empresa e não apenas das exportações, já que a possibilidade de importar novos bens de capital beneficiaria a produção.

404. Assim, a Ester apontou que, a despeito de os bens importados serem utilizados na produção destinada aos mercados interno e externo, a SDCOM considerou como denominador no cálculo do benefício unitário, apenas o volume total exportado. E por essas razões o benefício a ela auferido no âmbito do EPCG teria sido significativamente superior ao efetivamente recebido pela empresa e deveria ser revisto na determinação final.

5.9 Dos comentários da SDCOM sobre as manifestações acerca dos programas de subsídios acionáveis

405. Inicialmente, cabe ressaltar que, tendo em conta a não cooperação dos produtores/exportadores selecionados Polyplex e Vacmet e também do Governo da Índia, os fatos disponíveis serão usados para fins de determinação final, nos termos dos arts. 36 e 37 c/c art. 79 do Decreto nº 1.751, de 1995, conforme destacado nos itens 2.8 e 5.5.2 deste documento. Pontua-se ainda que esta SDCOM concorda que os programas de subsídios concedidos pela Índia são acionáveis, tanto é que se recomenda a prorrogação do direito em vigor.

406. No que diz respeito às menções referentes à investigações dos EUA, cabe destacar que a autoridade investigadora brasileira não está nem vinculada nem subordinada a decisões de outras autoridades investigadoras. Contudo, haja vista a ausência de cooperação das partes interessadas indianas, à exceção da Ester, que respondeu o questionário e confirmou o recebimento de subsídios acionáveis ao longo do período de revisão, as conclusões de outras autoridades investigadoras reforçam o entendimento de que, com base nos fatos disponíveis, é muito provável a continuação/retomada da concessão de subsídios acionáveis nas exportações de filme de PET da Índia para o Brasil na hipótese de extinção da medida compensatória sob revisão.

407. Com relação ao questionamento sobre o ETH/SHIS, tem-se que programas de subsídios encerrados podem ainda assim continuar a produzir efeitos após seu encerramento. Conforme assentado no Parecer de início da presente revisão, os questionários seriam utilizados por esta SDCOM para avaliar os efeitos dos programas. Recebido apenas um questionário, e ante os novos elementos trazidos pela Terphane, qual seja, que a autoridade investigadora dos EUA computou, em recente revisão de final de período conduzida em 2020/2021, benefícios decorrentes do programa SHIS referentes a período de revisão que corresponde a parte do período de revisão adotado neste procedimento, pelo fato de o programa envolver aquisição de bens de capital, a SDCOM tem elementos probatórios no sentido de que os efeitos dos programas encerrados podem continuar a ser percebidos e que outros programas da FTP têm natureza e operacionalização semelhantes. Sobre o fato de a Ester ter auferido benefícios de outros programas, a SDCOM entende que restou provada a continuidade de concessão de subsídios acionáveis no período de revisão.

408. Sobre o questionamento do tratamento de informações confidenciais desacompanhado de resumo ou justificativa em base restrita por parte da Ester, a SDCOM entende que a empresa indiana atendeu às orientações de formalidade sobre tratamento confidencial de dados, não havendo prejuízo à compreensão dos dados reportados. Por outro lado, no que que tange ao questionário do governo, reforça-se que a SDCOM utilizará os fatos disponíveis para fins de determinação final, haja vista as diversas lacunas já apontadas na resposta do governo da Índia.

409. Com relação à manifestação da Ester sobre o programa EPCG, a SDCOM aponta a seguir suas conclusões sobre os dois pontos apontados pela empresa.

410. Quanto aos tributos dispensados na importação de bens de capital ao amparo do EPCG, cujo pagamento permite o crédito em momento futuro - ditos Cenvatables -, a SDCOM acatou a manifestação da empresa.

411. Dessa forma, diferentemente do apontado no item 5.6.2.4 da nota técnica de fatos essenciais, a SDCOM reconhece que o cálculo do benefício na investigação anterior de subsídios - corpos moedores - havia considerado como benefício (1) os valores de isenções relativas aos tributos cumulativos e (2) a antecipação do momento em que a empresa usufruiria do crédito tributário para os tributos não cumulativos. Por essa razão, a apuração do montante de subsídios foi alterada para fins de determinação final.

412. Assim, reiterando o entendimento da investigação de corpos moedores, no cálculo do benefício dos tributos cumulativos foram considerados integralmente os valores dispensados. Já quanto aos tributos não cumulativos, considerou-se que o não recolhimento destes no momento da importação beneficiou a Ester por antecipar os efeitos da utilização do crédito tributário, o que somente ocorreria em momento futuro. Assim, o efeito da antecipação do benefício tributário decorrente da dispensa dos tributos não cumulativos foi somado ao valor integral dos tributos cumulativos dispensados.

413. Dessa forma, o montante de subsídios correspondente ao EPCG foi reduzido para este parecer de determinação final, em comparação ao apurado para fins da nota técnica de fatos essenciais.

414. Por outro lado, com relação à utilização dos volumes de exportações e de vendas internas como denominador do EPCG, a SDCOM rechaça o pedido da empresa indiana, apontando ser descabida a lógica engendrada pela empresa, e que esta prática não é adotada, conforme se pode observar a partir da análise do tratamento dado ao EPCG em todas as outras investigações sobre a concessão de subsídios acionáveis contra a Índia.

415. Nesse sentido, a utilização dos volumes de exportações é justificada em função da natureza do programa, caracterizado como um subsídio proibido, por estar vinculado ao desempenho exportador, nos termos do inciso I do art. 8º do Decreto nº 1.751, de 1995. Caso não seja cumprida a obrigação de exportação assumida, a empresa deve pagar os tributos que haviam sido dispensados no momento da importação do bem de capital. Logo, não restam dúvidas de que as atividades subsidiadas pelo governo são as exportações.

416. Ademais, a se adotar a lógica defendida pela empresa, pela fungibilidade do capital, na análise de todo e qualquer programa teria que ser utilizado como denominador as vendas totais da empresa. Sendo tal hipótese absurda, resta evidente que a natureza do programa é elemento central na escolha do denominador. Assim, reitera-se, sendo o programa vinculado ao desempenho exportador, a SDCOM adotou como denominador o volume exportado.

417. A SDCOM ressalta, inclusive, que esta é prática amplamente adotada por outras autoridades investigadoras com relação especificamente ao EPCG, o que pode ser observado a partir dos seguintes exemplos:

a) EUA: Fine Denier Polyester Staple Fiber From India: Preliminary Results of Countervailing Duty Administrative Review; 2019:

"Reliance reported that it imported capital goods with waived import duty rates under this program during the AUL period and POR. Consistent with our prior determinations, we are attributing the EPCGS benefits received to Reliance's relevant total exports, pursuant to 19 CFR 351.525(b)(5)." (Grifo nosso)

b) União Europeia: Definitive countervailing duty on imports of tubes and pipes of ductile cast iron (also known as spheroidal graphite cast iron), originating in India; 2016:

"(106) In accordance with Article 7(2) and 7(3) of the basic Regulation, this subsidy amount has been allocated over the appropriate export turnover during the IP as the appropriate denominator because the subsidy is contingent upon export performance and was not granted by reference to the quantities manufactured, produced, exported or transported". (Grifo nosso)

418. Dessa forma, mantém-se o entendimento de que o denominador apropriado para o cálculo unitário do benefício do programa EPCG é o volume de exportações.

5.10 Da conclusão a respeito da probabilidade de continuidade/retomada de subsídios acionáveis

419. À luz do exposto ao longo deste item 5, conclui-se que, na hipótese de extinção do direito compensatório, muito provavelmente haverá continuidade/retomada da concessão de subsídios acionáveis nas exportações para o Brasil de filme PET originárias da Índia.

6 DAS IMPORTAÇÕES E DO MERCADO BRASILEIRO

420. Neste item serão analisadas as importações brasileiras e o mercado brasileiro de filme PET. O período de análise deve corresponder ao período considerado para fins de determinação de existência de indícios de continuação/retomada de dano à indústria doméstica, de acordo com a regra do §2º do art. 35 do Decreto nº 1.751, de 1995. Assim, para efeito da análise relativa à determinação de início da revisão, considerou-se o período de outubro de 2014 a setembro de 2019, tendo sido dividido da seguinte forma:

P1 - outubro de 2014 a setembro de 2015;
P2 - outubro de 2015 a setembro de 2016;
P3 - outubro de 2016 a setembro de 2017;
P4 - outubro de 2017 a setembro de 2018; e
P5 - outubro de 2018 a setembro de 2019.

6.1 Das importações

421. Para fins de apuração dos valores e das quantidades de filme PET importados pelo Brasil em cada período (P1 a P5), foram utilizados os dados de importação referentes aos códigos 3920.62.19, 3920.62.91, 3920.62.99 da NCM, fornecidos pela SERFB. A peticionária ainda ressaltou ter havido importações classificadas erroneamente nos subitens 3920.62.11 e 3920.69.00 da NCM, tendo sido incluídos os produtos na medida em que sua descrição permitiu constatar ser produto incluído no escopo desta revisão.

422. A partir da descrição detalhada das mercadorias, realizou-se depuração dos dados de importação a fim de se obter as informações referentes exclusivamente aos filmes PET, tendo em vista que os citados itens da NCM contêm outros produtos que não são abrangidos pelo escopo desta revisão. Dessa forma, excluíram-se as importações dos produtos que foram devidamente identificados como não sendo o produto objeto da revisão, conforme apontado no item 3.1 acima.

423. Em que pese a metodologia adotada, contudo, ainda restaram importações cujas descrições nos dados disponibilizados pela SERFB não permitiram concluir se o produto importado consistia de fato filme PET objeto desta análise. Nesse contexto, para fins de início da investigação, no que se refere aos subitens 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99 da NCM, códigos tarifários destinados à classificação de outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plásticos não alveolares, não reforçados, não estratificados, sem suporte, nem associadas de forma semelhante a outras matérias, de poli(tereftalato de etileno), além de outras chapas com largura superior a 12 cm, sem qualquer trabalho à superfície, os volumes e os valores das importações de filmes PET genericamente descritos e, também, de filmes PET com descrições ambíguas foram considerados como importações de produto objeto da investigação. Isso porque se pressupôs que os produtos sem descrição explícita corresponderiam ao produto objeto da análise. Considerando o critério adotado, não houve importação de filmes PET originários da Índia fora do escopo desta revisão em P5.

424. Já os produtos classificados sob os subitens das NCMs 3920.62.11 e 3920.69.00, quando não continham descrição detalhada que permitisse a identificação clara de se tratar de filme PET sob revisão, foram excluídos dos dados analisados, ao contrário do critério adotado para as NCMs descritas no parágrafo anterior. Isso porque, tratando-se de itens destinados à classificação de outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plásticos não alveolares, não reforçadas, não estratificadas, sem suporte, nem associadas de forma semelhante a outras matérias, de espessura inferior a 5 microns, além de poliésteres não saturados e de outros poliésteres, pressupôs-se que os produtos sem descrição explícita não corresponderiam ao produto objeto da análise. O volume de produtos incluídos nessa depuração positiva representou a inclusão de apenas [RESTRITO] % do total importado em P5 nestes 2 códigos tarifários.

425. Dessa maneira, para os subitens 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99 da NCM, foram excluídos da análise apenas aqueles filmes PET cujas descrições permitiram concluir prontamente que não se tratavam do produto sob análise. Já para os subitens 3920.62.11 e 3920.69.00 da NCM, foram incluídos na análise somente os produtos que puderam ser claramente identificados como sendo objeto do pleito.

426. Nesse contexto, para fins de início da revisão, serão encaminhados questionários aos importadores para que possam esclarecer se os produtos por eles importados efetivamente se enquadram na definição de produto objeto da revisão constante deste documento. Diante do não recebimento de informações que pudessem elucidar as indefinições quanto à classificação de determinadas operações de importação em relação ao escopo da revisão, foram mantidos para fins de determinação final, com uma pequena exceção, os dados apresentados acerca dos volumes e valores importadores de filme PET obtidos quando do início da revisão. Cumpre destacar, em relação à exceção mencionada, que em decorrência da exclusão expressa das importações de filme PET com cobertura de EVA e PE do escopo da revisão, apresentada em sede de nota técnica de fatos essenciais, foi necessária redepuração dos dados de importação. Nesse sentido, os volumes e valores relativos às importações de filme PET apresentados nesse documento levam em consideração essa nova exclusão, que, em relação ao início da revisão, gerou modificações nas importações investigadas em P2, P3 e P4.

6.1.1 Do volume das importações

427. A tabela seguinte apresenta os volumes de importações totais de filme PET no período investigado:

Importações Totais (em número índice)

Origens	P1	P2	P3	P4	P5
Índia	100	44,3	31,1	65,7	40,4
Total sob Análise	100	44,3	31,0	65,7	40,4
Peru	100	229,1	226,2	312,0	207,2
Tailândia	100	365,2	65,2	121,7	311,1
Paquistão	-	-	-	100,0	1544,1
Estados Unidos	100	113,3	82,2	124,8	115,3
Turquia	100	104,1	435,3	325,1	245,8
China	100	91,4	175,9	213,2	165,3
Bahrein	100	100,8	170,7	51,1	0,7
Egito	100	0,0	-	-	-
Demais Países*	100	104,6	138,8	116,0	77,3
Total Exceto sob Análise	100	112,2	124,2	125,7	94,3
Total Geral	100	108,6	119,3	122,5	91,5

428. Observou-se que o volume das importações brasileiras da origem investigada diminuiu 55,7% de P1 a P2 e 29,9% de P2 a P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 111,7% de P3 a P4, e diminuição de 38,5% de P4 a P5. Ao se considerar todo o período de análise, este volume diminuiu 59,6% em P5, comparativamente a P1.

429. Com relação à variação do volume das importações brasileiras das outras origens ao longo do período em análise, houve aumento de 12,2% de P1 a P2 e de 10,7% de P2 a P3. De P3 a P4, houve crescimento de 1,2%, e de P4 a P5, o indicador apresentou queda de 24,9%. Ao se considerar toda a série analisada, de P1 a P5, o volume das importações brasileiras de filme PET das outras origens apresentou contração de 5,6%.

430. Avaliando a variação das importações brasileiras totais de filme PET no período analisado, verifica-se aumento contínuo em P2, P3, e P4, sempre em relação ao período anterior, na ordem de 8,6%; 9,8% e 2,7%, respectivamente. Já de P4 a P5, houve retração de 25,3%. Analisando-se todo o período de análise, as importações brasileiras totais apresentou contração da ordem de 8,5%.

6.1.2 Do valor e do preço das importações

431. Visando tornar a análise do valor das importações mais uniforme, considerando que o frete e o seguro, dependendo da origem considerada, têm impacto relevante sobre o preço de concorrência entre os produtos ingressados no mercado brasileiro, realizou-se a análise em base CIF.

432. As tabelas a seguir apresentam a evolução do valor total e do preço CIF das importações de Filme PET no período investigado.

Valor das Importações Totais CIF (em número índice)

Origens	P1	P2	P3	P4	P5
Índia	100	48,8	29,0	51,6	42,3
Total sob Análise	100	48,8	29,0	51,6	42,3
Peru	100	204,3	196,7	293,8	211,0
Estados Unidos	100	61,4	57,3	91,6	91,3
Tailândia	100	289,5	50,8	108,1	315,0
Paquistão	-	-	-	100,0	1466,4
China	100	106,3	216,2	235,1	234,6
Turquia	100	73,2	274,7	246,6	206,0
Bahrein	100	86,9	137,4	47,0	1,1
Egito	100	0,0	-	-	-
Demais Países*	100	108,6	167,7	115,7	87,2
Total Exceto sob Análise	100	92,3	106,0	114,7	95,4
Total Geral	100	90,2	102,2	111,7	92,9

433. O valor, em US$ CIF, das importações da origem sob análise diminuiu 51,2% de P1 a P2, e 40,4 de P2 a P3. Já de P3 a P4, houve aumento de 77,6%, seguido de queda de 18% de P4 a P5. Quando comparado o período P1 com o período P5, o valor das importações brasileiras de filme PET proveniente da origem investigada apresentou queda de 57,7%.

434. Com relação ao valor das importações das outras origens, houve redução de 7,6% de P1 a P2, seguido de aumentos em P3 e P4, com relação ao período anterior, de 14,8% e de 8,2%, respectivamente. Já de P4 a P5, houve queda de 16,8%. Considerado todo o período de análise, o valor das importações das outras origens diminuiu 4,5%.

435. O valor total das importações diminuiu 9,8% de P1 para P2, seguido de aumentos de 13,3% e 9,2%, respectivamente, de P2 para P3 e P3 para P4. De P4 para P5, o valor das importações brasileiras totais diminuiu em 16,8%. Se considerados P1 a P5, houve redução de 7,1% do valor total dessas importações.

Preço das Importações Totais (US$ CIF/t) (número índice)

Origens	P1	P2	P3	P4	P5
Índia	100	110,3	93,6	78,5	104,8
Total sob Análise	100	110,3	93,6	78,5	104,8
Estados Unidos	100	54,2	69,8	73,4	79,2
China	100	116,3	122,9	110,3	141,9
Bahrein	100	86,2	80,5	92,0	164,3
Turquia	100	70,3	63,1	75,8	83,8
Peru	100	89,2	87,0	94,2	101,8
Tailândia	100	79,3	77,8	88,9	101,3
Paquistão	-	-	-	100,0	94,9
Egito	100	743,4	-	-	-
Demais Países*	100	103,9	120,7	99,7	112,8
Total Exceto sob Análise	100	82,3	85,3	91,3	101,2
Total Geral	100	83,0	85,7	91,1	101,5

436. O preço médio das importações brasileiras de filme PET provenientes da origem sob análise aumentou 10,2% de P1 a P2, mas reduziu 15,1% de P2 a P3 e 16,1% de P3 a P4. Considerando o período de P4 a P5, houve aumento de 33,4%. Ao serem considerados os extremos da série, P1 a P5, o preço médio dessas importações cresceu 4,7%.

437. O preço médio das importações das outras origens se reduziu 17,7% de P1 para P2, havendo aumentos sucessivos nos intervalos seguintes de 3,7% de P2 a P3, 7% de P3 para P4 e 10,8% de P4 para P5. De P1 para P5 o preço médio das importações das outras origens aumento 1,2%.

438. O preço médio do total das importações, apresentou a mesma tendência das outras origens, pois de P1 para P2 diminuiu 16,9% e houve sucessivos aumentos de P2 para P3, P3 para P4 e P4 para P5, respectivamente de 3,2%, 6,3% e 11,4%. De P1 para P5 o preço médio das importações de todas as origens aumentou 1,5%

6.2 Do mercado brasileiro

439. Para dimensionar o mercado brasileiro de filme PET, foram consideradas as quantidades vendidas no mercado interno informadas pela Terphane em sua petição, líquidas de devoluções, e as quantidades importadas totais apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela SERFB, apresentadas no item anterior.

Mercado Brasileiro (em número índice)

Período	Vendas Indústria Doméstica	Vendas Outras Empresas	Importações Origem Investigada	Importações Outras Origens	Mercado Brasileiro
P1	100	-	100	100	100
P2	113,0	-	44,3	112,3	111,2
P3	115,2	-	31,1	124,3	116,9
P4	136,9	-	65,7	125,9	131,2
P5	150,7	-	40,4	94,3	127,1

440. Cabe ressaltar que não houve consumo cativo por parte da peticionária durante o período de investigação, o que fez que mercado brasileiro e consumo nacional aparente se equivalessem.

441. Observou-se, dessa maneira, que o mercado brasileiro apresentou sucessivos aumentos, crescendo de 11,2% de P1 para P2, 5% de P2 para P3 e 12,3% entre P3 e P4. Já de P4 para P5 houve diminuição de 3,2%. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de mercado brasileiro filme PET revelou variação positiva de 27,1% em P5, comparativamente a P1.

6.3 Da evolução das importações

6.3.1 Da participação das importações no mercado brasileiro

442. A tabela a seguir apresenta a participação das importações no mercado brasileiro de filme PET.

Participação das Importações no Mercado Brasileiro (em número índice)

Período	Mercado Brasileiro (toneladas)	Importações Origem Investigada (t)	Participação Origem Investigada (%)	Importações Outras Origens (t)	Participação Outras Origens (%)
P1	100	100	100	100	100
P2	111,2	44,3	38,1	112,3	100,8
P3	116,9	31,1	28,6	124,3	106,3
P4	131,2	65,7	52,4	125,9	95,8
P5	127,1	40,4	33,3	94,3	74,1

443. Observou-se que a participação das importações investigadas no mercado brasileiro apresentou queda de [RESTRITO] p.p. de P1 para P2 e de [RESTRITO] p.p. de P2 para P3. Houve aumento de [RESTRITO] p.p. de P3 para P4, mas, de P4 para P5, a participação teve nova queda, agora de [RESTRITO] p.p. Considerando todo o período (P1 a P5), a participação de tais importações caiu [RESTRITO] p.p.

444. A participação das importações das outras origens no mercado brasileiro, a seu turno, aumentou [RESTRITO] p.p. e [RESTRITO] p.p. de P1 para P2 e de P2 para P3, respectivamente. Por outro lado, de P3 para P4 e de P4 para P5, esse indicador apresentou queda, respectivamente, de [RESTRITO] p.p. e [RESTRITO] p.p. Considerando-se todo o período de revisão, a participação das importações das demais origens no mercado brasileiro apresentou redução de [RESTRITO] p.p.

6.3.2 Da relação entre as importações e a produção nacional

445. A tabela a seguir apresenta a relação entre as importações investigadas e a produção nacional de filme PET.

Importações Investigadas e Produção Nacional (em número índice)

	Produção Nacional (t) (A)	Importações investigadas (t) (B)	[(B) / (A)] %
P1	100	100	100
P2	104,2	44,3	42,1
P3	101,1	31,1	31,6
P4	119,2	65,7	57,9
P5	126,1	40,4	31,6

446. Observou-se que a relação entre as importações investigadas e a produção nacional de Filme PET diminuiu [RESTRITO] p.p. de P1 para P2 e de P2 para P3. Embora de P3 a P4, tivesse havido aumento de [RESTRITO] p.p., a relação voltou a cair de P4 a P5 em [RESTRITO] p.p. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de relação entre importações das origens investigadas e a produção nacional revelou variação negativa de [RESTRITO] p.p. em P5, comparativamente a P1.

6.4 Da conclusão a respeito das importações

447. Com base nos dados anteriormente apresentados, concluiu-se que:

a) as importações originárias da Índia, consideradas na análise de probabilidade de continuação/retomada do dano, diminuíram 59,6% de P1 a P5, reduzindo-se, inclusive, de P4 para P5 (-38,5,%);

b) houve aumento do preço do produto objeto do direito compensatório tanto de P1 a P5 (4,8%) quanto de P4 para P5 (33,4%);

c) as importações originárias dos outros países exportadores diminuíram tanto de P1 a P5 (4,6%), quanto de P4 para P5 (16,9%);

d) as importações objeto do direito compensatório representavam 2,1% do mercado brasileiro em P1, participação que diminuiu para 0,7% em P5, isto é, redução de [RESTRITO] p.p. nesse período. Em P4, a participação no mercado era de 1,1%. Assim, de P4 a P5, essa participação reduziu-se em [RESTRITO] p.p;

e) as outras origens também diminuíram sua participação no mercado brasileiro, de P1 a P5 e de P4 a P5 em [RESTRITO] e p.p., respectivamente; e

f) em P5 as importações do produto objeto do direito compensatório corresponderam a [RESTRITO] % da produção nacional. De P1 para P5, a relação entre as importações originárias da Índia e a produção nacional diminuiu [RESTRITO] p.p., enquanto que de P4 para P5 essa relação reduziu-se em [RESTRITO] p.p.

448. Diante desse quadro, constatou-se diminuição das importações da origem sob análise em termos absolutos e em relação à produção e ao mercado brasileiro. Ressalte-se que, quando da aplicação do direito compensatório ora revisado, em 22 de abril de 2016 (referente, portanto, ao período P2), já se encontrava em vigor o direito antidumping definitivo aplicado às importações do filme PET originárias da Índia, aplicado em 22 de maio de 2015. Anteriormente, em 24 de novembro de 2014, já havia sido aplicado direito antidumping provisório sobre tais importações. Desse modo, à exceção dos dois primeiros meses (outubro e novembro de 2014), durante todo o período de análise de continuação ou retomada de dano (P1 a P5) houve aplicação de medidas de defesa comercial sobre as importações de filme PET originárias da Índia.

7 DOS INDICADORES DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

449. De acordo com o previsto no art. 21 do Decreto nº 1.751, de 1995, definiu-se como indústria doméstica as linhas de produção de filmes PET da empresa Terphane Ltda., única fabricante nacional do produto similar, respondendo, portanto, pela totalidade da produção nacional. Dessa forma, os indicadores considerados neste documento refletem os resultados apontados pelas citadas linhas de produção.

450. O período de análise dos indicadores da indústria doméstica corresponde ao período de outubro de 2014 a setembro de 2019, dividido da seguinte forma:

P1 - outubro de 2014 a setembro de 2015;

P2 - outubro de 2015 a setembro de 2016;

P3 - outubro de 2016 a setembro de 2017;

P4 - outubro de 2017 a setembro de 2018;

P5 - outubro de 2018 a setembro de 2019.

451. Ressalte-se que ajustes em relação aos dados apresentados pelas empresas na petição de início e em resposta aos pedidos de informações complementares foram submetidos à avalição por meio de elementos de prova e eventuais ajustes e correções foram incorporados a este documento.

452. Para uma adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional, a SDCOM atualizou os valores correntes com base no Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem (IPA-OG-PI), da Fundação Getúlio Vargas, [RESTRITO].

453. De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram trazidos a valores de P5, considerando os efeitos da inflação ao longo dos cinco períodos, dividindo-se o valor monetário, em reais correntes de cada período, pelo índice de preços médio do período desejado, em seguida multiplicando-se o resultado pelo índice de preços médio do período mais recente, no caso, P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados neste Parecer.

7.1 Do volume de vendas

451. A tabela a seguir apresenta as vendas da indústria doméstica de filme PET de fabricação própria, destinadas ao mercado interno e ao mercado externo, conforme informado na petição e nas informações adicionais. As vendas apresentadas estão líquidas de devoluções.

Volume de vendas da indústria doméstica por mercado (em números índices)

Período	Vendas Totais (t)	Vendas no Mercado Interno (t)	%	Vendas no Mercado Externo (t)	%
P1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	104,8	113,0	107,8	94,1	89,8
P3	104,1	115,2	110,7	89,5	86,1
P4	119,5	136,9	114,6	96,6	80,8
P5	128,9	150,7	117,0	100,2	77,8

455. O volume de vendas de filme PET destinado ao mercado interno registrou aumentos sucessivos em todos os períodos, crescendo 13% de P1 a P2, 2% de P2 a P3, 18,9% de P3 a P4, e, considerando no intervalo entre P4 e P5, houve aumento de 10,1%. Tendo em conta todo o período de análise, o indicador de vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado interno revelou variação positiva de 50,7% em P5, comparativamente a P1.

456. Com relação à variação de vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado externo ao longo do período em análise, houve redução de 5,9% de P1 a P2, e queda de 4,9% de P2 a P3. De P3 a P4, houve crescimento de 8%, e, de P4 a P5, o indicador sofreu elevação de 3,7%. Ao se considerar toda a série analisada, de P1 a P5, o indicador de vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado externo apresentou aumento de 0,2%.

457. Ressalte-se que a representação de vendas externas da indústria doméstica nas vendas totais foi de, no máximo, [RESTRITO] % ao longo do período em análise.

458. No que tange à participação das vendas no mercado interno nas vendas totais da indústria doméstica, observou-se também aumentos sucessivos de [RESTRITO] p.p., [RESTRITO] p.p., [RESTRITO] p.p. e [RESTRITO] p.p., respectivamente, em P2, P3, P4 e P5, sempre em relação ao período imediatamente anterior. De P1 a P5, a participação das vendas da indústria doméstica aumentou em [RESTRITO] p.p., passando a representar [RESTRITO] % do total de suas vendas.

459. As exportações da indústria doméstica, que em P1 representavam [RESTRITO] % do total de suas vendas, diminuíram sua participação no total vendido em [RESTRITO] p.p. de P1 a P2 e [RESTRITO] p.p. de P2 a P3. Nos períodos seguintes, também houve diminuição de participação de [RESTRITO] p.p. de P3 a P4 e [RESTRITO] p.p. de P4 a P5. Ao longo de todo o período investigado, houve redução da participação das exportações nas vendas totais da indústria doméstica de [RESTRITO] p.p., passando a representar [RESTRITO]% do total vendido em P5.

7.2 Da participação do volume de vendas no mercado brasileiro

460. A tabela a seguir apresenta a participação das vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado interno no mercado brasileiro.

Participação das Vendas da Indústria Doméstica no Mercado Brasileiro(em número índice)

	Vendas no Mercado Interno (t)	Mercado Brasileiro (t)	Participação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	113,0	111,2	101,5
P3	115,2	116,8	98,7
P4	136,9	131,2	104,3
P5	150,7	127,1	118,6

461. A participação das vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro de filme PET registrou aumento de [RESTRITO] p.p. de P1 a P2 e redução de [RESTRITO] p.p, de P2 a P3. Nos períodos seguintes, houve aumento de [RESTRITO] p.p. de P3 a P4 e de [RESTRITO] p.p. de P4 a P5. Ao se analisar o período de P1 a P5, verificou-se variação positiva de [RESTRITO] p.p.

7.3 Da produção e do grau de utilização da capacidade instalada

462. A tabela a seguir apresenta a capacidade instalada efetiva da indústria doméstica, sua produção e o grau de ocupação dessa capacidade:

Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação (em números índices)

Período	Capacidade Instalada Efetiva (t)	Produção (Produto Similar) (t)	Grau de ocupação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	100,0	104,2	104,2
P3	100,0	101,1	101,1
P4	100,0	119,2	119,3
P5	100,0	126,1	126,1

463. O volume de produção do produto similar da indústria doméstica aumentou 4,2% de P1 a P2 e retraiu 2,9% de P2 a P3. De P3 a P4 e de P4 a P5, apresentou sucessivos crescimentos de 17,9% e 5,8%, respectivamente. Ao se avaliar todo o período de análise, observou-se acréscimo de 26,1% na fabricação do produto similar doméstico.

464. Também se pode observar que o indicador de grau de ocupação da capacidade instalada cresceu [RESTRITO] p.p. de P1 para P2 e reduziu [RESTRITO] p.p. de P2 a P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de [RESTRITO] p.p. de P3 a P4 e crescimento de [RESTRITO] p.p. de P4 a P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de grau de ocupação da capacidade instalada revelou variação positiva de [RESTRITO] p.p. em P5, comparativamente a P1.

465. Em relação aos valores da capacidade instalada das linhas de produção de filme PET da Terphane demonstrados anteriormente, destaque-se que esse foi calculado conforme informações obtidas na petição, isto é, com base na produção de filme com espessura de 12 micrômetros, medida padrão de mercado para se referir à capacidade produtiva de uma linha e padrão para aplicação em embalagem.

466. Além da espessura do filme, foram consideradas a largura do rolo máster produzido, em metros, (L), a velocidade de produção da linha para essa espessura, em metros por minuto, (V) e a densidade do Filme PET (D): 1,4kg/dm^3. Também foram levados em consideração o uptime (UT) - percentual do tempo programado para produção em que há, efetivamente, a produção de filmes, em razão de trocas de filtros de polímero e set-up da máquina, entre outros; o percentual de rendimento de corte, ou slitting yield (SY) - relação entre o peso das bobinas cortadas e o peso original do rolo que foi cortado; o tempo total de operação no período analisado, em minutos, e o número de dias médios históricos de parada para manutenção (PM).

467. Ressalte-se que os indicadores uptime e slitting yield foram calculados a partir da média histórica de cada linha de produção, de acordo com a experiência da empresa, não havendo variação significativa entre diferentes períodos.

468. A fórmula a seguir foi utilizada para o cálculo da capacidade efetiva de produção, em toneladas por ano, referente a cada uma das [CONFIDENCIAL] linhas de produção de filme PET da Terphane. Foram, portanto, consideradas as larguras,

velocidades, uptime e rendimentos específicos de cada uma das linhas, ilustrada na fórmula: L x V x E x D x UT x SY x 60Min x 24h x (365 - PM)dias/10^6

469. Registre-se que a capacidade nominal foi obtida com base na mesma equação exposta acima, com exceção dos dias parados para manutenção (PM), que ocorre duas ou três vezes por ano em cada uma das linhas, para realização de manutenção programada, modificação ou instalação de novos equipamentos, totalizando em torno de 10 a 20 dias de parada por ano em cada linha.

470. As capacidades efetivas de cada linha constam do quadro a seguir: [CONFIDENCIAL]

471. Somando-se a capacidade das linhas de produção, a capacidade instalada efetiva total foi de [CONFIDENCIAL] toneladas, mantendo-se constante em todos os períodos de análise. A peticionária foi questionada, em sede de informações complementares, sobre aparente inconsistência sobre o fato de a capacidade efetiva apresentar o mesmo volume para todos os períodos, tendo em vista que devem ser considerados, para o cálculo desta capacidade, número de turnos e horas normais de operação da planta, apenas maquinários e equipamentos em operação, paradas programadas para setup (troca de produtos), entre outros, conforme entendimento desta SDCOM. Em sua resposta, embora tenha informado que não há inconsistência, a Terphane destacou que duas linhas "suspensas em janeiro de 2015, em decorrência da deterioração das condições do mercado brasileiro. Em maio de 2018 foi feito o relançamento da linha P1 de vido à melhora das expectativas em relação ao mercado brasileiro".

7.4 Dos estoques

472. A tabela a seguir indica o estoque acumulado no final de cada período analisado, considerando um estoque inicial, em P1, de [RESTRITO] toneladas.

Estoque final (toneladas) (em números índices)

Período	Produção	Vendas no Mercado Interno	Vendas no Mercado Externo	Importações (-) Revendas	Outras Entradas/Saídas	Estoque Final
P1	100,0	100,0	100,0	(100,0)	(100,0)	100,0
P2	104,2	113,0	94,1	45,5	(95,6)	113,0
P3	101,1	115,2	89,5	(24,8)	(139,7)	72,4
P4	119,2	136,9	96,6	50,0	(83,1)	105,1
P5	126,1	150,7	100,2	52,8	(131,9)	87,9

473. O volume de estoque final de Filme PET da indústria doméstica apresentou aumento de 13% de P1 para P2 e redução de 36% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 45,2% entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve diminuição de 16,3%. Ao se avaliar todo o período de análise de dano, observou-se diminuição de 12,1% no estoque final.

474. As movimentações de outras entradas/saídas consistem basicamente de movimentações do estoque, como, por exemplo, inventários, perdas por refugo, etc.

475. A tabela a seguir, por sua vez, apresenta a relação entre o estoque acumulado e a produção da indústria doméstica em cada período de análise.

Relação Estoque Final/Produção (em números índices)

Período	Estoque Final (toneladas)	Produção (toneladas)	Relação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	113,0	104,2	108,0
P3	72,4	101,1	70,7
P4	105,1	119,2	88,0
P5	87,9	126,1	69,3

476. A relação estoque final/produção apresentou o seguinte comportamento ao longo do período: aumento de [RESTRITO] p.p., de P1 para P2, redução de [RESTRITO] p.p., de P2 para P3. Já de P3 para P4 a relação estoque final/produção aumentou [RESTRITO] p.p. e, de P4 para P5, diminuiu novamente [RESTRITO] p.p. Considerando os extremos da série, de P1 a P5, a relação estoque final/produção acumulou decréscimo de [RESTRITO] p.p.

7.5 Do emprego, da produtividade e da massa salarial

477. As tabelas a seguir, elaboradas pela Subsecretaria a partir das informações constantes da petição de início e informações complementares, apresentam o número de empregados, a produtividade e a massa salarial, relacionados à produção/venda de filme PET pela indústria doméstica.

478. Vale destacar que o número de empregados e a massa salarial (relacionados à etapa de polimerização) calculados para o produto similar levou em consideração somente o percentual de polímero fabricado utilizado para produção de filme PET, obtido com base na receita líquida relacionada às vendas de filme PET em relação à receita líquida total da empresa.

479. Frise-se ainda que não foram considerados os empregados terceirizados, no número de empregados e na massa salarial a seguir explicitados. Vale ainda salientar que os dados foram atualizados de acordo com a apresentação da retificação feita quando da solicitação de informações apresentadas feitas por meio do Ofício nº 0.691/2020/CGSC/SDCOM/SECEX. De acordo com a peticionária, para o cálculo do número de empregados destinados a outras linhas foi feito levantamento do número de funcionários da polimerização e aplicado o percentual correspondente à receita operacional líquida do filme PET de produção própria acrescida dos lançamentos manuais (proporcionais à venda do produto), sobre a receita operacional líquida da empresa. A diferença encontrada do total dos empregados da polimerização foi subtraída da quantidade de empregados diretamente ligados à produção da linha de filme PET.

Número de Empregados (em números índices)

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	105,0	102,7	116,0	117,0
Administração e Vendas	100,0	107,5	110,0	110,0	110,0
Total	100,0	105,3	103,5	115,3	116,2

480. Verificou-se que o número de empregados que atuam na linha de produção de Filme PET apresentou variação positiva de 5,0%, de P1 para P2, e redução de 2,2%, de P2 para P3. Nos períodos seguintes, de P3 para P4 e de P4 para P5, esse número aumentou 13,0% e aumentou novamente 0,9%, respectivamente. Ao se analisar os extremos da série, o número de empregados ligados à produção aumentou 17,0%.

481. No que diz respeito ao número de empregados ligados aos setores de administração e vendas, houve aumento de P1 para P2 e de P2 para P3 de, respectivamente, 7,5% e 2,3%, mantendo-se constante o número de empregados nos intervalos subsequentes. Por fim, de P1 a P5, observou-se crescimento de 10,0%.

482. O número total de empregados aumentou 5,3% de P1 para P2 e queda de 1,7% de P2 para P3. Por sua vez, de P3 para P4, houve crescimento de 11,4%, seguida de ampliação de 0,8% entre P4 e P5. De P1 para P5, o número total de empregados cresceu 16,2% (aumento de 55 postos de trabalho).

Produtividade por empregado(em números índices)

Período	Empregados ligados à linha de produção	Produção (t)	Produção por empregado da linha da produção (toneladas/empregado)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	105,0	104,2	99,2
P3	102,7	101,1	98,5
P4	116,0	119,2	102,8
P5	117,0	126,1	107,8

483. A produtividade por empregado envolvido na produção de Filme PET diminuiu 0,8% de P1 para P2 e 0,7% de P2 para P3; seguida de aumento de 4,3% de P3 para P4 e 4,9% de P4 para P5. Ao se considerar o período de P1 a P5, a produtividade por empregado aumentou 8,2%.

484. No que diz respeito à massa salarial, os dados foram igualmente retificados quando da solicitação de informações apresentadas feitas por meio do Ofício nº 0.691/2020/CGSC/SDCOM/SECEX. A peticionária então explicou que foi calculada a massa salarial de um empregado locado na polimerização. Esse valor foi multiplicado pelo número de funcionários que foram destinados às outras linhas e este valor foi abatido da massa salarial da linha de produção de filme PET. Por sua vez, para a massa salarial de vendas e administração foi aplicado o percentual correspondente à receita operacional líquida do filme PET de produção própria acrescida dos lançamentos manuais (proporcionais à venda do produto), sobre a receita operacional líquida da empresa.

Massa Salarial (em números índices)

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	102,1	111,3	108,4	111,1
Administração e Vendas	100,0	102,7	114,3	107,6	103,7
Total	100,0	102,2	112,1	108,2	109,2

485. A massa salarial dos empregados da linha de produção apresentou crescimento de 2,1% de P1 para P2 e 9,1% de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve redução de 2,6% entre P3 e P4, seguido de aumento de 2,4% entre P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, de P1 para P5, a massa salarial dos empregados ligados à produção aumentou 11,1%.

486. A massa salarial total cresceu 2,2% de P1 para P2, e 9,6% de P2 para P3. Já de P3 para P4 reduziu-se 3,4% e de P4 para P5 houve nova elevação de 0,9%. Assim, a variação da massa salarial total de P1 a P5 foi positiva em 9,2%.

7.6 Do demonstrativo de resultado

7.6.1 Da receita líquida

487. A tabela a seguir apresenta a evolução da receita líquida de vendas do produto similar da indústria doméstica, conforme informação da petição. Ressalte-se que os valores das receitas líquidas obtidas pela indústria doméstica no mercado interno estão deduzidos dos valores de fretes incorridos sobre essas vendas.

Receita Líquida das Vendas da Indústria Doméstica (número índice)

Período	Mercado Interno			Mercado Externo	
	Receita Total	Valor	% total	Valor	% total
P1	[CONF.]	100,0	[CONF.]	100,0	[CONF.]
P2	[CONF.]	124,3	[CONF.]	90,2	[CONF.]
P3	[CONF.]	104,1	[CONF.]	69,9	[CONF.]
P4	[CONF.]	126,4	[CONF.]	90,1	[CONF.]
P5	[CONF.]	159,8	[CONF.]	99,6	[CONF.]

488. A receita líquida referente às vendas destinadas ao mercado interno registrou aumento de 24,3% de P1 a P2, seguida de queda de 16,2% de P2 a P3, e novos aumentos, de 21,4% de P3 a P4 e de 26,4% de P4 a P5. Ao se considerarem os extremos da série, notou-se crescimento de 59,8% da receita líquida de vendas no mercado interno.

489. Em relação à receita líquida obtida com as vendas no mercado externo, verificou-se que houve redução de 9,8% de P1 a P2 e de 22,6% de P2 a P3, seguido de crescimento de 28,9% de P3 a P4 e de 10,6% de P4 a P5. Ao analisar o período de P1 a P5, observou-se contração de 0,4%.

490. Por fim, a receita líquida total registrou aumento de P1 a P2, de 7,2%, queda de P2 a P3 de 18,9% e crescimento tanto de P3 a P4 como de P4 a P5 em 24,5% e em 19,8%, respectivamente. Ao se considerar o período de análise de probabilidade de continuação ou retomada de dano como um todo (P1 a P5), esse indicador evoluiu positivamente em 29,6%.

7.6.2 Dos preços médios ponderados

491. Os preços médios ponderados de venda, apresentados na tabela a seguir, foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as respectivas quantidades vendidas apresentadas, respectivamente, nos itens 7.6.1 e 7.1 deste documento. Deve-se ressaltar que os preços médios de venda no mercado interno e no mercado externo apresentados referem-se exclusivamente às vendas de fabricação própria.

Preço Médio da Indústria Doméstica (em números índices)

Período	Venda no Mercado Interno	Venda no Mercado Externo
P1	100,0	100,0
P2	110,0	95,9
P3	90,3	78,1
P4	92,3	93,2
P5	106,0	99,3

492. Observou-se que o preço médio do produto similar doméstico vendido no mercado interno, cresceu 10% de P1 para P2 e reduziu 17,9% de P2 a P3. Nos períodos subsequentes, houve aumentos sucessivos de 2,2% entre P3 e P4 e 14,8% entre P4 e P5. Ao se considerar todos os períodos da série, de P1 a P5, verificou-se elevação de 6% do preço médio da indústria doméstica.

493. No que diz respeito ao preço médio do produto vendido no mercado externo, houve redução de 4,1% entre P1 e P2, enquanto que de P2 para P3 é possível detectar retração de 18,6%. De P3 para P4 houve crescimento de 19,4%, seguida de nova elevação entre P4 e P5, de 6,6%. Considerando os extremos da série, observou-se retração de 0,7% nesse indicador.

7.6.3 Dos resultados e margens

494. As tabelas a seguir apresentam a demonstração de resultados e as margens de lucro obtidas com a venda de filme PET de fabricação própria no mercado interno, conforme informado pela peticionária.

495. Com o propósito de identificar os valores referentes à venda de filme PET, as despesas operacionais foram calculadas por meio de rateio, de acordo com a participação da receita líquida do produto similar no mercado interno em relação à receita líquida total da empresa.

Demonstração de Resultados (em números índices)

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	124,3	104,1	126,4	159,8
CPV	100,0	107,1	97,9	118,6	143,4
Resultado Bruto	100,0	326,2	177,3	218,8	352,9
Despesas Operacionais	100,0	331,2	216,4	147,7	91,8
Despesas gerais e administrativas	100,0	107,7	115,7	117,7	118,7
Despesas com vendas	100,0	150,8	131,2	140,2	166,6
Resultado financeiro (RF)	100,0	782,8	458,3	245,5	62,2
Outras despesas (receitas) operacionais (OD)	(100,0)	82,7	(77,0)	(184,8)	(299,1)
Resultado Operacional	100,0	282,5	(169,1)	848,5	2.663,6
Resultado Operacional (exceto RF)	100,0	629,7	266,3	430,0	858,2
Resultado Operacional (exceto RF e OD)	100,0	1.270,3	436,5	650,5	1.361,0

496. Observou-se que o indicador de receita líquida, em reais atualizados, referente às vendas no mercado interno cresceu 24,3% de P1 a P2 e reduziu-se em 16,2% de P2 a P3. Nos períodos subsequentes, a receita aumentou 21,4% de P3 a P4 e de 26,4% de P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de receita líquida, em reais atualizados, referente às vendas no mercado interno revelou variação positiva de 59,8% em P5, comparativamente a P1.

497. O resultado bruto da indústria doméstica seguiu a mesma tendência da receita líquida, subindo 226,2% de P1 a P2, seguido de queda de 45,7% de P2 a P3. Entre os intervalos de P3 a P4 e de P4 a P5 houve aumentos sucessivos de 23,4% e 61,3%, respectivamente. Considerando o período como um todo, de P1 a P5, o resultado bruto registrou incremento de 252,9%.

498. O resultado operacional também oscilou nas mesmas direções, tendo apresentado crescimento de 182,5% de P1 a P2, seguido de queda de 159,9% de P2 a P3. No intervalo de P3 a P4 e de P4 a P5, aumentou 601,7% e 213,9%, respectivamente.

Considerando o período como um todo, de P1 para P5, o resultado operacional registrou aumento de 2.563,6%.

499. O resultado operacional sem resultado financeiro, por sua vez, apresentou a mesma tendência: crescimento de P1 a P2 (529,7%), redução de P2 a P3 (57,7%), e nos períodos subsequentes, aumentos de P3 a P4 (61,5%) e de P4 para P5 (99,6%). Considerando o período como um todo, de P1 a P5, o resultado operacional sem resultado financeiro registrou aumento de 758,2%.

500. O resultado operacional sem resultado financeiro e outras despesas apresentou comportamento semelhante: aumento de 1.170,3% de P1 a P2, queda de 65,64% de P2 a P3, seguido de aumentos sucessivos de 49% de P3 a P4 e 109,2% de P4 a P5. Considerando o período como um todo, de P1 a P5, o resultado operacional sem resultado financeiro e outras despesas registrou aumento de 1.261,0%.

Margens de Lucro (%)

	P1	P2	P3	P4	P5
Margem Bruta	100,0	262,8	170,5	173,1	221,8
Margem Operacional	100,0	225,0	(162,5)	662,5	1.650,0
Margem Operacional (exceto RF)	100,0	503,8	253,8	338,5	534,6
Margem Operacional (exceto RF e OD)	100,0	1.000,0	407,1	500,0	828,6

501. No que diz respeito às margens da indústria doméstica, observou-se que a margem bruta apresentou aumento de [CONFIDENCIAL]p.p. de P1 para P2, diminuição de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3, seguido de aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4 e crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. Ao se analisarem os extremos da série, contatou-se que a margem bruta da indústria doméstica apresentou elevação de [CONFIDENCIAL] p.p.

502. A margem operacional, por sua vez, houve aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, seguido de redução de P2 para P3 em [CONFIDENCIAL] p.p.. Já de P3 para P4 houve elevação em [CONFIDENCIAL] p.p. de P3 para P4 e [CONFIDENCIAL] p.p. de P4 para P5. A elevação acumulada de P1 a P5 foi [CONFIDENCIAL] p.p.

503. Avaliando a variação de margem operacional, exceto resultado financeiro, no período analisado, entre P1 e P2 verifica-se aumento de [CONFIDENCIAL] p.p., seguida de redução de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P2 e P3, enquanto que de P3 para P4 houve elevação de [CONFIDENCIAL] p.p.e entre P4 e P5, o indicador aumentou em [CONFIDENCIAL] p.p.. Analisando-se todo o período, margem operacional, exceto resultado financeiro, apresentou aumento de [CONFIDENCIAL] p.p., considerado P5 em relação a P1.

504. Por fim, no que diz respeito ao indicador de margem operacional, excluído o resultado financeiro e outras despesas, este aumentou [CONFIDENCIAL] p.p. de P1 para P2, seguido de queda de [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 para P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de [CONFIDENCIAL] p.p. entre P3 e P4, e considerando o intervalo entre P4 e P5 houve crescimento de [CONFIDENCIAL] p.p. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de margem operacional, excluído o resultado financeiro e outras despesas revelou variação positiva de [CONFIDENCIAL] p.p. em P5, comparativamente a P1.

505. A tabela a seguir, por sua vez, apresenta a demonstração de resultados por tonelada vendida.

Demonstração de Resultados Unitária (em números índices)

	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	110,0	90,3	92,3	106,0
CPV	100,0	94,8	85,0	86,6	95,1
Resultado Bruto	100,0	288,8	153,9	159,8	234,1
Despesas Operacionais	100,0	293,2	187,8	107,9	60,9
Despesas gerais e administrativas	100,0	95,4	100,4	85,9	78,7
Despesas com vendas	100,0	133,5	113,9	102,4	110,5
Resultado financeiro (RF)	100,0	692,9	397,7	179,3	41,2
Outras despesas (receitas) operacionais (OD)	(100,0)	73,2	(66,8)	(134,9)	(198,4)
Resultado Operacional	100,0	250,1	(146,8)	619,6	1.767,0
Resultado Operacional (exceto RF)	100,0	557,4	231,1	314,0	569,3
Resultado Operacional (exceto RF e OD)	100,0	1.124,5	378,9	475,1	902,9

506. Primeiramente, constatou-se que o CPV unitário diminuiu 5,2% de P1 a P2 e 10,4% de P2 a P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 1,9% de P3 a P4 e 9,9% de P4 e P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de CPV unitário revelou variação negativa de 4,9% em P5, comparativamente a P1.

507. No que diz respeito ao resultado bruto unitário auferido com a venda do produto similar doméstico no mercado brasileiro, este aumentou 188,8% de P1 a P2, seguido de retração de 46,7% de P2 a P3. De P3 a P4 e P4 a P5 houve aumentos sucessivos de 3,9% e 46,5%, respectivamente. Na análise do período como um todo, o resultado bruto unitário apresentou aumento de 134,5%.

508. Já o resultado operacional unitário apresentou a seguinte evolução: aumento de 150,1% de P1 a P2, queda de 158,7% de P2 a P3, crescimento de 522,2% de P3 a P4 e aumento de 185,2% de P4 a P5. De P1 a P5, tal indicador apresentou elevação de 1.666,6%.

509. No que tange ao resultado operacional sem resultado financeiro por tonelada este sofreu incremento da ordem de 457,4% de P1 a P2, e redução de 58,5% de P2 a P3. Nos períodos subsequentes, houve aumento de 35,9% e 81,3%, respectivamente, nos intervalos de P3 a P4 e P4 a P5. Ao se considerar os extremos da série (P1 a P5), o indicador demonstrou variação positiva de 469,4%.

510. Por fim, com relação à variação de resultado operacional unitário, excluídos o resultado financeiro e outras despesas, ao longo do período em análise, houve aumento de 1.024,2% de P1 a P2, enquanto que, de P2 a P3, observou-se retração de 66,3%. De P3 a P4 e de P4 a P5, houve crescimento de 25,4% e 90,1%, respectivamente. Ao se considerar toda a série analisada, o indicador apresentou expansão de 802,6%, considerado P5 em relação à P1.

7.7 Dos fatores que afetam os preços domésticos

7.7.1 Dos custos

511. A tabela a seguir apresenta os custos unitários de produção, associados à fabricação de filme PET pela indústria doméstica, para cada período de investigação de dano.

Evolução do Custo de Produção (em números índices)

Período	P1	P2	P3	P4	P5
Custos Variáveis (A)	100,0	87,6	81,0	86,2	92,5
Matéria-prima	100,0	93,4	86,0	93,4	104,1
Outros insumos	100,0	69,3	59,6	51,8	52,4
Utilidades	100,0	16,7	-	-	-
Outros custos variáveis	100,0	86,1	82,1	85,2	85,4
Custos Fixos (B)	100,0	98,5	119,2	98,9	101,5
Mão de obra direta	100,0	101,8	114,9	98,6	98,8
Depreciação	100,0	44,1	44,1	39,7	38,1
Outros custos fixos	100,0	144,4	185,9	150,3	157,5
Custo de Produção (A+B)	100,0	89,6	88,2	88,6	94,2

512. Verificou-se que o custo de produção por tonelada do produto teve trajetória descendente nos dois primeiros intervalos, reduzindo 10,4% de P1 a P2 e 1,6% de P2 a P3. Essa trajetória inverteu-se nos intervalos subsequentes, crescendo 0,4% de P3 a P4 e 6,3% de P4 a P5. Ao se considerar os extremos da série, de P1 a P5, o custo de produção unitário diminuiu 5,8%.

7.7.2 Da relação custo/preço

513. A relação entre o custo de produção e o preço indica a participação desse custo no preço líquido de venda da indústria doméstica no mercado interno ao longo do período de investigação de dano. A tabela a seguir explicita essa relação:

Participação do Custo de Produção no Preço de Venda

Em números índices

Período	Custo de Produção (A)	Preço no Mercado Interno (B)	(A) / (B) (%)
P1	100	100,0	100
P2	89,6	110,0	81,5
P3	88,2	90,3	97,62
P4	88,6	92,3	95,96
P5	94,2	106,0	88,85

514. Observou-se que a relação entre o custo de produção e o preço de venda da indústria doméstica deteriorou-se no intervalo de P1 a P2 em [CONFIDENCIAL] p.p., aumentando [CONFIDENCIAL] p.p. de P2 a P3. De P3 a P4 e P4 a P5, houve quedas de [CONFIDENCIAL] p.p e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente. Ao se analisar os extremos da série, de P1 a P5, a relação custo/preço reduziu [CONFIDENCIAL] p.p.

7.7.3 Do fluxo de caixa

515. A tabela a seguir mostra o fluxo de caixa da Terphane. Ressalte-se que os valores de caixa gerados no período correspondem à totalidade das operações da empresa, uma vez que não foi possível separar os valores relacionados somente ao produto similar doméstico.

Fluxo de Caixa (em números índices)

	P1	P2	P3	P4	P5
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	100,0	363.072,7	59.036,8	186.631,0	236.075,4
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	100,0	(938,7)	(641,9)	(2.576,4)	(519,3)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	100,0	(1.977,6)	(421,6)	4.187,7	(1.476,8)
Aumento (Redução) Líquido (a) nas Disponibilidades	100,0	208,3	(332,1)	296,0	138,3

516. Observou-se que o caixa líquido total gerado nas atividades da indústria doméstica apresentou crescimento de 108,3% de P1 a P2, seguido de redução de 259,5% de P2 a P3. Nos períodos subsequentes, houve aumentos de 189,1% e 53,3%, de P3 a P4 e P4 a P5, respectivamente. Ao se analisar o período como um todo (P1 a P5), o caixa líquido total evoluiu positivamente em 38,3%.

7.7.4 Do retorno sobre investimentos

517. A tabela a seguir apresenta o retorno sobre investimentos, apresentado na petição de início da revisão, considerando a divisão dos valores dos lucros líquidos da indústria doméstica pelos ativos totais no último dia de cada período, constantes das demonstrações financeiras. Ou seja, o cálculo se refere aos lucros e ativos da empresa como um todo, e não somente aos relacionados ao produto similar doméstico.

Retorno sobre investimentos (em números índices)

	P1	P2	P3	P4	P5
Lucro Líquido (A)	100,0	(61,0)	(156,9)	(1.757,1)	615,5
Ativo Total (B)	100,0	91,5	85,8	50,6	65,0
Retorno sobre o Investimento Total (A/B) (%)	100,0	(66,7)	(182,9)	(3.470,1)	947,5

518. De P1 a P2, o retorno sobre investimento diminuiu [CONFIDENCIAL] p.p. Nos intervalos de P2 e P3, reduziu-se em [CONFIDENCIAL] p.p. e em [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente, sempre na comparação com o período anterior. Já de P4 a P5 cresceu [CONFIDENCIAL] p.p. Por fim, analisando os extremos da série, de P1 a P5, o retorno sobre investimentos aumentou [CONFIDENCIAL] p.p.

7.7.5 Da capacidade de captar recursos ou investimentos

519. Para avaliar a capacidade de captar recursos, a SDCOM calculou os índices de liquidez geral e corrente a partir dos dados relativos à totalidade dos negócios da indústria doméstica, constantes de suas demonstrações financeiras.

520. O índice de liquidez geral indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto e de longo prazo e o índice de liquidez corrente, a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.

Capacidade de captar recursos ou investimentos [RESTRITO]

	P1	P2	P3	P4	P5
Índice de Liquidez Geral	100,0	77,7	67,0	136,2	171,3
Índice de Liquidez Corrente	100,0	63,3	47,8	40,2	50,1

521. O índice de liquidez geral diminuiu 22,3% de P1 a P2 e 13,7% de P2 a P3. Nos períodos subsequentes, houve inversão dessa tendência, com aumento de 103,2% de P3 a P4, e 25,8% de P4 a P5. Ao se considerar todo o período de análise, o indicador de liquidez geral revelou variação positiva de 71,3% em P5, comparativamente a P1.

522. O índice de liquidez corrente, por sua vez, reduziu-se continuamente até P4: 36,7% de P1 a P2, 24,5% de P2 a P3 e 15,9% de P3 a P4. Já de P4 a P5, o indicador aumentou 24,8%. Ao se considerar toda a série analisada de P1 a P5, o indicador de liquidez corrente apresentou contração de 49,9%.

7.7.6 Do crescimento da indústria doméstica

523. O volume de vendas da indústria doméstica para o mercado interno em P5 foi superior ao volume de vendas registrado em P1 (50,7%) e em P4 (10,1%).

524. Considerando que o crescimento da indústria doméstica se caracteriza pelo aumento do seu volume de vendas no mercado interno, pode-se constatar que a indústria doméstica cresceu, quando considerado todo o período de revisão.

525. Cumpre ressaltar que o aumento de 50,7% no volume de vendas da indústria doméstica no mercado interno foi acompanhado pelo acréscimo de 27,1%, de P1 a P5, do mercado brasileiro.

526. Dessa forma, conclui-se que a indústria doméstica, ampliou suas vendas e aumentou sua participação no mercado brasileiro em [RESTRITO] p.p., isto é, a indústria doméstica apresentou crescimento de suas vendas, tanto em termos absolutos como em relação ao mercado brasileiro.

7.8 Da conclusão sobre os indicadores da indústria doméstica

527. Da análise dos indicadores da indústria doméstica, constatou-se que o volume de vendas internas cresceu 50,7% de P1 a P5, superior, portanto, ao crescimento do mercado brasileiro, o qual aumentou 27,1%. Com isso, a participação de tais vendas nesse mercado cresceu [RESTRITO] p.p. nesse mesmo período. Já de P4 a P5 as vendas internas cresceram 10,1% e o mercado brasileiro diminuiu 3,2%, o que refletiu em ganho de participação de mercado de [RESTRITO] p.p.

528. Em relação à capacidade instalada para fabricar o produto similar doméstico, a indústria doméstica a manteve constante em todos os períodos, podendo efetivamente produzir [RESTRITO] toneladas. A despeito da manutenção do nível de capacidade de produção de P1 a P5, a indústria aumentou sua produção (26,1%) e o grau de ocupação cresceu [RESTRITO] p.p. nesse mesmo intervalo. Ademais, o volume em estoque teve diminuição de 12,1% de P1 a P5 e de 16,3% de P4 a P5.

529. O aumento na produção (26,1%) de P1 a P5 em patamar superior ao crescimento do emprego ligado à produção (17,2%) justifica o aumento da produtividade por empregado envolvido na produção, a qual aumentou 7,6% no mesmo período.

530. Ainda em relação às vendas internas, verificou-se que, de P1 a P5, a receita líquida cresceu de forma mais acentuada (+59,8%) que o volume vendido (+50,7%), devido ao aumento do preço médio (+6,0%) de tais vendas nesse mesmo intervalo. Por sua vez, de P4 a P5, diante do aumento do preço médio em 14,8%, a receita líquida nas vendas

internas também elevou-se (26,4%) em percentual maior que o volume de vendas internas (10,1%).

531. Na comparação entre receita e custo, analisando os extremos da série, de P1 a P5, a receita líquida aumentou 59,8%, enquanto o CPV aumentou 43,4%, ao passo que o resultado bruto nesse mesmo período também melhorou 252,9%. A margem bruta também apresentou acréscimo de [CONFIDENCIAL] p.p, seguindo a tendência do preço que se elevou 6,0% de P1 a P5. O CPV unitário, por sua vez, revelou variação negativa de 4,9%, enquanto que o resultado bruto por tonelada apresentou melhora no mesmo período em 134,1%.

532. Na comparação de P5 com P4, a receita líquida apresentou melhora de 26,4%. O CPV, por sua vez, aumentou 20,9% no mesmo período, em patamar inferior, portanto, ao da receita líquida, refletindo na elevação do resultado bruto (61,3%) e na margem bruta [CONFIDENCIAL] p.p. O preço teve crescimento de 14,8% e o CPV unitário cresceu 9,9%. Já o resultado bruto por tonelada apresentou incremento de 46,5% nesse período.

533. Com relação ao resultado operacional e à margem operacional, verificou-se melhora nesses indicadores de P1 a P5 (+2.563,3% e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente). Já o resultado operacional exceto resultado financeiro cresceu 758,2%, enquanto a margem operacional exceto resultado financeiro teve ligeira elevação de [CONFIDENCIAL] p.p. Na comparação de P4 a P5, houve aumento de 213,9% do resultado operacional e melhora de [CONFIDENCIAL] p.p. na margem operacional. Já o resultado exceto resultado financeiro teve melhora de 99,6% e a margem operacional exceto resultado financeiro apresentou incremento de [CONFIDENCIAL] p.p,

534. No período completo de análise de dano (P1 a P5), foram observados os seguintes efeitos positivos: crescimento das vendas, da produção e da participação no mercado nacional; aumento do grau de ocupação da capacidade instalada; diminuição de estoques; aumento de empregos, massa salarial e produtividade por empregado; melhora na relação custo e preço; aumento do fluxo de caixa e capacidade de aumento da receita líquida, receita bruta e operacional.

535. Do exposto, pode-se afirmar que os indicadores da indústria doméstica melhoraram ao longo do período de revisão.

8 DA CONTINUAÇÃO OU RETOMADA DO DANO

536. O art. 67 do Decreto nº 1.751, de 1995, estabelece que os direitos compensatórios poderão ser prorrogados após revisão desde que demonstrado que a extinção dos direitos levaria, provavelmente, à continuação ou à retomada do subsídio acionável e do dano dele decorrente. A fim de melhor analisar a probabilidade de continuação ou retomada do dano, esta Subsecretaria baseou-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a análise realizada na revisão paralela do direito antidumping aplicado sobre o mesmo produto de origem indiana, entre eles: a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito; o impacto provável das importações objeto da medida sobre a indústria doméstica; o comportamento das importações do produto objeto da revisão durante sua vigência e a provável tendência; o preço provável das importações objeto de subsídio acionável e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro; alterações nas condições de mercado no país exportador; e o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de subsídio acionável sobre a indústria doméstica.

8.1 Da situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito

537. Conforme exposto no item 7 deste documento, no período analisado, de P1 a P5, a capacidade instalada de produção do produto similar foi constante, havendo crescimento do volume de vendas internas (50,7%) e da produção (26,1%), incremento da receita líquida (59,8%), bem como aumento da produtividade por empregado envolvido na produção (10,9%).

538. A receita líquida cresceu de forma mais acentuada (+59,8%) que o volume vendido (+50,7%), devido ao aumento do preço médio (6,0%) de tais vendas nesse mesmo intervalo, tendo então a margem bruta se elevado em [CONFIDENCIAL] p.p. Com relação ao resultado operacional e à margem operacional, verificou-se aumento de 2.563,6% e [CONFIDENCIAL] p.p., respectivamente.

539. Adiante, constatou-se que enquanto o CPV aumentou 43,4% de P1 a P5, o resultado bruto por tonelada nesse mesmo período melhorou 252,9%. Por sua vez, o CPV unitário revelou variação negativa de -4,9%, ao passo que o resultado bruto por tonelada apresentou melhora no mesmo período de 134,1%.

540. Além disso, a participação da indústria doméstica no mercado brasileiro cresceu [RESTRITO] p.p ([RESTRITO] % para %), tendo em vista que o ritmo de crescimento do volume de vendas (50,7% ou [RESTRITO] toneladas) foi maior que expansão desse mercado (27,1% ou [RESTRITO] toneladas). Esse aumento também está refletido no crescimento do grau de ocupação em [RESTRITO] p.p. em P5, na comparação com P1, bem como na diminuição de -12,1% nos estoques, aumento dos empregos e massa salarial do setor produtivo (respectivamente +16,7% e +9,3).

541. Apesar da melhora geral dos indicadores da indústria doméstica, deve-se ressaltar que, até o penúltimo trimestre de P5, a Terphane ainda enfrentava os efeitos negativos das importações a preços de dumping originárias do Peru e de Bahrein (a aplicação dos direitos antidumping definitivos apenas aconteceu em julho de 2019). Nesse sentido, os indicadores financeiros da indústria doméstica ainda foram piores em P5 desta revisão quando comparados a períodos de não dano de investigações anteriores sobre a mesma indústria doméstica. Na investigação original de dumping sobre as importações originárias do Peru e de Bahrein, a margem operacional utilizada para realizar o ajuste no preço da indústria doméstica com vistas ao cálculo do menor direito foi [CONFIDENCIAL].

542. Nesse contexto, ainda que a recuperação dos indicadores da indústria doméstica possa ser relativizada pelos efeitos danosos decorrentes de importações realizadas a preço de dumping até P5, conforme afirmação da própria peticionária, a recuperação de seus indicadores teve início em P4 da presente revisão, após a determinação preliminar positiva no âmbito da investigação sobre as importações originárias de Peru e Bareine, ainda que não tenham sido aplicadas medidas antidumping provisórias, de modo que entre P4 e P5 as importações de Peru e Bareine saíram de [RESTRITO] para [RESTRITO] (-40%). A referida recuperação se consolidou, finalmente, após a aplicação das medidas antidumping definitivas sobre as importações das referidas origens, em julho de 2019.

8.2 Do comportamento das importações

543. Para fins de determinação de probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, deve ser examinado o volume dessas importações durante a vigência do direito e a provável tendência de comportamento dessas importações, em termos absolutos e relativos à produção ou ao consumo do produto similar no mercado interno brasileiro.

544. Conforme o exposto no item 6 deste documento, verificou-se que, de P1 a P5, o volume das importações objeto do direito compensatório reduziu-se 59,6% de P1 a P5, ([RESTRITO]), de modo que a sua participação no mercado brasileiro foi reduzida de [RESTRITO] , em P1, para [RESTRITO] em P5 e a relação entre o volume dessas importações e a produção nacional foi reduzida de [RESTRITO] % para [RESTRITO] % durante o mesmo período.

545. Recorda-se que, em P5 da investigação original (janeiro de 2013 a dezembro de 2013), as importações de filme PET originárias da Índia somavam [RESTRITO] toneladas. Esse montante equivale a aproximadamente [RESTRITO] vezes o volume total importado dessa origem no atual P5, qual seja [RESTRITO] toneladas. Observa-se, ainda, que a participação dessas importações no mercado brasileiro correspondia a [RESTRITO] no último período analisado na investigação original, sendo que essa participação em P5 da presente revisão equivaleu a somente [RESTRITO] .

546. Cumpre registrar que a investigação original da prática de subsídios acionáveis nas exportações para o Brasil de filme PET originárias da Índia foi conduzida em paralelo à investigação de antidumping do mesmo produto e mesma origem. Dessa forma, para as empresas cujo direito antidumping foi superior ao montante de subsídios a exportação apurado, dada a vedação à aplicação do duplo remédio prevista no art. 1º do Regulamento Brasileiro, o montante da medida compensatória em razão da existência de subsídios à exportação foi igual a zero. Naqueles casos em que foi observada a existência de outros subsídios acionáveis, como por exemplo, à produção, o montante total destes outros subsídios acionáveis foi levado em consideração.

547. Desse modo, para fins deste documento, pode-se afirmar que as medidas de defesa comercial (medida antidumping e compensatória) aplicadas foram efetivas, neutralizando o dano sofrido pela indústria doméstica em decorrência das importações de filme PET originária da Índia.

8.3 Do preço provável das importações com continuação/retomada de subsídios acionáveis e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro

548. Para fins de determinação de probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito, examinou-se qual o preço provável das importações com indícios de subsídios e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro.

549. O efeito das importações sujeitas ao direito compensatório sobre o preço do produto similar nacional no mercado interno brasileiro no período de revisão pode ser avaliado sob três aspectos. Inicialmente, deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado em relação ao produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto importado é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço, verificada quando as importações sob análise impedem, de forma relevante, o aumento de preço, devido ao aumento de custos, que teria ocorrido na ausência de tais importações.

550. Haja vista que as importações da Índia representaram [RESTRITO] do mercado brasileiro em P5, esta Subsecretaria considerou que os volumes importados do produto objeto originários da Índia não foram representativos para fins de determinação do preço provável. Nesse sentido, foi realizada a comparação entre o preço provável das importações do produto objeto de subsídios e o preço do produto similar nacional com base nas exportações da Índia para terceiros mercados sob o código SH que abrange o produto similar.

8.3.1 Do preço provável das importações com continuação/retomada de subsídios acionáveis e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro para fins de início de revisão

551. Para se estimar qual seria o preço provável das importações do produto objeto de subsídios caso essa origem voltasse a exportar filme PET para o Brasil em quantidades representativas, foi utilizada, como opção comparativa, a internalização, no mercado brasileiro, dos preços das exportações praticados pela Índia considerando 4 (quatro) cenários: (a) seus 5 (cinco) maiores compradores (Top 5); (b) seus 10 (dez) maiores compradores (Top 10); (c) para seus compradores na América do Sul; e (d) para o mundo. Ressalte-se que tal análise consta do parecer de início da revisão do direito antidumping aplicado às importações da Índia, que culminou com a publicação da Resolução GECEX nº 203, de 2021, tendo sido atualizada neste documento para refletir a disponibilidade de dados referentes ao período de doze meses relativo a P5, pois os dados referentes aos últimos dois meses desse período não estavam disponíveis quando da elaboração do Parecer SDCOM nº 15, de 2020.

552. Vale ressaltar que, para estes exercícios, esta autoridade investigadora extraiu do sítio eletrônico Trade Map (https://www.trademap.org/) informações da subposição 3920.62 do SH-6 e, ao comparar com a depuração realizada sobre os dados oficiais disponibilizados pela RFB, verificou que havia um universo considerável de produtos que não fazem parte do escopo desta revisão, denotando-se ainda diferença de preço considerável entre os grupos de importações que estavam dentro e fora do escopo.

553. Para mitigar os efeitos dessa poluição dentro do código SH da subposição 3920.62, a SDCOM então elaborou uma proxy com base no preço médio do produto objeto da investigação original da referida subposição durante o período de P1 à P5 daquele procedimento (2009-2013), e comparou sua diferença com o preço médio de toda a subposição no mesmo período, obtendo resultado de referência de [RESTRITO] para Índia. Aplicou-se este referencial aos preços médios de exportação da Índia obtidos no TradeMap para o P5 desta revisão, discriminados a seguir.

554. O valor das exportações em dólar CIF foi então comparado com o preço de venda da indústria doméstica no mercado interno em P5 em dólares. Este preço foi obtido pela razão entre a receita líquida e a quantidade vendida, em quilogramas, líquida de devoluções, no mercado interno no último período de revisão, tendo o mesmo sido convertido para dólares estadunidenses com base na taxa média diária obtida no Banco Central.

555. No que diz respeito à determinação do preço provável da Índia, os preços de exportação foram obtidos a partir do volume e do valor das vendas, em dólares estadunidenses, na condição FOB, em P5, do sítio eletrônico TradeMap, em relação à subposição tarifária 3920.62 do sistema SH, aplicando-se sobre este a proxy explicada no item 8.3.

556. A fim de se obter o preço na condição CIF internado, foram acrescidos montantes a título de frete e seguro internacional, despesas aduaneiras, AFRMM e Imposto de Importação. No que diz respeito ao frete e seguro internacional, bem como às despesas aduaneiras, tomaram-se emprestadas informações utilizadas na revisão de dumping sobre o mesmo produto originário da Índia, iniciada a partir da publicação da Circular Secex nº 33, de 21 de maio de 2020, publicada no D.O.U. de 22 de maio de 2020. Assim, foram considerados US$0,10/kg a título de frete e seguro internacional, como base no Freight Calculator, e 4,25% sobre o valor CIF com relação à despesa aduaneira. Com relação ao imposto de importação, a tarifa normalmente aplicada para filme PET é de 16%, conforme indicado no item 3.3. Foi também inserido o valor de Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM), aplicando-se o percentual de 25% sobre o frete marítimo estimado importações originárias da Índia, obtendo-se o resultado a seguir:

Preço Médio CIF Internado da Índia e Subcotação

	Média 5 maiores compradores*	Média 10 maiores compradores**	Média América do Sul***	Média mundo
(A) Preço FOB (US$/kg)	1,79	1,84	1,88	1,83
(B) Frete Internacional	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
(C) Seguro Internacional (1%)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
(D) Subtotal PX CIF (A+B+C)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
(E) Imposto Importação (16%)*(D)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
(F) AFRMM (25%)				
(G) Despesas aduaneiras (4,25%)*(D)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
(H) Total PX CIF internado (D+E+F+G)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
(I) Preço da Indústria Doméstica (US$/kg)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
(J) Subcotação (I-H)	0,25	0,19	0,14	0,20
% (J/I)	9,7%	7,4%	5,4%	7,9%

557. Verifica-se que os preços praticados pela Índia estariam subcotados em relação ao preço da indústria doméstica em todos os cenários. Entre os preços considerados, o menor preço de exportação FOB foi o do Top 5 (US$ 1,79/kg) e o maior foi aquele praticado para a América do Sul (US$ 1,88/Kg). Além disso, vale registrar que a participação dos 10 maiores compradores representa 57,5% do total exportado pela Índia, sendo que as exportações para os países da América Sul tiveram participação de 4,4% sobre o total.

558. Depreendeu-se, portanto, que, para fins de início de revisão, na hipótese de a Índia voltar a exportar filme PET a preços semelhantes aos ofertados aos destinos destacados nos cenários apresentados, suas importações entrariam no Brasil a preços subcotados em relação ao preço da indústria doméstica.

8.3.2 Do preço provável das importações com continuação/retomada de subsídios acionáveis e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro para fins de determinação final

559. No que tange às simulações de preço provável para fins de determinação final, reiteram-se os cenários considerados para fins de início da revisão detalhados no item 8.3.1. Ademais, foram ajustados os valores a fim de refletir os cálculos realizados na revisão do direito antidumping encerrada pela Resolução GECEX nº 203, de 2021, que trata do mesmo período e produto similar utilizados nesta revisão. Foi considerado montante de 3,4% a título de despesa de internação calculado a partir de resposta ao questionário do

importador naquela revisão, bem como ajuste para frete e seguro internacional de US$0,09/kg com base no sítio eletrônico Freight Calculator (https://www.worldfreightrates.com/pt/freight).

Preço Médio CIF Internado da Índia e Subcotação [RESTRITO]

	Principal destino	Média 5 maiores compradores*	Média 10 maiores compradores**	Média América do Sul***	Média mundo
Volume (kg)	20.330.834	65.203.111	97.331.464	6.233.248	171.866.593
(A) Preço PX FOB (US$/kg)	1,71	1,72	1,82	1,88	1,83
(B) Frete Internacional	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
(C) Seguro Internacional	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
(D) Subtotal PX CIF (A+B+C)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
(E) Imposto de Importação (16%*D) (US$/kg)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
(F) AFRMM (25%*B) (US$/kg)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
(G) Despesas de internação (3,42%*D) (US$/kg)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
(H) CIF Internado (D+E+F+G) (US$/kg)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
(I) Preço da Indústria Doméstica (US$/kg)	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]	[RESTRITO]
(J) Subcotação (US$/kg) (I-H)	0,37	0,36	0,24	0,16	0,23
% (J/I)	+14,7%	+14,0%	+9,5%	+6,5%	+8,9%

560. Do quadro acima, confirmou-se que, caso a Índia praticasse para o Brasil os preços exibidos nas hipóteses apresentadas, haveria subcotação em relação ao preço da indústria doméstica em todos os cenários.

8.4 Do impacto das importações a preços com indícios de continuação/retomada de subsídios acionáveis sobre a indústria doméstica

561. Para fins de determinação de probabilidade de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações sujeitas ao direito compensatório, examinou-se o impacto provável das importações sobre a indústria doméstica, avaliado com base em todos os fatores e índices econômicos considerados pertinentes pela autoridade investigadora.

562. Assim, para fins deste documento, buscou-se avaliar, inicialmente, o impacto das importações sujeitas ao direito sobre a indústria doméstica durante o período de revisão. Da análise dos itens 6 e 7 supra, pode-se inferir que o direito compensatório, conjuntamente com o direito antidumping, foi eficaz, tendo neutralizado o dano causado pelas importações originárias da Índia. Isso porque não só tais importações diminuíram em termos absolutos ao longo do período de revisão, como tiveram participação insignificante no mercado brasileiro e na relação com produção nacional. Diante desse quadro, não se pode concluir que durante o período de revisão a indústria doméstica sofreu dano decorrente de tais importações sujeitas ao direito.

563. Quanto ao potencial exportador, para fins deste documento, tomaram-se emprestadas informações públicas divulgadas por meio da Resolução GECEX nº 203, de 2021, já mencionada ao longo deste documento, que encerrou a revisão do direito antidumping aplicado às importações de filme PET originárias da China, Egito e Índia. Cabe registrar que estas informações divulgadas foram protocoladas pela Terphane no âmbito daquela revisão e tiveram como fonte o sítio eletrônico Trade Map para a subposição 3920.62 e para o período de análise de continuação/retomada de dano. Por economia processual, a peticionária não foi instada a fornecer elementos em sede de informações complementares para a presente revisão de subsídio acionável.

Volume exportado (t) (3920.62 do SH) - origem investigada e maiores exportadores

Países Exportadores	P1	P2	P3	P4	P5
(A) Índia	110.741	87.288	145.995	179.189	171.867
China	254.759	227.725	358.479	412.110	431.860
Coreia do Sul	169.569	134.210	193.734	214.947	226.142
Alemanha	90.959	97.310	137.074	143.733	149.721
Japão	122.302	83.316	121.180	140.685	136.149
Taipé Chinês	106.444	80.926	121.104	132.139	125.254
Tailândia	87.902	73.064	101.060	116.135	122.498
Estados Unidos	82.381	60.061	92.937	90.654	85.082
Itália	54.774	44.574	67.963	67.518	76.928
Portugal	47.380	38.757	58.594	61.731	93.150
Egito (dados espelho)	14.890	14.661	14.890	21.730	16.456
(E) 10 Maiores + Egito	1.172.079	941.891	1.413.011	2.218.834	1.600.240
(F) Mundo	1.765.633	1.806.019	2.027.459	2.175.457	2.264.498
E/F	66,4%	52,2%	69,7%	102,0%	70,7%
A/F	6,3%	4,8%	7,2%	8,2%	7,6%

564. Com base na tabela apresentada, pode-se notar que a Índia destacou-se como uma das principais exportadoras mundiais de filme PET (SH 3920.62), sendo a terceira maior exportadora em P5, representando 7,6% do total exportado pelo mundo e aproximadamente 4 vezes o mercado brasileiro nesse período. Apesar de o volume exportado pelo país ter se reduzido 4,1% de P4 a P5, houve crescimento significativo de 55,2% de P1 a P5. É importante salientar, contudo, que a subposição do SH-6 em questão também engloba outros produtos que não fazem parte do escopo da revisão.

565. No que diz respeito à capacidade instalada, a Resolução GECEX nº 203, de 2020, divulgou também que a Índia teria capacidade de aproximadamente [CONFIDENCIAL] toneladas, embora não se tenha detalhes de que se trata de filme de PET de grande ou pequena espessura. Esta capacidade seria capaz de atender quase [CONFIDENCIAL] vezes o mercado brasileiro. Os dados de capacidade do país, segundo a Terphane, foram extraídos da publicação [CONFIDENCIAL], do ano 2017, que seria o período mais atualizado.

566. Conforme informações trazidas na manifestação de 02 de julho de 2021 da Terphane, houve crescimento de quase 10% da capacidade produtiva total da Índia, de 2017 a 2019, segundo os dados atualizados extraídos da publicação [CONFIDENCIAL] , de maio de 2020.

567. À luz do exposto, concluiu-se, para fins deste documento, que há elevado potencial da Índia para exportar filme PET para o Brasil, caso o direito compensatório em vigor não seja prorrogado, o que poderá ensejar a retomada do dano à indústria doméstica.

8.5 Do efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica

568. Consoante o determinado pelo § 1º do art. 22 do Decreto nº 1.751, de 1995, procurou-se identificar outros fatores relevantes, além das importações alegadamente subsidiadas, que possam ter causado o eventual dano à indústria doméstica no período em análise.

8.5.1 Do volume e do preço de importação das demais origens

569. Com relação às importações das outras origens, recorda-se que, em julho de 2019, ou seja, no último trimestre de P5 desta revisão, foi aplicado direito antidumping sobre as importações de filme pet originárias do Peru e do Bahrein, de forma que o período de análise de dano desta revisão também captura o impacto daquelas importações nos indicadores da indústria doméstica, particularmente em meados de P3, que corresponde em grande parte a P5 daquela investigação. De P3 para P5, observou-se melhora nos indicadores da indústria doméstica. Em P3, a participação de Peru e Bahrein no mercado atingiu [RESTRITO] do mercado brasileiro. Em P5 essa participação tinha caído a [RESTRITO] , muito em função da drástica redução das importações originárias do Bahrein, que quase cessaram. As importações originárias do Peru, por outro lado, continuaram sendo as mais relevantes no mercado brasileiro. Dessa forma, não se pode afastar por completo os eventuais efeitos danosos decorrentes das importações das demais origens, tendo havido, entretanto, em P5, redução das importações originárias de Peru e Bareine.

8.5.2 Impacto de eventuais processos de liberalização das importações sobre os preços domésticos

570. Não houve alteração da alíquota do Imposto de Importação de 16% aplicada às importações brasileiras de filme PET no período de investigação de indícios de retomada dano, conforme se mostrou no item 3.3.

571. Para o Egito, origem objeto da revisão do direito antidumping concomitantemente à da Índia, por meio do Decreto nº 9.229, de 6 de dezembro de 2017, foi internalizado Acordo de Livre Comércio com o Mercosul com reduções tarifárias de 10% ao ano. Em P5, a alíquota correspondente seria de 13,07%. Apesar disso, não houve importações originárias deste país.

8.5.3 Contração na demanda ou mudanças nos padrões de consumo

572. No que concerne o mercado brasileiro, houve expansão da demanda em todos os períodos, exceto de P4 para P5. Ao longo do período, de P1 a P5, o mercado aumentou 27,1%. Aliás, o mercado de P5 foi maior do que em todos os períodos da investigação original, de modo que não se pode considerar que tenha havido contração na demanda na análise de outros fatores causadores de dano à indústria doméstica durante o período de revisão.

573. Com relação ao padrão de consumo de filmes PET, sabe-se que não houve mudanças nesse padrão que ensejassem qualquer tipo de prejuízo à indústria doméstica.

8.5.4 Práticas restritivas ao comércio de produtores domésticos e estrangeiros e a concorrência entre eles

574. Não foram identificadas práticas restritivas ao comércio de filme PET pelos produtos domésticos e estrangeiros, nem fatores que afetassem a concorrência entre eles.

575. Vale registrar que, conforme item 5.7 deste documento, há imposições de medidas de defesa comercial por outros países que abarcam o produto similar ao produto objeto desta revisão de medidas compensatórias. Com relação aos produtos originários da Índia, encontram-se vigentes medidas compensatórias aplicadas, pelos Estados Unidos desde 2002 e pela Turquia desde 2009. Há também medidas antidumping vigentes aplicadas pela Coreia do Sul em 2008 e pelos Estados Unidos em 2002 aos filmes PET originários da Índia.

576. Ademais, há medidas antidumping aplicadas pela Coreia do Sul e pelos Estados Unidos desde 2008 sobre filmes PET originários da China.

8.5.5 Progresso tecnológico

577. Não foi identificada evolução tecnológica que pudesse resultar na preferência pelo produto importado em detrimento ao nacional. O produto importado e o fabricado no Brasil são, portanto, concorrentes entre si, disputando o mesmo mercado.

8.5.6 Desempenho exportador

578. Quanto ao desempenho exportador, constatou-se que o volume se manteve basicamente estável ao longo do período de análise. De P1 para P5, as exportações cresceram apenas 0,2%. Já a participação delas nas vendas totais caiu, pois as vendas no mercado interno cresceram significativamente. Em P1 a participação era de [RESTRITO] e em P5 declinou para [RESTRITO] . Não houve, contudo, efeito negativo sobre os custos fixos, pois a produção da indústria doméstica, puxada pelas vendas ao mercado interno, cresceu 26,1%. Por último, o volume exportado em P5 desta revisão foi maior do que durante todos os períodos da investigação original.

8.5.7 Produtividade da indústria doméstica

579. A produtividade da indústria doméstica, calculada como o quociente entre a quantidade produzida e o número de empregados envolvidos na produção no período, tampouco pode ser considerada um fator de dano. Considerando os extremos do período de análise, de P1 a P5, registrou aumento de 8,2%. Ademais, a produtividade alcançada em P5 foi maior do que em todos os períodos da investigação original.

8.5.8 Consumo cativo

580. Não houve consumo cativo no período, não podendo, portanto, ser considerado como fator de análise de continuação ou retomada dano.

8.5.9 Importações e revenda do produto importado pela indústria doméstica

581. No período em análise, não houve consumo cativo, havendo em P5 operações de importação [CONFIDENCIAL] e revenda de [CONFIDENCIAL] do produto objeto da revisão por parte da indústria doméstica, representando [CONFIDENCIAL] e , respectivamente, das vendas do produto similar de fabricação própria da indústria doméstica no mercado interno. Diante da baixa representatividade, não poderiam ter tido influência negativa significativa nos indicadores da indústria doméstica.

8.6 Das manifestações recebidas antes da Nota Técnica de Fatos Essenciais acerca da probabilidade de continuação/retomada do dano

582. A Terphane, em manifestação de 02 de julho de 2021, submeteu considerações a respeito de dados e informações constantes dos autos restritos do processo, assim como apresentou informações adicionais para fins de consideração na Nota Técnica sobre Fatos Essenciais.

583. Sobre o potencial exportador da Índia, a manifestante mencionou o parecer de abertura, ressaltando que, com base na publicação [CONFIDENCIAL], de maio/2020, a qual apresenta informação mais atualizada (até 2019) acerca da capacidade produtiva, produção e demanda de países/regiões produtores de filme PET, teria havido crescimento de quase 10% da capacidade produtiva total da Índia, de 2017 a 2019, o que confirmaria o elevado potencial exportador daquele país .

584. Quanto à retomada do dano, tendo em vista que as importações de filmes PET, originárias da Índia, foram pouco representativas, a manifestante afirmou que caberia avaliar a probabilidade de retomada de dano, na hipótese de não prorrogação de direitos compensatórios. A existência de elevado potencial exportador da origem considerada, assim como da prática de preços reduzidos que, se internalizados no Brasil, sem aplicação de direitos, se mostrariam subcotados em relação ao preço médio praticado pela indústria doméstica seriam elementos relevantes a serem considerados para fins de avaliação dessa probabilidade.

585. Não obstante a relevância desses aspectos a serem realizados, a Terphane afirmou que seria fundamental se ter uma clara percepção do contexto referente à evolução dos indicadores da indústria doméstica ao longo do período de análise de retomada de dano (isto é, P1 a P5), que seriam de recuperação em razão da aplicação dos direitos antidumping aplicados contra diversas origens.

586. Nesse sentido, a peticionária destacou que, no Parecer SDCOM de abertura, a autoridade investigadora teria considerado que, ao longo do período de análise, a indústria doméstica encontrava-se negativamente afetada por conta de importações objeto de dumping, originárias de outros países.

587. A manifestante registrou ainda que, no Parecer de Abertura referente à revisão de final de período das medidas antidumping aplicadas sobre China, Índia e Egito, teria sido feita menção explícita ao fato de que os indicadores de lucratividade da indústria doméstica, em P5, ainda estariam significativamente aquém daqueles obtidos em períodos em que a Terphane não sofria dano.

588. Dessa forma, a Terphane ressaltou que esse seria um elemento relevante a ser considerado, inclusive, para avaliação dos impactos, considerando os preços prováveis a serem praticados por exportadores da Índia, em uma provável retomada de suas exportações para o Brasil, em volume significativo, na hipótese de não prorrogação das medidas compensatórias sobre as importações originárias daquele país.

589. De forma a corroborar o entendimento de que a rentabilidade da indústria doméstica, em P5, ainda se encontrava deprimida em P5, quando confrontada com rentabilidade obtida em períodos de não dano, a Peticionária apresentou as margens observadas nas investigações/revisões anteriores.

590. Por fim, a peticionária alegou que o exercício realizado pela SDCOM de internalização de preço médio de exportação, ajustado, com vistas a buscar retirar o efeito de outros produtos também classificados naquela posição, teriam demonstrado que, em todos os cenários considerados (preço médio mundial, média 5 maiores compradores, média 10 maiores compradores e média América do Sul), haveria subcotação, mesmo considerando o preço da indústria doméstica, efetivamente praticado, em P5 (preço este o qual ainda refletiria rentabilidade deprimida por conta de concorrência desleal).

8.7 Das manifestações recebidas após a Nota Técnica de Fatos Essenciais acerca da probabilidade de continuação/retomada do dano

591. Em 27 de julho de 2021, a Terphane apresentou manifestação a respeito dos elementos de prova sob consideração para fins de determinação final, apresentados na Nota Técnica SDCOM nº 40, de 09 de julho de 2021.

592. Quanto ao potencial exportador da Índia, a Terphane mencionou que:

a) Esta origem possuiria capacidade produtiva total correspondente a cerca de [CONFIDENCIAL] o mercado brasileiro, destacou que de 2017 para 2019, a capacidade produtiva teria apresentado incremento de quase 10%;

b) Dentre os produtores/exportadores indianos de filme PET encontrar-se-iam grandes firmas, as quais individualmente possuiriam capacidade produtiva superior ao mercado brasileiro. Dentre essas firmas, encontrar-se-iam empresas integrantes de grandes grupos com plantas em distintos países, o que lhes permitiria maior flexibilidade na alocação de suas exportações, ampliando assim o potencial de suas exportações a partir da Índia;

c) O país seria um dos principais exportadores mundiais do filme em questão (SH 3920.62). Em P5, teria sido o terceiro principal país exportador, conforme dados disponibilizados pelo Trademap. De P4 para P5 teria havido retração de suas exportações totais dos Filmes PET (cerca de 4%, aproximadamente 8.000 toneladas - ou seja, quase 20% do mercado brasileiro).

593. Quanto a retomada do dano, a Indústria Doméstica trouxe novamente informações já elencadas no item 8.6 da Nota Técnica de Fatos Essenciais.

8.8 Do posicionamento da SDCOM sobre as manifestações acerca da probabilidade de continuação/retomada do dano

594. No que concerne aos comentários da Terphane sobre potencial exportador manifestados em 02 de julho de 2021, informa-se que os dados atualizados, apresentados na manifestação, foram incorporados à análise deste documento.

595. Com relação aos comentários a respeito de eventual retomada de dano, faz-se remissão à análise realizada ao longo do item 8 e sua consequente conclusão.

8.9 Da conclusão sobre a probabilidade de retomada do dano para fins de determinação final

596. A partir do exame objetivo de todos os fatores relevantes, apresentados ao longo do item 8, conclui-se haver probabilidade de retomada do dano caso a medida compensatória não seja prorrogada, tendo em vista a probabilidade de continuação/retomada da concessão de subsídios acionáveis nas exportações para o Brasil de filmes PET, originárias da Índia, realizadas no período de outubro de 2018 a setembro de 2019. Corrobora-se, desse modo, a conclusão emitida no âmbito do Processo SECEX nº 52272.004280/2020-81, de revisão do direito antidumping aplicado às importações de filmes PET originários da Índia, procedimento paralelo a esta revisão e encerrado pela Resolução GECEX nº 203, de 20 de maio de 2021, que concluiu ser muito provável também a retomada do dano à indústria doméstica na hipótese de extinção do direito antidumping aplicado às importações de filme PET originárias da Índia.

9 DO DIREITO COMPENSATÓRIO DEFINITIVO

9.1 Da manutenção dos direitos compensatórios

597. Na presente revisão final de período, conduzida em conformidade com o art. 67 do Decreto nº 1.751, de 1995, e com o Artigo 21.3 do ASMC, constatou-se ser muito provável que, na hipótese de extinção do direito compensatório, ocorra continuação ou retomada da prática de concessão de subsídios acionáveis nas exportações de filmes PET da Índia para o Brasil e a retomada do dano à indústria doméstica em decorrência dessa prática.

598. No parecer de início, foram identificados diversos programas de subsídios acionáveis existentes na Índia para os quais os produtores/exportadores de filmes PET são elegíveis (Advance Authorization Scheme - AAS e Advance License Order - ALO; Duty Free Import Authorisation - DFIA; Special Economic Zones Schemes - SEZ / Export Oriented Units Schemes - EOU; Deemed Exports, ou Exportações presumidas; Merchandise Exports from India Scheme - MEIS; Export Promotion Capital Goods Scheme - EPCG; Duty Drawback Scheme - DDS; Central Capital Investment Subsidy Scheme - CCISS; Programa de dedução de rendimentos tributáveis - Seção 80IC).

599. Ademais, muitos desses programas ou já existiam em edições anteriores da FTP da Índia, tais como AAS, DFIA, SEZ / EOU; Deemed Exports (Exportações presumidas), EPCG, DDS, CCISS, ou tiveram sua continuidade na legislação, como o Programa de dedução de rendimentos tributáveis - Seção 80IC.

600. No caso em tela, apenas a empresa Ester apresentou sua resposta ao questionário no âmbito da revisão de final de período. Verificou-se que a empresa usufruiu de ao menos três programas de subsídios (EPCG, DDS e MEIS), os quais já foram identificados anteriormente pela SDCOM como subsídios acionáveis. O MEIS é em parte um programa substituto do Focus Product Scheme (FPS), investigado quando do procedimento que aplicou os direitos compensatórios em 2016.

601. Para as demais partes interessadas, considerando a ausência de resposta das empresas indianas e a incompletude da resposta do governo da Índia, conforme indicado no item 2.8, foram utilizados os fatos disponíveis. Assim, tendo em vista as conclusões da investigação original, quando foram recebidas cinco respostas a questionários de produtor/exportador, e dada a continuação dos programas de subsídios encontrados na investigação original em grande medida durante o período da revisão, aos quais os produtores/exportadores de filme PET são elegíveis, conclui-se que a melhor informação disponível corresponde aos montantes de subsídios calculados na investigação original.

602. No que tange à solicitação de alteração de direitos compensatórios realizada pelas partes interessadas para refletir os subsídios encontrados no período de revisão, observa-se que o Decreto nº 1.751/1995 estabelece que estes serão alterados mediante procedimento previsto no art. 68, em conformidade com o Artigo 21.2 do ASMC. Tal hipótese está relacionada à alteração de circunstâncias, que deve ser de natureza significativa e duradoura.

Art. 67. O prazo de aplicação de que trata o artigo anterior poderá ser prorrogado após revisão, mediante requerimento, devidamente fundamentado, formulado pela indústria doméstica ou em seu nome, por órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, ou por iniciativa SECEX, desde que demostrado que a extinção dos direitos levaria, provavelmente, à continuação ou à retomada do subsídio acionável e do dano dele decorrente.

1º O requerimento de que trata o caput deverá ser apresentado no prazo de cinco meses antes da data do término da vigência referida no art. 66, aplicando-se igualmente este prazo quando a iniciativa for da SECEX.

2º Constatada a existência de elementos de prova que justifiquem a revisão, esta será aberta e seguirá o disposto na SEÇÃO III do CAPÍTULO VI e deverá ser concluída no prazo de doze meses contados da data de sua abertura. Os atos que contenham a determinação de abertura e de encerramento da revisão serão publicados no Diário Oficial da União e as partes e governos interessados conhecidos notificados.

3º Os direitos e os compromissos serão mantidos em vigor enquanto perdurar a revisão.

Art. 68. Proceder-se-á a revisão, no todo ou em parte, das decisões relativas à aplicação de direito compensatório, a pedido de parte ou governo interessado ou por iniciativa de órgão ou entidade da Administração Pública Federal ou da SECEX, desde que haja decorrido, no mínimo, um ano da imposição de direitos compensatórios definitivos e que sejam apresentados elementos de prova suficiente de que:

I - a aplicação do direito deixou de ser necessária para neutralizar o subsídio acionável;

II - seria improvável que o dano subsistisse ou se reproduzisse caso o direito fosse revogado ou alterado; ou

III - o direito existente não é ou deixou de ser suficiente para neutralizar o subsídio acionável causador do dano.

1º Em casos excepcionais de mudanças substanciais das circunstâncias, ou quando de interesse nacional, poderão ser efetuadas revisões em intervalo menor, por requerimento de parte ou governo interessados ou de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal ou por iniciativa da SECEX.

2º Constatada a existência de elementos de prova que justifiquem a revisão, esta será aberta e o ato que contenha tal determinação será publicado no Diário Oficial da União e as partes e governos interessados notificados.

3º A revisão deverá ser concluída no prazo de doze meses contados da sua abertura e seguirá o disposto na SEÇÃO III do CAPÍTULO VI.

4º Os direitos serão mantidos em vigor enquanto perdurar a revisão.

5º As autoridades referidas no art. 2º, com base no resultado e de conformidade com as provas colhidas no curso da revisão, poderão extinguir, manter ou alterar o direito compensatório. Caso se contaste que o direito em vigor é superior ao necessário para neutralizar o dano à indústria doméstica ou não mais se justifica, será determinada a devida restituição.

6º O ato que contenha decisão de encerramento da revisão será publicado no Diário Oficial da União e as partes e os governos interessados serão notificados.

7º O disposto neste artigo se aplica aos compromissos aceitos na forma da SEÇÃO V do CAPÍTULO VI.

603. No caso em tela, a SDCOM não identificou alterações de circunstâncias que justifiquem a alteração dos direitos compensatórios para novos montantes de subsídios apurados com base em dados da revisão. Desse modo, recomendar-se-á a prorrogação de direitos compensatórios com base nos montantes de subsídios apurados quando da investigação original, quando foram recebidas respostas aos questionários de cinco produtores/exportadores indianos e realizadas verificações in loco na Índia para confirmar a validade das informações reportadas sobre os programas de subsídios existentes. Reitere-se que a quase totalidade dos programas de subsídios encontrados quando da investigação original permanece em vigor, sendo que, para os programas encerrados, considerando a ausência de respostas e os fatos disponíveis nos autos, existem elementos para considerar que seus efeitos continuam a ser percebidos mesmo após o encerramento, conforme indicado no itens 5.5.4 e 5.9 supra, sendo que nenhuma parte interessada apontou nada em sentido contrário. Considerando ainda que os montantes de subsídios apurados para a empresa Ester nesta revisão de final de período, única respondente ao questionário nesta revisão, não diferiram de forma substancial dos montantes encontrados quando da investigação original (US$ 104,26/t na revisão e US$ 96,79/t na investigação original), não restou demonstrada a necessidade de alteração dos direitos compensatórios, nos termos dos incisos II e III do art. 68 reproduzidos anteriormente, confirmando a conclusão de não identificação de alterações de circunstâncias que justifiquem a alteração dos direitos compensatórios para novos montantes de subsídios apurados com base em dados da revisão.

9.2 Do direito antidumping aplicado e do duplo remédio

604. Cumpre ressaltar que a Resolução CAMEX nº 36, de 2016, havia ajustado os direitos compensatórios a fim de evitar a adoção de duplo remédio, consoante o §2º do art. 1º do Decreto nº 1.751, de 1995. Destaca-se, igualmente, que os direitos antidumping sobre as importações de filme PET originárias da Índia foram alterados por meio da revisão de final de período encerrada pela Resolução GECEX nº 203, de 20 de maio de 2021, e retificado pela Resolução GECEX nº 226, de 23 de julho de 2021, conforme apontado no item 1.3.2. Dessa maneira, para fins de determinação final desta revisão de direito compensatório, o montante dos direitos compensatórios indicados na Resolução CAMEX nº 36, de 2016, serão alterados para refletir os novos montantes de direitos antidumping. Isto decorre do disposto no § 2º do art. 1º do Decreto nº 8.058, de 2013, e no § 2º do art. 1º do Decreto nº 1.751, de 1995, os quais atendem à disposição do parágrafo 5 do Artigo VI do GATT/47 de que a aplicação da medida compensatória deve obedecer à vedação da ocorrência do que se conhece por "duplo remédio" ("double remedy"):

Nenhum produto do território de uma Parte Contratante importado no de outra Parte Contratante, estará sujeito ao mesmo tempo, a direitos "antidumping" e a direitos compensatórios, a fim de contrabalançar a mesma situação decorrente de "dumping" ou de subsídios à exportação.

605. Assim, buscar-se-á aplicar o montante de direito compensatório adequado para neutralizar os efeitos danosos da provável continuação/retomada da prática de concessão de subsídios acionáveis nas exportações de filme PET da Índia para o Brasil e, ao mesmo tempo, observar a vedação à adoção de duplo remédio prevista no Artigo VI do GATT/1994.

606. Para relembrar-se a prática adotada quando do fim de uma investigação original de subsídios, remonta-se ao fim da investigação original a que alude a presente revisão, ocasião em que a Resolução CAMEX nº 36, de 2016, ajustou os direitos compensatórios com o fim de evitar a ocorrência de double remedy em função da cobrança dos direitos antidumping aplicados previamente por meio da Resolução CAMEX nº 46, de 21 de maio de 2015, a qual encerrou a investigação original de dumping.

607. De forma semelhante às investigações originais referidas, a aplicação da medida compensatória após esta revisão levará em consideração os direitos antidumping aplicados ao fim da revisão respectiva, a qual se deu por meio da Resolução GECEX nº 203, de 20 de maio de 2021.

608. Destaca-se que a Resolução GECEX nº 203, de 2021, passou a considerar a aplicação dos direitos antidumping sobre as importações de filme PET originárias da Índia de US$ por tonelada para US$ por quilogramas. Contudo, tendo em vista a recomendação de que os direitos compensatórios sejam prorrogados nos mesmos montantes anteriormente apurados com base nos subsídios usufruídos quando da investigação original, e que a alteração para dólares por quilograma necessariamente ocasionaria arredondamentos de casas decimais e poderia levantar questionamentos sobre majoração ou minoração das alíquotas de subsídios apuradas na investigação original, julgou-se mais adequado recomendar a manutenção dos direitos compensatórios em dólares por tonelada, do mesmo modo que ocorreu na investigação original. Ademais, voltar a aplicar o direito por tonelada levará a uma maior padronização na forma pela qual a administração pública aplica tais medidas de defesa comercial, tendo em vista que este mesmo produto possui outras origens também afetadas por direitos.

609. Ainda nesta seara, tendo em vista ainda a necessidade de ajustes com vistas a evitar a ocorrência de duplo remédio, por meio da alteração de direitos dumping prorrogados por meio da Resolução GECEX nº 203, de 2021, recomenda-se a conversão dos montantes de direitos antidumping aplicados por meio da referida resolução, de dólares estadunidenses por quilograma para dólares estadunidenses por tonelada, preservando a exatidão dos cálculos realizados na revisão que culminou com a publicação de dita Resolução.

610. Sabe-se que o ajuste a título de double remedy pode tanto ser realizado nos montantes de direito antidumping quanto nos montantes a título de direito compensatório. Neste contexto, pelo fato de a investigação antidumping ter se encerrado primeiro, a SDCOM entende ser mais adequado que tal ajuste seja realizado nos montantes de direito antidumping, haja visto que, nesse cenário, o prazo de cinco anos de vigência do direito antidumping encerrar-se-á antes de eventual duração dos direitos compensatórios aqui recomendados.

611. Dessa maneira, para fins de determinação final desta revisão de direito compensatório, a SDCOM recomendará que sejam alterados os montantes dos direitos antidumping aplicados pela Resolução GECEX nº 203, de 2021, para minorá-los, de forma a refletir os montantes de direito compensatórios recomendados na presente revisão, apurados com base nos montantes de subsídios encontrados quando da investigação original. Nesse sentido, recomendar-se-á que os montantes dos direitos compensatórios indicados na Resolução CAMEX nº 36, de 2016, sejam alterados para considerar tal forma de ajuste a título de duplo remédio no direito antidumping.

612. A tabela abaixo apresenta os valores das medidas compensatórias a serem aplicadas, os direitos antidumping aplicados pela Resolução GECEX nº 203, de 2021, e os novos direitos antidumping a serem aplicados por meio de nova Resolução a ser publicada considerando-se o ajuste a título de double remedy, sendo todos os valores relativos a toneladas:

Medidas compensatórias por produtor/exportador
Em US$/t

	Jindal	Polyplex	Ester	Vacmet	Polypacks*	Garware	Demais
a. Montante de Subsídios Total (investigação original)	138,82	110,29	96,79	181,45	181,45	937,75	937,75
a.1 Montante de Subsídios à Exportação	123,76	106,05	96,79	174,77	174,77	911,77	911,77
a.2 Montante de Subsídios à Produção	15,06	4,24	0,00	6,68	6,68	25,98	25,98
b. Medida Compensatória a Ser Aplicada	138,82	110,29	96,79	181,45	181,45	937,75	937,75
c. Direito Antidumping Aplicado, Resolução GECEX nº203, de 2021 (convertido para US$/t)	-	255,50	-	248,09	248,09	226,22	854,36
d. Novo Direito Antidumping - com ajuste a título de Double Remedy	-	149,45	-	73,32	73,32	-	-

613. Conforme apontado, recomenda-se a aplicação da medida compensatória correspondente ao montante de subsídios total (b = a), o qual é o somatório dos montantes de subsídios à exportação (a.1) e à produção (a.2).

614. Para as empresas cujo direito antidumping aplicado pela Resolução GECEX nº 203/2021 (c) foi maior que o montante de subsídios à exportação (a.1), o direito antidumping ajustado (d) deverá corresponder a (c - a.1), referente ao ajuste a título de double remedy.

615. Já para as empresas cujo direito antidumping aplicado pela Resolução GECEX nº 203/2021 (c) foi zero ou foi menor que o montante de subsídios à exportação (a.1), o direito antidumping ajustado (d) deverá corresponder a zero.

616. Salienta-se, por fim, que a SDCOM tem conhecimento de que houve a alteração da razão social da empresa Jindal Polyester Ltd. para Jindal Poly Films Limited, conforme consta da Resolução GECEX nº 226, de 2021, motivo pelo qual se utilizará tal razão social na definição do direito compensatório recomendado.

9.3 Das manifestações acerca dos direitos compensatórios

617. Em 27 de julho de 2021, a Terphane LTDA apresentou manifestação a respeito dos elementos de prova sob consideração para fins de determinação final, apresentados na Nota Técnica SDCOM nº 40, de 09 de julho de 2021.

618. Sobre os direitos compensatórios a serem prorrogados, a peticionária argumentou que, conforme consta da Nota Técnica, os elementos de prova disponíveis teriam demonstrado que, na hipótese de não prorrogação dos direitos compensatórios ora em vigor, seria provável a retomada/continuação da concessão de subsídios para o filme PET exportado pela Índia para o Brasil e do dano decorrente. Assim, se justificaria a prorrogação das medidas compensatórias. Tendo em vista que as medidas ora em vigor teriam sido determinadas com base nos direitos antidumping aplicados em 2015, e que, como resultado da revisão de final de período encerrada em maio de 2021, os mesmos teriam sofrido alteração, conforme mencionado na Nota Técnica, em suas Considerações Finais.

619. Nesse sentido, a manifestante enfatizou que a alteração dos direitos compensatórios deveria também considerar o montante de subsídio apurado para a empresa Ester no presente procedimento, visto que o direito compensatório seria determinado a partir do montante de benefício apurado. Estando disponível informação atualizada sobre subsídios auferidos pela empresa em suas exportações para o Brasil não seria razoável que o montante de subsídios que fundamenta o cálculo do direito compensatório (necessária para evitar o "duplo remédio") não levasse em conta apuração pertinente a período mais recente.

620. Dessa forma, a Terphane registrou que, de acordo com o Decreto nº 1.751/1995, não haveria qualquer vedação à alteração do direito compensatório no caso de revisão de final de período (art. 67). Ademais, pelo fato da revisão de final de período abarcar análise do subsídio e do dano, a mesma, em sua essência, contemplaria análise equivalente à análise prevista nas revisões de que trata o art. 68, quando essa avaliaria tanto o subsídio, quanto o dano. A equivalência das duas revisões, na opinião da empresa, ficaria mais clara por meio do art. 66, o qual estabelece que:

Art. 66 Direitos compensatórios e compromissos somente permanecerão em vigor enquanto perdurar a necessidade de neutralizar o subsídio acionável causador de dano e serão extintos no máximo com cinco anos, após a sua aplicação ou após a sua conclusão da mais recente revisão, que tenha abrangido o subsídio acionável e o dano dele decorrente.

621. Ou seja, a manifestante afirmou que o Art. 66 não diferencia as revisões realizadas sob o amparo do art. 67 ou do art. 68 e que o ASMC teria redação similar, sendo a diferença entre os dois instrumentos apenas a ordem dos artigos.

622. Ademais, a peticionária argumentou que a não consideração dos resultados alcançados em uma revisão de final de período, para fins de cálculo dos direitos compensatórios, poderia ensejar uma não economia processual. Por exemplo, supondo um cenário hipotético no qual, na investigação original, o montante de subsídios apurado tivesse sido de US$ 100,00/kg (subsídios à exportação) e direito antidumping de US$ 40,00/kg, resultando em um direito compensatório de US$ 60,00/kg. Na revisão de final de período, o montante de subsídios apurado seria de US$ 50,00/kg e o direito antidumping seria mantido em US$ 40,00/kg. Nesse cenário, não seria razoável considerar que o direito compensatório fosse mantido em US$ 60,00/kg, visto que teria ocorrido redução do montante de subsídios. A manutenção do direito implicaria que o produtor/exportador aguardasse 1 ano para solicitar uma revisão prevista no art. 68, com o ônus que esse procedimento iria impor a todas as partes, inclusive à própria autoridade investigadora. Ou, ainda, se a revisão de final de período concluísse por um aumento de montante de subsídios e um aprofundamento do dano causado (considerando constante o direito antidumping) - igualmente, não faria sentido não alterar o direito compensatório e onerar indústria doméstica desnecessariamente exigindo que fosse realizada uma nova revisão (sob o Art. 68), postergando de forma injustificada a alteração do direito.

623. Assim, a peticionária afirmou que, à luz dos elementos de prova considerados na revisão, os direitos compensatórios deveriam ser alterados conforme quadro abaixo. Além da consideração do montante de subsídios apurado para a Ester, na presente revisão, para as demais empresas estaria sendo considerado o montante de subsídios apurado na investigação original, com os ajustes pertinentes, referentes a subsídios de exportação. Mais especificamente, deduziu-se do montante de subsídios apurado na investigação original, se cabível, o montante de subsídios pertinente ao DEPB. E, em função do estabelecimento de novo programa - o MEIS, adicionou-se o montante a ele correspondente (apurado para a Ester), deduzido do FPS, tendo em vista ter sido este programa absorvido pelo MEIS. Registrou que, no caso do ETH/SHIS, o montante apurado na investigação original está sendo considerado, visto ter sido apresentado elemento de prova que os benefícios decorrentes do programa continuam a ser auferidos.

624. Em relação aos subsídios à produção, apurados na investigação original para outras empresas que não a Ester, a manifestante mencionou que o montante a eles correspondente teria sido mantido, por se tratar da melhor informação disponível. Registrou que não foi apurada a utilização de subsídios à produção pela Ester nem no período de análise da investigação original, nem no período considerado para fins de revisão.

625. Além disso, no caso da Vacmet/Polypacks, a peticionária ressaltou que o montante de subsídios considerado da investigação original teria sido ponderado, com base nos mesmos percentuais adotados naquele procedimento (79,2%, para Vacmet; e, 20,8%, Polypacks). Apresentou, ao final, tabela com os direitos compensatórios que a empresa entende serem aplicáveis.

626. Em 27 de julho de 2021, a Polyplex Corporation Limited apresentou manifestação a respeito dos elementos de prova sob consideração para fins de determinação final, apresentados na Nota Técnica SDCOM nº 40, de 09 de julho de 2021.

627. De início, a manifestante reiterou suas manifestações anteriores elencadas no item 2.8.2.1 da Nota Técnica de fatos essenciais sobre o posicionamento da SDCOM referente a essas manifestações.

628. Em seguida, a produtora/exportadora abordou sobre o desempenho das importações dos produtos investigados. Mencionou que a Nota Técnica de fatos essenciais teria replicado os valores que foram apurados na Resolução nº 203/2021, por meio da qual teria se decido pela prorrogação de direitos definitivos antidumping para a Índia. Grosso modo, verificou-se que o volume das importações brasileiras proveniente da Índia teria diminuído 55,7% de P1 a P2 e 29,9% de P2 a P3. Ao se considerar todo o período de análise, este volume diminuiu 59,6% em P5, comparativamente a P1. Se considerado todo o período de análise, as importações das origens indiana, egípcia e chinesa diminuíram 87,2%. Por outro lado, quando tomado todo o período de análise, de P1 para P5, o volume de Filme PET importados das demais origens para o Brasil cresceu 38,8%. Conforme entendimento da manifestante, o que se teria observado da comparação dos períodos de investigação seria uma severa disciplina da medida antidumping, recém revisada sobre os países investigados no processo antidumping, e uma evidente alteração no quadro de oferta do produto investigado, vindo o Peru (mesmo com direitos antidumping em vigor), Tailândia, Paquistão e Estados Unidos a ocupar de modo relevante a liderança nas importações.

629. Na sequência, a Polyplex ressaltou que o pleito proposto por ela como solução final para a conclusão da revisão de final de período não possuiria nenhum caráter extraordinário ou inovador, pois estaria previsto no art. 107, § 2º c/c § 4º do Decreto nº 8.058/2013, que tem sido adotado como solução em precedentes recentes da CAMEX, e que teria aplicação subsidiária ao Decreto nº 1.751/1995.

630. Nesse sentido, a empresa indiana mencionou o resultado da revisão antidumping às importações brasileiras de pirofosfato ácido de sódio (SAPP), originárias do Canadá, da China e dos Estados Unidos da América, de que trata a Resolução nº 50/2020. Em um contexto, em sua opinião, particularmente simular aos dados que foram extraídos pela SDCOM para a presente revisão, o anexo da Resolução nº 50/2020 considerou não ter havido, para as importações oriundas do Canadá e dos Estados Unidos, fatores para a imposição de novos valores no momento da prorrogação dos direitos antidumping, conforme trechos abaixo:

"8.2 Do comportamento das importações O art. 108 c/c o inciso II do art. 104 do Decreto no8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o volume de tais importações durante a vigência do direito e a provável tendência de comportamento dessas importações, em termos absolutos e relativos à produção ou ao consumo do produto similar no mercado interno brasileiro. Conforme o exposto no item 6 deste Documento, verificou-se que, de P1 a P5, houve redução do volume das importações das origens investigadas na proporção de 95,6% ([RESTRITO] t), sendo que em P5 o volume importado foi reduzido a [RESTRITO] toneladas. Essas importações reduziram sua participação no mercado brasileiro em [RESTRITO] p.p., passando a representar [RESTRITO]% do mercado em P5, enquanto em P1 representavam [RESTRITO]%.

Cumpre recordar que as importações brasileiras de SAPP originárias do Canadá cessaram, enquanto as importações originárias da China e dos EUA foram realizadas em quantidades insignificantes em P5.

Dessa forma, não se pode concluir que as importações em questão tenham contribuído para a deterioração de alguns indicadores da indústria doméstica."

(...)

8.9 Da conclusão sobre os indícios de continuação/retomada do dano

Ante a todo o exposto, conclui-se que o direito antidumping imposto foi suficiente para neutralizar o dano causado pelas importações objeto do direito antidumping. Neste documento, demonstrou-se que, caso a medida antidumping não seja prorrogada, as importações de SAPP originárias do Canadá, da China e dos EUA, realizadas provavelmente a preços de dumping, serão retomadas em volumes substanciais, tanto em termos absolutos quanto em relação à produção e ao consumo.

9.1 Do cálculo do direito antidumping para o Canadá

(...)

O montante apurado, entretanto, excede o atual direito antidumping em vigor para a empresa Innophos Canada Inc. (US$ 546,30/t ou quinhentos e quarenta e seis dólares estadunidenses e trinta centavos por tonelada). Considerando que a empresa em questão não causou dano à indústria doméstica com esse montante de direito antidumping, recomenda-se a prorrogação em igual montante para essa produtora/exportadora, conforme disciplina o art. 107, § 4o, do Decreto no8.058, de 2013. Para as demais produtoras/exportadoras canadenses, o direito antidumping proposto corresponderá ao valor absoluto de US$ 1.066,30/t (mil e sessenta e seis dólares estadunidenses e trinta centavos por tonelada).

(...)

631. Em vista disso, a manifestante destacou que no referido precedente, as empresas selecionadas teriam sido também alvo da aplicação do art. 50, §3º do Decreto Antidumping. Entretanto, como a exemplo do impacto das importações indianas atuais, a maioria das empresas selecionadas não teriam participado da investigação a título de verificação de margens individuais. Em linha com o reconhecimento de que as importações não teriam tido relação de causalidade com o desempenho da indústria doméstica brasileira, o resultado foi a prorrogação dos direitos antidumping nos patamares que estavam em vigor:

"9.3 Do cálculo do direito antidumping para os EUA

Nos termos do § 3º do art. 50 c/c Capítulo XIV do Decreto no8.058, de 2013, o direito antidumping proposto se baseou na melhor informação disponível, uma vez que não houve cooperação das partes interessadas dos EUA.

Os valores apurados representariam aumento em relação ao direito atualmente em vigor das empresas que não tiveram suas margens de dumping calculadas individualmente naquela investigação (US$ 2.147,30/t), conforme observado na tabela a seguir:

(...)

O mesmo vale para as empresas que tiveram suas margens de dumping calculadas individualmente naquela ocasião, já que a diferença encontrada também extrapola o direito antidumping para as empresas Innophos Inc. (US$ 418,13/t ou quatrocentos e dezoito dólares estadunidenses e treze centavos) e Prayon Inc. (US$ 2.147,30/t ou dois mil, cento e quarenta e sete dólares estadunidenses e trinta centavos por tonelada).

Assim, considerando que as empresas em questão não causaram dano à indústria doméstica com esses montantes de direito antidumping, recomenda-se a prorrogação em igual montante para todas, conforme disciplina o art. 107, § 4o, do Decreto no8.058, de 2013."

632. Por todo exposto, a Polyplex reiterou que os pressupostos legais para o arbitramento de novos valores de direitos compensatórios não estariam presentes e requereu novamente que o direito compensatório aplicável à empresa fosse definido conforme a alternativa mais benéfica à Polyplex dentre as indicadas abaixo:

a) Permaneça com o mesmo valor que o direito compensatório determinado na investigação original (i.e. USD 4,24/t); ou

b) Seja calculado com base na média ponderada do direito compensatório imposto às exportações dos demais exportadores indianos identificados pela autoridade brasileira.

632. Em manifestação protocolada em 27 de julho de 2021 a Ester alegou que os volumes importados da Índia passaram a ser não representativos após a aplicação das medidas de defesa comercial em 2016, demonstrando que os direitos aplicados não apenas teriam sido suficientes para neutralizar o dano como teriam se mostrado excessivos.

633. A empresa indiana requereu, caso o cálculo revisado do montante de subsídios apurado para a empresa resultasse em um valor menor do que o montante total apurado na investigação original, que, com base no parágrafo 5º do art. 68 do Decreto nº 1751/95, aquele fosse utilizado no cálculo das medidas compensatórias, na hipótese de ser recomendada a sua prorrogação na determinação final.

9.4 Dos comentários da SDCOM acerca dos direitos compensatórios

635. No que concerne aos comentários da Terphane, a SDCOM reitera o apresentado no item 9.1, acima, e assenta que entende que as circunstâncias do caso não justificam a alteração do direito compensatório em vigor a teor do art. 68 do Decreto nº 1.751, de 1995, considerando que não estão presentes no caso concreto evidências de que haja alterações de circunstancias de natureza significativa e duradoura.

636. Ademais, como bem assentou o Painel no caso US - Carbon Steel, não é pelo fato de ter havido cálculo que necessariamente a autoridade tem obrigação de seguir os montantes ali calculados, sendo que a avaliação da autoridade centra-se no fato de haver a continuidade ou não da subsidização:

In our view, one of the components of the likelihood analysis in a sunset review under Article 21.3 is an assessment of the likely rate of subsidization. We do not consider, however, that an investigating authority must, in a sunset review, use the same calculation of the rate of subsidization as in an original investigation. What the investigating authority must do under Article 21.3 is to assess whether subsidization is likely to continue or recur should the CVD be revoked. This is, obviously, an inherently prospective analysis. Nonetheless, it must itself have an adequate basis in fact. The facts necessary to assess the likelihood of subsidization in the event of revocation may well be different from those

which must be taken into account in an original investigation. Thus, in assessing the likelihood of subsidization in the event of revocation of the CVD, an investigating authority in a sunset review may well consider, inter alia, the original level of subsidization, any changes in the original subsidy programmes, any new subsidy programmes introduced after the imposition of the original CVD, any changes in government policy, and any changes in relevant socio-economic and political circumstances.

637. Em outras palavras, tanto pela legislação multilateral, quanto pela legislação pátria, a autoridade não tem a obrigação de alterar os montantes originalmente aplicados. O exemplo hipotético trazido pela Terphane não pode ser considerado, pois omite inúmeros outros elementos a serem considerados na análise da autoridade, que vão muito além do mero montante do subsídio. Reitere-se, somente com a análise do caso concreto pode a autoridade entender existir ou não alteração de circunstância de natureza significativa e duradoura, mesmo em um cenário de alteração dos montantes dos subsídios. Ademais, após os ajustes necessários ao MEIS, verificou-se, para fins de determinação final, que os montantes de subsídios estão em patamares semelhantes para a única empresa que respondeu o questionário nesta revisão de final de período: nesta revisão, foram apurados US$ 104,26/t de montante de subsídios acionáveis no filme de PET exportado para o Brasil, enquanto na investigação original (encerrada em 2016) foram apurados US$ 96,79/t e, na primeira investigação (encerrada em 2008), foram apurados US$ 104,12/t em subsídios acionáveis nas exportações da Ester para o Brasil. Também por tais motivos, descabidos os comentários da empresa com relação ao direito compensatório da Ester.

638. Assim, por entender não haver arrimo na argumentação da Terphane, esta SDCOM rejeita o argumento pela alteração dos montantes a serem recomendados.

639. Sobre os comentários da Polyplex, além dos comentários já trazidos no item 2.8.2.2, a SDCOM pontua que houve a aplicação dos fatos disponíveis no processo para a empresa, justamente por sua total ausência de colaboração. A análise das importações já foi realizada pela SDCOM na seção concernente, não tendo a manifestação da empresa o condão de alterar nenhuma das conclusões da autoridade. Ademais, é indevida a menção ao Decreto Antidumping na presente revisão, que se rege pelo Decreto nº 1.751, de 1995, sendo ausente em tal decreto disposição equivalente ao citado artigo 107 do Decreto nº 8.058, de 2013. Neste contexto, compete reiterar a diferença entre a natureza da revisão de final de período de medidas antidumping, que versa sobre discriminações de preços internacionais praticadas por agentes privados, e a natureza da revisão de final de período de medidas compensatórias, que trata de medidas governamentais que beneficiam a produção e a exportação de empresas. Ao subtrair da autoridade investigadora a possibilidade de avaliar a probabilidade de continuação/retomada da concessão de subsídios acionáveis nas exportações de filme PET da Índia para o Brasil no âmbito desta revisão de final de período com base em seus dados primários, a Polyplex deveria estar ciente das implicações, ou seja, da utilização dos fatos disponíveis. Pelo exposto, considerando os fatos disponíveis nos autos deste processo, a SDCOM irá recomendar direito compensatório em montante suficiente para neutralizar os subsídios apurados quando da investigação original, de modo a garantir a neutralização do dano à indústria doméstica, à luz da alteração dos direitos antidumping efetuada na revisão paralela de dumping.

640. Com relação à manifestação da Ester protocolada em 27 de julho de 2021, a SDCOM reitera que serão prorrogados os direitos compensatórios com base nos montantes de subsídios apurados quando da investigação original, conforme descrito acima e no item 9.1, fazendo-se a alteração dos montantes dos direitos compensatórios indicados na Resolução CAMEX nº 36, de 2016, e atribuindo-se o ajuste de duplo remédio aos direitos antidumping, conforme descrito no item 9.2. Assim, à luz da alteração dos direitos antidumping no âmbito da revisão de final de período concomitante, encerrada por meio da Resolução GECEX nº 203, de 2021, e como dito em resposta às alegações da Polyplex, a SDCOM recomendará direito compensatório em montante suficiente para neutralizar os subsídios apurados quando da investigação original, de modo a garantir a neutralização do dano à indústria doméstica, uma vez que foi determinado que, na hipótese de extinção dos direitos compensatórios, muito provavelmente haverá a continuação/retomada da concessão de subsídios acionáveis nas exportações de filme PET da Índia para o Brasil e a retomada do dano à indústria doméstica.

10 DA RECOMENDAÇÃO

641. Restou demonstrada a probabilidade de continuação/retomada da prática de subsídios acionáveis nas exportações de filme PET da Índia para o Brasil, e a probabilidade de retomada do dano à indústria doméstica no caso da extinção dos direitos em vigor para esta origem.

642. Levando em conta os argumentos descritos no item 9, recomenda-se a prorrogação dos direitos compensatórios aplicados às importações brasileiras de Filmes PET originárias da Índia, calculados com base nos montantes de subsídios apurados na investigação original encerrada por meio da Resolução CAMEX nº 36, de 2016, por um período de até cinco anos, na forma de alíquota específica por tonelada, conforme indicado na seguinte tabela:

Medida Compensatória

País	Produtor/Exportador	Medida Compensatória (US$/t)
Índia	Jindal Poly Films Limited	138,82
Índia	Polyplex Corporation Limited	110,29
Índia	Ester Industries Limited	96,79
Índia	Vacmet India Ltd.	181,45
Índia	Polypacks Industries	181,45
Índia	Garware Polyester	937,75
Índia	Demais	937,75

643. Adicionalmente, também conforme descrito no item 9, recomenda-se que i) os direitos antidumping aplicados sobre as importações de filme PET originários da Índia pela Resolução GECEX nº 203, de 2021 sejam ajustados, por meio de novo ato referente ao Processo SECEX nº 52272.004280/2020-81, conforme os valores descritos no mesmo item, de forma a evitar a aplicação de duplo remédio, e que ii) a aplicação destes direitos antidumping em dólares estadunidenses por tonelada, ao invés de dólares estadunidenses por quilograma, pelos motivos supra expostos.

ANEXO II

CONSIDERAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

1. RELATÓRIO

1. O presente documento destina-se a realizar avaliação final de interesse público em relação ao direito compensatório aplicado sobre as importações de filmes PET, comumente classificadas nos subitens 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), originárias da República da Índia (Índia).

2. Tal avaliação é feita no âmbito do processo instaurado em 11 de setembro de 2020, por meio da Circular Secex nº 61/2020, de 10 de setembro de 2020, a qual também determinou o início da revisão de final de período do direito compensatório instituído pela Resolução Camex nº 36/2016, de 20 de abril de 2016, publicada no DOU de 22 de abril de 2016. A Circular Secex n° 21/2021, por sua vez, estabeleceu os prazos processuais do processo de defesa comercial e iniciou a avaliação final de interesse público, por meio do acolhimento do Parecer SEI n° 4562/2021/ME, de 25 de março de 2021, referente à avaliação preliminar de interesse público.

3. Especificamente, busca-se com a avaliação de interesse público responder à seguinte pergunta: a imposição da medida de defesa comercial impacta a oferta do produto sob análise no mercado interno (oriunda tanto de produtores nacionais quanto de importações), de modo a prejudicar significativamente a dinâmica do mercado nacional (incluindo os elos a montante, a jusante e a própria indústria), em termos de preço, quantidade, qualidade e variedade, entre outros.

4. Importante mencionar que os Decretos nº 9.679, de 2 de janeiro de 2019, e nº 9.745/2019, de 8 de abril de 2019, alteraram a estrutura regimental do Ministério da Economia, atribuindo competência à SDCOM para exercer as atividades de Secretaria do Grupo de Interesse Público (GTIP), até então exercidas pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda (Sain). Mais especificamente, o art. 96, XVIII, do Decreto nº 9.745/2019 prevê, como competência da SDCOM, propor a suspensão ou alteração de aplicação de medidas antidumping ou compensatórias em razão de interesse público.

1.1 Início da presente avaliação de interesse público

5. A Circular Secex n° 61/2020 previu que as partes interessadas no processo de avaliação de interesse público disporiam, para a submissão da resposta ao Questionário de Interesse Público (QIP), do mesmo prazo inicial concedido para a restituição dos questionários de importador da revisão de final de período em curso.

6. Dentro do prazo de apresentação do Questionário de Interesse Público, previsto para 16 de novembro de 2020, submeteu resposta ao Questionário de Interesse Público, em 6 de novembro de 2020, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

7. Após a análise das informações disponíveis, foram detectados pela SDCOM, elementos de interesse público suficientes para iniciar avaliação de interesse público. Entre outros fatores, verificaram-se indícios preliminares de que a aplicação da medida compensatória possa ter contribuído para o impacto significativo na oferta internacional do produto sob análise no mercado interno, uma vez que os dados do mercado indicam a queda de importações e aumento das vendas da indústria doméstica, em um mercado em que se observa elevação de concentração do mercado ao longo do período de análise (T1 a T10) num cenário de aplicações das medidas de defesa comercial.

8. Além disso, em função da concomitância de medida antidumping e a medida compensatória aplicadas em relação à origem Índia, deveria ser aprofundada a decorrência da vedação ao double remedy, nos termos §2º do art 1º do Decreto nº 1.751, de 1995, uma vez que eventual modificação do direito antidumping na revisão de final de período poderia impactar no cálculo de eventual medida compensatória aplicada pela mesma origem, com efeitos na estimativa de impacto das medidas de defesa comercial no presente caso. Nessa lógica, o cálculo da medida compensatória, a SDCOM deveria levar em consideração eventuais subsídios à exportação já compensados pela medida antidumping atualmente aplicada.

9. Assim sendo, nos termos do artigo 6º, da Portaria Secex n° 13/2020, foi publicada a Circular Secex n° 21, de 26 de março de 2021, que, com base no Parecer SEI n° 4562/2021/ME, de 25 de março de 2021, instaurou a presente avaliação de interesse público.

1.2 Instrução processual

10. Em 14 de setembro de 2020, a SDCOM enviou ao Gabinete do Ministro da Economia, Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República, Secretaria-Geral das Relações Exteriores, Secretaria-Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, Secretaria Especial de Produtividade, Emprego e Competitividade do Ministério da Economia, Secretaria Especial de Fazenda do Ministério da Economia, Secretaria-Executiva da Câmara de Comércio Exterior, Presidência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, Presidência da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos e Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil o Ofício Circular nº 3287/2020/ME convidando tais órgãos a participarem da avaliação de interesse público como partes interessadas, fornecendo informações relacionadas a sua esfera de atuação.

11. Em resposta a esse Ofício Circular, a Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República apresentou o Ofício nº 2137/2020/SE/CC/CC/PR em 17 de setembro de 2020, por meio do qual declinou o convite para participar da avaliação de interesse público por não ter assento no Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior.

12. Em resposta ao Ofício Circular, a Presidência do Cade apresentou o Ofício nº 7866/2020/GAB-PRES/PRES/CADE em 06 de novembro de 2020, em que informou que o Questionário de Interesse Público foi respondido pelo Departamento de Estudos Econômicos do Cade (DEE/Cade) e que o Gabinete da Presidência do Cade (GAB/PRES) estaria à disposição para auxiliar caso fossem necessárias alguma informação ou esclarecimento adicionais.

13. Nenhum dos demais órgãos oficiados respondeu ao convite.

14. Em 29 de março de 2021, foi publicada no DOU, a Circular Secex n° 21, de 26 de março de 2021, a qual tornou públicos os prazos que serviriam de parâmetro para o restante da referida revisão, iniciada por intermédio da Circular Secex n° 61, de 10 de setembro de 2020, publicada em 11 de setembro de 2020.

15. Em 30 de março de 2021, por meio do Ofício Circular SEI n° 1195/2021/ME, foram solicitadas às partes potencialmente afetadas (conforme importadores identificados no processo de defesa comercial) informações contidas no Questionários de Interesse Público.

16. Em 15 de maio de 2021, a empresa 3M do Brasil LTDA informou que importava da Índia filme PET de poliéster, com tratamento superficial de silicone, que faz parte dos excludentes da revisão de final de período, razão pela qual não respondeu ao questionário.

17. O prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação das conclusões preliminares estabelecido pela Portaria Secex n° 13/2020, art. 6º, §4º, para que Questionários de Interesse Público sejam considerados para fins de determinação final, encerrou-se em 28 de maio de 2021. Nesta data, a Terphane apresentou seu QIP, sendo, então, tempestivo para fins de avaliação final de interesse público.

1.3 Questionários de Interesse Público

18. Na presente avaliação, submeteram respostas ao Questionário de Interesse Público o Cade, dentro do prazo da Avaliação Preliminar de Interesse Público, e a Terphane, já no âmbito da Avaliação Final de Interesse Público.

1.3.1 Cade

19. O Cade forneceu, em resumo, os seguintes argumentos nos autos:

- As importações indianas estariam sujeitas à medida compensatória desde 2008, com um intervalo de pouco mais de dois anos sem aplicação de medida, havendo uma temporalidade importante;
- O produto investigado seria insumo relevante para a cadeia a jusante;
- A Avaliação de Interesse Público realizada acerca das medidas antidumping aplicadas sobre as importações de Barein e Peru teria indicado a necessidade de continuar a análise em relação ao mercado de filmes PET;
- Haveria necessidade de avaliação da capacidade da Terphane, peticionária da investigação de dumping, para atender o mercado brasileiro, uma vez que essa capacidade estaria no limite na época de avaliações anteriores;
- Não haveria possibilidade de substituição tanto para filmes PET, quanto para embalagens, tornando a oferta do produto importado mais relevante;
- As medidas antidumping já aplicadas teriam praticamente excluído do mercado brasileiro as origens afetadas, com exceção apenas para o Peru;
- A restrição da oferta por meio de importações de Filmes PET imposta pelo alto número de origens gravadas com medidas de defesa comercial poderia favorecer um impacto negativo para a sociedade como um todo;
- O Cade entende que seria recomendável reduzir tarifas ou eliminar medidas de defesa comercial no mercado de filmes PET; e
- Considerando as informações constantes no processo e na base da dados do Cade de que a Terphane teria uma base comercial nos EUA, as importações dessa origem deveriam ser relativizadas como fonte alternativa de concorrência. Além disso, a autoridade concorrencial menciona um acordo entre a Terphane e a empresa japonesa Toyobo, que também poderia macular a condição do Japão como fonte alternativa. Registre-se que o Cade não identificou em sua base dados qualquer informação sobre essa relação contratual.

1.3.2 Terphane

20. A Terphane, indústria doméstica produtora de filmes PET, forneceu, em resumo, os seguintes argumentos nos autos:

- O filme PET poderia ser substituído por outros insumos, como Filmes de Polipropileno (BOPP), do ponto de vista da demanda. No que diz respeito a ótica da oferta, um fabricante poderia, sem grandes custos, ajustar-se ao processo de produção de filme PET.
- Não existiriam barreiras à entrada de novos concorrentes no mercado.
- Haveria ampla disponibilidade de origens alternativas, sem fatores impeditivos para a importação do produto, de forma que a rivalidade via importações de outras origens teria continuado efetiva durante todo o período de aplicação da medida compensatória.

- os clientes da Terphane possuiriam relevante poder de mercado e importante poder de barganha, impossibilitando qualquer tentativa de abuso de preços por parte da empresa. Além disso, aumentos indiscriminados de preços poderiam ser combatidos por meio da alteração da categoria de embalagem empregada pelo fabricante do produto e incremento das importações diretas de embalagens flexíveis finalizadas.

- A alíquota do imposto de importação sobre filmes PET (16%) não representaria vantagem competitiva à Terphane, já que segue a estrutura da Tarifa Externa Comum (TEC), a qual foi elaborada considerando a realidade das economias que integram o MERCOSUL.

- A indústria doméstica seria competitiva e teria realizado investimentos visando a expandir sua capacidade, a fim de acompanhar o crescimento do mercado brasileiro e sustentar suas exportações.

- Não haveria risco de desabastecimento de filme PET no mercado interno, uma vez que a Terphane possuiria plena capacidade para atender o mercado brasileiro de filme PET. Nesse sentido, as exportações da Terphane teriam diminuído sua relevância no total de vendas da empresa, de forma que não existiria priorização do mercado externo em detrimento do doméstico.

- Não existiriam quaisquer atrasos de tecnologia do produto produzido pela Terphane em comparação aos importados. Ainda, o filme de PET da Terphane seguiria padrões mundiais de qualidade.

1.4 Histórico de investigações de subsídios acionáveis

1.4.1 Primeira investigação original de subsídios acionáveis sobre as exportações da Índia (2006-2008)

21. Em 11 de agosto de 2006, a Terphane Ltda. protocolou petição com pedido de abertura de investigação de subsídios acionáveis nas exportações para o Brasil de filme PET, quando originárias da Índia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, com vistas à aplicação de medida compensatória.

22. Dada a existência de indícios suficientes, a Circular Secex nº 13, de 6 de março de 2007, publicada no DOU em 8 de março de 2007, iniciou investigação de subsídio acionável nas exportações para o Brasil de filme PET, quando originárias da Índia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática. Por sua vez, a Resolução Camex nº 43, de 3 de julho de 2008, publicada no DOU em 4 de julho de 2008, encerrou a investigação com aplicação de medidas compensatórias, conforme tabela abaixo:

Tabela 1 - Medidas compensatórias aplicadas sobre as importações da Índia em 4 de julho de 2008

Origem	Empresa	Medida Compensatória Definitiva (US$/t)	Equivalente Ad Valorem (%)
	Polyplex Corporation Limited	0,42	0,02
Índia	Flex Industries Limited	165,08	7,52
	Ester Industries Limited	0	-
	SRF Limited	0	-
	Garware Polyester Limited	20,27	0,92
	Demais Empresas	20,69	0,94

Fonte: Processo Secex nº 52272.004301/2020-68.

Elaboração: SDCOM.

23. Em 4 de julho de 2013, decorridos cinco anos da aplicação das medidas, sem que houvesse sido apresentada manifestação de interesse na revisão, as medidas compensatórias aplicadas sobre as importações originárias da Índia, impostas pela Resolução Camex nº 43, de 2008, expiraram.

1.4.2 Investigação original referente à revisão em curso de subsídios acionáveis sobre as exportações da Índia (2014-2016)

24. Em 30 de abril de 2014, a Terphane protocolou - juntamente com o pedido original de investigação de dumping contra China, Índia e Egito (que será relatado no subitem 1.5.2) - pedido de início de investigação de subsídios acionáveis contra a Índia nas exportações para o Brasil de Filme PET, e de dano e nexo causal entre estes. Nessa ocasião, tendo sido apresentados indícios suficientes da prática de concessão de subsídios acionáveis contra a Índia, a Secex iniciou a investigação por meio da Circular Secex nº 72, de 21 de novembro de 2014, publicada no DOU em 24 de novembro de 2014.

25. Em 21 de setembro de 2015, por meio da Circular Secex nº 60, de 18 de setembro de 2015, foi publicada a determinação preliminar concluindo pela existência de subsídios acionáveis nas importações de Filme PET originárias da Índia e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática. Apesar da conclusão positiva, não foi recomendada a aplicação de medidas compensatórias provisórias.

26. Em 22 de abril de 2016, foi publicada no DOU a Resolução Camex nº 36, de 20 de abril de 2016, que encerrou a referida investigação com aplicação de medidas compensatórias definitivas às importações brasileiras de Filme PET originárias da Índia, conforme tabela abaixo:

Tabela 2 - Medidas compensatórias aplicadas sobre as importações da Índia em 22 de abril de 2016

Origem	Produtor/Exportador	Medida Compensatória (US$/t)	Equivalente Ad Valorem (%)
	Jindal Polyester Ltd.	15,06	0,64
	Polyplex Corporation Limited	4,24	0,18
Índia	Ester Industries Limited	0	-
	Vacmet India Ltd.	6,68	0,29
	Polypacks Industries	6,68	0,29
	Garware Polyester	689,66	29,47
	Demais	83,39	3,56

Fonte: Processo Secex nº 52272.004301/2020-68.

Elaboração: SDCOM.

1.4.3 Revisão em curso de subsídios acionáveis sobre as exportações da Índia (2020-2021)

27. Em 31 de janeiro de 2020, a empresa Terphane protocolou petição para início de revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito compensatório aplicado às importações brasileiras de filme PET, quando originárias da Índia.

28. Considerando existirem elementos suficientes que indicavam que a extinção do direito compensatório aplicado levaria, muito provavelmente, à continuação ou retomada da concessão de subsídios acionáveis e do dano à indústria doméstica dele decorrente, iniciou-se revisão de final de período do direito compensatório por meio da Circular Secex nº 61, de 10 de setembro de 2020, publicada no DOU de 11 de setembro de 2020.

1.5 Histórico de investigações de dumping e avaliações de interesse público

1.5.1 Direitos Antidumping sobre exportações da Coreia do Sul, Índia e Tailândia (2006-2008)

29. Em 11 de agosto de 2006, a Terphane protocolou petição de abertura de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de Filmes PET, de dano e nexo causal entre esses, quando originárias da Coreia do Sul, Índia e Tailândia.

30. Na ocasião, tendo sido apresentados elementos suficientes de indícios da prática de dumping apenas nas exportações originárias da Índia e da Tailândia e do correlato dano à indústria doméstica, a Secretaria de Comércio Exterior iniciou a investigação, por meio da Circular Secex nº 12, de 6 de março de 2007, publicada no DOU em 8 de março de 2007 apenas contra essas duas origens.

31. Foi ainda determinada, preliminarmente, a existência de dumping nas exportações para o Brasil de filmes PET, originárias da Índia e da Tailândia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, com aplicação de medida antidumping provisória, nos termos da Resolução Camex nº 3, de 24 de janeiro de 2008, publicada no DOU em 31 de janeiro de 2008.

32. Por intermédio da Resolução Camex nº 40, de 3 de julho de 2008, publicada no DOU em 4 de julho de 2008, foi encerrada a investigação com aplicação de direitos antidumping. Os direitos antidumping definitivos foram aplicados conforme tabela abaixo:

Tabela 3 - Direitos aplicados sobre as importações de Índia e Tailândia em 4 de julho de 2008

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (US$/t)	Equivalente Ad Valorem (%)
	Ester Industries Limited	332,84	15,16
	Flex Industries Limited	176,88	8,05
Índia	Garware Polyester Limited	575,51	26,20
	Polyplex Corporation Limited	89,08	4,06
	Demais	876,11	39,89
Tailândia	Polyplex Thailand Public Company Limited	278,22	13,17
	Demais	762,56	36,10

Fonte: Processo Secex nº 52272.004301/2020-68.

Elaboração: SDCOM.

33. Em 4 de julho de 2013, decorridos cinco anos da aplicação das medidas, sem que houvesse sido apresentada manifestação de interesse na revisão, os direitos antidumping aplicados sobre as importações de Filmes PET da Índia e da Tailândia expiraram.

1.5.2 Direitos Antidumping sobre exportações da China, Egito e Índia e Avaliação de Interesse Público (2014-2015)

1.5.2.1 Investigação original de dumping sobre as exportações da China, Egito e Índia

Tabela 4 - Direitos aplicados sobre as importações de China, Egito e Índia em 22 de maio de 2015

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (US$/t)	Equivalente Ad Valorem (%)
	Ester Industries Limited	225,15	9,62
	Polyplex Corporation Limited 2	255,50	10,92
	Jindal Polyester Ltd.		
Índia	Vacmet India Ltd	248,09	10,60
	Garware Polyester Ltd.		
	Polypacks Industries		
	Demais Empresas	854,36	36,51
Egito	Flex P. Films (Egypt) S.A.E	419,45	17,74
	Demais Empresas	483,83	20,47
China	Todas as Empresas	946,36	41,28

34. Com a publicação da Circular Secex nº 40, de 27 de junho de 2014, foi iniciada, a partir de petição apresentada pela empresa Terphane, investigação de prática de dumping nas exportações da República Popular da China, República Árabe do Egito e República da Índia para o Brasil de Filme PET, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

35. Nos termos da Resolução Camex nº 105, de 21 de novembro de 2014, publicada no DOU em 24 de novembro de 2014, foi determinada, preliminarmente, a existência de dumping nas exportações para o Brasil de Filme PET, originárias da China, do Egito e da Índia, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, com subsequente aplicação de medida antidumping provisória.

36. Por intermédio da Resolução Camex nº 46, de 21 de maio de 2015, publicada no DOU de 22 de maio de 2015, foi encerrada a investigação, com aplicação, por um prazo de até 5 anos, do direito antidumping, a ser recolhido sob a forma de alíquotas específicas fixas, nos montantes especificados a seguir:

Fonte: Processo Secex nº 52272.004301/2020-68.

Elaboração: SDCOM.

1.5.2.2 Revisão de final de período de dumping sobre as exportações da China, Egito e Índia

37. Em 22 de janeiro de 2020, a empresa Terphane protocolou petição para início de revisão de final de período com o fim de prorrogar o direito antidumping. Considerando existirem elementos suficientes que indicam que a extinção do direito antidumping levaria, muito provavelmente, à continuação ou retomada do dumping e do dano à indústria doméstica dele decorrente, iniciou-se revisão de final de período do direito antidumping, conforme Circular Secex nº 33, de 21 de maio de 2020, publicado no DOU de 22 de maio de 2020.

38. Ao final, os direitos foram prorrogados pela Resolução Gecex nº 203, de 20 de maio de 2021, publicada no DOU de 21 de maio de 2021, nos montantes indicados a seguir. Há que se destacar que, por meio da mesma resolução, a aplicação dos direitos sobre as importações de Egito e China foram suspensas, nos termos do art. 109 da Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

Tabela 5 - Direitos prorrogados para as importações de China, Egito e Índia em 21 de maio de 2021

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (US$/Kg)	Equivalente Ad valorem (%)
Egito*	Flex P. Films (Egypt) S.A.E	0,26	11,90
	Demais	0,48	21,96
Índia	Ester Industries Ltd.	0,00	0,00
	Jindal Polyester Ltd.	0,00	0,00
	Polypacks Industries	0,23	9,07
	Garware Polyester	0,23	9,07
	Vacmet India	0,25	9,85
	Polyplex Corporation Ltd.	0,26	10,25
	Demais	0,85	33,50
China*	Todas	0,65	20,30

Fonte: Processo Secex nº 52272.004280/2020-81.

Elaboração: SDCOM.

* Prorrogação com imediata suspensão, nos termos do art. 109 do Decreto nº 8.058, de 2013.

1.5.2.2 Avaliação de interesse público na revisão de final de período de dumping sobre as exportações da China, Egito e Índia

39. Em 22 de maio de 2020, conforme Circular Secex nº 33, de 21 de maio de 2020, iniciou-se revisão de final de período do direito antidumping aplicado às importações de filmes PET originárias da China, Egito e Índia (conforme relatado no item 1.4.2). Esta mesma Circular informou que a avaliação de interesse público seria facultativa, mediante pleito apresentado com base em Questionário de Interesse Público devidamente preenchido ou ex officio a critério da SDCOM.

40. Em 11 de dezembro de 2020, por meio da Circular Secex nº 83, de 10 de dezembro de 2020, a SDCOM iniciou, ex officio, avaliação de interesse público em relação às medidas antidumping por considerar que havia indícios preliminares de que a aplicação das medidas de defesa comercial possa ter impactado significativamente na oferta internacional do produto sob análise no mercado interno.

41. Em 21 de maio de 2021, foi publicada a Resolução Gecex nº 203, de 20 de maio de 2021, que prorrogou as medidas antidumping e suspendeu a aplicação para Egito e China, nos termos do art. 109 da Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013. Esta mesma resolução encerrou a avaliação de interesse público em relação às medidas antidumping definitivas aplicadas às importações brasileiras de Filme PET, originárias do Egito, Índia e China, instaurada por meio da Circular SECEX nº 83/2020, acolhendo o Parecer de Avaliação Final de Interesse Público SEI N° 6881/2021 /ME.

42. Conforme o referido parecer, notou-se que:

a) Filmes PET é um insumo utilizado na produção de embalagens plásticas flexíveis e em algumas aplicações industriais como desmoldagem de telhas e isolamento de cabos elétricos e telefônicos.

b) Dentre a diversidade de tipos de filmes laminados, identificou-se algum grau de substitutibilidade entre os filmes PET e os de BOPP, sugerindo viabilidade técnica no possível desvio de demanda entre os produtos. Dessa forma, em termos de demanda, considera-se haver uma substitutibilidade limitada para o produto sob análise. Ademais, não há indícios de viabilidade da substituição pela ótica da oferta.

c) O mercado brasileiro foi altamente concentrado, com níveis superiores a 2.500 pontos, ao longo de todo o período de análise (T1 a T10). Nota-se que a concentração se elevou consideravelmente no período da revisão, saindo de 4.039 pontos de T6 para 5.470 em T10, pico de concentração do mercado, com a participação da indústria doméstica de [CONFIDENCIAL] 70-80%.

d) Em relação aos grupos internacionais exportadores de filmes PET, pode-se dizer que as medidas de defesa comercial aplicadas principalmente no contexto temporal da revisão em curso, tiveram o condão de mitigar a concorrência em relação a grupos de alcance global, ganhando relevância uma competição de produtores regionais, no âmbito da América Latina, quais sejam [CONFIDENCIAL].

e) Entre os vinte maiores grupos produtores de filmes PET, vários possuem plantas ativas ou planejadas para o curto prazo em origens não gravadas. Além disso, destaca-se que, por mais que as empresas em questão representem mais da metade da capacidade produtiva de filme PET, cerca de 40% da capacidade mundial pertence a outros produtores menores. Quanto à capacidade instalada na América Central e do Sul, [CONFIDENCIAL.

f) Sobre as exportações mundiais do produto em 2019, as origens sob análise representam conjuntamente 17,8% das exportações mundiais do produto em termos de valor. Ademais, quando são consideradas todas as oito origens gravadas, essa participação aumenta para 22,5%. Isoladamente, a China é o segundo principal ofertante mundial do produto, em termos de exportação, sendo responsável por 13,9% das exportações mundiais em valor ficando atrás apenas da Coreia do Sul, responsável por 14,8%.

g) No período entre T6 e T10, correspondente à revisão em curso, houve queda da relevância das importações das origens sob análise, China, Egito e Índia, e consolidação das importações peruanas como principal origem alternativa para atendimento da demanda brasileira de filmes PET.

h) A relevância das importações originárias do Peru se manteve mesmo após aplicação da medida antidumping, devendo-se lembrar que essa origem é beneficiada por preferência tarifária. Destaque-se ainda a evolução das importações de Tailândia e Paquistão, que seguem significativas até T12.

i) No que se refere à atuação dos grupos exportadores internacionais, o cenário recente reforça uma tendência de regionalização da competição no mercado brasileiro de filmes PET, com a rivalidade ocorrendo entre a produção da Terphane, instalada em solo nacional, e a produção originária do Peru.

j) Em termos da evolução de preços de importação, as importações peruanas, que são representativas desde T6, apresentaram sempre preços abaixo da média geral, comportamento que se manteve mesmo após a imposição da medida antidumping. As origens não gravadas Tailândia e Paquistão também se destacam com preços competitivos. Com efeito, em T11, a origem com menor preço médio dentre todas foi o Paquistão, seguida de Peru e Tailândia, nessa ordem. Assim, vale ressaltar que tanto Tailândia quanto Paquistão não estão entre as origens gravadas.

k) Há medidas antidumping aplicadas pela Coreia do Sul e pelos Estados Unidos, desde 2008, sobre filmes PET originários da China. Com relação aos produtos originários da Índia, há medidas antidumping vigentes, aplicadas pela Coreia do Sul em 2008 e pelos Estados Unidos em 2002. Além disso, encontram-se vigentes medidas compensatórias aplicadas pelos Estados Unidos, desde 2002 e pela Turquia, desde 2009, sobre os produtos indianos.

l) A tarifa brasileira de 12,5% é mais alta que a cobrada por 72,9% dos países que reportaram suas alíquotas à OMC. Além disso, é mais elevada que a dos principais exportadores mundiais: Coreia do Sul (6,5%), China (6,5%) e Japão (4,8%).

m) O Peru, uma das origens gravadas, possui preferência tarifária de 100% em vigor e é a principal origem das importações brasileiras de filmes PET de T6 a T11. Ou seja, mesmo após a aplicação da medida antidumping em T10, as importações peruanas mantêm sua relevância para abastecimento do mercado brasileiro.

n) Constata-se lapso temporal de mais de 10 (dez) anos pelo qual se estende a aplicação de medidas de defesa comercial sobre as importações brasileiras de filmes PET, que vêm sendo aplicadas a diferentes origens.

o) Enquanto o mercado brasileiro de filmes PET experimentou um crescimento no período como um todo, as importações totais apresentaram crescimento de menor magnitude até T9 e, em T10, caíram a um patamar muito próximo ao que se verificava em T1. Nesse cenário, observa-se que a indústria doméstica elevou a sua participação no mercado brasileiro desde o período inicial da série em T1, [CONFIDENCIAL] 50-60%, para [CONFIDENCIAL]70-80% em T10.

p) Acerca de eventual risco de desabastecimento, há elementos de que a indústria doméstica disponha de capacidade para atender integralmente a demanda nacional em termos de volume. Ademais, o risco de desabastecimento é mitigado pela participação ainda relevante de importações no mercado brasileiro.

q) Em termos da restrição de oferta no tocante a preço, não se verificou grande discrepância entre a trajetória dos preços médios praticados pela indústria doméstica em relação aos demais países exportadores listados, como também em relação aos custos de produção da indústria doméstica e à evolução do índice geral agregado, o que indica possível rivalidade em termos de preço neste mercado;

r) Não há elementos que indiquem que diferenças de qualidade ou tecnologia entre o produto nacional e o importado poderiam afetar a disponibilidade ao consumidor final;

s) Na retirada dos direitos antidumping vigentes sobre as origens sob análise, o Modelo de Equilíbrio Parcial projeta um aumento líquido no bem-estar da economia brasileira equivalente a US$ 0,88 milhão. O referido aumento é resultado da elevação no excedente do consumidor de US$ 1,63 milhão e da redução de US$ 0,40 milhão na arrecadação do governo central e de US$ 0,35 milhão no excedente do produtor. Com a aplicação dos direitos antidumping em T5, projetou-se uma redução líquida no bem-estar da economia brasileira equivalente a US$ 1,31 milhão. A referida redução é resultado de uma queda no excedente do consumidor de US$ 4,20 milhões e uma elevação de US$ 2,06 milhões na arrecadação do governo central e de US$ 0,82 milhão no excedente do produtor.

t) A mesma simulação projetou que a retirada em T10 dos direitos antidumping em vigor sobre as origens em análise reduziria o índice de preços do produto no mercado brasileiro em 1,39%, ao mesmo tempo em que aumentaria a quantidade total consumida em 1,06%. Por sua vez, a aplicação em T5 dos direitos antidumping sobre as importações brasileiras do produto aumentaria o índice de preços do produto no mercado brasileiro em 3,99%, ao mesmo tempo em que reduziria a quantidade total consumida em 2,89%.

43. Diante de tais elementos, o referido parecer concluiu com as seguintes considerações e recomendação:

302. Verifica-se, portanto, que há elementos no sentido de que a aplicação das medidas de defesa comercial possa, em certa medida, ter impactado na oferta internacional do produto sob análise no mercado interno, uma vez que os dados deste mercado indicam a queda de rivalidade entre importações e vendas da indústria doméstica em um mercado em que há correlação temporal entre a aplicação das medidas de defesa comercial e a significativa elevação de concentração ao longo do período de análise (T1 a T10).

303. Em que pese essa elevação da concentração, principalmente durante o período da revisão em curso, observa-se que as importações originárias do Peru, principal origem para atendimento à demanda nacional desde T7, mantiveram o fornecimento de filmes PET ao mercado brasileiro mesmo após a aplicação da medida antidumping. Nesse contexto, é válido relembrar que essa origem é beneficiada por 100% de preferência tarifária.

304. Ainda a respeito da oferta internacional do produto sob análise, destaca-se que, entre os vinte maiores grupos produtores de filmes PET, vários possuem plantas ativas ou planejadas para o curto prazo em origens não gravadas, havendo ainda significativos 40% da capacidade produtiva mundial pertencente a produtores menores. Esses fatores indicam uma desconcentração da produção de filmes PET em escala global, em contraponto à concentração do mercado nacional, que viabiliza o acesso de consumidores brasileiros a origens não gravadas. Nesse sentido, destaque-se a evolução das importações de Tailândia, origem que deixou de estar gravada em T5, e Paquistão, que seguem significativas até T12.

305. Tal contexto de crescente desvio de comércio para origens como Tailândia e Paquistão se coaduna tanto com o caráter peculiar do mercado em análise, no qual grandes grupos empresariais possuem plantas de fabricação em mais de uma origem, caso das importações tailandesas, originárias dos grupos [CONFIDENCIAL], como com a possibilidade de acesso a outros grupos não tradicionais, a exemplo das importações originárias do Paquistão. Destaque-se ainda, nesse sentido, a existência de franja expressiva no mercado brasileiro, composta por produtores isolados, que foi responsável por [CONFIDENCIAL] 0-10% do market share em T10.

306. No que se refere à oferta nacional, foi verificado que a indústria doméstica dispõe de capacidade para atender integralmente a demanda nacional em termos de volume no período mais recente analisado, T10. Ademais, os elementos disponíveis nos autos não foram capazes de indicar restrição à oferta em termos de preço, uma vez que o comportamento dos preços médios praticados pela indústria doméstica não apresentou grande discrepância em relação aos preços do demais países exportadores listados, como também em relação aos custos de produção e à evolução do índice geral agregado, o que indica possível rivalidade em termos de preço neste mercado.

307. Ante o exposto, tendo em vista os elementos discutidos ao longo da avaliação de interesse público, conclui-se que a aplicação das medidas de defesa comercial às importações de filmes PET originárias de China, Egito e Índia não impactou significativamente a dinâmica do mercado nacional do produto sob análise a ponto de justificar uma intervenção por razões de interesse público.

308. Tal conclusão endereça os elementos de atenção levantados pela avaliação de interesse público encerrada pela Portaria Secint n° 473, de 28 de junho de 2019, principalmente no que se refere ao atendimento da demanda nacional em um cenário com diversas origens gravadas ao longo de um período de mais de dez anos. Ainda assim, sugere-se o acompanhamento do mercado de filmes PET com base em possíveis revisões de medidas de defesa comercial futuras, dada a peculiaridade deste mercado.

309. Assim, recomenda-se o encerramento da presente avaliação de interesse público, sem a identificação de razões de interesse público que possam justificar a suspensão ou alteração dos direitos antidumping relativos às importações brasileiras de filmes PET, comumente classificadas nos subitens 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99 da NCM, originárias de China, Egito e Índia.

1.5.3 Direitos Antidumping sobre exportações dos Emirados Árabes Unidos, México e Turquia (2010-2012)

1.5.3.1 Investigação original de dumping sobre as exportações dos Emirados Árabes Unidos, México e Turquia

44. Em 2010, a empresa Terphane protocolou petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de Filme PET originárias dos Emirados Árabes Unidos (EAU), Estados Unidos Mexicanos e República da Turquia e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

45. Constatada a existência de indícios da prática de dumping nas exportações dessas origens e da correlata ameaça de dano à indústria doméstica, a Secretaria de Comércio Exterior iniciou a investigação, por meio da Circular Secex nº 53, de 19 de novembro de 2010, publicada no DOU de 23 de novembro de 2010. Tendo havido comprovação de dumping, dano e nexo causal, a Resolução Camex nº 14, de 29 de fevereiro de 2012, publicada no DOU de 1º de março de 2012, aplicou os seguintes direitos antidumping:

Tabela 6 - Direitos aplicados sobre as importações de EAU, México e Turquia em 1º de março de 2012

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (US$/t)	Equivalente Ad Valorem (%)
EAU	Flex Middle East Fze.	436,78	21,82
	Demais empresas	576,32	28,79
México	Todas empresas	1.013,98	45,06
Turquia	Polyplex Polyester Film	67,44	3,46
	Demais	646,12	33,15

Fonte: Processo Secex nº 52272.004301/2020-68.
Elaboração: SDCOM.

1.5.3.2 Revisão de final de período de dumping sobre as exportações dos Emirados Árabes Unidos, México e Turquia

46. Em 23 de fevereiro de 2017, a Secex publicou a Circular Secex nº 12/2017, iniciando a revisão de antidumping para os EAU, México e Turquia, tendo os direitos sido prorrogados por meio da Resolução Camex nº 6, de 22 de fevereiro de 2018, publicada no DOU de 23 de fevereiro de 2018, nos seguintes montantes:

Tabela 7 - Direitos prorrogados em relação às importações de EAU, México e Turquia em 23 de fevereiro de 2018

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (US$/t)	Equivalente Ad Valorem (%)
EAU	Flex Middle East Fze.	436,78	14,17
	Demais empresas	576,32	18,70
México	Todas empresas	1.013,90	6,66
Turquia	Polyplex Polyester Film	67,44	3,30
	Demais	646,12	31,58

Fonte: Processo Secex nº 52272.004301/2020-68.
Elaboração: SDCOM.

1.5.4 Direitos Antidumping sobre exportações do Peru e Barein e Avaliação de Interesse Público

1.5.4.1 Investigação de dumping sobre exportações do Peru e Barein (2015-2017)

47. Em 29 de abril de 2015, a empresa Terphane protocolou petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de Filme PET originárias do Bareine e do Peru e de ameaça de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática. Uma vez verificada a existência de indícios da prática de dumping nas exportações dessas origens e da correlata ameaça de dano à indústria doméstica, a Secretaria de Comércio Exterior iniciou a investigação, por meio da Circular Secex nº 45, de 9 de julho de 2015, publicada no DOU de 10 de julho de 2015.

48. Em 1º de dezembro de 2015, por meio da Circular Secex nº 76, de 30 de novembro de 2015, foi determinada preliminarmente a existência de dumping e de ameaça de dano causado pelas importações originárias do Barein e do Peru, porém não houve recomendação da aplicação de direito antidumping provisório.

49. Por intermédio da Circular Secex nº 49, de 28 de julho de 2016, publicada no DOU de 29 de julho de 2016, foi encerrada a investigação sem aplicação de direitos antidumping, uma vez que não houve comprovação suficiente da existência de ameaça de dano à indústria doméstica.

1.5.4.2 Investigação de dumping sobre exportações do Peru e Barein (2017-2019)

50. Em 27 de outubro de 2017, a empresa então solicitou novo pleito para as origens do Barein e Peru, tendo sido a investigação aberta pela Secex por meio da Circular Secex nº 68, de 29 de dezembro de 2017. Em 12 de Junho de 2018 foi publicada no DOU a Circular Secex nº 25, de 11 de junho de 2018, concluindo por uma determinação preliminar positiva de dumping, mas também não foram aplicados direitos provisórios.

51. No que se refere à possibilidade de aplicação de direitos provisórios, em 23 de julho de 2018, a Secretaria de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência do Ministério da Fazenda (SEPRAC) elaborou a Nota Técnica nº 34/2018/COGAC/SUPROC/SEPRAC-MF, por meio da qual considerou que haveria risco significativo de o mercado nacional de filmes PET passar a ser abastecido por um único ofertante (indústria doméstica), caso continuasse a haver restrição às importações. Diante disso, recomendou a não aplicação do direito antidumping provisório às importações do produto referido.

52. Adicionalmente, em 24 de julho de 2018, a SAIN elaborou a Nota Técnica nº 20/2018/COPOL/SUREC/SAIN-MF, na qual também recomendou a não aplicação da medida antidumping provisória, considerando não ser possível associar a degradação de alguns resultados da indústria doméstica às importações investigadas.

53. Assim, por meio da Resolução nº 59, de 31 de agosto de 2018, a Câmara de Comércio Exterior acatou os argumentos da SEPRAC e da SAIN e decidiu pela não aplicação de direito antidumping provisório às importações brasileiras de filmes PET originárias do Bareine e Peru.

54. Por sua vez, quando da determinação final, tendo havido comprovação de dumping, dano e nexo causal, a Portaria SECINT nº 473, de 28 de junho de 2019, publicada no DOU de 1º de julho de 2019, aplicou o direito antidumping nos seguintes montantes:

Tabela 8 - Direitos aplicados sobre as importações de Bareine e Peru em 1º de julho de 2019

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping Definitivo (em US$/t)	Equivalente Ad Valorem (%)
Bareine	JBF Bahrain S.P.C.	480,15	30,61
	Demais	480,15	30,61
Peru	OPP Film S.A.	123,2	6,54
	Demais empresas	123,2	6,54

Fonte: Processo Secex nº 52272.004301/2020-68.

Elaboração: SDCOM.

1.5.4.2 Avaliação de interesse público sobre exportações do Peru e Barein (2018-2019)

55. Em 27 de setembro de 2018, a Associação Brasileira das Indústrias de Biscoitos, Massas Alimentícias e Pães e Bolos Industrializados (Abimapi) protocolou petição para Avaliação de Interesse Público em Investigação Original em relação aos direitos antidumping aplicados sobre as exportações de Filme PET do Peru e Bareine.

56. Com base nos elementos trazidos pela Associação e por outras entidades que manifestaram apoio sobre o tema, foi elaborada a Nota Técnica nº 30/2018/COPOL/SUREC/SAIN-MF, de 6 de novembro de 2018, que concluiu, preliminarmente, pela existência de indícios de interesse público referentes à aplicação de medida antidumping definitiva sobre as importações de filmes PET originárias do Peru e do Bareine.

57. Assim, em 30 de novembro de 2018, foi publicada no DOU a Resolução Camex nº 88/2018, que, por ato ad referendum do Conselho de Ministros, no âmbito do Comitê Executivo de Gestão da Câmara de Comércio Exterior, determinou a instauração da avaliação de interesse público.

58. Ao final da referida avaliação, conforme o disposto no Parecer de Avaliação de Interesse Público SEI nº 9/2019/CGIP/Secex/SECINT-ME, notou-se que:

a) Filmes PET é um insumo utilizado na produção de embalagens plásticas flexíveis, mas não foi possível identificar argumentos definitivos no sentido de sua essencialidade ou de sua insubstitutibilidade na cadeia produtiva.

b) Atualmente, há, no Brasil, 7 medidas de defesa comercial aplicadas a 6 origens, o que representa [CONFIDENCIAL] da produção mundial, logo restam disponíveis em termos de produção cerca [CONFIDENCIAL]. Considerando que Peru e Bareine produzem tão somente [CONFIDENCIAL] da produção mundial, a aplicação de direito antidumping face a esses países representaria um incremento de [CONFIDENCIAL] na produção mundial gravada no Brasil.

c) Igualmente, considerando as 7 medidas de defesa comercial aplicadas a 6 origens, estas representam 30,5% da exportação mundial. Logo, ainda existiram ainda disponíveis para exportação cerca de 69,5% no mercado mundial. Na mesma linha, a aplicação da medida antidumping ao Peru e Bareine representaria um pequeno acréscimo de 2,95% em relação ao total de filmes PET exportado no mundo.

d) Dentre os países exportadores, Coreia do Sul, Alemanha, Japão, Taipé Chinês, Tailândia, Estados Unidos da América e Itália (que correspondem, em conjunto, por 40,3% das exportações mundiais de filmes PET), permanecem sem aplicação de qualquer medida de defesa comercial pelo Brasil.

e) Entre os países exportadores sem gravação pelo Brasil, a Tailândia pode representar uma fonte alternativa para suprir o mercado brasileiro, tanto em termos de volume e como de preço. Além disso, existem outras origens possíveis, considerando perfil exportador e preços, como Portugal, Malásia, Polônia e Bélgica.

f) De qualquer forma, as simulações feitas mostraram que, mesmo com a aplicação de medida antidumping, as importações peruanas e bareinitas chegariam ao Brasil, respectivamente, com preço [CONFIDENCIAL] inferior e [CONFIDENCIAL] superior ao cobrado pela indústria doméstica. Isto é, Peru e Bareine permanecem com potencial competitivo frente à indústria doméstica.

g) Ainda que se cogite um excesso na aplicação de medidas de defesa comercial pelo Brasil em relação às importações de filmes PET, verifica-se que, em grande parte, isso parece ter se dado porque os grupos empresariais destinatários das medidas de defesa comercial possuem plantas em diversos países. Ou seja, grande parte das medidas simplesmente parecem ter sido simplesmente replicadas em relação aos mesmos grupos exportadores, que, à medida que enfrentavam medidas sobre origens onde estavam localizadas algumas de suas plantas fabris, passavam em seguida a exportar a preços de dumping para o Brasil por meio de plantas situadas em outra origem, e assim por diante.

h) Outros quatros países (Indonésia, Coreia do Sul, Estados Unidos da América e Turquia) aplicam medidas de defesa comercial às importações de filmes PET, sendo às origens alvo e os grupos exportadores similares aos do Brasil.

i) A indústria doméstica é capaz de aumentar a sua produção de modo a abastecer a demanda nacional, e os estudos econômicos realizados pela Secex revelam que o índice de preço de filmes PET variaria entre 1,7% e 3,2%. Além disso, apesar de a indústria doméstica ter um perfil majoritariamente exportador, a quantidade de filmes PET destinada ao mercado interno é superior ao total do mercado brasileiro em P4 e similar em P5.

j) Apesar da elevada concentração de mercado, o comportamento de preços da indústria doméstica em relação aos custos não revelou, a priori, evidências de abuso de poder de monopólio. A Terphane não seguiu o movimento dos índices de preços de embalagens, material plástico e indústria de transformação, o que evidencia uma redução em seus preços, em contraponto à tendência dos demais setores.

k) A aplicação de uma medida de defesa comercial no elo de filmes PET não gerará dupla oneração, pois, a despeito de haver medida de defesa comercial em vigor em relação à resina PET (insumo para filmes PET), a Terphane não importa tal insumo, produzindo-o para seu consumo cativo.

l) As simulações da Secex revelaram que, com a aplicação das medidas de defesa comercial, o produtor nacional teria um excedente de, aproximadamente, US$ 330 mil, e a arrecadação tarifária cresceria US$ 2 milhões. O resultado líquido seria negativo no montante de US$ 50 mil.

59. Diante de tais elementos, o referido parecer concluiu com as seguintes considerações e recomendação:

200. Dessa forma, a SDCOM avalia que não existem elementos suficientes de interesse público a ponto de suspender ou de alterar as medidas antidumping aplicadas às importações brasileiras de filmes PET originárias especificamente do Peru e do Bareine.

201. Deve-se destacar que isso não significa, contudo, que o mercado de filmes PET não mereça uma atenção maior quando da eventual revisão das medidas de defesa comercial atualmente em vigor ou em outro momento oportuno, tendo em vista os diversos elementos de preocupação levantados com relação ao produto Filmes Pet. Vale lembrar que, ainda que não continuamente, o produto tem enfrentado medidas de defesa comercial há aproximadamente 10 anos, inclusive face às principais origens produtoras e exportadoras mundiais.

202. Assim, o que se está a dizer, neste Parecer, é que a aplicação da medida antidumping para duas origens investigadas, no montante sugerido pela própria SDCOM - i.e, de 6,9% para o Peru e 33% para o Bareine -, não preenche os requisitos do art. 2º do Decreto 8.058/2013 para uma decisão, excepcional, de suspensão ou alteração de direitos. Isso porque não foram comprovados que o impacto da imposição da medida antidumping sobre os agentes econômicos como um todo se mostrou potencialmente mais danoso, se comparado aos efeitos positivos da aplicação da medida de defesa comercial.

203. Assim, sugere-se a manutenção integral das medidas antidumping previstas no Parecer SDCOM nº 14/2019, com a indicação da possibilidade de se reavaliar este mercado oportunamente, para fins das demais origens atualmente alvo de outras medidas de defesa comercial.

60. Assim, em 1º de julho de 2019, foi publicada no DOU a Portaria SECINT nº 473, de 28 de junho de 2019, por meio da qual foram aplicados os direitos antidumping definitivos, por um prazo de até 5 (cinco) anos, às importações brasileiras de filmes PET, originárias do Bareine e do Peru, bem como foi encerrada a avaliação de interesse público sem suspensão da aplicação dos direitos antidumping aplicados sobre as importações do mesmo produto e origens.

1.6 Medidas de defesa comercial consolidadas

61. Relatados todos os processos de investigação de dumping, subsídios acionáveis e de avaliação de interesse público, apresenta-se a seguir tabela que consolida todas as medidas de defesa comercial vigentes aplicadas sobre as importações brasileiras de filmes PET.

Tabela 9 - Medidas de defesa comercial em vigor sobre as importações brasileiras de filmes PET

Origem	Exportador	Vigência		Tipo de Medida	Ad valorem (%)	Ato normativo
EAU	Flex Middle East Fze	2012	2023	AD	14,17	Resolução Camex nº 6/2018
	Demais	2012	2023	AD	18,70	Resolução Camex nº 6/2018
México	Todos	2012	2023	AD	6,66	Resolução Camex nº 6/2018
Turquia	Polyplex Polyester Film San VE TIC AS	2012	2023	AD	3,30	Resolução Camex nº 6/2018
	Demais	2012	2023	AD	31,58	Resolução Camex nº 6/2018
China*	Todos	2021	2026	AD	20,30	Resolução Gecex nº 203/2021
Egito*	Flex P Filmes (Egypt) SAE	2021	2026	AD	11,90	Resolução Gecex nº 203/2021
	Demais	2021	2026	AD	21,96	Resolução Gecex nº 203/2021
	Ester Industries Ltd	2021	2026	AD	0,00	Resolução Gecex nº 203/2021
	Polyplex Corporation Ltd	2021	2026	AD	10,25	Resolução Gecex nº 203/2021
	Jindal Polyester Ltd	2021	2026	AD	0,00	Resolução Gecex nº 203/2021
	Vacmet India Ltd	2021	2026	AD	9,85	Resolução Gecex nº 203/2021
	Garware Polyester Ltd	2021	2026	AD	9,07	Resolução Gecex nº 203/2021
	Polypacks Industries	2021	2026	AD	9,07	Resolução Gecex nº 203/2021
Índia	Demais	2021	2026	AD	33,50	Resolução Gecex nº 203/2021
	Jindal Polyester Ltd	2016	2021[R]	MC	0,64	Resolução Gecex nº 203/2021
	Polyplex Corporation Ltd	2016	2021 [R]	MC	0,18	Resolução Gecex nº 203/2021
	Ester Industries Ltd	2016	2021 [R]	MC	-	Resolução Gecex nº 203/2021
	Vacmet India Ltd	2016	2021 [R]	MC	0,29	Resolução Gecex nº 203/2021
	Polypacks Industries	2016	2021 [R]	MC	0,29	Resolução Gecex nº 203/2021
	Garware Polyester Ltd	2016	2021 [R]	MC	29,47	Resolução Gecex nº 203/2021
	Demais	2016	2021 [R]	MC	3,56	Resolução Gecex nº 203/2021
Barein	JBF Bahrain S.P.C.	2019	2024	AD	30,61	Portaria Secint nº 473/2019
	Demais	2019	2024	AD	30,61	Portaria Secint nº 473/2019
Peru	OPP Film S.A.	2019	2024	AD	6,54	Portaria Secint nº 473/2019
	Demais empresas	2019	2024	AD	6,54	Portaria Secint nº 473/2019

Legenda: [R] Revisão em curso; AD - Medida Antidumping; MC - Medida Compensatória.

* Prorrogação com imediata suspensão, nos termos do art. 109 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Fonte: Processo Secex nº 52272.004301/2020-68.

Elaboração: SDCOM.

62. Assim, verifica-se que estão em vigor 9 (nove) medidas de defesa comercial sobre as importações brasileiras de filmes PET, sendo 8 (oito) medidas antidumping (EAU, México, Turquia, China, Egito, Índia, Bareine e Peru) e 1 (uma) medida compensatória (Índia), aplicadas ao total sobre 8 (oito) origens, já que para as importações indianas há medida antidumping e compensatória. Cabe ressaltar que a aplicação dos direitos antidumping sobre Egito e China está suspensa, nos termos do art. 109 da Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013. Com efetividade em termos de recolhimento de direitos, há, portanto, 7 (sete) medidas em plena aplicação.

2. CRITÉRIOS PARA AVALIAÇÃO FINAL DE INTERESSE PÚBLICO

63. Na avaliação final de interesse público em defesa comercial, serão considerados os seguintes elementos: 1) características do produto, cadeia produtiva e mercado do produto sob análise; 2) oferta internacional do produto sob análise; e 3) oferta nacional do produto sob análise; e 4) impactos da medida de defesa comercial na dinâmica nacional.

64. Para fins de interesse público, buscou-se estender temporalmente a análise no intuito de comparar o cenário recente de oferta nacional e internacional vigente ao longo das duas investigações de subsídios acionáveis já conduzidas em relação à Índia, conforme a tabela a seguir:

Tabela 10 - Referência Temporal

Processos	Períodos (Defesa Comercial)	Referência	Períodos (Interesse Público)
Original	P1	janeiro de 2009 a dezembro de 2009	T1
	P2	janeiro de 2010 a dezembro de 2010	T2
	P3	janeiro de 2011 a dezembro de 2011	T3
	P4	janeiro de 2012 a dezembro de 2012	T4
	P5	janeiro de 2013 a dezembro de 2013	T5
Revisão	P1	outubro de 2014 a setembro de 2015	T6
	P2	outubro de 2015 a setembro de 2016	T7
	P3	outubro de 2016 a setembro de 2017	T8
	P4	outubro de 2017 a setembro de 2018	T9
	P5	outubro de 2018 a setembro de 2019	T10
Cenário		outubro de 2019 a setembro de 2020	T11
Recente		outubro de 2020 a março de 2021	T12*

Elaboração: SDCOM.

* Destaque-se que T12 contém 6 (seis) meses, em vez dos 12 (doze) usuais, de forma que os dados referentes a esse período servirão apenas como uma indicação de tendência.

65. Ademais, a tabela a seguir apresenta a correspondência entre a vigência das medidas e os períodos considerados, de forma a facilitar o entendimento das análises realizadas ao longo deste documento.

Tabela 11 - Correspondência entre medidas aplicadas e períodos de análise

Medida de Defesa Comercial	Origens	Aplicação do Direito Provisório	Aplicação do Direito Definitivo		Medida Expirada	
Medida Compensatória	Índia	-	4 de julho de 2008	Antes de T1	4 de julho de 2013	T5
Antidumping	Índia e Tailândia	31 de janeiro de 2008	4 de julho de 2008	Antes de T1	4 de julho de 2013	T5
Antidumping	EAU, México e Turquia	-	1º de março de 2012	T4	-	-
Antidumping	China, Egito e Índia	24 de novembro de 2014	22 de maio de 2015	T6	-	-
Medida Compensatória	Índia	-	22 de abril de 2016	T7	-	-
Antidumping	Peru e Bareine	-	1º de julho de 2019	T10	-	-

Fonte: Processo Secex nº 52272.004301/2020-68.

Elaboração: SDCOM.

2.1 Características do produto, da cadeia produtiva e do mercado de produto sob análise

2.1.1 Características do produto sob análise

66. Nos termos do Processo Secex nº 52272.004301/2020-68, o produto objeto consiste em "Filme biaxialmente orientado de poli(tereftalato de etileno) - PET - de espessura igual ou superior a 5 micrometros, e igual ou inferior a 50 micrometros, metalizado ou não, sem tratamento ou com tratamento tipo coextrusão, químico ou com descarga de corona", denominado, simplesmente, como filmes PET.

67. De acordo com a peticionária da medida de defesa comercial, o filme PET é commodity da indústria de filmes de poliéster, usado na indústria de conversão de embalagens flexíveis e em algumas aplicações industriais como desmoldagem de telhas e isolamento de cabos elétricos e telefônicos.

68. Para as embalagens flexíveis, os produtos exportados ao Brasil são basicamente os filmes de 10 e 12 micrômetros de espessura tratados quimicamente em uma face para serem impressos e/ou metalizados e posteriormente laminados a outros materiais para se transformarem em embalagens flexíveis.

69. Para o mercado de aplicações industriais, os produtos exportados são basicamente os filmes de 12 a 50 micrômetros de espessura, não tratados, para usos diversos em vários processos industriais como desmoldagem de telhas, isolamento de cabos, plastificação, decoração etc.

70. Ademais, conforme o Processo Secex nº 52272.004301/2020-68, a Terphane indicou que produziria e comercializaria no país películas de PET com a marca Terphane®. A linha de produtos seria composta de películas identificadas por códigos numéricos ou alfanuméricos (por exemplo, 10.21/12 e MAX/12).

71. A Terphane indicou que produziria filmes de poliéster de espessura igual ou superior a 5 micrômetros (microns) e igual ou inferior a 50 micrômetros (microns) que podem ser: transparentes, pigmentados ou coloridos; com ou sem tratamentos em uma ou ambas as faces (corona, químico ou coextrusão); metalizados com alumínio ou não; recobertos com [CONFIDENCIAL], e que seriam vendidos em diversas apresentações de bobinas com diferentes larguras e comprimentos. Os filmes Terphane seriam usados em duas áreas distintas de aplicação: as do segmento de embalagens flexíveis; e as de aplicação industrial.

72. Para o segmento de embalagens, a linha de produtos compreenderia vários tipos de películas transparentes ou metalizadas, com ou sem tratamento nas superfícies e ainda um tipo de película revestida com [CONFIDENCIAL] em uma face. Neste segmento, a Terphane trabalharia usualmente com espessuras entre 8 microns e 23 microns.

73. Os produtos de aplicação industrial compreenderiam vários tipos de filmes transparentes ou metalizados, com ou sem tratamento à superfície, podendo ser de 5 a 50 microns de espessura.

74. Dessa forma, para fins de avaliação final de interesse público, verifica-se que o produto em análise é considerado insumo para embalagens flexíveis e, ainda, para algumas aplicações industriais.

2.1.2 Cadeia produtiva do produto sob análise

75. A Terphane informou em sua resposta ao Questionário de Interesse Público que adotaria a tecnologia Rhone-Poulenc, de estiramento biaxial. Acrescentou que [CONFIDENCIAL] . Ainda, a empresa possuiria cinco linhas de produção de filmes de poliéster, [CONFIDENCIAL].

76. Nos termos da Circular Secex nº 61/2020 e do Parecer SDCOM nº 24/2020, a Terphane informou que o processo detalhado de obtenção dos filmes PET objeto da avaliação de interesse público ocorreria de acordo com as seguintes etapas:

a) Polimerização

77. Os polímeros são fabricados a partir da esterificação direta do Ácido Tereftálico Purificado (PTA) e do Mono-Etileno Glicol (MEG), além do [CONFIDENCIAL] presente na formulação de alguns polímeros.

78. As matérias-primas PTA e [CONFIDENCIAL] chegam à fábrica em big-bags de 1000 kg ou em contêineres de 27.000kg, enquanto o MEG é recebido em carretas e estocado em tanques, de onde são bombeados para os reatores.

79. O PTA é transportado pneumaticamente, sob atmosfera de Nitrogênio, para os silos de estoque e silos-balança que irão abastecer os reatores. Quando for utilizado, o [CONFIDENCIAL] é adicionado por gravidade em silos intermediários menores interligados a silos-balança que também alimentam os reatores.

80. Dentro do reator, a mistura das matérias-primas e aditivos é mantida sob agitação constante e levada a temperaturas e pressões controladas para que ocorra a reação de esterificação. Nesta fase, forma-se o monômero do PET que surge da reação entre os ácidos e os diálcoois. Concluída a reação, a massa monomérica é então transferida para o segundo reator onde ocorre a reação de polimerização, através da poli condensação entre as moléculas de monômero, sob condições de vácuo e temperaturas controladas.

81. Por fim, ao atingir a viscosidade desejada, a massa de polímero PET fundida é resfriada, granulada e armazenada em silos, de onde o polímero é transportado pneumaticamente para as linhas de fabricação de filmes.

b) Fabricação dos filmes PET

82. O fluxo de produção de filmes poliéster compreende basicamente 5 etapas: secagem do polímero, extrusão, estiragem longitudinal, estiragem transversal e bobinagem. Após estas etapas, os rolos são enviados para o corte e/ou processos de metalização e/ou coating.

b.1) Secagem

83. A primeira etapa na fabricação de filmes é realizar uma secagem apropriada do polímero, para evitar sua degradação no momento da extrusão. A umidade do polímero deve ser reduzida para níveis abaixo de [CONFIDENCIAL] de água, através de uma corrente de ar seco e quente, que é forçada através do leito de grãos de polímero. Cada linha de fabricação de filmes tem seus próprios equipamentos para secar o polímero. De acordo com a peticionária, suas linhas têm basicamente dois tipos de secagem: contínua e por batelada. A linha de menor capacidade opera com um sistema de leito fluidizado por bateladas, enquanto as linhas de maior capacidade e mais modernas são dotadas de processo de secagem contínua. Nas linhas dotadas de coextrusão, cada extrusora é abastecida por uma linha de secagem exclusiva.

b.2) Extrusão

84. O processo de extrusão consiste em fundir o polímero fazendo-o passar forçadamente através de um canhão. O polímero é fundido pelo calor gerado devido ao cisalhamento entre os grãos de polímero e a rosca que transporta e comprime o polímero contra as paredes rígidas e aquecidas do canhão. A massa polimérica fundida que sai da extrusora é então bombeada e filtrada.

85. No processo de coextrusão, o polímero fundido (no estado líquido) oriundo de 2 ou 3 extrusoras passa simultaneamente por uma caixa de coextrusão, que tem a função de organizar os diferentes fluxos em forma de camadas que irão compor o filme final. No caso de uma única extrusora, não existe a caixa de coextrusão, e o polímero vai direto para a fieira.

86. O polímero fundido chega à fieira sob regime laminar de escoamento e é projetado eletrostaticamente sobre um rolo refrigerado em forma de filme (ou chapa) contínuo, denominado filme amorfo.

87. Este filme é bruscamente resfriado para evitar a cristalização do polímero e direcionado para uma bateria de rolos que têm a função de tracionar o filme e prepará-lo para a etapa de estiragem longitudinal.

b.3) Estiragem longitudinal

88. O processo de estiragem longitudinal consiste em estirar o filme no sentido de tensionamento da máquina (MachineDirection) e tem a função de orientar as moléculas de poliéster neste sentido.

89. O filme amorfo passa por uma bateria de rolos com diferentes temperaturas e velocidades. O filme é inicialmente aquecido a temperaturas acima de sua "Tg" (temperatura de transição vítrea) através de rolos aquecidos que giram em velocidades "lentas". O filme previamente aquecido passa, então, por um aquecimento brusco ao sair de um rolo lento e chegar a um rolo com maior velocidade.

90. A diferença de velocidade entre estes rolos causa a estiragem do filme. Após aquecido e estirado, o filme é novamente resfriado rapidamente e segue para a etapa de estiragem transversal. Logo após esta fase e antes de ser estirado transversalmente o filme pode ser submetido a tratamentos químicos "em linha".

91. Estes tratamentos consistem em recobrir uniformemente o filme em uma face com soluções de produtos químicos. Uma vez finalizado os processos, os tratamentos químicos funcionam como "primers", propiciando uma melhor ancoragem de tintas, vernizes, adesivos, alumínio, etc. sobre a face tratada.

b.4) Estiragem transversal

92. Ao deixar a estiragem longitudinal, o filme passa a ser chamado de filme mono-orientado.

93. A estiragem transversal é realizada em um equipamento conhecido na indústria têxtil como "Rame" ou "Tenter Frame". Este equipamento é na verdade um forno dotado de trilhos e correntes nas laterais. Nestas correntes, estão posicionadas pinças metálicas que prendem as bordas do filme. As correntes de ambos os lados correm sobre os trilhos com a mesma velocidade. Porém, em determinado ponto do forno, as correntes afastam-se simultaneamente uma da outra, provocando a estiragem do filme mono-orientado. À razão entre a largura do filme final (chamado filme bi-orientado) e do filme mono-orientado é dado o nome de Taxa de Estiragem Transversal.

94. O forno de estiragem tem várias zonas independentes com temperaturas diferentes e controladas, cada uma delas com uma função específica. Na zona de Estiragem Transversal, o filme é aquecido abruptamente e estirado para que as moléculas de poliéster sejam agora também orientadas no sentido transversal da máquina. Depois de estirado, o filme passa por uma zona de cristalização para que não perca a orientação dada às moléculas, e por fim, em uma última zona do forno há um decréscimo de temperatura para resfriar o filme.

95. Ao sair do forno, o filme passa por um scanner que lê e controla automaticamente a espessura do filme. O scanner varre toda a largura do filme medindo pontualmente sua espessura e corrige qualquer desvio, enviando sinal eletrônico para que a fieira admita mais ou menos massa polimérica.

96. Antes de chegar à bobinadeira, o filme de poliéster bi-orientado pode ainda passar pelo tratador corona. O tratamento corona tem a função de aumentar a Tensão Superficial do filme, proporcionando uma melhor "molhabilidade" da tinta sobre o filme em operações de impressão.

b.5) Bobinagem

97. A última etapa de cada linha de produção de filme é a bobinagem, onde são formados os rolos de filmes de poliéster. Nesta etapa, o filme é bobinado sobre mandris de aço para serem posteriormente recortados ou processados. O importante nesta operação é evitar defeitos de bobinagem aplicando-se corretamente as tensões necessárias ao filme e ao rolo de apoio que tem a função de expulsar controladamente o ar que fica entre as camadas de filme.

98. Após a bobinagem o filme pode estar pronto para ser cortado em bobinas ou pode ser enviado para outros processos de acabamento e/ou tratamentos como:

- [CONFIDENCIAL] ; e
- [CONFIDENCIAL] .

c) Corte de bobinas

99. Os rolos provenientes das linhas de produção são recortados e transformados em bobinas nas dimensões solicitadas pelos clientes.

100. O filme de poliéster é enrolado em suporte de papelão formando uma bobina que é coberta com uma camada de plástico. Estas são transportadas, paletizadas, suspensas por laterais de madeira em conjuntos unitários ou em grupo de até 4 bobinas. O conjunto de bobinas é fixado ao estrado de madeira e amarrado por fitas de arquear e finalmente envolvido por filme encolhível para que sejam protegidas de contaminações e avarias durante o transporte e/ou estocagem.

101. Dessa forma, para fins de avaliação final de interesse público, os filmes PET integram uma cadeia produtiva que apresenta: (a) no segundo elo a montante, Ácido Tereftálico Purificado (PTA) e do Mono-Etileno Glicol (MEG); (b) no elo imediatamente anterior, resina PET; (c) no elo imediatamente posterior, aplicações industriais e embalagens flexíveis; e, por fim, (d) diversos setores industriais a jusante que atendem aos consumidores finais.

2.1.3 Substitutibilidade do produto sob análise

102. Nesta seção, averíguam-se informações acerca da existência de produtos substitutos ao produto sob análise tanto pelo lado da oferta quanto pelo lado da demanda.

103. No âmbito da avaliação de interesse público acerca da aplicação de medidas antidumping definitivas sobre as importações de filmes PET originárias do Peru e do Bareine, encerrada pela Portaria Secint nº 473/2019, o Parecer SEI nº 9/2019 concluiu que:

(...) embalagens flexíveis de plástico não são substitutas perfeitas de embalagens feitas por outro material. Contudo, não se pode afirmar categoricamente que as embalagens flexíveis de plástico de filmes PET não sejam substituídas por aquelas feitas de outros tipos de plástico, como poliéster (BOPET) e BOPP, dado que não foram apresentados elementos de substitutibilidade preço da demanda e da oferta.

104. A esse respeito, o Cade trouxe informações apresentadas pelo Grupo Tredegar, o qual adquiriu a Terphane, no Ato de Concentração nº 08012.011767/2011-06:

10.Os filmes de poliéster bi-orientados e avançados oferecidos pela Terphane são diferentes dos filmes básicos de polietileno, oferecidos pelo Grupo Tredegar, tanto em termos de características quanto em atributos de desempenho. Um não substitui o outro. As aplicações de cada tipo são distintas, conforme exposto acima. A única semelhança entre eles é que ambos são commodities, comercializadas no mundo todo. (fls.111)

105. Conforme o disposto no referido ato de concentração, o filme PET não é substituível pelo filme de polietileno (filme PE). Sobre a substitutibilidade acerca de outros filmes, o Parecer SEI nº 9/2019 supracitado relatou o seguinte:

A indústria doméstica defendeu que poliéster (BOPET) e BOPP seriam possíveis substitutos de filmes PET na confecção das embalagens flexíveis e que, dependendo das características da indústria, haveria possibilidade inclusive de substituir as embalagens flexíveis por outras feitas de materiais diversos, como papelão, alumínio e vidro. A Terphane argumentou que seria possível importar embalagens flexíveis já prontas.

Por outro lado, as demais partes interessadas afirmaram que o filme PET possui propriedades físico e químicas que evitariam a entrada de oxigênio nas embalagens e, assim, preservaria as características do produto (qualidade, valor nutricional, funcionalidade, sabor, textura e aroma etc.). Nesse sentido, a distribuidora Soleflex apresentou as taxas de permeabilidade adequadas para condicionamento, reforçando a dificuldade de generalização para eventuais substitutos. Dessa maneira, segundo ela, haveria restrições efetivas na troca de insumos de filmes PET por outros produtos.

106. Em seu questionário, o Cade mencionou ainda sobre a possibilidade de substituição do produto final resultante dos filmes PET, a embalagem flexível. No Ato de Concentração nº 08012.005771/2004-06, esse conselho analisou a substitutibilidade do mercado de embalagens flexíveis feitas com papel e alumínio por embalagens com impressão direta no alumínio e concluiu que, pela ótica da oferta, a substituição não ocorreria em razão das dificuldades envolvidas no fator produtivo. Segundo o Cade, a troca entre linhas de produção de embalagens dos diferentes materiais acarretaria custos altos e tempo longo.

107. Já na presente avaliação, a Terphane argumentou, em seu questionário, que o filme PET poderia ser substituído por outros insumos, tanto do ponto de vista da oferta, quanto do ponto de vista da demanda.

108. Inicialmente, a Terphane apresentou esclarecimentos quanto à resposta ao Questionário de interesse público do Cade. A empresa argumentou que não haveria contradição entre seu posicionamento no Ato de Concentração n.º 08012.011767/2011-06, quando indicou que não haveria substitutibilidade entre filmes PET e PE, e nas afirmações mais recentes perante a SDCOM sobre substitutibilidade entre filme PET e BOPP (e não PE).

109. Em complemento, a empresa argumentou que a inexistência de substitutibilidade entre filme PET e PE relatada em 2011 não consideraria a evolução no mercado desde então, com a criação do Polietileno Biorientado, uma tecnologia nova que teria o potencial de substituir o filme PET (BOPET) em diversas aplicações.

110. Em detalhamento sobre a substitutibilidade entre filme PET (BOPET) e BOPP, a Terphane descreveu que os dois materiais consistiriam em filmes plásticos finos, normalmente transparentes, vendidos em bobinas, sendo que o filme PET apresentaria maior rigidez e barreira a oxigênio, ao passo que o BOPP seria mais maleável e apresentaria maior proteção a vapor. Contudo, nos últimos anos, as indústrias produtoras destes tipos de materiais teriam apresentado constante evolução, minimizando estas diferenças intrínsecas entre os materiais.

111. Dessa forma, segundo a empresa, tanto o filme de polipropileno (BOPP) quanto o filme PET (BOPET) poderiam ser utilizados na maioria das embalagens flexíveis encontradas no mercado, e a decisão da utilização de cada material ficaria a cargo da indústria de conversão de embalagem e de seu cliente, fato que seria atestado pelo Centro de Tecnologia de Embalagem (Cetea), que faz parte do Instituto de Tecnologia de Alimentos (Ital). Para embasar tal argumento, foram apresentados quadros do livro "Requisitos de conservação de alimentos em embalagens flexíveis", editado pelo Cetea.

112. De forma a mostrar que aplicação de filmes BOPP ou PET como substitutos para embalagens de diversos produtos não se restringe a produtos desidratados e secos, a Terphane apresentou exemplos de embalagens de vegetais frescos e de queijos, extraídos de livro "Embalagens Flexíveis" do Instituto de Embalagens (IE).

113. A Terphane levantou, ainda, exemplos de casos de substitutibilidade entre o BOPP e o filme PET (BOPET), ilustrados em trocas de e-mails entre a empresa e seus clientes [CONFIDENCIAL] .

114. Para indicar a viabilidade econômica de substituição entre filmes BOPP e PET na confecção de embalagens, a Terphane apresentou e-mail enviado pela empresa [CONFIDENCIAL] .

115. Em complemento, a Terphane argumentou que a rivalidade entre embalagens com filme PET e filme BOPP seria registrada [CONFIDENCIAL] .

116. Por fim, a Terphane indicou que poderia haver substituição de embalagens feitas de filme PET por outras feitas de insumos alternativos, como papelão, alumínio ou vidro. Ademais, citou os Atos de Concentração (AC) 08012.007075/2009-31, 08012.005697/2009-24, 08012.007075/2009-31 e 08700.005911/2018-85 para indicar a substitutibilidade no mercado de embalagens flexíveis.

117. Apresentados os argumentos dos QIPs disponíveis, apresentados pela Terphane e pelo Cade, passam-se às considerações da SDCOM.

118. No âmbito da avaliação final de interesse público em relação às medidas antidumping aplicadas sobre as importações brasileiras de filmes PET originárias de China, Egito e Índia, na qual foram apresentados elementos semelhantes, o Parecer de Avaliação Final de Interesse Público SEI N° 6881/2021 /ME ponderou o seguinte:

116. Quanto à possível substitutibilidade entre filmes PET e BOPP, verifica-se que os elementos retirados do livro editado pelo Cetea não podem ser tomados como conclusivos. Tal fato decorre dos trechos apresentados tanto no corpo do QIP como no anexo se referirem a alimentos desidratados, ou seja, alimentos que passaram por um processo que elimina a possibilidade de crescimento de micro-organismos e reduz a velocidade de deterioração, conforme relatado no próprio livro. Assim sendo, faz-se referência a uma aplicação muito restrita e específica, possivelmente pouco representativa do amplo espectro de aplicações de tais filmes e que, por sua própria natureza, tem menor dependência da embalagem para manter suas propriedades.

119. No que se refere aos exemplos de trocas de e-mails entre a Terphane e alguns de seus clientes, o referido parecer indicou a existência de algum grau de substitutibilidade entre os filmes PET e BOPP e destacou o fato que [CONFIDENCIAL] .

120. Conforme já relatado, a Terphane apresentou elementos adicionais no âmbito da presente avaliação de interesse público, os quais sinalizam a possibilidade de substituição de filmes PET por BOPP na composição de embalagens. Esses elementos indicaram uma ampliação de espectro de produtos para os quais tal substituição seria válida e ainda algum indício de viabilidade financeira nessa possível troca.

121. Sobre a substituição de embalagens de filmes PET por outras fabricadas por outros insumos e ainda sobre a substitutibilidade entre embalagens flexíveis, retoma-se trecho elucidativo do Parecer SEI n° 9/2019:

144. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") já se manifestou no sentido de que embalagens plásticas não são consideradas substitutas por embalagens feitas de outros materiais, principalmente em virtude de dificuldades encontradas pelo lado da oferta. Segundo o Conselho, a troca entre linhas de produção de embalagens dos diferentes materiais acarretaria custos altos e tempo longo. Em 2004, por ocasião do julgamento do Ato de Concentração nº 08012.005771/2004-06, constatou-se que a transformação de uma linha de produção de embalagens flexíveis plásticas em embalagens flexíveis de papel com laminado de alumínio exigiria investimento de um ano e meio e de cerca de US$ 7 milhões.

145. No que tange à eventual substituição entre embalagens plásticas de diferentes tipos, o CADE não seguiu uma definição clara. A segmentação já se deu de forma ampla, considerando embalagens plásticas flexíveis em geral como um segmento distinto do de embalagens plásticas rígidas, ou mais específica, diferenciando (i) embalagens plásticas descartáveis rígidas e flexíveis de embalagens plásticas para a indústria alimentícia ; ou (ii) embalagens plásticas rígidas industriais de embalagens descartáveis de modo geral . A segmentação foi feita por tipo (rígida ou flexível) e/ou por uso (industrial, alimentício, etc.). Em nenhuma ocasião o CADE diferenciou as embalagens plásticas com base nos insumos utilizados em sua confecção.

122. Por fim, sobre a substitutibilidade sob a ótica da oferta, não há indícios de que outras empresas possam passar a ofertar o produto sob análise no mercado nacional no curto prazo. Isso é reforçado pela existência de barreiras à entrada a serem mencionadas no subitem 2.1.4 a seguir.

123. Diante dos elementos apresentados, verifica-se que as características de cada tipo de filme laminado determinam sua viabilidade e aplicação, podendo ainda haver combinação e tratamento desses produtos de forma a adaptar melhor as propriedades a cada finalidade. Dentre a diversidade de tipos de filmes laminados, identificou-se algum grau de substitutibilidade entre os filmes PET e os de BOPP, sugerindo viabilidade técnica no possível desvio de demanda entre os produtos. Dessa forma, para fins de avaliação final de interesse público, em termos de demanda, considera-se haver uma substitutibilidade entre o produto sob análise e os filmes de BOPP. Ademais, não há indícios de viabilidade da substituição pela ótica da oferta.

124. Ressalte-se a ausência de participação de consumidores de filmes PET nesta avaliação de interesse público, o que inviabilizou a recepção de eventuais argumentos contrários à conclusão sobre substitutibilidade entre filmes PET e BOPP. Nesse sentido, o entendimento acima, de que há algum grau de viabilidade técnica no possível desvio de demanda entre os produtos entre os filmes PET e os de BOPP não possui condão vinculativo a análises a serem conduzidas em eventuais avaliações futuras, as quais podem dispor de elementos apresentados por representantes de outros elos da cadeia, capazes de caracterizar melhor a substitutibilidade do produto em tela do ponto de vista do consumidor, como também de novas cestas de produtos a partir da evolução do mercado de embalagens, como observado pela indústria doméstica, a exemplo da criação do Polietileno Biorientado, uma tecnologia nova que teria o potencial de substituir o filme PET (BOPET) em determinadas aplicações.

2.1.4 Concentração do mercado do produto sob análise

125. Nesta seção, busca-se analisar a estrutura de mercado, de forma a avaliar em

que medida a aplicação da medida de defesa comercial pode ter influenciado a concorrência, a rivalidade e eventual poder de mercado da indústria doméstica.

126. A esse respeito, o Cade trouxe informações sobre o tamanho do mercado, concentração e market share da Terphane apresentadas no âmbito do Ato de Concentração nº 08012.011767/2011-06. À época, as partes estimavam que a participação de mercado da Terphane no Brasil seria entre 45% e 70%.

127. Ademais, esse conselho identificou os seguintes atos de concentração envolvendo o produto sob análise ou partes interessadas nesta avaliação:

Quadro 1 - Atos de concentração identificados pelo Cade

Número do Ato de Concentração	Requerentes
08700.006512/2018-31	Indorama Ventures Brazil Participações Ltda., M&G Fibras e Resinas Ltda. e M&G Fibras Brasil Ltda
08012.005771/2004-06	Itap Bemis Ltda e Alcoa Alumínio S.A.
08700.004163/2017-32	Grupo Petrotemex, das Companhias Petroquímica de Pernambuco (PSUAPE) e Integrada Têxtil de Pernambuco (CITEPE)
08012.011767/2011-06	TAC Holding e Gaúcho Holding B.V.

Fonte: Cade.
Elaboração: Cade.

128. Entre os atos de concentração citados pelo Cade, destaca-se, preliminarmente, o já mencionado Ato 08012.011767/2011-06, envolvendo a TAC Holding, 100% detida por Tredegar e constituída para fins de aquisição da participação da Gaúcho Holding B.V. sobre a Terphane Brasil Ltda. O referido processo transitou em julgado em 11 de abril de 2012 (T4), com aprovação da operação sem restrições.

129. Já a Terphane alegou não existir qualquer tipo de barreira para a entrada de novos concorrentes no mercado brasileiro de filmes PET. Segundo a empresa, não haveria barreiras técnico-regulatórias, uma vez que não existiriam patentes e direitos de propriedade intelectual no mercado do produto, além do fato de que os regulamentos existentes, provenientes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), referir-se-iam unicamente a preocupações sanitárias mínimas relativas à migração em materiais, embalagens e equipamentos plásticos destinados a entrar em contato com alimentos.

130. No que diz respeito ao acesso a insumos de Filme PET, a Terphane informou que eventual novo entrante que quisesse se instalar no Brasil não enfrentaria dificuldades, visto que matérias-primas como MEG e o PTA seriam fornecidas por empresas situadas no país e que contariam com disponibilidade de fornecimento para atender eventual aumento de demanda. A Petroquímica Suape/PE, [CONFIDENCIAL] , enquanto a Oxiteno, produtora doméstica de MEG, apresentaria como sua vantagem competitiva o fato de sua capacidade de produção ser superior à demanda doméstica. A Terphane destacou ainda que, além da capacidade local, haveria possibilidade de importar tais matérias-primas de diversas origens no mercado global.

131. A Terphane argumentou que o tempo necessário para se efetivar uma entrada completa de eventual novo entrante tampouco constituiria barreira à entrada. [CONFIDENCIAL] .

132. Ainda, a Terphane informou que não existiriam barreiras à entrada em termos de economia de escala ou de escopo na produção de Filmes PET, dado que a possibilidade de maior margem de negociação com fornecedores e a redução de determinados custos fixos unitários, em razão da aquisição de insumos e da produção em escalas maiores, não deveriam ser vistas como impeditivo para que produtores de porte e produção menor sejam viáveis no mercado brasileiro.

133. Por fim, segundo a Terphane, barreiras derivadas da preferência dos consumidores em termos de lealdade à marca e diferenciação dos produtos e serviços seriam pouco relevantes para o produto em análise, já que não haveria diferenças de qualidade do produto sob análise da indústria doméstica em comparação com produtos importados.

134. Quanto aos atos de concentração no mercado do produto sob análise, a Terphane relatou que as transações mais recentes notificadas ao CADE envolvendo filme PET datam de 2010 (aquisição da Terphane pela Vision Capital) e 2011 (aquisição da Terphane pela TAC Holdings (Grupo Tredegar), as quais não geraram sobreposições e análise extensiva dos mercados envolvidos.

135. A Terphane destacou que no Ato de Concentração n° 08012.011767 / 2011-06, referente à aquisição da Terphane pela TAC Holdings, o CADE realizou questionamentos específicos às Requerentes para entender as diferenças entre BOPET e filmes PE. Na ocasião, entendeu-se que filmes PE e BOPET seriam produtos distintos, pois enquanto o último era tipicamente utilizado em embalagens do tipo stand-up pouches ou flat pouches para a indústria alimentícia, os filmes PE seriam usados mais como suporte para fraldas ou como camada externa para produtos de higiene (dentre os quais absorventes).

136. Para mais, a Terphane mencionou os Atos de Concentração n° 08700.004163/2017-32, n° 08700.001804/2018-88 e n° 08700.004281/2019-11, os quais envolvem insumos de filmes PET (PTA, PIA e MEG). O primeiro foi aprovado com restrições pelo Cade, com Acordo em Controle de Concentrações (ACC) a fim de assegurar a competitividade dos preços do insumo PTA, enquanto o segundo e terceiro foram aprovados sem restrições, dada a ausência de preocupações concorrenciais, como fechamento de mercado, do Cade frente a essas operações.

137. Apresentados os argumentos trazidos pelas partes interessadas, passa-se à análise da estrutura de mercado pela SDCOM. A existência de estruturas concentradas pode conduzir ao poder excessivo de mercado das empresas, expresso na capacidade de cobrar preços em excesso aos custos, proporcionando maiores lucros às expensas do consumidor e, consequentemente, a diminuição do bem-estar da economia.

138. Nesse contexto, o Índice Herfindahl-Hirschman (HHI) pode ser utilizado para avaliar o grau de concentração dos mercados. Esse índice é obtido pelo somatório do quadrado das participações de mercado (market shares) de todas as empresas de um dado mercado. O HHI pode chegar até 10.000 pontos, valor no qual há um monopólio, ou seja, há uma única empresa com 100% do mercado.

139. De acordo com o Guia de Análise de Atos de Concentração Horizontal, emitido pelo Cade, os mercados são classificados da seguinte forma:

a) Não concentrados: HHI abaixo de 1500 pontos;

b) Moderadamente concentrados: HHI entre 1.500 e 2.500 pontos; e

c) Altamente concentrados: HHI acima de 2.500 pontos.

140. No caso em análise, inicialmente será apresentada a composição do mercado brasileiro por empresas individualmente, de forma a não se perder a referência em relação às origens gravadas e ainda observar a evolução da participação da indústria doméstica sem a inclusão [CONFIDENCIAL] .

141. Nos termos da Circular Secex n° 61/2020, definiu-se como indústria doméstica a linha de produção de filmes PET da empresa Terphane Ltda., única fabricante nacional do produto sob análise, respondendo, portanto, pela totalidade da produção nacional. Assim, as participações de mercado evoluíram da forma a seguir no mercado brasileiro, considerando a indústria doméstica e os principais produtores/exportadores:

Tabela 12 - Participação (%) no mercado brasileiro de filme PET (produtores) [CONFIDENCIAL]

Produtor/ Exportador	T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9	T10
Terphane (ID)	50-60	60-70	60-70	60-70	50-60	60-70	60-70	50-60	60-70	70-80
Empresa 1	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	10-20	20-30	20-30	20-30	10-20
Empresa 2	0-10	0-10	0-10	10-20	20-30	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10
Empresa 3	10-20	10-20	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Empresa 4	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	10-20	0-10	0-10
Empresa 5	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Empresa 6	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Empresa 7	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Empresa 8	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Empresa 9	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Empresa 10	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Empresa 11	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Empresa 12	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Empresa 13	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Outros	0-10	0-10	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10

Legenda: Em laranja - exportador das origens sob análise; Azul - exportadores de outras origens gravadas.

Fonte: Processos MDIC/SECEX 52272.000935/2014-01 e SECEX nº 52272.004301/2020-68.

Elaboração: SDCOM.

142. A tabela mostra, de forma geral, um movimento de ganho de market share por parte da indústria doméstica e a consequente redução de participação das importações no mercado brasileiro. De T1 a T10, a Terphane aumentou sua participação de mercado em [CONFIDENCIAL]., alcançando o percentual de [CONFIDENCIAL] 70-80% no final do período, contra [CONFIDENCIAL] 20-30% de participação das importações totais.

143. A partir dos dados disponíveis, observa-se correspondência entre o aumento da concentração do mercado em torno da participação da indústria doméstica e as aplicações de medidas de defesa comercial. Com efeito, México e EAU estavam entre as origens mais relevantes para o mercado brasileiro entre T1 e T3 e, a partir da aplicação das medidas antidumping em T4, esses países passaram a exportar quantidades pouco significativas de filmes PET para o Brasil. Da mesma forma, Egito e Índia detinham participações representativas no mercado brasileiro em T4 e T5 e, a partir da aplicação das medidas antidumping em T6 e da medida compensatória em T7, as exportações desses países passaram a ser insignificantes ou inexistentes.

144. Nesse contexto, vale retomar aqui que, no âmbito da avaliação de interesse público acerca da aplicação de medidas antidumping definitivas sobre as importações de filmes PET originárias do Peru e do Barein, indicou-se que parte das sucessivas medidas de defesa comercial aplicadas incidiam sobre os mesmos grupos empresariais, os quais possuem plantas de fabricação de filmes PET em mais de uma origem, e que conseguiriam desviar suas exportações para outro país diante da aplicação da aplicação de uma medida de defesa comercial pelo Brasil.

145. Naquela oportunidade, o Parecer SEI n° 9/2019/CGIP/Secex/SECINT-ME destacou que o mercado global de filmes PET é composto por empresas transnacionais que produzem em diferentes localidades, tais como:

- grupo JBF (com plantas no Barein e nos Emirados Árabes Unidos);
- grupo UFlex (com fábricas na Índia, México, Egito, Emirados Árabes Unidos e outros locais);
- grupo Polyplex (com plantas na Tailândia, Turquia e Índia);
- grupo SRF (com plantas na Índia, Tailândia, Turquia e África do Sul); e
- grupo Terphane (plantas no Brasil e nos Estados Unidos da América).

146. Acrescentou que há ainda outros produtores asiáticos, tais como: Toray, Dupont Teijin, Tianjin Wanhua, Mitsubishi, Jiangsu, SKC Inc., Fuwei Films, entre outros, players estes importantes no mercado mundial de filmes PET.

147. Por fim, naquela oportunidade, chegou-se à seguinte conclusão, conforme o disposto no Anexo II da Portaria Secint nº 473/2019:

É possível se inferir, pela análise das importações brasileiras detalhadas por grupo empresarial que, ainda que seja elevado o número de medidas de defesa aplicadas pelo Brasil no mercado de filmes PET, em grande parte essa diversidade de origens se dá porque os grupos empresariais destinatários das medidas de defesa comercial possuem plantas também em outros países. Assim, grande parte das medidas simplesmente parecem ter sido replicadas em relação aos mesmos grupos exportadores, que, à medida que enfrentavam a aplicação de medidas sobre origens onde estavam localizadas algumas de suas plantas fabris, passavam em seguida a exportar a preços de dumping para o Brasil por meio de plantas situadas em outra origem, e assim por diante, reforçando a percepção de criação de comércio (via desvio de comércio), e não de destruição de comércio.

148. No âmbito da presente avaliação de interesse público, tal análise foi atualizada da mesma forma que na avaliação de interesse público, a qual envolveu os direitos antidumping vigentes em relação às origens China, Egito e Índia. Isso porque o intervalo temporal de análise realizada em 2019, se encerrou em junho de 2017, período que se insere em T8 da presente avaliação. Essa consideração se revela importante, uma vez que, de T2 a T8, a concentração de mercado oscilou relativamente pouco e apresentou até uma queda, mas, de T8 a T10, essa concentração aumentou de forma considerável, com a indústria doméstica aumentando sua participação em [CONFIDENCIAL] .

149. Ao observar a evolução da participação de mercado dos produtores individualmente, percebe-se que a Terphane, de T1 a T10, sempre deteve pelo menos [CONFIDENCIAL] do mercado brasileiro de filmes PET e, após a aplicação das medidas de defesa comercial alcançou o pico de [CONFIDENCIAL] 70-80%, conforme já mencionado. No período como um todo a participação média da indústria doméstica foi de [CONFIDENCIAL] 60-70%.

150. Entre os exportadores, destacaram-se a [CONFIDENCIAL] de T1 a T3, com participação média de [CONFIDENCIAL]10-20%, a [CONFIDENCIAL] de T4 a T6, com participação média de [CONFIDENCIAL] 10-20%, e a [CONFIDENCIAL] de T7 a T10, com participação média de [CONFIDENCIAL] 20-30%.

151. No que se refere a produtores não gravados, destacam-se os da Tailândia, origem gravada entre 2008 (antes de T1) e 2013 (T5) e que pode retomar uma posição relevante no mercado brasileiro. Com efeito, a unidade tailandesa do grupo [CONFIDENCIAL] já ocupa, em T10, a segunda posição entre os exportadores mais relevantes, com participação de [CONFIDENCIAL] 0-10%, apesar da grande distância para o primeiro colocado, [CONFIDENCIAL], que detém [CONFIDENCIAL] 10-20% do mercado nesse período.

152. Quando são analisados os principais grupos empresariais, tem-se o panorama apresentado a seguir:

Tabela 13 - Participação (%) no mercado brasileiro de filme PET (grupos empresariais) e cálculo do HHI[CONFIDENCIAL]

Grupo	T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9	T10
Grupo 1	50-60	60-70	60-70	60-70	50-60	60-70	60-70	50-60	60-70	70-80
Grupo 2	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	10-20	20-30	20-30	20-30	10-20
Grupo 3	20-30	10-20	10-20	10-20	20-30	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10
Grupo 4	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	10-20	0-10	0-10
Grupo 5	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Grupo 6	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Grupo 7	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Grupo 8	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Grupo 9	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Outros	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
HHI	3.663,2	4.524,5	4.442,2	4.525,8	4.012,3	4.038,8	4.356,9	4.090,1	4.645,8	5.470,4

Fonte: Processos MDIC/SECEX 52272.000935/2014-01 e SECEX nº 52272.004301/2020-68.

Elaboração: SDCOM.

153. Ao observar o período como um todo, percebe-se que o mercado permaneceu altamente concentrado, com níveis superiores a 2.500 pontos, durante todo o intervalo de tempo considerado. Ademais, verifica-se um movimento de concentração, tendo a pontuação do índice HHI passado de 3.663 pontos em T1 para 5.470 em T10, um aumento de 49%.

154. Verifica-se que, de T1 a T6, o grupo exportador que teve participação mais significativa no mercado brasileiro foi [CONFIDENCIAL], sendo substituído em seguida nessa posição por [CONFIDENCIAL], que exportou maiores volumes para o Brasil de T7 a T10. Fora esses, o grupo [CONFIDENCIAL] se destaca pela regularidade, ocupando a segunda posição entre os exportadores de maior participação em alguns períodos (T1, T3, T4, T5 e T10) e não apresentando exportações nulas no intervalo entre T1 e T10.

155. Quanto ao Ato de Concentração nº 08012.011767/2011-06, referente à aquisição da Terphane pela TAC Holdings, concluído em T4, não há elementos que indiquem que tal operação possa ter influenciado de maneira significativa na concentração do mercado brasileiro de filmes PET.

156. Sobre possíveis barreiras à entrada, indica-se que não houve entrada de qualquer nova empresa no período de mais de dez anos contido entre T1 e T10, sendo que possíveis novos entrantes teriam em contexto de rivalidade local empresa que detém mais de [CONFIDENCIAL] do mercado e com capacidade ociosa, como será detalhado no subitem 2.3.1. Nesse cenário, questões de economia de escala podem desincentivar o aumento de capacidade produtiva, conforme corroborado pelo [CONFIDENCIAL] no trecho a seguir:

[CONFIDENCIAL] .(grifo nosso)

157. Diante de todo o exposto, em consonância aos resultados encontrados na avaliação de interesse público referente às medidas antidumping aplicadas a Egito, Índia e China, observa-se que, após aplicação das medidas de defesa comercial às importações originárias das origens gravadas, houve uma elevação nos níveis de concentração de mercado, o que pode ser explicado pela redução na participação de importações ao longo do tempo e pelo aumento da participação de mercado da Terphane, única produtora nacional.

158. Especificamente em relação aos grupos exportadores, pode-se dizer que as medidas de defesa comercial aplicadas principalmente no contexto temporal da revisão em curso, tiveram o condão de mitigar a concorrência em relação a grupos de alcance global, ganhando relevância uma competição de produtores regionais, no âmbito da América Latina, quais sejam [CONFIDENCIAL].

159. Não obstante a isso, não se pode descartar um possível crescimento da Tailândia, origem que deixou de estar gravada em T5, e cujos representantes, integrantes dos grupos [CONFIDENCIAL], têm voltado gradativamente a participar do mercado brasileiro desde então. Nesse mesmo sentido, destaca-se ainda a representatividade de outros grupos não tradicionais, respondentes por franja expressiva no mercado brasileiro, como registrado em T10 com cerca de [CONFIDENCIAL] 0-10% de participação do mercado brasileiro.

2.2 Oferta internacional do produto sob análise

2.2.1 Origens alternativas do produto sob análise

160. A análise de produtos similares de outras origens busca verificar a disponibilidade de produtos similares ao produto objeto da medida de defesa comercial. Para tanto, verifica-se se existem fornecedores de produto igual ou substituto em outras origens sobre as quais não foram aplicadas medidas de defesa comercial. Nesse sentido, é necessário considerar também os custos de internação e a existência de barreiras à importação dessas origens, como barreiras técnicas, além de outros elementos que podem dificultar o acesso ao produto estrangeiro.

161. Convém destacar que mesmo origens gravadas podem continuar a ser ofertantes do produto. Muito embora, em termos de comércio internacional, é possível indicar que, com a aplicação de medidas de defesa comercial, existam desvios de comércio, a depender das características de mercado e do produto, e outras origens passem a ganhar relevância nas importações ao Brasil.

162. A esse respeito, a Terphane arguiu que ao longo do período analisado, observou-se intensa disputa entre a empresa e fornecedores estrangeiros, o que se refletiria em variações nas participações da produção local e das importações no mercado brasileiro.

163. De acordo com a Terphane, deve-se considerar que a aplicação de medidas antidumping não implicaria no "fechamento" do mercado brasileiro para todas as origens afetadas e que a redução significativa das importações de uma determinada origem gravada poderia ser explicada pela existência de grandes grupos que possuem plantas em diversos países e transferem suas exportações para o Brasil do país afetado para outra planta localizada em outro país. Nesse sentido, as importações brasileiras de filme PET originárias do Peru demonstrariam que a imposição da mais recente medida antidumping sobre o produto em julho de 2019 não acarretaria qualquer fechamento do mercado brasileiro, uma vez que o Peru se manteve como principal fornecedor estrangeiro do mercado brasileiro.

164. Ademais, a Terphane salientou que a presença das importações a preços de dumping ao longo de todo o período, além de gerar impactos negativos sobre a indústria doméstica, também afastou outros fornecedores potenciais, os quais não seriam capazes de competir com preços demasiadamente baixos.

2.2.1.1 Produção mundial do produto sob análise

165. A Terphane apresentou dados de estudo da Wood Mackenzie Chemicals, de maio de 2020, referentes à capacidade, produção e grau de utilização mundial de filmes de menor espessura (thin films) por região, em 2019, conforme a tabela abaixo.

Tabela 14 - Capacidade, Produção e Grau de Utilização de thin films em 2019 (mil toneladas) [CONFIDENCIAL]

Região	Capacidade	Produção	Grau de Ocupação (%)
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Total	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

Fonte: Wood Mackenzie Chemicals.

Elaboração: Terphane.

166. Conforme a tabela acima, em 2019, cerca de [CONFIDENCIAL] . Ainda, a América do Norte e Europa apresentavam-se como produtores com alguma representatividade, sendo detentoras de.

167. No caso específico da América Latina e Caribe, segundo o estudo da Wood Mackenzie Chemicals, [CONFIDENCIAL] .

168. No que diz respeito ao nível de produção, a Terphane afirmou, a partir dos dados do estudo, que a capacidade de produção mundial disponível corresponderia a cerca de [CONFIDENCIAL] , fato que comprovaria a ampla disponibilidade de origens alternativas para importação brasileira de filme PET. A empresa destacou, ainda, a existência de 18 países produtores de filme PET não afetados por medidas antidumping entre os quais, EUA, Coreia do Sul, Japão, Tailândia, Indonésia e Taiwan, que possuiriam capacidade produtiva de, aproximadamente, [CONFIDENCIAL] .

169. Por fim, a Terphane apontou a existência de grupos de empresas, detentores de plantas produtivas em diversos países, fato que atestaria a grande concorrência e baixa concentração do mercado de filme PET no mundo, conforme pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 15 - Capacidade produtiva dos maiores produtores de filme BOPET mundiais em 2019 [CONFIDENCIAL]

	Produtor	Localização das plantas	Capacidade (kt)	Participaçao
1	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
2	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
3	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
4	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
5	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
6	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
7	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
8	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
9	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
10	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
11	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
12	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
13	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
14	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
15	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
16	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
17	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
18	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
19	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
20	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
	Outros		[CONF.]	[CONF.]
	Capacidade Mundial		[CONF.]	100%

Legenda: * Origens gravadas.
Elaboração: SDCOM.
Fonte: Wood Mackenzie Chemicals

170. A tabela acima indica que a China possui relevantes players produtores mundiais, incluindo o produtor de maior capacidade mundial, [CONFIDENCIAL]. Por outro lado, nota-se que outros grandes produtores possuem plantas em origens não afetadas por medidas de defesa comercial. Além disso, faz-se necessário destacar que, por mais que as empresas em questão representem mais da metade da capacidade produtiva de filme PET, cerca de 40% da capacidade mundial pertence a outros produtores menores pulverizados.

2.2.1.2 Exportações mundiais do produto sob análise

171. A esse respeito, a Terphane apresentou dados de exportação, extraídos do TradeMap, dos 27 países produtores de filme PET identificados no estudo da Wood Mackenzie Chemicals, de forma a reduzir a abrangência a posição do SH 3920.69, a qual abrangeria produtos fora do escopo de investigação antidumping. Dessa forma, a Terphane relatou [CONFIDENCIAL] .

172. Na tabela a seguir, são apresentados os principais exportadores de filmes PET (HS6 - 392062) tendo como referência 2020, com base na disponibilidade de dados do Trade Map.

Tabela 16 - Participação Mundial dos Exportadores - 2020 (1.000 US$)

	País Exportador	Valor exportado	Participação nas exportações mundiais (%)
1	Coreia do Sul	1.292.991,00	14,8
2	Japão	1.170.681,00	13,4
3	China	1.096.530,00	12,5
4	Alemanha	629.575,00	7,2
5	Taipé Chinês	530.638,00	6,1
6	EUA	507.770,00	5,8
7	Índia	318.617,00	3,6
8	Itália	290.635,00	3,3
9	Omã	261.560,00	3,0
10	Tailândia	250.816,00	2,9
11	Turquia	232.909,00	2,7
12	Bélgica	205.391,00	2,3
13	Portugal	180.332,00	2,1
14	Polônia	179.962,00	2,1
15	Hong Kong	169.066,00	1,9
16	Indonésia	142.483,00	1,6
17	Malásia	113.545,00	1,3
18	Reino Unido	112.417,00	1,3
19	México	102.031,00	1,2
20	Países Baixos	99.550,00	1,1
21	Canadá	84.582,00	1,0
22	Lituânia	79.719,00	0,9
23	Barein	75.070,00	0,9
24	Peru	70.049,00	0,8
25	Espanha	53.575,00	0,6

Fonte: Trade Map.
Elaboração: SDCOM.

173. Da tabela, observa-se que a Índia representou 3,6% das exportações mundiais, em termos de valor, sendo a sétima maior exportadora em 2020. Quando são consideradas todas as origens gravadas, essa participação aumenta para 22,0% (os EAU representaram 0,3% e o Egito teve participação menor que 0,1% nas exportações mundiais referentes ao código 392062).

174. Por outro lado, a principal origem exportadora, a Coreia do Sul, não foi gravada por medidas de defesa comercial do Brasil, sendo responsável por 14,8% do valor exportado no mundo. Ademais, entre as dez origens mais relevantes, outras sete, além da já citada Coreia do Sul, não são objeto de medidas de defesa comercial brasileiras, totalizando 56,5% das exportações mundiais.

2.2.1.3 Fluxo de comércio (exportações - importações) do produto sob análise

175. Com o intuito de avaliar o perfil dos maiores exportadores listados acima, buscou-se também identificar as importações de tais origens com base no fluxo de comércio (exportações - importações).

176. Em sua resposta ao Questionário de Avaliação de Interesse Público, a Terphane argumentou que o fato de um país apresentar déficit não significaria capacidade limitada para atender o seu mercado doméstico, visto que [CONFIDENCIAL] .

177. O fluxo de comércio, em termos de valor, dos principais países exportadores no nível do produto (HS6) é apresentado na tabela a seguir:

Tabela 17 - Fluxo de comércio por país (2020)

	País Exportador	Valor (fluxo de comércio)
1	Coreia do Sul	734.116,00
2	Japão	704.822,00
3	China	- 1.223.106,00
4	Alemanha	165.910,00
5	Taipé Chinês	371.453,00
6	EUA	- 357.503,00
7	Índia	231.341,00
8	Itália	- 46.779,00
9	Omã	259.855,00
10	Tailândia	166.283,00
11	Turquia	158.760,00
12	Bélgica	8.385,00
13	Portugal	145.372,00
14	Polônia	43.583,00
15	Hong Kong	- 30.513,00
16	Indonésia	52.023,00
17	Malásia	- 15.770,00
18	Reino Unido	- 141.557,00
19	México	- 274.321,00
20	Países Baixos	- 9.292,00
21	Canadá	- 86.967,00
22	Lituânia	68.802,00
23	Barein	74.686,00
24	Peru	49.054,00
25	Espanha	- 108.387,00

Fonte: Trade Map.
Elaboração: SDCOM.

178. Em relação às origens gravadas, verificou-se que a Índia possui o maior superávit comercial no produto, ratificando o perfil exportador dessa origem, em contraponto a outra origem gravada, China, com déficit comercial expressivo. Das origens não gravadas, destacam-se os déficits registrados em relação a EUA e Itália, além do superávit apresentado pela Coreia do Sul.

2.2.1.4 Importações brasileiras do produto sob análise

179. Uma vez verificadas origens com potencial para abastecer o mercado brasileiro e as considerações apresentadas, passa-se à análise concreta das importações brasileiras.

180. A esse respeito, o Cade ponderou que origens que tiveram alguma representatividade no abastecimento do mercado brasileiro tiveram suas importações significativamente reduzidas após a imposição de medidas de defesa comercial (Barein, Emirados Árabes e Egito). Acrescentou que, apesar de também gravados, Peru conseguiu se manter como principal exportador do produto para o Brasil e a Turquia, apesar da baixa participação, se manteve estável. Destacou ainda que as importações indianas caíram no período.

181. Nesse contexto, o Cade apresentou o seguinte posicionamento:

O Cade vê com preocupação um mercado internacional cujas principais origens estejam gravadas com barreiras de entrada e cujas principais empresas fornecedoras estejam gravadas com medidas de defesa comercial. Por mais que haja prática de dumping danoso nas outras origens, é de se perguntar se, para o mercado nacional, a aplicação de medida compensatória - para uma origem já gravada com medida antidumping estaria gerando impacto negativo para a sociedade como um todo. Em especial, se avaliarmos a distorção que tais medidas podem trazer para o comportamento da concorrência internacional de Filme PET.

182. Já a Terphane alegou que, durante todo o período sob análise, mesmo com a investigação e aplicação de medidas comerciais para algumas origens, o mercado se adaptou encontrando sempre novas fontes de fornecimento, mantendo a representatividade e efetividade das importações no mercado doméstico brasileiro, com fontes efetivas importantes, como o Peru e Estados Unidos, e outras com grande potencial de crescimento, como Tailândia e Paquistão.

183. Relatadas as manifestações disponíveis, são analisados a seguir os dados depurados acerca da evolução das importações brasileiras, tanto em números absolutos como em participações correspondentes nas importações totais. Para observar, principalmente, o comportamento das importações após a imposição de medidas antidumping sobre Peru e Barein em T10, foram acrescidos dados do cenário recente, composto pelo período completo T11 e pelo período parcial de 6 meses, T12.

184. Verifica-se que, entre T1 e T5, as importações de China, Egito e Índia, origens objeto da investigação de dumping, apresentaram crescimento expressivo, passando de [CONFIDENCIAL] t em T1 para [CONFIDENCIAL] t em T5, quando passaram a corresponder a [CONFIDENCIAL] 80-90% das importações totais. Em seguida, após a aplicação das medidas antidumping sobre as importações de China, Egito e Índia em T6 e da medida compensatória sobre as importações da Índia em T7, essas importações caíram praticamente com a mesma intensidade com que haviam crescido, de forma que a participação nas importações totais foi de apenas [CONFIDENCIAL] 0-10% em T10.

185. Especificamente em relação à Índia, origem também sujeita à medida compensatória, as importações alcançaram um pico em T4, com [CONFIDENCIAL] t e participação de [CONFIDENCIAL] 20-30% no total. Em T10, esses números caíram para [CONFIDENCIAL] t e [CONFIDENCIAL]0-10%.

186. Entre as demais origens gravadas, destaca-se, até T3, a participação do México, quando era responsável sozinho por [CONFIDENCIAL] 30-40% das importações totais brasileiras. Após a aplicação das medidas antidumping sobre as importações de EAU, México e Turquia em T4, as importações peruanas começam a despontar como alternativas para abastecimento do mercado brasileiro, chegando a representar [CONFIDENCIAL] 60-70% das importações totais em T9.

187. No cenário adicional traçado, ou seja, após a aplicação das medidas antidumping sobre as importações de Peru e Barein em T10, não são observadas variações significativas em relação aos volumes importados das origens sob análise, China, Egito e Índia. No que se refere às origens gravadas nesse período, verificam-se, após T10, queda a volumes irrisórios das importações do Barein e crescimento das importações peruanas. Ademais, destacam-se o crescimento das importações de Tailândia e Paquistão.

188. De T10 a T11, as importações originárias do Peru, que são beneficiadas por preferência tarifária, cresceram 17,2%, as da Tailândia, 111,4% e as do Paquistão, 25,9%. Com isso, as importações totais aumentaram 18,9% nesse ínterim. Ademais, quando se observa a evolução de T10 a T12, constata-se crescimento dos volumes totais em valores absolutos, ainda que T12 abranja um intervalo de apenas seis meses. Assim, de T10 a T12, o total importado cresceu 37,1%, com participação relevante das importações de Peru, Tailândia e Paquistão, que cresceram 23,5%, 163,5% e 25,0%, respectivamente, nesse intervalo.

189. Quanto à representatividade das origens nas importações brasileiras, as importações peruanas apresentaram leve queda de participação em relação ao total no cenário recente, mas o Peru segue como origem mais relevante para atender a demanda nacional, de forma isolada, com [CONFIDENCIAL] 50-60% do total em T11. No mesmo período, Tailândia e Paquistão também apresentaram participação significativa, com [CONFIDENCIAL] 10-20% do[CONFIDENCIAL] 0-10% das importações totais.

190. Tais evoluções das importações podem ser observadas nas tabelas a seguir:

Tabela 18 - Evolução das importações (número-índice) [CONFIDENCIAL]

Origens	T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9	T10	T11	T12
Índia	100,0	679,1	1.280,9	2.074,1	1.911,0	452,0	200,1	140,3	297,0	182,5	175,1	115,5
Total sob análise	100,0	679,1	1.280,9	2.074,1	1.911,0	452,0	200,1	140,3	297,0	182,5	175,1	115,5
China	100,0	465,0	834,9	473,2	646,7	115,4	105,5	202,9	246,0	190,7	145,3	81,7
Egito	-	-	-	100,0	211,3	121,1	0,0	-	-	-	-	-
Peru	-	-	-	-	100,0	776,2	1.778,3	1.755,5	2.421,3	1.608,6	1.885,9	1.986,8
México	100,0	109,1	114,9	40,5	-	0,0	0,1	3,4	7,1	3,0	1,9	1,8
Bareine	-	-	-	-	-	100,0	100,8	170,7	51,1	0,7	0,3	4,3
EUA	100,0	152,5	139,0	137,7	133,0	99,5	112,7	81,8	124,2	114,7	82,1	66,7
EAU	100,0	52,7	20,9	-	5,8	0,0	0,7	0,3	-	-	-	-
Turquia	100,0	18,8	11,2	15,8	6,4	9,4	9,8	40,9	30,5	23,1	9,4	13,9
Tailândia	-	-	-	-	100,0	20.276,7	74.050,9	13.223,4	24.672,5	63.072,0	133.304,5	166.225,3
Coréia do Sul	100,0	61,8	56,2	67,0	44,9	32,2	75,3	93,9	110,4	63,6	32,9	48,6
Taiwan (Formosa)	100,0	188,6	157,3	134,4	23,4	125,7	148,8	140,9	110,4	103,1	8,9	-
Alemanha	100,0	93,6	94,3	121,7	167,5	210,7	218,5	222,6	69,1	43,0	83,2	37,7
Paquistão	-	-	-	100,0	409,4	-	-	-	332,8	5.140,3	6.469,7	6.427,0
Demais países*	100,0	27,0	47,2	73,9	42,9	117,4	85,0	132,1	89,7	69,3	152,9	440,4
Total exceto sob análise	100,0	75,6	69,0	65,7	90,5	105,9	118,9	131,6	133,3	99,9	117,1	137,5
Total geral	100,0	83,5	84,8	91,8	114,2	110,4	119,9	131,7	135,3	101,0	120,1	138,5

Fonte: RFB.
Elaboração: SDCOM.
*As outras origens incluem: África do Sul, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Hong Kong, Hungria, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, Malásia, Omã, Paraguai, Polônia, Portugal, Reino Unido, Rússia, Singapura, Suécia, Suíça, República Tcheca, Uruguai e Vietnã.

Tabela 19 - Participação nas importações totais (%) [CONFIDENCIAL]

Origens	T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9	T10	T11	T12
Índia	0-10	10-20	10-20	20-30	20-30	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Total sob análise	0-10	10-20	10-20	20-30	20-30	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
China	0-10	0-10	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Egito	0-10	0-10	0-10	30-40	50-60	30-40	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Peru	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	20-30	50-60	40-50	60-70	50-60	50-60	50-60
México	20-30	30-40	30-40	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Bareine	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	10-20	10-20	20-30	0-10	0-10	0-10	0-10
EUA	0-10	10-20	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
EAU	30-40	20-30	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Turquia	10-20	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Tailândia	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	10-20	10-20
Coréia do Sul	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10

Taiwan (Formosa)	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Alemanha	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Paquistão	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10
Demais países	0-10	0-10	0-10	0-10	0-10	20-30	50-60	40-50	60-70	50-60	50-60	50-60
Total exceto sob análise	90-100	80-90	80-90	70-80	70-80	90-100	90-100	90-100	90-100	90-100	90-100	90-100
Total geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: RFB.
Elaboração: SDCOM.

*As outras origens incluem: África do Sul, Argentina, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Espanha, Finlândia, França, Holanda, Hong Kong, Hungria, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Luxemburgo, Malásia, Omã, Paraguai, Polônia, Portugal, Reino Unido, Rússia, Singapura, Suécia, Suíça, República Tcheca, Uruguai e Vietnã.

191. Na esteira da análise apresentada na avaliação de interesse público realizada em 2019, observa-se que, enquanto há uma alternância entre as trajetórias das origens sob análise e das outras origens gravadas, existe uma tendência de crescimento das importações totais entre T1 e T9, o que levou a se descartar eventual queda significativa de comércio naquela avaliação de interesse público. No entanto, passado o pico de importações em T9, as importações totais caíram 25,4% ([CONFIDENCIAL]) até T10, resultado de uma queda expressiva nas importações provenientes das outras origens gravadas, principalmente Barein e Peru. Com isso, após terem experimentado um crescimento, o volume das importações totais reduziu em 11,51% ([CONFIDENCIAL]) entre T5 e T10. Quando se comparam T1 e T10, houve crescimento de apenas 1% ([CONFIDENCIAL]). No entanto, como já mencionado, tanto as importações peruanas como os totais passaram a apresentar tendência de crescimento a partir de T11. O resultado, portanto, é que em T12 as importações totais alcançam seu pico em toda a série histórica, superando inclusive T9, que era o período com o maior volume de importações do projeto sob análise.

192. Quanto à evolução das importações de acordo com os grupos internacionais produtores de filmes PET, nota-se um comportamento de desvio de comércio intragrupo principalmente para o grupo [CONFIDENCIAL] entre T1 e T5, e na trajetória consistente das importações do grupo [CONFIDENCIAL] , em todo o período analisado. Já o grupo [CONFIDENCIAL] exportou volumes significativos de forma descontínua entre T1 e T3 e entreT6 e T9.

193. Não obstante, conforme já relatado no subitem 2.1.4, a partir de T7 as medidas de defesa comercial foram capazes de mitigar a concorrência em relação a grupos de alcance global, ganhando relevância uma competição de produtores regionais, no âmbito da América Latina, quais sejam [CONFIDENCIAL] . Ademais, as importações do grupo [CONFIDENCIAL] apresentam tendência de alta no cenário recente, entre T10 e T12, mas ainda dentro das faixas de oscilação apresentadas pelo grupo no período como um todo.

194. Assim, no período entre T6 e T10, correspondente a revisão em curso, houve queda da relevância das importações de China, Egito e Índia, e consolidação das importações peruanas como principal origem alternativa para atendimento da demanda brasileira de filmes PET.

195. A relevância das importações originárias do Peru se manteve mesmo após aplicação da medida antidumping, devendo-se lembrar que essa origem é beneficiada por preferência tarifária, conforme será detalhado no subitem 2.2.2. Destaque-se ainda a evolução crescente das importações de Tailândia e Paquistão, que seguem significativas até T12.

196. No que se refere à atuação dos grupos exportadores internacionais, o cenário recente reforça uma tendência de regionalização da competição no mercado brasileiro de filmes PET, com a rivalidade ocorrendo entre a produção da Terphane, instalada em solo nacional, e a produção originária do Peru.

2.2.1.4 Preço das importações brasileiras do produto sob análise

197. Para aprofundar o exame da existência de possíveis fontes alternativas do produto, também é válido verificar a evolução de preços cobrados por origens gravadas e não gravadas, conforme quadro abaixo.

Tabela 17 - Evolução de preço de importações (número-índice)

[CONFIDENCIAL]

Origens	T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9	T10	T11	T12[26]
Índia	100,0	117,8	144,3	97,6	90,3	97,9	107,9	91,8	76,9	102,6	102,7	94,3
Total sob análise	100,0	117,8	144,3	97,6	90,3	97,9	107,9	91,8	76,9	102,6	102,7	94,3
China	100,0	95,6	118,3	79,7	75,8	105,9	122,2	129,8	116,4	150,2	119,4	117,5
Egito	-	-	-	100,0	93,8	86,8	644,9	-	-	-	-	-
Peru	-	-	-	-	100,0	87,2	77,7	75,8	82,1	88,7	82,6	78,0
México	100,0	135,1	193,0	144,4	-	651,7	770,5	307,8	172,4	230,5	130,7	98,3
Bareine	-	-	-	-	-	100,0	86,2	80,5	92,0	164,3	129,6	80,1
EUA	100,0	106,9	133,9	128,2	121,7	193,2	104,7	134,8	141,7	153,0	132,7	116,5
EAU	100,0	110,9	214,1	-	107,9	113,9	147,8	150,6	-	-	-	-
Turquia	100,0	101,3	147,1	135,3	128,4	153,4	107,8	96,8	116,4	128,5	126,7	101,5
Tailândia	-	-	-	-	100,0	66,2	52,5	51,5	58,8	67,0	67,6	66,5
Coréia do Sul	100,0	135,8	106,5	70,9	92,9	151,8	137,0	168,2	160,0	147,0	147,7	158,2
Taiwan (Formosa)	100,0	133,8	176,9	128,0	144,3	259,4	198,7	213,9	165,5	176,1	528,0	-
Alemanha	100,0	140,9	148,5	115,1	106,5	53,1	51,3	51,7	126,5	137,3	72,5	112,3
Paquistão	-	-	-	100,0	95,6	-	-	-	98,5	93,5	85,6	79,6
Total geral	100,0	128,7	173,4	126,4	114,9	116,4	96,7	99,8	106,2	118,2	101,4	88,5

Fonte: RFB.
Elaboração: SDCOM.

198. Conforme apresentado acima, observa-se que o preço das importações indianas esteve quase sempre abaixo do preço médio das importações, tendo superado apenas em T1, T7 e T12. O preço das importações dessa origem, objeto da revisão em curso, aumentou 13,6% de T5 a T10 e 2,6% de T1 a T10.

199. Destaca-se que as importações peruanas, que são representativas desde T6, apresentaram sempre preços abaixo da média geral, comportamento que se manteve mesmo após a imposição da medida antidumping, possivelmente consequência da preferência tarifária a esta origem. As origens não gravadas Tailândia e Paquistão também se destacam com preços competitivos.

200. Em T11, a origem com menor preço médio dentre todas foi o Paquistão, seguida de Peru e Tailândia, nessa ordem. Assim, vale ressaltar que tanto Tailândia quanto Paquistão não estão entre as origens gravadas.

2.2.1.5 Conclusões sobre origens alternativas

201. Considerando o quanto exposto, observam-se os seguintes elementos finais:

a) Entre os vinte maiores grupos produtores de filmes PET, vários possuem plantas ativas ou planejadas para o curto prazo em origens não gravadas. Além disso, destaca-se que, por mais que as empresas em questão representem mais da metade da capacidade produtiva de filme PET, cerca de 40% da capacidade mundial pertence a outros produtores menores. Quanto à capacidade instalada na América Central e do Sul, [CONFIDENCIAL] .

b) A Índia representou 3,6% das exportações mundiais, em termos de valor, sendo a sétima maior exportadora em 2020. Quando são consideradas todas as origens gravadas, essa participação aumenta para 22,0%.

c) Sobre o fluxo comercial, verificou-se que a Índia possui o maior superávit comercial no produto, ratificando o perfil exportador dessa origem, em contraponto a outra origem gravada, China, com déficit comercial expressivo. Das origens não gravadas, destacam-se os déficits registrados em relação a EUA e Itália, além do superávit apresentado pela Coreia do Sul.

d) No período entre T6 e T10, correspondente a revisão em curso, houve queda da relevância das importações de China, Egito e Índia, e consolidação das importações peruanas como principal origem alternativa para atendimento da demanda brasileira de filmes PET.

e) A relevância das importações originárias do Peru se manteve mesmo após aplicação da medida antidumping, devendo-se lembrar que essa origem é beneficiada por preferência tarifária. Destaque-se ainda a evolução das importações de Tailândia e Paquistão, que seguem significativas até T12.

f) No que se refere à atuação dos grupos exportadores internacionais, o cenário recente reforça uma tendência de regionalização da competição no mercado brasileiro de filmes PET, com a rivalidade ocorrendo entre a produção da Terphane, instalada em solo nacional, e a produção originária do Peru.

g) Em termos da evolução de preços de importação, as importações peruanas, que são representativas desde T6, apresentaram sempre preços abaixo da média geral, comportamento que se manteve mesmo após a imposição da medida antidumping. As origens não gravadas Tailândia e Paquistão também se destacam com preços competitivos. Com efeito, em T11, a origem com menor preço médio dentre todas foi o Paquistão, seguida de Peru e Tailândia, nessa ordem. Assim, vale ressaltar que tanto Tailândia quanto Paquistão não estão entre as origens gravadas.

202. Assim, há elementos que sinalizam a existência de origens não gravadas com capacidade instalada disponível para atender ao mercado brasileiro de filmes PET. Essa capacidade produtiva está associada tanto aos vinte maiores produtores mundiais, como a produtores de menor escala. Tal cenário é semelhante quando são consideradas as exportações mundiais, existindo várias origens não gravadas entre os principais exportadores.

203. Ao observar as importações efetivamente realizadas para atender à demanda nacional, nota-se que as origens sob análise, China, Egito e Índia perderam relevância, mas as importações peruanas se consolidaram como principal origem para as importações brasileiras, mesmo após serem gravadas pela medida antidumping. Esse comportamento das importações trouxe cenário de regionalização da competição no mercado brasileiro de filmes PET. No entanto, o período recente, mormente a partir de T10, reforça o surgimento da Tailândia, origem que esteve gravada até T5, e Paquistão, como origens alternativas (em volume e preço).

204. Registra-se, por fim, que a Resolução Gecex nº 203/2021, publicada em 21 de maio de 2021, prorrogou a aplicação das medidas antidumping vigentes sobre as importações originárias de Egito, Índia e China, promovendo atualização dos direitos e suspendendo as medidas para Egito e China, em razão da existência de dúvidas quanto à provável evolução futura das importações do produto objeto de direito antidumping, nos termos do art. 109 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

205. Assim, não se pode descartar uma possível alteração do fluxo de comércio das origens objeto da revisão de dumping, em função dos ajustes de direitos e suspensão das medidas para Egito e China. No caso da suspensão com base no art. 109 do Decreto nº 8058, vale lembrar que a cobrança do direito será imediatamente retomada caso o aumento das importações ocorra em volume que possa levar à retomada do dano, conforme previsto em seu parágrafo único.

2.2.2 Barreiras tarifárias e não tarifárias ao produto sob análise

2.2.2.1 Medidas de defesa comercial aplicadas ao produto

206. Com base em informações do Parecer SDCOM nº 24/2020 e do sítio eletrônico do Portal Integrado de Inteligência Comercial (Integrated Trade Intelligence Portal - I-TIP) da Organização Mundial do Comércio (OMC), encontram-se vigentes sobre importações indianas medidas compensatórias aplicadas pelos Estados Unidos desde 2002 e pela Turquia desde 2009. Há também medidas antidumping vigentes aplicadas pela Coreia do Sul em 2008 e pelos Estados Unidos em 2002 aos filmes PET originários da Índia. Nota-se, portanto, que a Índia, origem sob análise, é alvo de outras cinco medidas defesa comercial aplicadas por outros países.

207. A tabela abaixo condensa as informações sobre aplicações de medida de defesa comercial atualmente em vigor sobre importações de filmes de PET.

Tabela 18 - Medidas de defesa comercial aplicadas ao produto

País aplicador	País afetado	Tipo de medida	Em vigor desde
Brasil	Bareine	AD	2019
Brasil	China	AD	2015
Brasil	Egito	AD	2015
Brasil	Índia	AD	2015
Brasil	Índia	MC	2016
Brasil	México	AD	2012
Brasil	Peru	AD	2019
Brasil	Turquia	AD	2012
Brasil	Emirados Árabes Unidos	AD	2012
Coreia do Sul	China	AD	2008
Coreia do Sul	Índia	AD	2008
Coreia do Sul	Taipé Chinês	AD	2018
Coreia do Sul	Tailândia	AD	2018
Coreia do Sul	Emirados Árabes Unidos	AD	2018
Turquia	Índia	MC	2009
Estados Unidos	China	AD	2008
Estados Unidos	Índia	AD	2002
Estados Unidos	Índia	MC	2002
Estados Unidos	Taipé Chinês	AD	2002
Estados Unidos	Emirados Árabes Unidos	AD	2008

Fonte: OMC.
Elaboração: SDCOM

2.2.2.2 Tarifa de importação

208. A tarifa relativa aos itens 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99 da NCM, referentes ao produto sob análise esteve em 16% ao longo de toda a série analisada.

209. A esse respeito, a Terphane declarou que a alíquota do imposto de importação sobre filmes PET não representaria vantagem competitiva a empresa, visto que a tarifa decorreria da estrutura da Tarifa Externa Comum (TEC), a qual foi elaborada (inclusive suas revisões), considerando a realidade das economias que integram o MERCOSUL.

210. Ao se considerar o nível agregado do produto objeto (HS6 392062), para fins de comparação com o cenário internacional, verifica-se que a tarifa brasileira de 12,5% é mais alta que a cobrada por 72,9% dos países que reportaram suas alíquotas à OMC.

211. Ademais, a tarifa externa comum é mais elevada que a dos principais exportadores mundiais: Coreia do Sul (6,5%), China (6,5%) e Japão (4,8%).

2.2.2.3 Preferências tarifárias

212. Os itens 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99 da NCM, referentes ao produto sob análise, são objeto das seguintes preferências tarifárias, concedidas pelo Brasil/Mercosul, que reduzem a alíquota do imposto de importação incidente sobre o produto:

Tabela 20 - Preferências Tarifárias - NCM 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99

País/Bloco	Base Legal	Preferência Tarifária
Argentina	ACE18 - Mercosul	100%
Bolívia	ACE36-Mercosul-Bolivia	100%

Chile	ACE35-Mercosul-Chile	100%
Colômbia	ACE59 - Mercosul - Colômbia	100%
Cuba	APTR04 - Cuba - Brasil	28%
Equador	ACE59 - Mercosul - Equador	100%
Israel	ALC-Mercosul-Israel	60%
México	APTR04 - México - Brasil	20%
Paraguai	ACE18 - Mercosul	100%
Peru	ACE58 - Mercosul - Peru	100%
Uruguai	ACE18 - Mercosul	100%
Venezuela	ACE59 - Mercosul - Venezuela	100%

Fonte: Parecer SDCOM nº 15/2020.
Elaboração: SDCOM

213. Nota-se que o Peru, uma das origens gravadas, possui preferência tarifária de 100% em vigor e é a principal origem das importações brasileiras de filmes PET de T6 a T11. Ou seja, mesmo após a aplicação da medida antidumping em T10, as importações peruanas mantêm sua relevância para abastecimento do mercado brasileiro.

214. Cumpre destacar que, por meio do Decreto nº 9.229, de 6 de dezembro de 2017, foi internalizado Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e o Egito, com reduções tarifárias de 10% ao ano. Para as NCMs 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99, constatou-se que elas estão enquadradas na lista de concessões tarifárias do Mercosul no grupo "D". Nesse contexto, de acordo com o artigo 11.1 do Decreto n. 9.229, de 06 de dezembro de 2017, publicado no D.O.U de 07 de dezembro de 2017, as "tarifas aduaneiras e encargos com efeito equivalente aplicados por cada Parte sobre a importação dos bens originários da outra Parte listados nos Anexos I.1 e I.2 serão gradativamente eliminados, da seguinte forma categoria 'D' - em 10 (dez) etapas iguais, sendo a primeira etapa na data da entrada em vigor deste Acordo e as outras 9 (nove) etapas seguintes em intervalos de 12 (doze) meses".

215. Dessa forma, as tarifas para exportações de Filmes PET do Egito possuem as seguintes reduções em vigor ou programadas:

Tabela 21 - Desgravação Egito - NCM 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99

Entrada em vigor da preferência para o Egito	% de desgravação sobre tarifa aplicada
07 de Dezembro de 2017	10%
07 de Dezembro de 2018	20%
07 de Dezembro de 2019	30%
07 de Dezembro de 2020	40%
07 de Dezembro de 2021	50%
07 de Dezembro de 2022	60%
07 de Dezembro de 2023	70%
07 de Dezembro de 2024	80%
07 de Dezembro de 2025	90%
07 de Dezembro de 2026	100%

Fonte: Parecer SDCOM nº 15/2020.
Elaboração: SDCOM

2.2.2.4 Temporalidade da proteção do produto

216. Conforme já descrito no item 1.4 supra, a primeira medida de defesa comercial aplicada às importações de filmes PET ocorreu em 2008 (face a Índia e Tailândia) e se encerrou em 2013. Por outro lado, houve aplicação de novas medidas antidumping (i) em 2012 em relação às exportações para o Brasil vindas dos Emirados Árabes Unidos, México e Turquia (as quais foram reaplicadas em 2018) e (ii) em 2015, face à China, Egito e índia.

217. Assim, ainda que de modo não contínuo, constata-se lapso temporal de mais de 10 (dez) anos pelo qual se estende a aplicação de medidas de defesa comercial, que vêm sendo aplicadas a diferentes origens. Especificamente em face da Índia, portanto, a medida encontra-se em vigor há mais de 6 (seis) anos.

2.2.2.5 Outras barreiras não tarifárias

218. Quanto às barreiras técnicas, o produto objeto em análise está sujeito aos seguintes regulamentos técnicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa): (i) Resolução Brasileira RDC nº 51, de 26 de novembro de 2010; (ii) Resolução Brasileira RDC nº 105, de 19 de maio de 1999; (iii) Resolução Brasileira RDC nº 56, de 16 e novembro de 2012; (iv) Resolução Brasileira RDC nº 17, de 17 de março de 2008; e (v) Resolução Brasileira RDC nº 26, de 2 de julho de 2015.

219. Não se tem informações de que estes regulamentos representem barreiras à importação de filmes PET pelo Brasil. Ademais, não foram identificados elementos que apontem a existência de outras barreiras não tarifárias aplicadas aos filmes PET.

2.3 Oferta nacional do produto sob análise

2.3.1 Consumo nacional aparente do produto sob análise

220. Com o intuito de avaliar o mercado brasileiro de Filmes PET, objetiva-se, neste tópico, compreender o comportamento das vendas da indústria doméstica, das importações sob análise e das importações de outras origens ao longo dos períodos associados à investigação original e à revisão em curso.

221. Neste tópico, o Cade destaca o fato de o mercado brasileiro ter crescido no período da revisão e não ter tido ocupação dessa parcela do mercado por importações. O órgão argumenta que, sendo um mercado internacional, seria razoável considerar que o crescimento do mercado nacional seria acompanhado de maior participação de importações, ou pelo menos manutenção desse percentual, o que seria convergente, por exemplo, com um cenário de concorrência internacional em que a demanda pudesse livremente escolher entre o produto nacional e o importado. No entanto, esse conselho aponta que as importações diminuíram.

222. A Terphane, por sua vez, apresentou dados do mercado, bem como a representatividade da oferta da indústria doméstica no mercado brasileiro, incluindo a participação das vendas em investigações anteriores. Considerando os períodos de todas as investigações, o market share da indústria doméstica teria variado, segundo os dados apresentados, entre [CONFIDENCIAL] 50-60% e 70-80%.

223. Reportadas as manifestações disponíveis, passa-se à análise dos dados. Para compreensão da oferta de filmes PET no Brasil em um período mais amplo, descreve-se o mercado brasileiro do produto, a partir dos dados utilizados na investigação original, bem como na revisão de final de período em curso. Ressalte-se que não houve consumo cativo por parte da indústria doméstica, havendo, portanto, plena correspondência entre o consumo nacional aparente e o mercado brasileiro. O volume de vendas, líquido de devoluções, e a participação da indústria doméstica e países importadores no mercado doméstico de filmes PET estão expostos na tabela a seguir:

Tabela 22 - Mercado Brasileiro (t) [CONFIDENCIAL]

Período	Vendas da indústria doméstica	%MB	Importações origem investigada	%MB	Importações de outras origens	%MB	Mercado brasileiro (MB)
T1	100,0	50-60	100,0	0-10	100,0	40-50	100,0
T2	125,7	60-70	679,0	0-10	75,6	30-40	106,4
T3	128,1	60-70	1.280,6	0-10	69,0	20-30	108,3
T4	136,3	60-70	2.073,6	10-20	65,7	20-30	115,9
T5	130,4	50-60	1.910,6	0-10	90,5	30-40	123,0
T6	140,1	60-70	451,9	0-10	105,9	30-40	126,5
T7	158,2	60-70	200,1	0-10	118,9	30-40	140,8
T8	161,4	50-60	140,7	0-10	131,6	40-50	147,8
T9	191,8	60-70	296,9	0-10	133,3	30-40	166,1
T10	211,2	70-80	182,5	0-10	99,9	20-30	160,8

Fonte: SERFB e indústria doméstica.
Elaboração: SDCOM.

224. Ao longo da série analisada, que se inicia no período de análise de dano da investigação original da medida compensatória em tela e compreende o período da revisão, o mercado brasileiro apresentou crescimento de 60,8% de T1 a T10.

225. No período de T1 a T5, o mercado brasileiro médio se situava em [CONFIDENCIAL] toneladas, enquanto já no período da vigente revisão o mercado brasileiro representa cerca de [CONFIDENCIAL] toneladas. Ademais, a principal ocupação do mercado brasileiro na investigação original foi relativa às vendas da indústria doméstica ([CONFIDENCIAL] 60-70%), como também observado na atual revisão ([CONFIDENCIAL] 60-70%), inclusive com ligeira alta em termos relativos de [CONFIDENCIAL].

226. De T1 a T5 houve aumento de 23% do mercado brasileiro, respondendo principalmente à evolução das vendas da indústria doméstica, que cresceram 30,4%, e pelo crescimento de 1.810 % das importações em análise, enquanto as importações das outras origens apresentaram redução de 9,5%.

227. Quando se compara T6 com T10, novamente se observa crescimento do mercado brasileiro, dessa vez em 27,1%. Uma vez mais o principal fator foi o aumento das vendas da indústria doméstica, em 50,7%. Por outro lado, as importações da origem investigada sofreram redução de 59,6% e as das outras origens, redução de 5,7%. Assim, a participação da origem sob análise no mercado brasileiro foi relevante principalmente de T2 a T5.

228. No período da revisão em curso, após a aplicação do direito antidumping em T6 e da medida compensatória em T7, constatou-se crescimento da participação da indústria doméstica no mercado brasileiro com a queda percentual das importações das importações gravadas, em que a participação da indústria doméstica evoluiu de [CONFIDENCIAL] 60-70% para [CONFIDENCIAL] 70-80% do mercado brasileiro neste período (T6 a T10). Em termos absolutos, o volume de importações totais passou de [CONFIDENCIAL]t em T6 para [CONFIDENCIAL] t em T10.

229. Em termos gerais, observa-se que a indústria doméstica elevou a sua participação no mercado brasileiro desde o período inicial da série em T1, de [CONFIDENCIAL] 50-60%, para [CONFIDENCIAL] 70-80% em T10. Comparando os extremos da série, as importações totais cresceram apenas 1%, em termos absolutos, perdendo participação relativa no contexto de crescimento do mercado.

2.3.2 Risco de desabastecimento e de interrupção do fornecimento em termos quantitativos

230. Nesta seção, busca-se analisar o risco de desabastecimento e de interrupção do fornecimento pela indústria doméstica, no contexto da aplicação das medidas de defesa comercial vigentes sobre filmes PET.

231. Sobre este aspecto, o Cade destacou ser importante que se analise o risco de que eventual prorrogação da medida compensatória prejudique o cenário de abastecimento de filmes PET no Brasil, considerando o aumento da demanda no mercado nacional.

232. A Terphane, por sua vez, argumentou que não haveria risco de desabastecimento de filme PET no mercado interno. Salientou, especificamente, que o atendimento do mercado brasileiro não seria colocado em risco pelo desempenho exportador da empresa, dado que as exportações diminuíram sua relevância no total de vendas da Terphane no período sob análise. Nesse sentido, foi relatado que [CONFIDENCIAL] .

233. Ademais, não existiria qualquer risco ao abastecimento de clientes que se situam em regiões geograficamente distantes da Terphane. Embora as vendas da empresa sejam destinadas primordialmente para as regiões Sul e Sudeste, uma vez que o mercado consumidor de filme PET tende a ser concentrado regionalmente, a Terphane atenderia igualmente todas as regiões do Brasil.

234. Em que pese a ausência de informações sobre eventual desabastecimento na presente avaliação de interesse público, busca-se compreender a evolução do fornecimento da indústria doméstica e de sua capacidade de ofertar o produto sob análise e de seu grau de ociosidade por meio da evolução do mercado brasileiro, da produção de filmes PET e da capacidade efetiva instalada, conforme tabela abaixo:

Tabela 23 - Capacidade Instalada, Produção, Grau de ocupação e Mercado Brasileiro (t) [CONFIDENCIAL]

	Capacidade Instalada Efetiva (t)	Produção (t)	Grau de Ocupação (%)	Mercado Brasileiro (t)
T1	100,0	100,0	[CONF.]	100,0
T2	100,0	127,7	[CONF.]	106,4
T3	100,0	128,7	[CONF.]	108,3
T4	105,4	129,9	[CONF.]	116,0
T5	105,4	127,5	[CONF.]	123,0
T6	192,8	158,2	[CONF.]	126,5
T7	192,8	164,8	[CONF.]	140,8
T8	192,8	160,0	[CONF.]	147,8
T9	192,8	188,7	[CONF.]	166,1
T10	192,8	199,5	[CONF.]	160,8

Fonte: Indústria doméstica
Elaboração: SDCOM.

235. Ao longo de todo período de análise (T1 a T10), o grau de ocupação da indústria doméstica foi, em média, de [CONFIDENCIAL] 70-80%, apresentando produção superior ao mercado brasileiro em 6 dos 10 períodos da série. No período da revisão em curso, T6 a T10, a capacidade instalada efetiva foi superior em cerca de 66% ao patamar médio do mercado brasileiro neste período.

236. Além disso, registra-se que, de T6 a T10, houve elevação da ociosidade da indústria doméstica com cerca de [CONFIDENCIAL] % de grau de ocupação médio neste período, sendo que em T10 o grau de ocupação foi de [CONFIDENCIAL]%. Assim, observa-se que, a princípio, a indústria doméstica teria condições, em termos de volume, de atender todo o mercado brasileiro.

237. Como a indústria doméstica apresenta vendas no mercado externo, deve-se também observar se existe a possiblidade de priorização de tais operações, o que poderia acarretar risco de desabastecimento ao mercado brasileiro. Para tanto, analisam-se as características da totalidade das operações da indústria doméstica (vendas ao mercado interno e exportações), conforme tabela abaixo.

Tabela 24 - Operações da indústria doméstica [CONFIDENCIAL]

	Vendas internas		Venda no Mercado Externo		Total	
	(t)	%	(t)	%	(t)	%
T1	100,0	[CONF.]	100,0	[CONF.]	100,0	100,0%
T2	125,7	[CONF.]	133,5	[CONF.]	128,9	100,0%
T3	128,1	[CONF.]	121,2	[CONF.]	125,3	100,0%
T4	136,3	[CONF.]	119,3	[CONF.]	129,4	100,0%
T5	130,4	[CONF.]	117,8	[CONF.]	125,2	100,0%
T6	140,1	[CONF.]	155,8	[CONF.]	146,5	100,0%
T7	158,2	[CONF.]	146,6	[CONF.]	153,5	100,0%
T8	161,4	[CONF.]	139,4	[CONF.]	152,4	100,0%
T9	191,8	[CONF.]	150,6	[CONF.]	175,0	100,0%
T10	211,2	[CONF.]	156,2	[CONF.]	188,8	100,0%

Fonte: Indústria doméstica.
Elaboração: SDCOM.

238. Os dados permitem inferir que as exportações realizadas pela indústria doméstica não perfazem o principal negócio da empresa em relação ao produto sob análise, apesar do movimento crescente de exportações ao longo dos anos, em termos absolutos. As exportações da indústria doméstica apresentaram em média [CONFIDENCIAL]% das operações da indústria doméstica, enquanto as vendas no mercado interno representaram [CONFIDENCIAL]%.

239. Além disso, ressalte-se que a participação das exportações no total de vendas da indústria doméstica de filmes PET apresentou redução de [CONFIDENCIAL] p.p. na presente revisão (T6 a T10), chegando em T10 com a menor participação das exportações nas operações da empresa na série observada [CONFIDENCIAL]%.

240. Com base no exposto, os elementos disponíveis indicam que a indústria doméstica dispõe de capacidade para atender integralmente a demanda nacional em termos de volume. Ademais, o risco de desabastecimento é mitigado pela participação ainda relevante de importações no mercado brasileiro.

2.3.3 Risco de restrições à oferta nacional em termos de preço, qualidade e variedade

241. Nesta seção, busca-se avaliar eventual risco de restrições à oferta nacional em termos de preço, qualidade e variedade. No que se refere à análise de preço, averígua-se a existência de elementos que possam indicar eventual exercício de poder de mercado. Para isso, compara-se a evolução dos preços praticados pela indústria doméstica tanto com a trajetória dos custos de produção, como com índices de preços associados ao setor e os preços de importações do produto.

2.3.3.1 Risco de restrições à oferta em termos de preço

242. A esse respeito, o Cade informou que não seria possível, a partir dos dados constantes na circular de abertura da revisão em curso analisar os preços praticados pela Terphane para comparar com os preços internacionais. No entanto, ponderou que a indústria doméstica teria apresentado todos os seus indicadores positivos, com efetivo crescimento de vendas, crescimento de participação no mercado e aumento de resultados positivos.

243. Já a Terphane fez referência ao estudo elaborado pela consultoria LCA, argumentando que o preço médio praticado pela indústria doméstica teria se mantido bem próximo ao preço médio das importações brasileiras, o que comprovaria que a produtora nacional acompanha a precificação internacional e não teria assumido, em todo o período de aplicação do direito antidumping, qualquer comportamento abusivo em preços.

244. A empresa indicou que os preços praticados teriam crescido menos que a inflação de preços da classe de produtos de 'resinas e elastômeros', aferida de acordo com o Índice Geral de Preços - Mercado (IGPM).

245. Ademais, a Terphane alegou que a representatividade média do filme PET no preço de venda de diversos produtos finais, nos quais embalagens flexíveis são empregadas, seria irrisória ([CONFIDENCIAL]).

246. Passando a observar as informações disponíveis, inicialmente, a análise do presente documento se concentra na evolução do preço de filmes PET no mercado brasileiro ao longo do histórico de aplicação das medidas de defesa comercial.

247. O comportamento dos preços praticados pela indústria doméstica em relação aos custos não revelou, a priori, uma restrição à oferta. Destaca-se que em nenhum período da série os custos de produção foram superiores ao preço da indústria doméstica no mercado interno. Cumpre destacar ainda que houve deterioração da relação custo e preço quando se compara o índice médio na investigação original, [CONFIDENCIAL]%, com o da presente revisão, [CONFIDENCIAL]%. De todo modo, houve tendência de acompanhamento dos custos em relação aos preços da indústria doméstica, sem efeitos de descolamento, em que pese ligeiro crescimento dos preços em T10.

248. Em adição ao exercício anterior, avaliou-se o comportamento de preços da indústria doméstica frente ao Índice de Preços ao Produtor Amplo - Origem (IPA-OG) Produtos Industriais, da Fundação Getúlio Vargas, utilizado para correção de preços nos processos de defesa comercial, ambos em número índice (base 100).

249. Observou-se oscilação na trajetória do comportamento de preços da indústria doméstica, muito embora com evolução sempre inferior ao índice analisado. Nesse contexto, constatou-se que de T7 para T8 o preço da indústria doméstica inclusive apresentou queda, enquanto houve elevação do preço geral. Já nos períodos posteriores observou-se comportamento semelhante entre indústria doméstica e o preço geral com movimento de elevação. Ressalte-se nessa trajetória que o aumento no preço de filmes PET pela indústria doméstica manteve-se abaixo à evolução ao índice de preços gerais em análise.

250. Ainda com relação à evolução de preços, cabe comparar a trajetória no preço do produtor doméstico de T1 a T10 com o das importações brasileiras de filmes PET. Na tabela a seguir, compara-se o preço médio atualizado da indústria doméstica com as importações da Índia, origem sob análise, China e Egito, as quais foram objeto de revisão recém-concluída de medidas antidumping, juntamente com a Índia, assim como com as importações de origens relevantes no cenário mais recente, Peru, Tailândia e Paquistão, em reais CIF por tonelada, de acordo com as estatísticas de importação da SERFB, também atualizados pelo IPA-OG, produtos industriais.

Tabela 25 - Comparação de preços da indústria doméstica e importações (número-índice) [CONFIDENCIAL]

Período	Indústria Doméstica	China	Egito	Índia	Paquistão	Peru	Tailândia
T1	100,00	100,00	-	100,00	-	-	-
T2	94,15	82,43	-	94,79	-	-	-
T3	104,02	90,94	-	101,83	-	-	-
T4	97,88	69,22	100,00	78,32	100,00	-	-
T5	90,60	65,96	93,97	72,81	84,69	100,00	100,00
T6	90,06	117,95	108,74	102,77	-	112,61	101,94
T7	99,06	164,64	-	134,77	-	112,98	88,70
T8	81,36	149,37	-	98,01	-	93,77	72,27
T9	83,14	137,75	-	84,33	133,63	104,31	84,22
T10	95,46	181,42	-	114,83	125,11	114,70	100,73

Fonte: Processos MDIC/SECEX 52272.000935/2014-01 e SECEX nº 52272.004301/2020-68.

Elaboração: SDCOM.

251. Dos dados apresentados, nota-se que o preço médio da indústria doméstica foi superior aos preços das importações citadas durante todo o intervalo de T1 a T5, período associado à investigação original de dumping. A partir da aplicação das medidas de defesa comercial, o preço das importações chinesas passou a ser o mais elevado até o final do período analisado. As importações da Índia, por sua vez, sofreram oscilações de preço e terminaram a série em patamar também superior ao preço da indústria doméstica. Já as importações do Egito caíram a um volume pouco significativo em T7 e cessaram a partir desse período.

252. Já as demais origens, Peru, Tailândia e Paquistão, relevantes para o abastecimento do mercado brasileiro nos últimos períodos, apresentaram sempre preços abaixo do praticado pela indústria doméstica. Especificamente no último período da série, T10, os preços praticados por Peru, Tailândia e Paquistão foram [CONFIDENCIAL] inferiores aos da produtora nacional. Vale lembrar que não foram consideradas as despesas de internação das importações.

253. Em suma, em termos da restrição de oferta no tocante a preço, não se verificou grande discrepância entre a trajetória dos preços médios praticados pela indústria doméstica em relação aos demais países exportadores listados, como também em relação aos custos de produção da indústria doméstica e à evolução do índice geral agregado, o que indica possível rivalidade em termos de preço neste mercado, ou seja, sem possíveis elementos para abuso de preços pela indústria doméstica, em que pese a elevada concentração de mercado indicada no subitem 2.1.4.

2.3.3.2 Risco de restrições à oferta em termos de qualidade e variedade

254. Sobre esse aspecto, a Terphane informou que o filme PET produzido pela empresa seguiria padrões mundiais de qualidade, estando de acordo com as principais normas internacionais para contato com alimentos na Europa, EUA/Canadá, Mercosul, Japão, Austrália/Nova Zelândia, Israel e África do Sul, além de seguir padrões internacionais dos principais fabricantes Toray, Mitsubishi, Du Pont, Toyobo, Flex Films, dentre outros.

255. A empresa acrescentou que as devoluções teriam representado parcela insignificante das vendas brutas para o mercado brasileiro, conforme a tabela a abaixo, fato que atestaria a qualidade de seu produto.

Tabela 26 - Representatividade das devoluções nas vendas da indústria doméstica [CONFIDENCIAL]

	T1	T2	T3	T4	T5	T6	T7	T8	T9	T10
Venda Bruta (A)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
Devolução (B)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]
(A)/(B) (%)	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]	[CONF.]

Fonte: Terphane.

Elaboração: Terphane.

256. A Terphane declarou também que o filme de PET da empresa utilizaria as melhores tecnologias existentes no mercado de insumos para embalagens flexíveis. Em seu portfólio, a Terphane possuiria produtos com tratamentos para permitir impressão e laminação com outros substratos como coating (barreira transparente e opaca), diferentes espessuras e com diferentes características de rugosidade, seguindo os melhores protocolos de produção.

257. Em complemento, indicou que realizaria atualizações tecnológicas sempre que necessário, seguindo a orientação da Lindauer Dornier GmbH, empresa que projetou suas três linhas de produção. Nesse sentido, foi relatado o desenvolvimento recente de uma linha de produtos sustentáveis, a aquisição de uma nova metalizadora, e haveria, ainda, [CONFIDENCIAL].

258. Assim, apresentados os pontos levantados nos autos, não há elementos que indiquem que diferenças de qualidade ou tecnologia entre o produto nacional e o importado poderiam afetar a disponibilidade ao consumidor final.

2.3.4 Conclusões sobre oferta nacional do produto sob análise

259. Assim, para fins de avaliação final de interesse público, nota-se o seguinte no que se refere à oferta nacional do produto sob análise:

a) De T1 a T10, o mercado brasileiro apresentou crescimento de 60,8% e a indústria doméstica elevou a sua participação de [CONFIDENCIAL] 50-60% para [CONFIDENCIAL] 70-80%;

b) Os elementos disponíveis indicam que a indústria doméstica dispõe de capacidade para atender integralmente a demanda nacional em termos de volume. Ademais, o risco de desabastecimento é mitigado pela participação ainda relevante de importações no mercado brasileiro;

c) Em termos da restrição de oferta no tocante a preço, não se verificou grande discrepância entre a trajetória dos preços médios praticados pela indústria doméstica em relação aos demais países exportadores listados, como também em relação aos custos de produção da indústria doméstica e à evolução do índice geral agregado, o que indica possível rivalidade em termos de preço neste mercado; e

d) Não há elementos que indiquem que diferenças de qualidade ou tecnologia entre o produto nacional e o importado poderiam afetar a disponibilidade ao consumidor final.

260. Tais conclusões estão alinhadas com as alcançadas no âmbito da avaliação de interesse público sobre as medidas antidumping aplicadas às importações de China, Egito e Índia, uma vez que ambos os processos se referem aos mesmos períodos e contam, em grande medida, com os mesmos dados.

2.4 Impactos da medida de defesa comercial na dinâmica do mercado nacional

261. Na avaliação final de interesse público em medidas de defesa comercial, busca-se avaliar os impactos da medida de defesa comercial na dinâmica do mercado nacional. No presente caso, é necessário analisar os possíveis efeitos decorrentes da medida de defesa comercial em vigor e de previsões dos impactos sobre a dinâmica de mercado do produto ao longo das conclusões alçadas em defesa comercial.

262. A esse respeito, a Terphane apresentou estudo elaborado pela LCA Consultores no âmbito da avaliação de interesse público sobre as importações de China, Índia e Egito, destacando que, embora tal documento contemple mais origens, tendo em vista que a presente avaliação de interesse público refere-se apenas à medida compensatória em vigor sobre as exportações de filme PET da Índia para o Brasil, as conclusões do parecer elaborado pela LCA Consultores poderiam ser extrapoladas para os presentes autos. Acrescentou que se trataria de um posicionamento conservador, já que quando de sua elaboração teriam sido considerados também os impactos das medidas antidumping sobre China e Egito.

263. Como uma das formas de estimar os efeitos da medida de defesa comercial, utiliza-se uma simulação com base em Modelo de Equilíbrio Parcial. A referida metodologia está prevista no Guia Consolidado de Interesse Público em Defesa Comercial, que descreve o sistema de equações utilizado e a forma de obtenção da variação de bem-estar de interesse, disponível às partes em acesso público.

264. Tal modelo de equilíbrio parcial parte da estrutura de Armington, na qual os produtos das diferentes origens são tratados como substitutos imperfeitos e, dada a estrutura de elasticidade de substituição constante (CES), a substitutibilidade entre os produtos pode ser governada pela elasticidade de substituição (σ), conhecida como elasticidade de Armington. A estrutura do modelo apresentado seguiu o trabalho de Francois (2009), com a única diferença de ter considerado a ótica de um único país, enquanto Francois considera um modelo global com "n" países importando e exportando.

265. Em relação às elasticidades e considerando a ausência de estimativas para o mercado brasileiro de filmes PET ou para outro mercado alternativo do produto, utilizou-se como base a publicação do United States International Trade Commission (USITC) no âmbito da terceira revisão acerca das medidas antidumping aplicadas pelos EUA sobre as importações de PET (filme, folha e tira) originárias de Índia e Taipé Chinês.

266. O USITC considerou no mercado estadunidense que a elasticidade-preço da demanda (η) se encontra em torno de -1 e -0,5, que a elasticidade-preço da oferta ($\varepsilon\iota$) se encontra em torno de entre 4 e 8 e que a elasticidade de substituição (σ) se encontra em torno de 3 e 5. Supondo que o mercado do Brasil se comporta de maneira similar, utilizou-se os valores de -0,75 para a elasticidade-preço da demanda (η), de 6 para a elasticidade-preço da oferta ($\varepsilon Brasil$) e de 4 para a elasticidade de substituição (σ). Para a elasticidade-preço da oferta das demais origens ($\varepsilon\iota,\iota \neq Brasil$)

adotou-se o valor de 99, o que se baseia na suposição de que a oferta estrangeira é consideravelmente mais elástica que a doméstica. Os valores utilizados são coerentes com as estimativas comumente realizadas em estudos da literatura econômica especializada. De todo modo, foi realizada análise de sensibilidade com intuito de estabelecer limites máximos e mínimos com base no intervalo dos parâmetros de elasticidade.

267. Inicialmente, foi utilizado como cenário base para realização das simulações a configuração do mercado em T10, período mais recente da revisão em curso. Pontua-se, contudo, que o cenário observado para as importações de filmes PET originárias da Índia em T10 - com volume importado reduzido - dificulta a apuração adequada das variações de bem-estar no modelo aqui utilizado.

268. Assim, considerando que a metodologia aplicada mensura variações relativas na variável dependente em função de valores iniciais de comércio e elasticidades de preço ou substituição como expoentes, fluxos comerciais com valor nulo ou próximo disso não apresentam variação e fluxos pequenos tendem a permanecer pequenos. Dessa maneira, de forma complementar, será exposta a análise de equilíbrio parcial a partir do cenário observado no período da aplicação do direito compensatório em questão e, para isso, serão consideradas as importações de todas as origens e vendas da indústria doméstica no mercado brasileiro do produto em T7.

269. Em resumo, o Modelo de Equilíbrio Parcial será apresentado com base em dois cenários: Cenário 1 da retirada do direito compensatório vigente em T10; e Cenário 2 da imposição do direito no mercado observado em T7.

270. O Modelo de Equilíbrio Parcial será utilizado para simulação dos efeitos da retirada do direito compensatório em vigor, dentro das condições vigentes em cada cenário-base. Os resultados apresentados são submetidos a uma análise de sensibilidade, de forma a verificar possíveis diferenças nas conclusões apresentadas com a variação dos parâmetros de elasticidade em faixas.

271. Foram utilizadas as informações fornecidas pela indústria doméstica e verificadas pela SDCOM, bem como as estatísticas de importações da SERFB. As alíquotas utilizadas no modelo se referem às atribuíveis à cada origem, em termos de alíquota de Nação Mais Favorecida ou preferencial, quando aplicável. Já a alíquota efetiva das medidas

de defesa comercial, por sua vez, foi calculada a partir dos valores atribuídos para cada empresa, ponderado pelas suas respectivas participações no total importado da Índia no período de análise de subsídios acionáveis da investigação original correspondente. O imposto de importação foi calculado conforme indicado no subitem 2.2 deste documento, considerando o nível agregado do produto sob análise (HS6 392062) e a eventuais preferências tarifárias concedidas.

273. Destaca-se, por fim, que, em virtude da baixa magnitude da medida em análise e da baixa participação das importações indianas em relação ao mercado brasileiro nos cenários base considerados, as simulações praticamente não indicaram alterações nas variáveis consideradas. A esse respeito deve-se reforçar que o impacto pouco expressivo aqui mencionado se refere à medida compensatória analisada isoladamente, ou seja, sem considerar todas as outras medidas de defesa comercial aplicadas sobre as importações brasileiras de filmes PET.

2.4.1. Impactos na indústria doméstica

274. A aplicação de uma medida antidumping ou compensatória tem como intuito a neutralização do dano causado à indústria doméstica por uma prática estrangeira, seja ela a venda de produtos a preços de dumping por produtores/exportadores ou a concessão de subsídios específicos pelo governo do país exportador, respectivamente. Nesse sentido, em complemento à análise de continuidade/retomada do dano próprio da revisão de final de período em defesa comercial, expõe-se neste tópico a evolução de alguns indicadores de dano desde o período de análise de dano da investigação original.

275. Sobre impactos da indústria doméstica, a Terphane defendeu sua competitividade, indicando a realização de investimentos ao longo do período considerado na presente avaliação, para expandir sua capacidade de forma a acompanhar o crescimento do mercado brasileiro e sustentar suas exportações. A empresa destacou, especificamente, o investimento em uma nova metalizadora e ainda a [CONFIDENCIAL].

276. A esse respeito, ressalte-se que os investimentos feitos pela indústria doméstica resultaram em aumento da capacidade produtiva, conforme indicado no Anexo I da Portaria Secint n° 473/2019. Segundo esse anexo, em T4 da presente avaliação, a Terphane aumentou sua capacidade de produção em 2.000 toneladas por ano, ao instalar em uma das linhas de produção mais uma extrusão de polímero. Além disso, anteriormente a T6, houve novo aumento de sua capacidade produtiva com o início de operação de outra linha produtiva. Não tendo havido alterações físicas posteriores, a capacidade produtiva se manteve inalterada ao longo do final da série. Destaca-se ainda que a Terphane possui 4 (quatro) linhas de produção de filmes PET no Brasil, localizadas no Cabo de Santo Agostinho - PE.

277. Passando a observar os dados disponíveis, registre-se que a presente análise tem caráter descritivo, consolidando em série mais ampla a evolução de determinados indicadores da indústria doméstica em termos de emprego e resultados financeiros, com base nos dados da indústria doméstica constantes da investigação original e da revisão relativa ao direito compensatório em análise.

278. Nesse sentido, descreve-se a evolução no número de empregados da indústria doméstica ao longo do período de análise (T1 a T10).

Tabela 27 - Evolução do número de empregados da indústria doméstica [CONFIDENCIAL]

Período	Linha de Produção	Administração e vendas	Total
T1	100,0	100,0	100,0
T2	107,5	89,5	104,9
T3	106,6	84,2	103,4
T4	119,8	86,8	115,1
T5	142,3	102,6	136,6
T6	132,2	105,3	128,3
T7	138,8	113,2	135,1
T8	135,7	115,8	132,8
T9	153,3	115,8	147,9
T10	154,6	115,8	149,1

Fonte: Processos MDIC/SECEX 52272.000935/2014-01 e SECEX nº 52272.004301/2020-68.

Elaboração: SDCOM.

279. Verifica-se que o número de empregados da indústria doméstica vinculados à linha de produção aumentou 42,3%, de T1 a T5, período da investigação original, e 17,0%, de T6 a T10, período da revisão em curso. Já o número associado a administração e vendas cresceu 2,6%, de T1 a T5, e 10,0%, de T6 a T10. Com isso, o número de empregados total cresceu 49,1%, de T1 a T10, com um incremento de [CONFIDENCIAL] colaboradores.

280. Em seguida, descrevem-se os resultados apurados para filmes PET no mercado interno da indústria doméstica, considerando o período de T1 a T10. Os valores obtidos em reais correntes nos processos utilizados como referência foram atualizados pelo IPA-OG-PI.

Tabela 28 - Evolução dos resultados nas vendas da indústria doméstica no mercado interno (mil R$ atualizados) [CONFIDENCIAL]

Período	Receita Líquida	Resultado Bruto	Resultado Operacional
T1	100,0	100,0	100,0
T2	118,4	177,5	102,4
T3	133,2	219,5	199,5
T4	133,4	230,9	231,8
T5	118,1	131,7	123,5
T6	126,2	65,4	7,5
T7	156,8	213,2	21,1
T8	131,3	115,9	-12,6
T9	159,5	143,0	63,3
T10	201,6	230,6	198,8

Fonte: Processos MDIC/SECEX 52272.000935/2014-01 e SECEX nº 52272.004301/2020-68.

Elaboração: SDCOM.

281. Na análise dos resultados obtidos pela indústria doméstica, verificam-se, de T1 a T10, melhoras na receita líquida, no resultado bruto e no resultado operacional, com crescimentos de 101,6%, 130,6% e 98,8%, respectivamente. Ao longo do período analisado, percebe-se uma queda dos indicadores após T4, uma leve recuperação em T6 e, de T8 a T10, uma retomada mais consistente dos resultados.

282. Ainda no que se refere aos efeitos do direito compensatório na indústria doméstica, estão expostos na tabela a seguir os resultados obtidos na simulação do Modelo de Equilíbrio Parcial para dois cenários: Cenário 1 - da retirada da medida compensatória vigente em T10; e Cenário 2 - da imposição do direito nos níveis de T7.

Tabela 29 - Variações no excedente do consumidor, no excedente do produtor, na arrecadação e no bem-estar (em USD milhões)

Componente	Cenário 1 - Atual (Retirada)	Cenário 2 - Aplicação (Imposição)
Excedente do consumidor	0,00	0,00
Excedente do produtor	0,00	0,00
Arrecadação	0,00	0,00
Bem-estar líquido	0,00	0,00

Elaboração: SDCOM.

283. Como pode ser observado na tabela, as simulações de retirada e imposição do direito compensatório, isoladamente das outras medidas de defesa comercial, não indicaram variações no excedente do consumidor, do produtor e na arrecadação.

284. Do ponto de vista da indústria doméstica, foram estimadas as prováveis variações de preço e quantidade de filmes PET comercializados, conforme tabela a seguir.

Tabela 30 - Variações nos índices de preços e quantidades comercializadas da indústria doméstica (%)

Indicadores	Cenário 1 - Atual (Retirada)	Cenário 2 - Aplicação (Imposição)
Quantidade	-0,01	0,01
Preço	0,00	0,00

Elaboração: SDCOM.

285. No Cenário 1 de retirada do direito compensatório, o Modelo de Equilíbrio Parcial projeta que a quantidade do produto comercializado pela indústria doméstica apresentaria redução de 0,01%. Já no Cenário 2 da aplicação da medida, o modelo projeta um aumento na quantidade do produto comercializado pela indústria doméstica de 0,01%.

286. Levando-se em conta as faixas de elasticidades consideradas, é possível estimar as participações finais esperadas para a indústria doméstica e para as importações das diversas origens no mercado brasileiro do produto, em termos de valores mínimos e máximos.

287. Dessa forma, no Cenário 1, as variações estimadas por meio do modelo seriam de ganho de participação de 0,01 p.p. para a Índia e uma redução de mesma magnitude nas importações do resto do mundo.

Tabela 31 - Participações na quantidade - Inicial e simulado - Análise de sensibilidade (Cenário 1) [CONFIDENCIAL]

Origem	Participação Inicial (%)	Participação mínima (%)	Participação máxima (%)
Brasil	[CONF]	[CONF]	[CONF]
China	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Egito	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Índia	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Paquistão	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Peru	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Tailândia	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Resto do Mundo	[CONF]	[CONF]	[CONF]

Elaboração: SDCOM.

288. Já no Cenário 2, estimou-se apenas uma redução de 0,01 p.p. nas importações da Índia.

Tabela 32: Participações na quantidade - Inicial e simulado - Análise de sensibilidade (Cenário 2) [CONFIDENCIAL]

Origem	Participação Inicial (%)	Participação mínima (%)	Participação máxima (%)
Brasil	[CONF]	[CONF]	[CONF]
China	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Egito	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Índia	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Peru	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Tailândia	[CONF]	[CONF]	[CONF]
Resto do Mundo	[CONF]	[CONF]	[CONF]

Elaboração: SDCOM.

2.4.2. Impactos na cadeia a montante

289. Não foram obtidos, na presente avaliação de interesse público, elementos que pudessem ajudar a estimar, especificamente, o impacto da medida sobre a cadeia à montante.

290. A Terphane com base em seu estudo se reservou a apresentar efeitos agregados gerais com base na metodologia de insumo-produto, a qual está retratada a seguir.

2.4.3. Impactos na cadeia a jusante

291. Com relação a possíveis impactos na cadeia a jusante do produto, o estudo trazido pela Terphane, realizado pela LCA Consultores, se utilizou de um modelo de equilíbrio parcial proposto por Francois (2009). Conforme já mencionado, o estudo contempla mais origens e a Terphane considerou que suas conclusões poderiam ser extrapoladas para os presentes autos. A partir de uma simulação que considera a retirada completa da medida antidumping atual sobre o Filme PET originário de China, Índia e Egito no mercado brasileiro, foi calculada a variação dos excedentes do consumidor e produtor, além da arrecadação governamental. Foram criados dois cenários conforme a variação de direito antidumping aplicado à Índia:

Cenário A: considera a média de direito antidumping aplicado às 3 empresas discriminadas na Índia (sem considerar demais empresas não discriminadas); média entre a discriminada e das demais empresas do Egito; e o valor para todas as empresas da China.

Cenário B: considera o direito antidumping aplicado às demais empresas não discriminadas da Índia (sem considerar as discriminadas); média entre a discriminada e as demais empresas do Egito; e o valor para todas as empresas da China.

292. O parecer da LCA Consultores adotou parâmetros de elasticidades conforme estudo da USITC específico para o setor de Filme PET. De acordo com o estudo, ao analisar as variações nos preços causadas pela retirada da medida antidumping, considerando os parâmetros do Cenário A, haveria queda de 0,12%-0,13% no preço praticado pela ID e de 0,35%-0,39% na média do mercado doméstico. Já o impacto nas quantidades seria de aumento do mercado de Filme PET doméstico em 0,18%-0,39%, mas com uma redução de 0,51%-0,96% na quantidade comercializada pela ID. As variações nos preços e quantidades analisadas no Cenário B seriam semelhantes às apresentadas no Cenário A, mas com magnitude levemente maior, sendo neste cenário a queda de preços no mercado doméstico de 0,53%-0,61%, sendo contribuída pela queda de 0,19% no preço praticado pela ID. O aumento do mercado de Filme PET seria de 0,27%-0,62%, enquanto a quantidade produzida pela ID cairia 0,76%-1,50%.

293. Conforme o estudo, o efeito líquido da retirada da medida sobre o bem-estar, o qual é obtido pela soma das variações dos excedentes do consumidor e produtor, e arrecadação governamental, seria positivo em ambos os Cenários, A e B, porém com magnitudes muito pequenas em todos os casos, entre US$ 0,01 milhão e US$ 0,26 milhão (isto é, entre dez mil e duzentos e sessenta mil dólares). Dessa forma, foi argumentado que, frente a um resultado tão diminuto, não se poderia confirmar que a retirada do direito antidumping atenderia ao interesse público.

294. A partir dos resultados do impacto no mercado de Filmes PET e seus consumidores, obtidos pela metodologia de Bem-Estar, o estudo da LCA Consultores Metodologia de Insumo-Produto (MIP) para avaliar os efeitos totais na economia brasileira. A partir da MIP de 2015 do IBGE, foram mensurados os efeitos diretos nas demandas setoriais da cadeia produtiva sob investigação, além do efeito indireto e efeito renda do espraiamento dos efeitos diretos para todos os demais setores da economia.

295. No que diz respeito ao efeito direto negativo para a Indústria doméstica, associado a potencial queda em suas vendas, calculado pela LCA utilizando-se do resultado obtida na simulação de Bem-Estar, a queda esperada da retirada do direito antidumping seria entre 298-299 toneladas (Cenário A) e 296-298 toneladas (Cenário B), enquanto a redução de volume de vendas pela indústria doméstica resultaria em um choque negativo de demanda no setor entre R$ 1,5 milhão e R$ 4,5 milhões.

296. No efeito positivo, por sua vez, correspondente ao choque de demanda nos setores a jusante do Filme PET na cadeia produtiva, a variação na demanda decorrente do barateamento de preço estaria entre R$ 0,67 milhão e R$ 1,16 milhão. Foi alegado, entretanto, que a hipótese de repasse integral de custos para o preço dos produtos demandantes não seria de fato o cenário mais provável, pois as embalagens flexíveis à base de Filme PET possuiriam diversos substitutos ao longo da cadeia, que agiriam no sentido de conter repasses de preços.

297. Em termos de efeitos indiretos, o estudo apontou um efeito líquido total sobre a produção negativo, no intervalo entre R$ 3,4 milhões e 13,5 milhões, efeito negativo sobre valor adicionado, entre R$ 1,1 milhão e R$ 4,4 milhão, destruição de 17 a

78 postos de trabalho, e redução de R$ 0,5 milhão e R$ 1,9 milhão em massa salarial. Os setores mais afetados negativamente pela "eliminação" da medida comercial seriam i) produtos de borracha e material plástico, ii) químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros e iii) defensivos, desinfetantes, tintas e químicos diversos. De outro lado, os setores com impacto positivo seriam i) agricultura, ii) outros produtos alimentares e iii) comércio, mas a magnitude desses ganhos não seria suficiente para compensar o efeito negativo.

298. Por fim, a Terphane teceu comentários sobre a análise de impacto apresentada no Parecer de Avaliação Final de Interesse Público relativo à revisão das medidas antidumping aplicadas sobre as importações de China, Egito e Índia. Primeiramente, a empresa questionou o intervalo de elasticidades utilizado pela SDCOM para a oferta estrangeira, qual seja [9,0 ; 99,0], mais elástica que a oferta doméstica, argumentando que não constaria no parecer o racional para tais valores e que seria mais aderente à dinâmica do mercado se assumir elasticidades, na verdade, inferiores para produtores estrangeiros, ou, ao menos, idênticas para indústria nacional e exportadores. Além disso, a Terphane defendeu a robustez do exercício por Matriz Insumo-Produto (MIP) para análise de impactos de medidas de defesa comercial, apontando que as limitações de tal metodologia encontrariam paralelo na análise realizada por equilíbrio parcial.

299. Sobre a análise econômico de impactos da cadeia, deve-se tão somente realçar as limitações da análise agregada em termos da MIP, uma vez que a referida análise restringe efeitos variáveis sobre razão entre insumo e produto, pois atribui uma razão fixa de coeficientes, ou seja, sem mudanças nas estruturas produtivas de mercado, como também na decisão de agentes sobre precificação - os choques listados não alterariam a natureza dos preços.

300. Dessa maneira, não permite analisar mudanças nos preços de setores consumidores em resposta a alteração nos preços de seus insumos. Isso implica que parte do ganho no produto aferido pela análise encontrada em contribuições dos agentes não leva em consideração o aumento de preços.

301. De todo modo, por mais que a MIP seja em certa medida ferramenta para calcular e decompor o efeito setorial no resultado do cômputo do produto e resultados derivados, como nível de emprego e massa salarial, por exemplo, tais agregações podem alterar os resultados, com a estrutura de consumo entre os setores constante.

302. Além disso, o nível de agregação para se verificar o efeito do produto nos setores não é reproduzível para todos os casos. Nessa lógica, é necessário ter cautela na possível extrapolação de seus resultados, uma vez que não há tabela de recursos e usos (TRU) divulgada pelo IBGE ou qualquer outra que seja baseada na economia brasileira com unidade mínima como produto ou empresa, ou seja, em nível de detalhe que consiga fazer generalizações mais completas sobre este mercado.

303. Outra questão que mereceria maior explicação foi a escolha das elasticidades setoriais, com uso de itens muitos particulares para nível de alimentos na estrutura do espraiamento setorial, como registrado na Tabela 11 - Elasticidades setoriais.

304. Por mais que se aponte tendência inelástica nessas relações, o que de fato parece ser em certa medida razoável, deve-se apresentar a devida descrição e a fundamentação metodológica, indicando, por exemplo, as referências adotadas na literatura e especificações dos modelos, o que não ficou claro quando se adota, por exemplo, na configuração das embalagens:

Valor referente a três vezes a elasticidade mensurada por Garcia, G. B. Evolução das elasticidades renda e preço de produtos alimentícios na primeira década dos anos 2000. Dissertação de Mestrado do Programa de Mestrado Profissional em Economia do Insper. Patamar é condizente com um produto que conta com efetiva Substitubilidade (grifos nossos)

305. Nesse sentido, a escolha de parâmetros perfaz uma análise sensível na construção, o que pode gerar possíveis construções ad hocs e prejudicar as conclusões alçadas, principalmente quando se toma em conta o cálculo do impacto na demanda da cadeia a jusante.

306. A respeito do questionamento da Terphane sobre as elasticidades adotadas para oferta estrangeira no parecer relativo às medidas antidumping, informa-se que o racional para a escolha de elasticidades elevadas é justamente o de que tal oferta é consideravelmente mais elástica que a nacional. Essa assunção está alinhada com o que a literatura adota para o caso de "país pequeno", como é o caso do Brasil no contexto do mercado mundial de filmes PET. Nesse sentido, o Brasil enfrenta preços mundiais fixos, o que indica uma oferta estrangeira perfeitamente elástica. Para simular uma elasticidade infinita, estabelece-se a magnitude 99. Tal prática é adotada pela SDCOM da mesma forma que o que se verifica no modelo SMART, como pode ser observado no Guia 'A Practical Guide to Trade Policy Analysis' da OMC.

307. Por outro lado, a adoção das elasticidades sugeridas pela Terphane indicaria que uma mudança de preço no mercado nacional afetaria os preços mundiais, hipótese que não encontra respaldo na literatura, considerando a baixa representatividade do Brasil no mercado mundial de filmes PET, como se pode inferir do subitem 2.2.1 deste documento.

308. Quanto à robustez das metodologias adotadas para análise de impactos decorrentes da imposição de medidas de defesa comercial, é de amplo conhecimento que cada modelo necessita impor simplificações da realidade para alcançar suas estimativas. No entanto, o que se observa é que, apesar de suas limitações, o modelo de equilíbrio parcial tem respaldo na literatura para ser utilizado no contexto das repercussões de medidas de defesa comercial na economia e, provavelmente por esse motivo, é adotado, também, por exemplo, pelas autoridades de defesa comercial no âmbito de avaliações semelhantes ao interesse público, como na Nova Zelândia e no Reino Unido, o que reforça a adequação de seu uso de forma alinhada às melhores práticas internacionai. De qualquer forma, reforça-se que as partes não estão vinculadas à utilização desse modelo, conforme esclarece o Guia Consolidado de Interesse Público.

309. Apresentada a manifestação disponível e os respectivos comentários, passa-se às estimativas obtidas pela SDCOM. No que se refere ao efeito da aplicação do direito compensatório em tela na cadeia a jusante, estão expostos na tabela a seguir as projeções para variação de índices de preços e quantidade comercializadas no mercado brasileiro de filmes PET a partir dos resultados obtidos no Modelo de Equilíbrio Parcial para dois cenários: Cenário 1 da retirada dos direitos compensatório vigente em T10; e Cenário 2 da imposição do direito nos níveis de T7.

Tabela 33: Variações nos índices de preços e quantidades comercializadas no mercado brasileiro do produto (%)

Componente	Cenário 1 - Atual (Retirada)	Cenário 2 - Aplicação (Imposição)
Índice de Preço Total	0,00	0,00
Índice de Quantidade Total	0,00	0,00

Elaboração: SDCOM.

310. Observa-se na tabela que, segundo as simulações realizadas, a imposição ou retirada do direito compensatório isoladamente (sem considerar todas as outras medidas de defesa comercial em vigor sobre filmes PET) não alteraria os índices de preço e quantidade comercializadas no mercado nacional. No geral, os efeitos observados nas análises de retirada da medida compensatória e de sua aplicação em termos de preço, volume, participação de mercado e bem-estar foram pouco significativos.

311. Por fim, retoma-se que a estimativa dos efeitos da medida de defesa comercial por meio de modelos econômicos é apenas mais um dentre vários outros critérios a serem considerados em uma avaliação de interesse público. Conforme consta no art. 3º, § 3º, da Portaria SECEX nº 13/2020, nenhum dos critérios analisados é capaz de, isoladamente ou em conjunto, será peremptoriamente capaz de fornecer indicação decisiva sobre a necessidade ou não de intervir na medida de defesa comercial.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS ACERCA DA AVALIAÇÃO DE INTERESSE PÚBLICO

312. Após a análise dos elementos apresentados ao longo da avaliação final de interesse público feita no âmbito do processo de revisão de final de período acerca de medida compensatória aplicada sobre as importações de filmes PET originárias da Índia, nota-se que:

a) Filmes PET é um insumo utilizado na produção de embalagens plásticas flexíveis e em algumas aplicações industriais como desmoldagem de telhas e isolamento de cabos elétricos e telefônicos.

b) Dentre a diversidade de tipos de filmes laminados, identificou-se algum grau de substitutibilidade entre os filmes PET e os de BOPP, sugerindo viabilidade técnica no possível desvio de demanda entre os produtos. Dessa forma, em termos de demanda, considera-se haver uma substitutibilidade entre o produto sob análise e os filmes de BOPP. Ademais, não há indícios de viabilidade da substituição pela ótica da oferta.

c) O mercado brasileiro foi altamente concentrado, com níveis superiores a 2.500 pontos, ao longo de todo o período de análise (T1 a T10). Nota-se que a concentração se elevou consideravelmente no período da revisão, saindo de 4.039 pontos de T6 para 5.470 em T10, pico de concentração do mercado, com a participação da indústria doméstica de [CONFIDENCIAL] 70-80%.

d) Em relação aos grupos internacionais exportadores de filmes PET, pode-se dizer que as medidas de defesa comercial aplicadas principalmente no contexto temporal da revisão em curso, tiveram o condão de mitigar a concorrência em relação a grupos de alcance global, ganhando relevância uma competição de produtores regionais, no âmbito da América Latina, quais sejam [CONFIDENCIAL] .

e) Entre os vinte maiores grupos produtores de filmes PET, vários possuem plantas ativas ou planejadas para o curto prazo em origens não gravadas. Além disso, destaca-se que, por mais que as empresas em questão representem mais da metade da capacidade produtiva de filme PET, cerca de 40% da capacidade mundial pertence a outros produtores menores. Quanto à capacidade instalada na América Central e do Sul, [CONFIDENCIAL] .

f) Sobre as exportações, a Índia representou 3,6% das exportações mundiais, em termos de valor, sendo a sétima maior exportadora em 2020. Quando são consideradas todas as origens gravadas, essa participação aumenta para 22,0% (os EAU representaram 0,3% e o Egito teve participação menor que 0,1% nas exportações mundiais referentes ao código 392062).

g) No período entre T6 e T10, correspondente a revisão em curso, houve queda da relevância das importações de China, Egito e Índia, e consolidação das importações peruanas como principal origem alternativa para atendimento da demanda brasileira de filmes PET.

h) A relevância das importações originárias do Peru se manteve mesmo após aplicação da medida antidumping, devendo-se lembrar que essa origem é beneficiada por preferência tarifária. Destaque-se ainda a evolução das importações de Tailândia e Paquistão, que seguem significativas até T12.

i) No que se refere à atuação dos grupos exportadores internacionais, o cenário recente reforça uma tendência de regionalização da competição no mercado brasileiro de filmes PET, com a rivalidade ocorrendo entre a produção da Terphane, instalada em solo nacional, e a produção originária do Peru.

j) Em termos da evolução de preços de importação, as importações peruanas, que são representativas desde T6, apresentaram sempre preços abaixo da média geral, comportamento que se manteve mesmo após a imposição da medida antidumping. As origens não gravadas Tailândia e Paquistão também se destacam com preços competitivos. Com efeito, em T11, a origem com menor preço médio dentre todas foi o Paquistão, seguida de Peru e Tailândia, nessa ordem. Assim, vale ressaltar que tanto Tailândia quanto Paquistão não estão entre as origens gravadas.

k) Há medidas antidumping aplicadas pela Coreia do Sul e pelos Estados Unidos, desde 2008, sobre filmes PET originários da China. Com relação aos produtos originários da Índia, há medidas antidumping vigentes, aplicadas pela Coreia do Sul em 2008 e pelos Estados Unidos em 2002. Além disso, encontram-se vigentes medidas compensatórias aplicadas pelos Estados Unidos, desde 2002 e pela Turquia, desde 2009, sobre os produtos indianos.

l) A tarifa brasileira de 12,5% é mais alta que a cobrada por 72,9% dos países que reportaram suas alíquotas à OMC. Além disso, é mais elevada que a dos principais exportadores mundiais: Coreia do Sul (6,5%), China (6,5%) e Japão (4,8%).

m) O Peru, uma das origens gravadas, possui preferência tarifária de 100% em vigor e é a principal origem das importações brasileiras de filmes PET de T6 a T11. Ou seja, mesmo após a aplicação da medida antidumping em T10, as importações peruanas mantêm sua relevância para abastecimento do mercado brasileiro.

n) Constata-se lapso temporal de mais de 10 (dez) anos pelo qual se estende a aplicação de medidas de defesa comercial sobre as importações brasileiras de filmes PET, que vêm sendo aplicadas a diferentes origens.

o) Enquanto o mercado brasileiro de filmes PET experimentou um crescimento no período como um todo, as importações totais apresentaram crescimento de menor magnitude até T9 e, em T10, caíram a um patamar muito próximo ao que se verificava em T1. Nesse cenário, observa-se que a indústria doméstica elevou a sua participação no mercado brasileiro desde o período inicial da série em T1, [CONFIDENCIAL] 50-60%, para [CONFIDENCIAL] 70-80% em T10.

p) Acerca de eventual risco de desabastecimento, há elementos de que a indústria doméstica disponha de capacidade para atender integralmente a demanda nacional em termos de volume. Ademais, o risco de desabastecimento é mitigado pela participação ainda relevante de importações no mercado brasileiro.

q) Em termos da restrição de oferta no tocante a preço, não se verificou grande discrepância entre a trajetória dos preços médios praticados pela indústria doméstica em relação aos demais países exportadores listados, como também em relação aos custos de produção da indústria doméstica e à evolução do índice geral agregado, o que indica possível rivalidade em termos de preço neste mercado.

r) Não há elementos que indiquem que diferenças de qualidade ou tecnologia entre o produto nacional e o importado poderiam afetar a disponibilidade ao consumidor final.

s) Em virtude da baixa magnitude da medida compensatória em análise e da baixa participação das importações indianas em relação ao mercado brasileiro nos cenários base considerados, as simulações praticamente não indicaram alterações nas variáveis consideradas. A esse respeito deve-se reforçar que o impacto pouco expressivo aqui mencionado se refere à medida compensatória analisada isoladamente, ou seja, sem considerar todas as outras medidas de defesa comercial aplicadas sobre as importações brasileiras de filmes PET.

313. Verifica-se, portanto, que há elementos no sentido de que a aplicação da medida compensatória possa, em certa medida, ter impactado na oferta internacional do produto sob análise no mercado interno, juntamente com as outras medidas de defesa comercial aplicadas sobre filmes PET, uma vez que os dados deste mercado indicam a queda de rivalidade entre importações e vendas da indústria doméstica em um mercado em que há correspondência temporal entre a aplicação das medidas de defesa comercial e a significativa elevação de concentração ao longo do período de análise (T1 a T10).

314. Em que pese essa elevação da concentração, principalmente durante o período da revisão em curso, observa-se que as importações originárias do Peru, principal origem para atendimento à demanda nacional desde T7, mantiveram o fornecimento de filmes PET ao mercado brasileiro mesmo após a aplicação da medida antidumping. Nesse contexto, é válido relembrar que essa origem é beneficiada por 100% de preferência tarifária.

315. Ainda a respeito da oferta internacional do produto sob análise, destaca-se que, entre os vinte maiores grupos produtores de filmes PET, vários possuem plantas ativas ou planejadas para o curto prazo em origens não gravadas, havendo ainda significativos 40% da capacidade produtiva mundial pertencente a produtores menores. Esses fatores indicam uma desconcentração da produção de filmes PET em escala global, em contraponto à concentração do mercado nacional, que viabiliza o acesso de consumidores brasileiros a origens não gravadas. Nesse sentido, destaque-se a evolução das importações de Tailândia, origem que deixou de estar gravada em T5, e Paquistão, que seguem significativas até T12.

316. Tal contexto de crescente desvio de comércio para origens como Tailândia e Paquistão se coaduna tanto com o caráter peculiar do mercado em análise, no qual grandes grupos empresariais possuem plantas de fabricação em mais de uma origem, caso das importações tailandesas, originárias dos grupos [CONFIDENCIAL] , como com a possibilidade de acesso a outros grupos não tradicionais, a exemplo das importações originárias do Paquistão. Destaque-se ainda, nesse sentido, a existência de franja expressiva no mercado brasileiro, composta por produtores isolados, que foi responsável por [CONFIDENCIAL] 0-10% do market share em T10.

317. Registra-se também que a Resolução Gecex nº 203/2021, publicada em 21 de maio de 2021, prorrogou a aplicação das medidas antidumping vigentes sobre as importações originárias de Egito, Índia e China, promovendo atualização dos direitos e suspendendo as medidas para Egito e China, em razão da existência de dúvidas quanto à provável evolução futura das importações do produto objeto de direito antidumping, nos termos do art. 109 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013. Assim, não se pode descartar uma possível alteração do fluxo de comércio das origens objeto da revisão de dumping, em função dos ajustes de direitos antidumping e suspensão das medidas para Egito e China por força do art. 109 do Decreto 8058/2013.

318. No que se refere à oferta nacional, foi verificado que a indústria doméstica dispõe de capacidade para atender integralmente a demanda nacional em termos de volume no período mais recente analisado, T10. Ademais, os elementos disponíveis nos autos não foram capazes de indicar restrição à oferta em termos de preço, uma vez que o comportamento dos preços médios praticados pela indústria doméstica não apresentou grande discrepância em relação aos preços do demais países exportadores listados, como também em relação aos custos de produção e à evolução do índice geral agregado, o que indica possível rivalidade em termos de preço neste mercado.

319. Adicionalmente, menciona-se que, em função da concomitância de medida antidumping e medida compensatória aplicadas em relação à origem Índia, o cálculo dos direitos foi ajustado de forma que a medida compensatória foi recomendada em sua magnitude integral e valor da medida antidumping correspondente sofreu ajustes, em decorrência da vedação ao double remedy, nos termos do §2º do art 1º do Decreto nº 1.751, de 1995.

320. Ante o exposto, tendo em vista os elementos discutidos ao longo da avaliação de interesse público, conclui-se que a aplicação da medida compensatória às importações de filmes PET originárias da Índia não impactou significativamente a dinâmica do mercado nacional do produto sob análise a ponto de justificar uma intervenção por razões de interesse público.

321. Ainda assim, sugere-se o acompanhamento do mercado de filmes PET com base em possíveis revisões de medidas de defesa comercial futuras, dada a peculiaridade deste mercado, atentando, inclusive, para o efeito acumulado das várias medidas em vigor.

322. Assim, encerra-se a presente avaliação de interesse público, sem a identificação de razões de interesse público que possam justificar a suspensão ou aplicação de direito compensatório em valor diferente do recomendado em defesa comercial relativo às importações brasileiras de filmes PET, comumente classificadas nos subitens 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99 da NCM, originárias da Índia.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 237, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Altera a Resolução Gecex nº 203, de 20 de maio de 2021 no âmbito da prorrogação do direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de Filme PET, com espessuras entre 5 e 50 micrômetros, comumente classificadas nos subitens 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99, originárias do Egito, Índia e China, com imediata suspensão após a sua prorrogação para Egito e China.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso VI, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, e considerando o que consta da Resolução Gecex nº 203, de 20 de maio de 2021 e em seus Anexos I e II, tendo em vista a deliberação em sua 185ª Reunião, ocorrida no dia 18 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Alterar os artigos 1º e 2º da Resolução Gecex nº 203, de 20 de maio de 2021, tendo como fundamento e motivação o disposto na Nota Técnica nº 43/2021/CGSC/SDCOM/SECEX, documento SEI Economia nº 17790469, de 5 de agosto de 2021, constante do Processo SEI nº 19972.101369/2021-11, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Prorrogar a aplicação do direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de Filme PET, com espessuras entre 5 e 50 micrômetros, comumente classificadas nos subitens 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias do Egito, Índia e China, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por tonelada, nos montantes abaixo especificados:

Direito Antidumping Definitivo		
País	Produtor/Exportador	Direito Antidumping (US$/t)
Egito*	Flex P. Films (Egypt) S.A.E	256,82
Egito*	Demais	483,83
Índia	Ester Industries Ltd.	0,00
Índia	Jindal Poly Films Limited	0,00
Índia	Polypacks Industries	73,32
Índia	Garware Polyester	0,00
Índia	Vacmet India	73,32
Índia	Polyplex Corporation Ltd.	149,45
Índia	Demais	0,00
China*	Todas	654,95

*Prorrogação com imediata suspensão, nos termos do art. 109 do Decreto n.º 8.058, de 26 de julho de 2013.

Art. 2º O disposto no art. 1º não se aplica a:

a) filmes de PET com espessura inferior a 5 micrômetros ou superior a 50 micrômetros e, portanto, fora da faixa especificada;

b) películas fumê automotiva;

c) filmes de acetato de celulose;

d) filmes de poliéster com silicone;

e) rolos para painéis de assinatura;

f) filtros para iluminação;

g) telas, filmes, cabos de PVC;

h) filmes, chapas, placas de copoliéster PETG;

i) filmes, películas, etiquetas e chapas de policarbonato;

j) folhas esponjadas de politereftalato de etileno;

k) placas de polimetacrilato de metila;

l) etiquetas de poliéster;

m) lâminas e folhas de tinteiro;

n) telas de reforço de poliéster;

o) filmes e fios de poliéster microimpressos;

p) filmes de poliéster magnetizados;

q)fitas para unitização de carga;

r) filmes de PET já processados para outros fins (produto acabado); e

s) filmes de PET com coating de EVA e os filmes de PET com coating de PE."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO GECEX Nº 238, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre a apreciação do pedido de reconsideração em face da Resolução Gecex nº 203, de 20 de maio de 2021, publicada no D.O.U. de 21 de maio de 2021.

O COMITÊ EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso VI, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, e considerando o que consta da Resolução Gecex nº 203, de 20 de maio de 2021, publicada no D.O.U. de 21 de maio de 2021, e em seus Anexos I e II, da Resolução Gecex nº 226, de 23 de julho de 2021, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2021, e tendo em vista a deliberação em sua 185ª Reunião, ocorrida no dia 18 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração objeto do Processo SEI nº 19971.100525/2021-28, apresentado pela Terphane Ltda em face da Resolução Gecex nº 203, de 20 de maio de 2021, publicada no D.O.U. de 21 de maio de 2021 que prorrogou direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de Filme PET, com espessuras entre 5 a 50 microns, comumente classificadas nos subitens 3920.62.19, 3920.62.91 e 3920.62.99 da NCM, originárias do Egito, Índia e China, com imediata suspensão após a sua prorrogação para Egito e China, tendo como fundamento e motivação o disposto na Nota Técnica nº 30/2021/CGSC/SDCOM/SECEX, documento SEI Economia nº 17789699, de 27 de julho de 2021, constante do Processo SEI nº 19972.101369/2021-11.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO GECEX Nº 239, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Altera o Anexo II da Resolução nº 125, de 15 de dezembro de 2016.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso IV, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, considerando o disposto nas Decisões nºs 58, de 16 de dezembro de 2010, e 26, de 16 de julho de 2015, do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, nas Resoluções nº 92, de 24 de setembro de 2015, e nº 125, de 15 de dezembro de 2016, da Câmara de Comércio Exterior, e tendo em vista a deliberação de sua 185ª reunião, ocorrida em 18 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos no Anexo II da Resolução da Câmara de Comércio Exterior nº 125, de 15 de dezembro de 2016, os produtos conforme descrições e alíquotas a seguir discriminadas:

NCM	DESCRIÇÃO	ALIQUOTA
8544.60.00	- Outros condutores elétricos, para uma tensão superior a 1.000 V	16
	Ex 001 - Cabo com condutor de alumínio, com seção de 2.000mm², isolado com polietileno de alta densidade, sem conectores nas extremidades, mas contendo olhais de tração, adequado para transmissão de energia elétrica em 345kV e com capacidade de operar em uma tensão máxima de 362kV por tempo indeterminado, com excentricidade máxima de 3%,	0
	bloqueado contra penetração longitudinal de água e com camada extrudada da blindagem semicondutora do condutor em material termofixo.	
	Ex 003 - Cabo com condutor de alumínio de fios compactados (Classe 2 IEC 60228), isolado com XLPE, sem conectores nas extremidades, mas contendo olhais de tração, adequado para transmissão de energia elétrica em 345kV e com capacidade de operar em uma tensão máxima de 362kV por tempo indeterminado, com blindagem de alumínio, bloqueado contra	0
	penetração longitudinal de água, com cobertura externa em polietileno de alta densidade (HDPE).	
	Ex 004 - Cabo com condutor de alumínio de fios compactados (Classe 2 IEC 60228), isolado com XLPE, sem conectores nas extremidades, mas contendo olhais de tração, adequado para transmissão de energia elétrica em 230 kV e com capacidade de operar em uma tensão máxima de 245 kV por tempo indeterminado, com blindagem de alumínio, bloqueado contra	0
	penetração longitudinal de água, com cobertura externa em polietileno de alta densidade (HDPE).	

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor após decorridos sete dias da data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO GECEX Nº 240, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre o Sistema de Administração e Controle de Cotas de Importação outorgadas pelo MERCOSUL a terceiros países ou grupos de países (SACIM) e incorpora ao ordenamento jurídico brasileiro a Resolução nº 46, de 2020, do Grupo Mercado Comum (GMC) do MERCOSUL.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - GECEX, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso IX, do Decreto no 10.044, de 4 de outubro de 2019, e tendo em vista a deliberação de sua 185ª Reunião Ordinária, realizada em 18 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º A Resolução MERCOSUL/GMC Nº 46/20, do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL, anexa a esta Resolução, será executada e cumprida integralmente em seus termos.

Art. 2º Caberá à Secretaria Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia:

I - a gestão, em cooperação com a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, do Sistema Nacional de Administração de Cotas a que se refere a Resolução MERCOSUL/GMC Nº 46/20; e

II - II - a designação de ponto focal, em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores, para fins de atendimento do artigo 3.2 do Anexo da Resolução MERCOSUL/GMC Nº 46/20.

Art. 3º Caberá à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia o atendimento ao disposto no artigo 3.5.3.1 do Anexo da Resolução MERCOSUL/GMC Nº 46/20.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê
Substituto

ANEXO

MERCOSUL/GMC/RES. Nº 46/20

SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DE COTAS DE IMPORTAÇÃO OUTORGADAS PELO MERCOSUL A TERCEIROS PAÍSES OU GRUPOS DE PAÍSES (SACIM)

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto, as Resoluções Nº 26/09 e 31/10 do Grupo Mercado Comum e a Diretriz Nº 22/20 da Comissão de Comércio do MERCOSUL.

CONSIDERANDO:

Que é necessário estabelecer um sistema de administração e controle das Cotas outorgadas pelo MERCOSUL a terceiros países ou grupos de países para sua aplicação às importações de produtos originários desses países ou grupos de países com destino ao MERCOSUL.

O GRUPO MERCADO COMUM , resolve:

Art. 1º Aprovar o "Sistema de Administração e Controle de Cotas de Importação outorgadas pelo MERCOSUL a terceiros países ou grupos de países" (SACIM), que consta como Anexo I e faz parte da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução aplicar-se-á exclusivamente às Cotas de importação outorgadas conjuntamente pelo MERCOSUL a terceiros países ou grupos de países por meio de acordos comerciais.

Art. 3º A Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM) poderá realizar os ajustes ao Anexo que forem necessários mediante Diretrizes.

Art. 4º Instruir a CCM a aprovar, no primeiro semestre de 2021, uma norma complementar às disposições do Anexo da presente Resolução que contemple os aspectos de procedimento necessários para a completa regulamentação do SACIM.

Art. 5º Esta Resolução deverá ser incorporada ao ordenamento jurídico dos Estados Partes antes de 23/X/2021.

GMC (Dec. CMC N° 20/02, Art. 6°) - Montevidéu, 26/I/21.

ANEXO I

SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DE COTAS DE IMPORTAÇÃO OUTORGADAS PELO MERCOSUL A TERCEIROS PAÍSES OU GRUPOS DE PAÍSES (SACIM)

1. OBJETIVO

Criar um sistema de administração e controle das Cotas de importação outorgadas conjuntamente pelo MERCOSUL em acordos comerciais celebrados entre o MERCOSUL e terceiros países ou grupos de países.

2. DEFINIÇÕES

Para efeitos deste Anexo, adotam-se as seguintes definições:

Atribuição de cota: operação mediante a qual o Sistema Nacional de Administração de Cotas de um Estado Parte informa ao SACIM o registro de uma declaração de importação associada a uma licença dentro do prazo de reserva da cota. Isso implica que a quantidade (montante/volume) consignada em tal declaração de importação fica atribuída.

Cota: contingente tarifário relativo a um ou mais códigos tarifários da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, dentro do qual os direitos de importação aplicados às quantidades importadas são mais baixos que os aplicados às quantidades fora do contingente.

Dia: dia calendário, incluindo fins de semana e dias festivos.

Período de vigência de cotas: ano calendário, salvo disposição contrária no acordo comercial específico com base no qual a cota tenha sido outorgada.

Ponto focal: pessoa designada por cada Estado Parte como responsável pela operação no SACIM e pelo intercâmbio de informação com a Secretaria do MERCOSUL (SM) e com os outros pontos focais.

Primeiro a chegar/primeiro servido (first come/first served - FCFS): método pelo qual a reserva das Cotas se processa em ordem cronológica de registro dos pedidos no SACIM.

Relatório de gestão: consolidação de informações de distinta natureza, seja pré-formatada ou a critério do usuário, que permita monitorar o uso das cotas.

Reserva de cota: operação mediante a qual o SACIM efetua a guarda de uma determinada quantidade (montante/volume) a solicitação do Sistema Nacional de Administração de Cotas de um Estado Parte.

Sistema Informático: programa informático que modela e implementa o SACIM. Nele realizam-se as operações relacionadas à administração e controle de Cotas de importação do MERCOSUL.

Sistema Nacional de Administração de Cotas: mecanismo com o qual cada Estado Parte, por meio de suas diversas instituições, inclusive aduaneiras, processa a administração e controle das Cotas de importação em nível nacional e mediante o qual se comunica com o SACIM.

3. ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE DE COTAS

As cotas de importação outorgadas conjuntamente pelo MERCOSUL a terceiros países ou grupos de países em seus acordos comerciais serão administrados por meio de um sistema eletrônico de administração de cotas em nível MERCOSUL (SACIM).

3.1 Unidades de medida

A unidade de medida de cada cota será determinada pelo acordo correspondente.

3.2 Pontos focais

Cada Estado Parte deverá designar um ou mais pontos focais, os quais terão acesso restrito ao SACIM, com a finalidade de gerir as cotas utilizadas e remanescentes, bem como consultar em nível desagregado as cotas por licenças emitidas, registros associados e notificados, por cada Estado Parte.

As Coordenações Nacionais da Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), mediante nota às demais Coordenações Nacionais da CCM e à SM, notificarão as designações e/ou alterações de seus pontos focais.

Somente os usuários autorizados por cada Sistema Nacional de Administração de Cotas poderão acessar o SACIM.

3.3 Reserva de cotas

A reserva das cotas dar-se-á conforme ordem cronológica de registro dos pedidos no SACIM pelo método FCFS.

A reserva de cota poderá ser por uma quantidade menor à solicitada, se não existir disponibilidade na data da solicitação. Nesse caso, os Sistemas Nacionais de Administração de Cotas só emitirão a licença após prévia consulta ao importador se a quantidade disponível é de seu interesse.

A reserva da cota implicará a indisponibilidade dessa quantidade para atender outras solicitações, sem prejuízo do estabelecido no inciso 3.7.

As solicitações de reserva de cota e as licenças emitidas pelos Estados Partes deverão corresponder ao mesmo ano calendário.

3.4 Licenças

Para efeitos deste Anexo, o termo licença compreende licenças, autorizações, permissões e outros que solicitar o importador em seu Sistema Nacional de Administração de Cotas.

As licenças que forem solicitadas pelos importadores dos Estados Partes dentro do período de vigência da cota, mas que não contarem com cota disponível no SACIM, serão rejeitadas pelo Sistema Nacional de Administração de Cotas de cada Estado Parte. A rejeição implicará que o solicitante não poderá invocar a condição de "primeiro a chegar" na ordem cronológica de tramitação, em caso de a cota voltar a ficar disponível.

A licença de importação associada a uma reserva de cota no SACIM só poderá ser utilizada em uma única declaração de importação.

Os Estados Partes poderão estabelecer regras específicas com a finalidade de impedir práticas que prejudiquem a plena utilização das cotas, incluindo a não utilização da licença emitida.

3.5 Responsabilidades

3.5.1 Da Secretaria do MERCOSUL

a) Administrar e manter o sistema informático, incluindo a política de segurança estabelecida no inciso 4.5 deste Anexo;

b) Registrar anualmente no SACIM as cotas na forma estabelecida em cada acordo comercial com terceiros países ou grupos de países, até o último dia útil prévio ao início do período da vigência das cotas. No ano de entrada em vigor de cada acordo, as cotas serão habilitadas no dia de entrada em vigor;

c) Comunicar aos pontos focais toda informação relativa ao SACIM que não seja enviada diretamente pelo sistema informático;

d) Comunicar os pontos focais, com base no informado pelo Depositário, a entrada em vigor de um acordo comercial, no qual o MERCOSUL tenha outorgado cotas conjuntamente a terceiros países ou grupos de países, caso essa entrada em vigor afete a todos os Estados Partes do MERCOSUL ou a um deles;

e) Responder as consultas formuladas pelos pontos focais;

f) Manter atualizada a informação sobre os pontos focais e Sistemas Nacionais de Administração de Cotas de cada Estado Parte;

g) Realizar e publicar trimestralmente relatórios com o estado atualizado das cotas;

h) Realizar as demais funções e atividades previstas neste Anexo e as que solicitar a CCM com respeito ao SACIM.

3.5.2 Dos pontos focais

a) Gerir as autorizações e níveis de acesso sobre o SACIM dos diferentes usuários autorizados designados pelos respectivos dos Sistemas Nacionais de Administração de Cotas;

b) Intercambiar informação com os Sistemas Nacionais de Administração de Cotas, com a SM e com os demais pontos focais;

c) Responder as consultas formuladas pela SM ou pelos pontos focais de outros Estados Partes.

3.5.3 Do Sistema Nacional de Administração de Cotas

a) Administrar e controlar em nível nacional as cotas de importação outorgadas conjuntamente pelo MERCOSUL a terceiros países ou grupos de países;

b) Solicitar ao SACIM a reserva de cotas;

c) Emitir e negar as licenças de importação relativas à administração das cotas;

d) Registrar no sistema informático a informação requerida no presente Anexo e/ou em suas normas modificatórias ou complementares;

e) Elaborar, transmitir e receber toda a informação relacionada com a cota da qual é responsável, proporcionando ao/s respectivo/s ponto/s focal/is a informação que requeira/m.

3.5.3.1 Das Aduanas

Colocar à disposição do SACIM toda a informação aduaneira relativa à atribuição da cota produzida pela declaração de importação, respeitando a confidencialidade da informação.

3.6 Prazos

As reservas de cotas no SACIM terão uma vigência de sessenta (60) dias, exceto em situações específicas acordadas pelo Grupo Mercado Comum (GMC) ou pela CCM. Os prazos de vigência serão contados a partir do dia seguinte de efetuada a reserva no sistema.

Não obstante o previsto no primeiro parágrafo, a vigência da reserva no SACIM não poderá exceder o período de vigência da cota.

A vigência da licença não poderá exceder o prazo estabelecido na reserva.

As solicitações de licenças apresentadas pelos importadores interessados vencerão ao finalizar o período de vigência da cota.

3.7 Devoluções

Se, no vencimento do prazo da reserva, não existir registro de declaração de importação, a quantidade reservada será devolvida ao saldo disponível no SACIM.

Se, no momento do registro da declaração de importação e/ou em virtude do resultado dos controles aduaneiros, a quantidade reservada não for utilizada completamente, devolver-se-á o remanescente ao saldo disponível no SACIM.

Caso o processo de importação seja rechaçado ou cancelado no Sistema Nacional de Administração de Cotas depois de reservada a cota, a quantidade reservada será devolvida ao saldo disponível no SACIM.

O titular da licença, durante a vigência dela e antes da declaração de importação, poderá efetuar a devolução voluntária da quantidade reservada.

3.8 Transferência de cotas

As reservas de cotas, bem como suas licenças associadas, serão intransferíveis.

3.9 Limite individual

Com a finalidade de melhorar o controle das cotas e levando em consideração sua plena utilização, poderão ser estabelecidos, mediante uma norma MERCOSUL específica, limites quantitativos individuais de cota reservada para cada solicitante da licença.

3.10 Transparência

O SACIM colocará à disposição do público, por meio da página web oficial do MERCOSUL, em tempo real, informação das cotas de importação outorgadas conjuntamente pelo MERCOSUL em cada um dos acordos comerciais celebrados com terceiros países ou grupos de países. Essa informação incluirá o total anual e o saldo ainda disponível na unidade de medida definida no respectivo acordo, bem como a porcentagem já utilizada, para os códigos tarifários da Nomenclatura Comum do MERCOSUL compreendidos em cada cota.

4. SISTEMA INFORMÁTICO DO SACIM

4.1 Arquitetura

O SACIM utilizará um sistema com um único repositório de informação e transações executadas de maneira centralizada, o qual se comunicará com os Sistemas Nacionais de Administração de Cotas dos Estados Partes.

4.2 Registros

Os registros no SACIM deverão ser processados de acordo com o método FCFS.

4.3 Desenvolvimento e implementação

O desenvolvimento tecnológico e a implementação do sistema estarão a cargo da SM.

Prevê-se um período de implementação máximo do SACIM de um (1) ano e meio. Os Estados Partes terão um prazo de seis (6) meses para integrar seus Sistemas Nacionais de Administração de Cotas ao SACIM, após sua implementação.

O SACIM permitirá aos usuários autorizados, respeitando a confidencialidade da informação, monitorar as licenças associadas a reservas de cota, as porcentagens utilizadas e os saldos remanescentes de cada cota.

O SACIM deverá ser compatível com o desenvolvimento futuro de funcionalidades de controle diferentes ao FCFS, caso surja esta necessidade.

O SACIM terá a funcionalidade de emitir relatórios de gestão, respeitando a confidencialidade da informação, com as funcionalidades que no futuro se definam.

4.4 Segurança do sistema

O sistema informático manterá o registro dos pontos focais de cada Estado Parte e dos usuários autorizados a operar no sistema.

O sistema informático deverá incluir uma política de segurança baseada nos seguintes princípios:

a) A base de dados estará localizada na SM, em um ambiente protegido, com acesso restrito à SM;

b) As senhas da base de dados serão administradas por quem a Direção da SM designar, e tal designação será informada aos pontos focais;

c) Serão realizados back-ups diários da base de dados, para os quais serão aplicados os mesmos requisitos de segurança; tais back-ups deverão ser armazenados por um período mínimo de um (1) ano;

d) Será controlado o acesso ao sistema informático, assegurando o cumprimento das regras de acesso, a privacidade dos dados dos usuários autorizados e o registro das operações realizadas pelos usuários para a realização de eventuais auditorias;

e) Cada ponto focal e usuário autorizado disporá de uma senha de acesso, à qual deverá cumprir os requisitos de segurança que forem estabelecidos;

f) A SM será responsável pela administração dos usuários do sistema informático, mas não terá autonomia, em hipótese nenhuma, para substituir suas identidades;

g) Todas as inserções ou atualizações da base de dados deverão incluir a identificação do usuário responsável pela operação;

h) O sistema informático será capaz de detectar irregularidades nos dados e determinar quais dados foram afetados;

i) A SM não poderá modificar o sistema informático sem autorização expressa da CCM;

j) O sistema informático gerará uma base de dados com as reservas de cotas realizadas.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 Consultas

Os pontos focais poderão intercambiar consultas com respeito à interpretação ou à aplicação das disposições do presente Anexo, sem prejuízo da aplicação do mecanismo estabelecido na Diretriz CCM Nº 17/99 "Mecanismo de Consultas na Comissão de Comércio do MERCOSUL", suas modificativas e complementares.

5.2 Aplicação do SACIM

Com relação aos acordos comerciais em que estiver prevista a possibilidade de vigência bilateral entre cada Estado Parte do MERCOSUL e a contraparte do acordo antes de sua ratificação por todos os Estados Partes do MERCOSUL, o SACIM será aplicável, a partir da entrada em vigor do acordo comercial em questão para o primeiro Estado Parte do MERCOSUL.

RESOLUÇÃO GECEX Nº 241, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre a apreciação de pedido de reconsideração em face da Resolução Gecex nº 199, de 4 de maio de 2021, que prorrogou direito antidumping definitivo, por um prazo de até 5 (cinco) anos, aplicado às importações brasileiras de chapas pré-sensibilizadas de alumínio para impressão off-set, originárias da República Popular da China, de Taipé Chinês, dos Estados Unidos da América, da União Europeia e do Reino Unido.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO, tendo em vista a deliberação de sua 185ª Reunião Ordinária, realizada no dia 18 de agosto de 2021, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso VI, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de reconsideração, apresentado em 17 de maio de 2021 pela produtora/exportadora de Taipé Chinês Top High Image Corp, objeto do processo nº 19971.100451/20221-20, em face da Resolução GECEX nº 199, de 4 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 5 de maio de 2021 e republicada em 7 de maio de 2021, que prorrogou o direito antidumping definitivo, por um prazo de até cinco anos, aplicado às importações brasileiras de chapas pré-sensibilizadas de alumínio para impressão off-set, comumente classificadas nos itens 3701.30.21 e 3701.30.31 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias da China, Taipé Chinês, EUA, União Europeia e Reino Unido, tendo como fundamento e motivação o disposto na Nota Técnica nº 44/2021/CGMC/SDCOM/SECEX (SEI nº 17794848), de 6 de agosto de 2021, constante do Processo 19971.100451/2021-20.

Art. 2º Indeferir o pedido de reconsideração apresentado em 19 de maio de 2021 pela entidade chinesa China Chamber of International Commerce - CCOIC, objeto do processo nº 19971.100458/2021-41, em face da Resolução GECEX nº 199, de 4 de maio de 2021, tendo como fundamento e motivação o disposto na Nota Técnica nº 45/2021/CGMC/SDCOM/SECEX (SEI nº 17795222), de 6 de agosto de 2021, constante do Processo 19971,100458/2021-41.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê
Substituto

RESOLUÇÃO GECEX Nº 242, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Esclarece que os descansos de panelas, apoios para copos, bandejas e tábuas de corte, quando originários da República Popular da China, estão sujeitos à incidência do direito antidumping instituído pela Resolução nº 3 da Câmara de Comércio Exterior, de 16 de janeiro de 2014, e prorrogado pela Resolução nº 6 do Comitê-Executivo de Gestão, de 15 de janeiro de 2020.

O COMITÊ-EXECUTIVO DE GESTÃO DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso VI, do Decreto nº 10.044, de 4 de outubro de 2019, com fundamento no art. 6º da Lei nº 9.019, de 30 de março de 1995, e considerando as informações, razões e fundamentos presentes no Anexo Único da presente resolução, resolve:

Art. 1º Fica encerrada a avaliação de escopo e determinado que as importações de descansos de panelas, apoios para copos, bandejas e tábuas de corte estão sujeitas à aplicação da medida antidumping sobre as importações de objetos de louça para mesa, comumente classificados nos itens 6911.10.10, 6911.10.90, 6911.90.00 e 6912.00.00 da NCM, quando originárias da República Popular da China, instituída pela Resolução nº 3 da Câmara de Comércio Exterior, de 16 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 17 de janeiro de 2014, e prorrogada pela Resolução nº 6 do Comitê-Executivo de Gestão, de 15 de janeiro de 2020, publicada no D.O.U. de 17 de janeiro de 2020.

Art. 2º Tornam-se públicos os fatos que justificaram a decisão, conforme consta do Anexo Único desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO PACHECO DOS GUARANYS
Presidente do Comitê

ANEXO ÚNICO

1. DOS ANTECDENTES

Em 26 de julho de 2012, as empresas Oxford Porcelanas S.A. e Indústria e Comércio de Cerâmica Tirolesa Ltda. (Studio Tacto) protocolaram no então Departamento de Defesa Comercial (Decom), da Secretaria de Comércio Exterior (Secex), do então Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de objetos de louça para mesa, independente do seu grau de porosidade, usualmente classificados nos subitens 6911.10.10, 6911.10.90, 6911.90.00 e 6912.00.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, quando originárias da República Popular da China (China) e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Constatada a existência de indícios de dumping e de dano à indústria doméstica decorrente dessa prática, conforme o Parecer Decom nº 46, de 18 de dezembro de 2012, recomendou-se o início da investigação por intermédio da Circular Secex nº 69, de 21 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 26 de dezembro de 2012.

Em 29 de julho de 2013, com a publicação no DOU da Resolução Camex nº 57, de 24 de julho de 2013, houve aplicação de direito antidumping provisório àquelas importações brasileiras de objetos de louça para mesa, originárias da China, haja vista se ter constatado, em sede preliminar, a existência de dumping e de dano dele decorrente. A imposição do direito provisório se deu em conformidade com a recomendação constante do Parecer Decom nº 21, de 12 de julho de 2013, nos termos do § 5º do art. 34 do Decreto nº 1.602, de 1995.

A Resolução Camex nº 3, de 16 de janeiro de 2014, publicada no DOU em 17 de janeiro de 2014, encerrou a investigação com aplicação de direito antidumping definitivo, por até cinco anos, às importações brasileiras originárias da China de objetos de louça fabricados pelas empresas não incluídas no compromisso de preços, com imposição de direito antidumping que variava de US$ 1,84/kg a US$ 5,14/kg. Para as empresas que celebraram o compromisso com o Governo Brasileiro, foram suspensos os procedimentos com vistas a uma determinação final e não foi aplicado direito antidumping definitivo.

Em 11 de setembro de 2018, de acordo com a Portaria Secex nº 58, de 29 de julho de 2015, o Sindicato das Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana de Blumenau protocolou no Sistema Decom Digital (SDD) petição para revisão de final de período, com o fim de prorrogar a medida antidumping aplicada às importações brasileiras de objetos de louça para mesa, quando originárias da China, consoante o disposto no art. 106 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Tendo sido verificada a existência de elementos suficientes indicando que a extinção do direito antidumping aplicado às importações mencionadas levaria muito provavelmente à continuação ou retomada do dumping e do dano à indústria doméstica dele decorrente, foi elaborado o Parecer Decom n. 2, de 10 de janeiro de 2019, propondo o início da revisão do direito antidumping em vigor.

Dessa forma, com base no parecer mencionado, a presente revisão foi iniciada por meio da Circular Secex n. 2, de 16 de janeiro de 2019, publicada no D.O.U de 17 de janeiro de 2019. De acordo com o contido no § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, enquanto perdura a revisão, o direito antidumping de que trata a Resolução Camex n. 3, de 16 de janeiro de 2014, permanece em vigor.

A Resolução Camex n. 6, de 15 de janeiro de 2020, publicada no DOU em 17 de janeiro de 2020, encerrou a investigação com a prorrogação do direito antidumping definitivo, por até cinco anos, aplicado às importações brasileiras de objetos de louça para mesa, independente do seu grau de porosidade, comumente classificadas nos itens 6911.10.10, 6911.10.90, 6911.90.00 e 6912.00.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da República Popular da China, a ser recolhido sob a forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por quilograma, nos montantes abaixo especificados:

Direito antidumping - Objetos de louça para mesa		
Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping (US$/kg)
China	Guangxi Xin Fu Yuan Co., Ltd	1,84
	Empresas chinesas identificadas no Anexo II e não constantes desta tabela	3,84
	Guangdong Baofeng Ceramic Technology Development Co.,Ltd.	5,14
	Liling Santang Ceramics Manufacturing Co., Ltd.	5,14
	Shenzhen Yuking Trading Co., Ltd.	5,14
	Demais	5,14

Registre-se que o compromisso de preços vigente durante a aplicação da medida original encerrou sua vigência a partir da publicação da Resolução Camex n. 6, de 2020. Todas as importações estão sujeitas ao recolhimento do direito antidumping, conforme as alíquotas discriminadas na tabela acima.

2. DA AVALIAÇÃO DE ESCOPO

2.1 Da petição

Em 07 de dezembro de 2020, a empresa Full Fit Indústria Importação e Comércio Ltda., doravante também denominada Full Fit ou "peticionária", protocolou no SDD petição solicitando a realização de avaliação de escopo em relação aos produtos "descanso de panelas", "apoios para copos", "bandejas" e "tábuas de corte", com o objetivo de determinar se os referidos produtos estão sujeitos à aplicação do direito antidumping vigente sobre as importações de objetos de louça para mesa originários da China.

Após a análise da petição, por meio do Ofício nº 01.973/2020/CGSA/SDCOM/SECEX, de 23 de dezembro de 2020, foram solicitadas informações complementares à petição, a fim de cumprir os requisitos de admissibilidade exigidos pelo artigo 147 do Decreto nº 8.058, de 2013, bem como de apresentar as informações dispostas no artigo 9º da Portaria Secex n. 42, de 14 de setembro de 2016. Em 07 de janeiro de 2021, a peticionária apresentou resposta tempestiva ao ofício de informações complementares à petição, na qual forneceu as informações requisitadas.

2.2 Do início da avaliação de escopo

Tendo sido apresentados elementos suficientes que indicavam haver dúvida quanto à incidência ou não da medida antidumping sobre os objetos de louça para mesa, foi elaborado o Parecer DECOM nº 17, de 06 de abril de 2021, propondo o início da avaliação de escopo.

Com base no parecer supramencionado, por meio da Circular Secex nº 26, de 12 de abril de 2021, publicada no D.O.U. de 13 de abril de 2021, foi iniciada a avaliação de escopo em tela. Destaque-se que, nos termos do parágrafo único do art. 154 do Decreto nº 8.058, de 2013, a avaliação conduzida ao amparo deste processo administrativo possui caráter interpretativo, não tendo o condão de alterar o escopo do direito antidumping vigente.

2.3 Da habilitação das partes interessadas

Nos termos do disposto no item 2 da Circular Secex nº 26, de 2021, as partes interessadas tiveram o prazo de 15 dias, contados da data do início da avaliação de escopo, para se habilitarem no processo em tela.

Sendo assim, o Sindicato das Indústrias de Vidros, Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana de Blumenau, doravante denominado Sindicato, solicitou habilitação no presente processo como parte interessada, tempestivamente, no dia 26 de abril de 2021. O referido Sindicato foi considerado parte interessada na avaliação em questão, nos termos do inciso I do § 2º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013.

2.4 Da prorrogação da avaliação de escopo

No dia 3 de maio de 2021, foi publicada no D.O.U. a Circular SECEX nº 30, de 30 de abril de 2021, por meio da qual a Secex prorrogou por prorrogar por 30 dias, a partir de 12 de maio de 2021, o prazo para as partes interessadas, devidamente habilitadas, manifestarem-se por escrito ou submeterem elementos de prova acerca da matéria.

Foi publicada, ainda, no D.O.U. de 9 de junho de 2021, a Circular SECEX nº 41, de 8 de junho de 2021, por meio da qual a Secex tornou públicos novos prazos que servem de parâmetro para o restante desta avaliação de escopo, conforme quadro abaixo:

Disposição legal - Portaria Secex nº 42, de 2016	Prazos	Datas previstas
art.13, inciso IV	Encerramento da fase de manifestações e submissão de elementos de prova	11/06/2021
art.13, inciso V	Encerramento da fase de submissão de comentários finais	01/07/2021
art.13, inciso VI	Elaboração de determinação final da avaliação de escopo	21/07/2021

2.5 Do encerramento da fase de instrução

De acordo com o estabelecido no parágrafo único do art. 149 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram concedidos trinta dias contados da data de publicação da Circular Secex para que as partes interessadas pudessem se manifestar por escrito ou submeter elementos de prova. Ainda, conforme os termos do inciso V do artigo 13 da Portaria Secex nº 42, de 2016, foram concedidos quarenta dias da data de publicação da Circular Secex para que as partes pudessem submeter comentários finais sobre os elementos constantes dos autos.

Todavia, em virtude da solicitação de prorrogação de prazos de manifestações e submissão de elementos de prova, protocolado em 27 de abril de 2021 pelo Sindicato, e em consonância ao art. 194 do Decreto no 8.058, de 2013, a fase de instrução do processo em epígrafe foi prorrogada por igual período (30 dias). Logo, no dia 11 de junho de 2021, encerrou-se o prazo de manifestações e submissão de elementos de prova. No prazo regulamentar, manifestou-se acerca destes elementos apenas o Sindicato, cujos comentários constam deste Parecer.

Nesse mesmo sentido, e em consonância ao art. 194 do Decreto no 8.058, de 2013, a fase de submissão de comentários finais também foi prorrogada por igual período, qual seja, 40 dias. Diante disso, tal prazo encerrou-se em 1º de julho de 2021. A peticionária e o Sindicato apresentaram, no prazo regulamentar, as manifestações finais acerca dos elementos constantes dos autos. Todos os argumentos trazidos ao processo estão resumidos neste documento.

3. DA DEFINIÇÃO DO PRODUTO OBJETO DA MEDIDA ANTIDUMPING

3.1 Do produto objeto do direito antidumping

O produto objeto do direito antidumping refere-se a objetos de louça para mesa, comumente classificados nos subitens 6911.10.10, 6911.10.90, 6911.90.00 e 6912.00.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originários da China.

A Resolução Camex n. 6, de 15 de janeiro de 2020, no item 3.1 do seu anexo I, trouxe a seguinte definição de produto:

"O produto objeto da revisão, conforme consta da Resolução Camex n.3, de 2014, são os objetos de louça para mesa, independentemente do seu grau de porosidade, comumente classificados nos itens 6911.10.10, 6911.10.90, 6911.90.00 e 6912.00.00 da NCM, originários da China. Esses subitens abarcam conjuntos de mesa (jogo ou aparelho) para almoço, jantar, café ou chá; pratos (rasos, fundos, para sobremesa, sopa, bolo, torta, giratórios); xícaras (café e chá) e pires; outros pratos e conjuntos; canecas; vasilhas (consideradas como qualquer vaso para líquidos); assadeiras (recipiente próprio para assar alimentos); formas (molde para cozinhar, dentro do qual se coloca uma mistura que toma o feitio desse molde); travessas (prato oval ou comprido em que vão os alimentos à mesa); saladeiras (recipiente, geralmente fundo, em que se serve salada); e terrinas (recipiente largo, usado para levar a sopa à mesa)."

O termo "louça" refere-se às variedades de utensílios de mesa utilizados para receber e servir alimentos, seja para uso doméstico ou comercial feitos de cerâmica, incluindo o subtipo específico porcelana (destacado na posição da NCM 6911). Louça seria, então, o coletivo que congrega todos os artefatos produzidos a partir dos materiais tecnicamente denominados faiança e porcelana, que se diferem apenas pela composição dos elementos e sua forma e todos são utilizados no serviço de mesa. Todos são fabricados pelo mesmo processo produtivo, com a utilização dos mesmos equipamentos, feitos com argila ou barro, queimados em fornos de alta temperatura.

Já o termo "cerâmica" se refere ao material de todos os objetos modelados em argila e cozidos, sendo a porcelana uma variedade de cerâmica. A elaboração de objetos de cerâmica pressupõe a preparação da argila crua, a modelagem desta argila úmida e plástica, a secagem lenta e a queima acima de 1000°C, temperatura em que a argila passa por alterações físico-químicas irreversíveis, ou seja, sintetiza-se e se transforma em cerâmica, tornando-se impossível retornar ao estado original de argila crua.

Os produtos comumente identificados como "cerâmicas", em referência à sua matéria-prima, são produtos que apresentam maior porosidade e menor dureza, cuja produção envolve uma massa de sílica composta e de menor pureza, com menor custo em relação ao da argila de porcelana.

A argila utilizada na porcelana, por seu turno, é encontrada na natureza, mas, antes de sua utilização, necessita ser beneficiada para a eliminação de todos os elementos contaminantes nela contidos. Rica em caulim e sem qualquer teor de óxido de ferro, uma vez processada, resulta na porcelana, cerâmica branca, às vezes translúcida, com porosidade de até 1%. Os produtos conhecidos como "porcelana" apresentam alta dureza e textura brilhante, sempre vitrificadas no próprio processo de cozimento da massa, além de produzirem sonoridade típica, com um timbre agudo, quando estimuladas.

Os processos produtivos das peças de cerâmica e porcelana são muito similares entre si. Ambos se iniciam com a preparação de uma "massa", produzida a partir da moagem, dosagem e mistura com água das matérias-primas. As matérias-primas são depositadas em moinhos de bola, onde sofrem um processo de redução da sua granulometria (moagem). No caso da cerâmica, adiciona-se argila, caulim, feldspato, talco e calcita. No caso da porcelana, retira-se o talco e a calcita para adicionar o quartzo. Posteriormente, a massa é bombeada para um filtro prensa, a fim de remover o ar e a água da mistura, até que o nível de umidade seja reduzido para cerca de 20%. As placas de argila formadas no filtro são passadas através de uma extrusora (chamada maromba a vácuo), de forma a remover mais ar e transformar as placas em tarugos.

Na sequência, a conformação pode ocorrer por três processos: via massa seca (prensas isostáticas), via úmida para peças planas e ocas regulares, como xícaras e canecas, e via úmida para peças irregulares, como cafeteiras, açucareiros, sopeiras, entre outros. Em seguida, ocorre o processamento térmico (secagem e queima), etapa de fundamental importância para obtenção dos produtos cerâmicos haja vista dele depender o desenvolvimento das propriedades finais dos produtos.

Com efeito, após a etapa da modelagem, as peças em geral continuam a conter água, proveniente da preparação da massa. Para evitar tensões e, consequentemente, defeitos nas peças, é necessário eliminar essa água, de forma lenta e gradual, em secadores intermitentes ou contínuos, a temperaturas que variam entre 50° C e 150° C.

Na operação de queima, conhecida também por sinterização, os produtos adquirem as suas propriedades finais. As peças, após a secagem, são submetidas a tratamento térmico a temperaturas elevadas, que, para a maioria dos produtos, situa-se entre 1.000° C e 1.450° C, em fornos contínuos (em operação 24 horas por dia), ou intermitentes, que operam em três fases: um estágio de aquecimento, uma zona quente ou estágio de sinterização/vitrificação e um estágio de resfriamento. Após secagem e queima, as peças perdem toda a umidade e criam a resistência e porosidade necessárias, características essenciais das peças de cerâmica e porcelana.

Em seguida, há aplicação do esmalte (ou verniz) e, posteriormente, essa massa passa por segunda queima que, no caso da porcelana, se dá a temperatura acima de 1.300° C, obtendo-se a peça de porcelana branca e brilhante.

As peças de cerâmica e porcelana ainda passam por fase de decoração, que pode ser feita com diversas técnicas, como serigrafia, tampografia, decalcomanias e pintura manual. Quando a decoração é concluída, as peças são queimadas e então estão prontas para ser embaladas, sendo levada para fora da área de decoração e inspecionada pela última vez.

Quanto à forma de comercialização, o produto pode ser comercializado em jogos, aparelhos ou de forma avulsa, como as chamadas "peças soltas". Os jogos, usualmente, referem-se a conjuntos em que as peças são as mesmas como, por exemplo, jogo de café, chá, canecas, entre outros. Os aparelhos, por outro lado, normalmente são compostos por peças diferentes, caso dos aparelhos de almoço ou jantar, que contêm prato fundo, prato raso, travessa, entre outros.

3.2 Dos tipos de produtos excluídos do escopo do produto objeto do direito antidumping

Conforme o artigo 2º da Resolução Camex n. 6, de 2020, estão excluídos do escopo da medida em vigor os utensílios de corte de louça.

4. DO PRODUTO OBJETO DA PETIÇÃO DE AVALIAÇÃO DE ESCOPO

De acordo com o inciso I do art. 147 do Decreto nº 8.058, de 2013, a avaliação de escopo deverá ser solicitada por meio de petição, devidamente fundamentada, que conterá descrição detalhada do produto a ser avaliado, acompanhada dos elementos de prova pertinentes, incluindo suas características técnicas e seus usos, bem como a sua classificação tarifária na NCM, além de explicação pormenorizada das razões que levaram o peticionário a entender que o produto está, ou não, sujeito ao direito antidumping.

4.1 Da descrição do produto objeto da avaliação do escopo

Os produtos objetos da avaliação de escopo consistem em:

(i) "descansos de panela": produto utilizado para proteção da superfície de mesas, evitando que panelas e outros recipientes quentes danifiquem o material sobre o qual são colocados. De acordo com a Full Fit, normalmente se apresentam nas formas quadradas, retangulares e redondos, em dimensões variadas em torno de 20x15cm, e espessura próxima de 1cm;

(ii) "apoios para copos": produto utilizado para "evitar que o suor que bebidas geladas ocasionam aos copos, molhem o local de apoio". Conforme a peticionária, são apresentados em formas quadradas e redondas, com dimensões em torno de 10 cm e espessura próxima de 0,5cm;

(iii) "bandejas": produto utilizado para transporte de copos, garrafas, xícaras, talheres e outros utensílios para serviço de mesa. Segundo a petição, normalmente são apresentadas em formatos retangulares, de dimensões variadas e em torno de 20x35cm, com alças vazadas no próprio corpo da bandeja;

(iv) "tábuas de corte": conforme a peticionária, consiste em "utensílio culinário, normalmente utilizado em cozinhas como apoio para cortar alimentos antes de seu preparo". A Full Fit informou que o produto se apresenta em formato retangular com dimensões variadas. Em resposta ao pedido de informações complementares, a peticionária informou que as tábuas de corte são produzidas com suporte em bambu e contam com uma superfície em cerâmica. Alegou, ademais, que este produto, ainda que visualmente parecido com "descansos de panela", é comercializado de forma distinta, sendo possível "que o consumidor final faça uso diverso do proposto, usando o descanso de panela como objeto de corte e vice-versa".

Tais produtos são produzidos em cerâmica, que, segundo a peticionária, são obtidos pela cozedura de matérias não-metálicas inorgânicas (argilas, matérias siliciosas e com elevado grau de fusão) previamente preparadas e moldadas, queimados em fornos de alta temperatura. Os produtos passam por processo de acabamento com aplicação de vernizes ou esmaltes, com cores e desenhos. Os artigos são produzidos com diversas estampas, desenhos, cores e frases, tendo também função decorativa.

Conforme a Full Fit, não há normas e especificações técnicas estabelecidas para estes tipos de produto e eles podem ser substituídos por produtos fabricados em metal e madeira. Ainda segundo informações constantes da petição, os canais de distribuição ao consumidor final são as lojas especializadas em utensílios domésticos.

O produto objeto da avaliação de escopo é usualmente classificado no subitem 6912.00.00 da NCM, abarcado pela aplicação do direito antidumping.

4.2 Das razões que levam a peticionária a entender que o produto está, ou não, sujeito à medida antidumping

Na concepção da Full Fit, o item 3.1 do Anexo da Resolução Camex n. 6, de 2020, seria peremptório ao descrever o produto objeto da revisão como sendo objetos de louça para mesa, sendo o termo "louça" definido como "variedades de utensílios de mesa utilizados para receber e servir alimentos, seja para uso doméstico ou comercial feitos de cerâmica". Destarte, os descansos de panela, os apoios para copos, as bandejas e as tábuas de corte, objetos da avaliação de escopo em tela, não se enquadrariam nessa definição, tendo em vista que não teriam a função de "receber e servir alimentos".

Nesse sentido, de acordo com a peticionária, qualquer produto, mesmo que classificado na NCM 6912.00.00, que não seja utilizado para receber e servir alimentos não poderia se enquadrar no escopo da medida antidumping em questão. Conforme a peticionária, "ainda que o artigo 2º da Resolução Camex nº 6/2020 cite apenas os artigos de corte como não sujeitos ao antidumping, qualquer outro artigo que não seja utilizado para receber e servir alimentos está claramente fora do alcance do direito antidumping já citado anteriormente".

A SDCOM solicitou justificativas, por meio do Ofício nº 01.973/2020/CGSA/SDCOM/SECEX, de 23 de dezembro de 2020, para a inclusão do produto "tábua de corte" como objeto da avaliação de escopo, uma vez que sua função seria receber alimentos para corte: "Utensílio culinário, normalmente utilizado em cozinhas como apoio para cortar alimentos antes de seu preparo", conforme a petição. Em sua resposta, a peticionária alegou que tal produto tem como função principal servir de apoio para corte de alimentos antes de seu preparo, sendo utilizado em cozinhas. Argumentou, ainda, que, para se enquadrar no escopo da medida antidumping em questão, o produto teria que atender cumulativamente todas "as especificações estabelecidas no processo de investigação, a saber:

(i) louça para mesa: a tábua de corte é objeto de cozinha;

(ii) o termo "louça para mesa" refere-se à variedade de utensílios de mesa utilizados para receber e servir alimentos (texto da investigação): ainda que a tábua seja utilizada para receber alimentos, não é utilizada para servir os alimentos à mesa; e

(iii) a tábua de corte não está elencada no rol de objetos definidos na investigação".

Acrescente-se, ainda, que a Full Fit indicou o Ofício n. 6.901/2012/CGAP/DECOM/SECEX, de 08 de outubro de 2012, o qual teria analisado "solicitação de confirmação da exclusão das tábuas de corte de vidro do antidumping disposto na Resolução Camex n. 8, de 2011, e ratificou a exclusão". A esse respeito, destaque-se, inicialmente, que tal decisão se refere a processo distinto do aqui discutido, visto tratar-se do direito antidumping aplicado por meio da Resolução Camex nº 8, de 28 de janeiro de 2011, às importações de objetos de vidro para mesa, originárias da Argentina, China e Indonésia, que possui, portanto, objeto distinto do produto sob análise neste processo de objetos de louça. Ainda, a peticionária menciona o referido ofício, mas não apresentou cópia para análise e anexação aos autos do presente processo.

Por outro lado, não se pode ignorar que essa decisão supra mencionada, ainda que tenha sido exarada em procedimento distinto, que investigou outro produto, tem certa semelhança com o objeto de discussão dessa avaliação de escopo. A semelhança se refere ao fato de que ambos os produtos (objetos de louça e objeto de vidro) foram definidos como tendo a função de "servir e receber alimentos". E, assim, se as tábuas de corte de vidro foram excluídas do escopo de aplicação de tal medida, tendo em vista que não se prestariam a esses fins de "servir e receber alimentos", semelhante questionamento com relação às tábuas de corte de louça merece avaliação pela autoridade administrativa com os fins de aclarar o escopo da medida vigente sobre às importações de louça.

Porém, enquanto a definição do produto sujeito ao direito antidumping aplicados aos objetos de vidro possui diversas exclusões que compõem o escopo de aplicação do direito antidumping, o mesmo não ocorre com a definição do produto sujeito ao direito antidumping aplicados aos objetos de louça, em que a exclusão só se refere a produtos com elementos de corte.

5. DAS MANIFESTAÇÕES DAS PARTES

5.1 Das manifestações e submissões de elementos de prova na presente avaliação de escopo

No dia 10 de junho de 2021, o Sindicato apresentou manifestação a respeito das informações constantes dos autos da presente avaliação de escopo.

O Sindicato afirmou que as informações trazidas aos autos pela peticionária não atenderiam aos critérios estabelecidos nos incisos IV e V art. 9º pela Portaria Secex nº 42, de 14 de setembro de 2016.

No tocante à classificação e ao tratamento tributário vigente aos produtos objetos da presente avaliação de escopo, afirmou que a peticionária estaria fazendo uma "interpretação tendenciosa" da Resolução Camex nº 3, de 2014, que aplicou o referido direito antidumping às importações brasileiras de objetos de louça para mesa originárias da República Popular da China, e da Resolução Camex nº 6, de 2020, que prorrogou tal direito.

Nesse sentido, alegou que a Full Fit teria ignorado a descrição das posições 6911 e 6912 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM ("serviços de mesa, artigos de cozinha, outros artigos de uso doméstico") ao argumentar que a principal função das tábuas de corte seria "servir de apoio para o corte de alimentos antes do seu preparo, sendo reconhecidamente que seu uso se dá na cozinha". De acordo com o Sindicato, a descrição dessas posições seria "clara ao definir o escopo do uso na mesa, na cozinha e em outros usos domésticos".

Além disso, segundo o Sindicato, a Full Fit teria ignorado a etimologia e os sinônimos dos verbos "receber" e "servir". O Sindicato argumentou que os produtos listados pela peticionária possuem função de servir e receber alimentos "nos usos e costumes atuais, que são muito mais flexíveis do que as regras de etiqueta nas refeições no passado". Alegou, ademais, que esta Subsecretaria teria confirmado tal entendimento ao solicitar, por meio do Ofício nº 01.973/2020/CGSA/SDCOM/SECEX, justificativas e esclarecimentos para a inclusão do produto "tábua de corte" como objeto da avaliação de escopo.

Argumentou, ainda, que os produtos listados pela peticionária, assim como os demais produtos classificados nas posições 6911 e 6912, possuem todas as características que definiram o produto objeto da revisão de final de período encerrada por meio da Resolução Camex nº 6, de 2020: são produzidos com as mesmas matérias primas, com os mesmos equipamentos e nos mesmos processos produtivos e tem a mesma composição química e características físicas, seguindo as mesmas normas e especificações técnicas. Afirmou, ademais, que a Portaria nº 27, de 1996, da Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, seria a única norma técnica brasileira para os objetos de louça para mesa, sendo que todos estes produtos teriam os mesmo usos e especificações, de "servir e receber alimentos".

Diante disso, o Sindicato alegou que os produtos objetos da presente avaliação de escopo são substituíveis por outros classificados nas posições 6911 e 6912, são vendidos por meio dos mesmos canais de distribuição e possuem o mesmo uso, de "servir e receber alimentos, quer seja diretamente (pratos, xícaras, travessas), ou indiretamente, como alguns dos quatro produtos objetos da petição".

De acordo com o Sindicato, a Resolução Camex nº 3, de 2014, na definição do termo "louça" reproduzida no item 3.1 supra, esclarece que "louça tem diversas variedades de utensílios de mesa", sendo todos utilizados no serviço de mesa. No entender do Sindicato, a palavra "serviço" não seria o coletivo de pratos ou xícaras, e sim a etimologia de servir, no sentido de auxiliar ou ajudar, de acondicionamento direto ou indireto de alimentos, que, geralmente, seriam consumidos na mesa, mas que podem ser consumidos em outras bases de apoio. Tendo isso em vista, o Sindicato alegou que os produtos objetos da presente avaliação de escopo "auxiliam" ou "ajudam" a servir alimentos, seja na mesa, seja em outro lugar.

Ademais, afirmou que os importadores habilitados na investigação antidumping original solicitaram a exclusão de diversos produtos de seu escopo. Questionou, nesse sentido, os motivos de a peticionária não ter solicitado a exclusão dos produtos objetos da presente avaliação de escopo no âmbito da investigação antidumping original ou na revisão de final de período. Informou que as empresas Oxford e Studio Tacto, com base na premissa de "utilização no ato de servir alimentos à mesa", concordaram com as exclusões apresentadas na Resolução Camex nº 3, de 2014:

"Tendo em vista que a Nota Técnica no 119 e a Circular de Abertura utilizam o termo "louça" como variedade de utensílios de mesa utilizados para receber e servir alimentos, seja para uso doméstico ou comercial, feitos de cerâmica, incluindo o subtipo específico porcelana e ainda que, conforme exposto na Nota Técnica no 119, excluiu-se da análise da presente investigação: artigos de higiene ou de tocador, afiadores, moedores, raladores, descascadores, fatiadores e demais utensílios de corte, a ABCON conclui que os utensílios de cerâmicas de cozinha, de banheiro ou de outros tipos destinados a fins que não ao uso em mesa estão fora do escopo da investigação. Solicita a Associação que se esclareça de forma clara na determinação final que somente os objetos de louça para mesa estariam incluídos no escopo desta investigação e que, portanto, sejam excluídos expressamente os objetos de louça para cozinha, para banheiro e os objetos que incluíssem utensílios de cerâmica".

Com base nessa lógica, alegou que os produtos listados pela peticionária seriam utilizados exclusivamente para servir à mesa (descansos de panela, apoios para copo e bandejas) ou poderiam ser utilizados dessa forma (tábuas de corte). Nesse mesmo sentido, argumentou que uma faca de porcelana ou um moedor não seriam objetos para "servir" à mesa, mas sim para o processar alimentos.

Nesse contexto, argumentou a respeito dos produtos objetos da avaliação de escopo:

(i) As tábuas de corte e descansos de panela podem ser usadas para servir queijos, pães, frutas ou churrascos, além de servirem para cortar ou servir de base de apoio;

(ii) Os apoios de copos podem ser substituídos por pires, que servem para acomodar xícaras ou vice-versa;

(iii) As bandejas podem ser usadas para servir frutas, carnes ou bolos, em substituição às formas ou vice-versa;

Dessa forma, o Sindicato reiterou que tais produtos são utilizados com as mesmas finalidades e nos mesmos locais (cozinha e/ou mesa), além de possuírem as características de objetos de louça para servir e receber alimentos, assim como "um prato, um pires, uma travessa, um prato bolo, entre outros", que não foram excluídos do escopo das investigações antidumping realizadas. Destacou, além disso, que as mudanças nos costumes de alimentação e das etiquetas formais de servir alimentos à mesa alteraram alguns dos usos de produtos classificados nas posições 6911 e 6912, sendo que o consumidor pode utilizar produtos projetados para usos específicos de forma alternativa, citando como exemplos:

(i) Peças para servir "finger food", nas quais o alimento é ingerido em pé, e não na mesa;

(ii) Pratos fundos, tradicionalmente utilizados para servir sopas ou caldos, sendo utilizados para servir massas;

(iii) Tábuas de corte sendo utilizadas como porta-panelas ou para servir alimentos na mesa ou fora dela;

(iv) Canecas utilizadas para servir caldos;

(v) Travessas substituindo pratos para acomodar porções maiores;

(vi) Pratos utilizados como suporte de panelas;

Argumentou, além do mais, que os produtos listados pela peticionária "são tipicamente de nicho, com baixíssimos volumes de venda". Segundo o Sindicato, este volume seria ainda menor ao se considerar que o nicho seria majoritariamente atendido por outros materiais, como metal, madeira, cortiça, plástico e melamina.

Ainda, o Sindicato reproduziu outro trecho da Resolução Camex nº 3, de 2014, na qual se motiva o indeferimento de pedidos de exclusão de determinados produtos de seu escopo:

"Quanto à exclusão de determinados produtos do escopo da investigação, decidiu-se por indeferir os pedidos de exclusão de produtos para aquecer alimentos que vão ao forno (assadeiras e formas); peças com aplicação de película de poliéster para sublimação; peças para decoração de datas comemorativas; peças com farelos de ossos em sua composição; mercadorias de culinária japonesa; produtos de alto valor agregado (pintados a mão, adornados com metais preciosos, design patenteado); aparelhos que incluem objetos de cerâmica (aparelhos de fondue); buffeteras; frascos e garrafas de cerâmica; réchauds; pratos de bolo; potes; caçarolas e mini-caçarolas; embalagens para queijos e patês por entender que estas peças se enquadram na definição do produto objeto da investigação por serem fabricadas essencialmente das mesmas matérias-primas, possuírem processos produtivos semelhantes, além de terem a função primordial de receber e servir alimentos."

Tendo esse trecho em vista, destacou que os frascos e garrafas de cerâmica, pratos de bolo e embalagens para queijos e patês seriam análogos aos produtos objetos da presente avaliação de escopo.

No tocante ao conteúdo do Ofício nº 6.901/2012/CGAP/DECOM/SECEX, o Sindicato alegou que o produto "tábuas de corte" não foi excluído do escopo da Resolução Camex nº 8, de 2011, por não se enquadrar nas NCM objetos da investigação desta Resolução. Conforme o Sindicato, "os produtos de vidro, por suas características peculiares e diversidade muito maior do que os objetos de louça para mesa, têm um maior detalhamento e, por consequência, de sub categorias de NCM's".

Por fim, citou práticas consideradas "ilegais para o Direito Antidumping" aplicado às importações de objetos de louça para mesa provenientes da China: violações do compromisso de preços, que foi encerrado pela Resolução Camex nº 76, de 17 de outubro de 2018, publicada no D.O.U. de 18 de outubro de 2018, em razão de violações do referido compromisso, e práticas de circunvenção, por meio da falsificação de certificados de origem das origens Malásia, Índia, Taiwan, Indonésia e Bangladesh. Segundo o Sindicato, a exclusão dos produtos em análise do escopo da medida antidumping poderia acarretar importações de bens abrangidos pela medida com falsa declaração de produto.

5.2 Das manifestações finais na presente avaliação de escopo

No dia 29 de junho de 2021, a Full Fit apresentou manifestação final a respeito das informações constantes dos autos da presente avaliação de escopo.

No tocante à argumentação do Sindicato a respeito de usos e costumes, a peticionária alegou que as definições legais não podem ser sobrepostas por "entendimentos" das partes. Nesse sentido, afirmou que a definição do produto objeto da investigação não seria mera argumentação, mas sim a transcrição de trechos das Resoluções Camex nº 3, de 2014, e nº 6, de 2020, conforme apresentado no item 3.1.

A Full Fit argumentou que não se pode expandir os termos elencados no processo de investigação antidumping, sendo o produto objeto da investigação definido como "aqueles de mesa para receber e servir alimentos". Dessa forma, segundo a empresa, não bastaria ser um produto que apenas vai à mesa, mas também seria necessário que seja utilizado para receber e servir alimentos.

A empresa indicou, ademais, que, na petição de abertura da investigação antidumping, consta a relação dos produtos objetos da investigação fabricados no Brasil, não havendo menção aos produtos objetos da presente análise:

"2.4 Do produto fabricado no Brasil

O produto fabricado pela Oxford e pelo Studio Tacto são os objetos de louça para mesa, independentemente do seu grau de porosidade. Segundo as empresas, o produto fabricado no Brasil não apresenta diferenças em relação ao produto importado.

A empresa Oxford produz conjuntos de mesa (jogo ou aparelho) para almoço, jantar, café ou chá; pratos (rasos, fundos, para sobremesa, sopa, bolo, torta, giratórios); xícaras (café e chá) e pires; canecas; vasilhas; assadeiras; formas; travessas; saladeiras; e terrinas de cerâmica e de porcelana.

Já a empresa Studio Tacto produz conjuntos de mesa (jogo ou aparelho) para almoço, jantar, café ou chá; pratos (rasos, fundos, para sobremesa); xícaras (café e chá) e pires; e canecas apenas de cerâmica."

Além disso, a peticionária citou a Portaria Secex nº 438, de 7 de junho de 2019, publicada no D.O.U. de 10 de junho de 2019, que determinou que o produto "sousplat de vidro (apoio para pratos)" não estaria no escopo da medida antidumping aplicada às importações de objetos de vidro para mesa da Argentina, China e Indonésia, instituída pela Resolução Camex nº8, de 28 de fevereiro de 2011, publicada no D.O.U. de 1º de março de 2011, e prorrogada pela Resolução Camex nº 126, de 22 de dezembro de 2016, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2016, uma vez que tal produto "não é objeto utilizado para receber e servir alimentos".

Reiterou, ainda, o conteúdo do Ofício nº 6.901/2012/CGAP/DECOM/SECEX, citado anteriormente. Nesse contexto, alegou que vidro e cerâmica, apesar de materiais diferentes, são produtos para serviço de mesa com aplicação de direito antidumping. Diante disso, de acordo com a peticionária, não faz sentido que uma tábua de corte em vidro seja considerada artigo para preparação de alimentos e o mesmo tipo de produto, porém fabricado em cerâmica, seja considerado como um artigo de mesa para receber e servir alimentos. Na concepção da Full Fit, da mesma forma que o sousplat de vidro seria um apoio para pratos não considerado como um objeto para servir e receber alimentos, "não há como um apoio de copos, descanso de panelas ou bandeja ter definição diversa que não seja apenas como servir de apoio para outros utensílios".

Ademais, afirmou que o item 2.5.2 da Resolução Camex nº 03, de 2014, apresenta diversos itens que não foram excluídos do escopo da investigação, sendo que todos são produtos próprios para receber e servir alimentos, não havendo menção a tábuas de corte, apoio para copos, descansos de panelas ou bandejas. Alegou que, "ainda que o Sindicato queira imputar outros usos a esses objetos, os mesmos não são para serviço de mesa e destinado a receber e servir alimentos".

Por fim, alegou que a não exclusão dos produtos objetos da presente análise do escopo da medida antidumping em vigor representaria uma ampliação do rol de produtos investigados e imputação de usos diversos para os fins a que se destinam.

No dia 1º de julho de 2021, o Sindicato apresentou manifestação final a respeito das informações constantes dos autos da presente avaliação de escopo.

Em sua manifestação, o Sindicato reiterou suas argumentações apresentadas em sede de sede submissão de elementos de prova, informando que a Full Fit "ignora e/ou tenta induzir este SDCOM ao erro" e contrariando os seguintes dispositivos legais: Decreto nº 8.058, de 2013, Portaria Secex nº 42, de 2016, Resoluções Camex nº 3, de 2014 e nº 6, de 2020.

Indicou, além disso, que a afirmação da peticionária acerca dos usos e costumes carece de fundamentos, uma vez que o Sindicato teria utilizado uma argumentação em consonância com o inciso VI do artigo 9º do Decreto 8.058, de 2013, não havendo, dessa forma, sobreposição de entendimentos em relação às definições legais.

Em relação ao Ofício nº 6.901/2012/CGAP/DECOM/SECEX, alegou que a afirmação da peticionária de que "o conteúdo do ofício 6.901/2012 que analisou a exclusão das tábuas de corte em vidro, e ratificou a exclusão" não seria verdadeira. Na concepção do Sindicato, o referido Ofício teria esclarecido que as tábuas de vidro de não faziam parte do escopo da medida antidumping aplicada por meio da Resolução Camex 08/2011.

No tocante às alegações da peticionária a respeito de não haver menção aos produtos objetos da avaliação de escopo nas Resoluções Camex nº 3, de 2014 e nº 6, de 2020, o Sindicato afirmou que seriam tendenciosas, uma vez que as NCM não relacionam nominalmente todos os produtos e subprodutos que possuam todas ou parte das características elencadas no parágrafo 1º do artigo 9º do Decreto 8.058, de 2013, dada sua impossibilidade prática. Ademais, enfatizou esse ponto ao questionar qual seria o tratamento dado aos produtos desenvolvidos após a definição do escopo de um direito antidumping, caso as NCM relacionassem todos os produtos. Nesse sentido, alegou que as referidas Resoluções definiram objetos de louça para mesa e listaram, de forma não exaustiva, alguns dos produtos englobados nos subitens 6911.10.10, 6911.10.90, 6911.90.00 e 6912.00.00 da NCM.

Além disso, em relação à argumentação da Full Fit em que alega que a não exclusão dos produtos objetos da presente análise do escopo da medida antidumping em vigor representaria uma ampliação do rol de produtos investigados e imputação de usos diversos para os fins a que se destinam, o Sindicato afirmou que seria uma "subversão da lógica da Classificação e Tratamento Tarifário". Para tanto, alegou que os produtos em análise são produtos de farinhas siliciosas fósseis ou de terra siliciosas semelhantes (descrição do capítulo 69 da NCM), além de serem artigos de mesa, cozinha e/ou usos domésticos (descrição das posições 6911 ou 6912 da NCM), e apresentam todas as características de similaridade elencadas no parágrafo 1º do artigo 9º do Decreto nº 8.058, de 2013.

Por fim, reiterou que os produtos objeto da presente avaliação de escopo são produzidos com as mesmas matérias primas, seguem as mesmas normas e especificações técnicas, são substituíveis por outros produtos das posições 6911 e 6912 da NCM, são vendidos por meio dos mesmos canais de distribuição e possuem a mesma composição química, as mesmas características físicas, além dos mesmos usos, quais sejam, "servir e receber alimentos". Diante disso, considerou que a exclusão de tais produtos do escopo da medida antidumping implementada por meio da Resolução Camex nº 6, de 2020, colocaria em risco sua eficiência.

5.3 Do posicionamento da SDCOM

Cumpre recordar que o procedimento de avaliação de escopo possui caráter interpretativo e visa a esclarecer aspectos referentes à definição do produto objeto da medida antidumping. Não consiste em finalidade do procedimento, portanto, alterar a definição do produto objeto do direito antidumping e tampouco redefinir o escopo de aplicação da medida.

Diante da existência de dúvidas quanto à incidência ou não da medida antidumping sobre determinado produto, a avaliação de escopo deve, justamente, se limitar a emitir conclusão de natureza declaratória, a fim de tão somente dirimir as eventuais dúvidas. Nesse contexto, o parâmetro de análise deverá ser, necessariamente, a definição de produto objeto da medida antidumping delimitada por ocasião da investigação que ensejou a aplicação da medida.

Nesse contexto, insta mencionar que a Resolução Camex nº 6, de 2020, define o produto objeto da medida como "objetos de louça para mesa, independentemente do seu grau de porosidade, comumente classificados nos itens 6911.10.10, 6911.10.90, 6911.90.00 e 6912.00.00 da NCM". Por outro lado, a mesma Resolução definiu que o termo "louça" se refere às variedades de utensílios de mesa utilizados para "receber e servir alimentos", seja para uso doméstico ou comercial feitos de cerâmica, incluindo o subtipo específico porcelana. A dúvida levantada pela peticionária recai justamente sobre a definição do termo "louça", ao argumentar que os descansos de panela, apoios para copos e bandejas, objetos da avaliação de escopo em tela, não se enquadrariam nessa definição, tendo em vista que não teriam a função de "receber e servir alimentos". No caso das tábuas de corte, a dúvida recai sobre a utilização deste produto para receber e servir alimentos à mesa.

A esse respeito, deve-se ressaltar que a interpretação acerca da extensão da exclusão, no âmbito de uma avaliação de escopo, não deve ser mais ou menos restritiva, estando vinculada, obrigatoriamente, aos parâmetros estabelecidos ao longo da investigação antidumping e à legislação vigente.

Desse modo, recorreu-se, inicialmente, aos parâmetros estabelecidos nas investigações anteriores no intuito de subsidiar a compreensão do alcance inicial da definição de produto. Para tanto, buscou-se os dados de importação da investigação original e da revisão de final de período, com objetivo de analisar o tratamento dispensado às importações dos produtos objetos da avaliação de escopo. Os dados são apresentados na tabela a seguir:

	Original		Revisão	
Produtos	Produto objeto	Produto não objeto	Produto objeto	Produto não objeto
Bandejas	98,1%	1,9%	99,9%	0,1%
Tábuas de Corte	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Apoios para copos	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%
Descansos de panela	100,0%	0,0%	100,0%	0,0%

Conforme a tabela, verificou-se que 100% das operações de importação cuja descrição contemplava os produtos tábuas de corte, apoios para copos e descansos de panela foram classificadas como produto objeto da investigação, tanto na investigação original, quanto na revisão de final de período. De forma similar, quase a totalidade operações de importação cuja descrição contemplava bandejas foram classificadas como produto objeto das investigações. Diante disso, é possível inferir que os objetos do pleito em tela foram considerados como produto objeto nas investigações original e de revisão para apuração da prática de dumping nas investigações em destaque.

Isso não obstante, a fim de endereçar de forma completa todos os argumentos apresentados pelas partes interessadas, realizaram-se análises adicionais, com vistas a avaliar se os produtos em análise estariam enquadrados no escopo da medida antidumping.

Cumpre ressaltar, em primeiro lugar, quanto à afirmação do Sindicato de que as informações trazidas aos autos pela peticionária não atenderiam aos critérios estabelecidos nos incisos IV e V do artigo 9º da Portaria Secex nº 42, de 2016, que tais critérios foram atendidos, conforme apresentado na seção 4 deste Parecer, o que ensejou a abertura da presente avaliação de escopo.

Além disso, procedeu-se a uma análise comparativa entre as características intrínsecas dos produtos objetos da presente avaliação de escopo e daqueles produtos excluídos e abrangidos taxativamente nas Resoluções Camex nº 3, de 2014, e nº 6, de 2020.

As redações das referidas Resoluções excluíram de maneira explícita do alcance da medida os utensílios de corte de louça e utensílios de corte de cerâmica, uma vez que não são destinadas aos mesmos usos e aplicações, além de possuírem características diferentes. Isso porque estes utensílios não seriam utilizados para receber e servir alimentos como consta da definição do produto objeto das Resoluções Camex nº 3, de 2014, e nº 6, de 2020, mas teriam a finalidade de cortar, fatiar, descascar e ralar carnes, frutas e legumes. Os produtos objetos da presente avaliação de escopo não possuem tais características, não sendo possível enquadrá-los nessa categoria.

Por outro lado, a Resolução Camex nº 3, de 2014, indeferiu os seguintes pedidos de exclusão do escopo do produto: "produtos para aquecer alimentos que vão ao forno (assadeiras e formas); peças com aplicação de película de poliéster para sublimação; peças para decoração de datas comemorativas; peças com farelos de ossos em sua composição; mercadorias de culinária japonesa; produtos de alto valor agregado (pintados a mão, adornados com metais preciosos, design patenteado); aparelhos que incluem objetos de cerâmica (aparelhos de fondue); buffeteras; frascos e garrafas de cerâmica; réchauds; pratos de bolo; potes; caçarolas e mini-caçarolas; embalagens para queijos e patês por entender que estas peças se enquadram na definição do produto objeto da investigação por serem fabricadas essencialmente das mesmas matérias-primas, possuírem processos produtivos semelhantes, além de terem a função primordial de receber e servir alimentos".

Ademais, a referida Resolução listou, de forma não exaustiva, os produtos abarcados nos subitens 6911.10.10, 6911.10.90, 6911.90.00 e 6912.00.00 da NCM: "conjuntos de mesa (jogo ou aparelho) para almoço, jantar, café ou chá; pratos (rasos, fundos, para sobremesa, sopa, bolo, torta, giratórios); xícaras (café e chá) e pires; outros pratos e conjuntos; canecas; vasilhas; assadeiras; formas; travessas; saladeiras; e terrinas".

Todos estes produtos, assim como os produtos objetos da avaliação de escopo, possuem características semelhantes (composição química e características físicas), rotas produtivas equivalentes, são produzidos com as mesmas matérias-primas e concorrerem no mesmo mercado, apresentando alto grau de substitutibilidade, sendo o preço o fator primordial de concorrência. Dessa forma, a principal dúvida acerca dos produtos objetos da avaliação de escopo recai sobre seus usos e aplicações, de forma a estabelecer um entendimento se tais produtos possuem função de "servir e receber alimentos" e, no caso das tábuas de corte, se são utilizadas para servir alimentos à mesa.

Dentre os produtos explicitamente abarcados pela medida antidumping, destacam-se, conforme mencionado pelo Sindicato, os pires, produtos cuja finalidade, qual seja, de servir de apoio ou suporte para as xícaras, se assemelha à função dos apoios de copo. Desse modo, concluiu-se que os apoios de copo, assim como os pires, possuem função de receber ou servir alimentos, mesmo que indiretamente.

Ressalte-se, ainda, as assadeiras e formas, que são utilizadas primordialmente com função de aquecer alimentos que vão ao forno, porém que foram enquadradas no escopo da medida antidumping, sendo consideradas, assim, como utilizadas no serviço de mesa, apesar de não serem utilizadas exclusivamente com essa função. As tábuas de corte, de maneira semelhante, não são exclusivamente utilizadas com essa finalidade, mas podem, costumeiramente, ser utilizadas para servir e receber alimentos à mesa.

Assim, por analogia aos produtos explicitamente abarcados pelo direito antidumping, os apoios de copo e tábuas de corte se enquadrariam no escopo da medida, possuindo função de servir e receber alimentos à mesa.

No caso das bandejas e descansos de panela, apesar da inexistência de produtos semelhantes explicitamente enquadrados no escopo da medida, constatou-se que tais produtos podem ser utilizados para servir queijos, frutas, carnes, salgados e doces de festas, entre outros alimentos, sendo estes produtos, inclusive, substituíveis entre si, dada a semelhança em suas características. Dessa forma, os produtos se enquadram na função de receber e servir alimentos, direta ou indiretamente.

Ainda, com relação à manifestação apresentada pelo Sindicato a respeito da classificação tributária vigente aos produtos objetos da presente avaliação de escopo, deve ser ressaltado que a NCM é meramente indicativa, sendo a similaridade constatada pelas características intrínsecas do produto, conforme analisado anteriormente. Dessa forma, um produto não está automaticamente enquadrado no escopo de uma investigação apenas por ser classificado em determinado subitem da NCM, mas por apresentar características que o definam como produto similar, nos termos do § 1º do artigo 9º do Decreto 8.058, de 2013.

Da mesma forma, a alegação da peticionária acerca da inexistência de menção aos produtos objetos da avaliação de escopo nas Resoluções Camex nº 3, de 2014, e nº 6, de 2020, não procede. As referidas Resoluções trazem uma lista não exaustiva dos produtos enquadrados em seu escopo, uma vez que seria impraticável citar todo e qualquer produto no contexto do segmento de objetos de louça para mesa, dada a grande variedade de bens classificados nesta categoria.

No tocante à argumentação das partes relativa ao Ofício nº 6.901/2012/CGAP/DECOM/SECEX, cumpre ressaltar que o Parecer Decom nº 1, que ensejou a aplicação da medida antidumping às importações de objetos de vidro para mesa, por meio da Resolução Camex nº 8, de 28 de fevereiro de 2011, excluiu explicitamente as tábuas de corte do escopo da medida: "Por intermédio do campo de "descrição da mercadoria" e das respostas aos questionários dos importadores, as estatísticas foram depuradas com vistas a excluir produtos que não são objeto da investigação, tais como copos, jarras, decânteres, garrafas, tábuas de corte, cinzeiros, porta copos, etc.".

Da maneira similar, por meio da Portaria Secex nº 438, de 7 de junho de 2019, publicada no D.O.U. de 10 de junho de 2019, foi verificado que todas as operações de importação de "sousplat de vidro soda-cálcico" foram classificadas como produtos não objetos das investigações antidumping de objetos de vidros para mesas. Diante disso e considerando que os "sousplat de vidro" se assemelham aos descansos giratórios de travessas e centros de mesa giratórios de vidro, a referida Portaria concluiu que os "sousplat de vidro soda-cálcica" estariam excluídos do escopo do direito antidumping aplicado às importações de objetos de vidro para mesa.

Tendo em vista estes precedentes trazidos aos autos pela peticionária, é possível concluir que se trata de casos com características diferentes da presente avaliação de escopo, uma vez que foi constatado que tais produtos não foram considerados como produtos objetos à época da investigação original, finalizada por meio da Resolução Camex nº 8, de 2011, e da revisão de final de período, finalizada por meio da Resolução Camex nº 126, de 2016. No caso da medida antidumping aplicada às importações de objetos de louça para mesa, no entanto, os produtos objetos da presente avaliação de escopo foram incluídos no rol de produtos abarcados pela investigação original e pela revisão de final de período.

Além disso, os casos possuem distinções significativas nos produtos enquadrados em seus escopos: enquanto a medida antidumping aplicada aos objetos de vidro para mesa exclui de seu escopo as travessas e canecas com capacidade superior a 301 ml, a medida aplicada aos objetos de louça para mesa classifica taxativamente as canecas e travessas como produtos objetos. Diante disso, não é possível uma comparação sem levar em conta as peculiaridades de cada investigação.

Por fim, quanto à argumentação do Sindicato a respeito das violações dos compromissos de preços e das práticas de circunvenção, vale ressaltar que tais práticas não são objeto de análise de avaliações de escopo, sendo que de tal procedimento possui caráter interpretativo e visa unicamente a esclarecer aspectos referentes à definição do produto objeto de medidas antidumping.

Em suma, tendo em vista que os produtos "descansos de panelas", "apoios para copos", "bandejas" e "tábuas de corte" foram considerados como produtos objetos da medida antidumping em questão às épocas das investigações original e de revisão, além de possuírem características que os definem como produto similar, inclusive no tocante aos usos e aplicações, quais sejam, de servir e receber alimentos à mesa, conforme o § 1º do artigo 9º do Decreto 8.058, de 2013, concluiu-se, com base em critérios interpretativos, que os produtos objeto da avaliação de escopo efetivamente se enquadram na definição de produto objeto do direito antidumping aplicado por meio da Resolução Camex nº 3, de 2014, e prorrogado pela Resolução Camex nº 6, de 2020. Cumpre registrar, ainda, que esta conclusão não possui o condão de ampliar o rol de produtos abarcados na medida antidumping, fato corroborado pela inclusão de tais produtos nas estatísticas de importação das investigações citadas.

6. DA RECOMENDAÇÃO

Ante o exposto, concluiu-se que os produtos objetos da presente avaliação de escopo ("descansos de panelas", "apoios para copos", "bandejas" e "tábuas de corte") estão inseridos no escopo da medida antidumping vigente sobre as importações de objetos de louça para mesa originários da China, estando sujeitos à aplicação do direito antidumping.

Assim, a SDCOM recomenda a publicação de resolução esclarecendo que os "descansos de panelas", "apoios para copos", "bandejas" e "tábuas de corte" são abraçadas pela medida antidumping vigente, incidindo, assim, o direito antidumping em vigor, instituído pela Resolução Camex nº 3, de 2014, e prorrogado pela Resolução Camex nº 6, de 2020.

CONSELHO DE RECURSOS DO SISTEMA NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS, DE PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA E DE CAPITALIZAÇÃO

RETIFICAÇÃO

PAUTA DA 287ª SESSÃO DE JULGAMENTO

Na 287ª Pauta de Julgamento do CRSNSP, publicada no DOU de 25/08/2021, Seção 1, páginas 155 e 156.

Onde se lê:

"PAUTA DA 287ª SESSÃO DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2021

Por determinação da Presidente do CRSNSP, a Secretaria-Executiva torna pública a relação de processos que serão apreciados na 287ª Sessão, a ser realizada na modalidade virtual, nos termos art. 24- B, inc, II, do Regimento Interno do CRSNSP, alterado pela Portaria nº 212, de 13 de maio de 2020, com início às 8 (oito) horas do dia 01 de setembro de 2021 (quarta-feira) e encerramento às 17 (dezessete) horas do dia 17 de setembro de 2021 (sexta-feira)."

Leia-se:

"PAUTA DA 287ª SESSÃO DE JULGAMENTO A SER REALIZADA EM 08 DE SETEMBRO DE 2021

Por determinação da Presidente do CRSNSP, a Secretaria-Executiva torna pública a relação de processos que serão apreciados na 287ª Sessão, a ser realizada na modalidade virtual, nos termos art. 24- B, inc, II, do Regimento Interno do CRSNSP, alterado pela Portaria nº 212, de 13 de maio de 2020, com início às 8 (oito) horas do dia 08 de setembro de 2021 (quarta-feira) e encerramento às 17 (dezessete) horas do dia 22 de setembro de 2021 (quarta-feira)."

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 54, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo SECEX 52272.004587/2020-81 e da Nota Técnica nº 46, de 26 de agosto de 2021, elaborada pela Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público - SDCOM desta Secretaria, decide:

1. Encerrar, sem julgamento de mérito, a investigação iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 53, de 14 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U) de 17 de agosto de 2020, para averiguar a existência de dumping nas exportações da República Popular da China, da República do Paraguai e de Hong Kong para o Brasil de meias, classificadas nas posições 6115 (em todos os seus 24 subitens) e 6111 (em todos os seus quatro subitens) da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, nos termos do inciso I do art. 74 do Decreto nº 8.058, de 2013, uma vez que a análise de mérito foi prejudicada em razão da falta de acurácia e inadequação das informações prestadas pela indústria doméstica.

2. Encerrar a avaliação de interesse público conduzida no Processo SEI/ME nº 19972.101252/2020-48 (confidencial) e nº 19972.101251/2020-01 (público), por perda de objeto da avaliação de interesse público, nos termos do art. 4º da Portaria SECEX nº 13, de 2020.

3. Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão, conforme o Anexo a esta circular.

4. Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUCAS FERRAZ

ANEXO

1. Trata-se de Nota Técnica que recomenda à Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) o encerramento da investigação de prática de dumping nas exportações para o Brasil de meias, comumente classificadas nas posições 6115 (em todos os seus 24 subitens) e 6111 (em todos os seus quatro subitens) da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias de China, Hong Kong e Paraguai, objeto do Processo SECEX nº 52272.004587/2020-81, iniciada por meio da Circular SECEX nº 53, de 14 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2020.

2. Por meio da Nota Técnica nº 37/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, de 7 de julho de 2021, a Subsecretaria de Defesa Comercial e Interesse Público - SDCOM divulgou, nos autos do processo SECEX nº 52272.004587/2020-8, análises e conclusões sobre os elementos de prova apresentados pela Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - ABIT em resposta ao Ofício nº 0.502/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, de 17 de junho de 2021, no âmbito desta investigação. Após descrição detalhada do procedimento de verificação referente aos dados de dano submetidos pela peticionária nos autos do processo em tela, das explicações fornecidas pela peticionária em reunião de esclarecimentos e por escrito nos autos do processo, e das conclusões da equipe técnica da Subsecretaria, recomendou-se que a peticionária fosse notificada para que ela pudesse se manifestar sobre as conclusões expostas na referida nota e apresentar sua defesa de modo tempestivo nos autos do processo, antes do encerramento do prazo para manifestações sobre os elementos de prova indicado por meio da Circular SECEX nº 19, de 11 março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 2021.

3. Na mesma data, em 7 de julho de 2021, a SDCOM informou à ABIT, por meio do Ofício nº 00.524/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, que, em face dos problemas observados nos procedimentos de coleta, tratamento, análise crítica e revisão de dados utilizados para a instrução da petição de início da investigação, caso se concluísse pela falta de acurácia e inadequação dos dados constantes da petição de início, não haveria confiabilidade suficiente para se alcançar uma determinação final de dano à indústria doméstica no âmbito do processo em tela, nos termos do disposto no art. 180 do Decreto nº 8.058, de 2013. Na ocasião, tendo em conta os prazos da investigação, comunicou-se que a peticionária poderia apresentar novas explicações e comentários acerca das conclusões indicadas na Nota Técnica nº 37, de 7 de julho de 2021, até o prazo improrrogável de 27 de julho de 2021, por meio de protocolo no Sistema DECOM Digital - SDD. Em seguida, todas as partes interessadas poderiam submeter suas considerações até 2 de agosto de 2021, prazo previsto para manifestações sobre os dados e informações constantes dos autos restritos do processo, conforme indicado na Circular SECEX nº 19, de 11 março de 2021, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 12 de março de 2021. Ainda conforme indicado no referido ofício, após a manifestação da ABIT e das demais partes interessadas apresentadas até o dia 2 de agosto de 2021, a SDCOM avaliaria se deveria proceder ao encerramento da investigação sem a análise de mérito, ou seja, sem uma determinação final sobre dano, dumping e nexo causal. Desse modo, buscou-se possibilitar que todas as partes interessadas habilitadas no processo pudessem se manifestar acerca das conclusões delineadas na Nota Técnica nº 37/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, garantindo, assim, o direito à ampla defesa e ao contraditório.

4. Esta Nota Técnica está organizada em (1) histórico do processo; (2) descrição do processo de verificação dos dados da indústria doméstica apresentados na petição de início e no curso do processo; (3) descrição detalhada dos pontos questionados pela SDCOM no ofício de elementos de prova, seguida das explicações escritas fornecidas pela peticionária e das conclusões da SDCOM sobre cada item; (4) os argumentos das partes interessadas, iniciando-se pela manifestação da peticionária sobre o Ofício nº 0.524/2021/CGMC/SDCOM/SECEX e as conclusões da Nota Técnica nº 37/2021/CGMC/SDCOM/SECEX; (5) os comentários desta Subsecretaria sobre os argumentos aduzidos pelas partes; e (6) recomendação.

5. Para fins desta Nota Técnica, foram consideradas unicamente as manifestações apresentadas à SDCOM relacionadas ao Ofício nº 0.524/2021/CGMC/SDCOM/SECEX e à Nota Técnica nº 37/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, ou seja, sobre os dados da indústria doméstica e o procedimento de verificação de elementos de prova conduzido pela SDCOM.

1. HISTÓRICO DO PROCESSO

6. Em 16 de dezembro de 2019, a ABIT protocolou, por meio do Sistema Eletrônico de Informação - SEI, pedido de habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada com vista à futura apresentação de petição de defesa comercial, nos termos do inciso I, § 1º do art. 2º da Portaria SECEX nº 41, de 2018.

7. Por meio da Nota Técnica SDCOM nº 2, de 17 de janeiro de 2020, reconheceu a pulverização da produção nacional, o elevado número de produtores nacionais e a distribuição da produção em todas as regiões do País. A SDCOM comunicou a ABIT sobre a habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada por meio do Ofício SEI nº 13.014/2020/ME, de 20 de janeiro de 2020. A ABIT foi também informada de que a petição de investigação de prática de dumping deveria ser protocolada no prazo de até 10 meses após o encerramento do período de investigação proposto.

8. Em 30 de abril de 2020, a ABIT, protocolou, dentro do prazo de 10 meses supramencionado, por meio do Sistema DECOM Digital - SDD, petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de meias originárias da República Popular da China, da República do Paraguai e de Hong Kong.

9. Com base no Parecer SDCOM nº 27, de 11 de agosto de 2020, a Circular SECEX nº 53, de 14 de agosto de 2020, no D.O.U. de 17 de agosto de 2020, deu início à investigação em tela. Em 20 de agosto de 2020, a Circular nº 56, de 19 de agosto de 2020, tornou públicos os fatos que levaram à habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada, constantes da Nota Técnica SDCOM nº 2, de 17 de janeiro de 2020.

10. No âmbito deste processo, houve envio de resposta do questionário do produtor/exportador selecionado do Paraguai, Hoahi S.A., em 18 de novembro de 2020. Com relação às empresas chinesas ou de Hong Kong, nenhum dos produtores/exportadores selecionados respondeu ao questionário, tendo a SDCOM recebido tempestivamente resposta voluntária da empresa chinesa Zhejiang Lifu Textile Co., Ltd. ("Lifu"), em 20 de outubro de 2020.

11. Em 30 de dezembro de 2021, foi publicada no D.O.U. a Circular nº 85, de 29 de dezembro de 2020, que manteve a decisão de habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada, fundamentada na Nota Técnica SDCOM nº 22, de 28 de dezembro de 2020. Por meio dessa nota, foram analisadas as manifestações das partes interessadas aportadas tempestivamente aos autos do processo sobre o procedimento de habilitação da produção nacional de meias como indústria fragmentada.

12. No curso da investigação, após questionamentos das partes interessadas, houve alteração do código de identificação do produto (CODIP) apresentado pela peticionária e originalmente incorporado aos questionários de produtor/exportador e de importador da investigação. A peticionária, o produtor/exportador paraguaio Hoahi S/A., o importador relacionado Altomax Comércio de Meias e Cobertores, Importação e Exportação Eireli ("Altomax"), a Zhejiang Lifu Textile Co., Ltd. e os importadores que apresentaram tempestivamente resposta completa a seus respectivos questionários foram instados a reapresentar suas respostas considerando o CODIP de acordo com a nova categorização dos produtos.

13. Em 12 de março de 2021, com o base no Parecer SDCOM nº 09, de 10 de março de 2021 e por meio da Circular SECEX nº 19, de 11 de março de 2021, publicada no D.O.U de 12 de março de 2021, houve determinação preliminar positiva de prática de dumping nas exportações de meias originárias da China e de Hong Kong para o Brasil, e de dano à indústria doméstica decorrente do dumping. Em relação às exportações do Paraguai para o Brasil, não foi constatada preliminarmente a prática de dumping. Contudo, tendo em conta a alteração do CODIP inicialmente proposto, os desdobramentos da situação excepcional decorrente da pandemia sobre a instrução processual deste caso e a impossibilidade de conduzir o procedimento de verificação dos dados da indústria doméstica até a data de recorte do parecer de determinação preliminar (1 de março de 2021), não se recomendou a aplicação de direito provisório.

14. Após a realização da determinação preliminar, a SDCOM procedeu à avaliação das respostas às informações complementares e à verificação dos dados submetidos nos autos do processo. Em razão da suspensão das verificações in loco, nos termos da Instrução Normativa nº 1, de 17 de agosto de 2020, foram solicitados elementos de prova à peticionária, por meio do Ofício nº 0.397/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, de 7 de maio de 2021; a Hoahi S/A e Altomax, por meio dos Ofícios nº 418 e 419/2021/CGMC/SDCOM/SECEX; e à Lifu, por meio do Ofício nº 438/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, a fim de validar os dados reportados.

15. A Hoahi S/A e a Altomax protocolaram suas respostas em 7 de junho de 2021. Após verificação dos dados, constatou-se que não seria necessária a realização de reunião de esclarecimentos e o procedimento foi dado como encerrado, conforme Registro anexado aos autos do processo em 7 de julho de 2021.

16. A Lifu encaminhou suas respostas em 14 de junho de 2021. De igual modo, também se considerou desnecessária a realização de reunião de esclarecimentos e o procedimento de verificação foi dado como encerrado, consoante Registro de 7 de julho de 2021.

17. A ABIT protocolou as respostas ao ofício de elementos de prova em 4 de junho de 2021. Após a análise das respostas da peticionária, foi enviado o Ofício nº 0.502/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, de 17 de junho de 2021, solicitando esclarecimentos adicionais, e foi realizada reunião por meio de videoconferência, em 24 de junho de 2021. A peticionária protocolou no SDD as explicações e os esclarecimentos fornecidos durante a reunião virtual no dia 28 de junho de 2021.

18. Em 7 de julho de 2021, por meio da Nota Técnica nº 37/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, a SDCOM divulgou, nos autos do processo, análises e conclusões sobre os elementos de prova apresentados pela ABIT em resposta ao Ofício nº 0.502/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, de 17 de junho de 2021.

19. Na mesma data, em 7 de julho de 2021, a SDCOM informou à ABIT, por meio do Ofício nº 00.524/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, que, em face dos problemas observados nos procedimentos de coleta, tratamento, análise crítica e revisão de dados utilizados para a instrução da petição de início da investigação, caso se concluísse pela falta de acurácia e inadequação dos dados constantes da petição de início, não haveria confiabilidade suficiente para se alcançar uma determinação final de dano à indústria doméstica no âmbito do processo em tela, nos termos do disposto no art. 180 do Decreto nº 8.058, de 2013.

20. Tendo em conta os prazos da investigação, comunicou-se que a peticionária poderia apresentar novas explicações e comentários acerca das conclusões indicadas na Nota Técnica nº 37, de 7 de julho de 2021, até o prazo improrrogável de 27 de julho de 2021, por meio de protocolo no Sistema DECOM Digital - SDD.

21. Todas as partes interessadas submeteram suas considerações até 2 de agosto de 2021, prazo previsto para manifestações sobre os dados e informações constantes dos autos restritos do processo, conforme indicado na Circular SECEX nº 19, de 11 março de 2021, publicada no D.O.U. de 12 de março de 2021. Ainda conforme indicado no referido ofício, após a manifestação da ABIT e das demais partes interessadas apresentadas até o dia 2 de agosto de 2021, a SDCOM avaliaria se deveria proceder ao encerramento da investigação sem a análise de mérito, ou seja, sem uma determinação final sobre dano, dumping e nexo causal.

22. Após a divulgação da referida nota técnica e do ofício supramencionado, em 12 de julho de 2021, a Associação Brasileira do Varejo Têxtil - ABVTEX e o importador IMB Têxtil S.A. apresentaram manifestações sobre as conclusões da Nota Técnica nº 7/2021/CGMC/SDCOM/SECEX.

23. Em 27 de julho de 2021, a ABIT apresentou suas considerações e, em suma, defendeu que o conjunto dos erros indicados na Nota Técnica nº 37/2021/CGMC/SDCOM/SECEX não comprometeria a confiabilidade dos dados de dano da indústria doméstica e que a investigação deveria prosseguir normalmente, tendo em vista, entre outros, o histórico de atuação do IEMI, os desafios de realização de pesquisa primária em segmentos com características fragmentadas e os reduzidos impactos dos pontos identificados pela SDCOM.

24. No dia 2 de agosto de 2021, a ABVTEX, a CM Imports Importadora e Comércio Ltda. e a peticionária apresentaram suas considerações, conforme previsto no cronograma da investigação. Ressalte-se ainda que a autoridade investigadora recebeu em audiências particulares realizadas por meio de videoconferência para tratar deste assunto, mediante solicitação, a ABVTEX e a ABIT.

2. DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE VERIFICAÇÃO DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

25. De acordo com o art. 1º da Instrução Normativa nº 1, de 17 de agosto de 2020, devido à pandemia do COVID-19 e às medidas de enfrentamento a essa pandemia, a SDCOM teve de suspender, por prazo indeterminado, a realização de verificações presenciais.

26. Dessa forma, no âmbito desta investigação, foram solicitados elementos de prova à peticionária, a fim de validar informações apresentadas na petição de início e nas informações complementares solicitadas por meio dos Ofícios nº 1.403/2020/CGMC/SDCOM/SECEX, de 2 de junho de 2020, e nº 0.087/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, de 17 de fevereiro de 2021.

27. Nesse sentido, de acordo com o art. 3º da referida Instrução Normativa, a SDCOM solicitou à peticionária ABIT o envio de elementos de prova, por meio do Ofício nº 0.397/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, de 7 de maio de 2021, a fim de validar as informações apresentadas na petição e nas informações complementares da investigação em epígrafe.

28. Conforme possibilidade descrita no § 13 do referido ofício, a peticionária, previamente ao protocolo de suas respostas, solicitou a realização de videoconferência para esclarecer dúvidas quanto aos itens 3.1, 3.2 e 3.3 do ofício, a qual foi realizada no dia 11 de maio de 2021.

29. Em 4 de junho de 2021 a peticionária protocolou, no SDD, as respostas ao ofício de elementos de prova.

30. Conforme possibilidade descrita nos §§ 14 e 15 daquele ofício, a SDCOM, por sua vez, solicitou a realização de reunião para esclarecimentos, por meio do Ofício nº 0.502/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, de 17 de junho de 2021, o qual indicou os tópicos a serem tratados em reunião virtual. A reunião foi realizada em 24 de junho de 2021, das 9:00 às 12:00.

31. A peticionária, atendendo ao comando do § 6º do Ofício nº 0.502/2021, protocolou as explicações e os esclarecimentos fornecidos durante a reunião virtual dois dias úteis após a reunião, no dia 28 de junho de 2021, no SDD, limitando-se a transpor por escrito os esclarecimentos apresentados na reunião e descritos no referido ofício.

3. PONTOS QUESTIONADOS PELA SDCOM, EXPLICAÇÕES DA PETICIONÁRIA E CONCLUSÕES DA SDCOM

32. A seguir são descritos os pontos questionados por meio do Ofício nº 0.502/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, obedecendo à numeração então utilizada, seguidos das explicações protocoladas pela peticionária em 28 de junho de 2021 e das conclusões da CGMC/SDCOM sobre as explicações fornecidas:

2.1. Cálculo do volume da produção total nacional estimada no estudo do IEMI, para 2017 e 2014:

Descrição no Ofício nº 0.502/2021	Explicação da peticionária	Conclusão da SDCOM
2.1.1. Esclarecer, nos arquivos "ABIT_meias_Of397_Anexo3_1_CONF.xlsx" e "ABIT_meias_Of397_Anexo 3_2_CONF.xlsx", se as empresas [CONFIDENCIAL]são empresas distintas ou se foram duplicadas.	*Conforme esclarecido na reunião, [CONFIDENCIAL].*	Os esclarecimentos apresentados foram considerados Satisfatórios, pois se trata de duas empresas distintas.

2.2. Questionários das empresas que compuseram a indústria doméstica:

2.2.1 Da empresa [CONFIDENCIAL]:

Descrição no Ofício nº 0.502/2021	Explicação da peticionária	Conclusão da SDCOM
2.2.1.1. Considerando a observação de que [CONFIDENCIAL], esclarecer qual o efeito obre a coleta dos dados reportados no questionário	*Como esclarecido, não há efeito sobre a coleta, uma vez que os dados reportados são exatamente aqueles de que dispunha a empresa - os quais, por sua vez, são somados aos das demais empresas, para composição da amostra total. Como igualmente esclarecido na reunião, [CONFIDENCIAL].*	Vide item 2.2.1.3.
2.2.1.2. Esclarecer o motivo da ausência de dados [CONFIDENCIAL]	*O motivo está relacionado ao esclarecimento feito na reunião e reproduzido no final do enunciado anterior.*	Vide item 2.2.1.3.

2.2.1.3. Esclarecer por que há dados de vendas no mercado interno em pares e em valores relativos a [CONFIDENCIAL];	*Como esclarecido, a justificativa está no fato de que essas vendas [CONFIDENCIAL].*	A SDCOM observou que a questão 4 do questionário inquire sobre as [CONFIDENCIAL]. Contudo, diferentemente do questionamento no questionário aplicado, a explicação da peticionária indicou que [CONFIDENCIAL]. Ademais, a abordagem indicada para reportar as vendas referidas no item 2.2.1.3 é inconsistente com as explicações prestadas para os itens 2.2.1.1 e 2.2.1.2, segundo as quais os dados não foram reportados [CONFIDENCIAL].
2.2.1.4. Esclarecer por que há dados de vendas no mercado interno em pares relativos a [CONFIDENCIAL].	*Houve nesse caso, como esclarecido, erro na tabulação desses dados.*	Segundo a explicação prestada pela peticionária para o ponto 2.2.1.4, não foi possível concluir qual seria o erro de forma clara e não se sabe se apenas uma das tabelas está errada ou se ambas estão erradas. A inconsistência observada indica falta de revisão sistemática dos dados coletados.
2.2.1.5. Esclarecer por que há dados de exportações em pares relativos a [CONFIDENCIAL];	Houve aqui um erro na inclusão de dados de exportação, uma vez que, como esclarecido no próprio questionário, a empresa não informou ser exportadora.	A peticionária reconheceu a existência de erro no preenchimento da resposta, o que distorceu o preço médio de exportação do produto. A inclusão dos dados de [CONFIDENCIAL], indica adoção de critério inadequado. O erro observado indica falta de revisão sistemática dos dados coletados.
2.2.1.6. Esclarecer por que há dados de estoques em valores relativos a [CONFIDENCIAL];	Cuida-se, como esclarecido, da mesma justificativa indicada no item 2.2.1.4, acima.	Segundo a explicação prestada pela peticionária para o ponto 2.2.1.6, não foi possível concluir qual seria o erro de forma clara e não se sabe se apenas uma das tabelas está errada ou se ambas estão erradas. A inconsistência observada indica falta de revisão sistemática dos dados coletados.

2.2.2 Da empresa [CONFIDENCIAL]:

Descrição no Ofício nº 0.502/2021	Explicação da peticionária	Conclusão da SDCOM
2.2.2.1. Esclarecer por que há volumes de produção em pares idênticos de P1 a P5 relativos a [CONFIDENCIAL]; 2.2.2.2. Esclarecer por que há volumes de produção em pares idênticos de P1 a P5 relativos a [CONFIDENCIAL]; 2.2.2.3. Esclarecer por que há valores de produção em reais idênticos de P1 a P5 relativos a [CONFIDENCIAL]; 2.2.2.4. Esclarecer por que há volumes de vendas no mercado interno em pares idênticos de P1 a P5 relativos a [CONFIDENCIAL]; 2.2.2.5. Esclarecer por que há volumes de vendas no mercado interno em pares idênticos de P1 a P5 relativos a [CONFIDENCIAL];	Em relação aos cinco subitens acima, o esclarecimento é comum, razão pela qual é incluído em única resposta. Como informado na reunião, a empresa [CONFIDENCIAL].	Os esclarecimentos apresentados foram considerados satisfatórios.
2.2.2.6. Esclarecer o dado relativo ao volume de venda no mercado interno em [CONFIDENCIAL] em P5, considerando o volume em pares no mesmo período [CONFIDENCIAL], bem como a evolução de volumes e valores dos períodos anteriores	*Houve, como esclarecido, erro isolado na transposição do valor em questão daquele período, para aquele produto específico.*	O erro observado causou supressão de três dígitos nos valores em reais de [CONFIDENCIAL] em P5, distorcendo, portanto, o preço médio do produto, [CONFIDENCIAL]. A inconsistência observada indica falta de revisão sistemática dos dados coletados.
2.2.2.7. Esclarecer por que há volumes de vendas no mercado interno em valores idênticos de P1 a P5 relativos a [CONFIDENCIAL]; 2.2.2.8. Esclarecer por que há volumes de exportações em pares idênticos de P1 a P5 relativos a [CONFIDENCIAL]; 2.2.2.9. Esclarecer por que há volumes de exportações em pares idênticos de P1 a P5 relativos a [CONFIDENCIAL];	*Para esses três subitens (7 ao 9), o esclarecimento é o mesmo informado acima, relativamente aos cinco primeiros.*	Os esclarecimentos apresentados foram considerados satisfatórios.
2.2.2.10. Esclarecer por que há dados de exportações em pares, relativos a [CONFIDENCIAL];	*Como esclarecido, inclusive na observação do questionário, a empresa [CONFIDENCIAL].*	[CONFIDENCIAL]distorceu o preço médio de exportação do produto. A inclusão dos dados de [CONFIDENCIAL], indica a adoção de critério inadequado. A inconsistência observada indica falta de revisão sistemática dos dados coletados.
2.2.2.11. Esclarecer por que há volumes de estoque em pares idênticos em Junho15, Junho18 e Junho19, relativos a [CONFIDENCIAL]; 2.2.2.12. Esclarecer por que há volumes de estoque em pares idênticos em todas as colunas, relativos a [CONFIDENCIAL]; 2.2.2.13. Esclarecer por que há valores de estoque em reais idênticos em Junho14, relativos a [CONFIDENCIAL]; 2.2.2.14. Esclarecer por que há valores de estoque em reais idênticos em Junho15, relativos a [CONFIDENCIAL]	*Da mesma forma, para esses quatro últimos subitens (11 ao 14), remete-se aos esclarecimentos feitos acima sobre os cinco primeiros subitens.*	Os esclarecimentos apresentados foram considerados satisfatórios.

2.2.3 Da empresa [CONFIDENCIAL]:

Descrição no Ofício nº 0.502/2021	Explicação da peticionária	Conclusão da SDCOM
2.2.3.1. Esclarecer por que há valores de produção em pares relativos a [CONFIDENCIAL]	*Como esclarecido na reunião, a empresa [CONFIDENCIAL].*	Pela explicação, conclui-se que houve números que não correspondiam a volumes de produção, mas à distribuição percentual por tamanho do cano de [CONFIDENCIAL], com o número de pares de [CONFIDENCIAL] supostamente correto. Essa tentativa de distribuição do volume de [CONFIDENCIAL] produzidas entre "tamanhos de canos" alerta para o aparente desconhecimento acerca dos próprios tipos de meias produzidos pela empresa. As [CONFIDENCIAL], pela proposta da própria ABIT, na petição de início, não deveriam ser segregadas por tamanho, o que gerou distorção, ainda que pequena, no volume total de cada tipo de meia. O erro observado indica falta de consistência na coleta e aplicação dos questionários, bem como falta de revisão sistemática dos dados coletados.
2.2.3.2. Esclarecer por que há dados de [CONFIDENCIAL]	*Como esclarecido, inclusive na observação do questionário, a empresa [CONFIDENCIAL].*	[CONFIDENCIAL] distorceu o preço médio de exportação do produto. A inclusão dos dados de [CONFIDENCIAL], indica a adoção de critério inadequado. A inconsistência observada indica falta de revisão sistemática dos dados coletados.
2.2.3.3. Esclarecer a aparente inconsistência relativa à existência de volumes de estoque em pares de [CONFIDENCIAL].	*Como esclarecido, a empresa [CONFIDENCIAL].*	As [CONFIDENCIAL]geraram distorções dos volume de estoque, incompatíveis com os volumes de [CONFIDENCIAL]. As inconsistências observadas indicam falta de revisão sistemática dos dados coletados.

2.2.4 Da empresa [CONFIDENCIAL]:

Descrição no Ofício nº 0.502/2021	Explicação da peticionária	Conclusão da SDCOM
2.2.4.1. Esclarecer por que, relativa a [CONFIDENCIAL]	*Como esclarecido na reunião, a empresa [CONFIDENCIAL]*	A SDCOM observou que a questão 8 do questionário inquire sobre a [CONFIDENCIAL]. Dessa forma, caso se considere correta a explicação para a empresa [CONFIDENCIAL], ter-se-ia automaticamente a conclusão de que os dados de capacidade de outras empresas da amostra estariam incorretos, a saber, [CONFIDENCIAL]. Dessa forma, a inconsistência identificada indica falta de revisão sistemática dos dados coletados.

2.2.5 Da empresa [CONFIDENCIAL]:

Descrição no Ofício nº 0.502/2021	Explicação da peticionária	Conclusão da SDCOM
2.2.5.1. Esclarecer por que, relativa a [CONFIDENCIAL].	Como informado, a empresa [CONFIDENCIAL].	Os esclarecimentos apresentados foram considerados satisfatórios.

2.3. Conciliação dos valores totais de vendas do produto similar da Lupo:

Descrição no Ofício nº 0.502/2021	Explicação da peticionária	Conclusão da SDCOM
2.3.1. Esclarecer como a resposta apresentada para o item 4.2 atenderia às solicitações indicadas no Ofício 0.397/2021/CGMC/SDCOM/SECEX	Primeiramente, como se vê no enunciado do item 4.2, a sequência da resposta envolveria, a partir da conciliação do 4.1 e da planilha com totalização das vendas do produto similar: explicação das etapas do processo, com telas do sistema, indicação dos períodos e apontamento dos filtros utilizados. Na resposta protocolada, a ABIT destacou que, com base nas informações que já haviam sido enviadas como resposta ao item 4.1 do Ofício, a resposta ao item 4.2 ficara restrita às explicações dos filtros utilizados. E que, em razão do tamanho da base fiscal e da não necessidade de fornecimento dessa base, a explicação dos filtros (produto, basicamente) estaria em outros arquivos já enviados no curso da investigação. *Nesse sentido, durante a reunião virtual de esclarecimentos, foi possível deixar esses pontos mais claros. A partir da sequência de* prints *apresentada nos anexos 4_1 (conciliação dos totais) e 9 (conciliação das despesas), foi possível observar o caminho para extração das informações. Na sequência, foi enfatizado que o produto "meia", no sentido da totalidade de códigos que compõem o produto similar, perpassa mais de um setor que a Lupo considera em suas análises gerenciais.* *Desta forma, como se chegou ao ponto central dos filtros das informações que compuseram o apêndice V, foi também possível referenciar os demais arquivos que suplementam esse aspecto, particularmente: (i) o arquivo contendo todos os códigos (SKUs) e respectivos CODIPs, que foi manualmente trabalhado para identificação do que seria produto similar; e (ii) a base originalmente enviada quando da petição, eis que ela continha dados para além das vendas internas (apêndice VII), englobando também revendas, vendas externas e devoluções.* *Assim, foi possível demonstrar que, de fato, a partir do conjunto de informações fornecidas tanto na resposta ao Ofício 397 quanto em outros momentos de intervenção da ABIT ao longo da investigação, aquele item específico (o 4.2 do Ofício 397) restava atendido..* *É importante reforçar, como feito na reunião virtual de esclarecimentos, que as bases da Lupo estão plenamente conciliadas com balancetes e demonstrações financeiras, o que reforça ainda mais a adequação das respostas ao que fora solicitado pela SDCOM*	Considerando que o item 4.2 do Ofício nº 0.397/2021/CGMC/SDCOM/SECEX solicitava "Conciliar os valores totais de vendas do produto similar reportados na petição com os números constantes nos balancetes de verificação ou no sistema gerencial/contábil, bem como nas demonstrações financeiras, para o período de P5, considerando a conciliação realizada no item 4.1. Deverá ser apresentada planilha detalhando os montantes utilizados na totalização das vendas do produto similar no mercado interno. É imprescindível que a empresa descreva e explique as etapas desse processo e apresente cópias das telas do sistema para comprovar cada etapa, bem como indique com clareza o período a que se refere cada informação e aponte quaisquer exclusões ou filtros aplicados", conclui-se que a peticionária não logrou realizar a conciliação referida para demonstrar a validade dos valores reportados nos Apêndices V (vendas totais) e VII (vendas no mercado interno). A resposta da empresa se limitou a demonstrar a reconciliação requerida no item 4.1, ou seja, a reconciliação entre os valores constantes das demonstrações financeiras, os valores constantes nos registros de seu sistema gerencial, a receita operacional líquida e o faturamento bruto de todos os mercados de P5 (Total (I) + (II)), reportados no Apêndice V.

33. Com relação aos itens 2.4 a 2.8.4. do Ofício nº 0.502/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, considerou-se que os esclarecimentos prestados foram suficientes para sanar as dúvidas relativas aos dados da Lupo S/A.

4. DAS MANIFESTAÇÕES ACERCA DO OFÍCIO Nº 0.524/2021/CGMC/SDCOM/SECEX E DAS CONCLUSÕES DA NOTA TÉCNICA Nº 37/2021/CGMC/SDCOM/SECEX

4.1. DA MANIFESTAÇÃO DA PETICIONÁRIA EM RESPOSTA AO OFÍCIO Nº 0.524/2021/CGMC/SDCOM/SECEX

34. Em sua manifestação de 27 de julho de 2021, a ABIT afirmou que os erros apontados pela SDCOM não constituiriam erros que comprometeriam os dados em si, nem o estudo como todo. As falhas identificadas seriam "isoladas e perfeitamente explicáveis pela natureza da pesquisa".

35. Para tanto, a peticionária apresentou descrição dos principais processos envolvidos no desenvolvimento das entrevistas junto às empresas participantes dos Painéis Anuais do IEMI e das pesquisas setoriais contratadas.

36. De acordo com a ABIT, as pesquisas realizadas pelo IEMI se iniciariam com a determinação do universo de produtores conhecidos. Nos projetos do instituto, seriam utilizadas bases cadastrais próprias, complementadas por entidades parceiras, como a ABIT e sindicatos regionais parceiros, além da aquisição de listagens junto a fornecedores tradicionais do mercado, como a Dun & Bradstreet, Serasa Experian e outros. O cruzamento desses cadastros geraria um cadastro único, que permitiria mapear o universo conhecido de produtores.

37. Na etapa de pré-entrevista, o entrevistador esclareceria os detalhes da pesquisa, do questionário e validaria os dados cadastrais. Já na entrevista, para preenchimento de dados quantitativos como de produção, o entrevistador auxiliaria os entrevistados, por meio de programas como Rotator Survey, Survey Monkey, Sphinx, entre outros. Os dados seriam transferidos ao questionário por digitação direta pelo informante, na nuvem ou em arquivos offline editáveis (Word, Excel, Access, etc.), ou mesmo ditadas pelo telefone ao entrevistador.

38. De outra parte, por política interna, algumas empresas só responderiam questionários por escrito, casos em que o entrevistador seria obrigado a fornecer um arquivo editável, por e-mail, para que o entrevistado preencha as informações solicitadas. A ABIT indicou que esse método de resposta, "por ser off-line e envolver processo

adicional posterior de transcrição dos dados para os sistemas do IEMI, poderia apresentar riscos adicionais de erros na transcrição de dados".

39. Os questionários respondidos sofreriam uma primeira verificação quanto ao seu correto preenchimento, além de análise de eventuais "não respostas". Eventuais dúvidas seriam objeto de nova consulta ao entrevistado, para esclarecimentos ou revisões. A recusa desse em fazê-lo, dependendo do impacto, poderia resultar no descarte do questionário em questão. Nessa etapa, a necessidade de novas consultas aos entrevistados ocorreria numa taxa de até 40% dos questionários já preenchidos.

40. Ao final da fase das entrevistas, seria constituída a chamada "base bruta" da pesquisa, encaminhada para o coordenador do projeto, responsável pela tabulação das informações, segunda crítica e revisões dos dados. Nessa etapa, de acordo com a ABIT, "uma série de análises de consistência das informações individuais fornecidas pelas empresas seriam realizadas, como a relação entre preços médios, volumes, faturamento, mão de obra empregada, produtividade média, entre outros indicadores, cujas médias são confrontadas com a de concorrentes similares em termos de produto, porte, perfil industrial etc".

41. Indicadores fora do desvio padrão retornariam novamente para consultas aos entrevistados, para esclarecimentos e correções, e, caso não saneados, podem resultar no descarte parcial ou total do questionário das bases. O resultado final dessa checagem geraria a "base limpa", utilizada como base para a tabulação dos resultados primários, cruzamentos com dados secundários (painéis IEMI, IBGE, COMEX SAT, RAIS, entidades etc.), cálculos e inferências das dimensões, segmentação e evolução dos indicadores setoriais. Modelos estatísticos seriam utilizados como etapa final de depuração e ajuste fino dos dados individuais coletados nas pesquisas primárias.

42. A peticionária destacou ainda que o "histórico de atuação do IEMI (que mantém um Painel Anual regular de pesquisa com essas empresas há mais de 30 anos), facilitaria o contato com as empresas informantes do setor de meias, caso seja necessário o esclarecimento de dúvidas adicionais às informações fornecidas.

43. A realização de pesquisa primária para segmentos com características de fragmentação possuiria desafios adicionais, entre os quais a peticionária destacou a definição do universo conhecido de produtores, seleção das empresas participantes e participação das empresas para resposta completa dos questionários; a utilização de diferentes tipos de sistemas de controles pelas empresas; a existência de diferentes níveis de organização interna; e o esforço de adaptabilidade, tendo em vista que o padrão de segmentação por tipo de produto por vezes não coincidiria com o padrão internamente utilizado pelas empresas.

44. A ocorrência de falhas seria, portanto, "inerente à natureza da pesquisa e não está necessariamente relacionada com falhas metodológicas".

45. No entendimento da peticionária, os pontos identificados pela SDCOM como falhas abrangeriam 40% do total das informações objeto da reunião de esclarecimento, tendo em vista que, dos 25 pontos, para 10 deles as explicações da ABIT não teriam sido consideradas satisfatórias.

46. A ABIT faz, na sequência, considerações a respeito dos impactos dos pontos identificados pela SDCOM.

47. Em relação aos dados relativos à produção, destacou que "o único ponto identificado envolve a inclusão de percentuais, como números absolutos, nas quantidades informadas pela [CONFIDENCIAL]. A distorção seria da ordem de apenas 0,0001% de P2 a P5, o que "não muda em absolutamente nada o cenário desse importante indicador de dano da indústria doméstica, o que inclui o custo médio aferido".

48. No que tange ao indicador de vendas de fabricação própria no mercado interno, envolvendo os pontos identificados inclusão de dados (pares e valores) de [CONFIDENCIAL], em P4 e P5; inclusão de dados, apenas em pares, de [CONFIDENCIAL]; e supressão de três dígitos, em P5, nos valores de [CONFIDENCIAL], a ABIT indicou que "nitidamente, o impacto da correção em termos de quantidade (pares) de meias seria irrisório. No caso dos valores, seria da ordem de 2,59% em P5; e, por fim, no tocante ao preço médio, o impacto seria igualmente pequeno, chegando a 2,6% no último período da série". No cenário de preço "corrigido", os números ainda mostrariam depressão nos preços. A subcotação, que já se configurava com o preço médio de R$ 4,19/par, seria ainda maior com o preço médio de R$ 4,30/par em P5. Tendo em vista não ter ocorrido alteração em termos de produção (quantidades e valores), a relação custo/preço ainda demonstraria supressão dos preços em P5.

49. Em relação à exportações, os pontos identificados - inclusão de [CONFIDENCIAL]- a ABIT manifestou o entendimento de que a ocorrência dessas questões "foi resultado das próprias premissas da pesquisa, focada na preservação dos dados primários - dentre os quais, a explícita indicação [CONFIDENCIAL]".

50. Ademais, as exportações representariam apenas cerca de 1%, em média, do total das vendas da indústria fragmentada de meias ao longo de todo o período de dano, o que não se alteraria [CONFIDENCIAL].

51. No tocante à capacidade instalada, envolvendo [CONFIDENCIAL], a ABIT identificou que algumas empresas teriam seguido à risca o parâmetro da questão 8, ao passo que outras teriam informado a capacidade conforme [CONFIDENCIAL]. A ABIT indicou que "assim, haveria três grupos, sendo que apenas em um deles - o de menor quantidade de empresas - essa falha identificada pela SDCOM traria impactos".

52. A entidade apresentou a situação de cada uma das empresas participantes da pesquisa, com o número final da capacidade instalada efetiva e destacou que "em que pese a variação na capacidade instalada daí decorrente, deve-se ressaltar que a variação evidenciaria que o número originalmente informado seria conservador".

53. Da mesma forma, para a Associação, o grau de ocupação seria, na realidade, menor do que o informado, uma vez que os dados de produção não seriam alterados e, nessa linha, "a indústria doméstica fragmentada de meias, por conseguinte, seguiria com importante potencial de crescimento, o que poderia se efetivar na ausência de importações praticadas com dumping".

54. Em relação aos estoques, ponderou que, partindo do pressuposto de que os dados [CONFIDENCIAL], o impacto seria de, no máximo, 3,6% em relação aos números verificados e não haveria variação na evolução dos estoques nesse cenário.

55. Na sequência, aduziu que "antes de se cogitar recorrer à melhor informação disponível, seria necessário aferir se, de fato, a informação existente poderia ser descartada pela autoridade" e citou o caso US - Hot-rolled steel, no qual o Órgão de Apelação concluiu que, nos termos do item 3 do Anexo II do Acordo Antidumping da OMC, "autoridades são obrigadas a usar a informação se as condições ali estipuladas estiverem satisfeitas, quais sejam: (i) ser a informação verificável, (ii) ter sido adequadamente apresentada, podendo ser utilizada na investigação sem dificuldades excessivas, (iii) ter sido apresentada tempestivamente, e, quando aplicável, (iv) ter sido apresentada no meio eletrônico adequado".

56. Nessa linha, referiu-se também aos casos US - Steel plate, Mexico - Steel pipes and tubes e EC - Salmon (Norway) (WT/DS337, par. 7.355) para manifestar o entendimento de que "não estariam satisfeitas as condições da norma para que as informações que formam a base dos indicadores de dano da indústria doméstica sejam rejeitadas", uma vez que os dados seriam verificáveis; os erros identificados teriam sido "perfeitamente explicados", seriam facilmente corrigíveis e causariam impacto mínimo nos indicadores considerados; as informações poderiam ser utilizadas "sem maiores dificuldades" na investigação; e foram tempestivas e fornecidas de maneira correta.

57. Adicionalmente, "em decorrência do próprio princípio da boa-fé e da cooperação irrestrita ao longo de toda a investigação, os erros pontuais não justificariam o descarte de todas as informações prestadas pela peticionária" e, em apoio a esse entendimento citou o caso Egypt - Steel rebar, no qual o painel considerou que, nos termos dos itens 3 e 5 do Anexo II do AAD, lidos em conjunto:

"information that is of a very high quality, although not perfect, must not be considered unverifiable solely because of its minor flaws, so long as the submitter has acted to the best of its ability. That is, so long as the level of good faith cooperation by the interested party is high, slightly imperfect information should not be dismissed as unverifiable." (WT/DS211/R, par. 7.161)

58. Destacou que "nesse contexto de indústria fragmentada, o melhor dos esforços da peticionária teria sido empreendido em todas as etapas da investigação desde seu início, o que inclui o estudo elaborado com dados primários envolvendo produtores de meias de portes e características bem distintos".

59. Requereu, assim, que a SDCOM reconheça que o conjunto dos erros indicados na Nota Técnica nº 37 não compromete a confiabilidade dos dados de dano da indústria doméstica e que dê prosseguimento à investigação.

4.2 DAS MANIFESTAÇÕES ANTERIORES À RESPOSTA DA PETICIONÁRIA AO OFÍCIO Nº 0.524/2021/CGMC/SDCOM/SECEX

60. Em manifestação protocolada em 12 de julho de 2021, a ABVTEX ressaltou inicialmente que os problemas identificados pela SDCOM, especialmente no que se refere à metodologia aplicada pelo IEMI, teriam estabelecido a falta de confiabilidade e credibilidade do estudo para fins de quaisquer determinações. Recordou, citando Jurisprudência do caso Hot-Rolled Steel, que a análise de dano deveria ser feita com base em evidência positiva e segundo análise objetiva:

192. (...) The thrust of the investigating authorities' obligation, in Article 3.1, lies in the requirement that they base their determination on "positive evidence" and conduct an "objective examination". The term "positive evidence" relates, in our view, to the quality of the evidence that authorities may rely upon in making a determination. The word "positive" means, to us, that the evidence must be of an affirmative, objective and verifiable character, and that it must be credible.

193. The term "objective examination" aims at a different aspect of the investigating authorities' determination. While the term "positive evidence" focuses on the facts underpinning and justifying the injury determination, the term "objective examination" is concerned with the investigative process itself. The word "examination" relates, in our view, to the way in which the evidence is gathered, inquired into and, subsequently, evaluated; that is, it relates to the conduct of the investigation generally. The word "objective", which qualifies the word "examination", indicates essentially that the "examination" process must conform to the dictates of the basic principles of good faith and fundamental fairness. In short, an "objective examination" requires that the domestic industry, and the effects of dumped imports, be investigated in an unbiased manner, without favouring the interests of any interested party, or group of interested parties, in the investigation. The duty of the investigating authorities to conduct an "objective examination" recognizes that the determination will be influenced by the objectivity, or any lack thereof, of the investigative process"

61. Reiterou que o estudo do IEMI não cumpriria os requisitos dos incisos do art. 53 do Decreto nº 8.058, de 2013, e não constituiria fonte de informações "minimamente objetiva e confiável", reiterando as considerações apresentadas em 28 de janeiro de 2021, a propósito (i) da divergência entre a participação das meias-calças no estudo do IEMI que instruiu a petição (8,8% do total do mercado em 2014/2015) em relação a outro estudo do IEMI, no qual as meias-calças corresponderiam a 21,7% do total do mercado em 2015; e (ii) das inconsistências na identificação dos produtores nacionais à luz da diferença entre os dados de "empresas", critério utilizado pelo IEMI, e de "estabelecimentos", base dos dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS.

62. Também reiterou o teor da manifestação protocolada em 7 de julho de 2021, na qual alegou que o estudo do IEMI apresentaria inconsistências estatísticas, com base em parecer assinado por Prof. Ubiratan V. Guimarães, "profissional estatístico registrado no Conselho Regional de Estatística (CONRE)", para apurar a validade estatística da estimativa da produção nacional e do processo de amostragem das empresas que reportaram os dados ao estudo do IEMI.

63. Em relação à estimativa da produção nacional total, indicou que seria "absolutamente claro o não cumprimento dos requisitos necessários a constituição da legitimidade ativa da peticionária, consoante o exame de standing".

64. No tocante ao processo de amostragem das empresas que reportaram os dados para o estudo do IEMI que instruiu a petição de dumping, a ABVTEX destacou que "o Prof. parecerista é absolutamente claro ao afirmar que a coleta voluntária dos dados das 35 empresas, de um rol de 56 empresas (não identificadas no corpo do Estudo do IEMI, diga-se de passagem) não constitui mais do que, quando muito, uma espécie de amostragem teoricamente chamada de "amostra autosselecionada" - adequada apenas para estudos de casos (representações pontuais) e absolutamente inapropriada a estudos cujos objetivos sejam mais abrangentes e universais". Prossegue afirmando que "em se tratando de amostragem autosselecionada (ou também chamada não probabilística), não é possível 'estimar o erro de precisão e estabelecer cenários probabilísticos para os resultados obtidos', de modo que este tipo de amostragem possui limitações que o tornam inapropriado para grandes estudos".

65. Citando trecho do livro o livro "Pesquisa de Marketing", de Fauze Najib Mattar, a ABVTEX indicou que amostragem probabilística seria "aquela em que cada elemento da população tem uma chance conhecida e diferente de zero de ser selecionado para compor a amostra. As amostragens probabilísticas geram amostras probabilísticas", ao passo que amostragem não probabilística seria "aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende ao menos em parte do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo".

66. Para a ABVTEX, a amostragem voluntária das empresas convidadas a aportar dados de dano ao IEMI teria sido resultado de "recorte e julgamento do pesquisador (in casu, IEMI)", sendo "indiscutível que a amostragem que embasa o Estudo do IEMI é não probabilística (ou autosselecionada)".

67. Esse método seria inadequado ao objetivo de retratar a compilação de indicadores da indústria nacional de meias, tendo em vista não ser possível estimar o erro de precisão e estabelecer cenários probabilísticos para os resultados obtidos, nem garantir a isenção e objetividade da amostra obtida, o que ofereceria margem a distorções dos resultados.

68. Em relação aos dados da Lupo S.A., reiterou a manifestação apresentada em 28 de janeiro de 2021, na qual destacou (i) que os dados somente da Lupo S/A, em face da existência de inúmeros outros produtores nacionais, não seriam a mais correta dos proxies, tendo em vista que o desempenho operacional e financeiro dessa empresa, maior player do mercado em termos de fabricação de meias, não seria o mesmo dos demais produtores nacionais, pulverizados em termos de tamanho e região; e (ii) que haveria incongruências sobre a higidez das demonstrações financeiras relativas às vendas do produto similar porque não estaria claro se os dados contemplavam todas as receitas obtidas com a venda do produto similar doméstico da Lupo e de suas controladas (Lupo Franquias Ltda., Scalina Ltda. e Itabuna Têxtil Ltda.).

69. Para a ABVTEX, tendo em vista a conclusão da Nota Técnica nº 37 no sentido de que a ABIT não logrou realizar a conciliação os valores totais de vendas do produto similar reportados na petição com os números constantes nos balancetes de verificação ou no sistema gerencial/contábil, bem como nas demonstrações financeiras para o período de P5, a ABVTEX destacou ser "impensável adotar os dados financeiros da Lupo S/A aos indicadores financeiros de dano porquanto não validados". Lembrou ainda que o valor normal apurado para as origens investigadas com base nos dados da Lupo restaria prejudicado, pois valeu-se dos códigos-cartela mais vendidos pela empresa.

70. Requereu, nesse sentido, a recepção e análise do parecer técnico assinado pelo Prof. Ubiratan V. Guimarães, em sede de Nota Técnica, bem como o encerramento da presente investigação.

71. Também em 12 de julho de 2021, o importador IMB Têxtil S.A. requereu a a nulidade do processo de investigação, "por inobservância das normas procedimentais aplicáveis".

72. A IMB Têxtil argumentou que as empresas que apresentaram carta de apoio para o início da investigação de dumping não exibiram ou não tiveram seus documentos de comprovação de volumes de produção e vendas disponibilizados para análise, descumprindo o requisito previsto no art. 51, § 5, II, c, do Decreto nº 8.058, de 2013. Para esse importador, "o máximo que se localiza são os e-mails de concordância das empresas aderentes para que os dados fornecidos à empresa IEMI - Inteligência de Mercado (empresa contratada pela peticionante inicial ABIT - Associação Brasileira da Indústria Têxtil e Confecções, para levantamento e processamento dos dados necessários ao procedimento) fossem utilizados para embasar pedido de investigação de antidumping coordenado pela ABIT".

73. Alegou ainda a ausência de procuração da Lupo ao representante legal que assina a petição inicial. O representante legal não teria poderes de representação, "não podendo ser alegada a representação através de associação para este particular. A representação processual "haveria de ter sido concluída quando da apresentação da Petição Inicial. Ou, no melhor dos cenários, em até 91 dias após a abertura da investigação". Os dados aportados pela Lupo careceriam, assim, de validade.

74. A procuração firmada pela ABIT, no entendimento desse importador, não teria o condão de legitimar as informações prestadas pela Lupo, "visto que os elementos em questão tratam da empresa Lupo, como Pessoa Jurídica singular e não de interesse coletivo ou difuso tutelado pela associação".

75. Na mesma linha dos argumentos apresentados pela ABVTEX e com base em parecer de profissional estatístico apresentado por essa entidade em 7 de julho de 2021, o importador destacou que a peticionária não teria cumprido o previsto no art. 37 do Decreto nº 8.058, de 2013, que estabeleceria como requisito de admissibilidade o peticionamento de investigações de dumping a manifestação de apoio de, pelo menos, 25% da produção nacional.

76. De acordo com a IMB Têxtil, analisando a tabela do Excel apresentada pela peticionante na sua inicial (ABIT_meias_peticao_Anexo ART 29b_REST), na qual teriam sido "totalizadas" as informações da produção nacional pelo IEMI, haveria inconsistência na adoção do método de estimação da produção para os meses de 2019, para os quais se utilizou o PIM-PF (índice de Pesquisa Industrial Mensal de Produção Física do IBGE) de janeiro a junho de 2019 sobre o volume de produção estimado para o mês de dezembro de 2018, método que seria distinto daquele adotado para os demais períodos de 2014 a 2018. Essa diferença não teria sido explicada na seção de metodologia do estudo do IEMI.

77. Ainda com base no parecer apresentado pela ABVTEX em 7 de julho de 2021, a IMB Têxtil indicou que, para esses meses de P5, utilizando-se o método de estimativas por intervalo, especificamente o modelo ARIMA de Box & Jenkis, pelo qual se consideraria toda a série histórica dos volumes mensais de produção de janeiro de 2014 a dezembro de 2018, a produção total seria de 339.260 pares de meias. Somando-se à produção restante de P5, isto é, dos meses de julho de 2018 a dezembro de 2018, do próprio estudo do IEMI, obter-se-ia uma produção total, para P5, de 695.833 mil pares de meias em P5. Com base nesse ajuste, a representatividade daqueles que manifestaram apoio expresso à petição seria de 24,08%, portanto inferior ao percentual de 25% previsto no art. 37 do Decreto nº 8.058, de 2013.

78. Ademais, tendo em vista as inconsistências apontadas na Nota Técnica nº 37/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, o importador entende que "existem significativas informações complementares, ajustes e correções necessárias a serem cumpridas", fato que deveria levar à aplicação do § 2º do art. 42 do Decreto nº 8.058, de 2013.

79. Para esse importador, o Ofício nº 0.524/2021/CGMC/SDCOM/SECEX teria "ilegalmente" oportunizado a peticionária regularizar documentos e informações após a publicação da determinação preliminar de dumping. A oportunidade para exame de admissibilidade se encerraria nas previsões dos art. 37 a 43 do Decreto nº 8.058, de 2013. Por ocasião da análise de determinação preliminar de antidumping, prevista no art. 65, o momento processual para julgamento sobre os requisitos intrínsecos e extrínsecos da peticionamento inicial já estaria superado. Assim, seria "totalmente descabida a abertura de prazo para novos esclarecimentos do peticionante através do ofício 0.524/2021/CGMC/SDCOM/SECEX".

80. Por fim, fazendo referência à Jurisprudência do caso EC Fasterners - WT/DS397/AB/R, ressaltou que "a observância da documentação representativa da indústria doméstica, a fim de se verificar o efetivo dano à economia, é um fator primordial para se analisar pleitos envolvendo dumping, tornando as irregularidades apontadas particularmente graves e que levam à nulidade do procedimento". Nessa linha, conclui que a ABIT não possuiria o mínimo legal para a representar a indústria doméstica, "vez que deturpou os números necessários para justificar a sua legitimidade".

4.3. DAS MANIFESTAÇÕES SOBRE OS DADOS E INFORMAÇÕES CONSTANTES DOS AUTOS RESTRITOS DO PROCESSO

81. No prazo previsto para manifestações sobre os dados e informações constantes dos autos restritos do processo, 2 de agosto de 2021, conforme indicado na Circular SECEX nº 19, de 11 março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 2021, manifestaram-se a peticionária, a ABVTEX e a CM Imports Importadora e Comércio Ltda.

82. Para fins desta Nota Técnica, reitera-se que foram consideradas unicamente as manifestações relacionadas ao Ofício nº 0.524/2021/CGMC/SDCOM/SECEX e à Nota Técnica nº 37/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, ou seja, aos dados da indústria doméstica e ao procedimento de verificação de elementos de prova.

83. A ABIT refutou as alegações da ABVTEX e da IMB Têxtil, que questionaram o grau de representatividade e apoio da indústria doméstica ao processo de antidumping (standing), por entenderem que este percentual não chegaria aos 25% previstos no art. 37, do Decreto nº 8.058/2013.

84. Para a a ABIT, ainda que representatividade fosse de 24,08%, tal situação não deveria ser um embaraço à continuidade do presente processo, tendo em vista se tratar de uma indústria fragmentada, nos termos previstos no art 37, II, §3º e 7º do Decreto nº 8.058, de 2013, segundo o qual poderá ser aceita petição contendo dados relativos a produtores domésticos que respondam por parcela inferior a 25% da produção nacional do produto similar no período de investigação de dumping.

85. A ABIT manifestou discordância sobre a interpretação da ABVTEX e da IMB Têxtil para o caso EC-Fasteners, no sentido de que a "documentação representativa da indústria doméstica, a fim de se verificar o efetivo dano à economia, é um fator primordial para se analisar de julgar pleitos envolvendo dumping". Para a peticionária, o foco do caso recairia sobre a análise de dano material com menos distorções e não propriamente em relação à eventual percentual de representatividade:

"This ensures that the injury determination is based on wide-ranging information regarding domestic producers and is not distorted or skewed. In the special case of a fragmented industry with numerous producers, the practical constraints on an authority's ability to obtain information may mean that what constitutes "a major proportion" may be lower than what is ordinarily permissible in a less fragmented industry. However, even in such cases, the authority bears the same obligation to ensure that the process of defining the domestic industry does not give rise to a material risk of distortion."

86. Relativamente aos questionamentos sobre a forma de apresentação das manifestações de apoio das empresas à petição, argumentos colacionados pela IMB Têxtil, a ABIT argumentou que não haveria previsão em lei a respeito do aspecto formal para a exigência de manifestações de apoio, de modo que o método apresentado no âmbito deste processo foi considerado válido pela autoridade investigadora.

87. A propósito do parecer sobre as inconsistências estatísticas do estudo do IEMI, aportado pela ABVTEX em 7 de julho e reiterado em 12 de julho, a ABIT argumentou que se trataria de "opinião não isenta no processo". Ressaltou, sobre o parecerista que assina o documento, que "não se encontra qualquer referência acadêmica na internet (seja via instituição de ensino, seja de trabalhos publicados, etc), que possa convalidar a expertise do mesmo".

88. O parecer não teria sido fundamentado em um trabalho alternativo, mediante coleta própria de dados, de forma a comprovar equívoco no estudo do IEMI, e teria se limitado a apresentar "supostas" falhas na metodologia utilizada. Para a ABIT, o IEMI fez uma escolha metodológica, que poderia ser questionada, mas "nunca tais questionamentos devem partir do pressuposto de que uma metodologia é melhor do que a outra, ainda mais quando o questionamento não vem acompanhado de qualquer 'contraprova'".

89. A peticionária entende que nenhum estudo estatístico de amostragem estaria isento de margens de erros, bastando observar, por exemplo, as pesquisas eleitorais periodicamente divulgadas no Brasil.

90. Ademais, em se tratando de legislação antidumping, a ABIT defende que "toda e qualquer investigação antidumping no Brasil deve se basear na melhor informação disponível para dar ensejo às conclusões da SDCOM", realidade não contestada pelo parecer apresentado pela ABVTEX. O parecer do estatístico não poderia concluir que "o estudo do IEMI não apresenta a melhor informação disponível, uma vez que parte não de estatística geral, mas de coleta de dados específica sobre a indústria doméstica de meias.

91. A propósito da não apresentação de comprovação dos dados de volumes de produção e vendas individualizados pelas empresas que manifestaram apoio às partes interessadas, também arguída pela IMB Têxtil, a peticionária argumentou que referidos dados foram apresentados pelo IEMI, mas a confidencialidade foi mantida por motivos de natureza contratual.

92. Ainda sobre a manifestação desse importador sobre as inconsistências apontadas na Nota Técnica nº 37/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, que apontariam necessidade de significativas informações complementares, ajustes e correções, o que deveria levar à aplicação do § 2º do art. 42 do Decreto nº 8.058, de 2013, a peticionária destacou que tanto o Decreto quanto a Portaria SECEX nº 41/2018 preveem a possibilidade de exigir informações complementares dos peticionários, a fim de se privilegiar o contraditório, ampla defesa e motivação das decisões administrativas.

93. A peticionária argumenta que "no caso em tela, não somente houve a solicitação de informações complementares, como elas foram atendidas e deram ensejo ao início da investigação e ao parecer de determinação preliminar".

94. Por fim, em relação à alegação de ausência de procuração da Lupo, a ABIT entende que o argumento já foi superado no parecer de determinação preliminar da SDCOM.

95. A manifestação da ABVTEX ressaltou que os esclarecimentos apresentados pela ABIT em 27 de julho constituiriam "expressa confissão da procedência dos erros e inconsistências do estudo do IEMI", tendo em vista que a peticionária "buscou mensurar a extensão e o impacto dos erros apurados".

96. A ABVTEX reiterou seu entendimento de positive evidence do Artigo 3.1 do Acordo Antidumping da OMC, conforme apresentado na manifestação de 12 de julho.

97. Também recordou que e os erros e inconsistências indicados na Nota Técnica nº 37 foram apurados em 5 dos 35 questionários adotados pelo estudo do IEMI, aduzindo que "simplesmente inexiste garantia de que os mesmos erros (ou tantos outros) não tenham sido incorridos nos 30 questionários restantes! Daí especialmente porque a confiabilidade, em termos de provas positivas, é qualidade que se tem ou não tem".

98. Em relação à descrição dos processos de pesquisa primária apresentada pela ABIT, afirmou não haver referência, explícita ou implícita, ao procedimento de pré-entrevista na seção metodológica do processo de coleta dos dados das 35 empresas que compõem a indústria doméstica.

99. A peticionária não teria mencionado, além disso, o procedimento de pré-teste descrito no estudo do IEMI. A ABVTEX destacou, citando trecho do estudo que instruiu a petição, que "ao que parece, o IEMI realiza 'um pré-teste do questionário junto a um grupo de empresas escolhidas por serem de grande relevância no mercado de meias' com o condão 'de corrigir possíveis falhas que pudessem levar a erros de interpretação e entendimento nas perguntas formuladas'", procedimento que poderia de evitar erros no preenchimento e interpretação dos questionários.

100. A ABVTEX apontou ainda contradição sobre a forma empregada para coleta dos dados informada no estudo do IEMI e os esclarecimentos prestados pela ABIT. O estudo informou que a coleta foi realizada via CATI - Computer Assisted Telephone Interviewing, enquanto os esclarecimentos da peticionária indicaram a possibilidade de preenchimento do questionário de forma off-line, em razão de políticas internas dos respondentes. A ABVTEX argumentou não ter restado claro se a coleta de dados de uma ou mais empresas respondentes se deu efetivamente off-line. Confirmada essa hipótese, ressaltou, estaria configurada mais uma omissão metodológica do estudo do IEMI.

101. Outra contradição apontada pela ABVTEX entre as informações apresentadas no estudo do IEMI que instruiu a inicial e os esclarecimentos da ABIT diria respeito às etapas denominadas de primeira e segunda críticas de dados. No entendimento da ABVTEX, a ABIT teria informado expressamente, em sua resposta ao item 3.3 do Ofício nº 0.367/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, que não houve ajustes ou revisões posteriormente à realização das entrevistas. Nos esclarecimentos, porém, descreveu as etapas de "primeira crítica de dados coletados" e "segunda crítica e revisões dos dados" como partes dos procedimentos de pesquisa do IEMI. Tal contradição constituiria mais uma omissão metodológica ou significaria que os esclarecimentos da ABIT não possuiriam relação com o que foi efetivamente feito no estudo do IEMI que instruiu a petição.

102. Em relação à não validação dos dados de venda do produto similar da Lupo, a ABVTEX destacou as consequências à investigação, tendo em vista a impossibilidade do uso dos dados financeiros da Lupo como fonte de informações aos indicadores financeiros de dano da indústria doméstica e a impossibilidade do uso da estrutura de custos e coeficientes produtivos da Lupo para construção do valor normal, utilizados nos cálculos das origens China e Hong Kong.

103. No entendimento dessa entidade, com a não validação dos dados de venda da Lupo (totais e no mercado interno), não seria possível garantir a acuracidade desse modelo de cálculo.

104. Por fim, a ABVTEX rebateu o entendimento da peticionária sobre os precedentes do Órgão de Apelação da OMC para sustentar que não se poderia descartar os dados do estudo do IEMI e da Lupo, por atenderem os requisitos legais de tempestividade, verificabilidade e outros.

105. De acordo com a ABVTEX, "não se está mais discutir os requisitos mínimos de aceitação de dados (como verificabilidade, tempestividade etc.). Discute-se, isso sim, a própria confiabilidade e validação dos dados do IEMI e da Lupo após sua verificação".

106. Assim, o trecho do precedente trazido pela ABIT não guardaria correlação com os fatos em discussão nesta investigação, destacando que o mesmo precedente, quando trata de positive evidence, apontaria para a desconsideração dos dados do IEMI e da Lupo, por não constituírem provas positivas capazes de assegurar uma análise objetiva por parte da autoridade investigadora.

107. A CM Imports Importadora e Comércio Ltda. destacou em sua manifestação que a falta de publicidade do estudo Painel IEMI "prejudicou o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa pelas partes interessadas".

108. Ademais, os dados do Painel IEMI teriam se mostrado contraditórios e pouco confiáveis em diversas ocasiões, citando, como exemplo, que "há evidências nos autos que diversas empresas fabricantes de meias relacionadas pela Peticionária na petição de abertura sequer fabricam meias ou fabricam esse produto sob encomenda para empresas de maior porte". Nesse sentido, a SDCOM deveria proceder imediatamente ao encerramento da investigação, sem a análise do mérito.

109. Ressaltou ainda que "a maior parte das pequenas fábricas são arrendadas por grandes fabricantes de meias ou produzem sob encomenda para lojas de departamento. Tais empresas não estão sofrendo dano material, pois estão com sua capacidade produtiva 100% ocupada".

110. Para esse importador, tendo em vista que "40% do total das informações objeto da reunião de esclarecimento que não foram validados, o que inclui dados da LUPO S/A, os Apêndices V (vendas totais) e VII (vendas no mercado interno), resta evidente que os dados apresentados para fins de análise de dano não advêm de fontes de informações confiáveis". Em relação aos dados da Lupo S/A, argumentou ainda que, tendo em vista a ausência de dados validados de venda e receita do produto similar doméstico, não seria possível adotá-la como como proxy para os indicadores financeiros de dano da indústria doméstica, tampouco os códigos-cartela mais vendidos para fins de apuração de valor normal construído para China e Hong Kong.

111. Reiterou, conforme destacado em manifestações anteriores, que "um dos principais equívocos da presente investigação antidumping consiste na análise do produto objeto da investigação e do similar nacional, cujas características do não foram corretamente examinadas pela SDCOM". Alegou, ademais, que a SDCOM teria ignorado as provas colacionadas aos autos pela CM Imports - preços dos produtos, laudos, amostras e pesquisa realizada com consumidores de meias - na determinação preliminar.

112. O exame das características físicas ou da composição química do produto objeto/similar realizado pela SDCOM não teria levado em consideração as matérias-primas utilizadas na fabricação das meias, um dos principais componentes do preço das meias e que refletria diretamente na qualidade e na durabilidade desse produto.

113. Não haveria, segundo esse importador, produção de meias com predominância de poliéster na composição no Brasil, passo que as meias com essa composição representariam 90% das importações originárias das origens investigadas (China e Hong Kong), no período objeto da investigação.

5. DAS CONSIDERAÇOES DA SDCOM

114. Recorda-se, inicialmente, as etapas do procedimento de verificação dos dados da indústria doméstica que culminaram com a presente Nota Técnica.

115. A SDCOM informou a ABIT, em 7 de julho de 2021, por meio do Ofício nº 0.524/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, que, caso se concluísse pela falta de acurácia e inadequação dos dados constantes da petição de início, não haveria confiabilidade suficiente para se alcançar uma determinação final de dano à indústria doméstica no âmbito do processo em tela, nos termos do disposto no art. 180 do Decreto nº 8.058, de 2013, conforme conclusões alcançadas na Nota Técnica nº 37/2021/CGMC/SDCOM/SECEX. Tendo em vista os prazos da investigação, à peticionária foi concedida a oportunidade para apresentar novas explicações e comentários acerca das conclusões indicadas na Nota Técnica nº 37 até 27 de julho de 2021.

116. Em 12 de julho de 2021, a ABVTEX e IMB Têxtil apresentaram manifestações sobre as conclusões delineadas da Nota Técnica nº 37/2021/CGMC/SDCOM/SECEX. A peticionária apresentou suas considerações em 27 de julho de 2021. Posteriormente, a peticionária, a ABVTEX e a CM Imports submeteram suas considerações em 2 de agosto de 2021, prazo previsto para manifestações sobre os dados e informações constantes dos autos restritos do processo, conforme indicado na Circular SECEX nº 19, de 11 março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 12 de março de 2021.

117. Assim, foi concedida a todas as partes interessadas habilitadas no processo a oportunidade de se manifestar acerca do conteúdo Nota Técnica nº 37/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, garantindo, assim, o devido processo legal e o direito à ampla defesa e ao contraditório. Reitere-se que, para fins desta Nota Técnica, foram consideradas unicamente as manifestações relacionadas ao Ofício nº 0.524/2021/CGMC/SDCOM/SECEX e à Nota Técnica nº 37/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, ou seja, aos dados da indústria doméstica e ao procedimento de verificação de elementos de prova.

118. Primeiramente, compete a esta SDCOM tecer alguns comentários sobre as manifestações apresentadas pela peticionária em 27 de julho de 2021.

119. Em resposta ao Ofício nº 0.524/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, a peticionária detalhou os processos - seleção amostral; pré-entrevista e entrevista; primeira crítica de dados; segunda crítica e revisões dos dados; e tabulações inferências - envolvidos na elaboração dos painéis anuais IEMI e de pesquisas setoriais contratadas, tais como o estudo apresentado para instruir a petição de investigação de dumping.

120. A descrição apresentada nessa manifestação de 27 de julho de 2021, entretanto, não se coadunou integralmente com manifestações anteriores da peticionária a respeito dos processos empregados pelo IEMI especificamente no estudo englobando as 35 empresas que compuseram a indústria doméstica.

121. Conforme observado pela ABVTEX em sua manifestação de 2 de agosto, a peticionária informou expressamente, com base em consulta ao IEMI, que não houve revisão ou ajustes posteriormente às entrevistas realizadas para a coleta de dados dos indicadores de dano apresentados na petição de início, em resposta ao item 3.3. do Ofício nº 0.397/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, informação confirmada também durante a reunião de esclarecimentos, realizada em 24 de junho de 2021, conforme item 1 supra.

122. Nesse sentido, percebem-se incoerências entre as informações prestadas pela ABIT de que houve primeira crítica dos dados coletados especificamente no estudo relativos às 35 empresas que compuseram a indústria doméstica. A peticionária descreveu que "qualquer dúvida, neste momento, gera uma nova consulta ao entrevistado, para esclarecimento ou revisões... Nessa estapa, é possível ocorrer a necessidade de novas consultas aos entrevistados, numa taxa de até 40% dos questionários já preenchidos", o que expressamente não ocorreu no âmbito deste estudo, de acordo com as explicações anteriores constantes nos autos do presente processo administrativo.

123. Em relação à segunda crítica e revisões dos dados, a ABIT informou que "uma vez de posse do coordenador do projeto, uma série de análises de consistência das informações individuais fornecidas pelas empresas são realizadas, como a relação entre preços médios, volumes, faturamento, mão de obra empregada, produtividade média, entre outros indicadores, cujas médias são confrontadas com a de concorrentes similares em termos de produto, porte, perfil industrial etc".

124. No caso em concreto, observa-se que essa etapa ou não ocorreu ou foi gravemente negligenciada, uma vez que, conforme descrito em detalhe na Nota Técnica nº 37/2021/CGMC/SDCOM/SECEX, destacaram-se precisamente as falhas decorrentes de falta de revisão sistemática dos dados coletados e de inconsistências entre os dados informados pelas empresas.

125. Em relação à etapa de tabulação e inferências, na qual "os modelos estatísticos funcionam aqui como a etapa final de depuração e ajuste fino", tampouco restou claro se esse procedimento foi empregado no estudo em tela. Recorda-se que, na reunião de esclarecimento, a peticionária informou que [CONFIDENCIAL]. Ademais, pela natureza dos dados coletados e do trabalho efetuado no estudo realizado pelo IEMI para fins de apresentação da petição, não há evidências de tenham sido empregados modelos estatísticos nessa etapa do processo, diferentemente do ocorrido anteriormente no procedimento de habilitação como indústria fragmentada.

126. As falhas apontadas pela SDCOM, no entendimento da peticionária, seriam explicáveis, entre outros, em razão da complexidade inerente a pesquisas primárias para segmentos com características fragmentadas, dada a existência de diferentes tipos de sistemas de controles, de diferentes níveis de organização interna e de diferentes padrões de segmentação por tipo de produto, que não coincidiriam com o padrão internamente utilizado pelas empresas, demandando esforço de adaptabilidade.

127. Reconhece-se a dificuldade para a coordenação de informações provenientes de múltiplas empresas. De fato, como argumenta a peticionária, há desafios adicionais nos casos de indústrias fragmentadas, razão pela qual a houve flexibilização de alguns requisitos da petição de investigação de dumping incorporadas pelo Decreto nº 9.107, de 2017, e pela Portaria SECEX nº 41, de 2018, sobretudo em relação aos prazos para protocolo e às informações exigidas nessas petições, tendo em vista o nível de pulverização da indústria doméstica e a maior dificuldade de coordenação entre seus agentes.

128. De outra parte, destaca-se que as falhas apontadas pela SDCOM se referem a inconsistências identificadas individualmente (ou seja, no âmbito de uma mesma empresa) em 4 das 5 empresas selecionadas para fins de verificação, e não na coordenação ou agregação dos dados de diferentes empresas. Ou seja, essas falhas não decorreriam de diferenças nos sistemas de controle ou na organização interna entre elas. Em relação à existência de diferentes padrões de segmentação por tipo de produto, cumpre destacar que a segmentação por tipo de meia foi sugerida pela própria peticionária, desde o início da investigação.

129. Deve-se ressaltar que a flexibilização de alguns requisitos da petição de investigação de dumping para os casos envolvendo indústrias fragmentadas não altera em absoluto a necessidade de crítica, revisão e eventual correção das informações reportadas, de modo que os dados da indústria doméstica sejam confiáveis.

130. A propósito da correção dos dados, ressalte-se que a ABIT somente apresentou explicações das falhas apontadas nos dados da indústria doméstica durante a reunião de esclarecimentos, no dia 24 de junho, e por escrito em 28 de junho de 2021. Recorda-se que à peticionária foi dada a oportunidade de apresentar pequenas correções, conforme Ofício nº 0.397/2021/CGMC/SDCOM/SECEX (ofício de elementos de prova) encaminhado à ABIT em 7 de maio de 2021:

"11. Poderão ser aceitas pequenas correções nos apêndices apresentados anteriormente, desde que sejam apresentadas explicações pormenorizadas sobre as alterações. A SDCOM avaliará a magnitude desses ajustes para decidir sobre sua aceitação."

131. A ABIT não fez uso dessa prerrogativa em relação aos dados constantes do estudo das 35 empresas dentro do prazo de resposta ao ofício de elementos de prova, o que, de outra parte, reforça a constatação de que não houve crítica ou revisão desses dados.

132. Sobre a alegação de "reduzido" impacto dos pontos identificados pela SDCOM, esta autoridade destaca inicialmente que o impacto foi mensurado unicamente para os pontos identificados em 4 das 5 empresas selecionadas, dentro de um universo de 35 empresas.

133. A ABIT indicou, por exemplo, que o impacto das correções dos dados referentes às empresas [CONFIDENCIAL] sobre as vendas de fabricação própria no mercado interno resultariam em diferenças de -0,02% em pares e de 2,59% em valores em P5. Não é possível, entretanto, confirmar a validade das afirmações da ABIT, já que não há como se ter confiança de que o somatório dos dados reportados pelas demais 30 empresas estaria correto, considerando sobretudo que se observou a ocorrência de erros de forma recorrente em 4 das 5 empresas da seleção amostral para verificação. Nessa linha, a SDCOM está de acordo com a manifestação da ABVTEX, datada de 2 de agosto, no sentido de que inexiste "garantia de que os mesmos erros (ou tantos outros) não tenham sido incorridos nos 30 questionários restantes", do que decorre o prejuízo à confiabilidade dos dados como um todo.

134. Assim, não há como mensurar a magnitude dos erros no conjunto dos dados, tampouco seu impacto, à exceção dos dados de capacidade instalada, uma vez que a própria ABIT apresentou a correção da totalidade dos dados relativos a esse item e indicou as diferenças entre os dados reportados e os corrigidos em sua manifestação de 27 de junho de 2021, ainda que tardiamente.

135. Reitera-se que a falta de confiabilidade nos dados das 35 empresas resulta do somatório dos erros observados na pequena amostra de 5 questionários submetidos para verificação e não de uma única falha, ainda que alguns erros adquiram magnitude significativa individualmente. Como exemplo, o dado relativo ao volume de venda no mercado interno da [CONFIDENCIAL] em P5, justificado como "erro isolado na transposição do valor em questão daquele período, para aquele produto específico", implica queda de [CONFIDENCIAL]

136. Em relação à forma empregada para coleta dos dados, também se observa contradição entre a informação apresentada no estudo do IEMI e aquela descrita nos esclarecimentos prestados pela ABIT em 27 de junho 2021, conforme apontado pela ABVTEX. No estudo e na reunião de esclarecimento, a ABIT informou que a coleta dos dados para o estudo que instruiu a petição de investigação de dumping foi realizada por meio de entrevista por telefone, enquanto os esclarecimentos da peticionária indicaram a possibilidade de preenchimento do questionário de forma off-line, por e-mail, em razão de políticas internas dos respondentes, o que poderia aumentar os riscos de erros na transcrição de dados.

137. Sobre o entendimento jurisprudencial apresentado pela peticionária em sua manifestação de 27 de julho de 2021, esta Subsecretaria entende que não estão em questionamento as condições (tempestividade, verificabilidade, boa-fé, cooperação, entre outros) estipuladas nos casos US - Hot-rolled steel, US - Steel plate, Mexico - Steel pipes and tubes, EC - Salmon (Norway) (WT/DS337, par. 7.355) e Egypt - Steel rebar, conforme também manifestado pela ABVTEX, mas a impossibilidade de mensuração da magnitude dos erros e inconsistências no conjunto dos dados da indústria domésticas, dadas a extensão e a recorrência dos erros observados em 4 dos 5 questionários da amostra selecionada para verificação, comprometendo a confiabilidade dos dados como um todo. Não se trata, portanto, de "erro pontual".

138. Em relação aos dados de venda do produto similar da Lupo, reitera-se o entendimento de que a peticionária não foi bem-sucedida na conciliação requerida. Foi-lhe solicitado conciliar os valores totais de vendas do produto similar reportados na petição com os números constantes nos balancetes de verificação ou no sistema gerencial/contábil, bem como nas demonstrações financeiras, para o período de P5, considerando a conciliação realizada no item 4.1 do Ofício nº 0.397/2021/CGMC/SDCOM/SECEX (ofício de elementos de prova), mediante apresentação de planilha detalhando os montantes utilizados na totalização das vendas do produto similar no mercado interno e descrição detalhada das etapas desse processo, bem como apresentação das cópias das telas do sistema para comprovar cada etapa, indicação clara do período a que se refere cada informação e de quaisquer exclusões ou filtros aplicados. A resposta da empresa se limitou a demonstrar a reconciliação requerida no item 4.1.

139. Ressalte-se, de outra parte, que a falha da Lupo se circunscreveu à segunda parte do teste de totalidade das vendas do produto similar, que resultou da ausência de demonstração dos passos necessários para conciliar os valores extraídos do sistema gerencial para demonstrar a validade dos valores reportados nos Apêndices V (vendas totais) e VII (vendas no mercado interno) da petição. Não se verificaram lacunas no que tange aos dados de custo de produção, utilizados para a construção do valor normal. De igual modo, a demonstração de resultados da Lupo como um todo não foi objeto de contestação. Dessa forma, não há implicações para a apuração do valor normal utilizado para fins de início da investigação em decorrência da lacuna no teste de totalidade identificada na Nota Técnica SDCOM nº 37/2021.

140. Sobre o pleito da ABVTEX, reforçado pelo importador IMB Têxtil, para recepção e análise do parecer técnico sobre a validade estatística do estudo do IEMI, que teria impactos diretamente sobre os dados de produção nacional total estimados para os meses de 2019 e o teste de standing, bem como sobre o processo de amostragem das empresas que reportaram dados ao IEMI para o estudo que instruiu a petição de dumping, entende-se que o pleito perde seu objeto tendo em vista as conclusões desta Nota Técnica no sentido de que o conjunto de dados da indústria doméstica não é confiável.

141. Ad argumentandum, no que tange ao processo de amostragem das 35 empresas no estudo do IEMI, cumpre destacar, que, nos termos do disposto no § 3º do art. 37 do Decreto nº 8.058, de 2013, no caso de indústria fragmentada, envolvendo um número especialmente elevado de produtores domésticos, a possibilidade de amostra estatisticamente válida refere-se ao grau de apoio ou rejeição. Nesta investigação, não foi necessário recorrer a essa previsão.

142. Ademais, assiste razão à peticionária quando afirma que o parecer apresentado pela ABVTEX não se baseou em um trabalho alternativo, mediante coleta própria de dados, de forma a comprovar a fragilidade estatística do estudo do IEMI.

143. Ainda que não seja ônus da parte interessada apresentar metodologia ou dados alternativos, àquele que coloca em xeque os dados cumpre o ônus de demonstrar que os elementos comprobatórios trazidos aos autos efetivamente impactam na metodologia apresentada a ponto de invalidá-la ou de demandar ajustes. No caso em tela, o problema identificado pela SDCOM não se deve à metodologia proposta pela peticionária para o estudo, mas sim às falhas encontradas na sua execução.

144. Em relação à alegação da CM Imports de que a SDCOM teria ignorado as provas colacionadas aos autos por esse importador na determinação preliminar, cumpre ressaltar que a empresa não respondeu o questionário do importador em sua integralidade, não tendo reportado, como fizeram outros importadores, nenhuma das importações efetivamente realizadas por ela, alegando "grande volume de importações realizadas pela empresa no período objeto da investigação e da indisponibilidade de funcionários aptos a preencher o Apêndice II conforme solicitado pela SDCOM, no prazo estabelecido para envio da resposta a este Questionário". Com base na mesma justificativa, a empresa tampouco apresentou o Apêndice III do questionário do importador, as quais embasariam os argumentos de substitutibilidade, ausência de similaridade e não comparabilidade entre o produto fabricado no Brasil e o importado pela empresa, objeto da investigação de dumping.

145. A SDCOM recebeu uma miríade de informações, tabelas com descrições das mercadorias por ela importadas, amostras e relatórios técnicos de produtos selecionados pela empresa, mas entende que a empresa não teve interesse em comprová-los por meio da prestação de dados completos das importações por ela efetuadas, em prejuízo não apenas da empresa, mas da investigação como um todo. Ressalte-se ainda que a CM Imports não apresentou elementos robustos para comprovar sua alegação de que a maior parte das pequenas fábricas seriam arrendadas por grandes fabricantes de meias ou produziriam sob encomenda para lojas de departamento e que tais empresas não estariam sofrendo dano material, pois operariam com sua capacidade produtiva 100% ocupada.

146. Os demais aspectos da manifestação da CM Imports já foram objeto de análise e foram considerados na Nota Técnica SDCOM nº 22, de 28 de dezembro de 2020, bem como no parecer de determinação preliminar. Conforme manifestado anteriormente, reitera-se que, nos termos do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, é considerado similar o produto idêntico, igual sob todos os aspectos ao produto objeto da investigação, ou, em sua ausência, outro produto que, embora não exatamente igual sob todos os aspectos, apresente características muito próximas às do produto que está sendo analisado. A similaridade é avaliada, conforme § 1º desse artigo, com base em critérios objetivos, como matérias-primas; composição química; características físicas; normas e especificações técnicas; processo de produção; usos e aplicações; grau de substitutibilidade; canais de distribuição; ou outros critérios definidos na investigação. O §2º do artigo define que os critérios acima não constituem lista exaustiva e nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva acerca da similaridade.

147. Convém ressaltar ainda que a Jurisprudência do Órgão de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre a matéria é clara o suficiente para afastar a validade dos argumentos apresentados pela CM Imports. A análise de similaridade foi objeto de diversos casos no âmbito do sistema multilateral de solução de controvérsias e não há qualquer indicação de que a mera utilização de diferentes matérias-primas (como utilização de fios de fibra sintética em vez de fios de fibras naturais) na elaboração do produto produzido no país importador em relação ao produto investigado seria suficiente para afastar a similaridade e assim, inviabilizar a determinação de dano à indústria doméstica do país importador em decorrência da prática de dumping.

148. Por fim, destaca-se que, no que tange à justa comparação, a SDCOM diligentemente atuou para garantir a adoção de um CODIP adequado, por meio de consulta às partes interessadas e alteração do CODIP inicialmente sugerido pela peticionária, o qual se comprovou ser demasiadamente singelo. Assim, refutam-se as alegações da CM Imports sobre falhas na condução do processo, em especial no que tange à análise de similaridade, a qual a parte interessada parece desconhecer.

149. A alegação da IMB Têxtil no sentido de que o Ofício nº 0.524/2021/CGMC/SDCOM/SECEX teria "ilegalmente" oportunizado a peticionária regularizar documentos e informações após a publicação da determinação preliminar de dumping é infundada. Recorda-se que a fase probatória deste processo, que se encerrou em 12 de julho de 2021, foi definida na Circular SECEX nº 19, de 11 de março de 2021, publicada no D.O.U. de 12 de março de 2021, de acordo com o disposto no Decreto nº 8.058, de 2013. Os argumentos a respeito do não cumprimento de requisitos de admissibilidade e ausência de procuração da Lupo já foram objeto de manifestação desta autoridade em sede de determinação preliminar e não serão considerados nesta Nota Técnica.

150. Por fim, as inconsistências previamente arguidas pela ABVTEX - (i) divergência entre a participação das meias-calças no estudo do IEMI que instruiu a petição (8,8% do total do mercado em 2014/2015) em relação a outro estudo do IEMI, no qual as meias-calças corresponderiam a 21,7% do total do mercado em 2015; e (ii) das inconsistências na identificação dos produtores nacionais à luz da diferença entre os dados de "empresas", critério utilizado pelo IEMI, e de "estabelecimentos", base dos dados da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS - não serão objetos de análise, uma vez que extrapolam o escopo desta Nota Técnica.

151. Pelo exposto, após análise minuciosa das explicações fornecidas pela peticionária e levando em conta as manifestações de todas as partes interessadas, reiteram-se as constatações da Nota Técnica nº 37 no sentido de que se observaram problemas nos procedimentos de coleta, tratamento, análise crítica e revisão de dados utilizados para a instrução da petição de início da investigação, por meio da aplicação de questionários junto às 35 empresas que compuseram a indústria doméstica fragmentada.

152. Esses problemas não foram refutados pela peticionária. De um lado, a ABIT buscou descrever procedimentos de pesquisa empregados pelo IEMI de forma aparentemente genérica, alguns dos quais não encontram respaldo nas informações metodológicas previamente prestadas a propósito do estudo que instruiu a petição de dumping. De outro, buscou demonstrar o impacto limitado dos erros identificados pela SDCOM na Nota Técnica nº 37 quando corrigidos. Conforme ressaltado, porém, o impacto foi mensurado unicamente para os pontos identificados em 4 das 5 empresas selecionadas, em um universo composto por 35 empresas. Não há como mensurar a magnitude e impacto dos erros no conjunto dos dados, tampouco é possível validar as afirmações da peticionária, uma vez que não há confiança de que inexista erros nos dados reportados pelas outras 30 empresas, considerando sobretudo que se observaram erros recorrentes em 4 das 5 empresas da seleção amostral para verificação, sendo estes a base para a conclusão de que houve falhas nos procedimentos de coleta, tratamento, análise crítica e revisão de dados utilizados para a instrução da petição de início da investigação.

153. Nesse sentido, reitera-se também que a falta de confiabilidade nos dados das 35 empresas resulta do somatório dos erros observados na pequena amostra de 5 questionários submetidos para verificação e não de uma única falha, ainda que alguns erros adquiram magnitude significativa se analisados individualmente. Dada a recorrência e a natureza dos erros, que decorrem de falhas procedimentais na condução do estudo, esta SDCOM não teria como apurar a magnitude dos erros em relação à indústria doméstica como um todo, pois isso significaria supor que o restante dos dados da indústria doméstica não submetidos ao procedimento de verificação estariam corretos.

154. Assim, conclui-se pela falta de acurácia e inadequação dos dados constantes da petição de início, de modo que não há, no caso em tela, confiabilidade suficiente para se alcançar uma determinação final de dano à indústria doméstica no âmbito do processo, nos termos do disposto no art. 180 do Decreto nº 8.058, de 2013, que estabelece que a autoridade investigadora levará em conta, quando da elaboração de sua determinação, as informações verificáveis que tenham sido apresentadas tempestivamente e de forma adequada e, portanto, passíveis de utilização na investigação.

6. DA RECOMENDAÇÃO

155. Por todo o exposto, recomenda-se o encerramento a investigação de prática de dumping nas exportações para o Brasil de meias, comumente classificadas nas posições 6115 (em todos os seus 24 subitens) e 6111 (em todos os seus quatro subitens) da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, originárias de China, Hong Kong e Paraguai, objeto do Processo SECEX nº 52272.004587/2020-81, iniciada por meio da Circular SECEX nG 53, de 14 de agosto de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 17 de agosto de 2020, sem análise de mérito, uma vez que se concluiu pela falta de acurácia e inadequação dos dados constantes da petição de início, não havendo confiabilidade suficiente para se alcançar uma determinação final de dano à indústria doméstica no âmbito do presente processo.

CIRCULAR Nº 55, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto nos arts. 59 a 63 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo SECEX 52272.004581/2020-12, bem como dos Processos SEI ME nºs 19972.101223/2020-86 (público) e 19972.101224/2020-21 (confidencial), referentes à investigação de prática de dumping, de dano à indústria doméstica e de relação causal entre esses, nas exportações para o Brasil de laminados de alumínio, comumente classificadas nos subitens 7606.11.90, 7606.12.90, 7606.91.00, 7606.92.00, 7607.11.90 e 7607.19.90 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da China; e

Considerando que foram verificados problemas técnicos no Sistema DECOM Digital (SDD) que impossibilitaram o acesso e a transmissão eletrônica de documentos, caracterizando indisponibilidade do referido sistema entre o dia 19 de agosto de 2021 e o dia 20 de agosto de 2021, tendo o acesso ao sistema normalizado em 23 de agosto de 2021. Por essa razão, os prazos encerrados nesse período foram automaticamente prorrogados para o primeiro dia útil seguinte à normalização do sistema, qual seja, 24 de agosto de 2021, em conformidade com o disposto no art. 12 da Portaria SECEX nº 30, de 7 de junho de 2018. Nesse sentido, o prazo regulamentar para a submissão dos elementos de prova, nos termos previstos pelo art. 59 do Decreto nº 8.058, de 2013, foi prorrogado para 24 de agosto de 2021. Consequentemente, os demais prazos previstos nos artigos 60 a 63 do mencionado Decreto nº 8.058, de 2013 também foram alterados. Assim, decide:

1. Tornar públicos os novos prazos que servirão de parâmetro para o restante da referida investigação.

Disposição legal - Decreto nº 8.058, de 2013	Prazos	Datas previstas
art.59	Encerramento da fase probatória da investigação	24/08/2021
art. 60	Encerramento da fase de manifestação sobre os dados e as informações constantes dos autos	13/09/2021
art. 61	Divulgação da nota técnica contendo os fatos essenciais que se encontram em análise e que serão considerados na determinação final	13/10/2021
art. 62	Encerramento do prazo para apresentação das manifestações finais pelas partes interessadas e Encerramento da fase de instrução do processo	03/11/2021
art. 63	Expedição, pela SDCOM, do parecer de determinação final	23/11/2021

LUCAS FERRAZ

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

PORTARIA Nº 981, DE 11 DE AGOSTO DE 2021(*)

Aprova o Regimento Interno do Comitê de Governança de Dados da Secretaria do Tesouro Nacional.

O SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 45 do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, o Regimento Interno da Secretaria do Tesouro Nacional (STN/ME), aprovado pela Portaria MF nº 285, de 14 de junho de 2018, e tendo em vista o disposto na Portaria STN nº 980, 11 de agosto de 2021, que instituiu o Comitê de Governança de Dados, resolve:

Art. 1º. Aprovar o Regimento Interno do Comitê de Governança de Dados - CGD da Secretaria do Tesouro Nacional, instituído pela Portaria STN nº 980, 11 de agosto de 2021, na forma do Anexo Único a esta Portaria.

Art. 2º. Ficam convalidados os atos praticados em pleno acordo com as disposições do Regimento Interno a partir de 04 de maio de 2021.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor em 01 de setembro de 2021.

JEFERSON BITTENCOURT

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO COMITÊ DE GOVERNANÇA DE DADOS - CGD DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1°. Este Regimento disciplina o funcionamento do Comitê de Governança de Dados - CGD da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, criado pela Portaria STN nº [nº da Portaria], [dia] de [mês] de 2021, nos termos das competências fixadas pela Portaria Nº 285, de 14 de junho de 2018, que aprovou o Regimento Interno da Secretaria do Tesouro Nacional.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS

Seção I

DO COORDENADOR

Art. 2º. O Coordenador do CGD tem as seguintes atribuições:

I - coordenar as atividades do Comitê, definindo a pauta dos trabalhos;

II - assegurar que os membros do Comitê recebam informações necessárias para a tomada de decisões;

III - convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias, abrir as reuniões e dirigir os trabalhos, observadas as disposições deste Regimento;

IV - verificar o quórum das reuniões;

V - aprovar a inclusão de assuntos extra pauta, quando revestidos de caráter de urgência, relevante interesse ou de natureza sigilosa;

VI - coordenar as discussões, encaminhar as deliberações, tomar o posicionamento dos membros do CGD e proclamar os resultados;

VII - autorizar o adiamento da deliberação de assuntos incluídos na pauta ou extra pauta;

VIII - convidar para participar das reuniões do Comitê, por iniciativa própria ou mediante solicitação de qualquer membro do CGD, outras pessoas para prestarem esclarecimentos sobre assuntos de sua competência ou especialização;

IX - definir os objetivos, composição, funcionamento e, quando for o caso, o prazo para conclusão de trabalhos, de grupos de trabalhos específicos, quando estes forem constituídos pelo Comitê;

X - deliberar ad referendum do colegiado, nos casos de urgência e de relevante interesse; e

XI - dar conhecimento ao COGES e unidades da STN alcançadas pelas deliberações do Comitê.

Parágrafo único. Nas ausências e impedimentos do Coordenador do CGD, assumirá o seu suplente, com as mesmas atribuições.

Seção II

DOS PARTICIPANTES

Art. 3º. São deveres dos participantes do CGD, neles incluídos os membros e os seus convidados:

I - observar os deveres legais inerentes às suas responsabilidades, pautar sua conduta por elevados padrões éticos e observar e estimular as boas práticas de governança e segurança dos dados no âmbito da STN;

II - guardar rigoroso sigilo sobre qualquer informação relevante tratada no âmbito do Comitê se, e enquanto, ela não for oficialmente divulgada;

III - estudar os assuntos abordados no Comitê e preparar-se para colaborar proficuamente nos debates;

IV - atuar de forma isenta ao tratar dos temas do Comitê;

V - prestar, tempestivamente, os subsídios técnicos disponíveis no âmbito de suas atribuições, necessários ao regular desenvolvimento das competências do Comitê;

VI - apresentar propostas ao CGD, observadas as disposições deste Regimento;

VII - submeter ao Comitê o exame da conveniência de não divulgação de matéria tratada nas reuniões;

VIII - posicionar-se em relação às deliberações da pauta.

CAPÍTULO III

DAS REUNIÕES

Art. 4º. O CGD terá reuniões ordinárias mensais, conforme calendário anual fixado pelo seu Coordenador.

Parágrafo único. A data, a hora e o local de cada reunião serão determinados pelo coordenador do Comitê.

Art. 5º. Cabe ao Coordenador do CGD, de ofício ou mediante provocação de qualquer membro do Comitê ou do COGES, convocar reuniões extraordinárias.

Art. 6º. As reuniões poderão ser realizadas por teleconferência ou videoconferência, conforme decisão do seu Coordenador.

§ 1° Nos casos referidos no caput, os membros do Comitê que estiveram ausentes deverão assinar a ata da reunião do Comitê em até 15 dias após a sua realização.

§ 2° Caso a assinatura não ocorra, a respectiva manifestação de voto será invalidada.

Art. 7º. As reuniões serão realizadas com a presença de maioria simples dos membros votantes do CGD, previstos na Portaria STN nº [nº da Portaria], [dia] de [mês]

Art. 8º. Quando não for obtida a composição de quórum, na forma do artigo anterior, será convocada nova reunião, a ser realizada no prazo de 30 (trinta) minutos, para a qual ficará dispensada a verificação de quórum.

Art. 9º. Os membros ausentes das reuniões devem tomar ciência das discussões realizadas e decisões tomadas.

CAPÍTULO IV

DA PAUTA E DA DOCUMENTAÇÃO DE SUPORTE

Art. 10. Não serão incluídas na pauta propostas em desacordo com as disposições deste Regimento ou que não tratem de assuntos pertinentes ao escopo do CGD.

Art. 11. Os membros do Comitê poderão solicitar informações e esclarecimentos, a qualquer responsável na STN, sobre assuntos afetos às competências do Comitê.

§ 1° O Coordenador do CGD deverá ser previamente informado do pedido a que se refere o caput desse artigo.

§ 2° As informações e os documentos obtidos deverão ser repassados ao Coordenador do Comitê com antecedência necessária ao cumprimento do prazo previsto para a realização da reunião do CGD, e levados ao conhecimento dos demais membros.

§ 3° As demandas direcionadas aos responsáveis da STN, e por eles respondidas, serão mantidas em repositório institucional para formação de banco de dados, bem como para consultas posteriores.

CAPÍTULO V

DAS DELIBERAÇÕES

Art. 12. As propostas submetidas à deliberação do Comitê deverão trazer fundamentação técnica prévia, por meio de notas técnicas, pareceres e propostas de voto, que subsidie as decisões.

Art. 13. As deliberações do Comitê serão tomadas por maioria simples de seus membros, devendo estar presentes, no mínimo, o Coordenador e metade dos membros formais, e registradas em atas.

§ 1° Os votos que orientam as decisões do CGD são privativos dos membros titulares, sendo que suplentes somente podem votar na ausência do respectivo membro titular.

§ 2° Fica facultado aos membros titulares ausentes a apresentação de posicionamento por escrito, não cabendo, nesse caso, manifestação do suplente.

§ 3° Cabe ao Coordenador do CGD definir pelo desempate nas matérias em deliberação.

§ 4° Somente aos integrantes é dado o direito de posicionar-se em relação às deliberações da pauta.

§ 5° Das decisões do CGD, caberá recurso ao COGES, sem efeito suspensivo.

Art. 14. Ao apreciar a proposta de voto, o CGD poderá decidir por aprovação plena, aprovação com ajustes ou rejeição.

Art. 15. Os resultados das deliberações serão comunicados pelo Coordenador a todos os membros do Comitê.

CAPÍTULO VI

DAS ATAS

Art. 16. Das reuniões do CGD serão lavradas atas que informarão o local e a data de sua realização, nomes dos integrantes presentes e demais participantes e convidados, resumo dos assuntos apresentados, debates ocorridos, resultados e justificativas das deliberações.

Art. 17. As atas serão inseridas em processo específico dentro do sistema SEI e receberão assinaturas digitais do Coordenador e dos demais integrantes do Comitê presentes à reunião.

Art. 18. As atas deverão ser devidamente divulgadas, resguardado o sigilo de informações que forem classificadas pelo Comitê como confidenciais.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. O Comitê de Gestão poderá constituir grupos de trabalho para tratar de temas específicos.

Art. 20. Os participantes de que trata o art. 3º deverão assinar Termo de Confidencialidade, bem como observar as disposições do Código de Ética e de Padrões de Conduta Profissional dos Servidores da Secretaria do Tesouro Nacional.

Art. 21. Este Regimento poderá ser alterado pelo Secretário do Tesouro Nacional mediante proposta aprovada por maioria simples dos votos dos membros do Comitê.

Art. 22. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Coordenador do Comitê, "ad referendum" dos membros componentes do CGD.

(*) Republicação da Portaria nº 981, de 11 de agosto de 2021, por ter constado incorreção, quanto ao original, no Diário Oficial da União de 27 de agosto de 2021, Seção 1, Pág. 52.

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CGE Nº 10, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Renova Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) na qualidade de distribuidor para operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM GOIÂNIA/GO, exercendo a atribuição contida no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 1817, de 20 de julho de 2018, e com fundamento em requerimento constante do processo administrativo nº 10140-720.496/2011-51, declara:

Art. 1º Renovado o Registro Especial de Controle de Papel Imune (Regpi) sob os nº DP-01401/00062, para o período de 3 (três) anos, ao estabelecimento SUZANO S.A. - CNPJ: 16.404.287/0288-31, com domicílio na Avenida Eduardo Elias Zahran, 900, Santa Dorotheia, Campo Grande, MS, CEP 79.004-000, para a atividade específica de DISTRIBUIDOR, relativa às operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

Art. 2º A pessoa jurídica fica obrigada a entregar a Declaração Especial de Informações Relativas ao Controle do Papel Imune (DIF - Papel Imune), de acordo com o disposto nos artigos 15 e 16 mencionada Instrução Normativa.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABIANA VITOI RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 208, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Habilitar a Pessoa Jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL (RN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina: o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; a Portaria SRRF04 nº 50, de 21 de maio de 2021, considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, nos Decretos nº 4.213, de 2002 e no Decreto nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 10469.723161/2020-83, formalizado em 19/06/2020, e seu Despacho Decisório nº 6.835/2021 - EBEN/SRRF/04, de 24/08/2021, declara:

Art. 1º - HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica CEARÁ-MIRIM AGROINDUSTRIAL S.A., CNPJ nº 20.809.373/0001-15, em razão da condição onerosa de Modernização Total de Empreendimento na área de atuação da SUDENE, na forma do artigo 3º do Decreto nº 4.213/2002 e conforme Laudo Constitutivo nº 0138/2019, emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da SUDENE, e de acordo com o que consta do mencionado processo administrativo nº 10469.723161/2020-83.

Art. 2º - Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente ao estabelecimento Matriz da Pessoa Jurídica CEARÁ-MIRIM AGROINDUSTRIAL S.A., CNPJ nº 20.809.373/0001-15, localizado na Fazenda Limoeiro, s/nº, Zona Rural de Maxaranguape, Município de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte - CEP 59570-000, que versa sobre a condição onerosa de Modernização Total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE do Ministério de Desenvolvimento Regional, cujos produtos das atividades incentivadas a serem contempladas são: 1 - Aguardente de Cana de Açúcar - Fabricação de Aguardente de Cana de Açúcar; 2 - Etanol - Fabricação de Etanol, conforme Laudo Constitutivo nº 0138/2019 e anexos I e II, enquadradas, pela SUDENE, respectivamente, nos setores prioritários de: o primeiro produto, Indústria de Transformação - Bebidas, na forma do art. 2º, inciso VI, alínea "i", do Decreto nº 4.213, de 26/04/2002, e o segundo produto, Indústria de Transformação - Químicos, na forma do art. 2º, inciso VI, alínea "e", do Decreto nº 4.213, de 26/04/2002, com o início de fruição em 01/01/2019 e término em 31/12/2028, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão.

Art. 3º - Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0138/2019, seus Anexos I e II, bem como na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA

PORTARIA FSA/BA Nº 134, DE 20 DE AGOSTO DE 2021

Suspende as atividades de atendimento presencial do Centro de Atendimento ao Contribuinte da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana - BA (CAC/FSA).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FEIRA DE SANTANA (BA), no uso das competências que lhe são conferidas pelos arts. 290, 299, 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 27 de julho de 2020, e considerando a necessidade de realização de serviços de manutenção elétrica em subestação, localizada nas dependências da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana, que ocasionará a interrupção do fornecimento de energia elétrica no Edifício-Sede e no Anexo, resolve:

Art. 1º Suspender as atividades de atendimento presencial aos contribuintes, no Centro de Atendimento ao Contribuinte da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana - BA (CAC/FSA), no dia 10/09/2021.

Art. 2º O atendimento às pessoas físicas e jurídicas poderá ser realizado por meio dos serviços disponibilizados no site da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet (www.gov.br/receitafederal), assim como através da caixa de email corporativa regional de atendimento denominada atendimentorfb.05@rfb.gov.br, ou por outro meio facultado pela RFB. No atendimento virtual disponibilizado pela RFB, destacam-se o Centro Virtual de Atendimento - e-CAC (https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/canais_atendimento/atendimento-virtual), o Fale Conosco RFB (http://receita.economia.gov.br/contato/fale-conosco) e o Chat RFB (https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/canais_atendimento/chat).

Art. 3º Os servidores e funcionários em exercício no CAC/FSA, na data especificada no art. 1º, serão deslocados para atuação em canais de atendimento não presenciais da RFB, bem como em serviços instituídos e administrados pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Feira de Santana ou, ainda, serão disponibilizados para comporem equipes regionais ou nacionais de atendimento ou de serviços realizados em retaguarda.

Art. 4º Prorrogar automaticamente os prazos das intimações a vencer na data referida no art. 1º para o primeiro dia útil subsequente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos em 10/09/2021.

SAMUEL PEREIRA DE ALMEIDA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 147, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

Declara a concessão de habilitação para a empresa exercer procedimentos simplificados para o despacho aduaneiro de exportação de petróleo bruto. Revoga o Ato Declaratório Executivo DRF/NIT Nº 15, de 20 de março de 2020.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI no uso da competência que lhe foi delegada pelo artigo 6º da Portaria nº 231 da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal (SRRF07), de 05 de abril de 2016 e no uso das atribuições que lhe conferem o inciso III, § 1º, do art. 299 e inciso III do art. 360 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27 de julho de 2020, em deferimento ao processo administrativo nº 13031.660901/0001-72 e tendo em vista o disposto nos artigos 2º e 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013, declara:

Art. 1º - Habilitada a empresa Petro Rio Sardinha Participações Não Operadas Ltda, situada à Praia de Botafogo 370, 13º andar, bairro Botafogo, Cidade do Rio de Janeiro (RJ), CEP 22.250-040 , inscrita no CNPJ sob nº 03.255.266/0001-73, a utilizar os Procedimentos Simplificados de Exportação de petróleo bruto, produzido em seus

estabelecimentos exportadores abaixo discriminados, conforme IN/RFB 1.381/2013, única e exclusivamente na modalidade de embarque prevista em seu artigo 7º, inciso I.

Estabelecimento: PETRO RIO SARDINHA PARTICIPAÇÕES NÃO OPERADAS LTDA

CNPJ: 03.255.266/0001-73 (matriz)

CNPJ: 03.255.266/0002-54 (filial)

Endereço: Praia de Botafogo 370, 13º andar/parte, Botafogo, Rio de Janeiro

Unidade Flutuante: FPSO FRADE

Área de Concessão: CAMPO DE FRADE

Localização Geográfica: Latitude: -21:53:03,196 e Longitude: -39:51:30,7

Art. 2º - Sem prejuízo da aplicação de penalidade específica, a habilitação para utilizar o referido procedimento simplificado tem caráter precário, podendo ser suspensa ou cancelada, consoante o disposto no artigo 4º, Parágrafo Único da IN RFB nº 1.381/2013.

Art. 3º - Os procedimentos simplificados para os embarques e despachos aduaneiros de exportação de petróleo deverão ser processados conforme o disposto nos artigos 5º a 9º da IN RFB nº 1.381/2013.

Art. 4º - Revogado o Ato Declaratório Executivo Nº 01, de 15 de março de 2020, publicado em deferimento ao processo administrativo Nº 13031.071778/2020-30.

Art. 5° - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO ROMANINI ALCHAAR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/NIT Nº 150, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Cancela adesão ao Programa Empresa Cidadã.

O DELEGADO DA DELEGACIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI, no uso da atribuição que lhe confere o art. 360 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 3º, § 4º da Instrução Normativa RFB nº 991, de 21 de janeiro de 2010, com a redação dada pela Instrução Normativa RFB nº 1.292, de 20 de setembro de 2012, e considerando o que consta do processo nº 13031.668643/2021-72, sobretudo o Despacho Decisório 1192/EBEN-DEVAT-07/DRF/NIT, de 26 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar a adesão ao Programa Empresa Cidadã, instituído pela Lei nº 11.770, de 9 de

setembro de 2008, da pessoa jurídica EMPRESA BRASILEIRA DE ENSINO PESQUISA E EXTENSÃO S A - MULTIVIX, CNPJ nº 01.936.248/0001-21, domiciliada na Rua José Alves, 135, Goiabeiras, Vitória/ES.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir de 19/08/2021.

RICARDO ROMANINI ALCHAAR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/JOI Nº 26, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOINVILLE/SC, no uso da atribuição que lhe são conferidas pelo artigo 190, pelo inciso II do § 1º do artigo 299, combinados com o inciso III do artigo 360 e artigo 364 inciso VI, todos do Anexo I do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 27 de julho de 2020, e tendo em vista o estabelecido nos artigos 1º a 3º e 49 a 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, e ainda, considerando o pedido formulado nos autos do processo 10920-724.613/2021-41, UK 21/21 SC, pela Empresa ASCENSUS TRADING & LOGISTICA LTDA., CNPJ nº 07.635.245/0001-34, portadora do Registo Especial de Importador Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09202/029, formulado nos autos do processo nº 10920.721615/2013-78, situada na Rua Dona Francisca, nº 6.750, Zona Industrial Norte, em Joinville/SC, CEP 89219-530, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 41.004 (quarenta e um mil e quatro) selos de controle, Código 9829-14 Tipo UISQUE, Cor AMARELA, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, nas especificações e quantidades abaixo identificadas, a saber:

Unidade	Caixa	Marca Comercial	Característica do Produto
41.004	3.417	Bulleit Bourbon	Uisque americano, em caixas de 12 garrafas, de 750ml, 40 GL, idade até 8 anos.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

HONORINO JOSÉ GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/CXL Nº 17, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Inscreve no Registro Especial e autoriza produção e engarrafamento dos produtos que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 360, III, do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU de 27 de julho de 2020, considerando o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, artigos 3º, e o que consta do processo n° 11020.002054/2010-78, declara:

Artº 1º. Está inscrito no Registro Especial sob o n° 10106/567, como PRODUTOR/ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas o estabelecimento da empresa SOCIEDADE DE BEBIDAS CALDART LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.234.836/0001-86.

Artº 2º. O estabelecimento supracitado está autorizado a produzir/engarrafar os produtos abaixo discriminados

Produto	Marca Comercial	Classificação Fiscal	Tipo do Recipiente	Capacidade do Recipiente ml
GRASPA	CALDART	2208.20.00	Vidro	500

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

NILSON SOMMAVILLA PRIMO

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.939, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Ajusta normas da Seção 2 (Beneficiários) do Capítulo 1 (Disposições Preliminares), da Tabela 2 da Seção 6 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) do Capítulo 7 (Encargos Financeiros e Limites de Crédito), e da Seção 7 (Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura - Programa ABC) do Capítulo 11 (Programas com Recursos do BNDES), do Manual de Crédito Rural (MCR).

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 26 de agosto de 2021, de acordo com os arts. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, e § 3º do art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, resolveu:

Art. 1º A Seção 2 (Beneficiários) do Capítulo 1 (Disposições Preliminares) do Manual de Crédito Rural (MCR) passa a vigorar com a seguinte alteração:

"4 - .....

.....

b) observar o limite de receita bruta de R$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) para efeito da aplicação do disposto nos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002." (NR)

Art. 2º A Tabela 2 (Limites de Crédito para os Financiamentos ao Amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf), da Seção 6 (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf) do Capítulo 7 (Encargos Financeiros e Limites de Crédito) do MCR passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Tabela 2 - Limites de Crédito para os Financiamentos ao Amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), respeitados os limites de endividamento de que trata o MCR 10-1-34		
Finalidade/Beneficiário	Valor	Condições Adicionais
Créditos para os Beneficiários do PNCF, do PNRA e do PCRF (MCR 10-3)		
1 - Crédito de Custeio: beneficiários enquadrados no Grupo "A/C"	R$9.000,00	a) o mesmo beneficiário pode tomar até 3 (três) créditos de custeio ao amparo desta linha.
2 - Crédito de Investimento: beneficiários enquadrados no Grupo "A" cujo projeto de financiamento não inclua a remuneração da assistência técnica	R$30.000,00	a) limite por beneficiário; b) esse limite pode ser dividido em até 3 (três) operações, de acordo com o projeto técnico, mediante comprovação da capacidade de pagamento e, em caso de mais de uma operação, da situação de normalidade e correta aplicação dos recursos da operação anterior;
3 - Crédito de Investimento: beneficiários enquadrados no Grupo "A" cujo projeto de financiamento inclua a remuneração da assistência técnica	R$31.500,00	c) o somatório dos créditos fica limitado ao limite máximo vigente à época da primeira operação; d) o beneficiário que contratou operação de investimento com base nos itens 2 ou 3 desta linha não poderá contratar o crédito previsto no item 4.
4 - Crédito de Investimento: beneficiários do PNRA com renda bruta familiar anual de até R$20 mil, conforme MCR 10-2-1-"f", e que não contratem trabalho assalariado permanente	R$4.000,00	a) limite por ano agrícola; b) o mesmo beneficiário pode contratar até 3 (três) financiamentos, condicionada a concessão do novo financiamento à prévia liquidação do anterior; c) o somatório dos financiamentos concedidos ao amparo desta linha, com direito a bônus de adimplência, não excederá R$12.000,00; d) os beneficiários que já atingiram o limite com direito a bônus de adimplência podem acessar novos créditos nas condições do Pronaf Microcrédito Produtivo Rural - Grupo "B" (MCR 10-13), exceto quanto ao bônus de adimplência, que nessa hipótese não será aplicado, e desde que atendidos os critérios de enquadramento daquela linha de crédito; e) o beneficiário que tenha contratado operações de investimento nas condições estabelecidas neste item somente poderá contratar o crédito previsto no item 2 ou 3 após a liquidação das operações contratadas na forma deste item.
Crédito de Custeio (MCR 10-4)		
1 - todos os beneficiários do Pronaf, exceto aqueles enquadrados nos grupos "A" e "A/C"	R$250.000,00	a) limite por ano agrícola; b) dentro do limite de financiamento previsto neste item, o mutuário pode contratar nova operação de custeio na mesma safra, desde que o crédito subsequente se destine a lavoura diferente da anteriormente financiada ou a operação de custeio pecuário;

		c) não são computados para fins de enquadramento neste limite: I - os financiamentos contratados na linha Pronaf Custeio de Agroindústrias Familiares (MCR 10-11); II - as despesas previstas no MCR 2-3-1; III - os financiamentos destinados ao custeio da cultura de fumo efetuadas fora do âmbito do Pronaf.
Crédito de Investimento - Pronaf Mais Alimentos (MCR 10-5)		
1 - construção ou reforma de moradia em imóvel rural de propriedade do mutuário ou de terceiro	R$60.000,00	a) limite por ano agrícola; b) quando a construção ou reforma ocorrer em imóvel de terceiro, o CPF de ambos devem constar como titular em DAP válida, observado que cada mutuário pode ter somente uma operação "em ser" para essa finalidade; que deve ser definida no projeto técnico a viabilidade econômica das atividades desenvolvidas na unidade produtiva do mutuário para pagamento do crédito; e que, no caso de o objeto do financiamento ser realizado em imóvel rural de terceiro, o proprietário deve avalizar a operação de crédito e concordar em ceder formalmente ao mutuário o local da construção ou a moradia a ser reformada, por prazo não inferior a 25 (vinte e cinco) anos.
2 - suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura (criação de crustáceos) e fruticultura	R$400.000,00	a) limite por ano agrícola; b) admite-se o financiamento de construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, máquinas, equipamentos, inclusive de irrigação, e implementos agropecuários e estruturas de armazenagem, de uso comum, na forma de crédito coletivo, desde que observado o limite individual por beneficiário participante e que a soma dos valores das operações individuais e da participação do beneficiário na operação coletiva não ultrapasse o limite de até R$400.000,00 para atividades de suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura e fruticultura por beneficiário e por ano agrícola, ou de até R$200.000,00 para os demais empreendimentos e finalidades.
3 - demais empreendimentos e finalidades	R$200.000,00	
Crédito de Investimento - Pronaf Agroindústria (MCR 10-6)		
1 - pessoa física	R$200.000,00	a) limite por ano agrícola, aplicável a uma ou mais operações; b) no caso de empreendimento familiar rural deve ser observado o limite individual de R$200.000,00 por condômino ou sócio, de acordo com o projeto técnico e o estudo de viabilidade econômico-financeira do empreendimento; c) no caso de cooperativa da agricultura familiar deve ser observado o limite de R$45.000,00 por associado relacionado na DAP emitida para a cooperativa, de acordo com o projeto técnico e o estudo de viabilidade econômico-financeira do empreendimento; d) o limite de crédito individual de R$45.000,00, relativo às operações com cooperativas, é independente dos limites para pessoa física ou jurídica ao amparo desta linha; e) outras condições: I - até 30% (trinta por cento) do valor do financiamento pode ser destinado para investimento na produção agropecuária objeto de beneficiamento, processamento ou comercialização; II - até 15% (quinze por cento) do valor do financiamento de cada unidade agroindustrial pode ser aplicado para a unidade central de apoio gerencial, no caso de projetos de agroindústrias em rede, ou, quando for o caso de agroindústrias isoladas, para pagamento de serviços como contabilidade, desenvolvimento de produtos, controle de qualidade, assistência técnica gerencial e financeira; III - admite-se que no plano ou projeto de investimento individual haja previsão de uso de parte dos recursos do financiamento para empreendimentos de uso coletivo.
2 - pessoa jurídica - empreendimento familiar rural: condomínio de produtores de leite	R$7.000.000,00	
3 - pessoa jurídica - empreendimento familiar rural: demais	R$400.000,00	
4 - pessoa jurídica - cooperativa da agricultura familiar	R$35.000.000,00	
Crédito de Investimento - Pronaf Floresta (MCR 10-7)		
1 - exclusivamente para projetos de sistemas agroflorestais, exceto para beneficiários enquadrados nos Grupos "A", "A/C" e "B"	R$60.000,00	a) a mesma unidade familiar de produção pode contratar até 2 (dois) financiamentos ao amparo do Pronaf Floresta; b) o segundo financiamento fica condicionado ao pagamento de pelo menos duas parcelas do financiamento anterior e à apresentação de laudo da assistência técnica que confirme a situação de regularidade do empreendimento financiado e capacidade de pagamento; c) nos financiamentos para beneficiários enquadrados nos Grupos "A", "A/C" e "B", aplica-se a faculdade prevista no MCR 10-1-23, quanto ao risco da operação.
2 - demais finalidades, exceto para beneficiários enquadrados nos Grupos "A", "A/C" e "B"	R$33.000,00	
3 - beneficiários enquadrados nos Grupos "A", "A/C" e "B": todas as finalidades	R$18.000,00	
Crédito de Investimento - Pronaf Semiárido (MCR 10 - 8)		
1 - todas as finalidades e beneficiários da Linha de Crédito	R$24.000,00	a) limite por beneficiário; b) no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do valor do crédito deve ser destinado à implantação, construção, ampliação, recuperação ou modernização da infraestrutura hídrica, devendo o valor restante do crédito ser destinado ao plantio, tratos culturais e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, em conformidade com o cronograma de liberação constante do projeto técnico ou da proposta simplificada; c) a mesma unidade familiar de produção pode manter "em ser" até 2 (dois) financiamentos nesta linha, sendo que a contratação do segundo fica condicionada ao pagamento de 1 (uma) parcela do financiamento anterior e à apresentação de laudo da assistência técnica que confirme a situação de regularidade do empreendimento financiado e capacidade de pagamento; d) pode ser aplicada a faculdade prevista no MCR 10-1-23, quanto ao risco da operação.
Crédito de Investimento - Pronaf Mulher (MCR 10-9)		
1 - beneficiárias enquadradas nos Grupos "A", "A/C" e "B"	R$3.000,00	a) para beneficiárias enquadradas nos Grupos "A", "A/C" e "B": I - limite por beneficiária, independentemente do número de operações; II - o somatório dos financiamentos com direito a bônus de adimplência concedidos a famílias de agricultoras não excederá R$9.000,00, ou R$18.000,00 quando aplicada a metodologia do PNMPO; III - alcançado esse limite, a concessão de novos créditos fica condicionada à prévia liquidação de financiamento anterior, exceto no caso de operações prorrogadas por autorização do Conselho Monetário Nacional (CMN); IV - as agricultoras que já atingiram o teto operacional com direito a bônus de adimplência, caso comprovem que continuam enquadradas nos Grupos "A", "A/C" e "B", mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)
2 - beneficiárias enquadradas nos Grupos "A", "A/C" e "B" cujos projetos de financiamento adotam a metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	R$6.000,00	
3 - demais beneficiárias: construção ou reforma de moradia	R$60.000,00	ao agente financeiro, ficam habilitadas a novos créditos nas mesmas condições da Seção Microcrédito Produtivo Rural - Grupo "B" (MCR 10-13), exceto quanto ao bônus de adimplência, que nessa hipótese não mais será aplicado; b) no financiamento para construção ou reforma de moradia deve ser respeitada a condição adicional da alínea "b" do item 1 do Pronaf Mais Alimentos (MCR 10-5) desta tabela;
4 - demais beneficiárias: suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura (criação de crustáceos) e fruticultura	R$400.000,00	c) no financiamento das finalidades previstas nos itens 4 e 5 pode ser aplicada a condição adicional da alínea "b" referente aos itens 2 e 3 do Pronaf Mais Alimentos (MCR 10-5) desta tabela; d) a mesma unidade familiar de produção pode manter "em ser" até 2 (dois) financiamentos ao amparo do Pronaf Mulher;
5 - demais beneficiárias: demais finalidades	R$200.000,00	e) a contratação do novo financiamento fica condicionada à quitação ou ao pagamento de pelo menos 3 (três) parcelas do financiamento anterior e à apresentação de laudo da assistência técnica que confirme a situação de regularidade do empreendimento financiado e capacidade de pagamento; f) limite por ano agrícola para as finalidades previstas nos itens 3, 4 e 5.
Crédito de Investimento - Pronaf Jovem (MCR 10-10)		
1 - jovem com idade entre 16 e 29 anos integrante de unidade familiar enquadrada no Pronaf	R$20.000,00	a) podem ser concedidos até 3 (três) financiamentos para cada beneficiário, sendo que a contratação do novo crédito fica condicionada à prévia liquidação do financiamento anterior; b) aplica-se a faculdade prevista no MCR 10-1-23, quanto ao risco da operação.
Crédito de Industrialização - Pronaf Industrialização de Agroindústria Familiar (MCR 10-11)		
1 - pessoa física - produtor rural	R$45.000,00	a) limites por ano agrícola, aplicáveis a uma ou mais operações; b) deve ser observado o limite de R$45.000,00 por sócio relacionado na DAP emitida para o empreendimento familiar rural ou para a cooperativa, de acordo com o projeto técnico e o estudo de viabilidade econômico-financeira do empreendimento; c) o financiamento à cooperativa central deve atender a, no mínimo, duas cooperativas singulares a ela filiadas, observado o limite de R$45.000,00 por associado relacionado na DAP emitida para a cooperativa, relativo aos produtos entregues pelas cooperativas singulares, bem como a sua armazenagem, conservação e venda, desde que os produtos não tenham sido objeto de financiamento concedido às mesmas cooperativas singulares ao amparo desta linha, respeitado o projeto técnico e o estudo de viabilidade econômico-financeira do empreendimento.
2 - pessoa jurídica - empreendimento familiar rural	R$210.000,00	
3 - pessoa jurídica - cooperativa singular da agricultura familiar	R$15.000.000,00	
4 - pessoa jurídica - cooperativa central da agricultura familiar	R$30.000.000,00	
Crédito para Integralização de Cotas-Partes - Pronaf Cotas-Partes (MCR 10-12)		
1 - produtor rural	R$40.000,00	a) o crédito pode ser concedido em uma ou mais operações; b) o somatório dos valores das operações de crédito contratadas pelo mesmo mutuário não pode ultrapassar os limites definidos para esta linha de crédito; c) no crédito para cooperativa deve ser observado, ainda, o limite de R$40.000,00 por associado participante de projeto financiado.
2 - cooperativa de produção agropecuária	R$40.000.000,00	
Crédito de Investimento - Pronaf Microcrédito Produtivo Rural - Grupo "B" (MCR 10-13)		

1 - beneficiários cujos projetos de financiamento adotam a metodologia do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)	R$6.000,00	a) limites por beneficiário, independentemente do número de operações; b) o somatório dos financiamentos com direito a bônus de adimplência concedidos a famílias de agricultores desse grupo não excederá R$9.000,00 ou, quando aplicada a metodologia do PNMPO, R$18.000,00; c) alcançado o limite por beneficiário, a concessão de novos créditos ao amparo desta linha de crédito fica condicionada à prévia liquidação de financiamento anterior, exceto no caso de operações prorrogadas por autorização do Conselho
2 - demais beneficiários	R$3.000,00	Monetário Nacional (CMN); d) os agricultores que já atingiram o teto operacional com direito a bônus de adimplência, caso comprovem que continuam enquadrados no Grupo "B", mediante apresentação da "Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP)" ao agente financeiro, ficam habilitados a novos créditos nesse grupo, nas mesmas condições desta linha de crédito, exceto quanto ao bônus de adimplência, que nessa hipótese não mais será aplicado.
Crédito de Investimento - Pronaf Agroecologia (MCR 10-14)		
1 - suinocultura, avicultura, aquicultura, carcinicultura (criação de crustáceos) e fruticultura	R$400.000,00	a) limite por ano agrícola.
2 - demais finalidades	R$200.000,00	
Crédito de Investimento - Pronaf Bioeconomia (MCR 10-16)		
1 - todas as finalidades	R$200.000,00	a) limite por ano agrícola.
Crédito de Investimento - Pronaf Produtivo Orientado (MCR 10-17)		
1 - produtores rurais familiares, cujo empreendimento esteja localizado nas regiões de atuação dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste (FNE), do Norte (FNO) e do Centro-Oeste (FCO)	Mínimo de R$18.000,00 e máximo de R$40.000,00	a) limites por operação e ano agrícola; b) a mesma unidade familiar de produção pode manter "em ser" até 2 (dois) financiamentos nesta linha de crédito, sendo que o segundo somente poderá ter financiada a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e fazer jus ao bônus de adimplência em valores proporcionais aos anos adicionais de assistência técnica financiada anteriormente e, ainda, mediante apresentação de laudo da assistência técnica que confirme a situação de regularidade do empreendimento financiado e capacidade de pagamento.

" (NR)

Art. 3º A Seção 7 (Programa para Redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura - Programa ABC) do Capítulo 11 (Programas com Recursos do BNDES) do MCR passa a vigorar com a seguinte alteração:

"1 - .....

.....

d) .....

.....

XIV - aquisição de máquinas, implementos e equipamentos, inclusive para a implantação de sistemas de irrigação, para a agricultura e pecuária, biodigestores, máquinas e equipamentos para a realização da compostagem e para produção e armazenamento de energia, limitados a 40% (quarenta por cento) do valor financiado, com exceção do item relacionado no MCR 11-7-1-"c"-VII, cujo limite de financiamento pode ser de até 100% (cem por cento) do valor do projeto a ser financiado;

....." (NR)

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor em 1º de setembro de 2021.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.940, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Consolida, em ato normativo único, as normas que dispõem sobre procedimentos de salvaguarda às instituições financeiras à vista do disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio 2000, procedimentos para exigir comprovação de cumprimento dos limites e condições para a contratação de operações de crédito, e procedimentos a serem observados para operações realizadas pelas instituições financeiras ao amparo dos §§ 1º, 2º e 3º do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000, em atendimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 26 de agosto de 2021, com base no art. 4º, incisos VI e VIII, da mencionada Lei, no art. 33 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e nos arts. 5º, 7º e 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, resolveu:

Art. 1º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil que operem com órgãos e entidades do setor público deverão, em observância ao art. 33 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, exigir comprovação do cumprimento dos limites e condições para a contratação de operações de crédito com os estados, o Distrito Federal e os municípios, incluindo seus fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes.

§ 1º Para fins do disposto no caput, as instituições autorizadas a operar com o setor público deverão, na forma estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, centralizar o recebimento de todos os documentos necessários à completa verificação dos limites e das condições definidos em lei e demais atos normativos, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

§ 2º Somente será emitida a proposta firme da operação de crédito se observados os seguintes requisitos:

I - a completa instrução documental do pleito na forma e abrangência regulamentadas pelo Ministério da Economia, de acordo com a competência conferida pela Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001, do Senado Federal; e

II - o enquadramento da operação pleiteada nos limites ou regras de contingenciamento do crédito ao setor público, conforme resoluções do Conselho Monetário Nacional.

§ 3º A instituição autorizada a operar com o setor público responsabilizar-se-á pelo encaminhamento, ao Ministério da Economia, do pedido de verificação de limites e condições para contratar a operação de crédito interno.

§ 4º A formalização dos instrumentos contratuais somente se efetivará após:

I - a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional, órgão integrante do Ministério da Economia, quanto à verificação dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito, na forma do art. 32 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II - a verificação de adimplência do interessado com as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como de inexistência de pendências de registro no Sistema de Registro de Operações com o Setor Público (Cadip), nos termos de Resolução do Conselho Monetário Nacional que define limite de exposição e limite global anual de crédito aos órgãos e entidades do setor público, e do art. 16 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal;

III - a verificação de adimplência nos termos do inciso VIII do art. 21 da Resolução nº 43, de 2001, do Senado Federal; e

IV - a entrega de parecer jurídico atualizado do contratante sobre o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis à operação de crédito.

Art. 2º A realização das operações de que tratam os §§ 1º, 2º e 3º do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000, não se sujeitam à verificação de adimplência com as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, nem à inexistência de pendências de registro no Cadip, nos termos de Resolução do Conselho Monetário Nacional que define limite de exposição e limite global anual de crédito aos órgãos e entidades do setor público, e aos procedimentos estabelecidos no art. 1º desta Resolução.

Parágrafo único. Caberá às instituições financeiras a verificação do enquadramento da operação na previsão constante da regulamentação prevista no caput deste artigo.

Art. 3º Para fins de realização de operações de crédito com a garantia da União de que tratam os §§ 1º, 2º e 3º do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 2000, as instituições autorizadas a operar com o setor público deverão centralizar o recebimento dos documentos necessários à verificação de limites e condições aplicáveis, responsabilizando-se pelo encaminhamento do pleito ao Ministério da Economia.

Parágrafo único. A formalização dos instrumentos contratuais das operações de crédito de que dispõe este artigo somente se efetivará após a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional, órgão integrante do Ministério da Economia, quanto à verificação dos limites e das condições aplicáveis às referidas operações.

Art. 4º Ficam revogadas:

I - a Resolução nº 3.751, de 30 de junho de 2009;

II - a Resolução nº 4.585, de 29 de junho de 2017; e

III - a Resolução nº 4.826, de 18 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor em 1º de outubro de 2021.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

RESOLUÇÃO CMN Nº 4.941, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Altera a Resolução nº 3.631, de 30 de outubro de 2008, que dispõe sobre a realização de contrato de swap de moedas entre o Banco Central do Brasil e o Federal Reserve Bank of New York.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 26 de agosto de 2021, com fundamento no art. 6º da Lei nº 11.908, de 3 de março de 2009, e no art. 4º, inciso V, da Lei nº 4.595, de 1964, resolveu:

Art. 1º A Resolução nº 3.631, de 30 de outubro de 2008, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2º O valor em aberto das operações decorrentes do contrato referido no art. 1º não ultrapassará o montante agregado de US$60 bilhões, admitindo-se a realização de operações até 31 de dezembro de 2021." (NR)

Art. 2º Fica revogada a Resolução CMN nº 4.892, de 26 de fevereiro de 2021.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS NETO
Presidente do Banco Central do Brasil

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO BCB Nº 133, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Altera a Resolução BCB nº 109, de 24 de junho de 2021, que dispõe sobre os cronogramas de implementação do Open Banking no País.

A Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil, em sessão extraordinária realizada em 27 de agosto de 2021, com base nos arts. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, 9º, inciso II, da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, 46, inciso I, e 51, incisos IX e X, da Resolução Conjunta nº 1, de 4 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º A Resolução BCB nº 109, de 24 de junho de 2021, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2º .....

.....

II - até 29 de outubro de 2021, para o compartilhamento do serviço de iniciação de transação de pagamento de Pix, de que tratam os arts. 5º, inciso II, alínea "a", da Resolução Conjunta nº 1, de 2020, e 6º, inciso IV, da Circular nº 4.015, de 4 de maio de 2020;

....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

OTÁVIO RIBEIRO DAMASO
Diretor de Regulação

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS
GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Nº 19.037 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autorização concedida a PEDRO SALEME MEIRELLES, CPF nº 358.617.458-62, para prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.038 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza GUILHERME DE OLIVEIRA TRINDADE, CPF nº 150.981.197-40, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 19.039 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza FERNANDA KARULINE CORREIA BATISTA, CPF nº 063.282.253-85, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA
Em Exercício

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA DIMEL Nº 197, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro; De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de volume de água, aprovado pela Portaria Inmetro nº 295/2018; e, Considerando os elementos constantes do processo Inmetro nº 0052600.015671/2019-28, resolve:

Aprovar a família AURIGA, de medidores de volume de água, tipo mecânico, classe de exatidão 2, marca DIEHL METERING, de acordo com as condições de aprovação especificadas disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

PORTARIA DIMEL Nº 199, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DE METROLOGIA LEGAL DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - (INMETRO), no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 8, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro; De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores de volume de água, aprovado pela Portaria Inmetro nº 295/2018; e, Considerando os elementos constantes do processo Inmetro n.º 0052600.011366/2020-09, resolve:

Aprovar a família de modelos VR, de medidores de volume de água, tipo mecânico, classe de exatidão 2, marca RENOVA, de acordo com as condições de aprovação especificadas disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

PERICELES JOSE VIEIRA VIANNA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS
DIRETORIA TÉCNICA 1

PORTARIA SUSEP/DIR1 Nº 43, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DA DIRETORIA TÉCNICA 1 DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência estabelecida no inciso XVIII, do art. 19, do Anexo I, da Resolução CNSP nº 374, de 28 de agosto de 2019; e tendo em vista o disposto no inciso III, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007; no artigo 18, do Anexo I, da Resolução CNSP nº 330, de 9 de dezembro de 2015, e o que consta do Processo Susep nº 15414.611276/2021-66, resolve:

Art. 1º Suspender o cadastro de ARCH REINSURANCE COMPANY, sociedade organizada e existente de acordo com as leis do Estado de Nebraska, Estados Unidos da América, cadastrada junto à Susep como ressegurador eventual, nos termos Portaria Susep n.º 4.538, de 4 de abril de 2012, com fulcro na alínea "e", do inciso II, do art. 40, do Anexo I, da Resolução CNSP nº 330, de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IGOR LINS DA ROCHA LOURENÇO

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 341, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.613880/2021-27, resolve:

Art.1º Aprovar o encerramento de dependência de BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 51.990.695/0001-37, com sede na cidade de Barueri - SP, conforme deliberado na reunião da diretoria realizada em 31 de maio de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 342, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.613620/2021-51, resolve:

Art.1º Aprovar o encerramento de dependências de ALLIANZ BRASIL SEGURADORA S.A., CNPJ nº 32.357.481/0001-83, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 343, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.611938/2021-06, resolve:

Art.1º Aprovar a eleição administrador de MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., CNPJ nº 61.074.175/0001-38, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 9 de junho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 344, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.610139/2021-12, resolve:

Art.1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelo acionista único de EULER HERMES SEGUROS S.A., CNPJ nº 04.573.811/0001-32, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de abril de 2021:

I - constituição do comitê de auditoria e eleição de seus membros; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA SUSEP/CGRAJ Nº 345, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pela Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.346, de 25 de abril de 2019, tendo em vista o disposto na alínea "a" do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o artigo 5º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, e o que consta do processo Susep nº 15414.608126/2021-75, resolve:

Art.1º Aprovar a eleição de administradores de SCOR BRASIL RESSEGUROS S.A., CNPJ nº 19.851.775/0001-07, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 31 de março de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA SUFRAMA Nº 714, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Autorizar o adicional de cota de importação de insumos de interesse da empresa COEL INDÚSTRIA DE SENSORES LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. art. 11, da Resolução n° 204, de 06 de agosto de 2019, aprovada pelo Conselho de Administração da SUFRAMA, e

CONSIDERANDO os termos do Parecer Técnico nº 149/2021-COAPI/CGAPI/SPR;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 52710.007334/2021-34;, resolve:

Art. 1º Autorizar o adicional de cota de importação de insumos no valor de US$ 67,000.00 (sessenta e sete mil dólares dos Estados Unidos da América) para o produto SONDA DE TEMPERATURA COM ELEMENTO TERMO SENSÍVEL (TERMISTOR) DO TIPO SEMICONDUTOR NTC (NEGATIVE TEMPERATURE COEFICIENT) PARA USO COM APARELHO CONTROLADOR OU INDICADOR, código Suframa nº 2228, aprovado pela Portaria nº 0494/2020, de 17/07/20, em nome da empresa COEL INDÚSTRIA DE SENSORES LTDA., com Inscrição SUFRAMA nº 20.0194.39-9 e CNPJ nº 34.167.842/0001-54.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTÔNIO POLSIN



Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 682, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre a redistribuição de cargo do Ministério da Educação - MEC para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e em observância ao disposto no Decreto nº 7.311, de 22 de setembro de 2010, e conforme consta do Processo nº 23294.006583/2021-62, resolve:

Art. 1º Redistribuir, de imediato, do Ministério da Educação - MEC para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco - IFPE, o cargo e código de vaga a ele referente, constante do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MILTON RIBEIRO

ANEXO

Do MEC para o IFPE

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26418 - IFPE				
CÓDIGO SIAPE	CARGO	CLASSE	QUANTIDADE	CÓDIGO DE VAGA
701073	Revisor de Textos	E	1	0306027
TOTAL REMANEJADO			1	

PORTARIA Nº 683, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Altera o Anexo da Portaria MEC nº 784, de 30 de setembro de 2020, que publica listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes no âmbito do Ministério da Educação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e o art. 4º, inciso V, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; tendo em vista a publicação do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e o disposto no art. 4º do Decreto nº 7.233, de 19 de julho de 2010, publicado no Diário Oficial da União - DOU em 20 de julho de 2010, resolve:

Art. 1º Retificar a listagem dos atos normativos inferiores a decreto vigentes no âmbito da Secretaria de Educação Superior - SESu e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec do Ministério da Educação - MEC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 31 de agosto de 2021.

MILTON RIBEIRO

ANEXO

Área: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica - Setec

Portaria MEC nº 1.005, de 10 de setembro de 1997 - Implementa o Programa de Reforma da Educação Profissional - Proep.

Portaria Setec nº 1, de 21 de novembro de 1997 - Aprova o Regulamento Operativo, o Manual de Organização, o Manual de Aquisição do Programa e os Manuais de Planejamento Estratégico Escolar, de Planejamento Estratégico dos Sistemas Estaduais de Educação.

Portaria MEC nº 376, de 2 de fevereiro de 2005 - Incumbe ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE a responsabilidade pela gestão do Programa de Reforma da Educação Profissional - Proep, autorizado pela Resolução do Senado Federal nº 112, de 18 de novembro de 1997, bem como os acordos de cooperação técnica a ele vinculados.

Portaria MEC nº 1.024, de 11 de maio de 2006 - Trata das disposições gerais sobre o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Portaria MEC nº 10, de 28 de julho de 2006 - Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.

Portaria MEC nº 12, de 4 de agosto de 2006 - Dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art. 71, §1º e 2º, do Decreto 5.773, de 2006.

Portaria Normativa MEC nº 25, de 31 de maio de 2007 - Institui o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público -Profuncionário, e dá outras providências.

Portaria MEC nº 539, de 31 de maio de 2007 - Institui o Conselho Político do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - Profuncionário, e dá outras providências.

Portaria MEC nº 870, de 16 de julho de 2008 - Aprova Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos - CNCT.

Portaria MEC nº 1.199, de 25 de setembro de 2008 - Altera dispositivos da Portaria MEC nº 539, de 31 de maio de 2007.

Portaria Normativa MEC nº 13, de 25 de setembro de 2008 - Altera dispositivos da Portaria Normativa MEC nº 25, de 31 de maio de 2007.

Portaria MEC nº 451, de 9 de abril de 2010 - Subdelega competência aos Reitores das Universidades Federais, aos Reitores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ao Reitor da Universidade Tecnológica Federal do Paraná e aos Diretores Gerais dos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais -CEFET-MG para praticar para julgar processos administrativos disciplinares e aplicar penalidades a servidores pertencente a seu quadro de pessoal.

Portaria MEC nº 1.015, de 21 de julho de 2011 - Institui o Programa Nacional Mulheres Mil que visa à formação profissional e tecnológica articulada com elevação de escolaridade de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

Portaria MEC nº 1.547, de 24 de outubro de 2011 - Altera dispositivos da Portaria Normativa MEC nº 25, de 31 de maio de 2007.

Portaria MEC nº 1.568, de 3 de novembro de 2011 - Aprova o Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, disponibilizado no sítio eletrônico oficial do Ministério da Educação.

Portaria Normativa nº 2, de janeiro de 2012 - Institui o Projeto Escola Nacional de Formação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

Portaria nº 4, de 23 de janeiro de 2012 - Institui o Comitê Nacional e o Comitê Executivo Nacional do Programa Nacional Mulheres Mil.

Portaria MEC nº 984, de 27 de julho de 2012 - Dispõe sobre a integração dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ao Sistema Federal de Ensino, no que tange aos cursos técnicos de nível médio.

Portaria MEC nº 1.232, de 5 de outubro de 2012 - Aprova a segunda edição do Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC.

Portaria Normativa MEC nº 18, de 11 de outubro de 2012 - Dispõe sobre a implementação das reservas de vagas em instituições federais de ensino de que tratam a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, e o Decreto no 7.824, de 11 de outubro de 2012.

Portaria MEC nº 160, de 5 de março de 2013 - Dispõe sobre a habilitação das instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio e sobre a adesão das respectivas mantenedoras ao Pronatec, e dá outras providências.

Portaria MEC nº 161, de 6 de março de 2013 - Dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil, na modalidade de educação profissional e tecnológica.

Portaria Setec nº 20, de 27 de junho de 2013 - Aprova a Tabela de Mapeamento de cursos técnicos para oferta na forma subsequente pela Bolsa-Formação Estudante, no âmbito do Pronatec.

Portaria nº 544, de 20 de junho de 2013 - Estabelece as diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção dos servidores pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, de que trata o capítulo III, da Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2013.

Portaria MEC nº 568, de 28 de junho de 2013 - Altera a Portaria MEC nº 160, de 5 de março de 2013, que dispõe sobre habilitação e adesão das instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio ao Pronatec.

Portaria MEC nº 671, de 31 de julho de 2013 - Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica - Sisutec, para acesso a vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente.

Portaria MEC nº 899, de 20 de setembro de 2013 - Aprova a terceira edição do Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC.

Portaria MEC nº 907, de 20 de setembro de 2013 - Estabelece as diretrizes e normas gerais para o funcionamento das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais.

Portaria Interministerial MTE/MEC nº 17, de 17 de dezembro de 2013 - Dispõe sobre procedimentos operacionais referentes ao processo de encaminhamento dos requerentes do Seguro-Desemprego aos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional concedidos.

Portaria Setec/MEC nº 45, de 23 de dezembro de 2013 - Institui o Comitê Nacional de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica - Conpep.

Portaria MEC nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013 - Estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão.

Portaria SETEC nº 1, de 29 de janeiro de 2014 - Altera a Portaria Setec nº 20, de 27 de junho de 2013, que aprova a Tabela de Mapeamento de cursos técnicos para oferta no âmbito do Pronatec.

Portaria MEC nº 197, de 7 de março de 2014 - Dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições de Educação Básica, de Educação Superior e de Educação Profissional e Tecnológica ofertantes de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional articulados à educação básica responderem anualmente o Censo Escolar da Educação Básica.

Portaria Interministerial MEC e MD nº 1, de 14 de março de 2014 - Dispõe sobre equivalência dos cursos de educação profissional técnica de nível médio desenvolvidos no âmbito das Forças Armadas, incluídos no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.

Portaria MEC nº 701, de 13 de agosto de 2014 - Altera a Portaria MEC nº 160, de 5 de março de 2013, que dispõe sobre a habilitação das instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio e sobre a adesão das respectivas mantenedoras ao Pronatec.

Portaria nº 58, de 21 de novembro de 2014 - Regulamenta a concessão de bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Portaria MEC nº 31, de 15 de setembro de 2015 - Dispõe sobre a atualização da Marca IF dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Portaria MEC nº 817, de 13 de agosto de 2015 - Dispõe sobre a oferta da Bolsa-Formação no âmbito do Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências.

Portaria MEC nº 1.152, de 22 de dezembro de 2015 - Dispõe sobre a Rede e-Tec Brasil e sobre a oferta de cursos a distância por meio da Bolsa-Formação, no âmbito do Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências.

Portaria Setec nº 37, de 29 de outubro de 2015 - Dispõe sobre o funcionamento dos Polos de Inovação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Portaria MEC nº 92, de 16 de fevereiro de 2016 - Estabelece a forma de divulgação do cronograma para realização dos processos de consulta à comunidade escolar para os cargos de Reitor e Diretor-Geral de Campus no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Portaria MEC nº 246, de 15 de abril de 2016 - Dispõe sobre a criação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II, e define normas e parâmetros para a sua implementação.

Portaria MEC nº 393, de 10 de maio de 2016 - Altera Portaria MEC no 1.291, de 30 de dezembro de 2013, que estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e define parâmetros e normas para a sua expansão.

Portaria MEC nº 400, de 10 de maio de 2016 - Dispõe sobre as normas para funcionamento do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - Sistec.

Portaria MEC nº 413, de 11 de maio de 2016 - Aprova, em extrato, o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

Portaria nº 14, de 11 de maio de 2016 - Designa membros titulares e suplentes e aprova regimento interno do Comitê Nacional de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica - Conpep

Portaria nº 15, de 11 de maio de 2016 - Institui o Plano de Formação Continuada dos Servidores da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Plafor, e outras providências.

Portaria MEC nº 1.460, de 15 de dezembro de 2016 - Dispõe sobre alteração da Portaria MEC nº 817, de 13 de agosto de 2015, e dá outras providências.

Portaria Setec nº 1, de 3 de janeiro de 2018 - Institui a Plataforma Nilo Peçanha - PNP, a Rede de Coleta, Validação e Disseminação das Estatísticas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Revalide.

Portaria Setec nº 1.162, de 9 de novembro de 2018 - Regulamenta o conceito de Aluno-Equivalente e de Relação Aluno por Professor, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Portaria MEC nº 1.163, de 9 de novembro de 2018 - Altera a Portaria MEC nº 817, de 13 de agosto de 2015.

Portaria nº 51, de 21 de novembro de 2018 - Define conceitos e estabelece fatores para uso na Plataforma Nilo Peçanha - PNP e para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Portaria Setec nº 8, de 28 de maio de 2019 - Institui e regulamenta a Comissão Permanente de Acompanhamento das Ações de Permanência e o Êxito dos Estudantes de Rede Federal - CPPE e dá outras providências.

Portaria nº 1.717, de 8 de outubro de 2019 - Dispõe sobre a prerrogativa de a Setec emitir códigos autenticadores dos diplomas de cursos técnicos ofertados por Instituições Privadas de Ensino Superior - Ipes.

Portaria MEC nº 1.718, de 8 de outubro de 2019 - Dispõe sobre a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio por Instituições Privadas de Ensino Superior - Ipes.

Portaria nº 1.719, de 8 de outubro de 2019 - Dispõe sobre a reabertura do processo de atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT.

Portaria nº 2.123, de 10 de dezembro de 2019 - Altera a Portaria nº 451, de 9 de abril de 2010.

Portaria Setec nº 62, de 24 janeiro de 2020 - Dispõe sobre os procedimentos associados à oferta de cursos técnicos de nível médio por Instituições privadas de ensino superior - Ipes de que trata a Portaria MEC nº 1.718, de 2019.

Portaria nº 207, de 6 de fevereiro 2020 - Institui o Conselho Permanente para o Reconhecimento de Saberes e Competências - CPRSC da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Portaria MEC nº 573, de 3 de julho de 2020 - Institui e regulamenta o Comitê Técnico para o Acompanhamento da Política de Educação a Distância da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e dá outras providências.

Portaria MEC nº 606, de 31 de julho de 2020 - Designa representantes, titulares e suplentes, do Conselho Permanente para o Reconhecimento de Saberes e Competências da Carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Portaria MEC nº 617, de 5 de agosto de 2020 - Dispõe sobre as aulas nos cursos de educação profissional técnica de nível médio nas instituições do sistema federal de ensino, enquanto durar a situação da pandemia do novo coronavírus - Covid-19.

Portaria Setec nº 487, de 31 de agosto de 2020 - Dispõe sobre aprovação tácita para os atos públicos de liberação de responsabilidade da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Portaria nº 938, de 18 de novembro de 2020 - Estabelece diretrizes complementares à Portaria nº 554, de 20 de junho de 2013, para a regulamentação das atividades docentes, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Portaria MEC nº 1.096, de 30 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre o retorno às aulas presenciais, sobre a antecipação de conclusão de cursos e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas dos cursos da educação profissional técnica de nível médio, das instituições do sistema federal de ensino, enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - Covid-19.

Portaria nº 146, de 25 de março de 2021 - Define conceitos e estabelece fatores para uso na Plataforma Nilo Peçanha - PNP e para cálculo dos indicadores de gestão das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Área: Secretaria de Educação Superior - SESu.

Portaria Normativa MEC nº 8, de 2 de julho de 2015 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao segundo semestre de 2015 e dá outras providências

Portaria Normativa MEC nº 13, de 11 de dezembro de 2015 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao primeiro semestre de 2016.

Portaria Normativa MEC nº 9, de 29 de abril de 2016 - Dispões sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao segundo semestre de 2016 e dá outras providências.

Portaria Normativa MEC nº 17, de 12 de agosto de 2016 - Dispõe sobre a ocupação de vagas remanescentes do processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao segundo semestre de 2016.

Portaria Normativa MEC nº 25, de 21 de dezembro de 2016 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao primeiro semestre de 2017 e dá outras providências.

Portaria Normativa MEC nº 6, de 8 de março de 2017 - Dispões sobre a ocupação de vagas remanescentes do processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao primeiro semestre de 2017.

Portaria Normativa MEC nº 12, de 6 de julho de 2017 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao segundo semestre de 2017 e dá outras providências.

Portaria Normativa MEC nº 16, de 1º de setembro de 2017 - Dispõe sobre a ocupação de vagas remanescentes do processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao segundo semestre de 2017.

Portaria MEC nº 533, de 12 de junho de 2020 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao segundo semestre de 2020.

Portaria MEC nº 534, de 12 de junho de 2020 - Dispõe sobre o Programa de Financiamento Estudantil - P-Fies, a partir do segundo semestre de 2020.

Portaria MEC nº 535, de 12 de junho de 2020 - Altera a Portaria MEC nº 209, de 7 de março de 2018, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil - Fies a partir do primeiro semestre de 2018, e dá outras providências.

Portaria MEC 756, de 15 de setembro de 2020 - Dispõe sobre a ocupação de vagas remanescentes dos processos seletivos do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies no segundo semestre de 2020.

Portaria MEC nº 1.009, de 27 de novembro de 2020 - Dispõe sobre o processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao primeiro semestre de 2021.

Portaria Normativa MEC nº 8, de 26 de abril de 2013 - Dispõe sobre procedimentos de supervisão dos bolsistas do Programa Universidade para Todos - Prouni.

Portaria MEC nº 330, de 5 de abril de 2018 - Dispõe sobre a emissão de diplomas em formato digital nas instituições de ensino superior pertencentes ao sistema federal de ensino.

Portaria MEC nº 1.095, de 25 de outubro de 2018 - Dispõe sobre a expedição e o registro de diplomas de cursos superiores de graduação no âmbito do sistema federal de ensino.

Portaria MEC nº 544, de 11 de março de 2019 - Dispõe sobre a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

Instrução Normativa SESu nº 1, de 15 de dezembro de 2020 - Dispõe sobre a regulamentação técnica para a emissão e o registro de diploma de graduação, por meio digital, pelas Instituições de Ensino Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

Portaria Normativa MEC nº 26, de 5 de dezembro de 2012 - Dispõe sobre os procedimentos para oferta de bolsas e seleção de bolsistas de que trata o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - Proies, instituído pela Lei nº 12.688, de 18 de julho de 2012, e dá outras providências.

Portaria nº 27, de 14 de julho de 2015 - Dispõe sobre a adesão de instituições de ensino e programas de residência ao Projeto Mais Médicos para o Brasil enquanto das instituições supervisoras.

Portaria Normativa MEC nº 28, de 14 de julho de 2015 - Dispõe sobre a criação e organização do Grupo Especial de Supervisão para áreas de difícil cobertura de supervisão, no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, e dá outras providências.

Portaria nº 44, de 8 junho de 2018 - Fica instituído Grupo de Trabalho, no âmbito da Secretaria de Educação Superior, com o objetivo de aperfeiçoar o Módulo de Acolhimento e Avaliação do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Portaria nº 23, de 23 de agosto de 2019 - Alterar Portaria SESu/MEC nº 17, de 15 de maio de 2019, e revogar Portaria SESu/MEC nº 18, de 16 maio de 2019, que institui Grupo de Trabalho com a finalidade de promover estudos e propor medidas visando ao aperfeiçoamento do processo de revalidação dos diplomas de graduação em Medicina.

Portaria nº 428, de 19 de outubro de 2020 - Nomeia os membros da CAMEM.

Portaria MEC nº 383 de 9 de abril de 2020 - Dispõe sobre a antecipação da colação de grau para os alunos dos cursos de Medicina, Enfermagem, Farmácia e Fisioterapia, como ação de combate à pandemia do novo coronavírus - Covid-19.

Portaria Conjunta SESu/SEFAC nº 29, de 5 de maio de 2016 - Institui o Comitê Organizador do curso on-line de Português para Estrangeiros, que objetiva organizar e desenvolver o curso on-line de Português para Estrangeiros a ser ofertado no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras da Secretaria de Educação Superior - SESu do MEC.

Portaria Normativa nº 22, de 13 de dezembro de 2016 - Dispõe sobre normas e procedimentos gerais de tramitação de processos de solicitação de revalidação de diplomas de graduação estrangeiros e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

Portaria MEC nº 30, de 26 de janeiro de 2016 - Amplia o Programa IsF.

Portaria nº 33, de 7 de junho de 2016 - Designa membros do Núcleo Gestor do Programa IsF.

Portaria Normativa nº 47, de 19 de setembro de 2017 - Institui as regras de acesso ao curso My English Online - MEO.

Portaria Normativa nº 49, de 29 de setembro de 2017 - Altera o art. 3º da Portaria Normativa MEC nº 47, de 19 de setembro de 2007, que institui as regras de acesso ao curso My English Online - MEO.

Portaria Interministerial nº 5, de 28 de setembro de 2017 - Cria o Programa Instituição Amiga do Empreendedor e dá outras providências.

Portaria nº 54, de 20 de julho de 2018 - Altera o art. 3º da Portaria Normativa MEC nº 47, de 19 de setembro de 2017, que institui as regras de acesso ao curso My English Online - MEO.

Portaria nº 319, de 27 de julho de 2020 - Constitui Comissão de Seleção para contratação de consultoria especializada na modalidade produto, conforme previsto no Decreto nº 5151, de 22 de julho de 2004, e Portaria MRE nº 8, de 4 de janeiro de 2017, no âmbito do Edital nº 039/2020 Projeto OEI/BRA/14/001 - Projeto OEI/BRA/14/001 - Desenvolvimento de Metodologias Institucionais destinadas à Consolidação da Educação Superior como Fator de Desenvolvimento Sustentável do Brasil.

Portaria SESu nº 510, de 21 de agosto de 2006 - Constitui Comissão Técnica do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G.

Portaria nº 558, de 29 de dezembro de 2020 - Altera a Portaria SESu nº 510, de 21 de agosto de 2006.

Portaria nº 920, de 4 de novembro de 2020 -Dispõe sobre o remanejamento de cargos e códigos de vagas de docentes da carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; e a redistribuição de cargos e códigos de vagas de docentes da carreira de Magistério Superior, para recomposição de bancos de professor equivalente.

Portaria nº 880, de 22 de outubro de 2020 - Dispõe sobre o remanejamento de Funções Comissionadas de Curso e Funções Gratificadas, entre a Universidade Federal do Ceará e a Universidade Federal do Cariri.

Portaria conjunta nº 85, de 3 de julho de 2020 - Designa representantes titulares e suplentes no Ministério da Educação para fins de atuação nos processos de análise do credenciamento e autorização de fundações de apoio.

Portaria nº 433, de 22 de outubro de 2020 - Institui o Comitê de Orientação Estratégica - COE para a Elaboração de Iniciativas de Promoção à Expansão da Educação Superior por meio digital em Universidades Federais, no âmbito da Secretaria de Educação Superior, e dá outras providências

Portaria nº 572, de 1º de julho de 2020 - Institui o Protocolo de Biossegurança para Retorno das Atividades nas Instituições Federais de Ensino e dá outras providências.

Portaria nº 434, de 22 de outubro de 2020 - Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de subsidiar a discussão, a elaboração e a apresentação de estratégias para a ampliação da oferta dos cursos de nível superior, na modalidade de educação a distância - EaD, nas universidades federais.

Portaria nº 356, de 20 de março de 2020 - Dispõe sobre a atuação dos alunos dos cursos da área de saúde no combate à pandemia do Covid-19 (coronavírus).

PORTARIA Nº 684, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Publica a listagem de atos normativos inferiores a decreto revisados e revoga atos normativos do Ministério da Educação.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 7º, III, 8º e 14 do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, e na Portaria MEC nº 357, de 20 de março, alterada pela Portaria MEC nº 767, de 21 de setembro de 2020, resolve:

Art. 1º Publicar, em cumprimento ao art. 7º, inciso III, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, a listagem de atos normativos inferiores a decreto revisados no âmbito do Ministério da Educação - MEC, nos termos do Anexo I.

Art. 2º Revogar os atos normativos indicados no Anexo II, em atendimento ao disposto no art. 8º do referido Decreto.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 31 de agosto de 2021.

MILTON RIBEIRO

ANEXO I

Portaria MEC nº 161, de 6 de março de 2013	Dispõe sobre o Fundo de Financiamento Estudantil, na modalidade de educação profissional e tecnológica.
Portaria MEC nº 671, de 31 de julho de 2013	Dispõe sobre o Sistema de Seleção Unificada da Educação Profissional e Tecnológica - Sisutec, para acesso a vagas gratuitas em cursos técnicos na forma subsequente.
Portaria Interministerial MTE/MEC nº 17, de 17 de dezembro de 2013	Dispõe sobre procedimentos operacionais referentes ao processo de encaminhamento dos requerentes do Seguro-Desemprego aos cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional concedidos no âmbito do Pronatec.
Portaria nº 1.152, de 22 de dezembro de 2015	Dispõe sobre a Rede e-Tec Brasil e sobre a oferta de cursos a distância por meio da Bolsa-Formação, no âmbito do Pronatec, de que trata a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, e dá outras providências

ANEXO II

Portaria nº 86, de 25 de setembro de 2019	Delega competência a dirigentes da Secretaria de Educação Superior para a prática dos atos que menciona.
Portaria MEC nº 105, de 24 de maio de 2012	Institui o Grupo de Trabalho Inglês sem Fronteiras
Portaria MEC nº 1.466, de 18 de dezembro de 2012	Institui o Programa Inglês sem Fronteiras
Portaria nº 60, de 2 de dezembro de 2014	Designa membros do Núcleo Gestor do Programa IsF.
Portaria nº 22, de 19 de maio de 2015	Designa membros do Núcleo Gestor do Programa IsF
Portaria nº 23, de 29 de maio de 2015	Designa membros do Núcleo Gestor do Programa IsF
Portaria nº 30, de 21 de julho de 2015	Designa membros do Núcleo Gestor do Programa IsF
Portaria nº 56, de 8 de setembro de 2015	Designa membros do Núcleo Gestor do Programa IsF.
Portaria nº 58, de 30 de setembro de 2015	Designa membros do Núcleo Gestor do Programa IsF.
Portaria nº 76, de 25 de novembro de 2015	Cria o Comitê Técnico para o acompanhamento das ações do Programa Idiomas sem Fronteiras - Alemão (IsF-Alemão) e designa seus membros
Portaria MEC nº 30, de 26 de janeiro de 2016	Amplia o Programa IsF.

Portaria nº 34, de 9 de junho de 2016	Altera o art. 2º da Portaria nº 76, de 25 de novembro de 2015, que cria o Comitê Técnico para o acompanhamento das ações do Programa Idiomas sem Fronteiras - Alemão (IsF-Alemão) e designa seus membros
Portaria Normativa nº 47, de 19 de setembro de 2017	Institui as regras de acesso ao curso My English Online - MEO
Portaria Normativa nº 49, de 29 de setembro de 2017	Altera o art. 3º da Portaria Normativa MEC nº 47, de 19 de setembro de 2007, que institui as regras de acesso ao curso My English Online - MEO.
Portaria Normativa nº 54, de 20 de julho de 2018	Altera o art. 3º da Portaria Normativa MEC nº 47, de 19 de setembro de 2017, que institui as regras de acesso ao curso My English Online - MEO.
Portaria nº 33, de 7 de junho de 2016	Designa membros do Núcleo Gestor do Programa IsF
Portaria Normativa nº 13, de 05 de maio de 2016	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados no âmbito do Sistema de Gestão do Programa Idiomas sem Fronteiras - IsFGestão e dá outras providências
Portaria Conjunta SESu/Setec nº 77, de 17 de novembro de 2017	Designa os membros do Comitê Julgador para avaliação das propostas de credenciamento das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - RFEPCT, para atuação como Núcleo de Línguas - NucLi-IsF no âmbito do Programa Idiomas sem Fronteiras - IsF.
Portaria nº 508, de 21 de agosto de 2006	Constitui Comissão de Seleção do Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior - Promisaes, com o objetivo de proceder à seleção dos estudantes inscritos, bem como assessorar a Secretaria de Educação Superior - SESu nas questões relacionadas à seleção.
Portaria Interministerial nº 208, de 5 de junho de 2014	Autoriza a contratação de 91 (noventa e um) professores nos termos do inciso XI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no âmbito do Ministério da Educação, para atender a demanda do Projeto Mais Médicos para o Brasil, instituído pela Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, que visa ao aperfeiçoamento de médicos na área de atenção básica em saúde em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde - SUS, mediante integração ensino-serviço.
Portaria nº 44, de 8 junho de 2018	Institui Grupo de Trabalho, no âmbito da Secretaria de Educação Superior, com o objetivo de aperfeiçoar o Módulo de Acolhimento e Avaliação do Projeto Mais Médicos para o Brasil.
Portaria nº 23, de 23 de agosto de 2019	Altera a Portaria SESu/MEC nº 17, de 15 de maio de 2019, e revoga a Portaria SESu/MEC nº 18, de 16 maio de 2019, que institui Grupo de Trabalho com a finalidade de promover estudos e propor medidas visando ao aperfeiçoamento do processo de revalidação dos diplomas de graduação em Medicina.
Portaria Interministerial MEC/MinC nº 18, de 18 de dezembro de 2013	Institui o Programa Mais Cultura nas Universidades e o Fórum Nacional de Formação e Inovação em Arte e Cultura
Portaria MEC nº 1.005, de 10 de setembro de 1997	Implementa o Programa de Reforma da Educação Profissional - Proep.
Portaria Setec nº 1, de 21 de novembro de 1997	Aprova o Regulamento Operativo, o Manual de Organização, o Manual de Aquisição do Programa e os Manuais de Planejamento Estratégico Escolar, de Planejamento Estratégico dos Sistemas Estaduais de Educação Profissional e de Planejamento Estratégico para a Reforma e Expansão do Ensino Médio, no âmbito do Programa de Reforma da Educação Profissional - Proep.
Portaria MEC nº 1.024, de 11 de maio de 2006	Dispõe sobre o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.
Portaria MEC nº 10, de 28 de julho de 2006	Aprova em extrato o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia.
Portaria Normativa MEC nº 12, de 14 de agosto de 2006	Dispõe sobre a adequação da denominação dos cursos superiores de tecnologia ao Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia, nos termos do art. 71, § 1º e 2º, do Decreto 5.773, de 2006.
Portaria Normativa MEC nº 25, de 31 de maio de 2007	Institui o Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - Profuncionário, e dá outras providências.
Portaria MEC nº 539, de 31 de maio de 2007	Institui o Conselho Político do Programa de Formação Inicial em Serviço dos Profissionais da Educação Básica dos Sistemas de Ensino Público - Profuncionário, e dá outras providências.
Portaria MEC nº 870, de 16 de julho de 2008	Aprova Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos - CNCT.
Portaria Normativa MEC nº 13, de 25 de setembro de 2008	Altera dispositivos da Portaria Normativa MEC nº 25, de 31 de maio de 2007.
Portaria MEC nº 1.199, de 25 de setembro de 2008	Altera dispositivos da Portaria MEC nº 539, de 31 de maio de 2007.
Portaria MEC nº 1.547, de 24 de outubro de 2011	Altera dispositivos da Portaria Normativa MEC nº 25, de 31 de maio de 2007.
Portaria MEC nº 1.568, de 3 de novembro de 2011	Aprova o Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação, disponibilizado no sítio eletrônico oficial do Ministério da Educação
Portaria Normativa nº 2, de janeiro de 2012	Institui o Projeto Escola Nacional de Formação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com o objetivo de desenvolver uma política de formação de quadros dirigentes e gestores para a Rede Federal em face das demandas oriundas do processo de expansão da Rede federal de modo a qualificar seus servidores.
Portaria MEC nº 1.232, de 5 de outubro de 2012	Aprova a segunda edição do Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC.
Portaria Setec/MEC nº 20, de 27 de junho de 201	Aprova a Tabela de Mapeamento de cursos técnicos para oferta no âmbito do Pronatec.
Portaria MEC nº 899, de 20 de setembro de 2013	Aprova a terceira edição do Guia Pronatec de Cursos de Formação Inicial e Continuada - FIC.
Portaria Setec/MEC nº 45, de 23 de dezembro de 2013	Institui o Comitê Nacional de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica - Conpep.
Portaria Setec/MEC nº 1, de 29 de janeiro de 2014	Altera a Portaria SETEC/MEC nº 20, de 27de junho de 2013.
Portaria Interministerial MEC e MD nº 01, de 14 de março de 2014	Dispõe sobre equivalência dos cursos de educação profissional técnica de nível médio desenvolvidos no âmbito das Forças Armadas, incluídos no Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos.
Portaria nº 14, de 11 de maio de 2016	Designa membros titulares e suplentes e aprova regimento interno do Comitê Nacional de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica - Conpep.
Portaria Setec nº 17, de 19 de maio de 2017	Institui o Grupo de Trabalho - GT para proposição de diretrizes, mecanismos e procedimentos do processo de institucionalização do Programa Nacional Mulheres Mil, no âmbito da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
Portaria Setec nº 35, de 01 de setembro de 2017	Prorroga o prazo para a apresentação dos resultados do Grupo de Trabalho estabelecido no art. 6 da Portaria nº 17, de 19 de maio de 2017.
Portaria nº 1.719, de 8 de outubro de 2019	Dispõe sobre a reabertura do processo de atualização do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos - CNCT.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

SÚMULA DE PARECERES
REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 2, 3, 4 E 5 DO MÊS DE AGOSTO DE 2021

CONSELHO PLENO

e-MEC: 201800931 Parecer: CNE/CP 7/2021 Relatora: Maria Helena Guimarães de Castro Interessado: IEPSE - Instituto de Ensino e Pesquisa em Saúde e Educação - Brasília/DF Assunto: Recurso contra a decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 101, de 24 de fevereiro de 2021, que tratou do credenciamento do Instituto de Ensino e Pesquisa em Saúde e Educação (IEPSE), com sede em Brasília, no Distrito Federal, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto da Relatora: Nos termos do artigo 33 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação (CNE), conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 101/2021, e manifesto-me desfavorável ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, do Instituto de Ensino e Pesquisa em Saúde e Educação (IEPSE), com sede no SHIS QI 5, Chácaras 80 a 85, Lago Sul, em Brasília, no Distrito Federal Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201906160 Parecer: CNE/CP 8/2021 Relator: Aristides Cimadon Interessado: Saint Germain Educacional Ltda. - Rio de Janeiro/RJ Assunto: Recurso contra a decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 206, de 13 de abril de 2021, que tratou do credenciamento do Instituto Saint Germain (ISG), com sede no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do artigo 33 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação (CNE), conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 206/2021, e manifesto-me desfavorável ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, do Instituto Saint Germain (ISG), com sede na Avenida Marechal Rondon, nº 2.538, bairro Engenho Novo, no município do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000291/2021-64 e-MEC: 201703314 Parecer: CNE/CP 9/2021 Relator: Wiliam Ferreira da Cunha Interessada: Associação de Ensino Alpha Channel - São Paulo/SP Assunto: Recurso contra a decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 106, de 24 de fevereiro de 2021, que tratou do credenciamento da Faculdade de Tecnologia Alpha Channel (FATAC), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do Relator: Nos termos do artigo 33 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Educação, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da decisão exarada no Parecer CNE/CES nº 106/2021, e manifesto-me desfavorável ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade de Tecnologia Alpha Channel - (FATAC), com sede na Rua Vergueiro, nº 3.028, bairro Vila Mariana, no município de São Paulo, no estado de São Paulo Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por unanimidade.

Processos nºs: 23001.000018/2006-09, 23001.000133/2007-56 e 23000.040581/2018-55 Parecer: CNE/CP 10/2021 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno - Brasília/DF Assunto: Alteração do prazo previsto no artigo 27 da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação) Voto do Relator: Voto favoravelmente à alteração do artigo 27 da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), expandindo o prazo limite de 2 (dois) para 3 (três) anos para a implantação das referidas diretrizes, conforme o Projeto de Resolução anexo a este Parecer Decisão do Conselho Pleno: APROVADO por unanimidade.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

e-MEC: 201925896 Parecer: CNE/CES 391/2021 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessado: Colégio Mater Dei Ltda. - Pato Branco/PR Assunto: Credenciamento do Centro Universitário Mater Dei, por transformação da Faculdade Mater Dei (FMD), com sede no município de Pato Branco, no estado do Paraná Voto da Relatora: Nos termos da Resolução CNE/CES nº 1/2010, alterada pela Resolução CNE/CES nº 2/2017, voto favoravelmente ao credenciamento do Centro Universitário Mater Dei, por transformação da Faculdade Mater Dei (FMD), com sede na Rua Mato Grosso, nº 200, Centro, no município de Pato Branco, no estado do Paraná, observando-se tanto o prazo de 5 (cinco) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201101414 Parecer: CNE/CES 392/2021 Relator: José Barroso Filho Interessada: Assupero Ensino Superior Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Recredenciamento da Faculdade do Estado do Maranhão (FACEM), com sede no município de São Luís, no estado do Maranhão Voto do Relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade do Estado do Maranhão (FACEM), com sede na Alameda D, nº 5, Loteamento Quitandinha, bairro Alto do Calhau, no município de São Luís, no estado do Maranhão, observando-se tanto o prazo de 1 (um) ano, conforme dispõe o § 5º, artigo 25, da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

e-MEC: 20077135 Parecer: CNE/CES 393/2021 Relator: José Barroso Filho Interessada: Organização Pernambucana de Educação Ciência e Cultura - Carpina/PE Assunto: Recredenciamento da Faculdade Luso-Brasileira (FALUB), com sede no município de Carpina, no estado de Pernambuco Voto do Relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Luso-Brasileira (FALUB), com sede na Avenida Congresso Eucarístico Internacional, nº 1, bairro Santa Cruz, no município de Carpina, no estado de Pernambuco, observando-se tanto o prazo de 1 (um) ano, conforme dispõe o § 5º, artigo 25, da Portaria Normativa MEC nº 23, de 21 de dezembro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.002647/2021-12 Parecer: CNE/CES 395/2021 Relator: Aristides Cimadon Interessada: SOEPE - Sociedade de Educação de Petrolina Ltda. - EPP - Petrolina/PE Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade Metropolitana de Petrolina (FAM), com sede no município de Petrolina, no estado de Pernambuco Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Metropolitana de Petrolina (FAM), com sede na Rua Matias de Albuquerque, nº 123, bairro Gercino Coelho, no município de Petrolina, no estado de Pernambuco, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que o Centro Universitário Paraíso ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos

necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade Metropolitana de Petrolina (FAM) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.021010/2020-36 Parecer: CNE/CES 396/2021 Relator: José Barroso Filho Interessada: Fundação Presidente Antônio Carlos - Belo Horizonte/MG Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Elói Mendes, com sede no município de Elói Mendes, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Elói Mendes, com sede na Rua Bráz Biagini, nº 101, Centro, no município de Elói Mendes, no estado de Minas Gerais, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que a Fundação Presidente Antônio Carlos ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Elói Mendes Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.025274/2020-69 Parecer: CNE/CES 397/2021 Relator: José Barroso Filho Interessada: APESU Ensino Superior de Pernambuco Ltda. - Jaboatão dos Guararapes/PE Assunto: Descredenciamento voluntário do Instituto de Ensino Superior de Piedade (IESP), com sede no município de Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, do Instituto de Ensino Superior de Piedade (IESP), com sede na Rua José Braz Moscow, nº 252, bairro Piedade, no município de Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que o Instituto Pernambucano de Ensino Superior (IPESU) ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmicos do Instituto de Ensino Superior de Piedade (IESP) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.029621/2020-22 Parecer: CNE/CES 398/2021 Relator: José Barroso Filho Interessada: Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. - Joinville/SC Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade UNA de Nova Serrana (UNA), com sede no município de Nova Serrana, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade UNA de Nova Serrana (UNA), com sede na BR 262, Km 448, s/n, Anexo ao Distrito Industrial José Silva de Almeida, no município de Nova Serrana, no estado de Minas Gerais, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que o Centro Universitário UNA de Bom Despacho (UNA) ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade UNA de Nova Serrana (UNA) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.008265/2021-94 Parecer: CNE/CES 399/2021 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: Instituto Educacional Santo Agostinho S.A. - Montes Claros/MG Assunto: Descredenciamento voluntário do Instituto Santo Agostinho de Ensino Superior (ISA), com sede no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, do Instituto Santo Agostinho de Ensino Superior (ISA), com sede na Avenida Raja Gabaglia, nº 3.950, bairro Estoril, no município de Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que a Faculdade Santo Agostinho de Itabuna (FASAI) ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico do Instituto Santo Agostinho de Ensino Superior (ISA) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.008263/2021-03 Parecer: CNE/CES 400/2021 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessado: Instituto Educacional Santo Agostinho S.A. - Montes Claros/MG Assunto: Descredenciamento voluntário do Instituto de Educação Superior Santo Agostinho (IESA), com sede no município de Itabuna, no estado da Bahia Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, do Instituto de Educação Superior Santo Agostinho (IESA), com sede na Avenida José Soares Pinheiro, nº 3.276, bairro Lomanto Júnior, no município de Itabuna, no estado da Bahia, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que a Faculdade Santo Agostinho de Itabuna (FASAI) ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico do Instituto de Educação Superior Santo Agostinho (IESA) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.002126/2021-57 Parecer: CNE/CES 401/2021 Relator: Sergio de Almeida Bruni Interessada: Sociedade Educacional de Ciências e Tecnologia SC-ME - Curitiba/PR Assunto: Descredenciamento voluntário da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Paraná (FACET), com sede no município de Curitiba, no estado do Paraná Voto do Relator: Voto pelo descredenciamento, a pedido, da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Paraná (FACET), com sede na Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 470, Centro, no município de Curitiba, no estado do Paraná, para fins de aditamento do ato autorizativo originário, nos termos do artigo 58 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, publicado em 18 de dezembro de 2017. Neste mesmo ato, determino que a Sociedade Educacional de Ciências e Tecnologia SC-ME ficará responsável pela expedição de quaisquer documentos necessários a comprovar ou resguardar os registros acadêmicos, e providenciará o recolhimento dos arquivos e acervo acadêmico da Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas do Paraná (FACET) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000865/2020-13 Parecer: CNE/CES 402/2021 Relator: Sergio de Almeida Bruni Interessada: Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda. - Cacoal/RO Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 304, de 8 outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 9 de outubro de 2020, indeferiu o pedido de aumento de vagas para o curso superior de Medicina, ofertado pela Faculdade de Educação e Cultura de Vilhena (FAEV), com sede no município de Vilhena, no estado de Rondônia Voto do Pedido de Vista: Ante o exposto, nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 304, de 8 outubro de 2020, para autorizar o aumento de 50 (cinquenta) para 98 (noventa e oito) vagas totais anuais no curso superior de Medicina, ofertado pela Faculdade de Educação e Cultura de Vilhena (FAEV), com sede na Rua Cleber Mafra de Souza, nº 8.735, bairro Residencial Orleans, no município de Vilhena, no estado de Rondônia. A implementação das 48 (quarenta e oito) novas vagas fica condicionada à concessão de bolsa integral a, pelo menos, 5 (cinco) dessas vagas, observando-se o disposto no artigo 1º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, o Plano de Oferta de Bolsas para Alunos (requisito do exame da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento de Escolas Médicas), e o disposto nos artigos 23 e 24 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, atendendo-se assim à função social e ao interesse público, tal qual invocados pela Recorrente em suas razões recursais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.026371/2019-35 Parecer: CNE/CES 406/2021 Relator: Marco Antonio Marques da Silva Interessada: Fundação Educacional do Bico do Papagaio - Araguatins/TO Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 311, de 29 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 31 de março de 2021, instaurou procedimento sancionador e aplicou medidas cautelares em face da Faculdade Aberta do Tocantins (FAT), com sede no município de Araguatins, no estado do Tocantins Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 311/2021, que instaurou procedimento sancionador e aplicou medidas cautelares em desfavor da Faculdade Aberta do Tocantins (FAT), com sede na Rua B, Quadra 1, Lote 16, s/n, bairro Nova Araguatins, no município de Araguatins, no estado do Tocantins Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23709.000223/2019-13 Parecer: CNE/CES 408/2021 Relator: Maurício Eliseu Costa Romão Interessada: Assupero Ensino Superior Ltda. - São Paulo/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 435, de 4 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 5 de maio de 2021, aplicou medida cautelar de extinção temporária do polo de Educação a Distância (EaD), com sede no município de Resplendor, no estado de Minas Gerais, em face da Universidade Paulista (UNIP), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos da Portaria SERES nº 435/2021, que aplicou medida cautelar de extinção temporária do polo de Educação a Distância (EaD), com sede no município de Resplendor, no estado de Minas Gerais, em desfavor da Universidade Paulista (UNIP), com sede na Avenida Torres de Oliveira, nº 330, bairro Jaguaré, no município de São Paulo, no estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

Processo: 23000.027390/2020-12 Parecer: CNE/CES 409/2021 Relator: Robson Maia Lins Interessada: Bbello Educação Ltda. - ME - São Paulo/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio do Despacho nº 12, de 4 fevereiro de 2021, publicado no Diário Oficial da União (DOU), em 5 de fevereiro de 2021, determinou a aplicação de penalidades em face da Faculdade Praia Grande (FPG), com sede no município de Praia Grande, no estado de São Paulo Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho SERES nº 12/2021, que determinou a aplicação de penalidades em desfavor da Faculdade Praia Grande (FPG), com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 4.000, bairro Aviação, no município de Praia Grande, no estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201703389 Parecer: CNE/CES 410/2021 Relator: Sergio de Almeida Bruni Interessado: INESP - Instituto Nacional de Ensino, Sociedade e Pesquisa - Vitória de Santo Antão/PE Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 690, de 7 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 9 de julho de 2021, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Hotelaria, tecnológico, pleiteado pela Faculdade Novo Horizonte de Ipojuca (FNH), com sede no município de Ipojuca, no estado de Pernambuco Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 690, de 7 de julho de 2021, para autorizar o funcionamento do curso superior de Hotelaria, tecnológico, a ser oferecido pela Faculdade Novo Horizonte de Ipojuca (FNH), com sede na Avenida Francisco Alves de Souza, nº 500, Centro, no município de Ipojuca, no estado de Pernambuco, com 160 (cento e sessenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201819602 Parecer: CNE/CES 411/2021 Relator: Sergio de Almeida Bruni Interessado: Centro Educacional e Desportivo Elo Ltda. - ME - Recife/PE Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 537, de 2 de junho de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 7 de junho de 2021, indeferiu o pedido de autorização para funcionamento do curso superior de Educação Física, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Elo (FAELO), com sede no município do Recife, no estado de Pernambuco Voto do Relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VI, do Decreto nº 9.235/2017, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), expressa na Portaria nº 537, de 2 de junho de 2021, para autorizar o funcionamento do curso superior de Educação Física, bacharelado, a ser ofertado pela Faculdade Elo (FAELO), com sede na Rua José Paraíso, nº 189, bairro Boa Viagem, no município do Recife, no estado de Pernambuco, com 160 (cento e sessenta) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por maioria.

Processo: 23001.000395/2021-79 Parecer: CNE/CES 412/2021 Relator: Sergio de Almeida Bruni Interessada: Presline Blum da Silva - Nova Mutum/MT Assunto: Recurso contra a decisão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), que indeferiram o pedido de reconhecimento do diploma de Mestrado em Ciências Empresariais, obtido na Universidade Fernando Pessoa, na cidade de Porto, Portugal Voto do Relator: Considerando o presente Parecer, não conheço do recurso interposto por Presline Blum da Silva, contra a decisão da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), que indeferiram o pedido de reconhecimento do diploma de Mestrado em Ciências Empresariais, obtido na Universidade Fernando Pessoa, na cidade de Porto, Portugal. Recomendo à interessada, no entanto, que ingresse, de acordo com a legislação vigente, com novo pedido de reconhecimento de diploma em outra Universidade que possua programa na mesma área de conhecimento, em nível equivalente ou superior, do curso realizado Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000378/2021-31 Parecer: CNE/CES 414/2021 Relator: José Barroso Filho Interessada: Marília Gomes de Lira - Valparaíso de Goiás/GO Assunto: Convalidação de estudos realizados no curso superior de História, licenciatura, concluído na Faculdade JK - Unidade I - Gama, com sede em Brasília, no Distrito Federal Voto do Relator: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Marília Gomes de Lira, no curso superior de História, no período de 2012 a 2014, ministrado pela Faculdade JK - Unidade I - Gama, com sede em Brasília, no Distrito Federal, conferindo validade ao seu diploma de licenciatura em História Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000420/2021-14 Parecer: CNE/CES 415/2021 Relator: José Barroso Filho Interessada: Patricia Tayara Ferreira da Silva - Salvador/BA Assunto: Convalidação de estudos realizados no curso superior de Medicina Veterinária, bacharelado, concluído no Centro Universitário UNIFAS, com sede no município de Lauro de Freitas, no estado da Bahia Voto do Relator: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Patricia Tayara Ferreira da Silva, no curso superior de Medicina Veterinária, no período de 2014 a 2020, ministrado pelo Centro Universitário UNIFAS, com sede no município de Lauro de Freitas, no estado da Bahia, conferindo validade ao seu diploma de bacharelado em Medicina Veterinária Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000304/2021-03 Parecer: CNE/CES 416/2021 Relator: José Barroso Filho Interessada: Viviana Oliveira de Souza - São Paulo/SP Assunto: Convalidação de estudos realizados no curso superior de Pedagogia, licenciatura, concluído na Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Viviana Oliveira de Souza, no curso superior de Pedagogia, realizado no período de 2017 a 2019, ministrado pela Universidade Cidade de São Paulo (UNICID), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, conferindo validade ao seu diploma de licenciatura em Pedagogia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000162/2021-76 Parecer: CNE/CES 417/2021 Relator: José Barroso Filho Interessado: Bruno Ianov - São Paulo/SP Assunto: Convalidação de estudos realizados no curso superior de Direito, bacharelado, ministrado pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto do Relator: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Bruno Ianov, no curso superior de Direito, realizado no período de 2012 a 2019, ministrado pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, conferindo validade a todas as disciplinas cursadas Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000398/2021-11 Parecer: CNE/CES 418/2021 Relatora: Marilia Ancona Lopez Interessado: Douglas Antunes - Boituva/SP Assunto: Convalidação de estudos realizados no curso superior de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, tecnológico, na modalidade a distância, concluído no polo de Boituva, no estado de São Paulo, ministrado pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto da Relatora: Voto favoravelmente à convalidação dos estudos realizados por Douglas Antunes, no curso superior de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, tecnológico, na modalidade a distância, no período de 2017 a 2019, ministrado no polo de Boituva, no estado de São Paulo, pela Universidade

Cruzeiro do Sul (UNICSUL), com sede no município de São Paulo, no estado de São Paulo, conferindo validade ao seu diploma de tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 4º, da Portaria Normativa MEC nº 21/2017. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília-DF, 27 de agosto de 2021.
VINICIUS CAMPOS SILVA
Secretário-Executivo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA/SEI Nº 1.011, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

A Pró-Reitora de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições e de suas competências, resolve:

Art. 1º HOMOLOGAR e tornar público o resultado do processo seletivo simplificado para contratação temporária de Professor Substituto, conforme abaixo discriminado:

1 - Edital nº 13/2021 - GRST/CAMP/PROGEPE - Seleção de Professor Substituto

1.1 - FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS - CAMPUS JUIZ DE FORA

1.1.1 - Seleção 73: Departamento de Finanças e Controladoria - Processo nº 23071.919975/2021-70 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	JULIO CESAR MENDES	92,50

1.1.2 - Seleção 74: Departamento de Finanças e Controladoria - Processo nº 23071.919976/2021-43 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	GERALDO AFONSO GONÇALVES JUNIOR	81,35

1.2 - FACULDADE DE EDUCAÇÃO - CAMPUS JUIZ DE FORA

1.2.1 - Seleção 76: Departamento de Educação - Processo nº 23071.918879/2021-77 - Nº Vagas: 02 (duas)

Classificação	Nome	Nota
1º	CÁSSIO LOPES DA CRUZ NOVO	86,00
2º	MATEUS FERREIRA SANTOS	85,00
3º	LUIZ MIGUEL PEREIRA	81,00
4º	MARINA FURTADO TERRA	78,00

1.3 - FACULDADE DE LETRAS - CAMPUS JUIZ DE FORA

1.3.1 - Seleção 79: Departamento de Letras - Processo nº 23071.920752/2021-43 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	FERNANDO ADÃO DE SÁ FREITAS	88,00
2º	ADIR DE OLIVEIRA FONSECA JUNIOR	85,00
3º	ALFREDO MANOEL DE REZENDE SILVA	77,00

1.4 - FACULDADE DE MEDICINA - CAMPUS JUIZ DE FORA

1.4.1 - Seleção 80: Departamento Materno Infantil - Processo nº 23071.919743/2021-29 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	CRISTINA MARA NUNES DE PAULA COELHO	98,15
2º	PRISCILA FERREIRA PINTO FILIPPO	89,35
3º	ANA LUIZA DE SOUZA ALEXANDRE	83,00

1.5 - FACULDADE DE ODONTOLOGIA - CAMPUS JUIZ DE FORA

1.5.1 - Seleção 81: Departamento de Odontologia Social e Infantil - Processo nº 23071.918644/2021-20 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	CAMILA FARIA CARRADA	92,00

1.6 - INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA VIDA - CAMPUS GOVERNADOR VALADARES

1.6.1 - Seleção 83: Departamento de Ciências Básicas da Vida - Processo nº 23071.919258/2021-29 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	EDENIL COSTA AGUILAR	96,00
2º	JULIANA BROVINI LEITE	93,15
3º	THALISSON ARTUR RIBEIRO GOMIDES	92,35
4º	GABRIEL ADELMAN CIPOLLA	88,85
5º	NATHÁLIA DE SOUSA PEREIRA	82,50

1.6.2 - Seleção 84: Departamento de Odontologia - Processo nº 23071.919146/2021-46 - Nº Vagas: 01 (uma)

NÃO HOUVE CANDIDATOS APROVADOS

1.6.3 - Seleção 85: Departamento de Odontologia - Processo nº 23071.919139/2021-41 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	MARCO VINICIO SIQUEIRA JR	75,50

1.7 - COLÉGIO DE APLICAÇÃO JOÃO XXIII

1.7.1 - Seleção 86: Departamento de Ciências Humanas - Processo nº 23071.919664/2021-28 - Nº Vagas: 01 (uma)

Classificação	Nome	Nota
1º	HÉRIKA TEIXEIRA DE SOUZA	96,00
2º	LUIZ MIGUEL PEREIRA	94,00
3º	THIAGO ALVES DE OLIVEIRA	93,00
4º	WENDERSON ALMEIDA DE SOUZA	88,00
5º	RAQUEL FERNANDES REZENDE	86,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATA MERCÊS OLIVEIRA DE FARIA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DE PESSOAS
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 572/DDP, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo nº 23080.034019/2020-64 resolve:

Tornar sem efeito a Portaria n° 564/2021/DDP, de 18 de agosto de 2021, publicada no DOU nº 158, de 20 de agosto de 2021.

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

PORTARIA Nº 582/DDP, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.027183/2021-04 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Engenharia de Controle, Automação e Computação - CAC/CTE do Campus Blumenau, instituído pelo Edital nº 67/2021/DDP, de 05 de agosto de 2021, publicado no Diário Oficial da União nº 148, Seção 3, de 06/08/2021.

Campo de conhecimento: Automação Eletrônica de Processos Elétricos e Industriais.

Regime de Trabalho: 40 (quarenta) horas semanais.

N° de Vagas: 01 (uma)

Classificação	Candidato	Média final
1º	Guilherme Brasil Pintarelli	10
2º	Petrus Emmanuel Oliveira Gomes Brant Abreu	9,57

ELIETE WARQUEN BAHIA COSTA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO CD Nº 38, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

Revoga a Resolução Conselho Diretor nº 9, de 29 de março de 2012.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, inciso VIII, do Estatuto deste Conselho, e de acordo com decisão tomada em reunião plenária realizada em 25 de agosto de 2021 referente ao processo nº 23107.000903/2021-31, resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução Conselho Diretor nº 9, de 29 de março de 2012, que já não produz efeitos legais na Universidade Federal do Acre, para dar cumprimento às determinações do Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARGARIDA DE AQUINO CUNHA

COLÉGIO ELEITORAL ESPECIAL

RESOLUÇÃO CEE Nº 7, DE 23 DE JULHO DE 2021

Homologa a Resolução nº 16, de 18 de maio de 2021, da Reitoria, que revogou resoluções aprovadas pelo Colégio Eleitoral Especial que já não produzem efeitos legais na Universidade Federal do Acre.

O PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO COLÉGIO ELEITORAL ESPECIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inciso XII, do Regimento Geral, e de acordo com decisão tomada em reunião plenária realizada em 23 de julho de 2021 referente ao processo administrativo nº 23107.002230/2021-53, resolve:

Art. 1º Homologar a Resolução nº 16, de 18 de maio de 2021, da Reitoria, que, ad referendum do Colégio Eleitoral Especial, revogou as resoluções abaixo, aprovadas por este Conselho, que já não produzem efeitos legais na Universidade Federal do Acre.

I - Resolução COLÉGIO ELEITORAL ESPECIAL nº 2, de 12 de junho de 2012. Aprova as normas que regulamentarão o processo eleitoral para escolha de Reitor e Vice-Reitor da Universidade Federal do Acre; e

II - Resolução COLÉGIO ELEITORAL ESPECIAL nº 5, de 13 de agosto de 2012. Altera os artigos e parágrafos da Resolução nº 2/2012, do Colégio Especial Eleitoral Especial.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSIMAR BATISTA FERREIRA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

RESOLUÇÃO CONSAD Nº 10, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Revoga resoluções aprovadas no Conselho de Administração que já não produzem efeitos legais na Universidade Federal do Acre.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 47 do Regimento Geral desta IFES, e de acordo com decisão tomada em reunião plenária realizada em 24 de agosto de 2021 referente ao processo nº 23107.002230/2021-53, resolve:

Art. 1º Revogar as resoluções aprovadas no Conselho de Administração abaixo relacionadas que já não produzem efeitos legais na Universidade Federal do Acre, para dar cumprimento às determinações do Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

I - Resolução CONSAD nº 5, de 28 de julho de 2011. Aprova o Regimento Interno da Auditoria Interna; e

II - Resolução CONSAD nº 19, de 17 de dezembro de 2015. Disciplina os procedimentos para solicitação, autorização, concessão e prestação de contas de diárias e passagens no âmbito da Universidade Federal do Acre.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARGARIDA DE AQUINO CUNHA

CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO CEPEX Nº 55, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Revoga resoluções aprovadas no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão que já não produzem efeitos legais na Universidade Federal do Acre.

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 47 do Regimento Geral desta IFES, e de acordo com decisão tomada em reunião plenária realizada em 24 de agosto de 2021 referente ao processo nº 23107.002230/2021-53, resolve:

Art. 1º Revogar as resoluções aprovadas no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão abaixo relacionadas que já não produzem efeitos legais na Universidade Federal do Acre, para dar cumprimento às determinações do Decreto nº 10.437, de 22 de julho de 2020, da Secretaria-Geral da Presidência da República.

I - Resolução CEPEX nº 6, de 10 de abril de 1990. Fixa normas para o reconhecimento de validade de título de Mestre e Doutor, no âmbito da Universidade Federal do Acre;

II - Resolução CEPEX nº 18, de 28 de outubro de 1993. Aprova a oferta de mais dez vagas para o Curso de Licenciatura Plena em Língua e Literatura Inglesa, no Município de Cruzeiro do Sul, a partir do Concurso Vestibular/94;

III - Resolução CEPEX nº 13, de 1º de abril de 1996. Dispõe sobre a fixação de normas para expedição de segunda via de diploma de graduação pela Ufac;

IV - Resolução CEPEX nº 17, de 15 de dezembro de 2000. Aprova o plano de criação do Curso de Formação Pedagógica para Portadores de Diploma de Educação Superior do Quadro Efetivo da Secretaria de Estado de Educação;

V - Resolução CEPEX nº 33, de 15 de dezembro de 2000. Aprova o Programa Especial de Formação de Professores para a Educação Básica;

VI - Resolução CEPEX nº 4, de 21 de março de 2002. Autoriza a substituição na grade curricular do Curso de Licenciatura Plena em Geografia, da disciplina GE 190 - Geografia Agrária I, pela disciplina GE 191 - Geografia Agrária II;

VII - Resolução CEPEX nº 4, de 9 de janeiro de 2003. Aprova a codificação de disciplinas optativas do Departamento de Letras desta IFES;

VIII - Resolução CEPEX nº 21, de 29 de maio de 2003. Institui o Programa de Monitoria para os cursos de graduação da Ufac na forma dos anexos I, II, III, IV, V, VI e VII desta Resolução;

IX - Resolução CEPEX nº 45, de 23 de outubro de 2003. Aprova a realização de estudos complementares no curso de Engenharia Agronômica do Departamento de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Acre;

X - Resolução CEPEX nº 4, de 29 de janeiro de 2004. Suspende o oferecimento das disciplinas pedagógicas do Curso de Graduação em Enfermagem;

XI - Resolução CEPEX nº 9, de 5 de maio de 2004. Aprova as alterações no Projeto Especial de Formação de Professores para a Educação Básica;

XII - Resolução CEPEX nº 10, de 5 de maio de 2004. Acrescenta cinco horas-aulas em três disciplinas de Prática de Ensino do Programa Especial de Formação Pedagógica para Portadores de Diplomas Superior;

XIII - Resolução CEPEX nº 74, de 27 de outubro de 2004. Aprova a inclusão da disciplina Estágio Curricular Supervisionado na grade curricular do curso de Engenharia Florestal;

XIV - Resolução CEPEX nº 12, de 25 de julho de 2006. Aprova os Programas Especiais de Formação de Professores para a Educação Básica/2006;

XV - Resolução CEPEX nº 14, de 6 de dezembro de 2010. Aprova as Normas Gerais de Estágio Supervisionado definindo as diretrizes de estágio para os cursos de Licenciatura e Bacharelado.

XVI - Resolução CEPEX nº 45, de 11 de setembro de 2017. Estabelece normas de regulamentação, registro, avaliação, curricularização das ações de extensão e composição do Comitê Multidisciplinar de Extensão (CME) na Universidade Federal do Acre; e

XVII - Resolução CEPEX nº 21, de 31 de julho de 2018. Altera os artigos 6º, 8º, 9º, 11, 12 e 26 do Anexo Único da Resolução Cepex nº 45, 11 de setembro de 2017, que aprovou as normas, procedimentos e critérios que regulamentam as atividades de extensão.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARGARIDA DE AQUINO CUNHA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 42-CCS/UFPI, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Por delegação de competência do Magnífico Reitor da UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, a Diretora Pro Tempore do Centro de Ciências da Saúde, em exercício da Diretoria, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Lei nº 8.745/93, de 09/12/93, regulamentada pelas Leis nºs. 9.849/99, de 27/10/99 e 10.667/03, de 15/05/03 e Lei nº 12.425/11, de 17/06/11, o Decreto nº 6.944/09, de 21/08/09, e a Resolução nº 039/08-CONSUN/UFPI, de 11/09/08 e a Resolução 009/03, que altera o anexo III da Resolução nº 004/88-CONSUN/UFPI, de 11/11/88, observadas as disposições legais aplicáveis à espécie e as normas contidas no Edital nº 06/2019-CCS/UFPI, de 26/12/2019, publicado na Seção 3, do DOU, de 06/01/2020, e considerando o Processo nº. 23111.082446/2019-77; resolve:

Art. 1° Homologar o resultado final do Processo Seletivo, para contratação de Professor Substituto, na área de Enfermagem, com lotação no Departamento de Enfermagem, do Centro de Ciências da Saúde, Campus Min. Petrônio Portela, na cidade de Teresina-PI, correspondente à Classe de Professor Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral TI-40 (quarenta horas semanais), habilitando os candidatos MARYLANE VIANA VELOSO (1ª colocada), LAYZE BRAZ DE OLIVEIRA (2ª colocada), KELLYANE FOLHA GOIS MOREIRA (3ª colocada), AIKA BARROS BARBOSA MAIA (4ª colocada), ÍTALO ARÃO PEREIRA RIBEIRO (5º colocado), ROSANE DA SILVA SANTANA (6ª colocada), RAQUEL VILANOVA ARAÚJO (7ª colocada), INGRID MOURA DE ABREU (8ª colocada), TERCIO MACEDO DE ANDRADE (9º colocado), GAUBELINE TEIXEIRA FEITOSA (10ª colocada), PATRÍCIA DE AZEVEDO LEMOS CAVALCANTE (11ª colocada) e ISABELA MARIA MAGALHÃES SALES (12ª colocada) e classificando a 1ª colocada para contratação.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KELLY PALOMBIT

PRÓ-REITORAIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS

PORTARIA PRAEC/UFPI Nº 5, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

Estabelece a unificação dos benefícios pecuniários, no âmbito da assistência estudantil da UFPI, criados em decorrência da pandemia do novo Corona Virus (COVID-19).

A PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, e considerando o Decreto Nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República; o cenário mundial de pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19); a Normativa Nº 01 do Comitê de Gestão de Crise (CGC) da Universidade Federal do Piauí, de 16 de março de 2020, que suspende as atividades acadêmicas na UFPI; a Nota Informativa Nº 04 - PRAEC/UFPI, de 03 de abril de 2020, que institui o pagamento do Auxílio Residência Temporário aos/às estudantes moradores/as das Residências Universitárias da UFPI; a Portaria Nº 06/2020 - PRAEC, de 27 de março de 2020, que institui, de forma excepcional, o Auxílio Calamidade; a Portaria Nº 07/2020 - PRAEC, de 30 de março de 2020, que institui, de forma excepcional e temporária, o Auxílio Alimentação Emergencial; a Portaria Nº 08/2020 - PRAEC, de 08 de abril de 2020, que institui o Auxílio Alimentação Emergencial Ampliado disponibilizado via Edital Nº 03/2020 - PRAEC/UFPI lançado na mesma data; a Resolução Nº 040/2020 - CEPEX/UFPI, de 09 de julho de 2020, que altera a Resolução 049/2019 - CEPEX, incluindo o Inciso XIV e institui o Auxílio Inclusão Digital (AID) nas modalidades I, II e III e disponibilizados pelo Edital Nº 07/2020 - PRAEC/UFPI, de 07 de agosto de 2020, e pelo Edital Nº 10/2020 - PRAEC/UFPI, de 23 de outubro de 2020; e a Portaria Nº 03/2020 - UFPI, de 15 de julho de 2020, que concede, de forma excepcional e temporária, o Auxílio Inclusão Digital - AID: modalidade I (internet) aos discentes com comprovada vulnerabilidade socioeconômica cadastrados no Sistema Integrado de Assistência Estudantil - SINAE da PRAEC e disponibilizado via Edital Nº 04/2020 - PRAEC/UFPI, de 16 de julho de 2020, resolve:

Art. 1º Esta Portaria estabelece, no âmbito da PRAEC, a unificação de todos os benefícios pecuniários criados em decorrência da pandemia do Novo Coronavírus (COVID-19).

Art. 2º Os benefícios unificados são:I - Auxílio Calamidade: Auxílio no valor de R$600,00 (seiscentos reais) pago em cota única, com recurso próprio da UFPI disponibilizado pela Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, aos/às discentes estrangeiros/as ou de outros estados da federação, com conclusão de graduação/pós-graduação a partir de 01 de fevereiro de 2020 e que, em decorrência da pandemia do COVID-19, com fechamento das fronteiras de determinados estados e países, ficaram impedidos de retornarem às residências de origem, e sem recursos para se manterem no período de isolamento social;II - Auxílio Residência Temporário: Auxílio no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais) pago aos/às estudantes moradores/as da Residência Universitária (REU) mensalmente desde março/2020, quando teve início a pandemia e as residências tiveram que ser fechadas. O/A estudante contemplado/a para o auxílio terá este benefício enquanto as Residências Universitárias estiverem fechadas e/ou a critério da PRAEC por questões de disponibilidade orçamentária e/ou de adequação às medidas de apoio estudantil diante do cenário nacional; III - Auxílio Alimentação Emergencial (AAE): Auxílio no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) pago aos/às estudantes beneficiários/as da Isenção da Taxa de Alimentação (ITA), que por ocasião do fechamento dos restaurantes universitários da UFPI, e devido às suas condições de vulnerabilidade socioeconômica, estão sem garantia de alimentação básica. O/A estudante contemplado/a para o auxílio terá este benefício enquanto os Restaurantes Universitários estiverem fechados e/ou a critério da PRAEC por questões de disponibilidade orçamentária e/ou de adequação às medidas de apoio estudantil diante do cenário nacional; IV - Auxílio Alimentação Emergencial Ampliado (AAEA): Auxílio no valor de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) pago aos/às estudantes comprovadamente em vulnerabilidade social, que não estavam contemplados/as com algum dos benefícios da PRAEC, e que por ocasião do fechamento dos restaurantes universitários da UFPI estão sem garantia de alimentação básica. O/A estudante contemplado/a para o auxílio terá este benefício enquanto os Restaurantes Universitários estiverem fechados e/ou a critério da PRAEC por questões de disponibilidade orçamentária e/ou de adequação às medidas de apoio estudantil diante do cenário nacional; V - Auxílio Inclusão Digital Modalidade I: Internet (AID Internet): Auxílio no valor de R$ 130,00 (cento e trinta reais) pago aos/às estudantes comprovadamente em vulnerabilidade social, enquanto a UFPI mantiver as atividades de estudos dirigidos por meio das Tecnologias de Informação e Comunicação decorrentes das medidas de controle da COVID-19 e/ou a critério da PRAEC por questões de disponibilidade orçamentária e/ou de adequação às medidas de apoio estudantil diante do cenário nacional; VI - O Auxílio Inclusão Digital Modalidade II: Apoio para aquisição de equipamento tecnológico de informação e/ou de tecnologia assistiva (AID Equipamento): Auxílio pago em cota única aos/às estudantes de cursos presenciais da graduação, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com o objetivo de garantir o acesso contínuo desses aos conteúdos acadêmicos que serão disponibilizados remotamente, como uso de Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC's; Parágrafo único. As inscrições para quaisquer benefícios da PRAEC dar-se-á por meio exclusivo do sistema online - SINAE, disponível no endereço eletrônico https://nae.ufpi.br. O/A estudante deverá acessar o sistema online utilizando o Usuário e a Senha do SIGAA, preencher o questionário socioeconômico disponível no próprio sistema, e anexar obrigatoriamente a documentação socioeconômica de acordo com o edital em vigência e do benefício de seu interesse.

Art. 3º Os benefícios de que trata esta portaria estão passíveis de modificações conforme alterações regulamentadas pela UFPI no que se refere à proposta de ensino e/ou calendário acadêmico.

Art. 4º Os benefícios de que trata esta portaria poderão ser alterados, revogados ou anulados a qualquer tempo, no todo ou em parte, por motivo de interesse público, sem que isso implique direito à indenização de qualquer natureza.

Art. 5º Os benefícios de que trata esta portaria serão pagos mediante disponibilidade orçamentária e financeira da PRAEC/UFPI.

Art. 6º Os casos omissos e as situações não contempladas nesta Portaria serão resolvidos conjuntamente pela Coordenação de Assistência Comunitária e os Núcleos de Assistência Estudantil dos campi fora de sede.

Art. 7º Foram revogadas: I - A nota informativa Nº 04 - PRAEC/UFPI, de 03 de abril de 2020; II - A Portaria Nº 06/2020 - PRAEC, de 27 de março de 2020;III - A Portaria Nº 07/2020 - PRAEC, de 30 de março de 2020; IV - A Portaria Nº 08/2020 - PRAEC, de 08 de abril de 2020;V - A Resolução Nº 040/2020 - CEPEX/UFPI, de 09 de julho de 2020; VI - A Portaria Nº 03/2020 - UFPI, de 15 de julho de 2020; e VII - A Portaria Nº 04/2021 - UFPI, de 30 de junho de 2021.

Art. 8º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, na forma de Parágrafo Único do Art. 4º do Decreto Nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, considerando sua divulgação já implementada no âmbito da UFPI, mediante Boletim de Serviço.

MÔNICA ARRIVABENE

CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS

PORTARIA Nº 59, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Revoga as Portarias Normativas do CSHNB, de acordo com o Decreto Nº 10.139 de 28 de novembro de 2019.

O Diretor pro tempore do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, no uso de suas atribuições legais e, considerando:

- o Decreto N° 10.139 de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, publicado no Diário Oficial da União nº 231, Seção 1, p. 32 de 28 de Novembro de 2019, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a revogação, por estar com seus efeitos exauridos ou ter sido tacitamente revogada, para os fins do disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da:

I - Portaria Nº 051/2013, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, de 23 de agosto de 2013;

II - Portaria Nº 051/2015, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, de 05 de novembro de 2015;

III - Portaria Nº 068/2015, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, de 17 de dezembro de 2015;

IV - Portaria Nº 057/2016, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, de 16 de junho de 2016;

V - Portaria Nº 063/2018, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, de 30 de agosto de 2018;

VI - Portaria Nº 032/2020, do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, de 17 de março de 2020;

Art. 2º Fica revogada a Portaria CSHNB/UFPI Nº 36/2021, de 01 de maio de 2021;

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, na forma do Parágrafo Único do Art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, considerando sua divulgação já implementada no âmbito da UFPI, mediante Boletim de Serviço.

JUSCELINO FRANCISCO DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 60, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Estabelece horário limite de permanência para Professores, Técnicos Administrativos e Alunos no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

O Diretor pro tempore do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, no uso de suas atribuições legais, , resolve:

Art. 1º Estabelecer, por meio desta Portaria, o horário limite de permanência neste campus, para Professores, Técnicos-Administrativos e Alunos. De segunda-feira à sexta-feira 22:30h e sábado 18:00h.

§ 1º Em casos excepcionais e, devidamente justificados com antecedência, o horário poderá ser flexibilizado.

Art. 2º Fica revogada a Portaria CSHNB/UFPI Nº 37/2021, de 01 de junho de 2021;

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, na forma do Parágrafo Único do Art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, considerando sua divulgação já implementada no âmbito da UFPI, mediante Boletim de Serviço.

JUSCELINO FRANCISCO DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 61, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Estabelece regras de ocupação das salas de Professores no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

O Diretor pro tempore do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, no uso de suas atribuições legais e, considerando:

- o Processo Nº 005748/2015-31; e

- a Ata da 70ª Reunião do Conselho do CSHNB; , resolve:

Art. 1º Estabelecer, Regras de Ocupação das Salas dos Professores do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

CAPÍTULO I

DAS LISTAS

Art. 2º Haverá uma única lista de espera para os professores admitidos no CSHNB, seguindo-se a ordem de admissão, do mais antigo para o mais recente, de acordo com a relação enviada pela Divisão de Recursos Humanos.

CAPÍTULO II

DA OCUPAÇÃO

Art. 3º A ocupação das salas será feita pelo critério de antiguidade (data de admissão enviada pela divisão de recursos humanos - como referência), para as vagas permanentes que surgirem nas salas dos professores.

Art. 4º As vagas surgidas por professores afastados para curso de capacitação/qualificação ou por outros motivos por mais de 180 dias serão ocupadas por professores da lista de espera de forma temporária, obedecendo-se à ordem estabelecida, ficando o professor ainda na espera por sua vaga permanente.

Parágrafo único: Surgindo a vaga temporária na sala, haverá uma consulta ao professor, seguindo a ordem, para verificar se o mesmo tem interesse ou não em ocupar a sala.

CAPÍTULO III

DO AFASTAMENTO

Art. 5º O professor afastado para curso de capacitação/qualificação (mestrado ou doutorado), ao retornar, ficará na sala de origem, voltando o professor que ocupava temporariamente a sala a aguardar sua vaga permanente, mantendo-se a ordem na lista de espera.

§ 1º O professor afastado por tempo inferior a 180 dias (tratamento de saúde, maternidade, etc.), não terá sua sala ocupada.

CAPÍTULO IV

DAS PROIBIÇÕES

Art. 6º Fica proibido ao professor afastado disponibilizar a outro docente sua sala, por camaradagem, amizade ou qualquer outro tipo de justificativa, sem obedecer à devida ordem de classificação.

CAPÍTULO V

DAS OBRIGAÇÕES

Art. 7º O Professor fica responsável pela conservação do patrimônio que receber em sua sala, e obrigado a protocolar a assinatura do recebimento da chave. Ao desligar-se do campus, seja por motivo de afastamento, remoção, redistribuição, exoneração, demissão ou outro, o professor deverá devolver a chave da sala à divisão de patrimônio e espaço físico.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º A Divisão de patrimônio e espaço físico do CSHNB fica estabelecida como setor responsável por coordenar a ocupação das salas de professores.

Art. 9º A Divisão de recursos humanos do CSHNB enviará mensalmente até o dia 05 a lista dos professores admitidos, transferidos, afastados etc.

Art. 10. Os casos omissos ou não contemplados nesta portaria serão dirimidos pelo Conselho do Campus.

Art. 11. Fica revogada a Portaria CSHNB/UFPI Nº 38, de 01 de junho de 2021;

Art. 12. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, na forma do Parágrafo Único do Art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, considerando sua divulgação já implementada no âmbito da UFPI, mediante Boletim de Serviço.

JUSCELINO FRANCISCO DO NASCIMENTO

PORTARIA Nº 62, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Delega competência aos Coordenadores de Cursos para emitirem portarias de compoisção do colegiado de seus respectivos cursos, no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

O Diretor pro tempore do Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, no uso de suas atribuições legais e, considerando:

- a Portaria Nº 112/2018 - PREG/UFPI, de 22 de agosto de 2018, Art. 1º, §1º da mesma;, resolve:

Art. 1º Delegar, aos Coordenadores dos Cursos de Graduação do CSHNB, a competência para emitirem Portarias de Composição do Colegiado de seus respectivos cursos.

Art. 2º Fica revogada a Portaria CSHNB/UFPI Nº 39, de 01 de junho de 2021;

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, na forma do Parágrafo Único do Art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, considerando sua divulgação já implementada no âmbito da UFPI, mediante Boletim de Serviço.

JUSCELINO FRANCISCO DO NASCIMENTO

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PORTARIA Nº 2-DA, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Aprova a revogação de portarias e memorando circular da Diretoria Administrativa/PRAD, para os fins do disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019.

O DIRETOR ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, e considerando: o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decretos; a Portaria GR/UFPI nº 10, de 28 de maio de 2021, que estabelece diretrizes e metodologia de trabalho para revisão e consolidação dos atos normativos da UFPI; a Portaria GR/UFPI nº 12, de 8 de julho de 2021, que altera o Anexo II da Portaria GR/UFPI Nº 10, do Gabinete do Reitor, de 28 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a revogação, por estar com seus efeitos exauridos ou ter sido tacitamente revogada, para os fins do disposto no Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da:I - Portaria nº 87, da Diretoria Administrativa/PRAD/UFPI, de 23 de junho de 2021;II - Memorando Circular n° 01, da Diretoria Administrativa Financeira/PRAD/UFPI, de 12 de janeiro de 2009;e III - Portaria n° 01, da Diretoria Administrativa/PRAD/UFPI, de 20 de julho de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, na forma do Parágrafo Único do Art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, considerando sua divulgação já implementada no âmbito da UFPI, mediante Boletim de Serviço.

ALBERTO DIAS FIGUEIRÊDO FILHO

Ministério da Infraestrutura

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO Nº 406, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

Defere pedido de isenção temporária de cumprimento do requisito de que trata o parágrafo 154.305(f)(1)(i) do RBAC nº 154 no Aeroporto Internacional de Confins (MG) - Tancredo Neves (código OACI: SBCF).

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos XXI e XXX, da mencionada Lei e no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 11,

Considerando a importância da disponibilização do serviço público prestado e da segurança das operações aéreas e aeroportuárias;

Considerando o pedido apresentado pela BH Airport por meio do Relatório de Solicitação de Isenção de Requisitos - RBAC 154: Aplicação do Sistema de Luzes de Aproximação (ALS) para sistemas de aproximação de precisão Categoria I (ILS) na pista 34 - SBCF (SEI nº 5191602), protocolado em 31 de dezembro de 2020, fundamentado por avaliação de risco; e

Considerando o que consta do processo nº 00058.052752/2020-42, deliberado e aprovado na 16ª Reunião Deliberativa, realizada em 24 de agosto de 2021, decide:

Art. 1º Deferir, conforme peticionado pela BH AIRPORT para o Aeroporto Internacional de Confins (MG) - Tancredo Neves (SBCF), o pedido de isenção temporária de cumprimento do requisito de que trata o parágrafo 154.305(f)(1)(i) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 154, Emenda nº 07, devido à ausência de Sistema de Luzes de Aproximação (ALS) para servir às operações de aproximação ILS CAT I na cabeceira 34.

Parágrafo único. A isenção de que trata o caput terá validade de 2 (dois) anos.

Art. 2º As defesas e as medidas adicionais para mitigação dos riscos que embasaram a presente isenção devem ser mantidas durante a vigência desta isenção.

Art. 3º Os cenários operacionais que embasaram a presente isenção devem ser reavaliados periodicamente e realizado o devido gerenciamento do risco a segurança operacional, devendo ser feita a divulgação aos operadores aéreos.

Art. 4º Cabe ao operador do aeródromo dar ciência a novos operadores aéreos (aviação regular) da avaliação de risco que fundamentou esta Decisão.

Art. 5º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 407, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

Defere pedido de isenção temporária de cumprimento do requisito de que trata o parágrafo 154.207(d)(1) do RBAC nº 154 no Aeroporto de Toledo/Luiz Dalcanale Filho, localizado em Toledo (PR) (CIAD: PR0008).

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos XXI e XXX, da mencionada Lei e no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 11,

Considerando a importância da disponibilização do serviço público prestado e da segurança das operações aéreas e aeroportuárias;

Considerando o pedido apresentado pela Prefeitura Municipal de Toledo por meio do Ofício nº 0269/2020-GAB, de 30 de abril de 2020, fundamentado pela AISO Nº 01/SBTD/2020 (SEI nº 4299522); e

Considerando o que consta do processo nº 00058.016230/2020-87, deliberado e aprovado na 16ª Reunião Deliberativa, realizada em 24 de agosto de 2021, decide:

Art. 1º Deferir parcialmente, conforme peticionado pela Prefeitura Municipal de Toledo para o Aeroporto de Toledo/Luiz Dalcanale Filho (SBTD), o pedido de isenção temporária de cumprimento do requisito de que trata o parágrafo 154.207(d)(1) do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 154, Emenda nº 07, devido à existência de obstáculos na faixa de pista da pista 02/20 para operação de pouso por instrumento do ATR-72 em Condições Meteorológicas de Voo por Instrumento (IMC, em inglês).

Parágrafo único. A isenção de que trata o caput terá validade de 5 (cinco) anos.

Art. 2º A aprovação do Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo - PBZPA do aeroporto junto ao Comando da Aeronáutica - COMAER é condicionante ao início das operações do ATR-72 em Condições Meteorológicas de Voo por Instrumento.

Art. 3º Nos termos da isenção ora outorgada, a infraestrutura aeroportuária deve ser provida com Indicadores de Trajetória de Aproximação de Precisão (PAPI), ou sistema equivalente, em condições operacionais, para atender as operações de pouso nas pistas 02/20.

Art. 4º As defesas e as medidas adicionais para mitigação dos riscos que embasaram a presente isenção devem ser mantidas durante a vigência desta isenção.

Art. 5º Os cenários operacionais que embasaram a presente isenção devem ser reavaliados periodicamente e realizado o devido gerenciamento do risco a segurança operacional, devendo ser feita a divulgação aos operadores aéreos.

Art. 6º Cabe ao operador do aeródromo dar ciência a novos operadores aéreos (aviação regular) da avaliação de risco que fundamentou esta Decisão.

Art. 7º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 5.749, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.028585/2021-19, resolve:

Art. 1º Renovar e alterar a inscrição do Aeródromo Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: EMBRAER - Unidade Gavião Peixoto;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0075;

III - município (UF): Gavião Peixoto (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 21° 45' 52'' S / 048° 24' 17'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2117/SIA, de 1º de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 3 de novembro de 2011, Seção 1, página 27.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 5.756, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.030384/2021-73, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Clube Aeronáutico Avaré;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP1315;

III - município (UF): Avaré (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 14' 28'' S / 048° 59' 06'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 5.757, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.008016/2021-49, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Hotel Baiazinha;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0745;

III - município (UF): Cáceres (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 16° 34' 07'' S / 057° 49' 52'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 5.762, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.033831/2021-46, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Santa Helena;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0762;

III - município (UF): Itiquira (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 17° 18' 22'' S / 054° 26' 38" W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 5.766, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.033874/2021-21, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Agropecuária VR;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0730;

III - município (UF): Campo Novo do Parecis (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 13° 29' 24'' S / 057° 59' 26'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 5.768, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.033279/2021-96, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Heliponto Privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Ibirapuera Park Hotel Ltda ;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0403;

III - município (UF): São Paulo (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 35' 34" S / 046° 38' 58" W

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2033/SIA de 16 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 19 de julho de 2017, Seção nº 1 Página nº 62.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 5.770, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso II, alínea b, item 1 da Portaria nº 3.901, de 30 de dezembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.033903/2021-55, resolve:

Art. 1º Inscrever o Heliponto Privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Décio Uberlândia;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0451;

III - município (UF): Uberlândia (MG);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 19° 00' 55'' S / 048° 12' 35'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
COORDENADORIA DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 5.755, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O COORDENADOR DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14, inciso IV, da Portaria ANAC 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que constam dos processos nºs 00066.025425/2020-19 e 00066.010256/2021-01, resolve:

Art. 1º Reconhecer a décima sétima turma do Curso Básico de Perícia Médica na Aviação Civil na modalidade à distância, da Associação Brasileira de Pilotos de Aeronaves Leves - ABUL, autorizado pela Portaria nº 3.422/SPL, de 24 de novembro de 2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 305/SUROD DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Autoriza a implantação de rede de distribuição de energia elétrica na rodovia BR-050/MG, administrada pela Concessionária Eco050.

Interessada: CEMIG Distribuição S.A.

O Superintendente de Infraestrutura Rodoviária, da Agencia Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução ANTT nº 5.818, de 03 de maio de 2018, e a Portaria SUINF nº 28, de 07/02/2019, fundamentado no que consta do Processo nº 50500.074534/2021-42, resolve:

Art. 1º Autorizar a implantação da obra de rede de energia elétrica na faixa de domínio da Rodovia BR-050/MG, rodovia federal administrada pela Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A.- ECO050, por meio de travessia aérea no km 004+175m Contorno em Uberlândia /MG de interesse de CEMIG Distribuição S.A.

§ 1º A presente Portaria está adstrita à referida obra e os eventuais pleitos de retificação, complementação ou revogação deverão ser feitos em relação às disposições principais do escopo que compõem o caput.

§ 2º Outras disposições não especificadas no caput serão tratadas por meio de aditivos ao Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, devendo a Concessionária informar à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Minas Gerais - COINFMG sobre os ajustes ou alterações realizadas.

Art. 2º A Eco050 deverá encaminhar, à Coordenação de Exploração da Infraestrutura Rodoviária da Unidade Regional de Minas Gerais - COINFMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 3º O início da obra objeto desta Portaria está condicionado à assinatura prévia do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU a ser firmado entre a CEMIG e a Eco050 e que trará as particularidades e obrigações entre as partes.

Art. 4º Caberá à Eco050 acompanhar e fiscalizar a execução do projeto por ela aprovado e manter atualizado o cadastro das instalações, se atentando para o cumprimento dos parâmetros contratuais e à segurança dos usuários, sujeitando-se às penalidades cabíveis.

Art. 5º A CEMIG deverá concluir a obra objeto desta Portaria no prazo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso - CPEU.

Art. 6º Na implantação e conservação da referida obra, a CEMIG deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Eco050, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da rodovia.

Art. 7º A CEMIG assumirá todo o ônus relativo à implantação, à manutenção e ao eventual remanejamento das instalações, responsabilizando-se por eventuais impactos ou problemas decorrentes destas e que venham a afetar a rodovia.

Art. 8º A referida autorização não resultará em receita extraordinária anual de ocupação da faixa de domínio por força dos decretos nº 84.398/1980 e 86.859/1982.

Art. 9º A CEMIG deverá encaminhar à Unidade Regional da ANTT e à Eco050 cópia do projeto "As Built" em meio digital.

Art. 10. A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A CEMIG abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização em epígrafe, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ LUIS MACAGNAN FREIRE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria 143/2021/SUROD/ANTT, de 17/05/2021, publicada no DOU de 28/05/2021, seção 1, pag. 200. Onde se lê: " R$ 2.220,24 (dois mil, duzentos e vinte reais e vinte e quatro centavos". Leia-se: " R$ 1.974,21 (mil, novecentos e setenta e quatro reais e vinte e um centavos"

Ministério da Justiça e Segurança Pública

ARQUIVO NACIONAL
CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS

PORTARIA CONARQ Nº 129, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

A PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS - CONARQ, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 7º, do Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, alterado pelo Decreto nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, e o que consta do Processo SEI-AN nº 08062.000004/2020-27, resolve:

Art. 1º Prorrogar por 120 (cento e vinte dias), a partir do dia 29 de agosto de 2021, a vigência da câmara técnica consultiva com a finalidade de definir diretrizes para a elaboração de instrumentos técnicos de classificação e avaliação de documentos arquivísticos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NEIDE ALVES DIAS DE SORDI

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 3 DE AGOSTO DE 2021

Cria, em caráter experimental, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, o SUBSISTEMA DE ALERTA RÁPIDO SOBRE DROGAS (SAR).

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, no uso das competências que lhe conferem o Decreto nº 9.926, de 19 de julho de 2019 e o art. 34, inciso VI, da Portaria MJSP nº 382, de 22 de julho de 2020, que aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, resolve:

Art. 1º Fica criado, em caráter experimental, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, o SUBSISTEMA DE ALERTA RÁPIDO (SAR) DO SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS (SISNAD).

Parágrafo Único: o SAR é um Subsistema do SISNAD que se articula de maneira intersistêmica com o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e o Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º O SAR é composto pelos seguintes órgãos:

I. A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas do Ministério da Justiça e Segurança Pública (SENAD), que o coordenará;

II. A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça e Segurança Pública;

III. A Polícia Federal, por meio da Coordenação-Geral de Polícia de Repressão a Drogas, Armas e Facções Criminosas da Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (CGPRE/DICOR/PF) e do Instituto Nacional de Criminalística da Diretoria Técnico-Científica (INC/DITEC/PF)

IV. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

V. A Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas (SENAPRED) do Ministério da Cidadania;

VI. A Receita Federal do Brasil, por meio de sua Coordenação Geral de Combate ao Contrabando e Descaminho;

VII. As unidades especializadas em repressão ao tráfico de drogas das Polícias Civis estaduais;

VIII. As unidades de perícia dos estados;

IX. As unidades especializadas em toxicologia do Sistema Único de Saúde dos estados e municípios;

X. Universidades e centros de pesquisa da área de Saúde Pública e Segurança Pública.

Parágrafo Único: Os órgãos e entidades citados nos incisos VII, VIII, IX e X deste artigo poderão integrar o SAR por adesão voluntária, bastando que apresentem esta intenção por meio oficial à SENAD.

Art. 3º O SAR contará com um Comitê Técnico, com a finalidade de definir critérios de inserção de informações no banco de dados do Subsistema, composto por especialistas nas áreas forense e de saúde pertencentes às instituições provedoras de dados ao SAR.

Parágrafo Único: A composição e as atribuições específicas do Comitê Técnico serão definidas em regimento interno por meio de portaria ministerial, respeitado o disposto nesta resolução.

Art. 4º Constituem atribuições específicas da SENAD:

I. Coordenar o SAR;

II. Propor minuta de portaria para criação do Comitê Técnico e de seu regimento interno, conforme o Art. 3º;

III. Constituir um banco de dados relacionados ao SAR;

IV. Manter instrumento de coleta de dados sobre novas drogas ou alterações no mercado ilícito de drogas de interesse dos membros do subsistema;

V. Elaborar boletins, informes sobre novas drogas ou alterações no mercado ilícito de drogas de interesse dos membros do subsistema, por meio do Comitê Técnico;

VI. Fomentar eventos de capacitação dos membros do SAR;

VII. Fomentar estudos e pesquisas sobre novas drogas ou alterações no mercado ilícito de drogas de interesse dos membros do subsistema;

VIII. Fomentar, quando oportuno, a modernização das unidades vinculadas ao SAR.

Art. 5º Constituem atribuições específicas dos componentes do SAR vinculados à Secretaria Nacional de Segurança Pública:

I. Apoiar ou realizar conjuntamente a SENAD as ações previstas nos incisos V, VI, VII e VIII do artigo 4º desta resolução;

II. Articular, em conjunto com a SENAD, a participação de instituições relacionadas nos incisos VII e VIII do artigo 2º desta resolução no SAR; e

III. Manter acervo, no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp), dos boletins do SAR.

Art. 6º Constitui atribuições específicas dos componentes do SAR vinculados à Polícia Federal:

I. Comunicar ao Subsistema casos de detecção de substância que pode ser utilizada como droga de abuso e que ainda não está listada nas resoluções da ANVISA;

II. Apresentar, quando oportuno, diretrizes e subsídios para os demais órgãos componentes do SAR acerca da repressão ao tráfico de drogas motivadas pelo surgimento de novas drogas ou de alterações no mercado ilícito de drogas dentro das suas competências;

III. Fornecer, quando solicitada, informações ao Comitê Técnico do SAR.

Art. 7º - Constituem atribuições específicas da SENAPRED:

I. Manter acervo, no Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas, dos boletins do SAR;

II. Difundir boletins e informes sobre uso de novas drogas de interesse dos órgãos componentes do SISNAD voltados exclusivamente para a redução da demanda de drogas.

Art. 8º Constituem atribuições específicas da ANVISA:

I. Comunicar à SENAD alterações na regulamentação sobre substâncias precursoras de drogas;

II. Comunicar à SENAD alterações nas listas de substâncias do anexo I da Portaria SVS/MS nº. 344/98 ou outra norma que vier a substitui-la;

III. Fornecer, quando solicitada, informações ao Comitê Técnico do SAR.

Art. 9º Constituem atribuições das demais entidades vinculadas ao SAR por adesão voluntária:

I. Comunicar, a pedido, por meio de plataforma criado para este fim, apreensões de novas drogas, alterações no mercado ilícito de drogas ou casos de intoxicação por novas drogas;

II. Responder, quando solicitado, pedidos de informações sobre apreensões de novas drogas, alterações no mercado ilícito de drogas ou casos de intoxicação por novas drogas;

III. Dar ciência dos boletins do SAR aos operadores do SISNAD a elas vinculados;

IV. Designar um interlocutor junto à SENAD para tratar de questões relacionadas a esta resolução.

Parágrafo Único: o interlocutor citado no inciso IV deste artigo deverá manter seus meios de contato atualizados junto à SENAD.

Art. 10 Após um ano de implementação do SAR-SISNAD em caráter experimental, a SENAD deverá apresentar ao CONAD relatório de avaliação da iniciativa, propondo a sua normatização definitiva, a ampliação do período para sua implementação em caráter experimental ou a apresentação de uma nova proposta relacionada a esta temática.

Parágrafo Único: O monitoramento e avaliação do disposto nesta resolução também poderá ser realizado no futuro por meio do Plano Nacional de Políticas sobre Drogas, instrumento previsto no artigo 8º D da Lei 11.343 de 23 de agosto de 2006 e que se encontra em fase de planejamento, conforme disposto na Resolução CONAD nº 2/2020.

ANDERSON GUSTAVO TORRES

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

DESPACHO Nº 1.511/2021

Ante os indícios de infração ao disposto nos arts. 4º, caput, incisos I, III e IV; art. 6º incisos II, III e IV; arts. 30 e 31 e 37, § 1º, 38, 46, 54 § 3º e § 4º, todos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), acolho a Nota Técnica nº 69/2021/CSA-SENACON/CGCTSA/DPDC/SENACON/MJ (15643782), elaborada pela Coordenação-Geral de Consultoria Técnica e Sanções Administrativas (CGCTSA), cujo relatório e fundamentação passam a fazer parte integrante da presente decisão e determino, assim, a instauração de processo administrativo, no âmbito deste Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), notificando-se a empresa CLARO S.A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 40.432.544/0001-47, para apresentar defesa, na forma do disposto nos arts. 42 e 44 do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, alterado pelo Decreto nº 9.150, alterado pelo Decreto nº 9.360/18.Determino, ainda, a expedição de ofício, nos termos do art. 106 da Lei nº 8.078/90, aos dirigentes dos Procons estaduais e municipais das capitais, bem como aos demais membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, com cópia da presente decisão, para conhecimento e providências que entenderem pertinentes.

LILIAN CLAESSEN DE MIRANDA BRANDÃO
Diretora

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA
COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

PORTARIA Nº 3.748, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.056321/2020-33, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, DENNIS MARTIJN LUSTINETZ, de nacionalidade alemã, filho de Helmut Lustinetz e de Gepka Lustinetz, nascido em Seul, na República da Coreia, em 10 de abril de 1978, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 8 (oito) meses e 20 (vinte) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.749, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, § 2º, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.029130/2019-65, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, LIANXIANG YAN, de nacionalidade chinesa, filho de Chen Xiufang e de Yan Yaijie, nascido na República Popular da China, em 23 de junho de 1987, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.750, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, § 2º, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.014653/2019-15, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, MICHAEL ANDRES INGA DE LA CRUZ, de nacionalidade peruana, filho de Isaac Roberto Inga de La Cruz e de Amelia Teodocia de La Cruz Trejo, nascido na República do Peru, em 3 de agosto de 1986, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.751, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08001.004203/2018-12, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, JHON FREDY MENDEZ GOMEZ, de nacionalidade colombiana, filho de Francisco Mendez e de Gricelda Gomes, nascido na República da Colômbia, em 8 de janeiro de 1984, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.752, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, § 2º, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.003947/2018-10, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, ANTÔNIO GREGÓRIO VIEIRA FREITAS VITOR, de nacionalidade portuguesa, filho de Francisco Francisco de Freitas Vitor e de Virginia Vieira Nono, nascido na República Portuguesa, em 8 de dezembro de 1944, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 21 (vinte e um) anos, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.753, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, § 2º, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08001.001978/2018-28, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, NEMMIO APAZA MAMANI, de nacionalidade boliviana, filho de Francisco Apaza Chura e de Santusa Mamani Apaga, nascido no Estado Plurinacional da Bolívia, em 28 de julho de 1990, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 10 (dez) anos e 8 (oito) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.754, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o art. 1o, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP no 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo no 08018.010737/2016-29, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei no 13.445, de 24 de maio de 2017, LUIZ CARLOS MARABOLI TORRES, de nacionalidade chilena, filho de Luiz Carlos Maraboli e de Patricia Del Carmen Castilho, nascido na República do Chile, em 1º de dezembro de 1983, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 4 (quatro) anos, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.755, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.005269/2016-71, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, FRANCIS AMAECHI OKECHUKWU, de nacionalidade nigeriana, filho de Festus Okechukwu e de Paulina Okechukwu, nascido em Anambra State, na República Federal da Nigéria, em 6 de agosto de 1976, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 9 (nove) anos, 10 (dez) meses e 8 (oito) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.756, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, § 2º, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08505.010018/2016-16, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, IVAN GARDEA PERES, de nacionalidade peruana, filho de Cesar Gardea Lude e de Gloria Peres Alvarez, nascido na República do Peru, em 17 de dezembro de 1983, ficando a efetivação da medida condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos, 5 (cinco) meses e 10 (dez) dias, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.757, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, usando das atribuições que lhe confere o artigo 1º, VII, da Portaria SENAJUS/MJSP nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.002089/2010-41, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

Expulsar do território nacional, em conformidade com o art. 54, § 1º, II e § 2º, da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, VICTOR BERARDO RODRIGUES OBESO, de nacionalidade peruana, filho de Julio Rodriguez Dionisio e de Maria Obeso Gutierrez, nascido na República do Peru, em 20 de agosto de 1962, ficando a efetivação da expulsão condicionada ao cumprimento da pena a que estiver sujeito no País ou à liberação pelo Poder Judiciário, com o impedimento de reingresso no Brasil pelo período de 13 (treze) anos e 4 (quatro) meses, a partir da execução da medida.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.758, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALEXIS GIL BLANCO - V971728-0, natural da Cuba, nascido em 11 de abril de 1971, filho de Israel de Jesus Gil Perdomo e de Regla Maria Blanco Polo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08709.002336/2019-60) e

CESAR HUMBERTO BRICENO VIDAURRE - V742662-U, natural do Peru, nascido em 04 de agosto de 1985, filho de Cesar Augusto Briceno Lopez e de Celia Haydee Vidaurre Nieto, residente no Estado de Amazonas (Processo nº 08240.002488/2020-41).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.759, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

AMAYR QURAISHI - F256833-I, natural dos Estados Unidos, nascido em 06 de maio de 2016, filho de Sohaib Ahmed Quraishi e de Nida Ahmed Quraishi, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo n 08495.000165/2020-21);

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.760, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

HICHAM IBRAHIM ACHI - V419670-Z, natural do Líbano, nascido em 06 de novembro de 1974, filho de Zeinab Kasem Yassine e de Ibrahim Mohamad Achi, residente no Estado do Paraná (Processo n° 235881.0036790/2021);

WIDLER FRANCOIS - G203669-5, natural da República do Haiti, nascido em 15 de maio de 1990, filho de Suzette Pierre e de Justin Francois, residente no Estado do Paraná (Processo n° 235881.0016505/2020) e

ZAKARIA LACHGAR - F123346W, natural do Marrocos, nascido em 06 de julho de 1994, filho de Mohamed Fils de Mohamed Mbarek e Aouicha Fille de Brahim, residente no Estado de São Paulo (Processo 235881.0012000/2020).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 3.761, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

CHRISTIAN ROBERT CHARLES DORMARD - V339321-I, Natural da França, nascido em 07 de agosto de 1950, filho de Charles Dormard e de Jeanne Julia Leontine Desteuque, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0016578/2020).

A pessoa referida nesta Portaria deverá comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS

Despacho nº 2976/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 08270.006864/2020-19
Interessada: NEZHA EZZAKRAOUI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente se ausentou por mais de 01 ano do Brasil e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 c/c inciso III, art. 66 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 2994/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: DENIS DESSAINT
Processo: 08354.002960/2019-24

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o cumprimento de exigência parcial, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784/1999.

Despacho nº 3326/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: FRITZNEL JEUNE
Processo: 235881.0036336/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada ao requerente a legalização brasileira da certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, Certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual, comprovante de residência, bem como comprovante indicativo da capacidade de comunicar-se na língua portuguesa, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3327/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: PIERRE WOODY HENRILUS
Processo: 235881.0034696/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada ao requerente a certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, Certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual, bem como comprovante indicativo da capacidade de comunicar-se na língua portuguesa, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3328/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0034613/2021
Interessado: Ramez Sliby

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 3329/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: MBAYE CISSE
Processo: 235881.0034451/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada ao requerente certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, Certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual, bem como comprovante indicativo da capacidade de comunicar-se na língua portuguesa, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3334/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: PETERSON CESAIRE
Processo: 235881.0030795/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, considerando que foi solicitado ao requerente atestado de antecedentes criminais do país de origem, bem como comprovante de que sabe comunicar-se em língua portuguesa, que não foram apresentados até a presente data, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3335/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: JEAN MICHELET JEAN LOUIS
Processo: 235881.0030792/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada ao requerente a legalização brasileira da certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual, bem como comprovante indicativo da capacidade de comunicar-se na língua portuguesa, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3336/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: SONY GABAUD
Processo: 235881.0030756/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada a certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual, bem como comprovante indicativo da capacidade de comunicar-se na língua portuguesa, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3337/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: EMMANUEL MAIGNAN
Processo: 235881.0030483/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada a certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, bem como comprovante indicativo da capacidade de comunicar-se na língua portuguesa, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3339/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: SAINT VILIERE ERILUS
Processo: 235881.0029853/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada Comprovante de situação cadastral do Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, Certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual, bem como comprovante indicativo da capacidade de comunicar-se na língua portuguesa, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3340/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0029710/2021
Interessado: EYMAN FAISAL ALTAHIR ALGAK

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente é menor de idade e, portanto, não atende as exigências de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira e não possui 4 (quatro) anos de residência por prazo indeterminado, contidas nos incisos I e II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 3341/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: DUNEAU CALIXTE
Processo: 235881.0029530/2021

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, Certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual, bem como comprovante indicativo da capacidade de comunicar-se na língua portuguesa, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3342/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento
Processo Naturalizar-se nº: 235881.0029163/2021
Interessado: JONATHAN SALOMON

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação dos documentos: Certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal e Estadual; Atestado de antecedentes criminais ou documento equivalente emitido pelo país de origem legalizado e traduzido; Comprovante de residência; Comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3343/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0023179/2021
Interessado: JOSE ALEJANDRO QUIARO

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017 c/c art. 221, do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 3344/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0021374/2021
Interessada: MARIA AMELIA FERREIRA BAPTISTA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente é menor de idade e, portanto, não atende à exigência de ter capacidade civil, segundo a lei brasileira, contida no inciso I, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 3345/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0014009/2020
Interessado: MELQUIADES ALMENARES SÁNCHEZ

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017 c/c art. 221, do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 3346/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ

Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0012371/2020
Interessado: Christian David Pineda Garcia

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente apresentou o atestado de antecedentes criminais do país de origem vencido e sem a legalização, não anexou as certidões da Justiça Federal e Estadual e a declaração conjunta de ambos os cônjuges ou companheiros, sob as penas da lei, a respeito da continuidade de efetiva união, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3347/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Roberson Germain
Processo: 235881.0011376/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitada ao requerente a legalização brasileira da certidão de antecedentes criminais emitida pelo país de origem, certidão de antecedentes criminais emitida pela Justiça Federal, bem como comprovante indicativo da capacidade de comunicar-se na língua portuguesa, e não foram apresentados até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do Art. 40 da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3348/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Interessado: Martin Fernandez Huanca
Processo: 235881.0011275/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do apostilamento do atestado de antecedentes criminais do país de origem, que não foi apresentado até a presente data, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3349/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0010931/2020
Interessado: Diosbel Pourtier Jeronimo

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 15 (quinze) anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no art. 67 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 3350/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: ESTHER AKOSUA SAINYA ADU
Processo: 235881.0009652/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado, contado a partir da data do requerimento e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Despacho nº 3351/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0007363/2020
Interessado: FILIPE JOAQUIM KALENGUESSA

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017 c/c art. 221, do Decreto 9.199/2017.

Despacho nº 3352/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0007299/2020
Interessado: PATRICK JEUNE BOOLE

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não possui 4 anos de residência por prazo indeterminado e, portanto, não atende à exigência contida no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445, de 2017.

Despacho nº 3353/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Arquivamento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0007253/2020
Interessado: Fallou Mbengue

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, arquiva o pedido, tendo em vista o não cumprimento de exigência, nos termos do art. 40 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Despacho nº 3354/2021/DNN_Naturalizacao/DNN/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS/MJ
Assunto: Indeferimento do pedido
Interessado: NIDAL DARWESH
Processo: 235881.0003805/2020

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não conseguiu se comunicar durante o atendimento presencial/entrevista, e, portanto, não atende à exigência contida no inciso III, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

Declara que a correta grafia do nome de Antonio Daum, declarado cidadão brasileiro por meio da Portaria n.º 12766, de 14 de janeiro de 1948, processo n.º 33684-47, é Antonio Daum, e não como constou, e que a correta grafia do nome do seu genitor é Isidoro Daum, e não como constou.

Declara ainda que a exata data de nascimento de Antonio Daum é 05 de setembro de 1884, e não como constou. Processo nº 08018.026164/2021-12

Declara que o correto nome de JAIME VERGARAY CORAHUA, incluído na Portaria de Naturalização nº 3.109, de 30 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 31 de março de 2021, é JAIME MOISES VERGARAY CORAHUA, e não como constou. Processo nº 08460.002593/2020-95.

SIMONE ELIZA CASAGRANDE
Chefe

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Despacho SG nº 1255/2021
Processo Administrativo nº 08700.010731/2013-00 (Apartado de Acesso Restrito nº 08700.012479/2014-55)
Representante: Cade ex officio
Representados: Orion Eletric Corporation Ltd.; Thai CRT Company Limited; Joon Yong Park; Jeong Il Song; Yang Chen Ren; Shih-Ming Chen; Cheng Yuan Lin; Kazuteru Yasukawa; Yasuaki Hara Tomori; Kazutaka Nishimura; Montri Mahaplerkpong e Kyung Hoon Choi.
Advogados: Sergio Varella Bruna, Natalia Salzedas Pinheiro da Silveira, Samia Amaro Abdalla e outros.

Acolho a Nota Técnica nº 82 (SEI 0950181) e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na Nota Técnica, que seja publicado Edital de notificação dos Representados Orion Eletric Corporation Ltd.; Thai CRT Company Limited; Joon Yong Park; Jeong Il Song; Yang Chen Ren; Shih-Ming Chen; Cheng Yuan Lin; Kazuteru Yasukawa; Yasuaki Hara Tomori; Kazutaka Nishimura; Montri Mahaplerkpong e Kyung Hoon Choi,nos termos abaixo, no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação nacional, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da emissão da Certidão de nº SEI 0950176. Ademais, fiquem os Representados cientificados da Notificação por Edital acima, bem como de que: (i) a Notificação por Edital reger-se-á pelas regras previstas no artigo 70, §2º, da Lei nº 12.529/11 e nos artigos 56, VI, §§ 2º e 3º, e 58, I, II e III, e §§ 1º, 2º e 3º, todos do Regimento Interno do Cade e, subsidiariamente, pelo disposto na legislação processual civil, diante da previsão do artigo 115 da Lei nº 12.529/11; e (ii) o prazo de Defesa será comum de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 70 da Lei nº 12.529/2011 e do artigo 151, parágrafo único do Regimento Interno do Cade, a partir do fim do prazo de validade do Edital, de 20 (vinte) dias, sendo que esse último prazo é contado a partir da publicação do Edital de citação dos referidos Representados em jornal de grande circulação nacional. Decido, ainda, por considerar validamente notificados todos os demais Representados do polo passivo do presente Processo Administrativo. À Coordenação-Geral Processual para providenciar: (i) a afixação do Edital no Setor de Protocolo do Cade, desta data até findo o prazo de Defesa; e (ii) a juntada, aos Autos, do exemplar da publicação do Edital.

Despacho SG Nº 1.257/2021.
Processo Administrativo nº 08700.010979/2013-71 (Apartado de Acesso Restrito nº 08700.010786/2014-00)
Representante: SDE ex officio
Representados: Orion Eletric Coporation Ltd., Cheng Yuan Lin e Wen Jun Cheng.
Advogados: Sergio Varella Bruna, Natalia Salzedas Pinheiro da Silveira, Samia Amaro Abdalla e outros.

Acolho a Nota Técnica nº 83 (SEI 0950272) e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, em face dos fundamentos apontados na Nota Técnica, que seja publicado Edital de notificação dos Representados Orion Eletric Coporation Ltd., Cheng Yuan Lin e Wen Jun Cheng, nos termos abaixo, no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação nacional, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da emissão da Certidão de nº SEI 0950270. Ademais, fiquem os Representados cientificados da Notificação por Edital acima, bem como de que: (i) a Notificação por Edital reger-se-á pelas regras previstas no artigo 70, §2º, da Lei nº 12.529/11 e nos artigos 56, VI, §§ 2º e 3º, e 58, I, II e III, e §§ 1º, 2º e 3º, todos do Regimento Interno do Cade e, subsidiariamente, pelo disposto na legislação processual civil, diante da previsão do artigo 115 da Lei nº 12.529/11; e (ii) o prazo de Defesa será comum de 30 (trinta) dias, nos termos do artigo 70 da Lei nº 12.529/2011 e do artigo 151, parágrafo único do Regimento Interno do Cade, a partir do fim do prazo de validade do Edital, de 20 (vinte) dias, sendo que esse último prazo é contado a partir da publicação do Edital de citação dos referidos Representados em jornal de grande circulação nacional. Decido, ainda, por considerar validamente notificados todos os demais Representados do polo passivo do presente Processo Administrativo. À Coordenação-Geral Processual para providenciar: (i) a afixação do Edital no Setor de Protocolo do Cade, desta data até findo o prazo de Defesa; e (ii) a juntada, aos Autos, do exemplar da publicação do Edital.

Despacho SG Nº 1.261/2021.
Ato de concentração nº 08700.002605/2020-10
Requerentes: Bunge Alimentos S.A. e Imcopa - Importação, Exportação e Indústria de Óleos S.A. - Em Recuperação Judicial
Advogados: Francisco Todorov, Adriana Giannini e outros

O presente Ato de Concentração ("AC") trata da aquisição, pela Bunge Alimentos S.A. ("Bunge"), de duas plantas industriais da Imcopa - Importação, Exportação e Indústria de Óleos S.A. - Em Recuperação Judicial ("Imcopa" e, em conjunto com a Bunge, "Requerentes") localizadas nas cidades de Araucária e Cambé, no Estado do Paraná ("Operação"). O AC foi aprovado sem restrições na 168ª Sessão Ordinária de Julgamento realizada em 4.11.2020, por decisão unânime do Plenário (SEI nº 0828020), nos termos do voto do Conselheiro-Relator Sérgio Costa Ravagnani (SEI nº 0826699). A decisão transitou em julgado em 17.11.2020 (SEI nº 0831013).

Posteriormente, em 19.03.2021, o Cade foi intimado de uma decisão judicial proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 1006561-23.2021.4.01.0000 (SEI nº 0881845), interposto pela Associação Brasileira da Indústria da Cerveja - CervBrasil, na qual a 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região determinou:

(...) a suspensão dos efeitos da decisão do Plenário do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, que aprovou o ato de concentração nº 08700.002605/2020-10, devendo, ainda, os estudos técnicos apresentados pela Associação recorrente serem devidamente examinados pelo referido Conselho, assegurado o contraditório e o devido processo legal, até ulterior deliberação desta Relatoria, após a resposta dos recorridos.

Ato contínuo, o Presidente do Cade encaminhou os autos a esta SG "para a adoção das providências cabíveis e posterior remessa ao Tribunal do Cade com suas conclusões" (SEI nº 0884277).

Em 17.08.2021, a Bunge apresentou cópia de petição (SEI nº 0946750) protocolada pela empresa nos autos do processo de recuperação judicial do Grupo Imcopa - processo nº 0000155-53.2013.8.16.0025, em trâmite perante a 1ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de Curitiba/PR -, na qual confirmou ao juízo competente a "extinção de pleno direito" dos contratos relativos à aquisição das plantas industriais da Imcopa, nos seguintes termos:

23. Dessa forma, a Bunge confirma a "extinção de pleno direito" dos Contratos de Compra e Venda: (i) seja em razão do decurso do prazo para fechamento da aquisição das UPIs - em razão da não implementação pelas Recuperandas das condições precedentes de sua responsabilidade -, (ii) seja em decorrência da comunicação das Recuperandas à Bunge em sua notificação datada de 09/03/2021 expressamente nesse sentido. Como consequência estão inviabilizadas ou prejudicadas a arrematação e a continuidade do atual procedimento de alienação.

24. Em vista disso, entende a peticionária que deverá ser convocada nova AGC para deliberação acerca do pagamento dos Créditos Reestruturados Cedidos, nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

Verifica-se, portanto, que o documento apresentado pela Bunge atesta o cancelamento dos contratos de compra e venda que constituíam o objeto do negócio celebrado entre as Requerentes - e, por conseguinte, também o objeto da Operação analisada pelo Cade.

Diante do exposto, determino o arquivamento do Ato de Concentração nº 08700.002605/2020-10, pela perda de seu objeto. O recolhimento da taxa processual será mantido em razão da movimentação da máquina administrativa.

DIOGO THOMSON DE ANDRADE
Superintendente-Geral
Interino

DESPACHOS DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Despacho SG Nº 1.263/2021. Ato de Concentração nº 08700.004063/2020-10. Requerentes: Andreta Motors Ltda. e CMD Motors Ltda. Advogados: Michelle Sobreira Ricciardi e Cristiano Diogo de Faria. Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, integro as razões do Parecer Técnico nº 353/2021/CGAA5/SGA1/SG (SEI 0950493) à presente decisão, inclusive quanto à sua motivação. Nos termos dos arts. 13, XII, e art. 57, I, da Lei nº 12.529/11, decido pela aprovação sem restrições do presente ato de concentração.

Despacho SG Nº 1.272/2021. Ato de Concentração nº 08700.004051/2021-68. Requerentes: BRB - Banco de Brasília S.A., BRB Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Genial Investimentos Corretora de Valores Mobiliários S.A. Advogados: José Alexandre Buaiz Neto e Daniel Costa Rebello. Decido pela aprovação sem restrições.

Despacho SG Nº 1.273/2021. Ato de Concentração nº 08700.004463/2021-06. Requerentes: Mercantil Regional Tratores Ltda. e Vamos Máquinas e Equipamentos S/A. Advogados: Nathalie Sato e Rabih Nasser. Decido pela aprovação sem restrições.

Despacho SG Nº 1.274/2021. Ato de Concentração nº 08700.003929/2021-48. Requerentes: Exto Incorporações e Empreendimentos Imobiliários S.A. e TGSP-85 Empreendimentos Imobiliários Ltda. Advogados: Eduardo Caminati, Marcio Bueno, Guilherme Misale e Carlos Eduardo Tobias. Decido pela aprovação sem restrições.

Despacho SG Nº 1.275/2021. Ato de Concentração nº 08700.004073/2021-28. Requerentes: MGM Holdings Inc. e Amazon.com, Inc. Advogados: Julia Krein, Bernardo Cascão, Caio Mario da Silva Pereira Neto e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Despacho SG Nº 1.276/2021. Ato de Concentração nº 08700.004141/2021-59. Requerentes: 3R Petroleum Offshore S.A. e Petróleo Brasileiro S.A. Advogada: Luciana Martorano. Decido pela aprovação sem restrições.

Despacho SG Nº 1.278/2021. Ato de Concentração nº 08700.004435/2021-81. Requerentes: Unimetal Indústria, Comércio e Empreendimentos Ltda. e Brasil Carbonos S.A. Advogados: Patricia Agra Araujo, Eduardo Caminati, Marcio Bueno, André Ferraz, Tatiane Siqui e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

PATRICIA ALESSANDRA MORITA SAKOWSKI
Superintendente-Geral
Substituta

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 2.206, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (Ibama), nomeado pelo Decreto de 09 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 09 de janeiro de 2019, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 8.973, de 24 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União do dia subsequente, e pelo Regimento Interno do Ibama, aprovado pela Portaria Ibama nº 2.542 de 23 de outubro de 2020, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 de outubro de 2020, resolve:

Art. 1º Errata da Portaria 1813, de 15 de julho de 2021, onde se lê " Aos 25 de janeiro de 2021" leia-se "15 de julho de 2021".

EDUARDO FORTUNATO BIM

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

PORTARIA Nº 30/SPG/MME, DE 3 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, no uso da competência outorgada pelo art. 1º, parágrafo único, da Portaria MME nº 347, de 10 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto no art. 4º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 3º da Portaria MME nº 252, de 17 de junho de 2019, e o que consta no Processo nº 48340.002598/2021-80, resolve:

Art. 1º Aprovar como prioritário, na forma do art. 2º, § 1, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, o projeto de investimento na atividade de produção e estocagem de biocombustíveis e da sua biomassa denominado "Investimentos destinados ao aumento da produção de Etanol relativa às safras 2021/22, 2022/23, 2023/24 e 2024/25", de titularidade da empresa BIOENERGÉTICA AROEIRA S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.355.201/0001-13, doravante denominada Sociedade Titular do Projeto, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme descrito no Anexo a esta Portaria.

Art. 2º A Sociedade Titular do Projeto deverá:

I - manter atualizada junto à Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis:

a) a relação das pessoas jurídicas que a integram; e

b) a identificação da sociedade controladora, no caso de sociedade titular do projeto constituída sob a forma de companhia aberta.

II - destacar, quando da emissão pública das debêntures, na primeira página do Prospecto e do Anúncio de Início de Distribuição ou, no caso de distribuição com esforços restritos, do Aviso de Encerramento e do material de divulgação, o número e a data de publicação da Portaria de aprovação e o compromisso de alocar os recursos obtidos no Projeto Prioritário aprovado; e

III - manter a documentação relativa à utilização dos recursos captados até cinco anos após o vencimento das debêntures ou dos certificados de recebíveis imobiliários ou após o encerramento do fundo de investimento em direitos creditórios, para consulta e fiscalização pelos órgãos de controle.

Art. 3º O projeto prioritário não será considerado implantado, na forma aprovada pela Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, na hipótese de se verificar a ocorrência das seguintes condições:

I - extinção ou revogação da autorização prevista no Anexo a esta Portaria; ou

II - atraso na implementação do projeto superior a cinquenta por cento em relação ao prazo entre a data de aprovação e a data de conclusão do empreendimento prevista no Anexo a esta Portaria.

Art. 4º A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP deverá informar ao Ministério de Minas e Energia, por meio da sua Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, e à Unidade da Receita Federal do Brasil com jurisdição sobre o estabelecimento matriz da Sociedade Titular do Projeto a ocorrência de situações que evidenciem a não implementação do projeto aprovado nesta Portaria.

Art. 5º A Sociedade Titular do Projeto deverá encaminhar ao Ministério de Minas e Energia, por meio da sua Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, no prazo de trinta dias a contar da sua emissão, cópia do ato de comprovação ou de autorização da operação comercial do projeto aprovado nesta Portaria, emitido pelo órgão ou entidade competente.

Art. 6º A Sociedade Titular do Projeto deverá observar, ainda, as demais disposições constantes na Lei nº 12.431, de 2011, no Decreto nº 8.874, de 2016, e na Portaria MME nº 252, de 2019.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MAURO FERREIRA COELHO

ANEXO

FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE APROVAÇÃO DE PROJETO COMO PRIORITÁRIO ENCAMINHADO PELA SOCIEDADE TITULAR DO PROJETO

1. Razão Social, Endereço, Telefone e CNPJ da Sociedade Titular do Projeto:	Razão Social: Bioenergética Aroeira S.A. Endereço: Rodovia BR 452, KM 77, s/n Tupaciguara/MG CEP 38.480-000 Telefone: (34) 3281-0500 CNPJ: 08.355.201/0001-13
2. Relação de Pessoas Jurídicas que Integram a Sociedade Titular do Projeto, com os respectivos CNPJ e percentuais de participação:	Aroeira Holding S.A. CNPJ: 35.738.114/0001-18 Participação: 100,00%
3. Identificação da Sociedade Controladora, no caso de a Sociedade Titular do Projeto ser constituída na forma de companhia aberta:	Não aplicável
4. Representante(s) Legal(is) da Sociedade Titular do Projeto, com respectivos nome, CPF, correio eletrônico e telefone:	Nome: Gabriel Feres Junqueira CPF: 322.239.768-67 Correio Eletrônico: gabrielfj@bioaroeira.com.br Telefone: (34) 3281-0500 Nome: Cesar Verri Neto CPF:195.024.588-85 Correio Eletrônico: cesarverri@bioaroeira.com.br Telefone: (34) 3281-0500
5. Denominação do Projeto:	Investimentos destinados ao aumento da produção de Etanol relativa às safras 2021/22, 2022/23, 2023/24 e 2024/25.
6. Número e Data do Ato de Outorga de Autorização, Concessão ou Ato Administrativo equivalente emitido pela ANP; ou Número e Data do Ato Administrativo equivalente, emitido por Órgão Estadual competente, em caso de Dutovias para a Prestação dos Serviços Locais de Gás Canalizado:	Autorização ANP nº 419, de 09/10/2014, DOU de 10/10/2014.
7. Localização do Projeto (Município(s) e Unidade(s) da Federação):	Tupaciguara, MG
8. Descrição do Projeto e Indicação dos Principais Elementos Constitutivos e Características:	Aumento da produção de Etanol ao longo das safras 2021/22, 2022/23, 2023/24 e 2024/25, através de investimentos nas atividades de ampliação, recuperação e manutenção da produção de cana-deaçúcar, incluindo corte, carregamento e transporte. As atividades de ampliação (expansão) e recuperação (reforma) referem-se às atividades de preparo do solo, plantio da cana e tratos da cana planta, e a atividade de manutenção diz respeito aos tratos de cana soca, destinado aos cuidados da cana já plantada e destinada ao corte.
9. Prazo Previsto para a Conclusão do Projeto:	03/2025

PORTARIA Nº 31/SPG/MME, DE 18 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º da Portaria MME nº 348, de 10 de setembro de 2019, tendo em vista o disposto no art. 3º do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, no art. 3º da Portaria nº 252, de 17 de junho de 2019, e o que consta no Processo nº 48340.000944/2019-71, resolve:

Art. 1º Fica mantida a aprovação como Prioritário, na forma do art. 2º, inciso III, do Decreto nº 8.874, de 11 de outubro de 2016, do Projeto de Investimento na Área de Infraestrutura de Gás Natural denominado Parque dos Gaviões - Bacia do Parnaíba, de titularidade da empresa ENEVA S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.423.567/0001-21, para os fins do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, enquadrado como prioritário por meio da Portaria nº 327, de 21 de agosto de 2019.

Art. 2º O Anexo da Portaria nº 327, de 21 de agosto de 2019, passa a vigorar acrescido do Anexo II desta Portaria.

Art. 3º A Portaria nº 327, de 21 de agosto de 2019, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

"Art. 1º-A Os contratos de concessão indicados nos Anexos desta Portaria integram o projeto Parque dos Gaviões - Bacia do Parnaíba para todos os seus efeitos.

Art. 1º-B Os blocos de concessão que integram o projeto Parque dos Gaviões - Bacia do Parnaíba que foram e/ou que vierem a ser devolvidos à União gozam plenamente de seu enquadramento como prioritário do momento de publicação da portaria até o momento de sua devolução.

Art. 3º ---

---

§1º - Para efeito do cálculo do tempo de atraso previsto no caput, devem ser considerados os efeitos dos ajustes solicitados pela empresa à ANP relativamente às previsões de investimentos, aos cronogramas de execução, aos planos de trabalho e de orçamento aprovados pela ANP na forma do Plano Anual de Trabalho (PAT) e do Orçamento Anual de Trabalho (OAT), se forem devidamente e tempestivamente analisados e aprovados pela Agência, devendo o atraso ser calculado com base nos novos prazos de execução das etapas do projeto.

§2º - Os ajustes realizados nas previsões de execução do projeto devem ser informados pela ANP à Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, após sua análise e aprovação pela Agência."

Art. 4º Na Portaria nº 327, de 21 de agosto de 2019:

Onde se lê:

"Representante(s) Legal(is) da Sociedade Titular do Projeto:

PEDRO ZINNER, Diretor Presidente e Diretor de Relação Com Investidores - brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade nº 09.370.074-8, emitida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 034.007.097-86.

LINO LOPES CANÇADO, Diretor- brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 07.924.465-3, emitida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.321.167-00.

LUÍS ALFREDO DE PAULA VASCONCELOS, Diretor - brasileiro, casado, químico, portador da Cédula de Identidade nº 07.212.047-0, emitida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 887.221.717-20.

MARCELO CAMPOS HABIBE, Diretor - brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade nº 11.856849, emitida pela SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 052.949.797-21.

Todos residentes e domiciliados na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Praia de Botafogo, nº 501, Bloco I, Sala 701, Parte, CEP 22.250-040."

Passa-se a ler:

"Representante(s) Legal(is) da Sociedade Titular do Projeto, com respectivos nome, CPF, correio eletrônico e telefone:

PEDRO ZINNER, Diretor Presidente e Diretor de Relação Com Investidores - brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade nº 09.370.074-8, emitida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 034.007.097-86. Pedro.zinner@eneva.com.br +55 21 3721-3000

LINO LOPES CANÇADO, Diretor- brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 07.924.465-3, emitida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.321.167-00. Lino.cancado@eneva.com.br +55 21 3721-3000

MARCELO CAMPOS HABIBE, Diretor - brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade nº 11.856849, emitida pela SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 052.949.797-21.

Sr. Marcelo Cruz Lopes, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da cédula de identidade nº 09900441-8, emitida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 045.022.147-44.

Todos residentes e domiciliados na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com escritório na Praia de Botafogo, nº 501, Bloco I, 4º Andar, Parte, CEP 22.250-040. +55 21 3721-3000."

Onde se lê:

"O Escopo do Projeto é o exercício das atividades de Exploração e Avaliação de Descoberta nos Blocos PN-T-101, PN-T-103, PN-T-146, PN-T-163, PN-T-69, PN-T-84, PN-T-87, PN-T-117, PN-T- 118, PN-T-119, PN-T-133, PN-T-134, PN-T-102, PN-T-48, PN-T-49 e PN-T-67 e das atividades de Desenvolvimento e Produção de Gás Natural nos Campos de Gavião Tesoura, Gavião Preto, Gavião Branco Norte, Gavião Caboclo, Gavião Real, Gavião Branco, Gavião Vermelho e Gavião Azul, limitadas às atividades aprovadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), conforme detalhado abaixo:

I - Exploração:

a) Rodada 13 - Contratos de Concessão nº 48610.010792/2015-63 (PN-T-101_R13), 48610.010793/2015-16 (PN-T-103_R13), 48610.010799/2015-85 (PN-T-146_R13), 48610.010802/2015-61 (PN-T-163_R13), 48610.010795/2015-05 (PN-T-69_R13), 48610.010796/2015-41 (PN-T-84_R13), 48610.010797/2015-96 (PN-T-87_R13);

1. Vencimento do Primeiro Período Exploratório fixado em 23/12/2019 - Até esta data serão executadas atividades relativas à Aquisição e Interpretação Sísmica, Levantamento Aero Magnetométrico e Aero gravimétricos, Estudos Geológicos e Geofísicos. A partir do resultado destas atividades a Operadora prosseguirá ao 2º período exploratório; e

2. Vencimento do Segundo Período Exploratório fixado em 23/12/2021 - Até esta data será executada a perfuração de pelo menos 01 poço em cada bloco, ficando a perfuração de poços adicionais condicionada à anuência da ANP;

b) Rodada 14 - Contratos de Concessão nº 48610.012620/2017-96 (PN-T-117_R14), 48610.012619/2017-61 (PN-T-118_R14), 48610.012655/2017-25 (PN-T-119_R14), 48610.012621/2017-31 (PN-T-133_R14), 48610.012653/2017-36 (PN-T-134_R14);

1. Há um Período Exploratório Único com prazo fixado em 31/01/2024 - Até esta data serão executadas atividades relativas à Aquisição e Intepretação Sísmica, Estudos Geológicos e Geofísicos, bem como a perfuração de pelo menos um poço, ficando mais poços condicionados à identificação de estruturas de interesse e à anuência da ANP;

II - Avaliação de Descoberta (PAD):

a) Angical - Em 28/02/2019 foi solicitado à ANP que o PAD Angical fosse incorporado ao Campo de Gavião Preto, devido à contiguidade das áreas e maior eficiência econômica para desenvolvimento da área avaliada com esta medida. Em 23/05/2019, a Superintendência de Exploração da ANP aprovou o Relatório Final de Avaliação de Descoberta (RFAD) do PAD, e todas as atividades conduzidas no mesmo. O pleito de anexação segue sob análise da Superintendência de Desenvolvimento e Produção;

b) Araguaína - Ponto de decisão para perfuração de poço horizontal partilhado (HP) contingente: 15/06/2019. Entrega do Relatório Final de Avaliação de Descoberta e possível Declaração de Comercialidade prevista para 29/11/2019; e

c) Tianguar - Ponto de decisão para perfuração de Poço Contingente: 25/06/2019. Entrega do Relatório Final de Avaliação de Descoberta e possível Declaração de Comercialidade prevista para 04/10/2019;

III - Desenvolvimento:

a) Gavião Caboclo: o campo atualmente já está em produção. Está aprovada pela ANP a construção da Estação de Produção (EPGVC) no ano de 2021, a fim de aumentar a compressão no campo e permitir o transporte eficiente do gás nas dutovias;

b) Gavião Preto: está aprovada pela ANP a instalação de sessenta e nove quilômetros de Gasodutos em 2020 e construção da Estação de Produção (EPGVP) para o ano 2022; e

c) Gavião Branco Norte: Está aprovada pela ANP construção de Duto para interligação ao Campo de Gavião Branco, em 2020;

d) Gavião Tesoura: O Plano de Desenvolvimento foi encaminhado à ANP em 22/03/2019 e está sob avaliação da Agência.

As Áreas de Concessão da ENEVA são monetizadas através do modelo Reservoir-to-Wire/R2W, que é um modelo no qual a Usina Geradora de Energia Elétrica fica localizada próximo às reservas de gás natural. Assim, o sistema de produção de E&P é integrado ao modelo de geração, resultando em custos mais competitivos para produção e transporte do gás natural. Neste sentido, os investimentos no âmbito dos PEM, PADs e PDs podem ser acelerados ou reduzidos, a depender do despacho das Usinas Termoelétricas, razão pela qual as datas apresentadas são indicativas, podendo ser revisadas junto à ANP e sendo anualmente complementadas por meio dos Programas/Orçamento Anuais de Trabalho (PAT/OAT)."

Passa-se a ler:

"O Escopo do Projeto é o exercício das atividades de Exploração e Avaliação de Descoberta nos Blocos, PN-T-103, PN-T146, PN-T-163, PN-T-69, PN-T-87, PN-T117, PN-T- 118, PN-T-119, PN-T-133, PNT-134, PN-T-48, PN-T-49 e PN-T-67 e das atividades de Desenvolvimento e Produção de Gás Natural nos Campos de Gavião Tesoura, Gavião Preto, Gavião Branco Norte, Gavião Caboclo, Gavião Real, Gavião Branco, Gavião Vermelho, Gavião Azul e Gavião Carijó, limitadas às atividades aprovadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)."

Onde se lê:

"Prazo Previsto para Entrada em Operação Comercial (Data do 1º Gás):

I - Campo de Gavião Branco Norte: 1º/7/2020;

II - Campo de Gavião Preto: 1º/1/2021; e

III - Campo de Gavião Tesoura: 1º/1/2024."

Passa-se a ler:

"Prazo Previsto para Entrada em Operação Comercial ou Data do(s) Pagamento(s) de Bonificação pela Outorga (dia/mês/ano):

As datas estimadas, conforme atualmente aprovadas pela ANP por intermédio do Plano Anual de Trabalho são:

I - Campo de Gavião Branco Norte: 1º/7/2022;

II - Campo de Gavião Preto: 1º/7/2022; e

III - Campo de Gavião Tesoura: 1º/1/2023."

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ MAURO FERREIRA COELHO

ANEXO II

Adição de contratos ao escopo do projeto Parque dos Gaviões - Bacia do Parnaíba

1. Razão Social, Endereço, Telefone e CNPJ da Sociedade Titular do Projeto:
ENEVA S.A. Praia de Botafogo, nº 501, Bloco I, 4º Andar, Parte, Botafogo, CEP 22.250-040, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Telefone (21) 3721-3000 CNPJ/MF: 04.423.567/0001-21
2. Relação de Pessoas Jurídicas que Integram a Sociedade Titular do Projeto, com Respectivos CNPJ e Percentuais de Participação:
Eneva Fundo de Investimentos em Ação (Cambuhy) (CNPJ/MF nº 19.250.704/0001-40) - 22,89%; BANCO BTG PACTUAL S.A. (CNPJ/MF nº 30.306.294/0001- 45) - 22,90%; Dynamo Administração de Recursos Ltda. (CNPJ/MF: 72.116.353/0001-62). Atmos Capital Gestão de Recursos Ltda. (CNPJ/MF: 10.957.035/0001-77). Outros (Participação acionária pulverizada sendo que, individualmente, nenhum detentor possui mais de 5% das ações da ENEVA S.A.) - 43,74%. A Eneva não possui controladores.
3. Representante(s) Legal(is) da Sociedade Titular do Projeto:
PEDRO ZINNER, Diretor Presidente e Diretor de Relação Com Investidores - brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade nº 09.370.074-8, emitida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 034.007.097-86. Endereço eletrônico: pedro.zinner@eneva.com.br Telefone: +55 21 3721-3000 LINO LOPES CANÇADO, Diretor, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 07.924.465-3, emitida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 012.321.167-00. Endereço eletrônico: lino.cancado@eneva.com.br Telefone: +55 21 3721-3000 MARCELO CAMPOS HABIBE, Diretor, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade nº 11.856849, emitida pela SSP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 052.949.797-21. Endereço eletrônico: marcelo.habibe@eneva.com.br Telefone: +55 21 3721-3000
MARCELO CRUZ LOPES, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da cédula de identidade nº 09900441-8, emitida pelo IFP/RJ e inscrito no CPF sob o nº 045.022.147-44. Endereço eletrônico: marcelo.lopes@eneva.com.br Telefone: +55 21 3721-3000 Todos residentes e domiciliados na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, com Escritório na Praia de Botafogo, nº 501, Bloco I, 4º Andar, Parte, Botafogo, CEP: 22.250-040.
4. Denominação do Projeto:
Extensão Parque dos Gaviões - Oferta Permanente
5. Número e Data do Ato de Outorga de Autorização, Concessão ou Ato Administrativo Equivalente Emitido pela ANP:
Contratos de Concessão: PN-T-47_OP1 48610.222047/2019-99 PN-T-48_OP1 48610.222048/2019-33 PN-T-66_OP1 48610.222049/2019-88 PN-T-67A 48610.222050/2019-11 PN-T-68_OP1 48610.222051/2019-57 PN-T-102A_OP1 48610.222046/2019-44
6. Localização do Projeto (Município(s) e Unidade(s) da Federação):
Buriti Bravo; Colinas; Fortuna; Governador Luiz Rocha; Graça Aranha; Jatobá; Mirador; São Domingos do Maranhão; Tuntum; Altamira do Maranhão; Brejo de Areia; Paulo Ramos; Santa Inês; Santa Luzia; Vitorino Freire; Bacabal; Bom Lugar; Lago da Pedra; Lago do Junco; Olho d'Água das Cunhãs; Pio XII; Satubinha; Esperantinópolis; Lago dos Rodrigues; Lagoa Grande do Maranhão; Marajá do Sena; Poção de Pedras; São Raimundo do Doca Bezerra; São Roberto; Bernardo do Mearim; Igarapé Grande; Joselândia; Lima Campos; Pedreiras; Santo Antônio dos Lopes; São José dos Basílios; Trizidela do Vale; Capinzal do Norte; Codó; Dom Pedro; Gonçalves Dias; Governador Archer; Peritoró. Estado do Maranhão.
7. Descrição do Projeto e Indicação dos Principais Elementos Constitutivos e Características:
O projeto "Extensão Parque dos Gaviões - Oferta Permanente" objetiva uniformizar o enquadramento prioritário do portfólio da Eneva na bacia do Parnaíba. Por meio da Portaria nº 327/2019 os contratos de concessão detidos pela Eneva localizados na bacia do Parnaíba e oriundos das Rodadas 9, 13 e 14 foram enquadrados enquanto prioritários, viabilizando a prospecção de novas reservas em região de nova fronteira e desenvolvimento da produção de jazidas já comprovadas. Também em 2019, a Eneva foi exitosa na aquisição de seis novos contratos de concessão na bacia do Parnaíba. Devido a sua proximidade geográfica tais ativos vêm sendo avaliados de forma conjunta com o restante do portfólio. O Campo de Gavião Belo, localizado no bloco PN-T-102A, foi declarado comercial no dia 26 de fevereiro de 2021. O projeto em tela objetiva permitir o financiamento eficiente das atividades de E&P onshore, garantindo a exploração de recursos naturais da União de forma célere e responsável.
8. Prazo Previsto para Entrada em Operação Comercial (Data do 1º Gás):
14/02/2026.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 10.437. Processo nº 48500.004959/2019-28. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Janaúba 138 Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.609.833/0001-40, a implantar e explorar a UFV Profª. Heley de Abreu Silva Batista 1, CEG UFV.RS.MG.045712-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Janaúba, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.438. Processo nº 48500.004960/2019-52. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Janaúba 138 Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.609.833/0001-40, a implantar e explorar a UFV Profª. Heley de Abreu Silva Batista 2, CEG UFV.RS.MG.045713-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 50.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Janaúba, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.439. Processo nº 48500.004961/2019-05. Interessado: Usina de Energia Fotovoltaica Janaúba 138 Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 32.609.833/0001-40, a implantar e explorar a UFV Profª. Heley de Abreu Silva Batista 3, CEG UFV.RS.MG.045714-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 25.000 kW de Potência Instalada, localizada no município de Janaúba, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

A íntegra destas Resoluções consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÕES AUTORIZATIVAS DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Nº 10.440. Processo nº 48500.006725/2019-15. Interessado: UFV Vista Alegre I e UFV Vista Alegre II Energia SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.856.405/0001-00, a implantar e explorar a UFV Vista Alegre I, CEG UFV.RS.MG.046553-4.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 41.244 kW de Potência Instalada, localizada no município de Janaúba, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.441. Processo nº 48500.006726/2019-60. Interessado: UFV Vista Alegre I e UFV Vista Alegre II Energia SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.856.405/0001-00, a implantar e explorar a UFV Vista Alegre II, UFV.RS.MG.046554-2.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 41.244 kW de Potência Instalada, localizada no município de Janaúba, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.442. Processo nº 48500.006727/2019-12. Interessado: Vista Alegre I Energia SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.409.480/0001-59, a implantar e explorar a UFV Vista Alegre III, UFV.RS.MG.046555-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 41.244 kW de Potência Instalada, localizada no município de Janaúba, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.443. Processo nº 48500.006734/2019-14. Interessado: Vista Alegre II Energia SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.410.827/0001-83 a implantar e explorar a UFV Vista Alegre IV, UFV.RS.MG.046556-9.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 41.244 kW de Potência Instalada, localizada no município de Janaúba, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.444. Processo nº 48500.006728/2019-59. Interessado: Vista Alegre III Energia SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.409.439.572/0001-39 a implantar e explorar a UFV Vista Alegre V, UFV.RS.MG.046557-7.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 41.244 kW de Potência Instalada, localizada no município de Janaúba, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.445. Processo nº 48500.006729/2019-01. Interessado: Vista Alegre IV Energia SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.409.439/0001-82, a implantar e explorar a UFV Vista Alegre VI, UFV.RS.MG.046558-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 41.244 kW de Potência Instalada, localizada no município de Janaúba, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.446. Processo nº 48500.006730/2019-28. Interessado: Vista Alegre V Energia SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.409.541/0001-88, a implantar e explorar a UFV Vista Alegre VII, UFV.RS.MG.046559-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 41.244 kW de Potência Instalada, localizada no município de Janaúba, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.447. Processo nº 48500.006731/2019-72. Interessado: Vista Alegre VI Energia SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.409.488/0001-15, a implantar e explorar a UFV Vista Alegre VIII, UFV.RS.MG.046560-7.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 41.244 kW de Potência Instalada, localizada no município de Janaúba, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.448. Processo nº 48500.006732/2019-17. Interessado: Vista Alegre VIII Energia SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.856.382/0001-34, a implantar e explorar a UFV Vista Alegre IX, UFV.RS.MG.046561-5.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 41.244 kW de Potência Instalada, localizada no município de Janaúba, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.449. Processo nº 48500.006733/2019-61. Interessado: Vista Alegre IX Energia SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.409.641/0001-04, a implantar e explorar a UFV Vista Alegre X, UFV.RS.MG.046562-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 41.244 kW de Potência Instalada, localizada no município de Janaúba, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.450. Processo nº 48500.005101/2020-14. Interessado: Vista Alegre X Energia SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.854.914/0001-02, a implantar e explorar a UFV Vista Alegre XI, UFV.RS.MG.049655-3.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 41.244 kW de Potência Instalada, localizada no município de Janaúba, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.451. Processo nº 48500.005099/2020-83. Interessado: Vista Alegre XI Energia SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.856.363/0001-08, a implantar e explorar a UFV Vista Alegre XII, UFV.RS.MG.049656-1.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 41.244 kW de Potência Instalada, localizada no município de Janaúba, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.452. Processo nº 48500.005100/2020-70. Interessado: Vista Alegre XII Energia SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.856.352/0001-28, a implantar e explorar a UFV Vista Alegre XIII, UFV.RS.MG.049657-0.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 41.244 kW de Potência Instalada, localizada no município de Janaúba, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.453. Processo nº 48500.005102/2020-69. Interessado: Vista Alegre XIII Energia SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.409.685/0001-34, a implantar e explorar a UFV Vista Alegre XIV, UFV.RS.MG.049658-8.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 41.244 kW de Potência Instalada, localizada no município de Janaúba, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

Nº 10.454. Processo nº 48500.005098/2020-39. Interessado: Vista Alegre XIV Energia SPE Ltda. Objeto: Autorizar a Interessada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.435.602/0001-81, a implantar e explorar a UFV Vista Alegre XV, UFV.RS.MG.049659-6.01, sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica, com 41.244 kW de Potência Instalada, localizada no município de Janaúba, estado de Minas Gerais. Prazo da outorga: Trinta e cinco anos.

A íntegra destas Resoluções consta nos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.483, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEl, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003778/2021-07. Interessada: Enel Distribuição Ceará. Objeto: declara de utilidade pública, para desapropriação, em favor da Enel Distribuição Ceará, a área de terra necessária à implantação da Subestação 69/13,8 kV Pindoretama, localizada no município de Pindoretama, estado do Ceará. A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.486, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003813/2021-80. Interessada: Vale do Cavernoso Geração de Energia Ltda. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Vale do Cavernoso Geração de Energia Ltda., as áreas de terra necessárias à passagem da Linha de Transmissão PCH Cavernoso IV - EC PCH Cavernoso III - SE Laranjeiras do Sul, localizada nos municípios de Laranjeiras do Sul, Virmond, Cantagalo e Candói, estado do Paraná. A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.488, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003646/2021-77. Interessadas: Anemus Wind 1 Participações S.A., Anemus Wind 2 Participações S.A. e Anemus Wind 3 Participações S.A. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Anemus Wind 1 Participações S.A., Anemus Wind 2 Participações S.A. e Anemus Wind 3 Participações S.A., a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão Anemus - Currais Novos II, localizada no município de Currais Novos, estado do Rio Grande do Norte .A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.489, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003740/2021-26. Interessada: Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern, a área de terra necessária à passagem do trecho de Linha de Distribuição que perfaz o seccionamento da Linha de Distribuição Mossoró II - Dix Sept Rosado C1, na Subestação Belo Horizonte, localizada no município de Mossoró, estado do Rio Grande do Norte. A íntegra desta Resolução e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 10.492, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.003811/2021-91. Interessada: Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda. Objeto: Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Atlas Brasil Comercializadora de Energia Ltda., a área de terra necessária à passagem da Linha de Transmissão SE Coletora UFV Boa Sorte - SE Paracatu 4, localizada no município de Paracatu, estado de Minas Gerais. A íntegra desta Resolução e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

DESPACHO Nº 2.539, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.003360/2020-19, decide conhecer do recurso interposto pela Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A. - EMT, em face do Despacho nº 921/2021, emitido pela Superintendência de Mediação Administrativa, Ouvidoria Setorial e Participação Pública -SMA , para no mérito negar-lhe provimento, e, determinar o integral cumprimento do Despacho nº 921/2021, em até 15 (quinze) dias contados da publicação desta Decisão.

ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA

RETIFICAÇÃO

Na íntegra da Resolução Autorizativa nº 10.346, de 10 de agosto de 2021, constante do Processo nº 48500.000660/2000-12, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca, cujo resumo foi publicado no DOU de 16.08.2021, seção 1, p. 37, v. 159, n. 154, onde se lê: "art. 4º, Inciso único - Início da operação comercial (Unidades Geradoras 1 a 4) até 31/8/2023" leia-se: "art. 4º, Inciso único - Início da operação comercial (Unidades Geradoras 1 a 4) até 31/8/2021."

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.574, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Processos nº 48500.003762/2021-96. Interessado: BDE Energia Holding Importadora Limitada., Decisão: registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga - DRO das Centrais Geradoras., Fotovoltaicas - UFVs relacionadas no ANEXO I deste Despacho, localizadas no município de Damianópolis, no estado de Goiás. A íntegra deste Despacho e seu Anexo constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.580, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº 48500.003561/2021-99. Interessado: COMEL - Comercializadora de Energia Liasa Ltda. Decisão: Autorizar a empresa COMEL - Comercializadora de Energia Liasa Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 39.953.546/0001-00, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da CCEE. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

DESPACHO Nº 2.616, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº: 48500.004159/2021-21. Interessada: São Roque Energia Ltda. Decisão: (i) conferir o DRI-PCH referente à PCH Cantu 1, com potência instalada de 15.000 kW, cadastrada sob o CEG: PCH.PH.PR.033876-1.01, localizada no rio Cantu, no estado do Paraná; e (ii) esse DRI-PCH não poderá ser conferido a outros interessados. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RENATO MARQUES BATISTA
Superintendente Adjunto

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 2.617, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº: 48500.005172/2018-01. Interessada: Borborema Transmissão de Energia S.A. - BORBOREMA Decisão: (i) atestar a conformidade das características técnicas do projeto básico das instalações de transmissão objeto do Contrato de Concessão nº 15/2018-ANEEL, elaborado pela Borborema Transmissão de Energia S.A. - BORBOREMA em conformidade com as demais especificações e requisitos técnicos das instalações de transmissão descritas no Anexo I do Contrato de Concessão de Transmissão nº 15/2018-ANEEL; (ii) reconhecer a totalidade dos valores correspondentes a segunda fatura referentes aos estudos vinculados a concessão, descritos na Décima Primeira Subcláusula da Cláusula Quarta do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 15/2018-ANEEL. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 28 de agosto de 2021.

Nº 2.622 - Processo nº: 48500.000687/2020-21. Interessados: Eólica Serra do Mato I Energy S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Serra do Mato I. Unidades Geradoras: UG3 a UG5, de 4.200,00 kW cada. Localização: Município de Trairi, no estado do Ceará.

Nº 2.623 - Processo nº: 48500.000688/2020-75. Interessados: Eólica Serra do Mato II Energy S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Serra do Mato II. Unidades Geradoras: UG1 a UG3, de 4.200,00 kW cada. Localização: Município de Trairi, no estado do Ceará.

Nº 2.624 - Processo nº: 48500.000564/2019-56. Interessados: Ventos de São Felipe Energias Renováveis S.A. Modalidade: Operação comercial. Usina: EOL Ventos de Santa Martina 11. Unidades Geradoras: UG6, de 4.200,00 kW. Localização: Município de Riachuelo, no estado do Rio Grande do Norte.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

RODRIGO CESAR NEVES MENDONÇA
Superintendente Adjunto

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 2.620, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Processo nº.48500.004156/2021-98 Interessados: Cooperativas permissionárias de distribuição de energia elétrica. Decisão: fixar os valores das subvenções para Cooperativas, Permissionárias e Concessionária, com baixa densidade de carga supridas pela Celesc Distribuição S.A.. A íntegra deste Despacho e seu anexo constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.614, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso da atribuição delegada por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e de acordo com o que consta no Processo nº 48500.000374/2018-58, decide (i) determinar à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, nos termos da Resolução Autorizativa nº 7.385, de 9 de outubro de 2018, efetue o pagamento de R$ 2.702.398,17 (dois milhões, setecentos e dois mil, trezentos e noventa e oito reais e dezessete centavos) à INTEC Instalações Técnicas de Engenharia Ltda, referente à vigésima nona medição das obras para a implantação da Linha de Transmissão 138 kV interligando as subestações Silves/Itacoatiara, no município de Itacoatiara, no Estado Amazonas; e (ii) R$ 21.966,29 (vinte e um mil, novecentos e sessenta e seis reais e vinte e nove centavos) à empresa Amazonas Distribuidora de Energia S.A., relativos a tributos incidentes no serviço descrito no item (i).

ALESSANDRO D´AFONSECA CANTARINO

DESPACHO Nº 2.621, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições delegadas por meio da Portaria nº 4.163, de 30 de agosto de 2016, e tendo em vista o que consta na Portaria n° 5, de 5 de abril de 2021, do Ministério de Minas e Energia - MME e no Processo nº 48500.002673/2021-22, decide: (i) conhecer e, no mérito, dar provimento à solicitação da Delta Geração de Energia Investimentos e Participações Ltda. para homologação do Custo Variável Unitário - CVU, para operação a óleo diesel, da Usina Termelétrica - UTE William Arjona, código CEG: UTE.GN.MS.027075-0.01; e (ii) determinar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS a aplicação dos valores constantes na tabela abaixo, para fins de planejamento e programação da operação eletroenergética do SIN, entre 29 de agosto de 2021 e 28 setembro de 2021, e pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para fins de contabilização da geração verificada no mesmo período.

Item homologado, nos termos da Portaria MME n° 5/2021, para operação a óleo diesel	Valor
CVU (sem a inclusão dos custos fixos) (1)	R$ 1.924,18/MWh
Parcela de custo fixo	R$ 118,21/MWh
CVU (com a inclusão dos custos fixos) (2)	R$ 2.042,39/MWh
Montante de geração necessário à recuperação dos custos fixos	1.118.247 MWh

(1) CVU válido após o atingimento do montante de geração para recuperação dos custos fixos.

(2) CVU válido até o atingimento do montante de geração para recuperação dos custos fixos.

ALESSANDRO D´AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO

DESPACHO Nº 2.618, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003965/2021-82, decide: (i) indeferir os pedidos da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - ISA CTEEP, referentes: (i.a) ao enquadramento como caso fortuito ou força maior e consequente isenção de aplicação da Parcela Variável por Indisponibilidade - PVI à sua Receita Anual Permitida para indisponibilidades apuradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ocasionadas em virtude de quedas de balões em suas instalações ; e (i.b) ao enquadramento como caso fortuito e força maior e consequente isenção da aplicação de PVI devido a indisponibilidade programada do circuito 1 da LT 345 kV Interlagos/Xavantes, ocorrida no dia 27 de março de 2021.

LEONARDO MENDONÇA OLIVEIRA DE QUEIROZ

DESPACHO Nº 2.619, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSMISSÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 3.924, de 29 de março de 2016, e tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.003834/2021-03, decide indeferir o pleito da SE Vineyards Transmissora de Energia S.A. - Vineyards de emissão de Termo de Liberação de Receitas - TLR para a LT 230 kV Candiota 2/Bagé 2 com vigência a partir de 31 de maio de 2021.

LEONARDO MENDONÇA OLIVEIRA DE QUEIROZ

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO ANM Nº 80, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Restabelece o art. 28, § 2º, da Consolidação Normativa do DNPM, aprovada pela Portaria DNPM nº 155, de 12 de maio de 2016.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM, no exercício das competências que lhe foram outorgadas pelo art. 2º da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, pelo art. 9º, inciso II, da Estrutura Regimental da ANM, aprovada na forma do Anexo I do Decreto nº 9.587, de 27 de novembro de 2018, e pelo art. 10, inciso II, do Regimento Interno da ANM, aprovado na forma do Anexo II da Resolução ANM nº 2, de 12 de dezembro de 2018,

CONSIDERANDO que o art. 98 da Resolução nº 16, de 25 de setembro de 2019, equivocadamente, determinou a revogação do § 2º do art. 28, da Consolidação Normativa do DNPM, aprovada pela Portaria DNPM nº 155, de 12 de maio de 2016, bem como o constante dos autos do processo nº 48051.001578/2021-47;, resolve:

Art. 1º Restabelecer o art. 28, § 2º, da Consolidação Normativa do DNPM, aprovada pela Portaria DNPM nº 155, de 12 de maio de 2016, com a seguinte redação:

"Art. 28 .....

.....

§ 2º Para o fim previsto no artigo 80, última parte, considera-se legitimado a acessar o RAL o superficiário das áreas oneradas, mediante apresentação do comprovante de propriedade ou de regular ocupação do imóvel correspondente."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR HUGO FRONER BICCA
Diretor-Geral

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 257/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Auto de Infração - REL PESQ(639)
831.073/2012-RAMON DE PAULA BRAGA- AI N°9027/2020/GER-MG/DIREM-MG
Torna sem efeito despacho publicado(192)
833.099/2015-ATLANTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E MINERACAO LTDA- DOU de 27/07/2021
Fase de Requerimento de Lavra
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1280)
831.404/2001-DRAGAGEM BRASIL LTDA EPP - Publicado DOU de 09/072014, Relação n° 451/2014, Seção , pág. - Onde se lê: "... BONFIM/MG e BRUMADINHO/MG...". Leia-se: "... BELO VALE/MG, BONFIM/MG e BRUMADINHO/MG...".
833.043/2004-MINERADORA DE AGUA ARAXA LTDA - Publicado DOU de 27/08/2014, Relação n° 543/2014, Seção , pág. - Onde se lê: "... ARAXÁ/MG...".Leia-se: "... ARAXÁ/MG e SACRAMENTO/MG...".
830.596/2010-JAZIDA LINDA FLOR LTDA ME - Publicado DOU de 15/082018, Relação n° 324/2018, Seção 1, pág. - Onde se lê: "Aprova o relatório de pesquisa 830.596/2010-" ..... - Substancia: Minério de Manganês - ....." Leia-se: " Aprova o relatório de pesquisa 830.596/2010 -" ..... Substâncias: Minério de Manganês e Areia "
Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o cancelamento do Alvará de Pesquisa(1780)
832.086/2003-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA- Publicado DOU de 16/08/2021- Alvará de Pesquisa n° 10338/2006

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 258/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
831.724/2005-PEDRO EMILIO RUIZ BALDE-Água Mineral-Soledade de Minas/MG
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
833.906/2007-FREDERICO DIEHL TRAVASSOS BARONE-ALVARÁ N°9354/2008
830.565/2017-PREMOVALE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA-ALVARÁ N°616/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.035/2015-RUSTONN MINERACAO EIRELI ME-OF. N°26469/2021/DIREM-MG/ANM
830.681/2011-MINERACAO SANTA INES LTDA-OF. N°26471/2021/DIREM-MG/ANM
832.295/2007-ROGERIO MARIANO DE ANDRADE ME-OF. N°26516/2021/DIREM-MG/ANM
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
831.947/1988-UNIAO BOSCATTI PARTICIPAÇAO E ADMINISTRAÇÃO SA- Nome da Fonte: Midas - Marca: Belo Monte - Volumetria: 20L, sem gás- IGARAPÉ/MG
832.347/1993-SCHERRER & MERKLEIN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.- Nome das Fontes: Sete Salões e do Vale - Marca: Krenak -Volumetria: 510 mL, 1,5 L, 5L, 10L, 20L e copinhos 200 mL (sem gás); 510 mL e 1,5L (com gás)- RESPLENDOR/MG
830.872/2001-EMPREITEIRA SUL BRASIL LTDA- Nome da Fonte: Dádiva Preciosa - Marca: Ariguá - Volumetria: 20L, 1,5L e 500 mL- BONFIM/MG
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

831.750/2013-SERRAN INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°22574/2021/DFMNM-MG/ANM
831.596/2003-CERAMICA MASSAMBARÁ LTDA-OF. N°24563/2021/DFMNM-MG/ANM
830.763/2010-CASCALHEIRA LOPES & FILHOS LTDA-OF. N°25339/2021/DFMNM-MG/ANM
831.940/2018-L. A. FERNANDES-OF. N°26345/2021/DFMNM-MG/ANM
830.562/1999-MINASGOIAS MINERAÇÃO BERGAMO LTDA-OF. N°25940/2021/DFMNM-MG/ANM
831.705/1999-CLAUDIO PRATES ZAGO-OF. N°26276/2021/DFMNM-MG/ANM
830.565/2008-COSTA E VITA LTDA ME-OF. N°25900/2021/DFMNM-MG/ANM
831.170/2013-SMART 44 MINERACAO LTDA-OF. N°25899/2021/DFMNM-MG/ANM
830.996/1980-ENGESOL INDÚSTRIA E MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°25885/2021/DFMNM-MG/ANM
830.539/1999-PORTO SAO LOURENCO LTDA-OF. N°25869/2021/DFMNM-MG/ANM
831.175/2009-JOENIO & MESSIAS TRANSPORTE LTDA-OF. N°25641/2021/DFMNM-MG/ANM
832.232/2009-GERDAU AÇOS LONGOS S.A.-OF. N°25637/2021/DFMNM-MG/ANM
832.233/2009-GERDAU AÇOS LONGOS S.A.-OF. N°25635/2021/DFMNM-MG/ANM
830.653/2017-DELTA SUCROENERGIA S A-OF. N°25557/2021/DFMNM-MG/ANM
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
831.596/2003-Ceramica Massambará Ltda- AI N°2805 e 2806 /2021/GER-MG/DFMNM-MG. (Proc.Adm. 932.176/2021 e 932.177/2021)
831.700/2007-Cerâmica Tradição Limitada Me- AI N°2885/2021/GER-MG/DFMNM-MG. (Proc.Adm..932.235/2021)
830.587/2008-Areia Lavada Santo Antônio Ltda Me- AI N°2886/2021/GER-MG/DFMNM-MG. - (Proc.Adm. 932.236/2021)
831.175/2009-Joenio & Messias Transporte Ltda- AI N°2984/2021/GER-MG/DFMNM-MG - (Proc.Adm. - 48054.932.284/2021-39)
Instaura processo administrativo de cancelamento do Registro de Licença/Prazo para defesa 30 dias.(658)
831.700/2007-CERÂMICA TRADIÇÃO LIMITADA ME- NOT Nº25277/2021/DFMNM-MG/ANM
830.587/2008-AREIA LAVADA SANTO ANTÔNIO LTDA ME- NOT Nº25289/2021/DFMNM-MG/ANM
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
830.996/1980-ENGESOL INDÚSTRIA E MINERAÇÃO LTDA ME- Registro de Licença N° 203?/1981 - Vencimento em 20/01/2030.
830.539/1999-PORTO SAO LOURENCO LTDA- Registro de Licença N° 31405?/2000 - Vencimento em Indeterminado
830.985/2006-ANTONIO RODRIGUES FERREIRA- Registro de Licença N° 32932/2006 - Vencimento em 18/02/2026
830.968/2009-AREIA E ARGILA SILVA LTDA- Registro de Licença N° 3959?/2013 - Vencimento em 17/11/2023.
830.653/2017-DELTA SUCROENERGIA S A- Registro de Licença N° 5.188/2019 - Vencimento em 05/03/2025.
830.565/2008-COSTA E VITA LTDA ME- Registro de Licença N° 4934/2017 - Vencimento em 20/05/2031
831.940/2018-L. A. FERNANDES- Registro de Licença N° 5254/2020 - Vencimento em Indeterminado
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.624/1985-EMPRESA DE MINERACAO ALTOÉ LTDA.-OF. N°25336/2021/DFMNM-MG/ANM
832.704/2012-COMBRITA LTDA-OF. N°25320/2021/DFMNM-MG/ANM
830.988/2017-M M AREAL LTDA-OF. N°25331/2021/DFMNM-MG/ANM
830.135/2017-ISAMAR PEDRA ARDOSIA EIRELI-OF. N°25335/2021/DFMNM-MG/ANM
830.124/1998-CALAFURIA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°25338/2021/DFMNM-MG/ANM
833.860/2013-SILVINO BRAGA NETO-OF. N°26400/2021/DFMNM-MG/ANM
831.223/2012-MINERAÇÃO OLHOS D'AGUA LTDA EPP-OF. N°26397/2021/DFMNM-MG/ANM
830.715/1999-MINERACAO SANTA IZABEL LTDA-OF. N°26310/2021/DFMNM-MG/ANM
830.792/1988-GRANITOS MOREDO LTDA-OF. N°26308/2021/DFMNM-MG/ANM
830.849/2003-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA-OF. N°26306/2021/DFMNM-MG/ANM
831.180/2005-ADAMAS - MINERACAO E COMERCIO DE MINERIOS LTDA-OF. N°26273/2021/DFMNM-MG/ANM
830.754/2001-GRANITOS E MARMORES MACHADO LTDA-OF. N°26304/2021/DFMNM-MG/ANM
831.353/2006-F J SILVA ME-OF. N°25313/2021/DFMNM-MG/ANM
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
830.788/2021-LUIZA HELENA DE OLIVEIRA-OF. N°23113/2021/DFMNM-MG/ANM
831.488/2021-MARIA TEREZINHA FELICIANO ALVES-OF. N°26241/2021/DFMNM-MG/ANM
831.445/2021-MINERAÇÃO CARAÍ LTDA-OF. N°26077/2021/DFMNM-MG/ANM
830.563/1999-MINASGOIAS MINERAÇÃO BERGAMO LTDA-OF. N°25901/2021/DFMNM-MG/ANM
831.285/2021-ANDRADE SUN FARMS AGROCOMERCIAL LTDA-OF. N°25892/2021/DFMNM-MG/ANM
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
830.456/2021-AUGUSTUS EXTRACAO DE CASCALHO E EMPREENDIMENTOS - EIRELI
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
830.960/2021-MUNICIPIO DE MONTE AZUL-OF. N°25954/2021/DFMNM-MG/ANM
830.959/2021-MUNICIPIO DE MONTE AZUL-OF. N°25948/2021/DFMNM-MG/ANM
830.754/2021-MUNICÍPIO DE CAMPESTRE-OF. N°25943/2021/DFMNM-MG/ANM
830.958/2021-MUNICIPIO DE MONTE AZUL-OF. N°25946/2021/DFMNM-MG/ANM
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
830.627/2020-CAMPO BELO PREFEITURA- Registro de Extração N°11/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG/2021 de 20/08/2021

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 259/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
832.254/2016-WESLEY ARRUDA SPÓSITO M.E.
Multa aplicada-Não início de pesquisa comunicado/prazo para pagamento30 dias(1026)
832.254/2016-WESLEY ARRUDA SPÓSITO M.E.
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)
832.254/2016-WESLEY ARRUDA SPÓSITO M.E. -AI N°863/2021/GER-MG/DIREM-MG - (Processo Adm.: 48054.930667/2021-72)
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
831.955/2018-AREIAS DO PORTO LTDA-ARAXÁ/MG, PERDIZES/MG - Guia n° 287/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-14.850 t/ano-AREIA- Vigência da Guia:36 meses
833.900/2013-INTERFÁCIL MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS LTDA-ITABIRA/MG - Guia n° 286/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-100 KG/ ano-ESMERALDA e ÁGUA MARINHA (uso GEMA)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental)
830.603/2009-MTRANSMINAS MINERACOES LTDA-RIACHO DOS MACHADOS/MG - Guia n° 291/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-300.000 toneladas/ano-MINÉRIO DE FERRO (uso Industrial)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da emissão da Licença Ambiental
835.453/1994-STONE MINERAÇÃO LTDA-CONSELHEIRO PENA/MG, SANTA RITA DO ITUETO/MG - Guia n° 288/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-9.600,0 t/ano-GRANITO (Uso Revestimento)- Vigência da Guia:03 (três anos) a partir da publicação no DOU ou PL (o que vier primeiro)
830.002/2020-AGROTURFA MINERACAO AGRICOLA LTDA-CASCALHO RICO/MG, ESTRELA DO SUL/MG - Guia n° 285/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-10.000 toneladas/ano-TURFA (suplemento mineral para a agricultura)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação. Eficácia a partir da Emissão da Licença Ambiental)
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
834.123/2010-MOSAIC FERTILIZANTES P&K LTDA.
830.939/2017-MINERACAO TREMENDAL LTDA
830.023/2018-FERRO + MINERAÇÃO S.A.
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
833.182/2013-MAGMA PARTICIPAÇÕES LTDA - AI N°2683/2020/GER - MG/DIREM - MG
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
834.407/2007-BEMIL BENEFICIAMENTO DE MINÉRIOS LTDA-Topázio (cascalho mineralizado) (uso Industrial).-OURO PRETO/MG
832.110/2017-GUSTAVO EPOV DE ALMEIDA PRADO-Areia, Cascalho e Minério de Ouro-Guaraciaba/MG.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
833.671/2006-MINERACAO JBS LTDA-OF. N°26908/2021/DIREM-MG/ANM
831.292/2015-CARLOS HENRIQUE POGGIAN MENDONÇA-OF. N°26969/2021/DIREM-MG/ANM
830.615/2013-VIAMAR MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°27078/2021/DIREM-MG/ANM
833.109/2012-STONEQUARRIES DO BRASIL LTDA-OF. N°26654/2021/DIREM-MG/ANM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
834.591/2008-MARIA GERTRUDES COELHO VAREJAO-OF. N°27080/2021/DIREM-MG/ANM
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
830.242/2017-JULIO MAGALHÃES MORAES-ALVARÁ N°298/2018
832.160/2016-ATLANTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E MINERACAO LTDA-ALVARÁ N°568/2018
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
833.197/2013-COMERCIAL F NASCIMENTO LTDA ME-AI N°3171/2021/DIREM-MG/ANM - (PROCESSO ADM.: 48054.932475/2021-09)
Auto de Infração multa - início da pesquisa não comunicado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(1407)
832.940/2015-MG IRON CONSULTORIA EM MINERACAO LTDA- AI N°3328/2021/UAGV-MG/ANM - (Proc,Adm. - 48054.932.528/2021-83)
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
004.312/1960-VALE S.A.-OF. N°24248/2021/DFMIM-MG/ANM
002.132/1952-VALE S.A.-OF. N°24203/2021/DFMIM-MG/ANM
832.025/2014-VALE S.A.-OF. N°26097/2021/DFMIM-MG/ANM - Vale S A
001.119/1939-GBM EMPREENDIMENTOS E NEGOCIOS LTDA-OF. N°20491/2021/DFMIM-MG/ANM
833.108/2004-MML - METAIS MINERACAO LTDA-OF. N°19496/2021/DFMIM-MG/ANM
802.832/1977-EMFX MINERACAO LTDA-OF. N°26155/2021/DFMIM-MG/ANM
003.664/1942-CSN MINERAÇÃO S.A.-OF. N°26904/2021/DIREM-MG/ANM
830.512/1982-CSN MINERAÇÃO S.A.-OF. N°26905/2021/DIREM-MG/ANM
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(446)
004.312/1960-VALE S.A.- Início:18/02/2014-Término:18/02/2022
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
004.312/1960-VALE S.A.- AI N° 3982/2020/GER - MG/DFMIM - MG
Aceita defesa apresentada(475)
004.312/1960-VALE S.A.
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
832.025/2014-VALE S.A.-OF. N°26098/2021/DFMIM-MG/ANM
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(447)
000.712/1945-MINERAÇÕES BRASILEIRAS REUNIDAS SA- Início:06/02/2021-Término:06/02/2026
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
830.076/1986-AGUA MINERAL DA SERRA DA MANTIQUEIRA LTDA- Nova Água Mantiqueira da Serra Ltda. Nome da Fonte: Rio Claro I - Marca: Linfa da Serra - Volumetria: 510 mL e 1,5L, sem gás; 510 mL, com gás- DELFIM MOREIRA/MG
830.973/2003-EMPRESA MINERADORA ITAJIPORA LTDA- Nome da Fonte: Itajiporã - Marca: Acqua Balli - Volumetria:10L e 20L, sem gás- OURO FINO/MG
830.596/2000-JOSÉ DO CARMO NINNI MINERADORA- JCN Mineradora Ltda (anteriormente José do Carmo Ninni Mineradora Ltda.) -Nome da Fonte: Bom Retiro I - Marca: Origem - Volumetria: 10L (Caixa de Papelão / Embalagem plástica)-LAMBARI/MG
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
831.159/2013-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO AREAL DE MINAS-CLÁUDIO/MG, ITAPECERICA/MG - Guia n° 284/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-16.000 toneladas/ ano-AREIA (Agredado de uso na construção civil)- Vigência da Guia:3 ANOS (a partir de sua publicação)
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
831.683/2016-ANA CRISTINA BOTELHO ARAÚJO - ME- Registro de Licença N° 4930?/2017 - Vencimento em 12/03/2031.
831.179/2013-ROBERTO PORTO RABELO- Registro de Licença N° 4293/2014 - Vencimento em 05/01/2022.
830.765/2016-ALAECE LOPES DE OLIVEIRA - ME- Registro de Licença N° 4817?/2017 - Vencimento em Indeterminado
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
830.765/2016-ALAECE LOPES DE OLIVEIRA - ME-OF. N°25345/2021/DFMNM-MG/ANM
831.179/2013-ROBERTO PORTO RABELO-OF. N°25351/2021/DFMNM-MG/ANM
831.683/2016-ANA CRISTINA BOTELHO ARAÚJO - ME-OF. N°25381/2021/DFMNM-MG/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
830.008/1989-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA-OF. N°25554/2021/DFMNM-MG/ANM
831.266/2021-GRAMAZINI MINERACAO LTDA-OF. N°25377/2021/DFMNM-MG/ANM
832.650/2014-ESPLENDOR MINERAÇÃO E COMERCIO E EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-OF. N°26487/2021/UAGV-MG/ANM

830.994/1979-NILZA DA COSTA PEREIRA CPF 615.799.476 20 ME-OF. N°26494/2021/UAGV - MG/GER - MG
831.158/2009-TRA MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°27667/2021/UAPM-MG/ANM.
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
832.650/2014-ESPLENDOR MINERAÇÃO E COMERCIO E EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-OF. N°25821/2021/UAGV-MG/ANM
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
832.650/2014-ESPLENDOR MINERAÇÃO E COMERCIO E EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-FRANCISCÓPOLIS/MG - Guia n° 282/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-7.950 t/ano-GRANITO(revestimento)- Vigência da Guia:03 anos após publicação no DOU ou PL (o que vier primeiro)
831.499/1989-COBRE SUL MINERACAO LTDA-COROMANDEL/MG - Guia n° 290/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-65 ct/ano-DIAMANTE INDUSTRIAL- Vigência da Guia:36 meses
Despacho publicado(356)
835.127/1994-COOPERATIVA REGIONAL DOS GARIMPEIROS E PEDRISTAS DE RIO PIRACICABA LTDA.-Ofício nº 26596/2021/DFMIM-MG/ANM- Determina comprovação periódica do diligenciamento ambiental, a partir desta data, com fundamento no Dec.9406/2018, Art.31, §4º
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
831.158/2009-TRA MINERAÇÃO LTDA ME
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
831.088/2021-ROZELI FIDELIS DE MENDONCA-OF. N°25467/2021/DFMNM-MG/ANM
830.803/2021-ERCSON MENDES RODRIGUES 68287461634-OF. N°25385/2021/DFMNM-MG/ANM
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
830.991/2021-INDUSTRIA DE TIJOLOS DO VALE LTDA
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
833.206/2011-SERGIO LUIS DA SILVA

JANIO ALVES LEITE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 260/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
832.797/2012-LUCIMAIRE VIEIRA DE BRITO SARMENTO - AI N°397/2020/GER - MG/DIREM - MG
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
830.009/2017-CONSTRUTORA NATIVA LTDA ME-AI N°3169/2021/DIREM-MG/ANM - (PROCESSO ADM.: 48054.932474/2021-56)
832.578/2014-DENILSON JOSÉ DE ARAÚJO-AI N°3059/2021/DIREM-MG/ANM - (Proc.Adm. 932.388/2021-43)
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
832.075/2001-ARQUEANA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES S.A.-OF. N°26995/2021/UAGV - MG/GER - MG
833.361/2011-ROCHA DE OPHIR MINERAÇÃO-OF. N°27251/2021/DIREM-MG/ANM
831.843/2008-JOSÉ RAMALHO GANDRA-OF. N°27371/2021/DIREM-MG/ANM
Auto de Infração multa - início da pesquisa não comunicado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(1407)
832.940/2015-MG IRON CONSULTORIA EM MINERACAO LTDA- AI N°3328/2021/UAGV-MG/ANM - (Processo.Adm. 932.528/2021)
832.937/2015-MG IRON CONSULTORIA EM MINERACAO LTDA- AI N°3326/2021/UAGV-MG/ANM - (Proc.Adm. 48054.932.526/2021-94)
832.939/2015-MG IRON CONSULTORIA EM MINERACAO LTDA- AI N°3327/2021/UAGV-MG/ANM -(Proc.Adm- 48054.932.527/2021-39.
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
830.233/2019-ROBERTA DO SOCORRO GONÇALVES COSTA
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
831.998/2017-EMBRAMINE-EMPRESA BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-ALVARÁ N°1955/2018
832.521/2016-ANTONIO VITOR LIBERATO DOS SANTOS-ALVARÁ N°6156/2017
830.593/2016-ARAXÁ METALS S.A.-ALVARÁ N°12954/2016
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
831.417/2016-ONIX MINERACAO LTDA- Área de 391, 42 ha para 327,19 ha-MINÉRIO DE FERRO (uso Industrial)-SERRO/MG
831.061/2016-GRAN VALE LTDA EPP- Área de 919, 92 para 807,05 ha.-QUARTZITO (Rocha para revestimento).-GOUVEIA/MG
834.098/2012-LUIZ ANTONIO RHODES- Área de 980,22 ha para 765,06 ha-AREIA (agregado para construção civil)/ GRANITO (Rocha para revestimento).-REDUTO/ SANTANA DO MANHUAÇU/MG
832.226/2008-LEILA HORTA ANTUNES- Área de 997,39 ha para 294,23 ha-GRANITO (uso: Rocha para revestimento)-ALMENARA/MG
Defere pedido de reconsideração(262)
833.099/2015-ATLANTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPACOES E MINERACAO LTDA
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
833.311/2010-TRANSPORTADORA BOM DESTINO EIRELI-OLIVEIRA/MG - Guia n° 283/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-15000 t/ano-AREIA- Vigência da Guia:3 anos ou publicação da Portaria de Lavra
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
830.603/1986-COBRE SUL MINERACAO LTDA-COROMANDEL/MG - Guia n° 289/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MG-161 ct/ano-DIAMANTE- Vigência da Guia:36 meses
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
832.921/2008-MINAS FORT MINERAÇÃO LTDA-OF. N°27372/2021/UAGV-MG/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
834.815/2008-TERRATIVA MINERAIS S.A.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
833.585/2013-JOSÉ MOREIRA FILHO-OF. N°27347/2021/DIREM-MG/ANM
830.745/2015-LORENZO GUILHERME NAVES-OF. N°27345/2021/DIREM-MG/ANM

JANIO ALVES LEITE
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO
Relação nº 84/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
871.620/2015-CELIO PEREIRA DA SILVA ME-BROTAS DE MACAÚBAS/BA, IBITIARA/BA, OLIVEIRA DOS BREJINHOS/BA - Guia n° 87/2021-16.000ton/ano-Quartzito- Vigência da Guia:3 anos
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
870.724/2012-SPLENDOUR MINERACAO E TRANSPORTE LTDA-OF. N°26222/2021 e 26483/2021
870.820/2016-SUPER CLÁSSICO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-OF. N°26608/2021
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
871.023/2019-ALEX SOUZA DOS ANJOS- Cessionário:MINERAÇÃO GRAND CANYON LTDA- CPF ou CNPJ 38.242.953/0001-39- Alvará n°3137/2020
870.549/2019-MEDITERRANEO MINERAÇÃO LTDA- Cessionário:ROMA ADMINISTRAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 41.011.211/0001-07- Alvará n°6531/2019
870.515/2019-MAIANE LEAL DOS SANTOS- Cessionário:MINERAÇÃO HORIZONTE AZUL EIRELI- CPF ou CNPJ 10.357.169/0001-57- Alvará n°7011/2019
871.935/2018-ALTERFLEX MINERACAO LTDA- Cessionário:GOLDSTONE MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 04.595.654/0001-66- Alvará n°3130/2019
871.201/2018-ALEX SOUZA DOS ANJOS- Cessionário:MINERAÇÃO GRAND CANYON LTDA- CPF ou CNPJ 38.242.953/0001-39- Alvará n°1305/2019
871.200/2018-ALEX SOUZA DOS ANJOS- Cessionário:MINERAÇÃO RICA MINA LTDA- CPF ou CNPJ 20.734.960/0001-92- Alvará n°1304/2019
871.307/2016-BRASPEDRAS - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI- Cessionário:MINERAÇÃO BOSS LTDA- CPF ou CNPJ 22.171.007/0001-09- Alvará n°9065/2016
872.377/2015-MAXGRAN GRANITO EIRELI- Cessionário:MG3 GRANITOS LTDA- CPF ou CNPJ 35.865.494/0001-51- Alvará n°3344/2016
871.609/2015-BARRA URBANIZAÇÃO EIRELI- Cessionário:ATENA MINERAÇÃO LTDA- CPF ou CNPJ 15.201.661/0001-52- Alvará n°16230/2015
870.111/2012-SRA MINERACAO LTDA- Cessionário:MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA- CPF ou CNPJ 09.216.167/0001-69- Alvará n°8420/2018
871.565/2017-BRASPEDRAS - COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI- Cessionário:MINERAÇÃO MINAS GERAIS DO BRASIL LTDA.- CPF ou CNPJ 23.166.961/0001-76- Alvará n°160/2018
870.416/2020-ALEX SOUZA DOS ANJOS- Cessionário:MINERAÇÃO GRAND CANYON LTDA- CPF ou CNPJ 38.242.953/0001-39- Alvará n°3148/2020
870.415/2020-ALEX SOUZA DOS ANJOS- Cessionário:MINERAÇÃO GRAND CANYON LTDA- CPF ou CNPJ 38.242.953/0001-39- Alvará n°3147/2020
870.411/2020-ALEX SOUZA DOS ANJOS- Cessionário:MINERAÇÃO GRAND CANYON LTDA- CPF ou CNPJ 38.242.953/0001-39- Alvará n°3146/2020
870.410/2020-ALEX SOUZA DOS ANJOS- Cessionário:MINERAÇÃO GRAND CANYON LTDA- CPF ou CNPJ 38.242.953/0001-39- Alvará n°2037/2021
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
870.044/2019-EBRAE EMPRESA BRASILEIRA DE ENGENHARIA LTDA
870.950/2019-CORCOVADO GRANITOS LTDA
871.543/2018-MINERACAO CORCOVADO DE MINAS LTDA
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
870.621/2010-MINERACAO CARAIBA S/A-Cobre-Jaguarari/BA
872.015/2011-MINERACAO CARAIBA S/A-Cobre-Jaguarari e Curaçá/BA
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(2237)
870.698/2015-MINERACAO MAROTO LTDA-BOQUIRA/BA - Guia n° 112/2021-16.000ton/ano-Quartzito- Vigência da Guia:3 anos

MÁRIO PEREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 86/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração multa - início da pesquisa não comunicado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(1407)
874.005/2011-WILSON NASSIF- AI N°3.051/2021
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
872.135/2014-MARIO JOSUE DE CARVALHO TRINDADE JUNIOR ME-AI N°3241/2021
870.006/2014-CARISVALDO ALMEIDA BOMFIM-AI N°3244/2021
870.993/2015-SHEKINAH MINERAÇÃO LTDA ME-AI N°3247/2021
870.349/2012-CBG MINERAÇÃO S A-AI N°3270/2021
870.350/2012-CBG MINERAÇÃO S A-AI N°3271/2021
870.351/2012-CBG MINERAÇÃO S A-AI N°3272/2021
870.353/2012-CBG MINERAÇÃO S A-AI N°3281/2021

MÁRIO PEREIRA DE CARVALHO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 87/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Retificação de despacho(1387)
870.448/2020-MINERACAO TAQUARAL LTDA - Publicado DOU de 27/07/2021, Relação n° 71/2021, Seção 1, pág. 136- Onde se lê: "CNPJ 39.768.351/0001-82"; Leia-se: "CNPJ 41.131.326/0001-35".

MÁRIO PEREIRA DE CARVALHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO

DESPACHO
Relação nº 96/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
866.186/2015-INDÚSTRIA AREEIRA 3A LTDA EPP-Areia e Cascalho-Diamantino/MT
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
866.313/2018-CINTHIA BARRETO BORGES
866.228/2018-FORMOSA MINERAÇÃO LTDA
866.311/2018-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO VALE DO RIO PEIXOTO
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
866.630/2018-WALDEMAR JOSE CAPPELESSO- Alvará n°122/2019 - Cessionario:866.598/2021-Talita da Silva Gontijo- CPF ou CNPJ 060.793.791-20
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
866.611/2005-TORIO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°25676/2021-DIREM
Fase de Concessão de Lavra
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(447)
861.956/1980-PROMETALICA MINERACAO EIRELI- Início:25/07/2018-Término:25/07/2022
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
866.063/1991-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A
866.528/2014-VOTORANTIM CIMENTOS S.A.
866.231/2017-ECOPLAN MINERAÇÃO LTDA
866.055/2017-VOTORANTIM CIMENTOS S.A.
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
866.367/2019-CCOOPE DE PEQ. MINERADORES DE OURO E P.PRECIOSAS DE N.BANDEIRANTES E OUTROS MUNI-OF. N°25639/2021-DIFAM
Fase de Requerimento de Pesquisa

Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
866.298/2021-MONT BLANC MINERACAO LTDA
867.090/2019-ROBSON LUIZ SOARES DA SILVA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
866.418/2021-GDMBRASIL GEOLOGIA E DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-OF. N°19120/2021-CAREAS
866.677/2021-BR MANGANES E MINERACAO LTDA-OF. N°25839/2021-CAREAS
866.678/2021-BR MANGANES E MINERACAO LTDA-OF. N°25840/2021-CAREAS
866.001/2021-DAIANIRE FERREIRA NEGRISOLI ARRUDA-OF. N°24899/2021-CAREAS
866.511/2021-RIVER GOLD MINERACAO LTDA-OF. N°25968/2021-DIREM
866.512/2021-RIVER GOLD MINERACAO LTDA-OF. N°25837/2021-DIREM
866.676/2021-BR MANGANES E MINERACAO LTDA-OF. N°25837/2021-CAREAS
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(133)
867.080/2019-EXPERT MINAS GOLD BRASIL S.A-OF. N°26324/2021-DIREM
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação(923)
867.011/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE- Registro de Extração N°26/2021 de 18/08/2021
867.012/2018-PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCAS DO RIO VERDE- Registro de Extração N°27/2021 de 18/08/2021
867.128/2019-PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA- Registro de Extração N°25/2021 de 18/08/2021
866.265/2020-PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA- Registro de Extração N°28/2021 de 18/08/2021
867.010/2021-MUNICIPIO DE SINOP- Registro de Extração N°29/2021 de 24/08/2021

ROBERTO DA SILVA VARGAS
Gerente

DESPACHO
Relação nº 97/2021

Fase de Lavra Garimpeira
Autoriza a desinterdição da barragem de mineração(2375)
BARRAGEM 01-EDMAR GUERMAND DE QUEIROZ-866.576/2014
BARRAGEM 02-EDMAR GUERMAND DE QUEIROZ-866.576/2014

ROBERTO DA SILVA VARGAS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 173/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
851.056/2016-NEXA RECURSOS MINERAIS S A
851.005/2011-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA
850.735/2011-CALTINS CALCÁRIO TOCANTINS LTDA
850.305/2009-VALE METAIS BÁSICOS S A
850.304/2009-VALE METAIS BÁSICOS S A
850.303/2009-VALE METAIS BÁSICOS S A
851.070/2017-ANGLO AMERICAN NIQUEL BRASIL LTDA
850.683/2012-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
850.664/2012-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
650.369/1997-VALE S.A.
850.082/1995-ANGLO AMERICAN NIQUEL BRASIL LTDA
851.005/2020-PATIUM BENEFICIAMENTO DE MINERIO 1 LTDA
851.003/2020-PATIUM BENEFICIAMENTO DE MINERIO 1 LTDA
850.999/2020-PATIUM BENEFICIAMENTO DE MINERIO 1 LTDA
850.998/2020-PATIUM BENEFICIAMENTO DE MINERIO 1 LTDA
850.818/2020-PATIUM BENEFICIAMENTO DE MINERIO 1 LTDA
850.817/2020-PATIUM BENEFICIAMENTO DE MINERIO 1 LTDA
850.815/2020-PATIUM BENEFICIAMENTO DE MINERIO 1 LTDA
850.814/2020-PATIUM BENEFICIAMENTO DE MINERIO 1 LTDA
850.811/2020-PATIUM BENEFICIAMENTO DE MINERIO 1 LTDA
850.810/2020-PATIUM BENEFICIAMENTO DE MINERIO 1 LTDA
850.809/2020-PATIUM BENEFICIAMENTO DE MINERIO 1 LTDA
850.808/2020-PATIUM BENEFICIAMENTO DE MINERIO 1 LTDA
850.807/2020-PATIUM BENEFICIAMENTO DE MINERIO 1 LTDA
850.806/2020-PATIUM BENEFICIAMENTO DE MINERIO 1 LTDA
850.805/2020-PATIUM BENEFICIAMENTO DE MINERIO 1 LTDA
850.802/2020-PATIUM BENEFICIAMENTO DE MINERIO 1 LTDA
850.839/2019-MINERAÇÃO VALE DAS ANDORINHAS LTDA EPP
851.004/2020-PATIUM BENEFICIAMENTO DE MINERIO 1 LTDA
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
850.089/2021-J B P CABRAL EXPORTACAO E IMPORTACAO DE MINERIO EIRELI
850.088/2021-J B P CABRAL EXPORTACAO E IMPORTACAO DE MINERIO EIRELI
850.087/2021-J B P CABRAL EXPORTACAO E IMPORTACAO DE MINERIO EIRELI
850.086/2021-J B P CABRAL EXPORTACAO E IMPORTACAO DE MINERIO EIRELI
850.085/2021-J B P CABRAL EXPORTACAO E IMPORTACAO DE MINERIO EIRELI
850.084/2021-J B P CABRAL EXPORTACAO E IMPORTACAO DE MINERIO EIRELI
850.083/2021-J B P CABRAL EXPORTACAO E IMPORTACAO DE MINERIO EIRELI
851.611/2020-J B P CABRAL EXPORTACAO E IMPORTACAO DE MINERIO EIRELI
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
851.587/2020-C DE OLIVEIRA CORDEIRO EIRELI
851.541/2020-COOPERATIVA DOS MINERADORES ASSOCIADOS DA REGIAO - COOPERMAR
851.531/2020-GESSOSUL INDÚSTRIA DE GESSO LTDA.
850.915/2019-VALE S.A.

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

DESPACHO
Relação nº 174/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
851.228/2013-PLANNA PARTICIPAÇÕES LTDA-ALVARÁ N°5329/2018

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

DESPACHO
Relação nº 175/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
851.142/2018-G VASCONCELOS DE SOUZA EIRELI- AI N°1334/2019
851.124/2018-LATINO AMERICANA METAIS LTDA.- AI N°1346/2019
850.494/2018-REGINALDO ASEVEDO FERREIRA- AI N°1342/2019
850.084/2019-JOSÉ ILDERGLAN DE SOUZA BARBOSA- AI N°1340/2019
850.321/2019-LUCIANO GOMES FONSECA- AI N°1351/2019
850.257/2019-RUI RIBEIRO RODRIGUES- AI N°1354/2019
850.091/2015-VALFREDO PEREIRA MARQUES JUNIOR- AI N°1349/2019
851.159/2018-BERNARDO ESTACIO DA SILVEIRA- AI N°1335/2019
850.077/2019-HEBER FERREIRA CUNHA- AI N°1338/2019
850.079/2019-HEBER FERREIRA CUNHA- AI N°1339/2019
850.873/2018-SEBASTIÃO DOMINGOS DOS REIS- AI N°1347/2019
850.034/2019-MINERAÇÃO CAULIM RIO XINGÚ LTDA- AI N°1337/2019

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

DESPACHO
Relação nº 176/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
851.242/2013-JOSE CARLOS AVANCINI-AI N°1933/2021
850.228/2011-COOMARU COOPERATIVA DE PRODUTORES DE OURO DO CUMA-AI N°2319/2021
850.856/2017-COOPERATIVA DOS EXTRATORES DE MINERIOS DO SUL DO PARÁ-AI N°2314/2021

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

DESPACHO
Relação nº 177/2021

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o cancelamento do Alvará de Pesquisa(1780)
850.014/2011-LBR MINERAÇÃO LTDA- Publicado DOU de 24/04/2020- Alvará de Pesquisa n° 5.525/2020

FABIOLA DE ALMEIDA DARONCH
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 113/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
810.846/2018-MILTON LUIZ MARQUES CONTREIRA
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
810.846/2018-MILTON LUIZ MARQUES CONTREIRA
Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
810.446/2016-AURI DE CASTRO-OF. N°26909/2021
810.996/2018-LUIZ ALBINO COLOMBY-OF. N°26911/2021
810.997/2018-JAIR SIDNEY FRITZ-OF. N°26913/2021
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
811.094/2012-COMÉRCIO DE AREIA NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES LTDA-Registro de Licença N° 194/2012 - Vencimento em 19/05/2023
810.697/2017-CONSTRUTORA BRASILIA GUAIBA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIAL- Registro de Licença N° 005/2019 - Vencimento em 21/05/2026
811.114/2016-N J DA SILVA- Registro de Licença N° 001/2017 - Vencimento em 19/08/2026
811.113/2016-JOAO BATISTA HAUBERT- Registro de Licença N° 041/2018 - Vencimento em 18/08/2026
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
810.311/2021-AURI DE CASTRO-OF. N°27592/2021
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.403/2021-MILTON LUIZ MARQUES CONTREIRA-Registro de Licença N° 113/2021 - Vencimento em 13/05/2025

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

DESPACHO
Relação nº 114/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
811.442/2014-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA
811.383/2013-MINÉRIOS SANTA BÁRBARA LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
811.227/2016-ALMO JORGE BRANDÃO-OF. N°26722/2021
811.226/2016-ALMO JORGE BRANDÃO-OF. N°26732/2021
810.329/2020-PAULO RICARDO STEIN-OF. N°26697/2021
811.241/2014-RUBENS CALCING-OF. N°26233/2021
810.393/2019-GABRIEL DUTRA ANDRADE-OF. N°27593/2021
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
810.122/2016-F. PEIXOTO & CIA LTDA EPP-AREIA-Cristal/RS
810.123/2016-FABIANO BRAGA PEIXOTO DA SILVEIRA-AREIA-Cristal/RS
810.124/2016-DARCI GEHLING JUNIOR ME-AREIA-Cristal/RS
810.125/2016-CLESIS E B DA SILVEIRA EPP-AREIA-Cristal/RS
Fase de Direito de Requerer a Lavra
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do direito de requerer a lavra.(2259)
810.083/2014-RODRIGO DE SOUZA COMIN- Cessionário:Argisul Mineração Ltda- CPF ou CNPJ 19.829.763/0001-78- Alvará n°3459/2014
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.539/2017-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA-OF. N°27000/2021
810.514/2018-JOSÉ ALOISIO MARTINS EXTRAÇÕES-OF. N°27550/2021
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
810.381/2010-MINERAÇÃO CARMEC LTDA-OF. N°26410/2021
810.522/2021-CARMEN ALICE ISOLA CAMINHA-OF. N°27557/2021
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
810.176/2019-DOUGLAS AIRES DE VARGAS TERRAPLANAGEM

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
Relação nº 41/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
868.397/2016-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA-CORUMBÁ/MS, MIRANDA/MS - Guia n° 1/2021 - GERÊNCIA REGIONAL/MS-10.000t/ano-MÁRMORE-Vigência da Guia:03 ANOS
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
868.397/2016-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA- Área de 996,82 para 593,39-MÁRMORE-CORUMBÁ/MS E MIRANDA/MS
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
868.031/2016-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.
868.038/2016-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.
868.030/2016-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.
868.026/2016-ECO STONE MINERAÇÃO LTDA.
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
868.104/1997-JONAS BARBOSA GARCIA & CIA LTDA EPP-OF. N°27170/2021/SEFAM-MS/ANM
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
868.176/2005-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
868.048/2017-ANDRE LUIS QUINTANA BRUM
868.140/2010-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
868.961/1994-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
868.385/2011-MTRANSMINAS MINERACOES LTDA
868.209/2014-LUIZ ERNESTO PASCHOALINO
868.278/2010-MINERAÇÃO GUANHÃES LTDA
868.166/2015-THOR DE OLIVEIRA FUHRKEN BATISTA
868.169/2015-THOR DE OLIVEIRA FUHRKEN BATISTA
868.167/2015-THOR DE OLIVEIRA FUHRKEN BATISTA
868.168/2015-THOR DE OLIVEIRA FUHRKEN BATISTA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
868.120/2021-COMERCIO E EMPREENDIMENTO IMOBILIARIO GOX EIRELI-OF. N°27785/2021/SEFAM-MS/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.105/2021-SAM GRANITOS EXPORT LTDA-OF. N°26919/2021/SEREM-MS/ANM
868.133/2021-ATIVA-CONSULTORIA & GESTAO EMPRESARIAL LTDA.-OF. N°27005/2021/SEREM-MS/ANM
868.123/2021-MINERACOES DO BRASIL LTDA-OF. N°26961/2021/SEREM-MS/ANM
868.104/2021-MAURICIO BRAMBILLA FILHO - M.E.-OF. N°26912/2021/SEREM-MS/ANM
868.122/2021-MINERACOES DO BRASIL LTDA-OF. N°26942/2021/SEREM-MS/ANM

LUIS CLÁUDIO DE SOUSA
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO TOCANTINS

DESPACHO
Relação nº 26/2021

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
864.147/2021-LAERCIO RIBEIRO DA SILVA-OF. N°24852/2021/SEFAM-TO/ANM
864.176/2021-MURILO RICARDO PARO-OF. N°26196/2021/SEFAM-TO/ANM
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
864.175/2020-JÂNIO SOARES LIMA-Registro de Licença N° 15/2021 - Vencimento em INDETERMINADO
864.071/2016-JOSE ANTONINO VALERIO EIRELI-Registro de Licença N° 16/2021 - Vencimento em 31/07/2038

FABIO LUCIO MARTINS JUNIOR
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SERGIPE

DESPACHO
Relação nº 20/2021

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
878.027/2021-CONSORCIO RIO SAO FRANCISCO BR 101 AL SE- Registro de Licença N° 16/2021-Onde se lê: "AREIA"; Leia-se: "AREIA, ARGILA e CASCALHO".

GEORGE EUSTAQUIO SILVA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 21/2021

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
878.009/2013-JOSÉ FERREIRA MELO FILHO
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
878.111/2014-MAXSUEL SIMÕES SANTOS EPP- Área de 965,98 para 372,24-Argila, Argila industrial-Cristinápolis e Umbaúba/SE
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
878.058/2014-ANTONIO MARCIO DE MENEZES ME-OF. N°26638/2021/NPFAM-SE/ANM
878.018/2001-REFRESCOS SAO CRISTOVAO LTDA-OF. N°26279/2021/NPFAM-SE/ANM
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
878.015/2017-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A
878.036/2014-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA
878.073/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A
878.074/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A
878.075/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A
878.076/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A
878.077/2015-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A
878.094/2016-VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A
300.769/2018-
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
878.020/2020-JAMP COMÉRCIO E SERVIÇOS AGRICOLA EIRELI ME-OF. N°25412/2021/NPFAM-SE/ANM
878.079/2013-GEORGE COSTA GOIS - ME-OF. N°26656/2021/NPFAM-SE/ANM
878.027/2021-CONSORCIO RIO SAO FRANCISCO BR 101 AL SE-OF. N°26647/2021/NPFAM-SE/ANM
878.050/2020-LUIZ CARLOS DANTAS DOS SANTOS-OF. N°26652/2021/NPFAM-SE/ANM
878.049/2020-MM MINERACAO LTDA-OF. N°26653/2021/NPFAM-SE/ANM
878.020/2020-JAMP COMÉRCIO E SERVIÇOS AGRICOLA EIRELI ME-OF. N°26649/2021/NPFAM-SE/ANM
878.015/2020-JAMP COMÉRCIO E SERVIÇOS AGRICOLA EIRELI ME-OF. N°26650/2021/NPFAM-SE/ANM
878.076/2019-CERAMICA BARROSO EIRELI-OF. N°26644/2021/NPFAM-SE/ANM
878.008/2021-RAIO & SOL EMPREENDIMENTOS SPE LTDA-OF. N°26655/2021/NPFAM-SE/ANM
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
878.116/2016-ANINGAS COMERCIO TRANSPORTES E SERVICOS LTDA- Registro de Licença N° 109/2016 - Vencimento em 26/05/2022
878.079/2016-ANINGAS COMERCIO TRANSPORTES E SERVICOS LTDA- Registro de Licença N° 108/2016 - Vencimento em 26/05/2022
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
878.068/2017-MINERAÇÃO SÃO JORGE-OF. N°26771/2021/NPFAM-SE/ANM
878.086/2018-WALDSON NOGUEIRA DIAS-OF. N°27933/2021/GER-SE/ANM
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
878.026/2020-JACKSON MARQUES ME-Registro de Licença N° 17/2021 - Vencimento em 22/06/2023
878.018/2021-HONORATO MINERADORA LTDA-Registro de Licença N° 18/2021 - Vencimento em 03/03/2024

GEORGE EUSTAQUIO SILVA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO

DESPACHO
Relação nº 44/2021

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Opala Prime Ltda - 803076/19 - Not.145/2021 - R$ 8.752,57

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 45/2021

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Opala Prime Ltda - 803076/19 - Not.146/2021 - R$ 4.334,74

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 60/2021

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
South American Mineração LTDA. - 846198/09 - Not.167/2021 - R$ 11.567,17

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 61/2021

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Márcio Coltro Gouvea - 800033/20 - Not.223/2021 - R$ 7.054,64

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 61/2021

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
South American Mineração LTDA. - 846198/09 - Not.168/2021 - R$ 4.334,74

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 62/2021

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Márcio Coltro Gouvea - 800033/20 - Not.224/2021 - R$ 4.325,15

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 394/2021

Comunicamos aos interessados, relacionados abaixo, que o parcelamento de que trata o processo em epígrafe foi automaticamente cancelado conforme prescreve o art. 25 do Manual de Parcelamentos dos Créditos do DNPM, adotado pela ANM e a Claúsula Quarta do Termo de Compromisso. Informo, ainda, que a dívida (saldo devedor) será encaminhada à Procuradoria Federal Especializada para inscrição em Dívida Ativa e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN e ajuizamento de ação de execução fiscal.

Notificado: Gean Balieiro de Souza, CNPJ/CPF nº 275.xxx.xxx-87, Processo de Parcelamento nº 48408.980047/2018-21, Saldo Devedor Atualizado de R$ 23.313,65.

Notificado: Maria Alice Santana, CNPJ/CPF nº 869.xxx.xxx-53, Processo de Parcelamento nº 48063.980383/2020-37, Saldo Devedor Atualizado de R$ 32.720,63.

Notificado: Viedore Mineração Ltda, CNPJ/CPF nº 10.782.110/0001-06, Processo de Parcelamento nº 48408.980124/2017-62, Saldo Devedor Atualizado de R$ 27.999,80.

Notificado: Viedore Mineração Ltda, CNPJ/CPF nº 10.782.110/0001-06, Processo de Parcelamento nº 48408.980123/2017-18, Saldo Devedor Atualizado de R$ 31.806,63.

Notificado: W B S Mineração Eireli, CNPJ/CPF nº 00.946.659/0001-35, Processo de Parcelamento nº 48408.980039/2016-13, Saldo Devedor Atualizado de R$ 3.547,82.

Notificado: W B S Mineração Eireli, CNPJ/CPF nº 00.946.659/0001-35, Processo de Parcelamento nº 48408.980038/2016-79, Saldo Devedor Atualizado de R$ 38.810,07.

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 414/2021

830233/2009 - Cloudinei Leite - Torna Sem Efeito Notificação Administrativa da Taxa de Vistoria (905) - NA 1325/2016 publicada no DOU em 05/09/2016 | Número 171| Seção: 1 | Página: 66.

Torna Sem Efeito Notificação Administrativa da Taxa de Vistoria (905) - NA 1968/2016 publicada no DOU em 14/12/2016 | Número 239| Seção: 1 | Página: 41 ,830093/2004 - TRANSPORTADORA SOBREIRA LTDA ME.

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

DESPACHO
Relação nº 422/2021

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) NOTIFICADO(S) a pagar, parcelar ou apresentar defesa, relativa ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (alínea a, Inciso XII do art. 2º da Lei nº 13.575/2017, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, nº 13.540/2017, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, no CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança Nº: 48075.986176/2021-38, Titular/Devedor Principal: NBF Mineração S/A, CNPJ/CPF: 36.501.034/0001-07, Cedente/Devedor Subsidiário: Cooperativa de Garimpeiros de Santa Cruz - Coopersanta, CNPJ/CPF: 34.726.547/0001-90, NFLDP Nº: 146/2021-COFIR/SAR-ANM/DIRC, Valor: R$ 245.855,49 (duzentos e quarenta e cinco mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e nove centavos).

Processo de Cobrança Nº: 48075.986177/2021-82, Titular/Devedor Principal: NBF Mineração S/A, CNPJ/CPF: 36.501.034/0001-07, Cedente/Devedor Solidário: Cooperativa de Garimpeiros de Santa Cruz - Coopersanta, CNPJ/CPF: 34.726.547/0001-90, NFLDP Nº: 147/2021-COFIR/SAR-ANM/DIRC, Valor: R$ 379.334,66 (trezentos e setenta e nove mil, trezentos e trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos).

Processo de Cobrança Nº: 48075.986178/2021-27, Devedor: Cooperativa de Garimpeiros de Santa Cruz - Coopersanta, CNPJ/CPF: 34.726.547/0001-90, NFLDP Nº: 148/2021-COFIR/SAR-ANM/DIRC, Valor: R$ 2.004.263,71 (dois milhões, quatro mil, duzentos e sessenta e três reais e setenta e um centavos).

ETIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Superintendente
Interino

COORDENAÇÃO DE GESTÃO DAS RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 60/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Francisco Vieira Gomes - 800343/18

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Coordenador

DESPACHO
Relação nº 412/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41) Brasil Black Stone Mimeração Eireli - 870551/19
Ngm Nucleo Geologico e Mineração Eireli - 870645/19
Sm5 Participações LTDA. - 871895/18, 871896/18, 871897/18, 871898/18, 871899/18, 871900/18, 871901/18, 871902/18, 871903/18, 871904/18, 871905/18, 871906/18, 871907/18, 871924/18, 871925/18, 871926/18
Sudamerica Ltda - 870788/18, 870824/18, 871922/18, 871923/18 Valdi Souza Rocha - 870155/19

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Coordenador

DESPACHO
Relação nº 425/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
3d Granitos Ltda me - 871680/19
A.s.s Comercio de Pedras Preciosas Eireli - 871811/18, 871810/18
a7 Assessoria Empresarial e Tributaria Ltda me - 870255/15
a7 Mineral Mineração Exportadora Ltda me - 870562/15
Acacio Freire de Sousa - 872181/17
Adenilson Jose de Sousa - 871479/18
Adonai Andrade Carneiro - 871321/18
Adriano Sousa Meira - 870787/19
Agroplanta Fertilizantes e Inovaçoes Ltda - 871481/18
Alberic Campos Sobrinho - 870943/19
Aldrin Veiga Trevisan - 870483/19
Antonio Fernando Gueudeville Silveira - 871420/18, 871324/18
Arilton Sales Nobre - 871139/17
Ataides Ferreira Dos Santos - 870416/19
Aurea Luiza Brito da Silva Santos - 870156/19, 870158/19
Bmm Mineração Bela Minas Empreendimentos Minerários - 870278/19, 870178/19
Bom Jardim - Administradora de Participacoes Ltda - 870040/16, 871534/18
Brasil Black Stone Mimeração Eireli - 872112/17, 872113/17
Brasil Exportação de Marmores e Granitos Ltda - 871645/18
Brs Hill Stones Mineracao e Transportes Ltda - 871675/18, 871669/18
Bruna da Conceição Gonçalves - 870812/18
Calmax Industria e Comercio Atacadista de Cal Ltda Epp - 871529/19, 871528/19, 871527/19
Ceramica Amado Bahia Industria e Comercio Ltda me - 870067/20, 870063/20, 870062/20
Construterra Construções e Terraplenagem LTDA. - 870091/19
Creonilton Amaral Dos Santos me - 870860/19, 870861/19, 871604/19
Cristal Mineradora e Comercio Ltda Epp - 870441/19
Danilo s Dos Santos - 871814/18
Demater Diesel Empreendimentos Ltda me - 870171/19, 870172/19, 870673/13, 870173/19, 870169/19, 870168/19, 870161/19, 870175/19, 870150/19, 870149/19
e l Parente Eireli - 871466/18, 871467/18, 871465/18, 871464/18
e m Neves Distribuidora Eireli - 871458/18, 871459/18, 871460/18, 871461/18, 871462/18
Ecológica Derschum Consultoria e Acessoria Agronômica LTDA. - 870695/18, 870762/18, 870761/18
Edivan Borges de Santana - 870007/19
Edvaldo Cafe Dos Santos - 871122/18, 871121/18
Emanuel Das Chagas Silva - 870373/19
Emílio José Grassi Sedlmaier - 870736/19
Esmeraldo Araujo Figueredo - 870188/19
Eucalir Mineracao e Empreendimentos Ltda - 872070/16
Everaldo Bispo Dos Santos - 871130/18, 870817/18
Extensão Sul Minérios Ltda me - 870446/17, 870447/17
Fabricio de Paula Fricks - 870609/18
Flagramar Mármores e Granitos Importação Exportação LTDA. - 871419/19
Flavio Luis Figueiredo de Souza - 870060/20, 870059/20
Frederico Geraldo Medrado Freire - 872969/15
Frutas Dos Gerais da Chapada Ltda - 871861/14
Gabriela de Oliveira - 870989/19
gm Mineradora Grandantas LTDA. - 871444/18
Goetze Lobato Engenharia S.a - 870222/20
Granminas Polimentos LTDA. - 871869/17
Gsam Mineradora e Pedreira Ltda - 870184/19
Guimarães & Souza Mineração e Comércio Ltda me - 871525/18, 871524/18, 871522/18
Hercules Cipriani Pessini - 870673/17, 871235/18, 871234/18, 871233/18, 871232/18
Industria e Comércio Água Bella Ltda Epp - 870034/16
Itai Gold Star Mineração Importação e Exportação Ltda - 871642/19, 871617/19
Italo Miranda Mourão - 870375/19, 870374/19
Ivaneilton Neres Diassis - 871488/19
Izenilton Batista Brito - 871003/19
Jacson Costa Veiga - 871525/19
jl da Silva Construções e Locações me - 871375/18
João Gabriel Lessa Medeiros Bezerra - 870089/20, 870090/20, 870091/20, 870092/20
Jose de Souza Barros - 870351/19
Jose Eduardo Cabral de Carvalho - 870153/20, 870154/20
Jose Ivo Soares Dos Santos - 871394/19
José Ramos Dos Santos Filho - 871080/18, 871081/18
José Rosa Machado - 870009/19
Juraci Carvalho Silva - 871159/17
Jvsn Empreendimentos Imobiliarios Eireli - 870477/19
Kaio Vinicius Rocha Brito - 870005/19
Lastra Mineração Ltda - 870700/17
Lazaro Pereira de Sousa - 871865/18
Leandro Barbosa da Silva - 871597/19
Leonardo Araujo Pacheco Pereira - 871659/19
Locservice Servicos e Locacao de Equipamentos Ltda - 870252/19
Login Trade Comercial Ltda - 871309/19, 870012/19, 870013/19, 870014/19
Luiz Delfino Mota Lopes - 870190/18, 870191/18
m & a Importacao e Exportacao de Marmores e Granitos Ltda - 871444/19
Magdiel de Jesus Souza - 874037/11
Manoel Lisboa da Costa - 870143/19
Manoelito Soares Ferraz - 871333/19
Marcio Jose Alves de Oliveira Filho - Mineracao - 870192/19, 870191/19
Marco Cesar Silva - 870721/19
Marcos André de Jesus Lima - 870348/19
Marcos Marcelo Goes da Silva - 870326/20, 870324/20
Marcos Saraiva de Morais - 870532/18
Mário Sérgio Gomes de Lisboa - 874755/11
Matos Revestimentos de Pedras Eireli - 870788/19
Mhg Sondagens de Granitos Ltda me - 870375/18
Mileno José Barreto de Melo - 871399/18
Mineração do Brasil Importação e Exportação Ltda me - 870545/19, 870516/19
Mineração Emil Ltda me - 870070/18
Mineração Gran Premium Ltda - 871381/18, 870460/18, 870461/18, 870462/18, 870705/18
Mineracao Rio Buranhem Ltda - 871396/18
Mineracao Spazio Alpha Concorde Importacao e Exportacao Ltda - 871969/17, 871972/17, 871973/17
Mineradora Tabuleiro Ltda - 871651/18
Minerall Comercio e Exportacao Ltda - 870003/20
Mkw Mineração Ltda - 871375/17
Mvt Mineracao Ltda - 871486/19, 871428/19, 871427/19, 871426/19, 871425/19, 871424/19
Neiman Pará Minerais e Metais Ltda - 871561/19, 871563/19, 871559/19, 871568/19, 871582/19, 871558/19, 871557/19, 871555/19, 871554/19, 871385/19, 871382/19, 871381/19, 871306/19
Neiva Vieira de Assunção - 871111/18
Nestor Hermes - 871807/17
nk 037 Empreendimentos e Participações S.A. - 872777/16, 870022/18, 870023/18
Norwind Energias Renovaveis Ltda - 870213/18, 870212/18, 870211/18, 870210/18, 870209/18
Onildo Pereira Filho - 870459/14
Paulo Cesar Nogueira Dos Santos - 871856/18
Pedra do Sol Brasil Mineradora LTDA. - 871050/19, 871049/19, 871047/19, 871046/19
Peteg-pesquisas Técnicas em Geologia Ltda - 872163/16
Riasanta Manganes Ltda - 871566/18
Rigisley Rodrigues Morais - 870766/19
Rildo Mendes de Almeida - 870885/18, 870884/18, 870630/18, 870442/18
Robson Antonio Guimaraes - 871699/18, 871578/18
Rogerio Andrade Dos Santos - 871117/18, 870359/19
Romilton Melo de Souza - 872009/16
Ronilson de Almeida Silva - 871378/19
rp Mineração Ltda - 871212/18, 871225/18, 871211/18, 871210/18, 871226/18, 871285/18, 871286/18, 871287/18, 871209/18, 871208/18
Rui Conceição Santos Araújo - 870353/19
Salomao Andrade Coelho - 870177/20
Sérgio Lamounier - 870855/91
Silvio Guedes Andrade - 871011/18
Sm5 Participações LTDA. - 872114/17, 870247/20, 870248/20, 870250/20, 870252/20, 870978/18, 870981/18
Soraya de Almeida Sales - 870185/19
Sss/20 Mineradora Transporte Exportacao Ltda - 871420/19, 871421/19, 871422/19
Sudamerica Ltda - 871693/18, 870828/18
Sudeste Mármores e Granitos Ltda - 870482/19, 871036/19
Telmo Soares Pereira - 870913/17
Thiago Avelar Teixeira Eireli - 871414/19, 871415/19, 871416/19
Thiago de Souza Amorim - 870111/19, 870110/19, 870109/19, 870108/19
Three Gold Empreendimentos Imobiliarios Ltda - 870138/20, 870139/20, 870150/20
Toni Gran Marmoraria Ltda - 870009/20
Tupa de Ferro Mineradora Spe Ltda - 871124/18, 871123/18, 871700/18
Uilmo Pereira de Oliveira & Cia Ltda me - 871680/18
Valdi Souza Rocha - 871829/18, 871830/18, 870157/19
Valter Senna Júnior - 870984/19
Wallasse Guedes Correia - 871584/14
Xaz Extração de Minério LTDA. - 871163/18, 871164/18, 871167/18, 871168/18, 871182/18, 871169/18, 871170/18, 871171/18, 871172/18, 871183/18, 871184/18, 871185/18, 871186/18, 871165/18, 871173/18, 871174/18, 871175/18, 871176/18, 871177/18, 871178/18, 871179/18, 871180/18, 871181/18

ALEXANDRE RIBEIRO DE QUEIROZ
Coordenador

DIVISÃO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 7 (PE,RN,CE,PB,PI,MA)

DESPACHO
Relação nº 35/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Anderson Fabricio Cardoso da Mota - 806009/20 - A.I. 3143/21
Borges & Nascimento Ltda - 806011/19 - A.I. 3085/21
Daniel Silva da Luz - 806079/18 - A.I. 3175/21
Julio César Gomes - 806044/17 - A.I. 3173/21

MÁRCIO CAVALCANTI LINS
Pela Divisão Regional de Arrecadação

DESPACHO
Relação nº 42/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Alexandre Dias da Silva - 840246/18 - A.I. 3154/21
Calcar Industria Comercio e Transportes de Minerais Eireli me - 840243/18 - A.I. 3095/21

MÁRCIO CAVALCANTI LINS
Pela Divisão Regional de Arrecadação

DESPACHO
Relação nº 43/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Alan Kardson Freire Cardoso - 803099/20 - A.I. 3184/21, 803100/20 - A.I. 3185/21
Brazilian Geo Works Ltda me - 803139/15 - A.I. 3177/21, 803140/15 - A.I. 3176/21

MÁRCIO CAVALCANTI LINS
Pela Divisão Regional de Arrecadação

DESPACHO
Relação nº 78/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
3maria Mineracao Ltda - 848134/20 - A.I. 3192/21, 848135/20 - A.I. 3193/21, 848136/20 - A.I. 3194/21
Amma Mineração Ltda - 848231/19 - A.I. 3188/21, 848261/19 - A.I. 3189/21
Antonez Ferreira de Aquino - 848106/19 - A.I. 3187/21
Antonio Ali Ganem me - 848132/18 - A.I. 3186/21
Antonio Jose Tarcio de Queiroz Barreto - 848210/19 - A.I. 3178/21
Calvale - Calcinacao Vale do Sol Industria e Comercio Ltda - 848152/20 - A.I. 3180/21

MÁRCIO CAVALCANTI LINS
Pela Divisão Regional de Arrecadação

DESPACHO
Relação nº 59/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
A&c Serviços e Transportes Eireli me - 846137/18 - A.I. 3144/21
Borborema Mineração LTDA. - 846072/09 - A.I. 3087/21, 846073/09 - A.I. 3088/21, 846074/09 - A.I. 3089/21, 846235/09 - A.I. 3093/21, 846236/09 - A.I. 3094/21

MÁRCIO CAVALCANTI LINS
Pela Divisão Regional de Arrecadação

DESPACHO
Relação nº 59/2021

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)
Atos Mineração de Mármore e Granito Ltda me - 800058/19 - A.I. 3060/21
Carvalho Locações e Servicos Ltda - 800034/19 - A.I. 3034/21, 800098/19 - A.I. 3052/21, 800099/19 - A.I. 3053/21, 800100/19 - A.I. 3055/0
Elson Marinho de Paiva - 800324/19 - A.I. 3164/21
Gabriel Henrique Souza da Silveira - 800185/19 - A.I. 3155/21
Imobiliária Mbm Ltda - 800037/19 - A.I. 3112/21, 800038/19 - A.I. 3114/21, 800039/19 - A.I. 3127/21
Katia Maria de Freitas Sousa me - 800226/19 - A.I. 3161/21
Marcos Oliveira Garcia - 800216/19 - A.I. 3158/21
Maria Nilsamar Pinheiro Oliveira me - 800489/18 - A.I. 3110/21, 800490/18 - A.I. 3111/21
Mineração Brachi Ltda - 800016/17 - A.I. 3097/21
Mineracao Eco Brasil Granitos Ltda - 800145/19 - A.I. 3152/21
Oceam Mineração Tecnológica Serviços LTDA. - 800114/19 - A.I. 3149/21, 800177/19 - A.I. 3084/21, 800178/19 - A.I. 3086/21, 800179/19 - A.I. 3098/21, 800180/19 - A.I. 3099/21, 800181/19 - A.I. 3113/0, 800182/19 - A.I. 3141/21, 800184/19 - A.I. 3142/21

MÁRCIO CAVALCANTI LINS
Pela Divisão Regional de Arrecadação

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 511, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.214476/2021-15, resolve: autorizar a empresa PETROBRAS DISTRIBUIDORA S/A, CNPJ nº 34.274.233/0101-67, a operar a instalação de distribuidor de combustíveis líquidos, localizada a Av. Joaquim Miguel Couto, 1.985, Vila Paulista - Cubatão/SP. CEP: 11.510-010 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -23:53:21,530; -46:26:04,530 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 44.919,81 m³. Ficam revogadas a Autorização SDL-ANP nº 368/2021 de 22 de junho de 2021 e a Autorização nº 640, de 12 de agosto de 2013.

TQ	Ø (m)	Altura (m)	Capacidade (m³)	Classe	Tipo
1463	13,51	14,48	2.080,19	I, II ou III	Vertical Aéreo
1464	11,60	13,84	1.474,25	I, II ou III	Vertical Aéreo
1472	9,66	9,67	711,04	I, II ou III	Vertical Aéreo
1475	13,53	12,06	1.738,12	IIIB	Vertical Aéreo
1476	17,40	12,07	2.880,15	IIIB	Vertical Aéreo
1477	11,60	12,08	1.280,68	IIIB	Vertical Aéreo
1478	17,40	12,00	2.870,82	III	Vertical Aéreo
1480	21,26	14,49	5.110,07	I, II ou III	Vertical Aéreo
1481	17,40	14,61	3.488,54	II ou III	Vertical Aéreo
1482	21,26	14,57	5.185,25	I, II ou III	Vertical Aéreo
1483	21,25	14,64	5.210,13	IIIB	Vertical Aéreo
1487	11,45	14,07	1.458,03	I, II ou III	Vertical Aéreo
1488	9,52	12,18	789,00	I, II ou III	Vertical Aéreo
1490	22,58	14,34	5.004,00	II ou III	Vertical Aéreo
1491	22,29	14,34	5.639,54	II ou III	Vertical Aéreo

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 512, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 49, de 30/11/2016, e considerando o que consta no Processo nº 48610.215858/2021-58, resolve: autorizar a filial da empresa AMAZONGAS DISTRIBUIDORA DE GAS LIQUEFEITO DE PETROLEO LTDA - CNPJ nº 04.957.650/0012-33, a exercer a atividade de filial de Distribuidor de GLP envasado e a granel.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 513, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução SDL-ANP nº 784, de 26 de abril de 2019, e o que consta do processo nº 48610.214235/2021-68, resolve: autorizar a empresa IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S/A, CNPJ nº 33.337.122/0077-25, a operar a instalação compartilhada de distribuidor de combustíveis líquidos, exceto combustíveis de aviação, localizada a Rua Ramal da Olaria, s/n, Elesbão - Santana/AP. CEP: 68.925-000 [Coordenadas Geográficas Aproximadas (Latitude, Longitude): -00:02:29,060; -51:10:53,590 (SIRGAS 2000)]. A capacidade total de armazenamento é de 14.327,76 m³. Ficam revogadas: a Autorização SDL-ANP Nº 330, de 28 de junho de 2016; a Autorização SDL-ANP Nº 597, de 15 de setembro de 2017; a Autorização Nº 297, de 14 de abril de 2015 e a Autorização de Operação outorgada através do Despacho do Diretor, Geral Nº 616, de 10 de julho de 2001.

Integram a Base Compartilhada as seguintes empresas:

Distribuidora	CNPJ	Participação Operacional	
		(m³)	(%)
IPIRANGA PRODUTOS DE PETROLEO S.A	33.337.122/0077-25	3.581,94	25,00
PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A	34.274.233/0207-15	10.745,81	75,00

TQ	Ø (m)	Altura/Comp. (m)	Capacidade Nominal (m³)	Classe	Tipo
101	12,20	10,69	1.256,37	I ou II ou III	Vertical Aéreo
102	15,85	11,86	2.352,70	II ou III	Vertical Aéreo
103	7,60	10,44	477,32	I ou II ou III	Vertical Aéreo
106	22,37	14,56	5.747,55	II ou III	Vertical Aéreo
107	19,08	14,57	4.176,42	I ou II ou III	Vertical Aéreo
401	2,71	9,43	51,88	I ou II ou III	Horizontal Aéreo
402	2,81	8,50	52,46	IIIB	Horizontal Aéreo
403	2,81	8,50	52,35	IIIB	Horizontal Aéreo
404	2,92	7,41	49,54	IIIB	Horizontal Aéreo
406	2,74	8,73	51,17	IIIB	Horizontal Aéreo
408	2,55	6,00	30,00	II ou III	Horizontal Aéreo
409	2,55	6,00	30,00	II ou III	Horizontal Aéreo

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 514, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17 de outubro de 2014, e considerando o que consta no Processo nº 48610.215819/2021-51, resolve: autorizar a filial da empresa ALESAT COMBUSTÍVEIS S/A- CNPJ nº 23.314.594/0069-07, a exercer a atividade de Distribuidor de Combustíveis Líquidos, exceto combustíveis de aviação.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 515, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP 18, de 19/06/2009, e considerando o que consta no Processo 48610.210453/2021-23, resolve: autorizar a empresa CONDOR LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ 07.411.052/0001-08, a exercer a atividade de Produção de Lubrificante Acabado.

CEZAR CARAM ISSA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 516, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 777, de 05/04/2019, e considerando o que consta no Processo nº 48610.216126/2021-85, resolve: autorizar a empresa LOZENGE INTL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTACÃO LTDA - CNPJ nº 08.876.694/0001-37, a exercer a atividade de Agente de Comércio Exterior.

CEZAR CARAM ISSA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA GM/MS Nº 2.149, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Cancela a autorização de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAES/MS nº 237, de 18 de março de 2020, que inclui leitos e procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais (OPM) do Sistema Único de Saúde (SUS), para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Covid-19, em caráter excepcional e temporário, para o atendimento exclusivo de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave SRAG/Covid-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 501, de 19 de março de 2021, que autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 947, de 11 de maio de 2021, que autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios;

Considerando o Oficio nº 8297/2021-SES/GAB, de 20 de agosto de 2021, que solicita a desabilitação de leitos de UTI COVID-19; e

Considerando a correspondente avaliação técnica de mérito feita pela Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar - Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante no NUP-SEI nº 25000.127286/2021-33, resolve:

Art. 1º Fica cancelada a autorização de leitos das Unidades de Tratamento Intensivo COVID-19, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria, a partir da 8ª (oitava) parcela de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICÍPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTÃO	PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO	LEITOS UTI COVID-19 A SEREM CANCELADOS - CÓD. 26.12	PARCELA DO CANCELAMENTO
DF	530010	BRASÍLIA	6876617	HOSPITAL DA CRIANCA DE BRASILIA JOSE ALENCAR HCB	ESTADUAL	GM/MS Nº 947, DE 11/05/2021	10	8ª/2021
			7978642	HOSPITAL DAHER LAGO SUL SA	ESTADUAL	GM/MS Nº 947, DE 11/05/2021	8	8ª/2021
			7978642	HOSPITAL DAHER LAGO SUL SA	ESTADUAL	GM/MS Nº 501, DE 19/03/2021	10	8ª/2021
TOTAL							28	

PORTARIA GM/MS Nº 2150, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Cancela a autorização de leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAES/MS nº 237, de 18 de março de 2020, que inclui leitos e procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do (SUS), para atendimento exclusivo de pacientes com diagnóstico clínico de COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 431, de 11 de março de 2021, que autoriza leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios;

Considerando a Portaria GM/MS nº 559, de 26 de março de 2021, que autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Covid-19, em caráter excepcional e temporário, para o atendimento exclusivo de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave SRAG/Covid-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 851, de 30 de abril de 2021, que autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios;

Considerando o Oficio nº 1791/2021-GBSES, de 19 de agosto de 2021 e Oficio nº 094/2021-SMSVG/SCAR, de 30 de julho de 2021, que solicita a desabilitação de leitos de UTI COVID-19, nos municípios de Cuiabá e Várzea Grande (MT); e

Considerando a correspondente avaliação técnica de mérito feita pela Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.119671/2021-15, resolve:

Art. 1º Fica cancelada a autorização de leitos das Unidades de Terapia Intensiva - UTI COVID-19, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria, a partir da 8ª (oitava) parcela de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICIPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTÃO	PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO	LEITOS UTI COVID-19 A SEREM CANCELADOS - CÓD. 26.12	PARCELA DO CANCELAMENTO
MT	510340	CUIABÁ	9841903	HOSPITAL ESTADUAL SANTA CASA	ESTADUAL	GM/MS Nº 431, DE 11/03/2021	5	8ª/2021
	510340	CUIABÁ	9841903	HOSPITAL ESTADUAL SANTA CASA	ESTADUAL	GM/MS Nº 559, DE 26/03/2021	15	8ª/2021
	510840	VÁRZEA GRANDE	2391635	HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE	MUNICIPAL	GM/MS Nº 851, DE 30/04/2021	10	8ª/2021
TOTAL							30	

PORTARIA GM/MS Nº 2.151, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Cancela a autorização de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI), para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAES/MS nº 237, de 18 de março de 2020, que inclui habilitações, leitos e procedimentos para atendimento exclusivo dos pacientes com COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 499, de 19 de março de 2021, que autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 624, de 6 de abril de 2021, que autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 641, de 7 de abril de 2021, autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 829, de 28 de abril de 2021, que dispõe sobre o procedimento para autorização de leitos de Unidade de Terapia Intensiva - UTI Adulto e Pediátrico Covid-19, em caráter excepcional e temporário, para o atendimento exclusivo de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave SRAG/Covid-19;

Considerando a Portaria GM/MS nº 839, de 29 de abril de 2021, que autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado aos Estados e Municípios;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.028, de 21 de maio de 2021, que que autoriza leitos de Unidades de Terapia Intensiva - UTI, para atendimento exclusivo dos pacientes COVID-19 e estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo Coronavírus (COVID 19), a ser disponibilizado a Estados e Municípios;

Considerando o Oficio nº 2723/2021 - GAB-PRES-FMS, de 28 de julho de 2021, Ofício nº 075/2021 de 16 de julho de 2021, Oficio nº 081/2021, de 4 de agosto de 2021 e Oficio SESAPI/DUCARA nº 073/2021 de 4 de agosto de 2021, que solicitam a desabilitação de leitos de UTI COVID-19 no Estado do Piauí, Municípios de Parnaíba, São Raimundo Nonato e Teresina; e

Considerando a correspondente avaliação técnica de mérito feita pela Coordenação-Geral de Atenção Hospitalar e Domiciliar do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência - CGAHD/DAHU/SAES/MS, constante do NUP-SEI 25000.117178/2021-52, resolve:

Art. 1º Fica cancelada a autorização de leitos das Unidades de Terapia Intensiva (UTI) COVID-19, dos estabelecimentos descritos no Anexo a esta Portaria, a partir da 8ª (oitava) parcela de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICIPIO	CNES	ESTABELECIMENTO	GESTÃO	PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO	LEITOS UTI COVID-19 A SEREM CANCELADOS - CÓD. 26.12	PARCELA DO CANCELAMENTO
PI	220770	PARNAÍBA	8015899	HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE	MUNICIPAL	GM/MS Nº 641, DE 07/04/2021	5	8ª/2021
	220770	PARNAÍBA	8015899	HOSPITAL ESTADUAL DIRCEU ARCOVERDE	MUNICIPAL	GM/MS Nº 1.028, DE 21/05/2021	10	8ª/2021
	221060	SÃO RAIMUNDO NONATO	2777649	HOSP REG SEN CANDIDO FERRAZ	ESTADUAL	GM/MS Nº 624, DE 06/04/2021	5	8ª/2021
	221060	SÃO RAIMUNDO NONATO	2777649	HOSP REG SEN CANDIDO FERRAZ	ESTADUAL	GM/MS Nº 839, DE 29/04/2021	5	8ª/2021
	221100	TERESINA	3285391	HOSPITAL UNIVERSITÁRIO HU UF PIAUI	MUNICIPAL	GM/MS Nº 499, DE 19/03/2021	10	8ª/2021
TOTAL							35	

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA CONJUNTA Nº 15, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Aprova o protocolo de uso de emicizumabe por pacientes com hemofilia A e inibidores do fator VIII refratários ao tratamento de imunotolerância.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE e o SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de se estabelecerem os parâmetros sobre a hemofilia A e inibidores do fator VIII refratários ao tratamento de imunotolerância no Brasil e diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com esta condição;

Considerando que os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando o Registro de Deliberação nº 653/2021 e o Relatório de Recomendação nº 657 - Agosto de 2021 da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), a busca e avaliação da literatura; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias e Inovação em Saúde (DGITIS/SCTIE/MS), do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS) e do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAES/MS), resolvem:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo de Uso de emicizumabe por pacientes com hemofilia A e inibidores do fator VIII refratários ao tratamento de imunotolerância.

Parágrafo único. O Protocolo objeto deste artigo, que contém o conceito geral da refratariedade ao tratamento de imunotolerância em caso de pacientes com hemofilia A e inibidores do fator VIII, critérios de diagnóstico, critérios de inclusão e de exclusão, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, disponível no sítio https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/protocolos-clinicos-e-diretrizes-terapeuticas-pcdt, é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou de seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais relacionados ao uso de medicamento preconizados para a refratariedade ao tratamento de imunotolerância em caso de pacientes com hemofilia A e inibidores do fator VIII.

Art. 3º Os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, conforme a sua competência e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos pacientes com essa condição em todas as etapas descritas no anexo a esta Portaria, disponível no sítio citado no parágrafo único do art. 1º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE
Secretário de Atenção Especializada à Saúde

HÉLIO ANGOTTI NETO
Secretário de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde

PORTARIA Nº 850, DE 19 DE AGOSTO DE 2021 (*)

Indefere a Concessão do CEBAS da Fundação de Serviços de Saúde de Dourados, com sede em Dourados (MS).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 556/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.012727/2021-01, que concluiu pelo não atendimento dos requisitos constantes na Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Fundação de Serviços de Saúde de Dourados, CNPJ nº 20.267.427/0001-68, com sede em Dourados (MS).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

(*) Republicada por ter saído com incorreções no Diário Oficial da União (DOU) nº 162, de 26 de agosto de 2021, seção 1, página 77.

PORTARIA Nº 861, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Fundação Educacional Lucas Machado Feluma, com sede em Belo Horizonte (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 563/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.214417/2018-16, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Educacional Lucas Machado Feluma, CNPJ nº 17.178.203/0001-75, com sede em Belo Horizonte (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 862, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância e Hospital São José, com sede em Virginópolis (MG).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 565/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.108734/2021-08, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação de Proteção e Assistência à Maternidade e à Infância e Hospital São José, CNPJ nº 18.392.993/0001-50, com sede em Virginópolis (MG).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 25 de fevereiro de 2022 a 24 de fevereiro de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 863, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Irmandade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto, com sede em Monte Alto (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 562/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.108719/2021-51, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade de Misericórdia do Hospital da Santa Casa de Monte Alto, CNPJ nº 52.852.100/0001-40, com sede em Monte Alto (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 864, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Defere a Renovação do CEBAS da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santa Rita do Passo Quatro, com sede em Santa Rita do Passo Quatro (SP).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 566/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.046518/2021-53, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santa Rita do Passo Quatro, CNPJ nº 56.927.809/0001-18, com sede em Santa Rita do Passo Quatro (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 18 de abril de 2021 a 17 de abril de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

PORTARIA Nº 865, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Indefere a Concessão do CEBAS do Instituto de Desenvolvimento Humano, com sede em Garanhuns (PE).

O Secretário de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 564/2021-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.015686/2021-05, que conclui pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica indeferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) do Instituto de Desenvolvimento Humano, CNPJ nº 10.443.512/0001-86, com sede em Garanhuns (PE).

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme prevê o art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SERGIO YOSHIMASA OKANE

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE

CONSULTA PÚBLICA SCTIE/MS Nº 71, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

Ref.: 25000.091284/2021-07, 0022416862.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19, do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec relativa à proposta de incorporação no SUS da Sonda botton para gastrostomia em crianças e adolescentes, apresentada pelo Grupo de Doenças Raras da Câmara dos Deputados, nos autos do processo de NUP 25000.091284/2021-07. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia útil subsequente à data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da Conitec avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

HÉLIO ANGOTTI NETO

PORTARIA SCTIE/MS Nº 55, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, axitinibe + pembrolizumabe e nivolumabe + ipilimumabe para tratamento de primeira linha de câncer de células renais.

Ref.: 25000.081614/2021-48, 0022388256.

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dos arts. 20 e 23, do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, axitinibe + pembrolizumabe e nivolumabe + ipilimumabe para tratamento de primeira linha de câncer de células renais.

Art. 2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec, sobre essa tecnologia estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art. 3º A matéria poderá ser submetida a novo processo de avaliação pela CONITEC caso sejam apresentados fatos novos que possam alterar o resultado da análise efetuada.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÉLIO ANGOTTI NETO

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

RESOLUÇÃO RO Nº 2.688, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre a decretação de liquidação extrajudicial da GAMEC - Grupo de Assistência Médica Empresarial do Ceará EIRELI.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso XXXIV do art. 4º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e nos termos da alínea "c" do inciso II do art. 30 do Regimento Interno, instituído pela Resolução Regimental - RR nº 01, de 17 de março de 2017, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 25 de agosto de 2021, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33910.032787/2019-83, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica decretada a liquidação extrajudicial da GAMEC - Grupo de Assistência Médica Empresarial do Ceará EIRELI a, CNPJ nº 05.676.572/0001-09 e registro ANS nº 34.759-1, e com fulcro no inciso II do art. 99 da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, fixa-se como Termo Legal da Liquidação no dia 08 outubro 2016.

Art. 2º A liquidação extrajudicial será processada por liquidante nomeado por portaria específica da ANS, com amplos poderes de administração e liquidação, acarretando a perda do mandato dos administradores e membros do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos criados pelo estatuto da operadora, conforme dispõem os arts. 16 e 50 da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, c/c o art. 24-D da Lei nº 9.656, de 1998, e o disposto no inciso II do art. 20 e no art. 26 da Resolução Normativa - RN nº 316, de 30 de novembro de 2012.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO REBELLO FILHO

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO RE Nº 3.261, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

ANEXO

Relatório de Conferência de Alimentos. Publicação nr.: 652921
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO UF
NUMERO DO PROCESSO NUMERO DE REGISTRO
EMBALAGEM VALIDADE PRODUTO
CLASS/CAT DESCRIÇÃO VALIDADE REGISTRO
MARCA DO PRODUTO
ASSUNTO PETIÇÃO

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 49.324.221/0001-04
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - BANANA
25004.120110/2006-81 6.2047.9944.001-7
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
4124 Cancelamento de Registro de Apresentação
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - BAUNILHA
25004.120110/2006-81 6.2047.9944.003-3
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
4124 Cancelamento de Registro de Apresentação
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - MORANGO
25004.120110/2006-81 6.2047.9944.004-1
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
4124 Cancelamento de Registro de Apresentação
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - CEREJA
25004.120110/2006-81 6.2047.9944.005-1
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
4124 Cancelamento de Registro de Apresentação
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - CARAMELO - TOFFEE
25004.120110/2006-81 6.2047.9944.006-8
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
4124 Cancelamento de Registro de Apresentação
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - BANANA
25004.120110/2006-81 6.2047.9944.007-6
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
4124 Cancelamento de Registro de Apresentação
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - CEREJA
25004.120110/2006-81 6.2047.9944.011-4
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
4124 Cancelamento de Registro de Apresentação
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL - CARAMELO - TOFFEE
25004.120110/2006-81 6.2047.9944.012-2
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
4124 Cancelamento de Registro de Apresentação

MARJAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA 60.726.692/0001-81
LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS COM ZINCO EM SACHÊ - NATURALIS
25351.229038/2015-41 4.8226.0242.001-1
SUBSTANCIAS BIOATIVAS E PROBIOTICOS ISOLADOS COM ALEGAÇÃO DE PROP. FUNC. E/OU DE SAUDE.
438 Cancelamento de Registro de Produto
LACTOBACILLUS ACIDOPHILUS COM ZINCO EM SACHÊ - MARJAN
25351.229038/2015-41 4.8226.0242.002-8
SUBSTANCIAS BIOATIVAS E PROBIOTICOS ISOLADOS COM ALEGAÇÃO DE PROP. FUNC. E/OU DE SAUDE.
438 Cancelamento de Registro de Produto

MAXINUTRI LABORATORIO NUTRACEUTICO EIRELI - EPP 08.646.787/0001-75
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE LACTASE EM COMPRIMIDOS MASTIGÁVEIS - EMBALAGEM 1
25351.310299/2018-96 6.5821.0034.001-5
METALICA 24 Meses
PLASTICA 24 Meses
Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas 08/2026
MAXINUTRI / NUTRASAFE / BEM NUTRIR / NEEDS / B-WELL / BALDACCI / LAVITAN / LAVITAN LACTASE / SEMLAC / DESLAC / DESLAC FAST / FAST ACTION / LATTASI / FAST ACT / LACTOMIX / LACTOZEN / MUNDO VERDE / RAIA / DROGASIL / PHARLAB / LACTOPHAR / VIDALAC / ZEROLAC / ULTRAFARMA / SIDNEY OLIVEIRA / INTOLAC / PHARLATTE / NUTRILACTANT / LACLEV
4077 Registro de Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas
SUPLEMENTO ALIMENTAR DE LACTASE EM COMPRIMIDOS MASTIGÁVEIS - EMBALAGEM 2
25351.310299/2018-96 6.5821.0034.002-3
PLASTICA 24 Meses
Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas 08/2026
MAXINUTRI / NUTRASAFE / BEM NUTRIR / NEEDS / B-WELL / BALDACCI / LAVITAN / LAVITAN LACTASE / SEMLAC / DESLAC / DESLAC FAST / FAST ACTION / LATTASI / FAST ACT / LACTOMIX / LACTOZEN / MUNDO VERDE / RAIA / DROGASIL / PHARLAB / LACTOPHAR / VIDALAC / ZEROLAC / ULTRAFARMA / SIDNEY OLIVEIRA / INTOLAC / PHARLATTE / NUTRILACTANT / LACLEV
4077 Registro de Suplementos Alimentares Contendo Probióticos e/ou Enzimas
---
NATURALIS NUTRIÇÃO E FARMA LTDA 30.863.575/0001-07
FARELO DE AVEIA
25351.501874/2015-49 6.6122.0013.001-8
ALIMENTOS C/ALEGAÇOES DE PROPRIEDADES FUNCIONAL E OU DE SAUDE
4055 Cancelamento de Registro de Alimentos - Anvisa

RESOLUÇÃO RE Nº 3.262, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art.54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido das petições de alimentos sob nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL / CNPJ: DANONE LTDA - 23.643.315/0115-10
PROCESSO: 25351.527816/2009-71
EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA: 3148926/21-8
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO ASSUNTO: 1666134/21-0
ASSUNTO: 456 - Alteração de Rotulagem

RAZÃO SOCIAL / CNPJ: NESTLE BRASIL LTDA - 60.409.075/0001-52
PROCESSO: 25351.034167/2021-58
EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA: 3130116/21-4
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO ASSUNTO: 2506863/21-4
ASSUNTO: 456 - Alteração de Rotulagem

RESOLUÇÃO RE Nº 3.263, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 126, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Indeferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

THALITA ANTONY DE SOUZA LIMA

ANEXO

RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA DE ALIMENTOS. PUBLICAÇÃO NR 652821
NOME DA EMPRESA CNPJ
NOME DO PRODUTO
NUMERO DO PROCESSO
ASSUNTO PETIÇÃO

INFINITI PHARMACEUTICAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA DE SUPLEMENTOS MINERAIS LTDA EPP 10.976.750/0001-57
EXTRATO OLEOSO DE AÇAFRÃO EM PÓ
25351.375954/2020-76
NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES
4109 AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS

LALLEMAND BRASIL LTDA 49.979.842/0001-26
LACTOBACILLUS HELVETICUS LAFTI L10 (CBS-116411 OU LMG S-29851)
25351.363144/2020-77
ALIMENTOS C/ALEGAÇOES DE PROPRIEDADES FUNCIONAL E OU DE SAUDE
4107 AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE PROBIÓTICOS

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO RE Nº 3.308, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Habilitação do Centro de Equivalência Farmacêutica, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 67, de 23 de março de 2016.

Art. 2º A presente Habilitação terá validade conforme identificado no ANEXO.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE / CNPJ: WISSEN CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA - 08.472.192/0001-40 DENOMINAÇÃO DA EMPRESA INSPECIONADA/CERTIFICADA: ADMERUS BIOSCIENCES PRIVATE LIMITED EXPEDIENTE: 0491570/20-4 de 14/02/2020 CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS EM BIODISPONIBILIDADE/BIOEQUIVALÊNCIA PARA AS ETAPAS: Clínica e Bioanalítica Clínica e Bioanalítica (Endereço: SY. NO. 480, BASURAGADI VILLAGE, GOWDAVALLI GRAMAPANCHAYATH, MEDCHAL MANDAL AND DISTRICT, HYDERABAD.TELANGANA., Índia); VALIDADE: 30/08/2023 ---------- RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE / CNPJ: SUN FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA - 05.035.244/0001-23 DENOMINAÇÃO DA EMPRESA INSPECIONADA/CERTIFICADA: RAPTIM RESEARCH PVT LTD EXPEDIENTE: 3479086/20-9 de 09/10/2020 CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS EM BIODISPONIBILIDADE/BIOEQUIVALÊNCIA PARA A ETAPA: Bioanalítica Endereço: A-242, M.I.D.C, T.T.C Industrial Area, Mahape, Navi Mumbai, Maharashtra, Índia VALIDADE: 30/08/2023 ---------- RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA SOLICITANTE / CNPJ: Scentryphar Pesquisa Clínica Ltda. - 07.158.380/0001-36 DENOMINAÇÃO DA EMPRESA INSPECIONADA/CERTIFICADA: BioPharma Services Inc. EXPEDIENTE: 3223414/19-7 de 21/11/2019 CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS EM BIODISPONIBILIDADE/BIOEQUIVALÊNCIA PARA AS ETAPAS: Clínica: Endereço: 10330 Old Olive Street Rd, St. Louis, Missouri-EUA. CEP: MO63141 VALIDADE: 30/08/2023

RESOLUÇÃO RE Nº 3.309, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a anuência de notificação de medicamentos para intubação orotraqueal (COVID-19), sob os números de processo constantes no anexo desta Resolução, nos termos da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 484, de 19 de março de 2021, em virtude da emergência de saúde pública de importância nacional decorrente do novo coronavírus (SARS-CoV-2).

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral, pelas empresas aqui relacionadas, ao disposto na Seção I - Da notificação, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 484, de 19 de março de 2021.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO ASSUNTO DA PETIÇÃO

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.
CLORIDRATO DE MIDAZOLAM CRISTÁLIA 25351168959202125
3362842216 Notificação - medicamentos para intubação orotraqueal COVID-19

HYPOFARMA - INSTITUTO DE HYPODERMIA E FARMÁCIA LTDA
HALOPERIDOL HYPOFARMA 25351158579202182
3347274211 Notificação - medicamentos para intubação orotraqueal COVID-19

RESOLUÇÃO RE Nº 3.310, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar o cancelamento de registro da apresentação a pedido dos medicamentos similares, genéricos e novos, sob o nº de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

RAZÃO SOCIAL CNPJ
MARCA COMERCIAL Nº PROCESSO EXPEDIENTE CANCELAMENTO M.S.

BAYER S.A. - 18.459.628/0001-15
GYNO-ICADEN 25351.013646/2011-51 2756501/21-7 1705600990037

GERMED FARMACEUTICA LTDA - 45.992.062/0001-65
SIGMASPORIN MICRORAL 25000.040760/96-60 2823276/21-3 1058301970146 1058301970154 1058301970162

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA - 33.247.743/0001-10
CLINDOXYL 25351.819320/2018-14 3230461/21-7 1010703390026
ZOVIRAX 25351.263374/2006-89 3230347/21-5 1010702530010

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A - 17.159.229/0001-76
SEDALEX 25000.021525/95-71 3040114/21-3 1037001790115 1037001790123 1037001790131
LIBBS FARMACÊUTICA LTDA - 61.230.314/0001-75
DOCELIBBS 25351.024457/2003-10 2806166/21-7 1003301210012 1003301210020
ZOLIBBS 25351.199548/2009-65 2739827/21-7 1003301570027

MERCK SHARP &DOHME FARMACEUTICA LTDA. - 03.560.974/0001-18
ESMERON 25000.011697/95-09 2953765/21-7 1017100960057

RESOLUÇÃO RE Nº 3.311, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos, radiofármacos e de insumos farmacêuticos ativos, sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

RAZÃO SOCIAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO DESISTIDA
NÚMERO DO PROCESSO EXPEDIENTE DE DESISTÊNCIA A PEDIDO EXPEDIENTE DA PETIÇÃO DESISTIDA

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA
11116 - RDC 73/2016 - NOVO - Inclusão de nova concentração
25351.032189/2009-74 2939417/21-1 2535588/21-1

BIOLAB SANUS FARMACÊUTICA LTDA
1621 - SIMILAR - Cancelamento de Registro do Medicamento
25351.202959/2002-07 3130280/21-7 3124822/21-5

FBM INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
155 - GENERICO - Registro de Medicamento
25351.240488/2014-95 3434394/20-6 0330425/14-6

GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A
10986 - RDC 73/2016 - GENÉRICO - Mudança maior de excipientes para formas farmacêuticas semissólidas
25351.044015/2006-24 3159191/21-4 2290473/20-5
11043 - RDC 73/2016 - GENÉRICO - Alteração maior do processo de produção do medicamento
25351.044015/2006-24 3159191/21-4 2290480/20-8

HISAMITSU FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA
10942 - RDC 73/2016 - NOVO - Inclusão de novo fabricante do IFA
25000.012537/87 2912412/21-3 1996003/21-4

NATULAB LABORATÓRIO S.A
11084 - RDC 73/2016 - SIMILAR - Mudança maior de embalagem secundária ou envoltório intermediário do medicamento
25351.445678/2005-81 2969127/21-3 2849149/20-1

SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
155 - GENERICO - Registro de Medicamento
25351.843462/2021-06 3159373/21-9 2957956/21-2

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.
155 - GENERICO - Registro de Medicamento
25351.010793/2020-78 3079234/21-7 3364980/20-4

ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A
155 - GENERICO - Registro de Medicamento
25351.665588/2021-25 3123874/21-2 2445395/21-1

RESOLUÇÃO RE Nº 3.312, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos art. 17-A § 3º e 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelo art. 2º da Lei 13.411, e art. 4º da Lei 13.411, de 28 de dezembro de 2016; e arts. 4º, 7º e 16 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no art. 7º e seus incisos, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta Resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)

BAYER S.A.
MIRANOVA 25351092617200850
0352106211 NOVO - Mudanças maiores de métodos analíticos
VITRAKVI 25351566346201854
0416726211 NOVO - Mudanças maiores de métodos analíticos

CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA
EUPEPT 25351141566201138
1231086217 SIMILAR - Inclusão maior de local de fabricação de medicamento de liberação modificada
OMEPRAZOL 25351662339201459
1494023210 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE

(Inclusão maior de local de fabricação de medicamento de liberação modificada - 1231086217 - 25351141566201138)

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.
PAMIDROM 25351169148200289
0334801216 SIMILAR - Alteração maior do processo de produção do medicamento
0334773217 SIMILAR - Substituição de local de fabricação de medicamento estéril
---
EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A.
CEFADROXILA 25351172979200238
0076512211 GENÉRICO - Mudanças maiores de métodos analíticos

GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A
OMEPRAZOL 25351682719202058
1658768215 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão maior de local de fabricação de medicamento de liberação modificada - 1231086217 - 25351141566201138)

GUERBET PRODUTOS RADIOLÓGICOS LTDA
DOTAREM 25351023681008 1
3027497214 SIMILAR - Inclusão de novo fabricante do IFA

MABRA FARMACEUTICA LTDA
PEPTRAT 25351179324201513
1494034215 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão maior de local de fabricação de medicamento de liberação modificada - 1231086217 - 25351141566201138)

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A
GALVUS 25351140327200668
0322702212 NOVO - Inclusão de novo fabricante do IFA
RITALINA 2599200126855
0918491211 NOVO - Inclusão de novo fabricante do IFA

PHARLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S.A.
TRICORTID 25351208319200201
0833038217 SIMILAR - Substituição de fabricante do IFA
0833126210 SIMILAR - Inclusão de novo fabricante do IFA
0833150212 SIMILAR - Mudança menor de excipientes para formas farmacêuticas semissólidas
0833143210 SIMILAR - Exclusão não crítica de testes ou métodos
0833141213 SIMILAR - Inclusão crítica de testes ou métodos
0833135219 SIMILAR - Mudanças intermediárias de métodos analíticos
0833049212 SIMILAR - Mudanças maiores de métodos analíticos
0833162216 SIMILAR - Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente
CETOCONAZOL + BETAMETASONA + SULFATO DE NEOMICINA 25351594288201514
0967261213 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Substituição de fabricante do IFA - 0833038217 - 25351208319200201)
0967128215 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão de novo fabricante do IFA - 0833126210 - 25351208319200201)
0967229210 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudança menor de excipientes para formas farmacêuticas semissólidas - 0833150212 - 25351208319200201)
0967132213 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Exclusão não crítica de testes ou métodos - 0833143210 - 25351208319200201)
0967139211 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão crítica de testes ou métodos - 0833141213 - 25351208319200201)
0967236212 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças intermediárias de métodos analíticos - 0833135219 - 25351208319200201)
0967245211 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 0833049212 - 25351208319200201)
0967249214 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente - 0833162216 - 25351208319200201)

SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
VILDAGLIPTINA 25351101204201764
0477410218 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão de novo fabricante do IFA - 0322702212 - 25351140327200668)

SANTISA LABORATÓRIO FARMACÊUTICO S/A
FUROSANTISA 2500101039678
0066311215 SIMILAR - Mudanças maiores de métodos analíticos
0066320214 SIMILAR - Mudanças maiores de métodos analíticos
0066327211 SIMILAR - Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente
FUROSEMIDA 25351682249201484
0177391217 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 0066311215 - 2500101039678)
0177395210 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 0066320214 - 2500101039678)
0177489211 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças nos limites de especificação fora de limites aprovados anteriormente - 0066327211 - 2500101039678)

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA.
CITRATO DE SILDENAFILA 25351697141201482
1215389213 GENÉRICO - Mudanças maiores de métodos analíticos

SUPERA FARMA LABORATÓRIOS S.A
DACEFA 25351619029201414
0252827214 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Mudanças maiores de métodos analíticos - 0076512211 - 25351172979200238)

RESOLUÇÃO RE Nº 3.313, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos art. 17-A § 3º e 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelo art. 2º da Lei 13.411, e art. 4º da Lei 13.411, de 28 de dezembro de 2016; e arts. 4º, 7º e 16 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no art. 7º e seus incisos, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta Resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)
APRESENTAÇÕES M.S.

NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A
SINVASTATINA 25351916068201629
0614513212 GENÉRICO - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão maior de composição de embalagem primária do medicamento - 0477424218 - 25351785832200816)
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10 1006811240333
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20 1006811240341
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30 1006811240351
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60 1006811240368
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 150 1006811240376
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 300 1006811240384
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 600 1006811240392
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 900 1006811240406
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10 1006811240414
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20 1006811240422
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30 1006811240430
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60 1006811240449
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 150 1006811240457
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 300 1006811240465
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 600 1006811240473
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 900 1006811240481
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10 1006811240491
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20 1006811240503
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30 1006811240511
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60 1006811240521
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 150 1006811240538
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 300 1006811240546
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 600 1006811240554
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 900 1006811240562

SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
SINVASTACOR 25351006244002 0
0477426214 SIMILAR - Inclusão maior de composição de embalagem primária do medicamento
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10 1004702700450
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20 1004702700469
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30 1004702700477
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60 1004702700485
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 150 1004702700493
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 300 1004702700507
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 600 1004702700515
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 900 1004702700523
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10 1004702700531
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20 1004702700541
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30 1004702700558
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60 1004702700566
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 150 1004702700574
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 300 1004702700582
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 600 1004702700590
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 900 1004702700604
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10 1004702700612
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20 1004702700620
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30 1004702700639
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60 1004702700647
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 150 1004702700655
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 300 1004702700663
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 600 1004702700671
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 900 1004702700681

SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
SINVASTATINA 25351785832200816
0477424218 GENÉRICO - Inclusão maior de composição de embalagem primária do medicamento
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10 1004704720408
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20 1004704720416
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30 1004704720424
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60 1004704720432
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 150 1004704720440
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 300 1004704720459
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 600 1004704720467
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 900 1004704720475
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10 1004704720483
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20 1004704720491
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30 1004704720505
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60 1004704720513
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 150 1004704720521
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 300 1004704720531
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 600 1004704720548
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 900 1004704720556
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10 1004704720564
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20 1004704720572
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30 1004704720580
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60 1004704720599
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 150 1004704720602
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 300 1004704720610
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 600 1004704720629
40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 900 1004704720637

WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
VYNDAQEL 25351421864201921
1199571218 NOVO - Inclusão maior de composição de embalagem primária do medicamento
1199584210 NOVO - Inclusão de nova apresentação
20 MG CAP MOLE CT BL AL AL X 30 1211004620031
20 MG CAP MOLE CT BL AL AL X 120 1211004620041

RESOLUÇÃO RE Nº 3.314, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e tendo em vista o disposto no art. 229-C da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, e na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 168, de 8 de agosto de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder prévia anuência aos pedidos de patente de produtos e processos farmacêuticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

ENQUADRAMENTO: Art. 4º, §1º da Resolução - RDC nº 168, de 2017
PROCESSO
DEPOSITANTE
PROCURADOR
PARECER

PI 0817537-3
KUDOS PHARMACEUTICALS LIMITED
DANIEL &CIA
352/21

BR 102016011642-2
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
-
353/21

BR 102019007328-4
PEDRO OZEIS MAIFREDE
-
357/21

BR 112015013444-0
IMMUNOMEDICS, INC.
LICKS ADVOGADOS
355/21

BR 112016002651-9
GLAXOSMITHKLINE INTELLECTUAL PROPERTY (NO. 2) LIMITED / ANACOR PHARMACEUTICALS, INC.
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
350/21

BR 112017006093-0
CADENT THERAPEUTICS, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
353/21

BR 112018073781-0
BIOHAVEN PHARMACEUTICAL HOLDING COMPANY LTD.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
353/21

BR 112018074119-1
PURDUE RESEARCH FOUNDATION / ENDOCYTE, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
353/21

BR 112018074229-5
EVOX THERAPEUTICS LTD / OXFORD UNIVERSITY INNOVATION
LEONOR MAGALHÃES PERES GALVÃO
353/21

BR 112018074981-8
NUCANA PLC
MURTA GOYANES ADVOGADOS
353/21

BR 112018075403-0
MITSUBISHI TANABE PHARMA CORPORATION
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
350/21

BR 112018075939-2
JANSSEN SCIENCES IRELAND UNLIMITED COMPANY
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
353/21

BR 112019000982-5
JANSSEN PHARMACEUTICA NV
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
353/21

BR 112019001666-0
THE REGENTS OF THE UNIVERSITY OF MICHIGAN
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
350/21

BR 112019001824-7
LUPIN LIMITED
DANIEL ADVOGADOS (ALT.DE DANIEL &CIA)
353/21

BR 112019004764-6
JANSSEN PHARMACEUTICA N.V.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
350/21

BR 112019006030-8
MITOBRIDGE, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
350/21

BR 112019006047-2
DAIICHI SANKYO COMPANY, LIMITED
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
353/21

BR 112019008435-5
F. HOFFMANN - LA ROCHE AG
JACQUES LABRUNIE
353/21

BR 112019008458-4
BAYER AKTIENGESELLSCHAFT / BAYER PHARMA AKTIENGESELLSCHAFT / THE BROAD INSTITUTE, INC / PRESIDENT AND FELLOWS OF HARVARD COLLEGE / THE GENERAL HOSPITAL CORPORATION
CARLOS ANDRÉ BARBOSA CAVALCANTI
353/21

BR 112019009185-8
BRISTOL-MYERS SQUIBB COMPANY
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
350/21

BR 112019011924-8
UCB BIOPHARMA SPRL
LUIZ LEONARDOS &ADVOGADOS
353/21

BR 112019012176-5
CSTONE PHARMACEUTICALS / CSTONE PHARMACEUTICALS (SUZHOU) CO., LTD. / CSTONE PHARMACEUTICALS (SHANGHAI) CO., LTD.
LICKS ADVOGADOS
353/21

BR 112019012210-9
JAPAN TOBACCO, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
353/21

BR 112019012327-0
CALITHERA BIOSCIENCES INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
353/21

BR 112019012383-0
CHROMADERM, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
353/21

BR 112019012604-0
ACERTA PHARMA B.V.
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
353/21

BR 112019013478-6
SELENITY THERAPEUTICS (BERMUDA), LTD.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
353/21

BR 112019016233-0
OBLIQUE THERAPEUTICS AB
LEONOR MAGALHÃES PERES GALVÃO
350/21

BR 112019017514-8
ASCENEURON SA
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
353/21

BR 112019018729-4
SOCIÉTÉ DES PRODUITS NESTLÉ S.A.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
350/21

BR 112019020169-6
BRISTOL-MYERS SQUIBB COMPANY
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
353/21

BR 112019020794-5
UNIVERSITÄTSKLINIKUM HAMBURG-EPPENDORF
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
350/21

BR 112019021023-7
JIANGSU HENGRUI MEDICINE CO., LTD.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
353/21

BR 112019021393-7
GALERA LABS, LLC
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
350/21

BR 112019021400-3
BASILEA PHARMACEUTICA INTERNATIONAL AG
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
353/21

BR 112019021709-6
GLAXOSMITHKLINE INTELLECTUAL PROPERTY DEVELOPMENT LIMITED
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
353/21

BR 112019021771-1
BIO-PATH HOLDINGS, INC.
DANIEL ADVOGADOS (ALT.DE DANIEL &CIA)
353/21

BR 112019021942-0
MEDIMMUNE LIMITED
DANIEL ADVOGADOS (ALT.DE DANIEL &CIA)
353/21

BR 112019022445-9
SEATTLE GENETICS, INC.
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
353/21

BR 112019022465-3
TAKEDA PHARMACEUTICAL COMPANY LIMITED
KASZNAR LEONARDOS PROPRIEDADE INTELECTUAL
353/21

BR 112019024111-6
ANNJI PHARMACEUTICAL CO., LTD
DANIEL ADVOGADOS (ALT.DE DANIEL &CIA)
353/21

BR 112019024322-4
F. HOFFMANN - LA ROCHE AG
MONTAURY PIMENTA, MACHADO &VIEIRA DE MELLO ADVOGADOS
353/21

BR 112019025797-7
NATIONAL UNIVERSITY OF SINGAPORE / UNIVERSITY OF MYSORE / BANGALORE UNIVERSITY

LEONOR MAGALHÃES PERES GALVÃO
350/21

BR 112019026483-3
BETA PHARMA, INC.
JULIO GUIDI LIMA DA ROCHA
353/21

BR 112019026498-1
ADC THERAPEUTICS SA / MEDIMMUNE LIMITED
DANIEL ADVOGADOS (ALT.DE DANIEL &CIA)
353/21

BR 112019027025-6
BIRDIE BIOPHARMACEUTICALS, INC.
JULIO GUIDI LIMA DA ROCHA
353/21

BR 112019027037-0
LTS LOHMANN THERAPIE-SYSTEME AG
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
358/21

BR 112019028027-8
QUIXGEN, INC.
RODRIGO CID ARAUJO SERRANO
353/21

BR 112020000523-1
INNATE TUMOR IMMUNITY, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
350/21

BR 112020001345-5
HEIDELBERG PHARMA GMBH
ALBERTO LUÍS CAMELIER DA SILVA
350/21

BR 112020010313-6
LUNELLA BIOTECH, INC.
DANNEMANN, SIEMSEN, BIGLER &IPANEMA MOREIRA
358/21

BR 112020014459-2
ABBISKO THERAPEUTICS CO., LTD.
IGOR LEONARDO GUIMARÃES SIMÕES
353/21

BR 112020022146-5
FRONTHERA U.S. PHARMACEUTICALS LLC
CAROLINA NAKATA
353/21

RESOLUÇÃO RE Nº 3.315, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - 51.780.468/0001-87
VAC31518
68/2020
25351.106600/2021-64 3243464/21-2
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - 60.318.797/0001-00
Durvalumabe
71/2016
25351.792841/2020-31 2658452/20-2
10479 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Produtos Biológicos

RESOLUÇÃO RE Nº 3.320, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA 56998701000116
COLAGENASE + CLORANFENICOL
IRUXOL 25992.008483/73 03/2029
10393 PRODUTO BIOLÓGICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO DO PRINCÍPIO ATIVO, DO PRODUTO A GRANEL, DO PRODUTO TERMINADO, DO ADJUVANTE E DOS ESTABILIZANTES QUE NÃO CONSTAM EM COMPÊNDIO OFICIAL 3465835/20-1
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 2654625/21-6
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 2654627/21-2
1.0553.0259.001-6 24 Meses
0,6 U/G + 0,01 G POM DERM CT BG AL X 10 G
1.0553.0259.002-4 24 Meses
0,6 U/G + 0,01 G POM DERM CT BG AL X 15 G
1.0553.0259.003-2 24 Meses
0,6 U/G + 0,01 G POM DERM CT BG AL X 30 G
1.0553.0259.004-0 24 Meses
0,6 U/G + 0,01 G POM DERM CT BG AL X 50 G
1.0553.0259.005-9 24 Meses
0,6 U/G + 0,01 G POM DERM CT BG AL X 15 G + ESP
1.0553.0259.006-7 24 Meses
0,6 U/G + 0,01 G POM DERM CT BG AL X 50 G + ESP
1.0553.0259.007-5 24 Meses
0,6 UI/G + 10 MG/G POM VAG CT BG AL X 30 G + APLIC
1.0553.0259.010-5 24 Meses
0,6 U/G + 0,01 G POM DERM CT 50 BG AL X 30 G

Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A 60659463002992
RIVASTIGMINA
Vivencia Patch 25351.764538/2018-24 08/2031
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 1071098/18-1
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1107074/15-9 - 25351.775739/2015-03)
1.0573.0780.001-5 24 Meses
9 MG ADES TRANSD CT ENV PAP/PLAS PET/AL/PAN X 7
1.0573.0780.002-3 24 Meses
9 MG ADES TRANSD CT ENV PAP/PLAS PET/AL/PAN X 15
1.0573.0780.003-1 24 Meses
9 MG ADES TRANSD CT ENV PAP/PLAS PET/AL/PAN X 30
1.0573.0780.004-1 24 Meses
18 MG ADES TRANSD CT ENV PAP/PLAS PET/AL/PAN X 7
1.0573.0780.005-8 24 Meses
18 MG ADES TRANSD CT ENV PAP/PLAS PET/AL/PAN X 15
1.0573.0780.006-6 24 Meses
18 MG ADES TRANSD CT ENV PAP/PLAS PET/AL/PAN X 30
1.0573.0780.007-4 24 Meses
27 MG ADES TRANSD CT ENV PAP/PLAS PET/AL/PAN X 7
1.0573.0780.008-2 24 Meses
27 MG ADES TRANSD CT ENV PAP/PLAS PET/AL/PAN X 15
1.0573.0780.009-0 24 Meses
27 MG ADES TRANSD CT ENV PAP/PLAS PET/AL/PAN X 30

ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA 05439635000103
sulfato de polimixina B 25351.359613/2020-53 08/2031
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 3841090/20-7
1.5562.0062.001-3 Meses
500.000 UI PO LIOF SOL INJ

APSEN FARMACEUTICA S/A 62462015000129
LISADO BACTERIANO
PAXORAL 25351.375560/2017-97 09/2025
10393 PRODUTO BIOLÓGICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO DO PRINCÍPIO ATIVO, DO PRODUTO A GRANEL, DO PRODUTO TERMINADO, DO ADJUVANTE E DOS ESTABILIZANTES QUE NÃO CONSTAM EM COMPÊNDIO OFICIAL 4536277/20-7
10395 PRODUTO BIOLÓGICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO DE EXCIPIENTES E DILUENTES QUE NÃO CONSTAM EM COMPÊNDIO OFICIAL 4536346/20-3
1.0118.0616.001-3 36 Meses
7 MG CAPS GEL DURA CT BL AL PLAST INC X 10
1.0118.0616.002-1 36 Meses
7 MG CAPS GEL DURA CT BL AL PLAST INC X 30
1.0118.0616.003-1 36 Meses
3,5 MG CAPS GEL DURA CT BL AL PLAST INC X 10
1.0118.0616.004-8 36 Meses
3,5 MG CAPS GEL DURA CT BL AL PLAST INC X 30
1.0118.0616.005-6 36 Meses
3,5 MG GRAN CT SACH X 10
1.0118.0616.006-4 36 Meses
3,5 MG GRAN CT SACH X 30
ramelteona 25351.664035/2020-74 08/2031
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 4432022/20-1
1.0118.0634.001-1 24 Meses
8 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 5
1.0118.0634.002-1 24 Meses
8 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 7
1.0118.0634.003-8 24 Meses
8 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 10
1.0118.0634.004-6 24 Meses
8 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 20
1.0118.0634.005-4 24 Meses
8 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 30
1.0118.0634.006-2 24 Meses
8 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 5
1.0118.0634.007-0 24 Meses
8 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 7
1.0118.0634.008-9 24 Meses
8 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10
1.0118.0634.009-7 24 Meses
8 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.0118.0634.010-0 24 Meses
8 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA 60318797000100
CLORIDRATO DE METFORMINA + dapagliflozina
dapagliflozina +cloridrato de metformina 25351.626915/2021-23 08/2031
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 2325796/21-2
(11200 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) - 0040542/17-3 - 25351.012399/2017-05)
1.1618.0289.001-1 24 Meses
5MG + 500MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 30
1.1618.0289.002-8 24 Meses
5MG + 1000MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 14
1.1618.0289.003-6 24 Meses
5MG + 1000MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 30
1.1618.0289.004-4 24 Meses
5MG + 1000MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 60
1.1618.0289.005-2 24 Meses
10MG + 500MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 14
1.1618.0289.006-0 24 Meses
10MG + 500MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 30
1.1618.0289.007-9 24 Meses
10MG + 1000MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 14

1.1618.0289.008-7 24 Meses
10MG + 1000MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 30
dapagliflozina
EDISTRIDE 25351.626946/2021-84 08/2031
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 2325923/21-0
(11200 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) - 0040545/17-5 - 25351.012411/2017-02)
1.1618.0290.001-5 36 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 7
1.1618.0290.002-3 36 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 14
1.1618.0290.003-1 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 7
1.1618.0290.004-1 36 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.1618.0290.005-8 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 14
1.1618.0290.006-6 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL AL X 30
CLORIDRATO DE METFORMINA + dapagliflozina
EBYMECT 25351.626949/2021-18 08/2031
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 2325933/21-7
(11200 MEDICAMENTO NOVO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) - 0040542/17-3 - 25351.012399/2017-05)
1.1618.0291.001-0 24 Meses
5MG + 500MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 30
1.1618.0291.002-9 24 Meses
5MG + 1000MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 14
1.1618.0291.003-7 24 Meses
5MG + 1000MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 30
1.1618.0291.004-5 24 Meses
5MG + 1000MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 60
1.1618.0291.005-3 24 Meses
10MG + 500MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 14
1.1618.0291.006-1 24 Meses
10MG + 500MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 30
1.1618.0291.007-1 24 Meses
10MG + 1000MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 14
1.1618.0291.008-8 24 Meses
10MG + 1000MG COM REV LIB PROL CT BL AL/AL X 30

BAYER S.A. 18459628000115
VALERATO DE ESTRADIOL + DIENOGESTe
Qlaira 25351.368550/2009-52 12/2029
1449 MEDICAMENTO NOVO - INCLUSÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA NOVA NO PAÍS 989551/10-5
1.7056.0049.001-8 24 Meses
COM REV A + COM REV B + COM REV C + COM REV D ESTOJ CARTOL BL AL PLAS INC X 26 + 2 PLACEBOS
1.7056.0049.002-6 24 Meses
COM REV A + COM REV B + COM REV C + COM REV D 3 ESTOJ CARTOL BL AL PLAS INC X 26 + 2 PLACEBOS

BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACÊUTICA LTDA 56998982000107
nivolumabe
OPDIVO 25351.308360/2015-10 04/2026
11967 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 77A. INCLUSÃO OU MODIFICAÇÃO DE INDICAÇÃO TERAPÊUTICA 0855229/21-1
11973 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 80. EXCLUSÃO OU ALTERAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA 0855231/21-2
1.0180.0408.001-5 24 Meses
40 MG SOL INJ CT 1 FA VD INC X 4 ML
1.0180.0408.002-3 24 Meses
100 MG SOL INJ CT 1 FA VD INC X 10 ML

Camber Farmaceutica Ltda 24633934000129
lacosamida
LAPSU 25351.175830/2019-59 08/2031
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 0269199/19-0
1.6507.0016.001-9 24 Meses
50 MG COM REV CT BL AL AL X 14
1.6507.0016.002-7 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL AL X 14
1.6507.0016.003-5 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL AL X 28
1.6507.0016.004-3 24 Meses
100 MG COM REV CT BL AL AL X 56
1.6507.0016.005-1 24 Meses
150 MG COM REV CT BL AL AL X 14
1.6507.0016.006-1 24 Meses
150 MG COM REV CT BL AL AL X 28
1.6507.0016.007-8 24 Meses
150 MG COM REV CT BL AL AL X 56
1.6507.0016.008-6 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL AL X 14
1.6507.0016.009-4 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL AL X 28
1.6507.0016.010-8 24 Meses
200 MG COM REV CT BL AL AL X 56
1.6507.0016.011-6 24 Meses
50 MG COM REV CT AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 14
1.6507.0016.012-4 24 Meses
100 MG COM REV CT AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 14
1.6507.0016.013-2 24 Meses
100 MG COM REV CT AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 24
1.6507.0016.014-0 24 Meses
100 MG COM REV CT AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 56
1.6507.0016.015-9 24 Meses
150 MG COM REV CT AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 14
1.6507.0016.016-7 24 Meses
150 MG COM REV CT AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 28
1.6507.0016.017-5 24 Meses
150 MG COM REV CT AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 56
1.6507.0016.018-3 24 Meses
200 MG COM REV CT AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 14
1.6507.0016.019-1 24 Meses
200 MG COM REV CT AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 28
1.6507.0016.020-5 24 Meses
200 MG COM REV CT AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 56

CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA 17562075000169
MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA + BETAMETASONA
DEXTAMINE 25000.004455/99-75 07/2025
11069 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO MAIOR DE COMPOSIÇÃO DE EMBALAGEM PRIMÁRIA DO MEDICAMENTO 3039575/20-5
1.1560.0072.008-6 24 Meses
(0,4 + 0,05) MG/ML XPE CT FR PLAS PET AMB X 120 ML + COP
FLUORETO DE SÓDIO + CIANOCOBALAMINA + FOSFATO DE CÁLCIO TRIBÁSICO
CALCIFIX COMPOSTO B12 25351.131014/2007-08 05/2027
10167 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MODERADA DO PROCESSO DE PRODUÇÃO 0280137/17-5
10187 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE EQUIPAMENTO COM DIFERENTE DESENHO E PRINCÍPIO DE FUNCIONAMENTO 0280140/17-9
10199 ESPECÍFICO - ALTERAÇÃO MODERADA DE EXCIPIENTE 0280060/17-5
1.1560.0163.003-1 24 Meses
(0,10 + 0,0012 + 45)MG/ML SUS OR CT FR PLAS PEAD X 300 ML + COP MED

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 61082426000207
SENNA ALEXANDRINA MILL. + CASSIA FISTULA L.
TAMARINE 25351.651335/2009-92 04/2030
10621 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO OU INCLUSÃO DE FABRICANTE DA MATÉRIA-PRIMA VEGETAL, QUANDO FOREM MANTIDAS AS ESPECIFICAÇÕES APROVADAS NO DOSSIÊ 3277085/20-5
1.7817.0023.016-1 24 Meses
(4,878 + 4,719) MG GEL CT FR PLAS PE OPC X 150 G + COL (SUCRALOSE)
1.7817.0023.017-1 24 Meses
(4,878 + 4,719) MG GEL CT FR PLAS PE OPC X 250 G + COL (SUCRALOSE)

CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA. 44734671000151
LIDOCAÍNA + TETRACAÍNA
SKINCAINE 25351.223362/2019-36 08/2031
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0341033/19-1
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1172610/18-5 - 25351.832090/2018-89)
1.0298.0565.001-1 24 Meses
(70,0 + 70,0) MG/G CREM DERM CT BG PLAS PEAD/PEBD OPC X 5 G
1.0298.0565.002-8 24 Meses
(70,0 + 70,0) MG/G CREM DERM CT BG PLAS PEAD/PEBD OPC X 30 G
ácido zoledrônico monoidratado
ACEZO 25351.338698/2019-01 08/2031
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 0517133/19-4
1.0298.0564.001-4 24 Meses
4 MG SOL INJ IV CT FR PLAS TRANS X 100 ML
1.0298.0564.002-2 24 Meses
4 MG SOL INJ IV CX 5 FR PLAS TRANS X 100 ML

DR. REDDYS FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA 03978166000175
rivaroxabana 25351.187031/2017-47 09/2028
11106 RDC 73/2016 - GENÉRICO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO MEDICAMENTO 2255115/21-8
1.5143.0037.001-3 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 5
1.5143.0037.002-1 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10
1.5143.0037.003-1 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.5143.0037.004-8 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 100
1.5143.0037.005-6 36 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 7
1.5143.0037.006-4 36 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 14
1.5143.0037.007-2 36 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 28
1.5143.0037.008-0 36 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 42
1.5143.0037.009-9 36 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 98
1.5143.0037.010-2 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 7
1.5143.0037.011-0 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 14
1.5143.0037.012-9 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 28
1.5143.0037.013-7 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 42
1.5143.0037.014-5 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 98
RIVAROXABANA
VAROXRED 25351.729666/2018-21 04/2029
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 2311055/21-4
1.5143.0043.001-6 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 5
1.5143.0043.002-4 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10
1.5143.0043.003-2 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.5143.0043.004-0 36 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 100
1.5143.0043.005-9 36 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 7
1.5143.0043.006-7 36 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 14
1.5143.0043.007-5 36 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 28
1.5143.0043.008-3 36 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 42
1.5143.0043.009-1 36 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 98
1.5143.0043.010-5 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 7
1.5143.0043.011-3 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 14
1.5143.0043.012-1 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 28
1.5143.0043.013-1 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 42
1.5143.0043.014-8 36 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 98

EMS S/A 57507378000365
REPOFLOR 25000.000910/97-56 04/2029
11922 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 36. ALTERAÇÃO DA DESCRIÇÃO OU COMPOSIÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MAIOR 3323049/19-8
1.0235.0420.002-4 24 Meses
200 MG PO OR CT 4 ENV KRAFT PE X 800 MG
SACCHAROMYCES BOULARDII - 17
1.0235.0420.003-2 24 Meses
200 MG PO OR CT 4 ENV AL PE X 800 MG
SACCHAROMYCES BOULARDII - 17
1.0235.0420.005-9 24 Meses
200 MG PO OR CT 10 ENV KRAFT PE X 800 MG (EMB FRAC)
SACCHAROMYCES BOULARDII - 17
1533 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO 3323507/19-4

1.0235.0420.008-3 24 Meses
250 MG PO OR CT 6 ENV AL POLIET X 800 MG
SACCHAROMYCES BOULARDII
1.0235.0420.009-1 24 Meses
250 MG PO OR CT 10 ENVL AL POLIET X 800 MG
SACCHAROMYCES BOULARDII
RIVAROXABANA
VYNAXA 25351.176278/2017-54 10/2028
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3246413/21-4
1.0235.1283.031-7 24 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.0235.1283.032-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 15
1.0235.1283.033-3 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.0235.1283.034-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 60
rivaroxabana 25351.595763/2016-04 07/2028
11097 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO RESTRITA AO NÚMERO DE UNIDADES FARMACOTÉCNICAS 2956804/21-8
1.0235.1265.016-5 24 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.0235.1265.017-3 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 15
1.0235.1265.018-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.0235.1265.019-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 60
CLORIDRATO DE MEMANTINA + CLORIDRATO DE DONEPEZILA
cloridrato de memantina+cloridrato de donepezila 25351.618008/2021-19 08/2031
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 2296337/21-5
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 0193084/19-2 - 25351.127338/2019-77)
1.0235.1385.001-1 24 Meses
(5,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7
1.0235.1385.002-8 24 Meses
(10,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7
1.0235.1385.003-6 24 Meses
(15,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7
1.0235.1385.004-4 24 Meses
(20,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 7
1.0235.1385.005-2 24 Meses
(20,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.0235.1385.006-0 24 Meses
(20,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 60
1.0235.1385.007-9 24 Meses
(20,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 100

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192
TARTARATO DE EVOGLIPTINA
SUGANON 25351.218919/2019-17 08/2031
10464 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO ELETRÔNICO DE MEDICAMENTO NOVO 0334781/19-5
1.0043.1343.001-0 36 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.0043.1343.002-9 36 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.0043.1343.003-7 36 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 60
bilastina 25351.660984/2020-85 08/2031
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2259443/20-4
1.0043.1342.001-5 24 Meses
20 MG COM CT BL AL AL X 4
1.0043.1342.002-3 24 Meses
20 MG COM CT BL AL AL X 8
1.0043.1342.003-1 24 Meses
20 MG COM CT BL AL AL X 10
1.0043.1342.004-1 24 Meses
20 MG COM CT BL AL AL X 15
1.0043.1342.005-8 24 Meses
20 MG COM CT BL AL AL X 20
1.0043.1342.006-6 24 Meses
20 MG COM CT BL AL AL X 30
1.0043.1342.007-4 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PE/PCTFE TRANS X 4
1.0043.1342.008-2 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PE/PCTFE TRANS X 8
1.0043.1342.009-0 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PE/PCTFE TRANS X 10
1.0043.1342.010-4 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PE/PCTFE TRANS X 15
1.0043.1342.011-2 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PE/PCTFE TRANS X 20
1.0043.1342.012-0 24 Meses
20 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PE/PCTFE TRANS X 30

FRESENIUS KABI BRASIL LTDA 49324221000104
AMOXICILINA SÓDICA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO
amoxilina sódica + clavulanato de potássio 25351.459322/2012-30 08/2031
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0659914/12-1
1.0041.0227.001-3 24 Meses
(500 + 100) MG PO SOL INJ IV CT FA VD TRANS
1.0041.0227.002-1 24 Meses
(500 + 100) MG PO SOL INJ IV CX 5 FA VD TRANS
1.0041.0227.003-1 24 Meses
(500 + 100) MG PO SOL INJ IV CX 10 FA VD TRANS
1.0041.0227.004-8 24 Meses
(500 + 100) MG PO SOL INJ IV CX 25 FA VD TRANS
1.0041.0227.005-6 24 Meses
(500 + 100) MG PO SOL INJ IV CX 50 FA VD TRANS
1.0041.0227.006-4 24 Meses
(500 + 100) MG PO SOL INJ IV CX 100 FA VD TRANS
1.0041.0227.007-2 24 Meses
(1000 + 200) MG PO SOL INJ IV CT FA VD TRANS
1.0041.0227.008-0 24 Meses
(1000 + 200) MG PO SOL INJ IV CX 5 FA VD TRANS
1.0041.0227.009-9 24 Meses
(1000 + 200) MG PO SOL INJ IV CX 10 FA VD TRANS
1.0041.0227.010-2 24 Meses
(1000 + 200) MG PO SOL INJ IV CX 25 FA VD TRANS
1.0041.0227.011-0 24 Meses
(1000 + 200) MG PO SOL INJ IV CX 50 FA VD TRANS
1.0041.0227.012-9 24 Meses
(1000 + 200) MG PO SOL INJ IV CX 100 FA VD TRANS

GERMED FARMACEUTICA LTDA 45992062000165
rivaroxabana 25351.176273/2017-21 07/2028
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3246407/21-0
1.0583.0931.016-1 24 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.0583.0931.017-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 15
1.0583.0931.018-8 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.0583.0931.019-6 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 60
RIVAROXABANA
FAXXA 25351.735543/2020-44 11/2030
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3246411/21-8
1.0583.0984.016-0 24 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.0583.0984.017-9 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 15
1.0583.0984.018-7 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.0583.0984.019-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 60

HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA SA 01571702000198
CETOPROFENO
AXIFLENNID 25351.326952/2018-39 08/2031
1456 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE FORMA FARMACÊUTICA NOVA NO PAÍS 0466288/18-1
1.0311.0183.001-2 24 Meses
1 MG/ML SOL INFUS IV CT ENVOL BOLS PLAS PES/PE/PP TRANS SIST FECH X 100 ML
1.0311.0183.002-0 24 Meses
1 MG/ML SOL INFUS IV CX 10 ENVOL BOLS PLAS PES/PE/PP TRANS SIST FECH X 100 ML
1.0311.0183.003-9 24 Meses
1 MG/ML SOL INFUS IV CX 20 ENVOL BOLS PLAS PES/PE/PP TRANS SIST FECH X 100 ML
1.0311.0183.004-7 24 Meses
1 MG/ML SOL INFUS IV CX 60 ENVOL BOLS PLAS PES/PE/PP TRANS SIST FECH X 100 ML

HERBARIUM LABORATORIO BOTANICO LTDA 78950011000120
Pelargonium sidoides DC.
IMUNOFLAN 25351.440032/2006-99 11/2028
10277 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE TEXTO DE BULA (QUE NÃO POSSUI BULA PADRÃO) 2300806/21-7
1.1860.0089.001-3 24 Meses
307,39 MG/ML XPE CT FR PLAS PET AMB X 100 ML + COP + SER DOS
1.1860.0089.002-1 24 Meses
307,39 MG/ML XPE CT FR PLAS PET AMB X 120 ML + COP + SER DOS
1.1860.0089.003-1 24 Meses
307,39 MG/ML XPE CT FR PLAS PET AMB X 150 ML + COP + SER DOS
1.1860.0089.004-8 36 Meses
307,39 MG/ML SOL OR CT FR PLAS PET AMB X 120 ML + COP + SER DOS
1.1860.0089.005-6 36 Meses
307,39 MG/ML SOL OR CT FR PLAS PET AMB X 200 ML + COP + SER DOS

HOSPITAL DAS CLINICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DA USP 60448040000122
FLUORETO DE SÓDIO
HC-EsqueleRad 25351.763780/2020-03 07/2028
11635 RADIOFÁRMACO - ALTERAÇÃO DE NOME COMERCIAL 3314635/20-7
1.1104.0001.001-0 12 Horas
740 MBQ SOL INJ FA VD TRANS X ATÉ 15ML
1.1104.0001.002-9 12 Horas
1850 MBQ SOL INJ FA VD TRANS X ATÉ 15ML
1.1104.0001.003-7 12 Horas
3700 MBQ SOL INJ FA VD TRANS X ATÉ 15ML
1.1104.0001.004-5 12 Horas
5550 MBQ SOL INJ FA VD TRANS X ATÉ 15ML
1.1104.0001.005-3 12 Horas
9250 MBQ SOL INJ FA VD TRANS X ATÉ 15ML
1.1104.0001.006-1 12 Horas
12950 MBQ SOL INJ FA VD TRANS X ATÉ 15ML
1.1104.0001.007-1 12 Horas
20350 MBQ SOL INJ FA VD TRANS X ATÉ 15ML
1.1104.0001.008-8 12 Horas
29600 MBQ SOL INJ FA VD TRANS X ATÉ 15ML

INSTITUTO VITAL BRAZIL S/A 30064034000100
rivaroxabana 25351.679774/2018-46 12/2028
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3285391/21-2
1.0407.0109.016-7 24 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.0407.0109.017-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 15
1.0407.0109.018-3 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.0407.0109.019-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 60

LABORATÓRIOS FERRING LTDA 74232034000148
MESALAZINA
PENTASA 25000.023216/95-18 12/2026
10951 RDC 73/2016 - NOVO - EXCLUSÃO DE UM TESTE OU MÉTODO OBSOLETO 1973499/19-9
10957 RDC 73/2016 - NOVO - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 1022708/19-3
10990 RDC 73/2016 - NOVO - MUDANÇA MENOR DE EXCIPIENTE PARA FORMAS FARMACÊUTICAS SÓLIDAS 1022711/19-3
11023 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL 1022703/19-2
11050 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO MAIOR DE EQUIPAMENTO 1022707/19-5
1.2876.0002.008-1 36 Meses
1000 MG/SUP RET CT BL AL/AL X 15 + DEDEIRAS X 15
1.2876.0002.009-1 36 Meses
1000 MG/SUP RET CT BL AL/AL X 28 + DEDEIRAS X 28

LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 05044984000126
rivaroxabana 25351.176274/2017-76 07/2028
10506 GENÉRICO - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3246409/21-6
1.6773.0594.016-5 24 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.6773.0594.017-3 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 15
1.6773.0594.018-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.6773.0594.019-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 60

RIVAROXABANA
RIXANTIL 25351.640305/2017-56 10/2028
10507 SIMILAR - MODIFICAÇÃO PÓS-REGISTRO - CLONE 3246415/21-1
1.6773.0603.016-2 24 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.6773.0603.017-0 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 15
1.6773.0603.018-9 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30
1.6773.0603.019-7 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 60

MOMENTA FARMACÊUTICA LTDA. 14806008000154
SILYBUM MARIANUM (L.) GAERTN
FORFIG 25351.012258/2017-05 02/2030
10670 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO 2009149/20-4
1.9427.0064.011-6 24 Meses
300 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10
1.9427.0064.012-4 24 Meses
300 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.9427.0064.013-2 24 Meses
300 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60
1.9427.0064.014-0 24 Meses
300 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 10
1.9427.0064.015-9 24 Meses
300 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 30
1.9427.0064.016-7 24 Meses
300 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 60

MULTILAB INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA 92265552000140
PROPIONATO DE CLOBETASOL
TOPIREX 25351.252857/2021-97 08/2031
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 1196760/21-9
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 373265/04-7 - 25351.259961/2004-10)
1.1819.0220.001-1 24 Meses
0,5 MG/G CREM DERM CT BG AL X 15 G
1.1819.0220.002-8 24 Meses
0,5 MG/G CREM DERM CT BG AL X 30 G
propionato de clobetasol 25351.404199/2021-25 08/2031
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 1654955/21-4
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 373265/04-7 - 25351.259961/2004-10)
1.1819.0221.001-5 24 Meses
0,5 MG/G CREM DERM CT BG AL X 15 G
1.1819.0221.002-3 24 Meses
0,5 MG/G CREM DERM CT BG AL X 30 G
acetato de dexametasona 25351.404222/2021-81 08/2031
10488 GENÉRICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - CLONE 1655132/21-0
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 652156/06-8 - 25351.486639/2006-15)
1.1819.0222.001-0 24 Meses
1 MG/G CREM DERM CT BG AL X 10 G
1.1819.0222.002-9 24 Meses
1 MG/G CREM DERM CT BG AL X 20 G
1.1819.0222.003-7 24 Meses
1 MG/G CREM DERM CT BG AL X 30 G

PHARMASCIENCE INDUSTRIA FARMACEUTICA S.A 25773037000183
FOSFOMICINA TROMETAMOL
FOSMORYL 25351.600307/2019-74 08/2031
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 2513806/19-5
1.1717.0083.001-5 24 Meses
5,631 G GRAN SOL OR CT ENV AL/PLAS PES/PE OPC
1.1717.0083.002-3 24 Meses
5,631 G GRAN SOL OR CT ENV AL/PLAS PES/PE OPC X 2

PRATI DONADUZZI &CIA LTDA 73856593000166
CLORIDRATO DE PAROXETINA 25351.316245/2011-33 06/2028
10941 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE NOVO FABRICANTE DO IFA 1592646/20-0
10941 RDC 73/2016 - GENÉRICO - INCLUSÃO DE NOVO FABRICANTE DO IFA 1592648/20-6
10944 RDC 73/2016 - GENÉRICO - ALTERAÇÃO MAIOR DE PRODUÇÃO DO IFA 1592631/20-1
1.2568.0266.001-4 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC TRANS X 20
1.2568.0266.002-2 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC TRANS X 30
1.2568.0266.003-0 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC TRANS X 300
1.2568.0266.004-9 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVC TRANS X 500
1.2568.0266.005-7 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVDC TRANS X 20
1.2568.0266.006-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVDC TRANS X 30
1.2568.0266.007-3 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVDC TRANS X 300
1.2568.0266.008-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL PVDC TRANS X 500

PROCTER &GAMBLE DO BRASIL LTDA 59476770000158
PARACETAMOL + MALEATO DE CLORFENIRAMINA + CLORIDRATO DE FENILEFRINA
VICK PYRENA GRIP - 7 25351.098712/2021-34 08/2031
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0736683/21-3
(1995 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) - 909454/08-7 - 25351.707779/2008-02)
1.2142.0672.001-5 24 Meses
400 MG + 4 MG + 4 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20
1.2142.0672.002-3 24 Meses
400 MG + 4 MG + 4 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10
1.2142.0672.003-1 24 Meses
400 MG + 4 MG + 4 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 100
1.2142.0672.004-1 24 Meses
400 MG + 4 MG + 4 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 120
1.2142.0672.005-8 24 Meses
400 MG + 4 MG + 4 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 200
1.2142.0672.006-6 24 Meses
400 MG + 4 MG + 4 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 500

RANBAXY FARMACÊUTICA LTDA 73663650000190
mesalazina 25351.610661/2020-41 08/2031
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2101767/20-1
1.2352.0285.001-4 24 Meses
1200 MG COM REV LIB MOD CT BL AL AL X 10
1.2352.0285.002-2 24 Meses
1200 MG COM REV LIB MOD CT BL AL AL X 30
1.2352.0285.003-0 24 Meses
1200 MG COM REV LIB MOD CT BL AL AL X 200
1.2352.0285.004-9 24 Meses
1200 MG COM REV LIB MOD CT BL AL AL X 500

SUPERA FARMA LABORATÓRIOS S.A 43312503000105
CLORIDRATO DE TIAMINA + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + CIANOCOBALAMINA + FOSFATO DISSÓDICO DE DEXAMETASONA
RENOVI B PLUS 25351.068837/2021-30 08/2031
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 0649222/21-3
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 0203409/20-3 - 25351.042463/2020-41)
1.0372.0306.001-0 18 Meses
(100 + 100) MG/ML SOL INJ IM CT AMP VD AMB X 1 ML + (5 + 4,37) MG SOL INJ IM CT AMP VD AMB X 2 ML
1.0372.0306.002-9 18 Meses
(100 + 100) MG/ML SOL INJ IM CT 3 AMP VD AMB X 1 ML + (5 + 4,37) MG SOL INJ IM CT 3 AMP VD AMB X 2 ML

TAKEDA PHARMA LTDA. 60397775000174
IDURSULFASE
Elaprase 25351.779252/2020-68 05/2028
10408 PRODUTO BIOLÓGICO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO TERMINADO 4620804/20-6
1.0639.0300.001-1 36 Meses
2 MG/ML SOL INJ CT FA VD INC X 3 ML

VIDORA FARMACÊUTICA LTDA 92762277000170
GINKGO BILOBA L.
GINKGO VIDORA 25351.120871/2020-41 01/2031
10759 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO OU INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO COM PRAZO DE ANÁLISE 3178479/21-8
1.0473.0044.001-6 36 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20
1.0473.0044.002-4 36 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30
1.0473.0044.003-2 36 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 40
1.0473.0044.004-0 36 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 50
1.0473.0044.005-9 36 Meses
80 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60
1.0473.0044.006-7 36 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20
1.0473.0044.007-5 36 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30
1.0473.0044.008-3 36 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 40
1.0473.0044.009-1 36 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 50
1.0473.0044.010-5 36 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60

ZODIAC PRODUTOS FARMACÊUTICOS S/A 55980684000127
ZANUBRUTINIBE
BRUKINSA 25351.441503/2020-34 08/2024
11306 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE MEDICAMENTO NOVO 3993552/20-3
1.2214.0116.001-8 24 Meses
80 MG CAP DURA CT FR PLAS PEAD OPC X 120

ZYDUS NIKKHO FARMACÊUTICA LTDA 05254971000181
ÁCIDO GAMAMINOBUTÍRICO + CLORIDRATO DE LISINA + CLORIDRATO DE TIAMINA + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA + PANTOTENATO DE CÁLCIO
GABALLON 25351.527096/2011-95 05/2028
1886 ESPECÍFICO - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO COMERCIAL 1426511/21-7
1.5651.0040.004-5 24 Meses
50 MG + 50 MG + 2 MG + 4 MG + 4 MG COM CT BL AL PLAS PVC/ACLAR OPC X 60
1.5651.0040.005-3 24 Meses
50 MG + 50 MG + 2 MG + 4 MG + 4 MG COM CT BL AL PLAS PVC/ACLAR OPC X 100

RESOLUÇÃO RE Nº 3.321, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

BELFAR LTDA 18324343000177
SALICILATO DE METILA + CÂNFORA + EXTRATO FLUIDO DE BELADONA
GELMINEX 25000.014161/99-61 09/2029
1582 ESPECÍFICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 0279490/19-0
1.0571.0099.001-1 24 Meses
40 MG + 13,6 MG + 10 MG GEL CT BG AL X 20 G
1.0571.0099.002-8 24 Meses
40 MG + 13,6 MG + 10 MG GEL CT BG AL X 40 G
1.0571.0099.003-6 24 Meses
40 MG + 13,6 MG + 10 MG GEL CT BG AL X 80 G

EMS S/A 57507378000365
CETOPROFENO + CAFEÍNA + CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA
Efyzo Caf 25351.072409/2020-21
1460 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE NOVA ASSOCIAÇÃO NO PAÍS 0337783/20-1
(100,0 + 30,0 + 5,0) MG CAP DURA CT BL AL AL X 20
(100,0 + 30,0 + 5,0) MG CAP DURA CT BL AL AL X 30
(100,0 + 30,0 + 5,0) MG CAP DURA CT BL AL AL X 15
(100,0 + 30,0 + 5,0) MG CAP DURA CT BL AL AL X 10
(100,0 + 30,0 + 5,0) MG CAP DURA CT BL AL AL X 4

(100,0 + 30,0 + 5,0) MG CAP DURA CT BL AL AL X 60
(100,0 + 30,0 + 5,0) MG CAP DURA CT BL AL AL X 90

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192
DESLORATADINA
Leg 25351.700302/2015-83 02/2029
11874 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO CRÍTICA DE TESTES OU MÉTODOS 2824385/21-4
1.0043.1263.001-6 22 Meses
5 MG COM REV BL AL PLAS PVC/ACLAR TRANS X 5
1.0043.1263.002-4 22 Meses
5 MG COM REV BL AL PLAS PVC/ACLAR TRANS X 10
1.0043.1263.003-2 22 Meses
5 MG COM REV BL AL PLAS PVC/ACLAR TRANS X 14
1.0043.1263.004-0 22 Meses
5 MG COM REV BL AL PLAS PVC/ACLAR TRANS X 20
1.0043.1263.005-9 22 Meses
5 MG COM REV BL AL PLAS PVC/ACLAR TRANS X 30
1.0043.1263.006-7 22 Meses
5 MG COM REV BL AL PLAS PVC/ACLAR TRANS X 60

HYPOFARMA - INSTITUTO DE HYPODERMIA E FARMÁCIA LTDA 17174657000178
CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA MONOIDRATADA + EPINEFRINA
cloridrato de lidocaína + epinefrina 25351.706196/2019-17
1456 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE FORMA FARMACÊUTICA NOVA NO PAÍS 3375653/19-8
20 MG/ML + 5 MCG/ML SOL INJ EPI CX 25 FA VD AMB X 20 ML

Mawdsleys Pharmaceuticals do Brasil Ltda 19501429000190
miglustate 25351.830197/2021-98
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2925961/21-4
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PCTFE/PVC OPC X 84

RESOLUÇÃO RE Nº 3.322, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos, produtos biológicos e insumos farmacêuticos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

LABORATÓRIO VITALAB LTDA 56646953000186
UNCARIA TOMENTOSA (WILLD. EX ROEM. &SCHULT.) DC. .
Artrinon 25351.000542/2003-84 10/2028
10089 FITOTERAPICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO - ANVISA 3217382/21-2
1.5400.0041.011-6 24 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 45
1.5400.0041.012-4 24 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 60
1.5400.0041.014-0 24 Meses
100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 90

SANVAL COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA 61068755000112
METILDOPA SESQUIIDRATADO
metildopa 25351.555214/2019-88 02/2025
10088 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO - ANVISA 3249237/21-5
1.0714.0271.001-5 24 Meses
250 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20
1.0714.0271.002-3 24 Meses
250 MG COM REV CX BL AL PLAS PVDC TRANS X 500
1.0714.0271.003-1 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20
1.0714.0271.004-1 24 Meses
500 MG COM REV CX BL AL PLAS PVDC TRANS X 500
1.0714.0271.005-8 24 Meses
250 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30
1.0714.0271.006-6 24 Meses
500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30
1.0714.0271.007-4 24 Meses
250 MG COM REV CX BL AL PLAS PVDC TRANS X 490
1.0714.0271.008-2 24 Meses
500 MG COM REV CX BL AL PLAS PVDC TRANS X 490

RESOLUÇÃO RE Nº 3.323, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e produtos biológicos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

INDÚSTRIA FARMACÊUTICA MELCON DO BRASIL S.A. 04338716000154
CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA
MIOREX 25351.000263/2012-45 11/2028
1990 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2325919/21-1
1.5589.0006.001-7 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.5589.0006.002-5 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.5589.0006.003-3 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.5589.0006.004-1 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.5589.0006.005-1 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.5589.0006.006-8 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 500
1.5589.0006.007-6 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.5589.0006.008-4 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.5589.0006.009-2 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.5589.0006.010-6 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.5589.0006.011-4 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.5589.0006.012-2 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 500
CLORIDRATO DE TERBINAFINA
CEREMIL 25351.061179/2012-64 11/2028
1990 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2309853/21-8
1.5589.0007.001-2 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 07
1.5589.0007.002-0 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.5589.0007.003-9 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.5589.0007.004-7 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.5589.0007.005-5 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.5589.0007.006-3 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 42
1.5589.0007.007-1 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 90
1.5589.0007.008-1 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 500
PANTOPRAZOL SÓDICO SESQUI-HIDRATADO
PANTOMIX 25351.112690/2012-29 02/2029
1990 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2309028/21-6
1.5589.0010.001-9 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 7
1.5589.0010.002-7 24 Meses
20 MG COM REV CT AL/AL X 14
1.5589.0010.003-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 28
1.5589.0010.004-3 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 42
1.5589.0010.005-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 500
1.5589.0010.006-1 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 7
1.5589.0010.007-8 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 14
1.5589.0010.008-6 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 28
1.5589.0010.009-4 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 42
1.5589.0010.010-8 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 500
BIOTIFENO 25351.248567/2017-62 08/2027
1990 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2311614/21-5
1.5589.0017.001-7 24 Meses
50 MG COM REV LIB RETARD CT BL AL PLAS TRANS X 20
DICLOFENACO SÓDICO
1.5589.0017.002-5 24 Meses
11,6 MG/G GEL CT BG AL X 30 G
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO
1.5589.0017.003-3 24 Meses
75 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 14
DICLOFENACO SÓDICO
1.5589.0017.004-1 24 Meses
75 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 20
DICLOFENACO SÓDICO
1.5589.0017.005-1 24 Meses
50 MG COM REV LIB RETARD CT BL AL PLAS TRANS X 10
DICLOFENACO SÓDICO
1.5589.0017.006-8 24 Meses
75 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 10
DICLOFENACO SÓDICO
1.5589.0017.007-6 24 Meses
100 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 10
DICLOFENACO SÓDICO
1.5589.0017.008-4 24 Meses
100 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 20
DICLOFENACO SÓDICO
1.5589.0017.009-2 24 Meses
44,3 MG COM DISP CT BL AL AL X 10
DICLOFENACO ÁCIDO
1.5589.0017.010-6 24 Meses
44,3 MG COM DISP CT BL AL AL X 20
DICLOFENACO ÁCIDO
1.5589.0017.011-4 24 Meses
11,6 MG/G SOL AER FILME PLAS TB AL X 60 G
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO
1.5589.0017.012-2 24 Meses
11,6 MG/G SOL AER CT TB AL X 60 G
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO
1.5589.0017.013-0 24 Meses
11,6 MG/G GEL CT BG AL X 60 G
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO
1.5589.0017.014-9 24 Meses
11,6 MG/G GEL CT BG PLAS LAM X 30 G
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO
1.5589.0017.015-7 24 Meses

11,6 MG/G GEL CT BG PLAS LAM X 60 G
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO
1.5589.0017.016-5 24 Meses
11,6 MG/G GEL CT BG AL X 100 G
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO
1.5589.0017.017-3 24 Meses
11,6 MG/G GEL CT BG PLAS LAM X 100 G
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO
ALBENDAZOL
BELTAZIN 25351.279694/2017-11 07/2027
1990 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2309753/21-1
1.5589.0015.001-6 24 Meses
400 MG COM MAST CT BL AL PLAS TRANS X 1
1.5589.0015.002-4 24 Meses
40 MG/ML SUS OR CT FR VD AMB X 10 ML
1.5589.0015.003-2 24 Meses
400 MG COM MAST CT BL AL PLAS TRANS X 5
1.5589.0015.004-0 24 Meses
40 MG/ML SUS OR CT FR VD AMB X 55 ML + COP X 10 ML

LABORATÓRIOS PFIZER LTDA 46070868003699
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA
ALTVEN 25351.054522/2018-18 04/2030
1990 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2161456/21-3
1.0216.0280.001-1 36 Meses
75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.0216.0280.002-1 36 Meses
75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.0216.0280.003-8 36 Meses
150 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.0216.0280.004-6 36 Meses
150 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.0216.0280.005-4 24 Meses
37,5 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.0216.0280.006-2 24 Meses
37,5 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.0216.0280.007-0 24 Meses
37,5 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X30
1.0216.0280.008-9 36 Meses
75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X30
1.0216.0280.009-7 36 Meses
150 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 30
ATORVASTATINA CÁLCICA
LIPITOR 25351.190130/2019-94 04/2028
1990 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2161306/21-1
1.0216.0267.001-0 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
1.0216.0267.002-9 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 20
1.0216.0267.003-7 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
1.0216.0267.004-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
1.0216.0267.005-3 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 20
1.0216.0267.006-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
1.0216.0267.007-1 36 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
1.0216.0267.008-8 36 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 20
1.0216.0267.009-6 36 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
1.0216.0267.010-1 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
1.0216.0267.011-8 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL/AL X 20
1.0216.0267.012-6 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
1.0216.0267.013-4 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
1.0216.0267.014-2 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 90
1.0216.0267.015-0 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
1.0216.0267.016-9 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 90
1.0216.0267.017-7 36 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
1.0216.0267.018-5 36 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 90
1.0216.0267.019-3 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
1.0216.0267.020-7 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL/AL X 90
1.0216.0267.021-5 36 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 7

RESOLUÇÃO RE Nº 3.324, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 130, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

GUSTAVO MENDES LIMA SANTOS

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A 60659463002992
ALBENDAZOL
BELTAZIN 25351.639037/2021-14 07/2027
1995 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 2360058/21-6
1.0573.0775.001-8 24 Meses
400 MG COM MAST CT BL AL PLAS TRANS X 1
1.0573.0775.002-6 24 Meses
400 MG COM MAST CT BL AL PLAS TRANS X 5
1.0573.0775.003-4 24 Meses
40 MG/ML SUS OR CT FR VD AMB X 10 ML
1.0573.0775.004-2 24 Meses
40 MG/ML SUS OR CT FR VD AMB X 55 ML + COP X 10 ML
BIOTIFENO 25351.639058/2021-21 08/2027
1995 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 2360071/21-3
1.0573.0776.001-3 24 Meses
50 MG COM REV LIB RETARD CT BL AL PLAS TRANS X 10
DICLOFENACO SÓDICO
1.0573.0776.002-1 24 Meses
50 MG COM REV LIB RETARD CT BL AL PLAS TRANS X 20
DICLOFENACO SÓDICO
1.0573.0776.003-1 24 Meses
75 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 10
DICLOFENACO SÓDICO
1.0573.0776.004-8 24 Meses
75 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 14
DICLOFENACO SÓDICO
1.0573.0776.005-6 24 Meses
75 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 20
DICLOFENACO SÓDICO
1.0573.0776.006-4 24 Meses
100 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 10
DICLOFENACO SÓDICO
1.0573.0776.007-2 24 Meses
100 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 20
DICLOFENACO SÓDICO
1.0573.0776.008-0 24 Meses
44,3 MG COM DISP CT BL AL AL X 10
DICLOFENACO ÁCIDO
1.0573.0776.009-9 24 Meses
44,3 MG COM DISP CT BL AL AL X 20
DICLOFENACO ÁCIDO
1.0573.0776.010-2 24 Meses
11,6 MG/G SOL AER FILME PLAS TB AL X 60 G
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO
1.0573.0776.011-0 24 Meses
11,6 MG/G SOL AER CT TB AL X 60 G
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO
1.0573.0776.012-9 24 Meses
11,6 MG/G GEL CT BG PLAS LAM X 30 G
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO
1.0573.0776.013-7 24 Meses
11,6 MG/G GEL CT BG PLAS LAM X 60 G
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO
1.0573.0776.014-5 24 Meses
11,6 MG/G GEL CT BG PLAS LAM X 100 G
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO
1.0573.0776.015-3 24 Meses
11,6 MG/G GEL CT BG AL X 30 G
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO
1.0573.0776.016-1 24 Meses
11,6 MG/G GEL CT BG AL X 60 G
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO
1.0573.0776.017-1 24 Meses
11,6 MG/G GEL CT BG AL X 100 G
DICLOFENACO DIETILAMÔNIO
CLORIDRATO DE TERBINAFINA
CEREMIL 25351.639085/2021-02 11/2028
1995 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 2360183/21-3
1.0573.0777.001-9 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 07
1.0573.0777.002-7 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.0573.0777.003-5 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.0573.0777.004-3 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 28
1.0573.0777.005-1 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0573.0777.006-1 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 42
1.0573.0777.007-8 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 90
1.0573.0777.008-6 24 Meses
250 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 500
CLORIDRATO DE CICLOBENZAPRINA
MIOREX 25351.639089/2021-82 11/2028
1995 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 2360217/21-1
1.0573.0778.001-4 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0573.0778.002-2 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.0573.0778.003-0 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0573.0778.004-9 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0573.0778.005-7 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0573.0778.006-5 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 500
1.0573.0778.007-3 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0573.0778.008-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.0573.0778.009-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0573.0778.010-3 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0573.0778.011-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0573.0778.012-1 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 500
PANTOPRAZOL SÓDICO SESQUI-HIDRATADO
PANTOMIX 25351.639094/2021-95 02/2029
1995 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 2360203/21-1
1.0573.0779.001-1 24 Meses

20 MG COM REV CT BL AL/AL X 7
1.0573.0779.002-8 24 Meses
20 MG COM REV CT AL/AL X 14
1.0573.0779.003-6 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 28
1.0573.0779.004-4 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 42
1.0573.0779.005-2 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 500
1.0573.0779.006-0 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 7
1.0573.0779.007-9 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 14
1.0573.0779.008-7 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 28
1.0573.0779.009-5 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 42
1.0573.0779.010-9 24 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 500

MYLAN LABORATORIOS LTDA 11643096000122
ATORVASTATINA CÁLCICA
LIPITOR 25351.574122/2021-11 04/2028
11203 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2162007/21-5
1.8830.0084.001-6 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
1.8830.0084.002-4 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 20
1.8830.0084.003-2 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
1.8830.0084.004-0 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
1.8830.0084.005-9 24 Meses
10 MG COM REV CT BL AL/AL X 90
1.8830.0084.006-7 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
1.8830.0084.007-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 20
1.8830.0084.008-3 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
1.8830.0084.009-1 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
1.8830.0084.010-5 24 Meses
20 MG COM REV CT BL AL/AL X 90
1.8830.0084.011-3 36 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 7
1.8830.0084.012-1 36 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
1.8830.0084.013-1 36 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 20
1.8830.0084.014-8 36 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
1.8830.0084.015-6 36 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
1.8830.0084.016-4 36 Meses
40 MG COM REV CT BL AL/AL X 90
1.8830.0084.017-2 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL/AL X 10
1.8830.0084.018-0 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL/AL X 20
1.8830.0084.019-9 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL/AL X 30
1.8830.0084.020-2 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL/AL X 60
1.8830.0084.021-0 24 Meses
80 MG COM REV CT BL AL/AL X 90
CLORIDRATO DE VENLAFAXINA
ALTVEN 25351.574194/2021-69 04/2030
11203 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2162244/21-2
1.8830.0085.001-1 24 Meses
37,5 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.8830.0085.002-1 24 Meses
37,5 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.8830.0085.003-8 24 Meses
37,5 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X30
1.8830.0085.004-6 36 Meses
75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.8830.0085.005-4 36 Meses
75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.8830.0085.006-2 36 Meses
75 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X30
1.8830.0085.007-0 36 Meses
150 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 7
1.8830.0085.008-9 36 Meses
150 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 14
1.8830.0085.009-7 36 Meses
150 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL PLAS TRANS X 30

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº. 1.831 de 6 de maio de 2021, publicada em DOU n° 86, em 10 de maio 2021, Seção 1, página 84, referente ao processo n° 25351.382148/2009-08,

Onde se lê:

(...)

ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 02433631000120

CYNARA SCOLYMUS L.

ALCACHOFRA ASPEN PHARMA 25351.382148/2009-08 12/2029

10614 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO MAIOR DE EXCIPIENTE 2455455/20-3

10615 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO OU INCLUSÃO MODERADA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO 2454333/20-1

10621 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO OU INCLUSÃO DE FABRICANTE DA MATÉRIA-PRIMA VEGETAL, QUANDO FOREM MANTIDAS AS ESPECIFICAÇÕES APROVADAS NO DOSSIÊ 2454414/20-1

10626 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO 2454416/20-7

1699 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO. 0531924/19-2

1793 MEDICAMENTO FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA VEGETAL 2455349/20-2

1.3764.0116.001-1 24 Meses

300,0 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30

1.3764.0116.002-1 24 Meses

300,0 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 100

1.3764.0116.003-8 24 Meses

300,0 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 200

(...)

Leia-se:

(...)

ASPEN PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 02433631000120

CYNARA SCOLYMUS L.

ALCACHOFRA ASPEN PHARMA 25351.382148/2009-08 12/2029

10652 - PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - Alteração maior de excipiente

2455455/20-3

10655 - PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - Alteração ou inclusão moderada no processo de produção;

2454333/20-1

10639 - PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - Alteração ou inclusão de fabricante da matéria-prima vegetal, quando forem mantidas as especificações aprovadas no dossiê;

2454414/20-1

10646 - PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - Atualização de especificações e método analítico;

2454416/20-7

10690 - PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - Renovação de Registro de Medicamento;

0531924/19-2

10654 - PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - Alteração na especificação da matéria-prima vegetal.

2455349/20-2

1.3764.0116.001-1 24 Meses

300,0 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30

1.3764.0116.002-1 24 Meses

300,0 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 100

1.3764.0116.003-8 24 Meses

300,0 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 200

(...)

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº. 2.590, de 1º de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº. 124, de 5 de julho de 2021, Seção 1, Pág. 64, referente ao processo 25351.725907/2012-68.

Onde se lê:

EMS SIGMA PHARMA LTDA 00923140000131

DROSPIRENONA + ETINILESTRADIOL

NIKI 25351.725907/2012-68 07/2029

11099 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO RESTRITA AO

NÚMERO DE UNIDADES FARMACOTÉCNICAS 0288725/20-8

1.3569.0671.004-9 24 Meses

3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30

1.3569.0671.005-7 24 Meses

3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60

1.3569.0671.006-5 24 Meses

3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 90

1.3569.0671.007-3 24 Meses

3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 120

Leia-se:

EMS SIGMA PHARMA LTDA 00923140000131

DROSPIRENONA + ETINILESTRADIOL

NIKI CONECT 25351.725907/2012-68 07/2029

11099 RDC 73/2016 - SIMILAR - INCLUSÃO DE NOVA APRESENTAÇÃO RESTRITA AO

NÚMERO DE UNIDADES FARMACOTÉCNICAS 0288725/20-8

1.3569.0671.004-9 24 Meses

3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30

1.3569.0671.005-7 24 Meses

3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 60

1.3569.0671.006-5 24 Meses

3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 90

1.3569.0671.007-3 24 Meses

3 MG + 0,02 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 120

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.296, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições de cancelamento de registro ou notificação a pedido da empresa, relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo, considerando que os registros/notificações já se encontram expirados ou cancelados.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

CNPJ	Razão Social	Nº do Processo	Nº do Expediente	Nome Comercial	Nº do Registro
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351219351202095	2956825211	Família Abbott RealTime SARS-CoV-2 EUA	80146502250
18252904000170	HEALTH CARE & DUBEBE INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO, EXPORTACAO DE PRODUTOS DE HIGIENE PESSOAL, COSMETICOS E PERFUMARIA	25351435382202091	3061954218	Coronavirus Disease 2019 Antibody (IgM IgG) Combined Test Kit	81699320001
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000026149311	3236307219	PLACA-SISTEMA PARA OSTOMIA DE 2 PECAS HOLLISTER	10326409021
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000054238861	3233890212	BOLSA COLETORA SISTEMA 2 PECAS DRENAVEL	10055319003
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000054248824	3233853218	BOLSAS DRENAVEIS PARA COLOSTOMIA	10055319004
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000111379970	3234894211	DISPOSITIVO DE CIRCUNCISAO PLASTIBELL	10326400001
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000111499959	3235492214	WIPES DE GEL PROTETOR PARA PELE DE OSTOMIA	10326409006
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000111539926	3235510216	CORTADOR DE GRAMPOS DE CORDAO	10326409007
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000111549999	3235450219	WIPES DE REMOVEDOR DE ADESIVO UNIVERSAL	10326409005
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000113879422	3234118211	MANGA PARA IRRIGACAO COM SUPORTE PARA CINTO	10055319011
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000113889495	3234874216	CORD CLAMP	10326400005
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000139699901	3236083215	DISPOSITIVO AUTO-ADESIVO NAO LATEX CV PARAINCONTINENCIA URINARIA	10326409013
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000187539951	3235464219	DANSAC CLASSIC 2 BARREIRA PROTETORA DE PELE	10326409008
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000187559987	3236070213	DANSAC CLASSIC 2 BOLSA DRENAVEL	10326409011
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000187569940	3236058214	DANSAC CLASSIC 1 BOLSA FECHADA	10326409010
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000187579911	3236076212	DANSAC CLASSIC 1 BOLSA DRENAVEL	10326409012
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000187589975	3235982219	DANSAC CLASSIC 2 BOLSA FECHADA	10326409009
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000195849417	3233908219	SISTEMA DE PECA UNICA DRENAVEL - UROSTOMIA	10055319005
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000205479498	3234088215	SISTEMA DE PECA UNICA FECHADA INTESTINALBOLSA COLETORA	10055319010
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000205509401	3234065216	SISTEMA DE 2 PECAS FECHADA - INTESTINAL	10055319009
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000205939413	3234031211	SISTEMA DE PECA UNICA DRENAVEL INTESTINAL	10055319008
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000205979466	3236390217	BOLSAS FECHADAS PARA COLOSTOMIA	10326409024
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000205999491	3233931213	SISTEMA DE 2 PECAS DRENAVEL - INTESTINAL	10055319007
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000230989917	3236212219	IDENT-A-BAND PULSEIRA OBSTETRICA EM 2 PARTESMAE/BEBE	10326409018
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000231789954	3236197211	BOLSA DRENAVEL FIRSTCHICE CODIGO 3631	10326409014
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000238289493	3234991212	AMNIHOOK - ROMPEDOR DE MEMBRANA AMNIOTICA DESCARTAVEL	10326400006
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000238419451	3234816219	ACESSORIOS PARA OSTOMIA - CLAMP PARA BOLSADRENAVEL	10055319014
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000238559466	3234860216	ACESSORIOS PARA OSTOMIA - CONJUNTO PARA IRRIGACAO	10055319015
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000238719412	3234197211	ACESSORIOS PARA OSTOMIA - CINTO SUPORTE PARA BOLSA	10055319012
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000238739448	3234208210	ACESSORIOS PARA OSTOMIA - STOMA CAP	10055319013
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000254279847	3235376216	BARREIRA DERMICA FLEXTEND 8800 e 8801 HOLLISTER	10326409004
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000254289818	3236205216	PASTA PREMIUM 7930 HOLLISTER	10326409017
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000254299872	3235431212	TUBO DRENAGEM ANTIREFLUXO UROSTOMIA HOLLISTER COMADAPTADOR	10326409003
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000254309851	3235328216	BOLSA DE KARAYA 5 COM ADESIVO MICROPOROSO PARAUROSTOMIA COM ANTI-REFLUXO HOLLISTER 143X	10326409002
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000254319814	3235215218	BOLSA PARA UROSTOMIA CONVEXA COMPACTA-S/145x - HOLLISTER	10326409001
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000254329887	3236225211	PO PREMIUM HOLLISTER 7906	10326409016
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000271419996	3236312215	DANSAC INVENT BOLSA DESCARTAVEL RECORTAVEL	10326409022
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000288359941	3236218218	DANSAC SOLO BOLSA DRENAVEL	10326409015
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000520129945	3236214215	BOLSA DRENAVEL FIRSTCHOICE	10326409020
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	250000520179969	3236304214	BARREIRA DE PELE CONVEXA RECORTAVEL TANDEM	10326409019
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	25351004357200521	3235161215	RESTORE HYDROGEL	10326400022
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	25351004705200560	3235158215	RESTORE HYDROGEL	10326400017
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	253510089110063	3236400218	DABSAC INVENT BOLSAS DRENAVEIS PRE-CORTADAHOLLISTER	10326409023
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	25351080771200455	3234915217	COMPACT DISPOSITIVO DE UMA PEÇA DRENÁVEL PARA OSTOMIA INTESTINAL	10326400013
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	25351490088200932	3236395218	CONJUNTO CATETER INTESTINAL INTERNO ACTIFLO	10326409026
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	25351799200200844	3235169211	CORD CLAMP CLIPPER	10326400027
58652728000188	JJSV PRODUTOS OTICOS LTDA	25351327369201017	2973279214	LENTE INTRA-OCULAR (LIO) TECNIS CL DE CÂMARA POSTERIOR DOBRÁVEL EM SILICONE	80147060122
84683556000110	KAVO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	25351579099201353	3110605216	MICROSCÓPIOS CIRÚRGICOS LEICA	10064010130
05823205000190	MAQUIRA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A.	25351458292200611	2854799213	SUGADOR PLÁSTICO ODONTÓLOGICO DESCARTÁVEL MAQUIRA	80322400002
72593791000111	NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A	25351560694202032	3216251211	SARS-CoV-2 Antibody Test (colloidal gold immunochromatography) Teste de Anticorpos SARS-CoV-2 (imunocromatografia com ouro coloidal)	81838110002

RESOLUÇÃO-RE Nº 3.295, EDE 26 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1° Declarar o cancelamento de registro ou notificação de produtos para a saúde a pedido da empresa sob os números de registro/notificação constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

CNPJ	Razão Social	Nº do Processo	Nº do Expediente	Nome Comercial	Nº do Registro
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	250000013019723	3077746211	TDx/TDxFLx TAMPAO DE DILUICAO	10055310616
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	250000044929811	3077784214	WBC Lyse CD 3200	10055310761
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	250000044939883	3111963218	DILUENT/SHEATH CD 3200	10055310747
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	250000193749806	3112075210	CELL DYN 3200 SL E ACESSORIOS	10055310800
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	250000193759861	3112630218	CELL DYN 3200 CS E ACESSORIOS	10055310797
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	250000224879439	3113352215	ANALISADOR HEMATOLOGICO CELL DYN 3000 SL	10055310124
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	250000390649600	3112636217	LISANTE HGB/WIC LIVRE DE CN	10055310578
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351103331201889	3075758214	Família Coagpia® TT	80146502153
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351103334201812	3075738210	Coagpia® AT Reagent	80146502137
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351208180201771	3074610218	Coagpia® Fbg Reagent	80146502004
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351208237201781	3074528214	Família Nanopia® FDP	80146502001
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351208344201720	3074644212	Coagpia® CaCl2 Reagent	80146502002
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351208876201786	3075135217	Coagpia® Buffer	80146501999
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351253139201105	3112708218	SISTEMA ABBOTT PRISM	80146501859
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351282953200540	3113030215	CELL-DYN RETIC PLUS CONTROL - CELL-DYN RETIC PLUS CONTROLE	80146501312
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351327621201051	3113560219	CELL DYN EMERALD 22	80146501717
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351339488201778	3074684211	Coagpia® a 2-PI Reagent	80146502041
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351339494201783	3075166217	Coagpia® PLG Reagent	80146502065

56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351339510201737	3075126218	Família Coagpia® Heparin	80146502042
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351339515201772	3074963218	Coagpia® PC Reagent	80146502043
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351384594201399	3113118212	CELL DYN SMS SYSTEM	80146501880
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351396949200819	3113124217	CN-FREE DIFF LYSE	80146501542
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351443550201717	3075269218	Coagpia® Calibrator	80146502081
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351443686201727	3075730214	Família Nanopia® D-dimer	80146502083
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351443707201712	3075284211	Coagpia ® PT-N Reagent	80146502075
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351443739201718	3075697219	Coagpia® Control Set	80146502077
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351443743201778	3075236211	Coagpia® APTT-N Reagent	80146502073
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351462079201572	3113227218	CELL-DYN 3700 SL	80146501948
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351489131201721	3074679215	New Alkali Wash Solution	80146502025
56998701000116	ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA	25351557231201591	3113568214	Cell Dyn Emerald 22	80146509047
32929819000124	ALCON BRASIL CUIDADOS COM A SAÚDE LTDA	25351523548202026	3145238218	AcrySof Multi Piece Natural	81869420023
32929819000124	ALCON BRASIL CUIDADOS COM A SAÚDE LTDA	25351588814202066	3144763215	O2 OPTIX	81869420068
32929819000124	ALCON BRASIL CUIDADOS COM A SAÚDE LTDA	25351588816202055	3144955217	FOCUS NIGHT & DAY LENTE DE CONTATO GELATINOSA	81869420070
32929819000124	ALCON BRASIL CUIDADOS COM A SAÚDE LTDA	25351588819202099	3143582213	iWear Air	81869420073
32929819000124	ALCON BRASIL CUIDADOS COM A SAÚDE LTDA	25351588867202087	3144360215	I WEAR XR COMFORT	81869420060
32929819000124	ALCON BRASIL CUIDADOS COM A SAÚDE LTDA	25351588872202090	3144205216	iWear Extra	81869420063
32929819000124	ALCON BRASIL CUIDADOS COM A SAÚDE LTDA	25351588873202034	3144065217	I WEAR DD COMFORT	81869420064
32929819000124	ALCON BRASIL CUIDADOS COM A SAÚDE LTDA	25351588899202082	3145136215	FOCUS MONTHLY LENTES DE CONTATO GELATINOSA	81869420071
43426626000177	ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA	25351371065201815	3281898210	SISTEMA REVOLVE	80143600111
43426626000177	ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA	25351371109201815	3279480211	STRATTICE	80143600110
43426626000177	ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA	25351530457201307	3217514211	SERI SURGICAL SCAFFOLD	80143600106
43426626000177	ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA	25351596393201608	3279352219	MATRIZ RECONSTRUTIVA DE TECIDO ARTIA	80143600108
43426626000177	ALLERGAN PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA	25351735850201819	3281801217	KELLER FUNNEL 2	80143600112
33040635000171	BIOMERIEUX BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA	25351057576200341	3163205210	ATB ENTEROC 5	10158120514
33040635000171	BIOMERIEUX BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA	25351493695201524	3075615214	BK VIRUS R-gene	10158120692
11413696000102	Domak Distribuidora Ltda - EPP	25351521431201974	3282084214	Conjunto Emissor	80970150004
26263959000103	Domo Salute Consultoria Regulatória Ltda	25351203986201712	3335518215	Sistema Diagnóstico de Ultrassom de Doppler Colorido Digital	81464750002
50657402000131	EBRAM PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA	25351291679200761	3243384211	EBRALATEX - CONTROLE	10159820138
50657402000131	EBRAM PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA	25351291894200762	3243262213	EBRALATEX - PRIMER	10159820141
50657402000131	EBRAM PRODUTOS LABORATORIAIS LTDA	25351409612202067	3164357214	CORONAVÍRUS IgG/IgM (COVID-19)	10159820247
29905551000186	EFE CONSULTORIA & IMPORTAÇÃO LTDA	25351206176201593	3181598217	EXPANSORES DE PELE	10243860061
04967408000198	EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	25351460953201702	3350787212	Vac-Lok Cushion	80117580659
04967408000198	EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	25351746271201478	3063105210	PORTABLE 3D TRACTION DEVICE	80117580309
54858014000170	ESSITY SOLUCOES MEDICAS DO BRASIL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.	25351031535201704	3338050213	COMPRESSA CIRÚRGICA CAMPO OPERATÓRIO NEVE SEM FILAMENTO RADIOPACO	10224000150
54858014000170	ESSITY SOLUCOES MEDICAS DO BRASIL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.	25351108357200911	3338160217	COMPRESSA DE GAZE CIRURGICA NEVE SEM FILAMENTO RADIOPACO	10224000032
54858014000170	ESSITY SOLUCOES MEDICAS DO BRASIL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.	25351110987200452	3338254219	COMPRESSA DE GAZE CIRURGICA ESTÉRIL NEVE COM FILAMENTO RADIOPACO	10224000017
54858014000170	ESSITY SOLUCOES MEDICAS DO BRASIL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.	25351129374201894	3338044219	COMPRESSA CIRÚRGICA CAMPO OPERATÓRIO ESTÉRIL NEVE COM FILAMENTO RADIOPACO	10224000156
54858014000170	ESSITY SOLUCOES MEDICAS DO BRASIL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.	25351133896200986	3338339211	CURATIVO CIRÚRGICO ESTÉRIL NEVE	10224000036
54858014000170	ESSITY SOLUCOES MEDICAS DO BRASIL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.	25351194532200643	3338033213	COMPRESSA CIRÚRGICA CAMPO OPERATÓRIO ESTÉRIL NEVE COM FILAMENTO RADIOPACO	10224000021
54858014000170	ESSITY SOLUCOES MEDICAS DO BRASIL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.	25351907569201621	3338238217	Compressa Cirúrgica Nonwoven Neve Sem Filamento Radiopaco	10224000132
54858014000170	ESSITY SOLUCOES MEDICAS DO BRASIL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.	25351907587201613	3338152216	COMPRESSA CIRÚRGICA NONWOVEN ESTÉRIL NEVE SEM FILAMENTO RADIOPACO	10224000133
54858014000170	ESSITY SOLUCOES MEDICAS DO BRASIL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA.	25351920825201651	3338260213	COMPRESSA DE GAZE CIRÚRGICA ESTÉRIL NEVE SEM FILAMENTO RADIOPACO	10224000134
56294952000110	Factory Instrumental Cirurgico Ind.e Com. Ltda.	25351113491201301	3317326215	TRANSFERENTES DE MOLDAGEM FACTORY	80218310028
00029372000140	GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA	25351500593202011	3318384218	Ventilador Pulmonar	80071260422
00029372000140	GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA	25351500594202057	3318247217	Ventilador Pulmonar	80071260423
06028137000130	GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.	25351148232201218	3281036219	PRONG PARA TERAPIA NCPAP	80259110053
06028137000130	GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.	25351149062201245	3280982214	MÁSCARA PARA TERAPIA NCPAP	80259110048
06028137000130	GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.	25351149065201222	3280889215	DISPOSITIVO REUTILIZÁVEL PARA TERAPIA NCPAP	80259110047
06028137000130	GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.	25351149192201211	3281017212	TOUCA REUTILIZÁVEL PARA TERAPIA NCPAP	80259110049
06028137000130	GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.	25351149211201246	3281043211	TOUCA DESCARTÁVEL PARA TERAPIA NCPAP	80259110050
06028137000130	GETINGE DO BRASIL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA.	25351385691201356	3281102211	DISPOSITIVO DESCARTÁVEL PARA TERAPIA NCPAP	80259110064
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	25351010417200463	3235022218	DISPOSITIVO DE DUAS PEÇAS PARA OSTOMIA TANDEM	10326400011
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	25351042980200409	3235006216	FIRSTCHOICE DISPOSITIVO DE PECA UNICA PARA OSTOMIA	10326400010
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	25351066897201434	3236423217	LOOP- HASTE DE SUSTENTAÇÃO	10326409032
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	25351283386200468	3235128213	COMPACT - DISPOSITIVO DE 1 PECA FECHADA PARA OSTOMIA INTESTINAL	10326400015
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	25351767470201092	3236492210	TUBO EXTENSOR	10326409031
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	25351767498201049	3235212213	BARREIRA DE PROTEÇÃO DE PELE FLEXTEND	10326400028
00938703000165	HOLLISTER DO BRASIL LTDA	25351767504201081	3236417212	COLETOR DE DRENAGEM NOTURNA	10326409030
84683556000110	KAVO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	25351603796201387	3345301212	MICROSCÓPIOS CIRÚRGICOS LEICA	10064010131
31673254000102	LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A	25351102065200552	3076143213	BOMBAS DE INFUSAO ELASTOMERICAS DESCARTAVEIS	80136990481
31673254000102	LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A	25351603341201020	3076059213	ADAPTADOR PARA MIX BAG	80136999029
31673254000102	LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A	25351674587201471	3076176210	Equipos Dosifix de PVC com DEHP para Infusão de Soluções Parenterais em Bombas de Infusão	80136990805
07021336000180	MEDARTIS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	25351327099201049	3074163217	Sistema de Fixação Rígida de Placas e Parafusos - APTUS ELBOW	80271810068
07021336000180	MEDARTIS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA	25351406769201410	3073576219	APTUS® ELBOW SYSTEM	80271810093
60856937000195	ORTOCIR ORTOPEDIA CIRURGIA LTDA	250000128819919	3058846214	PINCA SERRILHADA PARA CIRURGIA ORTOPEDICA HILBRO	10314800016
58295213000178	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	25351020490201449	3350693211	RESPIRADOR BIPAP	10216710288
58295213000178	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	25351077735201390	3350591218	RESPIRADOR BIPAP	10216719015
58295213000178	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	25351200357201436	3350530216	RESPIRADOR BIPAP	10216719019

58295213000178	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	25351557951201915	3351781219	Vue RIS	10216710379
58295213000178	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	25351946811201612	3351755210	Respirador CPAP Dorma	10216710327
11978342000105	RAHOS TECHNOLOGY LTDA.-EPP	25351027269201811	3272162215	Chave MINI	80689889008
11978342000105	RAHOS TECHNOLOGY LTDA.-EPP	25351138341202131	3272092211	Miniparafuso de Fixação	80689889012
11978342000105	RAHOS TECHNOLOGY LTDA.-EPP	25351147809201594	3272158217	Chave SAO	80689880012
11978342000105	RAHOS TECHNOLOGY LTDA.-EPP	25351208429201215	3272078215	CHAVE SAO	80689880004
11978342000105	RAHOS TECHNOLOGY LTDA.-EPP	25351208447201207	3272080217	FRESA SAO	80689880005
11978342000105	RAHOS TECHNOLOGY LTDA.-EPP	25351467112202040	3272166218	Adaptador Gancho	80689889011
11978342000105	RAHOS TECHNOLOGY LTDA.-EPP	25351808670201855	3272160219	Haste	80689880019
11978342000105	RAHOS TECHNOLOGY LTDA.-EPP	25351808731201884	3272164211	Cabo Plus	80689889010
60883741000190	SALVAPE PRODUTOS ORTOPEDICOS LTDA	25351260691201581	3110475214	EQUIPAMENTO DE ALÍVIO DE PRESSÃO ALTERNADA	10222460078
60883741000190	SALVAPE PRODUTOS ORTOPEDICOS LTDA	25351316644201084	3141003211	MONITOR DE PRESSÃO ARTERIAL	10222460060
60883741000190	SALVAPE PRODUTOS ORTOPEDICOS LTDA	25351769627201463	3110511214	EQUIPAMENTO DE ALÍVIO DE PRESSÃO ALTERNADA	10222460076
60883741000190	SALVAPE PRODUTOS ORTOPEDICOS LTDA	25351285997201497	3109752219	COLCHÃO INFLÁVEL BIO AIR	10222469198
60883741000190	SALVAPE PRODUTOS ORTOPEDICOS LTDA	25351381950200970	3140749218	TENSORES	10222469196
60883741000190	SALVAPE PRODUTOS ORTOPEDICOS LTDA	25351521862201491	3110374210	COLCHÕES INFLÁVEIS	10222460074
60883741000190	SALVAPE PRODUTOS ORTOPEDICOS LTDA	25351616761201210	3110190219	RUBBER BAND	10222460064
01861501000125	STERNGOLD DO BRASIL LTDA	25351025113200914	3119032214	LUXAFLOW STAR	10346410094
01861501000125	STERNGOLD DO BRASIL LTDA	25351102063200644	3118883214	CONTAX	10346410076
01861501000125	STERNGOLD DO BRASIL LTDA	25351197586201711	3119109216	TECO	10346410104
01861501000125	STERNGOLD DO BRASIL LTDA	25351197600201716	3119181219	ECUSPHERE	10346410105
01861501000125	STERNGOLD DO BRASIL LTDA	25351331843201701	3119195219	LuxaCam PEEK	10346410109
01861501000125	STERNGOLD DO BRASIL LTDA	25351376019200831	3118804214	DRY COAT	10346410085
01861501000125	STERNGOLD DO BRASIL LTDA	25351376051200816	3119037215	SUPERTEC	10346410090
01861501000125	STERNGOLD DO BRASIL LTDA	25351376620200823	3118813213	TEMPOCEM NE	10346410087
01861501000125	STERNGOLD DO BRASIL LTDA	25351441097200571	3118574216	LUXACORE DUAL	10346410065
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351000361201807	3216223215	Cateter Intravenoso Periférico de Segurança	80288090095
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351058720201281	3216555212	SERINGA DE INSULINA LA VITA	80288090058
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351058747201219	3215461215	SERINGA AD LA VITA	80288090055
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351058942201209	3215552212	SERINGA COM AGULHA LA VITA	80288090057
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351074689201211	3215725218	Seringa de Insulina Insulution	80288090062
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351113215201289	3216633218	CATETER SAFETY	80288090059
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351143332200894	3212972216	TKL SERINGA PREMIUM	80288090012
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351219930201167	3217082213	AGULHA PARA COLETA A VÁCUO TKL	80288090035
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351219943201166	3216928211	AGULHA DE FÍSTULA ARTÉRIO-VENOSA TKL	80288090028
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351219975201169	3216958212	SERINGA AGULHADA SAFETY LA VITA	80288090029
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351252213201040	3216682216	TORNEIRA LA VITA	80288090019
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351299046201333	3215997218	AGULHA DE FÍSTULA DE SEGURANÇA	80288090066
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351306958201625	3216202212	torneira 3 vias	80288090091
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351359484201221	3215868218	AGULHA SAFETY LA VITA	80288090064
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351367782201123	3216971210	GAZE CIRÚRGICA ESTÉRIL TKL	80288090033
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351374886201806	3216344214	Seringas de Insulina	80288090097
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351433696201151	3217212215	TKL - SERINGA DE INSULINA	80288090043
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351433752201181	3217092211	SERINGA DE INSULINA INSULUTION	80288090037
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351433767201139	3217197218	SERINGA COM SISTEMA DE SEGURANÇA TKL	80288090041
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351440471200911	3216560219	MÁSCARA DESCARTÁVEL TKL	80288099001
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351440493200903	3216665216	TOUCA DESCARTÁVEL TKL	80288099002
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351444471201150	3217250218	CAIXA COLETORA TKL	80288090045
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351477522201529	3216114210	Cateter Intravenoso Periférico	80288090083
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351496897201141	3217270212	LÂMINA DE BISTURI TKL EM AÇO INOXIDÁVEL	80288090046
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351611653201310	3216013215	GAZE ESTÉRIL	80288090072
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351620103201422	3217243215	Equipo de Infusão Gravitacional	80288090081
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351634927201218	3215752215	TUBO de coleta a vácuo GOLDEN VAC®	80288090063
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351640637201811	3216376212	Seringas de Insulina	80288090098
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351655515201112	3217355215	seringa com agulha tkl plus	80288090051
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351658111201170	3215072215	BOLSA DE URINA TKL	80288090054
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351658764201035	3216850211	GAZE ESTÉRIL TKL	80288090026
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351658784201079	3216787213	GAZE TKL	80288090021
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351687345201350	3216029211	AGULHA DE FÍSTULA COM SISTEMA DE SEGURANÇA	80288090073
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351697275201002	3216797211	EQUIPO TKL	80288090022
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351736062201181	3215627218	ADAPTADOR PARA AGULHA DE COLETA A VÁCUO TKL	80288090060
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351773538201033	3216978217	TORNEIRA TKL	80288090032
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351773644201053	3216803219	AGULHA DE FÍSTULA LA VITA	80288090023
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351773655201001	3216962211	SERINGA DESCARTÁVEL DE PREVENÇÃO DE REUSO LA VITA	80288090031
07415627000152	TKL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA	25351857807201803	3216412212	Equipo de Infusão Gravitacional	80288090103
04718143000194	VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA	25351631267202046	3317322212	KIT PARA DETECÇÃO DE MUTAÇÕES GENÉTICAS (FIBROSE CISTICA) - INNO-LIPA CFTR ITALIAN REGIONAL + INNO-LIPA CFTR ITALIAN AMPLIFICATION	80102512527

RESOLUÇÃO RE Nº 3.283, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2º O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

BARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA. / 10.818.693/0001-88
HemoSplit™
25351.105722/2020-52 / 80689090181
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 3380781207

BIO-RAD LABORATORIOS BRASIL LTDA / 03.188.198/0001-77
Família InteliQ Cardiac Markers Plus Control LT
25351.830240/2021-15 / 80020690416
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 2926140216

CMS PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 03.301.390/0001-28
CATETER NAVVUS II
25351.656590/2021-11 / 80065320303
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 2416075210

EMERGO BRAZIL IMPORT IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 04.967.408/0001-98
Fractional CO2 Laser
25351.019580/2021-92 / 80117580965
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 3074990215

Evolve Importação e Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares EIRELI / 32.139.055/0001-73
SISTEMA DE PLACAS ESPECIAIS E PARAFUSOS PARA OSTEOSSÍNTESE CRÂNIO-MAXILO-FACIAL EVOLUTION
25351.823679/2020-19 / 81838380007
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 2748614201

GRIFOLS BRASIL LTDA / 02.513.899/0001-71
Data-Cyte Plus P 0.8%
25351.287718/2020-01 / 80134860279
8433 - IVD - Registro de produto / 1114223205

HANDLE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS S.A. / 54.756.242/0001-39
Conjunto de Cateter Ureteral Pediátrico com Duplo J Sof-Flex®
25351.467032/2020-94 / 10330710131
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 4048322203

HEXAGON INDUSTRIA E COMÉRCIO DE IMPLANTES ORTOPÉDICOS LTDA / 58.619.131/0001-31
Placas para Reconstrução sem Fixação Rígida para Pequenos e Grandes Fragmentos
25351.242736/2020-56 / 10209780124
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 3586738208

JJSV PRODUTOS OTICOS LTDA / 58.652.728/0001-88
TECNIS Synergy Toric II OptiBlue IOL with TECNIS Simplicity Delivery System
25351.380869/2020-20 / 80147060190
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 3879251206
TECNIS Synergy OptiBlue IOL with TECNIS SimplicityTM Delivery System
25351.380867/2020-31 / 80147060189
8028 - MATERIAL - Registro de Material de Uso Médico / 3879243205

LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A / 31.673.254/0001-02
ELC- Endo Grampeador Linear Cortante e Cargas
25351.333386/2020-36 / 80136990959
8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico / 3776199204

NEUROCIÊNCIAS COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 07.764.288/0001-10
Cages Para Fusão Lombar Por Via Anterior Estéril - ALIF Normmed
25351.774162/2020-81 / 80528190054
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 2600948200

NUTRIEX IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E FARMOQUIMICOS LTDA / 06.172.459/0001-59
FAMÍLIA TESTE RÁPIDO IMUNO INDICADOR COVID-19 (COLLOIDAL GOLD) ANTI-RBD
25351.573558/2021-93 / 80451960239
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 2159855210

ORBITAE DIAGNOSTICOS LTDA / 11.162.384/0001-65
GENEDIA Influenza A/B Ag II
25351.590257/2021-24 / 80885650050
8433 - IVD - Registro de produto / 2211172217

Smith &Nephew Comércio de Produtos Médicos Ltda. / 13.656.820/0001-88
EVOS WRIST - SISTEMA DE PLACAS E PARAFUSOS PARA MINI E MICROFRAGMENTOS
25351.234528/2020-83 / 80804050314
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 3575611200

Syntellix do Brasil Eireli / 30.868.233/0001-71
MAGNEZIX CBS - PARAF. CORTIC. LIGA DE MAGNÉSIO BIOABSORVÍVEIS P/ MINI/MICRO FRAGMENTOS ÓSSEOS
25351.705621/2019-42 / 81843920010
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 3372807191

TETHI COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E ORTOPÉDICOS EIRELI ME / 26.262.981/0001-39
Tiras para teste de Glicose Accugence® - Glicose Oxidase
25351.520460/2021-33 / 81590830005
8433 - IVD - Registro de produto / 2000395211

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
Sistema de Energia Artroscópica Conmed
25351.040601/2021-39 / 80102512696
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 3109819213
GRAMPEADOR HEMORROIDAL DESCARTÁVEL
25351.440922/2020-59 / 80102512694
80088 - MATERIAL - Registro de Conjunto de Materiais de Uso Médico / 3991812202

RESOLUÇÃO RE Nº 3.284, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2º O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ADAPT PRODUTOS OFTALMOLÓGICOS LTDA / 96.382.429/0001-60
Microruptor 6
25351.757907/2020-47 / 80192010078
80220 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de local de fabricação (unidade fabril) / 3227665216

BAXTER HOSPITALAR LTDA / 49.351.786/0001-80
Revaclear Dialisador Capilar
25351.009542/2015-02 / 80145240414
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 2536274217

BIOMEDICA - ESTEVES &ANJOS LTDA / 02.704.301/0001-21
SERINGA DESCARTÁVEL
25351.085412/2021-95 / 10442369006
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3282919211

BIOMET 3I DO BRASIL COMERCIO DE APARELHOS MEDICOS LTDA / 02.913.684/0001-48
Âncoras de Sutura Não Absorvíveis
25351.309049/2017-11 / 80044680279
80251 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências e/ou precauções / 2297115217
Âncoras de Sutura Não Absorvíveis
25351.309049/2017-11 / 80044680279
80247 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 2297112212
Sistema de Ombro Reverso Comprehensive
25351.110560/2016-17 / 80044680228
80244 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão do método de esterilização / 2297104211

BIONNOVATION PRODUTOS BIOMEDICOS LTDA. / 73.191.090/0001-19
IMPLANTES ODONTOLOGICOS BIONNOVATION CLASSIC
25351.246990/2004-11 / 10392710007
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 1443398212

BIO-RAD LABORATORIOS BRASIL LTDA / 03.188.198/0001-77
PLATELIA DENGUE NS1 AG
25351.398866/2006-94 / 80020690164
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3160007217
Liquichek Tumor Marker Control
25351.488941/2009-61 / 80020690199
8420 - IVD - Retificação - Correção pela ANVISA / 3108649217

BIOSYS LTDA / 02.220.795/0001-79
ichroma COVID-19 nAb
25351.969905/2021-80 / 10350840396
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 2909720217

BIOVALE COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 09.235.563/0001-33
BN 95 FACE
25351.758073/2020-97 / 80527280005

8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3294113217

BONE SURGICAL EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI / 04.408.009/0001-97
PARAFUSO PARA OSTEOSSÍNTESE PARA MICRO E MINI FRAGMENTOS ANTON HIPP
25351.029554/2006-33 / 80203020005
80132 - MATERIAL - Retificação - Correção pela EMPRESA / 1757205213

BRAINLAB LTDA / 02.981.566/0001-77
ESTAÇÃO DE NAVEGAÇÃO KICK
25351.521423/2013-46 / 80042070029
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 3177365216

BUILDING HEALTH DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE LTDA - EPP / 22.577.162/0001-20
Perfectha FINELINES
25351.453120/2018-94 / 81277680004
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 3250986213
Perfectha Deep
25351.455494/2018-44 / 81277680005
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 3251495216

Cepheid Brasil Importação, Exportação e Comércio de Produtos de Diagnósticos ltda / 18.628.083/0001-23
Xpert CT/NG
25351.154150/2015-68 / 81062710002
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 4467846201
Xpert Xpress SARS-CoV-2/Flu/RSV
25351.243635/2021-83 / 81062710042
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3144410215
Xpert Xpress SARS-CoV-2
25351.230965/2020-28 / 81062710038
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3144408213

CONNEX COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA / 30.551.090/0001-70
MÁSCARA DE PROTEÇÃO N95 PFF2
25351.590215/2021-93 / 82218710002
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3268707219

DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA / 07.897.039/0001-00
Respirador Filtrante de Partículas KN95 Prime
25351.042592/2020-30 / 80349600011
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3293555212

DIASORIN LTDA / 01.896.764/0001-70
Família LIAISON® SARS-CoV-2 Ag
25351.732881/2020-24 / 10339840531
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3111868212

FA MARINGA LTDA / 79.124.079/0001-12
AVENTAL DESCARTÁVEL NÃO ESTÉRIL
25351.590206/2021-01 / 82231830001
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3283189217

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ / 33.781.055/0001-35
Kit Febre Amarela - Bio-Manguinhos
25351.678025/2020-16 / 80142170046
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3184075212

GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA / 00.029.372/0001-40
Equipamento de Tomografia Computadorizada
25351.542091/2011-33 / 80071260129
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 3276712219

GIODESC-IND. COM. IMP. E EXP. PROD. HOSPITALARES LTDA / 08.144.181/0001-31
MÁSCARA PFF2/N95 GIODESC
25351.688353/2020-21 / 80405830007
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3293884215

HEALTH &LIFE MEDICAL DO BRASIL LTDA / 20.512.546/0001-39
Vestimenta Descartável HLM
25351.584586/2021-36 / 82235780001
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3268330218

IMEX MEDICAL COMÉRCIO E LOCAÇÃO LTDA / 12.255.403/0001-60
Sistema de Tomografia Computadorizada por Raios-X IMEX MEDICAL
25351.531310/2021-55 / 81655630040
80214 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de equipamento em família de equipamentos de grande porte / 3231277216

JOHNSON &JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 54.516.661/0001-01
Gerador Eletro Cirúrgico MEGAPOWER
25351.078791/2017-04 / 80145901850
80220 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de local de fabricação (unidade fabril) / 3246716218

MANDALA BRASIL IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTO MÉDICO HOSPITALAR LTDA / 09.117.476/0001-81
Easyret
25351.591979/2016-03 / 80686360129
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 3259525215

MASTERMINDS LTDA / 05.381.531/0001-95
PROTETOR FACIAL FACE SHIELD DUX
25351.623720/2021-21 / 80517530010
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3131129216

MISSNER &MISSNER LTDA / 03.225.411/0001-73
CURATIVO HIDROCOLÓIDE PLUS COM ESPUMA MISSNER (MARCA M-TEC)
25351.291250/2020-41 / 80003300028
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 3242382219

MOVITEK Comércio e Serviços de Importação e Exportação de Produtos Médicos Hospitalares LTDA / 21.772.748/0001-82
Instrumental Polimérico WEGO
25351.503608/2021-75 / 81207910055
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3246229218

NUTRIEX IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E FARMOQUIMICOS LTDA / 06.172.459/0001-59
NPH MEDICAL SERINGA DESCARTÁVEL SEM AGULHA
25351.455875/2011-91 / 80451960049
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3117777218

NUVASIVE BRASIL COMERCIAL LTDA / 01.213.619/0001-47
Sistema de placas xlif decade
25351.023270/2019-58 / 80074640053
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 3266276219

ORTOSPINE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA. / 08.832.121/0001-01
SISTEMA PARA OMBRO AGILON
25351.309001/2010-84 / 80454380012
80254 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de componente/acessório em sistema / 2345616217

PASSROD IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - ME / 26.185.222/0001-10
AGULHA HIPODÉRMICA ESTÉRIL PARA USO ÚNICO - TIPO AGULHA DE SEGURANÇA
25351.738331/2021-08 / 81504799021
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3078808211

Penumbra Latin America Distribuidora de Equipamentos e Produtos Médicos Ltda / 21.873.761/0001-28
CATETER DE SELEÇÃO NEURON 6F
25351.387104/2019-87 / 81248520017
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 2519577218
CATETER DE ACESSO INTRACRANIANO NEURON MAX - PONTA RETA
25351.279657/2019-67 / 81248520014
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 2519575211
CATETER DE ACESSO INTRACRANIANO NEURON MAX - PONTA ANGULADA
25351.279658/2019-10 / 81248520015
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 2519579214

PHADIA DIAGNOSTICOS LTDA / 04.930.429/0001-39
QMS Gentamicin Immunoassay
25351.705605/2021-74 / 80254180391
8420 - IVD - Retificação - Correção pela ANVISA / 3217679211
QMS Gentamicin Immunoassay
25351.705605/2021-74 / 80254180391
8420 - IVD - Retificação - Correção pela ANVISA / 3243901216

RO &SU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 68.632.124/0001-23
MÁSCARA RESPIRADOR DESCARTÁVEL DOBRÁVEL SEM VÁLVULA PFF2 N95
25351.237648/2020-32 / 80093310037
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3292811214

ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA / 30.280.358/0001-86
Família Cobas Influenza A/B &RSV
25351.723836/2017-83 / 10287411353
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3159801213
Família Cobas Strep A
25351.725379/2017-61 / 10287411345
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3159803210

SANTA CLARA MANUFATURA E COSMÉTICOS LTDA / 57.407.397/0005-81
MASCÁRA DE PROTEÇÃO DESCARTÁVEL PFF2/N95 SEM VALVULA SANTA CLARA
25351.584654/2021-67 / 82098990003
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3283468213

scholly latin america importacao e comercio ltda / 08.393.726/0001-43
Canudo de Vitrificação SureLock
25351.717098/2021-11 / 80370829014
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3272563219
Canudo de Vitrificação SureStrip
25351.717095/2021-88 / 80370829013
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3272408210

Seven Comércio de Produtos Biotecnológicos Ltda. / 09.121.524/0001-05
CURATIVO DE BIOCELULOSE
25351.487814/2009-81 / 80531090001
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 4256705200

SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA / 01.449.930/0001-90
Família Troponina I de Alta Sensibilidade (TnIH)
25351.812133/2018-18 / 10345162319
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3177649213
Aparelho para Mamografia Digital MAMMOMAT Fusion
25351.556227/2015-43 / 10345161977
80217 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de software (novas indicações e funcionalidades) / 3246714211

ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA. / 00.986.846/0001-42

INTRODUTOR HEMOSTATICO ULTIMUM
25351.010911/2003-47 / 10332340107
80243 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto / 4459870200

STRYKER DO BRASIL LTDA / 02.966.317/0001-02
CIMENTO INJETÁVEL HYDROSET STRYKER
25351.066907/2008-48 / 80005430172
80251 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências e/ou precauções / 2345614211

TEKMARKET INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LIMITADA / 21.579.468/0001-52
ImunoScov19® Kit de Autocoleta
25351.781366/2021-59 / 81658409002
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 3266880215

TERUMO MEDICAL DO BRASIL LTDA. / 03.129.105/0001-33
BOMBA DE SERINGA TERUFUSION TIPO SS3TCI
25351.620713/2018-03 / 80012280202
80217 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de software (novas indicações e funcionalidades) / 3212944211

TRAUMEDICA INSTRUMENTAIS E IMPLANTES LTDA - ME / 72.763.733/0001-99
HASTE MODULAR
25351.116268/2012-57 / 80057410036
80250 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de modelo em família / 2345612214

VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
LASERS CIRÚRGICOS OFTALMOLÓGICOS
25351.649387/2013-10 / 80102511282
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 3263567212

VYDENCE MEDICAL - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. / 57.478.612/0001-01
Aparelho eletromédico de fototerapia via luz intensa pulsada e laser
25351.015084/2016-38 / 80058580021
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 3263790210

RESOLUÇÃO RE Nº 3.285, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição será disponibilizado por meio de ofício eletrônico, encaminhado para a caixa postal da empresa solicitante no sistema Solicita, que pode ser acessado por meio do link: https://solicita.anvisa.gov.br/.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ADVANCED MED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA ME / 21.018.237/0001-70
NOVEL CORONAVÍRUS (SARS-Cov-2) ANTIGEN RAPID TEST CASSET
25351.290589/2021-10 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1313577215

Bio Engenharia e Indústria de Implantes Ortopédicos Ltda / 00.097.446/0001-86
CAGE EM PEEK BIO ENGENHARIA
25351.905182/2020-18 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 2984643209
CAGE EM PEEK CERVICAL BLOQUEADO BIO ENGENHARIA
25351.985552/2020-84 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 3216333209

BIOMECÂNICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS LTDA / 58.526.047/0001-73
Placa Cervical Biospine - BM
25351.524993/2021-94 /
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 2015540219

BRAILE BIOMEDICA INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA / 52.828.936/0001-09
Patch de pericardio bovino acelularizado periwall
25351.475301/2021-77 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 1862941215

CELER BIOTECNOLOGIA S/A / 04.846.613/0001-03
FAMÍLIA CELER WONDFO SARS-COV-2 AG RAPID TEST
25351.435537/2021-71 / 80537410099
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3160119217

DR IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 17.634.786/0001-00
SISTEMA ARIX JEIL: Pés PGF
25351.484098/2020-49 /
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 4079697203

EBENEZER IMPORTAÇÃO &EXPORTAÇÃO LTDA - EPP / 14.780.335/0001-84
Novo kit de teste de anticorpos IgG / IgM para coronavírus (2019-nCoV) (Ouro Colloidal)
25351.357998/2020-14 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1324951207

ENDOBRAX COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA / 07.427.470/0001-85
REAGEN TM COVID-19 IgG/IgM RAPID TEST KIT
25351.823703/2020-10 / 80393910042
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1121032210

Evolve Importação e Comércio de Produtos Médicos e Hospitalares EIRELI / 32.139.055/0001-73
Distrator Palatal Evolve
25351.564565/2021-02 /
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 2132457213

FOUR MED IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES EIRELI / 15.464.380/0001-92
Kit de diagnóstico para anticorpo IgM / IgG para coronavírus (SARS-CoV-2) (fluxo lateral)
25351.350491/2020-30 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1306897201

LANG E FILHOS MATERIAL HOSPITALAR LTDA ME / 33.175.084/0001-53
COVID 19 IgM Antibody Rapid Test Kit
25351.317572/2020-28 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1210792201

LAPON INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA - EPP / 35.356.799/0001-38
SARS - CoV - 2 IgM/IgG Ab Rapid Test HIGHTOP
25351.330660/2020-15 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1249216207

MBIOLOG DIAGNOSTICOS LTDA / 03.590.360/0001-89
ALLSERUM DENGUE IGM
25351.551604/2020-12 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1913069204

MEDICAL CHIZZOLINI LTDA / 25.067.657/0001-05
TESTE RÁPIDO COVID-19 - CORONAVÍRUS
25351.330656/2020-57 /
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 1249204203

NUTRIEX IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E FARMOQUIMICOS LTDA / 06.172.459/0001-59
Teste Rápido Covid-19 15 minutos Nutriex
25351.215994/2020-60 / 80451960214
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3160101214
Família Teste Rápido Antígeno Swab Covid-19
25351.525265/2020-19 / 80451960237
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 3159963210

OLTRAMED COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA - EPP / 14.829.987/0001-66
2019-nCoV IgG / IgM Detection Kit (Colloidal Gold-Based)
25351.346749/2020-01 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1295349201

ORTOMEDIC DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 65.564.536/0001-85
2019-nCOV IgG/IgM Detection Kit
25351.304582/2020-01 / 80218010050
8014 - IVD - Revalidação de registro / 2226524214

PV COMERCIO ATACADISTA DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI / 15.804.354/0001-66
Kit de detecção 2019-nCoV IgG / IgM (Baseado em ouro coloidal)
25351.352508/2020-93 /
8433 - IVD - Registro de produto / 1310367209

W.L. GORE &ASSOCIATES DO BRASIL LTDA. / 03.806.796/0001-62
GORE® CARDIOFORM SEPTAL OCCLUDER
25351.454389/2019-79 / 80067930041
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 2465727211

RESOLUÇÃO RE Nº 3.286, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 156, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo, em atendimento à Decisão da Ação Ordinária nº 51051-50.2012.4.01.3400 - 21ª Vara Federal/DF, que confirma a antecipação de tutela e determina à ANVISA a aceitar os certificados de boas práticas estrangeiros ou seus congêneres, nas hipóteses em que os pedidos de inspeção internacional feitos pelos filiados da ABIMED (Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares) estejam protocolados e paralisados há mais de seis meses, sem prejuízo da inspeção internacional a ser feita posteriormente pela ANVISA para fins de confirmação ou não da avaliação estrangeira.

Art. 2º O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEANDRO RODRIGUES PEREIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

LINE LIFE CARDIOVASCULAR COM DE PROD MED E HOSP LTDA / 01.197.835/0001-46
GERADOR DE RF VIVA
25351.041279/2021-65 / 10350530221

8049 - EQUIPAMENTO - Registro de Equipamento para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 3110384217
GERADOR VIVA MULTI RF
25351.041271/2021-07 / 10350530220
8049 - EQUIPAMENTO - Registro de Equipamento para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 3110379211

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO RE Nº 3.287, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de pós-registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)

ALBAUGH AGRO BRASIL LTDA. / 01.789.121/0001-27
APPALUS TÉCNICO
25351.326957/2006-28
5049 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE FABRICANTE EM PRODUTO TÉCNICO, 1610954/20-3

ASSIST LABORATÓRIOS AGRONÔMICOS LTDA. / 30.209.650/0001-02
TRICHOBIOGRAMMA
25351.760596/2018-89
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 4461112/20-9

ADAMA BRASIL S/A / 02.290.510/0001-76
COMISSARIO
25351.299571/2016-76
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 3364341/20-6
PYRYNEX 480 EC
25000.012716/96-60
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 4402720/20-6
VORAZ EC
25351.038616/2014-76
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 4553505/20-7
VORAZ
25351.005822/2013-61
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 4551554/20-1

AGRIVALLE BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLA LTDA / 05.470.581/0001-49
SHOCKER
25351.182393/2018-49
5021 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE DOSE PARA MAIOR NA APLICAÇÃO, 0142471/21-6
PROFIX-A
25351.301447/2020-04
5021 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE DOSE PARA MAIOR NA APLICAÇÃO, 1441868/21-6
PROFIX-C
25351.351946/2020-34
5021 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE DOSE PARA MAIOR NA APLICAÇÃO, 1441920/21-8
PROFIX-B
25351.334612/2020-04
5021 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE DOSE PARA MAIOR NA APLICAÇÃO, 1442045/21-3

BASF S/A / 48.539.407/0001-18
PROFOXYDIM ´TÉCNICO
25351.189381/2002-88
5052 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE COMPOSIÇÃO OU DO PROCESSO DE SÍNTESE DE PRODUTO TÉCNICO, 0040580/19-6
LIBERTY
25000.035101/99-27
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 0673293/21-1
LARVIN TECNICO
25351.000365/92
5052 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE COMPOSIÇÃO OU DO PROCESSO DE SÍNTESE DE PRODUTO TÉCNICO, 4272215/20-5

BIORISK ASSESSORIA E COMERCIO DE PRODUTOS AGRICOLAS LTDA / 08.911.564/0001-98
TIOFANATO-METÍLICO TÉCNICO MEGA
25351.680032/2017-07
5052 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE COMPOSIÇÃO OU DO PROCESSO DE SÍNTESE DE PRODUTO TÉCNICO, 4272382/20-9

CRYSTAL AGRO LTDA. / 10.277.403/0001-36
GANIS 400 SC
25351.553155/2013-07
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 0904113/21-3

FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA. / 04.136.367/0001-98
SHENZI 200 SC
25351.505926/2010-07
5021 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE DOSE PARA MAIOR NA APLICAÇÃO, 0936344/21-1

NORTOX S/A / 75.263.400/0001-99
BIFENTRINA 100 EC NORTOX
25351.107478/2016-58
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 3774393/20-6

OURO FINO QUIMICA LTDA / 09.100.671/0001-07
AFINCO BR
25351.328148/2014-95
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 0904150/21-6

SINON DO BRASIL LTDA. / 03.417.347/0001-22
GAMONIUM
25351.193888/2015-61
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4353804/20-1

SUMITOMO CHEMICAL DO BRASIL REPRESENTACOES LTDA / 42.462.952/0001-77
PIREPHOS EC
25000.016793/95-71
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 4488105/20-3

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA / 60.744.463/0001-90
DURIVO
25351.785077/2008-52
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 4470371/20-3
DUAL GOLD
25000.034494/98-25
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 0853510/21-1

TECNOMYL BRASIL DISTRIBUÍDORA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA. / 05.280.269/0001-92
2,4-D TECNOMYL
25351.822068/2010-71
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 4388524/20-4
VIANCE
25351.636281/2013-59
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 0310695/21-0

VITTIA FERTILIZANTES E BIOLÓGICOS S.A. / 45.365.558/0001-09
NO NEMA
25351.385129/2018-65
5047 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA ALTERAÇÃO DE MODALIDADE DE APLICAÇÃO, 0049242/21-1

RESOLUÇÃO RE Nº 3.288, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento a Decisão Judicial (Processo n. : 1004521-53.2021.4.01.3400 - Seção Judiciária do Distrito Federal 9ª Vara Federal Cível da SJD - NUP: 00424.015598/2021-93) que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto AGROSBAN.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

SYNCROS ASSESSORIA E COMERCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA / 06.876.953/0001-02
AGROSBAN
25351.237606/2019-68
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0362352/19-1
CATEGORIA 3 - PRODUTO MODERADAMENTE TÓXICO

RESOLUÇÃO RE Nº 3.289, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia, no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise, em cumprimento a Decisão Judicial (NUP: 00424.068938/2021-89 - REF. 1019791-20.2021.4.01.3400) que determinou que a Anvisa procedesse a avaliação toxicológica do produto TEMICAB XTRA.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

RAINBOW DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA / 10.486.463/0001-69
TEMICAB XTRA
25351.335401/2019-47
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0512029/19-2
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO

RESOLUÇÃO RE Nº 3.290, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET), conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA/CNPJ
PROCESSO
FASE DO EXPERIMENTO

ALBAUGH AGRO BRASIL LTDA. - 01.789.121/0001-27
25351.623036/2021-40
FASE I
25351.623717/2021-16
FASE I

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA - 47.180.625/0001-46
25351.595458/2021-18
FASE II
25351.595466/2021-64
FASE II
25351.572982/2021-11
FASE II
25351.573154/2021-08
FASE II

FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA. - 04.136.367/0001-98
25351.628456/2021-12
FASE III
25351.628609/2021-21
FASE III

IHARABRAS S.A INDÚSTRIAS QUÍMICAS - 61.142.550/0001-30
25351.595252/2021-98
FASE III

ISK BIOSCIENCES DO BRASIL DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA - 02.657.037/0001-12
25351.573249/2021-13
FASE I

MONSANTO DO BRASIL LTDA - 64.858.525/0001-45
25351.589573/2021-53
FASE II
25351.589592/2021-80
FASE II
25351.589593/2021-24
FASE II
25351.589613/2021-67
FASE II
25351.589643/2021-73
FASE II
25351.589742/2021-55
FASE II
25351.589871/2021-43
FASE II
25351.589891/2021-14
FASE II

SUMITOMO CHEMICAL DO BRASIL REPRESENTACOES LTDA - 42.462.952/0001-77
25351.628508/2021-51
FASE II
25351.628512/2021-19
FASE II
25351.628513/2021-63
FASE II
25351.628514/2021-16
FASE II
25351.628523/2021-07
FASE II
25351.628524/2021-43
FASE II
25351.628525/2021-98
FASE II
25351.589498/2021-21
FASE II
25351.589499/2021-75
FASE II
25351.589534/2021-56
FASE II
25351.589535/2021-09
FASE II
25351.589536/2021-45
FASE II
25351.589582/2021-44
FASE II
25351.589585/2021-88
FASE II
25351.589627/2021-81
FASE II
25351.589795/2021-76
FASE II
25351.589796/2021-11
FASE II
25351.589915/2021-35
FASE II

SYNGENTA PROTEÇÃO DE CULTIVOS LTDA - 60.744.463/0001-90
25351.572960/2021-51
FASE II
25351.573087/2021-13
FASE II
25351.601045/2021-80
FASE II
25351.601063/2021-61
FASE II
25351.601095/2021-67
FASE II

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A. - 02.974.733/0001-52
25351.628392/2021-50
FASE III
25351.628529/2021-76
FASE II

RESOLUÇÃO RE Nº 3.291, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Reprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET), conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA/CNPJ
PROCESSO
FASE DO EXPERIMENTO

AGROPALMA S/A - 04.102.265/0001-51
25351.589691/2021-61
FASE I

RESOLUÇÃO RE Nº 3.292, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de agrotóxicos e afins, sob os nºs. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº. 9.784, de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO DESISTIDA; EXPEDIENTE DESISTIDO; EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA

ALBAUGH AGRO BRASIL LTDA. - 01.789.121/0001-27
DEPORT
25351.723036/2010-82
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE; 263000/10-1; 3318162/21-3

FERBRU PARTICIPAÇÕES S.A. - 27.150.699/0001-22
SULFENTRAZONE TÉCNICO FB II
25351.544998/2019-19
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE; 2218148/19-6; 3283678/21-9

NORTOX S/A - 75.263.400/0001-99
TEBUCO NORTOX 430 SC
25351.450063/2014-33
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE; 0625848/14-4; 3212333/21-9

TRADECORP DO BRASIL COMERCIO DE INSUMOS AGRICOLAS LTDA - 04.997.059/0001-57
IPRO BR 500 SC
25351.001888/2015-63
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS; 0364784/21-1; 3164758/21-9
MAGIC
25351.571394/2016-38
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS; 0270312/21-8; 3164674/21-0

RESOLUÇÃO RE Nº 3.293, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Divulgar a reclassificação toxicológica de acordo com o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 294, de 29 de julho de 2019, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA / CNPJ
MARCA COMERCIAL
PROCESSO
EXPEDIENTE
NOVA CATEGORIA TOXICOLÓGICA

NUTRIEN SOLUÇÕES AGRÍCOLAS LTDA. - 88.305.859/0001-50
BRAZEB 800 WP
25351.283401/2019-01
3118057/21-1
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

SINON DO BRASIL LTDA. - 03.417.347/0001-22
FONTFOP
25351.740299/2014-21
1695399/21-8
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

RESOLUÇÃO RE Nº 3.294, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art. 149, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

ADAMA BRASIL S/A / 02.290.510/0001-76
PALMERO WG
25351.070608/2013-12
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0100178/13-7
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA / 47.180.625/0001-46
PANORAMIC HL
25351.228038/2014-86
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0312507/14-6
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
JORNADA HL
25351.227811/2014-17
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0312224/14-7
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO
TORDON HL
25351.174919/2014-21
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0237465/14-0
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

FUHUA BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA / 25.127.323/0001-71
RANDELL 648 SL
25351.612118/2013-26
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0876252/13-0
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

IHARABRAS S.A INDÚSTRIAS QUÍMICAS / 61.142.550/0001-30
FACERO
25351.280790/2015-46
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0403695/15-6
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

NORTOX S/A - 75.263.400/0001-99
FLUROXIPIR + TRICLOPIR NORTOX
25351.006864/2021-08
5120 - REGISTRO SIMPLIFICADO NÍVEL IV - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0764517/21-3
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO

PROVENTIS LIFESCIENCE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA. / 14.497.712/0001-72
DIURON 500 SC PROVENTIS
25351.612381/2014-42
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0908598/14-0
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

RAINBOW DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA / 10.486.463/0001-69
FLUMIOXAZIM TÉCNICO RAINBOW
25351.150177/2019-15
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0231117/19-8
CLASSE O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

SIPCAM NICHINO BRASIL S.A. / 23.361.306/0001-79
TIOFANIL FS
25351.923666/2016-30
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS, 1349706/16-5
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

SUMITOMO CHEMICAL BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA S.A. / 07.467.822/0001-26
CARBOMAX
25351.004576/2014-00
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0005930/14-7
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

UPL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE INSUMOS AGROPECUARIOS S.A. - 02.974.733/0001-52
UPL 2013 FP
25351.847742/2018-80
5120 - REGISTRO SIMPLIFICADO NÍVEL IV - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1196308/18-1
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO RE Nº 3.275, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir os registros e as petições dos produtos saneantes, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA: A. TOZZE DA SILVA
AUTORIZAÇÃO: 3.06189-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: SODA DO LAR QUIMISETE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.694835/2021-09
NUMERO DE REGISTRO: 3.6189.0007.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: VERSÃO ÚNICA + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
_ _
NOME DA EMPRESA: American Nutrients do Brasil Indústria e Comércio Ltda.
AUTORIZAÇÃO: 3.05522-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: AMERICAN PURE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.628322/2021-00
NUMERO DE REGISTRO: 3.5522.0026.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: SACO PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3211051 DESINFETANTE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
_ _
NOME DA EMPRESA: ARAUCCOM INDUSTRIAL EIRELI
AUTORIZAÇÃO: 3.08942-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desol
NUMERO DE PROCESSO: 25351.874930/2021-86
NUMERO DE REGISTRO: 3.8942.0001.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: Desol + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Desol
NUMERO DE PROCESSO: 25351.874930/2021-86
NUMERO DE REGISTRO: 3.8942.0001.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: Desol + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
_ _
NOME DA EMPRESA: BIO CARB INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02068-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: Contato - Biocarb
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667014/2021-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.2068.0058.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO SPRAY + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206017 INSETICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
_ _
NOME DA EMPRESA: BIO LIMP PRODUTOS PARA LIMPEZA LTDA-ME
AUTORIZAÇÃO: 3.04153-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINCRUSTANTE ALCALINO BIO ALC 87.410
NUMERO DE PROCESSO: 25351.997018/2021-00
NUMERO DE REGISTRO: 3.4153.0063.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINCRUSTANTE ALCALINO BIO ALC 90.710 - BIOLIMP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.997120/2021-05
NUMERO DE REGISTRO: 3.4153.0064.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINCRUSTANTE ALCALINO BIO ALC 90.710 - BIOLIMP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.997120/2021-05
NUMERO DE REGISTRO: 3.4153.0064.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LAVA LOUÇAS BIO LLA 88.010
NUMERO DE PROCESSO: 25351.997180/2021-10
NUMERO DE REGISTRO: 3.4153.0065.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222035 LAVA LOUÇAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINCRUSTANTE ALCALINO CLORADO BIO ALC 79.510 - BIOLIMP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.997246/2021-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.4153.0066.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINCRUSTANTE ALCALINO CLORADO BIO ALC 79.510 - BIOLIMP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.997246/2021-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.4153.0066.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
_ _
NOME DA EMPRESA: CLINEZA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.09268-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: ALCOOL LIQUIDO 70% CLINEZA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.961561/2021-61
NUMERO DE REGISTRO: 3.9268.0001.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031

APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205029 DESINFETANTE HOSPITALAR PARA SUPERFÍCIES FIXAS E ARTIGOS NÃO CRÍTICOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: COLGATE PALMOLIVE INDUSTRIAL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.04146-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO SOL NATURAL ESSENTIALS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.575104/2020-76
NUMERO DE REGISTRO: 3.4146.0407.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 18 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2344682/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO SOL NATURAL ESSENTIALS
VERSÃO: CITRICO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.575104/2020-76
NUMERO DE REGISTRO: 3.4146.0407.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 18 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2344682/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: PINHO SOL NATURAL ESSENTIALS
VERSÃO: ALECRIM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.575104/2020-76
NUMERO DE REGISTRO: 3.4146.0407.003-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLASTICO TRANSPARENTE
VALIDADE DO PRODUTO: 18 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 331 REG. SANEANTES - Nova versão de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2344682/21-0

_ _

NOME DA EMPRESA: ECOATTA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.07031-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: ECOATTA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589443/2021-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.7031.0007.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO SPRAY + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206017 INSETICIDA DE VENDA LIVRE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: EXIMIA INDUSTRIAL EIRELI-ME
AUTORIZAÇÃO: 3.07087-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: REMOCRYL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.006764/2021-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.7087.0013.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: REMOCRYL + GALAO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3202038 REMOVEDOR
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: FERNANDO BATISTA SOUZA 15828625837
AUTORIZAÇÃO: 3.10412-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: ALGAS + BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: ALGAS + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.003-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: CASA LIMPA + BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.004-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: CASA LIMPA + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.005-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: CITRONELA + BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.006-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: CITRONELA + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.007-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DAMA DA NOITE + BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.008-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DAMA DA NOITE + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.009-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DARLING + BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.010-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DARLING + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.011-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DOVE + BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.012-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DOVE + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.013-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: EUCALIPTO + BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.014-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: EUCALIPTO + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.015-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: KAIAK + BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.016-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: KAIAK + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.017-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031

APRESENTAÇÃO: LAVANDA + BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.018-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: LAVANDA + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.019-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: MANDARIM + BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.020-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: MANDARIM + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.021-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: VANILLA + BOMBONA PLÁSTICA TRANSLÚCIDA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: 100% LIMP - DESINFETANTE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879844/2021-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.0412.0001.022-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: VANILLA + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_____

NOME DA EMPRESA: GENIAL QUÍMICA VETERINÁRIA LTDA - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.03068-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: ACID GEN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879760/2021-26
NUMERO DE REGISTRO: 3.3068.0004.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: VERSÃO ÚNICA + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: ACID GEN
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879760/2021-26
NUMERO DE REGISTRO: 3.3068.0004.002-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: VERSÃO ÚNICA + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_____

NOME DA EMPRESA: INDUSTRIA ITALIANA IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.05859-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: PROTTETE HIGIENIZADOR + ALCOOL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.137823/2021-73
NUMERO DE REGISTRO: 3.5859.0003.001-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO COM GATILHO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3337064/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: PROTTETE HIGIENIZADOR + ALCOOL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.137823/2021-73
NUMERO DE REGISTRO: 3.5859.0003.002-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLASTICO TRANSLUCIDO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3337064/21-8

_____

NOME DA EMPRESA: INEZ BENTIVOGLIO BENEFICIADORA - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.03160-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: XCLORO TIRA LIMO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.125321/2021-08
NUMERO DE REGISTRO: 3.3160.0027.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: VERSÃO 1 + FRASCO DE PLASTICO OPACO REFIL + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: XCLORO TIRA LIMO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.125321/2021-08
NUMERO DE REGISTRO: 3.3160.0027.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: VERSÃO 1 + FRASCO PLÁSTICO OPACO COM GATILHO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_____

NOME DA EMPRESA: INFINITY CHEMICAL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.09381-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: INFINITY CLOR 70
NUMERO DE PROCESSO: 25351.040726/2021-69
NUMERO DE REGISTRO: 3.9381.0019.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: VERSÃO 1 + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 3 Meses
CATEGORIA: 3222049 DESINFETANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: INFINITY CLOR 70
NUMERO DE PROCESSO: 25351.040726/2021-69
NUMERO DE REGISTRO: 3.9381.0019.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: VERSÃO 1 + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 3 Meses
CATEGORIA: 3222049 DESINFETANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: INFINITY CLOR 70
NUMERO DE PROCESSO: 25351.040726/2021-69
NUMERO DE REGISTRO: 3.9381.0019.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: VERSÃO 1 + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 3 Meses
CATEGORIA: 3222049 DESINFETANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: INFINITY SANITIZER APA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879617/2021-34
NUMERO DE REGISTRO: 3.9381.0018.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: VERSÃO 1 + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 3 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: INFINITY SANITIZER APA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879617/2021-34
NUMERO DE REGISTRO: 3.9381.0018.002-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: VERSÃO 1 + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 3 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: INFINITY SANITIZER APA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879617/2021-34
NUMERO DE REGISTRO: 3.9381.0018.003-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: VERSÃO 1 + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 3 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_____

NOME DA EMPRESA: INSDUSTRIA E COMERCIO LUCIA LTDA-ME
AUTORIZAÇÃO: 3.03231-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: DESOLUX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: DESOLUX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: DESOLUX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.003-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: ALFAZEMA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.004-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)

CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: ALFAZEMA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.005-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: ALFAZEMA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.006-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.007-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.008-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: FLORAL
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.009-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.010-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.011-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.012-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: CAMPESTRE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.013-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: CAMPESTRE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.014-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: CAMPESTRE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.015-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.016-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.017-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.018-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.019-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.020-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.021-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: TALCO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.022-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: TALCO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.023-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE LÚCIA
VERSÃO: TALCO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.411337/2016-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.3231.0004.024-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 11/2026
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 2 Ano(s)
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2788919/21-2

_ _

NOME DA EMPRESA: KAYROS AMBIENTAL E AGRÍCOLA LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.03679-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: BIOMERASE TREX 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.530785/2021-24
NUMERO DE REGISTRO: 3.3679.0007.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031

APRESENTAÇÃO: BIOMERASE TREX 1 + SACO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211020 PRODUTO BIOLÓGICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: KELLDRIN INDUSTRIAL LTDA - ME
AUTORIZAÇÃO: 3.02522-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: REGENCIADOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.790460/2018-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.2522.0085.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2606753/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: REGENCIADOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.790460/2018-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.2522.0085.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2606753/21-6

NOME DA EMPRESA: KI LIMPO DO BRASIL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.05271-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE AUTOMOTIVO ALCALINO WASH CAR KLEAN 1:40
NUMERO DE PROCESSO: 25351.194372/2021-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.5271.0025.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE AUTOMOTIVO ALCALINO WASH CAR KLEAN 1:40
NUMERO DE PROCESSO: 25351.194372/2021-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.5271.0025.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DETERGENTE AUTOMOTIVO ALCALINO WASH CAR KLEAN 1:40
NUMERO DE PROCESSO: 25351.194372/2021-71
NUMERO DE REGISTRO: 3.5271.0025.003-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: TUBO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103092 DETERGENTE AUTOMOTIVO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

NOME DA EMPRESA: LABNEWS INDUSTRIAL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02027-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: NEOZIME PLUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.252690/2019-40
NUMERO DE REGISTRO: 3.2027.0017.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2024
APRESENTAÇÃO: FRASCO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222020 DETERGENTE ENZIMÁTICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3264963/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: NEOZIME PLUS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.252690/2019-40
NUMERO DE REGISTRO: 3.2027.0017.002-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2024
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222020 DETERGENTE ENZIMÁTICO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3264963/21-1

NOME DA EMPRESA: LIMA &PERGHER INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A
AUTORIZAÇÃO: 3.01282-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: SH 2000 GEL QUALIFOOD
NUMERO DE PROCESSO: 25351.662903/2013-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.1282.0348.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3211042 DETERGENTE DESENGORDURANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 392 REG. SANEANTES - Novo Prazo de Validade de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2805690/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: SH 2000 GEL QUALIFOOD
NUMERO DE PROCESSO: 25351.662903/2013-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.1282.0348.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3211042 DETERGENTE DESENGORDURANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 392 REG. SANEANTES - Novo Prazo de Validade de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2805690/21-4

NOME DA EMPRESA: L.M. INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01540-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: ESSÊNCIA CONCENTRADA POLITRIZ
VERSÃO: ALECRIM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.732555/2017-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.1540.0030.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1606015/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ESSÊNCIA CONCENTRADA POLITRIZ
VERSÃO: AZALEIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.732555/2017-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.1540.0030.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1606015/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ESSÊNCIA CONCENTRADA POLITRIZ
VERSÃO: CITRONELA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.732555/2017-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.1540.0030.003-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1606015/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ESSÊNCIA CONCENTRADA POLITRIZ
VERSÃO: ERVA DOCE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.732555/2017-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.1540.0030.004-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1606015/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ESSÊNCIA CONCENTRADA POLITRIZ
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.732555/2017-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.1540.0030.005-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1606015/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ESSÊNCIA CONCENTRADA POLITRIZ
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.732555/2017-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.1540.0030.006-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1606015/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ESSÊNCIA CONCENTRADA POLITRIZ
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.732555/2017-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.1540.0030.007-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1606015/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ESSÊNCIA CONCENTRADA POLITRIZ
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.732555/2017-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.1540.0030.008-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO TRANSPARENTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1606015/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ESSÊNCIA CONCENTRADA POLITRIZ
VERSÃO: ALECRIM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.732555/2017-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.1540.0030.009-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLASTICO TRANSPARENTE(PET)+CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1606015/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ESSÊNCIA CONCENTRADA POLITRIZ
VERSÃO: AZALEIA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.732555/2017-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.1540.0030.010-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLASTICO TRANSPARENTE(PET) + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1606015/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ESSÊNCIA CONCENTRADA POLITRIZ
VERSÃO: CITRONELA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.732555/2017-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.1540.0030.011-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLASTICO TRANSPARENTE(PET)+CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1606015/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ESSÊNCIA CONCENTRADA POLITRIZ

VERSÃO: ERVA DOCE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.732555/2017-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.1540.0030.012-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLASTICO TRANSPARENTE(PET)+CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1606015/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ESSÊNCIA CONCENTRADA POLITRIZ
VERSÃO: EUCALIPTO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.732555/2017-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.1540.0030.013-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLASTICO TRANSPARENTE(PET)+CAIXA DE PAPELÂO
VALIDADE DO PRODUTO: `24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1606015/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ESSÊNCIA CONCENTRADA POLITRIZ
VERSÃO: LAVANDA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.732555/2017-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.1540.0030.014-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLASTICO TRANSPARENTE (PET)+CAIXA DE PAPELÂO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1606015/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ESSÊNCIA CONCENTRADA POLITRIZ
VERSÃO: MARINE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.732555/2017-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.1540.0030.015-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLASTICO TRANSPARENTE(PET) + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1606015/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ESSÊNCIA CONCENTRADA POLITRIZ
VERSÃO: PINHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.732555/2017-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.1540.0030.016-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 05/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLASTICO TRANSPARENTE(PET) + CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 332 REG. SANEANTES - Nova Embalagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1606015/21-4

NOME DA EMPRESA: LSV INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.03209-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE FORÇA MÁXIMA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.552773/2021-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.3209.0015.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: DESINFETANTE FORÇA MAXIMA + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

---

NOME DA EMPRESA: M J DA COSTA TRIGUEIRO LIMPEZA
AUTORIZAÇÃO: 3.09877-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PARA USO GERAL UNIC LIMP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.769344/2021-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.9877.0001.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: LAVANDA + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PARA USO GERAL UNIC LIMP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.769344/2021-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.9877.0001.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: LAVANDA + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PARA USO GERAL UNIC LIMP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.769344/2021-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.9877.0001.003-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: CITRUS + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PARA USO GERAL UNIC LIMP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.769344/2021-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.9877.0001.004-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: CITRUS + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PARA USO GERAL UNIC LIMP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.769344/2021-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.9877.0001.005-9
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FLORAL + FRASCO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: DESINFETANTE PARA USO GERAL UNIC LIMP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.769344/2021-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.9877.0001.006-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FLORAL + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

---

NOME DA EMPRESA: MAGNUM LIMPEZA AUTOMOTIVA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.10408-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: MAGNUM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.019042/2021-06
NUMERO DE REGISTRO: 3.0408.0001.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: LA + GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: MAGNUM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.019043/2021-42
NUMERO DE REGISTRO: 3.0408.0002.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: AUTOMOTIVA + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

---

NOME DA EMPRESA: MERCOQUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02747-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: HUBIO BIO PAR AGRO CIP HB BLEND 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.879728/2021-41
NUMERO DE REGISTRO: 3.2747.0174.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: UNICA + GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211042 DETERGENTE DESENGORDURANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

---

NOME DA EMPRESA: MUSTANG PLURON QUÍMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00546-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLURON 461 A1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.268263/2013-17
NUMERO DE REGISTRO: 3.0546.3127.001-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 9 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2827342/21-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLURON 461 A1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.268263/2013-17
NUMERO DE REGISTRO: 3.0546.3127.002-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2028
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 9 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2827342/21-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLURON 327 AS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.335345/2012-99
NUMERO DE REGISTRO: 3.0546.3114.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2027
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 18 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2827254/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLURON 327 AS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.335345/2012-99
NUMERO DE REGISTRO: 3.0546.3114.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2027
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 18 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2827254/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLURON 327 AS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.335345/2012-99
NUMERO DE REGISTRO: 3.0546.3114.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2027
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 18 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2827254/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLURON 327 AS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.335345/2012-99
NUMERO DE REGISTRO: 3.0546.3114.004-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 10/2027
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 18 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2827254/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLURON 236 A
NUMERO DE PROCESSO: 25351.487415/2013-43
NUMERO DE REGISTRO: 3.0546.3132.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA

VENCIMENTO: 12/2028
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 18 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2827218/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLURON 236 A
NUMERO DE PROCESSO: 25351.487415/2013-43
NUMERO DE REGISTRO: 3.0546.3132.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 12/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 18 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2827218/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLURON 236 A
NUMERO DE PROCESSO: 25351.487415/2013-43
NUMERO DE REGISTRO: 3.0546.3132.003-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 12/2028
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 18 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2827218/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLURON 320 A
NUMERO DE PROCESSO: 25351.662194/2012-56
NUMERO DE REGISTRO: 3.0546.3122.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 18 Meses
CATEGORIA: 3203018 DETERGENTE PROFISSIONAL DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2827246/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLURON 320 A
NUMERO DE PROCESSO: 25351.662194/2012-56
NUMERO DE REGISTRO: 3.0546.3122.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 18 Meses
CATEGORIA: 3203018 DETERGENTE PROFISSIONAL DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2827246/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLURON CLORCIP
VERSÃO: PLURON CLORCIP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.722794/2011-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.0546.3109.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2827109/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLURON CLORCIP
VERSÃO: PLURON CLORCIP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.722794/2011-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.0546.3109.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2827109/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: PLURON CLORCIP
VERSÃO: PLURON CLORCIP
NUMERO DE PROCESSO: 25351.722794/2011-68
NUMERO DE REGISTRO: 3.0546.3109.003-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 04/2027
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3222021 LIMPADOR DE USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2827109/21-2

_ _

NOME DA EMPRESA: natu limp industria e comercio eireli me
AUTORIZAÇÃO: 3.07325-3
NOME DO PRODUTO E MARCA: LAV 913 ADITIVO ALCALINO CLASSIC BIO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.019155/2021-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.7325.0010.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: LAV 913 ADITIVO ALCALINO CLASSIC BIO + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222039 LAVA ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LAV 913 ADITIVO ALCALINO CLASSIC BIO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.019155/2021-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.7325.0010.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: LAV 913 ADITIVO ALCALINO CLASSIC BIO + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222039 LAVA ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LAV 913 ADITIVO ALCALINO CLASSIC BIO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.019155/2021-01
NUMERO DE REGISTRO: 3.7325.0010.003-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: LAV 913 ADITIVO ALCALINO CLASSIC BIO + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222039 LAVA ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: NEOGEN DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00425-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ATRATEK 100 WDG
NUMERO DE PROCESSO: 25351.699858/2021-00
NUMERO DE REGISTRO: 3.0425.0181.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: POTE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3206025 INSETICIDA PARA EMPRESAS ESPECIALIZADAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: NOVAFÓRMULA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA-ME
AUTORIZAÇÃO: 3.02478-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPA + CERÂMICA - NOVAFORMULA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.875040/2021-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.2478.0019.001-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: 1 + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222033 LIMPA PISOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPA + CERÂMICA - NOVAFORMULA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.875040/2021-91
NUMERO DE REGISTRO: 3.2478.0019.002-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: 1 + BOMBONA PLASTICA OPACA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222033 LIMPA PISOS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: ORVALHO INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.06645-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA ORVALHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.666899/2021-10
NUMERO DE REGISTRO: 3.6645.0002.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA OPACA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3871 Registro de Produto de Risco 2 - Água Sanitária
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA ORVALHO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.666899/2021-10
NUMERO DE REGISTRO: 3.6645.0002.002-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3871 Registro de Produto de Risco 2 - Água Sanitária

_ _

NOME DA EMPRESA: PROQUILIMP PRODUTOS QUÍMICOS LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.09918-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: Lavve Cloro Alvejante
NUMERO DE PROCESSO: 25351.503303/2021-63
NUMERO DE REGISTRO: 3.9918.0001.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: Lavve Cloro Alvejante + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 4300215 ALVEJANTE CLORADO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Lavve Cloro Alvejante
NUMERO DE PROCESSO: 25351.503303/2021-63
NUMERO DE REGISTRO: 3.9918.0001.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: Lavve Cloro Alvejante + GALAO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 4300215 ALVEJANTE CLORADO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Lavve Cloro Alvejante
NUMERO DE PROCESSO: 25351.503303/2021-63
NUMERO DE REGISTRO: 3.9918.0001.003-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: Lavve Cloro Alvejante + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 4300215 ALVEJANTE CLORADO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Lavve Desengraxante Alcalino
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667234/2021-15
NUMERO DE REGISTRO: 3.9918.0002.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: Lavve Desengraxante Alcalino
NUMERO DE PROCESSO: 25351.667234/2021-15
NUMERO DE REGISTRO: 3.9918.0002.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3103084 DESENGRAXANTE
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: QOB MATERIAS DOMISSANEANTES LTDA ME
AUTORIZAÇÃO: 3.05371-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: AGUA SANITARIA MARANSO
VERSÃO: 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.225387/2021-99
NUMERO DE REGISTRO: 3.5371.0006.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031

APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3871 Registro de Produto de Risco 2 - Água Sanitária

_ _

NOME DA EMPRESA: RECKITT BENCKISER (BRASIL) LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.00227-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: VANISH GEL CRYSTAL WHITE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.727226/2021-35
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1025.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: Não Aplicável + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 18 Meses
CATEGORIA: 3222049 DESINFETANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: VANISH GEL CRYSTAL WHITE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.727226/2021-35
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1025.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: Não Aplicável + FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 18 Meses
CATEGORIA: 3222049 DESINFETANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: VANISH GEL CRYSTAL WHITE
NUMERO DE PROCESSO: 25351.727226/2021-35
NUMERO DE REGISTRO: 3.0227.1025.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: Não Aplicável + SACO PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 18 Meses
CATEGORIA: 3222049 DESINFETANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: RHOFER FABRICAÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PARA PISCINAS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.09289-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: Algicida Esmeralda 2 em 1
NUMERO DE PROCESSO: 25351.530750/2021-95
NUMERO DE REGISTRO: 3.9289.0004.001-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3210014 ALGICIDA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: RIOQUIMICA S.A.
AUTORIZAÇÃO: 3.01329-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: RIOSCOPE OPA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.148968/2013-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.1329.0381.001-9
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 06/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 4300212 DESINFETANTE DE ALTO NÍVEL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 392 REG. SANEANTES - Novo Prazo de Validade de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2718799/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: RIOSCOPE OPA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.148968/2013-51
NUMERO DE REGISTRO: 3.1329.0381.002-7
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 06/2029
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 4300212 DESINFETANTE DE ALTO NÍVEL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 392 REG. SANEANTES - Novo Prazo de Validade de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2718799/21-8

_ _

NOME DA EMPRESA: SABARÁ QUÍMICOS E INGREDIENTES S/A
AUTORIZAÇÃO: 3.02102-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: Sany- Tabs
NUMERO DE PROCESSO: 25351.583977/2021-33
NUMERO DE REGISTRO: 000
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
APRESENTAÇÃO: BALDE + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3211051 DESINFETANTE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30014 REG. SANEANTES - Desistência de petição/processo a pedido
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2858759/21-9

_ _

NOME DA EMPRESA: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.05111-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: SOLAR 4 GARD MIL AM ANTIMICROBIAL FILM
NUMERO DE PROCESSO: 25351.849323/2021-88
NUMERO DE REGISTRO: 3.5111.0001.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: ÚNICA + FILME PLASTICO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

_ _

NOME DA EMPRESA: SEVEN GEL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP
AUTORIZAÇÃO: 3.02331-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIM+ AUTHOLIN 1000 DESINCRUSTANTE ÁCIDO CONCENTRADO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.195383/2017-10
NUMERO DE REGISTRO: 3.2331.0070.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2027
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2838847/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIM+ AUTHOLIN 1000 DESINCRUSTANTE ÁCIDO CONCENTRADO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.195383/2017-10
NUMERO DE REGISTRO: 3.2331.0070.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2027
APRESENTAÇÃO: GALAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2838847/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIM+ AUTHOLIN 1000 DESINCRUSTANTE ÁCIDO CONCENTRADO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.195383/2017-10
NUMERO DE REGISTRO: 3.2331.0070.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 06/2027
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222029 DESINCRUSTANTE ÁCIDO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2838847/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: SEVEN SANIT CLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.669711/2019-62
NUMERO DE REGISTRO: 3.2331.0093.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2030
APRESENTAÇÃO: SACHET
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211051 DESINFETANTE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3234438/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: SEVEN SANIT CLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.669711/2019-62
NUMERO DE REGISTRO: 3.2331.0093.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2030
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211051 DESINFETANTE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3234438/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: SEVEN SANIT CLOR
NUMERO DE PROCESSO: 25351.669711/2019-62
NUMERO DE REGISTRO: 3.2331.0093.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 07/2030
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3211051 DESINFETANTE DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 3782 REG. SANEANTES - Retificação de Publicação de Registro
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 3234438/21-8

_ _

NOME DA EMPRESA: SUPER GLOBO QUIMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03387-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPADOR MULTI-USO SUPER GLOBO BRASIL CLORO ATIVO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.728628/2012-05
NUMERO DE REGISTRO: 3.3387.0008.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2756297/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPADOR MULTI-USO SUPER GLOBO BRASIL CLORO ATIVO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.728628/2012-05
NUMERO DE REGISTRO: 3.3387.0008.002-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO REFIL+ CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2756297/21-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: LIMPADOR MULTI-USO SUPER GLOBO BRASIL CLORO ATIVO
NUMERO DE PROCESSO: 25351.728628/2012-05
NUMERO DE REGISTRO: 3.3387.0008.003-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 04/2028
APRESENTAÇÃO: FRASCO PLÁSTICO OPACO COM GATILHO+CAIXA DE PAPELÃO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2756297/21-6

_ _

NOME DA EMPRESA: TOTAL QUIMICA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.01594-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA CLOROX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.205144/2021-34
NUMERO DE REGISTRO: 3.1594.0116.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2031
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2823053/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA CLOROX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.205144/2021-34
NUMERO DE REGISTRO: 3.1594.0116.002-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 06/2031
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2823053/21-2

_ _

NOME DA EMPRESA: UNILEVER BRASIL INDUSTRIAL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02066-7

NOME DO PRODUTO E MARCA: BRILHANTE LIMPEZA TOTAL SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.338709/2019-44
NUMERO DE REGISTRO: 3.2066.0487.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2024
APRESENTAÇÃO: FILME DE POLIETILENO + FILME PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222047 SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2735925/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: BRILHANTE LIMPEZA TOTAL SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.338709/2019-44
NUMERO DE REGISTRO: 3.2066.0487.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2024
APRESENTAÇÃO: CARTELA DE CARTOLINA + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222047 SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 330 REG. SANEANTES - Modificação de Fórmula de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 2735925/21-8
NOME DO PRODUTO E MARCA: BRILHANTE CUIDADO TOTAL SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
NUMERO DE PROCESSO: 25351.338721/2019-59
NUMERO DE REGISTRO: 3.2066.0489.001-8
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 08/2024
APRESENTAÇÃO: FILME DE POLIETILENO + FILME PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3222047 SANITIZANTE PARA TECIDOS E ROUPAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1834206/21-9

NOME DA EMPRESA: Z S FABRICANTE DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.09287-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIGIFIT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.787011/2021-73
NUMERO DE REGISTRO: 3.9287.0002.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: ÚNICA + FRASCO PLÁSTICO OPACO COM GATILHO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIGIFIT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.787011/2021-73
NUMERO DE REGISTRO: 3.9287.0002.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: ÚNICA + GALAO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIGIFIT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.787011/2021-73
NUMERO DE REGISTRO: 3.9287.0002.003-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: ÚNICA + BOMBONA PLASTICA + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes
NOME DO PRODUTO E MARCA: HIGIFIT
NUMERO DE PROCESSO: 25351.787011/2021-73
NUMERO DE REGISTRO: 3.9287.0002.004-0
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE,PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 08/2031
APRESENTAÇÃO: ÚNICA + FRASCO DE PLASTICO OPACO + PRODUTO SOMENTE CONTEM EMBALAGEM PRIMARIA
VALIDADE DO PRODUTO: 24 Meses
CATEGORIA: 3205061 DESINFETANTE PARA USO GERAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 30020 REG. SANEANTES - Registro de produtos saneantes

---

NOME DA EMPRESA: 3X PRODUTOS QUIMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.02217-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA TRIEX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.377285/2014-42
NUMERO DE REGISTRO: 3.2217.0008.001-7
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 07/2029
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1901457/21-4
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA TRIEX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.377285/2014-42
NUMERO DE REGISTRO: 3.2217.0008.002-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 07/2029
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 389 REG. SANEANTES - Alteração de Rotulagem de Produto
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 1901457/21-4

RESOLUÇÃO RE Nº 3.276, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Deferir as petições de Transferência de titularidade e por consequente, cancelar o Registro dos produtos saneantes de risco 2, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias após a sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA: ANTONIO MARCIO MEGID ME
AUTORIZAÇÃO: 3.03628-5
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA CLINEZA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.065001/2016-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.3628.0003.001-5
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0267510/21-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA CLINEZA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.065001/2016-66
NUMERO DE REGISTRO: 3.3628.0003.002-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 09/2026
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0267510/21-7

NOME DA EMPRESA: CLINEZA INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.09268-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA CLINEZA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.961491/2021-41
NUMERO DE REGISTRO: 3.9268.0002.001-1
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 09/2026
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLASTICO OPACO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: ÁGUA SANITÁRIA CLINEZA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.961491/2021-41
NUMERO DE REGISTRO: 3.9268.0002.002-1
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 09/2026
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3103033 ÁGUA SANITÁRIA
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2

NOME DA EMPRESA: EVONIK BRASIL LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03283-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: VIGOROX 15 F&V
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589431/2021-96
NUMERO DE REGISTRO: 3.3283.0018.001-8
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: VIGOROX 15 F&V
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589431/2021-96
NUMERO DE REGISTRO: 3.3283.0018.002-6
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: VIGOROX 15 F&V
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589431/2021-96
NUMERO DE REGISTRO: 3.3283.0018.003-4
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DUROX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589432/2021-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.3283.0021.001-4
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DUROX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589432/2021-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.3283.0021.002-2
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DUROX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589432/2021-31
NUMERO DE REGISTRO: 3.3283.0021.003-0
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: VIGOROX LS-15
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589433/2021-85
NUMERO DE REGISTRO: 3.3283.0019.001-3
VENDA E EMPREGO:

VENCIMENTO: 01/2029
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: VIGOROX LS-15
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589433/2021-85
NUMERO DE REGISTRO: 3.3283.0019.002-1
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 01/2029
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: VIGOROX LS-15
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589433/2021-85
NUMERO DE REGISTRO: 3.3283.0019.003-1
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 01/2029
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLARITY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589436/2021-19
NUMERO DE REGISTRO: 3.3283.0023.001-5
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 12/2028
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLARITY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589436/2021-19
NUMERO DE REGISTRO: 3.3283.0023.002-3
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 12/2028
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLARITY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589436/2021-19
NUMERO DE REGISTRO: 3.3283.0023.003-1
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 12/2028
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DUROX LRA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589438/2021-16
NUMERO DE REGISTRO: 3.3283.0022.001-1
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DUROX LRA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589438/2021-16
NUMERO DE REGISTRO: 3.3283.0022.002-8
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2019
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DUROX LRA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589438/2021-16
NUMERO DE REGISTRO: 3.3283.0022.003-6
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2019
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DUROX® LRD
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589440/2021-87
NUMERO DE REGISTRO: 3.3283.0020.001-9
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DUROX® LRD
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589440/2021-87
NUMERO DE REGISTRO: 3.3283.0020.002-7
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: DUROX® LRD
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589440/2021-87
NUMERO DE REGISTRO: 3.3283.0020.003-5
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: VIGOROX LS&D
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589442/2021-76
NUMERO DE REGISTRO: 3.3283.0017.001-2
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 11/2028
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: VIGOROX LS&D
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589442/2021-76
NUMERO DE REGISTRO: 3.3283.0017.002-0
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 11/2028
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2
NOME DO PRODUTO E MARCA: VIGOROX LS&D
NUMERO DE PROCESSO: 25351.589442/2021-76
NUMERO DE REGISTRO: 3.3283.0017.003-9
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 11/2028
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2

NOME DA EMPRESA: IMPERIAL PLUS INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03623-7
NOME DO PRODUTO E MARCA: SODA CÁUSTICA JACARÉ
NUMERO DE PROCESSO: 25351.703092/2019-42
NUMERO DE REGISTRO: 3.3623.0011.001-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE VENDA LIVRE
VENCIMENTO: 01/2025
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 4373630/20-8

NOME DA EMPRESA: PEROXYCHEM BRASIL COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.06565-6
NOME DO PRODUTO E MARCA: VIGOROX LS&D
NUMERO DE PROCESSO: 25351.143937/2016-30
NUMERO DE REGISTRO: 3.6565.0001.001-3
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 11/2028
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0465305/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: VIGOROX LS&D
NUMERO DE PROCESSO: 25351.143937/2016-30
NUMERO DE REGISTRO: 3.6565.0001.002-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 11/2028
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0465305/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: VIGOROX LS&D
NUMERO DE PROCESSO: 25351.143937/2016-30
NUMERO DE REGISTRO: 3.6565.0001.003-1
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 11/2028
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0465305/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DUROX® LRD
NUMERO DE PROCESSO: 25351.143963/2016-89
NUMERO DE REGISTRO: 3.6565.0002.001-9
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0465221/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DUROX® LRD
NUMERO DE PROCESSO: 25351.143963/2016-89
NUMERO DE REGISTRO: 3.6565.0002.002-7
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0465221/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: DUROX® LRD
NUMERO DE PROCESSO: 25351.143963/2016-89
NUMERO DE REGISTRO: 3.6565.0002.003-5
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0465221/21-1
NOME DO PRODUTO E MARCA: VIGOROX LS-15
NUMERO DE PROCESSO: 25351.143978/2016-36
NUMERO DE REGISTRO: 3.6565.0003.001-4

VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 01/2029
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0465380/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: VIGOROX LS-15
NUMERO DE PROCESSO: 25351.143978/2016-36
NUMERO DE REGISTRO: 3.6565.0003.002-2
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 01/2029
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0465380/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: VIGOROX LS-15
NUMERO DE PROCESSO: 25351.143978/2016-36
NUMERO DE REGISTRO: 3.6565.0003.003-0
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 01/2029
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0465380/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: VIGOROX 15 F&V
NUMERO DE PROCESSO: 25351.144046/2016-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.6565.0004.001-1
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0465294/21-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: VIGOROX 15 F&V
NUMERO DE PROCESSO: 25351.144046/2016-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.6565.0004.002-8
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0465294/21-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: VIGOROX 15 F&V
NUMERO DE PROCESSO: 25351.144046/2016-49
NUMERO DE REGISTRO: 3.6565.0004.003-6
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 03/2029
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 6 Meses
CATEGORIA: 3211062 DESINFETANTE PARA HORTIFRUTÍCOLAS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0465294/21-9
NOME DO PRODUTO E MARCA: DUROX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.144078/2016-52
NUMERO DE REGISTRO: 3.6565.0005.001-5
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0433434/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DUROX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.144078/2016-52
NUMERO DE REGISTRO: 3.6565.0005.002-3
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0433434/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DUROX
NUMERO DE PROCESSO: 25351.144078/2016-52
NUMERO DE REGISTRO: 3.6565.0005.003-1
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 07/2019
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0433434/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DUROX LRA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.164256/2016-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.6565.0006.001-0
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2019
APRESENTAÇÃO: BOMBONA PLASTICA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0465146/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DUROX LRA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.164256/2016-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.6565.0006.002-9
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2019
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0465146/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: DUROX LRA
NUMERO DE PROCESSO: 25351.164256/2016-60
NUMERO DE REGISTRO: 3.6565.0006.003-7
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 04/2019
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0465146/21-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLARITY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.164300/2016-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.6565.0007.001-6
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 12/2028
APRESENTAÇÃO: GALAO PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0464089/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLARITY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.164300/2016-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.6565.0007.002-4
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 12/2028
APRESENTAÇÃO: TAMBOR PLASTICO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0464089/21-2
NOME DO PRODUTO E MARCA: CLARITY
NUMERO DE PROCESSO: 25351.164300/2016-11
NUMERO DE REGISTRO: 3.6565.0007.003-2
VENDA E EMPREGO: PRODUTO DE USO PROFISSIONAL OU DE VENDA RESTRITA
VENCIMENTO: 12/2028
APRESENTAÇÃO: ACONDICIONAMENTO NAO PREVISTO NA TABELA
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3205053 DESINFETANTE PARA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA E AFINS
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 391 REG. SANEANTES - Cancelamento de Registro de Produto de Risco 2 por Transferência de Titularidade
EXPEDIENTE DA PETIÇÃO: 0464089/21-2

_ _

NOME DA EMPRESA: UZUCLEAN INDUSTRIA COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
AUTORIZAÇÃO: 3.03893-0
NOME DO PRODUTO E MARCA: SODA CÁUSTICA JACARÉ
NUMERO DE PROCESSO: 25351.874022/2021-92
NUMERO DE REGISTRO: 3.3893.0019.001-5
VENDA E EMPREGO:
VENCIMENTO: 01/2025
APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PLÁSTICO TRANSLÚCIDO + CAIXA DE PAPELAO
VALIDADE DO PRODUTO: 12 Meses
CATEGORIA: 3222030 DESINCRUSTANTE ALCALINO
ASSUNTO DA PETIÇÃO: 333 REG. SANEANTES - Transferência de Titularidade de Produto de Risco 2

RESOLUÇÃO RE Nº 3.282, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Cancelar os processos dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JÚNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA/ AUTORIZAÇÃO
NOME DO PRODUTO E MARCA
NUMERO DE PROCESSO

WNF INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - EPP/2.03159-7
OLEO ESSENCIAL RESINA COPAIBA
25351.048554/2019-57

RESOLUÇÃO RE Nº 3.297, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso da atribuição que lhe confere o art. 164, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

CCD COSM CIENTIFICA DERM COMERCIO E INDUSTRIA LTDA / 40.367.856/0001-14
PHOTOAGE STICK COLOR FPS 99 COR E MÉDIO INTENSE DERMAGE
25351.188227/2020-71 / 217170258
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 1999900/21-9
PHOTOAGE STICK COLOR FPS 99 NUDE DERMAGE
25351.188251/2020-18 / 217170259
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 2000212/21-2

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. / 61.082.426/0002-07
EPISOL INTENSE BRUMA FPS 50
25351.284646/2021-13 / 200030878
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1296366/21-9

ELZA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA / 22.043.780/0001-90
ALISANTE SOFT HAIR SUPER FORTE PASTA AZUL
25351.094087/2005-31 / 212360105
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 1113606/21-5
ALISANTE SOFT HAIR SUPER FORTE PASTA AZUL
25351.094087/2005-31 / 212360105
2105 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Apresentação de Produto Registrado a Pedido / 3126377/21-1

MZ3 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA-EPP / 08.170.462/0001-69
GEL HIGIENIZANTE PARA AS MÃOS - FIXED
25351.980545/2016-17 / 244380009
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 0125536/21-6
GEL HIGIENIZANTE PARA AS MÃOS - FIXED
25351.980545/2016-17 / 244380009
239 - REG. COSMÉTICOS - Inclusão de Acondicionamento para Produto Registrado / 0156066/21-1
GEL HIGIENIZANTE PARA AS MÃOS - FIXED
25351.980545/2016-17 / 244380009
230 - REG. COSMÉTICOS - Modificação de Fórmula de Produto Registrado - Nacional / 0156119/21-8
GEL HIGIENIZANTE PARA AS MÃOS - FIXED
25351.980545/2016-17 / 244380009
232 - REG. COSMÉTICOS - Substituição do Acondicionamento de Produto Registrado / 2210037/21-2

Nova brasil sul indústria e comércio importação e exportação de cosméticos ltda / 32.998.509/0001-61
Gel antisséptico higienizante para as mãos Yelsew
25351.895123/2021-05 / 413880001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0237092/21-2

RESOLUÇÃO RE Nº 3.298, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso das atribuições que lhe confere o art. 164, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Deferir as petições de Transferência de titularidade e por consequente, cancelar o Registro dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, após a sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JUNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ITW CHEMICAL PRODUCTS LTDA / 03.102.205/0001-76
REPELENTE DE INSETOS LUVEX GOLD ULTRA
25351.559250/2020-54 / 240230006
2332 - REG. COSMÉTICOS - Solicitação de Transferência de Titularidade de Registro / 1935279/20-3
GEL REPELENTE DE INSETOS LUVEX GOLD
25351.559278/2020-91 / 240230007
2332 - REG. COSMÉTICOS - Solicitação de Transferência de Titularidade de Registro / 1935354/20-5
PROTETOR SOLAR CAREDIN PLUS FPS 60 COM REPELENTE DE INSETOS
25351.682404/2020-19 / 240230008
2332 - REG. COSMÉTICOS - Solicitação de Transferência de Titularidade de Registro / 2321220/20-1
ALERGOSUN PROTETOR SOLAR ALERGOSHOP FPS 30
25351.682444/2020-52 / 240230009
2332 - REG. COSMÉTICOS - Solicitação de Transferência de Titularidade de Registro / 2321277/20-3
CAREDIN GEL REPELENTE DE INSETOS
25351.682520/2020-20 / 240230010
2332 - REG. COSMÉTICOS - Solicitação de Transferência de Titularidade de Registro / 2321374/20-9

LUVEX INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO LTDA / 92.533.702/0001-59
PROTETOR SOLAR CAREDIN PLUS FPS 60 COM REPELENTE DE INSETOS
25351.601863/2017-04 / 216790098
2331 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento do Registro por Alteração de Titularidade da Empresa / 2278811/20-7
CAREDIN GEL REPELENTE DE INSETOS
25351.601869/2017-73 / 216790097
2331 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento do Registro por Alteração de Titularidade da Empresa / 1873074/20-4
ALERGOSUN PROTETOR SOLAR ALERGOSHOP FPS 30
25351.624218/2013-25 / 216790089
2331 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento do Registro por Alteração de Titularidade da Empresa / 2278604/20-1
GEL REPELENTE DE INSETOS LUVEX GOLD
25351.797332/2016-18 / 216790093
2331 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento do Registro por Alteração de Titularidade da Empresa / 1872550/20-7
REPELENTE DE INSETOS LUVEX GOLD ULTRA
25351.962954/2016-56 / 216790096
2331 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento do Registro por Alteração de Titularidade da Empresa / 1872819/20-6

RESOLUÇÃO RE Nº 3.299, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes no uso da atribuição que lhe confere o art. 164, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, perfumes e cosméticos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ITAMAR DE FALCO JÚNIOR

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

FLORUS BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA. - ME / 05.244.203/0001-47
SECCO SELANTE LISS CONTROL
25351.582969/2019-55 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2400157/19-1
AQUANIS SELANTE LISO NATURAL
25351.582981/2019-60 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2400176/19-7

ISOPOLY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME / 03.266.809/0001-58
DEXMEC PASTA DESENGRAXANTE
25351.378328/2006-83 /
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 2928966/21-8
DEXMEC ESFOLIANTE - CREME
25351.389137/2007-28 /
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 2770771/21-3

JALLES MACHADO S/A / 02.635.522/0001-95
GEL ANTISSÉPTICO ALLGEL ESPERANÇA
25351.888722/2020-83 / 234750005
289 - REG. COSMÉTICOS - Alteração de Rotulagem de Produto Registrado / 1831307/21-9

MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. / 03.853.896/0001-40
ÁLCOOL EM GEL VEN
25351.732457/2020-80 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4567310/20-9

4ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO RE Nº 3.265, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Lisi Medical Fasteners, publicada pela Resolução-RE nº 3800/ANVISA de 24 de setembro de 2020, no Diário Oficial da União nº. 186, de 28 de setembro de 2020, Seção 1, pág. 565, de Wright Medical Brasil Ltda., CNPJ nº 08.051.626/0001-39, para Stryker do Brasil Ltda., CNPJ nº 02.966.317.0001/02, conforme expedientes nº 0905990/20-0 e 2004549/21-1.

Art. 2º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Tecomet Inc., publicada pela Resolução-RE nº 1026/ANVISA de 10 de março de 2021, no Diário Oficial da União nº. 49, de 15 de março de 2021, Seção 1, pág. 150, de Wright Medical Brasil Ltda., CNPJ nº 08.051.626/0001-39, para Stryker do Brasil Ltda., CNPJ nº 02.966.317.0001/02, conforme expedientes nº 3056802/20-2 e 2004767/21-9.

Art. 3º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa HG Medical GmbH, publicada pela Resolução-RE nº 2.494, de 15 de julho de 2020, no Diário Oficial da União nº. 137, de 20 de julho de 2020, Seção 1, pág. 116, de Wright Medical Brasil Ltda., CNPJ nº 08.051.626/0001-39, para Stryker do Brasil Ltda., CNPJ nº 02.966.317/0001-02, conforme expedientes nº 0200070/20-7 e 2004454/21-1.

Art. 4º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa ConMed Corporation, publicada pela Resolução-RE nº 1847, de 11 de julho de 2019, no Diário Oficial da União nº. 134, de 15 de julho de 2019, Seção 1, pág. 133, e em Suplemento da Seção 1, pág. 21 e 22 de Implamed-Implantes Especializados Com Impor e Expor Ltda., CNPJ nº 57.146.607/0001-00, para ConMed do Brasil Comércio, Importação e Exportação de Produtos Médicos Hospitalares LTDA, CNPJ nº 23.351.545/0001-48, conforme expedientes nº 0173592/19-6 e 1851458/21-2."

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

RESOLUÇÃO RE Nº 3.266, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018;

considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação em razão de transferência de titularidade, conforme a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa na certificação publicada pela Resolução-RE nº 2.423, de 29 de agosto de 2019, no Diário Oficial da União nº. 169, de 2 de setembro de 2019, Seção 1, pág. 69, e em Suplemento da Seção 1, pág. 81, de Electric Ink Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda, para Belle Arti Industria e Comercio Ltda, conforme expedientes nº 0034347/19-1 e 0872042/21-9.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

RESOLUÇÃO RE Nº 3.267, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: Baxter Hospitalar Ltda. CNPJ: 49.351.786/0010-71
Endereço: Av. José Alves de Oliveira Nº 300, Galpão 14, Distrito Industrial, Jundiai - SP CEP: 13213-105
Autorização de Funcionamento: 8104724 Expediente: 0650610/21-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Laboratórios B. Braun S.A. CNPJ: 31.673.254/0010-95
Endereço: Estrada de Guaxindiba, Nº 1.990, Lote 39E, Guaxindiba, São Gonçalo - RJ CEP: 24722-030
Autorização de Funcionamento: 8122561 Expediente: 0853426/21-0
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Michel E. Klymus CNPJ: 97.127.559/0001-19
Endereço: Rua Dr. Deoclecio Pereira, 476 -Jardim Floresta Porto Alegre - RS CEP: 91040-470
Autorização de Funcionamento: 1.03.929-9 Expediente: 0804111/21-9
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

Empresa: Unimek Comercio De Material Medico Hospitalar Ltda CNPJ: 04.925.446/0001-88
Endereço: Sia Trecho 3 Lote 625/695, Sala 407 Bloco A E Sala 301 Bloco B - Sia - Brasília - DF CEP: 71200- 030
Autorização de Funcionamento: 8.02.186-2 Expediente: 4420349/20-4
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem:
Produtos para Saúde.

RESOLUÇÃO RE Nº 3.268, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 4 (quatro) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: Bianchin B2B Distribuição De Produtos Médico Hospitalares Eireli CNPJ: 33.744.683/0001-40
Endereço: Av Princesa Isabel, 729, Sala 505 - Santana Porto Alegre - RS CEP: 90620-001
Autorização de Funcionamento: 8.20.280-8 Expediente: 2328287/21-2
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.

Empresa: E.Silva Dos Santos - Epp CNPJ: 04.578.807/0001-67
Endereço: Av Domingos Jorge Velho 292 - Sala 103 - Dom Pedro Ii Manaus - AM CEP: 69042-470
Autorização de Funcionamento: 8.05.831-9 Expediente: 2344534/21-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.

Empresa: Forma Medical Comércio De Produtos Hospitalares Ltda CNPJ: 32.218.962/0001-08
Endereço: Rua Visconde De Sepetiba, 935 Sala 1614 - Centro Niterói - RJ CEP: 24020-206
Autorização de Funcionamento: 8.18.684-8 Expediente: 2502362/21-1
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.

Empresa: Jfb Comércio E Serviços De Produtos Médicos E Hospitalares Eireli CNPJ: 26.434.440/0001-40
Endereço: Avenida Getulio Vargas, N. 882 - Centro - Manaus - AM CEP: 69020-010
Autorização de Funcionamento: 8.21.180-9 Expediente: 2258027/21-7
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.

Empresa: Medsaude Distribuidora De Medicamentos Ltda CNPJ: 27.844.493/0001-00
Endereço: Avn. Deputado Luiz Fernando Linhares, Nº 1900 - Rj 116 Galpão C - Boa Vista Miracema - RJ CEP: 28460-000
Autorização de Funcionamento: 8.19.913-5 Expediente: 2414731/21-4
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.

Empresa: Melo Comercio De Medicamentos E Materiais Hospitalar Ltda CNPJ: 39.241.426/0001-72
Endereço: Av Bento Munhoz Da Rocha Neto, 1238, Sala 02 - Centro Goioerê - PR CEP: 87360-000
Autorização de Funcionamento: 8.21.533-9 Expediente: 2344556/21-4
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.

Empresa: Sd Implant Distribuidora De Produtos Medicos E Hospitalares Ltda CNPJ: 23.600.897/0001-90
Endereço: Av Pedro Lessa Nº 1064 Sala 41 - Ponta Da Praia Santos - SP CEP: 11025-000
Autorização de Funcionamento: 8.13.620-4 Expediente: 2295921/21-0
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.

RESOLUÇÃO RE Nº 3.269, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 8º, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Benchmark Electronics Inc.
Endereço: 4245 Theurer Blvd., Winona, Minnesota, 55987 - Estados Unidos da América
Solicitante: Auto Suture do Brasil Ltda. CNPJ: 01645409/0001-28
Autorização de Funcionamento: 1034900 Expediente: 0544152/21-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: JMS Singapore PTE LTD.
Endereço: 440 Ang Mo Kio Industrial Park 1 , 569620 - Singapura
Solicitante: Emergo Brazil Import Importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares Ltda - ME CNPJ: 04.967.408/0001-98
Autorização de Funcionamento: 8011758 Expediente: 0319626/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: Lidio Poian S.r.l.
Endereço: Via Nazario Sauro, 11, Romans d'Isonzo - Gorizia, 34076 - Itália
Solicitante: Lima do Brasil EIRELI CNPJ: 03117039/0001-81
Autorização de Funcionamento: 8007018 Expediente: 2209976/21-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: Lincotek Medical LLC
Endereço: 811 Northwoods Blvd., Vandalia, Ohio, 45377 - Estados Unidos da América
Solicitante: Stryker do Brasil Ltda. CNPJ: 02966317/0001-02
Autorização de Funcionamento: 8000543 Expediente: 2193335/21-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: Minnetronix, Inc.
Endereço: 1635 Energy Park Drive, St. Paul, Minnesota, 55108 - Estados Unidos da América
Solicitante: Boston Scientific do Brasil Ltda. CNPJ: 01.513.946/0001-14
Autorização de Funcionamento: 1034135 Expediente: 0904077/21-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: Minnesota Medtec, Inc
Endereço: 11760 Justen Circle Suite B, Maple Grove, Minnesota, 55369 - Estados Unidos da América
Solicitante: Tecmedic Comércio de Produtos Médicos Ltda CNPJ: 05.638.301/0001-69
Autorização de Funcionamento: 8020291 Expediente: 0751653/21-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV.

Fabricante: Stryker (Suzhou) Medical Technology Co., Ltd
Endereço: No. 18 WuXiang, EPZ Zone A, 200 Suhong Rd., SIP Suzhou - Jiangsu, 215021 - China
Solicitante: Stryker do Brasil Ltda. CNPJ: 02966317/0001-02
Autorização de Funcionamento: 8000543 Expediente: 0364665/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: Symatese Biomateriaux
Endereço: Zi Les Troques, Chaponost, Rhone-Alpes, 69630 - França
Solicitante: Galderma Brasil Ltda CNPJ: 00317372/0001-46
Autorização de Funcionamento: 8025176 Expediente: 0751499/21-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV.

Fabricante: Tecme S.A.
Endereço: Av. Circunvalación (N-O), Agustín Tosco Nº 3040, Barrio Los Boulevares, Ciudad de Córdoba, X5008HJY - Argentina
Solicitante: Formed - Comércio de Produtos Médicos e Cosméticos Ltda. CNPJ: 07139218/0001-70
Autorização de Funcionamento: 8027942 Expediente: 0604283/20-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: Terumo Vietnam Co., Ltd.
Endereço: Lot 44-A-B-C, Quang Minh Industrial Zone, Me Linh District, Hanoi City, - Vietnam
Solicitante: Terumo Medical do Brasil Ltda. CNPJ: 03.129.105/0001-33
Autorização de Funcionamento: 8001228 Expediente: 0650207/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV.

Fabricante: VCN Industries
Endereço: ZAE du Roc de la Peyre, Sigoules, 24240 - França
Solicitante: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 04718143/0001-94
Autorização de Funcionamento: 8010251 Expediente: 2209617/21-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.

RESOLUÇÃO RE Nº 3.270, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para a Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: Belle Arti Indústria e Comércio Ltda. CNPJ: 08.244.232/0001-05
Endereço: Av. Coronel Zacarias Borges de Araújo 1.200, Distrito Industrial II., Uberaba - MG CEP: 38064-700
Autorização de Funcionamento: 8048573 Expediente: 0350043/21-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.

Empresa: Dentscare Ltda. CNPJ: 05106945/0001-06
Endereço: Av. Edgar Nelson Meister, n.º 474 - Distrito Industrial, Joinville - SC CEP: 89219-501
Autorização de Funcionamento: 8017231 Expediente: 0611078/21-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico das classes III e IV.

RESOLUÇÃO RE Nº 3.271, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando a necessidade de inclusão e alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Incluir a classe de risco IV na certificação da empresa Vida Bela Indústria e Comércio de Produtos para Medicina Estética Ltda. ME, CNPJ n.º 78323623/0002-73, publicada pela Resolução-RE nº 511, de 4 de fevereiro de 2021, no Diário Oficial da União nº. 26, de 8 de fevereiro de 2021, Seção 1, pág. 130, conforme expedientes nº 3283904/19-7 e 0650762/21-5.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

RESOLUÇÃO RE Nº 3.272, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando a Declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo art. 128 da Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o § 2º do art. 4º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 497, de 20 de maio de 2021;

considerando o § 1º do art. 15 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 183, de 17 de outubro de 2017;

considerando o parecer da área técnica emitido com base em relatório válido de auditoria realizada por organismo auditor terceiro reconhecido pela Anvisa para realizar auditorias regulatórias em estabelecimentos fabris de Produtos para Saúde;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Produtos para Saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa constante no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Balt Extrusion SAS
Endereço: 10, Rue de la Croix Vigneron, Montmorency, 95160, França
Solicitante: CMS Produtos Hospitalares Ltda. CNPJ: 03.301.390/0001-28
Autorização de Funcionamento: 8.00.653-2 Expediente: 0511392/21-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Certest Biotec S.L
Endereço: C/J, nº 1, Polígono Industrial Río Gállego II, San Mateo de Gállego, Zaragoza, 50840, Espanha
Solicitante: Mobius Life Science Indústria e Comércio de Produtos para Laboratórios Ltda
CNPJ: 04.645.160/0001-49
Autorização de Funcionamento: 8.05.020-7 Expediente: 3026990/21-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro das classes III e IV.

Fabricante: ConMed Corporation
Endereço: 525 French Road, Utica, Nova Iorque, 13502, Estados Unidos da América
Solicitante: ConMed do Brasil Comércio, Importação e
Exportação de Produtos Médicos Hospitalares LTDA CNPJ: 23.351.545/0001-48
Autorização de Funcionamento: 8.15.442-2 Expediente: 0650680/21-9
Materiais de uso médico das classes III e IV e equipamentos de uso médico da classe III.

Fabricante: Cook Ireland Ltd.
Endereço: O'Halloran Road, National Technology Park - Limerick - Irlanda
Solicitante: Handle Comércio de Equipamentos Médicos S.A. CNPJ: 54.756.242/0001-39
Autorização de Funcionamento: 1.03.307-1 Expediente: 0527884/21-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

Fabricante: Depuy Orthopaedics, Inc.
Endereço: 325 Paramount Drive, Raynham, Massachusetts, 02767, Estados Unidos da América
Solicitante: Johnson &Johnson do Brasil Indústria e Comércio de Produtos Para Saúde Ltda. CNPJ: 54.516.661/0001-01
Autorização de Funcionamento: 8.01.459-0 Expediente: 0476827/21-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.

Fabricante: Greiner Bio-One GmbH Abteilung Diagnostics
Endereço: Gewerbepark 2, Gebäude B, 4261, Rainbach, Áustria
Solicitante: Greiner Bio-One Brasil Produtos Médicos Hospitalares Ltda CNPJ: 71.957.310/0001-47
Autorização de Funcionamento: 1.02.903-1 Expediente: 3533709/20-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.

Fabricante: Howmedica International S. de R. L.
Endereço: Raheen Business Park, Limerick, Irlanda
Solicitante: Stryker do Brasil Ltda CNPJ: 02.966.317/0001-02
Autorização de Funcionamento: 8.00.054-3 Expediente: 0270301/21-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.

RESOLUÇÃO RE Nº 3.277, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: BIOTECNICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - CNPJ: 02.534.069/0001-20
Produto - (Lote): COVID 19 AG TEST(20CG2712X);
Tipo de Produto: Produtos para diagnóstico de uso in vitro
Expediente nº: 3351909/21-9
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Importação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando o Laudo de Análise Fiscal n.º 2877.1P.0/2021, tornado condenatório em razão da empresa não ter interposto perícia de contraprova, emitido pelo Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde - INCQS, que apresentou resultado insatisfatório no ensaio de especificidade para o produto COVID-19 Ag TEST, lote nº 20CG2712X, em desacordo com o art. 15, §1º e art. 17 do Decreto nº. 8.077/2013; e considerando o estabelecido no art. 7º. da Lei 6360/1976 e no art. 10, incisos IV, XXIX e XXXV da Lei nº. 6.437/1977.

RESOLUÇÃO RE Nº 3.278, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: JOHNSON &JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA - CNPJ: 54.516.661/0001-01
Produto - (Lote): IMPLANTES MAMÁRIOS DE GEL TEXTURIZADOS(LOTES A PARTIR DE 12/03/2018);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 3348912/21-2
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Interdição cautelar
Motivação: Considerando a suspensão pelo Instituto Falcão Bauer da Qualidade - IFBQ do certificado de conformidade 04877-1/2018, referente ao produto Implantes Mamários de Gel Texturizado (Fabricante: Mentor Medical Systems B.V), devido à reprovação do produto no ensaio mecânico de determinação da fadiga, e considerando os Art. 6º, 12 e 14 da Resolução RDC nº 16, de 21 de março de 2012. Essa Resolução vigorará pelo prazo de 90 dias a partir da data de publicação, baseada no § 4º do artigo 23 da Lei n.º 6.437, de 20 de agosto de 1977.

RESOLUÇÃO RE Nº 3.281, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018; resolve:

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: J. FERREIRA DE OLIVEIRA FILHO - CNPJ: 09.491.586/0001-09
Produto - Apresentação (Lote): DUREXIM GEL PARA DORES (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 3050188/21-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Suspensão
Motivação: Constatação da fabricação, propaganda e comercialização por meio dos sites: https://pt-br.facebook.com/people/Durexim-cosmeticos/100065167494501/ e https://www.facebook.com/pg/Durexim-cosmeticos-1411129415861279/posts/, do produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa, fabricado por empresa sem AFE, em desacordo com os artigos 12, 50 e 59 da Lei nº 6.360/1976 e artigo 6º da Lei 5.991/1973. As ações de fiscalização determinadas se aplicam ao produto DUREXIM gel para massagem, fabricado por TURMALINA COSMETICOS, CNPJ 09.491.586/0001-09, localizada no Sítio Povoado Olho D'água da Pedra, S/N, Zona Rural, município Limoeiro de Anadia - AL, CEP 57.260-000, bem como a quaisquer estabelecimentos físicos ou veículos de comunicação, inclusive eletrônicos, que comercializem ou divulguem o produto.

.....

2. Empresa: clinoage industria de produtos naturais e alimentícios eireli me - CNPJ: 24.264.443/0001-58
Produto - Apresentação (Lote): CASTANHA DA ÍNDIA (TODOS); TRIBULUS TERRESTRIS (TODOS); SENE (TODOS); VALERIANA (TODOS); GINSENG (TODOS); GINKGO BILOBA (TODOS); CENTELLA (TODOS); CURCUMA (TODOS); CAVALINHA (TODOS);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 3335298/21-4
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Comprovação da divulgação e comercialização, por meio do site http://www.clinoage.com.br, de produtos fabricados pela empresa Clinoage Indústria de Produtos Naturais e Alimentícios (CNPJ 24.264.443/0001-58) como sendo da Medicina Tradicional Chinesa (MTC), sem que estejam inscritos na Farmacopeia Chinesa, em descumprimento ao artigo 4º da RDC nº 21/2014, se caracterizando como medicamentos fitoterápicos sem registro na Anvisa, descumprindo assim os artigos 2º, 12 e 59 da Lei nº 6.360/1976. As ações de fiscalização determinadas se aplicam a quaisquer estabelecimentos físicos ou veículos de comunicação, inclusive eletrônicos, que comercializem ou divulguem os produtos.

.....

3. Empresa: 1FARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA - CNPJ: 48.113.906/0001-49
Produto - Apresentação (Lote): MALEATO DE ENALAPRIL - 20 MG COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 500 (2102413);
Tipo de Produto: Medicamento
Expediente nº: 3333992/21-9
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento - Voluntário
Suspensão
Motivação: Confirmação do desvio de qualidade referente à presença de um comprimido de cor e tamanho diferente dos demais em um blister, com selagem íntegra, em atendimento ao art. 6º da Lei nº 6360/1976 e à RDC nº 55/2005.

RESOLUÇÃO RE Nº 3.300, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenamento de Medicamentos, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o(s) Pedido(s) de Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenamento de Medicamentos da(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: GOIAS COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI - CNPJ: 10.495.738/0001-20 - AUTORIZ/MS: 1133029
ENDEREÇO: rua são pedro nº 45
MUNICÍPIO: TUCURUÍ - UF: PA - EXPEDIENTE: 1827874/21-0
ASSUNTO: 770 - MEDICAMENTOS - (Certificação de Boas Práticas) de DISTRIBUIÇÃO E/ OU ARMAGENAGEM do produto
MOTIVO DE INDEFERIMENTO: Em desacordo com o art. 3º da RDC nº 25/2011: ausência de Relatório de inspeção, emitido há menos de 48 meses, da Vigilância Sanitária Competente atestando o cumprimento das boas práticas de distribuição e/ou armazenamento de medicamentos. O relatório juntado refere-se à concessão da Licença de Funcionamento, não sendo esta documentação apta para a concessão da certificação de boas práticas.

.....

EMPRESA: MULTILOG BRASIL S.A. - CNPJ: 60.526.977/0045-90 - AUTORIZ/MS: 1048363
ENDEREÇO: avenida tamboré, 1400/1440
MUNICÍPIO: BARUERI - UF: SP - EXPEDIENTE: 1812169/21-3
ASSUNTO: 770 - MEDICAMENTOS - (Certificação de Boas Práticas) de DISTRIBUIÇÃO E/ OU ARMAGENAGEM do produto
MOTIVO DE INDEFERIMENTO: Em desacordo com o art. 3º da RDC nº 25/2011: ausência de Relatório de inspeção, emitido há menos de 48 meses, da Vigilância Sanitária Competente atestando o cumprimento das boas práticas de distribuição e/ou armazenamento de medicamentos. O relatório juntado refere-se à renovação da Licença

de Funcionamento, não sendo esta documentação apta para a concessão da certificação de boas práticas.
.....
EMPRESA: DALMAR MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ: 02.970.251/0001-24 - AUTORIZ/MS: 1061951
ENDEREÇO: ESTRADA RJ 116, KM 102, LOJA 01
MUNICÍPIO: BOM JARDIM - UF: RJ - EXPEDIENTE: 0415040/17-6
ASSUNTO: 770 - MEDICAMENTOS - (Certificação de Boas Práticas) de DISTRIBUIÇÃO E/ OU ARMAGENAGEM do produto
MOTIVO DE INDEFERIMENTO: Em atendimento ao Art. 11 da RDC nº 204/2005: não apresentação de Relatório de inspeção, emitido há menos de 48 meses, da Vigilância Sanitária Competente atestando o cumprimento das boas práticas de distribuição e/ou armazenamento de medicamentos, conforme notificação de exigência nº 3310172/20-8. O relatório juntado refere-se à renovação da licença de funcionamento, não sendo esta documentação apta para a concessão da certificação de boas práticas.
.....
EMPRESA: ac fl farmacia e drogaria ltda me - CNPJ: 22.930.198/0001-45 - AUTORIZ/MS: 7772018
ENDEREÇO: AV AYRTON SENNA DA SILVA, 559
MUNICÍPIO: ALAGOINHAS - UF: BA - EXPEDIENTE: 3229872/21-5
ASSUNTO: 770 - MEDICAMENTOS - (Certificação de Boas Práticas) de DISTRIBUIÇÃO E/ OU ARMAGENAGEM do produto
MOTIVO DE INDEFERIMENTO: A empresa não possui Autorização de Funcionamento armazenar ou distribuir medicamentos bem como em desacordo com o art. 3º da RDC nº 25/2011 por ausência de Relatório de inspeção, emitido há menos de 48 meses, da Vigilância Sanitária Competente atestando o cumprimento das boas práticas de distribuição e/ou armazenamento de medicamentos. O documento juntado como relatório de inspeção (alvará de funcionamento) não é apto para a concessão da certificação de boas práticas.

RESOLUÇÃO RE Nº 3.301, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando a necessidade de inclusão na certificação de boas práticas de fabricação, prevista no art. 11 da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Incluir a forma farmacêutica Soluções parenterais de pequeno volume com esterilização terminal na certificação da empresa B. BRAUN MELSUNGEN AG (Código único: A.000066), solicitada pela empresa LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A, CNPJ nº 31.673.254/0001-02, publicada pela Resolução - RE nº 2.010, de 18 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 117, de 22 de junho de 2020, Seção 1, página 144, conforme expedientes nº 2441725/19-0 e 2927915/21-1.

Art. 2º Incluir as formas farmacêuticas Cápsulas e Comprimidos Revestidos na certificação da empresa AUROBINDO PHARMA LIMITED - UNIT III (Código único: A.000054), solicitada pela empresa BRAINFARMA INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S.A, CNPJ nº 05.161.069/0001-10, publicada pela Resolução - RE nº 3.536, de 9 de setembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 176, de 14 de setembro de 2020, Seção 1, página 94, conforme expedientes nº 2554215/20-1 e 2766738/21-5.

Art. 3º Incluir a linha "Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal" na certificação da empresa SOLUPHARM PHARMAZEUTISCHE ERZEUGNISSE GMBH. (Código único: A.000590), solicitada pela empresa WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA, CNPJ nº 61.072.393/0001-33, publicada pela Resolução - RE nº 112, de 14 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União nº 13, de 20 de janeiro de 2020, Seção 1, páginas 99 e 100, conforme expedientes nº 0542452/19-6 e 1712098/21-7.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

RESOLUÇÃO RE Nº 3.302, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: ATLANTIC PHARMA - PRODUÇÕES FARMACÊUTICAS, S.A.
ENDEREÇO: RUA DA TAPADA GRANDE, Nº 2, ABRUNHEIRA, SINTRA, 2710-089 - PAÍS: PORTUGAL - CÓDIGO ÚNICO: A.000885
EMPRESA SOLICITANTE: COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. - CNPJ: 61.082.426/0002-07
AUTORIZ/MS: 1078177 - EXPEDIENTE(s): 0720545/21-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos; Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA: SILVESTRE LABS QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 33.019.548/0001-32 - AUTORIZ/MS: 1018365
ENDEREÇO: AVENIDA CARLOS CHAGAS FILHO, 791, FUNDAÇÃO BIO RIO, CIDADE UNIVERSITÁRIA
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO - UF: RJ - EXPEDIENTE: 0803879/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Semissólidos não estéreis: Cremes; Géis; Pomadas
.....
EMPRESA FABRICANTE: COSMO S.P.A.
ENDEREÇO: VIA C. COLOMBO 1-20020, LAINATE, MILÃO - PAÍS: ITÁLIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000169
EMPRESA SOLICITANTE: LABORATÓRIOS FERRING LTDA - CNPJ: 74.232.034/0001-48
AUTORIZ/MS: 1028762 - EXPEDIENTE(s): 0853259/21-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: RECORDATI RARE DISEASES
ENDEREÇO: ECO RIVER PARC 30 RUE DES PEUPLIERS, NANTERRE, 92000 - PAÍS: FRANÇA - CÓDIGO ÚNICO: A.001373
EMPRESA SOLICITANTE: RECORDATI RARE DISEASES COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME - CNPJ: 53.056.057/0001-79
AUTORIZ/MS: 1171267 - EXPEDIENTE(s): 0834031/21-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Embalagem secundária)

RESOLUÇÃO RE Nº 3.303, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 4 (quatro) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: FARMAUSA PHARMACEUTICAL LTDA. - CNPJ: 37.124.240/0001-08 - AUTORIZ/MS: 1252742 - AE: 1252791
ENDEREÇO: RUA QUARENTA E DOIS, 20 - SALA 201
MUNICÍPIO: VOLTA REDONDA - UF: RJ - EXPEDIENTE: 2447606/21-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES S/A - CNPJ: 07.752.236/0001-23 - AUTORIZ/MS: 1066460 - AE: 1217410
ENDEREÇO: RUA NORBERTO OTTO WILD, 420
MUNICÍPIO: VERA CRUZ - UF: RS - EXPEDIENTE: 2193391/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: KINGPEL INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEL EIRELI - CNPJ: 14.199.685/0001-51 - AUTORIZ/MS: 1203348 - AE: 1250100
ENDEREÇO: AV TANCREDO NEVES. 1718, LT 17 E 18 PQ SHANGRILA
MUNICÍPIO: MANAUS - UF: AM - EXPEDIENTE: 2295962/21-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: AR FIORENZANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP - CNPJ: 10.869.890/0001-26 - AUTORIZ/MS: 1136835 - AE: 1142903
ENDEREÇO: AVENIDA PREFEITO GUIOMAR DE JESUS LOPES Nº 143, SALA B
MUNICÍPIO: FRANCISCO BELTRÃO - UF: PR - EXPEDIENTE: 3009393/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: BIOMM SA - CNPJ: 04.752.991/0004-62 - AUTORIZ/MS: 1133489 - AE: 1139402
ENDEREÇO: R CHOPIN 33 MODULO 2 ARMZ 1 SALA 5 MZNINO
MUNICÍPIO: CONTAGEM - UF: MG - EXPEDIENTE: 1003715/21-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos

RESOLUÇÃO RE Nº 3.304, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: BALKANPHARMA-DUPNITSA AD
ENDEREÇO: 3 SAMOKOVSKO SHOSSE STREET, DUPNITSA, 2600 - PAÍS: BULGÁRIA - CÓDIGO ÚNICO: A.001017
EMPRESA SOLICITANTE: COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. - CNPJ: 61.082.426/0002-07
AUTORIZ/MS: 1078177 - EXPEDIENTE(s): 2344713/21-2
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: GW PHARMA LTD.
ENDEREÇO: HISTON, CAMBRIDGE, CB24 9BZ - PAÍS: REINO UNIDO - CÓDIGO ÚNICO: A.001110
EMPRESA SOLICITANTE: BEAUFOUR IPSEN FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 07.718.721/0001-80
AUTORIZ/MS: 1069773 - EXPEDIENTE(s): 4420511/20-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Soluções
.....
EMPRESA FABRICANTE: ATLANTIC PHARMA - PRODUÇÕES FARMACÊUTICAS, S.A.
ENDEREÇO: RUA DA TAPADA GRANDE, Nº 2, ABRUNHEIRA, SINTRA, 2710-089 - PAÍS: PORTUGAL - CÓDIGO ÚNICO: A.000885
EMPRESA SOLICITANTE: ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA - CNPJ: 56.998.701/0001-16
AUTORIZ/MS: 1005531 - EXPEDIENTE(s): 1931299/21-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas
.....
EMPRESA FABRICANTE: BAXTER ONCOLOGY GMBH
ENDEREÇO: KANTSTRASSE 2, 33790 HALLE/ WESTFALEN - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000080
EMPRESA SOLICITANTE: WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 61.072.393/0001-33
AUTORIZ/MS: 1021101 - EXPEDIENTE(s): 3073839/21-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Embalagem primária; Embalagem secundária): Suspensões Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: ALMAC PHARMA SERVICES LLC
ENDEREÇO: 2661 AUDUBON ROAD,AUDUBON,PA 19403 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.001487
EMPRESA SOLICITANTE: VERTEX FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. - CNPJ: 21.798.065/0001-02
AUTORIZ/MS: 1138239 - EXPEDIENTE(s): 0611208/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem primária; Embalagem secundária): Granulados
.....
EMPRESA FABRICANTE: PFIZER ITALIA S.R.L.
ENDEREÇO: LOCALITÀ MARINO DEL TRONTO - 63100, ASCOLI PICENO - PAÍS: ITÁLIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000491
EMPRESA SOLICITANTE: MYLAN LABORATORIOS LTDA - CNPJ: 11.643.096/0001-22
AUTORIZ/MS: 1088307 - EXPEDIENTE(s): 2447839/21-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem primária; Embalagem secundária): Comprimidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: PFIZER PHARMACEUTICALS LLC
ENDEREÇO: ROAD 689, KM. 1,9, VEGA BAJA, PUERTO RICO 00693 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.000499
EMPRESA SOLICITANTE: MYLAN LABORATORIOS LTDA - CNPJ: 11.643.096/0001-22

AUTORIZ/MS: 1088307 - EXPEDIENTE(s): 2447953/21-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Granel): Cápsulas; Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: PFIZER, S.A. DE C.V.
ENDEREÇO: KM 63 CARRETERA MÉXICO-TOLUCA, COLONIA ZONA INDUSTRIAL, C.P. 50140, TOLUCA - PAÍS: MÉXICO - CÓDIGO ÚNICO: A.000500
EMPRESA SOLICITANTE: MYLAN LABORATORIOS LTDA - CNPJ: 11.643.096/0001-22
AUTORIZ/MS: 1088307 - EXPEDIENTE(s): 2447777/21-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: JANSSEN PHARMACEUTICA N.V.
ENDEREÇO: TURNHOUTSEWEG, 30, B-2340, BEERSE - PAÍS: BÉLGICA - CÓDIGO ÚNICO: A.000330
EMPRESA SOLICITANTE: GEDEON RICHTER DO BRASIL IMPORTADORA, EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA S.A. - CNPJ: 12.134.906/0001-88
AUTORIZ/MS: 1091293 - EXPEDIENTE(s): 2312616/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem secundária)
.....
EMPRESA FABRICANTE: EXELEAD, INC.
ENDEREÇO: 6925 GUION ROAD, INDIANAPOLIS, INDIANA (IN) 46268 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.000587
EMPRESA SOLICITANTE: WYETH INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 61.072.393/0001-33
AUTORIZ/MS: 1021101 - EXPEDIENTE(s): 3361886/21-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Suspensões com Preparação Asséptica (Formulação)

RESOLUÇÃO RE Nº 3.305, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 346, de 13 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA FABRICANTE: TAKEDA GMBH
ENDEREÇO: LEHNITZSTRASSE 70-98, 16515 ORANIENBURG - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.000451
EMPRESA SOLICITANTE: TAKEDA PHARMA LTDA. - CNPJ: 60.397.775/0001-74
AUTORIZ/MS: 1006398 - EXPEDIENTE(s): 4516348/20-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: PATHEON INC.
ENDEREÇO: 111 CONSUMERS DRIVE, WHITBY, ONTARIO L1N - 5Z5 - PAÍS: CANADÁ - CÓDIGO ÚNICO: A.000475
EMPRESA SOLICITANTE: ORGANON FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 45.987.013/0001-34
AUTORIZ/MS: 1000290 - EXPEDIENTE(s): 0462229/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Granel): Comprimidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: SCHERING-PLOUGH LABO NV
ENDEREÇO: INDUSTRIEPARK 30, HEIST-OP-DEN-BERG, 2220 - PAÍS: BÉLGICA - CÓDIGO ÚNICO: A.000565
EMPRESA SOLICITANTE: ORGANON FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 45.987.013/0001-34
AUTORIZ/MS: 1000290 - EXPEDIENTE(s): 0091788/21-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Suspensões

RESOLUÇÃO RE Nº 3.306, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Abbvie Bioresearch Center
Endereço: 100 Research Drive, Worcester, MA 01605-4314
País: Estados Unidos da América Código Único: A.000002
Solicitante: Abbvie Farmacêutica Ltda CNPJ: 15.800.545/0001-50
Expediente: 1845165/21-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos Farmacêuticos Ativos Biológicos: risanquizumabe.

Fabricante: Octapharma Pharmazeutika Produktionsges. m.b.H.
Endereço: Oberlaaer Strasse 235, A-1100 Viena
País: Áustria Código Único: A.000456
Solicitante: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia CNPJ: 07.607.851/0001-46
Expediente: 2758800/21-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: albumina humana, fator VIII de coagulação, fator IX de coagulação, fator IX complexo humano, fator de von Willebrand, fibrinogênio e imunoglobulina humana.

Fabricante: Octapharma Produktionsgesellschaft Deutschland GmbH
Endereço: Wolfgang-Marguerre-Allee 1, 31832 Springe
País: Alemanha Código único: A.000777
Solicitante: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia CNPJ: 07.607.851/0001-46
Expediente(s): 2672418/21-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: albumina humana, crioprecipitado do fator VIII de coagulação, fração I+II+III da imunoglobulina humana e fração II da imunoglobulina humana.

RESOLUÇÃO RE Nº 3.307, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no Art. 3º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 346/2020, de 13 de março de 2020, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Dongying Tiandong Biochemical Industry Co., ltd.
Endereço: Nº. 1236 Nan-Er Road, Dongying District, Dongying City, Shandong Province
País: República Popular da China Código único: A.000190
Solicitante: Eurofarma Laboratórios S.A. CNPJ: 61.190.096/0001-92
Expediente(s): 2464689/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: enoxaparina sódica.

RESOLUÇÃO RE Nº 3.332, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o art. 171, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: DESCONHECIDA - CNPJ: DESCONHECIDO
Produto - (Lote): FILÉ DE TILÁPIA IQF(TODOS);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 3344294/21-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão
Proibição - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: considerando o inciso XV, art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 e a denúncia de falsificação recebida do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do produto Filé de Tilápia IQF; embalagem 800grs; código do produto 00036; validade: 03/03/2022, com rótulo não reconhecido pelo fabricante do pescado e por uso indevido de selo da inspeção federal SIF 3520, contrariando o disposto nos seguintes dispositivos legais: arts. 21, 41, 45, 46, 47 e art. 48 (inciso III) do Decreto Lei n. 986 de 21 de outubro de 1969, além do inciso XXVIII do art. 10 da Lei n. 6437, de 20 de agosto de 1977.

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 2.474, de 24 de junho de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 119, de 28 de junho de 2021, Seção 1, página 164, referente à certificação da empresa Zhuhai United Laboratories Co.,Ltd.

Onde se lê: "Sanzao Science & Technology Park, National Hi-tech Zone, Zhuhai, Guangdong 519040"

Leia-se: "N° 2428, ANJI ROAD, SANZAO TOWN, JINWAN DISTRICT, ZHUHAI, GUANGDONG - 519040"

Na Resolução - RE nº 2.474, de 24 de junho de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 119, de 28 de junho de 2021, Seção 1, página 164, referente à certificação da empresa Dr. Reddy's Laboratories Ltd (Cto-Sez Process Unit-01)

Onde se lê: "apixabana, apremilaste, dapagliflozina, empagliflozina e fosfato de sitaglipina"

Leia-se: "apixabana, apremilaste, dapagliflozina, empagliflozina, fosfato de sitagliptina, atomoxetina, cloridrato de sitagliptina e dapogliflozina propanediol"

Na Resolução - RE nº 2.676, de 7 de julho de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 129, de 12 de julho de 2021, seção 1, página 116

Onde se lê: "DE CHIESI FARMACÊUTICA LTDA CNPJ: 61.363.032/0001-46, Autorização/MS: 1006398"

Leia-se: "DE TAKEDA PHARMA LTDA. CNPJ: 60.397.775/0001-74, Autorização/MS: 1006398"

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 2.013, de 19 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº. 96, de 24 de maio de 2021, Seção 1, pág. 119, referente a certificação da empresa Guangzhou Double One Latex Products Co. Ltd., solicitada pela Equilíbrio Comércio de Produtos Farmacêuticos Eireli - EPP, CNPJ n.º 05.215.461/0001-03, conforme expedientes nº 4094652/20-5 e 2001526/21-1

Onde se lê: South Area 3# Rubber Road, Chini Town, Huahu District, Guanzhou City, Guandong Province, 510830 - China

Leia-se: South Area 3# Rubber Road, Chini Town, Huadu District, Guangzhou City, Guangdong Province, 510830 - China

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO RE Nº 3.325, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

LANTANA LTDA / 03.915.693/0003-00
25351.450718/2014-06 / 1112719
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3235640214

Itaobi Transportes Ltda / 08.693.795/0011-44
25351.315955/2020-61 / 1245708
7254 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3245604211

MEDMAIS SAUDE DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI / 33.665.884/0001-52
25351.549953/2020-74 / 1239276
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 3262725218

DISTRIAM DISTRIBUIDORA LTDA / 01.173.123/0001-97
25351.122873/2015-76 / 1137108
7108 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - ENDEREÇO / 3262468215

CIRURGICA AL-STYN LTDA / 23.141.314/0001-00
25351.764108/2015-78 / 1149932
7104 - AE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL - RAZÃO SOCIAL / 3278700210

RESOLUÇÃO RE Nº 3.326, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

J. A. DOIS COMÉRCIO E MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME / 14.896.987/0003-40
25351.063815/2021-83 /
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 3160237211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação das declarações assinadas do Anexo I e II da RDC nº 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da RDC nº 25/2011.

RESOLUÇÃO RE Nº 3.327, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

ALMEIDA &FOGACA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 42.649.431/0001-23 25351.116725/2021-01 / 7835770 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3262871214 ---------- MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 71.605.265/0087-31 25351.090037/2021-03 / 7835613 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213658217 ---------- j.calixto lopes drogaria / 39.523.589/0001-48 25351.770763/2021-03 / 7835934 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3216106219 ---------- DROGARIA NETZER DE MARECHAL HERMES LTDA / 38.351.167/0001-70 25351.090044/2021-05 / 7835661 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213680213 ---------- N. F. DOS S. CARDOSO &J L A CARDOSO LTDA / 42.461.721/0001-49 25351.115432/2021-06 / 7835766 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3260999210 ---------- DROGARIA FRANCISCO SALLES LTDA / 10.840.792/0005-90 25351.116919/2021-06 / 7835917 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3263685217 ---------- VIEIRA &QUEIROZ LTDA / 31.111.414/0004-64 25351.110716/2021-06 / 7835215 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3246646213 ---------- majera farma ltda / 37.518.839/0001-26 25351.090051/2021-07 / 7835718 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213698216 ---------- DROGARIA CIPRIANO DE SANTA ROSA S.A. / 07.781.007/0060-97 25351.090005/2021-08 / 7835368 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213562219 ---------- DROGA ALE LTDA / 04.816.855/0001-46 25351.111886/2021-08 / 7835281 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3249920215 ---------- JOAO AUGUSTO DE ARAUJO GOES / 13.661.426/0001-38 25351.089999/2021-10 / 7835337 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213535211 ---------- MEDBEST COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI / 04.985.079/0001-08 25351.116480/2021-11 / 1261271 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3262563218 ---------- LOD MEDIC COM DE MATERIAIS MEDICOS E HOSPITALAR LTDA / 38.822.505/0001-04 25351.116418/2021-11 / 1261268 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3262495212 ---------- DROGARIA E PERFUMARIA ALCANTARA LTDA / 32.533.854/0001-20 25351.116922/2021-11 / 7835965 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3263694216 ---------- BEMOL S/A / 04.565.289/0080-40 25351.089997/2021-12 / 7835310 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213529217 ---------- BASILIO E BARROS LTDA / 42.533.404/0001-90 25351.073018/2021-12 / 7835124 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3177211211 ---------- PARGAS &FRAZAO LTDA / 38.245.920/0001-42 25351.099318/2021-13 / 7835721 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3229038211 ---------- MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULAÇAO LTDA / 71.605.265/0136-54 25351.866939/2021-13 / 7836042 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3010407216 ---------- HELDER DE OLIVEIRA 05417753670 / 41.330.535/0001-08 25351.073016/2021-15 / 7835107 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3177204218 ---------- drogaria Dauto eireli me / 27.643.330/0001-51 25351.090042/2021-16 / 7835658 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213673211 ---------- ULTRAPOP COMERCIAL DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA / 35.850.854/0002-22 25351.099694/2021-16 / 7835735 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3229423219 ---------- FARMACIA TERRA BOA EIRELI / 24.042.920/0001-30 25351.110714/2021-17 / 7835186 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3246640214 ---------- A. D. DANTAS - EIRELI / 41.829.764/0001-71 25351.116908/2021-18 / 7835830 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3263651212 ---------- MAIARA DA CONCEICAO SOUZA / 30.757.236/0001-38 25351.110721/2021-19 / 7835250 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3246661217 ---------- md comercio de produtos farmaceuticos ltda / 43.115.859/0001-59 25351.116924/2021-19 / 7835979 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3263700214 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1054-67 25351.114719/2021-19 / 7835749 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3259536211 ---------- E DOS S BARROSO COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS EIRELI / 42.289.832/0001-10 25351.090049/2021-20 / 7835692 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213692217 ---------- BARBOSA E MAGALHAES LTDA / 34.293.796/0001-30 25351.110710/2021-21 / 7835155 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3246628215 ---------- FARMACIA HOMEOPATICA DOM BOSCO / 37.470.104/0001-70 25351.116913/2021-21 / 7835888 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3263667219 ---------- RASCH &RASCH LTDA / 19.726.725/0001-90 25351.116920/2021-22 / 7835921 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3263688211 ---------- J. D. FARMACIA POPULAR LTDA / 37.548.835/0001-90 25351.089995/2021-23 / 7835294 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213523218 ---------- MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 71.605.265/0145-45 25351.866937/2021-24 / 7836039 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3010401217 ---------- ARUAK INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA / 28.518.505/0001-61 25351.110816/2021-24 / 4037200 721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3247026215 ---------- VICORTEC INDUSTRIA DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 03.233.419/0001-81 25351.110580/2021-26 / 3106937 712 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3246235210 ---------- OLIVEIRA &PRADO DROGARIA LTDA / 35.234.009/0001-41 25351.770704/2021-27 / 7835399 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2961460211 ---------- JOTSON DA SILVA DIAS / 36.242.012/0003-31 25351.606742/2021-27 / 7835414 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2842140210 ---------- ROBERTA G.VAZ GUIMARAES / 41.163.580/0001-15 25351.116906/2021-29 / 7835812 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3263645218 ---------- MASTER FÓRMULA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO LTDA ME / 71.605.265/0001-61 25351.116319/2021-30 / 8231127 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3262387215 ---------- EWERTON SISNANDO ARAUJO AMORIM / 33.042.236/0001-40 25351.116904/2021-30 / 7835797 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3263639213 ---------- EDNA DE ALMEIDA MARTINS - ALMEIDA MEDICAMENTOS E PERFUMARIA / 39.815.607/0001-65 25351.770692/2021-31 / 7835401 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2925527219 ---------- DROGARIA PAULO BOM PRECO LTDA / 43.002.227/0001-89 25351.116911/2021-31 / 7835861 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3263661210 ---------- RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2745-29 25351.110719/2021-31 / 7835246 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3246655212 ---------- BELA FARMA LTDA / 42.896.903/0001-42 25351.090038/2021-40 / 7835627 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213661217 ---------- MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 71.605.265/0141-11 25351.116902/2021-41 / 7835783 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3263633214 ---------- FARMACIA FERREIRA E SA LTDA / 42.102.407/0001-70 25351.110717/2021-42 / 7835229 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3246649218 ---------- MED TECH EIRELI / 41.238.269/0001-98 25351.110393/2021-42 / 4037198 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3245669216 ---------- KL MOREIRA TRANSPORTES EIRELI / 10.156.893/0001-12 25351.116324/2021-42 / 8231131 862 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - TRANSPORTADORA / 3262392219 ---------- DROGARIA E PERFUMARIA JU FARMA LTDA / 40.523.457/0001-03 25351.110724/2021-44 / 7835277 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3246674219 ---------- MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 71.605.265/0126-82 25351.090006/2021-44 / 7835371 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213571218 ---------- Serrano Distribuidora LTDA / 37.305.864/0001-21 25351.356145/2021-46 / 4032966 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 1509813217 ---------- SERRANO DISTRIBUIDORA S/A / 09.397.586/0001-44 25351.177199/2021-47 / 3106941 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 0967932211 ---------- DECLAN COMERCIO, SERVICOS E ASSESSORIA EIRELI / 36.433.077/0001-00 25351.110442/2021-47 / 3106923 740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3245717211 ---------- OLENA SEFORA DE QUEIROZ LEITE QUEIROGA / 33.746.865/0001-50 25351.116518/2021-48 / 4037227 721 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS PARA HIGIENE - INDÚSTRIA (SOMENTE MATRIZ) / 3262608211 ---------- CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 05.782.733/0001-49 25351.116361/2021-51 / 4037213 723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3262432211 ---------- DROGARIA NOVA POPULAR EIRELI - ME / 40.738.930/0001-61 25351.116918/2021-53 / 7835903 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3263682212 ---------- CARVALHO E FUSCO DROGARIA LTDA / 37.069.364/0001-38 25351.110715/2021-53 / 7835190 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3246643219 ---------- G S M FARIAS ME / 05.818.029/0001-07 25351.090050/2021-54 / 7835704 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213695211 ---------- JOÃO B MENDES DE SOUSA EIRELI / 37.924.002/0001-87 25351.110722/2021-55 / 7835263 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3246664211 ---------- DROGARIA LUIGY LTDA / 42.003.874/0001-42 25351.090004/2021-55 / 7835354 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213554218 ---------- MULTIMEDICA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI / 36.441.494/0001-97 25351.116347/2021-57 / 8231158 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3262418218 ---------- TAYANE SORIANI DOS SANTOS DROGARIA LTDA / 42.462.111/0001-60 25351.073019/2021-59 / 7835138 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3177214215 ---------- A Monteiro de Araújo Junior LTDA / 23.847.283/0001-07 25351.073017/2021-60 / 7835111 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3177208211 ---------- de paula comercio de produtos farmaceuticos eireli / 15.403.666/0002-49 25351.881290/2021-61 / 7836025 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3043977219 ---------- antonio dos s silva filho / 37.035.406/0001-10 25351.875649/2021-61 / 7835141 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3028080210 ---------- FARMACIA PRO VIDA LTDA / 40.954.282/0001-80 25351.116909/2021-62 / 7835843 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3263654217 ---------- DROGARIA LG LTDA / 25.064.556/0001-72 25351.019547/2021-62 / 7835600 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074866216 ---------- M DIAS DE Q ANDRADE FARMACIA / 29.970.515/0001-04 25351.090041/2021-63 / 7835644 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213670216 ---------- FARMACIA COSTA E RODRIGUES LTDA / 43.016.449/0001-50 25351.110713/2021-64 / 7835172 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3246637214 ---------- DROGARIA DROGAVISTA LTDA / 00.958.548/0036-79 25351.114764/2021-65 / 7835752 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3259932213 ---------- DROGARIA REAL DE ASSUNÇÃO LTDA - ME / 00.407.404/0001-02 25351.801419/2021-65 / 7835948 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3147145215 ---------- MASTER FORMULA FARMACIA DE MANIPULACAO LTDA / 71.605.265/0121-78 25351.089998/2021-67 / 7835323 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213532217 ---------- JOTSON DA SILVA DIAS / 36.242.012/0004-12 25351.606736/2021-70 / 7835428 70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 2842231217 ---------- Emerson C. Elias M.E. / 08.759.774/0001-02 25351.116449/2021-72 / 8231161 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3262529214 ---------- drogaria bom preco ltda / 25.286.133/0010-98 25351.116907/2021-73 / 7835826 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3263648212 ---------- CONCRETPHARMA LTDA / 42.957.976/0001-05 25351.116914/2021-75 / 7835891 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3263670219 ---------- ALTEMAR A J VERAS / 42.763.671/0001-54 25351.110711/2021-75 / 7835169 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3246631215 ---------- PRO SAUDE SERVICOS E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 39.872.527/0001-41 25351.110398/2021-75 / 1261237 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3245674210 ---------- WTM SAUDE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 07.414.051/0002-90

25351.116336/2021-77 / 8231144 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3262407216 ---------- VIEIRA &ROCHA LTDA / 39.486.890/0001-29 25351.090000/2021-77 / 7835341 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213545219 ---------- RALLYNNE KELLY DE MEDEIROS / 34.962.681/0001-90 25351.116921/2021-77 / 7835951 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3263691211 ---------- RAIA DROGASIL S/A / 61.585.865/2720-70 25351.089996/2021-78 / 7835306 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213526212 ---------- AMAZON TRADE CONSTRUCTIONS LTDA / 29.517.939/0001-00 25351.116285/2021-83 / 1261254 701 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3262318213 ---------- J R BRITO / 42.428.309/0001-27 25351.116905/2021-84 / 7835809 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3263642213 ---------- PERES &OLIVEIRA LTDA / 40.566.324/0001-06 25351.090048/2021-85 / 7835689 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213689217 ---------- CLEITON A FONTENELE JUNIOR / 42.238.658/0001-86 25351.116912/2021-86 / 7835874 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3263664214 ---------- HIPER FARMA LTDA / 29.474.162/0050-21 25351.089994/2021-89 / 7834592 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213520213 ---------- DECLAN COMERCIO, SERVICOS E ASSESSORIA EIRELI / 36.433.077/0001-00 25351.110443/2021-91 / 1261241 702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3245718217 ---------- ---------- REINALDO DA SILVA BARRETO 51223392287 / 30.218.823/0001-59 25351.090039/2021-94 / 7835631 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213664211 ---------- drogaria rei ltda me / 06.244.017/0001-70 25351.090046/2021-96 / 7835675 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213683218 ---------- COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/1040-61 25351.110718/2021-97 / 7835232 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3246652218 ---------- DROGARIA ULTRAMAIS POPULAR LTDA. ME / 43.006.421/0001-32 25351.116910/2021-97 / 7835857 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3263657211 ---------- -------- ÉDIGE COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 26.030.026/0001-76 25351.010475/2021-98 / 8231100 856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 3057059210 ---------- farmacia inacio &daboit / 07.442.545/0002-88 25351.090007/2021-99 / 7835385 733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213579213

RESOLUÇÃO RE Nº 3.328, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

RASTELLI BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS DE ESTETICA LIMITADA / 25.038.214/0001-88
25351.703525/2020-01 / 4022987
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 3230165217

GEBRAMED COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA / 05.084.690/0001-28
25351.189421/2007-04 / 8038239
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3262673218

BIOMERCANTIL LTDA / 07.820.159/0001-00
25351.462333/2011-07 / 8080592
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3278895215
25351.462333/2011-07 / 8080592
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3278816218

Mercocamp Comercio Internacional s/a / 05.521.163/0001-33
25351.016394/2004-09 / 2036975
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3235868216

MEDMAIS SAUDE DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI / 33.665.884/0001-52
25351.550167/2020-10 / 8201284
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3262598216

CAITHEC COMERCIO E INDUSTRIA S.A / 08.053.383/0001-78
25024.001243/2006-11 / 8040336
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3262280216

J C ARAUJO LTDA / 03.142.759/0001-05
25351.334950/2009-11 / 0604222
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3248356212

CORELOG LOGISTICA LTDA / 33.767.574/0001-49
25351.316859/2021-11 / 1253860
7317 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3245149212

FARMACIA LIMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELI / 01.487.385/0001-26
25351.495110/2013-11 / 0950272
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3248371216

PB FARMA DISTRIBUIDORA LTDA / 05.487.170/0001-66
25351.629012/2014-12 / 3061179
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3230205219

FARMACIA MENINO JESUS LTDA / 13.711.348/0001-39
25351.041575/2012-12 / 0831369
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3248360211

EMEDAL MEDVET COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA / 38.764.015/0001-07
25351.071399/2020-14 / 1246245
7317 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3262740217

MTC SHOP COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 08.185.623/0001-98
25351.061126/2014-14 / 8102296
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3278610211

Easytech shield brasil ltda epp / 22.864.015/0001-30
25351.794174/2018-15 / 3083631
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3278880218

VALLIM COMERCIO E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 12.365.815/0001-53
25351.079741/2020-16 / 8196191
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3262506214

TQUIM TRANSPORTES LTDA. / 44.689.768/0001-90
25351.539929/2014-16 / 1125820
7124 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - ARMAZENADORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3262469211

EMEDAL MEDVET COMERCIAL DE MEDICAMENTOS LTDA / 38.764.015/0001-07
25351.071478/2020-17 / 8212133
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3262848212

MEDBEST COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI / 04.985.079/0001-08
25351.215162/2019-18 / 8179558
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3262735213

Mercocamp Comercio Internacional s/a / 05.521.163/0001-33
25351.016409/2004-21 / 3028489
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3235963219

Global Medical Service Ltda - ME / 13.544.710/0001-24
25351.277240/2012-21 / 8094707
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3262494216

MEDMAIS SAUDE DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI / 33.665.884/0001-52
25351.550172/2020-22 / 4020791
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 3263512218

ZENILDO ALVES DA SILVA EIRELI-ME / 22.223.227/0003-09
25351.167666/2018-25 / 7575284
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3231677211

FARMACIA LIVIA ROZA LTDA / 29.893.145/0001-40
25351.823960/2018-29 / 7626129
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3280346210

FASTLABOR COMERCIAL EIRELI / 21.707.794/0001-06
25351.165797/2016-31 / 8138404
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3245499213

CORELOG LOGISTICA LTDA / 33.767.574/0001-49
25351.316703/2021-31 / 4032477
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3245152213

MONTEIRO &CUBAS FARMACIA LTDA / 36.224.554/0001-10
25351.188979/2020-31 / 7715480
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3182062210

DISTRIAM DISTRIBUIDORA LTDA / 01.173.123/0001-97
25351.122921/2015-33 / 1137096
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3262744212

DROGARIA JOSE MIRANDA E JOSYELIDA LTDA / 07.203.938/0001-58
25351.435211/2013-33 / 0972492
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3248352210

R P PINHEIRO - DROGARIA / 39.256.461/0001-65
25351.758765/2020-35 / 7775946
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3245732214

DROGARIA J.V EIRELI / 13.406.007/0001-50
25351.042378/2014-35 / 7097311
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3262774219

MEDMAIS SAUDE DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI / 33.665.884/0001-52
25351.550131/2020-36 / 3094447
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3262599212

DROGSTORE SANTANA SAUDE LTDA - EPP / 02.471.724/0002-20
25351.211518/2019-36 / 7645905
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3248354216

MEDMAIS SAUDE DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI / 33.665.884/0001-52
25351.550011/2020-39 / 1239262
7155 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3262585211

CAIO VINICIOS KAWAKAMI EIRELI EPP / 39.946.153/0001-61
25351.793462/2021-40 / 8228942
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3262726214

PB FARMA DISTRIBUIDORA LTDA / 05.487.170/0001-66
25351.561835/2015-41 / 2083248
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 3230285212

DISTRIAM DISTRIBUIDORA LTDA / 01.173.123/0001-97
25351.387690/2017-41 / 2094990
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 3262680214

2K COSMÉTICOS EIRELI / 29.047.104/0001-33
25351.786729/2021-42 / 4036175
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3176268211

NOBRE PARI COMERCIAL LTDA / 10.370.958/0001-28
25351.019149/2021-46 / 8230135
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3245577214

PLUSSCOMMERCE SERVICOS LOGISTICOS EIRELI / 27.472.210/0001-39
25351.787056/2021-48 / 4036127
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 3176256213

COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA / 88.212.113/0083-48
25351.335863/2014-50 / 7211741
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3231671212

GRETTER E MORENO FARMÁCIA LTDA / 00.683.074/0001-70
25351.262201/2014-53 / 7180375
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3248367218

Edimara Modesti Equipamentos Médicos - ME / 97.545.905/0001-89
25351.318999/2015-58 / 8121661
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3278766211

PROMEDI DISTRIBUIDORA EIRELI / 14.857.410/0001-68
25351.645576/2019-60 / 1196561
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 3176371217

DROGARIA VIEIRA &BARBOSA LTDA - ME / 12.215.682/0001-39
25351.193561/2016-60 / 7465401
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3231667214

MMC SOLUCOES EM LOGISTICA LTDA / 28.205.382/0001-09
25351.352126/2020-60 / 1237932
7127 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - ARMAZENADORA - ENDEREÇO MATRIZ / 3262823210

STY MAKE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 26.743.189/0001-04
25351.866369/2021-61 / 4036573
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3278984218

JAILTON MATIAS DE AZEVEDO-ME / 02.778.153/0001-90
25351.166902/2014-62 / 7141219
70152 - AFE/AE - RECURSO ADMINISTRATIVO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3249815212

HVALMED DISTRIBUIDORA DE CORRELATOS E COSMÉTICOS LTDA / 39.303.048/0001-04
25351.414648/2020-62 / 4027035
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3278790219

DROGARIA AMADEUS EIRELI - FILIAL III / 24.362.493/0005-00
25351.075523/2014-64 / 7105891
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3247589216

DIAS &SOUSA FARMACIA LTDA / 25.527.259/0001-16
25351.431473/2016-71 / 7483862
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3248363215

MOVIMENTA LOGISTICA E ARMAZENS GERAIS LTDA / 29.781.616/0001-29
25351.636463/2019-73 / 4015440
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3176262213

RJ3 DISTRIBUIDORA LTDA / 33.379.154/0001-95
25351.486776/2019-74 / 3088899
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3245551215

CIRURGICA AL-STYN LTDA / 23.141.314/0001-00
25351.764136/2015-75 / 1149929
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 3278707214

GS HOSPITALAR LTDA / 29.587.965/0001-04
25351.231367/2020-76 / 8198590
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3245581211

WTM SAUDE COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 07.414.051/0002-90
25351.116336/2021-77 / 8231144
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3278899211

Mercocamp Comercio Internacional s/a / 05.521.163/0001-33
25351.016417/2004-77 / 8019214
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3235857214

A JACIARA DE S CARVALHO LTDA / 41.324.274/0001-13
25351.564546/2021-78 / 7813012
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3231669211

MSHS COMERCIO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - EPP / 40.782.468/0001-08
25351.365829/2015-79 / 3064357
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3176006217

GUSTAVO G M C DROGARIAS EIRELI / 09.269.277/0001-99
25351.465448/2008-81 / 0553790
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3248358219

DROGARIA BRASIL LTDA / 33.471.586/0001-21
25351.647026/2019-85 / 7695404
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3248369214

TFYLOG LTDA - ME / 28.168.856/0001-90
25351.417461/2019-87 / 4012200
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 3262464210

DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING - EIRELI / 30.547.487/0001-98
25351.181832/2019-87 / 1187005
7151 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - RAZÃO SOCIAL / 3230209214

DROGARIA JEA E FILHOS LTDA / 18.836.108/0001-84
25351.032704/2015-87 / 7361506
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3248350213

SEMINA INSUMOS ESTRATEGICOS LTDA / 37.333.393/0001-65
25351.175527/2020-90 / 4025659
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 3245594216

J K COMERCIO E REPRESENTACOES EIRELI / 33.806.889/0001-58
25351.469882/2019-93 / 8186882
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 3316209212
---
jaqueline silva de andrade / 02.992.593/0001-45
25351.555493/2013-94 / 7033481
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 3250433217

ECO CLEANER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 15.281.128/0001-48
25351.430522/2017-94 / 3075589
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 3245603215
25351.430522/2017-94 / 3075589
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 3245583214

ANGIOMEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 09.238.340/0004-72
25351.761686/2018-97 / 8175681
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3176224214

RR FARMA LTDA / 39.320.544/0001-76
25351.177038/2013-98 / 0903830
7110 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - RAZÃO SOCIAL / 3248365211

M E S DA COSTA EIRELI / 41.334.495/0001-72
25351.829504/2021-98 / 1260141
7152 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 3262853216

CIRÚRGICA SANTA CRUZ COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 94.516.671/0001-53
25351.234905/2012-99 / 3051155
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3262555215

HVALMED DISTRIBUIDORA DE CORRELATOS E COSMÉTICOS LTDA / 39.303.048/0001-04
25351.414667/2020-99 / 8211704
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3278978218
25351.414667/2020-99 / 8211704
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 3245550219

COALA DO BRASIL LTDA / 69.328.961/0001-26
25351.026873/00-58 / 2031001
724 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - RAZÃO SOCIAL / 3176232217

RESOLUÇÃO RE Nº 3.329, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

joao soares de souza junior / 10.221.684/0002-96
25351.782875/2018-01 / 7623687
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3231679218
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

MAIS SAUDE EQUIPAMENTOS LTDA / 07.643.672/0001-64
25351.732281/2019-22 / 3091441
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 3245698216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014.

DROGARIA MELQUITA LTDA / 05.843.231/0001-80
25351.636599/2014-79 / 7313277
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3231673219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019 e o documento emitido pela Vigilância Sanitária local encontra-se vencido, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

NOVA CDL BRASIL CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA LTDA - EPP / 22.843.065/0001-31
25351.780088/2015-99 / 2084806
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 3176248211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para armazenar cosméticos, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

RESOLUÇÃO RE Nº 3.330, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

KALIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 37.134.428/0001-37
25351.116348/2021-00 /
703 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA (SOMENTE MATRIZ) / 3262419214
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitido pela autoridade sanitária local competente, conforme disposto no artigo 15º e artigo

18º da RDC nº 16/2014. Conforme estabelecido pelo artigo 51 da Lei Nº 6.360/76 e pelo artigo 3º do Decreto Nº 8.077/13, a Autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

LEAO E PANTOJA DROGARIAS LTDA / 42.289.757/0001-97
25351.110712/2021-10 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3246634210
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

MVCV DROGARIA LTDA / 42.548.745/0001-30
25351.116915/2021-10 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3263673213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

REGIANE SANTOS DE OLIVEIRA / 42.289.344/0001-02
25351.019539/2021-16 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3074843217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 3218359/21-3, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. A empresa não apresentou a declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

COMERCIAL FARMACEUTICOS BC LTDA / 42.548.831/0001-42
25351.090040/2021-19 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213667216
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

Edimaria Ribeiro dos Santos ME / 27.929.977/0001-44
25351.073010/2021-48 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3177196213
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

---

potencial comercial e serviços eireli / 18.729.614/0001-74
25351.110401/2021-51 /
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3245677219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do relatório de inspeção ou documento equivalente que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, emitidos pela autoridade sanitária local competente; conforme disposto nos artigos 15 e 18 da RDC nº 16/2014. Conforme o estabelecido pelo artigo 51 da Lei nº 6360/76 e pelo artigo terceiro do decreto nº 8.077/13, a autorização emitida pela Anvisa precede o licenciamento sanitário.

EDNALVO DE OLIVEIRA - ME / 18.074.806/0001-90
25351.090043/2021-52 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3213676215
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui autorização vigente, Nº 7.10799-7, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, Resolução RDC nº 275/2019 e Lei 9.782/99.

RUTE BRAZ RODRIGUES DA SILVA FARMACIA / 40.898.018/0001-77
25351.110720/2021-66 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3246658217
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019 ou outro documento vigente emitido pela Vigilância Sanitária local que ateste a capacidade do estabelecimento, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019, art. 3º da RDC nº 25/2011 e Lei nº 5.991/1973.

JA Farmacia LTDA ME / 31.863.177/0001-45
25351.115034/2021-81 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3260497211
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A empresa já possui autorização vigente, Nº 7.69807-8, contrariando o disposto na RDC nº 222/2006, Resolução RDC nº 275/2019 e Lei 9.782/99.

BOA VISTA DISTRIBUIÇÃO E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL - EIRELI / 29.243.143/0001-06
25351.110371/2021-82 /
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 3245648219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O termo de inspeção apresentado não atesta o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

FARMACIA SOUZA VIEIRA LTDA / 39.540.196/0001-42
25351.116903/2021-95 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 3263636219
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação do Documento de Instrução, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019 e Art. 3º da Resolução RDC nº 25/2011.

RESOLUÇÃO RE Nº 3.331, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 173-B, aliado ao art. 54, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria nº. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

AMAZONIA ANIMAL MANIPULAÇÃO DE FORMULAS VETERINARIAS EIRELI ME / 37.845.314/0001-03
25351.100837/2021-31 / 1261285
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 3231603218

JL FORMULAS LTDA / 18.639.225/0002-39
25351.117010/2021-67 / 1261299
705 - AE - CONCESSÃO - FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO / 3264106211

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE n.º 1.556, de 24 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 79, de 28 de abril de 2014, Seção 1, pág. 45, e em Suplemento, págs. 34 e 36

Onde se lê:
EMPRESA: DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO S
ENDEREÇO: RUA JOÃO WALLIG Nº 1800 LOJA JW 13
BAIRRO: CHACARA DAS PEDRAS CEP: 91340001 - PORTO ALEGRE/RS
CNPJ: 92.665.611/0093-95
PROCESSO: 25351.036115/2014-06 AUTORIZ/MS: 7.12520.4
AT I V I D A D E / C L A S S E :
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS
Leia-se:
EMPRESA: DIMED S/A DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO S
ENDEREÇO: RUA JOÃO WALLIG Nº 1800 LOJA JW 13
BAIRRO: CHACARA DAS PEDRAS CEP: 91340001 - PORTO ALEGRE/RS
CNPJ: 92.665.611/0093-95
PROCESSO: 25351.036115/2014-06 AUTORIZ/MS: 7.12520.4
AT I V I D A D E / C L A S S E :
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

GERÊNCIA DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA

RESOLUÇÃO RE Nº 3.279, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 170, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de habilitação na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) o(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAÚJO

ANEXO

ASSUNTO PETIÇÃO EXPEDIENTE
LABORATÓRIO CNPJ
ENDEREÇO CIDADE UF
MOTIVAÇÃO INDEFERIMENTO

70675- REBLAS - Habilitação Inicial de Laboratório Analítico 2975577/21-4
E.M Serviços em Saúde e Diagnóstico Clínicos Laboratoriais Eireli 30.553.090/0001-09
Av. Manoel Felix de Farias 615, Centro. Vitória do Xingu/PA
Descumprimento do art. 7º, inciso II, alínea "a" da Resolução RDC nº 390/2020

70675- REBLAS - Habilitação Inicial de Laboratório Analítico 3165026/21-1
AMBIOTEC - Assessoria em Análises Ambientais e de Qualidade Ltda. 30.930.436/0001-40
Av. Doutor João Batista Soares de Queiroz Júnior, 1901 - Jardim das Indústrias. São José dos Campos/SP
Descumprimento do Art. 7º, II, da Resolução RDC nº 390/2020.

RESOLUÇÃO RE Nº 3.280, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 170, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018,

considerando o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Habilitar na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) o(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º A presente habilitação terá validade de 4 (quatro) anos, a contar da data de sua publicação.

Art. 3º O(s) escopo(s) habilitado(s) são(erão) publicado(s) no portal eletrônico da ANVISA: https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/laboratorios.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAÚJO

ANEXO

ASSUNTO PETIÇÃO EXPEDIENTE
LABORATÓRIO CNPJ
CÓD. REBLAS
ENDEREÇO CIDADE UF

70675- REBLAS - Habilitação Inicial de Laboratório Analítico 2977042/21-1
Centro de Soluções Analíticas Eireli 28.900.799/0001-91
225
Av. Adib Miguel, 270, Quadra 30, Lote 01, salas 03 e 07 - Setor Sul Jamil Miguel. Anápolis/GO

70675- REBLAS - Habilitação Inicial de Laboratório Analítico 3173726/21-9
Laboratório de Alimentos, Assessoria M Mattos Ltda.
133
Rua Euzébio de Queiroz, nº 45 - Centro. Niterói/RJ

5ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO RE Nº 3.243, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Deferir pleito de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública, em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CÉZAR DE AQUINO

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: H STRATTNER E CIA LTDA
ENDEREÇO: PRAIA BOTAFOGO, 00228 SALA1801/1901
BAIRRO: BOTAFOGO
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO
UF:RJ
CEP: 22250-145
CNPJ: 33.250.713/0001-62
PROCESSO:25351.019129/2021-75 (EXP:3073856/21-8)
AUTORIZ/MS: 9.09670-6
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE E PARA DIAGNÓSTICO "IN VITRO", POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO.

MATRIZ
EMPRESA: ATOR IMPORTACAO E COMERCIO LTDA
ENDEREÇO: RUA DA FLORA, 200 LT 347 P 50M EP ETR CAMBOATA
BAIRRO: CAMPO GRANDE
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO
UF:RJ
CEP: 23045-100
CNPJ: 11.108.019/0001-72
PROCESSO: 25351.866395/2021-90 (EXP:3009258/21-6)
AUTORIZ/MS: 9.09669-4
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE HIGIENE E PERFUMES, POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO.

RESOLUÇÃO RE Nº 3.256, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse de Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CÉZAR DE AQUINO

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: MARIO HENRIQUE SILVA EIRELI (MARIN SERVICE)
ENDEREÇO: PRAÇA JOAQUIM NABUCO, Nº13
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: PAUDALHO
UF: PE
CEP: 55.825-000
CNPJ: 42.422.979/0001-36
PROCESSO: 25351.001795/2021-57 (EXP:3048152/21-1)
AUTORIZ./MS: 9.09667-7
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO OU REPRESENTAÇÃO DE NEGÓCIOS, EM NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU RESPONSÁVEL DIRETO POR EMBARCAÇÃO, TOMANDO AS PROVIDÊNCIAS NECESSÁRIAS AO SEU DESPACHO EM PORTOS ORGANIZADOS E TERMINAIS AQUAVIÁRIOS INSTALADOS NO TERRITÓRIO NACIONAL.

MATRIZ
EMPRESA: VR4 SERVICES LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA DESEMBARGADOR CARLOS DE GUSMÃO, QUADRA F, LOTE 03.
BAIRRO: TABULEIRO DO MARTINS
MUNICÍPIO: MACEIÓ
UF: AL
CEP: 57.081-366
CNPJ: 41.650.149/0001-01
PROCESSO: 25351.807279/2021-39 (EXP: 2871230/21-8)
AUTORIZ/MS: 9.09672-3
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS.

MATRIZ
EMPRESA: ALEXANDRE LEITE DOS SANTOS DEDETIZADORA.
ENDEREÇO: R MARIA DAS DORES SOUZA, Nº 60 - FUNDOS CASA FUNDOS
BAIRRO: PONTAL DA CRUZ
MUNICÍPIO: SAO SEBASTIAO
UF: SP
CEP: 11.606-154
CNPJ: 18.608.710/0001-64
PROCESSO: 25351.584108/2021-26 (EXP: 2193276/21-8)
AUTORIZ/MS: 9.09611-2
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO OU DESRATIZAÇÃO EM VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, EMBARCAÇÕES, AERONAVES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

RESOLUÇÃO RE Nº 3.257, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir pleito de Autorização de Funcionamento de Empresa em conformidade com o disposto no anexo

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CÉZAR DE AQUINO

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: SOUZA E RIBEIRO DESENTUPIDORA SOLUÇÕES LAGOS LTDA
ENDEREÇO: RUA ESIO CARDOSO DA FONSECA, Nº300
BAIRRO: JARDIM ESPERANÇA
MUNICÍPIO: CABO FRIO
UF:RJ
CEP: 28920-000
CNPJ: 30.948.254/0001-05
PROCESSO:25752.305930/2021-18 (EXPEDIENTE:1357832/21-4)
AUTORIZ/MS: ----------
ÁREA:PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E RECOLHIMENTO DE RESÍDUOS RESULTANTES DO TRATAMENTO DE ÁGUAS SERVIDAS E DEJETOS EM TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS.
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: DIANTE DO EXPOSTO E DO FUNDAMENTO LEGAL DADO PELO INCISO II DO PARÁGRAFO 2º E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2º DA RESOLUÇÃO RDC Nº 204, DE 06 DE JULHO DE 2005, CONCLUÍMOS QUE A EMPRESA NÃO ATENDEU ÀS EXIGÊNCIAS DO INCISO V DO ART.2º E, ANEXO III DA RDC/ANVISA Nº. 345 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2002, IMPLICANDO NO INDEFERIMENTO DO PLEITO DE CONCESSÃO DA AFE PARA A ATIVIDADE PLEITEADA

MATRIZ
EMPRESA: INSERTI-COR DEDETIZAÇÃO LTDA-ME
ENDEREÇO: RUA CUPERTINO Nº30
BAIRRO: QUINTINO BOCAIUVA
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO
UF:RJ
CEP: 21380-150
CNPJ: 05.306.216/0001-01
PROCESSO: 25752.425100/2021-14 (EXPEDIENTE: 1715929/21-6)
AUTORIZ/MS: ----------
ÁREA:PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS.
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: DIANTE DO EXPOSTO E DO FUNDAMENTO LEGAL DADO PELO INCISO II DO PARÁGRAFO 2º E PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 2º DA RESOLUÇÃO RDC Nº 204, DE 06 DE JULHO DE 2005, CONCLUÍMOS QUE A EMPRESA NÃO ATENDEU ÀS EXIGÊNCIAS DO INCISO IV DO ART.2º E, ANEXO III DA RDC/ANVISA Nº. 345 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2002, IMPLICANDO NO INDEFERIMENTO DO PLEITO DE CONCESSÃO DA AFE PARA A ATIVIDADE PLEITEADA

MATRIZ
EMPRESA: PESTEC CONTROLE TECNOLOGICO DE PRAGAS EIRELI ME
ENDEREÇO: AV. DONA MARIA ALVES, Nº 1.062
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: UBATUBA
UF: SP
CEP: 11.680-000
CNPJ: 19.152.590/0001-04
PROCESSO Nº: 25759.845363/2020-97 (EXP: 2809690/20-8)
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS.
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: A EMPRESA NÃO CUMPRE A NOTIFICAÇÃO 200/2020 - CRPAF-SP/ANVISA; NÃO ATENDE AO ITEM 05, DO ANEXO III, DA RDC 345, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2002.

MATRIZ
EMPRESA: BDT CENTRO DE BELEZA LTDA.
ENDEREÇO: ROD. SANTOS DUMONT, S/N, TERMINAL I, PIER C
BAIRRO: PARQUE VIRACOPOS
MUNICÍPIO: CAMPINAS
UF: SP
CEP: 13.052-902
CNPJ: 29.589.309/0001-40
PROCESSO Nº: 25759.491551/2020-91 (EXP: 4095554/20-1)
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTITUTOS DE BELEZA E CONGÊNERES, INCLUINDO OS DE RELAXAMENTO CORPORAL, INSTALADOS EM TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS E POSTOS DE FRONTEIRAS.
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: A EMPRESA NÃO CUMPRE A NOTIFICAÇÃO 265/2020 - CRPAF-SP/ANVISA; NÃO ATENDE AO ITEM 09, DO ANEXO III, DA RDC 345, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2002.

RESOLUÇÃO RE Nº 3.258, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de razão social na Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CÉZAR DE AQUINO

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA
ENDEREÇO: AV. DEPUTADO ALUIZIO BEZERRA, 68
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: ESPÍRITO SANTO
UF: RN
CEP: 59180-000
CNPJ: 06.538.799/0001-50
PROCESSO Nº: 25750.735808/2020-10 (EXP: 3142644/21-1)
AUTORIZ/MS: 9.02265-8
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

RESOLUÇÃO RE Nº 3.259, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 189, aliado ao art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 255, de 10 de dezembro de 2018, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de endereço na Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CÉZAR DE AQUINO

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: JUSTIZ TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA LTDA
ENDEREÇO: AV. DEPUTADO ALUIZIO BEZERRA, 68
BAIRRO: CENTRO
MUNICÍPIO: ESPÍRITO SANTO
UF: RN
CEP: 59180-000
CNPJ: 06.538.799/0001-50
PROCESSO Nº: 25750.735808/2020-10 (EXP: 3142700/21-8)
AUTORIZ/MS: 9.02265-8
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

Ministério do Trabalho e Previdência

CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

RESOLUÇÃO CNPC Nº 43, DE 6 DE AGOSTO DE 2021

Dispõe sobre os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar e sobre o registro e avaliação de títulos e valores mobiliários.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - Segundo Substituto, nos termos da Portaria SE/ME n° 990, de 23 de julho de 2019, e tendo em vista o art. 17, inciso VII, do Decreto n° 7.123, de 3 de março de 2010, c/c os arts. 14, inciso IX e 17, inciso VI, ambos do Regimento Interno e com fundamento no art. 50 da Lei Complementar n° 109, de 29 de maio de 2001, e no art. 13 da Lei n° 12.154, de 23 de dezembro de 2009, torna público que o Conselho, em sua 15ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 06 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º A entidade fechada de previdência complementar - EFPC deve observar o disposto nesta Resolução em seus registros e procedimentos contábeis específicos.

Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto nesta Resolução, a entidade que opera plano de assistência à saúde deve seguir as instruções e a planificação contábil estabelecida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Art. 2º Fica a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc autorizada a editar instruções complementares para a fiel execução do disposto nesta Resolução, inclusive:

I - estabelecer procedimentos contábeis específicos das entidades;

II - estruturar a planificação contábil padrão; e

III - estruturar as demonstrações contábeis a serem enviadas para a Previc, bem como disciplinar a forma, o meio e a periodicidade para envio destas.

CAPITULO I

DOS Procedimentos contábeis aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar

Art. 3º Os procedimentos contábeis estabelecidos por esta Resolução têm o objetivo de orientar e padronizar os registros contábeis dos fatos relacionados à entidade.

Art. 4º A entidade deve observar as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e, nos registros e procedimentos contábeis específicos, as normas editadas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pela Previc.

Art. 5º Os procedimentos estabelecidos neste capítulo têm o caráter de universalidade, abrangendo todas as entidades, respeitadas, as peculiaridades e situações excepcionais abrangidas pelo Capítulo VI da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

Art. 6º A contabilidade da entidade deve ser elaborada respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, os planos de benefícios previdenciais e assistenciais administrados pela entidade, bem como o plano de gestão administrativa - PGA, para assegurar um conjunto de informações consistentes e transparentes.

Art. 7º Os balancetes obrigatórios para a entidade são os seguintes:

I - balancete do plano de benefícios;

II - balancete do plano de gestão administrativa; e

III - balancete consolidado.

Art. 8º O exercício social coincide com o ano civil, com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro.

Art. 9º A entidade deve adotar, em seus processos, métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, e as modificações relevantes devem ser evidenciadas em notas explicativas às demonstrações contábeis, com a quantificação dos respectivos efeitos.

Art. 10. Os lançamentos contábeis são registrados com base no princípio da competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, independentemente de sua efetiva realização, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas incorridas no mês correspondente.

§ 1º Os registros relativos às contribuições e aos pagamentos de benefícios dos autopatrocinados e de participantes de planos de benefícios de instituidores podem ser escriturados com base no regime de caixa, devendo tal procedimento ser mencionado em notas explicativas às demonstrações contábeis.

§ 2º Os registros relativos às contribuições e aos pagamentos de benefícios de planos estruturados nas modalidades de contribuição definida e contribuição variável podem ser efetuados com base no regime de caixa, respeitando o prazo previsto no regulamento de cada plano de benefícios, devendo tal procedimento ser mencionado em notas explicativas às demonstrações contábeis.

Art. 11. A contabilização deve ser centralizada na sede da entidade, utilizando-se os livros obrigatórios diário e razão, além de livros auxiliares, com observância das disposições previstas na legislação aplicável.

§ 1º A entidade que adotar a gestão compartilhada dos investimentos, que implica a existência de solidariedade na aplicação dos recursos, pode utilizar demonstrativo contábil auxiliar para registro das operações, sem prejuízo do detalhamento destas aplicações nos planos de benefícios.

§ 2º Caso a escrituração seja realizada em outro local, por conveniência da utilização de serviços mecanizados ou eletrônicos, por questão de descentralização administrativa ou outro motivo devidamente justificado, a entidade deve manter, em sua sede, os livros obrigatórios e auxiliares dos períodos já processados.

§ 3º Quando solicitado pela fiscalização da Previc, os registros em fase de processamento devem ser remetidos para a sede da entidade ou para outro local prévia e formalmente estabelecido.

Art. 12. Os lançamentos contábeis devem ser efetuados com base em documentos idôneos, de forma clara, com identificação do fato contábil, devendo conter em seu histórico os detalhamentos necessários das características do documento que o originou, evitando-se a utilização de informações exclusivamente internas.

Art. 13. Com relação aos livros obrigatórios, a entidade deve atender as seguintes formalidades:

I - livro diário:

a) lançamentos em conformidade com a planificação contábil padrão, em ordem cronológica de dia, mês e ano;

b) identificação de todos os lançamentos contábeis, por plano de benefícios previdencial, assistencial e de gestão administrativa;

c) escrituração contábil atualizada, não se permitindo atraso superior a trinta dias; e

d) as demonstrações contábeis e as notas explicativas devem ser transcritas ou anexadas ao livro diário.

II - livro razão:

a) saldo anterior;

b) movimento diário (devedor ou credor);

c) histórico;

d) saldo atual; e

e) identificação de todos os lançamentos contábeis, por plano de benefícios e no âmbito da gestão administrativa.

Art. 14. A entidade deve manter controles individuais dos bens pertencentes ao Imobilizado e aos investimentos imobiliários, os quais devem conter as seguintes informações:

I - valor de aquisição;

II - data de aquisição;

III - atualização monetária, caso haja;

IV - depreciação ou amortização;

V - reavaliação;

VI - valor atualizado;

VII - data de baixa; e

VIII - informações adicionais relativas a quaisquer ocorrências que venham a alterar o valor do bem, tais como, benfeitorias ou quaisquer formas de acessão.

Art. 15. A entidade deve providenciar, anualmente, o inventário físico dos bens patrimoniais, compatibilizando os controles individuais com os registros contábeis, e procedendo, se for o caso, aos ajustes necessários.

Art. 16. A entidade pode adotar escrituração contábil em forma eletrônica, observadas as normas do Conselho Federal de Contabilidade.

Art. 17. A entidade deve apresentar, anualmente, os seguintes demonstrativos contábeis, pareceres e manifestação, referentes ao exercício social:

I - balanço patrimonial consolidado comparativo com o exercício anterior;

II - demonstração da mutação do patrimônio social - DMPS (consolidada) comparativa com o exercício anterior;

III - demonstração do plano de gestão administrativa - DPGA (consolidada) comparativa com o exercício anterior;

IV - demonstração do ativo líquido - DAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;

V - demonstração da mutação do ativo líquido - DMAL (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;

VI - demonstração das provisões técnicas do plano de benefícios - DPT (por plano de benefício previdencial) comparativa com o exercício anterior;

VII - notas explicativas às demonstrações contábeis consolidadas;

VIII - relatórios dos auditores independentes;

IX - parecer do atuário, relativo a cada plano de benefícios previdencial;

X - parecer do conselho fiscal; e

XI - manifestação do conselho deliberativo com aprovação das demonstrações contábeis.

§ 1º A elaboração da demonstração do plano de gestão administrativa por plano de benefícios é facultativa.

§ 2º A apresentação da demonstração do plano de gestão administrativa por plano de benefícios é considerada pela Previc como critério de avaliação na elaboração do Programa Anual de Fiscalização - PAF.

§ 3º Nos documentos citados nos incisos I a VII deste artigo deve constar assinatura, manual ou eletrônica, do dirigente máximo da entidade e do profissional de contabilidade devidamente habilitado, identificados pelo nome completo, cargo e CPF, e quanto a este profissional a identificação da categoria e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC.

Art. 18. O produto da reavaliação dos investimentos imobiliários, positivo ou negativo, deve ser contabilizado, de uma única vez, em conta do respectivo ativo, em contrapartida da conta de "rendas/variações positivas" ou "deduções/variações negativas", no prazo máximo de cento e oitenta dias, contados a partir da data de emissão do respectivo laudo e no mesmo exercício social a que se referir.

Parágrafo único. O imóvel registrado no Imobilizado deve ser depreciado, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Art. 19. A entidade deve constituir provisão para cobrir possíveis perdas de direitos creditórios e de investimentos.

Art. 20. Para o registro contábil das demais provisões de caráter contingencial, a entidade deve observar as Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

Art. 21. A entidade que administra planos de assistência à saúde registrados na Agência Nacional de Saúde Suplementar deve seguir as instruções daquele órgão sobre a constituição de provisões.

Art. 22. Para o registro contábil de processo sucessório, a entidade deve observar os seguintes conceitos:

I - incorporação: absorção de um plano de benefício previdencial por outro que assume todos os seus direitos e obrigações, ficando mantidas as relações jurídicas já constituídas;

II - fusão: união ou junção de dois ou mais planos de benefícios previdenciais, dando origem a um novo plano de benefício, que lhes sucedem em todos os seus direitos e obrigações;

III - cisão: transferência de parcela do patrimônio (bens, direitos e obrigações) de um plano de benefícios previdencial para um ou mais planos de benefícios previdenciais, extinguindo-se no caso de transferência total (cisão total) ou mantendo-se no caso de transferência parcial (cisão parcial); e

IV - transferência de gerenciamento: operação que consiste na transferência de gestão de um plano de benefícios de uma entidade fechada para outra, mantidos os mesmos patrocinadores, e abrangendo a totalidade dos seus participantes e assistidos e a integralidade de seus ativos e passivos, incluindo os direitos e obrigações previstas no regulamento do plano de benefícios.

Art. 23. Os gastos com prospecção, elaboração e implantação de novos planos de previdência complementar podem ser amortizados pela entidade, conforme as seguintes definições:

I - prospecção: o estudo de mercado e a negociação com potenciais interessados; por elaboração, o planejamento das atividades e esboço do regulamento do plano; e

II - implantação: a preparação da infraestrutura da entidade, aprovação do regulamento, divulgação e captação de participantes.

§ 1º A amortização dos gastos com novos planos está condicionada à comprovação, por meio de estudo de viabilidade, da capacidade (potencial) do plano de benefícios de gerar receitas suficientes para cobrir suas respectivas despesas administrativas e à existência de recursos suficientes no fundo administrativo.

§ 2º Os gastos com a instituição de novo plano de benefícios podem ser registrados no Intangível e amortizados em até sessenta meses contados a partir da data de início de funcionamento do plano.

CAPÍTULO II

DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Art. 24. O plano de gestão administrativa deve ter regulamento próprio aprovado pelo conselho deliberativo da entidade, o qual deve conter além de outros aspectos, a fonte de custeio e a forma de constituição e de destinação/utilização do fundo administrativo registrado no plano de gestão administrativa, para as seguintes situações:

I - utilização em custos de projetos de melhorias nos processos de gestão e reestruturação da entidade, sem que impliquem aumento de custos fixos do plano de gestão administrativa;

II - utilização em despesas administrativas, quando comprovadamente os custos administrativos da entidade forem superiores às fontes de custeio do plano de gestão administrativa; e

III - destinação para cobertura de gastos com prospecção, elaboração, implantação e fomento de planos de benefícios de previdência complementar, compreendendo: estudo de mercado, negociação com potenciais interessados, planejamento das atividades, esboço do regulamento do plano, implantação, preparação da infraestrutura da entidade, aprovação do regulamento, divulgação, captação de participantes e para cobertura parcial das despesas administrativas de novos planos de benefícios pelo período máximo de sessenta meses após início de seu funcionamento.

Art. 25. As fontes de custeio, os valores e as formas de constituição e de destinação/utilização dos recursos do fundo administrativo, elencados nos incisos I a III do art. 24, devem constar do orçamento anual a ser apresentado pela diretoria executiva, sendo as respectivas constituições e utilizações limitadas aos montantes aprovados pelo conselho deliberativo.

Parágrafo único. O conselho deliberativo define montante ou limite percentual em relação à parcela do fundo administrativo a ser constituída no exercício, que é destinada para cobertura dos gastos indicados no inciso III do art. 24.

Art. 26. É vedada a utilização/destinação de recursos do fundo administrativo constituído até 31 de dezembro de 2017 para a finalidade descrita no inciso III do art. 24.

Art. 27. A parcela do fundo administrativo constituída a partir de 1º de janeiro de 2018, com o objetivo de ter a destinação prevista no inciso III do art. 24, bem como as despesas realizadas com esta finalidade devem ser registradas em rubricas contábeis específicas e divulgadas em notas explicativas.

Parágrafo único. A entidade fica dispensada de realizar procedimento contábil de identificação da participação do plano de benefícios no fundo administrativo do plano de gestão administrativa em relação à parcela constituída com o objetivo de ter a utilização prevista no caput deste artigo.

Art. 28. O administrador responsável pelo plano de benefícios - ARPB da entidade deve manter atualizado o controle dos valores utilizados/destinados do fundo administrativo e prestar informações periódicas ao conselho fiscal, a quem caberá, além do acompanhamento, registrar em seu relatório semestral de controles internos a conformidade em relação às normas.

Art. 29. A entidade que administra planos de benefícios patrocinados pelos entes de que trata o art. 1º da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, deve ter anuência prévia do respectivo patrocinador do plano de benefícios, quanto à destinação de recursos com a finalidade descrita no inciso III do art. 24.

CAPÍTULO III

DO Registro e DA Avaliação Contábil de Títulos e Valores Mobiliários

Seção I

Da Classificação

Art. 30. Os títulos e valores mobiliários adquiridos para carteira própria, carteira administrada ou fundos de investimentos exclusivos pertencentes à entidade devem ser registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e classificados na categoria:

I - títulos para negociação; ou

II - títulos mantidos até o vencimento.

§ 1º A entidade deve registrar os títulos públicos federais e os títulos privados na categoria "títulos para negociação", independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição, ressalvado o disposto nos §§ 2º, 3º e 4º deste artigo.

§ 2º A entidade pode registrar os títulos públicos federais na categoria "títulos mantidos até o vencimento" em planos de benefícios na modalidade de benefício definido, quando o prazo entre a data de aquisição e a data de vencimento dos títulos for igual ou superior a cinco anos e desde que haja capacidade financeira e intenção em mantê-los na carteira até o vencimento.

§ 3º A capacidade financeira, de que trata o § 2º deste artigo, deve ser analisada com base na projeção dos fluxos financeiro e atuarial e caracterizada pela capacidade de atendimento das necessidades de liquidez da entidade, em função dos direitos dos participantes e assistidos, das obrigações da entidade e do perfil do exigível atuarial de seus planos de benefícios, e evidenciada pelas demonstrações atuariais - DA.

§ 4º O disposto no § 2º deste artigo pode ser aplicado a planos de benefícios de contribuição variável e de contribuição definida exclusivamente na fase de concessão de benefícios, desde que esses benefícios utilizem hipóteses atuariais.

§ 5º A entidade pode manter registrados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" os títulos e valores mobiliários da carteira própria, da carteira administrada ou dos fundos de investimentos exclusivos assim classificados antes da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 31. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação" devem ser ajustados pelo valor de mercado, no mínimo por ocasião dos balancetes mensais, balanços e demonstrativo de investimentos dos planos de benefícios administrados pela entidade.

§ 1º Na hipótese de recursos administrados por instituição financeira ou outra instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, a metodologia de apuração do valor de mercado deve estar em consonância com as normas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários, sem prejuízo da responsabilidade da entidade, no que diz respeito ao acompanhamento da metodologia utilizada.

§ 2º Na hipótese de recursos administrados pela própria entidade, a metodologia de apuração do valor de mercado é de responsabilidade da entidade e deve ser estabelecida em consonância com as normas do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários, e com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, podendo ser utilizados como parâmetro o:

I - preço médio de negociação no dia da apuração ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;

II - valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação; ou

III - preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador.

Art. 32. Os títulos públicos federais, classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" devem ser avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, os quais devem impactar o resultado do período.

§ 1º As operações de alienação de títulos públicos federais, classificados como "títulos mantidos até o vencimento", realizadas em até trinta dias da aquisição de novos títulos da mesma natureza, com prazo de vencimento superior e em montante igual ou superior aos dos títulos alienados, não descaracterizam a intenção da entidade quando da classificação dos mesmos na referida categoria.

§ 2º Devem ser divulgados, em notas explicativas das demonstrações contábeis relativas ao exercício em que houver a negociação, os títulos públicos federais classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" negociados no período, especificando data da negociação, quantidade negociada, valor total negociado, o efeito no resultado das demonstrações contábeis e a justificativa para a negociação.

Art. 33. Os rendimentos produzidos pelos títulos e valores mobiliários devem ser computados e registrados diretamente no resultado do período, independentemente da categoria em que estão classificados.

Seção II

Da Reclassificação

Art. 34. A reclassificação dos títulos públicos federais classificados na categoria "mantidos até o vencimento" para a categoria "títulos para negociação" pode ocorrer:

I - por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto; ou

II - para a redução da taxa de juros ou para aumento da longevidade, mediante alteração da tábua de mortalidade, dos planos de benefícios que utilizam hipóteses atuariais na constituição e manutenção de benefícios, desde que o resultado da reclassificação seja igual ou inferior ao valor do ajuste decorrente da alteração de hipótese, com base em estudo técnico específico elaborado pela entidade.

§ 1º A entidade deve manter à disposição da Previc a documentação que servir de base para a reclassificação de categoria, devidamente acompanhada de exposição de motivos da diretoria executiva da entidade e aprovação pelo conselho deliberativo.

§ 2º A entidade pode reclassificar os títulos públicos não vinculados a benefícios determinados atuarialmente de planos da modalidade de contribuição definida e contribuição variável classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" para categoria "títulos para negociação", mediante estudo técnico aprovado pelo conselho deliberativo.

§ 3º Não configura motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, a verificação de déficit no plano de benefício ou a alteração de premissas atuariais.

§ 4º É vedada a transferência de títulos públicos federais da categoria "títulos para negociação" para a categoria "títulos mantidos até o vencimento".

§ 5º Na hipótese da transferência da categoria "títulos mantidos até o vencimento" para a categoria "títulos para negociação", os ganhos e perdas não realizados devem ser reconhecidos imediatamente no resultado do período.

Art. 35. A entidade pode reclassificar os títulos privados classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" para a categoria "títulos para negociação".

Art. 36. As perdas de caráter permanente com títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento", devem ser reconhecidas imediatamente no resultado do período, observado que o valor ajustado em decorrência do reconhecimento das referidas perdas passa a constituir a nova base de custo.

§ 1º As perdas mencionadas no caput deste artigo somente podem ser revertidas caso exista motivo justificado subsequente à data do seu reconhecimento e que sejam limitadas ao custo de aquisição e acrescidas dos rendimentos auferidos.

§ 2º Os títulos e valores mobiliários que apresentarem elevação de risco ou probabilidade de perda devem ser reclassificados para a categoria "títulos para negociação".

Art. 37. É obrigatória a divulgação em notas explicativas às demonstrações contábeis relativas ao exercício em que houver a negociação ou reclassificação, de informações que abranjam, no mínimo, os seguintes aspectos relativos a cada categoria de classificação:

I - montante, natureza e faixas de vencimento;

II - valores de custo e de mercado, segregados por tipo de título, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores; e

III - montante dos títulos reclassificados, o reflexo no resultado e os motivos para reclassificação.

§ 1º No caso de entidade que adote a segregação real dos ativos por plano de benefícios, modelo multifundo, o disposto neste artigo deve ser realizado por plano de benefícios.

§ 2º Adicionalmente às informações requeridas neste artigo, deve ser divulgada declaração sobre a capacidade financeira e a intenção da entidade de manter até o vencimento os títulos públicos federais classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

Art. 38. A entidade deve manter à disposição da Previc os relatórios que evidenciem, de forma clara e objetiva, os procedimentos previstos nesta Resolução.

Parágrafo único. Constatada impropriedade ou inconsistência nos processos de classificação e de avaliação, a Previc pode determinar, a qualquer tempo, a reclassificação dos títulos e valores mobiliários, com o consequente reconhecimento dos efeitos nas demonstrações contábeis, na forma do art. 34 desta Resolução.

Art. 39. Os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios estabelecidos nesta Resolução comparativamente àqueles exigidos na regulamentação então vigente, para os títulos e valores mobiliários existentes em carteira, devem ser registrados, em virtude da mudança do critério contábil, em contas de resultado.

Parágrafo único. Os ajustes de que trata o caput deste artigo devem ser objeto de divulgação em notas explicativas às demonstrações contábeis, evidenciando-se, de forma comparativa, o seu montante e os efeitos no resultado.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. Ficam revogadas:

I - a Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018; e

II - a Resolução CNPC nº 37, de 13 de março de 2020.

Art. 41. Esta Resolução entra em vigor no primeiro dia útil do mês subsequente ao da data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

SECRETARIA DE TRABALHO

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 17.593/2020 e na Lei nº 9.784/1999 e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 39331/2021/ME (anexo SEI n° 18089060), nos autos do Processo Administrativo n.º 46204.012584/2017-27, de interesse do STTA - Sindicato dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais de Eunápolis/BA, CNPJ nº 27.743.300/0001-17, resolve: ANULAR os efeitos da Nota Técnica SEI nº 35249/2021/ME (anexo Sei n° 17532814), com fulcro no art. 53 da Lei 9.784/1999.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 37997/2021/ME (17899400), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.110402/2021-94, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Muribeca-SE, CNPJ n.º 13.162.243/0001-78, nos termos do Art. 22, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020..

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 39715/2021/ME (18147763), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º nº 19964.111333/2021-36 (SA05640), de interesse do Sindicato dos Empregados em Clubes Esportivos e Federações Esportivas e Empregados em Empresas que prestam Serviços para Clubes Esportivos e Federações Esportivas de Caxias do Sul e Região- SECEFERGS CAXIAS DO SUL, CNPJ n.º 18.684.085/0001-30, nos termos do art. 22, inciso I da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI 39134/2021/ME (18058965), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.111317/2021-43 (SA05596), de interesse do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Carnes e Derivados, da Indústria de Rações Balanceadas, da Alimentação e Indústria de Etanol e Biocombustíveis de Nova Mutum- Mato Grosso, CNPJ 10.424.267/0001-60, nos termos do art. 22, inciso II da Portaria 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 38861/2021/ME (18021151), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 19964.111145/2021-16, de interesse do Sindicato Sindicato dos Trabalhadores de Empresas Públicas de Serviços Hospitalares do Distrito Federal- SINDSERH-DF, CNPJ n.º 28.364.987/0001-42, para representação da categoria Trabalhadores celetistas em empresas públicas de serviços hospitalares, com abrangência Estadual e base territorial no Distrito Federal, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na NT 38542/2021/ME SEI 17975618, resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19955.101501/2021-94 (SA05612), de interesse do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Itumbiara - SEEBI, CNPJ n.º 37.942.513/0001-21, para representação da Categoria profissional que exerce toda e qualquer atividade típica dos empregados bancários nas empresas de crédito, bancos e financeiras, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Buriti Alegre, Cachoeira Dourada, Goiatuba, Itumbiara e Panamá no Estado de Goiás, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 40518/2021/ME (SEI nº 18248376), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical nº 46204.005157/2011-05, de interesse do SINTRASUPER-ILHÉUS - Sindicato dos Trabalhadores Empregados em Supermercados, Hipermercados, Mercados e Mercearias do Ramo Atacadista e Varejista da Cidade de Ilhéus, CNPJ n.º 13.293.639/0001-54, nos termos do art. 22, inciso II c/c o art. 47 da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 40538/2021/ME (SEI 18250188), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 46205.001614/2015-06, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE JAGUARIBE - CE, CNPJ 07.560.030/0001-00, para representação da categoria dos Trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Jaguaribe, no Estado do Ceará, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 40406/2021/ME (18232817), resolve: ARQUIVAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.111387/2021-00 (SA05617), de interesse do scci - Sindicato do Comercio de Contagem e Ibirite - scci, CNPJ 01.985.938/0001-70, nos termos do art.art. 22, inciso I c/c art. 47 da Portaria 17.593/2020

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 38470/2021/ME (SEI17965511), resolve: ARQUIVAR o pedido de registro sindical n.º 19964.110944/2021-67, de interesse do SEMPRE - SINDICATO NACIONAL DAS EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM COGESTÃO DE PRESÍDIOS E UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS, CNPJ 20.094.906/0001-20, nos termos do Art. 22, inciso I, da Portaria nº 17.593/2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical , no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade do processo e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 39842/2021/ME (SEI18164227), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical n.º 19964.111542/2021-80, de interesse do SINDJUD-PE - SINDICATO DOS SERVIDORES DO JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, CNPJ 35.329.853/0001-56, para representação da categoria Profissional dos servidores do judiciário estadual, Ativos e Aposentados, com abrangência Estadual e base territorial no Estado de Pernambuco, nos termos dos arts. 14 e 15 da Portaria 17.593/2020, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, atual normativo sobre a matéria, e na Nota Técnica SEI nº 40551/2021/ME (18251472), resolve: ARQUIVAR o Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46473.005170/2013-48, do SSIMMESP - Sindicato Mensageiros Motociclistas do Estado de São Paulo (impugnado), CNPJ: 66.518.978/0001-58, nos termos do art. 22, X, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020, atual normativo sobre a matéria, e na Nota Técnica SEI nº 37554/2021/ME (17849692), resolve: ARQUIVAR a impugnação 14021.127218/2021-18 do SINDTUHOS/BA - Sindicato dos Empregados em Turismo e Hospitalidade de Jequié e Região, CNPJ: 20.287.558/0001-07, nos termos do Art. 18, IV da Portaria nº 17.593/2020, e DEFERIR o Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46782.000005/2017-30, do SINDCONQUISTA - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TURISMO E HOSPITALIDADE DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA E REGIÃO (impugnado), CNPJ: 26.488.779/0001-20, para representação da categoria dos trabalhadores em empresas de Turismo, Casas de Diversões, Hotéis, Pousadas, Motéis, Bares e Restaurantes, Boates, Sorveterias, Casas Lotéricas, Lavanderias, Salão de Beleza, Esteticista, com abrangência intermunicipal nos municípios de Vitória da Conquista, Brumado, Guanambi, Caitité, Caculé, Barra da Estiva, Candido Sales, Tremendal, Piripá, Cordeiros, Ituaçu, Tanhaçu, Encruzilhada e Ibicoara do estado da Bahia, nos termos do art. 21, II, da Portaria nº 17.593, de 24 de julho de 2020.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 17.593/2020 e na Lei nº 9.784/1999, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 39749/2021/ME (SEI 18151242), resolve: NÃO CONHECER o Recurso Administrativo n.º 19964.111546/2021-68 interposto pelo SINDINOVA - Sindicato dos Servidores Públicos de Nova Mamore/RO, CNPJ 04.099.772/0001-83, nos autos do Processo Administrativo n.º 46216.001409/2013-41, com respaldo no art. 63, inciso I, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 17.593/2020 e na Lei nº 9.784/1999, e com fundamento na Nota Técnica SEI nº 39540/2021/ME (SEI 18122701), resolve: NÃO CONHECER o Recurso Administrativo n.º 19964.111312/2021-11 interposto pelo SINDSEMP - SINDICATO DOS TRABALHADORES EFETIVOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE, CNPJ 22.076.314/0001-00, nos autos do Processo Administrativo n.º 46221.004671/2015-31, com respaldo no art. 63, inciso I, da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999

JOATAN BATISTA GONÇALVES DOS REIS

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DIRETORIA DE BENEFÍCIOS

PORTARIA Nº 920, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

Altera a Portaria DIRBEN/INSS Nº 910, de 13 de julho de 2021

O DIRETOR DE BENEFÍCIOS DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto 9.746/2019, de 8 de abril de 2019, considerando o que consta no Processo Administrativo nº 12100.106016/2020-38 e artigo 4º da PORTARIA PRES/INSS Nº 1.328, DE 12 DE JULHO DE 2021, resolve:

Art. 1º Alterar a PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 910, de 13 de julho de 2021, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ...

§1º A experiência-piloto de realização da AVS Remota será aplicada no período de 26 de julho de 2021 a 29 de outubro de 2021. " (NR)

"Art. 2º ...

I - Superintendência Regional Sudeste I:

a) Gerência Executiva Guarulhos;

b) Gerência Executiva São Paulo - Centro; e

c) Gerência Executiva São Paulo Sul.

II - Superintendência Regional Sudeste II:

a) Gerência Executiva Rio de Janeiro Norte;

b) Gerência Executiva Duque de Caxias; e

c) Gerência Executiva Belo Horizonte.

III - Superintendência Regional Sul:

a) Gerência Executiva Florianópolis; e

b) Gerência Executiva Curitiba.

IV - Superintendência Regional Nordeste:

a) Gerência Executiva Petrolina;

b) Gerência Executiva Caruaru;

c) Gerência Executiva Fortaleza; e

d) Gerência Executiva Recife

V - Superintendência Regional Norte/Centro-Oeste:

a) Gerência Executiva Palmas;

b) Gerência Executiva Cuiabá;

c) Gerência Executiva Distrito Federal;

d) Gerência Executiva Dourados;

e) Gerência Executiva Porto Velho;

f) Gerência Executiva Rio Branco; e

g) Gerência Executiva Tefé." (NR)

"Art. 6º Será objeto de agendamento de AVS Remota o requerimento inicial do Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência já protocolado no sistema SIBE LOAS, ou requerimentos do SIBE-PU mediante indicação expressa da DIRBEN." (NR)

Art. 2º Até o dia 31 de agosto de 2021 as Superintendências-Regionais deverão:

I - Indicar no máximo 2 (duas) entidades externas para realização da Avaliação Social Remota - AVS Remota. A indicação deverá ser por e-mail para a Coordenação-Geral de Modelagem de Atendimento - cgmat@inss.gov.br

II - Indicar no máximo 2 (dois) representantes por localidade para atuar como ponto focal para o acompanhamento do piloto. A indicação deverá ser por e-mail para a CGMAT - cgmat@inss.gov.br

Art. 3º Instituir o Anexo I da PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 910, de 13 de julho de 2021, na forma do Anexo I desta Portaria.

Art. 4º Ficam revogados:

I - o inciso I do art. 4º da PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 910, de 13 de julho de 2021; e

II - a PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 918, DE 12 DE AGOSTO DE 2021.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor em 30 de agosto de 2021.

JOSE CARLOS DE OLIVEIRA

RETIFICAÇÃO

Na epígrafe da Portaria Conjunta DIRBEN/DIRAT/INSS nº 41, publicada no DOU nº 128, de 9 de julho de 2021, seção 1, páginas 106 a 112 e no Portal-INSS, na intraprev, onde se lê: PORTARIA CONJUNTA "Nº 41/DIRBEN/DIRAT/INSS", DE 07 DE JULHO DE 2021, leia-se: PORTARIA CONJUNTA "DIRBEN/DIRAT/INSS Nº 41", DE 07 DE JULHO DE 2021.

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 578, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.003743/2021-11, resolve:

Art.1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios II, CNPB nº 2002.0002-47, administrado pela ENERGISAPREV - Fundação Energisa de Previdência.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 582, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 33 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001187/2021-48, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio das empresas Banco Itaucard S.A., CNPJ nº 17.192.451/0001-70; Fundação Itaú Unibanco Clube, CNPJ nº 61.544.698/0001-09; e Itaú Corretora de Seguros S.A. CNPJ nº 43.644.285/0001-06, do Plano de Benefícios I, CNPB nº 1982.0011-19, administrado pelo FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado, CNPJ nº 76.629.252/0001-46.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 583, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 33 combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "c", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001190/2021-61, resolve:

Art. 1º Autorizar a retirada de patrocínio das empresas Banco Itaucard S.A., CNPJ nº 17.192.451/0001-70; Fundação Itaú Unibanco Clube, CNPJ nº 61.544.698/0001-09; e Itaú Corretora de Seguros S.A. CNPJ nº 43.644.285/0001-06, do Plano de Benefícios II, CNPB nº 1998.0029-18, administrado pelo FUNBEP - Fundo de Pensão Multipatrocinado, CNPJ nº 76.629.252/0001-46.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 586, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 22, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 8.992, de 20 de fevereiro de 2017, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.003272/2021-41, resolve:

Art.1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria GDBPREV, CNPB nº 2005.0043-83, administrado pelo MULTIBRA Fundo de Pensão.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 486, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei 8.313/91, Decreto 5.761/06 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO I

Área: 1 ARTES CêNICAS (Artigo 18 , § 1º)
210056 - I Festival Internacional de Forró
Associação Balaio Nordeste - ABN
CNPJ/CPF: 10.559.786/0001-35
Processo: 01400000056202157
Cidade: João Pessoa - PB;
Valor Aprovado: R$ 879.849,30
Prazo de Captação: 30/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O I Festival Internacional de Forró é uma mostra multidisciplinar de artes, desde dança, música tradicional, festa popular, apresentações de quadrilhas juninas, performances artísticas, oficinas culturais e aulões de dança, sobre o importante patrimônio brasileiro que é o Forró. O projeto ainda prevê a realização da exposição "Jackson É Pop! Jackson É 100", sobre a vida e obra de Jackson do Pandeiro. A sua realização será na cidade de João Pessoa - Paraíba, prevendo ainda contrapartidas de responsabilidade social a serem executadas em escolas públicas do município.

Área: 3 MúSICA (Artigo 18 , § 1º)
210090 - PROJETO MUSIC ARTE
MARIO CEZAR ALMEIDA DA SILVA 13543717200
CNPJ/CPF: 37.937.999/0001-00
Processo: 01400000090202121
Cidade: Manaus - AM;
Valor Aprovado: R$ 36.445,75
Prazo de Captação: 30/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Realização de oficinas sociocultural com jovens a partir de 12 anos, com aproveitamento de materiais recicláveis na produção de maquetes de instrumentos musicais, oportunizando ao aluno improvisar, compor, observar e analisar suas produções.

Área: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
210903 - Os Viajantes
WELLINGTON LACERDA SILVEIRA DA SILVA
CNPJ/CPF: 294.033.405-68
Processo: 01400000903202183
Cidade: Salvador - BA;
Valor Aprovado: R$ 195.961,70
Prazo de Captação: 30/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O presente projeto irá produzir, imprimir e distribuir o livro de ficção científica "Os Viajantes".

210987 - Aves - Lá de onde eu moro
FRANCISCO PASCOAL DE ARAUJO FILHO
CNPJ/CPF: 193.843.786-15
Processo: 01400000987202155
Cidade: São Vicente de Minas - MG;
Valor Aprovado: R$ 191.720,32
Prazo de Captação: 30/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto AVES - LÁ DE ONDE EU MORO, propõe a edição e publicação de 1000 exemplares de livro com registrosfotográficos, ilustrações e textos das espécies de pássaros da região compreendida em um fragmento de mata, na região do Sul de Minas Gerais, apresentando curiosidades e as conexões com a fauna e flora local (produto principal). Criação e manutenção de site na internet para publicaçao em versão digital do material e palestras sobre ambiente econservação, (produtos secundários).

210989 - Gretta Sarfaty [nome provisório]
FERNANDO DE CAMARGO ANGELINI TICOULAT
CNPJ/CPF: 30.685.145/0001-34
Processo: 01400000989202144
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 466.411,66
Prazo de Captação: 30/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Gretta Sarfaty [nome provisório] é um projeto de publicação de carreira da artista brasileira Gretta Sarfaty. A artista é exemplar na história da arte brasileira, e o livro reafirma o valor cultural de suas obras em nosso panorama artístico. A publicação conta com projeto gráfico de excelência, entrevistas e textos assinados por curadores e críticos brasileiros e internacionais. Palestras serão dadas como contrapartid social com o intuito de disseminar ainda mais o trabalho da artista e sua relevância no cenário nacional.

210991 - Trombone
INMED BRASIL
CNPJ/CPF: 00.696.000/0001-78
Processo: 01400000991202113
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 285.951,60
Prazo de Captação: 30/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto "Trombone" prevê a produção, edição e impressão de 3.000 unidades do livro infantil, com distribuição gratuita, nas escolas públicas e entidades beneficentes. Vamos abordar a questão da diversidade e motivar a inclusão de pessoas com deficiência auditiva, especialmente as crianças, por meio da literatura infantil, já que é a história de superação de uma criança muda, que usa seu talento musical para superar as dificuldades. Como proposta de contrapartida social serão realizadas palestras sobre o universo da literatura que o tema aborda.

210992 - OBRA DO BERÇO - O LIVRO
INSTITUTO CARIOCA CIDADE CRIATIVA
CNPJ/CPF: 33.391.601/0001-21
Processo: 01400000992202168
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 199.530,39
Prazo de Captação: 30/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto trata da edição de um livro contando a história da Obra do Berço, em comemoração aos seus 93 anos e a relação com Oscar Niemeyer,sendo o primeiro projeto do renomado arquiteto. O prédio é tombado pelo INEPAC. Completam a edição do livro encontros com professores e estudantes, como contrapartida social.

210996 - RAÍZES HISTÓRICAS E CULTURAIS DO CHIMARRÃO E ERVA MATE
LE BLANC PRODUTORA EIRELI
CNPJ/CPF: 27.431.740/0001-39
Processo: 01400000996202146
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 261.000,01
Prazo de Captação: 30/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto"As Raízes da Cultura do Mate" visa a produção de um livro (impresso e também na forma de ebook) que buscará percorrer a trajetória do costume que irmana os povos do Sul da América: o mate - ou chimarrão. Além do livro, organizaremos Palestras com o Autor denominada: Por que ler sobre as raízes históricas e culturais do chimarrão e da erva mate.

211015 - A Flor dos Novos Dias
PRISCILA DE SOUZA BEZERRA
CNPJ/CPF: 343.121.598-07
Processo: 01400001015202188
Cidade: Ubatuba - SP;
Valor Aprovado: R$ 186.109,00
Prazo de Captação: 30/08/2021 à 30/11/2021
Resumo do Projeto: O projeto consiste na edição, lançamento e distribuição de um livro ilustrado, voltado principalmente a um público com faixa etária a partir dos 12 anos de idade, nos formatos: impresso, com tiragem de 500 exemplares (em papel reciclato), e-book, e em versão audiobook. A história do livro explora questões relacionadas a valores humanos e reflexão acerca da fragilidade ambiental diante de nossas escolhas e condutas enquanto sociedade. As versões em formato digital e em audiobook do livro ficarão disponíveis gratuitamente em site próprio do projeto, e no site da autora.

211016 - Exposol 20 anos de Sucesso
LUCANO CULTURA E MARKETING EIRELI
CNPJ/CPF: 05.589.562/0001-36
Processo: 01400001016202122
Cidade: Santa Rosa - RS;
Valor Aprovado: R$ 141.881,25
Prazo de Captação: 30/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Viabilizar a edição do livro "Exposol 20 Anos de Sucesso", resgatando a importância da Feira na formação Histórica, Cultural e Econômica do município, registrando assim a História construída ao longo de 20 Edições. Trazendo uma mudança no perfil econômico, social e cultural. O lançamento do livro se dará com a realização de uma Exposição Fotográfica, de forma eletrônica e virtual através de telão de Led. Será reconstituído e também disponibilizando à sociedade através da internet. Este legado histórico será colocado à disposição do grande público através do livro e fotos da internet.

211018 - DANY E RAFA 20 ANOS - O LIVRO
RAFAEL ODAIR ZERMIANI
CNPJ/CPF: 066.185.339-02
Processo: 01400001018202111
Cidade: Timbó - SC;
Valor Aprovado: R$ 245.767,50
Prazo de Captação: 30/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: EDITAR E PUBLICAR LIVRO SOBRE A TRAJETÓRIA ARTISTICA DA DUPLA DANY E RAFA.

211024 - A IMPORTÂNCIA FUNDAMENTAL DA NATUREZA EM FRASES DE GRANDES PERSONALIDADES DA HISTÓRIA
FRT CONSULTORIA ESPORTIVA LTDA
CNPJ/CPF: 12.049.761/0001-17
Processo: 01400001024202179
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Aprovado: R$ 186.340,00
Prazo de Captação: 30/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Edição, publicação e distribuição do livro de citações e arte fotográfica "A IMPORTÂNCIA FUNDAMENTAL DA NATUREZA EM FRASES DE GRANDES PERSONALIDADES DA HISTÓRIA", contendo frases sobre a natureza ditas por grandes personalidades da história do Brasil e exterior, já falecidas, com fotografias do tema natureza para cada citação, com uma mini biografia do autor que proferiu a citação. Como contrapartida social será ministrada uma palestra sobre natureza, os autores e o trabalho de realização, edição e publicação do livro, para alunos e professores de escola pública da cidade de Uberlândia MG, proferida por um dos desenvolvedores do projeto, com duração de até 2 horas.

211109 - POLÍTICA CULTURAL, UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA
MATEUS SARTORI BARBOSA
CNPJ/CPF: 273.775.488-78
Processo: 01400001109202157
Cidade: Mogi das Cruzes - SP;
Valor Aprovado: R$ 100.320,00
Prazo de Captação: 30/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: Impressão e gravação de audio-book do livro "POLÍTICA CULTURAL, UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA" do autor Mateus Sartori, resultado da pesquisa científica realizada no curso de pós-graduação na Universidade de São Paulo (USP).

ANEXO II

Área: 3 MúSICA (Artigo 26)
211169 - LIVE MUSICAL - TEMPOS MODERNOS
RIZZO SCENOGRAFIA EIRELI
CNPJ/CPF: 05.039.387/0001-03
Processo: 01400001169202170
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 196.222,95
Prazo de Captação: 30/08/2021 à 31/12/2021
Resumo do Projeto: O projeto cultural "LIVE MUSICAL - TEMPOS MODERNOS" consiste na apresentação musical de novos artistas da música brasileira, com transmissão ao vivo através de plataformas digitais e na realização de Curso de Produção Cultural.

PORTARIA Nº 487, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 464, de 29 de setembro de 2020 e a Portaria Mtur nº 12, de 28 de abril de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ PORCIUNCULA ALAY ESTEVES

ANEXO

Área: 1 ARTES CêNICAS (Artigo 18 , § 1º)
201434 - OPERAS YERMA e VIUVA ALEGRE - Theatro Municipal RJ
ASSOCIACAO DOS AM DO TEATRO MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO
CNPJ/CPF: 28.247.526/0001-90
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

201915 - Carmen Brasil
BRASIL 1500 LTDA-ME
CNPJ/CPF: 01.519.695/0001-85
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 06/08/2021 à 31/12/2021

202634 - COLEÇÕES
MAGALONA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 11.235.789/0001-86
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/07/2021 à 31/12/2021

202668 - DE FURDUNCO À CAFUNDO
4EVER PRODUÃÃES ARTISTICAS EIRELLI - ME
CNPJ/CPF: 26.896.254/0001-23
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 11/07/2021 à 31/12/2021

202908 - ENTRE HOMENS
MAGALONA PRODUÇÕES CULTURAIS LTDA ME
CNPJ/CPF: 11.235.789/0001-86
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 02/07/2021 à 31/12/2021

204842 - CCAF Centro Cultural Aliança Francesa - Plano Anual 2021
Casa de Cultura Francesa
CNPJ/CPF: 61.340.865/0001-91
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

Área: 3 MúSICA (Artigo 18 , § 1º)
193108 - Um Natal de Viola
INSTITUTO MEMORIA CAIPIRA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 02.273.884/0001-83
Cidade: Londrina - PR;
Prazo de Captação: 11/07/2021 à 31/12/2021

204122 - Orquestra Jovem do Rio Grande do Sul - Temporada 2021
Associação Orquestra Jovem do Rio Grande do Sul
CNPJ/CPF: 12.643.825/0001-03
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

205072 - PROJETO NO TOM DA VIDA - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES 2021
INSTITUTO ROBERTO SOUSA - IRS
CNPJ/CPF: 10.711.385/0001-59
Cidade: Paulista - PE;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

Área: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
191250 - 2ª FESTA LITERÁRIA DE PIRAPORA - FLIPI 2021
MARIA SÓTER VARGAS
CNPJ/CPF: 368.606.036-15
Cidade: Cataguases - MG;
Prazo de Captação: 16/07/2021 à 31/08/2021

204759 - Ler para Ser - Literatura como cidadania
Fundação Dorina Nowill Para Cegos
CNPJ/CPF: 60.507.100/0001-30
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

205224 - Mundo da Lua - Sem Limites para Sonhar
JEQUITIBA PROMOCOES E EVENTOS LTDA.
CNPJ/CPF: 11.885.341/0001-08
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/04/2021 à 31/12/2021

Área: 9 MUSEUS E MEMóRIA (Artigo 18 , § 1º)
205069 - MESTRE ANTONIO VIEIRA - SONGBOOK DIGITAL E EXPOSIÇÃO VIRTUAL
FARO Produções Cinematográficas Ltda
CNPJ/CPF: 12.543.206/0001-47
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2021 à 31/12/2021

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 51, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 459, de 05/08/2021, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02 e Portaria SPHAN 07/88;

III - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Portaria SPHAN 07/88;

IV - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo V desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

VI - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VII - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VIII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

IX - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HERBERT MOURA REGO

ANEXO I

01-Processo nº 01410.000051/2021-13
Projeto: Vistoria interventiva, prospecção sistemática e acompanhamento arqueológico na área de instalação dos Radares LP23SST-NG & RSM970S de Forte Príncipe da Beira
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Área de Abrangência: Município de Costa Marques, estado de Rondônia
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

02-Processo nº 01492.0000056/2003-93
Projeto: Monitoramento, Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial da Realocação das Aldeias da TI Uaçá
Arqueóloga Coordenadora: Cleiciane Aiane Noleto da Silva
Área de Abrangência: Município de Oiapoque, estado do Amapá
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

ANEXO II

01-Processo nº 01508.000380/2014-48
Projeto: Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da Rodovia PR-323: Duplicação da Rodovia PR-323 - 4A Trecho: Trevo do Gauchão - Acesso à Mariluz (km 229+624 - km 304+113)
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Área de Abrangência: Município de Umuarama, estado do Paraná
Prazo de Validade: 07 (sete) meses

02-Processo nº 01450.013202/2012-28
Projeto: Prospecção Intensiva na Área de Implantação da Linha de Transmissão 500 kV Manaus - Boa Vista, Subestação Lechuga (AM), Subestação Equador (RR) e Subestação Boa Vista (RR)
Arqueóloga Coordenadora: Tatiana Costa Fernandes
Área de Abrangência: Municípios de Manaus, Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva, estado do Amazonas E Municípios de São Luiz do Anauá, Rorainópolis, Mucajaí, Caracaraí, Cantá e Boa Vista, estado de Roraima
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

ANEXO III

01-Processo nº 01514.001865/2012-16
Projeto: Prospecção Arqueológica nas Cavidades Naturais Subterrâneas Mina Leste (Projeto Camargos e Ampliação de Lavra Mina Leste)
Arqueólogo Coordenador: Adriano Batista de Carvalho
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)
Área de Abrangência: Municípios de Itatiaiuçu, Mateus Leme e Igarapé, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

02-Processo nº 01516.000180/2020-34
Projeto: Conservação das Pinturas e Gravuras Rupestres nos Sítios de Abrigos do Complexo Arqueológico de Serranópolis
Arqueólogas Coordenadoras: Fernanda Elisa Costa Paulino e Resende e Sergia Meire da Silva
Área de Abrangência: Município de Serranópolis, estado de Goiás
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

ANEXO IV

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A
Empreendimento: Projeto Expansão Sul - Sistema Minas Rio
Processo nº 01514.001069/2020-85
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Projeto Expansão Sul - Sistema Minas Rio
Arqueólogo Coordenador: Bruno Leonardo Ricardo Ribeiro
Arqueólogo de campo: Elber Lima Glória

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - LAEP - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Município de Conceição do Mato Dentro, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Bondia Energia Ltda
Empreendimento: Parque Solar VEA II
Processo nº 01402.000792/2017-17
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Parque Solar VEA II
Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo Zanettini
Arqueóloga de Campo: Juliana Freitas
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Paleontologia - Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Área de Abrangência: Municípios de Brasileira e São João da Fronteira, estado do Piauí
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Riqueza Energética SPE Ltda
Empreendimento: PCH Riqueza
Processo nº 01510.002708/2016-83
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na PCH Riqueza
Arqueóloga Coordenadora: Vania Leandro de Sousa
Arqueóloga de Campo: Graciele Tules de Almeida
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM) - Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)
Área de Abrangência: Municípios de Descanso, Iporã do Oeste, Iraceminha e Riqueza, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ventos Tecnologia Elétrica Ltda
Empreendimento: Complexo Eólico Serra do Feiticeiro
Processo nº 01421.000114/2020-13
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Complexo Eólico Serra do Feiticeiro
Arqueóloga Coordenadora e de Campo: Gracilene Eufigênia dos Santos Coelho
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Departamento de História - Larq-CCHLA-Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)
Área de Abrangência: Município de Lajes, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 01 (um) mês

05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Vale S.A
Empreendimento: Área de Empréstimo OC-118
Processo nº 01450.000731/2021-52
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Área de Empréstimo OC-118
Arqueólogo Coordenador: Bruno Leonardo Ricardo Ribeiro
Arqueóloga de Campo: Patrícia Fernanda Carvalho de Sousa
Área de Abrangência: Município de Mara Rosa, estado de Goiás
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Vale S.A
Empreendimento: Área de Empréstimo OC-117
Processo nº 01450.000730/2021-16
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Área de empréstimo OC-117
Arqueólogo Coordenador: Bruno Leonardo Ricardo Ribeiro
Arqueóloga de Campo: Patrícia Fernanda Carvalho de Sousa
Área de Abrangência: Município de Alto Horizonte, estado de Goiás
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

07-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Vale S.A
Empreendimento: Área de Empréstimo OC-114
Processo nº 01450.000728/2021-39
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Área de Empréstimo OC-114
Arqueólogo Coordenador: Bruno Leonardo Ricardo Ribeiro
Arqueólogo de Campo: Patrícia Fernanda Carvalho de Sousa
Área de Abrangência: Município de Mara Rosa, estado de Goiás
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Vale S.A
Empreendimento: Área de Empréstimo AO-101
Processo nº 01450.000727/2021-94
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Área de Empréstimo AO-101
Arqueólogo Coordenador: Bruno Leonardo Ricardo Ribeiro
Arqueóloga de Campo: Patrícia Fernanda Carvalho de Sousa
Área de Abrangência: Município de Nova Iguaçu de Goiás, estado de Goiás
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Vale S.A
Empreendimento: Área de Empréstimo OC-116
Processo nº: 01450.000729/2021-83
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Área de Empréstimo OC-116, nova jazida OC 116-A e inclusão das jazidas OC 001, OC KM8A, OC KM8B e OC KM8C
Arqueólogo Coordenador: Bruno Leonardo Ricardo Ribeiro
Arqueóloga de Campo: Patrícia Fernanda Carvalho de Sousa
Área de Abrangência: Município de Mara Rosa, estado de Goiás
Prazo de Validade: 03 (três) meses

10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Vale S.A
Empreendimento: Área de Empréstimo OC-113
Processo nº 01450.000780/2021-95
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Área de Empréstimo OC-113
Arqueólogo Coordenador: Bruno Leonardo Ricardo Ribeiro
Arqueóloga de Campo: Patrícia Fernanda Carvalho de Sousa
Área de Abrangência: Município de Nova Iguaçu de Goiás, estado de Goiás
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

ANEXO V

01-Enquadramento IN: III
Empreendedor: Loteamento Residencial Jardim Amália SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Jardim Amália
Processo nº 01506.005474/2016-95
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico na área de implantação do Loteamento Jardim Amália
Arqueólogo Coordenador: Fernando Figali Moreira Júnior
Arqueólogo de Campo: José Eduardo Abrahão
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Mogi-Guaçu, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

02-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Central Eólica Acauã III S.A
Empreendimento: Linha De Transmissão 230 kV SE Acauã - Se Lagoa Nova II
Processo nº 01421.000091/2020-47
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico na Linha De Transmissão 230 kV SE Acauã - Se Lagoa Nova II
Arqueólogo Coordenador: Pedro Henrique Santos Gaspar Melo
Arqueólogos de Campo: Ana Flávia Sousa Silva, Luzia Maria de Souza Carvalho, Rafael Barreto Ruben Siqueira Negreiros, Rômulo Timóteo Macêdo Barbosa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia O Homem Potiguar - Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)
Área de Abrangência: Municípios de Lagoa Nova e São Vicente, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 08 (oito) meses

03-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe
Empreendimento: Rodovia Rita Cacete
Processo nº 01504.000511/2019-31
Projeto: Salvamento Arqueológico na Área de Implantação da Rodovia Rita Cacete
Arqueólogos Coordenadores: Marcelo Iury de Oliveira, Daniela Mendes Neiva Oliveira e Jacqueline Barreto Leite
Arqueólogos de Campo: Jacqueline Barreto Leite, Marcus Vinícius Pereira Santos da Silva e Priscyla Fernanda Oliveira Viana
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia do Xingó - MAX - Universidade Federal do Sergipe (UFS)
Área de Abrangência: Município de São Cristóvão, estado de Sergipe
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Departamento de Edificações e de Rodovias do Estado do Espírito Santo - DER/ES
Empreendimento: Implantação e Pavimentação da rodovia ES-115, trecho Nova Almeida a Santa Cruz
Processo nº 01409.000151/2021-71
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na ADA do Projeto de Implantação e Pavimentação da rodovia ES-115, trecho Nova Almeida a Santa Cruz
Arqueólogo Coordenador: Fernando Walter da Silva Costa
Arqueólogo de Campo: Fernando Walter da Silva Costa
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Municípios de Serra, Fundão e Aracruz, estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

05-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Bassari Mineração Ltda
Empreendimento: Mina da Conquista
Processo nº 01514.000980/2020-75
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Mina da Conquista
Arqueóloga Coordenadora: Juliana de Souza Cardoso
Arqueólogo de Campo: Uelde Ferreira de Souza
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)
Área de Abrangência: Município de Barão de Cocais, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

06-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Portofino Agropastoril Ltda
Empreendimento: Loteamento Parque dos Girassóis
Processo nº 01508.000441/2021-04
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Parque dos Girassóis
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Arqueóloga de Campo: Amanda Lopes da Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Cascavel, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

07-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Voltalia Energia do Brasil Ltda
Empreendimento: Complexo Fotovoltaico Serra da Borracha
Processo nº 01502.000844/2021-03
Projeto: Avaliação de Potencial Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Complexo Fotovoltaico Serra da Borracha
Arqueólogo Coordenador: Wesley Charles de Oliveira
Arqueólogo Campo: Daniel Henrique Silva Santos
Área de Abrangência: Município de Curaçá, estado da Bahia
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

08-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Voltalia Energia do Brasil Ltda
Empreendimento: Complexo Eólico Canudos III
Processo nº 01502.000451/2021-91
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Influência do Complexo Eólico Canudos III
Arqueólogo Coordenador: Fábio Origuela de Lira
Arqueólogo de Campo: Pedro Antônio Carvalho Teixeira
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso - CAAPA - Universidade Estadual da Bahia (UNEB)
Área de Abrangência: Municípios de Canudos e Jeremoabo, estado da Bahia
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Macedo Fortes Empreendimentos Ltda
Empreendimento: Conjunto habitacional Pinheiro Park
Processo nº 01402.000339/2020-06
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Conjunto habitacional Pinheiro Park
Arqueólogo Coordenador: Hebert Rogério do Nascimento Coutinho
Arqueólogo de Campo: Alírio Rodrigues Simião Neto
Apoio Institucional: Museu Dom Avelar Brandão Vilela - Fundação Cultural Cristo Rei
Área de Abrangência: Município de Teresina, estado do Piauí
Prazo de Validade: 03 (três) meses

10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Marno Barros de Oliveira
Empreendimento: Condomínio Ilha Prime Pinheiro (Antigo Condomínio Cohama)
Processo nº 01494.000055/2021-19
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Condomínio Ilha Prime Pinheiro (Antigo Condomínio Cohama)
Arqueóloga Coordenadora e de Campo: Laura Cecília Fernandes de Melo

Apoio Institucional: Reserva Técnica da Universidade Federal do Maranhão - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Área de Abrangência: Município de São Luís, estado do Maranhão
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

11-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Complexo Tanque Novo Energias Renováveis S.A
Empreendimento: Complexo Eólico Tanque Novo
Processo nº 01502.000948/2021-18
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para o Empreendimento Complexo Eólico Tanque Novo
Arqueólogo Coordenador: Cláudio César de Souza e Silva
Arqueólogo de Campo: Gilmar D'Oliveira Silva
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Paleontologia - LAP - Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Área de Abrangência: Municípios de Caetité e Tanque Novo, estado da Bahia
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

12-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Praia do Castelo Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Praia do Castelo
Processo nº 01502.000937/2020-49
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Influência do Empreendimento Praia do Castelo
Arqueólogo Coordenador: Ricardo Augusto Silva Nogueira
Arqueóloga de Campo: Márcia Cristina Labanca Ribeiro
Apoio Institucional: Casa da Torre Garcia D'Ávila - Fundação Garcia D´Ávila
Área de Abrangência: Município de Mata de São João, estado da Bahia
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

13-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Conrado Village SPE Ltda
Empreendimento: Conrado Village
Processo nº 01508.000467/2021-44
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Empreendimento Conrado Village
Arqueólogo Coordenador e de Campo: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história - LAEE - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Prudentópolis, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

14-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Lecon Empreendimentos Ltda
Empreendimento: Loteamento Jardim Verona
Processo nº 01508.000277/2021-27
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Loteamento Jardim Verona
Arqueólogo Coordenador: Fábio Isidio dos Santos
Arqueólogo de Campo: Rafael Casagrande da Rosa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história - LAEE - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Apucarana, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

15-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Rottas 8 Construtora e Incorporadora de Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda
Empreendimento: Residencial Saltinho
Processo nº 01508.000443/2021-95
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do Residencial Saltinho
Arqueólogo Coordenador e de Campo: Felipe Roger Alves Glória
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história - LAEE - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Londrina, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

16-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: MBL Educacional Ltda
Empreendimento: Maple Bear Linhares
Processo nº 01409.000152/2021-15
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Maple Bear Linhares
Arqueólogo Coordenador: Mauro Almeida e Silva
Arqueólogo de Campo: Mauro Almeida e Silva
Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra
Área de Abrangência: Município de Linhares, estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

17-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Rogério Feitani (Prefeitura Municipal de Jaguaré)
Empreendimento: Loteamento Empresarial de Barra Seca
Processo nº 01409.000048/2019-14
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico no Loteamento Empresarial de Barra Seca
Arqueólogo Coordenador: Filipe André do Nascimento Coelho
Arqueólogo de Campo: Rafael Borges Deminicis
Apoio Institucional: Museu da História de São Mateus - Prefeitura Municipal de São Mateus
Área de Abrangência: Município de Jaguaré, estado do Espírito Santo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

18-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Millenium Bioenergia S.A
Empreendimento: Usina de Biocombustível
Processo nº 01425.000120/2020-31
Projeto: Gestão Do Patrimônio Arqueológico Millenium Jaciara Bioenergia
Arqueólogo Coordenador: Rafael Casagrande da Rosa
Arqueólogo de Campo: Fábio Isidio dos Santos
Apoio Institucional: Museu de História Natural de Mato Grosso Casa Dom Aquino
Área de Abrangência: Município de Jaciara, estado do Mato Grosso
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

19-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Fundação Pio XII
Empreendimento: Hospital de Amor
Processo nº 01504.000213/2021-66
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Hospital de Amor
Arqueóloga Coordenadora: Clara Reis de Arimatéia
Arqueóloga de Campo: Bruna Silva Santos
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Xingó - MAX - Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Área de Abrangência: Município de Lagarto, estado de Sergipe
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

20-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mineração Serra Azul Ltda
Empreendimento: Mina Barão
Processo nº 01514.001169/2020-10
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - Mina Barão
Arqueólogo Coordenador: Osmar Hilário da Silva
Arqueólogo de Campo: Thiago de Souza Nascimento
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Município de Barão de Cocais, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 08 (oito) meses

21-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Mineração Granduvale Ltda
Empreendimento: Granduvale Mineração - Mina GDV VII
Processo nº 01514.001247/2020-78
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Granduvale Mineração - Mina GDV VII
Arqueóloga Coordenadora: Sabrina Alves de Mello
Arqueóloga de Campo: Sabrina Alves de Mello
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)
Área de Abrangência: Município de Taiobeiras, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 03 (três) meses

22-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Cemig Geração e Transmissão S.A - CEMIG GT
Empreendimento: UTE Juatuba
Processo nº 01514.001547/2020-57
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico - UTE Juatuba
Arqueóloga Coordenadora: Inês de Oliveira Noronha
Arqueólogo de Campo: Paulo Eduardo de Oliveira Enéas
Apoio Institucional: Museu de Ciências Naturais - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG)
Área de Abrangência: Municípios de Juatuba e Betim, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 03 (três) meses

23-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Congonhas Agronegócios Ltda
Empreendimento: Fazenda Congonhas
Processo nº 01514.001434/2020-51
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico nas áreas da Fazenda Congonhas
Arqueólogo Coordenador: Ricardo Augusto Silva Nogueira
Arqueólogo de Campo: Willy Eduardo Hochleitner
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
Área de Abrangência: Município de Ibiá, estado de Minas Gerais
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

24-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Habiarte Barc Construtores Ltda
Empreendimento: Loteamento Calvest
Processo nº 01506.001008/2021-06
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do Loteamento Calvest
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueóloga de Campo: Adriana Cardoso da Silva
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Franca, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

25-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: ESB Engenharia Ltda
Empreendimento: CGH David B. Furlan
Processo nº 01510.000533/2021-37
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da CGH David B. Furlan
Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber
Arqueólogo de Campo: Jedson Francisco Cerezer
Apoio Institucional: Fundação Genésio Miranda Lins - Museu Etno-Arqueológico de Itajaí
Área de Abrangência: Municípios de Mondaí, Riqueza e Caibi, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

26-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: SPIC Brasil Energia Participações S.A
Empreendimento: Projeto Solar São Simão
Processo nº 01516.000632/2020-88
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área do Projeto Solar São Simão
Arqueólogo Coordenador: Valdinêy Amaral leite
Arqueólogo de Campo: Marcelo Yuri de Oliveira
Apoio Institucional: Museu Histórico de Jataí Joaquim Honório de Campos
Área de Abrangência: Município de São Simão, estado de Goiás
Prazo de Validade: 03 (três) meses

27-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: PNDL 04 Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Castello Branco Business Park
Processo nº 01506.000714/2021-22
Projeto: Acompanhamento Arqueológico do Castello Branco Business Park
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Eder Dutra Marques
Apoio Institucional: Museu Municipal Elisabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Barueri, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

28-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF 5ª SR
Empreendimento: Sistema de abastecimento de água para consumo humano, com captação no Canal do Sertão Alagoano, Subsistema VII
Processo nº 01403.000116/2021-10
Projeto: Acompanhamento Arqueológico - Sistema de abastecimento de água para consumo humano, com captação no Canal do Sertão Alagoano, Subsistema VII
Arqueóloga Coordenadora e de Campo: Tatiane Maria Soares
Área de Abrangência: Município de Delmiro Gouveia, estado de Alagoas
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

29-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: 4TRO Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Loteamento Parque dos Buritis
Processo nº 01401.000078/2021-15
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de Implantação do Loteamento Parque dos Buritis
Arqueólogo Coordenador e de Campo: Pedro Victor Sartori Cassioti
Área de Abrangência: Município de Bataguassú, estado do Mato Grosso do Sul

Prazo de Validade: 03 (três) meses

30-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Construtora e Imobiliária Tropical Ltda
Empreendimento: Edifício Deck Tropical
Processo nº 01402.000202/2021-24
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação do Empreendimento Edifício Deck Tropical
Arqueólogo Coordenador: Welington Lage
Arqueólogo de Campo: Danyel Douglas Miranda de Almeida
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia e Paleontologia - MAP - Universidade Federal do Piauí (UFPI)
Área de Abrangência: Município de Teresina, estado do Piauí
Prazo de Validade: 02 (dois) meses

31-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: FWI Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Galpões para locação - FWI Empreendimentos Imobiliários Ltda
Processo nº 01506.901523/2017-01
Projeto: Acompanhamento Arqueológico do empreendimento Galpões para locação - FWI Empreendimentos Imobiliários Ltda
Arqueóloga Coordenadora: Erika Marion Robrahn-González
Arqueólogo de Campo: Daniel Pinc Luciano
Área de Abrangência: Municípios de São Roque e Araçariguama, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 07 (sete) meses

32-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Residencial Capadócia Piraju e Reserva da Lagoa Empreendimentos Imobiliários SPE
Empreendimento: Residencial Capadócia
Processo nº 01506.000326/2021-41
Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico na Área do Residencial Capadócia
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: Fernando Figali Moreira Júnior
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Piraju, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 06 (seis) meses

33-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: IM Empreendimentos e Cia Ltda
Empreendimento: Julcie - Condomínio de Casas Residenciais
Processo nº 01494.000172/2021-74
Projeto: Acompanhamento Arqueológico para o Empreendimento Julcie - Condomínio de Casas Residenciais
Arqueóloga Coordenadora e de Campo: Láyse Monnyse Araújo Oliveira Viana
Área de Abrangência: Município de São José de Ribamar - estado do Maranhão
Prazo de Validade: 01 (um) mês

34-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Secretária de Estado de Transportes- Governo do Pará
Empreendimento: Rodovia Trecho 1 - Baixo Amazonas Óbidos- Oriximiná (PA 437- PA 254- PA 439)
Processo nº 01492.000202/2020-81
Projeto: Acompanhamento arqueológico ao Trecho 1 do Prodeir - Rodovia PA 254 - Captólio: entroncamento da PA 239 a Vila Cipoal
Arqueólogo Coordenador: Felipe Silva Sales
Arqueóloga de Campo: Suele Magalhães Cerqueira
Área de Abrangência: Municípios de Óbidos e Oriximiná, estado do Pará
Prazo de Validade: 19 (dezenove) meses

35-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Secretaria de Estado de Transportes - Governo do Pará
Empreendimento: Rodovia Trecho 1 - Baixo Amazonas Óbidos- Oriximiná (PA 437- PA 254- PA 439)
Processo nº 01492.000202/2020-81
Projeto: Acompanhamento arqueológico ao Trecho 1 do Prodeir - Rodovia PA 439 - Via Oeste: entre Oriximiná KM 08 e o entroncamento da BR-163/PA-254 (Onças)
Arqueólogo Coordenador: Felipe Silva Sales
Arqueóloga de Campo: Amanda Paes Landim Silva
Área de Abrangência: Município de Oriximiná, estado do Pará
Prazo de Validade: 12 (doze) meses

PORTARIA Nº 52, DE 27 DE AGOSTO DE 2021

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 459, de 05/08/2021, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve revogar:

I-Autorização nº 01, Anexo I, Seção 1, Pág. 05, Portaria nº 27/2019, publicada no Diário Oficial da União em 29/04/2019, em nome do Sr. Paulo Eduardo Zanettini, referente ao Processo nº 01422.000120/2011-70, Projeto: "Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial - Extração, Infraestrutura Associada e Fabricação de Superfostato Simples", tendo em vista solicitação do arqueólogo coordenador.

HERBERT MOURA REGO

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 43, de 09 de julho de 2021, Seção 1, Anexo IV, Página 127, Autorização nº 01, processo 01514.002518/2016-26, publicada em 12/07/2021, onde se lê: "Arqueóloga de Campo: Letícia Ribeiro Ferreira da Silva", leia-se: "Arqueóloga de Campo: Nathalia Rodrigues de Lima".

Na Portaria nº 43, de 09 de julho de 2021, Seção 1, Anexo V, Página 129, Autorização nº 32, processo nº 01514.000412/2021-55, publicada em 12/07/2021, onde se lê: "Arqueólogos de Campo: Saulo Ivan Nery e Eder Dutra Marques", leia-se: "Arqueólogo de Campo: Eder Dutra Marques".

Na Portaria nº 39, de 18 de junho de 2021, Seção 1, Anexo V, Página 139, Autorização nº 24, processo 01401.000132/2020-33, publicada em 21/06/2021, onde se lê: "Arqueólogo de Campo: Adolfo Yuji Okuyama", leia-se: "Arqueólogo de Campo: Evair Corrêa Moura".

Na Portaria nº 48, de 13 de agosto de 2021, Seção 1, Anexo III, Página 100, Autorização nº 01, processo nº 01402.000289/2021-30, publicada em 16/08/2021, onde se lê: "Projeto: Análise químico-mineralógica de vestígios arqueológicos do litoral piauiense: a busca por padrões de identidade social e tecnológica de grupos humanos pré-históricos", leia-se: "Projeto: Proposta de análise interpretativa para sítios de arte rupestre do município de Castelo do Piauí (PI)".

FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES

PORTARIA FUNARTE Nº 368, DE 26 DE AGOSTO DE 2021

O Presidente da FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES - FUNARTE, nomeado pela Portaria nº 356, de 19 de abril de 2021, publicada no D.O.U. de 20 de abril de 2021, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V artigo 14, do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 5.037 de 07 de abril de 2004, publicado no D.O.U. de 08 de abril de 2004,

CONSIDERANDO os artigos 215, 216 e 216-A da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

CONSIDERANDO o Plano Nacional da Cultura, instituído pela Lei nº 12.343, de 02 de dezembro de 2010, cuja vigência foi prorrogada até 02 de dezembro de 2022;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Cultura Viva, instituída pela Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014;

CONSIDERANDO o Sistema Federal de Cultura, instituído pelo Decreto nº 5.520, de 24 de agosto de 2005;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 01531.000025/2021-19,

CONSIDERANDO que a FUNARTE:

- dentre seu patrimônio, administra espaços e demais equipamentos artístico-culturais voltados para o alcance de sua missão institucional;

- tem por finalidade promover e incentivar a produção, a prática e o desenvolvimento das atividades artísticas e culturais no território nacional e, especialmente, promover ações destinadas à difusão do produto e da produção artística e cultural;

- deve estimular o uso do seu patrimônio para a realização de manifestações artístico-culturais, incentivando a criatividade e a inovação nas artes;

- no exercício de sua missão institucional de fomentar as artes, necessita formular diretrizes, estratégias e regulamentos para o bom uso do seu patrimônio em benefício da sociedade, em especial dos artistas, dos produtores e do público das artes em geral;, resolve:

Art. 1º Esta Portaria regulamenta o uso dos espaços e demais equipamentos artístico-culturais administrados pela FUNARTE, mediante a outorga de permissão de uso, de caráter precário, oneroso ou não oneroso, com ou sem encargos.

Art. 2º. Para efeitos desta Portaria consideram-se:

I - Espaços artístico-culturais: salas, salas multiuso, teatros, galerias, galpões, salas de ensaio, ateliês, auditórios, arenas, áreas externas e demais bens imóveis que integram o patrimônio público da Fundação Nacional de Artes - FUNARTE ou por ela seja administrado, para que possam ser realizadas atividades artísticas e culturais inerentes a sua missão e planejamento estratégico institucional;

II - Equipamentos culturais: todo e qualquer bem móvel ou imóvel suscetível de uso por terceiros em atividades artísticas e culturais;

III - Cadastro Prévio: rotina de publicidade para o cadastro de interessados em ocupar os espaços e demais equipamentos artístico-culturais da FUNARTE, com registro cronológico e critérios objetivos para aferição da pertinência temática, com divulgação prévia dos espaços, das pautas e dos períodos a serem preenchidos;

IV - Seleção de projetos: processo seletivo mediante a divulgação de edital, com ou sem remuneração para os contemplados, a ser regido pela Portaria MinC nº 29/2009 e pela Lei nº 14.133/2021, naquilo que couber;

V - Chamamento Público: procedimento para seleção de projetos artístico-culturais, mediante a adoção de parceria com organizações da sociedade civil, com ou sem transferência de recursos financeiros, a ser disciplinado pela Lei nº 13.019/2014 e pelo Decreto nº 8.729/2016;

VI - Outorgas Ordinárias: aquelas ocupações provenientes dos desdobramentos decorrentes dos resultados obtidos nos incisos III a V deste artigo;

VII - Outorgas Extraordinárias: aquelas que, independentemente dos procedimentos previstos nos incisos III a V deste artigo, visam a atender temática artístico-cultural específica e de relevância cultural, cuja notoriedade e importância social justifiquem tal iniciativa, ou, ainda, aquelas destinadas a preenchimento de pautas vazias, e que, em todos os casos, não se justifique ou não se mostre adequado o prévio procedimento seletivo ou de cadastro, desde que a pauta seja solicitada para uso durante o horário e os dias de funcionamento previstos em regulamentos próprios;

VIII - Permissionário(a): pessoa, física ou jurídica, que autorizada a utilizar o equipamento artístico-cultural da FUNARTE, mediante a outorga da Permissão de Uso do equipamento, assina o Termo de Responsabilidade e Compromisso Anexo 1 desta Portaria.

IX - Termo de Responsabilidade e Compromisso: instrumento a ser firmado pelo(a) Permissionário(a) perante a Permitente, com fundamento na Outorga da Permissão de Uso do bem público, no qual o interessado assume obrigações e se responsabiliza pelo fiel cumprimento de sua proposta/projeto.

Parágrafo Primeiro. A rotina prevista no item III do caput deste artigo deverá compreender, obrigatoriamente, o acesso do interessado através de sítio eletrônico a ser informado no ato convocatório, onde estarão disponíveis todas as informações necessárias, assim como orientações, formulários e questionários próprios para o equipamento artístico-cultural, que deverão ser preenchidos e enviados juntamente com a documentação preliminar.

Parágrafo Segundo. As dúvidas relacionadas ao cadastro prévio ou a qualquer outra questão relacionada à ocupação dos espaços tratados nesta Portaria deverão ser dirimidas junto à FUNARTE, nos seguintes endereços eletrônicos, a depender da localização:

Brasília - DF: pauta.bsb@funarte.gov.br;

São Paulo - SP: comunicacao.sp@funarte.gov.br;

Belo Horizonte - MG: funarte.mg@funarte.gov.br ou casafunarteliberdade@funarte.gov.br;

Rio de Janeiro - RJ: Teatro Glauce Rocha e Teatro Dulcina - teatro@funarte.gov.br;

Teatro Cacilda Becker - danca@funarte.gov.br;

Casa Paschoal Carlos Magno - casapaschoalcarlosmagno.teatroduse@funarte.gov.br.

Parágrafo Terceiro. Em todas as formas de preenchimento de pautas nos equipamentos artístico-culturais da FUNARTE deverão ser observadas as disposições desta Portaria, além do regulamento de cada espaço e do instrumento de Termo de Responsabilidade e Compromisso padrão constante do Anexo I.

Art. 3º. Quando, consonante com a Política Nacional da Cultura, haja iniciativa de homenagear pessoa, ato ou qualquer momento histórico, incluindo atividades previstas em programações oficiais, seja por projeto próprio da FUNARTE, de outro ente da administração pública federal, estadual, distrital ou municipal, de pessoas físicas ou jurídicas particulares, ou, ainda, por iniciativa conjunta, se presente o interesse público, a FUNARTE poderá dar prioridade para essa iniciativa, reservando ou alterando pautas, inclusive pautas já conferidas aos permissionários, sem que isso importe em indenizações de quaisquer ordens.

Parágrafo Único. Quando houver alteração de pautas na forma da parte final do parágrafo anterior, o permissionário que for privado terá prioridade em pautas futuras para o uso do espaço ou equipamento artístico-cultural no qual estava prevista a outorga da permissão, mediante comum acordo.

Art. 4º. Esta Portaria será aplicada para todos os espaços e demais equipamentos artístico-culturais geridos pela FUNARTE, em todo o território nacional, localizados em imóveis próprios ou naqueles em que exerce a posse, a que título for.

Art. 5º. Os espaços e demais equipamentos artístico-culturais poderão ser utilizados em atividades diretamente ligadas às artes, como por exemplo: apresentações, exposições, ensaios, oficinas, treinamentos, cursos livres e certificados.

Art. 6º. O prazo das outorgas referidas nesta Portaria não poderá ser superior ao período de 3 (três) meses, podendo ser prorrogado por um igual período, e somente uma única vez.

Parágrafo Único. O prazo previsto no caput deste artigo poderá ser estipulado em período superior em casos especiais, presente o interesse público, devidamente justificado e autorizado pela autoridade competente.

Art. 7º. A outorga de permissão de uso não garante ao permissionário direito a indenizações ou compensações de quaisquer naturezas, no caso de suspensão, extinção ou qualquer outra forma de revogação da permissão, desde que presente o interesse da Administração.

Art. 8º. A FUNARTE deverá adotar o modelo de Termo de Responsabilidade e Compromisso, constante do Anexo I desta Portaria, para todas as situações de permissão de uso dos espaços e equipamento artístico-culturais tratados nesta Portaria, devendo o referido instrumento ser observado pelos gestores dos espaços e demais equipamentos artístico-culturais.

Parágrafo Único. O instrumento previsto no caput dispensa sua publicação no DOU, sem prejuízo da publicidade da outorga que o originou, seja na imprensa oficial ou no site da FUNARTE.

Art. 9º. As outorgas de permissão de uso previstas nesta Portaria deverão ser formalizadas mediante a abertura de procedimentos próprios no sistema SEI.

Parágrafo Primeiro. No caso de outorgas em que, pela imprevisibilidade, não haja tempo hábil para a abertura de procedimento específico, o Gestor do espaço providenciará o devido registro em livro próprio, submetendo a outorga aos critérios e orientações existentes para a permissão de uso, promovendo a divulgação do evento no site institucional.

Parágrafo Segundo. Para as outorgas concedidas na forma do parágrafo anterior, o servidor responsável deverá providenciar relatório mensal mediante abertura de NUP (Número Único de Protocolo) no sistema SEI para o devido apostilamento desses eventos, visando a dar conhecimento à autoridade máxima da FUNARTE.

Parágrafo Terceiro. Os atos convocatórios previstos nesta Portaria devem conter em suas disposições menção aos interessados de que no uso dos espaços/equipamentos culturais serão obrigatoriamente observadas as regras predefinidas pela Administração para o local; bem como trazer entre seus anexos a minuta de Termo de Responsabilidade e Compromisso, constante do Anexo I, a ser assinado pelos contemplados.

Parágrafo Quarto. As outorgas poderão ser dadas no próprio ato de divulgação dos contemplados. O modelo constante do Anexo II desta Portaria poderá ser utilizado para as outorgas, com as necessárias adaptações, se for o caso.

Art. 10. As permissões de uso tratadas nesta Portaria não prescindem da observação dos Regulamentos de Uso dos espaços, os quais farão parte integrante do Termo de Responsabilidade e Compromisso constante do Anexo I desta Portaria, independente de transcrição.

Parágrafo Primeiro. Os Regulamentos de Uso dos espaços e demais equipamentos artístico-culturais da FUNARTE deverão ser elaborados mediante iniciativa de cada gestor dos espaços, observando, no que couber, as disposições desta Portaria;

Parágrafo Segundo. Na ausência do Regulamento de Uso dos espaços acima citado, a FUNARTE, na qualidade de Permitente, juntamente com os(as) ocupante(s), na qualidade de Permissionários(as), definirão de comum acordo o uso adequado do espaço, respeitando os princípios da administração pública, podendo, ainda, servir-se das rotinas já implementadas em outros espaços artístico-culturais da FUNARTE.

Parágrafo Terceiro. O Regulamento de Uso previsto no caput deve conter, no mínimo, o seguinte conteúdo:

Manutenção do espaço e/ou equipamento artístico-cultural nas condições em que foi entregue;

Devolução do espaço nas condições em que foi entregue (incluindo reparos necessários, desde que a eventual avaria não seja decorrente do uso comum do equipamento/material, ressalvando materiais de consumo, tais como lâmpadas comuns, interruptores, torneiras etc.);

Minuta de Declaração de que o interessado/usuário tem conhecimento das especificações e capacidades técnicas do espaço, a ser apresentada antes da assinatura do Termo de Responsabilidade e Compromisso;

Horários de funcionamento;

Disposição prevendo que os horários poderão ser revistos, provisória ou permanentemente, mediante prévio aviso da FUNARTE, através de Portaria, com a posterior divulgação no site institucional;

Definição dos acessos de entrada e saída da equipe artística e/ou cultural e do público, bem como dos materiais e equipamentos de propriedade da produção da atividade artística e/ou cultural que receberá a outorga de permissão de uso do espaço ou equipamento;

A condição da presença de ao menos um representante/técnico integrante da equipe da FUNARTE durante o uso por parte do interessado;

Disposição prevendo que as ocupações serão individualizadas em procedimentos próprios, observando-se as normas internas que regem as permissões de uso dos espaços artístico-culturais da FUNARTE, o ato convocatório e o Termo de Responsabilidade e Compromisso.

Regulamentação que garanta a preservação do patrimônio público, dos espaços, dos equipamentos e materiais que integram os bens da FUNARTE.

Atribuições e responsabilidades da produção da atividade artística e cultural, regras de bilheteria, publicidade e propaganda.

Parágrafo Quarto. Fica estabelecida a orientação para que os gestores dos espaços da FUNARTE criem periodicamente um cronograma para recebimento de "PEDIDOS DE PAUTAS", estabelecendo: a) o período para o recebimento dos pedidos; b) o prazo para divulgação; e c) o calendário trimestral das respectivas ocupações, a iniciar em janeiro de cada ano. Ex.: "A cada trimestre a FUNARTE abrirá procedimento, nos primeiros 2 (dois) meses, para o recebimento dos "Pedidos de Pauta" e divulgará os contemplados a ocupar [identificar o espaço] no trimestre seguinte".

Art. 11. Esta Portaria não define as diretrizes para a elaboração de edital de chamamento, editais de seleção de projetos ou rotinas de prévio cadastro de interessados na ocupação dos espaços e demais equipamentos artístico-culturais, os quais deverão ser objetos de procedimentos próprios em observação à legislação correlata;

Art. 12. Quando não houver na ocupação do equipamento artístico-cultural qualquer tipo de remuneração ao Permissionário, para a comprovação da regularidade do interessado poderá ser exigida, quando pessoas jurídicas, a comprovação da regularidade com o INSS, FGTS, Fazenda Pública Federal e Trabalhista e, quando pessoas físicas, a quitação com a Fazenda Federal.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TAMOIO ATHAYDE MARCONDES

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

1ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PAUTA DA 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 2021

Hora: 10:00h

Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Comunicados e Assuntos Gerais:

1 - Coordenador(a) da CCR.

2 - Membros da CCR.

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Recursos administrativos

Processo IC-001029.2020.01.004/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DISQUE 100 - OUVIDORIA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, INQUIRIDO: SARGENTO FERRAGENS LTDA - Relatora: Dra. Andréa Isa Rípoli.

Processo NF-000448.2021.12.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: A APURAR, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE PÚBLICA ESTADUAL E PRIVADA DE FLORIANÓPOLIS E REGIÃO - Relatora: Dra. Ileana Neiva Mousinho.

Processo NF-001969.2021.15.000/0 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ACCELL SOLUÇÕES PARA ENERGIA E ÁGUA LTDA (ANTIGA ITRON SOLUÇÕES PARA ENERGIA E AGUA LTDA), NOTICIANTE: MPT - PRT 15ª REGIÃO, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS METALURGICAS, MECANICAS, DE MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO E DE FIBRA OPTICA DE CAMPINAS, AMERICANA, INDAIATUBA, MONTE MOR, NOVA ODESSA, PAULÍNIA, SUMARÉ E VALINHOS - Relatora: Dra. Renata Coelho Vieira.

II - Declínios de atribuições

Processo IC-002192.2020.05.000/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE ANÔNIMO, INQUIRIDO: ESTADO DA BAHIA (SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES) - Relatora: Dra. Renata Coelho Vieira.

III - Demais Procedimentos para análise revisional

PRT 1ª Região-RJ - IC-000915.2016.01.004/0, IC-006513.2017.01.000/4, IC-006432.2018.01.000/6, IC-000039.2019.01.002/7, IC-000694.2019.01.004/5, IC-006615.2020.01.000/2, IC-000971.2021.01.000/4, IC-000087.2021.01.001/7, NF-000353.2021.01.006/9, IC-000904.2017.01.004/9, IC-004282.2018.01.000/7, IC-005346.2018.01.000/9, IC-000964.2018.01.006/7, IC-000255.2018.01.007/0, IC-001083.2019.01.000/5, IC-002001.2019.01.000/1, IC-005181.2019.01.000/4, IC-001918.2020.01.000/0, IC-005695.2020.01.000/5, IC-006420.2020.01.000/7, IC-006505.2020.01.000/9, IC-006844.2020.01.000/0, IC-008116.2020.01.000/8, PP-008371.2020.01.000/3, IC-000010.2021.01.000/7, NF-001183.2021.01.000/0, NF-002035.2021.01.000/0, IC-001758.2011.01.000/0, IC-002709.2018.01.000/4, IC-004051.2018.01.000/8, IC-004062.2018.01.000/0, IC-000409.2019.01.000/1, IC-000599.2019.01.005/0, IC-000666.2019.01.006/8, IC-000926.2019.01.006/3, IC-004118.2020.01.000/6, IC-004758.2020.01.000/5, IC-006310.2020.01.000/3, NF-001809.2021.01.000/3, NF-002209.2021.01.000/8, PP-000011.2021.01.006/5, IC-000868.2016.01.004/7, IC-004514.2020.01.000/3, PP-006326.2020.01.000/2, NF-001253.2021.01.000/9 - PRT 2ª Região-SP - IC-003200.2019.02.000/0, IC-005380.2019.02.000/4, IC-007294.2019.02.000/1, IC-004324.2020.02.000/6, IC-004557.2020.02.000/6, IC-000865.2021.02.000/6, IC-001306.2021.02.000/1, PP-001520.2021.02.000/6, PP-001560.2021.02.000/1, PP-001672.2021.02.000/6, IC-002284.2021.02.000/2, NF-004121.2021.02.000/7, NF-004394.2021.02.000/2, IC-000057.2021.02.003/9, IC-000815.2018.02.002/7, IC-000590.2019.02.000/0, IC-000784.2019.02.000/4, IC-004702.2019.02.000/5, IC-000357.2019.02.005/3, IC-001449.2020.02.000/9, IC-000209.2020.02.005/0, NF-003615.2021.02.000/0, NF-003751.2021.02.000/1, NF-004126.2021.02.000/4, NF-000445.2021.02.001/0, NF-000299.2021.02.002/6, NF-000570.2021.02.002/9, IC-000131.2017.02.004/8, IC-004801.2019.02.000/7, IC-000653.2019.02.002/0, IC-003786.2020.02.000/6, IC-004291.2020.02.000/7, PP-005386.2020.02.000/3, NF-000476.2021.02.001/8, NF-000297.2021.02.002/3, PP-007037.2020.02.000/1, NF-001110.2021.02.000/0, NF-002717.2021.02.000/0, NF-003129.2021.02.000/2, NF-003232.2021.02.000/8, NF-000443.2021.02.002/8 - PRT 3ª Região-MG - IC-001371.2020.03.000/8, PP-004920.2020.03.000/9, IC-000023.2020.03.001/0, PP-000594.2020.03.002/8, PP-000963.2021.03.000/3, NF-000322.2021.03.001/0, NF-000114.2021.03.005/2, NF-000098.2021.03.009/2, IC-000760.2018.03.002/5, IC-000273.2020.03.000/0, PP-000309.2020.03.007/2, NF-000011.2021.03.001/1, NF-000236.2021.03.010/4, IC-004463.2018.03.000/6, IC-000457.2019.03.001/0, IC-000031.2019.03.002/4, PP-004834.2020.03.000/0, IC-000105.2020.03.006/0, IC-000317.2020.03.010/1, NF-000008.2021.03.000/7, IC-000403.2021.03.001/0, IC-000940.2020.03.000/7, IC-000866.2021.03.000/4 - PRT 4ª Região-RS - IC-000237.2019.04.002/2, IC-000567.2020.04.000/5, IC-000423.2020.04.004/6, NF-001641.2021.04.000/3, IC-000147.2021.04.002/3, NF-000135.2021.04.006/6, IC-000264.2016.04.004/8, IC-003428.2017.04.000/8, IC-003539.2017.04.000/7, IC-003102.2020.04.000/1, IC-003187.2020.04.000/0, IC-000394.2011.04.000/0, IC-000129.2017.04.005/9, IC-000271.2019.04.000/7, IC-001399.2019.04.000/9, IC-000230.2019.04.004/9, IC-002530.2020.04.000/0, IC-003142.2019.04.000/0, IC-000007.2021.04.005/6, IC-000083.2019.04.005/0, PP-001136.2021.04.000/8, NF-000015.2021.04.005/0, NF-000030.2021.04.006/2 - PRT 5ª Região-BA - IC-000030.2015.05.003/0, IC-000100.2018.05.002/6, IC-000238.2019.05.005/2, IC-002716.2020.05.000/6, IC-000228.2021.05.000/2, IC-000078.2021.05.004/2, IC-002309.2018.05.000/9, IC-000309.2018.05.001/9, IC-000127.2019.05.005/0, IC-001001.2020.05.000/3, IC-000253.2021.05.000/2, IC-000079.2021.05.004/0, IC-000921.2020.05.000/2 - PRT 6ª Região-PE - PP-000367.2021.06.000/5, IC-000959.2019.06.000/8, IC-000532.2020.06.000/5, IC-000256.2018.06.001/0, IC-000002.2020.06.002/0, IC-000048.2020.06.002/3, IC-000079.2020.06.002/5, IC-000810.2020.06.000/2, IC-001071.2020.06.000/9, NF-000032.2021.06.002/5 - PRT 7ª Região-CE - IC-001421.2016.07.000/6, IC-001178.2019.07.000/0, IC-001969.2019.07.000/7, IC-000099.2020.07.000/4, IC-001009.2018.07.000/1, IC-001730.2019.07.000/4, NF-000556.2021.07.000/3, NF-000649.2021.07.000/0, IC-002297.2018.07.000/0, NF-000735.2021.07.000/5, NF-000872.2021.07.000/7 - PRT 8ª Região-PA - IC-001054.2019.08.000/8, IC-000124.2020.08.000/1, IC-001352.2020.08.000/5, IC-001416.2020.08.000/9, IC-000062.2021.08.000/1, IC-000676.2019.08.000/2, IC-000968.2019.08.000/2, IC-001562.2019.08.000/0, IC-001552.2020.08.000/0, IC-001792.2020.08.000/0, PP-000147.2021.08.000/8, IC-000766.2019.08.000/3, IC-000191.2020.08.000/3, IC-001724.2020.08.000/6, IC-001768.2020.08.000/3, IC-000161.2020.08.001/2, IC-000574.2021.08.000/3 - PRT 9ª Região-PR - IC-002054.2019.09.000/7, IC-000223.2019.09.010/7, IC-000317.2020.09.000/1, IC-000314.2020.09.001/3, IC-000135.2020.09.005/1, IC-002829.2018.09.000/1, IC-000169.2019.09.001/6, IC-001569.2020.09.000/5, IC-000105.2020.09.006/0, NF-000136.2021.09.010/7, IC-000043.2019.09.001/1, IC-000427.2020.09.001/8, IC-000107.2020.09.007/4, IC-000159.2020.09.008/4, PP-000278.2021.09.000/6, NF-000790.2021.09.000/0, NF-001356.2021.09.000/0, PP-000569.2021.09.000/0, PP-000689.2021.09.000/2 - PRT 10ª Região-DF - IC-000951.2021.10.000/0, NF-000135.2021.10.001/3, IC-003089.2020.10.000/0, IC-000146.2020.10.002/2, IC-001704.2019.10.000/0, IC-002408.2020.10.000/5, NF-001133.2021.10.000/9 - PRT 11ª Região-AM - IC-001571.2017.11.000/9, NF-000396.2021.11.000/2 - PRT 12ª Região-SC - IC-001421.2020.12.000/8, PP-000239.2021.12.000/0, IC-000020.2021.12.002/0, IC-000219.2014.12.003/5, IC-000089.2017.12.006/6, PP-000020.2021.12.001/0, PP-000023.2021.12.004/4, IC-000199.2020.12.002/0 - PRT 13ª Região-PB - IC-000923.2016.13.000/3, IC-001609.2020.13.000/1, IC-001758.2020.13.000/5 - PRT 14ª Região-RO - IC-000321.2020.14.002/6, NF-000299.2021.14.000/6, NF-000060.2021.14.002/7, NF-000286.2021.14.000/0 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-001149.2019.15.002/5, IC-000549.2020.15.002/9, PP-000722.2021.15.000/2, PP-001108.2021.15.000/8, PP-000312.2021.15.002/9, NF-000440.2021.15.002/6, IC-000058.2021.15.006/2, IC-000221.2021.15.006/4, IC-000310.2017.15.000/2, NF-000749.2021.15.000/1, IC-000781.2021.15.000/0, NF-002506.2021.15.000/4, IC-003462.2018.15.000/1, IC-001152.2019.15.002/3, IC-000006.2020.15.002/6, PP-000384.2021.15.000/6, PP-001008.2021.15.000/0, PP-001839.2021.15.000/3, IC-000666.2018.15.008/0, NF-000400.2021.15.002/7, NF-000154.2021.15.004/0, NF-000169.2021.15.005/8 - PRT 16ª Região-MA - NF-000064.2021.16.002/0, NF-000065.2021.16.002/7, IC-000078.2020.16.001/2, PP-000330.2021.16.000/5 - PRT 17ª Região-ES - IC-000192.2019.17.001/2, NF-000703.2021.17.000/6, IC-000055.2021.17.001/0, IC-001220.2018.17.000/0, IC-000021.2020.17.000/1, PP-000001.2021.17.000/1, IC-000939.2018.17.000/8, IC-001179.2019.17.000/6, PP-001319.2020.17.000/9, IC-000014.2021.17.001/0 - PRT 18ª Região-GO - IC-000316.2019.18.003/3, IC-000864.2021.18.000/5, IC-000108.2020.18.003/1, NF-000828.2021.18.000/1, IC-000399.2020.18.000/5, IC-000073.2020.18.001/0, IC-000428.2021.18.000/9 - PRT 19ª Região-AL - IC-002032.2019.19.000/0, IC-000715.2021.19.000/8, IC-000284.2021.19.000/1 - PRT 20ª Região-SE - IC-001096.2020.20.000/5, PP-000288.2021.20.000/0, PP-000624.2021.20.000/4, IC-001087.2020.20.000/4, IC-000133.2021.20.000/4, PP-

000252.2021.20.000/0, IC-001632.2019.20.000/2, IC-000424.2020.20.000/5, IC-000726.2020.20.000/2, IC-000194.2021.20.000/4, IC-000380.2020.20.000/5, IC-000417.2020.20.000/7, IC-000431.2020.20.000/3, IC-000557.2020.20.000/4, IC-000578.2020.20.000/5, IC-000622.2020.20.000/9, IC-000635.2020.20.000/5, IC-001143.2020.20.000/4, IC-001209.2020.20.000/9, IC-001491.2020.20.000/7, IC-000073.2020.20.001/8, NF-000110.2021.20.000/0, PP-000460.2021.20.000/1, NF-000536.2021.20.000/6 - PRT 21ª Região-RN - IC-001560.2020.21.000/8, IC-000411.2021.21.000/2, IC-000254.2019.21.001/0, NF-000682.2021.21.000/6, NF-000557.2021.21.000/8 - PRT 22ª Região-PI - IC-001177.2020.22.000/1, IC-000077.2019.22.002/0, IC-001441.2019.22.000/5, IC-000247.2021.22.000/7, IC-000025.2021.22.001/9 - PRT 23ª Região-MT - IC-000139.2020.23.003/7, IC-000151.2020.23.000/6 - PRT 24ª Região-MS - NF-000109.2021.24.001/2.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

ANDRÉA ISA RÍPOLI
Coordenadora da 1ª Subcâmara de Coordenação e Revisão

3ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 42ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 19 DE AGOSTO DE 2021

Aos dezenove dias de agosto de dois mil e vinte e um às quatorze horas e cinco mintuos, iniciou-se com transmissão via intranet do MPT e via Youtube, a Quadragésima Segunda(42a) Sessão Ordinária da 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, por meio de videoconferência, tendo em vista a atual situação de pandemia (coronavírus - COVID-19). Presentes a Coordenadora, Subprocuradora-Geral do Trabalho, Sandra Lia Simón, os Procuradores Regionais do Trabalho, Daniela de Morais do Monte Varandas e Gláucio Araújo de Oliveira e os Membros Suplentes, Procuradores do Trabalho, Augusto Grieco Santanna Meirinho e Afonso de Paula Pinheiro Rocha. Após os cumprimentos iniciais, deu-se início à deliberação dos feitos, conforme abaixo.

1) PROCESSOS COM VISTA NA PAUTA DE SESSÃO

Processo NF-000068.2021.04.001/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: MIG PLUS AGROINDUSTRIAL LTDA, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO DE SERAFINA CORRÊA - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

Devolvido o feito após pedido de vistas solicitado pela Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas, a 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

2) PROCEDIMENTOS NÃO HOMOLOGADOS

Processo IC-000200.2012.12.004/3 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INQUIRIDO: CENTRAL ISLAMICA BRASILEIRA DE ABATE E SERVICOS HALAL LTDA, INQUIRIDO: CENTRAL ISLÂMICA ABATES SERVIÇOS HALAL LTDA, INQUIRIDO: CENTRAL ISLÂMICA BRASILEIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ALIMENTOS HALAL LTDA. ME, INQUIRIDO: CENTRAL ISLÂMICA DE ALIMENTOS HALAL LTDA., NOTICIANTE: MPT-PRT12-SEDE, INQUIRIDO: SEARA ALIMENTOS LTDA. - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por maioria, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a). Vencida a Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

Processo IC-003750.2014.01.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: GIRE TRANSPORTES LTDA, NOTICIANTE: JUÍZO DA 48.ª VT/RJ - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-005529.2018.01.000/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: PAM CARLOS ALBERTO NASCIMENTO SMS/RJ, INQUIRIDO: RIO DE JANEIRO SEC MUNICIPAL DE SAUDE, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento no que tange ao meio ambiente laboral e homologar quanto às questões pecuniárias, às inconsistências no ponto eletrônico e à possível ameaça de advertência, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000526.2018.21.000/5 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BAÍA FORMOSA, NOTICIANTE: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO ESTADO DO RN (SRTE-RN), INQUIRIDO: VALE VERDE EMPREENDIMENTOS AGRÍCOLAS LTDA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002330.2019.07.000/3 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: SINDICATO DOS AGENTES MUNICIPAIS DE SEGURANCA PUBLICA DO ESTADO DO CEARA - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001812.2019.19.000/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: FEDERACAO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS ASSALARIADOS E ASSALARIADAS RURAIS DO ESTADO DE ALAGOAS - FETAR/AL , INQUIRIDO: SITIO SAO VICENTE (NIRF 0137387-0) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000675.2020.07.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: SEAS - SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA ESTADUAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-001927.2020.07.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT, 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: POSTO XIMENES MOTOS LTDA, NOTICIANTE: SINPOSPETRO - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM POSTOS DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO DO ESTADO DO CEARÁ - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar parcialmente a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001740.2020.08.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: LÍDER COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA., NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000500.2020.23.000/6 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: EMPRESA CUIABANA DE SAÚDE PÚBLICA, NOTICIANTE: SINDICATO DOS MÉDICOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002503.2021.02.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: EZZE SEGUROS S.A. , NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE ANÔNIMO) - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002698.2021.02.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: TDB TEXTIL S.A., NOTICIANTE: MPT/PRT2ª - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000425.2021.03.000/6 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: 33ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE, INVESTIGADO: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001794.2021.03.000/8 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS, NOTICIADO: SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BELO HORIZONTE - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001440.2021.04.000/3 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIANTE: MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO - MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, NOTICIADO: VORTIGO SOLUCOES EM MOBILIDADE LTDA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000237.2021.04.001/6 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: J. VENDRUSCOLO COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA, NOTICIANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DE PALMEIRA DAS MISSÕES - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000022.2021.04.006/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO RIO GRANDE DO SUL, INVESTIGADO: MUNICIPIO DE GARIBALDI - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000055.2021.05.001/9 - Assunto: 1.CODEMAT, 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: IBDAH - INSTITUTO BRASILEIRO DA ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR, NOTICIANTE: SINTESI - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELCIMENTOS DE SERVIÇOS EM SAÚDE DE ITABUNA E REGIÃO - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001334.2021.06.000/3 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: PANIFICADORA VERDE MAR LTDA ME - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000497.2021.09.000/0 - Assunto: 5.CONATPA - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: TEAPAR - TERMINAL PORTUÁRIO DE PARANAGUÁ SA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000112.2021.14.002/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA PORTO VELHO (CASAI JI-PARANÁ), NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-002001.2021.15.000/0 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA UNICAMP, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000472.2021.17.000/6 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: IDENTIDADE SOB SIGILO, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE SERRA (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE) - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000082.2021.19.001/6 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DISQUE 100 (PROTOCOLO: 565816), NOTICIADO: JOSIEL CAETANO DA SILVA EIRELI - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000187.2021.23.000/9 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO, FRIGORÍFICAS, DO ÁLCOOL E DE REFINAÇÃO DE AÇÚCAR NOS MUNICÍPIOS DE TANGARÁ DA SERRA E REGIÃO - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

3) RECURSOS ADMINISTRATIVOS DELIBERADOS

Processo IC-000791.2014.13.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INQUIRIDO: FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E CULTURAL DA PARAÍBA, INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA/PB, NOTICIANTE: PRT 13ª REGIÃO (JOSÉ CAETANO DOS SANTOS FILHO) - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001698.2017.02.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INQUIRIDO: FISIOKIDS FISIOTERAPIA LTDA, INQUIRIDO: FUNDAÇÃO JOSE LUIZ EGYDIO SETUBAL, NOTICIANTE: JUÍZO DA 1ª VARA DO TRABALHO DE SÃO PAULO CAPITAL, NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO) - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-003717.2018.04.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INVESTIGADO: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA, NOTICIANTE: SIGILOSO, INVESTIGADO: SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE PORTO ALEGRE E REGIÃO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000074.2018.21.002/2 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: ADRIANO MAGNO DA SILVA, INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE CURRAIS NOVOS, NOTICIANTE: PATRICIA ROSANA DOS SANTOS SÁ, NOTICIANTE: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-004082.2019.01.000/4 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: 4ID MEDICOS ASSOCIADOS EIRELI, NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA DA 4ª REGIÃO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001949.2019.02.000/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: DESTAKE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI EPP (TRANSPORTADORA DESTAKE), INQUIRIDO: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-005936.2019.02.000/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: CEETEPS CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA, INQUIRIDO: CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (ETEC PROFESSOR CAMARGO ARANHA), NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000146.2019.02.005/3 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INQUIRIDO: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-001215.2019.17.000/3 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INQUIRIDO: CONCESSIONÁRIA RODOVIA DO SOL S/A, NOTICIANTE: EX OFFICIO - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000921.2019.19.000/4 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO MARIO MAFRA, NOTICIANTE: CONDOMINIO PARQUE DOS EUCALYPTOS, INQUIRIDO: SECOVI/AL - SACREM (SECOVI/AL - SINDICATO DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS - SACREM - SINDICATO DAS EMPRESAS ADMINISTRADORAS DE CONDOMÍNIOS E DOS CONDOMÍNIOS RESIDENCIAIS E COMERCIAIS DO MUNICÍPIO DE MACEIÓ), NOTICIANTE: SIGILOSO, INQUIRIDO: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM EDIFICIOS E CONDOMINIOS NO ESTADO DE ALAGOAS - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000877.2019.23.000/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001186.2020.08.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANONIMO , NOTICIADO: UNIMED BELÉM - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-002622.2020.10.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INVESTIGADO: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS/DF , NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e converter a remessa em análise de declínio de atribuição, referendando a decisão da Procuradora de origem, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-002843.2020.10.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: ACEL ADMINISTRAÇÃO DE CURSOS EDUCACIONAIS LTDA, NOTICIANTE: SAEP/DF - SINDICATO DOS AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR EM ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000093.2020.12.006/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: PATRICK LUCIAN WIGGERS, NOTICIADO: SINDICATO MUNICIPAL DOS PROFISSIONAIS EM EDUCAÇÃO DE LAGES - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-004545.2020.15.000/9 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: CONCESSIONARIA DO SISTEMA ANHANGUERA-BANDEIRANTES S/A, NOTICIANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS NAS EMPRESAS CONCESSIONARIAS NO RAMO DE RODOVIAS E ESTRADAS EM GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000858.2020.15.002/4 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: INVESTIGADO: SIMEDI MEDICINA DIAGNÓSTICA SOCIEDADE SIMPLES, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TECNÓLOGOS, TÉCNICOS E AUXILIARES EM RADIOLOGIA, DIAGNÓSTICO POR IMAGENS E TERAPIA NO ESTADO DE SÃO PAULO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000054.2020.15.005/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SOB SIGILO, INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE OSVALDO CRUZ - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000043.2020.17.002/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: PETROBRÁS - PETRÓLEO BRASILEIRO S.A, NOTICIANTE: SINDICATO DOS PETROLEIROS DO ESPÍRITO SANTO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000919.2020.23.000/3 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: RENATO WENDER DE LIMA BRANDÃO, INVESTIGADO: SINDICATO DOS SERVIDORES PENITENCIÁRIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer do recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000440.2021.01.000/5 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001188.2021.01.000/8 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: CONFEDERACAO BRASILEIRA DE BASKETBALL, NOTICIADO: FEDERAÇÃO DE BASQUETEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES E COLABORADORES DA ARBITRAGEM ESPORTIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001458.2021.01.000/0 - Assunto: 5.CONATPA, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO , NOTICIANTE: SINDICATO DOS GUARDAS PORTUARIOS EMPREG DE AUTORIDADE PORTUAR DOS MUNIC DE ARRAIAL DO CABO, ANGRA DOS REIS, ITAGUAI, NITEROI E RIO DE JANEIRO - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001811.2021.01.000/6 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES E COLABORADORES DA ARBITRAGEM ESPORTIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000142.2021.02.001/6 - Assunto: 4.CONAP, 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: FUNDAÇÃO CRIANÇA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, NOTICIADO: FUNDAÇÃO CRIANÇA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - PROMOTORIA DE JUSTIÇA CÍVEL DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000344.2021.02.002/6 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO), NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000063.2021.02.003/8 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INVESTIGADO: EO SOLUÇÕES CUSTOMIZADAS LTDA, INVESTIGADO: SANTOS BRASIL LOGÍSTICA S.A., NOTICIANTE: SINDROD - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE SANTOS - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000539.2021.03.000/7 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: ROSELY ESTEVES CORRÊA , NOTICIANTE: ANTONIO RODRIGUES , NOTICIADO: CARLUCIO KLEBER BORGES ARAUJO, NOTICIADO: JOÃO BATISTA DA SILVEIRA, NOTICIADO: ROGERLAN AUGUSTA DE MORAIS - Relator: Dr. Augusto Grieco Santanna Meirinho.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por maioria, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) redator(a) designada a Dra. Sandra Lia Simón. Vencido o Relator. Proferiu sustentação oral a Dra. Rosely Esteves Corrêa - OAB 174128-MG.

Processo NF-001808.2021.03.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: COMERCIAL DAHANA LIMITADA, NOTICIADO: DECMINAS DISTRIBUIÇAO E LOGISTICA S/A, NOTICIADO: MAIELLO GESTAO EM CARGAS EIRELI, NOTICIADO: MULTI FORMATO DISTRIBUIDORA SOCIEDADE ANÔNIMA, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES NA MOVIMENTAÇÃO DE MERCADORIAS EM GERAL DE CONTAGEM , BETIM E REGIÃO - SINTRAMOV CT - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000757.2021.04.000/3 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDESP/RS, NOTICIADO: SINDICATO DOS EMPREGADOS DE EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - SINDI-VIGILANTES DO SUL - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000868.2021.04.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL SÃO JUDAS TADEU, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-001093.2021.05.000/3 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: LIMPURB - EMPRESA DE LIMPEZA URBANA DE SALVADOR, NOTICIANTE: MARILENE DOS SANTOS LINS - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000764.2021.06.000/9 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: MUNICÍPIO DO CABO DE SANTO AGOSTINHO - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo PP-000810.2021.09.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INVESTIGADO: DBM CURSOS DE IDIOMAS LTDA - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, dar-lhe provimento e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000057.2021.15.008/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: INSTITUTO BRASILEIRO DE CIDADANIA - IBC, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE MAIRINQUE, NOTICIANTE: SINDICATO DOS ENFERMEIROS DO ESTADO DE SÃO PAULO - Relator: Dr. Augusto Grieco Santanna Meirinho.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000520.2021.17.000/5 - Assunto: 8.CONALIS, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: FEDERACAO DOS/AS TRABALHADORES/AS DO RAMO FINANCEIRO DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E ESPIRITO SANTO , NOTICIADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DO RAMO FINANCEIRO NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SINTRAF-ES , NOTICIANTE: ANA MARIA ZAMPROGNO ALVARENGA, NOTICIADO: FEDERAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000558.2021.17.000/8 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO TOM JOBIM, NOTICIADO: CYRO BACH MONTEIRO ME, NOTICIANTE: SINDICONDOMÍNIOS - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CONDOMÍNIOS DE EDIFÍCIOS RESIDENCIAL, COMERCIAL E MISTO - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o recurso e, no mérito, por unanimidade, negar-lhe provimento e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000492.2021.24.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MATO GROSSO DO SUL, NOTICIANTE: MILTON LOPES SALLES - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer do recurso, dar-lhe parcial provimento, para, de ofício, declinar da atribuição em favor do Ministério Público Federal, nos termos do voto do(a) relator(a).

4) PROCEDIMENTOS HOMOLOGADOS COM DESTAQUE

Processo IC-000401.2020.23.000/4 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DE MATO GROSSO - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento do presente procedimento, nos termos do voto do(a) relator(a).

5) REMESSA NÃO CONHECIDA

Processo IC-005114.2018.02.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: MPT/PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), INQUIRIDO: TELEPERFORMANCE CRM SA - Relator: Dr. Augusto Grieco Santanna Meirinho.

Retirado de pauta a pedido do Relator.

Processo IC-001682.2019.05.000/7 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INQUIRIDO: MAP SERVICOS DE SEGURANCA EIRELI , NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO -MPT - PRT 5ª REGIÃO - Relator: Dr. Augusto Grieco Santanna Meirinho.

Retirado de pauta a pedido do Relator.

Processo NF-000100.2021.15.005/7 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: SAO PAULO SECRETARIA DA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA , NOTICIANTE: SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO SISTEMA PENITENCIÁRIO PAULISTA - Relator: Dr. Augusto Grieco Santanna Meirinho.

Retirado de pauta a pedido do Relator.

Processo PP-000126.2021.20.000/6 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: IDENTIDADE SOB SIGILO, INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE CAPELA - Relator: Dr. Augusto Grieco Santanna Meirinho.

Retirado de pauta a pedido do Relator.

Processo NF-000628.2021.20.000/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO - PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO/SE, NOTICIADO: SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO DE ARACAJU - Relator: Dr. Augusto Grieco Santanna Meirinho.

Retirado de pauta a pedido do Relator.

6) DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

Processo IC-001158.2019.21.000/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 16ª REGIÃO, NOTICIANTE: SINDICATO DOS SERVIDORES EM CONSELHOS E ORDENS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL DO RN - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo IC-000549.2020.15.007/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIANTE: MPF - PROCURADORIA DA REPÚBLICA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE TANABI - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio de atribuição ao Ministério Público Estadual, no que tange ao tema relativo ao meio ambiente laboral, homologar o arquivamento e referendar o declínio de atribuição com relação aos demais itens denunciados, que expressam violações a direitos exclusivamente patrimoniais e de índole administrativa, decorrente da relação jurídica estatutária, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000334.2021.05.000/2 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: RAIMUNDO DA CONCEICAO DE JESUS FRAGA, NOTICIADO: SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES FEDERAIS DA EDUCACAO BASICA, PROFISSIONAL E TECNOLOGICA - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000178.2021.06.002/4 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: HOSPITAL MUNICIPAL MARIA ALICE GOMES LAFAYETTE - MUNICÍPIO DE SERTÂNIA, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000193.2021.06.002/7 - Assunto: 4.CONAP, 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: EDJANE CARLA, NOTICIADO: (SOB SIGILO), NOTICIADO: SECRETARIA DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TAQUARITINGA DO NORTE/PE - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, devendo a PRT de Origem encaminhar cópia da denúncia ao Ministério Público Estadual, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000058.2021.10.002/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS, NOTICIANTE: SINDICATO DOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DO TOCANTINS - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não referendar o declínio de atribuição quanto ao tema relativo à fraude trabalhista e referendar quanto aos demais itens, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000232.2021.13.001/5 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIADO: SECRETARIA DA EDUCACAO DO MUNICIPIO DE SUMÉ-PB, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000140.2021.14.001/2 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO (artigo 2º, § 6º da Resolução n. 69/2007, do CSMPT), NOTICIADO: SINDICATO DOS FISCAIS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE CRUZEIRO DO SUL - SAFIM/CZS - Relator: Dr. Gláucio Araújo de Oliveira.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio e homologar o arquivamento, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000207.2021.16.000/0 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO MARANHÃO, NOTICIADO: HOSPITAL E MATERNIDADE NAILA GONÇALO, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE BACABEIRA - Relatora: Dra. Daniela de Morais do Monte Varandas.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Processo NF-000292.2021.20.000/0 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES DO ESTADO DE SERGIPE, NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES NOS SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO/SE - SINTRASE - Relatora: Dra. Sandra Lia Simón.

A 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, conhecer o declínio de atribuição e, no mérito, por unanimidade, não referendar o declínio, nos termos do voto do(a) relator(a).

Também foi deliberado, por unanimidade, referendar o declínio de atribuição dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - IC-001062.2019.01.004/0, PP-008328.2020.01.000/0, NF-000112.2021.01.002/3, NF-000081.2021.01.003/7, NF-000113.2021.01.003/0, NF-000182.2021.01.003/5, NF-000106.2021.01.008/7 - PRT 2ª Região-SP - NF-001766.2021.02.000/9, NF-002467.2021.02.000/0, NF-003297.2021.02.000/3, NF-000424.2021.02.001/9, NF-000406.2021.02.002/8, NF-000320.2021.02.003/7, NF-000357.2021.02.003/3, NF-000255.2021.02.005/4, NF-000274.2021.02.005/2 - PRT 3ª Região-MG - NF-001765.2021.03.000/4, NF-001807.2021.03.000/4, NF-001963.2021.03.000/8, NF-002159.2021.03.000/4, NF-000318.2021.03.001/0, NF-000329.2021.03.001/4, NF-000409.2021.03.001/8, NF-000168.2021.03.003/2, PP-000165.2021.03.006/6, NF-000171.2021.03.007/9, NF-000084.2021.03.008/3 - PRT 4ª Região-RS - NF-000419.2020.04.008/5, PP-000176.2021.04.000/2, NF-000921.2021.04.000/3, NF-001096.2021.04.000/9, NF-001249.2021.04.000/7, NF-001513.2021.04.000/7, NF-001660.2021.04.000/0, NF-000148.2021.04.002/0, NF-000155.2021.04.002/8 - PRT 5ª Região-BA - NF-001174.2021.05.000/3, NF-001253.2021.05.000/2, NF-001280.2021.05.000/5, NF-001290.2021.05.000/1, NF-000112.2021.05.001/0, NF-000138.2021.05.001/2, NF-000122.2021.05.004/0, NF-000263.2021.05.006/5, NF-000296.2021.05.006/6, NF-000022.2021.05.007/3, NF-000087.2021.05.007/9, NF-000089.2021.05.007/3 - PRT 6ª Região-PE - NF-000498.2020.06.002/0, NF-000510.2020.06.002/0, NF-000512.2020.06.002/2, NF-001058.2021.06.000/6, NF-001206.2021.06.000/8, NF-001368.2021.06.000/4, NF-000099.2021.06.002/5, NF-000108.2021.06.002/3, NF-000188.2021.06.002/1 - PRT 7ª Região-CE - IC-000025.2017.07.002/0, IC-000112.2019.07.002/0, NF-000832.2021.07.000/8, NF-000867.2021.07.000/8 - PRT 8ª Região-PA - NF-000697.2021.08.000/5, NF-000778.2021.08.000/5 - PRT 9ª Região-PR - PP-000069.2008.09.009/1, PP-002883.2020.09.000/5, NF-000095.2021.09.001/2, NF-000128.2021.09.004/5, NF-000084.2021.09.006/6, NF-000132.2021.09.006/6, NF-000041.2021.09.007/3, NF-000089.2021.09.007/4, NF-000108.2021.09.008/4, NF-000099.2021.09.009/6, NF-000082.2021.09.010/2 - PRT 10ª Região-DF - IC-003070.2020.10.000/5, NF-000118.2021.10.000/0, NF-000817.2021.10.000/0, NF-000857.2021.10.000/0, NF-000919.2021.10.000/1, NF-000984.2021.10.000/0, NF-001074.2021.10.000/2, NF-001197.2021.10.000/9 - PRT 11ª Região-AM - NF-000509.2021.11.000/2, NF-000511.2021.11.000/9, NF-000528.2021.11.000/0 - PRT 12ª Região-SC - NF-000125.2021.12.000/0 - PRT 13ª Região-PB - NF-000403.2021.13.000/8, NF-000450.2021.13.000/5, NF-000504.2021.13.000/2, NF-000529.2021.13.000/9 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-000536.2020.15.002/2, NF-000428.2021.15.001/4, NF-000308.2021.15.002/0, NF-000409.2021.15.002/4, PP-000234.2021.15.003/6, NF-000251.2021.15.006/6, NF-000291.2021.15.007/3, NF-000116.2021.15.008/7, NF-000281.2021.15.008/4, NF-000346.2021.15.008/5 - PRT 16ª Região-MA - NF-000048.2021.16.000/0, NF-000095.2021.16.000/0, NF-000107.2021.16.000/1, NF-000128.2021.16.000/2, NF-000162.2021.16.000/3, NF-000165.2021.16.000/2, NF-000183.2021.16.000/4, NF-000218.2021.16.000/3, NF-000280.2021.16.000/3, NF-000300.2021.16.000/3, NF-000366.2021.16.000/5, NF-000369.2021.16.000/4, NF-000392.2021.16.000/1, NF-000419.2021.16.000/6, NF-000497.2021.16.000/1, NF-000203.2021.16.001/2, NF-000051.2021.16.002/0 - PRT 17ª Região-ES - NF-000590.2021.17.000/6 - PRT 18ª Região-GO - NF-000371.2021.18.000/2, NF-000625.2021.18.000/6, NF-000051.2021.18.001/2, NF-000167.2021.18.002/3 - PRT 19ª Região-AL - NF-000251.2021.19.000/0, NF-000673.2021.19.000/0, NF-000750.2021.19.000/5, NF-000865.2021.19.000/2 - PRT 20ª Região-SE - IC-000603.2019.20.000/1, NF-000497.2021.20.000/8, NF-000498.2021.20.000/4, NF-000507.2021.20.000/0, NF-000513.2021.20.000/2, NF-000526.2021.20.000/9, NF-000549.2021.20.000/2, NF-000634.2021.20.000/1, NF-000044.2021.20.001/4, NF-000047.2021.20.001/6, NF-000070.2021.20.001/0 - PRT 21ª Região-RN - IC-001249.2020.21.000/2, NF-000488.2021.21.000/8, NF-000661.2021.21.000/5, NF-000697.2021.21.000/5, NF-000064.2021.21.001/2 - PRT 22ª Região-PI - NF-000076.2021.22.000/6, NF-000305.2021.22.000/3, NF-000446.2021.22.000/7, NF-000504.2021.22.000/3, PP-000026.2021.22.001/6, NF-000089.2021.22.001/7 - PRT 23ª Região-MT - NF-000223.2021.23.000/8, NF-000234.2021.23.000/1, NF-000265.2021.23.000/0, NF-000346.2021.23.000/0, NF-000374.2021.23.000/9.

7) HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO: Foi deliberado, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento dos procedimentos a seguir listados:

PRT 1ª Região-RJ - PP-001557.2007.01.000/6, IC-005172.2009.01.000/0, IC-000075.2013.01.004/2, IC-000608.2014.01.000/8, IC-001099.2014.01.000/5, IC-000297.2015.01.000/7, IC-000892.2015.01.000/4, IC-004787.2015.01.000/5, IC-004809.2015.01.000/2, IC-005164.2015.01.000/0, IC-001821.2016.01.000/9, IC-001909.2016.01.000/7, IC-003657.2016.01.000/2, IC-003794.2016.01.000/9, IC-004955.2016.01.000/1, IC-005721.2016.01.000/4, IC-000280.2017.01.000/0, IC-000485.2017.01.000/9, IC-001418.2017.01.000/3, IC-001497.2017.01.000/9, IC-003059.2017.01.000/1, IC-004862.2017.01.000/6, IC-005130.2017.01.000/3, IC-006457.2017.01.000/4, IC-007134.2017.01.000/1, IC-000168.2017.01.002/0, IC-000140.2018.01.000/6, IC-002993.2018.01.000/3, IC-002999.2018.01.000/6, IC-003478.2018.01.000/0, IC-003970.2018.01.000/2, IC-004590.2018.01.000/4, IC-005644.2018.01.000/0, IC-006349.2018.01.000/3, IC-006360.2018.01.000/7, IC-006663.2018.01.000/5, IC-000531.2018.01.004/1, IC-000954.2018.01.006/0, IC-000194.2018.01.007/4, IC-000262.2018.01.007/8, IC-001061.2019.01.000/1, IC-001282.2019.01.000/4, IC-002003.2019.01.000/2, IC-002017.2019.01.000/0, IC-003719.2019.01.000/0, IC-004218.2019.01.000/7, IC-004436.2019.01.000/3, IC-004599.2019.01.000/5, IC-004625.2019.01.000/6, IC-004626.2019.01.000/1, IC-004659.2019.01.000/7, IC-004976.2019.01.000/5, IC-005122.2019.01.000/1, IC-005260.2019.01.000/3, IC-005449.2019.01.000/4, IC-006165.2019.01.000/1, IC-006325.2019.01.000/0, IC-006397.2019.01.000/6, IC-006504.2019.01.000/7, IC-006550.2019.01.000/7, IC-006661.2019.01.000/6, IC-006758.2019.01.000/5, IC-006855.2019.01.000/6, IC-006893.2019.01.000/0, IC-000280.2019.01.001/7, IC-000345.2019.01.002/9, NF-000003.2019.01.004/0, NF-000027.2019.01.004/8, IC-000263.2019.01.004/4, IC-000621.2019.01.005/6, IC-000031.2019.01.006/6, IC-000434.2019.01.006/7, IC-000644.2019.01.006/0, IC-000203.2020.01.000/6, IC-000579.2020.01.000/0, IC-000654.2020.01.000/1, IC-000802.2020.01.000/9, IC-001175.2020.01.000/3, IC-001232.2020.01.000/9, IC-001285.2020.01.000/7, NF-001309.2020.01.000/5, IC-001444.2020.01.000/0, IC-001450.2020.01.000/5, IC-001474.2020.01.000/0, IC-001570.2020.01.000/5, IC-001577.2020.01.000/3, IC-001592.2020.01.000/9, IC-001862.2020.01.000/1, IC-001970.2020.01.000/4, IC-002094.2020.01.000/1, IC-002130.2020.01.000/9, IC-002159.2020.01.000/0, IC-002199.2020.01.000/6, IC-002803.2020.01.000/7, IC-002949.2020.01.000/2, IC-003136.2020.01.000/0, IC-003193.2020.01.000/1, IC-003663.2020.01.000/9, IC-003689.2020.01.000/4, IC-003760.2020.01.000/0, IC-003824.2020.01.000/3, IC-003908.2020.01.000/0, IC-003989.2020.01.000/6, IC-004225.2020.01.000/3, IC-004274.2020.01.000/0, IC-004891.2020.01.000/0, IC-005061.2020.01.000/0, IC-005112.2020.01.000/1, IC-005396.2020.01.000/9, IC-005471.2020.01.000/6, IC-005712.2020.01.000/5, IC-005737.2020.01.000/5, IC-005850.2020.01.000/7, IC-005964.2020.01.000/2, IC-006186.2020.01.000/6, IC-006204.2020.01.000/1, IC-006288.2020.01.000/4, IC-006305.2020.01.000/4, IC-006369.2020.01.000/4, IC-006412.2020.01.000/1, IC-006688.2020.01.000/3, IC-006708.2020.01.000/0, IC-006790.2020.01.000/3, IC-006839.2020.01.000/1, IC-007093.2020.01.000/7, IC-007098.2020.01.000/4, IC-007349.2020.01.000/0, PP-007459.2020.01.000/3, PP-007702.2020.01.000/5, IC-007751.2020.01.000/1, IC-007863.2020.01.000/6, IC-007903.2020.01.000/5, IC-007948.2020.01.000/8, IC-008014.2020.01.000/0, IC-008015.2020.01.000/5, PP-008169.2020.01.000/6, PP-008177.2020.01.000/1, IC-008242.2020.01.000/2, IC-008289.2020.01.000/6, PP-008481.2020.01.000/7, IC-008582.2020.01.000/0, IC-008616.2020.01.000/4, PP-008634.2020.01.000/6, IC-008704.2020.01.000/4, NF-008731.2020.01.000/7, IC-000197.2020.01.001/0, IC-000334.2020.01.001/3, IC-000591.2020.01.001/4, IC-000046.2020.01.002/5, IC-000183.2020.01.002/8, IC-000256.2020.01.002/3, IC-000270.2020.01.002/0, IC-000289.2020.01.002/4, IC-000297.2020.01.002/9, IC-000371.2020.01.002/4, PP-000258.2020.01.003/7, IC-000345.2020.01.004/0, IC-000541.2020.01.004/0, IC-000696.2020.01.004/7, IC-000702.2020.01.004/4, IC-000712.2020.01.004/1, IC-000799.2020.01.004/4, IC-000830.2020.01.004/1, IC-000866.2020.01.004/1, IC-001061.2020.01.004/0, IC-001132.2020.01.004/4, IC-001329.2020.01.004/0, IC-001511.2020.01.004/5, IC-001559.2020.01.004/4, PP-000501.2020.01.005/2, PP-000598.2020.01.005/2, IC-000480.2020.01.006/7, IC-000591.2020.01.006/9, IC-000629.2020.01.006/7, IC-000751.2020.01.006/6, IC-001163.2020.01.006/5, IC-001362.2020.01.006/4, IC-000161.2020.01.007/5, NF-000308.2020.01.007/2, NF-000326.2020.01.007/4, IC-000035.2020.01.008/0, PP-000143.2021.01.000/0, NF-000144.2021.01.000/6, IC-000413.2021.01.000/2, IC-000423.2021.01.000/0, PP-000602.2021.01.000/5, PP-000695.2021.01.000/0, PP-000901.2021.01.000/3, NF-001007.2021.01.000/4, IC-001063.2021.01.000/0, NF-001131.2021.01.000/8, NF-001154.2021.01.000/7, PP-001176.2021.01.000/0, NF-001180.2021.01.000/4, NF-001217.2021.01.000/5, NF-001255.2021.01.000/0, PP-001300.2021.01.000/8, NF-001339.2021.01.000/6, PP-001588.2021.01.000/7, NF-001700.2021.01.000/7, NF-001834.2021.01.000/5, PP-001850.2021.01.000/6, IC-001936.2021.01.000/3, NF-001999.2021.01.000/8, NF-002010.2021.01.000/0, NF-002012.2021.01.000/1, NF-002086.2021.01.000/8, NF-002177.2021.01.000/4, NF-002203.2021.01.000/5, NF-002348.2021.01.000/5, IC-000120.2021.01.001/7, NF-000133.2021.01.001/3, NF-000207.2021.01.001/5, NF-000218.2021.01.001/9, NF-000225.2021.01.001/7, NF-000241.2021.01.001/6, IC-000032.2021.01.002/1, NF-000036.2021.01.002/0, NF-000040.2021.01.003/7, NF-000185.2021.01.003/4, IC-000013.2021.01.004/6, NF-000201.2021.01.004/0, IC-000210.2021.01.004/0, NF-000212.2021.01.004/3, NF-000223.2021.01.004/7, NF-000265.2021.01.004/9, IC-000308.2021.01.004/2, NF-000363.2021.01.004/4, NF-000384.2021.01.004/5, NF-000433.2021.01.004/0, PP-000033.2021.01.005/4, PP-000064.2021.01.005/6, NF-000151.2021.01.005/9, NF-000167.2021.01.005/4, IC-000021.2021.01.006/3, PP-000040.2021.01.006/2, PP-000068.2021.01.007/9, PP-000073.2021.01.007/0, NF-000118.2021.01.007/6, NF-000096.2021.01.008/0, NF-000108.2021.01.008/0, NF-000115.2021.01.008/8 - PRT 2ª Região-SP - IC-005979.2012.02.000/8, IC-003029.2013.02.000/6, IC-000117.2014.02.004/3, IC-000363.2015.02.004/3, IC-007206.2016.02.000/0, IC-000226.2016.02.005/9, IC-000327.2016.02.005/3, IC-002584.2017.02.000/2, IC-003243.2017.02.000/8, IC-003743.2017.02.000/4, IC-004912.2017.02.000/2, IC-005747.2017.02.000/2, IC-007672.2017.02.000/3, IC-007887.2017.02.000/1, IC-008735.2017.02.000/0, IC-000213.2017.02.003/3, IC-000286.2017.02.004/4, IC-000203.2017.02.005/8, IC-000447.2017.02.005/9, IC-001245.2018.02.000/4, IC-003534.2018.02.000/0, IC-004199.2018.02.000/5, IC-004699.2018.02.000/1, IC-004958.2018.02.000/2, IC-006544.2018.02.000/1, IC-006858.2018.02.000/1, IC-000905.2018.02.001/7, IC-001055.2018.02.001/4, IC-000560.2018.02.002/7, IC-000977.2018.02.002/1, IC-001918.2019.02.000/4, IC-002493.2019.02.000/0, IC-003004.2019.02.000/7, IC-004272.2019.02.000/3, IC-004470.2019.02.000/7, IC-004535.2019.02.000/6, IC-004825.2019.02.000/1, IC-005507.2019.02.000/6, IC-005547.2019.02.000/1, IC-006193.2019.02.000/0, IC-006326.2019.02.000/7, IC-006511.2019.02.000/8, IC-006590.2019.02.000/3, IC-006730.2019.02.000/0, IC-006791.2019.02.000/3, IC-006824.2019.02.000/2, IC-006841.2019.02.000/9, IC-007183.2019.02.000/2, IC-007394.2019.02.000/9, IC-007483.2019.02.000/4, IC-007706.2019.02.000/1, IC-007788.2019.02.000/3, IC-008258.2019.02.000/6, IC-008439.2019.02.000/3, IC-000081.2019.02.002/2, IC-000425.2019.02.002/4, IC-000677.2019.02.002/0, IC-000020.2019.02.004/0, IC-000255.2019.02.005/2, IC-000457.2020.02.000/6, IC-000623.2020.02.000/5, IC-000732.2020.02.000/4, IC-001011.2020.02.000/7, IC-001369.2020.02.000/4, IC-001443.2020.02.000/6, IC-001521.2020.02.000/0, IC-001625.2020.02.000/9, IC-001802.2020.02.000/4, IC-001944.2020.02.000/8, IC-001950.2020.02.000/2, IC-002015.2020.02.000/7, IC-002233.2020.02.000/3, IC-002516.2020.02.000/9, IC-002610.2020.02.000/3, IC-002808.2020.02.000/5, IC-002975.2020.02.000/0, IC-003097.2020.02.000/7, IC-003382.2020.02.000/5, IC-003397.2020.02.000/9, PP-003460.2020.02.000/9, IC-003525.2020.02.000/8, IC-003809.2020.02.000/9, PP-004246.2020.02.000/2, IC-004419.2020.02.000/4, IC-004570.2020.02.000/0, IC-004616.2020.02.000/2, PP-004734.2020.02.000/1, IC-005265.2020.02.000/8, IC-005317.2020.02.000/4, IC-005485.2020.02.000/5, IC-005543.2020.02.000/6, PP-005650.2020.02.000/3, PP-005704.2020.02.000/0, IC-005907.2020.02.000/1, IC-006056.2020.02.000/0, PP-006083.2020.02.000/3, IC-006464.2020.02.000/5, IC-006531.2020.02.000/7, PP-006700.2020.02.000/7, PP-006704.2020.02.000/9, IC-006713.2020.02.000/0, PP-006717.2020.02.000/1, IC-006802.2020.02.000/5, IC-006846.2020.02.000/2, IC-006879.2020.02.000/8, IC-006885.2020.02.000/2, NF-006912.2020.02.000/9, PP-006932.2020.02.000/1, PP-006936.2020.02.000/3, PP-006994.2020.02.000/0, PP-007041.2020.02.000/5, PP-007049.2020.02.000/9, PP-007090.2020.02.000/1, PP-007148.2020.02.000/0, PP-007190.2020.02.000/9, NF-007231.2020.02.000/3, PP-007350.2020.02.000/8, PP-007382.2020.02.000/8, PP-007393.2020.02.000/0, IC-007432.2020.02.000/3, NF-007464.2020.02.000/3, IC-000104.2020.02.001/7, IC-000508.2020.02.001/5, IC-000364.2020.02.002/8, IC-000365.2020.02.002/4, IC-000375.2020.02.002/1, IC-000474.2020.02.002/3, IC-000491.2020.02.002/9, IC-000696.2020.02.002/7, IC-000994.2020.02.002/9, IC-001000.2020.02.002/1, IC-000212.2020.02.003/1, IC-000298.2020.02.003/8, PP-000510.2020.02.003/3, IC-000621.2020.02.003/5, IC-000650.2020.02.003/0, NF-000235.2020.02.004/6, IC-000275.2020.02.005/6, IC-000478.2020.02.005/1, PP-000140.2021.02.000/2, IC-000180.2021.02.000/1, PP-000286.2021.02.000/8, IC-000312.2021.02.000/0, IC-000313.2021.02.000/6, IC-000399.2021.02.000/2, NF-000495.2021.02.000/5, PP-000568.2021.02.000/0, PP-000584.2021.02.000/0, PP-000639.2021.02.000/3, NF-000703.2021.02.000/1, PP-000721.2021.02.000/3, PP-000743.2021.02.000/0, PP-000748.2021.02.000/2, PP-000760.2021.02.000/6, IC-000773.2021.02.000/2, NF-000908.2021.02.000/0, PP-000916.2021.02.000/4, NF-000932.2021.02.000/3, PP-000939.2021.02.000/8, NF-000991.2021.02.000/0, NF-001022.2021.02.000/0, PP-001051.2021.02.000/4, PP-001065.2021.02.000/2, NF-001107.2021.02.000/2, NF-001113.2021.02.000/7, NF-001115.2021.02.000/8, NF-001137.2021.02.000/1, NF-001183.2021.02.000/1, NF-001189.2021.02.000/4, NF-001241.2021.02.000/2, PP-001254.2021.02.000/5, PP-001289.2021.02.000/1, PP-001322.2021.02.000/2, NF-001342.2021.02.000/5, NF-001382.2021.02.000/0, PP-001418.2021.02.000/6, NF-001437.2021.02.000/3, NF-001438.2021.02.000/9, NF-001465.2021.02.000/1, NF-001485.2021.02.000/4, PP-001535.2021.02.000/0, NF-001553.2021.02.000/1, PP-001623.2021.02.000/0, IC-001657.2021.02.000/0, PP-001675.2021.02.000/2, PP-001681.2021.02.000/7, NF-001721.2021.02.000/6, PP-001725.2021.02.000/8, NF-001728.2021.02.000/4, PP-001777.2021.02.000/0, NF-001799.2021.02.000/4, PP-001802.2021.02.000/6, PP-001808.2021.02.000/9, PP-001836.2021.02.000/7, NF-001837.2021.02.000/2, NF-001868.2021.02.000/7, NF-001872.2021.02.000/0, PP-001940.2021.02.000/8, NF-001955.2021.02.000/1, IC-001976.2021.02.000/0, NF-001988.2021.02.000/7, NF-002038.2021.02.000/8, NF-002046.2021.02.000/3, IC-002076.2021.02.000/2, NF-002120.2021.02.000/5, NF-002153.2021.02.000/0, PP-002159.2021.02.000/3, PP-002207.2021.02.000/8, NF-002227.2021.02.000/0, NF-002369.2021.02.000/4, NF-002451.2021.02.000/1, NF-002462.2021.02.000/3, NF-002463.2021.02.000/9, NF-002478.2021.02.000/2, NF-002523.2021.02.000/0, PP-002535.2021.02.000/8, PP-002543.2021.02.000/3, NF-002586.2021.02.000/5, NF-002626.2021.02.000/4, NF-002630.2021.02.000/8, NF-002638.2021.02.000/1, NF-002639.2021.02.000/7, NF-002640.2021.02.000/4, NF-002651.2021.02.000/6, PP-002653.2021.02.000/7, NF-002676.2021.02.000/6, NF-002686.2021.02.000/2, NF-002713.2021.02.000/9, NF-002714.2021.02.000/4, NF-002761.2021.02.000/0, NF-002771.2021.02.000/6, PP-002788.2021.02.000/0, NF-002796.2021.02.000/6, NF-002813.2021.02.000/6, NF-002841.2021.02.000/4, NF-002872.2021.02.000/9, NF-002884.2021.02.000/6, NF-002929.2021.02.000/2, PP-002956.2021.02.000/5, NF-002959.2021.02.000/1, NF-002968.2021.02.000/2, NF-002985.2021.02.000/9, NF-003008.2021.02.000/7, NF-003046.2021.02.000/1, NF-003083.2021.02.000/0, NF-003137.2021.02.000/8, NF-003149.2021.02.000/5, NF-003171.2021.02.000/0, NF-003192.2021.02.000/9, NF-003193.2021.02.000/4, NF-003197.2021.02.000/6, NF-003198.2021.02.000/1, NF-003404.2021.02.000/4, NF-003435.2021.02.000/9, NF-003441.2021.02.000/3, NF-003442.2021.02.000/9, NF-003454.2021.02.000/6, NF-003461.2021.02.000/6, NF-003486.2021.02.000/6, NF-003488.2021.02.000/7, NF-003495.2021.02.000/7, NF-003498.2021.02.000/3, NF-003518.2021.02.000/0, NF-003546.2021.02.000/8, NF-003559.2021.02.000/0, NF-003585.2021.02.000/8, NF-003607.2021.02.000/5, NF-003628.2021.02.000/3, NF-003659.2021.02.000/8, NF-003679.2021.02.000/0, NF-003693.2021.02.000/0, NF-003742.2021.02.000/0, NF-003854.2021.02.000/5, NF-003865.2021.02.000/7, NF-003888.2021.02.000/6, NF-003929.2021.02.000/0, NF-003948.2021.02.000/8, NF-004127.2021.02.000/0, NF-000153.2021.02.001/0, NF-000200.2021.02.001/2, NF-000221.2021.02.001/3, NF-000239.2021.02.001/1, PP-000260.2021.02.001/6, NF-000295.2021.02.001/0, NF-000301.2021.02.001/7, NF-000306.2021.02.001/9, NF-000307.2021.02.001/5, NF-000343.2021.02.001/9, NF-000369.2021.02.001/1, NF-000386.2021.02.001/7, PP-000398.2021.02.001/7, NF-000399.2021.02.001/3, NF-000413.2021.02.001/5, PP-000140.2021.02.002/4, NF-000143.2021.02.002/3, NF-000178.2021.02.002/7, NF-000391.2021.02.002/3, IC-000429.2021.02.002/1, NF-000444.2021.02.002/4, NF-000470.2021.02.002/0, NF-000479.2021.02.002/8, IC-000069.2021.02.003/1, IC-000107.2021.02.003/0, IC-000110.2021.02.003/3, IC-000150.2021.02.003/2, PP-000158.2021.02.003/3, NF-000228.2021.02.003/0, NF-000245.2021.02.003/5, NF-000248.2021.02.003/4, NF-000274.2021.02.003/0, IC-000288.2021.02.003/3, NF-000333.2021.02.003/3, NF-000339.2021.02.003/1, IC-000041.2021.02.004/9, PP-000019.2021.02.005/4, PP-000025.2021.02.005/3, PP-000094.2021.02.005/3, PP-000134.2021.02.005/5, PP-000142.2021.02.005/0, NF-000176.2021.02.005/7, NF-000216.2021.02.005/1 - PRT 3ª Região-MG - IC-000258.2016.03.010/9, IC-001022.2017.03.001/8, IC-001972.2018.03.000/9, IC-004689.2018.03.000/6, IC-001001.2018.03.001/1, IC-001399.2019.03.000/8, IC-002323.2019.03.000/9, IC-002554.2019.03.000/8, IC-003697.2019.03.000/5, IC-003966.2019.03.000/2, IC-004021.2019.03.000/2, IC-004131.2019.03.000/6, IC-000553.2019.03.002/3, IC-000224.2019.03.004/5, IC-000022.2019.03.008/4, IC-000162.2019.03.010/0, IC-000352.2020.03.000/8, IC-001091.2020.03.000/9, IC-002142.2020.03.000/8, IC-002570.2020.03.000/5, IC-002709.2020.03.000/4, IC-003012.2020.03.000/0, IC-003042.2020.03.000/9, IC-003210.2020.03.000/3, PP-003459.2020.03.000/2, PP-003571.2020.03.000/9, NF-003907.2020.03.000/6, PP-004023.2020.03.000/0, IC-004220.2020.03.000/8, IC-004374.2020.03.000/9, PP-004595.2020.03.000/1, IC-004835.2020.03.000/5, IC-004908.2020.03.000/0, IC-004924.2020.03.000/0, IC-000278.2020.03.001/3, IC-000363.2020.03.001/2, NF-000824.2020.03.001/0, IC-000188.2020.03.002/3, IC-000199.2020.03.002/7, IC-000133.2020.03.003/6, IC-000337.2020.03.003/8, IC-000159.2020.03.005/0, IC-000237.2020.03.005/1, IC-000083.2020.03.006/9, IC-000132.2020.03.006/2, IC-000110.2020.03.007/6, IC-000199.2020.03.010/6, IC-000248.2020.03.010/1, IC-000355.2020.03.010/8, NF-000454.2020.03.010/0, PP-000021.2021.03.000/8, PP-000083.2021.03.000/1, PP-000320.2021.03.000/6, PP-000371.2021.03.000/9, PP-000495.2021.03.000/7, PP-000869.2021.03.000/3, PP-000940.2021.03.000/0, IC-001073.2021.03.000/9, NF-001079.2021.03.000/1, NF-001162.2021.03.000/4, IC-001178.2021.03.000/3, PP-001221.2021.03.000/0, NF-001258.2021.03.000/8, NF-001306.2021.03.000/2, NF-001321.2021.03.000/8, NF-001335.2021.03.000/6, IC-001413.2021.03.000/0, NF-001422.2021.03.000/0, IC-001438.2021.03.000/0, NF-001446.2021.03.000/5, NF-001484.2021.03.000/0, NF-001509.2021.03.000/3, NF-001558.2021.03.000/0, NF-001637.2021.03.000/9, NF-001709.2021.03.000/8, NF-001766.2021.03.000/0, NF-001801.2021.03.000/1, NF-001844.2021.03.000/3, NF-001915.2021.03.000/7, NF-001919.2021.03.000/9, NF-001962.2021.03.000/2, NF-001990.2021.03.000/0, NF-002062.2021.03.000/5, NF-002148.2021.03.000/2, IC-000033.2021.03.001/2, IC-000034.2021.03.001/0, IC-000092.2021.03.001/4, NF-000098.2021.03.001/8, NF-000190.2021.03.001/1, NF-000197.2021.03.001/6, NF-000312.2021.03.001/2, NF-000335.2021.03.001/6, NF-000438.2021.03.001/3, NF-000023.2021.03.002/6, NF-000132.2021.03.002/1, IC-000194.2021.03.002/8, NF-000201.2021.03.002/1, NF-000112.2021.03.003/8, NF-000049.2021.03.004/0, NF-000113.2021.03.005/6, NF-000059.2021.03.009/7, NF-000072.2021.03.009/2, IC-000024.2021.03.010/1, NF-000105.2021.03.010/8, NF-000114.2021.03.010/9, NF-000120.2021.03.010/0, NF-000131.2021.03.010/4, NF-000253.2021.03.010/0 - PRT 4ª Região-RS - NF-001124.2010.04.000/6, IC-000194.2013.04.006/5, IC-000177.2014.04.005/1, IC-002314.2015.04.000/0, IC-005006.2016.04.000/0, IC-001815.2017.04.000/8, IC-000253.2017.04.006/9, IC-000747.2018.04.000/5, IC-000208.2018.04.001/6, IC-000183.2018.04.003/0, IC-000380.2018.04.004/6, IC-000414.2018.04.004/3, IC-000022.2018.04.007/1, IC-000071.2018.04.007/5, IC-001510.2019.04.000/3, IC-001867.2019.04.000/4, IC-002288.2019.04.000/7, IC-002494.2019.04.000/6, IC-002682.2019.04.000/4, IC-003143.2019.04.000/5, IC-000070.2019.04.003/8, IC-

000396.2019.04.004/4, IC-000036.2019.04.006/1, IC-000515.2019.04.006/2, IC-000187.2020.04.000/3, IC-000381.2020.04.000/5, IC-000440.2020.04.000/4, IC-000450.2020.04.000/5, IC-000978.2020.04.000/1, IC-001114.2020.04.000/1, IC-001186.2020.04.000/8, IC-001574.2020.04.000/9, IC-001830.2020.04.000/3, IC-001846.2020.04.000/2, IC-002069.2020.04.000/1, PP-002278.2020.04.000/8, IC-002352.2020.04.000/9, IC-002383.2020.04.000/4, IC-002409.2020.04.000/2, IC-002451.2020.04.000/0, PP-002786.2020.04.000/9, PP-002876.2020.04.000/0, PP-002971.2020.04.000/0, PP-002974.2020.04.000/6, IC-003020.2020.04.000/6, PP-003205.2020.04.000/4, PP-003246.2020.04.000/5, IC-003326.2020.04.000/0, IC-003330.2020.04.000/3, NF-003438.2020.04.000/4, NF-003555.2020.04.000/8, PP-003646.2020.04.000/5, IC-003842.2020.04.000/8, PP-003915.2020.04.000/1, IC-000006.2020.04.001/8, IC-000278.2020.04.001/9, IC-000318.2020.04.001/3, IC-000333.2020.04.001/6, IC-000365.2020.04.001/0, PP-000309.2020.04.002/0, PP-000419.2020.04.004/7, IC-000463.2020.04.004/0, IC-000051.2020.04.008/5, IC-000179.2020.04.008/0, PP-000006.2021.04.000/0, PP-000029.2021.04.000/5, PP-000159.2021.04.000/0, NF-000186.2021.04.000/0, PP-000209.2021.04.000/2, PP-000316.2021.04.000/5, PP-000477.2021.04.000/3, NF-000505.2021.04.000/8, PP-000509.2021.04.000/7, NF-000534.2021.04.000/3, NF-000567.2021.04.000/4, PP-000569.2021.04.000/7, PP-000580.2021.04.000/8, NF-000603.2021.04.000/3, PP-000613.2021.04.000/0, NF-000635.2021.04.000/1, PP-000642.2021.04.000/6, PP-000650.2021.04.000/4, PP-000721.2021.04.000/7, PP-000779.2021.04.000/0, NF-000805.2021.04.000/2, NF-000812.2021.04.000/4, NF-000838.2021.04.000/3, NF-000888.2021.04.000/0, NF-000912.2021.04.000/2, NF-000933.2021.04.000/0, NF-000975.2021.04.000/1, PP-000987.2021.04.000/5, PP-001030.2021.04.000/7, NF-001049.2021.04.000/2, NF-001066.2021.04.000/9, PP-001097.2021.04.000/3, IC-001098.2021.04.000/0, IC-001104.2021.04.000/7, NF-001200.2021.04.000/2, NF-001324.2021.04.000/4, NF-001346.2021.04.000/8, NF-001374.2021.04.000/7, NF-001382.2021.04.000/2, NF-001396.2021.04.000/0, NF-001409.2021.04.000/7, NF-001410.2021.04.000/3, NF-001506.2021.04.000/7, NF-001568.2021.04.000/7, NF-001618.2021.04.000/1, NF-001671.2021.04.000/1, NF-001689.2021.04.000/2, NF-000221.2021.04.001/0, PP-000005.2021.04.002/6, PP-000040.2021.04.002/8, PP-000048.2021.04.002/6, PP-000001.2021.04.004/7, NF-000106.2021.04.004/4, NF-000139.2021.04.004/0, NF-000050.2021.04.005/9, NF-000098.2021.04.006/0, NF-000106.2021.04.006/0, NF-000108.2021.04.006/3, NF-000124.2021.04.006/2, PP-000071.2021.04.008/6, NF-000090.2021.04.008/5, NF-000105.2021.04.008/0 - PRT 5ª Região-BA - IC-002807.2017.05.000/2, IC-002909.2017.05.000/0, IC-000051.2018.05.000/9, IC-001593.2018.05.000/0, IC-002267.2018.05.000/9, IC-000229.2018.05.002/6, IC-000016.2018.05.003/8, IC-000173.2018.05.003/7, IC-000076.2018.05.005/0, IC-000465.2018.05.006/0, IC-000091.2019.05.000/5, IC-000736.2019.05.000/6, IC-000887.2019.05.000/7, IC-000977.2019.05.000/8, IC-001291.2019.05.000/9, IC-001895.2019.05.000/4, IC-002135.2019.05.000/3, IC-000018.2019.05.001/2, IC-000308.2019.05.001/5, IC-000090.2019.05.003/3, IC-000063.2019.05.004/2, IC-000475.2019.05.004/8, IC-000052.2019.05.005/9, IC-000013.2020.05.000/6, IC-000796.2020.05.000/9, IC-000933.2020.05.000/2, IC-001022.2020.05.000/1, NF-001656.2020.05.000/6, IC-001888.2020.05.000/0, PP-001984.2020.05.000/6, PP-002086.2020.05.000/0, IC-002309.2020.05.000/7, PP-002604.2020.05.000/1, IC-002688.2020.05.000/4, NF-002698.2020.05.000/0, IC-002717.2020.05.000/1, IC-002784.2020.05.000/0, IC-000057.2020.05.001/0, IC-000066.2020.05.001/0, IC-000143.2020.05.001/5, IC-000165.2020.05.001/2, IC-000122.2020.05.003/6, IC-000101.2020.05.004/6, IC-000215.2020.05.004/7, IC-000232.2020.05.004/2, PP-000075.2020.05.005/9, IC-000158.2020.05.006/9, NF-000309.2021.05.000/2, PP-000330.2021.05.000/7, NF-000395.2021.05.000/2, PP-000424.2021.05.000/3, IC-000428.2021.05.000/9, NF-000512.2021.05.000/1, NF-000623.2021.05.000/3, NF-000627.2021.05.000/9, NF-000702.2021.05.000/0, NF-000747.2021.05.000/1, IC-000788.2021.05.000/7, NF-000813.2021.05.000/2, NF-000862.2021.05.000/2, NF-000928.2021.05.000/0, NF-000933.2021.05.000/5, NF-001077.2021.05.000/2, NF-001085.2021.05.000/8, NF-001130.2021.05.000/6, NF-001165.2021.05.000/2, NF-001283.2021.05.000/1, NF-001292.2021.05.000/2, NF-001342.2021.05.000/8, PP-000102.2021.05.001/2, NF-000139.2021.05.004/1, NF-000012.2021.05.005/1, NF-000109.2021.05.006/1, NF-000093.2021.05.007/8 - PRT 6ª Região-PE - IC-001709.2016.06.000/7, IC-002744.2016.06.000/3, IC-000772.2017.06.000/6, IC-001095.2018.06.000/5, IC-001999.2018.06.000/2, IC-000154.2018.06.001/9, IC-000193.2018.06.002/2, IC-000468.2018.06.002/7, IC-000501.2018.06.002/7, IC-000930.2019.06.000/6, IC-001096.2019.06.000/2, IC-001905.2019.06.000/5, IC-002379.2019.06.000/6, IC-000068.2019.06.001/6, IC-000191.2019.06.002/2, IC-000368.2019.06.002/1, IC-000539.2019.06.002/2, IC-000028.2020.06.000/3, IC-000279.2020.06.000/4, IC-000346.2020.06.000/1, IC-000380.2020.06.000/2, IC-000606.2020.06.000/7, IC-000775.2020.06.000/0, IC-000778.2020.06.000/9, IC-000795.2020.06.000/4, IC-000801.2020.06.000/1, IC-000879.2020.06.000/3, IC-000938.2020.06.000/6, IC-001021.2020.06.000/7, IC-001030.2020.06.000/8, IC-001181.2020.06.000/2, IC-001264.2020.06.000/3, IC-001303.2020.06.000/7, IC-001318.2020.06.000/0, IC-001402.2020.06.000/9, IC-001741.2020.06.000/0, IC-002003.2020.06.000/3, IC-002048.2020.06.000/6, PP-002070.2020.06.000/1, IC-002458.2020.06.000/1, IC-002564.2020.06.000/3, IC-002577.2020.06.000/6, IC-002704.2020.06.000/0, PP-002735.2020.06.000/4, IC-003007.2020.06.000/3, IC-003163.2020.06.000/7, IC-003293.2020.06.000/3, IC-000055.2020.06.002/0, IC-000160.2020.06.002/3, IC-000222.2020.06.002/5, IC-000314.2020.06.002/9, IC-000331.2020.06.002/4, NF-000416.2020.06.002/0, PP-000057.2021.06.000/4, PP-000082.2021.06.000/2, PP-000087.2021.06.000/9, PP-000127.2021.06.000/0, PP-000140.2021.06.000/0, PP-000171.2021.06.000/8, PP-000198.2021.06.000/7, IC-000320.2021.06.000/1, PP-000326.2021.06.000/0, PP-000393.2021.06.000/1, NF-000433.2021.06.000/6, PP-000582.2021.06.000/4, NF-000755.2021.06.000/8, PP-000802.2021.06.000/0, PP-000806.2021.06.000/6, PP-000848.2021.06.000/8, NF-000975.2021.06.000/9, PP-000994.2021.06.000/7, NF-001003.2021.06.000/7, NF-001006.2021.06.000/3, NF-001130.2021.06.000/7, PP-001209.2021.06.000/4, NF-001272.2021.06.000/0, NF-001281.2021.06.000/1, NF-001317.2021.06.000/7, NF-001330.2021.06.000/1, NF-001343.2021.06.000/4, NF-001414.2021.06.000/8, NF-001463.2021.06.000/4, NF-001475.2021.06.000/1, PA-MED-000040.2021.06.001/7 -

PRT 7ª Região-CE - IC-000193.2015.07.000/8, IC-001626.2015.07.000/5, IC-000050.2015.07.002/1, IC-000825.2016.07.000/0, IC-001096.2016.07.000/8, IC-000099.2017.07.000/5, IC-000107.2017.07.000/3, IC-000525.2017.07.000/8, IC-000846.2017.07.000/3, IC-000934.2017.07.000/1, IC-001433.2017.07.000/5, IC-001562.2017.07.000/6, IC-001730.2017.07.000/0, IC-001760.2017.07.000/0, IC-001909.2017.07.000/4, IC-001958.2017.07.000/1, IC-002096.2017.07.000/9, IC-002372.2017.07.000/6, IC-002407.2017.07.000/6, IC-002513.2017.07.000/8, IC-002542.2017.07.000/1, IC-002707.2017.07.000/8, IC-000027.2017.07.002/3, IC-000175.2017.07.002/8, IC-000231.2017.07.002/3, IC-000541.2018.07.000/0, IC-000631.2018.07.000/0, IC-000784.2018.07.000/0, IC-001339.2018.07.000/2, IC-001603.2018.07.000/2, IC-001821.2018.07.000/8, IC-002034.2018.07.000/1, IC-002295.2018.07.000/0, IC-000055.2019.07.000/0, IC-000208.2019.07.000/0, IC-000644.2019.07.000/6, IC-001182.2019.07.000/3, IC-001480.2019.07.000/3, IC-001646.2019.07.000/6, IC-001708.2019.07.000/8, IC-001880.2019.07.000/3, PP-001886.2019.07.000/6, IC-001915.2019.07.000/3, IC-002017.2019.07.000/7, IC-002040.2019.07.000/8, IC-002051.2019.07.000/0, IC-002172.2019.07.000/5, IC-002246.2019.07.000/5, IC-000057.2019.07.002/7, IC-000156.2019.07.002/5, IC-000363.2020.07.000/2, IC-000374.2020.07.000/6, IC-000472.2020.07.000/1, IC-000510.2020.07.000/3, IC-000605.2020.07.000/6, IC-000717.2020.07.000/4, IC-001024.2020.07.000/4, IC-001096.2020.07.000/0, IC-001246.2020.07.000/3, IC-001404.2020.07.000/1, PP-001424.2020.07.000/3, IC-001517.2020.07.000/1, PP-001535.2020.07.000/2, IC-001633.2020.07.000/0, PP-001687.2020.07.000/3, NF-001920.2020.07.000/8, PP-001930.2020.07.000/5, PP-002036.2020.07.000/0, PP-002042.2020.07.000/4, NF-002079.2020.07.000/1, NF-002143.2020.07.000/7, NF-002164.2020.07.000/5, PP-002183.2020.07.000/2, PP-002188.2020.07.000/0, PP-002199.2020.07.000/2, IC-000049.2020.07.002/5, PP-000027.2021.07.000/2, PP-000033.2021.07.000/5, NF-000090.2021.07.000/9, PP-000113.2021.07.000/2, PP-000133.2021.07.000/3, PP-000337.2021.07.000/5, NF-000388.2021.07.000/1, PP-000484.2021.07.000/4, NF-000518.2021.07.000/3, NF-000564.2021.07.000/8, PP-000597.2021.07.000/5, NF-000638.2021.07.000/0, NF-000640.2021.07.000/6, NF-000648.2021.07.000/7, NF-000678.2021.07.000/5, NF-000703.2021.07.000/4, NF-000740.2021.07.000/0, NF-000818.2021.07.000/8, NF-000886.2021.07.000/0, NF-000900.2021.07.000/1, NF-000910.2021.07.000/9, NF-000923.2021.07.000/5, NF-000937.2021.07.000/4, NF-000981.2021.07.000/2, NF-001016.2021.07.000/1, NF-001022.2021.07.000/6, NF-001142.2021.07.000/6, NF-000069.2021.07.002/3 - PRT 8ª Região-PA - IC-000395.2013.08.001/0, IC-001352.2015.08.000/1, IC-000912.2017.08.000/2, IC-000121.2017.08.001/9, IC-000547.2018.08.000/6, IC-001923.2018.08.000/7, IC-000075.2018.08.001/6, IC-000129.2018.08.002/3, IC-000880.2019.08.000/8, IC-001222.2019.08.000/2, IC-001586.2019.08.000/4, IC-001649.2019.08.000/2, NF-001670.2019.08.000/2, IC-000043.2019.08.001/9, IC-000150.2019.08.001/0, IC-000299.2019.08.002/5, IC-000006.2020.08.000/4, IC-000010.2020.08.000/2, NF-000033.2020.08.000/0, IC-000136.2020.08.000/1, IC-000363.2020.08.000/0, IC-000508.2020.08.000/5, NF-000520.2020.08.000/9, IC-000565.2020.08.000/0, IC-000592.2020.08.000/2, IC-000814.2020.08.000/1, IC-000868.2020.08.000/3, IC-000969.2020.08.000/8, IC-001026.2020.08.000/6, PP-001064.2020.08.000/0, IC-001085.2020.08.000/9, IC-001093.2020.08.000/4, IC-001226.2020.08.000/0, IC-001289.2020.08.000/5, PP-001426.2020.08.000/5, NF-001530.2020.08.000/6, NF-001538.2020.08.000/0, PP-001706.2020.08.000/4, IC-001757.2020.08.000/1, IC-001781.2020.08.000/8, PP-001827.2020.08.000/0, IC-001965.2020.08.000/1, PP-001975.2020.08.000/8, PP-001990.2020.08.000/3, IC-000001.2020.08.001/6, IC-000111.2020.08.001/6, IC-000141.2020.08.001/8, IC-000102.2020.08.002/6, IC-000258.2020.08.002/9, IC-000249.2020.08.003/9, IC-000028.2021.08.000/2, PP-000045.2021.08.000/7, PP-000082.2021.08.000/8, PP-000145.2021.08.000/5, NF-000170.2021.08.000/5, NF-000171.2021.08.000/1, NF-000211.2021.08.000/6, PP-000235.2021.08.000/6, PP-000239.2021.08.000/1, NF-000312.2021.08.000/0, IC-000353.2021.08.000/6, PP-000415.2021.08.000/8, IC-000450.2021.08.000/5, IC-000467.2021.08.000/7, NF-000548.2021.08.000/7, NF-000639.2021.08.000/4, NF-000715.2021.08.000/2, IC-000724.2021.08.000/3, NF-000760.2021.08.000/7, NF-000801.2021.08.000/8, IC-000032.2021.08.001/9, NF-000132.2021.08.003/1 - PRT 9ª Região-PR - IC-000231.2016.09.006/8, IC-000582.2018.09.000/5, IC-000717.2018.09.000/2, IC-002819.2018.09.000/5, IC-000440.2018.09.001/6, IC-000264.2018.09.006/4, IC-000090.2018.09.010/7, IC-000347.2019.09.000/4, IC-001654.2019.09.000/2, IC-001876.2019.09.000/0, IC-002298.2019.09.000/9, IC-002656.2019.09.000/1, IC-000290.2019.09.001/9, IC-000236.2019.09.006/8, IC-000227.2019.09.007/8, IC-000272.2019.09.008/3, IC-000324.2019.09.008/8, NF-000120.2020.09.000/8, PP-000246.2020.09.000/9, PP-000690.2020.09.000/0, IC-000794.2020.09.000/3, IC-001400.2020.09.000/0, PP-001486.2020.09.000/4, IC-001662.2020.09.000/4, PP-001694.2020.09.000/4, IC-001822.2020.09.000/3, IC-001839.2020.09.000/8, IC-001986.2020.09.000/0, IC-001988.2020.09.000/1, PP-001991.2020.09.000/0, PP-002033.2020.09.000/5, IC-002058.2020.09.000/5, IC-002336.2020.09.000/3, PP-002558.2020.09.000/1, PP-002954.2020.09.000/9, PP-003008.2020.09.000/1, PP-003036.2020.09.000/0, PP-003051.2020.09.000/5, PP-003141.2020.09.000/6, IC-003160.2020.09.000/3, PP-003170.2020.09.000/0, PP-003193.2020.09.000/9, PP-003226.2020.09.000/8, IC-003227.2020.09.000/3, PP-003230.2020.09.000/1, PP-003318.2020.09.000/0, IC-000196.2020.09.001/8, IC-000061.2020.09.003/9, IC-000114.2020.09.004/0, IC-000255.2020.09.004/3, PP-000332.2020.09.004/8, IC-000198.2020.09.006/5, IC-000200.2020.09.006/7, IC-000225.2020.09.006/3, IC-000180.2020.09.007/8, IC-000248.2020.09.007/8, IC-000029.2020.09.008/3, IC-000115.2020.09.010/3, IC-000155.2021.09.000/4, PP-000162.2021.09.000/2, NF-000227.2021.09.000/3, PP-000240.2021.09.000/3, NF-000287.2021.09.000/7, PP-000331.2021.09.000/0, PP-000367.2021.09.000/0, PP-000372.2021.09.000/6, PP-000423.2021.09.000/4, PP-000431.2021.09.000/9, PP-000449.2021.09.000/7, PP-000509.2021.09.000/6, PP-000528.2021.09.000/4, NF-000551.2021.09.000/1, NF-000576.2021.09.000/8, NF-000579.2021.09.000/7, NF-000622.2021.09.000/4, PP-000634.2021.09.000/4, NF-000653.2021.09.000/2, PP-000733.2021.09.000/6, NF-000734.2021.09.000/2, PP-000736.2021.09.000/5, PP-000773.2021.09.000/5, NF-000816.2021.09.000/9, NF-000897.2021.09.000/3, NF-000936.2021.09.000/1, NF-000962.2021.09.000/8, NF-000970.2021.09.000/2, NF-000984.2021.09.000/5, NF-001023.2021.09.000/2, NF-001041.2021.09.000/4, NF-001086.2021.09.000/7, NF-001106.2021.09.000/3, NF-001136.2021.09.000/2, NF-001151.2021.09.000/8, PP-001159.2021.09.000/1, PP-001162.2021.09.000/0, NF-001200.2021.09.000/8, PP-001224.2021.09.000/2, NF-001236.2021.09.000/0, NF-001246.2021.09.000/6, NF-001287.2021.09.000/7, NF-001385.2021.09.000/3, IC-000114.2021.09.004/2, NF-000119.2021.09.004/4, NF-000093.2021.09.006/7, PP-000130.2021.09.006/3, NF-000101.2021.09.007/9, IC-000034.2021.09.008/9, IC-000055.2021.09.008/2, NF-000140.2021.09.008/2, IC-000018.2021.09.009/3, NF-000029.2021.09.010/4, NF-000043.2021.09.010/7, NF-000045.2021.09.010/1, NF-000075.2021.09.010/6, NF-000076.2021.09.010/3, NF-000077.2021.09.010/0, NF-000084.2021.09.010/7, NF-000120.2021.09.010/1 - PRT 10ª Região-DF - IC-000203.2015.10.000/6, IC-001077.2015.10.000/3, IC-001702.2015.10.000/2, IC-000034.2016.10.000/6, IC-000576.2016.10.000/3, IC-000768.2016.10.000/5, IC-001832.2016.10.000/0, IC-000998.2017.10.000/6, IC-001798.2017.10.000/6, IC-002898.2017.10.000/1, IC-001007.2018.10.000/4, IC-001710.2018.10.000/3, IC-002603.2018.10.000/4, IC-002900.2018.10.000/0, IC-000165.2018.10.002/9, IC-000221.2019.10.000/9, IC-000268.2019.10.000/2, IC-000602.2019.10.000/3, IC-000946.2019.10.000/2, IC-001024.2019.10.000/2, IC-001150.2019.10.000/7, IC-001375.2019.10.000/1, IC-001740.2019.10.000/4, IC-001993.2019.10.000/7, IC-002132.2019.10.000/3, IC-002134.2019.10.000/4, IC-002190.2019.10.000/0, IC-002223.2019.10.000/0, IC-002244.2019.10.000/8, IC-002295.2019.10.000/5, IC-002303.2019.10.000/4, IC-002324.2019.10.000/2, IC-002332.2019.10.000/8, IC-002393.2019.10.000/1, IC-002795.2019.10.000/1, IC-000057.2019.10.001/6, IC-000034.2020.10.000/9, IC-000065.2020.10.000/0, IC-000259.2020.10.000/0, IC-000313.2020.10.000/1, IC-000399.2020.10.000/8, IC-000493.2020.10.000/8, IC-001073.2020.10.000/5, IC-001082.2020.10.000/6, IC-001260.2020.10.000/7, IC-001293.2020.10.000/2, IC-001382.2020.10.000/8, PP-001420.2020.10.000/6, IC-001586.2020.10.000/4, PP-001765.2020.10.000/0, IC-001831.2020.10.000/7, IC-001962.2020.10.000/9, PP-001981.2020.10.000/6, PP-002017.2020.10.000/7, PP-002152.2020.10.000/2, IC-

002212.2020.10.000/4, IC-002284.2020.10.000/0, IC-002431.2020.10.000/6, IC-002539.2020.10.000/7, IC-002715.2020.10.000/7, IC-002766.2020.10.000/4, IC-002898.2020.10.000/1, IC-002927.2020.10.000/9, IC-002959.2020.10.000/9, IC-003124.2020.10.000/2, IC-000305.2020.10.001/5, PP-000340.2020.10.001/2, IC-000082.2020.10.002/7, PP-000008.2021.10.000/0, IC-000084.2021.10.000/3, IC-000115.2021.10.000/0, PP-000139.2021.10.000/0, PP-000144.2021.10.000/6, IC-000169.2021.10.000/2, NF-000343.2021.10.000/6, PP-000348.2021.10.000/8, PP-000537.2021.10.000/0, PP-000624.2021.10.000/2, PP-000668.2021.10.000/7, NF-000727.2021.10.000/0, NF-000745.2021.10.000/1, NF-000848.2021.10.000/9, NF-000851.2021.10.000/1, NF-000969.2021.10.000/8, IC-000991.2021.10.000/9, NF-001117.2021.10.000/8, NF-000031.2021.10.001/1, NF-000089.2021.10.001/0, NF-000099.2021.10.001/9, NF-000034.2021.10.002/4 - PRT 11ª Região-AM - IC-000626.2014.11.000/0, IC-000708.2018.11.000/8, IC-000073.2019.11.000/4, IC-001091.2019.11.000/9, IC-000696.2020.11.000/4, IC-000107.2020.11.001/2, IC-000016.2021.11.000/2, IC-000026.2021.11.000/0, NF-000442.2021.11.000/9 - PRT 12ª Região-SC - IC-000128.2017.12.002/8, IC-000116.2017.12.005/2, IC-001508.2018.12.000/2, IC-000348.2018.12.001/3, IC-000593.2018.12.001/4, NF-000641.2018.12.001/3, IC-000159.2018.12.002/9, IC-000318.2018.12.002/0, IC-001031.2019.12.000/9, IC-000303.2019.12.002/3, IC-000337.2020.12.000/3, PP-000548.2020.12.000/3, PP-000613.2020.12.000/8, IC-000815.2020.12.000/7, IC-000837.2020.12.000/4, IC-000899.2020.12.000/0, IC-000914.2020.12.000/9, IC-001040.2020.12.000/6, IC-001139.2020.12.000/6, PP-001193.2020.12.000/1, IC-001201.2020.12.000/0, IC-001227.2020.12.000/6, IC-001364.2020.12.000/2, IC-001369.2020.12.000/0, PP-001394.2020.12.000/1, PP-001417.2020.12.000/4, IC-001466.2020.12.000/0, IC-000159.2020.12.001/2, IC-000222.2020.12.002/2, PP-000352.2020.12.002/2, IC-000035.2020.12.004/3, IC-000103.2020.12.004/2, PP-000234.2020.12.004/9, IC-000202.2020.12.005/2, NF-000386.2020.12.005/4, PP-000056.2020.12.006/9, IC-000022.2021.12.000/3, IC-000037.2021.12.000/8, NF-000057.2021.12.000/4, PP-000200.2021.12.000/1, NF-000261.2021.12.000/1, NF-000381.2021.12.000/4, NF-000407.2021.12.000/2, PP-000412.2021.12.000/8, NF-000433.2021.12.000/9, PP-000454.2021.12.000/0, PP-000460.2021.12.000/1, NF-000479.2021.12.000/6, NF-000495.2021.12.000/5, PP-000496.2021.12.000/1, NF-000524.2021.12.000/6, NF-000535.2021.12.000/0, NF-000554.2021.12.000/8, NF-000557.2021.12.000/7, NF-000568.2021.12.000/0, NF-000656.2021.12.000/9, IC-000012.2021.12.001/6, IC-000058.2021.12.001/2, NF-000120.2021.12.001/6, NF-000188.2021.12.001/0, NF-000234.2021.12.001/7, NF-000242.2021.12.001/1, PP-000023.2021.12.002/2, NF-000131.2021.12.003/6, NF-000145.2021.12.003/9, NF-000099.2021.12.004/5, NF-000003.2021.12.005/3, NF-000025.2021.12.005/0 - PRT 13ª Região-PB - IC-000015.2012.13.000/8, IC-000819.2015.13.000/3, IC-001075.2015.13.000/7, IC-001812.2015.13.000/0, IC-000206.2016.13.000/0, IC-000258.2016.13.000/0, IC-001249.2016.13.000/6, IC-001414.2016.13.000/4, IC-001592.2016.13.000/1, IC-001793.2016.13.000/1, IC-000224.2017.13.000/5, IC-000907.2018.13.000/0, IC-001590.2018.13.000/4, IC-000360.2019.13.000/2, IC-000362.2019.13.000/5, IC-000669.2019.13.000/4, IC-000126.2019.13.001/3, IC-000150.2019.13.001/7, IC-000447.2019.13.001/9, IC-000535.2019.13.001/7, IC-000061.2019.13.002/7, IC-000369.2020.13.000/9, IC-000433.2020.13.000/7, IC-000438.2020.13.000/9, IC-000507.2020.13.000/9, IC-000589.2020.13.000/0, IC-000609.2020.13.000/0, IC-000702.2020.13.000/3, IC-000779.2020.13.000/9, IC-000963.2020.13.000/0, IC-001027.2020.13.000/0, IC-001062.2020.13.000/8, IC-001370.2020.13.000/5, IC-000181.2020.13.001/4, IC-000202.2020.13.001/0, IC-000307.2020.13.001/0, IC-000352.2020.13.001/5, IC-000454.2020.13.001/6, IC-000614.2020.13.001/3, IC-000621.2020.13.001/1, IC-000624.2020.13.001/0, IC-000694.2020.13.001/1, IC-000157.2020.13.002/9, IC-000174.2020.13.002/4, IC-000186.2020.13.002/4, IC-000243.2020.13.002/4, IC-000013.2021.13.000/4, IC-000119.2021.13.000/9, IC-000308.2021.13.000/1, NF-000311.2021.13.000/4, NF-000318.2021.13.000/9, IC-000345.2021.13.000/1, IC-000008.2021.13.002/1 - PRT 14ª Região-RO - IC-000345.2014.14.002/3, IC-000898.2016.14.000/9, IC-000559.2019.14.000/0, IC-000032.2020.14.000/1, IC-000300.2020.14.000/9, IC-000261.2020.14.002/7, IC-000024.2021.14.000/1, IC-000036.2021.14.000/4, NF-000069.2021.14.000/0, NF-000097.2021.14.000/0, NF-000137.2021.14.000/1, IC-000018.2021.14.002/4, NF-000023.2021.14.002/6, IC-000033.2021.14.002/4, IC-000034.2021.14.002/1, NF-000111.2021.14.002/5, NF-000154.2021.14.002/3 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-000014.2011.15.005/5, IC-000388.2016.15.001/0, IC-000727.2016.15.006/2, IC-002367.2017.15.000/1, IC-004181.2017.15.000/3, IC-000088.2017.15.005/3, IC-000229.2018.15.006/0, IC-000624.2019.15.000/5, IC-001817.2019.15.000/1, IC-002619.2019.15.000/6, IC-002952.2019.15.000/5, IC-003593.2019.15.000/5, IC-004226.2019.15.000/3, IC-000306.2019.15.002/5, IC-000648.2019.15.002/1, IC-000417.2019.15.003/5, IC-000131.2019.15.005/3, IC-000132.2019.15.005/0, IC-000188.2019.15.006/2, IC-000199.2019.15.006/6, IC-000539.2019.15.007/3, IC-000096.2020.15.000/1, IC-002497.2020.15.000/8, PP-002499.2020.15.000/9, IC-002664.2020.15.000/7, PP-003577.2020.15.000/0, PP-004229.2020.15.000/6, PP-004386.2020.15.000/5, PP-004455.2020.15.000/8, PP-004461.2020.15.000/2, PP-004570.2020.15.000/0, IC-000212.2020.15.001/0, PP-000510.2020.15.001/1, PP-000561.2020.15.001/4, PP-000677.2020.15.001/8, IC-000118.2020.15.002/8, IC-000136.2020.15.002/0, IC-000151.2020.15.002/2, IC-000234.2020.15.002/5, IC-000236.2020.15.002/8, IC-000390.2020.15.002/1, PP-000773.2020.15.002/9, PP-000795.2020.15.002/6, IC-000125.2020.15.003/4, IC-000169.2020.15.003/9, IC-000253.2020.15.003/1, IC-000351.2020.15.003/7, IC-000043.2020.15.004/2, IC-000046.2020.15.004/4, IC-000057.2020.15.004/0, IC-000215.2020.15.004/3, IC-000394.2020.15.006/0, IC-000650.2020.15.006/0, IC-000664.2020.15.006/2, IC-000706.2020.15.006/0, IC-000070.2020.15.007/8, IC-000310.2020.15.007/4, IC-000435.2020.15.007/9, IC-000437.2020.15.007/1, IC-000554.2020.15.008/3, PP-000574.2020.15.008/8, IC-000578.2020.15.008/3, IC-000615.2020.15.008/9, IC-000656.2020.15.008/4, NF-000705.2020.15.008/0, IC-000133.2021.15.000/7, NF-000135.2021.15.000/0, NF-000155.2021.15.000/4, PP-000209.2021.15.000/1, NF-000223.2021.15.000/8, NF-000304.2021.15.000/8, NF-000355.2021.15.000/0, NF-000560.2021.15.000/2, NF-000776.2021.15.000/4, NF-000779.2021.15.000/3, PP-000866.2021.15.000/5, NF-000881.2021.15.000/8, NF-000992.2021.15.000/0, PP-000996.2021.15.000/5, NF-000997.2021.15.000/1, NF-001041.2021.15.000/8, PP-001044.2021.15.000/4, IC-001055.2021.15.000/6, NF-001064.2021.15.000/7, NF-001149.2021.15.000/9, NF-001181.2021.15.000/0, PP-001263.2021.15.000/6, NF-001284.2021.15.000/4, NF-001286.2021.15.000/5, NF-001287.2021.15.000/0, PP-001306.2021.15.000/1, PP-001341.2021.15.000/0, NF-001424.2021.15.000/0, NF-001446.2021.15.000/4, NF-001574.2021.15.000/0, NF-001716.2021.15.000/7, NF-001905.2021.15.000/0, NF-002122.2021.15.000/6, NF-002135.2021.15.000/9, NF-002176.2021.15.000/0, NF-002179.2021.15.000/6, NF-002237.2021.15.000/7, NF-002451.2021.15.000/1, PP-000103.2021.15.001/3, NF-000277.2021.15.001/8, NF-000344.2021.15.001/5, NF-000383.2021.15.001/8, NF-000389.2021.15.001/6, NF-000476.2021.15.001/8, PP-000093.2021.15.002/5, PP-000097.2021.15.002/4, NF-000110.2021.15.002/0, PP-000177.2021.15.002/8, NF-000203.2021.15.002/0, NF-000418.2021.15.002/5, IC-000124.2021.15.003/0, IC-000162.2021.15.003/7, PP-000177.2021.15.003/6, PP-000187.2021.15.003/3, PP-000204.2021.15.003/4, PP-000205.2021.15.003/0, IC-000209.2021.15.003/6, NF-000218.2021.15.003/7, PP-000232.2021.15.003/3, NF-000249.2021.15.003/5, NF-000258.2021.15.003/6, PP-000265.2021.15.003/4, NF-000266.2021.15.003/0, PP-000269.2021.15.003/0, NF-000270.2021.15.003/0, PP-000281.2021.15.003/3, NF-000292.2021.15.003/7, NF-000294.2021.15.003/0, NF-000298.2021.15.003/5, NF-000309.2021.15.003/4, NF-000315.2021.15.003/6, PP-000010.2021.15.004/0, IC-000050.2021.15.004/2, NF-000067.2021.15.004/1, NF-000028.2021.15.005/7, IC-000052.2021.15.005/8, NF-000142.2021.15.005/9, NF-000192.2021.15.005/5, NF-000116.2021.15.006/0, NF-000268.2021.15.006/8, PP-000070.2021.15.007/1, PP-000091.2021.15.007/5, PP-000096.2021.15.007/1, PP-000097.2021.15.007/9, PP-000129.2021.15.007/5, PP-000140.2021.15.007/2, PP-000156.2021.15.007/8, PP-000180.2021.15.007/1, PP-000215.2021.15.007/0, NF-000054.2021.15.008/5, NF-000144.2021.15.008/6, NF-000302.2021.15.008/0 - PRT 16ª Região-MA - IC-000001.2002.16.001/4, IC-000090.2018.16.001/5, IC-000269.2018.16.001/0, IC-000677.2019.16.000/1, IC-001130.2019.16.000/3, IC-000026.2019.16.001/5, IC-000335.2019.16.001/3, IC-000341.2020.16.000/6, IC-000426.2020.16.000/1, IC-000505.2020.16.000/9, PP-000949.2020.16.000/6, NF-000997.2020.16.000/0, NF-001053.2020.16.000/1, PP-001084.2020.16.000/6, NF-001221.2020.16.000/6, IC-001266.2020.16.000/9, NF-001289.2020.16.000/8, IC-000188.2020.16.001/1, IC-000223.2020.16.001/4, NF-000053.2021.16.000/2, PP-000057.2021.16.000/1, NF-000127.2021.16.000/6, NF-000129.2021.16.000/9, NF-000147.2021.16.000/0, NF-000167.2021.16.000/5, NF-000168.2021.16.000/1, NF-000169.2021.16.000/8, NF-000194.2021.16.000/8, PP-000205.2021.16.000/7, NF-000302.2021.16.000/6, NF-000303.2021.16.000/2, PP-000329.2021.16.000/5, NF-000332.2021.16.000/8, NF-000074.2021.16.001/7, PP-000076.2021.16.001/1, NF-000104.2021.16.001/0, NF-000112.2021.16.001/5 - PRT 17ª Região-ES - IC-000442.2013.17.000/6, IC-000756.2015.17.000/9, IC-001291.2016.17.000/7, IC-001455.2017.17.000/0, IC-000922.2018.17.000/6, IC-000927.2018.17.000/8, IC-001430.2018.17.000/1, IC-001494.2018.17.000/1, IC-000110.2019.17.000/3, IC-000694.2019.17.000/8, IC-000107.2020.17.000/0, IC-000242.2020.17.000/5, IC-000244.2020.17.000/8, IC-000347.2020.17.000/5, IC-000373.2020.17.000/1, IC-000434.2020.17.000/7, IC-000566.2020.17.000/0, IC-000653.2020.17.000/1, IC-000658.2020.17.000/3, IC-000876.2020.17.000/1, IC-001025.2020.17.000/1, PP-001113.2020.17.000/1, PP-001189.2020.17.000/9, PP-001210.2020.17.000/2, PP-001259.2020.17.000/7, IC-001338.2020.17.000/6, PP-001340.2020.17.000/9, PP-001341.2020.17.000/4, PP-001366.2020.17.000/4, PP-001373.2020.17.000/4, PP-001432.2020.17.000/0, PP-001519.2020.17.000/3, PP-001520.2020.17.000/0, PP-001596.2020.17.000/8, IC-000007.2020.17.003/1, IC-000105.2020.17.003/1, PP-000053.2021.17.000/4, PP-000118.2021.17.000/6, PP-000191.2021.17.000/0, NF-000286.2021.17.000/2, NF-000335.2021.17.000/8, PP-000347.2021.17.000/8, NF-000350.2021.17.000/0, NF-000408.2021.17.000/3, NF-000457.2021.17.000/3, NF-000462.2021.17.000/9, NF-000471.2021.17.000/0, NF-000483.2021.17.000/0, NF-000507.2021.17.000/5, NF-000646.2021.17.000/6, NF-000686.2021.17.000/5, NF-000729.2021.17.000/9, NF-000750.2021.17.000/3, NF-000810.2021.17.000/2, NF-000823.2021.17.000/9, NF-000051.2021.17.001/0, PP-000002.2021.17.002/3, NF-000035.2021.17.002/4, PP-000038.2021.17.003/7, PP-000066.2021.17.003/7 - PRT 18ª Região-GO - IC-000342.2015.18.003/9, IC-000350.2017.18.003/9, IC-000870.2018.18.000/2, IC-000897.2018.18.000/1, IC-000052.2019.18.000/3, IC-001212.2019.18.000/5, IC-000027.2019.18.002/7, IC-000393.2019.18.002/4, IC-000306.2019.18.003/6, IC-000363.2019.18.003/0, IC-001155.2020.18.000/6, IC-001405.2020.18.000/6, IC-001773.2020.18.000/1, NF-000386.2020.18.002/5, IC-000159.2020.18.003/4, IC-000165.2020.18.003/6, IC-000202.2020.18.003/1, IC-000222.2020.18.003/6, IC-000290.2020.18.003/4, NF-000100.2021.18.000/9, IC-000103.2021.18.000/8, IC-000139.2021.18.000/8, NF-000142.2021.18.000/0, IC-000153.2021.18.000/4, IC-000170.2021.18.000/0, IC-000177.2021.18.000/4, IC-000237.2021.18.000/3, PP-000239.2021.18.000/6, IC-000281.2021.18.000/1, IC-000302.2021.18.000/8, NF-000383.2021.18.000/2, IC-000437.2021.18.000/0, NF-000469.2021.18.000/4, PP-000556.2021.18.000/6, NF-000580.2021.18.000/0, PP-000592.2021.18.000/0, IC-000606.2021.18.000/8, NF-000610.2021.18.000/7, NF-000624.2021.18.000/0, NF-000682.2021.18.000/0, NF-000685.2021.18.000/0, NF-000700.2021.18.000/8, NF-000723.2021.18.000/1, NF-000762.2021.18.000/4, NF-000806.2021.18.000/4, NF-000816.2021.18.000/1, NF-000838.2021.18.000/9, NF-000090.2021.18.002/9, NF-000104.2021.18.002/0, NF-000084.2021.18.003/0 - PRT 19ª Região-AL - IC-000685.2017.19.000/3, IC-001286.2017.19.000/6, IC-001734.2017.19.000/0, IC-001145.2018.19.000/0, IC-000179.2019.19.000/6, IC-000188.2019.19.000/7, IC-001049.2019.19.000/6, IC-001081.2019.19.000/8, IC-001541.2019.19.000/9, IC-001747.2019.19.000/6, IC-001876.2019.19.000/7, IC-000246.2019.19.001/1, IC-000249.2019.19.001/0, IC-000395.2019.19.001/0, IC-000044.2020.19.000/3, IC-000142.2020.19.000/9, IC-000206.2020.19.000/3, IC-000259.2020.19.000/9, IC-000344.2020.19.000/8, IC-000901.2020.19.000/9, IC-000907.2020.19.000/7, IC-000925.2020.19.000/9, IC-001119.2020.19.000/0, IC-001148.2020.19.000/4, IC-001224.2020.19.000/7, IC-001381.2020.19.000/6, IC-001437.2020.19.000/4, IC-001650.2020.19.000/3, IC-001678.2020.19.000/0, IC-001733.2020.19.000/4, IC-001788.2020.19.000/3, PP-001965.2020.19.000/9, IC-001967.2020.19.000/0, PP-002077.2020.19.000/9, PP-002315.2020.19.000/1, IC-002458.2020.19.000/0, IC-002564.2020.19.000/2, IC-000048.2021.19.000/6, IC-000213.2021.19.000/4, IC-000375.2021.19.000/9, IC-000411.2021.19.000/8, PP-000515.2021.19.000/1, PP-000600.2021.19.000/0, NF-000819.2021.19.000/1, NF-000911.2021.19.000/9, PP-000035.2021.19.001/7, PP-000083.2021.19.001/3, NF-000118.2021.19.001/6, NF-000129.2021.19.001/0, NF-000177.2021.19.001/3 - PRT 20ª Região-SE - IC-000778.2015.20.000/1, IC-000645.2016.20.000/5, IC-001019.2017.20.000/0, IC-001239.2017.20.000/8, IC-001769.2018.20.000/5, IC-001788.2018.20.000/2, IC-000021.2019.20.000/0, IC-000780.2019.20.000/9, IC-000885.2019.20.000/9, IC-000946.2019.20.000/4, IC-001139.2019.20.000/4, IC-001184.2019.20.000/9, IC-001304.2019.20.000/2, IC-001354.2019.20.000/4, IC-001612.2019.20.000/0, IC-000098.2020.20.000/0, IC-000211.2020.20.000/2, IC-000368.2020.20.000/1, IC-000398.2020.20.000/3, IC-000409.2020.20.000/2, IC-000415.2020.20.000/4, IC-000433.2020.20.000/6, IC-000462.2020.20.000/1, PP-000511.2020.20.000/7, IC-000540.2020.20.000/2, IC-000579.2020.20.000/1, IC-000583.2020.20.000/0, PP-000586.2020.20.000/0, IC-000604.2020.20.000/7, IC-000694.2020.20.000/2, IC-000701.2020.20.000/6, IC-000738.2020.20.000/2, IC-000789.2020.20.000/5, IC-000808.2020.20.000/9, IC-000863.2020.20.000/0, IC-000887.2020.20.000/0, IC-000889.2020.20.000/3, IC-000924.2020.20.000/6, IC-000926.2020.20.000/9, IC-000969.2020.20.000/7, IC-001020.2020.20.000/8, PP-001102.2020.20.000/3, IC-001119.2020.20.000/8, PP-001130.2020.20.000/1, IC-001132.2020.20.000/2, IC-001140.2020.20.000/8, PA-MED-001159.2020.20.000/3, PP-001229.2020.20.000/1, PP-001248.2020.20.000/9, IC-001254.2020.20.000/3, IC-001277.2020.20.000/2, IC-001301.2020.20.000/2, IC-001312.2020.20.000/4, PP-001327.2020.20.000/8, IC-001359.2020.20.000/8, PP-001383.2020.20.000/4, PP-001418.2020.20.000/4, IC-001468.2020.20.000/6, PP-001554.2020.20.000/5, NF-001578.2020.20.000/0, PP-001579.2020.20.000/5, PP-001583.2020.20.000/9, IC-001641.2020.20.000/0, IC-001742.2020.20.000/2, NF-001749.2020.20.000/0, NF-001764.2020.20.000/6, IC-001769.2020.20.000/3, IC-000054.2020.20.001/9, PP-000010.2021.20.000/0, IC-000047.2021.20.000/5, NF-000069.2021.20.000/6, PP-000081.2021.20.000/4, PP-000111.2021.20.000/7, NF-000156.2021.20.000/8, IC-000169.2021.20.000/4, PP-000170.2021.20.000/4, NF-000173.2021.20.000/3, IC-000265.2021.20.000/7, IC-000303.2021.20.000/9, NF-000320.2021.20.000/4, NF-000347.2021.20.000/3, IC-000356.2021.20.000/4, IC-000358.2021.20.000/7, NF-000377.2021.20.000/5, NF-000403.2021.20.000/7, PP-000470.2021.20.000/9, PP-000503.2021.20.000/5, NF-000587.2021.20.000/9, NF-000588.2021.20.000/5, NF-000593.2021.20.000/0, NF-000608.2021.20.000/5, NF-000696.2021.20.000/8, NF-000703.2021.20.000/1, NF-000759.2021.20.000/6, NF-000767.2021.20.000/0, NF-000786.2021.20.000/9, NF-000858.2021.20.000/8, NF-000001.2021.20.001/8 - PRT 21ª Região-RN - IC-000689.2016.21.000/0, IC-001375.2016.21.000/5, IC-001792.2016.21.000/0, IC-001306.2017.21.000/8, IC-000155.2019.21.000/0, IC-000611.2019.21.000/7, IC-000792.2019.21.000/0, IC-000923.2019.21.000/1, IC-000998.2019.21.000/4, IC-001099.2019.21.000/3, IC-001310.2019.21.000/5, IC-001479.2019.21.000/0, IC-000003.2019.21.002/0, IC-000048.2020.21.000/0, IC-000077.2020.21.000/8, IC-000207.2020.21.000/4, IC-000273.2020.21.000/0, IC-000647.2020.21.000/6, IC-000775.2020.21.000/3, IC-000847.2020.21.000/2, IC-000896.2020.21.000/2, IC-001146.2020.21.000/9, IC-001284.2020.21.000/0, IC-001447.2020.21.000/6, PP-001510.2020.21.000/6, IC-001513.2020.21.000/2, IC-001516.2020.21.000/9, IC-001520.2020.21.000/2, PP-001622.2020.21.000/0, PP-001661.2020.21.000/0, IC-000030.2020.21.001/5, IC-000155.2020.21.001/8, IC-000026.2020.21.002/1, IC-000030.2020.21.002/6, PP-000023.2021.21.000/1, PP-000114.2021.21.000/7, IC-000152.2021.21.000/3, PP-000219.2021.21.000/7, PP-000227.2021.21.000/1, PP-000277.2021.21.000/8, IC-000313.2021.21.000/7, PP-000320.2021.21.000/5, PP-000336.2021.21.000/0, PP-000350.2021.21.000/7, NF-000460.2021.21.000/2, PP-000538.2021.21.000/0, NF-000758.2021.21.000/0, NF-000759.2021.21.000/7, NF-000068.2021.21.001/1, NF-000031.2021.21.002/7, NF-000034.2021.21.002/9 - PRT 22ª Região-PI - IC-000668.2019.22.000/9, IC-001503.2019.22.000/8, IC-001573.2019.22.000/2, IC-000248.2020.22.000/0, IC-000335.2020.22.000/2, IC-000494.2020.22.000/8, IC-000597.2020.22.000/5, IC-000690.2020.22.000/9, IC-000756.2020.22.000/6, IC-

000773.2020.22.000/1, IC-000929.2020.22.000/0, IC-001102.2020.22.000/0, IC-001145.2020.22.000/1, IC-000161.2020.22.001/0, IC-000025.2020.22.002/6, IC-000155.2021.22.000/3, IC-000159.2021.22.000/9, NF-000383.2021.22.000/9, NF-000497.2021.22.000/0, NF-000507.2021.22.000/2, NF-000023.2021.22.001/4 - PRT 23ª Região-MT - IC-000028.2012.23.003/3, IC-000550.2017.23.000/8, IC-000679.2017.23.000/8, IC-000499.2018.23.001/7, IC-000070.2019.23.004/2, IC-000180.2020.23.000/1, IC-000207.2020.23.000/6, IC-000453.2020.23.000/3, IC-000574.2020.23.000/2, PP-000591.2020.23.000/8, IC-000803.2020.23.000/0, IC-000220.2020.23.001/4, IC-000063.2020.23.002/6, IC-000168.2020.23.004/0, IC-000006.2021.23.000/5, PP-000069.2021.23.000/1, NF-000075.2021.23.000/0, IC-000126.2021.23.000/9, IC-000179.2021.23.000/4, NF-000240.2021.23.000/3, NF-000251.2021.23.000/7, IC-000272.2021.23.000/8, IC-000284.2021.23.000/8, NF-000311.2021.23.000/6, NF-000314.2021.23.000/5, NF-000368.2021.23.000/7, IC-000004.2021.23.001/0, IC-000067.2021.23.001/8, NF-000030.2021.23.002/3, NF-000035.2021.23.002/0, PP-000046.2021.23.003/6, IC-000091.2021.23.003/0, NF-000065.2021.23.004/6 - PRT 24ª Região-MS - IC-000859.2019.24.000/6, IC-000104.2019.24.002/7, IC-000185.2020.24.000/4, IC-000398.2020.24.000/7, PP-000580.2020.24.000/5, IC-000708.2020.24.000/4, IC-000753.2020.24.000/9, IC-000823.2020.24.000/5, IC-000933.2020.24.000/0, IC-000138.2020.24.002/3, NF-000403.2021.24.000/0, PP-000434.2021.24.000/9, NF-000091.2021.24.001/0, NF-000126.2021.24.001/8, NF-000109.2021.24.002/0.

Eu, Luiz Cláudio Barbosa Lucas, Secretário da sessão, nos termos do artigo 18, inciso XII, da Resolução nº 142/CSMPT, lavrei a presente ata e a encaminhei a todos os Membros da 3ª Subcâmara de Coordenação e Revisão (MPT) para leitura e aprovação, com determinação de publicá-la no Diário Oficial da União.

Encerrou-se a sessão às dezesseis horas e vinte e cinco minutos.

SANDRA LIA SIMÓN

Coordenadora

DANIELA DE MORAIS DO MONTE VARANDAS

Membro

GLÁUCIO ARAÚJO OLIVEIRA

Membro

AUGUSTO GRIECO SANTANNA MEIRINHO

Membro Suplente

AFONSO DE PAULA PINHEIRO ROCHA

Membro Suplente

LUIZ CLÁUDIO BARBOSA LUCAS

Secretário

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 290, DE 27 DE MAIO DE 2021

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Título II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. a notícia de fato anônima, autuada sob o número 001443.2020.20.000/6, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a RETALIAÇÃO DE TRABALHADOR POR EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO; e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127); resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/1993, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/1985, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de CLÍNICA CORREA LEITE ARACAJU EIRELI (CNPJ 31.245.634/0001-38, nome de fantasia CLÍNICA VITALLI ARACAJU EIRELI). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume.

MARIO LUIZ VIEIRA CRUZ

PORTARIA Nº 291, DE 27 DE MAIO DE 2021

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo procurador do Trabalho subscrito, titular do 3º Ofício Geral da Procuradoria Regional do Trabalho da 20ª Região/Sergipe (PRT20/SE), no uso de suas atribuições legais e considerando:

1. a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa como fundamentos da República Federativa do Brasil (Constituição Federal - CF, art. 1º, incisos II, III e IV);

2. os objetivos fundamentais da República traçados no art. 3º da CF, com destaque para a constituição de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (incisos I, III e IV);

3. os direitos e garantias fundamentais previstos no Título II da CF;

4. a valorização do trabalho humano como um dos fundamentos da ordem econômica, ordem esta que tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados, entre outros, os princípios da função social da propriedade, da defesa do meio ambiente, a redução das desigualdades regionais e sociais e a busca do pleno emprego (CF, art. 170);

5. a observância das disposições que regulam as relações de trabalho e o favorecimento do bem-estar dos trabalhadores como parâmetros de aferição da função social da propriedade (CF, art. 186, incisos III e IV);

6. o primado do trabalho como base e o bem-estar e a justiça social como objetivos, ambos da ordem social (CF, art. 193);

7. notícia de fato apresentada na PRT20/SE por pessoa(s) cuja(s) identidade(s) é(são) mantida(s) sob sigilo, visto que a publicidade dos atos pode acarretar prejuízo às investigações, bem como aos direitos da(s) pessoa(s) noticiante(s), autuada sob o número 001454.2020.20.000/8, bem como as peças de informação que a acompanham;

8. o quanto já apurado na fase preparatória do procedimento acima referido, onde se verificam indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos constitucionalmente garantidos relacionados a ASSÉDIO MORAL DURANTE SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE NACIONAL (PANDEMIA DE COVID-19); e, por fim,

9. ser o Ministério Público instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF, art. 127); resolve:

Com fulcro nos arts. 129, inciso III, da CF, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/1993, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/1985, instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE - FHS (CNPJ 10.436.979/0001-07). Designa(m)-se o(s) servidor(es) lotado(s) no Ofício do qual o signatário é titular para secretariar(em) o feito. Para fins de diligências iniciais, cumpram-se as determinações contidas no despacho que enseja esta instauração. Afixe-se a presente portaria no local de costume.

MARIO LUIZ VIEIRA CRUZ

Defensoria Pública da União

CORREGEDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PORTARIA CGDPU Nº 8, DE 24 DE AGOSTO DE 2021

O CORREGEDOR-GERAL FEDERAL, no uso das atribuições previstas no artigo 13, inciso I, da Lei Complementar nº 80/1994 e artigo 4º, inciso I, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral, aprovado pela Resolução CSDPU nº 73/2013;, resolve:

Art. 1º. Tornar público o seguinte calendário de correições ordinárias e inspeções funcionais em unidades da Defensoria Pública da União:

Londrina/PR	04 e 05 de outubro de 2021
Caruaru/PE	14 e 15 de outubro de 2021
Recife/PE	18 a 22 de outubro de 2021
Cascavel/PR	26 e 27 de outubro de 2021
Belo Horizonte/MG	08 a 11 de novembro de 2021
Umuarama/PR	22 e 23 de novembro de 2021

FABIANO CAETANO PRESTES

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

CNPJ 26.994.574/0001-16

PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Cumprindo o disposto na Resolução n.º 60, de 1994, apresentamos a Prestação de Contas Analítica do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados relativa ao mês de junho de 2021. A Administração do Fundo prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita compreensão das demonstrações.

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
BALANÇO PATRIMONIAL

Período: junho/2021 **Valores em R$**

ATIVO			PASSIVO		
	2021	**2020**		**2021**	**2020**
ATIVO CIRCULANTE	**829.685.033,09**	**811.443.281,43**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**396.678,39**	**2.149.541,30**
Caixa e Equivalentes de Caixa	822.565.734,88	793.471.654,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.467,09	1.631.699,48
Créditos a Curto Prazo	7.119.298,21	17.971.627,43	Demais Obrigações a Curto Prazo	392.211,30	517.841,82
Clientes	5.042,78	26,31			
Demais Créditos e Valores	9.257.960,85	24.451.741,84			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto	-2.143.705,42	-6.480.140,72			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**-**	**-**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**-**	**-**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**-**	**-**	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**396.678,39**	**2.149.541,30**
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2021**	**2020**
			Resultados Acumulados	**829.288.354,70**	**809.293.740,13**
			Resultado do Exercício	19.994.614,57	61.949.286,49
			Resultados de Exercícios Anteriores	809.293.740,13	747.351.150,66
			Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-6.697,02
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**829.288.354,70**	**809.293.740,13**
TOTAL DO ATIVO	**829.685.033,09**	**811.443.281,43**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**829.685.033,09**	**811.443.281,43**

Período: Junho/2021 **Valores em R$**

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO	**2021**	**2020**	**PASSIVO**	**2021**	**2020**
ATIVO FINANCEIRO	822.565.734,88	793.471.654,00	PASSIVO FINANCEIRO	2.613.355,07	2.260.912,24
ATIVO PERMANENTE	7.119.298,21	17.971.627,43	PASSIVO PERMANENTE	-	-
TOTAL DO ATIVO	**829.685.033,09**	**811.443.281,43**	**TOTAL DO PASSIVO**	**2.613.355,07**	**2.260.912,24**
			SALDO PATRIMONIAL	**827.071.678,02**	**809.182.369,19**

Período: Junho/2021 **Valores em R$**

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO					
ATIVO			**PASSIVO**		
	2021	**2020**		**2021**	**2020**
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**16.558.685,59**	**32.403.420,21**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**-**	**-**
Atos Potenciais Ativos	**16.558.685,59**	**32.403.420,21**	Atos Potenciais Passivos	-	-
Direitos Contratuais	16.558.685,59	32.403.420,21	Obrigações Contratuais	-	-
TOTAL	**16.558.685,59**	**32.403.420,21**	**TOTAL**	**-**	**-**

Período: Junho/2021 **Valores em R$**

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	**SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO**
Recursos Vinculados	**819.952.379,81**
Alienação de Bens e Direitos	1.385.381,50
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	818.566.998,31
TOTAL	**819.952.379,81**

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
BALANÇO FINANCEIRO

Período: Junho/2021 **Valores em R$**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2021**	**2020**	ESPECIFICAÇÃO	**2021**	**2020**
Receitas Orçamentárias	**33.726.047,07**	**31.673.052,25**	**Despesas Orçamentárias**	**4.984.409,02**	**5.174.509,31**
Vinculadas	**50.349.809,62**	**47.534.813,12**	**Vinculadas**	**4.984.409,02**	**5.174.509,31**
Alienação de Bens e Direitos	-	187.488,00	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	4.984.409,02	5.174.509,31
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	50.349.809,62	47.347.325,12			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	**-16.623.762,55**	**-15.861.760,87**			
Transferências Financeiras Recebidas	**276,00**	**639,72**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**16.147.546,80**	**14.818.711,03**
Independentes da Execução Orçamentária	276,00	639,72	Independentes da Execução Orçamentária	16.147.546,80	14.818.711,03
Movimento de Saldos Patrimoniais	276,00	639,72	Movimento de Saldos Patrimoniais	16.147.546,80	14.818.711,03
Recebimentos Extraorçamentários	**18.355.016,36**	**17.734.182,66**	**Pagamentos Extraorçamentários**	**1.855.302,73**	**376.043,27**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.409,48	57.882,26	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	133.871,14	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	2.206.336,08	2.857.107,59	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.721.431,59	374.921,77
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	1.121,50	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	1.121,50
Outros Recebimentos Extraorçamentários	16.147.270,80	14.818.071,31			
Arrecadação de Outra Unidade	16.147.270,80	14.818.071,31			
Saldo do Exercício Anterior	**793.471.654,00**	**727.297.970,98**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**822.565.734,88**	**756.336.582,00**
Caixa e Equivalentes de Caixa	793.471.654,00	727.297.970,98	Caixa e Equivalentes de Caixa	822.565.734,88	756.336.582,00
TOTAL	**845.552.993,43**	**776.705.845,61**	**TOTAL**	**845.552.993,43**	**776.705.845,61**

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período: Junho/2021 **Valores em R$**

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**30.918.695,19**	**29.807.628,90**
INGRESSOS	**49.873.593,87**	**46.305.396,78**
Receita Patrimonial	**451.068,56**	**665.790,73**
Receita de Serviços	**43.783,51**	**169.646,34**
Remuneração das Disponibilidades	**30.712.597,41**	**24.663.410,32**
Outras Receitas Derivadas e Originárias	**2.518.597,59**	**5.986.716,86**
Outros Ingressos Operacionais	**16.147.546,80**	**14.819.832,53**
Ingressos Extraorçamentários	-	1.121,50
Transferências Financeiras Recebidas	276,00	639,72
Arrecadação de Outra Unidade	16.147.270,80	14.818.071,31
DESEMBOLSOS	**-18.954.898,68**	**-16.497.767,88**
Pessoal e Demais Despesas	**-2.807.351,88**	**-1.677.935,35**
Legislativo	-2.807.351,88	-1.677.935,35
Outros Desembolsos Operacionais	**-16.147.546,80**	**-14.819.832,53**
Dispêndios Extraorçamentários	-	-1.121,50
Transferências Financeiras Concedidas	-16.147.546,80	-14.818.711,03
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-1.824.614,31**	**-769.017,88**
INGRESSOS	**-**	**187.488,00**
Alienação de Bens	**-**	**187.488,00**
DESEMBOLSOS	**-1.824.614,31**	**-956.505,88**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-1.806.627,64**	**-315.269,77**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-17.986,67**	**-641.236,11**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**29.094.080,88**	**29.038.611,02**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**793.471.654,00**	**727.297.970,98**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**822.565.734,88**	**756.336.582,00**

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Período: Junho/2021 **Valores em R$**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**70.734.674,40**	**51.081.253,29**
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**31.997.668,88**	**20.196.140,01**
Venda de Mercadorias	6.547,70	158.034,27
Vendas de Produtos	36.019,40	4.880,72
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	31.955.101,78	20.033.225,02
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**31.026.777,29**	**23.748.738,56**
Juros e Encargos de Mora	44.678,12	4.222,14
Variações Monetárias e Cambiais	79.765,38	231.180,34
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	30.902.333,79	23.513.336,08
Transferências e Delegações Recebidas	**276,00**	**639,72**
Transferências Intragovernamentais	276,00	639,72
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**-**	**187.488,00**
Ganhos com Alienação	-	187.488,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**7.709.952,23**	**6.948.247,00**
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	4.629.691,27	20.128,14
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3.080.260,96	6.928.118,86
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**50.740.059,83**	**21.942.183,34**
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**34.538,00**	**65.178,32**
Serviços	34.538,00	65.178,32
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**-**	**92.747,25**
Variações Monetárias e Cambiais	-	92.747,25
Transferências e Delegações Concedidas	**16.445.543,80**	**15.775.216,91**
Transferências Intragovernamentais	16.147.546,80	14.818.711,03
Outras Transferências e Delegações Concedidas	297.997,00	956.505,88
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**31.713.409,75**	**4.375.054,67**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	293.255,97	644.217,12
Desincorporação de Ativos	31.420.153,78	3.730.837,55
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**2.546.568,28**	**1.633.986,19**
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	2.546.568,28	1.633.986,19
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**19.994.614,57**	**29.139.069,95**

CELSO DE BARROS CORREIA NETO
Diretor-Geral

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Contador - CRC/DF 7504/O-8

FRANCISCO GLAUBER LIMA MOTA
Diretor da Coordenação de Contabilidade
Contador - CRC/DF 9291/O-6

FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO MARQUES
Chefe do Serviço de Controle do FRCD
Contador - CRC/MT 9016/O-4 T-DF

PRESTAÇÃO DE CONTAS

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Cumprindo o disposto na Resolução n.º 60, de 1994, apresentamos a Prestação de Contas Analítica do Fundo Rotativo da Câmara dos Deputados relativa ao mês de julho de 2021. A Administração do Fundo prestará os esclarecimentos que se fizerem necessários à perfeita compreensão das demonstrações.

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
BALANÇO PATRIMONIAL

Período: julho/2021 **Valores em R$**

ATIVO			PASSIVO		
	2021	**2020**		**2021**	**2020**
ATIVO CIRCULANTE	**834.589.422,86**	**811.443.281,43**	**PASSIVO CIRCULANTE**	**510.305,33**	**2.149.541,30**
Caixa e Equivalentes de Caixa	827.853.986,44	793.471.654,00	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	3.477,09	1.631.699,48
Créditos a Curto Prazo	6.735.436,42	17.971.627,43	Demais Obrigações a Curto Prazo	506.828,24	517.841,82
Clientes	5.260,14	26,31			
Demais Créditos e Valores	8.843.881,63	24.451.741,84			
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto	-2.113.705,35	-6.480.140,72			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**-**	**-**	**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**	**-**	**-**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**-**	**-**	**TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL**	**510.305,33**	**2.149.541,30**
			PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**2021**	**2020**
			Resultados Acumulados	**834.079.117,53**	**809.293.740,13**
			Resultado do Exercício	24.785.377,40	61.949.286,49
			Resultados de Exercícios Anteriores	809.293.740,13	747.351.150,66
			Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-6.697,02
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**834.079.117,53**	**809.293.740,13**
TOTAL DO ATIVO	**834.589.422,86**	**811.443.281,43**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**	**834.589.422,86**	**811.443.281,43**

Período: Julho/2021 **Valores em R$**

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO	**2021**	**2020**	**PASSIVO**	**2021**	**2020**
ATIVO FINANCEIRO	827.853.986,44	793.471.654,00	PASSIVO FINANCEIRO	2.092.888,72	2.260.912,24
ATIVO PERMANENTE	6.735.436,42	17.971.627,43	PASSIVO PERMANENTE	-	-
TOTAL DO ATIVO	**834.589.422,86**	**811.443.281,43**	**TOTAL DO PASSIVO**	**2.092.888,72**	**2.260.912,24**
			SALDO PATRIMONIAL	**832.496.534,14**	**809.182.369,19**

Período: Julho/2021 **Valores em R$**

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO					
ATIVO			**PASSIVO**		
	2021	**2020**		**2021**	**2020**
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	**14.123.979,47**	**32.403.420,21**	**SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**-**	**-**
Atos Potenciais Ativos	**14.123.979,47**	**32.403.420,21**	Atos Potenciais Passivos	-	-
Direitos Contratuais	14.123.979,47	32.403.420,21	Obrigações Contratuais	-	-
TOTAL	**14.123.979,47**	**32.403.420,21**	**TOTAL**	**-**	**-**

Período: Julho/2021 **Valores em R$**

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	**SUPERÁVIT/DÉFICT FINANCEIRO**
Recursos Vinculados	**825.761.097,72**
Alienação de Bens e Direitos	1.385.381,50
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	824.375.716,22
TOTAL	**825.761.097,72**

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
BALANÇO FINANCEIRO

Período: Julho/2021 **Valores em R$**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**2021**	**2020**	ESPECIFICAÇÃO	**2021**	**2020**
Receitas Orçamentárias	**39.559.866,48**	**36.233.604,59**	**Despesas Orçamentárias**	**5.009.510,52**	**5.178.744,57**
Vinculadas	**58.865.211,29**	**56.974.344,43**	**Vinculadas**	**5.009.510,52**	**5.178.744,57**
Alienação de Bens e Direitos	-	187.488,00	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	5.009.510,52	5.178.744,57
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	58.865.211,29	56.786.856,43			
(-) Deduções da Receita Orçamentária	**-19.305.344,81**	**-20.740.739,84**			
Transferências Financeiras Recebidas	**540,61**	**651,72**	**Transferências Financeiras Concedidas**	**18.804.871,96**	**19.278.087,95**
Independentes da Execução Orçamentária	540,61	651,72	Independentes da Execução Orçamentária	18.804.871,96	19.278.087,95
Movimento de Saldos Patrimoniais	540,61	651,72	Movimento de Saldos Patrimoniais	18.804.871,96	19.278.087,95
Recebimentos Extraorçamentários	**20.492.600,56**	**21.610.187,72**	**Pagamentos Extraorçamentários**	**1.856.292,73**	**376.043,27**
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	116.026,42	-	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	133.871,14	-
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.572.242,79	2.331.629,99	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	1.722.421,59	374.921,77
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	1.121,50	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	1.121,50
Outros Recebimentos Extraorçamentários	18.804.331,35	19.277.436,23			
Arrecadação de Outra Unidade	18.804.331,35	19.277.436,23			
Saldo do Exercício Anterior	**793.471.654,00**	**727.297.970,98**	**Saldo para o Exercício Seguinte**	**827.853.986,44**	**760.309.539,22**
Caixa e Equivalentes de Caixa	793.471.654,00	727.297.970,98	Caixa e Equivalentes de Caixa	827.853.986,44	760.309.539,22
TOTAL	**853.524.661,65**	**785.142.415,01**	**TOTAL**	**853.524.661,65**	**785.142.415,01**

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Período: Julho/2021 **Valores em R$**

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**36.211.773,42**	**33.964.492,12**
INGRESSOS	**58.364.738,44**	**55.325.326,04**
Receita Patrimonial	**527.859,92**	**777.590,75**
Receita de Serviços	**54.020,58**	**172.231,42**
Remuneração das Disponibilidades	**36.099.150,36**	**28.715.849,17**
Outras Receitas Derivadas e Originárias	**2.878.835,62**	**6.380.445,25**
Outros Ingressos Operacionais	**18.804.871,96**	**19.279.209,45**
Ingressos Extraorçamentários	-	1.121,50
Transferências Financeiras Recebidas	540,61	651,72
Arrecadação de Outra Unidade	18.804.331,35	19.277.436,23
DESEMBOLSOS	**-22.152.965,02**	**-21.360.833,92**
Pessoal e Demais Despesas	**-3.348.093,06**	**-2.081.624,47**
Legislativo	-3.348.093,06	-2.081.624,47
Outros Desembolsos Operacionais	**-18.804.871,96**	**-19.279.209,45**
Dispêndios Extraorçamentários	-	-1.121,50
Transferências Financeiras Concedidas	-18.804.871,96	-19.278.087,95
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**-1.829.440,98**	**-952.923,88**
INGRESSOS	**-**	**187.488,00**
Alienação de Bens	**-**	**187.488,00**
DESEMBOLSOS	**-1.829.440,98**	**-1.140.411,88**
Aquisição de Ativo Não Circulante	**-1.806.627,64**	**-499.175,77**
Outros Desembolsos de Investimentos	**-22.813,34**	**-641.236,11**
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**34.382.332,44**	**33.011.568,24**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	**793.471.654,00**	**727.297.970,98**
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	**827.853.986,44**	**760.309.539,22**

FUNDO ROTATIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS
CNPJ 26.994.574/0001-16
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Período: Julho/2021 **Valores em R$**

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**81.530.128,12**	**57.893.912,66**
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	**37.097.507,12**	**22.612.615,97**
Venda de Mercadorias	10.258,70	146.406,92
Vendas de Produtos	41.495,40	18.005,72
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	37.045.753,02	22.448.203,33
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	**36.404.329,62**	**27.837.513,77**
Juros e Encargos de Mora	46.923,55	6.073,23
Variações Monetárias e Cambiais	79.765,38	265.665,61
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	36.277.640,69	27.565.774,93
Transferências e Delegações Recebidas	**540,61**	**651,72**
Transferências Intragovernamentais	540,61	651,72
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	**-**	**187.488,00**
Ganhos com Alienação	-	187.488,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	**8.027.750,77**	**7.255.643,20**
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	4.690.636,20	24.999,95
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	3.337.114,57	7.230.643,25
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**56.744.750,72**	**26.949.485,15**
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	**40.645,00**	**71.872,42**
Serviços	40.645,00	71.872,42
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	**-**	**92.747,25**
Variações Monetárias e Cambiais	-	92.747,25
Transferências e Delegações Concedidas	**19.107.695,63**	**20.418.499,83**
Transferências Intragovernamentais	18.804.871,96	19.278.087,95
Outras Transferências e Delegações Concedidas	302.823,67	1.140.411,88
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	**34.401.580,69**	**4.393.266,70**
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	324.200,83	662.429,15
Desincorporação de Ativos	34.077.379,86	3.730.837,55
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	**3.194.829,40**	**1.973.098,95**
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	3.194.829,40	1.973.098,95
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	**24.785.377,40**	**30.944.427,51**

CELSO DE BARROS CORREIA NETO
Diretor-Geral

EVANDRO LOPES COSTA
Diretor do Departamento de Finanças, Orçamento e Contabilidade
Contador - CRC/DF 7504/O-8

FRANCISCO GLAUBER LIMA MOTA
Diretor da Coordenação de Contabilidade
Contador - CRC/DF 9291/O-6

FRANCISCO DE ASSIS PINHEIRO MARQUES
Chefe do Serviço de Controle do FRCD
Contador - CRC/MT 9016/O-4 T-DF

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO

PORTARIA GP Nº 290, DE 25 DE AGOSTO DE 2021

O Desembargador Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o contido no PA-1773/2018 e ainda, Considerando o inadimplemento da empresa A. de Q. SILVA - ME - Restaurante Cantina de Nanã, referente ao não pagamento do valor do aluguel/taxa da cessão de uso dos espaços físicos cedidos à empresa para exploração dos serviços de Lanchonete e Restaurante mediante os contratos TRT16 nºs 32/2013 e 17/2015;

Considerando o disposto nas Cláusulas Catorze, Quinze, I e Dezenove, parágrafo Terceiro, "3", todas do Contrato nº 17/2015;

Considerando, por fim, o disposto no Art. 87, III, da Lei nº 8.666/93, resolve:

Aplicar à empresa A. de Q. Silva - Restaurante Cantina de Nanã, inscrita no CNPJ sob o nº 10.015.142/0001-93, com endereço incerto, a penalidade de Suspensão Temporária do Direito de Licitar e Contratar com a Administração do TRT 16 pelo prazo de 2 (dois) anos.

Dê-se ciência. Registre-se a penalidade no SICAF, de acordo com o item 14 do edital do PE nº 6/2015.

Publique-se no Diário Oficial da União, no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho e disponibilize-se no site deste Tribunal.

JOSÉ EVANDRO DE SOUZA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL

RESOLUÇÃO Nº 536, DE 10 DE AGOSTO DE 2021

Reconhece o exercício da Fisioterapia nos Distúrbios do Sono como área de atuação própria do fisioterapeuta.

O Plenário do CONSELHO FEDERAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL - COFFITO, no exercício de suas atribuições legais e regimentais e cumprindo o deliberado em sua 345ª Reunião Plenária Ordinária, realizada no dia 10 de agosto de 2021, na conformidade com a competência prevista nos incisos II, III e XII do Art. 5º da Lei nº 6.316, de 17 de dezembro de 1975;

Considerando o Decreto-Lei nº 938/1969;

Considerando os termos da Resolução-COFFITO nº 80/1987;

Considerando a Resolução-COFFITO nº 139/1992, modificada pela Resolução-COFFITO nº 153/1993, que versa sobre a responsabilidade técnica em todos os seus graus de complexidade, incluindo o diagnóstico fisioterapêutico;

Considerando a Resolução-COFFITO nº 482/2017, que versa sobre Diagnóstico Fisioterapêutico;

Considerando a Ética Profissional do fisioterapeuta, que é disciplinada por meio do seu Código Deontológico Profissional;

Considerando que são atos próprios, privativos e exclusivos do fisioterapeuta os atos afirmados na Resolução-COFFITO nº 158/1994; resolve:

Art. 1º Reconhecer o exercício da Fisioterapia nos Distúrbios do Sono como área de atuação própria do fisioterapeuta.

Parágrafo único. Consideram-se distúrbios do sono os de origem respiratória, cardiocirculatória, neurológica, metabólica, entre outros.

Art. 2º Para o exercício da Fisioterapia nos Distúrbios do Sono é necessário o domínio das seguintes habilidades e competências:

I - identificar aspectos epidemiológicos que incidem amplamente nas diferentes faixas etárias e gêneros, com frequentes alterações na função do sistema respiratório, cardiocirculatório e neurológico que ocorrem durante o sono e causam repercussões sistêmicas diurnas;

II - conhecer as alterações morfofuncionais das vias aéreas superiores, do comando neurológico da ventilação que comprometa o desempenho respiratório por meio da redução da ventilação pulmonar, e outras inúmeras disfunções respiratórias que incluem apneia e hipopneia obstrutiva do sono, apneia central do sono, apneia mista do sono, hipoventilação alveolar, despertares relacionados aos esforços respiratórios (RERA) e as roncopatias relacionadas ao desenvolvimento ou agravamento de condições cardiocirculatórias, respiratórias, metabólicas, cognitivas, neurológicas e comportamentais;

III - realizar consultas, anamnese, exame físico, testes específicos e exames complementares, entre os quais encontra-se a polissonografia ou poligrafia respiratória de noite inteira para diagnóstico funcional dos Distúrbios Respiratórios do Sono, actigrafia e a tonometria arterial periférica, entre outras tecnologias diagnósticas;

IV - aplicar o uso da Pressão Positiva nas Vias Aéreas (PAP), do inglês Positive Airway Pressure, nas suas diversas modalidades;

V - realizar indicação, prescrição, seleção, aplicação, condução, ajustes e adaptação dos parâmetros específicos de PAP e dos diferentes tipos de máscaras e interfaces utilizadas;

VI - realizar exame de titulação da PAP, para correta prescrição da CPAP, do Binível, Trinível, ou de servoventiladores, através da utilização de aparelhos de PAP com ajuste automático de pressão, entre outros;

VII - emitir laudos e relatórios de poligrafia respiratória, da titulação da pressão terapêutica de PAP, da actigrafia e da tonometria arterial periférica para diagnóstico respiratório do sono;

VIII - realizar indicação, prescrição e aplicação da cinesioterapia (exercícios terapêuticos), em suas diversas modalidades, para tratamento das disfunções musculares, fisiopatológicas e álgicas do sono.

Art. 3º Para o exercício Profissional da Fisioterapia nos Distúrbios do Sono, é necessário conhecimento e domínio dos seguintes conteúdos, comprovados por formação, com carga horária mínima de 120 horas/aula, das quais pelo menos um terço seja destinada à atividade prática:

I - epidemiologia, fisiologia, cronobiologia, fisiopatologia, sintomatologia das alterações respiratórias e cardiocirculatórias das doenças do sono;

II - fisiologia do sono, bases neurais do sono, efeitos da privação de sono, da clínica de dor e das parassonias nos distúrbios do sono na saúde;

III - métodos objetivos e subjetivos para a avaliação do sono, bem como sua prevenção, evolução e opções de tratamento, incluindo a prescrição, adaptação e acompanhamento com ventilação não invasiva baseada em PAP;

IV - realização, interpretação e formulação dos laudos, atestados, relatórios e pareceres referentes a polissonografia e poligrafia respiratória de noite inteira, titulação com aparelhos de PAP automáticos, tonometria arterial periférica, questionários do sono e a actigrafia, para diagnóstico dos distúrbios do sono, entre outras tecnologias;

V - indicação, prescrição, parametrização, ajustes e adaptações dos diferentes equipamentos e aparelhos de administração de PAP para tratamento, incluindo suas interfaces e acessórios;

VI - fisiologia respiratória, cardiocirculatória, metabólica, neurológica e do exercício para prescrição de exercícios terapêuticos, em suas diferentes modalidades, no tratamento dos distúrbios do sono;

VII - consultar, prescrever, orientar, planejar, realizar e acompanhar a intervenção fisioterapêutica com vistas à obtenção da adesão ao tratamento e uso correto dos equipamentos de PAP e da cinesioterapia;

VIII - bioquímica do sono, bem como indicação, contraindicação, prescrição, interações, mecanismo de ação, farmacodinâmica das substâncias de livre prescrição pelo fisioterapeuta;

IX - atuar na promoção da saúde por meio de orientação e ações de saúde, com vistas à prevenção dos distúrbios do sono;

X - entender o aspecto multiprofissional da prevenção, diagnóstico e tratamento dos distúrbios do sono; bem como as políticas públicas relacionadas aos distúrbios do sono e as ferramentas de telessaúde na área do sono.

Art. 4º O não cumprimento do previsto nesta Resolução amplia o risco de penalidade em caso de processo ético-disciplinar e deontológico.

Art. 5º Os casos omissos serão deliberados pelo Plenário do COFFITO.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CÁSSIO FERNANDO OLIVEIRA DA SILVA
Diretor-Secretário

ROBERTO MATTAR CEPEDA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA

RETIFICAÇÃO

Na qualidade de Presidente do Conselho Federal de Odontologia, no uso de minhas atribuições legais e regimentais, publico ERRATA junto a Resolução CFO-239, de 23 de julho de 2021, publicado no Diário Oficial da União - Seção 1, página 184, segunda feira, 26 de julho de 2021, para nele se fazer constar que:

Onde se lê: "Art. 17. Caberá à Diretoria do Conselho Federal de Odontologia a decisão acerca dos pedidos que serão acatados ou não durante o exercício para a concessão do custeio previsto nesta Resolução.

Art. 18. Independente de adesão ao custeio das atividades de fiscalização, todos os Conselhos Regionais de Odontologia, observadas as suas especificidades, deverão observar o estrito cumprimento do Plano Nacional de Fiscalização.

Art. 19. As dúvidas ou omissões serão resolvidas pela Diretoria do Conselho Federal de Odontologia.

Art. 20. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação."

Leia-se: "Art. 16. Caberá à Diretoria do Conselho Federal de Odontologia a decisão acerca dos pedidos que serão acatados ou não durante o exercício para a concessão do custeio previsto nesta Resolução.

Art. 17. Independente de adesão ao custeio das atividades de fiscalização, todos os Conselhos Regionais de Odontologia, observadas as suas especificidades, deverão observar o estrito cumprimento do Plano Nacional de Fiscalização.

Art. 18. As dúvidas ou omissões serão resolvidas pela Diretoria do Conselho Federal de Odontologia.

Art. 19. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação."

CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS

RESOLUÇÃO Nº 36, DE 17 DE JUNHO DE 2021

Dispõe sobre os Termos de Responsabilidade Técnica (TRTs), o Acervo Técnico Profissional e dá outras providências.

O CONSELHO FEDERAL DOS TÉCNICOS AGRÍCOLAS (CFTA), no uso das atribuições que lhe confere a Lei n° 13.639, de 26 de março de 2018, o Regimento Interno do CFTA, e de acordo com a deliberação da Diretoria Executiva na Reunião realizada por videoconferência no dia 17 de junho de 2021,

CONSIDERANDO que o Termo de Responsabilidade Técnica (TRT) é o documento que identifica e estabelece, para os efeitos legais, o vínculo de responsabilidade técnica entre o profissional técnico agrícola e a pessoa, física ou jurídica, contratante dos seus serviços, relativamente à atividade técnica contratada;

CONSIDERANDO que o artigo 16, parágrafo único, da Lei nº 13.639/2018 dispõe que o Conselho Federal dos Técnicos Agrícolas detalhará as hipóteses de obrigatoriedade e dispensa do Termo de Responsabilidade Técnica, em cada caso, resolve:

Art. 1º Estabelecer as regras e procedimentos que deverão ser observados por profissionais e pessoas jurídicas, conforme o caso, para o registro, baixa, cancelamento e nulidade dos Termos de Responsabilidade Técnica (TRT), para o registro do atestado emitido por pessoa física e jurídica contratante, para a emissão da Certidão de Acervo Técnico (CAT) e para o registro de pessoas jurídicas no âmbito do CFTA.

DO TERMO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA (TRT)

Art. 2º O TRT é o documento que identifica e estabelece, para os efeitos legais, o(s) profissional(is) técnico(s) agrícola(s) responsável(is) pelas atividades técnicas nele descritas, sejam estas obras e/ou serviços.

Art. 3º Todo profissional técnico agrícola é obrigado a registrar perante o CFTA, em Termo de Responsabilidade Técnica (TRT), antes da execução, as atividades técnicas que tenha sido contratado, verbalmente ou por escrito, para desempenhar.

Art. 4º O profissional acessará o Sistema de Informação do Técnico Agrícola (SITAG) e fará o cadastro do TRT, mediante o preenchimento de todas as informações relativas à(s) atividade(s) técnica(s), obra(s) e/ou serviço(s), que serão desempenhadas, após o que deverá recolher a taxa aplicável para o processamento do registro do TRT.

Art. 5º Após a compensação bancária do pagamento, o TRT estará registrado, ocasião em que o profissional estará autorizado a desempenhar as atividades técnicas informadas.

Art. 6º Durante o preenchimento do TRT, o profissional deverá informar todas as atividades técnicas referentes a um mesmo contrato, sendo vedada a inclusão de atividades referentes a contratos distintos.

Parágrafo único. A vedação referida no caput não se aplica aos TRTs de Crédito Rural e Múltiplo Mensal.

Art. 7º Exceto quanto ao TRT de Obra ou Serviço, durante o preenchimento do TRT, o profissional poderá informar, em campo próprio, o número de outro TRT já registrado, para vinculá-los, com o objetivo de estabelecer os limites da responsabilidade de cada um dos profissionais que estejam envolvidos em atividades técnicas relacionadas.

Art. 8º A falta de registro do TRT, ou a sua realização fora do prazo estipulado, conforme o caso, sujeita o profissional e/ou a pessoa jurídica, quando por esta esteja atuando, à sanção prevista no artigo 19 da Lei nº 13.639/2018, sem prejuízo de outras e da responsabilização do profissional pela violação ética e disciplinar, além da obrigatoriedade de paralisação do trabalho até a regularização da situação.

DOS TIPOS DE TRT E SUAS APLICAÇÕES

Art. 9º São tipos (modelos) de Termo de Responsabilidade Técnica (TRT):

I - o TRT de Obra ou Serviço, por meio do qual o profissional registra o desempenho de quaisquer atividades técnicas de competência da profissão, obras e/ou serviços, contratadas para serem realizadas;

II - o TRT de Cargo ou Função, por meio do qual o profissional registra o fato de estar juridicamente vinculado a pessoas jurídicas de direito privado ou público, informando a sua condição de detentor de cargo ou função técnica, para atuar como seu responsável técnico ou integrante de quadro técnico;

III - o TRT de Crédito Rural, por meio do qual o profissional registra, a custo reduzido, o desempenho, dentro de um período semestral pré-estabelecido, de um ou mais projetos de crédito rural;

IV - o TRT Múltiplo Mensal, por meio do qual o profissional registra, a custo reduzido, o desempenho, dentro de um período mensal, de múltiplas atividades técnicas contratadas, obras e/ou serviços, de menor valor;

V - o TRT de Receituário Agrícola/Agronômico, por meio do qual o profissional registra o desempenho da atividade de prescrição de receitas de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins;

VI - o TRT Derivado, por meio do qual o profissional registra perante o CFTA o desempenho de obras e/ou serviços que tenham sido objeto de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) perante CREA, para que as atividades executadas passem a integrar o seu acervo técnico;

VII - o TRT Fora de Época, por meio do qual o profissional regulariza a sua situação perante o CFTA, registrando o desempenho de atividades técnicas já executadas e que não foram objeto de prévio registro de TRT ou ART.

DO TRT DE OBRA OU SERVIÇO

Art. 10. O TRT de Obra ou Serviço é o principal instrumento que permite ao profissional realizar o registro, antes da sua execução, de quaisquer atividades técnicas de sua competência, obras e/ou serviços, contratadas para serem desempenhadas.

Art. 11. Por ocasião do cadastramento do TRT, o profissional deverá preencher as informações exigidas e selecionar as respectivas opções que estejam de acordo com a(s) atividade(s) técnica (s) contratada(s) para ser(em) desempenhada(s).

§ 1º Quanto à forma de registro do TRT, o profissional selecionará:

a) inicial - quando for a primeira vez que a atividade informada está sendo objeto de cadastro e registro pelo profissional; ou

b) complementar - quando já haja TRT registrado, porém o profissional necessita realizar a complementação das informações prestadas; ou

c) complementação de prazo - quando já haja TRT registrado, porém o profissional necessita realizar a alteração do prazo previsto para o início ou o término da atividade; ou

d) substituição - quando já haja TRT registrado, porém o profissional necessita substituir informações equivocadamente prestadas durante o preenchimento, vedada a substituição das pessoas do contratante e do proprietário.

§ 2º Quanto ao seu modo de participação na atividade informada, o profissional selecionará:

a) individual - quando a execução da atividade será realizada por um único profissional; ou

b) coautoria - quando o projeto referente à atividade é de autoria e execução por mais de um profissional; ou

c) corresponsabilidade - quando o projeto, embora de autoria de um único profissional, será executado por dois ou mais profissionais, que por este se responsabilizaram; ou

d) equipe - quando a(s) atividade(s) técnica(s) a ser(em) executada(s) envolva(m) uma pluralidade de profissionais com competências distintas, todos os quais atuam de modo complementar em sua execução.

§ 3º No campo finalidade, o profissional selecionará, entre as opções existentes, o âmbito em que se dará o exercício da atividade objeto de TRT.

Art. 12. É responsabilidade do profissional e do contratante guardar uma via assinada do TRT, com o objetivo de documentar o vínculo contratual e comprovar a regularidade do serviço prestado e/ou da obra realizada.

DO TRT DE CARGO OU FUNÇÃO

Art. 13. A existência de vínculo empregatício, estatutário, contratual, ou por intermédio de pessoa jurídica fornecedora de mão-de-obra técnica (terceirização), entre técnico agrícola e pessoa jurídica de direito público ou privado, para o desempenho de cargo ou função técnica que envolva o exercício, ainda que parcialmente, de atribuições ou atividades técnicas inerentes à profissão, serviços e/ou obras, conforme previstas em sua legislação profissional, Lei nº 5.524/1968 e Decreto nº 90.922/1985, e em Resoluções deste Conselho, torna obrigatório o respectivo registro em TRT de Cargo ou Função.

Art. 14. O TRT de Cargo ou Função deverá ser registrado pelo profissional assim que estabelecido o seu vínculo com a pessoa jurídica.

Art. 15. Compreende também o vínculo referido no artigo 13, a nomeação do profissional para cargo ou emprego público, de confiança ou comissionado, desde que entre suas atividades funcionais esteja envolvido, ainda que parcialmente, o exercício de atribuições ou atividades técnicas inerentes à profissão de técnico agrícola, serviços e/ou obras, conforme previstas em sua legislação profissional e em Resoluções deste Conselho.

Art. 16. O nome atribuído ao cargo ou emprego, público ou privado, ocupado pelo profissional não afasta o seu dever de registrar o respectivo TRT de Cargo ou Função, se o seu ofício compreender, ainda que parcialmente, o exercício de atribuições ou atividades técnicas, serviços e/ou obras, de competência do técnico agrícola.

Art. 17. O registro do TRT de Cargo ou Função não exime o profissional de efetuar o registro de TRT relativamente às atividades técnicas por ele desempenhadas, obras e/ou serviços, no exercício de suas funções para a pessoa jurídica.

Art. 18. Por ocasião do cadastramento do TRT de Cargo ou Função, o profissional selecionará a opção:

I - desempenho de cargo técnico: quando as suas atribuições e responsabilidades decorram do cargo ou emprego que ocupe na estrutura organizacional da pessoa jurídica; ou

II - função técnica: quando as suas atribuições e responsabilidades não decorram do cargo ou emprego que eventualmente ocupe no âmbito da estrutura organizacional da pessoa jurídica.

Art. 19. No cadastramento do TRT de Cargo ou Função, o profissional deverá, ainda, informar:

I - o CNPJ do contratante e demais informações relativas ao contrato;

II - os dias e horários em que estará à disposição do contratante para o exercício de suas atividades;

III - anexar cópia digitalizada de documento que comprove o seu vínculo contratual com a pessoa jurídica.

Parágrafo único. Para efeito do inciso III, serão aceitos como documentos comprovantes:

a) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

b) contrato de prestação de serviços;

c) livro ou ficha de registro de empregado;

d) contrato social;

e) ata de assembleia;

f) ato administrativo de nomeação devidamente publicado na forma da lei.

Art. 20. O profissional deverá manter, no local onde desempenha a(s) atividade(s) para a(s) qual(is) foi contratado, uma via do TRT de Cargo ou Função e uma via do(s) TRT(s) referente(s) ao(s) serviço(s) e/ou à(s) obra(s) em execução.

DO TRT DE CRÉDITO RURAL

Art. 21. O TRT de Crédito Rural é o instrumento por meio do qual o profissional pode, a custos menores e em prazos mais dilatados, pré-estabelecidos, realizar o registro de um ou mais projetos de crédito rural contratados para serem elaborados, desde que a soma dos seus valores não ultrapasse R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

§ 1º No TRT de Crédito Rural é permitido o registro de projetos contratados por diferentes contratantes.

§ 2º Quando o projeto de crédito rural possuir valor igual ou superior a R$ 800.000,01 (oitocentos mil reais e um centavo), será obrigatório o seu registro em TRT de Obra ou Serviço.

Art. 22. O valor da taxa do TRT de Crédito Rural será definido pelo total que resultar da soma dos valores de todos os projetos informados, conforme a faixa em que o montante estiver inserido, nos termos da tabela do Anexo I.

Art. 23. O preenchimento das informações relativas aos projetos de crédito rural contratados e a quitação da respectiva taxa do TRT de Crédito Rural, deverão, para o seu registro válido, observar as seguintes regras:

I - para as atividades realizadas entre 1º de janeiro e 30 de junho, o prazo será até 31 de julho do ano corrente, impreterivelmente;

II - para as atividades realizadas entre 1º de julho e 31 de dezembro, o prazo será até 30 de janeiro do ano seguinte, impreterivelmente.

DO TRT MÚLTIPLO MENSAL

Art. 24. O TRT Múltiplo Mensal é o instrumento por meio do qual o profissional pode, a custos menores e no prazo de até um mês, realizar o registro de até 50 (cinquenta) atividades técnicas, obras e/ou serviços, contratadas, até o limite, por contrato, de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

§ 1º No TRT Múltiplo é permitido o registro de atividades técnicas contratadas por diferentes contratantes.

§ 2º Os contratos com valor equivalente ou superior a R$ 4.000,01 (quatro mil reais e um centavo) deverão ser registrados em TRT de Obra ou Serviço.

Art. 25. O valor da taxa do TRT Múltiplo Mensal será definido pelo somatório das taxas aplicáveis para cada um dos contratos, serviços e/ou obras, informados, conforme a faixa em que, pelo seu valor, estejam inseridos, nos termos da tabela do Anexo II.

Art. 26. O preenchimento das informações relativas às atividades técnicas contratadas e a quitação da respectiva taxa do TRT Múltiplo Mensal deverão ser realizadas, impreterivelmente, até o décimo dia útil do mês seguinte à data em que iniciada a sua execução.

DO TRT DE RECEITUÁRIO AGRÍCOLA/AGRONÔMICO

Art. 27. O TRT de Receituário Agrícola/Agronômico é o instrumento por meio do qual o profissional registra, antes da sua execução, o exercício da atividade técnica de emissão de receitas de produtos agrotóxicos, seus componentes e afins.

Art. 28. Para o registro do TRT o profissional deverá selecionar a quantidade de receitas que pretende emitir, entre o mínimo de 50 (cinquenta) e o máximo de 500 (quinhentas), e recolher o valor da taxa aplicável, que será definido a partir da quantidade de receitas solicitadas, conforme a tabela presente no ANEXO III.

Art. 29. Realizada a compensação bancária do pagamento efetuado, o TRT será registrado, momento em que o sistema disponibilizará para o profissional a quantidade solicitada de números de receitas, compostas por sequências alfanuméricas únicas, que, obrigatoriamente, deverão ser utilizadas por ocasião do ato de emissão dos receituários, para a perfeita e inequívoca identificação do documento e seu emitente.

Parágrafo único. Nas receitas emitidas pelos profissionais é vedada a utilização de outras numerações que não sejam as fornecidas pelo CFTA.

Art. 30. A receita emitida sem o cumprimento da regra prevista no artigo anterior será inválida, sujeitando o profissional a responder pela violação ético-disciplinar, sem prejuízo das demais cominações legais previstas na legislação federal atinente aos agrotóxicos.

Art. 31. As numerações de receitas fornecidas pelo CFTA não possuem prazo de validade para a sua utilização.

Art. 32. A baixa das receitas observará o procedimento previsto neste artigo, dispensadas as regras previstas nos artigos 42 a 47 desta Resolução.

Parágrafo único. O profissional preencherá relatório conforme o modelo disponibilizado pelo CFTA, informando:

a) número do TRT de Receituário Agrícola/Agronômico;

b) número da receita;

c) data da emissão da receita;

d) nome ou razão social do contratante;

e) CPF ou CNPJ do contratante.

DO TRT DERIVADO

Art. 33. O TRT Derivado é o instrumento por meio do qual o profissional efetua o registro de atividades técnicas já executadas e que foram objeto de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) perante CREA, para que tais trabalhos possam, no âmbito do CFTA, incorporar o seu acervo técnico.

Art. 34. O profissional interessado solicitará o registro do TRT Derivado por meio do SITAG, instruindo-o com todos os dados e informações correspondentes ao ART original, anexando ainda a sua cópia digitalizada.

Art. 35. A solicitação será analisada e, confirmada a autenticidade da ART apresentada pelo profissional, o pedido será deferido, com a integração da(s) atividade(s) profissional(is) ao seu acervo técnico no CFTA.

Art. 36. O TRT Derivado não possui taxa de recolhimento para o seu processamento e registro.

DO TRT FORA DE ÉPOCA

Art. 37. O TRT Fora de Época é o instrumento por meio do qual o profissional poderá regularizar a falta de prévio registro de TRT ou de ART referente a quaisquer atividades técnicas, obras e/ou serviços, que já tenha executado.

Art. 38. O TRT Fora de Época será requerido pelo profissional por meio do SITAG, no qual selecionará a opção correspondente ao tipo de TRT que, fora do período próprio, pretende registrar.

§ 1º Para o requerimento de registro do TRT Fora de Época é obrigatória a inclusão de cópia(s) digitalizada(s) do(s) contrato(s) referente(s) à(s) atividade(s) técnica(s), obra(s) e/ou serviço(s), executada(s), que deverá(ão) estar assinado(s) pelo profissional e pelo(s) contratante(s), na forma dos artigos 43 e 44 desta Resolução.

§ 2º O contrato poderá ser substituído por declaração do contratante, na forma do § 3º do artigo 43 desta Resolução.

§ 3º O fornecimento incompleto ou incorreto de informações, ou a não inclusão de cópia do contrato, ou de declaração, no sistema, em qualquer caso, quando não supridos ou corrigidos no prazo concedido, causará o indeferimento do pedido, sem direito a reembolso da taxa recolhida pelo serviço, a qual, todavia, poderá ser aproveitada, uma única vez, em caso de novo pedido versando sobre o mesmo objeto.

Art. 39. Durante o processamento do TRT Fora de Época, o CFTA poderá requerer a prestação de informações e/ou a juntada de documentos adicionais, para comprovações.

Art. 40. Para o processamento do pedido de registro do TRT Fora de Época, o profissional deverá recolher a sua taxa, cujo valor será o correspondente ao tipo de TRT pendente de regularização, corrigido pelo acumulado do INPC desde a data em que este deveria ter sido registrado e acrescido de multa de 100% (cem por cento).

Art. 41. O profissional que já tenha sido autuado pelo CFTA pela falta de registro de TRT referente a atividade profissional já executada ou a desempenho de cargo ou função técnica em pessoa jurídica não poderá utilizar o TRT Fora de Época para regularizar a sua situação, estando obrigatoriamente sujeito à sanção prevista no artigo 19 da Lei nº 13.639/2018, sem prejuízo das demais cominações de natureza ético-disciplinar.

DA BAIXA DO TRT

Art. 42. É dever do profissional proceder à baixa do TRT, assim que haja concluído a atividade contratada, objeto de TRT registrado, ou quando a sua participação, por qualquer razão, tenha sido encerrada antes do previsto.

Parágrafo. O motivo da baixa do TRT deverá ser informado por ocasião da solicitação.

Art. 43. A solicitação de baixa do TRT deverá ser instruída com todas as informações pertinentes e estar acompanhada de cópia digitalizada do contrato, assinado tanto pelo profissional como pelo contratante, referente à atividade técnica realizada, obra e/ou serviço, para que esta possa ser integrada ao acervo técnico do técnico agrícola.

§ 1º Será permitida a baixa do TRT sem a juntada do contrato assinado, caso em que, no entanto, a atividade desempenhada não integrará o acervo técnico do profissional.

§ 2º O profissional poderá, em momento posterior, via protocolo, requerer o suprimento do documento faltante para que a atividade passe a compor o seu acervo técnico.

§ 3º O contrato referido no caput poderá ser substituído por declaração emitida e assinada pelo contratante, na qual deverão constar:

I - os dados de identificação do declarante:

a) nome completo;

b) número da cédula de identidade (RG);

c) número da inscrição no CPF;

d) endereço do local onde foi realizada a execução da obra ou a prestação de serviço pelo profissional;

II - as datas de início e fim das atividades executadas pelo profissional;

III - o motivo da baixa;

IV - o(s) número(s) do(s) TRT(s) referente(s) à(s) atividade(s) executada(s).

Art. 44. A validade do documento apresentado está condicionada à presença da assinatura reconhecida em cartório do contratante.

Parágrafo único. Será aceito o documento assinado sem o reconhecimento da firma em cartório, quando acompanhado de cópia de documento oficial de identificação do signatário, frente e verso, com foto, de modo a permitir a verificação pelo CFTA.

Art. 45. O requerimento de baixa será analisado pelo CFTA, que poderá requerer o suprimento de informações ou documentos, quando não tenha concluído pela suficiência do apresentado para o deferimento.

Art. 46. O CFTA poderá proceder à baixa do TRT de ofício, quando constatar a ocorrência de circunstância que demonstre ser inequívoca a conclusão da participação do profissional no desempenho, parcial ou integral, da atividade.

Art. 47. A baixa do TRT tem presunção relativa de veracidade, não eximindo o profissional ou a pessoa jurídica de responder administrativa, civil ou penalmente pelos atos ilícitos praticados, conforme restar apurado.

DO CANCELAMENTO DO TRT

Art. 48. O profissional deverá solicitar o cancelamento do TRT registrado quando não tenha executado as atividades técnicas nele descritas, justificando as razões do requerimento.

Parágrafo único. O cancelamento poderá ser solicitado, também, pela pessoa jurídica contratada e pelo contratante, em qualquer caso devendo ser informado o motivo da solicitação.

Art. 49. O cancelamento de TRT registrado não dá direito a reembolso do valor pago.

DA NULIDADE DO TRT

Art. 50. O TRT será considerado nulo quando:

I - for constatada a existência de erro insanável no preenchimento do TRT, ou nos casos em que faltar documento exigido;

II - quando restar apurado, após decisão transitada em julgado, que a atividade técnica descrita no TRT não foi desempenhada pelo profissional que o registrou.

DO ACERVO TÉCNICO PROFISSIONAL

Art. 51. O acervo técnico é o conjunto de trabalhos comprovadamente desempenhados pelo técnico agrícola ao longo de sua vida profissional, devidamente registrados e baixados perante o CFTA em Termos de Responsabilidade Técnica (TRT).

Art. 52. A capacidade técnico-profissional de uma pessoa jurídica é representada pelo conjunto dos acervos técnicos dos profissionais que a integram, durante o período em que lhe estejam vinculados.

Art. 53. A integração ao acervo técnico das atividades realizadas exige o prévio requerimento de baixa, pelo profissional, relativamente ao(s) TRT(s) registrado(s), na forma dos artigos 42 a 47 desta Resolução.

Parágrafo único. Não integrarão o acervo técnico do profissional as atividades técnicas cujo requerimento de baixa não tenha sido acompanhado de documentação apta a comprovar a sua execução.

Art. 54. É permitida a integração ao acervo técnico do profissional de apenas parte das atividades executadas, circunstância que caberá ao profissional comprovar, servindo a declaração referida no § 3º do artigo 43 desta Resolução para este fim, quando relacione, também, de modo especificado, as atividades executadas parcialmente.

DA EMISSÃO DE CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO

Art. 55. A Certidão de Acervo Técnico (CAT) é o documento, emitido pelo CFTA, que certifica, para os efeitos legais, as atividades técnicas registradas em TRTs e devidamente baixadas, na forma dos artigos 42 a 47 desta Resolução.

Art. 56. A CAT, com ou sem atestado, deverá ser requerida pelo profissional ao CFTA por meio do SITAG, com a indicação específica dos TRTs que deverão constar da certidão.

§ 1º A CAT com atestado tem por objetivo atender ao estabelecido no artigo 30 da Lei nº 8.666/1993, para a comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

§ 2º A CAT sem atestado tem por objetivo certificar os dados constantes em TRTs registradas e baixadas pelo profissional.

Art. 57. Não havendo inconsistências ou erros de preenchimento no requerimento, após o recolhimento da taxa aplicável, o CFTA providenciará a emissão da CAT, que ficará disponível para ser baixada pelo profissional, no SITAG.

Art. 58. A CAT será válida em todo o território nacional.

Art. 59. A CAT perderá a sua validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos, em razão de substituição ou nulidade/anulação do(s) TRT(s) ao(s) qual(is) se refira.

Art. 60. A CAT poderá ser conferida quanto à sua validade e autenticidade por meio do código QR ("QR Code") presente no documento ou a partir de consulta da sua chave única no ambiente público disponível no sítio eletrônico do CFTA.

Art. 61. A CAT constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica limitadamente ao conjunto dos acervos técnicos dos profissionais que lhe estejam vinculados, durante o período em que estejam nesta condição.

DO REGISTRO DE ATESTADO

Art. 62. É facultado ao profissional requerer ao CFTA, por ocasião da solicitação de emissão de CAT, o registro de atestado fornecido pelo contratante, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, para, em atendimento ao disposto no artigo 30 da Lei nº 8.666/1993, comprovar a execução das atividades técnicas, identificando seus elementos quantitativos e qualitativos, o local e o período de execução, os responsáveis técnicos e demais profissionais envolvidos, de forma a demonstrar a sua aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

Art. 63. A validade do atestado está condicionada à presença da assinatura reconhecida em cartório do declarante.

Parágrafo único. Será aceito o documento assinado sem o reconhecimento da firma em cartório, quando acompanhado de cópia de documento oficial de identificação do signatário, frente e verso, com foto, de modo a permitir a verificação da sua autenticidade pelo CFTA.

Art. 64. O registro do atestado deverá ser requerido ao CFTA pelo profissional por meio do SITAG, quando da solicitação da emissão de CAT, instruído com cópia digitalizada do documento fornecido pelo contratante, na forma do artigo anterior.

Art. 65. O conteúdo do atestado deverá apresentar:

I - dados de identificação do contratante;

II - dados referentes à obra e/ou serviço e descrição das atividades realizadas, identificando os quantitativos e o período de início e término de sua execução;

III - dados do responsável técnico e dos demais profissionais envolvidos nas atividades.

Art. 66. O atestado que fizer referência a serviços e/ou obras que foram apenas parcialmente executados deverá detalhar estas ocorrências.

Art. 67. O atestado que fizer referência a serviços subcontratados ou subempreitados deverá estar acompanhado de documentos aptos a comprovar a anuência do contratante original ou que comprovem a efetiva participação do profissional na execução da obra ou na prestação do serviço, tais como trabalhos técnicos, correspondências, diário de obras ou documento equivalente.

Art. 68. O atestado que referenciar serviços de supervisão, coordenação, direção ou condução de equipe técnica deverá relacionar os demais profissionais da equipe e seus respectivos TRTs.

Art. 69. Durante a análise do requerimento de registro de atestado, o CFTA poderá exigir a apresentação pelo profissional de documentos e/ou informações adicionais.

Art. 70. O registro de atestado será efetivado por meio de sua vinculação à CAT, que especificará somente os TRTs a ele correspondentes.

§ 1º A veracidade e a exatidão das informações constantes do atestado são de responsabilidade do seu emitente.

§ 2º A CAT à qual o atestado está vinculado é o documento que comprova o registro do atestado no CFTA.

§ 3º O atestado registrado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica apenas em relação aos profissionais que lhes estejam vinculados no momento da habilitação ou da entrega da proposta.

DO REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

Art. 71. Qualquer pessoa jurídica, de direito público ou privado, cuja atividade, inclusive para fins de prestação de serviços a terceiros, envolva o exercício de atribuições ou atividades técnicas próprias da profissão de técnico agrícola, obras e/ou serviços, conforme previstas em sua legislação profissional, Lei nº 5.524/1968 e Decreto nº 90.922/1985, e detalhadas em Resoluções deste Conselho, fica obrigada a registrar-se no CFTA.

Art. 72. Para requerer o seu registro, a pessoa jurídica deverá:

a) acessar o sítio eletrônico do CFTA para solicitar o seu cadastro;

b) preencher o formulário com todos os seus dados de identificação;

c) preencher o nome completo e o número do CPF de, pelo menos, um profissional técnico agrícola, registrado no CFTA, que será o responsável técnico pelas suas atividades;

d) anexar os seguintes documentos exigidos:

1. TRT de Cargo ou Função para cada profissional informado, registrado, assinado tanto pelo profissional como pelo representante legal da pessoa jurídica;

2. Requerimento padrão do CFTA, preenchido e assinado;

3. Documento de constituição da pessoa jurídica registrado no órgão competente, acompanhado das alterações efetuadas e comprovante de inscrição no CNPJ.

e) recolher a taxa para o processamento do requerimento.

Art. 73. Após o deferimento do registro, é dever da pessoa jurídica, por meio de acesso ao Portal de Serviços no SITAG, cadastrar protocolo solicitando a inclusão dos demais profissionais técnicos agrícolas que lhe estejam vinculados, responsáveis técnicos e/ou integrantes de quadro técnico, anexando os respectivos TRTs de Cargo ou Função.

Art. 74. Para os efeitos desta Resolução, compreende-se por:

I - responsável técnico - o profissional indicado pela pessoa jurídica para responder legalmente por todas as atividades por ela realizadas, conforme o seu objeto social e no âmbito de suas atribuições profissionais;

II - integrante de quadro técnico - o profissional cuja responsabilidade técnica se limita a determinadas atividades técnicas de competência da profissão, obras e/ou serviços, que realiza pela pessoa jurídica.

Art. 75. O registro de TRT de Cargo ou Função é obrigatório tanto para o profissional que atue como responsável técnico pela pessoa jurídica como para o integrante do seu quadro técnico.

Art. 76. Os Anexos I, II e III são partes integrantes desta Resolução.

Art. 77. Ficam revogadas as Resoluções CFTA nº 21 e nº 22, ambas de 17 de abril de 2020, e as demais disposições em contrário.

Art. 78. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 17 de junho de 2021.

MÁRIO LIMBERGER
Presidente do Conselho

ANEXO I

TABELA DE VALORES - TRT DE CRÉDITO RURAL

Valor Total dos Projetos de Crédito Rural	Valor do TRT de Crédito Rural (em R$)
até R$ 10.000,00	R$ 15,00
de R$ 10.000,01 até 30.000,00	R$ 20,00
de R$ 30.000,01 até 50.000,00	R$ 25,00
De R$ 50.000,01 até 100.000,00	R$ 30,00
de R$ 100.000,01 até 400.000,00	R$ 35,00
de R$ 400.000,01 até 800.000,00	R$ 40,00
Igual ou superior a R$ 800.000,01	Obrigatória a utilização do TRT de Obra ou Serviço

ANEXO II

TABELA DE VALORES - TRT MÚLTIPLO MENSAL

Valor do Contrato de Obra ou Serviço	Taxa aplicável (em Reais)
até R$ 200,00	R$ 1,55
de R$ 200,01 até R$ 300,00	R$ 3,15
de R$ 300,01 até R$ 500,00	R$ 4,70
de R$ 500,01 até R$ 1.000,00	R$ 7,87
de R$ 1.000,01 até R$ 2.000,00	R$ 12,65
de R$ 2.000,01 até R$ 3.000,00	R$ 18,95
de R$ 3.000,01 até R$ 4.000,00	R$ 25,43
Igual ou superior a R$ 4.000,01	Obrigatória a utilização do TRT de Obra ou Serviço

ANEXO III

TABELA DE VALORES - TRT DE RECEITUÁRIO AGRÍCOLA/AGRONÔMICO

Quantidade de Receitas	Valor unitário	Valor do TRT
50	R$ 0,80	R$ 40,00
100	R$ 0,80	R$ 80,00
150	R$ 0,80	R$ 120,00
200	R$ 0,80	R$ 160,00
250	R$ 0,80	R$ 200,00
300	R$ 0,80	R$ 240,00
350	R$ 0,80	R$ 280,00
400	R$ 0,80	R$ 320,00
450	R$ 0,80	R$ 360,00
500	R$ 0,80	R$ 400,00

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ

RESOLUÇÃO CRCCE Nº 757, DE 23 DE AGOSTO DE 2021

Altera a Resolução CRCCE nº 0565/2011, que aprovou o regulamento do plano de carreira, cargos e salários do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará e deu outras providências.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturar algumas regras estipuladas através da Resolução CRCCE nº 0565/2011, que instituiu o PCCS do CRCCE; resolve:

Art. 1º Alterar a Resolução CRCCE nº 0565/2011, que instituiu o PLANO DE CARREIRA, CARGOS E SALÁRIOS do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará, passando o art. 10, a vigorar com a seguinte redação:

Art. 10 (...) § 1º As áreas do CRCCE, subordinadas ao Superintendente Executivo, que podem ficar sob a responsabilidade funcional de um Gerente são as seguintes: Financeira; Compras; e Licitações. Art. 2º Os Apêndices 6 e 9, da Resolução

CRCCE nº 0565/2011 passam a vigorar com alterações parciais em sua redação, nos termos dos anexos desta Resolução. Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

ROBINSON PASSOS DE CASTRO E SILVA
Presidente do Conselho

ANEXO

APÊNDICE 6

ATRIBUIÇÕES DO QUADRO PERMANENTE - GRUPO DE ATIVIDADES TÉCNICO-ADMINISTRATIVAS

Secretário Executivo

1. Aplicar técnicas secretariais (arquivo, follow-up, agenda, reuniões, viagens e cerimoniais, entre outros). 2. Preparar apresentações institucionais, solicitadas pelo Conselho Diretor. 3. Colaborar na organização de eventos institucionais. 4. Elaborar documentos em geral, oriundos do Conselho Diretor. 5. Receber das diversas áreas e distribuir com os conselheiros os processos a serem relatados, elaborando o controle e devolvendo-os aos respectivos setores após julgados; 6. Redigir e controlar os termos de posse de conselheiros, delegados do CRC CE; 7. Manter atualizadas as relações de contato com parceiros, delegacias, demais regionais, autoridades etc; 8. Providenciar, junto às agências de viagem emissão e reservas de passagens e de hospedagens e cuidar de toda a gestão de informações referentes às viagens e emissão de diárias, bem como recolher os comprovantes de viagens; 9. Preparar pagamento de diárias e outros itens necessários ao atendimento ou subsídio de viagem, controlando a emissão dos relatórios de viagem pelos beneficiados das diárias. 10. Gerenciar os trabalhos de disponibilização de Passagens e Diárias de forma a permitir a otimização dos custos; 11. Organizar e assessorar as Reuniões Plenárias, elaborando suas atas e providenciar o encaminhamento legal; 12. Zelar pelo mobiliário e equipamentos de sua área, bem como pela eficiência no uso dos recursos disponíveis; 13. Alimentar e manter atualizados os dados, sob sua responsabilidade, nos sistemas de tecnologia da informação disponibilizados para a operacionalização do CRCCE. 14. Realizar despachos com a Presidência do CRCCE; 15. Receber o material da unidade administrativa, que foi previamente licitado, alimentando os sistemas de almoxarifado do CRCCE; 16. Controlar o estoque de material da unidade administrativa, anotando os dados em formulário apropriado, bem como preparar as requisições para solicitar novas remessas, inclusive verificando manuseio de materiais, os prazos de validade, as condições de armazenagem e efetivando o registro de entrada e saída; 17. Prestar o suporte necessário no preparo de requisições de compras de itens administrados pelas demais Unidades Organizacionais; 18. Propor medidas de organização da área de almoxarifado de forma a permitir integração de dados, otimizando as compras e zelando pela qualidade dos produtos; 19. Gerenciar as atividades de controle patrimonial; 20. Coordenar ANUALMENTE o inventário físico dos bens patrimoniais, emitindo relatórios, com o objetivo de manter compatíveis os registros contábeis com o controle físico dos bens, de acordo com legislação; 21. Propor o descarte ou o leilão de materiais e equipamentos do Conselho Regional de Contabilidade, quando cabível.

APÊNDICE 9

ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS COMISSIONADOS E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

Coordenador

1. Planejar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades de sua área. 2. Assistir às Vice-presidências e à Superintendência Executiva nos assuntos inerentes às atividades da Coordenadoria. 3. Opinar e/ou emitir parecer nos assuntos pertinentes à respectiva unidade. 4. Coordenar e fiscalizar as atividades do pessoal da respectiva área. 5. Sugerir o aperfeiçoamento constante das atividades de sua área e dos serviços prestados pelo CRCCE. 6. Promover o desenvolvimento técnico de pessoal de sua área. 7. Contribuir na elaboração de estudos de interesse da instituição. 8. Colaborar com as demais áreas no desempenho de suas atividades. 9. Elaborar planos, programas e projetos, segundo as necessidades da instituição e solicitação da Vice-presidência e da Superintendência Executiva. 10. Colaborar na avaliação e no acompanhamento periódico dos projetos implantados e das atividades desenvolvidas na respectiva área. 11. Elaborar e apresentar relatórios gerenciais que reflitam o desempenho da respectiva área e subsidiem a tomada de decisão pela alta direção. 12. Zelar pelo mobiliário e equipamentos de sua área, bem como pela eficiência no uso dos recursos disponíveis; 13. Gerenciar a manutenção, em perfeito estado, de uso e conservação os documentos e os arquivos eletrônicos que sejam de competência da área; 14. Alimentar e manter atualizados os dados, sob sua responsabilidade, nos sistemas de tecnologia da informação disponibilizados para a operacionalização do CRCCE; 15. Realizar despachos com a Presidência do CRCCE. 16. Executar outras atividades correlatas, por solicitação de seu gestor imediato.

O EMPREGADO LOTADO NA COORDENAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DESENVOLVERÁ, AINDA, AS SEGUINTES ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS:

1. Supervisionar e controlar as saídas dos veículos do CRCCE, a quilometragem e os gastos com combustíveis e peças; e 2. Gerenciar manutenções preventivas e garantias dos serviços e dos veículos adquiridos.

GERENTE

1. Apoiar o Superintendente Executivo e/ou Coordenador na execução das atividades na área de competência do setor. 2. Gerir as áreas operacionais sob sua responsabilidade; 3. Colaborar na elaboração e execução do plano de atividades do setor. 4. Apresentar relatório das atividades do setor ao superior imediato. 5. Zelar pelo acervo material e demais recursos colocados à sua disposição, mantendo-os em condições de cumprirem suas finalidades. 6. Assegurar padrões satisfatórios de desempenho em suas áreas de atuação. 7. Propor medidas disciplinares, na forma da legislação específica. 8. Participar da elaboração do plano de trabalho de da Proposta Orçamentária. 9. Colaborar em assuntos da área administrativa e de gestão econômico-financeira no âmbito da área. 10. Coordenar e fiscalizar as atividades do pessoal; 11. Executar outras ações, em razão da competência do órgão sob sua direção, sob a orientação superior.

O EMPREGADO LOTADO NA GERÊNCIA DE LICITAÇÕES DESENVOLVERÁ, AINDA, AS SEGUINTES ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS:

1. Receber processos e colaborar na elaboração de editais de licitação; 2. Encaminhar editais de licitação para a emissão de parecer jurídico, efetuando, após aprovação, a publicação dos mesmos; 3. Promover o credenciamento dos licitantes interessados em participar da seção pública de pregões presenciais; 4. Realizar consultas, junto ao setor interessado no produto ou serviço a ser contratado, visando esclarecer dúvidas relacionadas à qualidade e ao atendimento das especificações constantes no edital da licitação; 5. Promover, quando necessário, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução de processo de licitação; 6. Providenciar o saneamento de processos licitatórios decorrentes das diligências realizadas por comissão especial responsável pela análise de cada processo antes de sua homologação; 7. Colaborar com os trabalhos da equipe de apoio ao pregão e com a condução do procedimento licitatório de pregão; 8. Colaborar na condução das sessões de Pregão; 9. Acompanhar a elaboração da ata da sessão pública de pregão; 10. Executar atividades correlatas; e 11. Controlar vencimento de contratos.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE SERGIPE

DECISÃO COREN/SE Nº 26, DE 19 DE AGOSTO 2021

Aprova a Abertura de Crédito Adicional Especial ao Orçamento para o corrente exercício, no valor de R$ 115.447,19.

O Conselho Regional de Enfermagem do Estado de Sergipe COREN-SE, no uso da competência consignada no inciso VI, do art.15, da Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, e, tendo em vista o Regimento da Autarquia, com fundamento no inciso XXXIV, letra "b" do Art.13 da Resolução COFEN - nº 242/2000, de 31 de agosto de 2000;

-Considerando, a necessidade de reajustar as dotações que se apresentam com saldos insuficientes no Orçamento do exercício de 2021;

-Considerando, o que dispõe a Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, nos seus artigos nº 40 a 46;

-Considerando, ainda, o constante dos demonstrativos anexos que apresentam a situação do Orçamento em razão da execução orçamentária no decorrer do exercício;, decide:

I - Aprovar a Abertura de Crédito Adicional Especial à dotação que se apresenta com saldo insuficiente, necessária aos suportes das despesas a serem realizadas até o término do exercício, no valor de R$ 115.447,19 (Cento e quinze mil, quatrocentos quarenta e sete reais, dezenove centavos).

II - Os recursos indispensáveis para cobertura dos créditos ora abertos são os provenientes das seguintes fontes:

-Excesso de arrecadação, proveniente da Arrecadação do 2º Trimestre do Exercício 2021 do COREN/SE, no valor de R$ 115.447,19 (Cento e quinze mil, quatrocentos quarenta e sete reais, dezenove centavos).

III - O valor do orçamento para o corrente exercício, em face das alterações ora aprovadas, terá sua dotação atualizada para R$ 5.462.698,07 (Cinco milhões, quatrocentos sessenta e dois mil, seiscentos noventa e oito reais, sete centavos).

IV - As decisões do presente Ato produzirão efeitos na data de sua assinatura, independente da publicação na imprensa oficial.

CONRADO MARQUES DE SOUZA NETO
Presidente do Conselho

DIEGO RAFAEL DA SILVA BORGES
Secretário

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 89, DE 5 DE JULHO DE 2021

Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Regional de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional da 8ª Região e dá outras providências.

O Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, em sua 250ª Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 05 de julho de 2021, em sua sede, situada no Município de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, na Rua Padre Germano Mayer, 2.272, Hugo Lange, CEP 80.040-170:

- Considerando os princípios constitucionais que regem a administração e o ato administrativo, notadamente a impessoalidade, a moralidade, a publicidade, a legalidade, a eficiência, a proporcionalidade, consagrados pela norma do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;

- Considerando a autonomia administrativa e financeira afeita a cada uma das - Autarquias Regionais que compõe o Sistema COFFITO/CREFITOs;

- Considerando o dever do CREFITO-8, enquanto Autarquia Federal, de prestar contas dos recursos públicos que administra ao Tribunal de Contas da União - TCU, nos termos das normas previstas pelo artigo 70 da Constituição da República Federativa do Brasil;

- Considerando o aprimoramento, profissionalização e especificações das funções inerentes ao CREFITO-8 ao longo dos anos;

- Considerando que o Regimento vigente data de 1997, trata de modelo padrão do Sistema COFFITO/CREFITOs;

- Considerando o disposto no inciso VI, do art. 7º da Lei nº. 6.316, de 17 de dezembro de 1975;

- Considerando o Art. 61 da Resolução COFFITO nº 413 de 19 de janeiro de 2012, resolve:

Art. 1º. - Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8, nos termos do Regulamento Regimental constante do Anexo que fará parte desta Resolução.

Art. 2°. - A validade e eficácia do presente Regimento Interno estará condicionada ao exame e aprovação pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO, nos termos do inciso VI, do art. 5°, da Lei Federal n° 6.316/1975.

ELFI GUSAVA
Diretora - Secretária

PATRICIA ROSSAFA BRANCO
Presidente do Conselho

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO - CREFITO-8

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8, é uma Autarquia Federal criada pela Lei Federal n° 6.316, de 17 de dezembro de 1975, com sua origem na Resolução 126, de 26 de novembro de 1991, do Conselho Federal de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional - COFFITO, com quem, em conjunto e também com os demais Conselhos Regionais no âmbito do território nacional, compõem uma estrutura com a incumbência de fiscalizar o exercício das profissões de Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais definidas no Decreto-lei n° 938, de 13 de outubro de 1969.

Art. 2° - O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8, tem autonomia administrativa e financeira, estando sujeito aos princípios e preceitos da Administração Pública, tendo sua sede e foro na Cidade de Curitiba, Paraná, na Rua Padre Germano Mayer, 2.272, Hugo Lange, CEP 80.040-170, tendo por área geográfica de abrangência o Estado do Paraná.

Parágrafo único: de acordo com a área de abrangência no Estado do Paraná e objetivando o atendimento descentralizado dos profissionais e da comunidade, o Conselho Regional de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8, mantém subsedes nas Cidades de Londrina, Cascavel, Maringá e poderá instituir em outras localidades quando for de conveniência da Autarquia e dos Profissionais.

Art. 3º - O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8, tem por competências institucionais as definidas no Art. 7º da Lei nº 6.316, de 17.12.1975, assim:

I - eleger, dentre os seus membros, por maioria absoluta, o seu Presidente e o Vice-Presidente;

II - expedir a carteira de identidade profissional e o cartão de identificação aos profissionais registrados;

III - fiscalizar o exercício profissional na área de sua jurisdição, representando, inclusive, às autoridades competentes, sobre os fatos que apurar e cuja solução ou repressão não seja de sua alçada;

IV - cumprir e fazer cumprir as disposições da Lei Federal n° 6.316/1975, das resoluções e demais normas baixadas pelo Conselho Federal;

V - funcionar como Tribunal Regional de Ética, conhecendo, processando e decidindo os casos que lhe forem submetidos;

VI - elaborar a proposta de seu Regimento, bem como as alterações, submetendo-a à aprovação do Conselho Federal;

VII - propor ao Conselho Federal as medidas necessárias ao aprimoramento dos serviços e do sistema de fiscalização do exercício profissional;

VIII - aprovar e publicar, anualmente, o orçamento e respectivos créditos adicionais, os balanços, a execução orçamentária, na forma da legislação em vigor, bem como autorizar as operações referentes a mutações patrimoniais;

IX - autorizar o Presidente a adquirir, onerar ou alienar bens imóveis;

X - arrecadar anuidades, multas, taxas e emolumentos e adotar todas as medidas destinadas a efetivação de sua receita, destacando e entregando ao Conselho Federal as importâncias correspondentes a sua participação legal;

XI - promover, perante o juízo competente, a cobrança das importâncias correspondentes a anuidades, taxas, emolumentos e multas, esgotados os meios de cobrança amigável;

XII - estimular a exação no exercício da profissão, velando pelo prestígio e bom conceito dos que a exercem;

XIII - julgar as infrações e aplicar as penalidades previstas na Lei Federal n° 6.316/1975, e em normas complementares do Conselho Federal;

XIV - emitir parecer conclusivo sobre prestação de contas a que esteja obrigado;

XV - publicar, anualmente, o relatório de suas atividades e a relação dos profissionais registrados;

Art. 4° - Constitui renda do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8:

I - 80% (oitenta por cento) do produto da arrecadação de anuidades, taxas, emolumentos e multas;

II - legados, doações e subvenções;

III - rendas patrimoniais.

§ 1º - A renda do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8 só poderá ser aplicada na organização e funcionamento de serviços úteis à fiscalização do exercício profissional, bem como em serviços de caráter assistencial e de interesse das Classes de Fisioterapeutas e de Terapeutas Ocupacionais relacionados às profissões, quando solicitados pelas Entidades Sindicais.

§ 2º - A renda pode, ainda, ser aplicada no estímulo de realizações de natureza culturais visando o profissional e a classe, conforme normas aprovadas pelo Conselho Federal.

Art. 5° - Os membros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8, em número de 9 (nove) Conselheiros e respectivos suplentes, serão eleitos pelo sistema de eleição direta, por meio do voto pessoal, secreto e obrigatório, conforme processo eleitoral com rito estabelecido pelo COFFITO, com mandato de 4 (quatro) anos;

§ 1º - O exercício do mandato do membro do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8, assim como a respectiva eleição, mesmo na condição de suplente, ficarão subordinados, além das exigências constantes do artigo 530 da Consolidação das Leis do Trabalho, Resoluções do COFFITO e Legislação complementar, ao preenchimento dos seguintes requisitos e condições básicas:

I - cidadania brasileira;

II - habilitação profissional na forma da legislação em vigor;

III - pleno gozo dos direitos profissionais, civis e políticos;

IV - inexistência de condenação por crime contra a segurança nacional.

§ 2° - Os membros dos Conselhos farão jus a uma gratificação, por sessão a que comparecerem, na forma estabelecida em regulamento do COFFITO.

§ 3° - A concessão de licenciamento do mandato deverá ser julgada pelo Plenário, devendo ser respeitado o período máximo de 60 (sessenta) dias consecutivos ou intercalados.

§ 4° - A extinção ou perda de mandato de membro do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8 ocorrerá:

I - por renúncia;

II - por superveniência de causa de que resulte a inabilitação para o exercício da profissão;

III - por condenação a pena superior a 2 (dois) anos, em virtude de sentença transitada em julgado;

IV - por destituição de cargo, função ou emprego, relacionada à prática de ato de improbidade na administração pública ou privada, em virtude de sentença transitada em julgado;

V - por falta de decoro ou conduta incompatível com a dignidade do órgão;

VI - por ausência, sem motivo justificado, a 3 (três) sessões consecutivas ou 6 (seis) intercaladas em cada ano.

Art. 6° - Para consecução de seus objetivos institucionais o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8, contratará empregados no regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho, nos termos do art. 20, da Lei Federal n° 6.316/1975, observados os princípios da Administração Pública pertinente, em cargos efetivos, funções de confiança e cargos em comissão, observando a necessidade dos fins institucionais e o respectivo orçamento.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

Art. 7º - A estrutura administrativa do Conselho Regional de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional da 8ª Região compreende:

I - Plenário;

II - Diretoria;

III - Controladoria Interna;

IV - Procuradoria Jurídica;

V - Chefe de Gabinete;

VI - Coordenação Geral;

VII - Departamento de Ética;

VII - Departamento de Fiscalização - DEFIS;

VIII - Secretaria Geral;

IX - Departamento de Licitações e Contratos;

X - Departamentos Administrativos.

XI - Ouvidoria.

Parágrafo único: As atribuições, competências e estrutura de pessoal serão definidos em atos administrativos próprios da Diretoria, de acordo com os critérios de conveniência e necessidade da administração, até que seja editado e aprovado o respectivo Plano de Cargos e Salários.

Art. 8° - A estrutura institucional do Conselho Regional de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional da 8ª Região compreende:

I - Assessorias Técnicas;

II - Comissões Técnicas;

III - Comissão de Ética e Disciplina da Fisioterapia - CEDF;

IV - Comissão de Ética e Disciplina da Terapia Ocupacional - CEDTO;

V - Comissão de Divulgação de Assuntos Terapêuticos e Terapêuticos Ocupacionais do CREFITO-8 - CODAFITO;

VI - Assessoria Técnica do Profissional;

§ 1º A critério do Plenário do CREFITO-8 poderão ser criadas outras comissões de interesse administrativo e comissões de interesse Institucional.

§ 2º A organização, o funcionamento e a composição das comissões do CREFITO-8 serão regulados mediante Instrução Normativa editada pelo Presidente.

CAPÍTULO III

DO PLENÁRIO

Art. 9º - O Plenário é o órgão de deliberação superior da Instituição, constituído pelos nove membros efetivos eleitos e empossados no cargo de Conselheiro.

Art. 10º - O Plenário exerce as competências previstas no artigo 3°, do presente Regimento, bem como as seguintes atribuições:

I - eleger, dentre os seus membros, por maioria absoluta, o seu Presidente e Vice-Presidente;

II - na ocorrência de vacância de cargos de Conselheiros, eleger entre os Suplentes, para compor o Colegiado, Fisioterapeuta ou Terapeuta Ocupacional, de forma a manter a representatividade de ambas as profissões no Plenário.

III - decidir sobre impedimento, licença, dispensa e justificativa de falta de seus membros;

IV - aprovar ou rejeitar o parecer conclusivo sobre prestações de contas do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8, o relatório anual de suas atividades e determinar as respectivas publicações;

V - autorizar a celebração de acordos, convênios ou contratos de assistência técnica, cultural e financeira com entidades públicas e privadas;

VI - autorizar o Presidente a adquirir, onerar ou alienar bens imóveis, a contratação de locação de imóveis e alienar ou onerar os bens móveis;

VII - conceder distinções ou honrarias em nome do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8;

VIII- aprovar e alterar o Plano de Cargos e Salários do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8;

IX - autorizar a edição de boletins, jornais, revistas e outros veículos de divulgação do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8;

X - autorizar a delegação de atribuições;

XI- aprovar as atas de suas reuniões;

XII - publicar, anualmente, a relação de profissionais registrados no Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8;

XIII - criar comissões de interesse administrativo e comissões de interesse Institucional, cuja organização, funcionamento e composição serão reguladas mediante ato administrativo próprio do Presidente;

XIV - aplicar, na função de Tribunal de Ética e Disciplina da Fisioterapia e da Terapia Ocupacional, as penalidades previstas no artigo 17, da Lei Federal n° 6.316/1975, uma vez apuradas no devido processo legal eventual infringência ao disposto no art. 16, da mesma lei;

XV - publicar, anualmente, o orçamento do CREFITO-8 e respectivos créditos adicionais, os balanços, a execução orçamentária, observada a legislação em vigor;

XVI - autorizar a criação, fusão, cisão ou extinção de subsedes;

XVII - cumprir e fazer cumprir este Regimento.

Art. 11º - As reuniões do Plenário são ordinárias e extraordinárias, nelas devendo ser observado o quórum mínimo de instalação pela presença da maioria absoluta de seus membros.

§ 1º - A reunião ordinária será realizada, preferencialmente, com frequência mensal, sendo convocada pelo Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8.

§ 2º - A reunião extraordinária é convocada pelo Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8 ou a requerimento de 2/3 (dois terços) dos membros do Plenário quando da ocorrência de evento que por sua importância e urgência justifique a medida, vedada a inclusão na pauta respectiva de assunto estranho ao que tenha justificado a convocação.

§ 3º - A contagem do quórum de instalação se dará em primeira convocação no horário previsto no instrumento convocatório e, em segunda, num intervalo de trinta (30) minutos, quando, se não atingindo o número de Conselheiros previsto no caput, deverá ser transferida a reunião para outra data, convocando-se, se necessário, Conselheiros Suplentes em número suficiente para eventual substituição dos membros efetivos que venham a faltar.

Art. 12º - Ocorrida a vacância de cargo de conselheiro, o Plenário, em sua primeira reunião elegerá o Conselheiro Suplente que deverá preencher a vaga durante o restante do mandato.

Art. 13º - Nos casos de licença, de impedimento ou falta eventual de Conselheiro, o Presidente do CREFITO-8 pode convocar um dos suplentes para substituí-lo durante o período de duração do afastamento.

Parágrafo Único: O suplente convocado após assinar o termo de compromisso em livro próprio, fica investido das prerrogativas inerentes ao cargo.

Art. 14º - O Plenário decide pela maioria simples dos votos dos membros efetivos participantes da reunião, excluindo o Presidente ou, quando for o caso, o membro que se encontre eventualmente na Presidência dos trabalhos.

Parágrafo Único: O Presidente ou o membro que se encontrar na Presidência dos trabalhos profere voto de qualidade no desempate de votação.

Art. 15º - Podem participar da reunião do Plenário, quando convocados, ou mesmo convidados, os suplentes, os assessores e outras pessoas cuja participação seja do interesse da Instituição.

§ 1° - A participação referida neste artigo é plena, salvo quanto ao direito do voto.

§ 2° - As convocações mencionadas neste artigo são feitas a critério do Plenário ou do Presidente.

CAPÍTULO IV

DA DIRETORIA

Art. 16º - A Diretoria é o órgão executor das deliberações do Plenário e da administração da Instituição;

Art. 17º - Compete à Diretoria:

I - promover a elaboração das normas e a execução dos procedimentos necessários ao Plenário para o exercício de sua competência legal e regimental;

II - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Plenário;

III - julgar os processos de habilitação ao exercício das profissões de Fisioterapeuta e de Terapeuta Ocupacional, regulamentadas nos termos do Decreto-Lei nº 938, de 13.10.1969, e os de registro de empresas referidas no parágrafo único do art. 12, da Lei nº 6.316, de 17.12.1975;

IV - decidir sobre o valor da multa a ser aplicada, que não poderá exceder a 10 (dez) vezes o valor da anuidade corrente, em relação a profissionais e empresas, com vínculo ou não ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8, por infringência aos dispositivos da Lei nº 6.316, de 17.12.1975 e aos atos normativos do Conselho Federal - COFFITO, que não sejam afetos a questões ético disciplinares, estas de Competência do Plenário;

V - Decidir, deliberar e encaminhar sobre assuntos de rotina administrativa do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8, que não sejam de competência do Plenário, da área de interesse da fiscalização e dos profissionais Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais;

VI - determinar os lançamentos dos devedores do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8, em livro próprio de dívida, constituindo a certidão passada pela diretoria em título executivo extrajudicial, relativo a crédito das anuidades, emolumentos, taxas e multas, encaminhando mensalmente listagem à Procuradoria Jurídica para fins de cobrança;

VII - submeter ao Plenário o relatório de sua gestão;

VIII - aprovar as atas de suas reuniões;

IX - autorizar a subvenção de serviços de caráter assistencial, mediante solicitação de Entidades Sindicais, na forma de ato administrativo próprio expedido pela Diretoria;

X - autorizar a concessão de auxílios financeiros para as atividades de caráter cultural visando o profissional e a classe, na forma das normas aprovadas pelo Conselho Federal;

XI - nomear, exonerar e dispensar empregados ocupantes de Cargos em Comissão e Função de Confiança.

Art. 18º - A Diretoria é composta:

I - pelo Presidente e Vice-Presidente, eleitos e empossados nos termos do inciso I do Art. 7º, da Lei nº 6.316/75;

II - por um Diretor Secretário e por um Diretor Tesoureiro, designados pelo Presidente entre os membros efetivos do Plenário.

Parágrafo Único: O Diretor Secretário e o Diretor Tesoureiro são destituíveis "ad nutum", por ato do Presidente.

Art. 19º - O mandato da Diretoria é de quatro anos.

Art. 20º - A eleição do Presidente e do Vice-Presidente e a designação do Diretor Secretário e do Diretor Tesoureiro procede-se na reunião do Plenário imediatamente a posse.

§ 1º Os membros da nova Diretoria são empossados quando da transmissão do órgão ao novo Colegiado.

§ 2º A posse do Presidente eleito será procedida, tendo como autoridade empossante o Presidente da gestão anterior ou na sua ausência por uma das autoridades presentes no ato.

Art. 21º - Na ocorrência de licença, impedimento ou falta eventual de membro da Diretoria, a substituição é automática, válida durante o período do afastamento, formalizada pela assinatura de termo de compromisso e processada da seguinte forma:

I - O Vice-Presidente acumula o exercício de seu cargo com o de Presidente;

II - O Diretor Secretário com o Vice-Presidente e/ou Diretor Tesoureiro;

III - O Diretor Tesoureiro com o Diretor Secretário.

§ 1º No afastamento simultâneo do Presidente e do Vice-Presidente, o Plenário escolhe, dentre seus membros, os substitutos do Presidente e do Vice-Presidente.

§ 2º Em caso de afastamento do Vice-Presidente e do Diretor Secretário ou do Diretor Tesoureiro, o Presidente acumula o cargo em vacância.

§ 3º Havendo afastamento do Diretor Secretário e do Diretor Tesoureiro, cabe ao Presidente designar, dentre os membros efetivos do Plenário, os respectivos substitutos.

Art. 22º - É vedado ao conselheiro afastar-se do exercício de cargo da Diretoria, no período do mandato, por mais de 60(sessenta) dias, seguidos ou intercalados.

Art. 23º - Na vacância dos cargos de Presidente ou Vice-Presidente, o Plenário, na primeira reunião que realizar após a vacância, elege o substituto para cumprir o respectivo mandato.

Parágrafo Único: Até a realização da eleição referida neste artigo, a substituição é feita de acordo com o disposto no Art. 20.

Art. 24º - A Diretoria se reúne por convocação do Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8.

Parágrafo Único: Aplicam-se à reunião da Diretoria, no que couber, as disposições pertinentes à do Plenário.

SEÇÃO I

PRESIDENTE

Art. 25º - Incumbe ao Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8, além das previstas em outros dispositivos deste Regimento, as seguintes atribuições:

I - administrar e representar o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8, nos termos do art. 8º, da Lei nº 6.316/75;

II - convocar, determinar a pauta e presidir as reuniões do Plenário e da Diretoria, nelas proferindo o voto de qualidade;

III - determinar o início dos trabalhos da Controladoria fixando os prazos de conclusão das atividades;

IV - convocar e dar posse:

a) ao eleito, membro efetivo do CREFITO-8;

b) ao membro eleito ou designado para o cargo da Diretoria;

c) ao membro da CEDF ou CEDTO;

d) ao Fisioterapeuta e/ou Terapeuta Ocupacional, aprovado pelo Plenário para integrar o Colegiado, como membro efetivo, no caso de vacância;

V - credenciar representantes e procuradores do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8, outorgando procuração com cláusula ad judicia et extra judicia sempre que necessário para a defesa dos interesses do Conselho em Juízo ou não;

VII - nomear membro "ad hoc" para o desempenho de funções;

VIII - designar relatores e revisores;

IX - assinar com o Diretor Secretário os atos decorrentes das deliberações do Plenário e da Diretoria;

X - movimentar com o Diretor Tesoureiro as contas bancárias do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO 8, assinando cheques e tudo mais exigido para o referido fim;

XI - elaborar com o Diretor Tesoureiro a proposta orçamentária do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8;

XII - assinar com o Diretor Tesoureiro os balancetes, o balanço geral, as reformulações orçamentárias, o orçamento-programa e o processo de prestação de contas do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8, e submetê-los à aprovação do Plenário até a data estabelecida, inclusive, aquela determinada para o julgamento do processo de prestação de contas do exercício;

XIII- autorizar a instauração de procedimentos licitatórios para aquisição de bens ou serviços pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8, na forma e nas hipóteses das legislações pertinentes, e demais dispositivos legais correlatos;

XIV - autorizar o pagamento de despesas orçamentárias, observadas as normas legais e pertinentes;

XV - autorizar a expedição de certidões, declarações, atestados e documentos extraídos dos registros próprios do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8;

XVI - conceder vista de processo;

XVII - autorizar a realização de sindicância e a instauração de processos administrativos, inclusive de processos Ético-Disciplinares em face dos profissionais inscritos;

XVII - elaborar com o Diretor Secretário o relatório anual de atividades do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8 e submetê-lo à aprovação do Plenário até a data estabelecida para o julgamento do processo de prestação de contas do exercício;

XVIII - decidir sobre o horário de expediente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8;

XIX - autorizar a admissão e dispensa de empregados;

XX - aprovar a escala de férias dos empregados;

XXI - autorizar o trabalho de empregados fora do horário normal de expediente;

XXII - conceder elogios aos empregados, decidir sobre os processos administrativos disciplinares e aplicar penalidades;

XXIII- criar comissões e grupos de trabalho de natureza transitória;

XXIV - exercer qualquer outra competência delegada pelo Plenário;

XXV - assinar os diplomas de Cursos de Fisioterapia e de Terapia Ocupacional, após registrados e devolvidos pelo COFFITO, de outros diplomas e certificados ou titulações próprias pertinentes à Fisioterapeutas e a Terapeutas Ocupacionais de registro obrigatório no COFFITO;

XXVI- assinar os documentos de identidade profissional e de registro de empresas emitidos pelo Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8;

XXVII- nomear um coordenador ao Departamento de Fiscalização.

SEÇÃO II

VICE-PRESIDENTE

Art. 26º - Incumbe ao Vice-Presidente, além das atribuições previstas em outros dispositivos deste Regimento substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos e assessorá-lo no desempenho de suas atribuições.

SEÇÃO III

DIRETOR-SECRETÁRIO

Art. 27º - Incumbe ao Diretor-secretário, além das referidas em outros dispositivos deste Regimento, as seguintes atribuições:

I - verificar o quórum das reuniões da Diretoria e do Plenário;

II - secretariar e assessorar o Presidente na condução das reuniões da Diretoria e do Plenário, com a confecção das respectivas atas;

III - supervisionar os serviços e atividades da Secretaria Geral e da Coordenação Geral.

SEÇÃO IV

DIRETOR TESOUREIRO

Art. 28º - Incumbe ao Diretor Tesoureiro, além das mencionadas em outros dispositivos deste Regimento, as seguintes atribuições:

I - zelar pelo atendimento dos compromissos financeiros do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8 nos respectivos prazos;

II - supervisionar os serviços e atividades compreendidas na área econômico-financeira do Departamento Financeiro;

III - participar e supervisionar os trabalhos de elaboração das reformulações orçamentárias, de orçamentos-programas, dos balancetes, do balanço geral e do processo de prestação de contas do exercício do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8.

CAPÍTULO V

CONTROLADORIA INTERNA

Art. 29º - A Controladoria Interna tem como competência avaliar a eficiência e eficácia dos controles internos, visando garantir a salvaguarda dos ativos, a fidedignidade dos dados operacionais, contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais, o cumprimento das leis, dos regulamentos e demais instrumentos normativos estabelecidos, a melhoria da eficiência operacional e a eficiência e economia na aplicação dos recursos, bem como dar o devido apoio técnico ao Conselho Fiscal quando requisitado.

I - verificar a regularidade do processamento de arrecadação da receita e da respectiva documentação comprobatória, inclusive quanto ao recebimento de legados, doações e subvenções;

II - verificar a regularidade no processamento de aquisição de material, prestação de serviços e adiantamento de numerários;

III - verificar a regularidade no processamento da despesa e da respectiva documentação comprobatória, inclusive quanto a inversões e aquisição, alienação e baixa de bem patrimonial;

IV - elaborar relatório de suas atividades, que conterá parecer contábil e jurídico relativamente à gestão financeira do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8;

V - indicar fundamentadamente, quando for o caso, desconformidades em processos financeiros e licitatórios, bem como em quaisquer atos que envolvam dispêndio de recursos do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8;

VI - denunciar, por qualquer de seus membros, aos órgãos de administração e, se estes não tomarem as providências necessárias para a proteção dos interesses do Conselho, ao Plenário, os erros, fraudes ou crimes que descobrirem, e sugerir providências úteis à Administração;

Art. 30° - A Controladoria Interna é órgão permanente, assessor da Diretoria, de caráter consultivo e fiscal, composto, preferencialmente, por três componentes designados pelo Presidente do CREFITO-8, sendo, entre eles, escolhidos o controlador, o assessor contábil e um procurador jurídico.

Parágrafo Único: A estrutura administrativa, divisão de competências, rotinas e o organograma da Controladoria Interna serão definidos mediante ato administrativo próprio da Diretoria.

CAPÍTULO VII

PROCURADORIA JURÍDICA

Art. 31° - A Procuradoria tem como competência aquelas inerentes a advocacia nos termos da Lei nº 8.906, de 04 de junho de 1994, e mais especificamente as seguintes:

I - assessoramento do Plenário, da Diretoria e da Presidência do CREFITO-8;

II - assessoramento dos Órgãos Administrativos e Institucionais do CREFITO-8;

III - representação do CREFITO-8 em Juízo, em todas as instâncias, ordinárias, especiais e extraordinárias;

IV - representação dos interesses do CREFITO-8 perante a Administração Pública Direta e Indireta, inclusive órgãos de Controle Externo;

V - representação do CREFITO-8, por delegação, nos atos e eventos que digam respeito a assuntos jurídicos;

VI - executar as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, emitindo opiniões jurídicas orais, pareceres escritos, notas, informações, cotas e despachos;

VII - representar judicialmente os ocupantes de cargos e funções de direção e demais empregados do CREFITO-8, com referência a atos praticados no exercício regular de suas atribuições institucionais ou legais, competindo-lhe, inclusive, a impetração de mandado de segurança em nome deles para defesa de suas atribuições legais;

VIII - promover a execução dos débitos inscritos em dívida, conforme encaminhamento pela Diretoria;

IX - assistir às autoridades no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados, inclusive examinando previamente os textos de atos normativos, os editais de licitação, contratos e outros atos dela decorrentes, bem assim os atos de dispensa e inexigibilidade de licitação conforme definido em regulamento de compras;

X - opinar previamente sobre a forma de cumprimento de decisões judiciais;

XI - representar a Diretoria sobre providências de ordem jurídica que pareçam reclamadas pelo interesse público e pelas normas vigentes;

XII - supervisionar e orientar tecnicamente a representação jurídica do CREFITO-8 nas subsedes.

XIII - administração do contencioso da instituição, em todas as instâncias, acompanhando os processos administrativos e judiciais, preparando recursos, impetrando mandados de segurança ou tomando providências necessárias;

Parágrafo Único: Os cargos, a estrutura administrativa, divisão de competências, rotinas e o organograma da Procuradoria Jurídica serão definidos mediante ato administrativo próprio da Diretoria.

CAPÍTULO VIII

CHEFE DE GABINETE

Art. 32º - Incumbe ao Chefe de Gabinete, cargo em comissão por indicação de confiança da Diretoria, as seguintes atribuições:

I - ler e responder os e-mails da Diretoria e Presidência;

II - despachar com a Diretoria e Presidência;

III - atender as demandas da Diretoria e Presidência;

IV - distribuir e cobrar o cumprimento das demandas da Diretoria e Presidência para as respectivas comissões, assessorias e departamentos do Conselho;

V - elaborar e encaminhar ao Tribunal de Contas da União - TCU, nos prazos e formas regulamentares e sempre que exigido, os dados e a prestação de contas do Conselho.

VI - fornecer dados para o Portal da Transparência;

VII - assessorar a Diretoria e Presidência com informações para elaboração das metas do exercício;

VIII- emitir as convocações para Conselheiros e Colaboradores, e confeccionar o relatório de Jetom;

IX - ser responsável pela organização da agenda da Presidência;

X - ser responsável pelo planejamento de viagens da Diretoria e Presidência;

XI - ser responsável pelo atendimento ao público interno e externo, que apresentem demandas à Presidência;

CAPÍTULO IX

COORDENAÇÃO GERAL

Art. 33º - Incumbe ao Coordenador Geral, cargo em comissão por indicação de confiança da Diretoria, as seguintes atribuições:

I -zelar pela disciplina, e o cumprimento das normas legais e regulamentares vigentes;

II - zelar pelo cumprimento do horário de expediente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8;

III - controlar a aquisição, os estoques e o consumo de material;

IV - instruir processos administrativos e financeiros, quando for o caso;

V - organizar e delegar o recebimento, abertura e distribuição da correspondência;

VI - redigir, por determinação superior, em sendo necessário, exposições de motivos, relatórios, editais, atos e correspondências da Instituição;

VII - zelar pela remessa à divulgação nos órgãos respectivos dos atos e outros expedientes a serem publicados, mantendo atualizada a conferência e o controle dos textos publicados;

VIII - zelar pela atualização dos registros, arquivos e cadastros de responsabilidade do Conselho;

IX - organizar e coordenar os indicadores de resultados, conforme planejamento estratégico dos serviços e atividades dos departamentos do Conselho para elaboração de relatórios, inclusive cobrando dos respectivos Departamentos as suas informações;

X - zelar pela guarda e conservação das instalações, mobiliário, máquinas, equipamentos, livros, utensílios e outros bens do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8 ou que estejam sob a responsabilidade deste;

XI - zelar pela arrumação e higiene dos ambientes de trabalho e das dependências dos imóveis do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8;

XII - coordenar as ações dos Departamentos administrativos e Comissões do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8;

XIII - atender prontamente às determinações da Presidência, Diretoria e Conselheiros;

XIV - receber e responder e-mails e ofícios encaminhados para a Coordenação Geral;

XV - ser responsável pela Gestão de RH do Conselho, visando alinhar os objetivos do CREFITO-8 com os funcionários, promovendo a satisfação profissional.

CAPÍTULO X

DEPARTAMENTO DE ÉTICA

Art. 34º - O Departamento de Ética, é de supervisão direta do Vice-Presidente do CREFITO-8, contando em sua composição com um Coordenador Geral e preferencialmente, com dois membros, designados pelo Presidente do CREFITO entre membros do Colegiado, Agentes Fiscais, Funcionários ou profissionais Fisioterapeutas ou Terapeutas Ocupacionais especialmente convidados.

Art. 35º - É atribuição do Departamento de Ética zelar, observar, cumprir e fazer cumprir as disposições relativas ao processo e procedimento dos atos e comunicação processual, adotando todos os meios pertinentes, a fim de garantir a sua regularidade nos termos das normativas editadas pelo COFFITO.

Parágrafo primeiro: A organização e as normas de funcionamento do Departamento de Ética do CREFITO-8 serão estabelecidas por meio de Instrução Normativa e Procedimento Operacional Padrão.

CAPÍTULO XI

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

Art. 36º - O Departamento de Fiscalização - DEFIS, é de supervisão direta do Presidente do CREFITO-8, contando em sua composição com um Coordenador Geral e dois membros, designados pelo Presidente do CREFITO entre membros do Colegiado, Agentes Fiscais, Funcionários ou profissionais Fisioterapeutas ou Terapeutas Ocupacionais especialmente convidados.

Parágrafo primeiro: É atribuição do Departamento de Fiscalização - DEFIS, sistematizar a programação e custeio da fiscalização, o roteiro a ser cumprido pelos Agentes Fiscais da Instituição, supervisioná-los em sua atuação, avaliar, analisar e dar parecer no processo administrativo-fiscalizador.

Parágrafo segundo: A organização e as normas de funcionamento do Departamento de Fiscalização do CREFITO-8 serão estabelecidas em Instrução Normativa e Procedimento Operacional Padrão.

CAPÍTULO XI

SECRETARIA GERAL

Art. 37º - A Secretaria Geral é de supervisão direta do Diretor-Secretário do CREFITO-8, contando em sua composição com membros designados pelo Presidente do CREFITO, dentre os empregados do Conselho.

Parágrafo primeiro: Tem por atribuição sistematizar os processos de inscrição e registro de profissionais e pessoas jurídicas, bem como cadastrar os locais de trabalho não sujeitos a registro perante o CREFITO.

Parágrafo segundo: A organização e as normas de funcionamento serão estabelecidas em Instrução Normativa e Procedimento Operacional Padrão aprovada pelo Presidente.

CAPÍTULO XII

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Art. 38º - O Departamento de Licitações e Contratos - DLC será ocupado por empregados concursados do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8 cujas área de atuação envolve:

I - coordenação, controle e execução de projetos e atividades oriundas da aplicação da política econômico-financeira da Administração;

II - processamento da aquisição de produtos, contratação de obras e serviços;

III - elaboração das especificações e padronizações dos materiais de uso permanente e de consumo, bem como sua progressiva atualização;

IV - recebimento, guarda, armazenamento, controle e distribuição de materiais de consumo e investimento,

V - recebimento, guarda, cadastramento, distribuição e fiscalização de bens móveis.

VI - realizar o planejamento anual de aquisições de produtos e/ou serviços.

Parágrafo único. As competências e atribuições especificas do Departamento de Licitações e Contratos estão definidas mediante Resolução do Plenário.

CAPÍTULO XIII

DEPARTAMENTOS ADMINISTRATIVOS

Art. 39º - Os departamentos administrativos constituem-se na divisão interna das competências legais atribuídas ao CREFITO-8 e serão organizados observando os princípios da administração pública e gestão pública responsável.

Parágrafo Único: A criação, extinção e/ou alteração de atribuições dos departamentos bem como a definição das competências, preenchimento de cargos efetivos, funções de confiança, cargos em comissão serão definidos mediante portaria do Presidente, observado o Plano de Cargos e Salários.

CAPÍTULO XIV

OUVIDORIA

Art. 40º - A Ouvidoria Geral do CREFITO-8 é um elo entre os profissionais jurisdicionados e as instâncias diversas do Conselho, visando agilizar a administração, incentivar a excelência na qualidade dos serviços oferecidos, estimular a transparência de atos e decisões, criar canal de comunicação e fomentar a participação democrática por meio de recepção de reivindicações, receber e encaminhar reclamações e sugestões, reportando-se diretamente à Presidência.

Parágrafo único. A organização e as normas de funcionamento da Ouvidoria Geral do CREFITO-8 são estabelecidas em regimento próprio aprovado pelo Plenário.

CAPÍTULO XV

DOS ATOS DE AUTORIDADE E NORMATIVOS

Art. 41º - As deliberações do Plenário e da Diretoria são formalizadas mediante:

I - Atas

II - Resoluções e Acórdãos, as do Plenário;

III - Decisões, as da Diretoria.

Parágrafo primeiro: O Acórdão formaliza a deliberação do Plenário no julgamento dos processos de natureza ética e disciplinar ou administrativa.

Parágrafo segundo: A Resolução e o Acórdão são divulgados obrigatoriamente na imprensa oficial, assim como a decisão, quando destinada a produzir efeitos fora do âmbito da Instituição.

Parágrafo terceiro: As Resoluções e Acórdãos têm numeração, por espécie cronológica e infinitiva.

Art. 42º - As determinações do Presidente são formalizadas mediante:

I - Portarias;

II - Ordens de Serviços;

III - Despachos;

IV - Decisões;

V - Instruções Normativas;

VI - Memorandos.

Parágrafo primeiro: As determinações do Presidente têm numeração, por espécie, cronológica e anual.

Art. 43º - Todos os atos do presente capítulo serão objeto de divulgação no portal de transparência do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8.

Parágrafo único: Excluem-se da obrigatoriedade os atos que a legislação determine a restrição de publicidade e/ou divulgação, inclusive de processo ético-disciplinar.

CAPÍTULO XVI

DA INTEGRAÇÃO

Art. 44º - O processo de integração consiste em aplicação de informações e treinamento intensivo ao novo funcionário, apresentando-o a política de compliance, a missão, visão e valores do Conselho, visando ajustá-lo ao ambiente e às tarefas que lhe serão exigidas no cargo, bem como para engajar os funcionários antigos a buscarem a qualidade em todos os procedimentos.

Art. 45º - As etapas do processo de integração consistem em:

I- apresentação e explicação das políticas de Recursos Humanos;

II - apresentação da Visão, Missão e Valores;

II- apresentação das normas de segurança, inclusive em relação ao tratamento de dados pessoais;

III- apresentação dos serviços e finalidades do Conselho;

IV - apresentação aos principais departamentos;

V - entrega das legislações específicas e do respectivo Regimento Interno;

CAPÍTULO XVII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46º - Mediante decisão do Plenário podem ser criadas Comissões, Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas de interesse administrativo, de interesse das profissões e Comissões de interesse Institucional, cuja organização, funcionamento e composição serão reguladas mediante Portaria editada pelo Presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8.

Art. 47º - A proposta da Diretoria que deixar de ser votada em duas reuniões consecutivas do Plenário, por falta de "quorum", é tida como aprovada.

Art. 48º - Enquanto não aprovado, editado e implementado o Plano de Cargo e Salários, a nomenclatura dos empregos e respectivas atribuições, a criação e especificação das funções de confiança e dos cargos em comissão, os níveis salariais e as formas de progressão dos empregados do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região - CREFITO-8, serão criados, de acordo com os interesses da Autarquia, por iniciativa e aprovação do Presidente, ad referendum do Plenário.

Parágrafo único: Enquanto não aprovado, editado e implementado o Plano de Cargos e Salários, as atribuições dos assessores e ocupantes de cargos em comissão, quando não empregados efetivos, devem constar expressamente dos respectivos atos de nomeação.

Art. 49º - Este Regimento entra em vigor na data da sua publicação, podendo ser alterado mediante proposta encaminhada por maioria absoluta dos membros efetivos do Conselho, cuja validade e eficácia estará condicionada ao exame e aprovação pelo Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO, nos termos do inciso VI, do art. 5°, da Lei Federal n° 6.316/1975.

Parágrafo único: Os casos omissos neste regimento serão submetidos ao Plenário.

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS

RESOLUÇÃO CREMAM Nº 104, DE 16 DE AGOSTO DE 2021

Atualiza valores estabelecidos na Resolução CREMAM nº 100/2018, publicada no D.O.U. de 20 de dezembro de 2018, Seção 1.

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957, publicada em 1º de outubro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, publicado em 25 de julho de 1958, e Decreto nº 6.821, de 14 de abril de 2009;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º da Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, publicada em 16 de dezembro de 2004, que incluiu a alínea "I" ao artigo 5º da Lei nº 3.268, de 30 de setembro de 1957;

CONSIDERANDO o Acórdão nº 3.525/2006-TCU - 1ª Câmara, do Tribunal de Contas da União, que determina que o Conselho Federal de Medicina fixe novos valores máximos para diárias, fundamentados em planilhas que efetivamente demonstrem as necessidades de despesas em viagens;

CONSIDERANDO as disposições contidas no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e suas alterações;

CONSIDERANDO que os Conselhos de Medicina são entidades criadas por lei, com atribuições de fiscalizar e normatizar o exercício da medicina, mantidas com recursos próprios e não recebedoras de subvenções ou transferências advindas do Orçamento da União;

CONSIDERANDO que os mandatos dos membros dos Conselhos de Medicina são meramente honoríficos, não fazendo jus a qualquer remuneração por seu trabalho;

CONSIDERANDO a inflação do período entre fevereiro de 2016 a julho de 2020 medida pelo Instituto Nacional de Preços ao Consumidor - INPC;

CONSIDERANDO o decidido pelo plenário em sessão realizada em 16 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º O inciso II do art. 1º da Resolução CREMAM nº 100/2018 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º ...

II - JETON: é o valor pago pelo comparecimento de conselheiros efetivos em sessões plenárias, reuniões de diretoria, encontros nacionais dos Conselhos de Medicina, atividades judicantes, reuniões e atividades individuais dos membros das comissões e câmaras técnicas, internas e externas, limitado a um jeton por período (matutino, vespertino ou noturno) e nas quantidades abaixo, não podendo ultrapassar o total de 22 (vinte e dois) jetons/mês.

Art. 2º O caput e a letra "a" do parágrafo único do art. 2º da Resolução CREMAM nº 100/2018 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Os conselheiros efetivos e suplentes, funcionários e demais convidados, quando em viagem nacional, nos moldes do inciso I do art. 1º, desta resolução, farão jus à percepção de diária nos valores demonstrados abaixo:

Itens	DIÁRIA NACIONAL	VALOR
I	Para conselheiros efetivos e suplentes do CREMAM	R$ 813,00
II	Para empregados, Assessores e demais convidados	R$ 713,00

Art. 3º Esta resolução será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor a partir do dia 1 de setembro de 2021.

NIVALDO AMARAL DE SOUZA
Tesoureiro

EMANUEL JORGE AKEL THOMAZ DE LIMA
Presidente do Conselho